REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX - SUP. "B" AO Nº 81 TERÇA-FEIRA, 2 DE JUNHO DE 2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)
3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

*** As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).**

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24

Líder
Humberto Costa - PT (22,28)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (3,37)
Benedito de Lira (16,18,44)
Walter Pinheiro (31,36,43)
Telmário Mota (4,38,42)
Regina Sousa (41)
.....

Líder do PT - 13
Humberto Costa (22,28)

Vice-Líderes do PT
Paulo Rocha (32)
Walter Pinheiro (31,36,43)
Lindbergh Farias (30)
Fátima Bezerra (34)

Líder do PDT - 6
Acir Gurgacz (3,37)

Vice-Líder do PDT
Telmário Mota (4,38,42)

Líder do PP - 5
Benedito de Lira (16,18,44)

Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21

.....

Líder do PMDB - 17

Líder do PSD - 4
Omar Aziz (13)

Vice-Líder do PSD
Sérgio Petecão (12)

Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 17

Líder
Alvaro Dias - PSDB (20)

Vice-Líderes
Ataídes Oliveira (33)
Wilder Morais (46)
Antonio Anastasia (47)
.....

Líder do PSDB - 12
Cássio Cunha Lima (17)

Vice-Líderes do PSDB
Paulo Bauer (23)
Aloysio Nunes Ferreira (40)

Líder do DEM - 5
Ronaldo Caiado (6)

Vice-Líder do DEM
José Agripino (39)

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9

Líder
Lídice da Mata - PSB (11,25)

Vice-Líderes
José Medeiros (15,19,29)
Vanessa Grazziotin (21,26)
Randolfe Rodrigues (24,27)
.....

Líder do PSB - 6
João Capiberibe (1,14)

Vice-Líder do PSB
Roberto Rocha (45)

Líder do PPS - 1
José Medeiros (15,19,29)

Líder do PSOL - 1
Randolfe Rodrigues (24,27)

Líder do PCdoB - 1
Vanessa Grazziotin (21,26)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9

Líder
Fernando Collor - PTB (5,10)

Vice-Líderes
Blairo Maggi (9)
Eduardo Amorim (8)
Marcelo Crivella (2,7)
.....

Líder do PTB - 3
Fernando Collor (5,10)

Líder do PR - 4
Blairo Maggi (9)

Líder do PSC - 1
Eduardo Amorim (8)

Líder do PRB - 1
Marcelo Crivella (2,7)

Governo

Líder
Delcídio do Amaral - PT (48)

EXPEDIENTE

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários
Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de
Registro e Redação Parlamentar

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, Inciso XXXI, RISF)

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA
1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL
1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE
Ata da 11ª Reunião, Conjunta, realizada em 28 de abril de 2015 (em conjunto com a 7ª Reunião da CI) 004
Ata da 12ª Reunião, Ordinária, realizada em 5 de maio de 2015..... 050
Ata da 13ª Reunião, Ordinária, realizada em 12 de maio de 2015 075
Ata da 14ª Reunião, Ordinária, realizada em 19 de maio de 2015 085
1.1.2 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ
Ata da 8ª Reunião, Ordinária, realizada em 6 de maio de 2015 086
Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de maio de 2015 120
1.1.3 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA
Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de maio de 2015 244
Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de maio de 2015..... 267
Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de maio de 2015..... 273
1.1.4 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE
Ata da 8ª Reunião, Ordinária, realizada em 9 de abril de 2015 291
1.1.5 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI
Ata da 7ª Reunião, Conjunta, realizada em 28 de abril de 2015 (em conjunto com a 11ª Reunião da CAE)
Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de abril de 2015 318
Ata da 9ª Reunião, Conjunta, realizada em 6 de maio de 2015 359
1.1.6 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR
Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de abril de 2015 409
Ata da 9ª Reunião, Conjunta, realizada em 6 de maio de 2015 (em conjunto com a 9 ª Reunião da CI)
Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de maio de 2015 438
Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de maio de 2015..... 447
1.1.7 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA
Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2015..... 477
1.1.8 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT
Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de abril de 2015..... 498
Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de maio de 2015 523

ATA DA 4ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE (11ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (7ª REUNIÃO), DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, EM 28 DE ABRIL DE 2015, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e oito de abril do ano de dois mil e quinze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, reúnem-se a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos(as) Senadores(as) Antonio Carlos Valadares, Ataídes Oliveira, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Elmano Ferrer, Flexa Ribeiro, Gleisi Hoffmann, Hélio José, Ivo Cassol, Jorge Viana, José Agripino, José Medeiros, Lasier Martins, Marcelo Crivella, Omar Aziz, Raimundo Lira, Reguffe, Roberto Rocha, Ronaldo Caiado, Sandra Braga, Tasso Jereissati, Telmário Mota, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, Waldemir Moka, Wellington Fagundes e Wilder Morais. Deixam de comparecer os demais Senadores. São anunciadas, ainda, a presença dos Deputados Décio Lima e Mauro Mariani. A Presidência declara aberta a reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de Audiência Pública, a fim de discorrer sobre a situação financeira da Petrobras e as medidas que têm sido adotadas pela empresa, em atendimento ao Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 15 de 2015, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço, e ao Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 5 de 2015, de autoria do Senador Tasso Jereissati, tendo como convidados os Srs. Aldemir Bendine, Presidente da Petrobras, e Ivan de Souza Monteiro, Diretor Financeiro da Petrobras. Após a exposição do Sr. Aldemir Bendine, a Presidência concede a palavra, ainda, ao Sr. Mario Jorge da Silva, Gerente Executivo de Desempenho Empresarial da Petrobras. Em seguida, usam da palavra os(as) Senadores(as) Ricardo Ferraço, Tasso Jereissati, Lasier Martins, Eduardo Amorim, Ronaldo Caiado, Jorge Viana, Omar Aziz, Hélio José, Waldemir Moka, Vanessa Grazziotin, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Cristovam Buarque, Marcelo Crivella, Blairo Maggi, Garibaldi Alves Filho e Raimundo Lira. A Presidência concede a palavra, ainda, ao Deputado Décio Lima. Antes de encerrar os trabalhos, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da ata da presente Reunião, que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e quatro minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, Secretária da Comissão de Assuntos Econômicos, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico.

Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e 7ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura comandada pelo meu querido Presidente Senador Garibaldi Alves, que foi presidente da Casa e presidente de várias comissões, entre elas a Comissão de Assuntos Econômicos também; Senador Raimundo Lira, Presidente da CAE; Senador Ricardo Ferraço, Vice-Presidente da Comissão de Infraestrutura.

O assunto da pauta de hoje é discorrer sobre a situação financeira da Petrobras e as medidas que têm sido adotadas pela empresa.

Os requerimentos de realização da audiência, Senador Tasso Jereissati e Senador Moka, são: Requerimento nº 15, de 2015, do Senador Ricardo Ferraço, e Requerimento nº 5, de 2015, do Senador Tasso Jereissati.

Convidados: Dr. Aldemir Bendine, Presidente da Petrobras, e Dr. Ivan de Souza Monteiro, Diretor Financeiro da Petrobras.

Os convidados se encontram no recinto da Comissão.

Solicito à Secretaria que os conduza, a fim de que tomem seus lugares à Mesa. (*Pausa.*)

A Presidência adotará as seguintes normas: o convidado fará sua exposição em até 30 minutos, Presidente Bendine. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos.

A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, resguardada a preferência para os autores do requerimento e para os membros das Comissões participantes.

Faremos blocos de perguntas, concedendo a palavra a cinco Srs. Senadores e Srªs Senadoras; e, em seguida, será dada a palavra ao interpelado para responder aos questionamentos feitos.

Os interpelantes dispõem de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Quero deixar muito claro aqui que as perguntas serão feitas...

(Intervenção fora do microfone.)

Os Senadores interpelam e não há réplica. É importante registrar isso para que nós obedeçamos o Regimento da Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu dei uma falhada aqui, uma embolada no meio de campo, mas a Adriana me esclareceu. Eu já estava me enrolando aqui na leitura do texto.

Observação: de acordo com o art. 94 do Regimento Interno do Senado Federal, não é cabível réplica ou tréplica.

Era esta exatamente a sequência do texto que eu deixei de ler.

Eu vou passar a palavra ao Presidente Aldemir Bendine.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Pois não, meu caro Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Eu poderia sugerir que devido à importância... Evidente que, hoje, a Petrobras é um assunto para uma semana, no mínimo. Assim, se não há réplica nem tréplica, pelo menos que se faça um bloco de três, para que fique mais perto no tempo e as nossas perguntas possam ser entendidas; do contrário, ficam muito perdidas no debate.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Se todos estiverem de acordo, nós faremos blocos de três. Agora, seremos muito rígidos...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Eu acho que cinco fica melhor.

V. Exª não acha, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Mas o Senador Tasso sugere blocos de três.

Assim, eu consulto o Plenário...

A minha preocupação é com relação ao tempo, porque, pelo menos nas nossas últimas audiências públicas aqui, temos levado sete, oito horas. É coisa para faquir!

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Mas sete, oito horas, fazendo blocos de até 10 perguntas. Eu mesmo estive aqui...

Se não há réplica nem tréplica em um assunto importante como este, quando a gente realmente vai ter a ilustre presença do Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Tasso, eu sugeriria o seguinte: vamos começar com três e, em função do tempo, a gente flexibiliza, para agilizar os trabalhos aqui da Comissão de Assuntos Econômicos.

Portanto, eu quero, Presidente Bendine e Diretor Ivan Monteiro... Hoje, nós estamos com várias Comissões funcionando ao mesmo tempo – Comissão de Fiscalização e Controle, Comissão de Ciência e Tecnologia –, mas eu não tenho dúvida de que aqui será casa cheia de novo. Está tudo acontecendo. Portanto, nós vamos começar as perguntas antes que a casa encha, Senador Ferraço.

Inicialmente, com a palavra o Dr. Aldemir Bendine, Presidente da Petrobras; depois, falará o Dr. Ivan Monteiro; em seguida, fará uma exposição mais detalhada o Dr. Mário Jorge da Silva, da Petrobras também, para explicar detalhes do balanço.

Com a palavra, então, o Dr. Aldemir Bendine.

O SR. ALDEMIR BENDINE – Bom dia a todas e a todos!

Agradeço a oportunidade que nos foi concedida para falar um pouco sobre a situação atual da nossa empresa, Petrobras. Espero poder aqui contribuir para o esclarecimento da atual situação da empresa e das perspectivas de futuro.

Eu não tenho o dom da oratória próprio aqui do Senado; então, provavelmente, não vou gastar esses 30 minutos para discorrer aqui inicialmente.

O que eu gostaria de ressaltar é que essa nova Diretoria assumiu no dia 9 de fevereiro, e nós elencamos alguns pontos que achamos fundamentais para a empresa nesse primeiro momento, dada a situação que ela vem vivendo momentaneamente.

Inicialmente, nós tínhamos um grande desafio: apresentar ao mercado e à sociedade, de uma forma geral, um balanço crível que, de fato, refletisse a real situação da empresa no ano de 2014.

Como todos sabem, a auditoria externa, ao analisar as contas de 2014, inicialmente referente ao terceiro trimestre de 2014, e dados os desdobramentos da investigação da Operação Lava Jato, não concordou com as metodologias utilizadas naquele momento. Com isso, tivemos uma situação em que o balanço ficou em aberto não só do terceiro trimestre, mas também o balanço do ano. Isso traz consequências realmente danosas para uma empresa de capital aberto, como é o caso da Petrobras, porque ela corre dois riscos: o primeiro é que, numa série de operações de crédito, ela tem *convenants,* obrigações a fazer em relação a números com os que ela se compromete quando da tomada desses empréstimos. O segundo é o próprio ponto da vista da

credibilidade da empresa para que ela possa acessar mercado de capitais e possa financiar toda a sua necessidade de caixa por esse período.

Então, inicialmente, ao chegarmos lá, começamos a trabalhar em cima dessa metodologia. Ali havia divergência clara sobre uma proposta de se avaliar os ativos da companhia, qual era a sua real situação no momento. A metodologia que estava sendo utilizada era a de valor justo de ativos. Isto é preciso ficar um pouco clarificado, que ela tem uma diferença muito grande em relação a um processo contábil. Valor justo de ativos é quando se faz uma avaliação de um determinado bem ou de um conjunto de ativos da empresa, de qual é o valor que ele tem para venda naquele momento. Isso não é adequado para um modelo contábil pelo padrão mundial, que a Petrobras também segue, que é o modelo IFRS, o modelo padrão mundial.

Na verdade, o que tem que se aplicar naquele momento é um teste de imparidade para saber dos seus projetos e do conjunto de ativos...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Quero, por favor, pedir silêncio.

O SR. ALDEMIR BENDINE – ...e, desse conjunto de ativos, a aplicação desse *impairment* ou teste de imparidade, porque ele mostra efetivamente, dentro de um ativo, quando ele foi projetado, a real situação que ele tem para o futuro, o quanto esse projeto pode gerar de retorno, comparado com o seu valor contábil, com aquilo que foi empregado realmente para ser feito esse projeto. Quando essa diferença é negativa, joga-se isso contra resultados. Então, começamos a trabalhar nessa metodologia, com o auxílio de alguns escritórios especializados, e chegamos à conclusão – e isso foi validado pela nossa auditoria externa – de qual foi o impacto nesse conjunto de ativos.

É bom esclarecer que há um conjunto de fatores que leva você a fazer um teste de imparidade. E a Petrobras passava por um momento – não só ela, mas toda a indústria petrolífera no mundo, as empresas de energia – e um cenário em que houve uma queda abrupta no preço do barril do petróleo. Para se ter uma ideia, no dia 20 de julho de 2014, tivemos a mais alta cotação em um barril de petróleo, US$114, e encerramos o ano, ao final de 2014, com o preço do barril abaixo de US$50. Esse, talvez, tenha sido o maior impacto nesse conjunto de ativos.

Há também que se ressaltar a volatilidade cambial e a desvalorização da nossa moeda frente ao dólar. Esse também teve um outro grande impacto. Há outros que podemos entender, ou não, que podem ter ocorrido: determinados erros de planejamento ou de gestão desses projetos.

Passada essa fase.... acho que isso foi muito importante para a empresa, porque, ao publicar um balanço auditado e ratificado por uma auditoria externa, vencemos um capítulo, que era a questão da credibilidade da empresa na retomada de empréstimos ou da sua financiabilidade. Prova disso é que, com autorização do Conselho de Administração, depois da nossa posse, solicitamos ao Conselho de Administração a possibilidade de ampliar a captação para este ano, para fazer frente à capacidade e à necessidade de caixa da empresa e para que terminássemos o ano de 2015 com uma folga de caixa que não nos pressionasse muito diante de um possível cenário adverso que ocorra durante o ano.

A questão da financiabilidade, acho, já está resolvida, e era o segundo grande desafio que tínhamos que enfrentar. Agora, partimos para dois grandes novos desafios: o primeiro é uma revisitação ao planejamento estratégico da empresa através do seu plano de negócios, que está em construção por nós, e temos uma previsão de em 30 a 40 dias apresentar um novo plano de negócios diante da nova realidade da companhia.

E, na sequência – e acho que talvez aí esteja o desafio maior, que não se dará num prazo tão curto, diante da complexidade desse assunto – é a organização administrativa da empresa. A gente pretende trabalhar ainda muito forte no ponto de vista da governança corporativa da empresa, na mitigação de riscos, para que a gente possa ter processos decisórios dentro da empresa com muito maior segurança e sem perder agilidade.

Então, a minha proposta é passar a palavra ao Gerente Executivo da área de Desempenho Empresarial, que faria rapidamente uma apresentação a vocês sobre qual é a real situação da empresa, posição em 31/12/2014, para que a gente possa esclarecer qualquer dúvida quanto a esse processo que foi realizado sobre o balanço da empresa. E, na sequência, a gente pode falar um pouco mais sobre o que nós estamos imaginando para a empresa doravante.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Obrigado, Presidente Bendine.

Agora, passo a palavra diretamente para o Dr. Mário Jorge da Silva.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Presidente, pelo que eu entendi, o Sr. Mário Jorge vai falar sobre o balanço da empresa. Eu faria uma pergunta, talvez até por falha minha, mas eu perguntei

a alguns Senadores se já foi publicado em jornais, porque eu ainda não li o balanço da Petrobras. Queria saber se já foi publicado. Acho que essa discussão seria válida na medida que nós tivéssemos acesso ao balanço.

Eu tenho alguns itens do balanço soltos pela imprensa ou por outras vias de comunicação. Já foi publicado em jornais o balanço?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Com a palavra o Dr. Bendine.

O SR. ALDEMIR BENDINE – Não. No jornal ainda não, Senador. Nós estamos dentro do prazo legal para publicação, que está previsto... É em torno de 10 dias esse prazo legal. Por isso a gente queria detalhá-lo, até para que todo mundo possa ter conhecimento dos números que foram apresentados.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Porque seria melhor que nós discutíssemos o balanço podendo criticá-lo ou não. Nenhuma dúvida sobre o balanço, apenas para um esclarecimento melhor.

O SR. ALDEMIR BENDINE – Essa é a intenção. Ratifico que ele se encontra público, está já no *site* da empresa detalhadamente e também publicado e arquivado na CVM.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Então, com a palavra o Dr. Mário Jorge da Silva. Muito bem-vindo mais uma vez a esta Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. MÁRIO JORGE DA SILVA – Bom dia, Senadores. Pretendo aqui trazer algumas poucas mas importantes informações que explicam o resultado da Petrobras no ano de 2014.

Esse primeiro eslaide mostra de forma resumida o que chamamos de demonstrativo de resultados. É nele que fica indicado que a companhia em 2014 auferiu um resultado líquido de menos R$21,6 bilhões. Quero destacar dois aspectos apenas sobre esse eslaide. Primeiro, o que chamamos de lucro bruto, que alcançou R$80,4 bilhões positivos, um aumento de 15% em relação a 2013. O que o lucro bruto indica? É o resultado das operações da companhia, os produtos que ela comercializou, os custos operacionais, os produtos que ela comprou para revenda. Esse conjunto de operações trouxe um resultado 15% superior ao que tivemos no ano de 2013.

Então, por que o resultado líquido negativo em R$21,6 bilhões? Essa explicação reside principalmente na linha de despesas operacionais, que foram de R$101,8 bilhões. E por que esse número em 2014? Como Presidente Bendine já antecipou, é nessa linha que ficam registrados os ajustes no valor dos ativos da companhia.

Então, o ano de 2014 foi um ano em que a companhia revisou algumas linhas do valor dos seus ativos e aqui reconheceu esse menor valor. É isso que vou explicar com detalhes a partir de agora.

No ano de 2014, a companhia fez ajuste no valor de seus ativos no total de R$50,8 bilhões. O ativo total da companhia, no final de 2014, foi R$581 bilhões, ou seja, retiramos R$50,8 bilhões especificamente por duas razões. Primeira razão: R$6,2 bilhões...

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRIO JORGE DA SILVA – ...estão relacionados com a Operação Lava Jato, e eu explicarei em detalhes no próximo eslaide. E R$44,6 bilhões estão relacionados com a avaliação dos nossos ativos ao chamado teste de imparidade, que o Presidente Bendine já antecipou. Então, entendendo melhor essa parcela de R$6,2 bilhões de baixa nos ativos.

Aqui está escrito: "Baixa referente a gastos adicionais capitalizados indevidamente, decorrência da Operação Lava Jato". O que significa isso? O Ministério Público Federal revelou a existência de um cartel que operou contra a companhia entre 2004 e 2012, cartel este formado por 27 empresas, e nessa operação, parte dos recursos que a Petrobras pagou para constituir seus ativos, refinarias, plataformas, gaseodutos etc, parte desse valor não foi usado para construção desses ativos; parte desse valor foi repassada para outros fins, para fins ilícitos.

Então, se esse valor não foi utilizado para constituir ativos, ele não poderia estar no balanço da companhia. O cálculo nos trouxe esse valor de R$6,2 bilhões baseado em 3% de todos os contratos firmados com essas empresas entre 2004 e 2012, gastos indevidos que foram baixados do patrimônio.

Um pouco mais de detalhes sobre esse valor de R$6,2 bilhões: R$3,4 bilhões relacionados à área de abastecimento da companhia, R$2 bilhões em projetos da área de exploração e produção e R$0,7 bilhões em projetos da área de gás e energia.

Como eu já havia dito, metodologia baseada no conteúdo das investigações do Ministério Público Federal. Esse foi o maior desafio. O processo não ocorreu dentro da Petrobras, foi um processo externo da Petrobras, e para chegar a esse valor, tivemos que lançar mão de informações da investigação.

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRIO JORGE DA SILVA – Todos os depoimentos, hoje já públicos, são consistentes quanto à existência do cartel, ao período em que ele operou, aos percentuais e valores envolvidos nas negociações.

A segunda parcela – e a parcela mais relevante – está associada a provisionamento decorrente da desvalorização de ativos chamado teste de imparidade ou teste de *impairment*. Essa avaliação segue uma norma

contábil. Anualmente, toda empresa deve fazer uma avaliação de seus ativos e verificar se de fato aquele valor que está ali no balanço será recuperado ao longo da vida útil desses projetos.

Então, como é feito esse teste de imparidade? Você pega cada ativo, projeta o seu fluxo de caixa nos próximos 20 ou 30 anos e compara esse fluxo de caixa com as receitas que serão auferidas com esses projetos e com o que está gravado no balanço hoje. Se esse valor, no futuro, for menor do que está gravado no balanço, há um sinal de perda de valor.

Essa diferença é chamada de imparidade, é chamada de *impairment* e deve ser lançada no resultado.

No teste de *impairment* realizado em 2014, a companhia reconheceu perda de valor que somou R$44,6 bilhões, por três razões principais: na área de refino, postergação de projetos; na área de exploração e produção, devido à queda nos preços de petróleo, que dá um sinal de menor rentabilidade para os mesmos; e na área de petroquímica, também uma expectativa de menor demanda e margens auferidas nos produtos petroquímicos comercializados pela Petrobras.

Um pouco mais de detalhes então.

Os principais projetos que tiveram esse provisionamento de perdas que somam R$44,6 bilhões: Comperj, que é a nossa refinaria no Rio de Janeiro, R$21,8 bilhões; Rnest, Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, o seu trem 2. O trem 1 já está em operação. Perda de R$9,1 bilhões. Um conjunto de ativos de exploração e produção no Brasil, R$5,6 bilhões; Cascade e Chinook é um campo de produção de petróleo que nós temos nos Estados Unidos, R$4,2 bilhões; e Petroquímica Suape, ativo no Estado de Pernambuco, R$3 bilhões.

Esses dois primeiros ativos, esse provisionamento é consequência da postergação desses projetos. A companhia hoje enfrenta uma conjuntura de menor geração operacional, porque o preço do petróleo está mais baixo. E também de maior compromisso com dívidas, porque a taxa de câmbio se elevou e a maior parte da nossa dívida é nominada em moeda estrangeira.

Nesse cenário, foi necessário reajustar o portfólio de investimentos. E uma das decisões foi postergar a entrada em operação desses ativos.

Quando você posterga a entrada em operação, você também posterga a geração de caixa, a receita desses ativos. Como a receita ficou mais adiante, no teste de imparidade houve essa diferença. Esses projetos de E&P, consequência direta da queda dos preços de petróleo.

Então esses foram os principais ajustes no ativo, no patrimônio da companhia que refletiram no resultado de 2014.

Feito esse ajuste, auferido esse resultado, que companhia nós temos hoje para operar e gerar resultado nos próximos anos?

Alguns indicadores importantes: reservas provadas. Isso é que revela a sustentabilidade de uma companhia de petróleo. Em 2014, 16,6 bilhões de barris de óleo equivalente. É um indicador importante. A Petrobras tem hoje uma relação R/P, reserva/produção, de 18 anos. O que significa isso? A Petrobras hoje possui reservas que garantem a ela manter a sua produção atual por 18 anos. Esse indicador é alto ou é baixo? O mercado trabalha com 12 anos. Então, a Petrobras é uma companhia mais do que sustentável no que se refere a reservas provadas.

Produção de óleo cresceu 5% no ano de 2014. Aqui é a produção de óleo e gás natural no Brasil e no exterior, fruto da entrada em operação de nove unidades, nove novas plataformas, nos últimos dois anos, que nos garantiram esse crescimento de 5%.

Esse crescimento é alto ou é baixo? Eu trago um comparativo com as outras grandes companhias de petróleo. Esse eslaide mostra, então, Petrobras, Exxon, BP, Chevron e Shell. A evolução da produção de petróleo de 2006 a 2014.

Esse gráfico deixa evidente o esforço que as companhias do mundo fazem hoje para manter a sua produção, o que não conseguem, enquanto a Petrobras vem, de forma consistente, aumentando o seu patamar de produção, posicionando-se hoje como a principal produtora de petróleo entre as grandes petroleiras do mundo.

Com relação ao abastecimento, temos aqui um crescimento de 2% da produção de óleo e de derivados, no ano de 2014. Ainda aqui, temos um efeito de novas refinarias, tão somente aumento da performance operacional do parque de refino da Petrobras, alcançando o fator de utilização de seus ativos de 98%, no ano de 2014. A indústria, hoje, trabalha como ideal 93%. A Petrobras, hoje, é posicionada como a sexta maior refinadora de derivados do mundo.

Outro indicador importante: volume de vendas no Brasil.

O mercado brasileiro de derivados representa 60% das receitas da companhia, e esse mercado cresceu 3% no ano de 2014, o que justifica, sim, também, o maior resultado operacional, demanda crescendo com maiores preços.

Indicadores de endividamento. E aqui trago para os senhores dois indicadores e a evolução de 2013 para 2014. Esse indicador aqui, no gráfico em azul, chama-se alavancagem, que indica o quanto que no seu

patrimônio a companhia depende de terceiros, tem dívidas no futuro a pagar a partir do seu patrimônio. Esse indicador evoluiu de 39% para 48% em um ano. Não é o patamar ideal, hoje nós temos como ideal 35%, e aqui reside o desafio da companhia: reduzir o seu nível de endividamento.

Outro indicador, que chamamos endividamento líquido sobre EBITDA. EBITDA é geração operacional e indica o seguinte: hoje, quantos anos a companhia deveria operar, gerar receita para pagar toda a sua dívida. Esse indicador em 4,77 mostra que, hoje, a companhia deveria operar cinco anos para pagar toda a sua dívida. De novo, não é o patamar ideal, nós buscamos 2,5.

Parte dessa evolução...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Mário, só um detalhezinho: você falar um pouquinho mais longe do microfone, porque tem alguns Senadores e Senadoras e a imprensa também que não estão conseguindo entender algumas coisas.

O SR. MÁRIO JORGE DA SILVA – Esses indicadores cresceram essencialmente por conta da elevação da taxa de câmbio nesse último ano. Como eu já havia dito, 80% da nossa dívida está nominada em moeda estrangeira, a evolução da taxa de câmbio também eleva a nossa posição de dívida.

Esse eslaide apresenta os números totais de endividamento.

A companhia encerrou 2014 com uma dívida total de R$351 bilhões. Se deduzirmos o saldo em caixa, a dívida líquida é de R$282,1 bilhões ou US$106 bilhões, no final de 2014.

Projeções para este ano de 2015.

Quando a gente observa o fluxo de caixa, a companhia iniciou o ano com US$26 bilhões de saldo em caixa. Ao longo de 2015, a geração operacional da companhia, os seus ativos gerando receita agregarão ao caixa US$23 bilhões. Nós temos, para o ano de 2015, compromissos com dívida, juros e amortizações que somam US$18 bilhões, investimentos – e aqui fica indicado crescimento futuro – US$29 bilhões.

Para recomposição do caixa, no ano de 2015, lançaremos mão de investimentos que somam US$3 bilhões, desinvestimentos; rolagem de dívida que soma US$1 bilhão; e, para chegar com um saldo final, em 2015, de US$20 bilhões, a necessidade de captações no mercado é de US$13 bilhões, no ano de 2015, considerando o preço do petróleo em US$60 por barril e uma taxa de câmbio média no ano de R$3,10 por dólar.

A nossa produção total de óleo e gás natural no Brasil e no exterior será de 2.796 mil barris de óleo equivalente por dia.

Indicadores para o ano de 2016. Nossa produção será de 2.886 mil barris de óleo equivalente por dia, numa faixa de mais ou menos 2% nessa meta. Cinco novas plataformas entrarão em operação de agora até o final de 2016, garantindo esse crescimento da produção. A Petrobras tem por meta, em sua carteira de desinvestimentos, US$10 bilhões em 2016; em investimentos, US$25 bilhões no próximo ano, essencialmente na área de exploração e produção, principal foco da companhia. E consideramos para o ano que vem, 2016, um preço de petróleo no patamar de US$70 por barril e taxa de câmbio em R$3,30 por dólar.

São essas as linhas de contorno que indicam a financiabilidade da companhia para o ano de 2016.

São essas as informações.

Agradeço os senhores pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, meu caro Mário, pela exposição sintética e objetiva.

Eu passo a palavra agora ao Dr. Ivan de Souza Monteiro. Depois, vou começar já com as indagações dos Senadores pelos autores dos requerimentos, que vão primeiro: o Senador Ferraço e o Senador Tasso Jereissati.

O SR. IVAN DE SOUZA MONTEIRO – Muito obrigado. Eu acho, Senador, que podemos iniciar as perguntas e as respostas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Passo a palavra, então, ao Senador Ricardo Ferraço, autor de um dos requerimentos para esta audiência pública, por cinco minutos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, Senador Delcídio, na condição de autor, eu apelo a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Tem de ser mais rígido ainda, meu caro Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... para que V. Exª possa ser um pouco mais generoso. V. Exª, que acaba de assumir a Liderança do Governo e terá pela frente um desafio que não é pequeno, precisa ser generoso com seus colegas para que nós possamos nos valer da oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Mas eu estou sendo generoso, meu caro Ferraço. É que todo mundo quer perguntar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral; Senador Garibaldi Alves Filho, meu Presidente da Comissão de Infraestrutura; Vice-Presidente Senador Raimundo Lira; Dr. Aldemir Bendine, Presidente da Petrobras; e Dr. Ivan Monteiro, também diretor da Petrobras; é óbvio que nós gostaríamos muito, numa audiência como esta, de olharmos só pelo para-brisa, mas é necessário olharmos também pelo retrovisor, porque nós estamos diante de fatos gravíssimos.

Nós não estamos tratando aqui de qualquer companhia. Nós estamos tratando aqui daquela que é a maior e a mais importante companhia brasileira, que lidera em seu arranjo econômico algo em torno de 10% do Produto Interno Bruto brasileiro, que é o conjunto das nossas riquezas.

O Brasil parou na semana passada para assistir ao balanço apresentado pela companhia, mas parou por indignação. Eu vi nas palavras de V. Exª algum tom nessa direção quando V. Exª afirmou, de maneira envergonhada, como brasileiro, que tinha obrigação de apresentar esses números à população brasileira; e não apenas à população brasileira, mas ao mundo, considerando a expressão da Petrobras em todo o mundo.

Esse balanço, naturalmente, é fruto, produto e resultado, nos últimos anos, da coordenação do atual Governo na Petrobras. Essa companhia esteve subordinada aos piores padrões de administração e gestão e aos instintos mais selvagens de dilapidação do patrimônio público brasileiro, que foi construído ao longo de muitas décadas, inclusive com esforço dos muitos profissionais da Petrobras que são de reputação absolutamente reconhecida aqui e no mundo.

E fico a imaginar o quanto esses trabalhadores da Petrobras também não estão com vergonha desse quadro e dessa conjuntura que a nossa Petrobras está vivendo. E os resultados desmoralizaram até mesmo aquela famosa frase atribuída ao magnata do petróleo americano, John Rockefeller, que disse, certa vez, que o melhor negócio do mundo é uma companhia de petróleo bem administrada; e o segundo melhor negócio do mundo é uma companhia de petróleo mal administrada.

O balanço consagra que não há riqueza que sobreviva à soma da incompetência com a corrupção, e é isso que observamos, ao longo dos últimos anos, na Petrobras. Em 2014, a empresa teve um prejuízo de R$21,6 bilhões, como foi aqui apresentado; é o primeiro prejuízo nos últimos 24 anos. Esse resultado foi originado de perdas da ordem de R$50 bilhões, fruto da redução...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ...de 44 bilhões de valor patrimonial da empresa, por má gestão, e da perda de 6 bilhões decorrentes da corrupção que está sendo apurada pela Operação Lava Jato, ou seja, é a soma de uma coisa mais outra: decisões inadequadas; decisões que geram preferência ou prioridade dada ao populismo, à demagogia, à improvisação, que, historicamente, não é rotina numa companhia como a Petrobras, que alcançou a dimensão que ela alcançou, não apenas em nosso País, mas mundo afora.

Pergunto a V. Sªs, no caso das perdas decorrentes da corrupção, a Operação Lava Jato está apurando, punindo os responsáveis e buscando o retorno do dinheiro desviado. Como ficam as perdas de R$44 bilhões por má gestão, fruto de decisões tomadas sem fundamentação técnica, baseadas, como disse anteriormente, na demagogia, no populismo, na improvisação e na precipitação? Quem irá pagar por esses prejuízos que a Petrobras está apresentando?

Digo isso, porque a Petrobras não é apenas do Governo. O Governo é um dos acionistas, mas a Petrobras reúne um conjunto infinito de pequenos acionistas que colocaram lá as suas poucas poupanças. São trabalhadores e funcionários públicos que fizeram do seu fundo de garantia a sua principal aplicação e estão convivendo com essa conjuntura.

O endividamento total da Petrobras aumentou 31%, apenas em 2014, atingindo a marca de R$351 bilhões. Ela se tornou, portanto, a petrolífera mais endividada do mundo. Hoje, para cada R$1 que ela gera de caixa, deve R$5. Para efeito de comparação, a Exxon, maior petroleira de capital aberto do mundo, para cada R$1 de caixa gerado, deve R$0,48.

A pergunta que faço a V. Sªs é a seguinte: por tudo isso, tem a Petrobras condições de responder ao desafio brasileiro de ser a operadora única da camada de pré-sal, na medida em que o interesse brasileiro está submetido ao interesse da Petrobras nessa questão? E, como estamos observando na Operação Lava Jato, nem sempre o interesse da Petrobras coincide com o interesse do Brasil, porque, pelo que estamos a assistir na Operação Lava Jato, é o avesso do avesso do avesso. Esta é a primeira pergunta que gostaria de fazer a V. Sª: Em razão de tudo o que viu até agora, tem a Petrobras condição de continuar sendo a operadora única e exclusiva do pré-sal?

Também não vi, na apresentação de V. Sªs, os créditos relacionados que a Petrobras tem, por exemplo, com a Eletrobras. Em função das mudanças do sistema e do setor elétrico, a Petrobras tem créditos acumula-

dos de bilhões de reais com a Eletrobras. A pergunta é: O que a Petrobras fará para receber esses créditos que tem da Eletrobras?

V. Sªs têm anunciado um vasto programa de privatização, mesmo que queiram chamar de desinvestimento.

Mas o que estamos vendo é um processo de privatização de partes importantes e estratégicas da nossa Petrobras. Domingo agora, o jornalista Elio Gaspari chamou esse desinvestimento de um verdadeiro feirão da Petrobras.

Pergunto aos senhores: Esse desinvestimento ou essa privatização de partes importantes da empresa, em uma conjuntura como esta, não é o mesmo que incinerarmos patrimônio público que foi constituído e construído com grande esforço de gerações de brasileiros que deram a sua vida pela Petrobras? Em função da conjuntura, é evidente que os preços a serem privatizados poderão não alcançar... A pergunta é: Quais são os critérios para uma decisão como essa? Quais são as metas da decisão? E de que maneira nós poderemos conhecer os principais objetivos da empresa nesse campo?

E a terceira e última pergunta, Sr. Presidente. Quero me referir ao Decreto Presidencial nº 2.745, de 1998, que deu à Petrobras flexibilidade na aquisição de produtos e serviços. Ele foi feito para dar à companhia, àquela conjuntura, condições de competição no mercado, no momento em que o setor foi aberto para outras empresas privadas atuarem. Esse mecanismo deveria ser usado com moderação, em situações relevantes e estratégicas.

É evidente que simplesmente impor à Petrobras a Lei nº 8.666 (Lei de Licitações) seria uma insanidade, seria engessar a companhia e não dar a ela velocidade na tomada de suas decisões. Porém, a diferença entre o remédio e o veneno está na dose. Os dirigentes da Petrobras transformaram esse bom mecanismo em veneno, na medida em que se prevaleceram dele como estratégia principal na aquisição de produtos e serviços. Juntas, as modalidades de dispensa de licitação, inelegibilidade e convite dos seus protegidos alcançaram mais de 90% dos contratos da companhia nos últimos dez anos. Apenas por meio de convite, modalidade em que a companhia escolhe quem vai participar, foram mais de R$220 bilhões nos últimos anos.

Óbvio está, a meu juízo pelo menos...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Concluindo, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... nisso – já vou concluir, Sr. Presidente – o centro, o núcleo do chamado "clube das empreiteiras" ou dos apaniguados, que foram apresentados aqui no cartel das 27 empresas.

Apenas, Sr. Presidente – pasmem! –, no critério de convite, em que a Petrobras define quem vai participar daquela concorrência, impedindo, por exemplo, uma livre competição de mercado em torno de qualidade e de preço, apenas entre 2003 e 2012, quando se observou a delinquência sem limites na empresa, mais de 60% das contratações foram nessa modalidade de convite.

O Tribunal de Contas da União vem, sistematicamente, condenando esse procedimento e já emitiu diversos acórdãos contrários ao modelo simplificado, com a forma e a dosagem com que a Petrobras tem se prevalecido.

V. Sªs acham razoável manter esse procedimento que inibe a competição no mercado para garantir os melhores preços e condições para a companhia?

Eu me refiro, inclusive, a uma concorrência que a Petrobras está, neste exato momento, fazendo no meu Estado, o Espírito Santo: está contratando três terminais para a operação de *offshore*. O meu Estado é o segundo produtor brasileiro de petróleo e gás. Tudo, portanto, que acontece na Petrobras tem impacto positivo ou negativo em nosso Estado. Ora, empreendedores que estão se implantando em meu Estado, que já estão com suas licenças ambientais e com anúncio de construção de terminais...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Ferraço, concluindo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ...não estão – eu vou encerrar – conseguindo participar dessa concorrência, porque a Petrobras não os admite. Não é razoável que, em uma conjuntura como essa, nós não possamos abrir para que o mercado possa competir.

Eu gostaria de perguntar, portanto, se V. Sªs consideram razoável que esse tipo de procedimento continue existindo numa empresa da envergadura e da importância da Petrobras.

A minha indignação não é contra V. Sªs que chegaram agora à Petrobras, mas é contra esse amontoado de delinquência que nós observamos ao longo desses últimos anos. Evidentemente, para falar em futuro, é preciso que revisitemos o passado, para que coisas como essas não voltem a acontecer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Ferraço.

Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Por cinco minutos tentativos, não é, meu caro Senador?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Eu vou tentar ser o mais breve.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – V. Exª sempre obedece o tempo.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Eu hoje, talvez, seja um pouquinho desobediente. Mas só um pouquinho. Vou tentar ser o mais objetivo possível, dentro desse quadro difícil, que é uma conversa, hoje, para entender a Petrobras.

Primeiro, eu queria esclarecer porque acho, Dr. Mário Jorge, que todos aqui... que não há nenhum Senador que duvide do potencial do quadro de pessoal e dos recursos da Petrobras. Não existe essa dúvida. Só esse esclarecimento. A grande perplexidade aqui foi colocada pelo Senador Ferraço: como pegar uma empresa com esse potencial, com quadros formados lá, e chegar ao ponto a que a Petrobras chegou, com esses números incrivelmente altos?

Então, algumas perguntas que eu queria colocar.

Na cotação do dólar atual, com a cotação do barril de petróleo entre US$50 e US$60 dólares e com a taxa de câmbio atual, será preciso algum novo aumento do diesel e da gasolina?

Bastante objetivo, Presidente.

Foi decantado e cantado em verso e prosa pelo nosso Presidente Lula, finalmente, a grande independência e autonomia brasileira no petróleo, o que daria para o Brasil o privilégio de estar no rol dos grandes produtores de petróleo. Primeiro, nós não chegamos lá. Quando chegaremos? Quando ficaremos autossuficientes de petróleo?

Qual é a anomalia, se já estamos perto disso, que faz ser o único País grande produtor de petróleo no mundo que tem uma gasolina cara? Praticamente, até onde eu conheço, todos os grande produtores de petróleo do mundo têm um combustível extremamente barato. É ineficiência no refino? É distribuição? É imposto?

Gostaria de saber, hoje, saindo um pouco do foco, mas dentro de outro tema que está em voga, em uma discussão que nós vamos ter em breve aqui no Senado, Senador Delcídio, qual o número de terceirizados que tem a Petrobras?

O Senador Ferraço colocou aqui sobre a exigência de a Petrobras ser a operadora única do pré-sal. Os números mostrados pelo Sr. Mário Jorge demonstram claramente que ela não vai ter condições de ser a única operadora, a não ser que se diminua o ritmo de exploração do pré-sal drasticamente, ou seja, diminuindo ainda mais a probabilidade dessa famosa autonomia e independência do Brasil na produção de petróleo.

A Petrobras vai lutar? Tem chances de acabar com essa exigência?

Também sobre o marco regulatório do pré-sal, na sua visão, os índices de conteúdo local do setor de petróleo e gás são normais ou excessivos? A Petrobras conseguirá cumprir com a exigências de conteúdo local que a empresa prometeu à Agência Nacional de Petróleo desde 2005?

Com tanta capacidade ociosa no mundo, o senhor não acha que a Petrobras poderia reduzir significativamente a sua curva de custo, se pudesse obter material de fornecedores de fora, além de não ter mais atrasos na entrega de produtos?

Há alguma estimativa de quanto custa, quanto existe de potencial prejuízo para a Petrobras por ano as regras de conteúdo local a que a companhia tem que se submeter?

Gostaria de saber, dentro desse processo de desinvestimento da Petrobras – estamos falando aqui de um plano de desinvestimento, se não me engano, de cerca de 13 bilhões –, se esse número seria o suficiente para resolver o problema de caixa e de investimento da Petrobras?

Não foi dada aqui, na explanação do Dr. Mário Jorge, nenhuma palavra sobre coligadas. Elas estão entre esses ativos que estarão à venda? Estarão entre essas empresas como a Transpetro, como a BR Distribuidora? Serão vendidas, ou seja, serão privatizadas? Existe essa possibilidade?

Qual será... Aqui já foi perguntado.

Pergunta também já colocada, mas que eu queria reforçar ainda mais: Por que a Eletrobras atrasou o pagamento de dívidas junto à Petrobras? De quem é a culpa desse calote, na Petrobras, da Eletrobras, do Tesouro, que havia prometido pagar os subsídios da conta de energia dos consumidores da Região Norte? Quais as providências que a Petrobras está tomando para recuperar os valores devidos pelo setor elétrico?

Por que a Petrobras passou a ser tão dependente dos bancos públicos? O senhor acha correto, o senhor que foi Presidente do Banco do Brasil, emprestar mais da metade do seu capital social para o setor de petróleo e gás? O senhor acha isso razoável? Qual é a posição hoje do Banco do Brasil, em valores absolutos e como percentual do capital social do banco à Petrobras?

Há a perspectiva... Foi descartada a possibilidade ou ainda existe a perspectiva de alguma capitalização por parte do Tesouro Nacional para reduzir ou para manter, reduzir o endividamento ou manter o plano de investimento da Petrobras?

Enfim, uma pergunta de interesse muito regional, especificamente do meu Estado, Ceará, onde não a Petrobras, mas o Presidente Lula, especificamente, a Presidente Dilma e o então Presidente Sérgio Gabrielli fizeram a maior farsa da história do Ceará. Se prometeu, se lançou pedra fundamental do início da obra, fazendo o Governo do Estado gastar bilhões de reais ao redor de uma refinaria cuja obra já estava para ser iniciada durante oito anos. O Estado pobre do Ceará teve investimentos altíssimos ao redor dessa refinaria. O povo do Ceará, inclusive, votou por conta dessa promessa de refinaria, o Ceará e o Maranhão, basicamente o Ceará e o Maranhão...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – E Sergipe também.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – E Sergipe também. A pergunta é a seguinte...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Verdade, Presidente, é só verdade.

Alguns líderes políticos ainda dizem que estão lutando pela refinaria do Ceará. Eu acho que o capítulo refinaria do Ceará, pelo menos nos próximos cinco anos, está liquidado. Não existe essa possibilidade. Eu só queria essa verdade, para ficar claro para o povo cearense, para o Governo do Ceará rumar para outra direção, ter outros rumos diferentes, e não ficar vivendo em cima de mais uma mentira. Eu queria somente este esclarecimento: não há ou há.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Tasso. Bastante objetivo como sempre.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Só mais um minuto, para não ser tão objetivo. Só uma perguntinha...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Foi só elogiar...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – É porque me chegou aqui uma nota bastante interessante, Presidente. Veio por *e-mail*. Chegou aqui. Deve ser de alguém de dentro da Petrobras: "Atentai-vos" – parece o Senador Mão Santa –, "Atentai-vos para a magnitude dos números; são montantes assustadores que fazem da estatal uma das empresas mais endividadas do Planeta.

Mas, como podemos ver no gráfico, o nível de produção é praticamente o mesmo desde 2010, ou seja, cinco anos sem crescimento na produção, mesmo tendo investido dezenas de bilhões todo ano. Foram mais de R$100 bilhões só em 2013, quase R$90 bilhões em 2014 e cerca R$60 bilhões por ano apenas em exploração e produção. Como pode isso? O nível de produção é praticamente o mesmo há cinco anos". Pergunta que chegou a mim aqui.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Tasso Jereissati.

O próximo inscrito é o Senador Lasier Martins, em permuta com o Senador Flexa Ribeiro.

Senador Lasier Martins, V. Exª dispõe de cinco minutos.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Muito obrigada, Senador Delcídio. Cumprimento o Dr. Bendine e seus demais diretores.

Dr. Bendine, V. Sª está vindo para enfrentar a delinquência da Petrobras, como bem disse o Senador Ferraço, e precisamos que realmente o senhor faça o devido conserto, ou melhor, a devida recuperação dessa empresa tão importante para todos nós brasileiros.

Já se falou e leu demais sobre os prejuízos. Precisamos saber, daqui pra diante, já nem tanto disso que os senhores estão chamando de pagamentos indevidos, que não passa de um eufemismo. Na verdade, estamos tratando aqui de R$6 bilhões em propinas, um número que ainda não sabemos bem como se chegou a ele. Se possível, pediria a V. Sª que nos explicasse um pouco melhor como se chegou a esses R$6 bilhões de propinas ou pagamentos indevidos, como dizem os senhores.

Com relação aos outros R$16 bilhões, sabemos que se trata de más gestões. Como foi possível uma administração, durante todos esses anos... Uma curiosidade que temos, Dr. Bendine: O que fazia o Conselho de Administração durante todo esse tempo? V. Sª está compondo, agora, um novo Conselho de Administração. Como deverá agir, sob a sua Presidência, esse referido Conselho, para que, pelo menos, observe o que se está passando nos bastidores da Petrobras?

Uma outra questão é em nível regional, porque temos, no Rio Grande do Sul, uma cidade que se revolucionou, em toda a sua estrutura, nos últimos dez anos, a Cidade de Rio Grande, que, há dez anos, passou a ter praticamente a duplicação da sua população em investimentos. Para lá, acorreram comerciantes de toda a ordem, construindo hotéis, restaurantes, pousadas, escritórios, na expectativa de que teríamos a redenção econômica não só daquele Município, mas da metade sul do Rio Grande do Sul, porque sabe o senhor que o

Rio Grande do Sul tem uma metade norte, considerada rica, para forçar a expressão, e uma metade que precisa de investimentos.

A Petrobras estaria sendo a solução. Entretanto, há duas plataformas paralisadas neste momento – a 77 e a 75 – e uma frustração muito grande no Município e na região. Muitos sonhos destruídos, na expectativa de que a instalação do Polo Naval de Rio Grande seria a solução para a metade do Estado.

Hoje, o que vemos é a Engevix praticamente falida. A Sete Brasil, que deveria financiar a construção de sondas, está sem saber que rumo tomar, porque estaria também quase falida. Então, pergunto a V. Sª: Qual o destino do Polo Naval de Rio Grande?

A Presidente Dilma esteve em um Município próximo de Rio Grande, há um mês, no Município de Santa Vitória do Palmar, e afirmou que as obras do Polo Naval do Rio Grande seriam retomadas, para a construção das Plataformas 77 e 75. Entretanto, não fixou prazo. Quando poderá acontecer isso?

A população da metade sul do Rio Grande do Sul pode alimentar alguma esperança? Para quando?

Então, são essas as minhas duas ou três principais perguntas.

De que modo o Conselho de Administração se omitiu? Como se omitiu? E o que fará o Conselho de Administração da Petrobras agora sob a sua orientação?

Essa questão peculiar da metade sul do Rio Grande do Sul é aguardada com muita expectativa: qual é o futuro do Polo Naval de Rio Grande?

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Lasier, pela objetividade e obediência ao tempo.

Eu passo a palavra ao Presidente Bendine.

Se o Diretor Ivan Monteiro também quiser responder a várias das questões que foram aí apresentadas... (*Pausa.*)

Então, depois do Presidente Bendine, o Diretor Ivan Monteiro.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, antes disso, V. Exª poderia dizer quais seriam os próximos inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Os próximos são: o Senador Omar Aziz, o Senador Ronaldo Caiado e o Senador Hélio José. São estes os três próximos.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Com a palavra o Presidente Bendine.

O SR. ALDEMIR BENDINE – Bom; como há algumas questões nas colocações dos três Senadores que se sobrepõem, eu vou tentar seguir falando pela ordem e, depois, se houver alguma necessidade, vocês, por favor, me relembrem algum ponto a respeito do qual queiram maior detalhamento.

O primeiro ponto, colocado diretamente pelo Senador Ferraço e replicado pelo Senador Jereissati, foi sobre o impacto da Eletrobras no resultado de 2014.

A gente não fez uma apresentação tão longa ali, mas, de fato, nós tivemos um impacto no resultado da companhia por provisão no setor de energia. Eram fornecimentos que a companhia fazia, no ano de 2014, para as termoelétricas, notadamente da Eletronorte, da Região Norte, e que não apresentaram a devida quitação até o final do ano.

Eu só queria ratificar dois pontos: primeiro, ela não foi dada como perda; é um provisionamento, ou seja, passível de recuperação. Por quê? Pelo que nós avaliamos – e precisamos entender que ali era o retrato no dia 31/12/2014... Já existe uma nova situação dada, mas aquilo que está refletido no balanço é 31/12/2014. Naquele momento, uma parte desse endividamento, que era com a *Holding* Petrobras e com a Petrobras Distribuidora, não tinha garantias em relação a esse fornecimento. Parte, sim; parte, não. Nessa parte que não tinha garantias em relação ao fornecimento, nós fizemos, para uma boa metodologia contábil – e é assim que tem que ser –, um provisionamento sobre esses créditos a receber.

Posteriormente, foi feito um rearranjo entre o Ministério das Minas e Energia, o Ministério da Fazenda e outros entes envolvidos, do ponto de vista do Estado, que reconfigurou essa dívida, as garantias foram ofertadas e a dívida foi equacionada – o Ivan vai dar mais detalhes técnicos sobre isso depois.

Então, esse valor é reversível e pode voltar este ano ao nosso balanço.

Você quer já acrescentar, Ivan, como foi o modelo?

O SR. IVAN DE SOUZA MONTEIRO – Como ocorreu um aumento bastante expressivo nas contas de luz, aqui ocorreram o fluxo de remessas dessas novas contas aos consumidores, o pagamento, o recolhimento por parte das distribuidoras e a alimentação da garantia que foi dada, que foi um fluxo daquela conta CDE, administrada pela própria Eletrobras.

Como esse fluxo vai passar a ter muito mais conteúdo a partir do pagamento das contas dos meses de março, abril, maio e junho, e daí em diante, é com esse fluxo que vai haver o repagamento. O que a Petrobras fez foi uma composição das dívidas com um perfil adequado a essa nova realidade do setor elétrico.

Então, a gente tem a expectativa de que, a partir do momento em que os pagamentos forem sendo feitos e os fluxos forem engordando a CDE, nós receberemos os nossos créditos.

O SR. ALDEMIR BENDINE – Alguma dúvida? (*Pausa.*)

Então, podemos prosseguir.

Eu vou discorrer um pouco, agora, sobre a questão de desinvestimento. Foram três as questões colocadas a respeito.

Nós temos uma previsão, conforme já divulgado ao mercado, de um desinvestimento para os anos de 2015 e 2016 – é bianual o desinvestimento –, da ordem de R$13,7 bilhões.

Por óbvio, não discriminamos quais os ativos que estão nesse plano de desenvolvimento até por uma questão concorrencial, porque, se nos for dado fazer isso de forma pública, podemos desvalorizar esse ativo.

Mas o que primeiro eu queria abordar é que uma politica de desinvestimento notadamente em empresas de energia ou empresas de óleo e gás é uma política constante e diária. Por quê? Porque se tem determinado tipo de situação que permite e obriga a fazer um pouco esse plano de desinvestimento. Então, o usual não é uma medida paliativa ou imediata para essa situação que estamos vivendo. E, respondendo, Senador, não é com ela, provavelmente, que vamos ter uma solução para o alto endividamento da Petrobras.

Dentro do plano de desinvestimento, há situações, e vou citar um exemplo aqui: você tem determinados poços que, por uma condição exploratória, podem não ter tido um desempenho de acordo com aquilo que a empresa imaginava. Então, em uma situação desse tipo, você pode ter uma empresa que detém outro tipo de tecnologia ou tem um foco especial nesse tipo de situação que pode ser interessante para ela e não para uma companhia como a nossa, que tem uma possibilidade de sucesso, índice exploratório muito alto e que tem uma infinidade de campos a serem explorados. Portanto, na relação custo/benefício, não compensa você investir em um campo que tem esse tipo de situação. Esse pode ser um exemplo.

Outros são aqueles campos próximos ao abandono. Ele tem uma vida útil, muitos desses campos, notadamente os *onshore*, em que, passado determinado tempo, a sua produtividade, dado a longevidade do campo, passa a não ter uma relação custo/benefício adequada. Para uma empresa do porte da Petrobras, esse determinado tipo de campo passa a não ter mais interesse futuro. No entanto, existem outras companhias que têm interesse nesse tipo de campo.

Então, são esses tipos de ativos que estão colocados hoje no plano de desinvestimento e estão muito mais correlacionados ao dia a dia da empresa, à sua atividade, do que propriamente relacionados a um programa que possa vir ajustar nossa situação de endividamento. É óbvio que, esse plano sendo executado, temos uma condição também de melhoria nessa questão do desinvestimento. Não é suficiente, é óbvio, para resolver o problema de caixa...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – As coligadas podem estar nesse...

O SR. ALDEMIR BENDINE – Vou chegar lá, Senador.

Então, é lógico que esse plano de desinvestimento não é suficiente para resolver o problema de caixa; ele simplesmente está dentro do dia a dia da atividade. Um primeiro que já veio a público foi uma operação pequena, em que tínhamos um capo na Bacia Austral, na Argentina, e ele foi levado a cabo: vendemos esse campo, que representava pouco mais de US$100 milhões.

Agora, o que fazer em relação a esse endividamento? Primeiro, quero deixar bem claro que a empresa vai conviver, sim, ainda por um período, com um endividamento que não é o salutar para ela. Ela vai estar com indicadores acima daquilo que imaginávamos.

Hoje, a Petrobras está próxima de cinco vezes o seu EBITDA, o seu endividamento, o que não é salutar para uma empresa do porte da Petrobras. Vamos ter que fazer um programa, e isso estará dentro desse plano de negócios que, em breve, vamos apresentar. Pretendemos trazer esse indicador para o que estimamos dois e meio a três vezes o endividamento, o que é o salutar para uma empresa desse porte, dentro de um programa, de um lapso de tempo que não vai se dar no próprio ano ou no próximo ano.

Entretanto, temos determinado tipo de situação que já pudemos observar nesse período em que lá estamos. Ela tem uma potencialidade em relação à sinergias que hoje não são exploradas, notadamente do ponto de vista da inteligência financeira de alguns ativos, e que, com nossa experiência, acho, que temos condições de potencializar.

Vou dar um exemplo que utilizei e que, no fim, vai até ser ruim porque esse exemplo talvez nem possamos mais executar. Temos um conjunto de ativos na Petrobras, que estão sendo muito olhados simplesmente pelo seu *core business,* aquela atividade principal desse ativo. E ele pode gerar determinados tipos de situação

de se ter outros rendimentos que hoje não estão sendo explorados nesse ativo. Usei um exemplo, que vou repetir: a Petrobras hoje tem uma malha de dutos, no País, de praticamente 14 mil km, envolvendo óleo e gás ou modelo misto. Ela atende àquele fim para o que foi desenvolvido, dá uma boa rentabilidade; entretanto, há uma série de possibilidades, em um tipo de ativo desses, que podem gerar uma rentabilidade para a empresa, e hoje está dentro de um bem intangível da empresa – não está registrado – e é com o que vamos trabalhar muito fortemente.

Nós estamos falando na questão de dutos, estamos falando, por exemplo, da Transpetro, eu posso, lá numa determinada malha de duto, vender ou fazer uma parceria com uma empresa de telecomunicação que pode transitar paralelo àquele nosso duto – que nós já temos a manutenção dada e nós temos que cuidar daquele ativo ali – e ela passar um fio de fibra ótica ali e isso tem um valor agregado. São coisas sobre as quais dentro da Petrobras não havia uma visão da sinergia que esses ativos podiam propiciar.

É nisso que nós vamos trabalhar fortemente, porque ali existe uma possibilidade enorme em relação ao conjunto de ativos que a Petrobras tem e que são riquíssimos nesse ponto e que podem trazer uma rentabilidade extraordinária e que, lógico, irá para o abatimento ou redução desse endividamento. Acho que, com isso, a gente pode antecipar uma melhoria nessa relação de endividamento líquido sobre a Ebitda da empresa. Há potencialidade enorme, inclusive nas coligadas.

Muito se discute, até porque nós adotamos, na empresa que estávamos anteriormente e que foi um *case* de sucesso, uma operação em relação à área de seguros do banco. Essa área tinha lá o seu rendimento, tinha o seu ativo, ela estava muito bem. Entretanto, o que nós fizemos nesse modelo? Nós congraçamos, através de uma revitalização, de um redesenho com nosso parceiros em vários tipo na área de seguros, e trouxemos isso para uma *holding*. Isso gerou um valor e, desse valor dessa *holding*, nós colocamos 30% a mercado. Foi o maior IPO realizado por uma empresa brasileira na história do País e o maior IPO do mundo naquela ocasião. Ele apresentou um resultado extraordinário para o banco da ordem de quase R$12 bilhões em valores brutos. E o mais importante, apresentou ainda uma melhoria na rentabilidade daquele ativo, ou seja, nós otimizamos aquilo que nós tínhamos de receita com seguridade de uma forma desordenada. Ao fazer esse movimento de criação da *holding*, nós melhoramos a eficiência e, hoje, detendo 70% do controle dessa *holding*, nós temos um resultado maior do que a que ele tinha quando a gente tinha 100%.

Então, são mecanismos como esse que a gente vai procurar adotar, até porque esse conjunto de ativos da Petrobras é imenso, seja só na *holding*, seja nas coligadas. Não estou querendo dizer com isso que nós vamos propor uma abertura de capital da BR Distribuidora, da Transpetro ou de qualquer outra, mas são fatos que a gente sempre vai analisar, sim, desde que haja possibilidade de se atingir um bom resultado e traga melhor resultado e eficiência para a companhia.

O senhor citou, na sequência, Senador Ferraço, a questão do Decreto nº 2.745, em relação à Lei de Licitações nº 8.666. Sobre esse aspecto e aí já tangenciando um pouco a questão das políticas de conteúdo nacional ou de regime de partilha, é importante salientar – e essa é uma visão que eu quero que seja dada à empresa – que nada obstante a empresa ser uma sociedade de economia mista, ou seja, a maioria de seu capital é controlada pela União, ela é uma empresa concorrencial, é uma empresa que atua no mercado, ela é uma empresa de capital aberto, que tem acionistas minoritários, investidores estrangeiros – não preciso repetir tudo isso. O Decreto nº 2.745, de 1998, possibilitou, sim, uma vantagem competitiva à Petrobras. Dentro de uma amarra de determinados modelos que contemplam a Lei nº 8.666, ela permitiu uma maior questão de competitividade da empresa nas mesmas condições em que o mercado atua.

À questão se isso possa ter gerado desvios na companhia, eu diria que, seja o Decreto nº 2.745, seja a Lei nº 8.666, o problema não está no marco regulatório dessas concorrências; o problema está na mitigação desses riscos e na forma adotada dentro do gerenciamento da empresa.

Corrupção existe em empresa pública, em sociedade de economia mista e em empresa privada. O que tem que se ter dentro dessas companhias é um bom processo de governança, de *compliance*, de mitigação de riscos – algo em que vamos apostar muito fortemente para que não ocorra.

Dizer que, com isso, definitivamente se afastam riscos de malfeitos dentro da companhia, é algo que a gente nunca vai poder atestar. Mas, com certeza, a gente vai mitigar, e muito, situações como as que a empresa vivenciou, eu não tenho dúvida nenhuma em relação a isso. De que forma? Investindo muito fortemente nessa governança. E como investir nessa governança? Trabalhando muito fortemente na questão de tomadas de decisão cruzadas, onde haja participação de mais áreas, de mais representantes técnicos naquelas decisões, sem que com isso se cause prejuízo à celeridade na tomada de decisões, mas que principalmente traga segurança na tomada da decisão.

Esse modelo nós já começamos a discutir. Ele vai ser um processo de longo prazo porque envolve uma mudança cultural muito forte dentro da empresa. É um projeto que por isso nós vamos implementar em fases,

começando de cima para baixo, para que ele já tenha entregáveis ao longo do tempo e que isso possa estar trazendo uma melhor condição do processo decisório da empresa.

Nós já estamos fazendo um mapeamento de todos os processos da empresa – e são milhares e milhares de processos –, para que possamos identificar onde haja fragilidade nessas tomadas de decisão. Vamos investir muito fortemente nisso, e acho que com isso a empresa cria um mecanismo de controle e um modelo novo de governança que, de fato, lhe dê uma segurança na sua tomada de decisões, e com certeza mitigará, de uma forma bastante expressiva, qualquer risco que a gente possa ter de desvios nas decisões da empresa.

Sobre esse aspecto, que eu também gostaria...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Permita-me, senhor.

O SR. ALDEMIR BENDINE – Pois não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Sª pretende, então, manter esse mecanismo nos mesmos níveis em que se manteve até aqui, ou seja, R$220 bilhões em obras e serviços foram contratados pela Petrobras na modalidade de convite.

O SR. ALDEMIR BENDINE – Não, Senador. Eu não pretendo manter esse modelo não. Nós estamos pretendendo fazer um modelo no qual a gente tenha um mecanismo de tomada de decisão muito mais seguro em relação a isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mais competitivo?

O SR. ALDEMIR BENDINE – Mais competitivo,...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mais democrático?

O SR. ALDEMIR BENDINE – ...em que você abra de uma forma democrática...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Concorrencial?

O SR. ALDEMIR BENDINE – ...e assim por diante.

O senhor citou um exemplo de que num processo atualmente em curso no Espírito Santo há...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Empreendedores...

O SR. ALDEMIR BENDINE – ...dificuldades com alguns empreendedores locais.

Também há de se analisar que nós trabalhamos numa atividade de muito risco, e para isso a gente tem que ter uma habilidade e uma capacitação dos nossos fornecedores para que tenham um padrão – é lógico – de entrega de serviços. A Petrobras, nesse aspecto, eu reputo que já tem um bom procedimento na capacitação desses fornecedores.

É lógico que essa situação por nós vivenciada hoje em relação a essa operação de investigação em curso trouxe limitações a um conjunto de empresas que estão arroladas nesse processo e eram empresas que foram capacitadas nisso. Então, estamos passando por uma fase de transição na qual precisamos capacitar novos fornecedores diante dessas especificidades que a Petrobras exige. Ela não pode simplesmente, como é dentro do modelo de lei de licitação, a Lei nº 8.666, abrir um processo de licitação simples sem olhar qual é a qualificação daquele prestador de serviços, senão se coloca em risco o próprio empreendimento que está sendo realizado.

Eu não concordo com esse modelo de licitação de carta convite. Acho que isso gera riscos. Entretanto, a partir do momento em que você tem um cadastro de fornecedores bem atualizado, o que se pode fazer é uma abertura de concorrência entre essas empresas que estão qualificadas nesse processo.

Não tenho nenhuma dificuldade em analisar se a empresa é local ou estrangeira, mas é lógico que sempre a Petrobras vai dar preferência para empresas locais, até porque essa é uma maneira de prestigiar e promover uma melhor *performance* da indústria brasileira, e acho que com isso a gente ajuda não só o desenvolvimento do País, mas serve para termos fornecedores certificados dentro da nossa própria indústria nacional, o que melhora muito o nosso fluxo de realização e de execução de investimentos.

Voltando ao ponto central, precisamos entender que muitos dos pontos aqui colocados dizem respeito a uma questão de legislação. É uma questão de decisão de Estado. Acho que a empresa tem que ter claro – e a sociedade precisa ter isso claro – que deve cumprir determinações que já estão dadas. A Petrobras vai cumprir as recomendações e a legislação que estão sendo dadas. Se a legislação mudar para x, y ou z, nós vamos observar os preceitos dessa possível nova legislação e vamos nos adequar a ela. Nós somos cumpridores de leis e não cabe a nós questionar leis colocadas em relação a isso.

É lógico que a empresa também se coloca à disposição para um debate público em termos de aprofundamento de melhorias em relação a determinadas legislações atuais, cuja eficácia possa ter sido colocada em cheque, a empresa estará, sim, à disposição, cedendo seu corpo técnico para qualquer discussão pública em relação a isso.

Mas o que eu quero deixar bem claro – e é a nossa postura doravante, é assim que eu gosto de trabalhar – é que a empresa tem um foco no seu trabalho. Ela tem que ser tratada como empresa e tem que dar resultados como empresa. Afinal ela é uma empresa de capital aberto, ela é uma empresa que tem que cumprir a

legislação que está dada, cabe a ela analisar se a legislação dada, se esse negócio colocado diante dessa legislação é benéfico ou não à empresa e que ela possa ter um poder de decisão quanto a uma recusa ou a não estar previsto no modelo.

Passando rapidamente sobre esses dois pontos, que dizem respeito ao modelo de partilha e à questão do conteúdo local, de fato, hoje, diante dessa indústria nacional, a empresa não vem cumprindo a política de conteúdo nacional. E isso está muito atrelado, primeiro, ao modelo que foi normatizado pela ANP. Eu vou citar um pequeno exemplo aqui: quando você vai para uma exploração de poços do pré-sal, o componente da sonda, que é o principal componente hoje na exploração de um campo do pré-sal, o peso que ele tem no conjunto total do investimento é muito significativo. Além disso, foi dado pela ANP um peso adicional a cada um desses itens de modo que, hoje, se não tiver uma sonda nacional, você não vai cumprir a legislação. E nós estamos vivenciando uma situação, que eu vou falar um pouco mais à frente, em relação à nacionalização da questão de sonda – eu acho que nós vamos achar um bom termo quanto a isso –, porque acho que cabe uma discussão do ponto de vista da ANP, é que a empresa vai passar por um momento, não só a Petrobras como as outras que aqui atuam, porque ela está, sim, com dificuldade de cumprir a política de conteúdo nacional por uma situação momentânea, uma situação extemporânea. Eu vou depois detalhar um pouquinho em relação a isso.

Em relação ao modelo de partilha, primeiro, ele não gera, conforme foi colocado, uma questão de exclusividade para a Petrobras. Ele dá uma exclusividade à Petrobras. E isso, é lógico, nós como gestores da empresa vamos achar sempre benéfico, porque nos dá a possibilidade de um ganho, de uma reserva de pelo menos 30% na participação desse processo. É lógico que, em determinados momentos, diante da situação de caixa e da capacidade de investimento da empresa, esse modelo pode ter que ser feito uma análise, na ocasião, para ver se a empresa vai estar apta a cumprir com essa exigência dos 30%. Mas por outro lado, ela tem o lado benéfico porque garante, de uma determinada maneira – e nós deixamos isso bem claro na apresentação... A Petrobras passa por um momento, com todos esses problemas, também alvissareiro, porque ela tem uma reserva de petróleo fantástica, acima do padrão da média mundial. E o pré-sal vem dando um retorno acima daquilo que foi imaginado. A produtividade é excelente diante daquilo que havia sido examinado.

E o que eu vejo nesse momento é o seguinte: nós não temos uma necessidade imediata e premente de investimento na abertura de novos poços. Por quê? A produtividade dos que estão hoje em operação está muito superior à melhor expectativa que a gente tinha. Diferente do que se apregoa, o custo da produção no pré-sal não é superior ao custo tradicional de operações *offshore*. O que ele tem é um investimento muito massivo na condição da exploração. E é lógico que isso você acaba pondo no custo total ao longo do tempo e diferindo.

À medida que a gente vem aperfeiçoando e criando melhores condições e taxas de sucesso nesse modelo exploratório, quando tivermos um projeto mais maduro nessa exploração de águas ultraprofundas, nós vamos ter uma condição privilegiada no custo da produção intrínseca do barril, já desconsiderada a questão da exploração, que vai estar diluída.

Nesse ponto a gente tem um dado muito positivo hoje na empresa. A taxa de sucesso, o índice de acerto exploratório nos campos do pré-sal está por volta de 85%. A média da Petrobras, considerando todo o seu conjunto de exploração, está em 70%. Portanto é bastante superior à média mundial, que hoje gira em torno de 60%.

Então esse modelo, ao permitir que a Petrobras tenha, de uma determinada maneira, possibilidade de acesso a todos os campos de pré-sal aqui no País, passa a ser, sim, uma vantagem competitiva para a empresa. O que a gente tem que trabalhar é a possibilidade de ter a financiabilidade adequada quando a gente tiver um novo modelo de leilão em relação ao pré-sal, coisa que nós não estamos vislumbrando agora, no curto prazo.

Então, em relação ao modelo, ele pode ter essa questão, pela situação atual em que vive a empresa, de gerar um investimento ainda massivo na questão da colocação dos 30% no modelo do leilão, mas, por outro lado, ele dá uma vantagem competitiva à Petrobras muito grande por ela estar inserida neste modelo.

Eu acho que o que corrobora isso, todos aqui têm conhecimento, foi a recente aquisição da petrolífera BG, uma das maiores parceiras da Petrobras na exploração do pré-sal, pela Shell. Conforme foi divulgado mundialmente, nós recebemos recentemente inclusive o CEO mundial, o grande objetivo deles é estar compartilhados com a Petrobras nesse processo de desenvolvimento do pré-sal, já que eles são hoje um dos parceiros da Petrobras na exploração do Campo de Libra.

Então, o modelo tem atingido aquilo que havia sido planejado. Por óbvio, a gente tem que entender que, se houvesse um leilão nesse momento, diante da situação de caixa da empresa, nós teríamos uma dificuldade em relação a esse investimento. Mas, como isso não está previsto, a gente pode, a qualquer momento, diante daquilo que a gente for convidado para esclarecimento sob o ponto de vista técnico das condições que são feitas isso hoje, nós estamos à inteira liberdade. O que eu não entendo é que a Petrobras, tem que estar claro, que ela não é formuladora de política, ela não é formuladora de regulamento e legislação. Isso cabe a V. Exªs,

cabe ao Executivo determinar quais são os melhores modelos. A Petrobras está sempre apta a colaborar, com sua *expertise* técnica, naquilo que for salutar a essa discussão.

Bom, dando prosseguimento...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Ou seja, nessas condições, nessa conjuntura, a Petrobras teria dificuldade em ser operadora, como determina a Lei nº 12.351.

O SR. ALDEMIR BENDINE – Bom, considerado se houver um leilão hoje e a Petrobras, como ela entra obrigatoriamente com 30% da participação disso,...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Além de ser a operadora.

O SR. ALDEMIR BENDINE – ... além de ser a operadora, nós precisamos ter com clarividência qual vai ser o campo, qual o valor que está previsto nessa licitação, e a empresa tem que analisar essa questão da financiabilidade. Se for para cumprir a determinação da lei, é lógico que vamos participar. Isso vai gerar uma situação de aumento na nossa dívida, não tem como fugir, isso é uma questão matemática e lógica. Nós temos financiabilidade para isso. Mas não seria, neste ano especificamente, muito salutar a gente poder participar de um leilão em relação a isso, até porque, conforme expliquei, nós ainda estamos em um ganho de produtividade dos atuais campos que já foram explorados, que já estão abertos. Tanto é que a gente ainda tem reserva de campos daquele primeiro leilão, que a gente ainda nem começou o processo de exploração, até porque não é viável começar vários projetos ao mesmo tempo sem obter a melhor *performance* daqueles que já estão colocados. Então, a gente ainda está com margem muito grande em relação aos campos atuais para poder aumentar essa produtividade.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sem considerar Libra – não é? –, que está no início.

O SR. ALDEMIR BENDINE – Exatamente. Então, é essa a condição que está dada hoje. E também não vejo sinalização nesse momento. O que a gente está vendo é, talvez, a possibilidade de um leilão no segundo semestre, mas é do pós-sal, que já tem um outro regime e que também está sendo dado talvez dentro de um regime de concessão, que é o que tivemos notícia, assim como V. Exªs, pela imprensa, enfim, pela discussão que está sendo dada.

Em relação a preço atual do barril, que o Senador Jereissati colocou, e a questão cambial que temos no momento, em relação a isso ao preço que nós temos em relação a derivados.

Em relação a derivados, a Petrobras tem até uma boa *performance*. Conforme foi dito na apresentação, ela é a sexta maior empresa petrolífera em refino no mundo. O que nós tivemos em relação às refinarias aqui, no País, de fato a gente caminhava para uma questão de autossuficiência do petróleo, mas nós tivemos um *boom* no consumo, notadamente do ponto de vista da gasolina, por conta do aumento da indústria automobilística, melhoria de renda da população, assim por diante.

Respondendo claramente, não, nós não temos autonomia ainda em relação a petróleo. Não dá para se fazer uma previsão quanto a isso, Senador, até porque a gente precisa entender um pouquinho qual vai ser o aumento da demanda para os próximos anos e se a gente tem capacidade de aumentar nosso nível de produção, para que a gente tenha um cenário mais claro.

É lógico que tem um negócio hoje que é pernicioso para a empresa, e que a gente tem que olhar ao longo do tempo. Como a Petrobras é a responsável pelo abastecimento do País em relação ao refino, é salutar que a gente tenha, sim, melhor condição de refino para o País, para não ficar tanto na dependência da importação de derivados. Até porque, senão, podemos trazer um problema de longo prazo para o País, até problemas de logística e de infraestrutura, pois teríamos uma necessidade de portos, navios e dutos para distribuição desses derivados, que seriam um investimento também muito pesado. Então, em vez de investir numa infraestrutura para importação, é melhor investir numa infraestrutura para produção, até porque o refino, diante de uma condição normal de mercado, também dá uma margem de ganho bastante expressiva.

Antes de entrar na questão das refinarias e puxando em relação a esse assunto, eu queria complementar, Senador, porque conforme eu já havia dito, é lógico que o quadro atual e o que levou até esse teste de imparidade ter tido um valor tão expressivo estão muito mais na conjuntura do preço do barril do petróleo e na valorização cambial que propriamente em outros fatores. Em meados de 2014, o preço do barril estava sendo comercializado a US$114, terminando o ano abaixo de US$50. Entretanto, para a projeção de 2015, saímos de uma projeção de um valor bastante baixo, que são esses quarenta e tantos dólares que estavam na ocasião, para uma situação maior. Nós não temos uma previsão de que o preço se recomponha naquelas mesmas condições que havia em meados de 2014, o que levou a uma série de decisões de projetos de investimentos na empresa lastreada naquele *boom* que havia no preço do barril, mas vemos uma perspectiva muito razoável de melhoria de preço, tanto é que, na nossa projeção para 2016, nós já estamos trabalhando com uma média do preço do barril a US$70, o que é muito razoável para a companhia.

Na divulgação do nosso primeiro trimestre, nós não tivemos, do ponto de vista de medida unitária, elevação da nossa dívida. Pelo contrário, tivemos redução. Podemos, talvez, enxergar um pouquinho, porque trabalhamos com o preço de dólar médio para o período. Como o dólar teve uma esticada no primeiro trimestre, ele pode ter uma pequena sazonalidade nesse valor, mas, para o segundo trimestre e para os trimestres subsequentes, dada agora uma maior estabilização do preço da moeda, nós vamos capturar um ganho em relação a isso.

Assim, em relação a preço, hoje, nós praticamos um preço que é um preço de mercado, um preço justo. Ele é lastreado nos custos da companhia e numa margem de ganho que está adequada. A nossa gasolina, Senador, não é tão mais cara quando se compara em unidades de dólar. Talvez estejamos num descasamento com o mercado norte-americano, mas, no mercado de uma forma geral, no mercado europeu, o nosso preço é competitivo do ponto de vista do refinado, puramente quanto ao produto. Não vejo hoje ineficiência. Talvez o que tenhamos que melhorar em relação à eficiência seja uma melhor questão de distribuição. Nisso, temos de investir muito fortemente. E isso, consequentemente, é lógico, trará melhorias na relação do nosso custo e, por consequência, um preço que talvez possa ser mais adequado. Agora, do ponto de vista da empresa em relação aos custos atuais e em relação ao preço que está sendo praticado na bomba, eu diria que estamos dentro de um preço justo e dentro do mercado.

Não trabalhamos, no nosso modelo de formação de preços, com volatilidades imediatas, até porque não é esse o modelo adotado nem no Brasil, nem no restante do mundo, diferentemente do modelo americano, em que a volatilidade está na bomba diariamente. Nós aqui trabalhamos num espaço de tempo em que há um conjunto de variáveis que dê uma estabilidade ao longo desse tempo. E, hoje, diante desse cenário, até com a questão da estabilização da moeda atual, nós estamos numa condição que eu não diria privilegiada, mas justa de colocação dos preços dos derivados. Então, não temos perspectiva, pelo menos a curto prazo, de uma grande volatilidade em relação a isso.

Mais pontos aqui colocados. O senhor colocou dependência de bancos públicos. Na Petrobras, via de regra, dentro do seu portfólio da dívida, a participação de bancos públicos é irrelevante. É que talvez V. Exªs tenham visto uma notícia mais recente de que, diante daquele projeto de financiabilidade para a companhia, nós tivemos autorização do nosso Conselho de Administração de fazer captações de até US$19,1 bilhões para garantir um caixa mais robusto e para garantir os investimentos do ano e as nossas necessidades de caixa do ano, nós tomamos, sim, recursos em dois bancos oficiais, mas também tomamos recursos em bancos internacionais. E os principais foram em um banco chinês, foi a primeira operação que realizamos; e a segunda operação foi com um banco inglês, o Standard, numa operação de *sale-leaseback*, que possibilita um melhor custo da dívida que carregamos hoje.

(Soa a campainha.)

O SR. ALDEMIR BENDINE – A nossa dependência em relação a banco público é muito irrelevante, não há um percentual assim tão grande. Do ponto de vista de financiabilidade, de credibilidade do mercado, notadamente após a publicação do balanço, temos recebido uma série de bancos internacionais e também bancos daqui, domésticos, que têm ofertados linhas em condições muito boas para nós. O Ivan estipulou que temos um teto de custo para, inclusive nessa renegociação da nossa carteira de dívidas muito lastreado, colocarmos um teto em cima do nosso custo e da nossa dívida secundária, ou seja, não vamos tomar recursos que estejam iguais ou superiores ao custo do nosso bonde; vamos trabalhar sempre abaixo dessa perspectiva.

Então, essa tomada de recursos que a gente está fazendo agora – e é bom salientar que algumas não são desembolsos efetivos, são da modalidade *standby*, ou seja, a gente tem um crédito pré-aprovado e, caso seja necessário, este será utilizado para uma necessidade eventual do caixa nesse momento. Nós não temos uma clarividência de dificuldade em relação a isso. Pelo contrário, temos hoje talvez uma oferta muito maior de crédito do que a demanda daquilo que achamos que vai ser necessário executar durante o ano.

Respondendo sobre, no caso, o Banco do Brasil, a minha antiga empresa, em que o senhor colocou a questão do risco em relação ao setor e à empresa, o Banco, hoje, – estou com os números desatualizados, e vou falar um pouco em relação à minha cabeça quanto à 2014 – tem um patrimônio que deve girar em torno de R$100 bilhões, e o poder de alavancagem é de 11 vezes. Então, estamos falando de 1,1 trilhão o patrimônio de referência para empréstimo. E nosso investimento na empresa hoje, no Banco do Brasil, deve estar por volta de R$20 bilhões. Então, eu diria que, é lógico, apesar de ser um valor expressivo, também é a maior empresa brasileira, mas, do ponto de vista do conjunto de risco de setor – macrossetor – e de empresa é um valor irrelevante perto da capacidade de geração de ativos e de créditos que o Banco tem hoje. Então, são 20 bilhões comparados com 1,1 trilhão, aproximadamente.

A capitalização da Petrobras por parte do Tesouro. Não. Nós não temos. Isso não está no nosso... E nem pretendemos fazer qualquer tipo de discussão com o controlador em relação a isso. Já foi feita uma capitaliza-

ção até recente na companhia, no ano de 2010. A nossa capacidade de patrimônio, é lógico que isso poderia ser um recurso que muito se discute, o fato de você fazer uma capitalização e, com isso, melhorar a relação da dívida líquida com o patrimônio da empresa, mas não é alternativa que a gente acha a mais correta. Temos hoje um patrimônio líquido suficiente para fazer frente a isso que estamos vivenciando. Então, isso não está no nosso radar. Não temos o mínimo interesse em fazer qualquer processo de capitalização hoje na empresa.

A empresa vai ter que trabalhar muito fortemente em geração de resultado. Eu gostaria de destacar que, apesar de 2014 ter sido um ano difícil – eu não estava na empresa, mas, ao analisar os números –, ela apresentou um bom resultado operacional. Ela teve um crescimento em relação a 2013 da ordem de 15% – e isso é um resultado expressivo.

O que a gente terá que trabalhar fortemente é na geração de resultados operacionais, numa melhor inteligência na composição dessa dívida. E o plano de desinvestimento, é lógico, como falei, não é suficiente, mas ele vai ter uma pequena ajuda em relação a isso. E o mais importante é buscar modelos de negócio, modelos de sinergia sobre ativos, que hoje vemos como intangíveis dentro de um conjunto da empresa, conforme expliquei, e que possam ter soluções inteligentes, que a gente consiga criar situações inteligentes que mais rapidamente baixem essa dívida para um nível adequado.

E é sempre importante repetir, vamos trabalhar ainda com nível de endividamento superior àquele que é a melhor prática do mercado. E é assim que temos que fazer para que a empresa volte à normalidade da sua dívida em relação ao seu capital.

Mais um ponto que foi colocado pelo senhor é em relação à refinaria. A curto prazo, não, Senador. Quero dar uma resposta muito decisiva. E já passei isto, talvez, nas declarações: pelo menos nos próximos cinco anos, nós não temos capacidade de voltar a fazer uma refinaria no Estado do Ceará e aquela do Maranhão, que eram as duas refinarias Premium. Já havia sido adotada uma decisão de baixa desse ativo, pela postergação da capacidade de realização que a empresa tem de investimento neste momento, mas também está sendo discutida com os governantes locais, como uma forma de compensação pelo impacto que isso trouxe para a economia.

No caso específico do Ceará, há uma discussão premente no momento, até por uma necessidade ambiental – eu não vou me lembrar o nome da região onde está o polo de distribuição hoje –, mas há uma condição de impacto ambiental lá no Estado, e há uma necessidade de se deslocar aquele projeto de distribuição no Estado, até por uma questão ambiental e porque ele não tem a melhor *performance*. Uma das discussões que estamos fazendo é deslocar esse parque de distribuição para um local próximo da área onde a empresa imaginava fazer lá a refinaria. Eu acho que, com isso, teremos uma melhoria de *performance* na distribuição do Estado, aumenta-se a arrecadação e compensa-se um pouco o Estado em relação a isso.

É lógico que, para o futuro, na hora em que voltarmos a um modelo de decisão de investimento no refino, que é salutar para a companhia – nós entendemos que a companhia tem que continuar perseguindo isso; o que nós não temos, no momento, é uma capacidade de investir muito forte a curto prazo –, eu acho que o Estado pode ser contemplado, como de fato foi naquela ocasião. Mas, respondendo de uma forma direta e objetiva, não vamos fazer a refinaria neste momento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Presidente, também de maneira objetiva: nessa mesma linha de programas e compromissos, foi assumido com o Espírito Santo a construção de uma fábrica de fertilizantes no norte do Estado. O Governo do Estado inclusive comprou terreno. Como é que V. Sª vê essa fábrica de fertilizantes, que é um compromisso da Petrobras com o Espírito Santo?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Eu só queria fazer um registro, Presidente Bendine, Diretor Ivan Monteiro e Senadores: estamos ainda nos três primeiros. Então, vou aumentar o número de Senadores que vão fazer as indagações ao Presidente da Petrobras e ao financeiro, e eu pediria, Dr. Bendine, que abreviássemos... Eu sei da curiosidade dos Senadores e da pertinência das perguntas, porque são vários temas que ficaram represados, então, hoje, nós estamos tendo uma oportunidade ímpar para o Presidente da companhia responder. Mas eu pediria, Presidente Bendine, que objetivássemos as respostas, até porque temos 21 Senadores inscritos, e nós não passamos dos três primeiros.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Pela ordem, Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, esta matéria é de tamanha importância que acho que a postura mais sensata seria que pedíssemos o cancelamento da Ordem do Dia. Porque é uma matéria em que – V. Exª há de convir – nós Senadores temos, hoje, uma responsabilidade ímpar de chegar pelo menos a algumas respostas que possam ser, eu não diria conclusivas, mas pelo menos que trouxessem alguma luz diante de um quadro em que não temos as informações. Como Senadores da República, nós temos essa prerrogativa. Então, acho que nessa matéria não pode ser, de maneira alguma, cerceado o tempo de pergunta, como também da réplica dos demais colegas.

Esta é a posição que levo a V. Exª, e peço a ponderação de V. Exª diante de uma matéria tão relevante quanto esta.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Caiado...

Pela ordem, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu penso que a preocupação do Senador Caiado é pertinente. É uma oportunidade que nós temos de ver esclarecidos temas – e está ao vivo aqui, na Rádio e na TV Senado – que atendem ao interesse do País, e com essa calma, com a objetividade que estou vendo aqui, tanto pelo Presidente Bendine, como também pelo Diretor Financeiro e pelos técnicos que os acompanham. Mas entendo também que os colegas Senadores têm este propósito: é ofício nosso fiscalizar, esclarecer, questionar.

Eu assumo o compromisso, como Vice-Presidente da Casa, com os colegas de tomar contato com o Presidente Renan, não para excluirmos, durante o dia de hoje, a Ordem do Dia, mas – ela normalmente se inicia às quatro horas – de a postergarmos, no máximo de tempo que pudermos, sem prejuízo da pauta do Senado, para priorizar este debate, que tem sido da maior importância para nós que estamos aqui e para o País inteiro, para a nossa companhia mais importante que é a Petrobras. Eu entendo que, aqui, somos duas Comissões nesta audiência pública. Eu assumo o compromisso de falar com o Presidente da Casa, com a Mesa Diretora, e deixarmos a Ordem do Dia para o final do dia, para que tenhamos mais seis, sete horas de discussão aqui, neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Para facilitar, Sr. Presidente, a postura do Vice-Presidente, é porque hoje nós estamos exatamente no segundo dia de discussão da medida provisória. A matéria está trancando a pauta, o que levaria, indiscutivelmente, a votação para o dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Com a palavra, o Presidente Bendine.

O SR. ALDEMIR BENDINE – Senador Ferraço, só complementando, isso estará respondido dentro do nosso plano de negócios, que, como eu falei, está em processo de realização. Nós temos uma previsibilidade de 30 a 40 dias.

Entendemos, é lógico, que uma indústria de fertilizantes tem, do ponto de vista de resultado de receita, um impacto muito importante da companhia. Entretanto, dado a condição de caixa, hoje, da companhia, vamos privilegiar, dentro do nosso plano de investimento, aquilo que é o *core business* da companhia. Então, do montante de investimento previsto para 2015 e 2016, 80% desse plano de investimento estará reservado para a questão de exploração e produção, que é o nicho mais importante da companhia. Se isso estiver dentro de uma razoabilidade, dentro desse novo plano de investimento, é lógico que vamos dar consequência, até porque nós temos também duas refinarias a que precisamos dar solução.

E aí eu entro no aspecto, complementando a questão da refinaria, que é o caso daquele complexo do Rio de Janeiro e do complexo de Pernambuco. No caso específico do Comperj, hoje, da refinaria que era responsabilidade da Petrobras, o Trem I, que é a primeira refinaria, está com 86% do cronograma físico concluso. Seria uma gestão temerária da empresa não concluir e deixar aquilo ao abandono. Então, nós temos que dar prioridade àquilo, assim como ao Trem II, a segunda refinaria do complexo Rnest, que é o complexo Abreu e Lima, em Pernambuco, que também já tem o seu cronograma físico da segunda refinaria próximo de 90%. Também seria uma temeridade não concluir, pelo menos, essas duas questões de refino. Então, diante da possibilidade da capacidade nossa de financiabilidade, concluir também esses dois projetos.

Por isso, vamos ter que dar uma ordem de priorização na capacidade de investimento. O investimento, apesar de um valor menor em relação ao ano de 2014, para fazer frente a essa condição de caixa da empresa, e a empresa, doravante, diante da sua possibilidade de realização de caixa, não vamos mais fazer endividamento em relação a isso, temos que priorizar investimentos.

Em relação ao ano passado, apesar de o valor ser menor, ainda temos uma previsão de 25 a 29 bilhões de dólares/ano para investimento nos ativos da companhia, que são valores extremamente expressivos, que queremos ter a capacidade de realizar.

Eu acho que, por último, a questão do Senador Lasier, em relação ao estaleiro Rio Grande, do Polo...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Presidente, permita-me.

O SR. ALDEMIR BENDINE – Pois não.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Uma pergunta muito rápida. Já fiz a pergunta. Refiro-me a número de terceirizado.

O SR. ALDEMIR BENDINE – Ah, sim! Desculpa. A situação é a seguinte: nós temos, hoje, o Sistema Petrobras. Nós temos ali o *core* da empresa, que é a *holding* Petrobras, mais as suas coligadas. Esse número de

empregados, próprios, hoje, é de 86 mil. Se formos considerar as empresas onde estão terceirizadas, na terceirização direta de complementos de algumas condições operacionais da Petrobras mais as empresas contratadas prestadoras de serviço – teoricamente, entre aspas, é uma "quarteirização" –, nós temos em torno de 300 mil pessoas que atuam nesse processo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Qual o percentual em relação ao conjunto de recursos humanos?

O SR. ALDEMIR BENDINE – Vamos separar em duas partes, Senadores. Existe uma terceirização direta e uma indireta. A direta é um percentual...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Somando uma mais outra, a terceirização com a quarteirização.

O SR. ALDEMIR BENDINE – Não, ela é superior ao próprio quadro da empresa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Quantas vezes superior?

O SR. ALDEMIR BENDINE – Três vezes, aproximadamente. São 86 mil para 300. Estou falando em números redondos. (*Falha na gravação.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Presidente Bendine, com a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Quer dizer que o Governo já pratica a terceirização em alta escala, não é?

O SR. ALDEMIR BENDINE – Não. Quero deixar bem claro esse processo de terceirização. Acho que ficou claro, né?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não, ficou claríssimo. Estou só enfatizando que o Governo já pratica essa terceirização com muita intensidade – é isso – na Petrobras?

O SR. ALDEMIR BENDINE – É, ela é geradora de empregos dentro da sua cadeia, ela está no topo da cadeia de óleo e gás, como o senhor mesmo citou, até corrijo, em vez de 10% são 13% do PIB brasileiro. Não diríamos que é um modelo de terceirização, mas é um modelo de geração de emprego dentro da cadeia. Então, você tem, hoje, 86 mil empregados diretos, um grupamento um pouco menor de terceirização na atividade-fim, mas, dentro da cadeia de tudo aquilo que ela gera, dos seus ativos, dos seus investimentos, em média, hoje, a gente tem 300 mil empregados ligados à atividade da Petrobras.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – É um para quatro?

O SR. ALDEMIR BENDINE – Três e meio.

E, para a última questão colocada pelo Senador Lasier em relação ao Estaleiro Rio Grande, ao ERG, eu diria, Senador, que é talvez o mais importante prestador de serviço na área de estaleiro hoje para a Petrobras diante da excelência técnica que aquele estaleiro tem. É de conhecimento também que um dos sócios daquele estaleiro passa por uma dificuldade econômico-financeira. Com isso, teve uma interrupção ou pelo menos uma postergação de uma série de investimentos que está afetando, por óbvio, a atividade produtiva lá na região. Mas há duas boas notícias em relação a isso: primeiro, que estamos próximos de uma solução naquele conjunto de encomenda de sondas que a Petrobras há em alguns anos, que se deu através de um formato da Empresa Sete Brasil, foi assinado, recentemente, um memorando de entendimento com todos os entes envolvidos, Petrobras, sócios da Sete, bancos credores e os próprios estaleiros, que vão permitir, dentro de um prazo de 90 dias, fazer um novo redesenho dessas encomendas da Petrobras, e que também atendam o interesse do plano de investimento da Petrobras, que poderão dar uma nova vida e uma nova solução para aquela condição. A gente tem a notícia de que ele, dentro desse processo de recuperação judicial, de uma iminente recuperação judicial, também tem alguns atributos em relação a isso, e há vários interessados, inclusive do ponto de vista societário em relação àquele estaleiro.

Então, acho que teremos notícias positivas num espaço de 90 dias, tão logo haja uma decisão sobre esse negócio. É interesse nosso, inclusive aquelas duas plataformas, como o senhor bem citou, são vitais para a Petrobras. É lógico que, quando o senhor acompanhar a linha de produção da Petrobras, essas duas plataformas vão ter um peso muito importante para nós, e a gente tem o máximo interesse na conclusão dessas obras, e acho que vai ter uma revitalização.

Entenda-se também que determinados tipos de projeto dentro de um estaleiro são projetos com começo, meio e fim. Então, a intensidade, a aplicação de capital, seja financeiro, seja de trabalho, tem prazos também. Você não vai manter um nível de atividade e emprego num determinado tipo de investimento porque até alguns investimentos são feitos para ter começo, meio e fim. Mas é importante dizer que acho que isso trará, sim, um impacto positivo para a região, dado a grande mão de obra que foi gerada e a melhoria na renda da população. Está passando por um momento de dificuldade por conta do próprio estaleiro, não é por conta da Petrobras, ela foi atingida durante esse processo de investigação da Lava Jato, e está num momento de dificuldade, coisa

que a empresa tem que aguardar, agora, para saber o destino do estaleiro. E, não tenho dúvida que, do ponto de vista de encomenda e de futuro, o estaleiro vai ter sim uma boa *performance* doravante.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Agora, se me permite, Dr. Bendine, haveria alguma alternativa como substituição das empresas que estavam lá comprometidas? Porque a gente sabe que as que estavam lá, dentro do cartel das empreiteiras, não têm mais condições. Então, se ficarmos esperando até que terminem essas apurações, isso vai levar uma eternidade. Houve milhares de desempregados, que permanecem por lá, inclusive aguardando uma solução.

O SR. ALDEMIR BENDINE – É compreensível, Senador, e, dentro de um conjunto de possibilidades que está sendo feito nessa discussão de 90 dias, onde há esse grupamento de entes que estão diretamente ligados a essa operação, uma das possibilidades é essa. Só não posso me adiantar, porque é uma discussão que se dá em sigilo comercial com tantos entes envolvidos, a Petrobras é apenas um dos membros daquela Mesa, e um membro com o máximo interesse. Mas uma das possibilidades é essa e, sim, há interessados, eu posso antecipar ao senhor, não só no Estaleiro Rio Grande, como em outras empresas fornecedoras da Petrobras, que passam por um momento de dificuldade financeira.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Eu lhe fiz uma outra pergunta, Dr. Bendine, com relação ao Conselho de Administração.

O SR. ALDEMIR BENDINE – Ah, perdão.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – V. Sª sabe que há uma perplexidade nacional: como é que ninguém viu, durante 10 anos, os desvios, a propina? A quem recorrer? Se os diretores frustraram as expectativas, o Conselho de Administração tinha a obrigação ou não de examinar? E já que o senhor está compondo um novo Conselho, é sinal de que o senhor reprova o que esteve lá. Qual será a orientação? É uma das maneiras de se ter um controle, daqui por diante, do que vai acontecer.

O SR. ALDEMIR BENDINE – Senador, eu, durante a minha atividade profissional, em mais de 35 anos, compus e componho ainda a participação numa série de dezenas e dezenas de conselhos de empresas.

Há de se destacar que o papel de um conselho de administração é um processo de orientação, como também um processo de tomada de decisões.

É natural que um conselheiro não esteja, no dia a dia da empresa, acompanhando um projeto desde o seu nascedouro até o seu momento de execução. E é natural que os instrumentos que são dados a um conselho para tomar uma decisão sejam aqueles colocados ali, diante de um parecer técnico, de uma nota técnica, e é assim que um conselho pode se manifestar em relação a isso.

Eu não tenho elementos, e seria até leviano fazer qualquer tipo de afirmação nesse sentido, de que o Conselho anterior possa ter corroborado ou não ter sido atuante em relação a qualquer tomada de decisão, até porque, pelo ponto de vista das tomadas de decisões e pelas súmulas apresentadas, e a gente está tendo uma colaboração – e isso é reconhecido nesse processo de investigação da Operação Lava Jato – muita efetiva do Ministério Público Federal e da Polícia Federal, eu não acho possível se permitir dizer que houve consentimento ou talvez até uma falta de maior ingerência do Conselho em relação a isso.

Nessa questão de composição do Conselho de Administração, é lógico que quem tem a prerrogativa da indicação de conselheiros são os próprios sócios.

Como a União é responsável pela maior participação no capital da empresa, ela faz um determinado número de indicações. E o que eu recebi, do ponto de vista da União? Uma prerrogativa de se trabalhar com um conselho, diríamos assim, com uma *performance* mais técnica de mercado, sem a participação de membros do próprio Governo Federal. E é isso que a gente tem buscado fazer, até para, com essa experiência que esse Conselho possa ter, também me orientar – eu que também sou um membro do Conselho – no novo desenho para a empresa de uma nova consequência em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – O.k. Senador Lasier.

Agora, os próximos três inscritos, que são os Senadores Omar Aziz, Ronaldo Caiado e Hélio José. Cinco minutos para cada um.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Bom dia, Sr. Presidente.

Quero, aqui, cumprimentar ... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Sr. Presidente, dizem que o senhor é o novo Líder do Governo no Senado. É verdade isso?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Eu soube hoje. (*Risos.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Pois é. Eu quero perguntar para saber de primeira mão, aqui.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Eu soube hoje.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Sr. Presidente da Petrobras e Sr. Diretor Financeiro...

Não, me informaram e eu estou perguntando. Vamos para a fonte. (*Pausa.*)

Eu vou ser muito objetivo. Vou fazer as perguntas, Presidente Bendine, mas o senhor não tem nada a ver com isso, porque o senhor assumiu noutro dia.

Primeiro: o senhor foi convidado pela Presidente Dilma para assumir a presidência da Petrobras. O senhor tem autonomia para tirar os diretores que estão há muito tempo na Petrobras e colocar pessoas da sua alta confiança?

Segundo: o que o senhor acha de indicações políticas para a diretoria da Petrobras?

Terceiro: a Amazônia tem a terceira maior jazida de potássio do mundo. E o discurso que o senhor fez há pouco sobre planejamento para daqui a 5 anos.. Foi dito pela Presidente Dilma, eu vou aqui dizer para o senhor o que ela disse em março de 2011, no meu Estado, eu era Governador ainda: "Nós temos uma das maiores reservas de potássio na Amazônia, de propriedade da Petrobras, e ela será devidamente explorada no meu governo". Esse "no meu Governo" seriam nos quatro primeiro anos, porque ninguém tem certeza de que vai ser reeleito, você tem certeza de fazer o mandato. Não foi explorada. E, quanto à ex-presidente Graça Foster, todo mundo tende a dizer que ela não sabe, ela não viu.

E mais: o senhor falou há pouco sobre conselhos; conselhos são suplementos de recursos que os ministros ganham todo final de mês, porque eles não têm condições nem de dar conta da sua pasta, imagine dar conta de tanta coisa. Aí você pega o ministro A, o ministro B – foi nessa que a Presidente Dilma entrou mal, porque ela era do Conselho, portanto responsável pelo que assina no Conselho –, só que um ministro ganha de R$13 a R$14 mil, e ele vai para um Conselho da Petrobras ou do BNDES para ganhar mais R$10, para dar um complemento salarial, não é para ter que administrar essas empresas. Administrar essas empresas ficam para os respectivos presidentes, como o senhor é o da Petrobras. O que o senhor acha desses conselhos compostos por pessoas não capacitadas para serem conselheiras ou que não têm tempo para estarem no conselho? Imagine um ministro de uma pasta como Saúde, Educação, que tem tarefas 24 horas, aí você coloca aquele ministro para ser do conselho de uma estatal. Ele não terá capacidade nem tempo para administrar isso.

Continua a Presidenta:

Nós encaminharemos a exploração dessa planta de potássio [são palavras da Presidenta Dilma]. Vocês imaginam se, como Presidenta da República, eu não vou fazer todo o empenho para que nós sejamos um dos países exploradores de potássio.

Acredito que o Brasil tem que planejar. Por isso que nós vamos investir quase R$11 bilhões em fertilizantes.

Eu queria saber se destes R$11 bilhões que a Presidenta Dilma disse que a Petrobras iria investir em fertilizante, quantos bilhões foram investidos e onde foram investidos? Porque, no meu Estado, não foi investido absolutamente nada; zero. Pelo contrário. Hoje, o gás da Amazônia é o gás mais caro do Brasil.

(Soa a campainha.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Por quê? Porque para o gasoduto Coari-Manaus estava previsto um gasto de R$2,5 bilhões, mas chegou aos cinco bilhões e tal. O TCU, ao ver uma distorção como essa, obrigou cobrar um preço razoável para o metro cúbico de gás do consumidor, porque, senão, ficaria inviável, ficaria inviável. Nós sabemos que o gás é finito, daí você retirar do investimento conforme aquela quantidade de gás que tem os poços, caso contrário, você não vai pagar o investimento. Se o investimento era de R$2,5 bilhões, e foi em cima destes R$2,5 bilhões que foram feitos os cálculos, a planilha para se tirar o investimento até se terminar o gás, era economicamente muito importante.

E vejo aí a preocupação da Presidenta Dilma na geração de energia. E quero sugerir à Petrobras, e poderia até fazer isso, porque vai dar lucro, porque as outras coisas não têm dado lucro na Petrobras – ação caindo, investimentos que estão pela metade... O Município de Coari, onde fica o Urucu, dá para se fazer uma termelétrica para gerar energia e colocar diretamente. Você tira o gás daqui e bota aqui, não precisa fazer muito esforço não. E aí a Petrobras pode ser proprietária dessa termelétrica, se o Ministério das Minas e Energia colocar isso, é lógico, para funcionar. Você vai pegar o gás que sobra, porque o gasoduto só tem condições de ter 5,5m^3 na vazão, e nós temos mais de 11m^3 de vazão. É reinjetado em torno de 6 a 7m^3 a todo momento no gasoduto Coari-Manaus.

Então, estou lhe colocando o seguinte: como é que o Brasil, que precisa, e é um País agrícola, tanto de fertilizante não tem uma indústria de fertilizante, tendo a terceira maior jazida de potássio do mundo? E nós temos o seguinte: lá, temos nitrogênio no gás, temos o P que é o potássio, falta só K, você teria uma indústria química no Estado do Amazonas hoje, gerando emprego e acabando com a importação de fertilizante, que é necessário.

Por isso, Presidente da Petrobras, as minhas três perguntas são as seguintes: os diretores que o senhor nomeou, como Presidente, o senhor confia em todos eles?

Quanto foi investido, nesses últimos quatro anos do Governo da Presidenta Dilma, em fertilizantes? Porque eram para ser investidos R$11 bilhões. E quanto foi investido no meu Estado?

A ex-presidente Graça Foster disse-me, quando eu a procurei para que a Petrobras fizesse os investimentos, ela disse-me, na época, que não tinha condições de fazer os investimentos. Depois, assustou-me o fato de, por debaixo dela, ter passado tanto dinheiro que a Petrobras perdeu em coisas não lícitas neste País, e não havia dinheiro para investir em meu Estado, mas tinha dinheiro para fazer superfaturamento de obra, tinha dinheiro para fazer aditivos, tinha dinheiro para fazer investimentos em Pasadena, tinha dinheiro para isso e aquilo, mas não tinha dinheiro para colocar no Estado do Amazonas. Hoje, eu pergunto ao senhor se há essa possibilidade de a Petrobras retomar esse projeto, que é muito importante não para o Estado do Amazonas, mas para o Brasil.

Dito isso, Sr. Presidente, agora sobre o Conselho da Petrobras. Qual é o critério que esse Conselho da Petrobras é formado? Tem que ser Ministro de Estado? Qual é o critério para que o Conselho realmente possa ajudar a Petrobras? Um Conselho que vai analisar, discutir e depois sugerir à presidência da Petrobras.

Eu estou lhe colocando isso, apesar de o senhor haver assumido a Petrobras há pouco tempo. Então, a sua responsabilidade é quase nenhuma, melhor, é nenhuma em cima disso. A sua responsabilidade é daqui para frente. E para lhe deixar mais à vontade, exija que os diretores da Petrobras sejam nomeados da sua confiança. Não à indicação de partido político para dar apoio político. Isso é que acabou com o maior patrimônio do Brasil, que é a Petrobras. Isso que deixou a Petrobras na situação em que está hoje. E a gente, como brasileiros que lutamos pelo "Petróleo é nosso"; que lutamos para manter a Petrobras como uma estatal brasileira, sem investimentos estrangeiros, sem ter que, mais tarde privatizar, como muitos querem, nós queremos que o senhor tome providências em relação a isso.

Como me demorei bastante, e são várias perguntas que ainda vão lhe fazer, o senhor pode me mandar as respostas depois, porque eu não sei se o senhor terá os valores que foram investidos nos últimos quatro anos para a exploração de potássio e produção de fertilizantes em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – A próxima inscrita a proferir as suas indagações seria a Senadora... (*Pausa.*)

Esperem, porque eu estou recorrendo à minha "universitária". (*Pausa.*)

Houve uma troca aqui. Então, vamos dar a palavra ao Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Eu agradeço e gostaria que acrescesse o meu tempo como Líder, também da oposição, porque tem sido muito pequeno o nosso espaço aqui na Casa.

Mas, Sr. Presidente, Srªs e Srs Parlamentares, eu acho que a maior divulgação que veio com a notícia do balanço da Petrobras foi exatamente o fato de terem destruído, de terem quebrado a Petrobras. O balanço que se tornou público evidencia, diagnostica claramente que quebraram a Petrobras, um fato inédito, porque o PT e o governo Lula e Governo Dilma quebraram também uma máxima do mercado mundial: o melhor negócio do mundo é uma empresa de petróleo bem administrada; e o segundo melhor negócio do mundo é uma empresa de petróleo mal administrada. Então, o PT deu conta de quebrar esse conceito que existia no cenário mundial e transformou a Petrobras no pior negócio do mundo! E não foi uma empresa qualquer. Foi uma das quatro maiores do mundo, que tinha um quadro técnico de pessoas altamente preparadas e capacitadas. A Petrobras sempre foi referência no mundo em exploração em águas profundas e, ao mesmo tempo, no período em que o barril de petróleo estava a mais de US$100 e, hoje, abaixo de US$50. Então, conseguiram fazer tudo isso nesse espaço de 12 anos.

Agora, eu quero passar, Sr. Presidente, para as perguntas e, como são várias perguntas, vou ter que ser um pouco mais lento na colocação, para que o Presidente possa anotar as perguntas que vou formular. É um assunto extremamente técnico e, como tal, a gente precisa ter respostas bem objetivas e dizendo se pode ou não responder, se sabe ou não. Não há como, aqui, tergiversar diante de um quadro como esse que é o problema da Petrobras.

A primeira pergunta é: qual é a metodologia que foi usada para chegar a esse valor de R$48,2 bilhões por má administração e corrupção, sendo que, no mesmo período e na gestão da Graça Foster, o valor foi de R$88,8 bilhões? O segundo ponto, ainda na mesma pergunta, é se o fato específico daquilo que foi colocado como R$6,2 bilhões referentes à corrupção e propina, se está incluído apenas Abreu e Lima e Comperj e as perdas na Petroquímica ou também se está incluído aí a corrupção na Diretoria de Renato Duque e do Barusco, ou se elas serão computadas futuramente?

Segundo ponto, Sr. Presidente: nós estamos nos referindo aqui também à situação da Sete Brasil, do que foi colocado com a tese originária, que todos nós do Parlamento somos defensores, que é o conteúdo nacional. Mas, infelizmente, o conteúdo nacional e a partilha serviram muito mais para estruturar um processo de corrupção, de propina e de desvio de dinheiro para as campanhas eleitorais e enriquecimentos ilícitos. A pergunta que faço: a venda dos campos na África, o aluguel das plataformas com a SBM, aquilo que o Gover-

nador Omar aqui colocou em relação a esse gasoduto no Estado do Amazonas, que vai de Urucu a Manaus, em que o preço inicial era de R$2,3 milhões, e a Petrobras coloca no seu balanço créditos duvidosos, em que, na verdade, o gasoduto passou a valer R$4,8 bilhões. Vai ser o consumidor que terá que pagar por esse preço? Acrescido a esse, o custo de exploração na Bacia de Campos, sempre foi, até 2000, US$12 o barril. Em 2014, passou a US$38 o barril, a produção de petróleo naquela região, que está longe de ser um pré-sal e que terá um preço ainda muito maior. Eu perguntaria também, pois a recuperação da Petrobras que, no ano de 2010, tinha uma dívida líquida, Governo PT, aí sim tinha uma dívida líquida de R$61 bilhões e, em dezembro de 2014, há uma dívida líquida de R$282 bilhões. Em quatro anos, essa dívida cresceu R$221 bilhões. Então, a pergunta que se faz é a seguinte: como é que essa empresa consegue obter empréstimos dos bancos chineses, US$3,5 bilhões? Qual é a garantia que foi dada, uma vez que nós Senadores e a sociedade não temos conhecimento do que foi dado como garantia nem a que valor foi vendido – não sei se algum ativo da Petrobras ou ao petróleo também – o barril de petróleo?

Por que e como, Presidente, os bancos ingleses – e eu fui informado que para os US$3 bilhões, a Petrobras deu como garantia as plataformas. Ao governo chinês nós não sabemos. Agora, aos bancos brasileiros – Banco do Brasil, Caixa e Bradesco – quais as garantias foram dadas? E a V. Sª, que até poucos dias fora Presidente do Banco do Brasil, eu pergunto: se alguém chegasse ao Banco do Brasil, numa reunião de diretoria, com um endividamento como esse da Petrobras, hoje, sem balanço apresentado, a diretoria do Banco do Brasil emprestaria o dinheiro? Ou essa regra só vale para as outras empresas e não para empresas estatais? Ou seja, não tem balanço, tem uma dívida líquida de mais de R$221 bilhões, envolvida num processo de corrupção, e o Banco do Brasil, o Bradesco e a Caixa ainda emprestam R$9,5 bilhões, antes do balanço.

Bom, Sr. Presidente, acrescido a isso, a próxima pergunta é em relação ao preço da gasolina. V. Sª fez um comparativo com a União Europeia. Eu quero trazer aqui para mais próximo, para os Estados Unidos, onde a diferença é a metade do preço nosso. De todos os lugares, o Brasil, hoje, é o que tem o preço mais alto de gasolina e de combustível do mundo. Pergunto: no período da campanha eleitoral da Presidente Dilma, a Petrobras serviu como uma alavanca da campanha eleitoral da Presidente. Ou seja, a Petrobras bancou o preço do petróleo, ou seja o preço do combustível, não deixou crescer, segurou a inflação no País e acumulou um prejuízo de R$80 bilhões. Agora, passou a campanha, a Presidente foi eleita, eu pergunto: a partir de agora, então, a função da Petrobras é de arrecadar para o ajuste fiscal? Ou seja, antes o combustível nosso tinha um preço manipulado com um prejuízo de R$80 bilhões; agora, ele tem um preço a mais. Quer dizer, a Petrobras, em vez de ter o compromisso como empresa de exploração de petróleo, tem o compromisso de eleger a Presidente da República? E, depois do desfalque feito, ela tem o objetivo, agora, de arrecadar para o ajuste fiscal e fazer com que essa seja a fonte de arrecadação e o povo brasileiro pagando por tudo isso. Era isso que eu gostaria também de saber de V. Sª.

Outro ponto. O PT, principalmente o presidente Lula, sempre acusou a oposição de privatizar a Petrobras. Foi o discurso deles a vida inteira. Bom. Com todo esse desfalque que foi dado na Petrobras, com esse balanço que mostra que ela está quebrada, nós desperdiçamos cinco anos sem fazer nenhum leilão na época em que o barril de petróleo estava acima de US$100, nós paramos cinco anos, e aí vem a tese que foi exatamente a da partilha. Por questões ideológicas e de fundo de caixa de campanha, é perfeita a partilha, porque a partilha é o sistema que viabiliza o processo de corrupção. A concessão não, mas a partilha tem aquele discurso populista de que vai atender ao povo brasileiro, mas, na verdade, o que ele faz é exatamente utilizar da ingerência do Estado e, nessa hora, poder fazer todo esse processo...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Caiado, peço que V. Exª conclua.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Eu estou caminhando, Sr. Presidente. Como a oposição é pequena, V. Exª tem que ser um pouco tolerante.

Então, é em relação a este fato específico que eu pergunto sobre essa autonomia da diretoria, questão que também já foi formulada a V. Sª. Qual é? V. Sª, diante desse fato, terá condições de poder, aí, sim, modificar o preço do petróleo, do combustível?

V. Sª, como Presidente que foi do Banco do Brasil, sabe da incapacidade de arrecadar hoje para poder fazer parte naquilo que é obrigação da Petrobras e entrar com 30% de todos os leilões que serão feitos, e também ter o monopólio da exploração. Pergunto: diante desse quadro em que fica claro que isso é impossível de ser praticado – e nós estamos deixando essa grande riqueza da população brasileira estar lá, micada, hoje, debaixo do mar, por questões ideológicas e de corrupção –, V. Sª terá coragem de assumir, agora, um discurso para dizer que é inviável a partilha e que, a partir de agora, V. Sª terá que vender ativos importantes da Petrobras? Com a dívida desse tamanho? Quais são os ativos que serão vendidos? Porque vai ter de vender. Ou V. Sª vende os ativos ou a Petrobras vai quebrar. Então, nós queremos saber quanto da Petrobras já foi para os chineses.

Outro fato: por que, no momento em que V. Sª se beneficia de bancos oficiais e de fundos de pensão, os bancos oficiais – Banco do Brasil, Caixa Econômica, BNDES – têm que financiar empresa de petróleo? Essa não é a empresa mais importante do País? Não é a mais rentável do mundo? O que tem Banco do Brasil, BNDES, Caixa Econômica e fundos de pensão com financiamento de empresa de petróleo?

Temos carência na área de saneamento, de transporte, de segurança, de educação e de habitação, mas, de repente, temos 79 bilhões do Banco do Brasil, Caixa e BNDES emprestados à Petrobras e 43 bilhões de fundo de pensão, num total de 122 bilhões. V. Sª colocou que tem facilidade de arrecadar no sistema financeiro mundial. Ora, se é uma grande empresa, ela não teria por que estar desfalcando nossos bancos oficiais, que são alimentados exatamente pelo Tesouro, pelo qual a sociedade é responsável, todos nós somos obrigados a pagar. Por que essa finalidade específica? Então, pergunto: V. Sª, como Presidente do Banco do Brasil, repassaria a empresários, nessas condições, empréstimos tão volumosos como os que foram feitos para a Petrobras neste momento?

Pergunto ainda: A Petrobras faz parte do aparelho partidário do PT para eleger Presidentes da República? Reforço ainda os demais questionamentos que formulei a V. Sª.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado pelo espaço.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Não tenha dúvida de que já foi um emprego melhor ser Presidente da Petrobras. (*Risos.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senado Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Eu queria cumprimentar V. Exª, Senador Garibaldi Alves, pela condução dos trabalhos, e também o Senador Delcídio e o Senador Raimundo Lira, que estava aí desde o início.

Queria cumprimentar V. Sª, Sr. Aldemir Bendine, nosso atual Presidente da Petrobras, servidor de carreira do Banco do Brasil – não é isso, Bendine? (*Pausa.*)

Vou destoar um pouco dos demais Senadores que me antecederam. Quero aqui fazer uma homenagem pessoalmente ao servidor da Petrobras. Na minha infância, li Monteiro Lobato e vi o quanto foi importante a construção dessa companhia para o Brasil e, como servidor público que sou, concursado, o quanto é importante valorizarmos as pessoas que lutam e fazem as grandes empresas brasileiras terem a excelência que têm. A Petrobras, ao longo do tempo, conseguiu essa excelência em várias questões, e isso incomoda o resto do mundo, com certeza.

Queria saber, quando o senhor for responder, se o senhor acredita que parte dessa situação veio exatamente para enfraquecer a Petrobras na concorrência e em todas as questões mundiais, porque a Petrobras, de fato, ameaçava e ameaça várias dessas grandes companhias.

Eu gostaria de parabenizar o Sr. Mário Jorge, da área de desempenho empresarial, pela excelente exposição que foi dada aqui. Homenageio os servidores de carreira, os empregados públicos da Petrobras, na sua pessoa.

Eu acho que o nosso Presidente tem plena razão quando prioriza investimentos em áreas que estão quase concluídas – eu acho que, na questão do Comperj e na questão de Abreu e Lima, não há sentido paralisar tudo por causa de todos os problemas que estamos vivendo hoje.

Eu queria saber do nosso Presidente, como homem de carreira e homem de mercado, com a visão de quem bem presidiu o Banco do Brasil – tem, inclusive, o meu total apoio, liguei para ele no dia da posse, parabenizando pela situação –, se ele vê com boas perspectivas a recuperação, a curto prazo, da nossa empresa, da Petrobras, que é a empresa orgulho do País.

O nosso Mário Jorge colocava aqui que, para o r/p, ou seja, reserva sobre produção, nós temos uma previsão de 18 anos para manter toda essa questão dos contratos e compromissos que a Petrobras tem hoje. Então, eu não quero crer, reprovando todo o caos, toda a situação dos desvios, toda a situação que tem que ser apurada – e os errados que têm que ir para a cadeia –, que é o fim do mundo não salvar a Petrobras. Se temos 18 anos de fôlego, quais são as perspectivas para, de fato, a Petrobras continuar sendo essa empresa de excelência no mundo e no Brasil?

Eu queria também cumprimentar o Ivan, que é uma pessoa do mercado financeiro, que também é de confiança do nosso presidente Bendine e que vem para colaborar nessas questões. Como entendido do mercado financeiro, como ele poderia, dentro dessa lógica de concorrência de mercado, a médio e curto prazo, colocar a recuperação da empresa? Como ele vê isso?

Eu queria dizer que, hoje, a diretora de produção, a Srª Solange Guedes, que é uma servidora de carreira da Petrobras, só demonstra o compromisso com o nosso País de valorizar as pessoas de carreira. Parece-me que, à exceção do...

Também queria dizer que o Claudio Campos, que hoje está presidindo a Transpetro, e o José Lima, que hoje está presidindo a BR Distribuidora, são também servidores de carreira da Petrobras, o que aumenta as responsabilidades dos servidores...

(Soa a campainha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – ...empregados públicos concursados da Petrobras em viabilizar essa tão importante empresa para o nosso País.

Com relação à questão dos que ficam nos procurando: Por que no vizinho, Argentina, a gasolina abaixa de preço para poder vender e aqui todo dia aumenta? Eu queria entender bem essa lógica. Gostaria que V. Sªs pudessem me esclarecer melhor essa situação.

Com relação à importância da Petrobras, eu acho que não há dúvida.

Com relação, por exemplo, à questão do pré-sal: só de o Brasil ter produzido 670 mil barris de petróleo e 24 milhões de m^3 de gás natural, totalizando 824 mil de barris, só isso já demonstra o êxito e a forma correta da exploração do petróleo, via pré-sal.

Eu queria dizer que tenho esperança, que acredito que o Brasil é um país viável, que tem jeito. Sou patriota. Acredito que esse Governo, com todas as dificuldades que estão sendo mostradas agora, vai conseguir superar os entraves e recolocar a nossa empresa no seu devido lugar, porque esta empresa é muito importante para nós, brasileiros. Eu, que sou goiano, e não tem um poço de petróleo no meu Estado, que é Goiás, e Senador pelo Distrito Federal, sei o quanto são importantes as riquezas a serem investidas tanto na saúde quanto na educação, via essa importante exploração do pré-sal. Por isso, acredito na potencialidade e na capacidade da nossa empresa, como um servidor de carreira, uma pessoa que é um analista de infraestrutura, a pessoa que analisa e faz os investimentos do PAC, que são os servidores de carreira do MPOG, onde estão discutindo todos os investimentos em infraestrutura, a minha carreira, a minha categoria.

Eu queria perguntar, também, a V. Sª, Sr. Presidente, se é legal, por exemplo, no Ministério de Minas e Energia, no qual hoje temos um engenheiro trabalhando, que é o nosso engenheiro, o Senador da República Eduardo Braga, que tem feito lá um excelente trabalho, continuar o Ministério de Minas e Energia, que faz as políticas públicas, com pessoas que dirigem a Secretaria de Petróleo e Gás sendo empregados da Petrobras? Eu acho que seria muito mais adequado que servidores de carreira, concursados do Ministério do Planejamento, que hoje estão lá para prestar serviços de políticas públicas para o nosso País, estivessem dirigindo as políticas públicas do Ministério, em vez dos servidores de carreira que poderiam retornar à Petrobras para efetuar um trabalho de recuperação da nossa empresa.

Queria agradecer a V. Exª, Senador Garibaldi Alves, a V. Sª, Presidente Bendine, e ao nosso querido Ivan, homenagear todos os empregados públicos da Petrobras e dizer que contem comigo nesta Casa, porque o que eu puder fazer para defender a nossa empresa eu farei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Antes de conceder a palavra ao Presidente Bendine, o próximo bloco de três está composto pela Senadora Vanessa Grazziotin e pelos Senadores Waldemir Moka e Marcelo Crivella.

Concedo a palavra ao Presidente Aldemir Bendine, da Petrobras.

O SR. ALDEMIR BENDINE – Senador Omar Aziz, quanto às suas questões colocadas em relação à autonomia, sim, tão logo eu tomei posse, no dia 9 de fevereiro, a troca de diretores foi efetivada com técnicos de carreira da Petrobras. Temos hoje a composição de Presidente mais sete diretores.

Eu sou originário do Banco do Brasil, assim como o Ivan Monteiro, Diretor de Finanças. O Diretor de Governança, Risco e Conformidade foi selecionado em um processo de *headhunter*, no final do ano passado, e tomou posse, também, no início de fevereiro. Ele vem do mercado. Os cincos demais diretores, das áreas específicas da Petrobras, são funcionários de carreira. Estou bastante satisfeito com o trabalho deles. São técnicos brilhantes de dentro da própria casa. Então, em relação à autonomia e à independência da diretoria, sim.

Em relação a indicações políticas para compor cargos, eu entendo que não há mal em indicação política, desde que se indiquem bons profissionais. Agora, indicar simplesmente para preencher necessidades de composições partidárias, sem que a pessoa tenha qualificação e requisitos necessários para aquela função, acho que isso não é salutar para nenhuma empresa.

Em relação ao Conselho de Administração, eu já havia falado, inicialmente, no primeiro bloco. Tenho um processo hoje em curso, e é uma chapa inscrita, agora, para a nossa Assembleia Geral Ordinária que ocorre amanhã, dos membros designados. Todos são pessoas que hoje não ocupam nenhum cargo no Poder Executivo.

Eu fico devendo a informação do volume de fertilizantes empregados nos últimos quatro anos, notadamente de potássio, mas me comprometo a lhe passar, pessoalmente, depois, esses dados, envolvendo, inclusive, o seu Estado, Amazonas.

Senador Caiado, eu já havia respondido, acho, praticamente, todas as questões que o senhor havia colocado. Então, vou tentar, rapidamente, passar por todas elas.

Quanto à questão de melhor negócio no mundo, eu costumava ouvir no Banco que o melhor negócio do mundo era um Banco e o segundo era um Banco mal administrado. Estou vendo que isso me persegue, agora vem da indústria petrolífera. (*Risos.*)

Bom, quanto à metodologia utilizada na apuração do balanço, eu acho que, talvez, o questionamento de V. Exª seja em relação a um valor que foi colocado, no início do ano, pela diretoria anterior em relação ao valor apropriado. Seria importante fazer a distinção entre o valor que foi contabilizado como gastos adicionais e indevidos em relação às demais baixas, que são testes de imparidade.

Eu já havia explicado, inicialmente, que esse valor em relação a gastos adicionais foi uma medida conservadora da companhia. Nós não temos ainda elementos suficientes, até porque não há processo concluso em relação a isso, mas, como a Petrobras tem acesso a determinados tipos de informações pela colaboração que ela vem dando ao processo de investigação junto ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal no Paraná, tivemos a possibilidade, diante de ter acesso a uma série de depoimentos que estão corroborando essa investigação, de levar a prejuízo, de maneira prudencial, um determinado valor em que se tem um horizonte da perda estimada. Isso está lastreado, em determinadas delações, em percentuais pagos sobre os valores de contratos que foram realizados de 2004 a 2012, provavelmente não foram sobre todos os contratos, provavelmente o percentual pode ter sido diferente de um contrato para outro, se existiu. Enfim, nós não temos hoje mecanismos para estabelecer isso. Mas queríamos deixar, de maneira conservadora, um valor, uma espécie de provisionamento, que é aquilo que a gente vai tentar buscar alcançar de ressarcimento para a companhia, e isso foi lastreado em todos os contratos efetivados pelas 27 empresas arroladas no processo nesse período. Nós calculamos todos os contratos dos quais elas participaram e estipulamos um valor médio de 3% sobre todos esses contratos, até porque há informações de que, em determinados contratos, existia 1% e em outros até 10%, mas a média mais conservadora era em torno de 3%, e não se disse sobre todos os contratos, mas, de maneira prudencial, a gente preferiu estipular sobre todos os contratos.

A outra diferença diz respeito a um teste de imparidade. Hoje não existe uma metodologia contábil. E a gente usou a metodologia que é o padrão mundial, e isso foi atestado pela auditoria externa em relação a sobrepreços, erros de projeto e assim por diante. O que você tem hoje, e é obrigatório você aplicar a cada ano ou a cada mudança de conjuntura econômica na qual a sua empresa está inserida, é um teste de *impairment*, hoje imparidade, traduzindo aqui para nós. No que consiste esse teste? Você pega um determinado ativo ou conjunto de ativos, vê, na projeção de receitas futuras, o que ele tem para o período que foi designado esse projeto, seja de 20, 30 anos, traz a valor presente essas receitas e compara qual foi o valor investido. Se houver diferença negativa entre o valor que você recupera desses projetos em relação ao valor investido, você joga prejuízo contra resultado. Na ocasião, no início do ano, até por um momento que se estava vivendo e como não se tinha naquela ocasião maiores elementos para uma melhor acuidade desses números e até por uma própria orientação do Conselho de Administração da época da Petrobras, foi feito um cálculo de valor justo de ativos. Essa metodologia não se usa no modelo contábil. Ela não é permitida.

Valor justo de ativos, tentando simplificar de uma maneira bastante simplista mesmo, é aquilo que você faz uma avaliação para vender um bem. Então existem métricas que são colocadas nesse processo que não dizem respeito a um processo de auditoria contábil internacional. Por exemplo, naquele conjunto de ativos, tinha determinados filtros que fazem parte de um conjunto de refinarias. O filtro não é uma unidade geradora de caixa. Ele não apresenta resultado. O que apresenta resultado é a refinaria. Então, você tem que pegar o conjunto da refinaria e fazer a avaliação para o que ela está projetada para frente, em termos de resultado, trazer a valor presente e comparar com o valor investido. Além disso, tinha também outras condições, que eram taxas de descontos projetadas. Quando você faz por valor justo para a venda, você põe meta de taxa de desconto para um entrante que está chegando, diferente de quando você faz um teste de imparidade, que é o real custo da taxa de desconto que a empresa tem na sua realidade. Então, acho que a diferença principal em relação a valores está nas metodologias utilizadas, prova disso é que a própria auditoria externa concordou com essa metodologia que está lastreada na questão da contabilidade, além de outros efeitos que a gente teve no balanço. Portanto, a gente separou em vários blocos todos esses fatos não recorrentes no balanço de 2014.

Volto a repetir, o resultado operacional da companhia foi de um bom desempenho em 2014. Ela teve um crescimento na sua receita operacional de até 15% em relação a 2013. Entretanto esses fatores extraordinários, esses gastos indevidos contabilizados mais o teste de imparidade... O que leva, nessa questão do teste de im-

paridade, é um conjunto de indicadores, e o mais brutal deles, em relação ao ano passado, foi a queda abrupta do preço do petróleo, que, em 20/07/2014, estava cotado a US$114,00 o barril, e nós terminamos o ano abaixo de US$50,00 o barril. Isso teve um impacto brutal nessas projeções de receita futura, assim como também a volatilidade cambial e a desvalorização da nossa moeda frente ao dólar, vivida no ano passado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Presidente.

O SR. ALDEMIR BENDINE – Pois não.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Só um detalhe: quando V. Sª foi indicado Presidente, a crítica do mercado era que, com todas as restrições que pudessem ter em relação à Presidente Graça Foster, ela era uma especialista e conhecedora profunda da Petrobras. Como é que eu posso imaginar agora, como é que a população brasileira pode absorver uma tese de que ela e sua diretoria produziram um balanço tão grosseiro e tão primário que, de repente, quando V. Sª chega à Presidência, tenha esse valor caído pela metade? Ou seja, quer dizer que esse valor de propina ou essas perdas, pelo que eu venho entendendo da resposta de V. Sª, esses valores podem aumentar?

O SR. ALDEMIR BENDINE – Sim.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sim, bom, tudo bem. Então, podem aumentar. Mas eu acho que nós não podemos também desconhecer – está certo? – que a diretoria anterior tinha conhecimento da Petrobras, e até eles alegam que muito mais conhecimento do que V. Sª. Então, se eles apresentam 88,6 de perda de ativos, é um valor significativo para vir para um segundo que é a metade.

O SR. ALDEMIR BENDINE – Dois pontos: eu não vou responder pela diretoria antiga, até porque não estava naquele momento. Quanto à questão de processo de gestão, também não há de se negar que eu tenho uma experiência de quase seis anos como Presidente do maior banco brasileiro e da América Latina, e a minha especialização é em gestão e finanças. Eu não sou especialista em petróleo. Então, do que nós estamos falando, em relação a balanço, eu acho que tenho um profundo conhecimento sobre o tema, notadamente sobre metodologias contábeis, e eu tenho uma formação muito rígida em relação a isso, Senador.

Eu volto a insistir: a metodologia utilizada anteriormente foi um valor justo de ativos. Não era a maneira adequada para você fazer teste de imparidade, que é o modelo correto, sob o ponto de vista contábil, tanto é que a auditoria externa recusou aquela metodologia anterior e reconheceu a metodologia que a gente aplicou no momento.

Quanto a valores, tudo isso que foi feito é diante do conhecimento que temos hoje, pelas apurações, quando a gente está falando da questão de propina, tanto é que não há ainda, inclusive, nada, entre aspas, "provado", e a gente teoricamente teria que aguardar a conclusão das investigações, de um julgamento, mas, como uma medida prudencial e como uma medida de transparência ao mercado, a gente adotou lançar esse valor nessa rubrica, conforme eu havia explicado.

As demais perdas dizem respeito não propriamente a perdas, mas a esse teste de imparidade, que é trazer o valor de ativos da companhia à sua real situação neste momento, e há um conjunto de fatores, como eu disse, que influencia isso, não só erros de projeto ou modelos de gestão sobre esses projetos que não tenham sido feitos de forma devida, mas principalmente outros impactos externos, como eu citei aqui a questão do preço do óleo e também a questão da variação cambial.

Em relação a custo de produção, eu não sei de onde o senhor tirou esse dado de US$38,00 o preço do barril.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Na Bacia de Campos. Na Bacia de Campos.

O SR. ALDEMIR BENDINE – Na Bacia de Campos, em relação ao pré-sal. Esse não é um indicador que nós temos hoje dentro da companhia.

Eu estava também fazendo uma explicação anterior, antes da sua chegada: o custo de exploração no pré-sal tem uma diferenciação em relação a outros modelos exploratórios, seja *offshore*, que não seja em pré-sal, em águas ultraprofundas, e também naqueles *onshore*.

O custo básico hoje em relação, o preço médio da produção de barril da Petrobras é de US$14,6 por barril, contra uma média mundial de US$14,8, no mercado mundial. Então, a Petrobras está em linha com o custo de produção. O custo de produção de um barril de petróleo, hoje, no pré-sal – é um dado ainda estimado, mas bastante confiável – é em torno de US$9 o barril. O que acontece no pré-sal, como é uma tecnologia nova e há um investimento massivo na exploração, e não na produção, é que você pode chegar a um valor maior, porque você tem que diferir esse investimento que você faz, naquele momento, no campo, e diluir num prazo mais curto até do que a vida útil daquele campo. Então, o custo de exploração é mais alto e o custo de produção é mais baixo, mas, na média, não chega a este valor de US$38,00, que muito se especula no mercado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Esses são dados oficiais da Petrobras. V. Exª fala como Presidente da Petrobras, e esse valor de US$9,00 o barril da exploração do pré-sal...

O SR. ALDEMIR BENDINE – É o custo de produção. Num campo de petróleo, você tem exploração e produção.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Certo, mas V. Exª precisaria nos passar os dois valores, Não adianta um porque está se maquiando um valor. Nós precisamos saber o que se investiu para se ter o preço final do barril, porque não foi por obra da divina providência que saiu o petróleo do fundo dos sete mil metros.

O SR. ALDEMIR BENDINE – É exatamente o que estou falando.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Então, qual é o preço real desse barril de petróleo? Qual é o preço final dele?

O SR. ALDEMIR BENDINE – Vai depender de qual o prazo que você estipula ao longo do tempo. O custo da produção é US$9,00. O custo do conjunto, se você somar a exploração, ao longo do tempo... Entenda o seguinte, Senador: eu faço uma exploração e descubro o campo.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Certo.

O SR. ALDEMIR BENDINE – Eu vou diferir o valor desse custo investido no campo num prazo inferior a todo o custo da produção e da vida útil que esse campo vai ter. Esse dado nunca vai ser preciso, ou vai ser diferente, de acordo com a ótica que o senhor utilizar. Eu quero saber o custo para cinco anos, o custo para dez, o custo para vinte, o custo para trinta. Eu poderia estimar que, hoje, o custo de produção do pré-sal deve estar por volta dos US$14,00, diluindo-se esse custo da exploração ao longo de, pelo menos, dez ou quinze anos, aproximadamente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – E da Bacia de Campos, também US$14,00?

O SR. ALDEMIR BENDINE – É porque, quando falamos da Bacia de Campos, pelo que estou entendendo, o senhor está falando do custo de exploração em águas ultraprofundas, que é o que estamos comentando aqui agora.

Em relação à questão de garantias aos empréstimos tomados recentemente: primeiro, sobre aquele empréstimo anunciado com o Banco de Investimentos da China, não há nenhuma contrapartida além das financeiras. Não estamos associando venda de barril de petróleo ou exploração de campos. É uma operação financeira, uma operação de mercado entre uma empresa e um banco. Ponto. Não há nenhuma contrapartida, conforme algumas pessoas, às vezes, têm especulado. Nós não vamos fazer isso.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Taxa de juros? Taxa de mercado? Nada?

O SR. ALDEMIR BENDINE – A taxa de juros é sigilo comercial. A gente não pode colocar, Senador, mas eu estava fazendo uma explanação aqui, no começo, que a Diretoria Financeira, com a aquiescência de toda a Diretoria da Petrobras, estabeleceu que qualquer tomada de recursos doravante, desde a nossa posse, tem um teto de limitação que é o valor do custo da nossa dívida secundária, notadamente dos *bonds* emitidos pelas Petrobras. Então, com certeza, o custo dessa operação está abaixo do nosso custo de dívida secundária, que é o custo dos *bonds*.

Também em relação à questão de banco público, eu queria deixar bem claro que a participação no endividamento da empresa dos bancos públicos é pequena, é desprezível. Eu diria que também há dois pontos a se destacar: parte desses valores obtidos e anunciados recentemente é da modalidade *standby,* ou seja, elas não estão contratadas; elas estão autorizadas para que, diante da necessidade de caixa da empresa até o final do ano, ela possa ser contratada naquele momento. O que a gente quis garantir, com isso, foi a financiabilidade da empresa até o final do ano, seguindo duas métricas: a primeira métrica é a de que você tem a possibilidade de fazer os seus desembolsos, os seus gastos do ano somados aos investimentos necessários e, aumentando a reserva de caixa no final do ano, porque o valor que nós encontramos lá, previsto inicialmente, era muito apertado e muito baixo, e nós não gostamos de trabalhar com uma situação de caixa muito apertada. Então, há outras possibilidades que anunciaremos aqui.

A participação de financiamentos de bancos públicos – e eu já respondi isso ao Senador Tasso Jereissati – é pequena em relação a todo o endividamento.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Setenta e nove.

O SR. ALDEMIR BENDINE – Não, não são 79. É melhor olhar direito o balanço.

E a questão de fundos de pensão está ligada a capital, não à dívida.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Tudo bem.

O SR. ALDEMIR BENDINE – Nós não tomamos recursos emprestados de fundos de pensão. Fundos de pensão e BNDES, as suas maiores participações estão no capital da companhia e não na dívida. Está o.k.?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Certo. Mas 79 não é o valor que V. Sª tem?

O SR. ALDEMIR BENDINE – Não, não é o valor que eu tenho.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – BNDES, Banco do Brasil e Caixa.

O SR. ALDEMIR BENDINE – O senhor está misturando, talvez, dívida com capital.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Ronaldo Caiado, faço um apelo para o Presidente concluir. Depois, V. Exª...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sem dúvida nenhuma, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Um arremate final de dois minutos.

O SR. ALDEMIR BENDINE – O senhor fez uma colocação sobre garantias de empréstimos. Nós não estamos dando plataforma para garantir o empréstimo. Na verdade, a modalidade de crédito que aprovamos com Standard, um banco inglês, é a modalidade *sale and leaseback*, ou seja, vender e alugar. Dentro de um prazo de dez anos, você, entre aspas, "vende" a plataforma para o banco e ele arrenda para você a um custo muito privilegiado da dívida, isso é muito baixo. Há um valor residual do fundo de garantia que você vai pagando ao longo do tempo. Ao final do contrato – é uma operação de *leasing* –, você recomprar aquele valor residual e a plataforma volta para o seu capital e para a sua exploração.

As outras demais garantias foram de garantias corporativas: garantais de aval e fiança da própria empresa.

Em relação, e eu também já havia explorado o preço de gasolina, ao mercado americano, de fato, nós estamos com um valor muito superior. Eles têm um determinado tipo de política. Eles seguem a volatilidade diária de preço de barril, coisa que os demais mercados não fazem. O preço da gasolina aqui no País, eu já havia afirmado, está dentro de um valor médio. O Brasil está em uma faixa mediana, no segundo quartil em relação a preço.

Eu não posso responder se, no ano passado, havia, como o senhor disse, represamento da questão de preços. Eu posso responder do dia 9 de fevereiro para frente. O atual preço, o modelo de formação de preço da Petrobras é baseado nos nossos custos mais o percentual de ganho, ou seja, uma lei de mercado. Mesmo com a volatilidade do câmbio que a gente está vivendo – e não nos esqueçamos que a gente ainda depende, em boa parte da produção, de importação, e isso tem custos agregados maiores –, a gente reputa que hoje o preço é justo: o preço colocado no mercado não traz prejuízo à companhia e também não é um valor vil, que está muito acima do custo que gente tem. Enfim, eu acho que é um preço justo de mercado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Mas, no cargo de V. Exª... É o princípio da imparcialidade. V. Exª precisa responder pela gestão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Ronaldo Caiado, vamos deixar o presidente concluir.

O SR. ALDEMIR BENDINE – Não, eu não entendo...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – É o ponto mais alto que nós temos no negócio.

Veja bem, Sr. Presidente, ela foi utilizada para não ter aumento de combustível no ano eleitoral. O problema principal da pergunta, nessa reunião de hoje, é exatamente o momento em que ele entra nessa resposta. Oitenta bilhões de reais foram represados da Petrobras, foram dados como prejuízos para a Petrobras e cento e onze bilhões de reais para a Eletrobras, para que a Presidente tivesse uma taxa de combustível... o preço de combustível e o preço de energia elétrica mais baixos. Essa é a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Mas ele só responde se...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) –

O SR. ALDEMIR BENDINE – Não, eu não dizendo que não tenho responsabilidade ou qualquer coisa diferente, Senador. Eu só estou dizendo que eu não posso saber.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – É o princípio da impessoalidade.

O SR. ALDEMIR BENDINE – Eu não posso saber de onde o senhor tem essa informação de que isso gerou um custo de 80 bilhões para a empresa e eu também não possa afirmar, até porque eu não estava lá... Eu estou a partir de 29 de fevereiro. Eu fui tomar conhecimento qual é a política de formação de preço a partir desse momento. A questão não é que eu não vou poder responder sobre isso ou não. Eu acho que isso tem que ser respondido por quem estava à frente da empresa na ocasião.

Os demais pontos aqui colocados:

Sobre a questão de vendas de ativos, eu também já havia explanado sobre isso. Nós estamos dentro de um plano de desinvestimento, que é natural e normal em uma indústria de energia, em uma indústria de óleo e gás, onde você tem anualmente um plano de desinvestimento muito mais atrelado a sua atividade do que a sua necessidade de gerar caixa. Não que isso não vá colaborar, é lógico, com a baixa de dívida da Petrobras, mas é que, dentro desses ativos, que a gente não divulga por razões de sigilo comercial, razões óbvias, até porque você pode depreciar esses ativos que você está colocando a venda... Eu citei como exemplo um determinado poço de petróleo que já está próximo ao abandono, porque a vida útil dele está no final, ou um campo inicial de exploração que pode não estar atingindo uma taxa de sucesso como a companhia prevê. Há companhias que tem interesse nesse tipo de ativos, mas isso está dentro da atividade da própria empresa.

Por último...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Se vai vender os ativos e se vai defender a partilha.

O SR. ALDEMIR BENDINE – Eu já havia comentado sobre isso também. Acho que não cabe à empresa – e isso vai ser a postura da empresa doravante – defender modelo "a" ou "b" daquilo que seja da alçada dos Poderes Legislativos, Executivo e assim por diante. Nós somos empresa. Temos que acatar a legislação colocada, e é assim que vamos atuar enquanto ali estiver. A empresa vai estar sempre à disposição e sempre vai procurar colaborar, dentro de um processo de uma audiência pública, de uma discussão. Vamos levar o nosso conhecimento técnico, por meio dos nossos empregados, para essa discussão, mas não cabe à empresa. Ela é uma empresa, uma S.A.. Enfim, ela tem que simplesmente olhar, diante da legislação colocada, se aquilo lhe convém e se aquilo deve trabalhar.

Pela legislação atual, a Petrobras tem necessidade de participar com 30% do capital do consórcio e ser a operadora. É lógico que essa situação exige um investimento forte de capital e caixa da empresa, e, diante do volume do endividamento que a gente tem hoje, essa política, é lógico, pode estrangular a empresa nesse determinado momento, mas, como nós não temos nada previsto e como também temos outras vantagens em relação a esse modelo de legislação, que garante à empresa também um portfólio, uma reserva de mercado – que para nós é boa, até porque o País tem uma capacidade de reservas maravilhosas, prova disso foi a recente aquisição da BG pela Shell, apostando muito fortemente justamente nas reservas em águas ultraprofundas que hoje a gente tem aqui... Mas estamos à disposição, caso haja necessidade de uma discussão pública sobre esse assunto. Como não há previsão, não é algo que estejamos fazendo para o ano de 2015, qualquer previsibilidade na participação desse modelo de partilha.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – V. Sª sabe bem que, como Presidente, precisa orientar os rumos da empresa e não apenas jogar para o Congresso Nacional...

O SR. ALDEMIR BENDINE – É o que vou procurar fazer, Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – ...porque, num momento como esse que V.Sª...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Ronaldo Caiado, colabore com a Presidência, porque ...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – (*Falha na gravação.*)

...responsável por quebrar a empresa.

O SR. ALDEMIR BENDINE – Não, não concordo, Senador, eu acho que o senhor pode ter...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Amanhã, ela não terá como... (*Ininteligível.*)

...quitar suas dívidas.

O SR. ALDEMIR BENDINE – O senhor tem o compromisso, não só meu, como de toda a diretoria, que nós vamos buscar sempre, efetivamente, os melhores interesses da empresa. Nós temos responsabilidades estatutárias. Para isso, a gente foi designado ali.

Discussão de política – eu já disse –, a gente pode atuar complementarmente ou até em condições técnicas. Nós nunca vamos fazer influência em questão de legislação. Acho que esse modelo de *lobby* não é o mais adequado para a companhia.

Em relação ao Senador Hélio José, eu agradeço a homenagem em nome dos empregados da Petrobras. De fato, encontrei ali um quadro – a exemplo da empresa de onde eu vejo – da maior qualificação técnica, com capacidade de concorrência mundial.

Nós acreditamos, sim, piamente na recuperação da empresa. Na verdade, a empresa tem um conjunto de ativos extraordinário. Acho que talvez o único problema por que ela passe no momento seja a capacidade de gerenciar essa dívida elevada que ela tem.

Por último, em relação ao comentário que o senhor fez quanto a empregados da Petrobras cedidos ao Ministério das Minas e Energias, eu acho que é uma decisão do próprio Ministro. Eu não tenho como emitir qualquer opinião em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Presidente, Senador Garibaldi Alves, Senador Delcídio, Presidente Aldemir Bendine e Ivan de Souza Monteiro, Diretor Administrativo e Financeiro da Petrobras:

Vou tentar ser objetivo, porque o que foi perguntado, acho que o Presidente já respondeu. Apenas, eu quero... As pessoas que nos ouvem e que nos assistem sempre ficam observando realmente, não é?

Presidente, é claro que eu separo a empresa, como todo e qualquer brasileiro. Pode ter certeza que as críticas que existem não têm nada a ver com a Petrobras empresa. Todo brasileiro torce, e eu torço, para que V. Sª tenha o maior sucesso. Tem experiência para isso. Mas o que nos deixa perplexo é que, e o próprio funcio-

nário coloca aqui, desses R$50 bilhões, R$46 bilhões nós podemos chamar de má gestão. Isso é que incomoda. Não estamos falando

Quer dizer, nós não estamos falando de valores, nós estamos falando de R$50 bilhões, e a maioria da população não consegue nem imaginar o volume desse dinheiro. E se estima em R$6.2 bilhões, que é o objeto do suposto desvio público de propina, ou se pode adjetivar do jeito que se queira, para, na verdade, apenas duas diretorias. A Operação Lava Jato pode terminar e afirmar que isso... Claro, eu já vi V. Sª – e estou desde o início aqui – dizer que, pelos dados que há, pela Polícia Federal, chegou-se a esse número que V. Sª mesmo diz ser conservador – não é? –, mas que pode, amanhã ou depois, uma nova delação, uma outra diretoria que ainda não foi suficientemente vasculhada, aumentar, e, de repente, sermos surpreendidos com valor ainda maior do que isso.

Então, é para ficar claro para a população que eu não estou evitando essa discussão, apenas a considero desnecessária por ter sido feita por outros Senadores antes de mim e eu não querer ser repetitivo.

Confesso que fiquei aqui para um assunto que, para meu Estado, é fundamental. Acompanhava-me até há pouco, mas ela preside uma Comissão, a Senadora Simone Tebet. Ela é ex-Prefeita de Três Lagoas. A Simone administrava ainda a Prefeitura de Três Lagoas quando adquiriu a área em que a Petrobras fez o investimento para a produção de ureia e amônia, ou seja, para a produção de fertilizantes: o NPK.

Ainda há pouco, ouvia o Governador dizendo que, e é verdade, temos a maior reserva de potássio do mundo na Amazônia, mas esse potássio nós importamos. Eu sou muito ligado ao setor produtivo da agricultura e sei o quanto isso é importante.

Essa indústria, em Três Lagoas, está 80% concluída, 80% ou um pouco mais. Nós, eu e a Senadora Simone, estivemos com diretores, com o pessoal da Petrobras. Eles conversaram com a gente e foram unânimes ao dizer que a primeira coisa a ser feita é terminar e concluir a auditoria para, depois, a Petrobras retomar os negócios. E nossa pergunta, à época, foi a seguinte:

(Soa a campainha.)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Quer dizer, imagino que uma indústria como aquela em Três Lagoas, com 80% já praticamente concluídos e com um produto que só a região central deve consumir, pela importância geográfica da localização da indústria, que, estrategicamente, está em Três Lagoas, por decisão da Petrobras, do ponto de vista técnico e geográfico... Eu queria ouvir aqui... Eu sei que 80% serão para terminar a área de produção, mas não sei se há outra indústria de fertilizante que está quase concluída como essa de Três Lagoas. E se tivéssemos aqui, como prioridade, a conclusão? Porque a impressão que eu tenho é que, se a Petrobras não tiver recursos, mas quiser chamar outra empresa como parceira, porque é um negócio muito vantajoso, é aquele produto que você vai produzir e vai ser consumido e, portanto, não tem jeito de aquilo ser deficitário...

Também houve paralisação das obras, e já foi explicado para nós que não é dívida da Petrobras, e as empresas que lá operavam deixaram uma dívida flutuante, em um comércio que não é tão grande assim, de, aproximadamente, 36 milhões. Mas a Petrobras teve uma responsabilidade! Quando estava terminando – para, não para; para, não para –, a Petrobras fez uma reunião com os fornecedores, Senador Delcídio, em Três Lagoas, e autorizou os fornecedores a continuar fornecendo. Acho que essa dívida, embora não seja... Os fornecedores não queriam mais fornecer, porque era quase evidente que aquilo ia acabar sendo paralisado.

Então, ao meu único questionamento, Presidente, para tentar economizar e otimizar o tempo de V. Exª e também do nosso Presidente aqui, desejaria uma resposta, a mais objetiva, claro, respeitando e entendendo, Presidente, a dificuldade.

Quero dizer que só o fato de ter apresentado uma auditoria e de ter já superado esse primeiro momento, já deu condições... Quer dizer, é uma diretoria que está lá, que está trabalhando com afinco.

Imagino que o conjunto de servidores de carreira da Petrobras neste momento estão dando as mãos e fortalecendo essa diretoria, para que a Petrobras possa sair desse impasse, porque ela, sem dúvida nenhuma, é uma empresa muito importante, economicamente, no País.

Nós precisamos da recuperação, o mais breve possível, da Petrobras. E Três Lagoas necessita ver aquela obra, aquela fábrica ou indústria de fertilizantes concluída, para que possamos, além de atender aos nossos produtores, de baratear esse produto, também fazer com que a cidade, que tinha toda uma expectativa... Estão lá duas indústrias de papel e celulose – uma das maiores, se não a maior do mundo, a segunda agora –, e essa indústria de fertilizante daria à nossa cidade, a toda aquela região um desenvolvimento muito importante – desenvolvimento, aliás, que hoje já é muito importante.

Então, seria esse o meu questionamento a V. Sª.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin e, em seguida, ao Senador Flexa Ribeiro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Quero cumprimentar V. Exª – e o Senador Delcídio também, pelo novo desafio à frente, não é, Senador Delcídio? E quero cumprimentar o Presidente da Petrobras, Dr. Aldemir Bandine, o Diretor Ivan e todos os servidores que o acompanham neste momento.

Quero primeiro registrar, Presidente Bandine, que, quando o senhor foi indicado para a Presidência da empresa, alguns questionamentos ouvimos, lemos, a alguns assistimos.

E fico feliz. Estou aqui, tive de dar uma breve saída, mas estou, desde o início da reunião, ouvindo-o com muita atenção e ouvindo meus colegas com uma atenção ainda mais redobrada, e não vi nenhum fazer qualquer observação negativa à forma como V. Sª vem conduzindo os destinos da empresa Petrobras, neste que talvez seja um dos seus momentos mais difíceis.

Então, acho que isso é digno de registro, é muito importante, porque vem de alguém do mercado. V. Exª, eu o vejo como um homem de mercado, o senhor dirigiu um banco – um banco que é público, mas que é um banco, uma instituição financeira. É alguém que vem do setor. O Senador Delcídio é da área, sabe bem do que estou falando. Não ouvi nenhuma referência à forma... Aliás, as poucas que ouvimos foram positivas, foram muito positivas.

Então, quero cumprimentá-lo, por estar tendo essa capacidade. E creio que, de tudo que ouvi, o balanço apresentado, de forma muito didática para nós... Não sou economista, não sou da área, não entendo, mas qualquer pessoa, não só parlamentar, que esteja em frente à televisão, assistindo, compreende perfeitamente o que significa e o que representa o balanço da Petrobras.

Agora, acho que alguns não compreenderam, aliás, a maioria que falou, que me antecedeu, e me desculpem dizer isso, porque, pelo que percebi, pelo que deduzi, Srs. Senadores, do balanço da Petrobras, que considero um capítulo muito importante, aliás, o primeiro capítulo, afinal de contas a própria possibilidade de ser rebaixada à situação de... Como se chama no mercado? O grau de investimento. Isso foi revisto. Apenas uma das três mais importantes agências, que também já está revendo de grau crítico para outra perspectiva, e isso é muito importante, indica a primeira grande superação. Sem ultrapassarmos e superarmos esse primeiro grande desafio, dificilmente atravessaríamos os outros.

Quero iniciar a minha fala dizendo que ouvi alguns falando: "Olha, eu gostaria muito de olhar para o futuro, mas vou ter que olhar para o passado", e é um equívoco achar que, na vida, só temos que olhar para o futuro. Não. Temos que olhar muito para o passado. Temos que analisar muito o presente, para construir o futuro, e não tenho problema nenhum, e acho que o Governo não deva ter; que a Direção da Petrobras não deva ter esse problema; os servidores da Petrobras não devem ter esse problema de olhar para o passado. Pelo contrário! Precisamos olhar o passado e analisar o presente, para preparar o futuro!

Creio que a primeira pergunta que devemos debater quando o assunto é Petrobras é: que País nós queremos? Que País nós queremos? Que ideologia nós temos? Quem nós representamos? Os interesses de quem nós defendemos? São as primeiras perguntas, porque, pela dimensão da Petrobras, pelo papel que a Petrobras tem, historicamente, no nosso País, essas são as primeiras perguntas.

Ouvi dizer aqui: "A partilha é um absurdo, é uma posição ideológica que serve para abastecer caixa de campanha!" Isso é, no mínimo – para não dizer coisa pior –, coisa de quem é ignorante no setor, de quem não conhece nada do setor, do ponto de vista internacional!

Eu me orgulho muito, Presidente Bendine, de ter tido, no momento em que o Governo tomou a decisão mais acertada de todas, que foi para o pré-sal – e somente 70% do pré-sal, porque 30% já estavam licitados –, de mudar o regime de concessão para o regime de partilha. E fez isso, olhando para o mundo, porque nós não fazemos isso do ponto de vista ideológico, não. Quem é que pratica esse regime? Pratica esse regime, nada mais nada menos, do que a China, a Índia, a Rússia, os Emirados Árabes, a Noruega, que tem o maior fundo social, dentre todos os países! De quem, aliás, nós recebemos recursos...

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – ... não porque eles são bondosos conosco, mas porque eles querem investir na Amazônia, para que as águas deles continuem geladas, para eles continuarem produzindo bacalhau. É por isso. Mas eles têm um fundo que é grandioso!

Então, vejam, acho que não dá! Às vezes, eu penso que estou lendo matéria não de jornal do ano de 2015, mas de jornal que eu tenho pedido, na biblioteca, do ano de 1961, quando a Petrobras viveu um momento parecido. Eu questiono muito se, de fato, o interesse é acabar com a corrupção ou se o interesse é enfraquecer o Estado brasileiro. Eu fico com dúvida. Aliás, dúvida, não! Eu, pessoalmente, tenho muita clareza disso. Eu

acho que quem precisa ter clareza disso é o povo brasileiro, porque veja, Presidente, o senhor apresentou aqui o balanço da Petrobras. Para mim, a percepção que eu tenho – é óbvio – 6.2 bilhões relativos à Lava Jato. Pode ser menos, pode até ser mais! Mas os dados hoje disponibilizados levam a isso.

Então, a única pergunta que lhe faço: esse dinheiro retornará à Petrobras? Qual é a perspectiva desse retorno para a Petrobras? E o problema dos 44 bilhões de perdas de ativos, grande parte dele decorreu da queda do preço do petróleo, da valorização do dólar. Eu entendi isso. Será que eu estou errada, Presidente? Eu entendi tudo errado? Eu não entendi nada do balanço que foi apresentado?

Porque, pelo que eu ouvi da maioria dos meus colegas – colegas que só querem saber de falar: "Acabou! A Petrobras não presta! A Petrobras não serve para nada! Tem que acabar com a partilha!"... Há até projeto de lei para isso: acabar com a partilha, acabar com o conteúdo nacional... Defendem voltar a Lei da Licitação? Espera lá! Vai concorrer como com a iniciativa privada, se ela está toda amarrada?

O problema – como o senhor disse, eu concordo com o senhor e farei o segundo questionamento – não é a lei! É a forma de gestão! Mas, não. Eles não querem curar o doente. Querem matar o doente, para entregar o doente a um preço muito barato. Aliás, nós vimos, em outros setores, muito isso, em uma história, em um passado não muito distante, infelizmente. Não muito distante.

Eu digo que, no setor elétrico, Senador Delcídio, na minha Região Norte, que é uma das mais pobres do País, não entregaram a "galinha dos ovos de ouro", porque não deixamos, a Hidrelétrica do Tucuruí, que é por onde começaria a privatização do setor energético! E o resto é só o resto, é o povo que vive no interior, se vai ter luz ou não, o problema é do povo. Entendeu?

Então, Presidente Bendine, eu o cumprimento. Quero colocar essas minhas opiniões e lamento que eles não estejam presentes aqui. Lamento.

Em relação ao que o senhor coloca da gestão, que o problema é a gestão, não é a lei, eu acho que a lei merece... Como dizia o Ministro de Minas e Energia, que esteve conosco recentemente, não há problema nenhum em revisitar as leis. Não há problema nenhum em atualizar as leis, o problema e garantir o princípio. Eu acho que o princípio é correto, talvez uma adaptação momentânea seja necessária, agora manter o princípio da partilha é fundamental.

Tem que ser dito o seguinte: essa área nem sempre foi da Petrobras. A área onde tem o pré-sal já pertenceu à iniciativa privada, que não achou nada e devolveu. E foi a Petrobras, com a sua gente, com o seu pessoal, que descobriu o petróleo. Então, não há porque não se garantir ao Estado Brasileiro um sistema, um regime, um marco que seja mais favorável à população brasileira.

Enfim, quanto à gestão, que eu acho ser o mais importante para preparar o futuro da Petrobras, e creio ser preciso trabalhar muitas mudanças nesse aspecto, foi criada uma diretoria que tratará apenas do fortalecimento e padrões de gestão: o cargo de governança, risco e conformidade. Quais as mudanças de controles internos e procedimentos de contratação que já foram implementados? Quais estão sendo efetuados para mitigar os riscos de desvios oriundos das fraudes, que, infelizmente, não acontecem só na Petrobras, não acontecem só no Poder Público, acontecem também no setor privado?

Enfim, eu acho que o nosso grande objetivo é acabar com a possibilidade do desvio, que chega a ser vergonhoso, e, segundo, garantir uma Petrobras cada vez mais forte, cada vez mais sólida, porque o nosso futuro, o futuro do Brasil depende muitíssimo da Petrobras.

No mais, é cumprimentar a forma serena e lúcida como o senhor e a diretoria vêm enfrentando esse momento difícil e dizer que criamos aqui, Presidente, um grupo parlamentar, uma frente parlamentar que tem a maioria de Senadores e Deputados em defesa da Petrobras. Não podemos confundir o momento e permitir que este momento seja de enfraquecimento da empresa. Tem que ser um momento de enfraquecimento dos corruptos, dos atos de corrupção e não da empresa, que é a mais importante para todos nós.

Por fim, para concluir, falar aqui do meu Estado, a respeito do gás e a respeito da silvinita, a base para a produção do petróleo. Não temos só a Petrobras, temos a Petrobras e uma canadense, chamada Potássio do Brasil.

Agora, esse é o setor por que o Brasil mais sofre, porque somos dependentes em mais de 90% do potássio que vem de fora, sendo um dos maiores produtores mundiais. Então, eu acho que, nos planos da Petrobras, essa matéria tem que ter um papel e uma presença muito importante, porque o déficit da balança comercial fica em torno de US$8 bilhões ao ano. Isso é muito grave. Um desenvolvimento no setor, em parceira com a Petrobras, quem sabe com outras empresas, pode ajudar muito o setor primário do Brasil, o setor da agricultura, também trazendo dividendos ao País como um todo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Antes de anunciar a palavra do Senador Flexa Ribeiro e devolver a Presidência ao Senador Delcídio Amaral, vou pegar uma carona aqui na pergunta da Senadora Vanessa Grazziotin, perguntando sobre o destino dos poços maduros, que existem no Rio

Grande do Norte, e os planos da Petrobras, se houver, para a Refinaria Clara Camarão, também do Rio Grande do Norte, e para a termelétrica que chamamos de Alto do Rodrigues, mas que tem o nome de José Jesus Ribeiro.

Senador Delcídio do Amaral, a Presidência é de V. Exª, e a palavra é do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral, Senador Garibaldi Alves Filho, Dr. Aldemir Bendine, Presidente da Petrobras, Dr. Ivan Monteiro, Diretor Financeiro da Petrobras, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, quero saudar também os colaboradores da Petrobras que acompanham o Presidente e o Diretor nesta audiência pública.

Só queria fazer um comentário sobre a fala da Senadora Vanessa Grazziotin. Há pouco, S. Exª disse que o Brasil era um grande produtor de potássio. O nosso País tem as maiores reservas de potássio. Lamentavelmente, elas não são exploradas, o que leva o nosso País a importar 90% do que é necessário para...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Não. V. Exª disse que era explorado, mas tudo bem. Só para deixar claro para a população.

Com relação à Petrobras,

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Desculpe, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Quando o Ministro fala, o Senador fica esperando.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Ministro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – V. Exª foi Ministro das Minas e Energia.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Há muito tempo. Ninguém lembra mais.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Quem já foi rei nunca perde a majestade. Temos dois Ministros aí: Ministro das Minas e Energia e Ministro da Previdência.

Dr. Bendine, o caso da Petrobras – e V. Sª não tem nada a ver com isso, pois está chegando agora e já disse várias vezes que veio para... Tenho certeza que toda a população deposita em V. Sª uma esperança de que a Petrobras volte a ser o que ela sempre foi: um orgulho para todos os brasileiros. Isso vem desde a sua criação até os dias de hoje.

O que fizeram com a Petrobras foi um crime de lesa-pátria. Tivemos aqui, Dr. Bendine, audiências públicas com dois Presidentes da Petrobras: com o Presidente Sérgio Gabrielli e, depois, com a Presidente Graça Foster.

Em todas as audiências públicas, foram levantadas questões que eram de conhecimento público. Os jornais e as mídias publicavam o que estava acontecendo com a Petrobras. O TCU já estava fazendo relatórios que vinham, há tempos, na mesma direção, e os Presidentes vinham a esta Casa e diziam que estava tudo normal, que não havia nenhum problema com a Petrobras, que esta estava fortalecida. Isso foi dito pelo Presidente Sérgio Gabrielli e confirmado pela Presidente Graça Foster. Isso foi perguntado a ela por vários Senadores como é que ela via a questão da compra da refinaria de Pasadena, e ela disse, conforme os Anais do Senado, as notas taquigráficas, que teria sido um bom negócio para a Petrobras e não teceu maiores comentários.

Como uma empresa do porte da Petrobras, com as pessoas qualificadas que a Petrobras tem, pode passar anos sendo motivo de desvio de recurso público para o PT e outros partidos políticos, levando a esse número, que, para mim, é um número mágico, de 44 bilhões, perdidos por má gestão, e 6 bilhões, por propina?

Eu não confio nesses números. Esses números foram arrumados pela necessidade de ter o balanço publicado e auditado.

A Presidente Graça Foster aqui, numa audiência, se referiu a desvios da Petrobras da ordem de 80 bilhões. E dizem que em função disso é que ela foi trocada, pela declaração que ela deu do montante astronômico da perda da Petrobras.

Eu discordo da Senadora Vanessa. E, se eu entendi o que V. Sª falou, que era uma questão política para definir o modelo de exploração do pré-sal, se por partilha ou concessão, eu não considero uma questão política. Eu considero uma questão de responsabilidade e avaliação técnica.

Quando foi feita a mudança do processo de exploração, foi feito um lançamento midiático com pirotecnia, inclusive um pouco antes, um pouco depois que o Brasil entraria no clube dos Emirados Árabes como um grande produtor e exportador de petróleo, que tinha atingido a sua autossuficiência na produção de petróleo, quando toda a sociedade sabe que nunca a Petrobras atingiu a autossuficiência em petróleo. Ela importava e exportava petróleo pesado e importava petróleo para as suas refinarias. E agora importa. E essa é uma preocupação, Dr. Bendine.

As coisas foram tomadas para tudo. Eu acho até que... Eu lembro o meu tempo de estudante. Quando andava de ônibus, e o ônibus estava muito cheio, o cobrador dizia para o motorista: dá um freio de arrumação. Aí o motorista pisava no freio e arrumava a coisa. Eu acho que é isso que está acontecendo com a Petrobras. Foi dado um freio de arrumação nela, mas nós precisamos ser transparentes para os brasileiros.

Como é que pode, Presidente Delcídio do Amaral, a Presidente vir a público dizer que a questão da Lava Jato é uma página virada porque foi publicado um balanço da Petrobras? Pelo amor de Deus! Vamos ter respeito com o cidadão brasileiro! Nós não podemos dizer que é uma página virada de algo que precisa e deve ser investigado, porque devem-se achar os culpados por essa má gestão que levou, segundo a última informação, a 44 bilhões de perda e 6 bilhões de propina desviada pelo aparelhamento que o PT fez. E faz não só na Petrobras. É bom que se diga isso. E faz em todo o Estado brasileiro.

Eu perguntaria como é que nós vamos, o Brasil...

O Brasil hoje importa o equivalente a 250 mil barris/dia – importou em 2014 – de derivados. O equivalente a 250 mil barris. As refinarias que estavam sendo construídas... E aí eu não entro na questão se foi para o Ceará, se foi para o Maranhão. Eu queria que tivesse ido para o Pará. Todos os Estados queriam uma refinaria da Petrobras e um polo petroquímico.

petroquímico. Trago aqui uma estimativa. Corrija-me se a informação que tenho estiver errada, de que as Refinarias Rnest e Comperj não foram paradas, mas adiadas, sem data para operação. A estimativa é de que, em 2020, o Brasil vai precisar importar o equivalente a um milhão de barris/dia de derivados. A má gestão do Governo – e aí não é da Petrobras – impôs à Petrobras o prejuízo de o preço dos combustíveis terem sido congelados para efeito eleitoreiro. Então, a Petrobras amargou muito, desses 44 bilhões – não sei quanto deve ter dado prejuízo à Petrobras – por comprar os derivados por um preço maior do que vendia nas bombas.

Quanto às cifras, a coisa é tão grande. Dizem lá que, se o julgamento do mensalão estivesse acontecendo agora, ele seria julgado pelo tribunal de pequenas causas, porque os números...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Flexa, concluindo, porque o tempo já ultrapassou...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente Delcídio, vou pedir ao Presidente Garibaldi que assuma a Presidência, porque os outros Senadores falaram à vontade e não foram interrompidos pelo...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Não, o Senador Garibaldi foi muito rigoroso com o tempo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Não enquanto eu estava aqui. Eu não vi...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – É que V. Exª não acompanhou o desempenho do Senador Garibaldi como Presidente: muito rigoroso e perseguiu os cinco minutos estoicamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – E V. Exª, como ex-Ministro, tem o maior interesse em esclarecer essas dúvidas que não são minhas; são de todos os brasileiros que nos veem pela TV Senado e nos ouvem pela Rádio Senado.

Mas a primeira pergunta, Dr. Bendine: que solução a Petrobras, a direção, o senhor, como Presidente, vai tomar para resolver esse problema? Nós vamos continuar importando os derivados ou vamos refinar o petróleo explorado aqui no Brasil? E por que – não sei se V. Exª vai poder responder, mas vou fazer a pergunta – a Petrobras não tomou nenhuma providência pelos avisos do TCU informando superfaturamento nas obras das refinarias? Por que, quando o TCU se pronunciou, não foi dado o freio de arrumação que se está dando agora?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Concluído, Senador?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Não, ainda não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Ainda não?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Ainda não, Presidente.

Voltemos ao pré-sal. A Petrobras tem condições de bancar 30% e, em pelo menos uma, 40%, porque não teve quem quisesse explorar os 70%? Tem como bancar esse aporte de capital para essa exploração por partilha? Ou não seria mais lógico voltar-se ao sistema de concessão, que era o que vinha dando certo?

Não entendo como as coisas que estão dando certo, independente de governo... Os governos passam, o País continua, a Petrobras continua. Então, não é uma questão político-partidária que vai definir se é partilha ou se é concessão. Tem que haver uma avaliação – como eu discordei de V. Sª; aí, é a Petrobras que tem de dizer qual é a melhor forma de haver a exploração.

Então, se há os recursos, essa é a primeira pergunta.

Segunda...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – É a primeira pergunta ainda, Senador Flexa?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Não, desse tema. Ainda tem um terceiro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Meu Jesus amado!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – O...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – V. Exª me tira o raciocínio. Eu vou ter de retomar. (*Risos.*)

Foi dito aqui para nós, no Senado Federal, em audiências, que o pré-sal só se viabilizava – as revistas, as mídias todas disseram isso – com o preço do barril acima de US$100. Explorar o pré-sal com o barril a US$50 ou menos é insustentável. Então, eu queria saber de V. Sª se isso é verdadeiro ou não.

Por último, eu não tenho dúvida de que o meu Estado do Pará tem petróleo. Deus foi muito generoso conosco: Ele nos deu um subsolo rico, um solo rico e um suprassolo, vamos dizer assim, uma área de floresta rica. Nós temos lá ouro, diamante, manganês, ferro, níquel, bauxita, todos os minerais, castanha do Pará, que virou do Brasil, e temos petróleo.

Como fica a exploração dos poços que foram leiloados na costa do Pará e do Maranhão? Essas explorações vão continuar ou não? Porque estava já havendo movimento de muito entusiasmo, lá no Município de Salinas, onde seria o ponto de apoio para o início dessa exploração.

E uma pergunta para o Dr. Ivan, diretor financeiro. A Petrobras está sendo alvo de investigações do Departamento de Justiça dos Estados Unidos e da SEC, órgão fiscalizador do mercado acionário americano, já que os papéis da Petrobras são negociados na Bolsa de Nova York. Caso a Petrobras seja considerada culpada, ela virá a sofrer pesadas multas administrativas e penais. Os investidores – eu não diria só os americanos, mas também os brasileiros – que se sentirem lesados pela má gestão poderão acionar tanto a corte americana quanto a brasileira.

Existe alguma estimativa feita para o pagamento dessas multas e indenizações?A Petrobras, no seu balanço, fez uma provisão para essas multas e indenizações? Ou não fez e não fará?

Eram essas as perguntas, Dr. Bendine.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Flexa, pela objetividade da intervenção de V. Exª.

O Senador Garibaldi me disse aqui o seguinte: assuma a Presidência que ninguém segura o Flexa. (*Risos.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente Delcídio, eu fiquei tranquilo quando eu vi o Senador Garibaldi voltar à Mesa, porque eu tenho certeza de que ele não iria ser tão miserável no tempo que V. Exª me concedeu. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – É um pequeno tempo. Meia hora,não é, Senador?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Imagina se V. Exª não tivesse raízes no Estado do Pará. Imagine só!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Raízes profundas.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – Mas eu acho que o problema do Senador Flexa não é com o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; já é com o Líder do Governo. (*Risos.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA. *Fora do microfone*.) – Líder do Governo agora? Estou sabendo agora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Eu soube hoje também.

Senador José Medeiros.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA. *Fora do microfone*.) – Eu não queria estar na sua pele!

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentar V. Exª por esse prêmio que acaba de ganhar. Mas está em boas mãos, ouviu, Senador?

Presidente Aldemir Bendine, Sr. Diretor Ivan, Senador Garibaldi, vou ser bem objetivo – trouxe até escrito – para não tomar mais tempo.

A Petrobras, Sr. Presidente, correta ou equivocadamente, optou por uma política de conteúdo nacional em suas encomendas. Essa estratégia se baseia na crença de que o fortalecimento da indústria nacional e da indústria naval, em particular, poderia ser impulsionado pelas demandas da empresa. Os críticos dessa opção apontam para o risco de pulverização de investimentos, perda de foco nas atividades em que o País tem maior vantagem competitiva e o risco de captura dos recursos por agentes públicos e privados. De fato, é preocupante que, após anos dessa política, não se vejam ganhos de eficiência ou da capacidade produtiva da indústria naval.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador José Medeiros, o Presidente Bendini só vai ao toalete e já retorna, mas o Diretor Ivan vai anotar, para que ele responda.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Então, V. Exª pode ter tranquilidade e continuar com a exposição.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Virou um concurso de próstata, aqui, não é, Presidente? (*Risos.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – De fato, é preocupante que, após anos dessa política, não se vejam ganhos de eficiência ou da capacidade produtiva da indústria naval e, de outro lado, como consequência, a virtual paralisação da capacidade efetiva de produção da Petrobras.

Por exemplo, entre 2009 e 2014, a produção total de petróleo da empresa se elevou em somente 5,7%, em que pese o gigantismo e o elevado custo dos investimentos realizados no período. Como a Petrobras vai lidar com essa questão? Abrirá mão da chamada política de conteúdo nacional?

A segunda questão: ano após ano, a Petrobras tem prometido elevação substancial da produção de petróleo no País, com resultados frustrantes. Por exemplo, no plano de negócios apresentado em 2010, previa-se para 2014 uma produção de área de 3,9 milhões de barris. Como se sabe, a meta se frustrou, pois a produção, em 2014, segundo balanço recém-publicado, foi de 2,67 milhões de barris, mesmo com o pré-sal tendo apresentado resultados acima das previsões, que eram baixas, diga-se de passagem.

Daí concluir-se que os demais campos é que têm apresentado um desempenho muito ruim. O que explica esse fenômeno? Teria havido uma opção por turbinar o pré-sal para efeitos propagandísticos, com isso, relegando-se a produção das áreas maduras?

E a terceira questão: na semana passada, a Petrobras finalmente divulgou seu balanço auditado. Como esperado, a empresa formalmente reconheceu os efeitos financeiros da rede de corrupção que lhe tomou de assalto. Todavia, não bastassem os prejuízos diretos, a companhia ainda vem arcando com custos secundários ou indiretos dos crimes, a exemplo da contratação de escritórios de advocacia e de auditoria externa, tanto no Brasil, como no exterior, sem falar nas possíveis ou prováveis condenações nas ações coletivas ajuizadas por investidores nos Estados Unidos, que já passam de dez.

Dado esse cenário, como a Petrobras será ressarcida de todos esses custos? Já há algum planejamento a respeito da maneira de cobrança e de responsabilização dos envolvidos também em relação a esse prejuízo indireto?

E pergunto isso, Dr. Ivan, porque vejo – e aqui acabo a reflexão até fora do tema, Sr. Presidente – que o objetivo da delação premiada, de haver benefício para os delatores criminalmente, é importante, mas isso não pode refletir-se e estender-se à esfera cível. Do contrário, estaremos premiando e chancelando que o crime compensa: basta que eu vire um delator posteriormente.

E aí temos que pensar muito bem na recuperação desses recursos, porque não consigo acreditar que alguém fale: "Estou devolvendo 100 milhões aqui", e que ele não tenha deixado uma rebarbinha lá.

Então, isso é muito preocupante. E, por isso, faço essa reflexão aqui, porque acho que, nesse caso da Petrobras, ficou emblemático que a corrupção é perniciosa. Porém, quando ela é aliada à incompetência, é devastadora.

E, hoje, nessa apresentação que nos foi passada aqui, nota-se que não houve somente corrupção; houve realmente uma gestão temerária. E espero que todo esse debate contribua para que nós possamos ter uma empresa sólida, que é o que todos os brasileiros, independentemente de posição partidária, desejam.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, meu caro Senador José Medeiros, pela objetividade também.

Passo a palavra ao Senador Cristovam e, depois, ao Senador Crivella, quando aí o presidente Bendine e o Diretor Ivan vão responder às últimas indagações.

Meu caro Senador Cristovam, por cinco minutos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador, Presidente, Diretor, vou sair do que a gente vem fazendo nos últimos meses ou mesmo há mais de um ano, que é falar do passado da Petrobras.

Estou querendo falar do futuro e vou dividir esse futuro em três pontos. O primeiro é a gestão daqui para frente.

E as minhas perguntas são no seguinte sentido: primeiro, como vamos evitar, daqui para frente, a intervenção política na gestão da empresa, como aconteceu com os preços do petróleo, aliás, dos combustíveis, como aconteceu com a manipulação feita pela diretoria e os preços das empreiteiras? Como a gente vai evitar daqui para frente...

Presidente Bendine, eu comecei dizendo que já se falou muito do passado da Petrobras. Eu vou falar do futuro. Três pontos: o primeiro é a gestão. E, na gestão, a primeira coisa: como a gente vai evitar, daqui para frente, a intervenção do governo do momento na gestão da empresa, tanto no que se refere aos preços – como a gente viu nos últimos anos – dos combustíveis, como também aos preços cobrados pelas empreiteiras?

Segundo: como vai ser possível administrar a dívida com todas as dificuldades e até mesmo, eu diria, descrédito que a empresa ainda sofre? Vou falar nisso depois. Como vai ser daqui para frente o *cash flow* da empresa do ponto de vista dos investimentos?

Outro ponto que tem a ver com o futuro é: até que ponto a Petrobras analisa possibilidade de dificuldades de uso de combustíveis e de combustível fóssil por razões ecológicas, como formas mandatórias internacionais, reduzindo o consumo?

O outro é: se é e como é... Se a Petrobras conta com a possibilidade de socorro do Tesouro, daqui para frente; e, se é, como vai conseguir isso nas atuais circunstâncias que nós vivemos?

Outro ponto é qual o tamanho da gordura privatizável sem privatizar a empresa? Estou chamando "privatizável" o que foi feito agora com diversos desinvestimentos de vocês. Ainda há uma grande gordura de dezenas de bilhões de reais para fazermos desinvestimento?

E, finalmente, nessa linha, a Petrobras tem análises confiáveis sobre o futuro do preço do petróleo? Dá para a gente imaginar qual será, daqui a cinco anos, dez anos, ou isso depende da vontade dos *shakes* e da vontade do Obama de continuar investindo no xisto? Dá para a gente estimar o preço? Esse é um ponto.

Essas perguntas são do primeiro ponto.

O segundo ponto eu chamaria de defender: olhando o futuro, como defender a Petrobras, que é uma empresa nossa? Como a gente explica para a população a ideia do *impairment*? Essa palavra ficou na garganta de muitos de nós.

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Como é que se traduziria o *impairment* de uma maneira que fosse realmente inteligível?

E aí uma pergunta: nós podemos ter acesso às planilhas, com detalhes, que levaram ao balanço, até para que possamos possa justificá-lo?

Como explicar ao Brasil que o que a Petrobras perdeu equivaleria, Presidente, a dobrar os salários dos 2,1 milhões de professores durante um ano inteiro. É dinheiro demais! A população tem dificuldade de entender quando a gente quer defender a Petrobras.

Terceiro ponto. É a ideia de recuperar credibilidade, olhando o futuro ainda. Eu imagino que a Petrobras deve ter, como qualquer grande empresa em momentos difíceis, uma espécie de grupo de análise e acompanhamento da crise. Eu queria perguntar se houve alguma avaliação do porquê, depois da divulgação do balanço, de as ações subirem um pouquinho nos primeiros dias e depois caírem? O que o grupo de acompanhamento imagina que aconteceu? Não acreditaram no balanço ou o acharam tão ruim que as ações não sobem?

E aí vem uma pergunta que me preocupa mais – a Morgan está recomendando, segundo eu soube, vender ações da Petrobras: será que eles têm condições técnicas de prever o futuro melhor do que nós? Será que eles estão tendo condições de prever como vai ser o balanço do primeiro trimestre deste ano e já estão assustados e vendendo as ações? E aí eu pergunto quando será divulgado o balanço, para que nós possamos ter conhecimento da situação neste momento, pós toda a crise que levou às dificuldades, que nós acompanhamos, de o senhor, com uma competência muito grande – devo aqui, de público, reconhecer –, conseguir fazer o balanço.

Eu fiquei pensando: por que eles estão recomendando vender ações? Será que eles estão sabendo o balanço que nós não estamos sabendo ainda? Até não é estranho, porque eles têm centenas, provavelmente, de grandes técnicos com uma lupa olhando tudo.

Mas o senhor pode aqui nos antecipar, de alguma maneira, como está vendo o balanço do primeiro trimestre.

São essas as perguntas, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cristovam, objetivamente e no tempo.

Senador Crivella, o último inscrito.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Imagino que o Presidente da Petrobras já esteja cansado desta audiência.

Eu queria resumir minha participação, primeiro com uma pergunta, segundo com um apelo.

A minha pergunta é com relação à Bacia de Campos. A Agência Nacional de Petróleo afirma que a Petrobras nos deve 200 mil barris diários na Bacia de Campos por falta de investimentos em perfurações; as que existem estão exauridas, mas há petróleo lá. Bem, o Rio de Janeiro teve uma queda de arrecadação nos *royalties* e na participação especial muito expressiva.

Presidente Delcídio, por uma obra divina, o preço do petróleo caiu, mas o real se desvalorizou em relação ao dólar, de tal maneira que isso compensou, de certa forma, nossas perdas. Nós estamos recebendo me-

nos dólares, mas esses dólares estão valendo mais reais. Mas, ainda assim, a perda é expressiva para Estados e Municípios.

No primeiro trimestre do ano passado, por exemplo, a participação especial do Rio de Janeiro foi de 1,2 bilhão – desculpe-me, no segundo trimestre do ano passado. No segundo trimestre deste ano a ANP está prevendo metade: 600 milhões. Isso é um impacto muito grande na nossa economia.

Eu queria saber também do Presidente da Petrobras se ele está envidando esforços para encontrar parceiros nos investimentos da Petrobras.

Eu sou daqueles que defendem que as refinarias são importantes estrategicamente e economicamente para o nosso País. Mas a Petrobras está com problema de caixa.

Há uma ideia, por exemplo, de a gente poder fazer um *outsourcing* com a China na produção de aço. Os chineses vão taxar o carbono. Claro, isso vai ocorrer nos próximos anos no governo do Presidente. Eles têm um parque para um milhão de toneladas. Estão produzindo 700 mil toneladas, mas querendo encontrar parceiros para produzir apenas 500 mil toneladas lá e 200 mil toneladas de aço em outro país do mundo.

Isso não poderia dar-se no campo do petróleo, da Petrobras? Quer dizer, encontrarmos parceiros que pudessem produzir aqui o que vão consumir lá? Por razões mesmo ambientais. Eles estão com problemas. Aqui, podemos fazer uma política de *overcapping*. Temos a solubilidade, se posso dizer, que eles não têm. Podemos, sim, plantar imensas florestas e fazer minorar os aspectos ambientais.

Então, são duas perguntas que queria fazer: a questão da parceria para manter os investimentos, que são fundamentais e estratégicos, sobretudo para o meu Estado o Rio de Janeiro, onde temos o epicentro da Petrobras, e a questão dos 200 mil barris que a ANP cobra da Petrobras de produção na bacia de Campos.

O apelo, Presidente Bendine. Neste momento de crise, precisamos mais do que um técnico, mais do que um homem que conheça números e que tenha experiência. Precisamos de uma pessoa com alma. Só saímos das crises – pode ter certeza do que lhe digo – se respondermos às mentiras com verdades, à desonestidade com honestidade. Infelizmente, na política, normalmente, tenta-se sair das crises com chantagens, com ameaças e com violência. Esse não é o caminho da saída da crise. Isso agrava a crise!

A Petrobras tem grandes funcionários, grandes e valorosos funcionários, homens que construíram aquilo e que não podem ser representados por dois ou três que, na euforia do pré-sal, acharam que mereciam uma recompensa; acharam que tinham feito tanto pelo Brasil... E, no fundo, foi isso: acharam que mereciam uma recompensa por elevados serviços prestados – heróis –, e resolveram recompensar a si mesmos. E, por causa do mau exemplo que viam no campo político, fizeram o que fizeram, mas eles não representam nem um pouco os valores e a tradição dos funcionários da Petrobras e da esperança de nós todos, que temos na Petrobras um grande orgulho. Queria pedir ao senhor que considerasse isso.

Há funcionários – moro no Rio e sou Senador por lá – que reclamam muito do tratamento que receberam de novos diretores que entram mandando todo mundo embora no primeiro dia. São pessoas que estão lá há 10 anos. Como, num primeiro dia, podemos avaliar quem está lá há 10 anos, ou 7 anos, ou 8 anos? Não é justo isso.

Tudo bem. Temos que assinar um balanço, temos que mostrar à sociedade que há transparência, a diretoria é nova. Todos aplaudimos. Vamos trocar o time todo e depositar no senhor e na sua nova equipe esperanças para a nossa redenção.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Mas faço este apelo, como Senador do Rio de Janeiro, para que o senhor, pessoalmente, verifique o jornal da FUP (Federação Única dos Petroleiros). Leia e veja as denúncias que estão saindo de pessoas que foram demitidas simplesmente porque é necessário dar uma satisfação, e isso é feito, às vezes, prejudicando aqueles que não têm culpa nenhuma, mas que, pelo contrário, dedicaram a vida toda ou grande parte de sua vida à Petrobras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, meu caro Senador Crivella, também em respeito ao tempo.

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

Estávamos nós almoçando tranquilamente e vendo vocês sofrerem aqui. Cheguei no horário certo.

Não tenho muita coisa a falar; só deixar um registro também para desejar ao Dr. Bendine que tenha sucesso à frente da Petrobras, assim como teve sucesso à frente do Banco do Brasil, instituição que, por vários anos, comandou. Pelo que lemos e sabemos, a instituição cresceu bastante na sua administração, no momento em que você administrou essa empresa pública tão importante quanto o Banco do Brasil.

Então, desejar que você à frente da Petrobras também tenha sorte, porque competência tem, conhecimento tem. A gente sabe que nem para tudo na vida, às vezes, só essas coisas servem. A gente tem de estar no lugar certo, na hora certa e no momento correto fazer as coisas.

Ouvi muitas coisas, Dr. Bendine, e a gente se pergunta – e aí é mais como cidadão, não como alguém que lê mais ou menos – sobre o que a imprensa diz. E a gente também tem que saber dar um desconto para o que ela diz.

Vou colocar duas coisas aqui. Eu ouvi vários números, e números diferentes, de 10 bilhões para um lado e 10 bilhões para outro, como se 10 bilhões fossem 10 milhões ou 10 reais. É muito dinheiro!

Uma das coisas que chamam a atenção... Por exemplo, eu ouvi aqui que o valor que foi para o balanço é de R$6,2 bilhões; foi, vamos dizer assim, aquilo que a Petrobras aceitou como o valor da Lava Jato, porque são 3% sobre o valor, o que deu R$6,2 bilhões. Então, esse é um número que a Petrobras aceita, mas o aceita porque tem de colocar lá; não aceita porque aconteceu. Eu sei que, obviamente, quem está lá não gostaria de estar resolvendo esses assuntos.

Mas, nas duas refinarias, pelo que eu levantei rapidamente, tanto na Abreu e Lima quanto no Comperj, os números iniciais são muito diferentes. Na Abreu e Lima, parece que o primeiro número estudado era de cerca de R$2 bilhões. Essa estrutura, depois, já estava orçada em algo em torno de R$18 bilhões. Os números da Comperj, que eram de em torno de R$6 bilhões, hoje, pelo menos pelos números que eu li – não sei se hoje é exatamente isto – estão em R$30 bilhões.

Então, somando as duas, nós temos uma diferença de R$40 bilhões. É muita diferença!

Daí a pergunta que eu gostaria de fazer a V. Sª: tem R$6,2 bilhões de Lava Jato, mas tem, só de duas grandes obras da Petrobras, uma diferença nos R$40 bilhões. Quer dizer, que providência a Petrobras está tomando para checar ter saído de R$6 bilhões para R$30 bilhões?

Entendo que há variação de dólar, tempo, uma série de coisas, mas acho que vocês da Petrobras e, tenho certeza, V. Sª não vão se contentar de ver isso e dizer "não, está lá". Vocês estão olhando isso? Vão atrás disso? Vão saber se não dá para voltar de R$30 bilhões para R$25 bilhões, para R$24 bilhões, para R$20 bilhões, numa racionalização, num reestudo dos projetos?

Então, minhas colocações seriam estas, para a gente ter um pouco de noção do que vai acontecer depois da Lava Jato. "Tá bom, eu tenho um número de Lava Jato, mas eu tenho um número de jato de areia que eu preciso mexer por aqui que eu posso resolver um monte de coisas".

Mais uma vez, quero desejar a você e a toda a sua equipe que tenham, de fato, muito sucesso à frente da Petrobras, porque ela é uma empresa pública nossa que tem um futuro e uma responsabilidade muito grande.

Estava me faltando outra pergunta, que é a seguinte: essas reservas que foram detectadas, que estão catalogadas, que dizem que estão no fundo do mar, existem realmente?

(Soa a campainha.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Quer dizer, é tudo isso que tem lá, ou a gente tem alguma dúvida sobre se, no futuro, a gente não vai achar todo esse óleo e vai achar um pouco menos do que a previsão do que tem lá?

Muito obrigado, Presidente.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Blairo.

Eu quero, agora, passar a palavra ao Presidente Bendine e ao Diretor Ivan e saudar aqui também os Deputados Décio Lima e Mauro Mariani, que representam aquele valoroso Estado de Santa Catarina, que todos nós conhecemos tão bem, não é, meu caro Décio?

Portanto, passo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Nós estamos à disposição. Se V. Exªs quiserem fazer alguma pergunta...

É uma honra tê-los aqui.

Concedo a palavra ao Presidente Bendine, fechando o verão, como diz o Tom Jobim.

O SR. ALDEMIR BENDINE – Agora ficou extenso aqui.

Bom, muitos dos temas – entendo também a preocupação de querer sejam reforçados pelos Senadores – acho que a gente já respondeu. Eu vou tentar ser o mais breve possível e reconsiderar algumas questões novamente abordadas.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – Presidente Bendine, com a permissão do Presidente, eu queria pedir que V. Sª respondesse logo as três perguntas sobre o Rio Grande do Norte, que eu acho que serão respostas rápidas e que não frustrarão os últimos Senadores que fizeram indagações.

É sobre campos...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – É sobre os campos maduros do Rio Grande do Norte e a refinaria.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – Os campos maduros, a Clara Camarão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – A Clara Camarão e a termoelétrica.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – E a termoelétrica.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Olhe como estou atento, meu querido Presidente Garibaldi.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – Eu já estou preocupado. (*Risos.*)

É um concorrente potencial.

O SR. ALDEMIR BENDINE – Meu caro Senador Garibaldi, posso responder rapidamente. Nos três campos, os três ativos citados pelo senhor, os campos, mais a refinaria, mais a termoelétrica são campos que estão operacionais, estão funcionando, e a ideia é de que sejam mantidos. Não vamos interromper algo que está produzindo e que está dando retorno para a empresa.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – Quer dizer que a empresa vai continuar...

O SR. ALDEMIR BENDINE – Permanece com interesse.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – ...apostando naquela produção.

O SR. ALDEMIR BENDINE – Sem dúvida. Sem dúvida, tanto que são operacionais. Se houver prospecção que possa ainda dar incremento à produção, é lógico que vamos tentar. Do contrário, vamos ficar no ritmo de produção que temos hoje, mas os três casos efetivos citados pelo senhor já são unidades operacionais, e a empresa vai manter a operacionalidade e o retorno pretendido em relação a isso.

Também específico do Senador Moka, relativo ao que batizamos internamente como projeto de FSN sobre a exploração de uma empresa de fertilizantes, assim também como uma colocação em relação a mais um caso citado – não me lembro exatamente qual –, o que eu queria reforçar é o seguinte: conforme eu já disse...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – O caso do Amazonas.

O SR. ALDEMIR BENDINE – Sim, é o caso do Amazonas. Exatamente.

Conforme eu já disse, estamos agora numa fase de elaboração de um novo plano de negócios, de um redesenho do planejamento estratégico da empresa à vista da questão de financiabilidade que hoje ela tem. Eu queria deixar bem claro que a empresa também não vai parar. Ela vai continuar ativa; a empresa está operacionalmente muito bem. A prova é que o resultado, no ano de 2014, apresentou um ganho na margem operacional da empresa da ordem de 15% em relação ao ano anterior.

Apesar de a gente dar um foco muito específico na área de exploração e produção, que é o nosso *core business*, ainda existem 20% aproximadamente de todo esse investimento voltados a áreas, a negócios em que a Petrobras tem interesse. Isso até responde um pouquinho o que o Senador Cristovam colocou, se a gente também não está vendo outras possibilidades. Sim, a gente não está só em combustíveis fósseis. A Petrobras sempre vai estar pesquisando outros tipos de energia limpa, mas, de fato, hoje, o grande potencial da empresa e a forma de ela ter uma geração de resultado operacional vem da exploração do petróleo e, por isso, vamos colocar toda nossa força de investimento para os próximos anos em relação a isso.

Mas, conforme eu estava dizendo, o plano de negócios está ainda em fase de elaboração. A previsão é de, em 30 a 40 dias, estar com ele concluso, e vamos torná-lo público. Estaremos, então, mais aptos a responder determinadas questões específicas, como as que foram colocadas.

Em relação ao colocado pela Senadora Vanessa, sobre o retorno de R$6 bilhões que foram lançados como gastos adicionais, também corroborado por aquilo que o Senador José Medeiros colocou, sim, a Petrobras está envidando todos os esforços para participar desse processo de recuperação desses valores.

Conforme eu já havia dito anteriormente, isso é uma visão conservadora, e o Senador Waldemir questionou sobre essa questão. O conservador, no nosso caso, é se estamos extrapolando o valor. Não é que estejamos colocando um valor menor, não. O sentido da palavra é outro, porque era uma maneira de criar ali determinada faixa de valor a ser recuperável, porque, até hoje, se fôssemos fazer uma avaliação, um lançamento mais assertivo, teríamos de esperar o processo investigatório chegar até o final e, ao mesmo tempo, ter esse processo julgado.

Estamos nos antecipando, e, nas ações que vimos adotando, a Petrobras passou a fazer parte como assistente de acusação junto ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal, ou seja à força-tarefa no Paraná. Nós estamos trabalhando em sintonia com eles e prestando todos os esclarecimentos necessários. A gente

vai, sim, envidar todos os esforços do ponto de vista judicial para a recuperação desses valores. E a gente crê, sim, numa recuperação, não só pelo aspecto de todas as ações que estão sendo levadas pela força-tarefa no Paraná, mas também pelos prováveis acordos de leniência que estão sendo examinados no âmbito da CGU/TCU em relação a esses feitos.

Sobre a questão da data da divulgação, que o Senador Cristovam colocou, isso já está marcado para o dia 15 de maio. Já foi dado conhecimento público sobre a data da divulgação.

Quanto à questão de ações, Senador, não vou entrar no mérito, porque isso é decisão de investidores e de mercado. A companhia trabalha em cima da apresentação dos seus resultados. Ela trabalha fortemente para que, cada vez mais, nossos resultados sejam melhores.

Mas, em relação à questão de como gerir a dívida, eu diria que, hoje, não temos mais um descrédito da empresa em relação a investidores e a financiadores. Já vi especificado aqui que nós temos uma autorização do nosso Conselho de Administração para a captação de caixa para o ano, para suportar nossas atividades. Isso já foi bem mostrado. Temos um crédito de financiadores não só locais, mas, principalmente, internacionais em relação à nossa capacidade de gerir essa dívida. Já deixei bem claro que a dívida é muito elevada, tem um indicador fora dos bons números, dos bons indicadores e das melhores práticas que temos de ter em relação a isso. Vamos trabalhar ainda por algum tempo com uma dívida muito elevada em relação a isso. Também já deixei bem claro que, quanto ao socorro do Tesouro, não existe essa possibilidade de nova capitalização na empresa. A empresa não tem, inclusive, interesse nisso.

Eu também já havia falado em relação a desinvestimento. Que se entenda isso não como uma privatização, Senador. Na verdade, nesse modelo de empresa de energia ou de exploração de óleo e de gás, como é o caso da Petrobras, desinvestimento é um processo normal em cada ano, em que há uma série de ativos. Por uma razão lógica, por uma razão operacional, faz parte do dia a dia e de cada ano da empresa prever determinados ativos e que ela não tenha, por uma relação custo/benefício, a necessidade ou o interesse em permanecer nesses ativos.

Cito exemplos. Em campos próximos do abandono, onde a relação custo/benefício já não se torna tão atrativa para uma empresa do porte da Petrobras, pode haver o interesse de companhias exploratórias de porte menor. São situações da espécie que estão nesse conjunto de ativos a serem desinvestidos. Essa é uma prática que acontece todo ano na empresa, isso é comum e não faz parte... É lógico que, apesar do fato de que o resultado vai nos ajudar numa pequena baixa do total da dívida, não é essa a razão principal. Isso está dentro da razão operacional da companhia.

Quanto a preço do petróleo, que o senhor colocou, perguntando se dá para estimar alguma coisa nesse sentido, quero dizer que é lógico que trabalhamos em cima de métricas e de projeções, tanto é que, na apresentação que fizemos no início, mostramos que prevemos para o ano de 2016 o preço médio do barril de petróleo a US$70. É o que estamos estimando. Entretanto, isso está atrelado a uma série de forças de conjuntura internacional. O senhor citou algumas aqui. Eventualmente, alguma volatilidade nesse preço pode ocorrer, mas acho que a gente entendeu que se chegou a um patamar mínimo em relação ao preço do barril de petróleo. Quando chegou a US$45, aproximadamente, o preço do barril, acho que ali foi o piso. Então, a gente agora vê uma recuperação gradativa. Não estou vendo nos próximos anos também uma prática de preços como a de julho de 2014, quando chegou a US$114 o barril. Então, trabalhamos com uma estimativa de recuperação gradual de preços, mas não no nível praticado nos últimos tempos.

Em relação à questão de imparidade, vou explicar um pouquinho mais. Eu também já tinha feito uma explicação.

Impairment – a tradução da palavra para o português seria "imparidade" –, na verdade, significa pegar um ativo ou um conjunto de ativos e estabelecer, diante de um conjunto de fatores que possam ter mudado e que precisam ser avaliados ao se tomar a decisão do investimento, o que se deve fazer naquele momento. Pega-se aquele ativo, projetam-se as receitas dele para os próximos anos, dependendo do tipo desse ativo, trazem-se essas receitas ao valor presente, comparando-se com o valor investido.

Quando esse valor está menor em relação àquilo que foi investido, por uma situação momentânea... E a regra contábil é essa, e ela é, de fato, uma regra muito dura – atendendo um pouco à expectativa do Senado Blairo Maggi –, de fato é o que temos de fazer naquele momento. Infelizmente, a regra contábil, que é o padrão mundial ao qual a Petrobras se sujeita, que é o IFRS, é penosa nesse sentido. Será negativa naquele momento em que se tem de contabilizar, e, se, por uma condição de conjunto positivo, ali na frente, formos realizar e observarmos que isso está agora naquele momento positivo, aí não jogamos contra o valor. As empresas, os bancos, enfim, todos nós que convivemos nesse mundo empresarial sabemos da dureza dessa regra.

Por outro lado, com um ativo desses, ao se buscar uma parceria, uma desalienação, alguma coisa, pode-se também ter uma vantagem em relação ao preço contábil que está colocado.

Mas é a realidade que estava colocada. Acho que o principal fator em relação a isso foi essa mudança abrupta no mercado em relação ao preço da *commodity*. Eu acho que é o principal ponto. Mas, em relação a esse equilíbrio, conforme colocado pelo Senador Crivella, entre dólar e preço de petróleo, por incrível que pareça, Senador, essa compensação pela elevação do dólar não é positiva, não, pela empresa. Ela é negativa. Como temos ainda necessidade de importação, de refino, por uma série de fatores, um dólar muito elevado para nós neste momento, apesar de, por um lado, termos uma política de *hedge* cambial bastante boa, isso traz prejuízos à companhia.

Então, essa compensação entre diminuição do preço do petróleo *versus* desvalorização da moeda não é uma composição em que se pode dizer que se pode compensar.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Presidente, é boa para o meu Estado, para quem recebe *royalty* e participação especial.

O SR. ALDEMIR BENDINE – Eu sei a importância da Petrobras para o País, notadamente, especialmente para o Rio de Janeiro, mas, enfim, eu tenho que olhar o conjunto da empresa, e não só onde ela tem sua maior concentração de atividades.

De fato, há um questionamento da ANP sobre a questão da produtividade na Bacia de Campos. O que posso dizer é o seguinte: a produtividade nos poços está até superior ao que havíamos imaginado. O que não estamos tendo é velocidade de exploração desses poços, conforme a ANP previa, mas também tenho de respeitar a capacidade da empresa na questão de investimento.

A produtividade em si, respondendo a ela, está muito superior ao melhor cenário que imaginávamos. Entretanto, a capacidade de abrir poços a todo tempo, na questão de exploração, é algo que exige investimento massivo. A empresa deu, de fato, um período de contenção desse investimento, mas vamos retomar isso, com certeza, e acho que assim se equilibra essa curva de produção e gradativamente se retoma a condição de um *royalty*, um percentual de *royalty* mais atrativo para o Estado. Vamos procurar sempre olhar isso não só para o Estado do Rio de Janeiro, mas mas para todos os Estados que se beneficiam com a parcela no *royalty*.

Demais pontos.

Sobre a questão da reavaliação dos números, já falei aqui rapidamente. Foi colocado pelo Senador Blairo.

Quanto à Abreu e Lima, é lógico que tivemos uma série de componentes nessa questão: postergação de investimentos, preços de matéria-prima, e assim por diante. Também existem alguns outros aspectos, principalmente no caso do Comperj. Não nos esqueçamos de que o Comperj foi projetado lá atrás. Esse projeto dizia respeito a um polo petroquímico. Nós sabemos – isto é conhecimento do mercado e da sociedade – que a área de petroquímico, hoje, neste exato momento, não está oferecendo uma condição muito favorável para sua exploração. Por isso a postergação do investimento.

O custo da matéria-prima hoje, notadamente do nafta, que é um subproduto do próprio óleo, está numa condição de preço de matéria-prima muito superior ao *shale gas*, que é o gás de xisto americano. Isso tira um pouco a atratividade no investimento na indústria petroquímica.

Então, o que a gente está prevendo? E há. sim, uma necessidade muito grande em relação ao refino no País. Apesar de a Petrobras ter dado um grande salto na questão do refino, ela já é a sexta maior refinadora do mundo. Nós ainda temos uma carência de refino e também, é lógico, determinados ativos, como foi colocado aqui, que já estão em fase de conclusão, nós vamos procurar respeitar, até porque a gente não pode abandonar projetos com 86%, 90% das obras conclusas, até porque seria uma temeridade do ponto de vista de gestão abandonar esses projetos.

Mas isso, é lógico, vamos trazer mais claro para a sociedade quando a gente tiver conclusa essa parte do plano de negócios. Não posso me antecipar em detalhes ainda; até por uma questão de competitividade comercial, não posso fazer essa sinalização. Mas vamos trazer esses números me breve, reavaliando nosso planejamento estratégico.

Enfim, acho que, com isso, estou terminando todas as colocações dos últimos blocos. Se há alguma dúvida que não tenha sido respondida... Acho que os pontos que eu coloquei...

Quanto à questão de transparência, Senador Cristovam, eu queria dizer que já está disponível no próprio *site* da empresa e registrado na CVM o detalhamento de toda a divulgação do balanço e o próprio atestado da auditora externa em relação a isso.

No fim, não sei se há mais algum ponto em que vocês queiram insistir para minhas colocações finais. (*Pausa.*)

Não tendo, faço minhas colocações finais.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Meu caro, só o Deputado Décio Lima gostaria de fazer um questionamento a V. Sª.

O SR. DÉCIO LIMA (PT – SC) – Quero inicialmente agradecer a deferência de V. Exª, Senador Delcídio do Amaral, Presidente desta colenda Comissão. Acredito que a deferência de V. Exª prestada a mim e ao Deputado Mauro Mariani é o carinho que V. Exª tem pelo meu Estado, nosso Estado, o Estado de Santa Catarina, bem como também o carinho que V. Exª tem com a Câmara dos Deputados.

Mas eu queria, nesta oportunidade... Nós viemos aqui apenas para, logo em seguida, entregar ao nosso Presidente, Dr. Aldemir, uma solicitação de audiência. Mas, já que a oportunidade aqui nos permite, pela possibilidade da palavra, quem sabe nós estaríamos, inclusive, poupando o tempo de V. Exª ao responder, embora uma questão paroquial, mas uma questão também pertinente à Petrobras e a nós todos, o povo brasileiro.

A indagação é se há alguma mudança estrutural de gestão que a Petrobras, neste momento, estaria promovendo. Nesse aspecto, nós gostaríamos de saber o porquê – pelo menos é o que se noticia pela imprensa de Santa Catarina – do fechamento da gerência sul, lá na cidade de Itajaí, a Unidade de Exploração Sul, UO-Sul.

Se isso é procedente, Presidente, se não seria possível... A indagação, inclusive, que nós temos é se o momento é oportuno e se não haveria possibilidade, pelo apreço que o povo catarinense e do Sul do País temos pelas atividades da nossa Petrobras na Região Sul, antes de qualquer decisão de V. Exª, de, pelo menos, permitir às representações políticas de Santa Catarina que pudessem ser ouvidas no âmbito da sua preocupação.

E se essa mudança de gestão afeta, digamos, a questão da operação estrutural que a Petrobras realiza lá na nossa região, porque nos causa até surpresa. O Senador Delcídio do Amaral bem conhece a logística que nós oferecemos hoje com o Porto de Itajaí, Aeroporto de Navegantes, a proximidade com as plataformas. Nós entendemos que nós somos, inclusive, uma oferta positiva no exercício da atividade das operações da Petrobras.

Mas há, Presidente Aldemir, uma profunda inquietação.

A imprensa hoje teve esse tema pautado como um tema principal. Eu e o Deputado Mauro Mariani, que coordena o Fórum Parlamentar de Santa Catarina, aqui representando os três Senadores do nosso Estado e os 16 Deputados, vimos aqui justamente para expressar a preocupação de nós todos, o povo de Santa Catarina.

Muito obrigado pela deferência da palavra, que agradeço ao Senador Delcídio do Amaral e aos Senadores, que nos permitem, na condição de Deputados, estar aqui participando deste debate.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Deputado Décio Lima, é uma honra muito grande contar com a presença de V.Exª e também do Deputado Mauro Mariani, de um Estado que eu conheço bem e que me tratou como um filho da terra. Aliás, sempre me trata como filho daquela terra, a Santa bela Catarina.

Agora, para concluir, Presidente Bendine e meu caro Ivan, vamos às palavras finais.

O SR. ALDEMIR BENDINE – Vamos lá.

Deputado Décio, Deputado Mauro, em relação à questão colocada, eu quero começar a falar do positivo para o negativo. Primeiro, Santa Catarina para nós tem uma potencialidade fantástica. Nós vamos continuar mantendo nossas operações no mesmo ritmo que vêm acontecendo. Não temos, dentro do nosso plano de negócio – posso antecipar –, nenhum tipo de recuo na atividade daquilo que está planejado para as operações ali na bacia que emanava de Itajaí. Tão somente – e aí eu quero confirmar –, do ponto de vista administrativo, e como a gente está fazendo uma política de redesenho da organização, uma reorganização administrativa da empresa, de fato, existia uma presença física administrativa ali, que está sendo deslocada, porque havia até uma sobreposição de funções, o que não é salutar num processo de gestão. Mas isso não traz nenhum prejuízo à nossa operação. Ela está dentro da previsibilidade; é meramente uma questão administrativa, uma coisa – entre aspas – até "simbólica"...

O SR. DÉCIO LIMA (PT – SC) – O escritório, inclusive, continua, Presidente.

O SR. ALDEMIR BENDINE – Nós vamos ter uma representatividade. Ele só está vinculado à unidade operacional da Bacia de Santos, mas sem nenhum prejuízo, e é todo aquele tipo de desenvolvimento.

O que eu posso afirmar é que é simplesmente um ato administrativo em termos de redução de alguns custos, mas sem prejuízo também da colocação desses funcionários. Os poucos funcionários que estão vinculados a essa questão administrativa estão preservados e vão ser deslocados para outras funções. Entenda isso só como uma questão administrativa. Eu percebi um pouco essa polêmica que estava sendo criada, mas não há nada em relação a desinvestimento lá no Estado. Muito pelo contrário, ali existe uma potencialidade, até pela condição geográfica que o próprio litoral oferece, e a empresa permanece fortemente nas suas intenções em relação ao investimento. É meramente uma questão administrativa que, depois, sobre qualquer detalhe, eu posso, em particular, conversar com vocês a qualquer momento, em uma ligação ou numa ida de vocês lá. Estou à inteira disposição.

Finalizando, eu gostaria, Senador Delcídio, Senador Garibaldi, Presidentes das Comissões, demais Senadores que aqui participaram e todos que acompanharam esta reunião, fazer minhas considerações finais.

A empresa, de fato, passou por um momento muito difícil na sua existência, em que determinados elementos, determinadas pessoas se utilizaram da empresa para algumas práticas, pelo que a gente percebe, apesar de não haver ainda um julgamento concluso sobre isso, mas ao que tudo indica, alguns malfeitos, ali realizados.

A Petrobras quer deixar bem claro que é uma vítima desse processo. Os empregados que ali estão são pessoas comprometidas com todo o ideal da empresa. Nós temos um quadro técnico de altíssimo nível; e, hoje, sentem-se, sim, envergonhados por essas práticas que macularam o nome da nossa empresa. Mas, por outro lado, sabedores de que isso foram atos isolados de determinadas pessoas e de que a Petrobras vai fazer todos os esforços possíveis – e está fazendo –para colaborar com as autoridades que vêm investigando esse processo, até com o Poder Legislativo, que também tem feito uma comissão de apuração sobre tudo isso. Nós queremos reforçar esse compromisso de passar a limpo e de apurar todos esses malfeitos praticados.

Mas o que eu queria deixar bem claro, olhando para frente agora, não que o passado, conforme a Senadora Vanessa tinha colocado... O passado, sim, serve-nos como lição, para que entendamos onde pode ter havido falhas na empresa, do ponto de vista do seu *compliance*, do seu controle, e isso serve para que nós aprimoremos nossos processos, levemos melhores práticas para a companhia. E eu posso assegurar a todos que é isso o que nós vamos perseguir agora, com muita ênfase, para que não reste dúvida sobre a capacidade da Petrobras, a maior empresa brasileira, que tanto tem colaborado com o desenvolvimento do País ao longo de tantos anos.

Nós acreditamos muito fortemente na empresa. A empresa tem uma potencialidade enorme; ela tem um grande desafio, que é o seu endividamento, mas ele é um endividamento controlável, que nós temos capacidade de ir reduzindo gradativamente, sem comprometer a capacidade de investimento da empresa. A empresa vai continuar investindo, não vai entrar em marcha a ré, vai continuar colaborando com o crescimento econômico do País. Ela já provou, ao publicar o balanço, que passou a limpo a questão dos seus números. Ela já mostrou a questão da sua possibilidade de financiabilidade. E agora nós vamos trabalhar muito fortemente no seu planejamento estratégico, na sua possibilidade de continuação desse investimento, mas, principalmente, no aprimoramento do seu modelo de governança.

E o que a sociedade de forma geral precisa entender – e os senhores são os representantes da sociedade, representantes do povo – é que a empresa agora precisa diminuir um pouco a ansiedade em relação ao seu futuro. Nós não vamos conseguir trazer a empresa e dar respostas a cada dia, a cada mês. Isso vai ser um processo que será construído de forma gradativa. Mas não tenho dúvida de que, olhando do ponto de vista da gestão da empresa e dos resultados apresentados, doravante, a cada mês, a cada trimestre, a cada ano, os senhores vão ver a retomada da capacidade de geração de resultado, da geração de valor que a empresa vai propiciar. E o que ela só precisa agora é de um voto de confiança, para que, internamente, os seus empregados, junto com a nova diretoria, possam executar esse trabalho que estamos planejando. Dentro de um prazo razoável de tempo, isso vai estar nítido na nova posição em que a companhia estará colocada.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade de estar aqui fazendo esses esclarecimentos, e sempre me coloco à disposição dos senhores naquilo que for necessário para prestar maiores esclarecimentos – não só eu, mas toda a nova diretoria e todo o corpo de empregados da Petrobras.

Obrigado a todos e uma boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Presidente Bendine.

Eu quero agradecer a presença de V. Sª, a presença do Diretor Ivan Monteiro, da equipe técnica toda aqui, que os assessorou, que os acompanha nesta audiência pública. São mais de cinco horas de audiência pública, e acho que para um tema extremamente relevante.

Quero elogiar o trabalho da diretoria da Petrobras por todo o esforço feito, para que, efetivamente, a Petrobras continue avançando e sempre representando aquilo que todos nós, brasileiros, esperamos de uma companhia como a Petrobras, competente, feita de gente em que o País investiu, gente qualificada, gente que tem espaço em qualquer petroleira do mundo! E eu não tenho dúvida de que V.Sªs e todo o corpo técnico da Petrobras vão fazer um excelente trabalho à frente da nossa querida companhia.

Quero aproveitar também para propor a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião.

Os Senadores e as Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

E, antes de encerrar os trabalhos, comunico aos membros da Comissão de Assuntos Econômicos que, no dia 30 de abril – portanto, quinta-feira, Senador Crivella –, será realizada audiência pública com a presença do Sr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, em conjunto com a Comissão Mista de Orçamento (CMO) e outras comissões.

No dia 12 de maio, terça-feira próxima, teremos a presença do Sr. Armando Monteiro, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministro do Mdic, que aqui vai também fazer uma audiência pública muito importante para o desenvolvimento do País.

Quero cumprimentar meu querido Senador Raimundo Lira, nosso Vice-Presidente, sempre companheiro, competente.

Aqui, Presidente Bendine, eu tenho a honra de ter como Vice o Senador Raimundo Lira, que foi quem criou a Comissão de Assuntos Econômicos aqui no Senado Federal e, por duas vezes, foi Presidente da CAE. Estou tão preocupado com isso, que já me candidatei pela segunda vez, e, se der moleza, fico uma terceira.

O SR. ALDEMIR BENDINE (*Fora do microfone*.) – Desde que o carregue junto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Evidentemente! Essa dobrada aqui não erra, não falha.

E agradeço a todos os Senadores e Senadoras que participaram desta audiência pública e também aos nossos queridos Deputados de Santa Catarina, Décio Lima e Mauro Mariani, e desejo muito sucesso a todos vocês. Valeu.

Muito obrigado.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Raimundo Lira, Vice-Presidente.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu queria apenas agradecer as considerações do meu Presidente, mas dizer que ele foi um pouco além, porque, hoje, é Líder do Governo. (*Risos.*)

Então, além da amizade com o Vice-Presidente, ele, também na condição de Líder, quer um aliado ao seu lado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Essa tarefa espinhosa, não é, Senador Crivella?

Mas quero agradecer a todos.

A reunião está encerrada. Uma boa tarde.

(Iniciada às 10 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 13 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE MAIO DE 2015, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia cinco de maio do ano de dois mil e quinze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência dos Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, Vice-Presidente, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) Senadores(as) Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Reguffe, Benedito de Lira, José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa, Gladson Cameli, Romero Jucá, Waldemir Moka, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Hélio José, José Agripino, Wilder Morais, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Ronaldo Caiado, Antonio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Roberto Rocha, Douglas Cintra, Marcelo Crivella, Wellington Fagundes, Eduardo Amorim e Blairo Maggi, e, ainda, do Senador Cássio Cunha Lima. Deixam de comparecer os(as) Senadores(as) Walter Pinheiro, Telmário Mota, Ciro Nogueira, Sandra Braga e Luiz Henrique. A Presidência declara aberta a reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da ata da 9ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 34 de 2015 (Aviso nº 223-Seses-TCU-Plenário), de 8 de abril de 2015, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 020.170/2014-9, na Sessão Ordinária de 1/4/2015, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam; Aviso nº 35 de 2015 (Aviso nº 244-Seses-TCU-Plenário), de 9 de abril de 2015, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 023.922/2014-1, na Sessão Ordinária de 8/4/2015, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam; Aviso nº 36 de 2015 (Aviso nº 237-Seses-TCU-Plenário), de 9 de abril de 2015, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 020.168/2014-4, na Sessão Ordinária de 8/4/2015, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam; Aviso nº 428-GP/TCU, de 24 de abril de 2015, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do

Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 020.170/2014-9, na Sessão de 1/04/2015, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam; e Aviso nº 447-GP/TCU, de 30 de abril de 2015, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 023.922/2014-1, na Sessão de 8/4/2015, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à apreciação das matérias constantes da pauta. **Item 1**- Projeto de Lei do Senado nº 194 de 2014, não terminativo, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que "institui a Política Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares na Segurança Pública", tendo como relatora a Senadora Vanessa Grazziotin, que oferece relatório favorável ao Projeto. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Waldemir Moka. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto. A Matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. **Item 2**- Projeto de Lei do Senado nº 277 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Pedro Taques, que "altera os arts. 61 e 62 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para ampliar as hipóteses de cabimento da alienação cautelar dos bens oriundos do tráfico de drogas", tendo como relator o Senador Humberto Costa, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Antonio Carlos Valadares. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). A Matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. **Item 3**- Projeto de Lei do Senado nº 65 de 2012 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Lauro Antônio, que "altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para estabelecer a alíquota máxima do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza incidente nos serviços prestados no âmbito do turismo rural", tendo como relator o Senador Wilder Morais, que oferece relatório favorável ao Projeto. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Marcelo Crivella, Blairo Maggi e Antonio Carlos Valadares. Encerrada a discussão, é solicitada vista pelos Senadores Antonio Carlos Valadares e outros senadores. O Presidente em exercício da Comissão, Senador Raimundo Lira, concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. **Item 4**- Projeto de Resolução do Senado nº 21 de 2013, não terminativo, de autoria do Senador Aécio Neves, que "altera o art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, para ampliar o limite do montante global de operações de crédito que poderão ser realizadas nos exercícios financeiros de 2013 e 2014", tendo como relator o Senador Roberto Requião, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 5**- Projeto de Lei do Senado nº 342 de 2013, não terminativo, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que "altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a criação de incentivos para os professores das instituições federais de ensino que atuem em áreas de difícil acesso", tendo como relator o Senador Benedito de Lira, que oferece relatório favorável ao Projeto. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **Item 6**- Projeto de Lei do Senado nº 497 de 2013, não terminativo, de autoria do Senador Cyro Miranda, que "dispõe sobre a fabricação, o comércio e o uso de fogos de artifício, e dá outras providências", tendo como relator o Senador Blairo Maggi, que oferece relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 9-CMA, apresentando, ainda, uma emenda. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Marcelo Crivella. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 9-CMA-CAE e nº 10-CAE. A Matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. **Item 7**- Projeto de Lei do Senado nº 252 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que "cria o Programa de Microdestilarias de Álcool e Biocombustíveis – PROMICRO, e dá outras providências", tendo como relatora a Senadora Lúcia Vânia, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), com uma emenda que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 8**- Projeto de Lei do Senado nº 172 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que "altera as Leis nos 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e 6.360, de 23 de setembro de 1976, para assegurar a qualidade de insumos farmacêuticos ativos", tendo como relatora a Senadora Vanessa Grazziotin, que oferece relatório favorável ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 9**- Projeto de Lei da Câmara nº 48 de 2011, não terminativo, de autoria da Deputada Luiza Erundina, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de cardápio em Método Braille nos restaurantes, bares e lanchonetes", tendo como relator o Senador Waldemir Moka, que oferece relatório favorável ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 10**- Projeto de Lei do Senado nº 315 de 2013, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir as doenças reumáticas, neuromusculares ou osteoarticulares crônicas ou degenerativas entre as doenças e condições cujos portadores são beneficiados com a isenção do imposto de renda", tendo como relator o Senador Romero Jucá , que oferece relatório pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) nos termos do Substitutivo que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra os

Senadores Reguffe, Waldemir Moka, Humberto Costa, José Pimentel, Omar Aziz, Ronaldo Caiado, Marcelo Crivella e, ainda, o Senador Cássio Cunha Lima. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova a Emenda nº 2-CAE (Substitutivo), ficando prejudicado o Projeto, por 19 (dezenove) votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria será submetida a turno suplementar, por ter sido aprovado substitutivo integral ao Projeto. **Item 11**- Projeto de Lei da Câmara nº 65 de 2012, terminativo, de autoria do Deputado Leonardo Monteiro, que "acrescenta alínea ao § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991", tendo como relator o Senador Humberto Costa, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 12**- Projeto de Lei do Senado nº 22 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Lindbergh Farias, que "autoriza a União a conceder isenção fiscal, anistia e remissão, totais ou parciais, bem como a suspensão temporária do prazo para o pagamento de tributos, para pessoas físicas e jurídicas atingidas por desastres, na forma a ser regulamentada pela Receita Federal, e dá outras providências", tendo como relator o Senador Alvaro Dias, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 13**- Projeto de Lei do Senado nº 704 de 2011, terminativo, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que "acrescenta inciso e altera parágrafo único do art. 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para reduzir a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, e isenta de IPI a aquisição de veículos de carga para motoristas autônomos", tendo como relator o Senador Douglas Cintra, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. São lidos e serão apreciados posteriormente os Requerimentos nºs 6 e 7 de 2015. O Requerimento n° 6 de 2015, de iniciativa do Senador Tasso Jereissati, requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal e art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados os Senhores Júlio Marcelo de Oliveira, Procurador do Ministério Público junto ao TCU, e Antonio Carlos d'Ávila, Auditor do Tribunal de Contas da União, para que compareçam em audiência pública a fim de compartilhar informações a respeito das manobras contábeis executadas pelo governo federal no âmbito das contas públicas nos últimos anos. E o Requerimento n° 7 de 2015, de iniciativa do Senador Tasso Jereissati, requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal e art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Senhor Guido Mantega, ex-ministro da Fazenda, para que compareça em audiência pública a fim de compartilhar informações a respeito das manobras contábeis executadas pelo governo federal no âmbito das contas públicas nos últimos anos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidente e Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico.

Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. – Senador **Raimundo Lira,** Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 9ª Reunião.

As Srª e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos para seu conhecimento.

AVISOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Aviso nº 34, de 2015 (Aviso nº 223-Seses-TCU-Plenário, de 8/4/2015, do Tribunal de Contas da União), encaminhando cópia do acórdão proferido pelo plenário daquela corte nos autos do Processo nº TC 020.170/2014-9, na sessão ordinária de 1/4/2015, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam.

Aviso nº 35, de 2015 (Aviso nº 244-Seses-TCU-Plenário, de 9/4/2015, do Tribunal de Contas da União), encaminhando cópia do acórdão proferido pelo plenário daquela corte nos autos do Processo nº TC 023.922/2014-1, na sessão ordinária de 8/4/2015, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam.

Aviso nº 36, de 2015 (Aviso nº 237-Seses-TCU-Plenário, de 9/4/2015, do Tribunal de Contas da União), encaminhando cópia do acórdão proferido pelo plenário daquela corte nos autos do Processo nº TC 020.168/2014-4, na sessão ordinária de 8/4/2015, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam.

Aviso nº 428-GP/TCU, de 24/4/2015, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo plenário daquela corte nos autos do Processo nº TC 020.170/2014-9, na sessão ordinária de 1/4/2015, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam.

Aviso nº 447-GP/TCU, de 30/4/2015, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo plenário daquela corte nos autos do Processo nº TC 023.922/2014-1, na sessão ordinária de 8/4/2015, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Eu queria solicitar aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras que compareçam à Comissão de Assuntos Econômicos porque nós teremos hoje reunião deliberativa. Teremos hoje reunião deliberativa. Portanto, é muito importante a presença dos Senadores e Senadoras, não só pelas votações, mas também pelas relatorias.

Eu gostaria só de registrar, conforme entendimentos mantidos com o Senador Tasso Jereissati e com o Senador Aloysio Nunes, que nós vamos ajustar, vamos agendar uma reunião para discussão dos financiamentos do BNDES, Senador Moka, no exterior. Nós já falamos com o Presidente Luciano Coutinho e, evidentemente, a ideia é fazer essa reunião para discutir inclusive como tramitar aqui dentro do Congresso, guardadas as questões de caráter comercial, tratadas de uma forma sigilosa, como socializar essas informações para que, efetivamente, o Senado, através da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Relações Exteriores, tenha as condições necessárias de fazer essa discussão. E o Presidente Luciano Coutinho já se colocou à disposição, Senador Alvaro Dias, para discutir em detalhes essas operações. Não poderia deixar de fazer esse registro, até porque isso já foi levantado aqui, foi motivo, inclusive, também, de requerimentos e, portanto, fruto de um acordo que fizemos com o Senador Tasso Jereissati e também com o Senador Aloysio Nunes. Vamos agendar essa reunião.

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Presidente, apenas quero dizer a V. Exª que entendo ser necessário discutirmos uma resolução do Senado que possibilita a concessão desses empréstimos sem autorização do Senado Federal. Uma janela aberta na Constituição, uma resolução do Senado é que acaba autorizando a concessão desses empréstimos a outros países com vários pretextos sendo utilizados sem autorização do Senado Federal. Já estou solicitando à assessoria técnica do Senado que estude a possibilidade da revogação dessa resolução.

Constantemente somos questionados por populares, por cidadãos brasileiros: por que o Senado aprova esses empréstimos e depois os discute, como estamos fazendo hoje por exemplo? Ocorre que não estamos aprovando a concessão desses empréstimos. Há uma brecha legal que oferece ao Governo a alternativa de conceder empréstimos a outros países sem autorização do Senado Federal. Precisamos colocar um paradeiro nisso. Estamos exatamente analisando a legislação, esbarrando numa resolução do próprio Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Alvaro.

Acho que, até como fruto dessa reunião, podemos encaminhar uma série de propostas, porque vamos discutir abertamente esses temas e essa reunião vai ter consequências, especialmente no que se refere a tratativas nesse sentido.

Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Delcídio, tenho comigo que, ao vir aqui abrir essas questões, falar sobre elas – o que ensejou isso, o custo disso, o que representa isso –, vai ficar muito melhor, porque dá a impressão de que essa coisa está escondida.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Claro! Parece que se está escondendo alguma coisa.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Acho que a vinda e essa reunião serão importantes.

Eu não conhecia o que o Senador Alvaro Dias está dizendo. Na verdade, se existe uma resolução do Senado – se é que ouvi bem, o Senado autoriza através dessa resolução –, aí, é complicado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Há, na verdade, Senador Waldemir Moka, uma brecha na resolução que possibilita esse procedimento. Então, é um procedimento que o próprio Senado autorizou.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Exatamente. Então, isso precisa ser revisto. E, durante essa discussão, acho que talvez seja o melhor momento para se debater isso também.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – É a razão de se apresentar uma proposta de uma nova resolução.

Aliás, a Adriana está me dizendo aqui que o próprio Senador Reguffe também apresentou uma proposta nesse sentido. Agora, claro que esse projeto vai ser motivo dessa discussão com o Presidente do BNDES, o Presidente Luciano Coutinho.

Vou dar início à pauta.

Item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 194, DE 2014
– Não terminativo –

Institui a Política Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares na Segurança Pública.
Autoria: Senador Acir Gurgacz
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:
1. A Matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Com a palavra Senadora Vanessa Grazziotin, atarefada, que chega aí esbaforida para apresentar o relatório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Não, Sr. Presidente, estou bem calma. Só vim correndo, de fato, porque saí da Comissão de Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Sei que V. Exª estava na Comissão de Meio Ambiente. Terça-feira não é fácil esta rotina das nossas comissões permanentes.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – A gente tem que fazer o seguinte, Senador Delcídio Amaral, se V. Exª permite, antes de eu iniciar a leitura, fazer uma sugestão: que V. Exª solicite à coordenação das Comissões que coloque as que funcionam no mesmo dia mais próximas. Hoje temos três Comissões funcionando aqui. A primeira é a CAE e a última do outro corredor é a CMA. Se fosse uma ao lado da outra, seria mais fácil a gente se deslocar de uma para a outra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – O problema é o espaço nas Comissões.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – As outras estão vazias, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Se toparem, quero ser o síndico do Senado, eu e o Tim Maia. (*Risos.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – As outras estão vazias.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Chame o síndico: Tim Maia. (*Risos.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Fala baixo, porque, se o Presidente da Câmara ouvir, vai criar um cargo de síndico lá, para dar a algum Deputado.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Com a palavra a Senadora do Amazonas, Vanessa Grazziotin.

Item 1 da pauta.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Item 1.

Submete-se à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2014, do Senador Acir Gurgacz, que institui a Política Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares na Segurança Pública.

O projeto conta com o apoio do Conselho Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil. Inclusive, aqui na Comissão, temos, neste momento, a presença...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – O som está muito ruim. Eu pediria silêncio, por favor.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Temos aqui nesta Comissão, Sr. Presidente, a presença de vários integrantes do Corpo de Bombeiros que vieram acompanhar a votação deste projeto.

De acordo com o art. 2º, a Política Nacional dos Corpos de Bombeiros visa à universalização e à melhoria da oferta dos serviços prestados pelos Corpos de Bombeiros Militares.

O art. 3º estabelece as diretrizes, tais como a promoção da integração dos entes federativos, a priorização das ações de prevenção e educação, a modernização dos Corpos de Bombeiros Militares, a criação de grupos de pronta resposta a emergências e a normatização da segurança contra incêndio e pânico.

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O art. 4º trata do objetivo geral, que é promover a preservação da vida.

O art. 5º define os objetivos específicos do plano, como, por exemplo, reaparelhar os Corpos de Bombeiros, expandir seus serviços, além de outros, Sr. Presidente.

O art. 6º prevê a competência da União, entre elas, promover a articulação com Estados e alocar recursos orçamentários.

O art. 7º dispõe sobre as competências dos Estados e do Distrito Federal.

O art. 8º trata da competência dos Municípios.

E o art. 9º traz cláusula de vigência imediata.

Na justificativa, Sr. Presidente, o autor defende que a instituição do plano nacional para os Corpos de Bombeiros é uma estratégia de articulação multidisciplinar...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Solicito dos presentes silêncio para que a nossa Senadora do Amazonas possa ler com tranquilidade e clareza o seu relatório. Agradeço, portanto, aos presentes pelo silêncio.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

E o som continua ruim. Nem eu estou ouvindo o que estou falando. O som não está bom.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senadora...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Adriana, teste, por favor, aquele microfone, veja se está bom, para a Senadora mudar de lugar.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Esse está bom.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Agora sim, era aquele microfone.

Mas vamos lá, Sr. Presidente.

Na justificativa, o autor defende que a instituição do plano nacional é uma estratégia de articulação multidisciplinar na qual se confere visibilidade aos fatores que interferem na segurança pública, tais como saúde, meio ambiente, educação, defesa civil, transportes, assistência social, esportes, segurança de grandes eventos etc.

Também argumenta o autor que a existência de legislação nacional que permita uma integração de todos os entes da Federação, cada qual em seu âmbito de competências, voltada para o desenvolvimento dos serviços a cargo dos Corpos de Bombeiros Militares permitirá uma série de estratégias, programas e ações que beneficiarão toda a sociedade brasileira.

O projeto foi distribuído a esta Comissão e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo àquela a decisão terminativa.

Ao projeto não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Análise, Sr. Presidente.

Entendemos que, de acordo com o Regimento Interno, compete a esta Comissão opinar sobre a matéria.

Preliminarmente, entendemos que a proposição contempla os requisitos de regimentalidade e de técnica legislativa.

No que se refere à análise do aspecto econômico e financeiro, entendemos que cabem algumas considerações. Em primeiro lugar, o projeto não implica a criação ou aumento de despesa para a União ou para os Estados e o Distrito Federal. Apenas e tão somente o plano prevê ações que já são realizadas pelos entes federativos, tais como prevenção e extinção de incêndios, busca e salvamento, atendimento pré-hospitalar e defesa civil.

O projeto não contempla propostas de criação de piso de remuneração e outras que impactariam de forma relevante as finanças da Federação. Também não propõe a criação de fundo ou a vinculação de receitas orçamentárias. Portanto, no aspecto econômico e financeiro não há qualquer óbice em relação à proposta. Também não há criação ou aumento de despesa, assim, não cabem as medidas previstas na Lei Complementar nº 101.

Em decorrência disso, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do PLS nº 194, de 2014.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A matéria está em discussão.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu quero dar um testemunho aqui. Eu, quando Deputado estadual, fui o relator de uma medida, na época, muito polêmica, que separava o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar. Lembro-me de que, na votação, nós ganhamos por um voto. Eu defendia a desvinculação dos Bombeiros da Polícia Militar. Para mim, são atividades completamente distintas desde a formação do bombeiro. E outra coisa, no nosso Estado, quando se fazia o orçamento, o orçamento ia para a Polícia Militar e quase sempre não sobravam recursos para estruturar o Corpo de Bombeiros, porque os meca-

nismos utilizados pelo Corpo de Bombeiros, desde aquela escada, são coisas de um valor muito alto. E acabava que nós tínhamos muito pouco, o Corpo de Bombeiros no Mato Grosso do Sul.

Pois bem, passado esse tempo todo, eu posso garantir que, no Mato Grosso do Sul, a separação foi extremamente benéfica e hoje nós temos um Corpo de Bombeiros razoavelmente bem organizado no Estado, de forma que eu sou favorável ao projeto, até porque vivi essa experiência no meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Continua em discussão o projeto, o relatório da Senadora Vanessa Grazziotin. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório da Senadora Vanessa Grazziotin.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição de Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O procedimento normal da Comissão é discutir e votar os projetos não terminativos, mas, como nós temos quórum suficiente para os terminativos, nós vamos avançar na pauta para os projetos terminativos e depois nós voltamos aos não terminativos.

Senador Tasso, com a palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, eu entendo a preocupação de V. Exª. Mas, por exemplo, eu sou relator de um projeto que seria o próximo da pauta e eu gostaria de fazer esse relato. Estou com mil responsabilidades. Eu queria que V. Exª, em algum momento que não fosse o último, colocasse esse projeto em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos colocar o item...

V. Exª também tem um projeto terminativo, mas vamos para o item 2 da pauta.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Se houver urgência em apreciar esse outro item, não há problema. Só não quero que fique muito para frente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não. Vamos atender a V. Exª, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Parece-me que o Senador Tasso também gostaria de fazer alguma consideração.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Sr. Presidente, quero pedir a V. Exª para fazer a leitura de dois requerimentos de que dei entrada já há algum tempo, mas fui esclarecido de que esses requerimentos precisam ser lidos para que possam ser votados. Então, apesar de já terem dado entrada há algum tempo, quero pedir a V. Exª que faça a leitura desses requerimentos agora ou mais tarde.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª é autor dos dois requerimentos.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Portanto, a seu pedido, no final da pauta, nós vamos ler os requerimentos e serão votados na próxima reunião deliberativa.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Está bom, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2011
– Não terminativo –

Altera os arts. 61 e 62 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para ampliar as hipóteses de cabimento da alienação cautelar dos bens oriundos do tráfico de drogas.
Autoria: Senador Pedro Taques
Relatoria: Senador Humberto Costa
Relatório: Favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.
Observações:
1. A Matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Com a palavra o Sr. Relator, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem ao exame da CAE o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2011, do Senador Pedro Taques, que altera os arts. 61 e 62

da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para ampliar as hipóteses de cabimento da alienação cautelar dos bens oriundos do tráfico de drogas.

A matéria foi inicialmente distribuída à CCJ, para decisão terminativa, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno do Senado Federal. Porém, por força da aprovação do Requerimento nº 1.162, de 2013, de minha autoria, a tramitação da proposição foi alterada para que, antes da apreciação terminativa da CCJ, seja o PLS submetido à análise desta Comissão.

São as seguintes as mudanças propostas na Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, Lei Antidrogas:

> a) alteração do art. 61, para retirar a exigência de cientificação da Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) para a cessão de bens apreendidos a órgãos de segurança pública ou entidades assistenciais que atuam na prevenção e repressão ao uso ilícito e ao tráfico de drogas;
> b) alteração do art. 62, §§4º e 5º, para retirar a intermediação da Senad na indicação dos bens a serem colocados à disposição dos órgãos de segurança pública envolvidos nas ações de prevenção e repressão ao uso ilícito e ao tráfico de drogas antes da instauração de procedimento cautelar de alienação dos bens apreendidos;
> c) alteração do art. 62, §7º, para retirar a exigência de cientificação da Senad no procedimento de alienação cautelar dos bens apreendidos.

Na justificação, o autor alega que a Lei Antidrogas atribui papel central à Senad...

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – ...no processo de cessão e alienação dos bens apreendidos no combate ao tráfico de drogas, o que ocasiona certa diminuição das prerrogativas do Poder Judiciário e excessiva centralização no Executivo Federal.

Não foram apresentadas emendas até o momento. A Senadora Ana Rita apresentou voto em separado na CCJ com proposta de substitutivo.

Análise.

Compete à CAE, nos termos do art. 99, I, do Regimento Interno, opinar sobre o aspecto econômico e financeiro das matérias que lhe sejam submetidas. A análise da constitucionalidade e juridicidade já foi feita pela CCJ, no caso, para decisão terminativa.

Nesse sentido, cabe ressaltar que a simplificação dos processos de alienação cautelar e de cessão de uso de bens oriundos do tráfico ilícito de drogas faz sentido do ponto de vista econômico, pois impede a deterioração e consequente perda de valor de tais bens. Isso atenua os prejuízos causados à sociedade pelas atividades criminosas ligadas à produção e ao tráfico de drogas.

A Senad tem a prerrogativa de ser cientificada pelo Poder Judiciário da alienação cautelar de bens do tráfico para que possa indicar que bens poderão ser cedidos, doados ou emprestados (para uso da polícia judiciária, de órgãos de inteligência ou entidade beneficentes) e que bens, por exclusão, poderão ser alienados, o que, na avaliação do autor da proposta, limita a capacidade de avaliação do Poder Judiciário em face dos casos concretos.

Por essa razão, propõe-se a exclusão da interferência do Executivo e a maior celeridade do processo de alienação cautelar dos bens.

Não obstante as fortes razões do projeto e do relatório apresentado pelo ilustre Senador Sérgio Petecão na CCJ, antes da aprovação do requerimento que trouxe a matéria para a oitiva da CAE, julgo haver igualmente fortes razões econômicas que justificam os argumentos colocados pela Senadora Ana Rita em seu voto em separado.

Nossa legislação prevê que o confisco e o perdimento de bens do tráfico de drogas se dão em favor da União (art. 243 da Constituição Federal e art. 91, II, do Código Penal), e que tais bens são uma das fontes de recursos do Fundo Nacional Antidrogas (art. 2º, VI, da Lei nº 7.560, de 1986), gerido justamente pela Senad (art. 5º-A da mesma lei).

Nesses termos, é, em tese, economicamente mais eficiente se a Senad interferir no processo que culminará na destinação de bens para a alienação e para a cessão, pois, em ambos os casos, a gestão da política antidrogas é afetada, considerando que os recursos do fundo são destinados ao combate do tráfico e às ações de prevenção, e envolve todos os agentes que podem se beneficiar tanto com a alienação quanto com a cessão de bens.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Solicito silêncio na Comissão para que o Senador Humberto Costa possa ler com tranquilidade e clareza o seu relatório.

Agradeço a atenção de todos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Assim, a lei dá à Senad a oportunidade de realizar um cálculo econômico e encontrar a proporção ótima entre alienação/cessão, com fins de tornar a execução da política antidrogas mais eficiente.

Para que se ganhe em celeridade, sem se perder no uso racional dos recursos e sua ligação com os interesses da política antidrogas, a Senadora Ana Rita apresentou um substitutivo, que busca conjugar as duas ideias.

Não obstante, o substitutivo da Senadora merece apenas pequenos reparos formais, para substituir as expressões "autoridade policial" e "autoridade de polícia judiciária" por "delegado de polícia", buscando adaptá-lo à terminologia das recentes Leis nº 12.683, de 2012, e nºs 12.830 e 12.850, de 2013.

Em face do exposto, voto pela aprovação do PLS nº 277, de 2011, na forma do substitutivo a seguir:

EMENDA Nº – CAE (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2011

Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre destruição de drogas e alienação cautelar dos bens oriundos do tráfico de drogas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a destruição de drogas apreendidas e sobre a alienação cautelar de bens apreendidos por vinculação ao tráfico de drogas.

Art. 2º A Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, passa a viger acrescida dos seguintes artigos:

"Art. 50-A. A destruição das drogas apreendidas sem a ocorrência de prisão em flagrante será feita por incineração, no prazo máximo de trinta dias contados da data da apreensão, guardando-se amostra necessária à realização do laudo definitivo".

"Art. 63-A. Nenhum pedido de restituição será conhecido sem o comparecimento pessoal do acusado, podendo o juiz determinar a prática de atos necessários à conservação de bens, direitos ou valores".

"Art. 63-B. O juiz determinará a liberação total ou parcial dos bens, direitos e valores objeto de medidas assecuratórias, quando comprovada a licitude de sua origem, mantendo-se a constrição dos bens, direitos e valores necessários e suficientes à reparação dos danos e ao pagamento de prestações pecuniárias, multas e custas decorrentes da infração penal".

Art. 3º A Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 50 .....

.....

§ 2º Recebida cópia do auto de prisão em flagrante, o juiz certificará a regularidade formal do laudo de constatação e determinará, no prazo de dez dias, a destruição das drogas apreendidas, guardando-se amostra necessária à realização do laudo definitivo.

§ 3º A destruição será executada pelo delegado de polícia competente, no prazo de quinze dias, na presença do Ministério Público e da autoridade sanitária.

§ 4º O local será vistoriado antes e depois da destruição, sendo lavrado auto circunstanciado pelo delegado de polícia, certificando-se a destruição total das drogas apreendidas. (NR)

Art. 61. A apreensão de veículos, embarcações, aeronaves e quaisquer outros meios de transporte e dos maquinários [ou da maquinaria], utensílios, instrumentos e objetos de qualquer natureza utilizados para a prática dos crimes definidos nesta Lei será imediatamente comunicada pelo delegado de polícia responsável pela investigação ao juízo competente.

§1º O juiz, no prazo de trinta dias contado da comunicação de que trata o caput, determinará a alienação dos bens apreendidos, excetuadas as armas, que serão recolhidas na forma de legislação específica.

§2º A alienação será realizada em autos apartados, dos quais constará a exposição sucinta do nexo de instrumentalidade entre o delito e os bens apreendidos, a descrição e especificação dos objetos, as informações sobre quem os tiver sob custódia e o local em que se encontrem.

§ 3º O juiz determinará a avaliação dos bens apreendidos, que será realizada por oficial de justiça, no prazo de cinco dias a contar da autuação, ou, caso sejam necessários conhecimentos especializados, por avaliador nomeado pelo juiz, em prazo não superior a dez dias.

§ 4º Feita a avaliação, o juiz intimará o Ministério Público e o interessado para se manifestarem no prazo de cinco dias e, dirimidas eventuais divergências, homologará o valor atribuído aos bens.

§ 5º Os bens não serão alienados por valor inferior a oitenta por cento da avaliação.

§ 6º Os valores arrecadados, descontadas as despesas do leilão, serão depositados em conta judicial remunerada e, após sentença condenatória transitada em julgado, serão revertidos ao Funad.

§ 7º No caso da alienação de veículos, embarcações ou aeronaves, o juiz ordenará à autoridade ou órgão de registro e controle a expedição de certificado de registro e licenciamento em favor do arrematante, ficando este livre do pagamento de multas, encargos e tributos anteriores, sem prejuízo da cobrança de débitos fiscais, os quais permanecem sob responsabilidade do antigo proprietário.

§ 8º Nos casos em que a apreensão tiver recaído sobre dinheiro, inclusive moeda estrangeira, ou cheques emitidos como ordem de pagamento para fins ilícitos, o juiz determinará sua conversão em moeda nacional corrente, que será depositada em conta judicial remunerada, e, após sentença condenatória com trânsito em julgado, será revertida ao Funad.

Art. 62. Comprovado o interesse público na utilização de quaisquer dos bens de que trata o art. 61, os órgãos de polícia judiciária, mediante representação do delegado de polícia, poderão deles fazer uso, sob sua responsabilidade e com o objetivo de sua conservação, mediante autorização judicial, ouvido o Ministério Público e garantida a prévia avaliação dos respectivos bens.

§ 1º Nos casos em que a apreensão tiver recaído sobre veículos automotores, a União, por intermédio do órgão gestor do Funad, poderá indicá-los para colocação sob uso e custódia de órgãos governamentais e de organizações da sociedade civil, desde que envolvidos nas ações de prevenção ao uso indevido de drogas, nas atividades de atenção à saúde, acolhimento e assistência social aos usuários ou dependentes de drogas e operações de repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, exclusivamente no interesse dessas atividades, ouvido o Ministério Público.

§2º A autorização judicial de uso de bens deverá conter a descrição do bem e a respectiva avaliação, e indicar o órgão responsável por sua utilização.

§3º O órgão responsável pela utilização do bem deverá enviar ao juiz periodicamente, ou a qualquer momento, quando por este solicitado, informações sobre seu estado de conservação.

§4º Quando a autorização judicial recair sobre veículos, embarcações ou aeronaves, o juiz ordenará à autoridade ou órgão de registro e controle a expedição de certificado provisório de registro e licenciamento em favor do órgão ao qual tenha deferido o uso ou custódia, ficando este livre do pagamento de multas, encargos e tributos anteriores à decisão de utilização do bem até o trânsito em julgado da decisão que decretar o seu perdimento em favor da União.

§5º Na hipótese de levantamento, se houver indicação de que os bens utilizados na forma deste artigo sofreram depreciação superior àquela esperada em razão do transcurso do tempo e do uso, poderá o interessado requerer nova avaliação judicial.

§6º Constatada a depreciação de que trata o §5º, o ente federado ou a entidade que utilizou o bem indenizará o detentor ou proprietário dos bens." (NR)

"Art. 63. Ao proferir a sentença, o juiz decidirá sobre:

I – o perdimento do produto, bem, direito ou valor apreendido ou objeto de medidas assecuratórias;

II – o levantamento dos valores depositados em conta remunerada e a liberação dos bens utilizados nos termos do art. 62.

§1º Os bens, direitos ou valores apreendidos em decorrência dos crimes tipificados nesta Lei ou objeto de medidas assecuratórias, após decretado seu perdimento em favor da União, serão revertidos diretamente ao Funad.

§2º O juiz remeterá ao órgão gestor do Funad relação dos bens, direitos e valores declarados perdidos, indicando o local em que se encontram e a entidade ou o órgão em cujo poder estejam, para os fins de sua destinação nos termos da legislação vigente.

§3º Compete ao órgão gestor do Funad a alienação ou cessão a órgãos governamentais ou a organizações da sociedade civil, desde que integrantes do Sisnad, dos bens apreendidos cujo perdimento já tenha sido decretado em favor da União.

§4º O órgão gestor do Funad poderá firmar acordos de cooperação, a fim de dar imediato cumprimento ao estabelecido no § 3º.

§5º Na hipótese de cessão dos bens, o órgão gestor do Funad deverá contemplar órgãos ou entidades sediadas no Estado em que se proferiu a decisão judicial de perdimento.

§6º Na hipótese do inciso II do caput, decorridos 360 dias do trânsito em julgado e do conhecimento da sentença pelo interessado, os bens apreendidos, os que tenham sido objeto de medidas assecuratórias, ou os valores depositados que não forem reclamados serão revertidos ao Funad." (NR)

"Art. 64. A União, por intermédio do órgão gestor do Funad, poderá firmar convênio com Estados, Distrito Federal com vistas à liberação de 80% dos recursos por ela arrecadados, para a implementação e execução de programas relacionados à questão das drogas." (NR)

"Art. 72. Encerrado o processo criminal ou arquivado o inquérito policial, o juiz, de ofício, mediante representação do delegado de polícia, ou a requerimento do Ministério Público, determinará a destruição das amostras guardadas para contraprova, certificando nos autos." (NR)

Art. 4º. Ficam revogados os §§1º e 2º do art. 32 e os §§1º e 2º do art. 58 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A matéria está em discussão.

Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Obrigado.

Presidente, considero que o Senador Humberto Costa fez um trabalho extraordinário de alteração da Lei nº 11.343 em relação ao projeto do Senador Pedro Taques, que amplia as hipóteses de cabimento da alienação cautelar dos bens oriundos do tráfico de drogas. É uma proposta, é um substitutivo bastante equilibrado, que prestigia as instituições que cuidam do combate às drogas, da execução de programas e ações voltados para as drogas, de atividades de reinserção daquelas pessoas que ingressam no mundo das drogas e, além disso, dá ao Fundo Nacional Antidrogas, que é um órgão do Ministério da Justiça, a possibilidade de aumento da arrecadação com a venda ou alienação dos bens oriundos da prática de ilícitos, como os utilizados pela venda ou comércio ilícito de drogas.

Eu peço então ao Senador Humberto Costa e também ao próprio Presidente que, em face da tramitação de um projeto do qual fui relator na Comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei nº 11.343, de 2006, encaminhe esse parecer, que eu considero da mais alta importância, para a inclusão dos expositivos propostos pelo Senador Humberto Costa na Lei Antidrogas, na nova Lei Antidrogas que está em tramitação aqui no Senado Federal.

No momento, é possível que essa proposta da Lei Antidrogas e da lei de políticas de combate às drogas esteja na Comissão de Assuntos Sociais ou na Comissão de Direitos Humanos.

Então, eu peço a V. Exª, Senador Humberto Costa, que, em face da importância dessa sua proposição, desse seu substitutivo, após a aprovação desta matéria aqui na Comissão, esse substitutivo seja encaminhado ao relator da Lei Antidrogas, que corre nesta Casa, no Congresso Nacional.

Meus parabéns a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Ainda está em discussão.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, veja, eu queria apenas saber qual é o procedimento, se nós temos de fazer um requerimento para ser aprovado na Mesa para que vá tramitar na CDH. Porque, do ponto de vista de conteúdo, a proposta do Senador Antonio Carlos Valadares conta com a minha concordância plena. Ele fez um trabalho, sem sombra de dúvida, invejável, muito benfeito, resultado de uma ampla discussão com a sociedade e nada seria mais justo do que permitir que houvesse um mecanismo pelo qual essa discussão fosse incorporada ao relatório de V. Exª.

Aliás, eu queria até fazer um registro, Senador. Amanhã nós deveremos começar a discutir, talvez até a votar, pode haver pedido de vista, uma proposta que tem uma excelente, tem uma ótima intenção do Senador Eunício Oliveira, que pretende que esses recursos do fundo sejam, na sua totalidade, transferidos a instituições ditas comunidades terapêuticas. Eu acho que isso deveria ser discutido de uma forma mais ampla. Até porque o projeto de V. Exª, pela primeira vez, começa a regulamentar o que são as chamadas instituições...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Comunidades terapêuticas.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Exatamente.

Eu queria apenas saber qual é o mecanismo, porque, da minha parte, não há nenhuma dificuldade para que isso possa ser parte do relatório de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Valadares e Senador Humberto Costa, apenas um requerimento apresentado pelo Senador Valadares. Eu queria apenas informar que esse projeto vai ser votado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania já em caráter terminativo. Se V. Exª...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Ele já esteve lá, não? Ele já esteve lá. Eu fiz o requerimento para que ele viesse para cá. Não sei se eu pedi também para a CDH.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Ele não retorna para lá?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Ele não foi votado ainda na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Ele não foi votado ainda.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não foi ainda. Ele ainda vai para CCJ.

Senador Valadares, se V. Exª quiser que também vá para a Comissão de Direitos Humanos, basta apresentar um requerimento.

O relatório está tão benfeito, a lei é tão oportuna – apenas uma opinião pessoal – que nós deveríamos deixar que ele fosse apreciado em caráter terminativo na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Presidente, com a devida vênia, eu poderia fazer um requerimento solicitando que os dois projetos fossem discutidos simultaneamente, ou seja, anexando um ao outro – poderia ser feito assim. Mas a Mesa teria que pedir os dois projetos para fazer a anexação, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Nesse caso, V. Exª tem que apresentar o requerimento na Secretaria-Geral da Mesa.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – É isso que eu vou fazer.

Agradeço a V. Exª e ao Senador Humberto, caso concordem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – No caso, nós aprovaríamos ou não aqui agora.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Acho que, independente da aprovação, nós poderíamos aprovar e, em seguida, nós pediríamos a anexação.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Está em votação o relatório do Senador Humberto Costa.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE-Substitutivo.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Com a palavra, para uma questão de ordem, o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo a V. Exª e ao Plenário para que pudéssemos votar o item 10, de autoria do Senador Paulo Paim. Trata de projeto simples, mas que tem grande profundidade social. Refiro-me ao projeto que trata exatamente da inclusão das doenças neuromusculares e degenerativas, cujos portadores são beneficiados com a isenção do Imposto de Renda. Então, é uma matéria que faz justiça a um segmento que, efetivamente, sofre de um problema sério.

O projeto é terminativo, portanto, aproveitaríamos o quórum.

Como eu sou o Relator da matéria, gostaria de pedir a V. Exª que pudéssemos votá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Romero Jucá, eu gostaria de indagar ao Senador Wilder Morais, que já estava aguardando o relatório do seu projeto não terminativo. Caso S. Exª ceda, nós passaremos para o item 10, que é o primeiro projeto terminativo de hoje.

Eu gostaria de informar que a Comissão de Assuntos Econômicos é a primeira do Senado Federal que vai inaugurar o painel eletrônico. Isso é um avanço extraordinário.

Quanto à marcação da presença, tanto eu como, principalmente, o Senador Delcídio do Amaral não gostamos da forma complexa como ela foi feita. Os técnicos prometeram que, na próxima reunião, esse processo vai ser simplificado. Porque, senão, haveria a necessidade de permanecer ali um instrutor para que os Srs. Senadores registrassem suas presenças.

Com a palavra o Senador Wilder Moraes.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, Senador Raimundo Lira, não vejo nenhum problema em ceder a vez ao meu colega Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço, Senador, até porque projeto terminativo precisa de quórum de, no mínimo, 14 Senadores.

Faço um apelo ao Senador Humberto Costa para que permaneça, se possível, em plenário para não cair o quórum necessário à votação terminativa.

Vamos ao item 10.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315, DE 2013
– Terminativo –

Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir as doenças reumáticas, neuromusculares ou osteoarticulares crônicas ou degenerativas entre as doenças e condições cujos portadores são beneficiados com a isenção do imposto de renda.
Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Romero Jucá
Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) nos termos do Substitutivo que apresenta.
Observações:
1. A Matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao Projeto e às emendas de autoria dos Senadores Paulo Davim e Waldemir Moka, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo).

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, Relator.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, agradeço ao Senador Wilder Morais e quero rapidamente dizer da importância desse projeto do Senador Paulo Paim. Outros pacientes e outras pessoas que têm doenças crônicas já detêm esse tipo de prerrogativa de não descontar Imposto de Renda. Sabemos que essas doenças crônicas degenerativas são algo...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador, só um adendo: quando V. Exª concluir a leitura do relatório, por favor, faça nova tentativa...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Eu tentei ali, mas estavam chamando o pessoal...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ... para marcar presença e podermos iniciar a votação em seguida.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Eu farei isso.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Então, Sr. Presidente, a matéria é de cunho extremamente social. Como eu disse, outros segmentos de brasileiros e brasileiras que têm doenças graves já têm a isenção de Imposto de Renda. Portanto, as doenças degenerativas serão também inseridas nesse rol.

O parecer é favorável, pela aprovação e pela justiça social no tratamento das pessoas portadoras dessas doenças.

O voto é "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A matéria está em discussão.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Concedo a palavra ao Senador Reguffe e peço silêncio aos presentes, para que possamos ouvir as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, quero aqui parabenizar o Senador Paulo Paim pela autoria do projeto. É um projeto extremamente meritório. Queria também parabenizar o Senador Romero Jucá pelo relatório favorável e dizer que eu mesmo conheço várias pessoas que vivem esse drama. Isso é um drama não apenas para a pessoa, para o portador dessa doença, como para a família toda. Isso mexe com o seio da família toda, que vive aquela doença no dia a dia. É uma proposta extremamente justa e meritória.

Quero aqui declarar o meu voto favorável e dizer que o Senado vai dar uma grande contribuição à vida de milhares de famílias neste País com a aprovação dessa proposição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, esse projeto foi discutido na Comissão de Assuntos Sociais. Sem dúvida alguma, o mérito é muito grande.

Chamo a atenção de que há até uma emenda minha: foi incluída neste projeto uma doença com as mesmas características. Trata-se de doenças degenerativas. Ao longo da doença, as pessoas vão perdendo a capacidade de locomoção, de atenção, de foco. Essas pessoas têm um tratamento difícil. São as também chamadas doenças raras, que se incluem nesse processo. Nada mais justo do que se isentarem essas pessoas do Imposto de Renda. Por exemplo, na minha emenda, cito a coreia de Huntington; é uma doença em que a pessoa, embora tenha capacidade – são pessoas lúcidas –, ela tem uma coreia tão recessiva e involuntária que, por exemplo, se for um motorista, não consegue dirigir. Não tem jeito. Ele acaba sendo aposentado.O pior de tudo é que o tratamento dessas doenças, na maioria das vezes, é extremamente caro, e os nossos centros de saúde não estão aparelhados para ajudar essas pessoas.

Então, sou amplamente favorável. É um projeto mais do que justo.

Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa.

Em seguida, o Senador Omar Aziz.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, a informação que tenho é de que esse projeto ainda vai tramitar com outros projetos aqui na Casa. É fato ou não?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Há um requerimento sobre o qual vou informar agora.

Informo que a Comissão de Assuntos Econômicos recebeu ofício da Presidência do Senado Federal solicitando o envio da matéria para atender ao Requerimento nº 434, de 2015, de autoria do Senador José Pimentel, requerendo que o Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2013, tenha tramitação conjunta com outros projetos.

Essa decisão pode ser tomada pelo Presidente da Comissão. E eu gostaria de deixar que fosse tomada pelo Presidente Delcídio do Amaral.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Veja, a minha preocupação concreta... Primeiro, acho justíssimo que as pessoas que estão incapacitadas para o trabalho ou as pessoas que tenham doenças graves que representam um altíssimo custo para tratamento possam receber determinados benefícios...

Sr. Presidente, queria que V. Exª pedisse um pouco de silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Peço aos presentes silêncio, para ouvirmos com clareza as palavras do Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Então, como eu dizia, acho meritório que um projeto como esse venha à discussão. Acho importante garantirmos àquelas pessoas incapacitadas para o trabalho ou àquelas para as quais o custo do tratamento seja extremamente elevado que tenham a oportunidade de obter mais recursos, para assim garantir uma melhor qualidade de vida, um tratamento mais adequado, enfim.

Mas eu gostaria de chamar atenção para algumas coisas, a fim de fazermos uma reflexão. A primeira delas...

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – ...é a seguinte: existem graus variados de comprometimento; por exemplo, um reumatismo com um leve comprometimento de uma articulação ou de um grupo de articulações que não impedem o trabalho, que não são inibidoras de qualidade de vida razoável. Então, uma coisa importante seria de alguma forma se estabelecer uma gradação da gravidade.

A segunda questão que gostaria de colocar. Muitos desses tratamentos, muita gente não sabe, são hoje garantidos pelo SUS. Existem medicamentos de altíssimo custo, para várias dessas doenças, que já fazem parte da lista de medicamentos ofertados pelo SUS e, a cada dia, novos medicamentos são incorporados.

O terceiro aspecto é que garantir a isenção do pagamento do Imposto de Renda para um funcionário público, para um assalariado, para um trabalhador de classe média é uma coisa; outra coisa são pessoas que recebam renda elevada, detentoras de um patrimônio expressivo serem também indiscriminadamente isentas. Afinal de contas, nós estamos deixando de arrecadar recursos que não vão para outro lugar que não seja para aplicação das políticas públicas. Vão para os Estados, vão para os Municípios, e formarão, em parte, o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e o Fundo de Participação dos Municípios.

Então, sem querer ser contrário, votarei a favor, sugiro que se possa, nessa tramitação nas outras Comissões ou no plenário, precisar um pouco mais quais são essas situações que irão ensejar a possibilidade da isenção do pagamento do Imposto de Renda.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com relação ao requerimento do Senador José Pimentel, eu gostaria de fazer mais uma consideração aqui. A ideia é que haja a votação e a aprovação aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. Aí, nós remeteremos, em seguida, para a Secretaria-Geral e depois retornará para a Comissão, para ser votada em conjunto com outros projetos, logicamente se esse requerimento for aprovado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu não sou médico, não vou querer polemizar com o Senador Humberto...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Se for questão de ordem... Porque nós temos dois Senadores, Sr. Relator, então o senhor poderia...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Não, é só uma questão para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pode falar.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – É porque, como eu sou o Relator, eu queria registrar o seguinte: primeiro, nós já demos a outras doenças esse tipo de tratamento. Nós estamos dando aqui o aba-

timento dos proventos de aposentadoria. Nós não estamos aqui retirando Imposto de Renda de milionários. Nós não estamos dizendo, também, que o recurso do Imposto de Renda é para custear o tratamento, porque muitos desses tratamentos, realmente o Senador Humberto Costa tem razão, são custeados pelo SUS. Só que quem sofre de uma doença degenerativa, sofre de uma doença incapacitante. Não só o tratamento custa dinheiro, mas o cuidador, os equipamentos, quer dizer, há toda uma logística, toda uma situação de aporte, de suporte. E essas doenças, elas precisam ser custeadas. Nós estamos tratando aqui de pessoas.

Inclusive, o Governo vai regulamentar o tamanho da isenção fiscal que pode ser dada ano a ano. Então, isso pode ser regulamentado, essa matéria é uma matéria do Senado, ainda vai para a Câmara dos Deputados.

Sinceramente, eu entendo a posição do Senador Pimentel. Já fui líder do governo aqui muitos anos, mas acho que existem casos e casos. Nesse caso da doença degenerativa, que é um mal que infelizmente assola muitas pessoas no nosso País, meu pleito, meu apelo é que nós possamos votar a matéria terminativamente, mandar para a Câmara dos Deputados e continuar discutindo isso e outras questões, porque esse processo vai demorar, ainda, na Câmara dos Deputados.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, pela ordem. Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Um momento.

Com relação ao requerimento, como o requerimento está em discussão, eu passo a palavra ao Senador José Pimentel, que é autor do requerimento. Em seguida, passo a palavra para o Senador Omar Aziz, para discutir o projeto.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, existem, tramitando no Senado Federal, vários projetos de lei que tratam da mesma matéria e alguns deles do mesmo conteúdo. Para evitar decisões diferenciadas sobre a mesma matéria é que eu estou pedindo o apensamento, para que nós possamos ter uma posição uniforme e evitar que, no dia de amanhã, tenhamos projetos de lei aprovando isenção como essa e outro projeto sobre a mesma matéria negando a concessão do benefício. Exatamente para economia processual é que estou pedindo o apensamento desses projetos que tratam do mesmo tema, da mesma matéria, da mesma isenção, para que nós possamos ter uma decisão uniforme.

Não estou entrando no mérito, se vamos aprovar ou não aprovar. Eu sou daqueles que entendem que é preciso aprovar, mas fazendo uma diferenciação: o que é baixa gravidade. Eu entendo que nós deveremos trazer o conceito que temos na Previdência Social, para que possamos, também, fazer essa diferenciação. Para alta gravidade, não tenha dúvida, deveremos dar todos os incentivos, a fim de que esses homens e mulheres não tenham sofrimento tão grande como têm hoje. Lembro que temos o princípio da progressividade no Imposto de Renda, que trata isso.

Portanto, como existem vários projetos de lei, nós precisamos apensá-los para dar o crédito às nossas Senadoras, aos nossos Senadores e evitar decisão divergente. É por isso que eu estou pedindo apensamento. Aprendi com o Senador Romero Jucá, quando ele era líder do governo, que deveríamos ter esse procedimento. Não estou criando nada novo. Estou repetindo aquilo a que eu assisti por 16 anos no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador José Pimentel, com relação a esse assunto, vamos terminar...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Um momentinho.

É questão de ordem, Senador Caiado?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Questão de ordem, não, Sr. Presidente. Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Para discutir, então, está na frente o Senador Omar Aziz, eu passo a palavra a ele. Em seguida, o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Obrigado, Presidente, Senador Raimundo Lira.

Eu acho que o Senador Romero Jucá, as dúvidas que eu tinha ele me explicou. Só para completar um pouco, nós temos uma população que não está em guerra, nós temos em torno de 15% da população portadora de algum tipo de deficiência.

Eu tive a oportunidade de fazer programas. E a gente sabe muito bem da dificuldade que tem uma família para dar qualidade de vida, não é para salvar a pessoa, não, mas dar uma qualidade de vida boa para essa pessoa. Muitas vezes ela está jogada no canto, em cima de uma rede. Uma mãe deixa de ir a aniversário, deixa de ir a um casamento porque tem não só uma obrigação, mas uma tarefa árdua.

A tudo aquilo que o Senado puder fazer para ajudar essas famílias, eu sou amplamente favorável. Nós não estamos tratando... Até porque eu, pessoalmente, só defendo uma cota, qual seja, que a gente não pediu para nascer dessa forma; ninguém pede para nascer sendo portador de algum tipo de deficiência. É a cota mais justa que existe no serviço público, em qualquer situação na sociedade, a cota para portador de algum tipo

de deficiência. É lógico que há casos e casos. Têm pessoas que são milionárias, que têm plano de saúde e que podem pagar qualquer tipo de tratamento não só no Brasil como fora do Brasil. Estamos aqui tratando desse assunto para aquelas pessoas menos favorecidas financeiramente.

Eu tive essa experiência na minha família. A minha filha era portadora de um tipo de deficiência degenerativa. Portanto, sei muito bem como é. Eu tive como dar a ela qualidade de vida até o final da vida dela, porque eu tinha condição financeira. Mas conheço milhares e milhares de mães e pais que não têm a condição que eu tenho, que não têm a condição financeira que V. Exªs têm, e que hoje sofrem muito.

Por isso, V. Exª está de parabéns! Sou favorável a essa matéria caso a caso. Não é uma diferença.

Então, no momento em que aqui discutimos e subsidiamos dinheiro para botar em Cuba e outros bilhões em outros países, discutirmos aqui questão prioritária para a nossa população. Repito, em um país que não está em guerra, 15% da sociedade, da população portam algum tipo de deficiência e não podem dar qualidade de vida àquela pessoa portadora de deficiência. Por isso sou favorável.

Agradeço a explicação bem dada a mim.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Para discutir, tem a palavra o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, eu concordo não só com a análise feita pelo Senador Romero Jucá, como também, em relação ao texto específico do projeto, porque não é excludente, tendo em vista que outras situações poderão ser levantadas futuramente para que haja também esse benefício. Mas o projeto é bem específico: doenças reumáticas, neuromusculares ou osteoarticulares crônicas ou degenerativas. Ou seja, define bem os casos.

Sabemos que a população brasileira está envelhecendo, portanto, são exatamente esses casos que estão provocando um maior custo no dia a dia das famílias, impondo-lhes limitações importantes, até mesmo por conta de medicamentos que são caríssimos. Muitas vezes, não têm acesso ao medicamento pela rede SUS. Com isso, oneram enormemente as pessoas.

Eu só não aplaudo a iniciativa do autor do projeto, como também a do Relator Romero Jucá de dar maior celeridade ao projeto. Porque essas doenças, hoje, limitam enormemente a população brasileira de ter acesso... Para V. Exª ter uma ideia, Sr. Presidente, os portadores dessas doenças normalmente estão limitados quase que 100% ao transporte urbano. É impressionante, porque poucas são as cidades que dão condições de as pessoas portadoras de deficiência se locomoveram, tendo em vista a situação das calçadas, como muito bem colocou aqui Senador Omar Aziz.

Então, quero concordar com o texto e aplaudir a iniciativa, para que possamos votar imediatamente, que seja terminativo, e que a Câmara dos Deputados tenha a oportunidade de fazer a inclusão de outras patologias que poderão ter o mesmo tratamento.

Parabéns ao nobre Relator!

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Para discutir, o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, é apenas para dizer que estou 100% com o Relator e com o autor do projeto, um Senador sempre voltado a essas questões humanitárias, refiro-me ao Senador Paulo Paim, do PT, que, em boa hora, nos lembra de que é preciso, sim, cuidar desse pessoal, sobretudo nessa renúncia que fazemos para que eles possam ter condições de vida mais favoráveis.

O Senador Aziz deu aqui um depoimento como pai, o Caiado, como médico.

Então, eu acho, Sr. Presidente, que esta Comissão não pode se furtar a enfrentar esse tema. Vamos votar esse projeto e aprová-lo!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Para discutir, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Eu acho que depois que esta discussão se aprofundou, quando tantos Senadores manifestaram sua opinião favorável à aprovação deste projeto, eu não poderia também deixar de expressar o meu apoio ao seu autor, Paulo Paim, que sempre inovou nesta Casa em matéria de apoio aos idosos, aos jovens, aos adolescentes, enfim, lutando pelo combate às desigualdades sociais.

E também ao relatório do Senador Jucá.

São mais de 25 milhões de pessoas deficientes no Brasil, que têm alguma deficiência no Brasil. Podemos garantir, pela desigualdade existente neste País, ainda subdesenvolvido, que a maior parte é de gente pobre, de gente que precisa do apoio substancial do Poder Público e não tem dinheiro para pagar o seguro-saúde, não tem recursos para manter uma cuidadora, que não tem as mínimas condições de ter uma vida mais saudável e mais confortável.

Por isso, voto favoravelmente ao relatório do Senador Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Concedo a palavra ao Senador Cássio Cunha Lima e, em seguida, ao Senador Humberto Costa.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Sr. Presidente, não sou membro desta Comissão, mas, na condição de Líder do PSDB, pedi a palavra para manifestar a posição favorável do nosso Partido à proposta, que é extremamente justa, sob todos os aspectos.

Registro a surpresa com a tentativa do Governo da Presidente Dilma Rousseff de impedir a tramitação desta matéria no Senado, diante do longo percurso que ela terá ainda nas duas Casas do Parlamento brasileiro.

Trata-se até mesmo de uma questão de causa própria, porque, diante do estado degenerativo do PT no Brasil, poderíamos perfeitamente olhar para a matéria como algo que pode, sim, fazer justiça a milhares de brasileiros.

O que impressiona é que o Governo da Presidente Dilma Rousseff, do PT, se coloca mais uma vez contra o povo brasileiro. Como se não bastassem todos os ataques aos direitos trabalhistas, todas as inverdades que foram ditas durante a campanha eleitoral, num momento como este, o Governo da Presidente Dilma Rousseff, do PT, com sua Liderança nesta Casa, tenta impedir a tramitação de uma matéria como esta.

Então, que fique clara a posição do PSDB, em defesa dos brasileiros que mais precisam. E não é uma defesa retórica, feita apenas em período eleitoral para tentar angariar simpatias e somar votos, com objetivos meramente eleitoreiros. Seria o momento de se permitir – é o apelo que faço como Líder do PSDB neste instante – que a matéria tramite. Não estamos diante de uma votação de caráter terminativo.

Por que impedir que algo tão meritório, tão justo, tão correto, tão digno com a população do Brasil possa ter, pelo menos, o direito de tramitar? De ser discutido e debatido em outras instâncias em outras etapas?

Então, o apelo que faço à representação do PT nesta Comissão de Assuntos Econômicos é que possamos deixar seguir a matéria para o aprofundamento do debate e para que possamos olhar com a atenção devida essa parcela importante da população brasileira, que precisa de assistência e não apenas de falsas promessas.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, quero lamentar aqui a postura apresentada pelo ilustre Líder do PSDB que, talvez, não tenha prestado atenção à discussão que se travou aqui, primeiro porque não se trata de posição de governo. O Governo não tem uma posição de orientação em relação a este projeto, como em relação a outros mais. Segundo, a iniciativa do Senador Pimentel não significa, de forma alguma, nem ser contrário, nem querer protelar.

Para mim, ficou clara a questão de que ele pretende dar um tratamento unificado a problemas semelhantes e, portanto, eu creio que há quase uma obsessão por parte de alguns membros da Oposição em transformar qualquer coisa em uma disputa Governo e Oposição. E aí muitas vezes ficam falando sem olhar para si próprios. Falar aqui em defesa dos direitos dos trabalhadores e promover o massacre que foi feito no Paraná na semana passada contra os professores é um pouquinho de falta de memória.

Mas eu queria somente dizer aqui, Sr. Presidente, quanto à defesa que o Senador Romero Jucá fez do projeto dele – quero dizer aqui que infelizmente eu não havia lido o projeto como um todo, me pautei pela defesa que ele fez –, que quando fez a defesa rápida aqui, ele não deixou claro que estava tratando do Imposto de Renda no caso de pessoas aposentadas ou reformadas. Então, parece-me que é um grupo extremamente restrito, diferente. Ele faz ressalvas aqui de que isso vai ter uma regulamentação por parte do Executivo.

Dito isso, eu não vejo nenhum problema, nenhuma dificuldade em votar favoravelmente. Como também não vejo dificuldade de, se há outros projetos nesse sentido, a gente poder juntar, enfim. Mas o meu voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço, Senador Humberto Costa.

Vou oferecer a oportunidade, para as considerações finais, ao Relator da matéria, o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, quero fazer um apelo ao Senador Pimentel: para que deixe a matéria tramitar. Nós votaremos contra o requerimento de apensamento e a favor do relatório que fiz, porque efetivamente todas as razões que foram colocadas aqui demonstram cabalmente a importância desse projeto e o pequeno impacto junto à questão dos recursos da União.

Portanto, o encaminhamento é "sim" ao projeto, e "não" ao requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Acredito que a discussão está encerrada. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o substitutivo apresentado ao projeto.

Votação nominal.

Agora a orientação: quem votar com o Relator, lógico, porque agora vai ser no painel eletrônico, a exemplo do plenário, vota "sim".

Está aberta a votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras já podem iniciar a votação pelos computadores.

Orientação: digitar a chave pública, os três primeiros números da senha do plenário, e digitar a senha completa de sete dígitos.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, o voto é ao requerimento ou ao projeto?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não, é ao substitutivo, que é exatamente o relatório do Senador Romero Jucá.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Então, o voto é "sim", né, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Quem vota com o Relator vota "sim".

(Procede-se à votação.)

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, não está funcionado esse...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A Secretaria está à disposição aí para ajudar.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Então eu pediria que alguém viesse aqui porque não está funcionando esse computador aqui, não.

(Continua em processo de votação.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Presidente, a senha é a do plenário?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A senha do plenário.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Obrigada.

(Continua em processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É da mesma forma que a votação no plenário. Aquela chave de três números iniciais e depois a senha com os sete números, os sete dígitos. Da mesma forma do plenário.

Peço aos técnicos da Comissão que orientem, indo socorrer os Srs. Senadores.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Presidente, gritar "sim" seria mais rápido. Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Sugiro gritar "sim", pois terminou a votação rapidamente. É mais rápido e automático. E já teríamos acabado a votação.Presidente, vamos gritar "sim" que terminamos a votação rapidíssimo. Será mais rápido, automático.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador, nós estamos entrando no mundo digital. Então, a Comissão tem de dar o exemplo.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Mas o mundo digital é para simplificar, não para complicar. Se a gente gritasse "sim" aqui, já teríamos votado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É o começo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Presidente, só para confirmar: são os três primeiros números dos sete?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Exatamente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – E a senha são os sete números que a gente vota lá no Senado?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Exatamente.

(Procede-se à votação.)

Só está faltando um Sr. Senador votar. Vamos aguardar mais um minutinho.

(Continua em processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Estamos aguardando, Senador. Se não for a senha, eu sugeriria mudar de *laptop*.

(Continua em processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É importante informar que o Senador e a Senadora só conseguem votar, no painel eletrônico, se estiver registrada a presença.

(Continua em processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Wellington Fagundes, V. Exª poderá declarar o seu voto. Nós...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Só para provar a tecnologia, nós estamos aqui finalizando, mais uma vez. Mas meu voto é "Sim", agora é só um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Microfone do Senador Fernando.

(Continua em processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É importante, em votação nominal eletrônica, os suplentes, independente de qualquer situação, podem votar. Porque se o titular votar, o voto é desconsiderado no painel.

Encerrada a votação.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu agradeço a aprovação por unanimidade da matéria. É uma posição forte da Comissão de Assuntos Econômicos, que, apesar de ser de assuntos econômicos, tem visão social, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Aprovado por unanimidade.

Dezenove votos SIM. NÃO e abstenção... Nenhum voto NÃO.

A Comissão aprova a Emenda nº 2, da CAE (substitutivo), ficando prejudicado o projeto e a emenda a ele oferecida, nos termos do art. 300, XV, do RISF.

Observação: de acordo com o art. 282 do RISF, a matéria será submetida ao turno suplementar, por ter sido aprovado o substitutivo integral ao projeto.

Então, na próxima reunião, já podemos votar o turno suplementar.

Voltamos, agora, aos projetos não terminativos.

Com a palavra o Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É o item 3.

Deixe-me relatar aqui. Deixe-me esclarecer aqui o item 3, Senador.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 65, DE 2012
Complementar
– Não terminativo –

Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para estabelecer a alíquota máxima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza incidente nos serviços prestados no âmbito do turismo rural.

Autoria: Senador Lauro Antonio

Relatoria: Senador Wilder Morais

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

1. A Matéria foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com parecer favorável ao Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Relator, Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

Sr. Presidente... Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Senador Benedito de Lira, pela ordem.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Sr. Presidente, para fazer um reexame do projeto de lei do item 5, pediria a V. Exª a retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – V. Exª será atendido, Senador.

Com a palavra o Relator, Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 65, de 2012 – Complementar, de autoria do Senador Lauro Antônio, que altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para estabelecer a alíquota máxima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) incidente nos serviços prestados no âmbito do turismo rural.

O projeto é estruturado em três artigos.

O art. 1º acrescenta subitem 9.04 à lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 2003, de forma a fixar como hipótese de isenção do ISS – abro aspas –, "agenciamento, organização, promoção, intermediação, execução de programas relativos ao turismo rural, inclusive o fornecimento de alimentação, hospedagem, passeios e outros serviços, desde que prestados no meio rural" – fecho aspas.

Partindo da tributação específica dos serviços ligados ao turismo rural estabelecida no art. 1º, o art. 2º adiciona o inciso II ao art. 8º da Lei Complementar nº 116, de 2003, determinando que tais serviços respeitem a alíquota máxima de 3%.

O art. 3º é cláusula de vigência.

Apresentado em março de 2012, o projeto foi distribuído à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a CDR, e à CAE. Na CDR, recebeu parecer pela aprovação, sem emendas.

Da Análise.

Quanto ao aspecto constitucional, cabe à União legislar sobre direito e sistema tributários em geral e sobre alíquotas máximas e definição dos serviços tributáveis pelo ISS em particular, haja vista o disposto nos arts. 24, I, 48, I, 156, § 3º, I, todos da Constituição Federal.

A prerrogativa da CAE para deliberar sobre a proposição decorre do art. 99, IV, do Regimento Interno do Senado Federal. O projeto em análise é jurídico, visto que seu texto é inovador, coercitivo, efetivo, redigido em espécie normativa adequada e cheio de generalidade.

A matéria também está em plena conformidade com os ditames da técnica legislativa, segundo a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Do Mérito.

Todos os Estados brasileiros, sem exceção, além do Distrito Federal, têm regiões rurais com potencial turístico. Para ficar apenas no exemplo de Goiás, Estado que represento, pode-se citar a Região do Cerrado como de alta visibilidade para visitantes, destacando-se o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, nos Municípios de Cavalcante e Alto Paraíso de Goiás, e o Parque Nacional das Emas, na cidade de Mineiros. São Domingos, Formosa, Corumbá de Goiás, Pirenópolis, Cachoeira Dourada, Jataí, Caiapônia, Serranópolis, Aruanã, Niquelândia, Buriti Alegre, Cristalina e Hidrolândia são apenas algumas outras cidades goianas onde é possível desenvolver o turismo rural.

O ISS é previsto na Constituição Federal em seu art. 156, III, como imposto da competência dos Municípios e não incidente nos serviços tributados pelo imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, o ICMS, da alçada estadual.

No mesmo art. 156 da Carta Magna, em seu §3º, está dito que cabe a lei complementar, em relação ao ISS, fixar as suas alíquotas máximas e mínimas, excluir da sua incidência exportações de serviços para o exterior e regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais que serão concedidos e revogados.

A Lei Complementar nº 116, de 2003, enfrentou algumas dessas questões, mas passou ao largo de temas sensíveis, como a fixação de alíquotas máximas para determinados serviços, limitando-se, em seu art. 8º, II, a determinar o limite geral de 5% para todos os casos. Essa regra, combinada com a do art. 88, I, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, constrói um intervalo entre 2% e 5% que os Municípios terão de respeitar para, em suas legislações locais, estabelecer a alíquota do ISS.

No caso do turismo rural, a possibilidade de incidência de 5% é especialmente danosa ao desenvolvimento do setor.

A limitação em 3% não só significa um alívio na carga tributária suportada pelos respectivos prestadores de serviço, como também contribui para que as alíquotas em geral praticadas no País se assemelhem e convirjam a patamares baixos, respeitando o já citado limite mínimo imposto pelo Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Dessa forma, todas as regiões do Brasil com potencial para o turismo rural seriam beneficiadas.

Busca-se aqui interiorizar o turismo brasileiro de modo que traga ganhos, geração de renda e empregos para as devidas regiões. Desse modo, através dos incentivos e de uma redução de custo do turismo no interior, teremos uma atração de turistas e investidores e, consequentemente, um maior aproveitamento do potencial turístico de nosso País.

Apoiamos, portanto, a desoneração tributária proposta no PLS nº 65, de 2012 – Complementar, motivo pelo qual indicamos pela sua aprovação.

Diante do exposto, Presidente, o nosso voto é pela aprovação.

Muito obrigado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Sr. Presidente, para discutir a...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão a matéria.

Para discutir, o Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Quero manifestar aqui uma dúvida em relação ao relatório que acabamos de ouvir, quando se fixa uma alíquota máxima para uma determinada atividade. Minha dificuldade de aceitar esse encaminhamento é que me parece uma invasão de competência.

Na realidade, cabe aos Municípios brasileiros definir quais as alíquotas que devem recair sobre as atividades que estão sujeitas à cobrança do ISS. Se um determinado Município entende que tem de estimular a atividade do turismo rural, ele vai fixar em 2%, que é a alíquota mínima.

Eu até gostaria de lembrar que foi fixada a alíquota mínima de 2% em função de guerras fiscais entre Municípios brasileiros, para atrair a presença, sobretudo, de instituições financeiras para as suas localidades, no sentido de aumentar suas receitas. Havia Municípios promovendo a isenção, a redução para 1%, até que, numa ampla discussão com o Secretário de Finanças de todos os Municípios brasileiros, chegou-se à conclusão de que deveria haver uma alíquota mínima para impedir essa avalanche de redução do ISS, que levava muitas vezes ao não recolhimento da receita.

A outra questão que me preocupa é que os Municípios brasileiros têm de ter, cada vez mais, autonomia para ampliar suas receitas próprias. Estamos próximos de uma marcha de prefeitos. A grande maioria das prefeituras no Brasil são dependentes de transferências – ou do Fundo de Participação dos Municípios, ou das cotas-partes do ICMS. Mas são poucos os Municípios... Embora ontem tenhamos comemorado 15 anos da aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, são poucos os Municípios brasileiros que têm mais de 15% da sua receita proveniente de receita própria.

Acho que a atividade de turismo rural é meritória, merece todo apoio, mas ao querer fixar uma alíquota máxima, estamos claramente invadindo a competência dos Municípios brasileiros. Precisamos lutar por uma nova Federação. Essa nova Federação e esse novo Pacto Federativo passam, em primeiro lugar, pelo reconhecimento da autonomia dos entes federados. Então, não me parece que seja iniciativa louvável do Senado Federal estar impondo limites à fixação das alíquotas de ISS para os Municípios brasileiros.

Em que pese a qualidade do relatório que foi aqui colocado, eu respeito, mas pediria a atenção, pediria a compreensão do Relator para poder me manifestar. Caso a gente vá à votação dessa matéria, que possamos nos manifestar de forma contrária. Porque daqui a pouco outras atividades que estão sujeitas à alíquota do INSS vão encontrar aqui novas demandas. Novas atividades, novos setores produtivos vão querer que o Senado Federal venha a fixar alíquotas máximas para determinados setores, o que me parece que não é o melhor caminho de respeitarmos a autonomia dos entes da Federação.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Sr. relator.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Eu gostaria de respeitar a colocação do Senador Bezerra, mas a prerrogativa é do Senado Federal e desta Comissão. E o desenvolvimento do turismo rural nem sempre está ligado, ou não, até à própria estrutura do Município. Pelo contrário, isso aqui nós estamos incentivando para que se possa aumentar a receita para os Municípios. Então, eu acho que a gente teve exemplo disso no meu Estado de Goiás com a questão dos incentivos fiscais. Se não houvesse incentivos fiscais, nós não teríamos atraído o número de empresas que o Estado de Goiás atraiu, como outros Estados.

Então, a minha colocação é que estamos dentro do Regimento e posso ler aqui a prerrogativa da CAE para deliberar sobre a proposição decorrente do art. 99, do §4º do Regimento Interno do Senado Federal. Consta ainda que o ISS é previsto na Constituição Federal em seu art. 156, no §3º, como imposto de competência dos Municípios e não incidente nos serviços tributados pelo Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Municipal, porque isso é da alçada do Estado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Para discutir, o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Eu acho que os dois Senadores têm razão. O Senador Fernando Bezerra, quando diz que nós podemos ter uma intervenção indevida na autonomia dos

Municípios, tem toda razão. Quando ele diz que nós não podemos fixar alíquota de ISS, ele tem toda razão. Quando o Senador Wilder diz que nós podemos fixar mínimo e máximo, também tem toda razão.

Agora, *data venia,* Senador Wilder, realmente os argumentos do Senador Bezerra são contundentes, porque dos 5.564 Municípios que nós temos hoje, a maioria está quebrada. Eu gostaria, numa economia de consumo como a americana, de acreditar que o nosso povo tenha salário para fazer turismo rural, e que a gente estaria incentivando, como V. Ex.ª de boa alma e de boa fé acredita. Agora, imagina uma receita de um Município que hoje esteja cobrando 10%, 11%, 12%, 13%, 15% de ISS, de repente cair para três? Eu sinto que pode haver um baque na receita tributária.

Se V. Ex.ª pudesse nos mostrar estudos, casos anteriores em que nós tivemos renúncia fiscal em turismo e que isso aumentou a receita, acho que tranquilizaria a todos, sobretudo aos prefeitos, que, depois, com certeza, vão nos cobrar.

Obrigado, Presidente.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, Senador Blairo, para discussão.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Para discutir também, eu quero aqui concordar com o relatório do Senador Wilder no sentido de que a gente possa, sim, ter uma trava nisso. Eu compreendo os argumentos dos colegas que já falaram da questão da diminuição, mas os impostos são muito pesados também, e não dá para você ter uma atividade que é incipiente ainda. Hoje, ela precisa de um certo incentivo para andar, não há uma regulamentação específica nisso. Portanto, eu quero aqui encaminhar o meu voto, discutir e já encaminhar o meu voto favorável ao relatório.

E, Sr. Presidente, aqui para continuar, eu gostaria de pedir a V. Ex.ª que colocasse logo em seguida em pauta o item nº 6, do qual eu sou Relator, e não há nenhum outro Relator presente nos itens 4 e 5. O meu é o item 6.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Sr.Presidente, eu quero dar a minha opinião...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Após a votação desse item 4, nós colocaremos, Senador, o item 6.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Senador, entendo a ponderação do Senador Fernando Bezerra, no momento em que os Municípios, não só os Municípios, todos os entes federados estão passando por uma crise financeira sem precedentes. Qualquer redução de receita aumenta a crise, qualquer alteração nas alíquotas dos impostos ou contribuições irá redundar em prejuízos sociais, já que as alíquotas estabelecidas pelos Municípios brasileiros estão em pleno vigor, em pleno andamento, e uma alteração substancial do montante da arrecadação decorrente dessa regulamentação poderá, como eu disse, contribuir para agravar a crise municipal.

Portanto, em respeito a Wilder Morais, que fez um grande parecer, considero que ele tem legitimidade, está dentro da constitucionalidade, porque o próprio art. 156 da Constituição estabelece como atribuição do Congresso Nacional, ou seja, da União, estabelecer essas alíquotas máximas e mínimas. Ele tem toda a razão. Agora, no mérito, acho que devemos estudar essa questão, por isso peço vista.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Sr. Presidente, já foi pedida vista da matéria?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Já foi solicitada vista anteriormente, Presidente? É a primeira vez?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não, é a primeira vez.

Concedida a vista, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Eu queria apenas fazer mais um comentário, porque acho perigoso esse precedente de fixar alíquotas máximas, quando o Senado Federal já fixou, para o ISS, alíquotas entre 2% e 5%. Eu lembro que, no caso do ICMS, não há fixação de alíquota máxima. Imaginem que amanhã determinados setores digam que a alíquota máxima, por exemplo, para energia, tem que ser 20%. Há Estados brasileiros que cobram 20%, há outros que cobram 25%, há outros que cobram 33%! No meio de uma crise fiscal, a gente está invadindo a competência federativa de Municípios e Estados brasileiros; é o que a gente menos deve fazer numa hora dessas! Nós estamos querendo discutir como fortalecer, do ponto de vista financeiro, os Municípios e os Estados brasileiros. Lembro que estamos no meio de uma discussão para fixação das alíquotas interestaduais do ICMS, que já se arrasta há mais de 15 anos!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Senador Fernando Bezerra, permita-me. Na Câmara dos Deputados, há o projeto do novo Pacto Federativo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Essa iniciativa vai terminar dando à atividade do turismo rural, o único setor produtivo entre mais de cem que estão sujeitos à taxação do ISS, por mais de 5.600 Municípios brasileiros, uma alíquota máxima fixada abaixo dos 5%. Quando se defendiam os 5%, era para evitar que houvesse ISS de 6%, de 7%, de 8%, de 10%. Então, varia o ISS de 2% a 5%. Era de 0% a 5%, fixou-se em 2% porque muitos estavam abrindo mão para poder receber sedes de empresas financeiras. Quando se fixou em 2%, acabou essa guerra fiscal que se abriu durante a década de 90. Então, temos que ter cuidado. Acho que é meritório. A atividade de turismo rural deve ser apoiada, mas tem que haver o convencimento desses empreendimentos, desses investidores, na base, no local onde a atividade do turismo rural se desenvolve, com debate na Câmara de Vereadores, com debate com os prefeitos, para que se possa fixar a alíquota menor possível, entre 2%, 2,5%; mas isso é uma decisão dos Municípios. Já existe uma faixa para poder taxar e poder atuar.

Então, já que o Senador Antonio Carlos Valadares, de forma oportuna, pediu vista da matéria, vamos ter a oportunidade de aprofundar e poder trazer de novo os argumentos para o debate desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Antonio Carlos.

Sr. Presidente, só para informar que esse projeto é de autoria do Senador Lauro Antonio, que é de Sergipe. É uma pessoa realmente voltada para o turismo rural e que entende dessa matéria como poucos. Entretanto, eu pedi vista para estudar inclusive com o próprio Relator, o Senador Fernando Bezerra e os demais que se interessarem, uma saída meritória para que esse projeto continue a andar na Casa, vez que o turismo é um dos fatores preponderantes do desenvolvimento nacional.

Agradeço a V. Exª.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Peço vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Fica concedida vista coletiva.

Acredito que também o Senador Fernando Bezerra Coelho também vai querer participar do estudo desse projeto.

Concedo aos Senadores Antonio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho e Douglas Cintra vista do Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2012, complementar, não terminativo.

Passamos agora ao item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 497, DE 2013
– Não terminativo –

Dispõe sobre a fabricação, o comércio e o uso de fogos de artifício, e dá outras providências.
Autoria: Senador Cyro Miranda
Relatoria: Senador Blairo Maggi
Relatório: Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 9-CMA, apresentando, ainda, uma emenda.
Observações:
1. A Matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 9-CMA;
2. A Matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

Srªs Senadoras e Srs. Senadores, inicialmente quero aqui fazer uma homenagem ao Senador Cyro Miranda, que foi Senador conosco até o final do ano, na Legislatura passada, um grande Senador, grande colega, grande amigo com quem nós convivemos aqui por quatro anos, por quem tenho o maior respeito.

Vou ler o relatório do projeto de autoria do Senador Cyro Miranda, que foi Senador pelo Estado de Goiás.

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 497, de 2013, do Senador Cyro Miranda, cuja ementa é transcrita acima. O objetivo do projeto é regular a fabricação, a comercialização e a utilização de fogos de artifício em todo o Território nacional.

O projeto possui 36 artigos, divididos em 6 títulos, cujo conteúdo descrevemos brevemente a seguir. O Título I trata das disposições preliminares e é composto por dois artigos: o art. 1º que traz o objetivo do projeto e o art. 2º que classifica os fogos de artifício em cinco categorias, de acordo com a ordem crescente de perigo potencial à incolumidade pública.

O relatório já foi distribuído. Está na nossa rede. Todos tiveram a oportunidade de ler. Vou direto à análise, então, para ganhar tempo.

Nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cabe a esta Comissão opinar sobre os aspectos econômico e financeiro das proposições que lhes são submetidas por despacho do Presidente, por deliberação do Plenário ou por consulta de outra comissão.

No exame que se segue, procuramos nos restringir ao mérito da matéria em análise.

De início, ressaltamos a relevância da iniciativa do Senador Cyro Miranda em apresentar projeto de lei que disponha sobre a fabricação, o comércio e a utilização de fogos de artifício em Território nacional. Não parece haver dúvidas quanto à necessidade de se regulamentar tanto a fabricação de fogos, buscando garantir a qualidade do artefato fabricado, quanto à comercialização e à utilização desses produtos, minimizando a ocorrência de acidentes decorrentes do mau uso.

Ainda é recente na memória dos brasileiros a tragédia ocorrida na Boate Kiss, em Santa Maria (RS), em janeiro de 2013, quando um incêndio matou mais de 200 pessoas e deixou mais de 600 feridas. Entre os principais fatores que contribuíram para o acidente, esteve justamente o uso indevido da pirotecnia em locais fechados, um dos temas mais importantes tratados aqui no PLS nº 497, de 2013.

Do ponto de vista econômico, preocupa-nos, contudo, a exigência incluída no parágrafo único do art. 4º de que o funcionamento das fábricas de fogos de artifício somente seja permitido mediante responsabilidade técnica de profissional diplomado em Engenharia Química ou Química Industrial. Isso porque pouco se sabe a respeito da disponibilidade desse tipo de profissional no mercado brasileiro, razão que pode inviabilizar ou tornar extremamente onerosa a operação de diversas fábricas de fogos de artifício no País.

Esse tipo de exigência tende, em geral, a prejudicar principalmente micro e pequenas empresas localizadas em regiões menos desenvolvidas do Brasil. Isso porque, como a especialização exigida é bastante específica, é natural que a disponibilidade desse tipo de profissional seja menor em regiões mais carentes, o que tende a encarecer ainda mais o custo de produção, dificultando a abertura e o desenvolvimento de novos negócios nessas regiões.

Propomos, assim, alteração no parágrafo único do art. 4º, retirando a exigência de profissional diplomado em Engenharia Química ou Química Industrial e conferindo ao órgão competente a responsabilidade de expedir regulamentação que trate dos profissionais qualificados para se responsabilizarem tecnicamente pelo funcionamento de fábricas de fogos de artifício.

Com isso, acreditamos que será possível uma avaliação mais exata do impacto dessa medida no mercado em questão, bem como a inclusão de novas especialidades que, na visão do órgão competente, possuam o conhecimento necessário para a supervisão desse tipo de atividade.

No mais, não nos parece que a proposta acarrete grandes custos para o setor produtivo nem, tampouco, imponha custos regulatórios significativos para o Estado. Por outro lado, os benefícios potenciais de uma diminuição do número de acidentes causados tanto por vício de qualidade do artefato quanto por mau uso do produto representam um ganho significativo para a sociedade brasileira.

Por fim, concordamos com as sugestões trazidas pelo nobre Senador Alvaro Dias e com a nova redação dada ao projeto na Comissão de Meio Ambiente (CMA), conforme descrito acima.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 497, de 2013, nos termos das emendas nºs 1 a 9 da CMA e da seguinte emenda:

EMENDA Nº – CAE

Dê-se ao art. 4º do Projeto de Lei do Senado nº 497, de 2013, a seguinte redação:

> "Art. 4º .....
> Parágrafo único. O funcionamento das fábricas de fogos de artifício só é permitido mediante responsabilidade técnica de profissional qualificado, conforme regulamentação expedida pelo órgão competente."

Esse é o voto e o parecer, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão o Projeto do Senado nº 497, de 2013.

Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Presidente, eu gostaria de parabenizar também o Senador Cyro Miranda, que teve uma atuação laboriosa na nossa Casa, suplente do Governador, assumiu e aqui foi sempre diligente nos relatórios e nas proposições.

O projeto, como disse o Senador Blairo Maggi, é muito atual, muito necessário. É impressionante, Sr. Presidente, porque, no século IX, quando os chineses procuravam o elixir da vida eterna, descobriram a pólvora, o nitrato de sal.

O nosso País tem, inclusive, cidades em Minas Gerais, na chamada Serra do Salitre, que também se tornaram campeãs na produção da pólvora. É barato fazer pólvora; o salitre está na superfície. Mas quantas vidas essa pólvora já ceifou?

Há um projeto aqui no Senado Federal que tramita há muitos anos, e nós não conseguimos ainda aprová-lo, que dá uma marcação química na pólvora de todos os cartuchos, de pistola, fuzil, metralhadora, para acabarmos com a bala perdida, porque, no momento em que nós marcarmos quimicamente a pólvora, ela fica na mão do atirador por anos e também na sua roupa, além de ficar na vítima. Num exame de corpo de delito, aquela pólvora vai indicar onde aquela munição foi fabricada, quando foi comprada, para quem foi distribuída, para ceifarmos menos vidas, isso com munições de armamento. Aqui, nós estamos falando de fogos de artifício, mas a pólvora é a mesma. E eu acho que é uma coisa que nos impõe aqui no Senado Federal: cuidar da vida humana e tratar desses temas com muita atenção.

Aquele jogo do Corinthians em que o rapaz apontou o rojão e matou uma pessoa do outro lado da arquibancada mostra a potencialidade dessas armas. É uma coisa impressionante.

Senador Blairo Maggi, eu cumprimento V. Exª e acho que nós devemos dar celeridade e urgência a um projeto que venha a regulamentar a produção desses fogos de artifício. Bom seria se nós tivéssemos um dispositivo que controlasse a quantidade de venda, porque, no tráfico das favelas, muitas vezes se compram caixas e caixas de fogos de artifício para se juntar a pólvora e se usar em munições caseiras.

De qualquer forma, nós caminhamos muito na direção de uma sociedade mais pacífica, guardando a vida do cidadão.

Parabéns, Senador Blairo.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Encerrada a discussão, passamos à votação do relatório do Senador Blairo Maggi.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto com as Emendas nºs 1 a 9, CMA-CAE, e nº 10, CAE.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

Eu gostaria de registrar que, hoje, foi um momento muito importante para a Comissão de Assuntos Econômicos. Eu tive o cuidado, aqui, enquanto nós tínhamos um quórum alto, de inverter a pauta, colocar em votação este Projeto nº 315, de 2013, com o relatório do Senador Romero Jucá, que é um projeto de grande alcance social. Então, eu quis exatamente conciliar um projeto que tivesse muito mérito com a primeira votação no painel eletrônico na Comissão de Assuntos Econômicos.

Não seria um momento histórico para esta Comissão se não houvesse essa conciliação, esse casamento entre um projeto meritório e a primeira votação eletrônica de uma Comissão no Senado Federal.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – E, presidindo a Comissão, o criador da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Muito obrigado, Senador.

Estão em minhas mãos, aqui, dois requerimentos de autoria do Senador Tasso Jereissati, que eu passo a ler.

REQUERIMENTO

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal e art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados os Senhores Júlio Marcelo de Oliveira, Procurador do Ministério Público junto ao TCU, e Antonio Carlos d'Ávila, Auditor do Tribunal de Contas da União, para que compareçam em audiência pública a fim de compartilhar informações a respeito das manobras contábeis executadas pelo governo federal no âmbito das contas públicas nos últimos anos.

Autoria: Tasso Jereissati.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Outro requerimento:

REQUERIMENTO

Requeiro, nos termos do art. 58, inciso V, da Constituição Federal, e art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Sr. Guido Mantega, ex-Ministro da Fazenda, para que compareça em audiência pública à Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa, a fim de compartilhar informações a respeito das manobras contábeis executadas pelo Governo Federal no âmbito das contas públicas nos últimos anos.
Autoria: Tasso Jereissati

As justificativas estão aqui no Requerimento.

Se algum dos Srs. Senadores quiser tomar conhecimento, a Secretaria colocará à disposição.

Esses requerimentos foram lidos agora e serão colocados em votação na próxima reunião deliberativa.

Não havendo mais...

Antes de encerrar os trabalhos, comunico que, na próxima terça-feira, dia 12 de maio, teremos a presença do Sr. Armando Monteiro, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Nada mais havendo...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, apenas...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Apenas lembro a V. Exª que há uma promessa do Senador Delcídio, feita com o testemunho de V. Exª, de que, na semana que vem, vamos votar aquela resolução do Senado, que permite aos Municípios que tiveram perdas expressivas na arrecadação de *royalties* do petróleo poderem contratar a diferença da perda. Essa é uma resolução que há um mês estamos esperamos que seja pautada, e o Senador disse que seria votada na semana que vem. Com a vinda do Senador Armando Monteiro, poderá haver problemas.

Quero pedir a V. Exª que me ajude a levar essa preocupação ao Presidente. Há uma promessa dele, inclusive a secretária estava junto quando tratamos desse assunto, que é muito importante, já que estamos esperando por várias reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Marcelo Crivella, faço um apelo a V. Exª para que converse pessoalmente com o Senador Delcídio do Amaral para que ele tome a decisão. No momento, mantemos a decisão de fazer uma reunião extraordinária; portanto, não haverá a possibilidade de pauta deliberativa. (*Pausa.*)

Vou esclarecer melhor, Senador Marcelo Crivella. Essa pauta está para a próxima terça-feira. Então, V. Exª vai conversar com o Senador Delcídio para ver se ele convoca uma reunião extraordinária para quarta-feira.

A quarta-feira é complicada porque é um dia muito cheio. No meu caso, por exemplo, vamos receber aqui, na próxima quarta-feira, em três comissões...

Por ser Presidente da Comissão do Vale do São Francisco, ou melhor, Comissão da Revitalização e Transposição do Rio São Francisco, faremos essa reunião extraordinária na quarta-feira, com a presença do Ministro da Integração Nacional. O Presidente Delcídio do Amaral, com seus afazeres de líder do Governo, agora, não sei como poderia atender ao...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Não, não, perdi a esperança. Vou pedir a assinatura dos líderes, levar direto ao plenário e apresentar o relatório lá, no plenário. É o único caminho que temos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não, mas converse com o Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Desisto.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não desista não, converse com o Presidente, Senador. V. Exª é muito querido e muito estimado pelo Presidente. Faremos todo o possível para atender a V. Exª. Em outro horário que não coincida, estarei à disposição.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 41 minutos.)

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2015, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia doze de maio do ano de dois mil e quinze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Raimundo Lira, Vice-Presidente, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) Senadores(as) Delcídio do Amaral, Lindber-

gh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe, Ciro Nogueira, José Pimentel, Paulo Rocha, Donizeti Nogueira, Jorge Viana, Gladson Cameli, Ivo Cassol, Waldemir Moka, Sandra Braga, Omar Aziz, Hélio José, Flexa Ribeiro, Antonio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, Douglas Cintra e Marcelo Crivella. Deixam de comparecer os(as) Senadores(as) Gleisi Hoffmann, Telmário Mota, Benedito de Lira, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, José Agripino, Wilder Morais, Alvaro Dias, Tasso Jereissati e Wellington Fagundes. A Presidência declara aberta a reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da ata da 12ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Ofício PR/DL nº 73/2015, de 24 de fevereiro de 2015, da Câmara Municipal de Jundiaí, Estado de São Paulo, encaminhando cópia da Moção nº 160, de apoio ao Movimento Caixa Econômica Federal 100% pública, sem abertura de capital; Ofício nº 027/2015, de 24 de fevereiro de 2015, da Câmara Municipal de Poá, Estado de São Paulo, encaminhando cópia da Moção nº 1/2015, de repúdio ao Governo Federal pelo aumento da gasolina; Ofício nº 52/2015 – CMC, de 4 de março de 2015, da Câmara Municipal de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, encaminhando cópia do Requerimento nº 31/2015, solicitando o envio de manifestação de repúdio por conta do aumento dos combustíveis; Ofício-circular nº 03/2015, de 10 de março de 2015, da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, comunicando a aprovação por unanimidade da Moção nº 10/2014, para que se viabilizem instrumentos jurídicos para que os pequenos rizicultores, que se encontram no perímetro irrigado da Codevasf, sejam anistiados de suas dívidas junto ao Banco Nordeste; Ofício nº 185/15, de 11 de março de 2015, da Câmara Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, encaminhando cópia da Moção de nº 15/15, manifestando contrariedade à intenção externada no final de 2014, pela equipe econômica do Governo Federal, sobre a possível abertura de capital da Caixa Econômica Federal; Ofício-circular nº GPE 039/15, de 12 de março de 2015, da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, encaminhando cópia da Moção nº 009/15, de apoio ao movimento Caixa 100% pública, sem abertura de capital; e Ofício-circular sem numeração, de 4 de março de 2015, da Câmara Municipal de São Carlos, Estado de São Paulo, comunicando Moção de Apoio nº 37 para que a Caixa continue 100% pública, sem abertura de capital. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à apreciação das matérias constantes da pauta. **Item 1**- Projeto de Resolução do Senado nº 15 de 2015, não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella e outros, que "altera a Resolução n° 43, de 2001, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências, para permitir, excepcionalmente, a antecipação de receitas decorrentes da exploração de petróleo e gás natural pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, na hipótese que prevê", tendo como relator o Senador Antonio Carlos Valadares, que oferece relatório favorável ao Projeto. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Marcelo Crivella, Fernando Bezerra Coelho, Antonio Carlos Valadares e Lindbergh Farias. É solicitada vista pelos Senadores Fernando Bezerra Coelho e outros Senadores. O Presidente em exercício da Comissão, Senador Raimundo Lira, concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. **Item 2**- Projeto de Lei do Senado nº 65 de 2012 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Lauro Antônio, que "altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para estabelecer a alíquota máxima do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza incidente nos serviços prestados no âmbito do turismo rural", tendo como relator o Senador Wilder Morais, que oferece relatório favorável ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 3**- Projeto de Resolução do Senado nº 21 de 2013, não terminativo, de autoria do Senador Aécio Neves, que "altera o art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, para ampliar o limite do montante global de operações de crédito que poderão ser realizadas nos exercícios financeiros de 2013 e 2014", tendo como relator o Senador Roberto Requião, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 4**- Projeto de Lei do Senado nº 252 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que "cria o Programa de Microdestilarias de Álcool e Biocombustíveis – PROMICRO, e dá outras providências", tendo como relatora a Senadora Lúcia Vânia, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), com uma emenda que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 5**- Projeto de Lei do Senado nº 172 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que "altera as Leis nos 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e 6.360, de 23 de setembro de 1976, para assegurar a qualidade de insumos farmacêuticos ativos", tendo como relatora a Senadora Vanessa Grazziotin, que oferece relatório favorável ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 6**- Projeto de Lei da Câmara nº 48 de 2011, não terminativo, de autoria da Deputada Luiza Erundina, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de cardápio em Método Braille nos restaurantes, bares e lanchonetes", tendo como relator o Senador Waldemir Moka, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria foi aprovada, em caráter terminativo, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Em 28/11/2013, foi apresentado o Recurso nº 22/2013 para apreciação da Matéria pelo Plenário. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a

constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto. A Matéria vai a Plenário. **Item 7**- Turno Suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 315 de 2013, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir as doenças reumáticas, neuromusculares ou osteoarticulares crônicas ou degenerativas entre as doenças e condições cujos portadores são beneficiados com a isenção do imposto de renda", tendo como relator o Senador Romero Jucá. Em 5/5/2015, foi aprovado Substitutivo Integral ao PLS 315/2013. De acordo com o art. 282 do R.I.S.F, a matéria é submetida a Turno Suplementar. Não tendo sido apresentadas emendas, o Substitutivo é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do RISF. **Item 8**- Projeto de Lei da Câmara nº 65 de 2012, terminativo, de autoria do Deputado Leonardo Monteiro, que "acrescenta alínea ao § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991", tendo como relator o Senador Humberto Costa, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 9**- Projeto de Lei do Senado nº 704 de 2011, terminativo, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que "acrescenta inciso e altera parágrafo único do art. 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para reduzir a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, e isenta de IPI a aquisição de veículos de carga para motoristas autônomos", tendo como relator o Senador Douglas Cintra, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. É lido e será apreciado posteriormente o Requerimento nº 8 de 2015, que requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2012, que "assegura aos estabelecimentos com atividades na área de turismo rural, ecoturismo e de aventura tarifação de energia elétrica equivalente à classe rural e suas subclasses", com a participação do Deputado Distrital Joe Valle, além de representantes das seguintes instituições: Ministério do Turismo; Ministério de Minas e Energia; Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel; Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica – Abradee; Sindicato de Turismo Rural e Ecológico do Distrito Federal – Ruraltur. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dez minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico.

Senador **Raimundo Lira**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Solicito silêncio de todos os presentes para que possamos iniciar a 13ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, a qual declaro aberta.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura de aprovação da Ata da 12ª Reunião.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos, para o seu conhecimento:

Correspondências.

Ofício nº 73/2015, PRDL, de 24 de fevereiro de 2015, da Câmara Municipal de Jundiaí, Estado de São Paulo, encaminhando cópia de Moção nº 160, de apoio ao Movimento Caixa Econômica Federal 100% Pública sem Abertura de Capital.

Antes de continuar, convido o Senador Walter Pinheiro para me ajudar como Vice-Presidente. Seria um prazer.

Ofício nº 027/2015, de 24 de fevereiro de 2015, da Câmara Municipal de Poá, Estado de São Paulo, encaminhando cópia da Moção nº 1/2015, de repúdio ao Governo Federal pelo aumento da gasolina.

Ofício nº 52/2015, CNC, de 4 de março de 2015, da Câmara Municipal de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, encaminhando cópia do Requerimento nº 31/2015, solicitando o envio de manifestação de repúdio por conta do aumento dos combustíveis.

Ofício nº 3/2015, de 10 de março de 2015, da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, comunicando a aprovação, por unanimidade, da Moção nº 10/2014, para que se viabilizem instrumentos jurídicos para que os pequenos rizicultores que se encontram no perímetro irrigado da Codevasf sejam anistiados de suas dívidas junto ao Banco do Nordeste.

Ofício nº 85/15, de 11 de março de 2015, da Câmara Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, encaminhando cópia de Moção nº 15/15, manifestando contrariedade da intenção externada, no final de 2014, pela equipe econômica do Governo Federal, sobre a possível abertura de capital da Caixa Econômica Federal.

Ofício nº 039/15, GPE, de 12 de março de 2015, da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, encaminhando cópia de Moção nº 009/15, de apoio ao Movimento Caixa 100% Pública sem abertura de capital.

Ofício, sem numeração, de 4 de março de 2015, da Câmara Municipal de São Carlos, Estado de São Paulo, comunicando a Moção de Apoio nº 37, para que a Caixa continue 100% Pública, sem abertura de capital.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Pauta.

ITEM 1

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 15, DE 2015
– Não terminativo –

Altera a Resolução n° 43, de 2001, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências, para permitir, excepcionalmente, a antecipação de receitas decorrentes da exploração de petróleo e gás natural pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, na hipótese que prevê.

Autoria: Senador Marcelo Crivella e outros

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatório: Favorável ao Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o Relator, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Presidente, é submetida à apreciação desta Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Resolução nº 15, de 2015, de autoria do Senador Marcelo Crivella e outros, que altera a Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal.

Pretende a referida proposição que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que sofreram redução de receitas decorrentes de seus créditos de participação governamental obrigatória, nas modalidades de *royalties*, participações especiais e compensações financeiras, no resultado da exploração de petróleo e gás natural, de recursos hídricos para fins de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental ou zona econômica exclusiva, possam, excepcionalmente, nos anos de 2015 e de 2016, realizar operações de crédito atinentes à sua antecipação.

Para tanto, exclui essas operações de crédito dos limites de endividamento estipulados no art. 7º desta Resolução, assim como as desvincula das restrições definidas no inciso VI, alínea "b", ou seja, das destinações exclusivas e obrigatórias em amortização de dívidas com a União e capitalização de fundos de previdência social sob sua responsabilidade, além de as obrigações delas provenientes poderem ultrapassar o mandato atual. Todavia, limita as antecipações às perdas estimadas para os exercícios de 2015 e de 2016, conforme metodologia de apuração ali igualmente definida.

Ademais, o projeto em exame define que 40% dessa receita antecipada possam ser utilizados de forma discricionária pelo ente, nesses anos de 2015 e de 2016, e que os 60% restantes sejam destinados para as áreas de educação e de saúde.

Análise.

São inegáveis as restrições orçamentárias dos Estados e Municípios que dependem, sobremaneira, de receitas provenientes dos *royalties* do petróleo. As quedas atuais nos preços do barril do petróleo, no final de 2014 e neste ano de 2015, contribuíram, fundamentalmente, para a conformação da situação atual desses entes, em virtude de sua extrema dependência desses recursos.

Frise-se que essa dependência, nos últimos anos, foi aguçada tanto pelo aumento das alíquotas de *royalties* e participações especiais, como pela melhoria nos cálculos dos *royalties* e participações especiais, que passaram a ser feitos com base no preço internacional do barril do petróleo. Como sabemos, o preço do barril chegou a ultrapassar US$150 (cento e cinquenta dólares norte-americanos) em julho de 2008, justamente o ano de maior arrecadação de *royalties* e participações especiais.

E, conforme a justificação do projeto de resolução em análise – abro aspas –, "a despeito da crise financeira mundial de 2008, portanto, os Estados e Municípios produtores de petróleo vinham arrecadando receitas decorrentes de sua exploração e demonstrando cada vez maior independência orçamentária com relação aos demais repasses da União. O promissor cenário que se definia atraiu inúmeras indústrias para estes locais, seguido de forte afluxo populacional. Diante disso, os entes precisaram alocar significativa parcela de seus crescentes orçamentos em investimentos públicos básicos, tais como infraestrutura, saúde, educação, saneamento, além de aumentar também suas respectivas máquinas públicas, já que a demanda pela prestação de serviços públicos também aumentou".

As significativas quedas no preço do petróleo, iniciadas no final de 2014 e mantidas no ano atual, comprometem, assim, a situação dos Estados e Municípios afetados em suas receitas, sobretudo por eles terem

projetado valores de arrecadação bem superiores aos efetivamente recebidos e, com base neles, contraído obrigações com diversas despesas, agora descobertas dos recursos minimamente necessários.

Por outro lado, nos termos do art. 5º da Resolução nº 43, de 2001, tratamento diferenciado foi dispensado a essa categoria de operações financeiras, admitindo-as somente nas condições nele destacadas.

O que se pretende com a proposição sob análise não significa e não implica a adoção de quaisquer procedimentos inadequados à sistemática e aos mecanismos de controle e de disciplinamento do processo de endividamento público definido e tratado nos termos da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal.

O Projeto de Resolução do Senado nº 15, de 2015, visa tão somente conferir tratamento excepcional e transitório àquelas operações de crédito, no que diz respeito às destinações e à oneração dos limites de endividamento dos entes que a contratarem. Isso não significa que as contratações dessas operações de crédito far-se-ão à revelia da própria capacidade de pagamento do tomador ou com a geração de desequilíbrios financeiros do Estado ou do Município.

Contrariamente, as operações de crédito que se pretende excepcionalizadas das condições e restrições definidas na referida norma são limitadas a um determinado valor, sendo aplicáveis somente nos anos de 2015 e 2016.

Ademais, essas operações de crédito constituem estratégico mecanismo para a recuperação das economias locais, estaduais e municipais, evitando a descontinuidade de projetos e gastos públicos, especialmente nas áreas de saúde e educação. Isso deverá permitir que eles, principalmente os Municípios, desenvolvam, nos próximos anos, outras fontes de receitas, gerando ganhos de eficiência e perspectivas concretas de redução futura nas despesas.

Note-se que as operações de crédito que se pretende recebam tratamento especial deverão ainda ser previamente submetidas aos trâmites definidos pela Resolução nº 43, de 2001, ou seja, serem submetidas à apreciação do Ministério da Fazenda, instruídas com informações e documentos atinentes a qualquer operação de crédito demandada pelos Estados, Municípios e pelo Distrito Federal, inclusive com informações relativas aos limites de endividamento dispensados de cumprimento.

Assim sendo, Senador Crivella, somos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 15, de 2015, de autoria de V. Exª, que tem o apoio, sem dúvida alguma, de toda a Bancada do Rio de Janeiro, inclusive do meu amigo Senador Lindbergh.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A matéria está em discussão.

Com a palavra, o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, quero agradecer o relatório do Senador Antonio Carlos Valadares, que, junto com a Consultoria do Senado, fez um parecer extremamente bem elaborado.

O que ocorre é que os mais de 1.500 Municípios que recebem *royalties* de petróleo e participações especiais estão quebrados, Sr. Presidente, porque o preço do petróleo, que era 100 o barril, baixou para 50, e a produção da Petrobras caiu, além disso, ela ficou parada pelo escândalo do Petrolão. Então, essas Prefeituras quebraram, já demitiram funcionários, renegociaram contratos, mas não têm, agora, como pagar a folha de pagamentos. As Prefeituras estão numa situação de inadimplência tremenda.

Então, o que essa Casa da Federação, no extraordinário relatório do Senador Antonio Carlos Valadares, elaborou? A mesma coisa que foi feita na época do endividamento, com o Fernando Henrique: permitir que os Municípios e os Estados que têm *royalties* futuros a receber possam dar isso como garantia de novos empréstimos.

Naquela época, deu-se autorização aos Estados e Municípios para que contratassem dívidas além do mandato, o que estamos fazendo agora, mas, agora, nós fizemos outra salvaguarda muito importante, para tranquilizar os Senadores, que é o seguinte, Presidente: a ANP nos deu o que os Municípios e Estados brasileiros arrecadaram, em 2013, 2014, com *royalties* e participações especiais, alguma coisa em torno de três bilhões, e também a previsão que ela tem contratada com a Petrobras e com as demais exploradores de petróleo do nosso País, de qual vai ser a produção média em 2015 e 2016, e eles só poderão contratar a diferença. Aquilo que foi extraído e pago, em 2013 e 2014, ficou em torno de três bilhões e, agora, será 2,5 bilhões. Esses 500 milhões é que poderão ser contratados, dando por garantia os *royalties*.

Portanto, Sr. Presidente, não é endividamento. Nós estamos tratando apenas de antecipação de receita, que esta Casa pode deliberar porque é a Casa da Federação. Já foi feito antes e nós estamos fazendo agora. Apenas para aliviar o sofrimento do Espírito Santo, do Rio, da Bahia, de Sergipe, de Alagoas, do Rio Grande do Norte, enfim, daqueles Estados que hoje estão na penúria, na extrema penúria, porque os *royalties* do petróleo desabaram e as participações especiais também.

Sr. Presidente, muito agradecido.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Para discutir, o Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Eu confesso que estou com muitas dúvidas em relação ao projeto que foi relatado há pouco pelo Senador Antonio Carlos Valadares e estou decidido a pedir vista do projeto a fim de aprofundar a sua análise e trazer, na próxima reunião, uma opinião melhor formada sobre o assunto.

Quais são as minhas dúvidas? Para deixar claro e poder contribuir para o debate, em primeiro lugar, é estranho que se queira caracterizar isso como uma operação de antecipação de receitas operacionais. Porque, na realidade, se for uma ARO, como está sendo dito aqui, que seria uma ARO especial, nós estamos quebrando uma série de regras que regem esse tipo de operação.

Já no início da manifestação do Relator, é dito que essas operações de crédito estarão fora do limite de endividamento estipulado na Resolução nº 43 do Senado Federal, em seu art. 7º. Portanto, é um extrateto. É um extrateto. Não se trata aqui de oferecer – e nós reconhecemos – aos Municípios e aos Estados que tiveram uma frustração de receita, e vão ter uma frustração de receita em relação a 2015 e a 2016, impressionante. A frustração de receita ocorre com todos os Municípios brasileiros, de forma mais grave em relação às receitas de *royalties*, mas todos os Municípios brasileiros vão ter frustração de receita entre 2015 e 2016. Por que esses vão ser atendidos assim e os outros não?

Eu fico aqui, como Senador de Pernambuco,... Até agora não foram autorizadas as operações de crédito que estão dentro dos limites da Bahia, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, do Ceará, da Paraíba. É dentro dos limites da resolução do Senado. Operações contratadas, as parcelas não estão sendo liberadas. E como vamos aqui criar uma modalidade nova, que vai além da resolução do Senado para atender especificamente os Municípios que estão com frustração de receitas provenientes dos *royalties* de petróleo e gás?

Eu acho que temos que encontrar outro mecanismo. Esses Municípios devem ser assistidos, esses Municípios merecem ser assistidos, mas não sei se essa é a melhor forma. Nós estamos vendo aqui que, anteriormente, essas operações de antecipação de receitas eram autorizadas, mas para capitalizar os fundos de previdência ou para amortizar dívidas junto ao Governo da União, porque havia a possibilidade de trocar o indexador, uma dívida mais barata por uma dívida mais cara. Mas aqui não. Além de ser extralimite, os recursos provenientes dos *royalties* não vão ser aplicados em saúde e em educação não. Pede-se 40% de aplicação livre, o que eu compreendo, fui prefeito, deve ser para pagamento de folha, para evitar a situação crítica desses Municípios.

Mas acho que deveríamos aprofundar. Eu quero pedir a compreensão dos companheiros que representam o Estado do Rio de Janeiro, que é mais diretamente atingido, para que possamos aprofundar. Eu não me sinto à vontade, seguro para votar algo aqui que possa significar a nossa solidariedade com a Federação. Quero ajudar, quero encontrar um mecanismo que possa atenuar as dificuldades que estão sendo enfrentadas por esses Municípios e, particularmente, pelo Estado do Rio de Janeiro, mas penso que temos que encontrar uma solução equilibrada. Por isso, formalizo o pedido de vista.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, só para explicar e tentar demover o Senador Fernando Bezerra do pedido de vista.

Clarissa, só para esclarecer o Senador Fernando Bezerra...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Crivella, eu queria, antes de V. Exª continuar, apenas dizer que o pedido de vista do Senador Fernando Bezerra está registrado. Logo após ouvir V. Exª e o Senador Lindbergh Farias, eu tomo a minha decisão.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Senador Fernando Bezerra, deixe-me apenas esclarecer uma coisa. V. Exª teria razão se nós estivéssemos fazendo antecipação de receita, mas essa receita não é receita. Ela recompõe perda. São perdas que nós tivemos em 2013 e 2014, em comparação com 2015 e 2016. Então, não é dinheiro extra. Nós não estamos tendo mais do que os outros Municípios do Brasil terão, nem Estados. O que nós estamos pedindo é recomposição de perdas. Aí é que está o grande sentido, e eu peço a V. Exª que considere e que nos ajude a aprovar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Só para contraditar o Senador Crivella.

Quando o Governo Federal fez os incentivos que fez, a desoneração de uma série de setores retirando IPI e Imposto de Renda de uma série de produtos, havia a expectativa de receita por parte de todos os Municípios brasileiros, sobretudo os Municípios do Nordeste, que dependem exclusivamente do FPM. Eles amargaram prejuízos que não foram de forma alguma ressarcidos. E a receita de *royalties* é uma receita operacional, assim como é a receita proveniente do IPI e do Imposto de Renda. É assim que ela está categorizada.

Então, eu acho que nós temos que ser solidários com a situação do Estado do Rio de Janeiro, temos que encontrar um mecanismo, mas penso que não só eles devam ser assistidos, porque nos últimos dois anos, os Municípios do Norte e do Nordeste foram extremamente penalizados e não tiveram qualquer tipo de compensação.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Primeiro, quero dizer ao Senador Fernando Bezerra que nós somos favoráveis à compensação de todos os Municípios do País, viu, Senador Fernando Bezerra?

Senador Fernando Bezerra, qualquer projeto legislativo que trate de compensação para as prefeituras do Brasil inteiro, nós, e falo como Bancada do Rio de Janeiro, somos favoráveis. Temos que construir alternativas aqui. Eu queria chamar a atenção para o caso desses Municípios que recebem *royalties* do petróleo porque existem circunstâncias específicas. Há Municípios em que mais de 50% da arrecadação vem de *royalties* de petróleo.

E sabe o que está acontecendo, Sr. Presidente, Senador Raimundo Lira? Municípios no meu Estado do Rio de Janeiro tiveram uma perda de arrecadação de 40%. É uma situação... Na verdade, como eu conversava com a Deputada Clarissa Garotinho – a mãe dela é Prefeita de Campos, a Rosinha Garotinho –, se pedir vista, é uma semana. E elas dizem: "Nós não aguentamos". A situação, não é exagero dizer, é de fechar postos de saúde, é de demissão em massa.

Então, esses prefeitos vieram aqui, primeiro, para uma negociação com o Governo Federal. E é claro que tiveram dificuldades, pela questão do ajuste. O Governo Federal disse: "Nós não podemos tratar de forma diferente dos outros". Encontrou-se então, a partir de uma série de negociações, para esses 1,5 mil Municípios, uma alternativa, que é a única alternativa para evitar uma tragédia. E quando eu digo tragédia, é tragédia mesmo. Há prefeitura falando, e não é exagero, Senador Fernando Bezerra, em fechar as portas.

Eu acho que temos que contrapor. É o conjunto de Municípios do Brasil que perderam no FPM. Nós todos. Eu demonstro a minha solidariedade e quero dizer que se vier algum projeto nós vamos votar a favor, porque esta crise que o País vive começou pelos Municípios, passou pelos Estados e hoje é uma crise nacional. Mas a política de desoneração teve um efeito terrível nas finanças municipais.

Mas eu queria fazer o apelo neste caso aqui. É um caso especial em virtude da situação de aperto fiscal. O Governo Federal não está podendo socorrer. Então, qual era o desafio, qual era a questão sobre a qual eu falaria aqui? Até o nosso Líder do Governo não está presente porque está havendo a sabatina do Dr. Fachin. É nós aprovarmos nesta Comissão de Assuntos Econômicos – eu faria esse apelo – e fazer a discussão no plenário. Sentaríamos com o Líder do Governo, com as partes envolvidas. O Senador Marcelo Crivella tem uma discussão sobre a posição do Governo. O Vice-Presidente Michel Temer, que é o responsável pela articulação política, tem uma posição sobre esse caso, a posição de não pedir vista.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Claro, Senador Fernando.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – O Ministro Levy, na sexta-feira da semana passada, teve um encontro com os governadores do Nordeste. O único assunto que o Ministro da Fazenda prometeu examinar foi autorizar operações de crédito já contratadas ou novas operações de crédito. Ele ficou de dar uma resposta após o dia 19, quando vai receber esses governadores de forma individual. Esses governadores de todos os Estados do Nordeste dependem da autorização dessa operação de crédito para manter seus programas de investimento e poder salvar o ano. Então, eu queria a sua compreensão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Claro. Eu entendo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Vamos pedir vista, vamos votar isso na quarta-feira e vamos ver se nós vamos ter a mesma solidariedade, porque não adianta criarmos um instrumento de uma contratação de um financiamento excepcional, com regras excepcionais, para atender a determinados Municípios e a determinados Estados no Brasil, enquanto aqueles que estão dentro da regra normal não têm nenhuma sinalização. Não é justo! Não é justo!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Presidente, eu peço a palavra depois do Senador...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Só para encerrar a minha fala, só para responder ao Senador Fernando Bezerra.

Eu entendo as posições do Ministro da Fazenda Levy, mas esta discussão aqui, Senador Fernando Bezerra, é uma discussão do Senado Federal. O Senado Federal não pode deixar de tomar uma decisão, porque o Ministro Levy teve uma posição na reunião dos governadores do Nordeste.

É esse o apelo que eu faço, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o Relator, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Sr. Presidente, conforme nós dissemos – Senador Fernando Bezerra, eu gostaria que me ouvisse, querido companheiro do PSB de Pernambuco –, a Resolução nº 43, que está sendo alterada, se o projeto vier a ser aprovado, estabelece regras bem claras sobre como os Estados e os Municípios podem se endividar, sobre a sua capacidade de endividamento. O que nós estamos aqui propondo aprovar não é a abertura de um crédito imediato, de forma nenhuma. O Estado ou o Município que tiver interesse, Senador Fernando Bezerra, de obter um crédito em razão do que tem a receber dos *royalties* vai ter que se dirigir ainda ao Ministério da Fazenda. Nós não estamos aqui concedendo nenhum financiamento, nenhuma antecipação de receita, nada. O que nós estamos fazendo aqui é autorizando ao Município que quiser pleitear... E, para pleitear e receber esse crédito dessa antecipação, ele vai ter que provar, por A + B, que tem capacidade de endividamento. Não vai ser uma decisão aleatória do Ministério da Fazenda ou criar um privilégio para os Municípios que têm *royalties*.

Na verdade, há uma diferenciação que nós temos que constatar entre Municípios que não vivem de *royalties* e Municípios que vivem de *royalties*, como aqui os dois Senadores do Rio de Janeiro disseram. Por quê? Porque o Estado ou o Município que vive de *royalties* fez um orçamento com base na arrecadação que vinha dos *royalties*. Ora, se houve uma queda brutal e inesperada, que não estava prevista, da receita desses Estados e Municípios, aí nós vamos penalizar esses Estados e Municípios ao ponto de não os deixarem tomar uma antecipação, autorizada pelo Ministério da Fazenda? Eu acho que uma coisa é o Município que foi penalizado com base na renúncia fiscal. É uma coisa. Nós estamos falando aqui, Senador Fernando Bezerra, é de Município que foi penalizado, perdendo 50% de sua receita, porque o barril de petróleo era US$150 e passou a ser US$50. É um caso que não estava previsto. O orçamento desses Estados e Municípios foi lá para baixo, não em razão da desoneração. Isso é um caso diferente. Nós não estamos criando privilégio.

Eu jamais daria, Senador Fernando Bezerra – eu sou municipalista –, um parecer com base no interesse do meu Estado, mesmo porque Sergipe não vai tomar esse empréstimo, pois já tomou antes. Sergipe não tem nenhum interesse nesse projeto. Eu não estou trabalhando para o interesse de Sergipe. Nesse caso, eu estou trabalhando para defender o interesse dos Municípios que sofreram com a brutal queda de arrecadação com a queda dos *royalties*.

Por isso, Sr. Presidente, eu respeito o pedido de vista do Senador, mas eu acho...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Fernando Pessoa, V. Exª confirma a vista?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Eu acho que isso poderia ser levado para o plenário...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Nosso poeta Fernando Pessoa. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Fernando Pessoa, V. Exª confirma a vista?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Fernando Bezerra Coelho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Presidente, na realidade, eu quero aqui deixar bem claro que isso é uma operação de crédito. Nós estamos tratando de uma operação de antecipação de receita. É do que nós estamos tratando. Essas operações de antecipação de receita pela Resolução nº 43 do Senado Federal têm de ser quitadas antes do término do exercício do mandato dos atuais prefeitos e não podem ser contratadas depois do primeiro quadrimestre do exercício final desse mandato. Então, é uma operação de crédito excepcionalíssima, porque vai se tomar um empréstimo antecipado para se pagar nos mandatos dos prefeitos seguintes. Tudo isso caracteriza um financiamento que vai rebater na situação de gestão dos prefeitos a serem eleitos. Qual é o prazo? Vai ser pago em quanto tempo? Quais são os juros? As operações de financiamento de antecipação de receitas têm juros mais caros, os juros são maiores do que os de financiamento de mais longo prazo.

Eu acho que nós devemos, sim, buscar uma solução para esses Municípios que tiveram a frustração de receitas de *royalties*.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Mas será que esse é o instrumento? Eu não estou convencido. Portanto, vou manter meu pedido de vista, para que essa matéria possa ser apreciada com calma.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Fernando Bezerra, está confirmado o pedido de vista.

Vamos passar para o item 6...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Presidente, eu gostaria de pedir vista também...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Concedo vista coletiva.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Na semana que vem, nós voltamos a discutir. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2011
– Não terminativo –

Dispõe sobre a obrigatoriedade de cardápio em Método Braille nos restaurantes, bares e lanchonetes.
Autoria: Deputada Luiza Erundina
Relatoria: Senador Waldemir Moka
Relatório: Favorável ao projeto.
Observações:
1. A matéria foi aprovada, em caráter terminativo, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;
2. Em 28/11/2013, foi apresentado o Recurso nº 22/2013 para apreciação da matéria pelo Plenário.

Com a palavra, o Relator, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu vou direto à análise, porque acho que ela aborda bem a questão.

Compete à Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente ou deliberação do Plenário – neste caso, foi uma deliberação do Plenário.

Sob o prisma das finanças públicas, importa primeiramente destacar que a matéria não tem consequência direta sobre o sistema tributário e orçamentário. Vale dizer: não implica renúncia de receita nem aumento de despesa fiscal.

Quanto ao mérito, concordamos com os argumentos expostos no relatório aprovado no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, de autoria da Senadora Ana Rita.

A deficiência visual atinge 3,5% da população brasileira. Segundo dados do IBGE de 2010, no Brasil, mais de 6,5 milhões de pessoas têm alguma deficiência visual, sendo 528.624 pessoas completamente incapazes de enxergar, ou seja, cegas, e 6.056.684 com grande dificuldade permanente de enxergar. Essas últimas são ditas com baixa visão ou visão subnormal, com 30% ou menos de visão no melhor olho, que apresentam dificuldades no dia a dia. Todo esse contingente é potencial beneficiário da medida proposta.

Do ponto de vista econômico, é legítimo que os estabelecimentos comerciais diretamente afetados possam estar ciosos do eventual impacto sobre seus custos. Não obstante, entendemos que a questão deva ser posta em termos mais amplos. De fato, mais do que simplesmente uma mudança na legislação, está em jogo a construção mesmo de uma nova mentalidade, mais inclusiva e, portanto, alinhada com os valores civilizatórios das democracias mais avançadas. Tampouco nos parece que se trata de mera imposição de novos gastos a um setor privado já exageradamente gravado por tributos e exigências. Ao contrário do que a visão contábil mais imediata sugeriria, é preciso enfatizar que o PLC nº 48, de 2011, vai no sentido de promover uma ampliação do mercado consumidor.

Aliás, a iniciativa é complemento lógico de outras de natureza trabalhista, previdenciária e de ampliação da acessibilidade, que vêm permitindo, ainda que a uma velocidade muito inferior à desejável, uma crescente participação das pessoas portadoras de deficiência, em geral, e dos deficientes visuais, em particular, na vida econômica e social do País.

Por fim, vale a pena lembrar que a proposição não representa inovação no universo normativo brasileiro, posto que já há leis análogas, entre outros lugares, na cidade de São Paulo e no Estado do Rio Grande do Sul. De modo que a aprovação do PLC nº 48, de 2011, viria dar alcance nacional à matéria.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2011, da ilustre ex-Prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, autora desse projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório do Senador Waldemir Moka.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, ele passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto.

Item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315, DE 2013
– Terminativo –

Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir as doenças reumáticas, neuromusculares ou osteoarticulares crônicas ou degenerativas entre as doenças e condições cujos portadores são beneficiados com a isenção do Imposto de Renda.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: Não aplicável.

Observações:

1. Em 05/05/2015, foi aprovado Substitutivo Integral ao Projeto. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a Matéria é submetida a Turno Suplementar;

2. Não sendo oferecidas emendas até o encerramento da discussão, o Substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do R.I.S.F.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não sendo oferecidas emendas no turno suplementar, o substitutivo é definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Com a ausência dos relatores dos outros projetos não terminativos que estão em pauta, vamos passar agora à leitura do requerimento que está sobre a mesa.

REQUERIMENTO Nº 8, DE 2015

Nos termos do art. 58, §2º, II e V, da Constituição Federal, e do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2012, que "assegura aos estabelecimentos com atividades na área de turismo rural, ecoturismo e de aventura tarifação de energia elétrica equivalente à classe rural e suas subclasses", com a participação do Deputado Distrital Joe Valle, além de representantes das seguintes instituições: Ministério do Turismo; Ministério de Minas e Energia; Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee); Sindicato de Turismo Rural e Ecológico do Distrito Federal (Ruraltur).

Autoria: Senador Hélio José

A justificação está aqui.

Esse requerimento será colocado em votação na próxima reunião da CAE.

Inicialmente, lemos um equívoco na redação. Seria: "Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 12ª Reunião". Estava escrito: "13ª Reunião". Portanto, está retificado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a presença dos Srs. e das Srªs Senadoras.

(Iniciada às 10 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 10 minutos.)

ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2015, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e treze minutos do dia dezenove de maio do ano de dois mil e quinze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Raimundo Lira, Vice-Presidente, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) Senadores(as) Lindbergh Farias, Gladson Cameli, Ivo Cassol, Ricardo Ferraço, Valdir Raupp, Rose de Freitas, Hélio José, Antonio Carlos Valadares e Marcelo Crivella. Deixam de comparecer os(as) Senadores(as) Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Reguffe, Telmário Mota, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Romero Jucá, Waldemir Moka, Sandra Braga, Roberto Requião, Omar Aziz, José Agripino, Wilder Morais, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Douglas Cintra e Wellington Fagundes. O Presidente em exercício, Senador Raimundo Lira, declara aberta a reunião. Verificada a falta de "quorum", a Presidência adia a apreciação dos itens constantes da pauta: **Item 1**- Projeto de Resolução do Senado nº 15 de 2015, não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella e outros, que "altera a Resolução n° 43, de 2001, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências, para permitir, excepcionalmente, a antecipação de receitas decorrentes da exploração de petróleo e gás natural pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, na hipótese que prevê", tendo como relator o Senador Antonio Carlos Valadares, que oferece relatório favorável ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 2**- Projeto de Lei do Senado nº 65 de 2012 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Lauro Antônio, que "altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para estabelecer a alíquota máxima do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza incidente nos serviços prestados no âmbito do turismo rural", tendo como relator o Senador Wilder Morais, que oferece relatório favorável ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 3**- Projeto de Resolução do Senado nº 21 de 2013, não terminativo, de autoria do Senador Aécio Neves, que "altera o art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, para ampliar o limite do montante global de operações de crédito que poderão ser realizadas nos exercícios financeiros de 2013 e 2014", tendo como relator o Senador Roberto Requião, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 4**- Projeto de Lei do Senado nº 252 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que "cria o Programa de Microdestilarias de Álcool e Biocombustíveis – PROMICRO, e dá outras providências", tendo como relatora a Senadora Lúcia Vânia, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), com uma emenda que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 5**- Projeto de Lei do Senado nº 139 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Davim, que "altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para proibir a venda de produtos de tabaco nos locais que especifica", tendo como relator o Senador Ciro Nogueira, que oferece relatório contrário ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 6**- Projeto de Lei do Senado nº 172 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que "altera as Leis nos 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e 6.360, de 23 de setembro de 1976, para assegurar a qualidade de insumos farmacêuticos ativos", tendo como relatora a Senadora Vanessa Grazziotin, que oferece relatório favorável ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 7**- Projeto de Lei da Câmara nº 65 de 2012, terminativo, de autoria do Deputado Leonardo Monteiro, que "acrescenta alínea ao § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991", tendo como relator o Senador Humberto Costa, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 8**- Projeto de Lei do Senado nº 257 de 2013, terminativo, de autoria do Senador Casildo Maldaner, "que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Constribuição para o PIS/PASEP incidentes nas operações com acessórios e adaptações especiais para serem instalados em veículo automotor destinado ao uso por pessoa portadora de deficiência", tendo como relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 2 a 4-CDH, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1-T-CDH. A apreciação da matéria é adiada. **Item 9**- Projeto de Lei do Senado nº 704 de 2011, terminativo, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que "acrescenta inciso e altera parágrafo único do art. 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para reduzir a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, e isenta de IPI a aquisição de veículos de carga para motoristas autônomos", tendo como relator o Senador Douglas Cintra, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 10**- Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 6 de 2015, de iniciativa do Senador Tasso Jereissati, que requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal e art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam

convidados os Senhores Júlio Marcelo de Oliveira, Procurador do Ministério Público junto ao TCU, e Antonio Carlos d'Ávila, Auditor do Tribunal de Contas da União, para que compareçam em audiência pública a fim de compartilhar informações a respeito das manobras contábeis executadas pelo governo federal no âmbito das contas públicas nos últimos anos. A apreciação da matéria é adiada. **Item 11**- Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 7 de 2015, de iniciativa do Senador Tasso Jereissati, que requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal e art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Senhor Guido Mantega, ex-ministro da Fazenda, para que compareça em audiência pública a fim de compartilhar informações a respeito das manobras contábeis executadas pelo governo federal no âmbito das contas públicas nos últimos anos. A apreciação da matéria é adiada. **Item 12**- Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 8 de 2015, de iniciativa do Senador Hélio José, que requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2012, que "assegura aos estabelecimentos com atividades na área de turismo rural, ecoturismo e de aventura tarifação de energia elétrica equivalente à classe rural e suas subclasses", com a participação do Deputado Distrital Joe Valle, além de representantes das seguintes instituições: Ministério do Turismo; Ministério de Minas e Energia; Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel; Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica – Abradee; Sindicato de Turismo Rural e Ecológico do Distrito Federal – Ruraltur. A apreciação da matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico.

Senador **Raimundo Lira,** Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Atendendo o que preconiza o §3º do art. 155 do Regimento, por analogia ao que acontece no plenário do Senado Federal, abro esta reunião e a prorrogo por mais quinze minutos, para ver se se completa o quórum para que possamos iniciar a Ordem do Dia. (*Pausa.*)

Srªs e Srs. Senadores, atendendo o art. 155 do Regimento, § 3º, adiei a reunião pelo prazo máximo permitido, de meia hora. Decorridos 35 minutos e de acordo com o art. 293, VII e IX do RISF, verificada a falta quórum para deliberação, confirmada a falta do número, ficará adiada a votação dos itens da pauta.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 34 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 6 DE MAIO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e doze minutos, do dia seis de maio de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador José Maranhão, com a presença dos Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Valdir Raupp, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Antonio Anastasia, Antonio Carlos Valadares, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Eduardo Amorim, Marcelo Crivella, Walter Pinheiro, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Omar Aziz, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão, Ataídes Oliveira, João Capiberibe, José Medeiros, Douglas Cintra, Blairo Maggi e das Senadoras Fátima Bezerra, Simone Tebet, Ana Amélia, Rose de Freitas e Vanessa Grazziotin, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Ciro Nogueira, Luiz Henrique, José Serra, Magno Malta e a Senadora Gleisi Hoffmann. Registra a presença a Senadora Lúcia Vânia. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião. A Presidência registra a presença de Suas Excelências: Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros; Ex-Presidentes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, Senador José Agripino, Senador Edison Lobão e Senador Eunício Oliveira; Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) e Ex-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, Vital do Rêgo Filho; Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), Antônio César Bochenek; e Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Norma Cavalcanti. Havendo quórum regimental para deliberação, a Presidência propõe a dispensa da leitura e a aprovação da ata reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: 1ª PARTE: SOLENIDADE DE INAUGURAÇÃO. Finalidade: Solenidade de Inauguração da nova Galeria de Ex-Presidentes da CCJ e do Painel Eletrônico do Plenário 3 das Comissões. Resultado: Realizada. 2ª PARTE: ITEM 1) PROJETO DE LEI DO SE-

NADO Nº 25, de 2012 – Terminativo. Altera o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para limitar em 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato tanto os acréscimos quanto as supressões em todas obras, serviços ou compras. Autoria: Senadora Ana Amélia. Relatoria: Senador José Agripino. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. Vota vencido o Senador Omar Aziz. ITEM 2) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, de 2013 – Terminativo. Ementa do Projeto: Altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e dá outras providências. Autoria do Projeto: Deputado José Mentor. Relatoria do Projeto: Senador José Pimentel. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: O Substitutivo é dado como definitivamente adotado (sem emendas apresentadas), nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 5) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, de 2015 – Não Terminativo. Altera o Anexo II da Lei n° 11.416, de 15 de dezembro de 2006 – Plano de Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União, e dá outras providências. Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Senador José Maranhão. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Concedida vista aos Senadores Delcídio do Amaral e Antonio Anastasia, nos termos regimentais. ITEM 6) CONSULTA (SF) Nº 1, de 2015 – Não Terminativo. Requer, nos termos do inciso V, do art. 100, do Regimento Interno do Senado Federal, a remessa da presente consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, acerca da possibilidade de Senador, que se encontre afastado do exercício do mandato parlamentar, para ocupar função de Ministro de Estado, assumir vaga em Conselho de Administração de empresa pública, sociedade de economia mista e outros órgãos da Administração Pública. Autoria: Senador Douglas Cintra. Relatoria: Senador Romero Jucá. Relatório: Pela possibilidade de Senador, no exercício do cargo de Ministro de Estado, ser membro de Conselho de Administração de empresa pública, sociedade de economia mista e de outros órgãos da Administração Pública indireta que estejam vinculados à sua pasta ou exerçam atividades correlacionados ao Ministério sob o seu comando. Resultado: Encerrada a discussão e adiada a votação da matéria. Em 06/05/2015, foi recebido e dado como lido o Voto em Separado do Senador Antonio Anastasia. Durante a Reunião, o Senador Romero Jucá reformula o Relatório, e o Senador Ronaldo Caiado lê o seu Voto em Separado. ITEM 8) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 69, de 2011 – Não Terminativo. Acresce § 5º ao art. 27 e parágrafo único ao art. 29, ambos da Constituição Federal, para vedar, respectivamente, a recondução para o mesmo cargo da Mesa da Assembleia Legislativa e da Câmara Municipal na eleição imediatamente subsequente. Autoria: Senador Vital do Rêgo e outros. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta. Vota vencido o Senador Antonio Anastasia. ITEM 12) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 78, de 2012 – Não Terminativo. Proíbe a aquisição de veículos de procedência estrangeira pelos órgãos públicos governamentais das esferas federal, estadual e municipal. Autoria: Deputado Vicentinho. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40, de 2013 – Não Terminativo. Altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica, dá nova redação às Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nº 9.648, de 27 de maio de 1998, nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, nº 5.655, de 20 de maio de 1971, nº 5.899, de 5 de julho de 1973, nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e dá outras providências. Autoria: Senador Romero Jucá. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas de redação que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. ITEM 15) OFICIO "S" Nº 52, de 2015 – Não Terminativo. Comunica ao Senado Federal que, em sessão realizada no dia 15 de abril de 2015, o Plenário da Câmara dos Deputados elegeu o Senhor GUSTAVO DO VALE ROCHA para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. O Senhor Senador José Maranhão passa a Presidência ao Senador José Pimentel. O Senhor Senador José Pimentel devolve a Presidência ao Senador José Maranhão. Durante a apreciação do ITEM 6) CONSULTA (SF) Nº 1, de 2015, após a proclamação do resultado, o Senador Ronaldo Caiado solicita verificação de votação, apoiado pelos Senadores Romero Jucá, José Pimentel e Douglas Cintra. Ato contínuo, o Senhor Presidente declara encerrada a presente Reunião, às treze horas e vinte e oito minutos do dia seis de maio de dois mil e quinze, em virtude da falta de quórum, restando adiada a votação do ITEM 6 e a deliberação dos demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 287, de 2011; ITEM 4) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, de 2014; ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, de 2009; ITEM 9) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 80, de 2011; ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, de 2011; ITEM 11) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTI-

TUIÇÃO Nº 36, de 2012; ITEM 14) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 197, de 2014; ITEM 16) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 78, de 2013; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente (Senador José Pimentel) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **José Pimentel,** Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Esta Presidência roga aos presentes que guardem o silêncio necessário para a realização desta reunião.

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião será dividida em duas partes. Na primeira parte, faremos a solenidade de inauguração da nova galeria de ex-presidentes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e do novo painel eletrônico deste plenário. A segunda parte será destinada à deliberação dos itens 1 a 16 da pauta.

Hoje a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal realiza a inauguração de suas novas instalações, segunda etapa do processo de modernização das Comissões, impulsionado pelo Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros – eu diria –, mais do que impulsionado, feito, executado pelo Presidente Renan, que está modernizando, informatizando todas as dependências, todos os órgãos do Senado da República.

A Comissão recebe hoje um sistema informatizado que conta com várias funcionalidades. Inicialmente, foi instalado, na sala de reuniões, um painel, em alta definição, para exibição da presença dos Senadores, para o acompanhamento das votações aqui realizadas, e também para exibição de audiências públicas.

Na entrada da sala de reuniões, ainda, foram instalados equipamentos que realizam o reconhecimento biométrico do Parlamentar, o que substituirá a lista de assinaturas usualmente colocada na mesa da Presidência. Em futuro próximo, esse sistema permitirá às Senadoras e aos Senadores que registrem suas presenças não apenas nesta Comissão, como em todas as demais que estejam reunidas naquela data.

Ademais, as bancadas receberam computadores com telas sensíveis ao toque, o que permitirá às Senadoras e aos Senadores acessarem as matérias que constam da pauta da Comissão em meio digital, reduzindo consideravelmente o gasto com impressão e o impacto no meio ambiente.

Cabe destacar, ainda, que, diante da conexão entre os sistemas de registro de presença no painel e de organização da reunião, será possível realizar a votação dos projetos em apreciação na Comissão nos computadores instalados nas bancadas, dando maior dinamicidade aos trabalhos aqui desempenhados e, igualmente, maior visibilidade ao processo decisório aqui realizado.

No corredor, ao lado do plenário da Comissão, foi instalado um painel que trará a memória dos ex-Presidentes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em substituição à Galeria dos Presidentes, antes situada no interior da sala. Nele destaco a presença dos últimos Senadores que presidiram esta Comissão nominadamente: Senadores Demóstenes Torres, Eunício Oliveira e Vital do Rêgo, hoje Ministro do Tribunal de Contas da União, que nos honra com a sua presença. Esses Parlamentares adornam o referido painel, bem como aquele instalado atrás da mesa da Presidência da Comissão, decorações inspiradas na obra de arte do Senado Federal, nos mesmos moldes do que foi realizado no plenário da Comissão de Assuntos Econômicos.

Em suma, Srªs e Srs. Senadores, iniciamos hoje uma nova etapa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Conclamo todos para que aproveitemos a oportunidade e trabalhemos com afinco para cumprir nossa missão constitucional e, com isso, corresponder às expectativas em nós depositadas pelo povo brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Esta Mesa tem a honra de convidar o ex-Senador Vital do Rêgo e o Senador Eunício Oliveira para tomarem assento nesta Mesa, e, se assim desejarem, fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Com a palavra o ex-Presidente desta Comissão, e atual Ministro do Tribunal de Contas da União, Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO – Sr. Presidente José Maranhão, a quem saúdo, saudação extensiva às colegas e aos colegas Senadores, se me permitirem chamá-los assim por força da emoção deste momento de reencontro.

Há exatos 90 dias o Senado Federal e o Congresso Nacional me honraram com a missão de representá-los na Suprema Corte de Contas do Brasil, no Tribunal de Contas da União. Essa representação dignifica a minha vida pública, mas também deixa para trás um lastro imemorial de fatos que são muito caros ao meu coração e aos meus sentimentos mais profundos.

Eu demorei 90 dias para voltar ao Senado, Senador José Agripino, meu Líder e amigo, demorei 90 dias para me reencontrar com colegas Senadores e colegas Senadoras, profissionais da Casa, assessores, membros deste Poder, porque eu sabia que este reencontro abriria espaços para novas saudades, para novos momentos de saudade, por força de uma convivência extraordinária que tive aqui com os senhores ao longo dos últimos quatro anos.

Eu queria agradecer penhoradamente, Sr. Presidente José Maranhão, meu conterrâneo e amigo, ao meu Líder, como homem público, partidário, Eunício Oliveira; à Senadora Lúcia Vânia, que, durante quatro anos aqui comigo na Comissão de Justiça, foi uma das mais competentes articuladoras desta Casa; ao ex-Governador, Senador Anastasia, de história memorável nas Minas Gerais e que orgulha o Brasil no Senado Federal. Dizer que este momento de inauguração de novas e modernas instalações da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania marca um novo momento da Casa nas reformas presididas pelo Presidente Renan Calheiros, mas também deixa em cada um de nós que tivemos a honra de ocupar esta Presidência, Senador José Maranhão, como V. Exª o faz nos dias de hoje, o sentimento do dever cumprido. Foram anos de impagável trabalho e inapagável forma de atuação que, certamente, trouxe para o Senado avanços importantes no processo legislativo.

O Senador Eunício Oliveira me antecedeu na Presidência desta Comissão. Eu vim depois dele sempre seguindo os seus passos. Mas, acima de tudo, trago – e levo comigo – essa memória que sempre será registrada para orgulho dos meus filhos, mas também a esperança de ver cada vez mais esta Comissão de Justiça forte, moderna, comandando o processo legislativo da Casa.

Quero agradecer a todos os funcionários na pessoa do Secretário Dirceu, na pessoa do Secretário Ednaldo. Agradecer ao meu antigo gabinete, aqui presente, agradecer a todos os companheiros que estão me dando a honra desse reencontro. Agradecer aos senhores jornalistas, pois tive o prazer de privar da amizade profissional, mas também afetiva. Enfim, quero dizer que, a partir de hoje, talvez outros momentos poderão surgir de encontros na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, defendendo bandeiras importantes para o Brasil.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Eunício Oliveira, ex-Presidente desta Comissão, que deseja expressar os seus sentimentos em relação aos *adelantos*, como diriam os espanhóis, à modernização que estamos inaugurando nesta hora, e que me cumpre aqui registrar, um trabalho sob a gestão do Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros.

Quero registrar também a presença de um ex-Presidente desta Comissão, a quem convido para também tomar assento à Mesa dos trabalhos, o Senador José Agripino. (*Palmas.*)

Com a palavra o Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Presidente José Maranhão, meu companheiro de Partido; meu querido amigo e companheiro que dividiu esta Bancada durante algum tempo conosco, ex-Senador e agora Ministro, meu amigo Vital do Rêgo; meu querido companheiro e amigo que também foi Presidente desta importante Comissão do Senado da República, Senador José Agripino; Srs. Senadores; Srªs Senadoras; todos que nos assistem neste momento; a imprensa que nos cobre aqui todas as quartas-feiras; em nome do Ednaldo, que também foi, aqui, o nosso companheiro, porque quando chegávamos aqui nesta Comissão, Dr. Arantes, ainda inexperientes, do ponto de vista regimental, eu tomava aula naquela salinha ali atrás, quando esta Comissão ainda não estava tão modernizada como hoje – ampla, com espaço inclusive do subsolo, que o Presidente Maranhão terá que utilizar com bastante eficiência, como é a sua história de ex-Governador da nossa querida Paraíba.

Quero dizer que aqui, nesta Comissão, meu caro Ednaldo, aprendi – com você, com essas meninas e com os nossos assessores – o Regimento. Quando cheguei aqui, a cada matéria, eu sentava com o Ednaldo e tomava uma aula de Regimento, para saber como dirigir os trabalhos desta importante Comissão.

Então, estar aqui hoje, meu querido Senador Anastasia, o senhor, que vem da governança das Minas Gerais, sabe o quanto é importante para o Brasil o trabalho da Comissão de Constituição e Justiça. Temos matérias extremamente relevantes, que foram votadas aqui nesta Comissão no período em que tive a honra de ser o presidente desta Comissão, como o Vital que, na sequência, foi também o presidente; antes, fora o Senador José Agripino.

Esta Comissão sabatina todos os ministros dos tribunais superiores; sabatina todos os conselheiros dos conselhos de controle, como CNJ, CNMP. Esta Comissão tem um papel fundamental agora, neste período em que vamos discutir aqui – porque acabou de chegar o relatório, que recebi hoje, ainda da lavra do meu querido companheiro Vital do Rêgo, que, quando presidente o avocou para si – o relatório do novo Código Penal brasileiro, que tive a honra de dividir com vários dos Senadores e Senadoras, como presidente daquela comissão especial, e agora precisa ser votado e definido nesta Comissão de Constituição e Justiça.

Portanto, Presidente José Maranhão, V. Exª recebe uma Comissão modernizada pela tecnologia, mas também firmada pelos seus posicionamentos durante tanto tempo e por tantos outros presidentes que por aqui passaram.

Quero dizer que estou muito feliz de ter, como se diz no Ceará, o meu retrato ali colocado na galeria dos ex-presidentes desta importante Comissão do Senado da República.

Portanto, Senador Maranhão, tenho convicção de que V. Exª fará um grande trabalho. Já na próxima semana, estaremos aqui sabatinando o ministro indicado para o Supremo Tribunal Federal, os novos conselheiros que vieram da Câmara dos Deputados para o CNJ e CNMP, os Conselheiros Fabiano e Leonardo, que foram ontem indicados pelas lideranças e por vários Senadores que assinaram suas reconduções, e serão novamente sabatinados nesta Comissão.

Desse modo, o trabalho da Comissão de Constituição e Justiça é extremamente importante, e por aqui, obviamente, passam todas as matérias importantes, principalmente no que se refere à mudança da Constituição, as chamadas PECs, pois somente este Poder tem condições e poderes legais para alterar a Constituição brasileira.

Portanto, meu querido Presidente José Maranhão, estou muito feliz nesta manhã, até orgulhoso, de poder, como disse, ter ali na galeria dos ex-presidentes a nossa foto, o nosso retrato, como diz o cearense.

Muito obrigado a todos, e sucesso nessa sua caminhada por ainda quase dois anos como Presidente da Comissão.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Esta Presidência registra as presenças honrosas do Sr. Antônio César Bochenek, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), assim como à da Srª Norma Cavalcanti, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp).

Em seguida, concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Presidente José Maranhão, companheiros ex-Presidentes Eunício Oliveira e Vital do Rêgo, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, vou dar uma palavra muito rápida.

Estou nesta Casa há quatro mandatos. Eu fui companheiro aqui de Afonso Arinos e de Darcy Ribeiro e não me sinto velho. (*Risos.*)

Eu ocupei aqui muitas funções no Senado. Fui Presidente da Comissão de Infraestrutura, da CCJ, fui Líder muitos anos. Tenho uma experiência larga nesta Casa. Na minha vida pública, fui Prefeito, Governador duas vezes e Senador. O cargo que mais me marcou foi o de prefeito da capital. O cargo que mais me marcou no Senado foi o de Presidente da CCJ. É curioso! Por uma razão muito simples. As comissões são todas importantes, todas elas, elas cuidam de assuntos de interesse do País e todas elas têm a sua importância devida. Mas, na Comissão de Constituição e Justiça, os fatos começam, se iniciam. Então, aqui são estabelecidas as referências.

Quando se discute o Código de Processo Penal, claro que essa matéria é afeita, no mérito, ao que se discute aqui, mas muitas matérias, por exemplo, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que foi gestada quando eu era Presidente da CCJ, é uma matéria de cunho eminentemente econômico. E as referências fundamentais da LRF foram geradas, ou gestadas, aqui. Daqui para frente foram para outras comissões e as referências, que pela circunstância de tudo começaram aqui, tiveram a marca da CCJ. A mesma coisa a reforma do Judiciário, quando se criou o CNJ e o CNMP, essa reforma que marcou muito o funcionamento da Justiça no Brasil e que foi produzida quando eu era Presidente, os fundamentos básicos partiram daqui.

Então, por essa razão, Presidente José Maranhão, é que, na minha passagem pelo Senado, a presença da CCJ é muito forte, porque as coisas importantes que acontecem no País começam por aqui. Ela é uma Comissão muito importante, que exige quórum elevado, os debates são acalorados... Aqui se discute, no primeiro momento, o grande interesse nacional e se exige muito dos presidentes.

Por essa razão é que essa galeria que está sendo inaugurada hoje traz uma multidão de pessoas para participar e faz com que o Senador Vital do Rêgo deixe o seu lugar no Tribunal de Contas da União e volte aqui à Casa para ser cumprimentado pelos seus amigos, para ser aplaudido pelos seus admiradores, aqui ao lado do Senador José Maranhão, ao lado de Eunício Oliveira e ao lado do seu sempre amigo Senador José Agripino.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu tenho a honra de convidar o Senador José Pimentel, que é o Vice-Presidente desta Comissão, para assumir o seu lugar aqui à mesa. (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, Senador José Maranhão, nossos Presidentes de ontem, e amanhã esperamos que o sejam novamente, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e José Agripino, nossos Senadores e Senadoras, eu acredito que esse painel que nós estamos apresentando à sociedade brasileira e ao Congresso Nacional dos nossos presidentes de ontem e evidentemente dos de amanhã

também é muito importante para resgatar a memória desta Casa, registrar a presença dos vários presidentes que tivemos e o papel de cada um na política brasileira.

Hoje, o nosso Vital do Rêgo "nos abandonou" – entre aspas – aqui na Comissão de Constituição e Justiça, mas está logo aqui ao lado, no Tribunal de Contas da União, acompanhando as questões nacionais dos nossos Municípios, dos seus convênios, dos governos estaduais, do Governo Federal, nos orientando sobre o endividamento de cada ente do Pacto Federativo, para que nós possamos deliberar com mais tranquilidade sobre as políticas de empréstimo, e, ao mesmo tempo, fazendo forte debate sobre a partilha dos recursos arrecadados pela União com o Pacto Federativo, com os Estados e Municípios.

E um dos temas que está na ordem do dia, na agenda, é exatamente a reforma do ICMS, que reputo como a reforma tributária mais importante que está presente hoje na Casa. E o papel do Tribunal de Contas da União e, em particular, do Vital do Rêgo, para nós, será muito importante. Por isso, eu quero dizer que estamos sempre de portas abertas para recebê-lo.

Quero saudar os nossos presidentes de ontem, saudar o José Maranhão e dizer que, no dia de amanhã, teremos mais personalidades neste painel, como forma de registrar a história da Comissão de Constituição e Justiça.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Esta Presidência faculta a palavra às Srªs e aos Srs. Senadores aqui presentes. (*Pausa.*)

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Eu gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, embora eu não seja membro desta Comissão, eu não poderia deixar de estar aqui hoje para abraçar e referendar o trabalho do Senador Vital do Rêgo, do Senador Eunício e do Senador Agripino. Embora eu não tenha participado da Comissão na gestão do Senador Agripino, eu tenho por S. Exª um carinho muito grande, pelo que ele significa nesta Casa, pela sua competência, pela sua forma didática de se expressar e por ajudar os seus companheiros.

Mas eu não poderia deixar de dizer, Senador Vital, que eu passei aqui na Comissão de Justiça um dos melhores momentos como Parlamentar, como Senadora, na sua gestão. Isso porque V. Exª sempre me brindou com a sua confiança, dando-me relatorias importantes e sendo comigo um grande parceiro.

O mesmo eu posso dizer do Senador Eunício, com quem eu pude conviver aqui na Comissão, onde pude também desempenhar um papel com que, sem dúvida alguma, pude externar no meu Estado a importância desta Comissão, através dos projetos. Como disse o Senador Agripino, é aqui que tudo começa, é aqui que nós temos a alma de um projeto, porque é aqui que se trata da juridicidade, da constitucionalidade do projeto, dando-se o pontapé inicial para o debate nas demais comissões.

Portanto, é um orgulho estar aqui, agora sob a gestão do Senador Maranhão e do Senador José Pimentel.

Eu quero dizer, Senador Maranhão, que confio na sua gestão, sei da sua aplicação como Parlamentar e, principalmente, como ex-Governador do seu Estado. Sei que, aqui nesta Comissão, V. Exª vai desempenhar um grande papel. E quero parabenizá-lo por introduzir aqui na Comissão, por ser o primeiro a usufruir dos instrumentos de inovação que esta Comissão passa a ter a partir de agora. E, ao cumprimentá-lo, quero também cumprimentar o Senador Renan Calheiros, que tem dado demonstração de que a inovação, a tecnologia é um ponto de partida para este Senado tornar-se uma referência nacional na comunicação, na transparência e, principalmente, na agilidade.

Portanto, deixo aqui meu abraço a todos os homenageados, e quero dizer que estou aqui muito feliz, porque estou homenageando grandes amigos e principalmente grandes homens públicos.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Continua facultada a palavra. (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, Senador José Maranhão; Srs. Presidentes, Senador Eunício Oliveira, Senador José Agripino, nosso estimado e querido Ministro Vital do Rêgo, é com muita alegria que nós estamos dando este passo importante aqui na Comissão de Constituição e Justiça, digitalizando, informatizando nossos procedimentos.

O Senador José Maranhão sucede o Senador Vital do Rêgo, que foi um extraordinário Presidente, assim como o foi o Senador Eunício Oliveira.

Não tive o prazer e o privilégio de ser presidido, nesta Comissão, pelo Senador José Agripino, com a certeza de que o dinamismo, a forma republicana e democrática de conduzir os debates, estabelecendo e entendendo ou compreendendo o contraditório como matéria-prima essencial para a condução das discussões que nós estabelecemos aqui, na Comissão de Constituição e Justiça, à medida que cada um de nós traz para cá uma visão, uma convicção, uma experiência própria, política, em cada uma das nossas regiões brasileiras.

Mas quero dizer a V. Exª, Senador Vital do Rêgo, cumprimentando o Presidente do Senado, S. Exª o Senador Renan Calheiros, que V. Exª naturalmente deixou, no tempo recente, saudades. O Senador Eunício deixou também, num tempo mais atrás, saudades. E quero dizer a V. Exª que a Paraíba continua presidindo esta Comissão com muita competência. Ministro Vital do Rêgo, o Senador José Maranhão, já no início da sua trajetória como nosso Presidente, não tem marcado gols, tem marcado goleadas, porque tem sido um Presidente democrático, um Presidente absolutamente equilibrado e presente ao nos conduzir aqui, na Comissão de Constituição e Justiça, de modo a darmos um passo importante.

Faço desta modestas porém sinceras palavras a minha homenagem a V. Exªs que presidiram a Comissão de Constituição e Justiça, mas, de modo especial, ao nosso atual Presidente, Senador José Maranhão, ex-Governador da Paraíba, que nos tem conduzido aqui de maneira absolutamente correta e equilibrada e que dará à CCJ – ou já está dando – o dinamismo que foi dado pelo Senador José Agripino, pelo Senador Eunício Oliveira e por V. Exª, Ministro Vital do Rêgo.

Muito obrigado.

Cumprimentos, Senador Maranhão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Esta Presidência tem a honra de registrar a presença do Senador Lobão, que também é um ex-Presidente desta Comissão. Aliás, tive a honra de, em outra Legislatura, ser o seu Vice-Presidente, e sempre solidário com a forma competente, sobretudo democrática, com que dirigiu esta Comissão.

Com a palavra, o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Cumprimento o Sr. Presidente, Senador José Maranhão; o Presidente do Senado Renan Calheiros – bem-vindo à Comissão –; nossos ex-Presidentes Eunício e Senador Agripino; nosso grande amigo e também paraibano Ministro Vital do Rêgo, de quem temos muito orgulho de ter passado por aqui, de ter sido colega nosso, médico como eu, bacharel em Direito. Só não fiz o estágio de ser vereador nem Deputado Estadual que V. Exª fez. É bom vê-lo, Vital! Seja bem-vindo sempre a esta Casa, a este ambiente, para nos orientar, para nos corrigir. Com certeza, você é um sujeito iluminado.

Sr. Presidente, este é um momento especial na história do nosso Senado, especialmente na história desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Peço vênia a V. Exª.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Registro a presença honrosa do Senador Renan Calheiros, que, aliás, é o dono dessa festa, pela sua ação, que não foi uma exceção aqui à Comissão de Constituição e Justiça, mas esse mesmo benefício, essa mesma modernização, o Senador Renan Calheiros levou a todas as comissões técnicas desta Casa, o que coloca o Senado da República numa vanguarda de modernização. Era só esse registro que eu queria fazer, como uma palavra de justiça a quem realmente merece o reconhecimento de todo o Senado Federal, de todo o Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/PMDB – AL. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Quero compartilhar e concordar com todas as palavras ditas por V. Exª. De fato, o Senado tem avançado muito em modernidade, em transparência, e estamos sendo testemunhas deste momento. Mas que essa mesma modernidade, que essa transparência – e sei que isso é extremamente desafiador – continue daqui para frente.

Espero que, muito em breve, a gente possa alcançar a modernidade da distribuição das relatorias por forma de sorteio, como já acontece no Judiciário, como já acontece nos tribunais. Entendo que assim é muito mais justo e muito mais democrático e, com certeza, aqueles que concordam e os que discordam – e este é o ambiente para isso – possam realmente aqui ser apreciados ou convalidados através das opiniões e, especialmente, dos votos.

Então, mais uma vez, Sr. Presidente, parabenizo-o por este momento tão especial, tão diferente. E volto a dizer: parabéns, Presidente Renan! Isso é investimento. Não vamos usar tantos papéis, vamos economizar nisso. E que venham outras modernidades! Vamos fazer aqui um Senado cada vez mais transparente, porque é isso que o povo brasileiro quer. O povo brasileiro está dizendo nas ruas: "Chega! Não suportamos pagar tantos impostos e receber tão pouco em troca, de volta, por parte do Estado brasileiro!" Então, o Senado tem que dar esse exemplo, está dando o exemplo, e este é o momento em que isso se confirma.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Sr. Presidente, em breves palavras, não posso me furtar o dever de, neste momento, cumprimentar esta Mesa de Presidentes.

A presença de V. Exªs neste momento é para ser, de fato, reconhecida, e nós queremos registrar aqui a nossa alegria.

Cumprimento o Presidente Renan pelo seu compromisso de evoluir tecnologicamente, inclusive, com os trabalhos daqui das comissões do Senado. Nós estamos mais conectados com a sociedade, digitalmente, e nós podemos fazer dessas reuniões, a partir de agora, a nossa ágora grega, a nossa praça virtual. A audiência pública, a partir de agora, poderá ter muito mais participação, ser muito mais democrática, de tal modo que quero cumprimentar todos os ex-Presidentes, o Ministro Vital, e cumprimentar V. Exª, paraibano, nordestino, que, como o Presidente Renan e tantos outros aqui, como o meu conterrâneo Lobão, o Pimentel. Aliás, acho que só há nordestino aqui na Mesa. Por coincidência, só há nordestino. É a prova da pujança, da força, da sabedoria da nossa região, não é, Pimentel? Só há nordestino aqui na Mesa Diretora, Mesa de Presidentes, Mesa de notáveis. Há mais Presidentes nesta reunião do que membros, me parece, aqui agora. De tal modo que fica aqui o meu reconhecimento e meus parabéns.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não havendo mais oradores, nós passamos a palavra ao Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado, para o seu pronunciamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/PMDB – AL) – Meu caro Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, José Maranhão; Srs. Senadores; Srªs Senadoras; convidados; Srs. Líderes partidários; meu Ministro Vital do Rêgo, é uma honra muito grande tê-lo aqui no Senado Federal, sobretudo nesta Comissão, que, com tanta proficiência a presidiu; meu caro Senador e Ministro Lobão, é com muita satisfação que hoje compareço a esta reunião da CCJ já com a nova estrutura montada, fruto de nosso programa, de todos nós, dos Senadores, da Mesa Diretora, de modernização das comissões.

A CCJ, como todos sabem, agora conta com as mesmas tecnologias colocadas à disposição da CAE – cadê o Presidente Delcídio do Amaral? A CCJ agora conta com a mesma estrutura montada, colocada à disposição da CAE, fruto do nosso programa de modernização.

A CAE conta com essa estrutura desde o final do ano passado. Em particular, o novo painel eletrônico em alta definição para a exibição da presença de Senadores, para a realização de votações eletrônicas e para a exibição também – isto é muito importante – das audiências públicas. Cada Senador tem à sua disposição um computador de última geração, com tela sensível ao toque, em que poderá consultar a pauta eletrônica da comissão dispensando a impressão de avulsos. Nessa mesma máquina, Senador Valdir Raupp, será possível realizar votações abertas e examinar as matérias da pauta, bem como acompanhar notícias e mensagens eletrônicas. As votações secretas de autoridades, por sua vez, serão realizadas por meio de urna eletrônica, especialmente desenvolvida para esse fim, em parceira com a Câmara dos Deputados, que, gentilmente – mais uma vez quero agradecer –, cedeu a tecnologia e colaborou com as adaptações necessárias aqui, na nossa Casa do Congresso Nacional.

Também foram instaladas, nas entradas das Alas Alexandre Costa e Nilo Coelho, telões informando tudo o que está ocorrendo em cada comissão, inclusive, quando for o caso, o item da pauta que está sendo deliberado.

Além disso, substituímos os estofados das poltronas, foram desenvolvidos painéis decorativos, inspirados nas obras de arte do Senado Federal, a fim de compor um ambiente das comissões, bem como foram produzidos novos painéis de ex-presidentes das comissões com a mesma temática, inspirados nas obras de Athos Bulcão.

Fizemos ainda uma reforma, Senador Eunício, Senador José Agripino, no subsolo do plenário da comissão, de forma a permitir a instalação da Secretaria da CCJ, haja vista que a carência de espaços físicos impedia que o Presidente da Comissão tivesse uma mesa para despachar, o que obrigava que os autos da matéria fossem guardados até em lugares inapropriados. Até mesmo aqui, no armário do banheiro da CCJ, eram guardados esses documentos e esses materiais.

Todas essas melhorias, que incluem a aquisição de painéis para o plenário e para todas as comissões, bem como o fornecimento dos postos de votação, leitores de impressão digital e mais 360 computadores para uso exclusivo dos Senadores no plenário e nas comissões, foram feitas a um custo total inferior a R$4 milhões, inteiramente – e esta informação também é importante – custeados com recursos obtidos através da venda da folha de pagamentos ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal. Nós cortamos despesas durante o biênio passado. Estamos dando continuidade ao efetivo e sistemático corte de despesas.

A transparência tem avançado cada vez mais. Eu me comprometi com o Senador Capiberibe de instalar uma comissão permanente de transparência no Senado Federal, porque a experiência que nós vivemos aqui, no Senado Federal, com relação a cortes de despesas, à eficiência, à redução de papéis e à transparência – e à transparência, que de legado ficará desta Mesa Diretora –, é a melhor experiência em órgão público que está acontecendo no Brasil. Na última pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, em que avaliaram a transparência e o

grau de celeridade nas informações, que fez uma avaliação por Poder, na avaliação do Poder Legislativo, que ficou em terceiro lugar, eles destacaram a avaliação única do Senado como a instituição 100% transparente.

É evidente que esse resultado levou em consideração também a transparência da Câmara, das Assembleias Legislativas e até das Câmaras Municipais, mas, no relatório da Fundação Getúlio Vargas, o Senado é uma instituição 100% transparente, naquela pesquisa até então realizada, a mais ampla pesquisa nessa direção.

Isso, sem dúvida, é a prova do nosso compromisso de fazer mais com menos. Nós triplicamos o investimento do Senado Federal, modernizamos seu funcionamento, sem, com isso, gastarmos os recursos da União. Havia uma cultura nesta Casa de que todos os recursos que estavam postos no Orçamento deveriam, até o final do ano, ser gastos: "Tem de gastar. Está no Orçamento. Se não gastarmos, vamos perder." Essa cultura mudou fundamentalmente. Nós devolvemos recursos nos dois últimos anos e vamos devolver neste ano também, e eles foram reutilizados nos diversos programas sociais. Inclusive, esses recursos foram objeto da edição de uma medida provisória pelo Governo Federal.

Quero cumprimentar o Vital do Rêgo e, mais uma vez, abraçá-lo.

Quero cumprimentar o nosso Presidente, Senador José Maranhão.

Quero cumprimentar todos e dizer que, hoje, estamos vivendo não apenas a modernização da CCJ mas também um momento muito feliz, muito feliz!

Quero aproveitar a oportunidade em que estou aqui para anunciar que, já amanhã, vamos promulgar a PEC da Bengala, que surgiu aqui, no Senado Federal, e que foi discutida profundamente, sobretudo, nesta Comissão.

No momento em que precisamos fazer o ajuste das contas públicas no Brasil, talvez essa proposta de emenda à Constituição seja o maior ajuste. Só no Supremo Tribunal Federal, há o caso de três Ministros aposentados e de um Ministro no exercício do cargo. Inicialmente, nós votamos essa proposta de emenda à Constituição para os tribunais superiores, mas essa regra vai prevalecer em toda a Administração, porque é uma imposição dos tempos em que vivemos.

Nunca entendi, sinceramente, por que a Presidente Dilma e o Vice-Presidente Michel Temer, coordenador político do Governo, nunca aceitaram a PEC da Bengala. Não aceitar a PEC da Bengala significa dizer que se está na contramão do ajuste que o Brasil continua a exigir de todos nós, não esse ajuste trabalhista nem previdenciário, mas um ajusto digno do nome, cortando na carne, diminuindo o tamanho do Estado, extinguindo Ministérios e cargos em comissão, mas dando, sobretudo, o exemplo de que esse corte é para valer. Ele não vai punir apenas os mais pobres e os mais vulneráveis.

Quero parabenizar todos, aproveitando a oportunidade em que entregamos essa nossa nova estrutura.

Quero cumprimentar este amigo querido Vital do Rêgo, que, a exemplo do que fez nesta Comissão e no plenário do Senado, faz um grande trabalho no Tribunal de Contas da União.

Parabéns, Vital, também por mais cinco anos! Parabéns! Parabéns por mais cinco anos!

Quero...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, o Ministro Vital do Rêgo teve alguma coisa a ver com essa articulação? É isso que V. Exª quer dizer?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/PMDB – AL) – A circunstância acabou colocando o Ministro Vital do Rêgo nos dois lados. Ele trabalhou na proposta. Evidentemente, ele não sabia disso, foi o destino. E, como integrante do Tribunal de Contas da União, Vital acabou sendo beneficiário desse avanço justíssimo.

Nós, aqui, no Senado, votamos essa PEC da Bengala em 2007. Eu mesmo saí da Presidência na oportunidade para colocar lá o meu voto, porque acho que esse é um avanço significativo.

Portanto, convido todos para que, amanhã, às 11 horas, compareçam à sessão do Congresso Nacional em que vamos promulgar a PEC da Bengala.

Nas dificuldades – e acho que isto é muito importante, Maranhão –, o poder político demonstra que não quer politizar os tribunais superiores. Ao contrário. Nós estamos, por força das circunstâncias, garantindo para quem quiser mais cinco anos, para que, lá, eles possam exercer os seus papéis.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Convido as autoridades presentes, o Plenário desta Comissão e as demais pessoas para assistirem, no corredor, ao descerramento da nova galeria de ex-Presidentes da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

Vamos ao descerramento da placa.

(Procede-se à inauguração da galeria de ex-Presidentes da CCJ)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Solicito silêncio dos presentes para prosseguirmos com a segunda parte desta reunião.

Dando início à segunda parte, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que, aliás, deveria ter sido aprovada no início da reunião. Como não havia quórum, nós deixamos para fazer agora.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Passemos à deliberação dos itens 1 a 16.

Pela ordem, Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, como sou Relator do item 15, que trata da indicação do Dr. Gustavo Rocha para o CNMP, farei apenas a leitura do relatório, porque a sabatina se dará na próxima semana. Então, peço a inversão desse item. E também, se houver aquiescência do Plenário, eu gostaria de relatar o item 8 e um extrapauta, do Senador Flexa Ribeiro, que trata da questão dos Municípios. Então, eu faria rapidamente esses três relatórios.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – O item 1 da pauta é uma matéria de fácil apreciação, de fácil aprovação – eu entendo a urgência do Senador Valdir Raupp –, mas eu pediria que fosse mantido o item 1 da pauta. O que consta é um projeto de lei meritório, da Senadora Ana Amélia, e encontro-me em condições de apresentar o relatório. É uma matéria que, na minha opinião, é pacífica e merecerá aprovação rápida por parte desta Comissão.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem, com a palavra, o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, quanto ao pedido do nobre Senador Valdir Raupp, nós temos acordo sobre a inversão de pauta para que o item 15 seja o primeiro; o item 8, o segundo; e o item 2, de nossa autoria, passa a ser, na sequência, o terceiro.

Quanto ao item extrapauta, eu estou propondo que seja incluído na pauta da próxima reunião, para que possamos analisar o parecer, o seu conteúdo, porque eu não o analisei, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, como ele pediu o item 1, que já está pronto, sem problema algum. Então, o item 1, depois os itens 15 e 8.

Obrigado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Respeitando-se os relatores presentes, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos ao item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, DE 2012
– Terminativo –

Altera o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para limitar em 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato tanto os acréscimos quanto as supressões em todas obras, serviços ou compras.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senador José Agripino

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

– A matéria já foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura;

– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino, para proferir o relatório.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na verdade, o objetivo da Senadora Ana Amélia, que é inteiramente meritório, é modificar a redação do §1º do art. 65 da Lei 8.666, que é a Lei de Licitações.

Esse parágrafo diz exatamente o seguinte, *ipsis litteris*:

Art. 65. .....

.....

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato [e a atual redação abre exceção], e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

É exatamente aí que a Senadora Ana Amélia se detém.

Esse projeto não conflita com disposições constitucionais, nem com o Regimento Interno do Senado. De modo que ele atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, podendo ser objeto de deliberação.

No tocante ao mérito, nós louvamos a iniciativa da ilustre Senadora Ana Amélia. É correta a afirmação que faz de que o permissivo existente na atual redação do §1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, tem sido irresponsavelmente utilizado.

Por que eu digo isso? Porque, na hora em que a Lei nº 8.666 admite, na reforma de prédios ou equipamentos, um reajuste de até 50%, ao longo do tempo, de 1993 para cá, muitas permissividades ocorreram. E a exceção virou regra. Então, a Senadora Ana Amélia está querendo... E há uma coisa: na hora em que se assina o contrato em que está automaticamente autorizado o reajuste de 50% para reforma de um prédio ou compra de equipamento, o planejamento deixa de existir, porque há uma flexibilidade equivalente a 50% do valor que vai ser contratado. Então, o planejamento fica fraturado, e a proposta de preços fica excessivamente flexibilizada.

Por essa razão, a Senadora Ana Amélia propõe, e o meu relatório é favorável a isso, que se fixe tudo. Na Lei nº 8.666, os reajustes permitidos serão de 25% para todas as contratações de quaisquer espécies, por uma razão muito simples: isso traz de volta a obrigação do planejamento e traz de volta a obrigação de propor preços que realmente possam ser cumpridos. Por essa razão é que nosso relatório é favorável.

O segundo ponto é que a matéria, ou a modificação proposta, se aprovada, entra em vigor na data de sua publicação. Aprovada, sancionada e publicada, a matéria entra em vigor na data subsequente a sua aprovação.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Continua em discussão o relatório apresentado pelo Senador José Agripino.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB. *Fora do microfone*.) – Com a palavra, o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, quero aqui parabenizar a Senadora Ana Amélia e o Relator, Senador Agripino, pelo projeto e pela relatoria.

O Senador Agripino tem toda razão quando diz que isso fortalece o planejamento; obriga, mais do que nunca, a que os gestores, realmente, tenham um planejamento forte. E acaba, ou pelo menos limita o jeitinho de alguns em insistir ou persistir com inconsequências ou irresponsabilidades ao pensar ou imaginar que aquela obra, aquela licitação seria aditivada eternamente com valores bem acima daquele previsto inicialmente.

Talvez essa tenha sido uma das razões por que vemos tantas obras inacabadas neste País, como se o dinheiro público não tivesse valor, como se não tivesse dono.

Parabenizo, mais uma vez, a Senadora Ana Amélia pela propositura e o Senador Agripino pela relatoria, simples e objetiva. Com certeza, irá fazer um benefício enorme ao Erário, ao nosso povo, à nossa gente, ao povo brasileiro.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Anastasia, para discutir o parecer.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eu não podia deixar de fazer aqui, ainda que brevemente, um registro de um assunto tão importante e delicado quanto este. Nós sabemos todos que o instituto da licitação é um dos temas mais quentes, digamos assim, da administração pública nos dias de hoje, e a sua consequência é a contratação administrativa.

A Lei Federal nº 8.666, de 1993, lamentavelmente, hoje é uma colcha de retalhos. Aliás, quando ela foi editada, àquela época, pelo Congresso, num ambiente bastante conturbado, já foi objeto de críticas ácidas por parte da doutrina do Direito Administrativo quanto a algumas confusões que adotou, especialmente em relação ao Decreto-Lei nº 2.300, que era anterior. Mas, de todo modo, houve evolução, inclusive jurisprudencial, e, ao longo dos anos, a lei se tornou uma referência.

A iniciativa da Senadora Ana Amélia merece, igualmente, nosso louvor e nosso cumprimento. Eu gostaria tão somente de fazer o registro, Senadora, de que – não defendendo os autores, porque sou muito crítico da Lei nº 8.666 –, na realidade, a reforma antevia, na sua realização – e não sou engenheiro, mas, sim, advogado – alguns entraves que o próprio projeto poderia não perceber, daí o valor de 50%. Mas tem razão V. Exª na iniciativa e mais razão o Relator, Senador Agripino, em seu relatório, quando demonstra que, na prática, esses 50% se incorporaram no planejamento, e nós, ainda, lamentavelmente, não cultivamos, ao longo dos anos, da consolidação doutrinária dessa lei, o hábito do projeto executivo detalhado.

O RDC, recentemente criado, foi um fiasco, então, sabemos que é uma modificação importante, que merece ser aprovada, tem todo o nosso apoio, mas que, ao mesmo tempo, lança as luzes sobre a necessidade emergente de uma revisão mais ampla dessa legislação.

Não posso entender, jamais, que a mesma lei que reja a contratação de uma usina atômica e a contratação de fornecimento de lápis para uma escola pública municipal.

Feito esse registro, quero cumprimentar, pela iniciativa, a Senadora Ana Amélia, e, pelo relatório, o Senador Agripino.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em votação.

Essa votação, pelo Regimento, é nominal.

Nós já estamos com o processo eletrônico em funcionamento. De forma que vamos inaugurá-lo como a votação desse projeto.

O sistema já está aberto para votação. Portanto, V. Exªs já podem manifestar seus votos.

Apenas uma orientação para a votação. No campo da chave "pública", informar os três primeiros dígitos do código usado em plenário – aquele mesmo código do plenário. No campo "senha", informar os sete dígitos do código utilizado em plenário. Selecionar o voto tocando na tecla ou clicando com o *mouse*. Tocar ou clicar em "confirmar". (*Pausa.*)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Sr. Presidente, apenas para registrar, tanto que eu já havia comentado com o nosso querido Bandeira e também com o Gonzaga, porque nós também implantamos esse sistema nesta semana na Comissão de Assuntos Econômicos, e a minha leitura, Sr. Presidente, é que a tecnologia digital veio para facilitar a vida da gente e não para complicar. Eu até entendo que, nesse início, até nós nos acostumarmos, ficaremos uma certa angústia. Por isso quero fazer uma sugestão em relação às presenças, inclusive já falei com o Bandeira e com o Gonzaga, porque para marcar a presença temos que navegar por três telas. Eu acho que a gente precisa ter algo mais simples. Eu não tenho dúvida nenhuma que o corpo técnico do Senado, que cuida desse assunto, é extremamente competente para simplificar isso.

Era o registro que eu gostaria de fazer, Presidente, como alguém que já sofreu, Bandeira, na terça-feira, com a implantação desse novo sistema.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu quero, aqui, transmitir uma informação da assessoria técnica, não de técnica legislativa, mas de técnica em computação. Os técnicos nos informam que vai prevalecer apenas um registro da presença. Eu queria lembrar aqui um quase provérbio lá do interior do meu Estado, a Paraíba: o serviço ensina. É a primeira vez que nós estamos utilizando esse processo aqui na Comissão de Constituição e Justiça. Eu tenho a impressão que as próximas votações serão mais expeditas, mais rápidas.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem, o Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar o Prodasen, os técnicos, pelo sistema. Está aprovado. Do meu ponto de vista, está aprovado. A Amazônia, a Floresta Amazônica agradece, porque o gasto de papel que nós tínhamos aqui era enorme. Nós estamos reduzindo o desmatamento com esse sistema novo.

Sr. Presidente, o Presidente Renan Calheiros, ainda há pouco, manifestou o apoio à criação de uma comissão permanente de transparência e consulta social.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sim. E citou o nome de V. Exª como autor da ideia.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Eu sou o autor, está aqui na CCJ, mas eu queria dizer-lhes que o que nós estamos presenciando, com a inauguração desse sistema, é que, daqui para a frente, nós estamos divididos em dois mundos: o mundo real e o mundo virtual. E essa comissão vai tratar exatamente da prevenção e da exposição de tudo aquilo que o Estado fez e faz em relação à cidadania.

Então, o Senador Renan Calheiros manifestou essa posição, fico muito satisfeito, muito feliz, mas eu queria fazer um apelo a V. Exª. Eu gostaria que V. Exª considerasse a possibilidade de colocar na pauta da semana que vem a PEC 24, de 2012, que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública. Nós temos um problema dramático na sociedade brasileira, que é a violência urbana. E essa é uma tentativa de contribuir para a redução da violência, apoiando a área de segurança e possibilitando a criação de uma política nacional de segurança. É isso, Sr. Presidente.

Peço que o Relator, Senador Aécio Neves... Está pronto o relatório. E eu gostaria de pedir que colocasse na tela desse computador que semana que vem colocaremos em votação.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O pedido de V. Exª será atendido.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu creio que toda a classe política concorda com o pensamento de que os Estados-membros da Federação são inteiramente impotentes para enfrentar os desdobramentos da insegurança, da violência, que resulta, inclusive, de fatores sociais novos que entraram na vida nacional como elemento de agravamento da situação de insegurança no País. Eu não creio que nós tenhamos solução, sobretudo no terreno da prevenção aos crimes que ocorrem neste País, em todo território deste País, se os Estados continuarem isolados, sem receber os necessários recursos do Governo Federal.

Fala-se muito em Pacto Federativo. Desde que aqui ingressei, no meu primeiro mandato, que se fala, nas assembleias legislativas, nas câmaras municipais, no Congresso Nacional, sobre a injustiça desse Pacto Federativo que está aí. Os cidadãos moram nos Estados, moram no Município. Ninguém mora na Federação. A Federação é um ente ficto do Direito, porque, na realidade, o cidadão vive, produz e paga seus tributos no Município, que é a unidade da Federação mais castigada por um processo injusto de distribuição das rendas nacionais.

De maneira que V. Exª tem toda razão, quando louva essa iniciativa do Governo Federal, em assumir a sua parte na questão da segurança pública.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu lamento profundamente, Presidente José Maranhão, que a abordagem desse tema por V. Exª, que é a questão federativa, tenha sido perturbada por uma falta de atenção e silêncio para ouvi-lo. Esta é uma matéria gravíssima: a crise federativa.

Eu queria agradecer aos colegas Senadores e Senadoras, porque está-se inaugurando o painel eletrônico de votação, para minha felicidade, em um projeto de minha autoria que, singelo que é, pela simplicidade e pela competência brilhante do Senador Relator José Agripino, conseguiu o apoio dos Srs. Parlamentares. Eu estou muito feliz. Agradeço a todos pelos votos.

Quero dizer a V. Exª que essa questão federativa tem de ser aprofundada. E, neste tema da segurança pública, mais grave ainda: as nossas UTIs estão superlotadas de jovens de 18 a 30 anos, vítimas de acidentes de trânsito. E é vítima também a família, porque hoje tivemos uma reunião com o Ministro Arthur Chioro, mostrando que mães estão com depressão pela perda dos filhos precocemente. Então, a questão da segurança passa por todos os lados.

Quero cumprimentá-lo pela manifestação, agradecendo novamente os votos recebidos neste projeto.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Obrigado a V. Exª por esse registro, mas tenho impressão de que esse fato está na consciência de todos os brasileiros. Mesmo aqueles que não penetraram na análise das causas, a carência de recursos para segurança pública, mesmo esses instintivamente têm o sentimento de que o aparelho estatal está ausente nas questões fundamentais da Polícia, na sua parte repressiva, não há dúvida, mas há outras questões e outros desdobramentos que precisam ser analisados devidamente.

É bem verdade que isso é um fenômeno novo na sociedade. Por exemplo, a força das organizações marginais, que traficam drogas, que usam menores e pessoas carentes e terminam gerando para o aparelho estatal despreparado mais um fator de agravamento da segurança pública em todo o Território nacional.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Dá para proclamar o resultado, Sr. Presidente?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pediria aos presentes que esperassem um pouco, porque o Senador Jucá está votando.

Em seguida, concederei a palavra ao Senador Caiado.

Concedo a palavra ao Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, é apenas um ofício que encaminhei à Mesa e a V. Exª no sentido de solicitar minha designação para o Projeto de Lei nº 406, de 2014, da Senadora Ana Amélia, que está em tramitação aqui na Comissão de Constituição e Justiça e que trata exatamente da discussão sobre urnas eletrônicas.

Fiz esse encaminhamento à Comissão e aguardo o parecer de V. Exª.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O pedido de V. Exª será atendido.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Humberto Costa, estamos aguardando a sua manifestação, o seu voto.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Agora, é digital.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A votação, Senador, é nominal.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Fosse num dia de eleição no interior da Paraíba, três fiscais, pelo menos, iriam impugnar esse voto, porque V. Exª quebrou o sigilo do voto.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Peço permissão para usar da palavra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, hoje, estamos fazendo um avanço importante na questão dos aditivos. Agora, precisamos discutir também outro projeto importante que tramita nesta Casa, que trata das medições.

Quando o fiscal da obra e o empreiteiro resolvem, Sr. Presidente, fazer uma obra sem qualidade, nós ficamos numa situação difícil para fiscalizar e punir. Imagine V. Exª, por exemplo, que se trate de um prédio público, e a tinta prevista para a pintura do projeto seja tinta acrílica; se o fiscal da obra e o empreiteiro resolverem, por economia, usar, para cada lata de tinta acrílica, dez de PVA, e pintarem a fachada. Como vamos descobrir isso? Três ou quatro anos depois, quando a fachada estiver manchada pela ação do sol e da chuva.

Há uma modificação na Lei nº 8.666, em discussão nesta Casa, que é muito importante e que vem ao encontro dessa preocupação da Senadora do Rio Grande do Sul, que é nós exigirmos, na hora em que o serviço for medido – e ali o sujeito olha apenas a quantidade e se a aparência está boa, se não há manchas iniciais –, a cobrança da nota fiscal de compra do material. Faz-se a medição do serviço e se verifica se a nota fiscal das tintas acrílicas está correta, e guarda aquele documento, porque conluio de fiscal de obra com empreiteira é a coisa mais comum no nosso País, trazendo prejuízos enormes ao Erário.

Sr. Presidente, agora que nós votamos via digital, seria importante que a gente trouxesse outra inovação: que aquele Senador que está viajando em missão oficial pudesse acessar o seu computador e votar de maneira remota. Seria um grande avanço para obtermos quórum e mantermos nossas votações em dia.

Eram estas as minhas sugestões, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A Presidência registra as judiciosas observações que foram feitas pelo Senador Crivella...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Só para aqueles que estão a serviço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ...especialmente a primeira parte, porque é preciso que quem não souber fique sabendo que o Senador Crivella é engenheiro e tem obras consagradas no Brasil inteiro.

No meu Estado mesmo...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Até em Canaã.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ...a Igreja Universal, que está localizada na Avenida Epitácio Pessoa – não estou fazendo comercial da Igreja Universal – é um prédio...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Faça, sim, Sr. Presidente. Nós estamos precisando.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ...muito bonito e mostra o talento, o valor e o conhecimento do Senador Crivella.

Com relação à questão... Só uma opinião, que... Aliás, estou fugindo à norma de que a Presidência deve ser silente em relação ao conteúdo das observações e das votações. Mas eu gostaria de dizer que votação via internet fica complicado, porque não se sabe quem, do outro lado, está votando pelo Senador. É só esta observação.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Presidente. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra V. Exª.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Chegaremos, com certeza, ao desejo do Senador Crivella. Passamos quase 200 anos para o Senado chegar a este momento. Espero não ser preciso esperar 200 anos para chegar a este momento desejado pelo Senador Crivella.

Mas, Sr. Presidente, eu queria, antes de o senhor proclamar o resultado, fazer um pedido. Já o fiz por ofício e agora o faço pessoalmente, verbalmente. É sobre a relatoria, Sr. Presidente, do PLS 200. É um projeto de extrema importância para a área da saúde. Ele trata das pesquisas clínicas, irá regulamentar esse setor, irá ajudar a colocar o nosso País na modernidade das pesquisas clínicas. Eu, como médico, como especialista em dor, sei da importância desse projeto, que foi uma feliz ideia de três colegas Senadores, a Senadora Ana Amélia, o Senador Moka e o Senador Walter Pinheiro.

Então, mais uma vez, faço aqui este pedido a V. Exª para que nos dê o privilégio de relatar um projeto tão importante para a saúde do nosso País e, com certeza, para a ciência do nosso País e que irá ajudar muitos brasileiros, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Raupp.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Presidente.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Para fazer o relatório?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Quem está pedindo a palavra?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Faz algum tempinho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Eu queria me inscrever, Presidente, para falar sobre essa matéria que ainda está sendo votada.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª já está com a palavra.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Obrigado, amigo.

Sr. Presidente, eu vejo, por parte da autora do projeto, a Senadora Ana Amélia, por quem tenho todo o respeito, e pelo relatório do Senador Agripino Maia...

Eu tive oportunidade, na minha vida, de cuidar especificamente de obras. Sei muito bem que, quando a Lei nº 8.666 foi criada – e, quando se fala em reforma, o aditamento é de 50% –, a lei foi sábia, porque ninguém apresenta um projeto para um processo licitatório que não seja um projeto básico, no máximo um projeto básico avançado. A lei não exige um projeto executivo de obra e muito menos de restauração ou de reforma. A restauração e a reforma... Quando se abre uma restauração, quando se começa uma obra ou uma reforma, ninguém é capaz de dizer como vai estar o sistema elétrico, como vai estar o sistema hidráulico, como estão as fundações, qual é o comprometimento da estrutura, porque isso não foi feito anteriormente para a licitação.

Estou votando "não" por entender que não é dessa forma que vamos coibir superfaturamento ou...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Se V. Exª me permitir...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Eu permito.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Só para economia processual, quero dizer que já colhemos eletronicamente o voto de todos aqui.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Então, estou justificando meu voto.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª poderia fazê-lo como declaração de voto.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – O.k.!

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Está certo?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – O.k., Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A Presidência vai encerrar a votação, porque todos já votaram. (*Pausa.*)

A modernidade cobra tributos.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – O Senador Crivella voltou lá de Canaã. Como a terra emana leite e mel, ele botou leite na votação.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O resultado demorou, mas chegou.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Foram 21 votos SIM, 1 voto NÃO e zero abstenção.

O projeto foi aprovado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O projeto será encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo para que pudéssemos votar o item 6, que é uma consulta. Na verdade, não é um projeto de lei, nem uma emenda constitucional. É uma consulta feita pelo Senador Armando Monteiro.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Só uma informação: é pertinente o requerimento de V. Exª, mas este item 6 foi invertido com o 15. O que está em votação agora é o 15.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Item 15, depois o 8, depois o 2, Sr. Presidente.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – E o 5, que V. Exª relata, meu caro Maranhão? Vamos votar hoje?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Eu queria pedir só que pudesse entrar, então, na lista de prioridades, porque é uma consulta. (*Palmas.*)

O Ministro Armando Monteiro depende dessa consulta, dessa resposta para exercer funções no Ministério. Portanto, seria importante que a CCJ pudesse se manifestar. Já, pela terceira reunião, não se consegue votar essa matéria. Já foi dado vista coletiva. Portanto, a hora em que V. Exª puder pautar, eu solicitaria prioridade, porque é uma matéria extremamente rápida.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Vamos votar o 15, Sr. Presidente, que já foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Só uma informação ao Senador Romero Jucá. Nós colocaremos na sequência, se não houver objeção de outros Senadores.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Há o item 2, que é coisa rápida. Depois, o 15, o 8, o 2.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É o 15, o 8, o 2.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, qual é o item que está em votação? Quem está relatando, Sr. Presidente?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – É só leitura do relatório do Gustavo Rocha.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Está confuso!

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu queria só informar ao Senador Ferraço que o item que está em votação é o 15, mas várias questões de ordem foram levantadas. O Relator não começou ainda a relatar o projeto. Nós vamos anunciá-lo agora.

ITEM 15

OFICIO "S" Nº 52, DE 2015
– Não terminativo –

Comunica ao Senado Federal que, em sessão realizada no dia 15 de abril de 2015, o Plenário da Câmara dos Deputados elegeu o Sr. GUSTAVO DO VALE ROCHA para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.
Autoria: Câmara dos Deputados.
Relatoria: Senador Valdir Raupp.
Relatório: pronto para deliberação.

Nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, esta Presidência comunica às Srªs e aos Srs. Senadores que o processo de apreciação de escolha de autoridade nesta Comissão será feito em duas etapas. Na primeira etapa, o Relator apresentará o relatório à Comissão com recomendações, se for o caso, para que o indicado apresente formulações adicionais, ocasião em que não será exigida a presença do indicado.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp para proferir seu relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador José Maranhão, Srªs e Srs. Senadores, vem ao exame desta Comissão a indicação, pela Câmara dos Deputados, do Sr. Gustavo do Vale Rocha, para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), nos termos do inciso VI, do art. 130-A, da Constituição Federal.

De acordo com o referido artigo da Lei Maior, os membros do CNPM, órgão que exerce o controle externo do Ministério Público, serão nomeados pelo Presidente da República após a aprovação da escolha pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Cabe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos legais e regimentais, proceder à sabatina dos indicados. A respectiva indicação será, então, submetida ao Plenário do Senado, onde será objeto de votação secreta.

Em obediência às normas legais aplicáveis, foi encaminhado o *curriculum vitae* do ilustre indicado, que passamos a resumir.

O Sr. Gustavo do Vale Rocha nasceu na cidade de Belo Horizonte, em 1973. É graduado em Direito, pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). É especialista em Direito Econômico pela Fundação Getúlio Vargas e pós-graduado pela Escola da Magistratura do Distrito Federal. É mestre em Políticas Públicas, pelo Centro Universitário de Brasília, UniCEUB, tendo apresentado dissertação sobre o papel das Instituições de Ensino Superior no acesso à justiça. Exerce a advocacia desde 1997.

No início da sua trajetória profissional, foi funcionário do Banco do Brasil, no período de 1987 até 1998, tendo ingressado na Instituição por meio de concurso público.

Desde 1999, é professor universitário, ministrando a disciplina de Direito Civil. É Coordenador adjunto do Curso de Direito do Centro Universitário de Brasília e Supervisor do Núcleo de Prática Jurídica do Centro Universitário de Brasília. Como coordenador do referido núcleo, é responsável pela supervisão de 100 (cem) advogados, 10 (dez) professores, 2.000 (dois mil) estagiários e pela orientação de atendimento à comunidade carente, realizando mais de 40.000 (quarenta mil) atendimentos gratuitos por ano. O Sr. Gustavo também faz parte do Conselho Universitário e do Conselho de Ensino e Pesquisa, daquela Instituição.

De 2004 até a presente data, é sócio do Escritório de Advocacia Vale e Rocha Advogados Associados.

Fez parte de diversas bancas de trabalho de conclusão de curso, todas na área de Direito.

Como formação complementar, participou de congressos, seminários e cursos, dentre os quais se destaca o de Aperfeiçoamento para as Carreiras Jurídicas.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Peço silêncio, pois há um orador na tribuna.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – No tocante às exigências constantes do art. 5º, da Resolução nº 7, de 2005, e do Ato nº 1, de 2007, o indicado informa que não é cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, até terceiro grau inclusive, de membro ou servidor do Poder Judiciário, que seja ocupante de cargo de provimento em comissão; que não recebeu qualquer sanção criminal ou administrativo-disciplinar, e que não se encontra em cumprimento de qualquer sanção, não havendo contra si, procedimentos instaurados dessa natureza; que não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, nem possui cônjuge, companheira ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, que seja membro desses poderes; que sua situação fiscal, no âmbito federal, estadual e municipal, encontra-se regular, conforme certidões apresentadas; e que não possui, ainda, parentes que exerçam ou exerceram atividades públicas ou privadas, vinculadas à sua atividade profissional.

Declara que é sócio da sociedade de advogados denominada Vale e Rocha Advogados Associados, desde a sua fundação; que foi sócio da empresa Gesatel Engenharia de Telecomunicações, no período de 1997 até abril de 2015; que foi sócio da empresa HGS Locadora de Veículos Ltda, de outubro de 1992 até 2001.

Declara, ainda, que nos últimos cinco anos vêm exercendo concomitantemente a docência no ensino superior, no Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), bem como a coordenação do Núcleo de Assistência e Prática Jurídica na mesma Instituição e a advocacia, atuando em processos no Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Tocantins, Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Tribunal Regional do Trabalho

da 10ª e 18ª Regiões, Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior Eleitoral e Supremo Tribunal Federal.

Além do *curriculum vitae*, instruem a presente indicação os documentos e declarações requeridos pela Resolução nº 7, de 2005, e pelo Ato nº 1, de 2007 – CCJ.

Diante do exposto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, entendemos que V. Exªs, integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação, para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, como vai haver pedido de vista coletivo, eu pediria a V. Exª vista e, como vamos ter a sabatina, continuaremos a discussão nesse período. Se V. Exª pudesse deixar a discussão em aberto, já que está sendo solicitado vista...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Mas a discussão já foi encerrada, V. Exª me perdoe. No próximo ciclo, V. Exª poderá apresentar as suas considerações.

Então, a Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para reunião futura o processo de arguição do candidato e a votação.

ITEM 8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 69, DE 2011
– Não terminativo –

Acresce §5º ao art. 27 e parágrafo único ao art. 29, ambos da Constituição Federal, para vedar, respectivamente, a recondução para o mesmo cargo da Mesa da Assembleia Legislativa e da Câmara Municipal na eleição imediatamente subsequente.
Autoria: Senador Vital do Rêgo e outros
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável à Proposta.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, para proferir o relatório.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem: quais são os projetos seguintes?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O seguinte é o Item 2, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Quais são?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Os seguintes são: o Item 2 da pauta, o Item 5 e o Item 6.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Itens 2, 5 e 6? (*Pausa.*)

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem à apreciação desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição nº 69, de 2011, de autoria do Senador Vital do Rêgo – hoje Ministro do Tribunal de Contas da União – e outros Senadores, que tem por objetivo acrescentar §5º ao art. 27 e parágrafo único ao art. 29 da Constituição, com o objetivo de vedar aos membros da Mesa das assembleias legislativas e das câmaras municipais a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

Na justificação, os autores recorrem ao princípio da alternância no poder, consentâneo com os fundamentos democráticos e republicanos de nosso Texto Constitucional. Lembram, também, que essa vedação vigora já para a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal, por força do §4º do art. 57 da Constituição. Relatam, ainda, que o Supremo Tribunal Federal foi provocado, algumas vezes, para manifestar-se a respeito da extensão da regra federal, com base no princípio da simetria, para o âmbito estadual e municipal. Em todas as oportunidades, no entanto, entendeu o Supremo que a extensão almejada não encontrava amparo constitucional. Uma vez que a interpretação do texto vigente não contempla a incorporação obrigatória de Estados e Municípios à regra da não reeleição para os cargos das Mesas, o único caminho possível é, para os autores, a alteração do texto constitucional, por meio do acréscimo dos parágrafos acima referidos.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Vamos direto ao voto.

Em razão do exposto, o parecer é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 69, de 2011, e, no mérito, favorável à sua aprovação.

É o voto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O relatório está em discussão.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Para discutir, o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu quero aqui registrar a oportunidade desta emenda à Constituição, porque as câmaras de vereadores e as assembleias legislativas terminam tendo uma continuação dos seus presidentes. Há situação, Sr. Presidente, em que o presidente da assembleia está já no quarto mandato, ou seja, quatro períodos...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Na Paraíba, há um com seis mandatos.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Ah, perde para a Paraíba. Estou falando do nosso Ceará.

E isso não é razoável. Primeiro porque não dá oportunidade aos outros parlamentares de também exercerem esse importante cargo.

Nas câmaras de vereadores, também não é diferente. E nós estamos aqui uniformizando o rodízio nos poderes das câmaras de vereadores, das assembleias legislativas, da Câmara dos Deputados – que já é assim – e do Senado Federal.

Portanto, voto favorável à matéria e parabenizo o Relator, pelo seu parecer.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Continua em discussão.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Anastasia, com a palavra; depois, o Senador Benedito de Lira, das Alagoas.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, com todo o respeito, eu discordo da proposição da emenda. Da mesma forma, com respeito ao Relator, não posso aqui aquiescer ao seu teor, tendo por base exatamente o princípio da federação. Durante esses anos todos, nós reiteramos, de modo enfático, que esta é a Casa da Federação, e federação significa autonomia – política e administrativa. Se as câmaras municipais e assembleias legislativas não tiverem condição de autorregrar a composição das suas Mesas, dentro em breve, vamos legislar para eles também, e a Federação desaparece. Pode haver abusos, de fato, mas esses abusos têm de ser corrigidos sob o ponto de vista político, e não através da camisa de força da simetria que tanto mal tem feito ao Brasil.

Portanto, minha opinião e meu voto são contrários a essa proposição.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Sr. Presidente, acho que é muito oportuna a proposição apresentada pelo Senador Vital do Rêgo e, ao mesmo tempo, o relatório feito pelo Senador Valdir Raupp.

A Federação, na verdade, a meu ver, parece-me que não está sendo contrariada, porque o que temos visto, na prática, é que as eleições nas câmaras municipais e nas assembleias legislativas são feitas e realizadas com antecedência. Por exemplo, o presidente se elege agora e, na semana seguinte, ele faz uma nova eleição já para o biênio subsequente. Então, quando termina um mandato, ele passou os quatro anos no exercício da presidência da câmara e das assembleias. Vem uma nova eleição, aí novamente o mesmo candidato renova o seu mandato para presidente da assembleia, e assim sucessivamente.

Então, acho que é oportuno, para que a gente possa, na verdade, estabelecer esse critério. Como no Congresso Nacional não há essa alternância, consequentemente, as casas legislativas nos Estados e nos Municípios também deveriam seguir a mesma regra.

Voto a favor dessa emenda e do relatório do Senador Raupp.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Antonio Carlos Valadares com a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Sr. Presidente, sou favorável a uma harmonia entre a Constituição Federal... ou o que os poderes federais fazem e a atuação dos poderes nos Estados e Municípios. Em relação à reeleição, por exemplo, no mesmo mandato, o Presidente do Senado não pode retornar, ou seja, não pode ser reeleito, não pode se candidatar. A mesma coisa, o Presidente da Câmara. Então, por similitude, na mesma Legislatura, nós achamos que está coberto de razão o Relator, Senador Valdir Raupp. Por isso, acompanho-o, sem entrar no mérito, sem entrar em questões locais, apenas vou pelo lado da semelhança entre o que acontece em nível federal e o que tem que acontecer em nível estadual e municipal.

Agradeço a V. Exª.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Vamos votar, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Quero apenas formular uma consulta aqui ao Relator. Embora eu também tenha dúvidas em relação à constitucionalidade do tema, como foi colocado aqui pelo Senador Anastasia, eu queria consultar o Relator se esse projeto alcança...

Estou perguntando, Relator, se, por acaso, esse projeto alcança a proibição de reeleição em outra Legislatura, porque o texto é omisso.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Só na mesma Legislatura, nos quatro anos do mandato do Deputado, como é no Congresso Nacional. O Senador Renan foi eleito agora, não pode ser reeleito no próximo. Estava no mandato passado.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Sim.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Não pode ser no mesmo mandato. No mandato seguinte, é outra Legislatura, outro mandato.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Ok.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não havendo mais oradores...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Ronaldo Caiado, com a palavra.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, a tese levantada pelo Senador Anastasia tem tudo a ver com aquilo que nós esperávamos de uma Constituição brasileira, em que, realmente, os Estados e os Municípios tivessem essa sua independência, sua capacidade de poder definir parâmetros que são até, dentro de uma estrutura federativa, previstos, mas, na verdade, nós assistimos, por exemplo, na questão da saúde: não é uma regra municipal. Ela é imposta pela Constituição brasileira. A Constituição brasileira impõe quantos por cento deverão ser repassados ao atendimento da saúde. Aos Estados, também se impõe uma regra percentual na arrecadação.

Então, na verdade, a nossa Constituição é de tal maneira abrangente, que ela não é apenas de princípios.

Há o nosso Supremo Tribunal Federal e, hoje, toda matéria chega ao Supremo, ao que nós não assistimos em nenhum outro... Até porque nós seguimos o modelo americano e não tem nenhuma precedência com aquilo que lá, hoje, existe, ou seja, a Corte Suprema americana não julga deputados, nem senadores. Reúne para decidir parâmetros de princípios basilares daquilo que é a Constituição americana. A Constituição brasileira entra em detalhes mínimos.

Quanto a esse fato específico, se nós corrigíssemos todas as outras ingerências, eu até concordo, mas nós estamos assistindo, também, onde existe uma prevalência do poder, ali, da máquina da prefeitura na indicação e na manutenção daquele presidente, principalmente em Municípios mais carentes, onde a força do Executivo prevalece, muitas vezes, sobre a decisão da Assembleia Legislativa. Nós assistimos, muitas vezes, a isso ocorrer no Congresso Nacional, imaginem bem no interior deste Brasil afora.

Então, eu entendo que a Constituição brasileira interfere muita e retira muito daquilo que seria a autonomia de Estados e Municípios.

Nesse fato específico, eu concordo com o relator, porque dará a oportunidade para que haja uma alternância na ocupação da Presidência da Casa, como também na alteração, na mudança de todos os membros da Mesa.

Eu me lembro bem que, quando eu cheguei no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, existia uma lista e, quando nós chegávamos, no primeiro dia, você já assinava a lista na recondução do líder do seu Partido. Aí daquele que resolvesse se insurgir contra! Já era líder eterno.

Então, isso foi muito difícil nós quebrarmos na Câmara dos Deputados.

Hoje, nós temos essa alternância aplicada em vários partidos, já, no Congresso Nacional, o que modificou o debate na Casa e aumentou, exatamente, a capacidade de dar oportunidades a outros Parlamentares, que são, também, competentes e que, amanhã, ou como hoje, podem exercer a condição de líderes, como vejo, também, em Câmaras de Vereadores, tantos vereadores e deputados estaduais competentes que, hoje, são muito bloqueados pelo poder da máquina do Executivo do que, muitas vezes, pela simpatia que têm diante dos seus Pares.

Então, o meu voto é com o relator. Meu voto é "sim", Sr. Presidente.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Eduardo Amorim, com a palavra.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, o que se está defendendo, aqui, é o princípio da coerência constitucional: se deve para um ente federado, com certeza, deverá para todos os outros.

Então, eu entendo extremamente justo, meritório, e parabenizo o relator e o autor do projeto, para que, realmente, a gente possa manter essa coerência constitucional, e que essa coerência constitucional possa, realmente, se estender a várias outras situações, que o princípio da harmonia, da independência dos Poderes, também, seja válido e seja coerente e que, um dia, já que amanhã vai ser promulgada a PEC da Bengala, isso também valha para todos os outros Poderes, Executivo, Legislativo, enfim. Assim, estaremos estendendo e defendendo o princípio da coerência, já que é isso que se está tratando aqui.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente.

De forma bastante breve, eu apenas quero, aqui, retornar aos idos de 1987, 1988, para lembrar, Senador Raupp, que o espírito do Constituinte de então, e eu era um deles, no momento em que elaborou o art. 57, no seu § 4º, era pela vedação da reeleição em qualquer circunstância, por mais que isso, ali, não estivesse explícito. O §4º diz:

> Art. 57. .....
>
> .....
>
> *§ 4º Cada uma das Casas reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da Legislatura, para a posse de seus membros e eleição das respectivas Mesas, para mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.*

Este foi o sentimento – participei, inclusive, de inúmeras dessas discussões –: impedir que, exatamente, a estrutura do cargo, o poder que dele emana, de alguma forma, perpetuasse ou alongasse mandatos que deveriam ter, exatamente, na sua alternância, um instrumento de novas ideias, de novas práticas.

O que ocorreu foi que, num determinado momento, começou a haver uma interpretação por parte da Mesa de então, uma Mesa que eu acabei, depois, por suceder, como Presidente da Casa, de que isso não se adaptaria ou isso não se aplicaria para novas Legislaturas. Portanto, já houve, ali, uma liberdade, uma flexibilidade de interpretação, que levou à situação atual. Isso não está escrito, não está previsto na lei, mas tornou-se norma. As reeleições são vedadas para um mesmo mandato, mas permitidas para os mandatos subsequentes.

A minha, a interpretação originária é de que não deveria haver a reeleição para mandatos subsequentes, mesmo de outras Legislaturas. Eu acho que as Casas do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das próprias Câmaras Municipais só teriam a ganhar com essa interpretação mais fiel ao sentimento dos Congressistas ou dos Constituintes de então.

Vejo que o Relatório de V. Exª, de alguma forma, repõe, mesmo que parcialmente, esse sentimento, porque o estende às Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas, e acho que nós teremos essa oportunidade, ou deveríamos ter. Quem sabe, V. Exª, que já se aprofundou nessa questão, possa interpretar. Pretendo até trazer esse assunto ainda em discussão, o sentimento originário da Constituinte de 1988, que veda a reeleição para os cargos dirigentes das Mesas Diretoras, mesmo que para eleições subsequentes de Legislaturas novas, porque nós sabemos que as mesmas razões que levaram à vedação da reeleição para uma mesma Legislatura acabam se impondo, as mesmas forças, os mesmos argumentos, as mesmas estruturas, para as eleições subsequentes, bastando, apenas, que o Presidente de então, o Presidente de plantão, se reeleja para esse mandato, ou, no caso do Senado Federal, tenha um mandato que se estenda por oito anos.

Portanto, me parece que nós estamos aqui tratando, e eu votarei com V. Exª, de uma parte da questão, mas há algo mais essencial. Eu, que tenho advogado, inclusive, pelo fim da reeleição para cargos do Executivo, acho que nós aprimoraríamos muito mais esse processo se vedássemos essa recondução, também, para as novas Legislaturas.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Senador Aécio, eu cumprimento V. Exª.

Presidente, Senador Roberto Rocha, para poder contribuir, aqui, com a discussão do Senador Aécio.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador, vigilante, Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Isso, muito obrigado.

O que diz o Senador Aécio é exatamente aquilo de que a gente estava falando, há pouco, com relação a uma outra Legislatura. Ele traz bem aqui a questão do § 4º do art. 57. E fica aqui, ao Relator, a ideia de se fazer exatamente uma emenda para clarear esse assunto, porque, hoje em dia, é apenas uma questão de interpreta-

ção. Não está expressa em lei a vedação para a reeleição em outra Legislatura. Então, acho que, já que estamos disciplinando a matéria, deveríamos disciplinar por inteiro para que, na Legislatura seguinte, também fosse impedida a reeleição dos Presidentes, seja do Congresso Nacional, Câmara e Senado, seja das Assembleias e das Câmaras Municipais. Fica aqui nossa sugestão ao Relator.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Acho que nós poderíamos aprovar, Sr. Presidente, do jeito que está aqui e voltar à discussão no plenário, pois há dois turnos de votação no plenário do Senado, ainda.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Eu quero comunicar, de antemão, aos membros da Comissão, que eu apresentarei emenda de plenário, na verdade, restabelecendo o sentido original, o que motivou a inclusão desse § 4º no art. 57, vedando as reconduções, inclusive, para mandatos para Legislaturas subsequentes. Espero a acolhida do Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, a Senadora Simone Tebet, como última oradora inscrita.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu quero apenas aqui externar a compreensão que tenho do posicionamento do Senador Anastasia.

Um dos princípios elementares de nossa Constituição – e é uma cláusula pétrea – é o princípio federativo, leia-se, de forma mais fácil para que os que nos estão ouvindo e nos vendo possam entender, pacto federativo, que significa autonomia dos entes da Federação: União, Estados, Municípios e Distrito Federal.

Particularmente em relação a essa questão, e acertadamente, o STF deu um posicionamento, e repetidamente, virou uma jurisprudência, de que não pode haver uma interpretação extensiva pelo princípio da simetria em relação a essa questão. Mas, como aqui, nesta Comissão, estamos fazendo uma alteração ao texto constitucional, nesse caso específico, Senador Anastasia, eu realmente entendo que não há violação ao princípio federativo. E, mais do que isso: entre esse princípio, uma vez não violado, e o princípio da alternância do poder e o princípio da moralidade pública, eu fico com esses dois últimos princípios. É de praxe, hoje, no dia a dia das Câmaras Legislativas, principalmente, e não sei se será pertinente o que vou dizer em relação às Assembleias Legislativas, já se negociar a futura eleição um ano antes, às vezes, até dois anos antes, se fazer uma votação, um ano antes, do exercício do próximo mandato de Presidente.

Então, em função disso, entre essa interpretação em relação ao princípio federativo e o princípio da moralidade pública e da alternância do poder, eu fico com os dois últimos. Por isso, vou acompanhar o voto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Sr. Presidente, brevemente, não quero me estender.

Eu queria cumprimentar o Senador Valdir Raupp pelo relatório. Em que pesem as ponderações que já deve ter havido na Comissão em relação a aferir alguma suscetibilidade do pacto federativo; em que pese, respeitando, eu queria aqui reiterar o apoio à proposta, porque considero fundamental para o que ocorre hoje no País. Presidente, há situações, por exemplo, no meu Estado do Amapá, em que o Presidente da Assembleia Legislativa, antecipa, na mesma sessão legislativa, a própria recondução cinco vezes. Em que pese, e vou reiterar, a suscetibilidade federativa, é necessário um freio para a arrumação em relação a essa matéria.

Eu queria ir mais adiante. Eu acho que esta matéria é fundamental ser votada aqui e encaminharmos para a pauta do plenário. Eu queria, antecipadamente, manifestar o apoio à emenda apresentada pelo Senador Aécio Neves. Nós temos de dar, inclusive, um passo a mais. É princípio irrefutável da democracia: a garantia da alternância de poder. Lamentavelmente, por circunstâncias, via de regra, não republicanas, em assembleias legislativas, em câmaras de vereadores, isso não ocorre. O presidente, utilizando-se do poder que tem, utilizando-se das estruturas de que dispõe, impõe a impossibilidade de ele se afastar da presidência por qualquer circunstância.

O presidente, utilizando-se do poder que tem, utilizando-se das estruturas de que dispõe, impõe a impossibilidade de ele se afastar da presidência por qualquer circunstância.

Então, em apoio ao relatório, em apoio ao parecer do Senador Valdir Raupp e em apoio, ainda, à emenda anunciada pelo Senador Aécio Neves, que deverá apresentar na discussão em plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não havendo mais oradores, encerro a presente discussão e coloco o relatório em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório, por favor, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, com dois votos contrários.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente, o requerimento de urgência para seguir logo para o plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à proposta, a matéria vai a plenário.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente, eu comunico que nós vamos protocolizar pedido de calendário especial para votação dessa proposta de emenda constitucional no plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Item 2 da pauta. Turno suplementar do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei da Câmara nº 60/2013, terminativo.

Ementa do projeto.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2013
– Terminativo –

Altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e dá outras providências.
Autoria: Deputado José Mentor
Relatoria: Senador José Pimentel
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta.
Observações:
– Em 15/04/2015, foi aprovado o substitutivo oferecido ao PLC n° 60, de 2013, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Coloco em discussão a matéria, esclarecendo que poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Em discussão. (*Pausa.*)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, como Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Concedo a palavra ao Relator, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, por se tratar de matéria terminativa, nós q estamos votando em segundo turno. Na primeira discussão e votação foram 18 votos "Sim" e 0 votos "Não".

Portanto, como já foi discutido, se os pares concordarem, eu pediria para a gente encerrar a discussão.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu queria só lembrar a V. Exª que, na votação anterior, esse projeto só teve um voto contrário, voto vencido, portanto.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão, se não forem oferecidas emendas.

Resultado: não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado sem votação, art. 284 do Regimento Interno do Senado.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – O item seguinte é o sexto, não é, Presidente?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – É o quinto,Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Peço ao Senador José Pimentel para presidir a reunião porque eu sou o Relator da próxima matéria a ser apresentada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2015
– Não terminativo –

Altera o Anexo II da Lei n° 11.416, de 15 de dezembro de 2006 – Plano de Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União, e dá outras providências.
Autoria: Supremo Tribunal Federal
Relatoria: Senador José Maranhão
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:
Concedo a palavra ao Senador José Maranhão para proferir a leitura do seu parecer.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2015 (nº 7.920, de 2014, na origem), do Suprem Tribunal Federal, que altera o Anexo II da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006 – Plano de Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União, e dá outras providências.

Relatório.

Vem ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 28, de 2015 (nº 7.920, de 2014, na origem), de autoria do Supremo Tribunal Federal, que altera o Anexo II da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006 – Plano de Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União, e dá outras providências.

O art. 1º da proposição altera a tabela de vencimentos das carreiras do Poder Judiciário da União, constante do Anexo II da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, com redação dada pela Lei nº 12.774, de 28 de dezembro de 2012. O aumento varia, de acordo com a classe e o padrão do servidor, de 53% a 78,56%. Em média, corresponde a 59,49%.

O art. 2º do PLC prevê que o aumento será implementado em seis parcelas sucessivas, entre julho de 2015 e dezembro de 2017.

Além do aumento dos vencimentos básicos, o PLC nº 28, de 2015, também determina que os órgãos do Poder Judiciário da União deverão, no prazo de um ano, reduzir os gastos com funções de confiança, mediante a racionalização de suas estruturas administrativas (art. 3º).

O aumento foi condicionado à existência de dotação orçamentária e à autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição (arts. 4º e 5º).

Aprovada pela Câmara dos Deputados, a proposição vem ao exame do Senado Federal, onde não recebeu emendas.

Análise

No tocante à constitucionalidade formal, não há qualquer restrição ao PLC nº 28, de 2015, tendo em vista tratar-se de matéria que deve ser disciplinada em lei ordinária, de iniciativa privativa do Supremo Tribunal Federal, na forma do que dispõem os arts. 37, X, e 96, II, b, da Constituição Federal. Igualmente, do ponto de vista material, não há qualquer reparo a fazer.

Além disso, o projeto não apresenta vícios de juridicidade e regimentalidade e vem vazado em boa técnica legislativa.

Quanto ao mérito, a majoração dos vencimentos dos servidores do Poder Judiciário da União é tema de absoluta justiça. A remuneração desses servidores encontra-se defasada em relação a carreiras equivalentes dos Poderes Executivo e Legislativo, fato que tem ocasionado o aumento da rotatividade de servidores, com significativo prejuízo à prestação jurisdicional.

A aprovação do PLC nº 28, de 2015, permitirá o estabelecimento de remuneração compatível com carreiras análogas dos demais Poderes e com o grau de complexidade das atribuições dos servidores do Poder Judiciário da União.

Do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PLC nº 28, de 2015, e, no mérito, pela sua aprovação.

Assinado: José Maranhão, Relator.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Coloco em discussão a matéria.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Deputado Eduardo – é o velho hábito –, Senador Eduardo Amorim; Senador Delcídio do Amaral; Senador Anastasia; Senador Antonio Carlos Valadares; Senador Berger, lá de Santa Catarina.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Para uma consulta, Sr. Presidente, para uma consulta.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pois não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Ha evidências de que será concedido vista ou que será solicitado vista, não de minha parte, para esse projeto, não de minha parte. Não importa quem vai pedir, até porque, se alguém pedir, há legitimidade e prerrogativa para exercer isso. E não vamos confundir as coisas.

O encaminhamento que faço a V. Exª é no sentido de que se for realmente concedida a vista, e esse debate for feito em uma outra reunião, por que não conceder logo vista, já que vamos gastar horas num debate para uma votação que não vai acontecer? Sejamos, por economia processual e por respeito às pessoas que nos honram aqui com suas presenças, honestos, porque ficarão na expectativa de uma votação que não acontecerá.

Então, esta é a consulta que eu quero fazer a V. Exª, se assim o entender.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – A discussão é regimental e, durante a discussão, se alguém pedir vista, também é regimental.

Portanto, vamos iniciar a discussão, já que os inscritos mantêm as suas inscrições.

Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, parabéns pela decisão. Isso é justo, é meritório, e a discussão é extremamente salutar.

Sr. Presidente, esse projeto foi longamente discutido na Câmara dos Deputados: passou pela Comissão de Trabalho, passou pela Comissão de Finanças e Tributação e, depois, pela CCJ da Câmara.

Esse projeto faz justiça aos servidores do Poder Judiciário. Quero aqui parabenizar o nosso Presidente, também Relator, pelo seu relatório. Essa proposta permitirá a recomposição da remuneração dos servidores do Poder Judiciário brasileiro, tornando-a compatível com carreiras análogas às dos demais Poderes e com o grau de complexidade das atribuições do Poder Judiciário.

Trata-se, Sr. Presidente, na verdade, de uma reparação salarial justa para com esses servidores, tendo em vista que desde 2006, desde 2006, têm os seus salários congelados, sem reajustes, com enorme defasagem, com prejuízo salarial em relação a outras categorias com grau de complexidade análogo.

O projeto prevê que o aumento gradual será efetivado em seis parcelas sucessivas, iniciando-se em julho de 2015 e concluindo-se em dezembro de 2017. Portanto, plenamente factível, estabelecendo um reajuste médio, como já foi dito aí pelo nosso Relator.

Sr. Presidente, é importante ressaltar que o relatório aprovado na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados esclareceu que a presente proposição encontra-se compatível e adequada com a proposta da Lei Orçamentaria deste ano de 2015. Portanto, isso não é argumento para que não se aprove.

Assim, por questões de justiça e reconhecendo o comprometimento e a dedicação desses servidores na nobre e primordial missão de contribuir efetivamente para a promoção da Justiça neste País, o meu voto, Sr. Presidente, é favorável à matéria, porque estamos reparando e fazendo justiça a esses servidores.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Concedo a palavra ao Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Sr. Presidente, de maneira célere, somente para ser testemunha do empenho dos servidores do Poder Judiciário da União, da Justiça Federal, do Trabalho, Eleitoral e Militar, da sua dedicação e do tempo em que o projeto já tramita.

Então, eu gostaria de parabenizar o Relator, o eminente Presidente José Maranhão, pela lucidez do seu relatório e declarar aqui que o nosso voto será favorável.

Muito obrigado.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Concedo a palavra ao Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Sr. Presidente, Sr. Relator, concordamos em gênero, número e grau com o teor e a legitimidade do relatório. Mas sou obrigado, Sr. Presidente, a pedir vista até para fazer...

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Silêncio. Da mesma forma que acolhemos os nossos visitantes, pedimos que tenham...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Quero registrar que nós precisamos votar uma matéria que tenha concretude e, portanto, reflita a nossa decisão no Orçamento da União. Precisamos fazer os ajustes para não aprovarmos aqui uma quimera.

Por isso, peço vista e, sem dúvida alguma, considero absolutamente legítimo o pleito apresentado para atender especialmente a defasagem salarial dos funcionários do Judiciário. Portanto, Sr. Presidente, eu peço vista para que tomemos as medidas necessárias sob o ponto de vista orçamentário para atender a demanda ora apresentada.

Muito obrigado.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Eu peço à plateia que permaneça em silêncio, como o fazemos quando estamos dentro do Poder Judiciário.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente, solicito vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – É regimental. Vista coletiva concedida. Mas, mesmo assim, se os Pares entenderem que devem continuar a discussão, ela não será encerrada hoje.

Concedo a palavra ao Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Bem, Presidente, em função do pedido de vista, acho que fica prejudicada a minha manifestação, razão pela qual, nestas circunstâncias, eu me abstenho de discutir a questão.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Sr. Presidente, é da atribuição do Supremo Tribunal Federal apresentar matérias semelhantes a esta. Ou seja, a Constituição Federal atribui ao Supremo Tribunal a competência para apresentar projeto de lei dispondo sobre plano de carreira dos servidores do Poder Judiciário da União, assim como é atribuição do Poder Executivo apresentar projetos, como já apresentou tantos nesta Casa, em favor do plano de carreira dos servidores do Executivo, bem como do Legislativo.

Por que então essa discriminação? Se os Poderes Executivo e Legislativo têm esse direito, por que ao Poder Judiciário se coloca uma barreira diante do Orçamento?

O Supremo jamais iria apresentar uma matéria desse tipo se não houvesse previsão orçamentária no âmbito das dotações orçamentárias do próprio Supremo.

Eu recebi lá no meu gabinete, no Estado de Sergipe, em Aracaju, o Sindicato da Justiça Federal – Sindijufe, por intermédio do Diretor Executivo Gilberto Nascimento, que representou a categoria. O Diretor Hélio Leão também pediu não só a mim, como ao Senador Amorim e à Senadora Maria do Carmo, que apoiássemos esse projeto, consentâneo não só aos interesses do Poder Judiciário, como também aos da Câmara Federal, que o aprovou sem maiores resistências.

Por isso, o Senado Federal, que nunca negou aos poderes constituídos deste País a possibilidade de exercer as suas atribuições constitucionais, tenho certeza absoluta de que aprovará a matéria. Mesmo com o pedido de vista, eu não tenho a menor dúvida de que o Poder Legislativo, ou seja, o Senado Federal se posicionará favoravelmente a esta matéria, como eu estou me posicionando neste momento.

Por mim, não haveria pedido de vista, mas temos de respeitar o pedido do Senador, Líder do Governo, que é o Presidente também da Comissão de Assuntos Econômicos.

Respeito, Presidente, as atribuições de V. Exª e tenho certeza de que V. Exª, na próxima reunião, trará o projeto com opinião favorável ao Supremo Tribunal Federal e aos servidores públicos do Poder Judiciário.

Agradeço a V. Exª.

(Manifestação da plateia.)

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Volto a registrar: é proibido à plateia manifestar-se.

Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, essa é uma matéria que eu diria até já sobejamente discutida aqui na CCJ do Senado. E eu me refiro, Senador Valadares, não ao período de 2006, mas ao período de 2011 para cá. Aqui, nós travamos diversos debates sobre essa questão, que tem a ver com reajuste de um outro Poder. Portanto, não só essa matéria dos servidores, como também matéria envolvendo, inclusive, a Magistratura.

E a posição que nós temos assumido historicamente nesse processo é exatamente na linha de raciocínio que V. Exª levantou. Primeiro, há uma necessidade e, segundo, que há, principalmente, o princípio, aqui até anteriormente invocado no sentido contrário, meu caro Anastasia, por V. Exª, na hora em que nós votamos a eleição: o princípio do respeito às esferas de Poder, nesse caso. E, aí, em particular, estamos falando de outro Poder.

Portanto, ao Judiciário compete a organização da sua estrutura, inclusive a sua estrutura salarial.

Este é um debate de que, aliás, eu participo, Senador Valadares, desde 1998. Travamos um embate na Câmara dos Deputados, quando eu era Deputado, acerca da própria questão da reforma administrativa, meu caro Senador Ferraço.

Portanto, sobre a estruturação dessas carreira, em que pese muito bem fundamentada pelo Relator José Maranhão, que trata, exatamente, da questão da defasagem salarial entre esses Poderes, precisamos também acentuar que há uma defasagem e uma discussão extremamente ruim dentro da própria estrutura do Judiciário.

A situação chegou a colocar até em risco o funcionamento de diversas instâncias do Judiciário: alguns por opção de sair, aqueles que podem optar por sair; outros até, na medida do possível, fazendo a reestruturação do seu trabalho a partir, exatamente, de uma posição assumida, principalmente, nas esferas em que o Judiciário tem de fazer o atendimento para a capilaridade que nós tanto aprovamos aqui.

Eu não conheço uma Bancada no Congresso Nacional, uma sequer, que não aporte recursos das suas emendas, Senador Ferraço, para a estruturação do Judiciário nos lugares mais longínquos.

Recentemente, fiz uma comparação dessa questão do Judiciário com o Mais Médicos, meu caro José Maranhão. Nós aprovamos aqui o Mais Médicos, e, no Judiciário, há uma situação extremamente delicada também.

Eu não ponho recursos para instalar um fórum, meu caro, no interior de Alagoas sem que tenha o juiz. Agora, não há como colocar uma instituição para funcionar com um único juiz, ainda que concursado seja, para ele tocar uma estrutura física, sem que se aporte, sem que se leve a essa estrutura do Judiciário no interior os seus servidores, senão não funciona.

Na estrutura do Mais Médicos, no entanto, é o contrário. Liberamos recursos para construir postos de saúde e não há um médico. Com a chegada do Mais Médicos, inclusive, não há servidores.

Portanto, sobre essa estrutura, não se pode dizer que estamos tratando de salário. Nós estamos tratando da estruturação de um Poder que é para servir a pobre. O Judiciário é para atender pobre neste País. Rico não precisa de Justiça. Mas os pobres, inclusive os que estão nos lugares mais longínquos, dependem exclusivamente da Justiça.

Vou dar um exemplo, Valadares – permita-me chamá-lo assim pela nossa relação não só de proximidade, mas de intimidade. Nessa estrutura, acontecem os maiores julgamentos de processos, inclusive que determinam a renda na pequena Itabaiana, ou na minha querida cidade ali próxima, que é Alagoinhas, e por aí afora – estou chamando Itabaiana de pequena porque a estou comparando com o País. A economia de diversas cidades hoje é sustentada a partir de processos e processos, principalmente da Previdência, que se estabelecem na estrutura do Judiciário.

Portanto, meu caro Anastasia, é para defender essa gente. Estruturar o Judiciário não é cuidar da corporação. Não é esse o debate que a gente tem que fazer, seja servidor, seja juiz, seja promotor, seja o que for. Estruturar o Judiciário é permitir que uma porta seja aberta em efetiva condição de atender à população mais carente deste País.

Portanto,não discuto esta matéria a partir não de ontem, mas discuto-a a partir desse conceito que aprendi a sustentar aqui no interior da Casa. Então, não estamos tratando de corporação, ainda que estivéssemos tratando de corporação. Corporação que não se respeita efetivamente não tem condições nem de atuar. É natural que as corporações lutem pela estruturação dos seus salários. Não acho isso nenhum absurdo. Pior são aqueles que defendem as *corporations*. Aí é muito mais complicado.

Desse modo, acho que este é um debate importante que a gente abriu no Brasil, principalmente a partir do ano 2000, sobre a necessidade de haver um serviço público e de haver carreira.

Aliás, eu tenho chamado a atenção disto, e o Senador Pimentel é testemunha: nós precisamos colocar o dedo na ferida nesta questão do debate envolvendo as carreiras, para não continuarmos com o debate que temos hoje dentro da Receita Federal, uma verdadeira luta fratricida entre analistas e auditores; a luta no interior da Polícia Federal, entre delegados e agentes. Portanto, precisamos botar o dedo nessa ferida, fazer esse debate no Congresso Nacional, discutir a questão do código de atribuições, enfrentar esse debate. Não podemos ficar só no debate salarial, mas também no debate estrutural, no debate que condiciona, para que as coisas possam funcionar na estrutura pública, até para prestar o serviço.

Não adianta a gente ir afastando toda vez projetos como este, sem, de uma vez por todas, a gente discutir o que significa a estrutura de Estado bem remunerada, bem estruturada para servir à população.

Portanto, esse é o debate que a gente tem de fazer. Aqui, nós não estamos votando só se haverá ou não aumento de salário; aqui nós estamos discutindo inclusive a possibilidade efetiva de continuar apostando na estrutura pública para servir o cidadão brasileiro, e não há estrutura pública para servir cidadão brasileiro sem servidor bem remunerado, sem servidor em condições de trabalho. (*Palmas.*)

Esse é o debate que nós temos de fazer. É esse debate que eu aprendi a fazer, sobre o papel do serviço público. É diferente.

Portanto, eu não me lembro, na história dessa discussão, da participação de servidores que não tenham colocado como pressuposto central exatamente a estruturação. A não precarização do serviço público passa

por ter salários decentes. A não precarização do serviço público, que é portanto prestar serviço à sociedade, passa pela existência de estruturas concretas que se apresentem.

Por isso, apoio este projeto, assim como também conclamo para que a gente possa trazer à baila nesta Comissão as outras matérias que têm a ver inclusive com essa questão, seja ela salarial, seja ela da estruturação do serviço público.

Hoje, nós não vamos poder votar, mas concretamente na reunião seguinte, estaremos aqui para dar o nosso apoio, o nosso voto favorável a essa matéria.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Eu peço aos nossos convidados que continuem em silêncio.

Concedo a palavra à Senadora Rose de Freitas. (*Pausa.*)

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Espere aí um minutinho... (*Pausa.*)

Desculpe. Além de Senadora, de vez em quando sou mãe e tenho que atender os telefonemas inusitados.

Primeiro, eu tinha muita esperança de que o Senador Delcídio não pedisse vista hoje, não pela isenção do direito que lhe cabe ou por qualquer outra visão. Esse tempo que nós achamos que o povo tolera é um tempo um pouco menor, sabe, Presidente? V. Exª sabe o tamanho, a extensão dessa luta e quais os discursos que cabem nessa luta hoje com qualquer observação que venha depois de ouvir o relatório do nosso querido Presidente José Maranhão. São nove anos de uma conversa infindável, que acaba sempre em um único item: não há recurso para isso.

Eu acho que a Pátria, para ser justa – ou o Congresso ou seus Poderes constituídos –, tem que observar o valor da reivindicação de cada um. Eu até queria homenagear a pessoa que está aqui ao meu lado, que é um verdadeiro andarilho e sabe, com certeza, que a folha já encostou na parede. Não cabe mais qualquer tipo de observação acerca dessa reivindicação justíssima do plano de carreira dos servidores do Poder Judiciário. Nós não estamos falando de usurpação de orçamento de quem quer que seja. Esse orçamento não nos pertence. Esse orçamento é do Poder Judiciário, em que cabe dentro de si, sim, esse plano de carreira que aí está.

(Manifestação da plateia.)

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – O pedido de vista é justo, individual ou conjunto. Entendi o que aconteceu aqui.

A briga é muito mais ampla: é pela autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário. Essa conta que querem fazer aqui, agora, não cabe mais.

Portanto, só peço a palavra para dizer o seguinte: parabéns ao Relator! Este Plenário sabe que essa receita cabe perfeitamente. Isso não é receita do Orçamento da União, o qual presido inclusive. Nós temos lá debates muito mais complicados do que hoje estabelecer justiça sob o pleito desse segmento de servidores.

Portanto, quero dizer que hoje estamos falando dos trabalhadores da Justiça. Vamos procurar fazer justiça ao pleito que eles carregam nos ombros ao longo de tantos anos. E não precisaria estarmos discutindo aqui esta matéria se houvesse autonomia administrativa e financeira no Poder Judiciário. Esta matéria por si só, constitucionalmente, já estaria resolvida.

Gente, é apenas uma semana. Na próxima semana, ela será votada.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Concedo a palavra ao Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente, infelizmente, ainda temos que ver servidores virem a Brasília para lutar pelos seus direitos. V. Exª está aqui no Legislativo brasileiro há muito tempo e já foi testemunha disso. Eu mesmo quantas vezes vim a Brasília como servidor público para pedir, e quantas vezes V. Exª nos atendeu.

É uma agonia, porque, na verdade, essas coisas teriam de acontecer sem precisar disso. Eles têm que vir, largar seus Estados, ficar nessas pensões por aí. Olha, é uma luta! Só quem passa por isso sabe o que é vir para buscar o que já deveria ser natural.

Nossa Constituição é clara: os Poderes são independentes e harmônicos entre si – quais sejam: Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Quer dizer, deveria haver uma igualdade, mas parece que o Poder que tem a chave do cofre é mais igual do que os outros. Essa é a grande verdade.

Então, eu me coaduno com as palavras do Senador Antonio Carlos Valadares, que disse muito bem isso. É um Poder que define a sua vida, que deveria ter autonomia e independência, pelo menos em tese, mas estamos aqui discutindo isso. E os servidores têm que se deslocar para cá para, em tese, fazer pressão, a fim de que o que deveria ser natural tenha de acontecer a fórceps.

São essas as minhas palavras. Fica aqui essa reflexão para que possamos, talvez um dia, ter um País em que o que está escrito na Constituição possa fazer pleno sentido na vida real.

Muito obrigado.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiro, quero louvar o Senador José Maranhão, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, e parabenizá-lo pelo voto, pois avocou para si essa matéria extremamente importante para o País. Quero dizer, em nome do PMDB, que o Partido encaminhará favoravelmente e votará a favor da aprovação da matéria.

(Manifestação da plateia.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Quero aqui também dar um depoimento pessoal. Fui Relator do Orçamento deste ano, e nós tratamos muito do reajuste dos servidores do Judiciário e do Ministério Público. Tentamos uma negociação com o Governo, inclusive de parcelamento, para que se colocasse um pequeno valor neste ano para começar efetivamente a atender, e tudo o que buscávamos fazer de entendimento para alocação de recursos era impedido por uma questão inicial, que era a ausência da aprovação desta lei, para que pudesse conter o anexo V os dados necessários ao reajuste dos servidores.

O compromisso era, e é, de aprovar essa lei e, tendo a lei aprovada, buscar ainda para este ano uma suplementação de recursos para atender aos servidores do Judiciário e do Ministério Público no que for possível.

(Manifestação da plateia.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Então, quero dar este testemunho, porque...

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Silêncio.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Quero dar este testemunho, porque vamos cumprir o nosso compromisso. Tivemos um compromisso com a categoria de que, tendo a lei aprovada, se buscariam recursos para a suplementação. Esse compromisso está de pé, o PMDB vai honrá-lo. Eu, pessoalmente, acompanharei esse compromisso, até porque trabalhei nessa negociação, tanto com o Ministério do Planejamento quanto com o Supremo Tribunal Federal, o CNJ e o Ministro Ricardo Lewandowski. E quero dar um testemunho do esforço, da dedicação e da luta do Ministro Ricardo Lewandowski, no sentido de buscar uma solução para os servidores do Judiciário.

Portanto, faço este depoimento em nome da verdade, Sr. Presidente. E registro que o PMDB marchará com um dos seus líderes, o Senador José Maranhão, neste relatório pela aprovação e pela justiça para melhorar as condições salariais e recuperar o poder aquisitivo dos trabalhadores da Justiça brasileira e do Ministério Público.

Esta é a posição do PMDB, Sr. Presidente.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Silêncio. Mais uma vez, peço aos convidados para permanecerem em silêncio.

Concedida a vista coletiva regimental, devolvo a presidência ao Senador José Maranhão.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, solicito a inversão de ordem para o item 14.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem. Tínhamos combinado que seria agora o item 6, pela inversão aprovada.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A inversão é para o item 14, após o item 6.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não havendo objeção...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Tem objeção, Sr. Presidente, na inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Objeção do Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Vamos votar o item 6 e voltaremos à ordem da pauta.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Item 6.

ITEM 6

CONSULTA (SF) Nº 1, DE 2015
– Não terminativo –

Requer, nos termos do inciso V, do art. 100, do Regimento Interno do Senado Federal, a remessa da presente consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, acerca da possibilidade de Senador, que se encontre afastado do exercício do mandato parlamentar, para ocupar função de Ministro de Estado, assumir vaga em Conselho de Administração de empresa pública, sociedade de economia mista e outros órgãos da Administração Pública.

Autoria: Senador Douglas Cintra

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: Pela possibilidade de Senador, no exercício do cargo de Ministro de Estado, ser membro de Conselho de Administração de empresa pública, sociedade de economia mista e de outros órgãos da Administração Pública indireta que estejam vinculados à sua pasta ou exerçam atividades correlacionadas ao Ministério sob o seu comando.

Observações:

– Em 15/04/2015, a Presidência concedeu vista aos Senadores Ronaldo Caiado e Douglas Cintra, nos termos regimentais.

– Em 22/04/2015, foi recebido Voto em Separado do Senador Ronaldo Caiado.

– Em 06/05/2015, foi recebido o Voto em Separado do Senador Antonio Anastasia

Consulto os Senadores Ronaldo Caiado e Douglas Cintra sobre eventual manifestação decorrente do pedido de vista.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, mantenho o voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Senador Caiado já se manifestou para proferir o voto em separado.

Concedo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado para fazer a leitura do seu voto em separado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, a tese do projeto apresentado foi no sentido de requerer, *nos termos do inciso V, do art. 100, do Regimento Interno do Senado Federal, a remessa da presente consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, acerca da possibilidade de Senador que se encontre afastado do exercício do mandato parlamentar, para ocupar função de Ministro de Estado, assumir vaga em Conselho de Administração de empresa pública, sociedade de economia mista e outros órgãos da Administração Pública*.

Sr. Presidente, de autoria do nobre Senador Douglas Cintra, foi encaminhada à apreciação desta Comissão.

O consulente alega em sua justificação que, estando o Senador afastado do exercício da atividade parlamentar, com base no art. 56, inciso I, da Constituição, e investido no cargo de Ministro de Estado, este poderá vir a ser convocado, entre suas atribuições, a representar a pasta que comanda em conselhos de empresas públicas, sociedades de economia mista e outros órgãos da Administração.

Conclui o nobre Senador que o intuito é conferir segurança jurídica à nomeação de Senadores licenciados para o exercício de cargo de Ministro de Estado, como membros dos conselhos de administração ou fiscal dessas entidades, e, nesse sentido, faz-se indispensável a manifestação acerca do tema pela CCJ.

A presente consulta foi distribuída ao Exmo Senador Romero Jucá, que relatou e proferiu o seu voto pela "possibilidade de Senador, no exercício do mandato de Ministro de Estado, ser membro de conselho de administração de empresa pública", e lá citou alguns exemplos: "sociedade de economia mista e de outros órgãos da administração pública indireta que estejam vinculados à sua pasta ou exerçam atividades correlacionadas ao Ministério sob o seu comando".

Em breve síntese, fundamenta o seu parecer na tese de que ministros têm direito e dever de supervisão das entidades da administração pública federal indireta vinculadas à respectiva pasta ministerial, sendo, então, decorrente da nomeação para a pasta a acumulação das atribuições ministeriais com a participação em conselhos de administração.

É um breve relatório, Sr. Presidente.

O que eu quero, neste momento, é apresentar aqui, rapidamente, também o voto.

Voto. O Parlamentar licenciado do mandato eletivo para exercer o cargo de Ministro de Estado não pode ser membro de conselho de administração de empresa pública, sociedade de economia mista e outros cargos da administração pública, nos termos constantes, *in fine*, da consulta que veio ao exame desta Comissão.

De fato, a possibilidade de Parlamentar licenciar-se do seu mandato eletivo para exercer o cargo de ministro de Estado, conforme prevê, expressamente, o art. 56, da Constituição Brasileira, não pode estender-se à participação desse Parlamentar licenciado como membro de conselho de administração de empresa, sociedade de economia mista ou qualquer outro órgão da Administração Pública.

Peço a atenção do nobre Relator, porque, realmente, no presidencialismo, é uma exceção que foi dada pelos constituintes ao Deputado ou ao Senador investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de território ou prefeitura, chefe de missão diplomática temporária. Nessas situações, ele não perderá o mandato.

Então, a Constituição é bem clara naquilo em que abre uma exceção para o que o Deputado e o Senador, ao se licenciarem, possam ocupar.

Agora, ele não pode, de maneira nenhuma, estender essa situação aos conselhos administrativos, fiscais, até porque, se esse fosse o pensamento do Constituinte, isso estaria incluído nas exceções.

Ora, se o nobre colega Senador Douglas deseja que isso seja acrescido ao Parlamentar licenciado do seu mandato, deverá entrar com uma emenda à Constituição brasileira, prevendo exatamente a ampliação daquele ponto que foi muito bem definido no art. 56, inciso I, da Constituição Federal.

Então, esta Casa não tem como, pelo projeto apresentado, arvorar-se em credenciar um Senador ou um Deputado amanhã a assumir posições, pois a Constituição especificou detalhadamente as exceções que poderia acolher no presidencialismo a um Senador da República.

E, para isso, Sr. Presidente, é importante que deixemos bem claro que não se pode estender a participação desse Parlamentar a membro de conselho de administração de empresa pública, sociedade de economia mista ou qualquer outro órgão da Administração Pública.

O nobre Relator levantou alguns casos em que houve um voto na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. E existem alguns outros fatos anteriormente levantados pelo nobre Relator em relação à função gerencial de alguns ministérios, como o Ministério da Integração Nacional, mas isso não pode sobrepor-se à norma constitucional.

Então, o fato específico é que o art. 54 também diz o quê? Estávamos falando do art. 56. O art. 54, inciso I, alínea "b", do estatuto político veda aos Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis *ad nutum*, nas entidades constantes da alínea anterior, que menciona pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público.

Também, a alínea "b" do inciso II do referido art. 54 veda aos Deputados e Senadores, desde a posse, ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis *ad nutum*, nas entidades referidas no inciso I, alínea a, ou seja, pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público.

Logo, ambos os incisos do art. 54 da Constituição Federal vedam expressamente o exercício de cargos, funções ou empregos, remunerados ou não – seja o marco temporal a expedição do diploma ou a posse –, em pessoas jurídicas de direito público.

Sr. Presidente, nós não precisamos aqui também deixar claro que, na análise do Texto Constitucional, o que vimos foi que o Constituinte pretendeu excepcionar apenas esse dispositivo e que o fez de forma muito clara, como tive oportunidade de ler.

Não excepcionalizou nenhuma outra condição, que, nesta consulta aqui, é exatamente a pretensão do nobre Senador Douglas, e também com o voto favorável do Senador Romero Jucá.

Existe já um julgado do Supremo Tribunal Federal, do Ministro Moreira Alves, em que ele decide que o membro do Congresso Nacional que se licencia do mandato para investir-se no cargo de Ministro de Estado não perde os laços que o unem organicamente ao Parlamento. Consequentemente, continua a subsistir em seu favor a garantia constitucional da prerrogativa de foro de matéria penal, bem como a faculdade de optar pela remuneração do mandato.

Agora vem o item três: da mesma forma, ainda que licenciado, cumpre-lhe guardar estrita observância às vedações e incompatibilidades inerentes ao estatuto constitucional do congressista, assim como às exigências ético-jurídicas que a Constituição prevê e também os regimentos internos da Casa Legislativa estabelecem como elementos caracterizadores de decoro parlamentar.

Por isso, Sr. Presidente, neste momento, diante de tudo o que foi exposto, o nosso voto é pela impossibilidade de acumulação de vaga em conselho de administração de empresa pública, sociedade de economia

mista e outros órgãos da Administração Pública por Parlamentar investido no cargo de Ministro de Estado, por absoluta falta de amparo constitucional.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

A única modificação que foi feita: uma emenda aqui à ementa, que traz a data errada, Sr. Presidente. Foi a única alteração feita por nós, uma emenda corretiva à ementa do projeto de lei.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB. *Fora do microfone*.) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia para proferir seu voto em separado.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu vou me dispensar da leitura do voto que já apresentei, em razão até da economia do tempo, mas queria tão somente deixar registrado que os argumentos coincidem, quase em sua totalidade, com aqueles que foram apresentados pelo Senador Ronaldo Caiado.

Gostaria só de acrescer ao eminente autor, Senador Douglas Cintra, e ao Relator, Senador Romero Jucá, que se trata, no meu ponto de vista, de uma questão igualmente de princípio, com aconteceu na votação anterior.

A nossa Constituição adota uma teoria de separação rígida de Poderes, seguindo o modelo norte-americano. No modelo americano, inclusive – como aqui, no passado –, o Parlamentar tem de renunciar para exercer um cargo no Poder Executivo. O Brasil tolerou por exceção, como aqui foi lembrado, através de uma excepcionalidade, que o Parlamentar assuma o cargo de Ministro de Estado e não perca o mandato; mas tão-somente para essa exceção.

Carlos Maximiliano ensina, tão classicamente – sua obra tem 100 anos agora – que não podemos jamais interpretar as exceções de maneira extensiva, de maneira além daquilo que o texto específico determina. Então, desse modo, não me aprece possível, ainda que tenhamos alguns precedentes, como aconteceu na Câmara – e não podemos ter aqui um compromisso com algum equívoco vindo de lá –, que essa interpretação se possa dar.

Dizia o eminente Senador Douglas, sem entrar até no mérito do tema – estou tão somente em questões formais, constitucionais –, que a solução é aquela que o Senador Ronaldo Caiado disse há pouco, e eu sei também da sua autoria de uma PEC para resolver o problema. É bom lembrar também, como o Senador Jucá coloca em seu relatório, que existem vários órgãos de conselho em que o Parlamentar exerce o cargo – é verdade, mas eles não são conselhos de administração de empresas; são órgãos despersonalizados integrantes da própria Administração.

O Ministro da Agricultura, por lei, é o titular do Conselho Nacional do Café; o Ministro do Trabalho, por lei, é o titular Presidente do Conselho Curador do Fundo de Garantia, porque integram a Administração. Coisa distinta é empresa estatal, que tem lei específica e inclusive a determinação, pela Lei de S. A., da eleição de seus dirigentes através da assembleia geral, e toda a legislação que infere ao Direito empresarial e comercial.

Por esse motivo, apresentei o voto em separado, que fica no registro, pela impossibilidade, a meu juízo, de essa consulta ser aprovada, sem prejuízo futuro de uma PEC que aborde o assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Para considerações finais, concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero dizer que respeito muito a posição do Senador Ronaldo Caiado e do Senador Antonio Anastasia, mas discordo de ambos, aliás, como é natural em uma democracia.

O Senador Douglas Cintra faz uma consulta, exatamente para que nós possamos interpretar, efetivamente, um texto constitucional, e demonstra, na consulta que faz e no parecer que dou, que a assunção de um Ministro de Estado, que é Senador da República, em determinado conselho de administração, ocorre em cumprimento ou em desdobramento da sua função de ministro. Portanto, está diretamente correlacionado com a função para a qual foi nomeado.

Quero lembrar que a Câmara dos Deputados, através da Consulta nº 16, feita em 2011, teve esse mesmo entendimento que estou tendo aqui, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, porque entendeu que o Deputado Luiz Carlos Hauly, então Deputado Federal e Secretário de Estado da Fazenda, poderia assumir a Presidência do Conselho da Copel, Companhia Paranaense de Energia.

Então, nós temos aqui, efetivamente, uma lacuna que precisa ser preenchida. Eu até concordo e estou apresentando uma emenda constitucional exatamente para suprir essa questão. Mas, enquanto não tramita a emenda constitucional, todas as informações e todas as sinalizações – inclusive anteriores, como eu disse, da Câmara dos Deputados – são de que é possível a assunção desse encargo.

Na recomendação que faço, no voto que faço, ao final, ao concordar com a possibilidade de o Senador em exercício assumir como membro do Conselho, eu faço uma recomendação de que não haja o recebimento de qualquer remuneração adicional pela ocupação do referido cargo.

Por que faço isso?

Porque, normalmente, o Senador da República ou Deputado, quando assume o cargo de Ministro, ele opta pelo salário de Parlamentar, um salário que está no teto da remuneração, em detrimento do salário de ministro. Aí sim, ficaria ruim, na minha opinião, ele receber o salário de Senador e receber um jetom ou uma remuneração por conta da presidência de um Conselho de Administração que é sua atribuição gerir, como ministro de Estado.

Então, dentro desse espaço que a consulta trouxe, nós entendemos que, para o Ministro exercer, efetivamente, o seu papel, em determinados casos, é natural que ele possa, efetivamente, comandar empresas que tenham conselhos de administração recomendados sob o comando – e só sob o comando – do ministério do referido Ministro.

Esse é o voto, pela recomendação da possibilidade da assunção desse encargo, registrando que, na nossa opinião, ele não deveria incorporar qualquer tipo de remuneração adicional.

Portanto, o parecer é pela aprovação da consulta, nos termos feitos pelo Senador Douglas Cintra.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Para contraditar, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu gostaria de fazer, a esta altura da nossa reunião, uma observação: nós temos aqui um quórum efetivo de oito Parlamentares. Evidentemente, um quórum muito baixo. Não seria mais prudente adiarmos esta votação, que deverá acontecer agora, se não houver este entendimento, para uma reunião em que quórum seja estabelecido em números razoáveis?

É uma consulta que eu quero fazer.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – De acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – De acordo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR. *Fora do microfone*.) – Estamos sob o comando de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – E eu estou sob a prudente manifestação de V. Exªs.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, vamos agora ao item 14.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Não houve acordo para inversão de pauta e nem encerramos o item 6.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não entendi a colocação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Havia uma solicitação do Senador Ronaldo Caiado, para que, após a deliberação, a votação do item 6, nós pudéssemos fazer uma inversão de pauta em relação ao item 14. V. Exª chegou a anunciar.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Veja bem, essa inversão de pauta, a essa altura, não corrige o defeito que nos leva a pedir o adiamento, qual seja, a questão do quórum.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Desculpe-me – permita-me. V. Exª daria apenas a oportunidade para que o Relator pudesse apresentar o seu parecer. Não há votação, mas a apresentação do parecer seria um passo adiante no nosso processo democrático legislativo.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Nós ainda estamos na fase de discussão do item.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Achei que estivesse... Desculpe, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente. Se não houver pedido de verificação, a reunião pode prosseguir; se houver pedido de verificação do item 6, a reunião cai e não podemos ir ao item 14.

Da minha parte, não vou pedir verificação, mas isso cabe aos votantes em separado: se concordarem com a votação da maioria, a gente continua na pauta do 14, mas nós também não vamos pedir.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A verificação terá de ser feita, no mínimo, por três Senadores.

Deixe-me ponderar aqui.

A verificação poderá ocorrer ou não, o pedido ou não.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Ou não.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Primeiro, temos de encerrar a discussão; ainda está em andamento a discussão.

Então, vamos seguir a...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, só para contrapor, só para contraditar a tese levantada pelo Senador Romero Jucá. Quando ele diz que a função desta Comissão é interpretar o texto, perfeitamente, exatamente, mas V. Exª está interpretando além do texto. O texto restringe, ele é restritivo, ele diz a exceção. V. Exª está... Acredito que tenha sido Constituinte...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Estou interpretando qual é a exceção; estou dizendo que esta questão não está na exceção.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – A exceção é restrita, ela está redigida exatamente no art. 56, inciso I. Agora, V. Exª deseja ampliar a exceção. Então, não é uma consulta, porque a consulta já perde sua função no momento em que o Constituinte definiu quais são as regras e limitou essas regras a essa condição.

Então, com isso, acredito que o nobre colega vai caminhar pela emenda constitucional, porque, aí, sim, seria algo que daria até segurança ao próprio Ministro, para, amanhã, não ser penalizado, como estamos assistindo em situações como a da Presidente da República, que foi Ministra do Meio Ambiente, de Minas e Energia, depois Presidente da Petrobras. Isso mostra o quanto as pessoas ficam fragilizadas quando têm o comando do ministério e depois o comando do conselho.

Logicamente, esses exemplos atuais mostram que precisamos ser mais cautelosos e seguirmos à risca a Constituição brasileira.

Nessa posição, Sr. Presidente, não posso fazer o acordo de, realmente, apenas respeitar o resultado da votação, porque, com o número de apenas cinco Senadores no plenário, seria difícil darmos prosseguimento à pauta, já que uma matéria como esta exige uma votação da ampla maioria.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A Presidência consulta o Senador Ronaldo Caiado se ele pretende requerer verificação de quórum. Nesse caso, o seu requerimento teria de ser apoiado por três Senadores.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Se for exatamente pela rejeição do voto do Relator Romero Jucá, não farei nenhuma verificação.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Nós vamos defender a aprovação, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Isso não é uma hipótese: ou V. Exª requer ou não requer a verificação de quórum.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Como? Não ouvi, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A desistência por parte do Relator Romero Jucá depende da vontade unilateral dele.

Agora, quero saber se V. Exª vai requerer verificação de quórum, porque a minha preocupação...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – A verificação de quórum vai depender do resultado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Minha preocupação nesse ponto coincide com a de V. Exª: eu acho que nós estamos com quórum baixo. Se V. Exª vai requerer, formule o requerimento.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – A questão de ordem eu farei... A solicitação da verificação da votação eu farei...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Logo após o resultado. Está certo.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – V. Exª declarando o resultado, eu vou pedir verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e passo à votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª precisa ter o apoiamento de três Senadores.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Eu falo exatamente pelo... Eu sou Líder de Bancada, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Eu dou apoiamento, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – São cinco Senadores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Precisa ter a manifestação expressa dos três Senadores.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Como, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Os Senadores... O Senador que pede verificação precisa trazer, no seu requerimento, o apoio físico, efetivo, de quem esteja na reunião. No caso, serão três Senadores.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Mas, Sr. Presidente, quer dizer que a prerrogativa de Líder, então, não pode ser exercitada no momento em que...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A prerrogativa maior é a que está no Regimento.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu quero registrar que...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Então, eu gostaria que V. Exª me concedesse meia hora de prazo para que eu pudesse solicitar a presença dos demais colegas.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Não, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Para que eu pudesse, aí sim, fazer o requerimento.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Senador Ronaldo Caiado, só um minuto.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Pois não.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, em nome da elegância da disputa e da democracia, eu vou apoiar o requerimento do Senador Ronaldo Caiado de verificação.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Eu também apoio, Sr. Presidente. Temos três nomes, temos três Senadores.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Exatamente, para que não se possa efetivamente ganhar sem se discutir ou sem lhe dar o direito de pedir.

Portanto, a gente encerra a discussão e a gente retoma na votação, mas eu apoio o requerimento.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – José Pimentel também.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Tem que ser o autor do requerimento mais três. Até agora há dois.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Eu quero agradecer essa postura.

Muito obrigado, Senador Pimentel e Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu quero cumprir o Regimento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES. *Fora do microfone*.) – Eu também, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Também ao Senador Ferraço por esse gesto que realmente mostra a postura...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Aprovada a verificação de quórum, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, com apoio do Senador Romero Jucá, José Pimentel e Ricardo Ferraço.

A reunião será encerrada por falta evidente de quórum.

(Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 28 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2015, TERÇA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e três minutos, do dia doze de maio de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador José Pimentel (Vice-Presidente da CCJ), com a presença dos Senadores Jorge Viana, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Valdir Raupp, Jader Barbalho, José Maranhão, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Antonio Anastasia, Antonio Carlos Valadares, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Eduardo Amorim, Marcelo Crivella, Magno Malta, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Zeze Perrella, Paulo Paim, Ivo Cassol, Roberto Requião, Omar Aziz, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão, Raimundo Lira, Alvaro Dias, Ataídes Oliveira, José Medeiros, Douglas Cintra, Blairo Maggi, Elmano Férrer e das Senadoras Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Simone Tebet, Angela Portela, Ana Amélia, Rose de Freitas, Maria do Carmo Alves, Vanessa Grazziotin e Marta Suplicy, reúne-se a presente Comissão. Registram a presença os Senadores Lasier Martins e Hélio José. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião. A Presidência registra a presença de Suas Excelências: Ministro do Tribunal de Contas da União, Bruno Dantas; Ministra do Tribunal Superior Eleitoral, Luciana Lóssio; Governador do Estado do Paraná, Beto Richa; Vice-Governadora do Estado do Paraná, Maria Aparecida Borghetti; Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Deputado Ademar

Traiano; Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, Ivan Lelis Bonilha; Secretário de Estado de Infraestrutura do Paraná, José Richa Filho; Secretária de Estado de Justiça do Paraná, Maria Tereza Uille Gomes; Conselheira do Conselho Nacional de Justiça, Morgana Richa; Desembargadora do Tribunal de Justiça do Paraná e esposa do Sabatinado, Rosana Amara Girardi Fachin; Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil, Antônio César Bocheneck; Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná, Antonio Lopes de Noronha; Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Carlos Eduardo de Azevedo Lima; Secretário Nacional da Secretaria Nacional de Reforma do Judiciário, Flávio Crocce Caetano; Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Paulo Roberto Vasconcelos; e Secretário do Ministério da Justiça, Gabriel de Carvalho Sampaio. A Presidência registra, também, a presença de Suas Senhorias: filhas do Sabatinado, Camila Fachin e Melina Fachin; genros do Sabatinado, André Dias e Marcos Gonçalves; Secretário-Geral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Cláudio Pereira de Souza Neto; Professor da Universidade Federal do Paraná, René Ariel Dotti; e Procurador do Estado do Paraná e Professor, Manoel Caetano Ferreira Filho. Havendo quórum regimental para deliberação, a Presidência propõe a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 13, de 2015 – Não Terminativo.** *Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, combinado com o art. 84, inciso XIV, da Constituição Federal, o nome do Senhor LUIZ EDSON FACHIN para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Joaquim Benedito Barbosa Gomes.* **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor LUIZ EDSON FACHIN para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, com 20 votos favoráveis e 7 votos contrários. O Senhor Senador José Pimentel passa a Presidência ao Senador José Maranhão. O Senhor Presidente declara encerrada a presente Reunião, às vinte e duas horas e quarenta e dois minutos do dia doze de maio de dois mil e quinze; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador José Maranhão) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **José Maranhão,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Passo já.

Eu quero registrar que, no último domingo, perdemos o nosso Senador do nosso Estado de Santa Catarina. Uma boa parte dos nossos pares estiveram ali presentes, juntamente com o Presidente do Senado Federal, o Vice-Presidente, os nossos Senadores, prestando homenagem à família de Luiz Henrique da Silveira, e registrando a sua participação no Estado democrático de direito, a sua participação no Governo do Estado de Santa Catarina. E todos nós estamos muito sentidos. A sociedade brasileira e particularmente o Congresso Nacional sabem do vazio que aqui fica com a ausência do nosso Senador, ex-Governador e ex-Deputado Estadual e Deputado Federal.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Inscreveram-se pela ordem, primeiro...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Pela ordem também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – ...o Senador Cássio Cunha Lima; depois, o Ricardo Ferraço. Em seguida, Ronaldo Caiado, Eduardo Amorim, Requião e a Senadora Vanessa.

Cássio Cunha Lima, pelo prazo regimental.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pois não.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Nós estamos iniciando uma reunião desta Comissão de Constituição e Justiça que tem uma importância extremamente significativa.

Não estamos aqui para cumprir uma formalidade burocrática nem tampouco para estabelecer um mero rito de passagem. A Constituição Federal, estabelece no seu §1º do art. 1º, como todos sabemos, que "todo

poder emana do povo". O art. 2º estabelece quais são os poderes da União, entre os quais o Poder Judiciário. E a legitimidade do Poder Judiciário nasce exatamente do papel que devemos exercer no que diz respeito à legitimidade desse Poder Judiciário. Algumas pessoas questionam por que a Presidente da República tem a prerrogativa de indicar Ministros para o Supremo Tribunal Federal. É exatamente em decorrência da legitimidade do voto que a Presidente da República tem, já que tem, pela Constituição Federal, essas atribuições. Na sequência, nós outros, Senadores, também pela legitimidade do voto que possuímos, damos a aprovação ou a rejeição para os membros do Supremo Tribunal Federal, único poder do Judiciário que está presente em todo o País, em todos os Municípios, em todos os Estados, de forma verticalizada.

Portanto, tem sido praxe em outras comissões o fato de que, em sabatinas e audiências públicas, façamos questionamentos em bloco. Como se trata de sabatina para um Ministro do Supremo Tribunal Federal, desde já, a Liderança do PSDB requer a V. Exª que use o Regimento, e temos, para tanto, se necessário, questão de ordem para que os Senadores possam, individualmente, fazer os seus questionamentos, e o sabatinado responder um a um.

Não estamos aqui, repito, para um rito de passagem nem tampouco para mera formalidade burocrática. A responsabilidade dessa indicação é imensa, tanto que a própria Presidente da República levou nove meses para fazer a sua escolha. Não é correto que estejamos obrigados a, em nove horas, cumprir o nosso papel e nosso dever constitucional.

Então, desde já, fica a solicitação do PSDB para que os Senadores possam perguntar individualmente, deixando dito, desde já, que não há previsão regimental para as perguntas em bloco. As perguntas em bloco ocorrem quando há acordo, quando há concordância ...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Questão de ordem.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – ...do Plenário. Desde já, o PSDB manifesta sua posição contrária à formulação de perguntas em bloco, pela relevância do que estaremos fazendo na manhã e, seguramente, na tarde de hoje.

Portanto, lamento inclusive os critérios que foram usados para a inscrição e concluo minha palavra neste instante, Sr. Presidente. Ainda ontem, por telefone, consultei o Secretário-Geral desta Comissão sobre os critérios que seriam adotados para a realização das inscrições.

Muitos Senadores chegaram aqui cedo, entre os quais os Senadores Humberto Costa, Senador José Pimentel, Amorim, este que fala a todos, Caiado, Aloysio, entre outros.

Fomos surpreendidos pela abertura das inscrições sem que a reunião fosse aberta. Cochichou-se ao ouvido de alguns que as inscrições estavam abertas na Mesa. Eu, que fui o terceiro ou quarto a chegar, sou o décimo inscrito. Acho que não há muito o que fazer, apenas lamentar, mais uma vez, a falta de critérios, a falta de transparência que infelizmente tem caracterizado o Brasil nesta quadra, em que até mesmo Senadores são tratados de forma desigual. Sabemos que, através de regras de transparência, a República funcionaria melhor. Na República, não cabem segredos nem tampouco esse tipo de procedimento que não contribui para o Brasil que queremos.

Então, fica a posição manifesta do PSDB, por meu intermédio, como Líder do Partido no Senado, de que não aceitaremos a formulação de perguntas em bloco. Cada Senador deve perguntar, e o sabatinado responder individualmente.

Aqui estamos em uma sabatina de um indicado para Ministro do Supremo Tribunal Federal e não podemos deixar de cumprir o nosso papel constitucional de legitimar, como poder emanado do povo, o Poder Judiciário.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Estão inscritos...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não peço a palavra pela ordem, mas para uma questão de ordem.

Com base nos arts. 403, 383, inciso I, combinados com o art. 101 da Constituição Federal, peço a palavra a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Estava inscrito para uma questão de ordem e também pela ordem o Senador Ricardo Ferraço.

Por gentileza.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, a Constituição Federal, em seu art. 101, estabelece, de maneira objetiva, os critérios que os 11 Ministros que compõem o Supremo Tribunal Federal devem obedecer. É necessário ser cidadão brasileiro com idade entre 35 e 65 anos, possuir notório saber jurídico e reputação ilibada.

O indicado pela Presidente da República, o Dr. Luiz Edson Fachin, possui o pré-requisito do notório saber jurídico. É preciso reconhecer que, nos seus 40 livros e mais de 200 artigos por ele publicados, há uma intensa atividade intelectual e acadêmica, com vasta produção jurídica. O Dr. Fachin é uma fábrica do saber, em que pese algumas teses por ele defendidas serem bastante polêmicas e carregadas de muita ideologia.

Porém, analisando também o critério da reputação ilibada – e nesse ponto que faço esta questão de ordem, Sr. Presidente –, o Dr. Fachin realizou concurso público para provimento do cargo de Procurador do Estado do Paraná sob a égide da Lei Complementar Estadual nº 26, de 1985, mas sua nomeação ocorreu em 8 de fevereiro de 1990, por meio do Decreto nº 6.560, publicado no *Diário Oficial* nº 3.202, de 12 de fevereiro de 1990.

Em 5 de outubro de 1989, sobreveio a Constituição Estadual do Paraná, que, no inciso I do §3º do art. 125, dispõe ser vedado aos Procuradores do Estado do Paraná exercer a advocacia fora das funções institucionais. Ressalvou-se, apenas, a situação daqueles que já eram Procuradores do Estado do Paraná na data da promulgação da Constituição, por meio do art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o que não era o caso do Dr. Fachin.

Registre-se, aliás, ser absolutamente equivocada a afirmação constante da nota técnica emitida pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, segundo a qual a Constituição do Paraná, antes da reforma de 1999, não veda o exercício da advocacia privada aos Procuradores do Estado do Paraná, limitando-se apenas a impedir a advocacia contra o próprio Estado-membro.

Na verdade, Sr. Presidente. Srªs e Srs. Senadores, a revisão de 1999 alterou os incisos II e III do §3º do art. 125, mas em nada modificou o inciso I, que trata da proibição de advogar.

Ainda em 18 de janeiro de 1990, antes ainda da posse do indicado, foi publicada a Lei Complementar Estadual nº 51. Este diploma dispôs, no art. 5º, que é vedado aos ocupantes de cargo de Procurador do Estado do Paraná o exercício da advocacia particular, ressalvados os direitos dos atuais integrantes da carreira referido no art. 2º.

O art. 2º, por sua vez, referia-se aos membros que haviam ingressado na carreira antes da promulgação da Constituição estadual do Paraná em 1989.

É importante destacar que a Lei Complementar nº 26, de 1985, restou revogada por não ter sido recepcionada pela Constituição do Estado do Paraná em 1989.

Dessa forma, quando da posse do Dr. Fachin, tanto a Constituição estadual, quanto a Lei Complementar nº 51, de 1990, proibiam inequivocamente o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

Essa foi a decisão do constituinte derivado do Estado do Paraná. Não encontra fundamento na jurisprudência de nossos tribunais o argumento de que, por ter sido concurso realizado sob a égide de uma legislação, o futuro procurador estaria por ela regido ou protegido. Trata-se de um caso clássico de mera expectativa de direito, uma vez que a investidura em cargo público e por conseguinte a definição do seu regime jurídico se dá com a posse e não com a realização do concurso.

Dessa forma, é irrelevante que a lei complementar vigente à época do concurso permitisse a advocacia privada. No momento da posse, tanto a Constituição estadual do Paraná, quanto a Lei Complementar nº 51, de 1990, proibiam aos procuradores do Estado do Paraná o exercício da advocacia privativa.

De mais disso, é pacificado também na nossa jurisprudência que não há direito adquirido a regime jurídico de servidor público. Essa orientação, aliás embora ainda atual, não é nova, é amparada pelo Supremo Tribunal Federal desde 1954. A flagrante violação praticada por anos a fio pelo indicado ao exercer concomitantemente o cargo de procurador e advocacia particular também não foi justificada pelos argumentos de que somente lei federal poderia impor tal proibição.

E já vou concluindo, Sr. Presidente. Logicamente, o regime jurídico dos procuradores de Estado não se confunde com a tarefa de legislar sobre profissões; legislar sobre profissões é privativo da União, mas disciplinar o regime jurídico único de seus servidores públicos – e procurador do Estado se constitui servidor público. O Estatuto da OAB não proíbe a advocacia pelos procuradores de Estado, simplesmente porque essa matéria deve ser definida por cada Estado da Federação. Tanto assim que alguns Estados permitem e outros não.

A legislação paranaense, como vimos, proíbe essa atividade, tanto que podem os Estados-membros definir o regime jurídico dos seus funcionários públicos – e procuradores são funcionários públicos...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Concluindo, V. Exª já está indo para oito minutos, nobre Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Estou concluindo, Sr. Presidente. Que o STF já julgou constitucional regra prevista em Constituição estadual sobre a questão. No julgado assinado pelo Ministro Gilmar Mendes, estabeleceu-se que o regime jurídico dos procuradores pode ser definido pela Constituição estadual, competência esta que se insere no âmbito de autonomia dos Estados-membros.

Da mesma forma, a própria Ordem dos Advogados do Brasil, conselho federal, quando consultada por procuradores do Paraná sobre o tema, assim se manifestou: se a Constituição estadual veda a procurador de Estado o exercício da advocacia particular, a matéria é indiferente à OAB, trata-se de relacionamento estatutário entre o servidor e o ente público.

Dessa maneira, são legítimas todas as normas paranaenses que vedam a advocacia por seus procuradores uma vez que o Estado está, ao exercer o seu poder de autolegislação, fixando regras do regime jurídico de seus servidores. Não se trata de restrição de atividade profissional, mas de dizer a seus servidores que o regime jurídico único será estabelecido por esse critério.

Diante disso, Sr. Presidente, é possível concluir que o indicado, tendo tomado posse após janeiro de 1990, quando já se encontrava em vigor a proibição de advogar constante, tanto na Constituição Estadual do Paraná quanto na Lei Complementar nº 51/90, a atuação, no âmbito da advocacia privada, concomitante com o exercício do cargo de procurador.

Sr,. Presidente, com base nessa questão de ordem, eu invoco a V. Exª o art. 101 da Constituição Federal, para afirmar que o indicado não preenche os pré-requisitos constitucionais para que o seu nome possa ser submetido à Comissão de Constituição e Justiça. Dessa forma, estamos solicitando a V. Exª que, com base na Constituição Federal, V. Exª possa, como Presidente desta sessão, sobrestar a indicação por não preencher os requisitos constitucionais.

É a questão de ordem que faço a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Sr. Presidente, art. 403, parágrafo único, para contraditar.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Para contraditar, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Para contraditar a questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – A Presidência comunica aos nossos pares que esta questão de ordem já foi indeferida na reunião passada. Portanto, está preclusa e não acolho.

Com a palavra, o Senador Ronaldo Caiado.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, esta matéria, indeferida na sessão anterior, poderia ser novamente consultada ao Plenário neste momento, já que estamos tratando aqui da indicação de um Ministro do Supremo Tribunal Federal, que, como tal, será responsável exatamente pela interpretação da Constituição brasileira nos próximos anos.

Mas a solicitação que faço a V. Exª diz respeito, primeiro, ao tempo que será dado a cada Senador e a cada Senadora, para que possam formular as perguntas, ouvir as respostas e continuar formulando outras perguntas que virão exatamente na esteira daquilo que for respondido pelo arguido. É inadmissível e inaceitável que, numa sessão como esta, em que o Brasil todo aguarda o Senado Federal utilizar das suas prerrogativas para levantar as questões encaminhadas também pelo sistema que foi liberado pelo Senado Federal, para que a sociedade brasileira pudesse interrogar ou perguntar ao arguido... Com isso, nós temos aqui a necessidade de não limitarmos o tempo na sessão de hoje, .

Objetivamente, como são vários inscritos – temos 81 Senadores e Senadoras com a prerrogativa de formularem perguntas hoje –, seria mais lógico que fizéssemos uma sequência entre os cinco primeiros inscritos tomando toda a manhã. Depois, no período da tarde, mais cinco ou seis inscritos, para que pudéssemos, aí, sim, dar continuidade a uma arguição que pudesse exaurir, esclarecer definitivamente qual é a posição do candidato, do arguido que pretende assumir a cadeira no Supremo Tribunal federal.

É inadmissível a prática de bloco, é inaceitável a tese de o arguido escolher o que deve responder, porque ele não tem como. Não é nem por má-fé, Sr. Presidente.

Veja bem: se cada Senador formula ou vai formular oito, dez, quinze ou vinte perguntas, como ele vai dar conta de anotar todas elas e responder uma por uma? Quer dizer, é totalmente inexequível essa prática que se estava fazendo até hoje.

Então, como estamos instalando uma nova metodologia para arguir os Ministros do Supremo, eu peço a V. Exª, em primeiro lugar, que nos dê o tempo ilimitado, até que tenhamos respostas às nossas perguntas formuladas.

Segundo ponto: esta Comissão recebeu a presença, na semana passada, do Presidente Renan Calheiros, dizendo o quanto ela avançou na parte da informatização. Colocaram ali um painel, computadores, para que pudéssemos ter acesso a toda a matéria que está sendo discutida *on-line*.

A solicitação que fiz a V. Exª, e faço, é a de que, no momento da minha arguição, da sabatina, eu possa apresentar algumas perguntas. Por serem comparativas, por serem textos comparativos, quero utilizar exata-

mente o audiovisual, o PowerPoint, para que o arguido possa ter clareza daquilo que está sendo perguntado, exatamente da minha dúvida em relação ao texto.

Desta maneira, solicito, num primeiro momento, o tempo ilimitado aos Senadores e, num segundo momento, a autorização para que eu possa reproduzir aqui a montagem que foi feita das perguntas que pretendo formular ao arguido.

São essas as posições que solicito a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pela ordem, o Senador Roberto Requião.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pela ordem, Senador Eduardo Amorim.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, V. Exª não respondeu a minha pergunta.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Pensei que ia ser atropelado de novo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Jamais será atropelado, nesta Casa, qualquer Senador ou Senadora.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Estou anotando todas para responder em seguida.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, se essa prática for feita pela Presidência da Comissão, V. Exª está dando um argumento para que o arguido também possa beneficiar-se da tese aplicada por V. Exª.

Temos de dar o bom exemplo.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Estou recebendo...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Acho até, por uma questão de educação, Sr. Presidente, não custa nada a cada Senador ter a condição de poder contraditar diante da decisão de V. Exª. São pontos importantes.

Afinal de contas, embasei as perguntas que farei ao arguido dentro de uma projeção que está aqui preparada para ser...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – A Mesa responderá ao questionamento do Senador Ronaldo Caiado nos termos regimentais, até porque a educação faz parte da família brasileira.

Com a palavra o Senador Eduardo Amorim.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – O Regimento da Casa não trata desta matéria, Sr. Presidente. V. Exª, então, não vai deliberar sobre essa questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Claro que vamos. Em seguida.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, gostaria que V. Exª nos informasse a ordem de inscrição para os questionamentos, as perguntas e os debates.

Como já sei previamente, quero aqui lamentar. O bom costume é norma em qualquer lugar do mundo. Aqui não é diferente. Chegamos cedo, muito cedo, a esta Comissão, pois o gabinete é aqui vizinho.

Infelizmente, a lista e a ordem de chegada não foram respeitadas, e não está sendo respeitada a ordem de inscrição para se falar e se fazer as perguntas, o que lamento muito, principalmente vindo de V. Exª, um Líder, que, com certeza, tem de todos nós o respeito e a consideração. Estranho essa atitude de não se respeitar a ordem de chegada.

O Senador José Medeiros está aqui desde cedo. O seu gabinete é aqui vizinho. Ele passava e estava desde cedo. No entanto, não é um dos primeiros na ordem de chegada. Os critérios escolhidos de ordem de inscrição para fazer os questionamentos não estão sendo democráticos. Não se está respeitando a ordem de chegada, que é norma, bom costume em qualquer canto do mundo.

Lamento isso, principalmente, Sr. Presidente, vindo da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira para uma questão de ordem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Em reunião desta Comissão, o Senador Alvaro Dias apresentou o seu relatório, e quero aproveitar a oportunidade para louvar, mais uma vez, o bom senso, a honestidade intelectual, a fidelidade aos seus valores, aos valores da democracia, aos valores do Direito, que sempre caracterizaram a atuação do Senador Alvaro Dias, ainda que se possa ter divergência quanto a sua opinião nesta matéria.

Agora, nessa reunião, Sr. Presidente, foi esboçada uma controvérsia a respeito da legitimidade do exercício da advocacia privada concomitantemente à advocacia para o Estado, ao exercício das funções de Procuradores do Estado do Paraná. Foi uma controvérsia apenas esboçada naquele momento.

Uma questão que surpreendeu a todos nós – e louvo a argúcia do Senador Ferraço –, surpreendeu mesmo porque havia, nos currículos distribuído pelo indicado, uma omissão no currículo Lattes. O currículo Lattes não fazia referência a sua passagem pela Procuradoria do Estado do Paraná, ao passo que o currículo distribuído aos Senadores fazia menção a esse importante momento da sua atividade profissional.

Naquele momento, Sr. Presidente, não tínhamos ainda amadurecido essa questão.

Eu suscitei, e vários suscitaram, a necessidade de termos uma audiência pública dedicada especificamente à elucidação dessa matéria, que, no meu entender, é absolutamente crucial, quase que uma preliminar para a deliberação a respeito das questões jurídicas que seguramente serão levantadas para o indicado.

Depois dessa sessão a que me refiro, vieram a público dois pareceres, dois estudos técnicos produzidos por consultores do Senado: um, respaldando a legitimidade desse exercício concomitante; e outro, negando a legitimidade. Foi um assunto amplamente debatido na opinião pública, nos meios jurídicos, e, já no início desta sessão, novamente levantado pelo Senador Ferraço.

Penso que, diante disso, Sr. Presidente, é mais do que necessário que nos dediquemos com profundidade a esta questão.

O Regimento Interno prevê a possibilidade de o Relator, antes da sabatina, diante de questionamentos, necessidade de aprofundamento de determinadas questões, ouvir especialistas, técnicos, em audiência pública. Por isso, reitero a V. Exª aquele pleito formulado pelo Senador Caiado de realizarmos uma audiência pública sobre essa questão. É mais do que necessário, uma vez que o mundo jurídico brasileiro está muito focado nessa questão, e é uma preliminar para a nossa decisão a realização dessa audiência pública, chamando agora, se for necessário, os dois consultores responsáveis pelos dois pareceres a que me referi.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador Aloysio, a audiência pública...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – A senhora está inscrita, Senadora.

A audiência pública já foi indeferida pelo Plenário desta Comissão, portanto, matéria vencida.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin. (*Pausa.*)

Saiu?

Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Não, Sr. Presidente. Eu vou me limitar a manter minha inscrição para a indagação do sabatinado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann, pela ordem.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente, só para buscar uma informação com V. Exª. As questões de ordem que estão sendo levantadas aqui reiteradamente têm tratado sobre o mérito, inclusive com a ausência do candidato que devemos ouvir. Eu gostaria de pedir a V. Exª que, se outra questão de ordem for colocada pelo mérito, de pronto, V. Exª pudesse retomar a palavra e pudéssemos iniciar a sessão, a sabatina, porque vai ser longa e já estamos há muito tempo fazendo discussões que não são de questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Então, respondendo o conjunto...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – A minha questão de ordem é de procedimento, Sr. Presidente. A minha questão de ordem é de procedimento.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Vou agora esclarecê-los.

O primeiro registro, aqui temos 24 Senadores e Senadoras já inscritos. Portanto, esse é o número. Tive o cuidado de observar que todos são membros da CCJ, e, mais o relator, 25.

Portanto, esse é o público que, até então, tem interesse de participar do debate. Para a Mesa Diretora dos trabalhos, estamos iniciando e não temos teto para encerrar esta sessão.

Senadora Vanessa, para uma questão de ordem, para respondermos em bloco.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, na realidade, primeiro, não estou aqui e nem me foi solicitado que defendesse a Mesa, entretanto, meu gabinete foi comunicado de que, às 10 horas, estariam abertas as inscrições.

Eu até confesso que fiquei bem lá atrás, porque dormi no ponto aqui e fui comunicada pelos meus colegas Parlamentares vizinhos de bancada de que a abertura das inscrições estava sendo feita. Apenas para registro.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, creio que devemos continuar a aplicar a metodologia que esta Comissão vem aplicando ou que aplicou com os indicados anteriores. Eu acho que temos de fazer em bloco, sim.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O Regimento ampara, por exemplo, o Parlamentar a ter a réplica, a voltar a fazer perguntas. Então, acho que o bloco seria ainda, Sr. Presidente, a melhor opção. Eu defendo isso, pois acho que há mais maleabilidade. Apesar de parecer que, individualmente, há melhores condições, o que percebemos, em outras comissões em que isso acontece, é que há um pingue-pongue muito rápido que não nos leva a lugar nenhum. Eu creio que o melhor caminho seria o bloco, Sr. Presidente, de três, quatro ou cinco – V. Exª pode sugerir.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Sr. Presidente, veja bem: estamos em via de começar uma sabatina que, seguramente, não é uma sabatina comum. Ela é comentada há mais de 20 dias em matérias de capas pelos jornais e pelas revistas. E hoje os jornais e os portais todos tratam, de forma absolutamente singular e prioritária, da sabatina do Dr. Fachin. Não se trata, portanto, de uma sabatina normal. Ela é acompanhada pelo Brasil inteiro, há manifestações favoráveis e contrárias. E é preciso que os Senadores que vão votar tenham a oportunidade de ouvir todas as exposições, respostas ou esclarecimentos que o sabatinado tem a apresentar. É impossível apresentar um bloco de cinco perguntas e o sabatinado responder detalhe por detalhe às perguntas de cinco Senadores que têm questionamentos.

Eu insisto na tese colocada por alguns Senadores, a começar pelo Senador Ronaldo Caiado, de que, tendo em vista a singularidade desta sabatina que o Brasil todo, repito, está acompanhando, o Dr. Fachin tenha, até em beneficio próprio, a oportunidade de responder questionamento por questionamento para esclarecer todos os fatos e se credenciar ao voto "sim" ou "não", em função das respostas que ele possa dar...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – ... não em bloco, mas individualmente aos questionamentos que sejam feitos e que possam ser objeto de desdobramentos em dúvidas que se sucedam às primeiras respostas.

Há uma segunda colocação que quero fazer. O Senado gastou um bom dinheiro na modernização, pela via da informática, do painel eletrônico. Nada mais simples do que, ao registrar a presença, o painel eletrônico registrar a ordem de chegada, a ordem de registro de presença. É uma coisa automática, é uma mexida no *software*. Com isso, o Presidente fica com elementos para fazer a inscrição pela ordem da chegada. Nada mais simples. O investimento está feito, é só acrescentar ao *software* um elemento de indicação de ordem de chegada. Com isso, mostra-se a prioridade que cada Senador dá aos trabalhos que estão em vias de começar.

São as colocações que faço a V. Exª, para as quais peço a atenção da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra, o Senador Randolfe Rodrigues, pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Sr. Presidente, faço uma questão de ordem para que encerremos as questões de ordem. (*Risos.*)

Veja Excelência...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com o apoio da Mesa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Há uma preliminar que foi suscitada aqui pelo Senador Ricardo Ferraço. Essa preliminar foi indeferida por V. Exª. A insistência nessa preliminar não procede, só tendo, neste momento, um objetivo: postergar a reunião.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Para contraditar, posteriormente, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente, o encaminhamento que quero fazer à Mesa: os questionamentos feitos pelo Senador Ricardo Ferraço e por outros Senadores podem e devem ser feitos agora, no momento da sabatina, para o sabatinado, o Dr. Fachin. A continuar assim, nós estaremos, cada vez mais, postergando o mérito do que procuramos fazer aqui, que é sabatinar ao Dr. Fachin, tratando de uma preliminar que não tem acolhida da Mesa, que não tem sustentação neste momento, a não ser que haja um recurso para que ela seja apreciada pelo Plenário. E, se houver, isso também deve ser resolvido de pronto.

Então, uma questão de ordem é para encerrarmos as questões preliminares e irmos direto ao que se objetiva nesta audiência da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Indefiro a questão de ordem por não ter previsão regimental.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – V. Exª pode utilizar o art. 14, porque foi citado.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Que fique requerido o art. 14, com sua anuência.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pelo art. 14, ao Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Apenas para lembrar que o art. 407 do nosso Regimento Interno, Regimento Interno do Senado Federal, veda a apresentação da mesma questão de ordem na mesma sessão. Então, a Mesa tem decidido de forma preliminar pelo não acolhimento das questões de ordem por terem sido apresentadas em sessão outra. O art. 407, Sr. Presidente, do Regimento Interno garante a qualquer Senador a apresentação da questão de ordem, desde que estejamos em outra sessão, como é o caso.

Portanto, acredito serem extremamente relevantes os temas que estão sendo debatidos. Não vamos sabatinar um diretor de agência por mais importantes que sejam as agências reguladoras. Nós estamos diante, Sr. Presidente, da sabatina de um indicado para o Supremo Tribunal Federal, e o nosso papel aqui é fazer com que a legitimidade do Poder Judiciário, que emana do povo, seja exercida.

Está escrito na nossa Constituição. Eu tive a honra de ser Constituinte. E quando o §1º do art. 1º da nossa Constituição diz que todo poder emana do povo e, no art. 2º, diz que o Poder Judiciário compõe os Poderes da União, a legitimidade do Poder Judiciário se caracteriza nesse instante e na subsequente decisão do Plenário. Ela nasce da indicação da Presidente da República, que tem a atribuição constitucional, pela legitimidade do voto que recebeu. Daí por que o poder emana do povo, e o Senado Federal, na sequência, é quem dá a legitimidade ao Poder Judiciário.

Nós não estamos numa sessão protocolar. Aqui não se trata de um rito de passagem, eu já disse. Eu vou lembrar o Senador Pedro Taques, hoje Governador do Mato Grosso, que em tantas outras oportunidades dizia que sabatina não pode se transformar em ação entre amigos. O Brasil inteiro está atento ao que acontecerá na manhã e na tarde de hoje no Senado Federal. Não é possível que este Senado da República, por qualquer que seja o interesse, possa diminuir o seu papel. É por isso que somos desrespeitados nas ruas, é por isso que a sociedade está cada vez mais rejeitando os políticos.

O povo brasileiro, as pessoas não aceitam mais esse tipo de manobra. A República não convive com segredos nem admite surpresas, e o que queremos é ter um rito transparente, amplo, no qual o grande beneficiário poderá ser o próprio sabatinado. Muitos dos Senadores e Senadoras aqui presentes não firmaram ainda um juízo de valor, estão aguardando a sabatina para que o sabatinado possa assumir compromissos com a República, com as liberdades democráticas, com a nossa Constituição. Tudo que é dito por um sabatinado nesta sessão, no meu entender, vincula suas decisões futuras no Supremo Tribunal Federal, sob pena de cometer crime de responsabilidade.

Portanto, não podemos transformar a sabatina de um Ministro do Supremo Tribunal Federal, com todo respeito aos síndicos, em reunião de condomínio. Nós não estamos numa reunião de condomínio onde perguntas possam ser feitas em bloco.

Já foi feita, na abertura desta reunião, a indagação a V. Exª, que está sendo renovada neste instante, para que possamos respeitar o povo brasileiro. Estamos aqui para respeitar o povo brasileiro, que votou conosco para que possamos desempenhar o nosso papel, e o mínimo de respeito que se pode praticar neste instante é que se cumpra o Regimento e que cada Senador possa indagar individualmente o sabatinado, não se adotando o mecanismo de perguntas em bloco, o que é uma prática para economizar tempo.

Ora, a Presidente da República levou nove meses para indicar o seu escolhido. Por que somos obrigados a escolher ou rejeitar em nove horas? Não faz sentido isso.

Vamos respeitar o povo brasileiro, vamos dignificar o mandato que nos foi concedido. Estamos aqui com um mandato, somos representantes de uma sociedade, e essa é a hora de legitimação do Poder Judiciário, porque todo poder emana do povo. E, em nome do povo brasileiro, vamos fazer uma sabatina séria em que o sabatinado tenha a oportunidade de apresentar seu pensamento político, jurídico, sociológico e vincular suas respostas às futuras decisões que poderão, eventualmente, tomar, caso seja aprovado, no Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pelo art. 14, Sr. Presidente.

Pelo art. 14, eu fui citado duas vezes.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Presidente Pimentel, apenas para pedir inscrição para perguntas, independentemente de participar da Comissão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, a questão que eu apresentei a V. Exª é preliminar. É uma questão que antecede o debate relacionado ao mérito. V. Exª tornou minha questão de ordem preclusa. Não, Sr. Presidente! Nós apresentamos uma nova questão de ordem nesta Comissão. E desejo recorrer da decisão de V. Exª para que o Plenário possa se manifestar com relação à questão de ordem que fiz com base nos arts. 405, 406, 407, 408 do nosso Regimento Interno, considerando o art. 101 da Constituição Federal, que estabelece as pré-condições ou as preliminares para o indicado à vaga da mais elevada Corte da Justiça brasileira. Portanto, quero recorrer da decisão de V. Exª para que possa ouvir o Plenário. Se esse for o juízo de valor do conjunto das Srªs e dos Srs. Senadores, aí não há mais o que discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O indeferimento do recurso de V. Exª foi sobre matéria vencida e preclusa. São dois fundamentos que a Mesa indeferiu. Portanto...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não... Mas não há matéria vencida. Eu apresentei uma nova questão de ordem nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Recebo o recurso, e vamos encaminhar ao fórum competente.

Com a palavra, o Relator.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Fórum competente, o que é, Sr. Presidente?

Qual é o fórum competente? Qual é o fórum competente? Não é o Plenário?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Sr. Presidente; Srs. Senadores, Srªs Senadoras...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Eu pedi antes do Relator...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra, o Sr. Relator.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Sr. Presidente, quero, coerentemente, defender a postulação dos Srs. Senadores relativamente ao procedimento a ser adotado para o questionamento ao sabatinado. Defendo o questionamento individual: pergunta e resposta para valorizar o debate. Não será uma ação entre amigos, seguramente, esta sabatina! Não é o que desejamos.

Quero, Sr. Presidente, que, ao adotarmos esse procedimento nesta sabatina, se consagre a jurisprudência para que em todas as demais sabatinas e audiências públicas, realizadas nesta Casa, esse seja o critério adotado para o questionamento de sabatinados. Portanto, Sr. Presidente, faço este apelo a V. Exª para que atenda esse apelo, formulado em várias questões de ordem.

Creio que esse sistema de debate aberto, com vida inteligente, vai favorecer o sabatinado por suas qualidades, por seu talento, por seu preparo. Certamente, será importante essa modalidade de questionamento para que ele possa convencer eventuais duvidosos em relação a sua postura ética, ao notório saber jurídico; enfim, as condições exigidas para que ele possa ocupar a vaga de Joaquim Barbosa no Supremo Tribunal Federal, instituição onde estão fincados alicerces essenciais do Estado de direito democrático.

Portanto, Sr. Presidente, considero importante o atendimento a esse pleito para que se estabeleça aqui o debate verdadeiro.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Portanto, encaminhadas...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – ...as questões de ordem levantadas pelo Senador Cássio Cunha Lima e pelo Senador Ronaldo Caiado, vamos fazer as arguições individuais, como solicitado, e a Mesa está fixando em cinco minutos para garantir a réplica e a tréplica

Portanto, nós vamos assegurar o prazo de cinco minutos para cada Senador ou Senadora, individualmente, assegurando a réplica e a tréplica, conforme prevê o nosso Regimento.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Teremos cinco minutos de réplica?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Cinco minutos para tudo é muito pouco.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Três minutos pelo Regimento...

Respondo ao Senador Ronaldo Caiado na questão do *data show*. Não há previsão regimental. Nós vamos pedir à assessoria para reproduzir o material e distribuir a todos os Senadores e Senadoras, como forma de dialogar com a matéria que V. Exª elaborou.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – E a ordem de inscrição, Sr. Presidente?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Sr. Presidente, V. Exª está usando por analogia o artigo 398, inciso X, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sobre os inscritos: nós temos 25 inscritos, todos falarão.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Sr. Presidente, por gentileza, para um esclarecimento...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Presidente, por gentileza, por que o senhor não seguiu a ordem de chegada? O senhor não respondeu.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – V. Exª usou por analogia, quero supor, o artigo 398, inciso X, do nosso Regimento Interno...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pois não.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Para fixação do tempo. Diz o dispositivo:

X – terminada a exposição do Ministro de Estado [...]

É o tempo que o Regimento estabelece para inquirição e interpelação a Ministro de Estado.

Sr. Presidente, eu insisto mais uma vez, em nome do povo brasileiro, em nome das pessoas que estão nos acompanhado pela TV Senado: é inconcebível que este Senado seja reduzido a um simples carimbador de processos.

Não estamos aqui para fazer outra coisa senão representar a sociedade, representar as pessoas que têm perguntas a fazer ao sabatinado. Esclarecimentos necessitam ser feitos. Não é razoável, Sr. Presidente, que os Senadores e as Senadoras da República estejam limitados a cinco minutos para suas perguntas e dois minutos para suas réplicas.

Até porque a soma dos tempos – nós estamos falando, portanto, numa matemática simples, em sete minutos – é menor do que os dez que usualmente foram aplicados em outras sabatinas. Nas outras sabatinas, nós tínhamos pelo menos, para cada Parlamentar, dez minutos. A Mesa está reduzindo esse tempo a sete minutos.

Perdoe-me a franqueza, e talvez eu seja até rude sem que seja essa a minha intenção: Sr. Presidente, é uma vergonha. É uma vergonha ver a sociedade brasileira acompanhando esse processo há tantos dias, esse Senado da República de joelhos, genuflexo, deixar de cumprir a sua função constitucional.

O que está sendo feito neste instante é rasgar essa Constituição brasileira. Nós estamos aqui para zelar por ela. Nós estamos aqui para legitimar o poder do povo e legitimar o Poder Judiciário. É neste exato momento que se legitima o Poder Judiciário, Sr. Presidente.

Não é possível que a Presidente da República leve nove meses, uma gestação, para indicar o seu nome, e os Senadores disponham de menos de nove minutos para realizar o seu papel constitucional.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES. *Fora do microfone*.) – É aviltante!

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – É inaceitável, Sr. Presidente. A Presidente da República tem nove meses para fazer suas escolhas e os Senadores terão menos de nove minutos para formular suas perguntas.

Sr. Presidente, que prevaleça o bom senso.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Nós não temos compromisso em terminar essa sabatina hoje. Se for preciso, ela se concluirá, amanhã. Qual o problema?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Concluindo, nobre Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – É inconcebível, Sr. Presidente, que os Senadores e Senadoras disponham de sete minutos numa sabatina de um Ministro, de um indicado para o Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Estou aplicando o Regimento, conforme V. Exª pediu.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – E a lista, Sr. Presidente? Cadê a lista?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente.

(Soa a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Na minha questão de ordem, eu pedi para que o senhor pudesse ler a sequência dos inscritos.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Eu estou resolvendo as várias questões de ordem para ordenar os trabalhos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador Magno Malta, pela ordem.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Sr. Presidente, eu quero fazer um registro.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Eu estou inscrito, Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Eu quero fazer um registro, reiterando as colocações de bom senso que foram feitas aqui, inclusive, agora, mais um vez, pelo Senador Cássio Cunha Lima.

A Presidente demorou nove meses para parir esse momento. Isso aqui não é caldo de cana que se faz na hora. Isso não é casa de caldo de cana, isso é o Senado da República. E não é possível... Se tivermos, Sr. Presidente, que passar hoje, amanhã e depois de amanhã, nós passaremos.

Nós não poderemos oferecer, a toque de caixa, um momento absolutamente importante à sociedade brasileira.

É como se estivéssemos surdos para as ruas. Não é isso que as ruas estão falando, não é isso que o povo está aclamando, e o povo precisa que tenhamos posicionamentos sérios e serenos.

Sr. Presidente, tenho dois mandatos de Senador, antes fui Deputado Federal, e nunca vi na minha vida uma celeuma tão grande instalada em torno do nome de uma pessoa, que inclui pressão, que inclui discursos os mais nefastos possíveis, de uma série de coisas que apareceram.

Cito um exemplo a V. Exª. Cheguei a esta Casa pela via do voto, como V. Exª e todos aqui, enfrentando debate em televisão, enfrentando debate em rádio, sem ter hora para terminar, ouvindo palavrão, gesto obsceno nas ruas, daqueles que não concordam com aquilo que pregamos. E chegamos aqui pela via e pelas mãos daqueles que concordam com aquilo que pregamos. Ora, se posso ir a um debate de rádio, um debate de televisão e debater, ouvir bobagem e, muitas vezes, acusado até do que não fui, por que um sabatinado tem que resolver a situação dele no meu gabinete comigo? Ele tem que responder aqui publicamente a cada Senador.

Sr. Presidente, o Brasil pode não concordar comigo, mas o Espírito Santo me deu mais de um milhão de votos para que eu viesse para cá. E as pessoas, no meu Estado, que me deram mais de um milhão de votos, me deram para que eu cumprisse esse papel hoje aqui, que preciso cumprir, sabatinando o Dr. Fachin. Estou aqui na minha posição de Senador, na minha posição de cidadão.

Em nenhum momento, questiono a posição de honradez desse cidadão, mas é preciso que o Brasil, que olha para esse cenário nesse momento, saiba realmente que não seremos carimbadores da República, como dizia o nosso querido Raul Seixas: "Não sou carimbador". E, depois, o segundo ponto é que isso aqui não é casa de caldo de cana; e, terceiro, se ela levou nove meses para parir, por que precisamos entregar esse feto na mesma hora?

É importante que discutamos, é importante que ele responda a cada um de nós, e essa limitação de tempo é absolutamente brincalhona. Não dá para ser sabatinado em cinco minutos, entendeu? Não dá para, dentro de sete minutos, falar. Por exemplo, tenho aqui. Como resolvo isso com cinco minutos? Não resolvo com cinco minutos, mas também não vou exagerar com 20, 30, ou com 40. Tenho os meus questionamentos, tenho minhas dúvidas. Assim como uma associação de juristas o recomenda, tenho uma associação de outro tipo de liderança que "desrecomenda" e temos razões pelas quais, e quero saber.

Por isso, faço esse questionamento, em respeito ao povo deste País, em respeito às ruas, em respeito a mim, porque não sou nomeado pelo Governo, fui eleito pelo voto popular. Em respeito a mim, quero debater, questioná-lo, quero tempo para isso e acho que é plausível. Este é o Senado da República, não é uma casa de caldo de cana.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Para uma questão de ordem, o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, a questão de ordem formulada pelo Senador Ferraço se baseia no art. 101 da Constituição brasileira, que determina exatamente que uma das condicionantes é a reputação ilibada. Esse é o ponto que coloco.

Segundo, V. Exª diz que a audiência solicitada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira já foi derrotada também na reunião anterior.

Temos aqui, Sr. Presidente, do Senado Federal, duas notas: uma Nota Informativa 1.501, de 2015, e uma Nota Informativa 1.385, de 2015. Esta aqui, pelo Consultor Legislativo João Trindade Cavalcante Filho, diz que realmente ele não pode ocupar o cargo de Ministro porque, naquele levantamento feito, não podia jamais ter utilizado da prerrogativa, como procurador do Estado, da advocacia privada. Esse aqui. O outro, do mesmo Senado Federal, o Consultor Legislativo Fernando Trindade, diz que ele pode. Então, veja bem, esta Casa tem dois pareceres, um dizendo que não pode e outro dizendo que pode.

Senador Alvaro, veja bem, não sou constitucionalista, não sou advogado, sou um médico, sou um ortopedista, não quero aqui trazer para o debate, junto com essa produção intelectual do candidato, discussões do campo jurídico. A preocupação nossa é como ele vai se comportar em relação a temas sobre os quais gostaríamos que ele respondesse.

Venho, Sr. Presidente da Comissão, e utilizo o Regimento Interno naquilo que é convocação de Ministro de Estado. Quando um Ministro de Estado é convocado para dar satisfação sobre algo que está ocorrendo no País, tem essa definição de cinco minutos.

No que diz respeito especificamente a ministros do Supremo, é exatamente o que foi levantado...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Concluindo, nobre Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Para concluir, Sr. Presidente, calma.

Sr. Presidente, eu acho que, como é um assunto extremamente importante, não podemos aqui ter a pressa da Mesa em querer achar que vamos aceitar cinco minutos, Presidente. O senhor me desculpe. Eu não vou aceitar cinco minutos, Presidente. Não estou aqui para aceitar cinco minutos. Sem dúvida nenhuma, nenhum Senador aqui pode aceitar cinco minutos, porque isso é um desrespeito a nós...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Olha, se um Senador da República vem aqui...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – A Mesa tem de cumprir o Regimento.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – A Mesa, Sr. Presidente, entre aspas. V. Exª é eleito no Ceará, como eu sou eleito no Estado de Goiás, está certo?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – O Regimento é omisso, Sr. Presidente, o senhor está adotando a analogia do art. 398.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – A prerrogativa da Mesa tem de ser alicerçada dentro do Regimento Interno. Não pode haver aqui decisões autoritárias. O embasamento feito pelo Senador Ferraço aqui mostra que esta reunião tinha de ser, neste momento, sobrestada, e tínhamos de promover uma audiência pública para chegar à conclusão sobre o que a assessoria do Senado pensa.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Concluindo, Sr. Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Eu não sou advogado, nem sou constitucionalista. Estou diante de duas situações. Qual é a situação correta? Ele pode ser ou ele não pode ser, se a própria Consultoria Legislativa do Congresso Nacional não me tranquiliza em relação ao fato?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Nós faremos a...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Então, Sr. Presidente, essa situação – eu quero só continuar meu raciocínio. V. Exª está usando o Regimento Interno para convocação, comparecimento de Ministro de Estado.

Aqui está. V. Exª não pode levar aquilo que temos aqui, que é exatamente a questão de ordem formulada pelo Senador Ferraço, em que coloca claramente: "Solicitada a audiência, fica sobrestada a decisão, tamanha a gravidade do fato, por ser norma constitucional, por ser condicionante para que ele possa exercer o mandato de ministro do Supremo Tribunal Federal." Esse é o fato que tem de estar colocado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O requerimento de audiência pública já foi deliberado por esta Comissão.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Não foi deliberado porque, até então, Sr. Presidente, não tínhamos os dois pareceres. No momento em que o Senador Ferraço...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – ...apresentou a questão de ordem, não tínhamos essa decisão da Casa. Não existia isso aqui. Agora, estamos diante de uma outra...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – ... realidade. E essa realidade nós precisamos esclarecer, ou senão...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O tempo de V. Exª é igual ao dos demais Senadores. Por gentileza, concluindo.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – ... o que vale a Constituição brasileira?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Parecer não é decisão da Casa, Sr. Presidente. Por favor, essa matéria está vencida.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Eu estou falando. Eu estou falando.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, eu fiz uma questão de ordem a V. Exª, que V. Exª indeferiu. Está correto. V. Exª tem a prerrogativa de indeferir e não há, nesse campo, qualquer conflito com a decisão de V. Exª, mas eu apresentei um recurso da decisão de V. Exª para que V. Exª possa ouvir o Plenário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O.k., vamos votar.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Tem apoiamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Eu vou propor à Mesa a votação da questão de ordem indeferida pelo presidente dos trabalhos.

Aqueles Senadores e aquelas Senadoras que concordam com a Presidência dos trabalhos permaneçam como estão, e aqueles que são contrários, por gentileza, levantem a mão. (*Pausa.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – A questão de ordem foi rejeitada.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Muito bem.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Verificação de votação, Sr. Presidente.

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Verificação, verificação.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Há apenas dois apoiamentos.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Há apenas três apoiamentos. Tem de ser com quatro.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Verificação concedida.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Votação nominal. Aqueles que concordam com a presidência dos trabalhos votam "sim".

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, eu quero encaminhar a matéria. Sou Líder e tenho prerrogativa para encaminhar e orientar a Bancada.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O senhor quer falar como Líder?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Não, senhor, Sr. Presidente. O Regimento me concede a condição de encaminhamento da matéria e orientação da matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Portanto, é um por Bloco, não é isso?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Exatamente, Sr. Presidente.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – São dois por Bloco, Sr. Presidente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Um por Bloco.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Apenas um.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Um por bloco.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – É apenas um.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – São dois por bloco, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pelo bloco de apoio ao Governo...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – São dois encaminhamentos por bloco, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Pelo Bloco Socialismo e Democracia, Sr. Presidente.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – No plenário, usamos a regra de dois e o plenário...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Art. 310, parágrafo único: O encaminhamento de votação de requerimento é limitado ao signatário e a um representante de cada bloco parlamentar...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Portanto, são dois.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – ... salvo nas homenagens de pesar.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Portanto, são dois, Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Sr. Presidente, Bloco União e Força. Bloco União e Força.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Sr. Presidente, portanto são dois encaminhamentos, Sr. Presidente. O signatário – o senhor acabou de falar, na leitura – o signatário, no caso...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Se ele tiver interesse...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Apenas um encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – ... o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – O Senador Ferraço fará o encaminhamento, o autor...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Bloco União e Força.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – ... e o Senador Caiado, que pediu. Portanto, são dois encaminhamentos, como determina o Regimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O nobre autor da questão de ordem pretende falar?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pois não. Pelo tempo regimental.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente, me inscreva no Bloco Socialismo e Democracia.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Bloco União e Força, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, vou ratificar, vou renovar toda a argumentação que apresentamos a V. Exª em nossa questão de ordem, Sr. Presidente.

A Constituição do Estado do Paraná é absolutamente clara, e não foi por decisão minha – hoje qualquer das Srªs ou Srs. Senadores, que são parte da Comissão de Constituição e Justiça... Foi uma decisão do Constituinte, dos Parlamentares que foram eleitos pelo Estado do Paraná para que pudessem escrever sua Constituição, Sr. Presidente.

Os Constituintes definiram e a Constituição do Estado do Paraná foi promulgada em outubro de 1989. Essa Constituição, no seu Art. 125, § 3º, veda explicitamente o exercício da advocacia privada para quem é Procurador do Estado. Sr. Presidente, há remansosas decisões do Supremo Tribunal Federal que os Estados Federados... Esta é a Casa da Federação brasileira, esta é a Casa dos Estados brasileiros. Por que o Senado é a Casa dos Estados brasileiros? Porque cada um dos Estados tem aqui três representantes, para que o equilíbrio e a solidariedade federativa possam estar presentes no nosso exercício.

Decidiu o Supremo Tribunal Federal que os Estados têm autonomia para definir o seu Regime Jurídico Único em relação aos seus servidores, em relação aos seus funcionários públicos. Procurador de Estado é servidor público, está submetido a essa regra. Quando a Constituição do Estado do Paraná adota uma decisão soberana como essa, não está legislando sobre a atividade profissional do advogado – não, Sr. Presidente –, está legislando sobre o Regime Jurídico Único do seu servidor público, do Procurador do Estado.

Portanto, Sr. Presidente, a decisão do Constituinte Derivado do Paraná foi na direção de que, concomitantemente, não poderia exercer a atividade da advocacia privada o Procurador. Isso fere, Sr. Presidente, o Art. 101 da Constituição Federal, que estabelece as pré-condições para uma indicação ao Supremo Tribunal Federal.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Presidente, garanta a voz do Senador...

(Soa a campainha.)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – ... possamos ouvir o Senador Ricardo Ferraço. Os convidados também, um pouco mais de silêncio.

Senador Ricardo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Portanto, Sr. Presidente, se a Constituição Estadual do Paraná, promulgada em outubro de 1989, não acolheu, não recepcionou lei complementar, legislação infraconstitucional, que permitia que os ex-Procuradores que estavam no exercício da sua função pudessem manter essa condição, claro está, Sr. Presidente, claro está que houve uma profunda violação ao diploma legal,

Esta Comissão não pode fazer de conta que, assistindo a essa violação ao diploma legal, não vai considerar esta questão como uma questão preliminar.

Portanto, por absoluta convicção, Sr. Presidente, é que nós fizemos esta questão de ordem, que foi por V. Exª indeferida, regimentalmente, e V. Exª está ouvindo o Plenário na direção de que a Comissão de Constituição e Justiça não rasgue a Constituição Federal, não despreze o art. 101 da Constituição Federal, que determina as pré-condições que os indicados necessitam para serem indicados...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Para concluir, nobre Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... pela Presidência da República.

Portanto, frisar, para encerrar, Sr. Presidente, que houve um tempo em que os indicados para ocuparem cadeira no Supremo Tribunal Federal eram indicação direta da Presidência da República. A Presidente da República ou o Presidente da República não ouvia o Congresso, não ouvia o Senado.

(*Interrupção do som.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES. *Fora do microfone*.) – Quando essa realidade foi incorporada ao texto constitucional,o fez para que nós fossemos protagonistas...

... para que compartilhássemos desta que é uma decisão coletiva da Presidência da República e do Senado Federal.

É no exercício das minhas prerrogativas como Senador que estou aqui apelando a V. Exª e aos Senadores que o Senado e que a Comissão de Constituição e Justiça possam reconhecer a obviedade dessas questões que estou levantando, Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra, a Senadora Gleisi Hoffmann, para utilizá-la por cinco minutos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Sr. Presidente, há alguns Senadores de pé, pois não há lugar para sentar. Queria que V. Exª solicitasse lugares, pois há dois Senadores de pé aqui ao lado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Vamos providenciar assento para eles.

Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu queria, em primeiro lugar, lamentar muito isso a que estamos assistindo nesta Comissão de Constituição e Justiça. Temos aqui um dos juristas mais conceituados e respeitados deste País, para ser sabatinado na CCJ, e estamos vendo que isso virou um debate político, com muito interesse da oposição em desgastar, politicamente, o Governo ou posições que sejam a favor do nosso sabatinado.

Eu queria, de público, pedir desculpas ao Professor Fachin, porque grande parte das discussões que se deram aqui foram discussões de mérito, e não discussões de encaminhamento ou questão de ordem – e sem a presença do Professor Fachin neste Plenário. Isso é um desrespeito, e eu não vi um comportamento deste da CCJ em outra oportunidade em que se faziam sabatinas. Por isso, quero lamentar muito aquilo a que estamos assistindo aqui, Sr. Presidente.

Com relação ao encaminhamento, primeiro, quero dizer que essa matéria colocada pelo nobre Senador Ricardo Ferraço já está vencida, prejudicada. Ele fez um recurso a esta Comissão, que, democraticamente, aceitou o recurso. V. Exª está conduzindo de forma muito democrática a sessão de hoje. Nós votamos, perdeu o recurso, e está-se usando agora o encaminhamento para votação e verificação de votação para discutir, novamente, a questão de mérito.

Gostaria muito que os encaminhamentos aqui se ativessem à questão que nós estamos encaminhando, que é a verificação de votação, sobre uma votação que fizemos, uma questão de ordem que já estava vencida, que já foi decidida em outra sessão. Então, eu queria, Sr. Presidente, pedir que todos pudessem se ater a isso.

Queria, ao mesmo tempo, agradecer a presença aqui, Sr. Presidente, de todos aqueles que vieram manifestar seu apoio ao Professor Fachin. Nós temos aqui, hoje, acompanhando esta audiência, além do Governador do Estado do Paraná, o Sr. Beto Richa, a Vice-Governadora do Estado do Paraná, Cida Borghetti. Os três Senadores que aqui estão apoiam o nome do indicado. Toda a nossa Bancada do Paraná, independentemente de partido político, assinou a indicação do Professor Fachin, além de já termos manifestação de Ministros do STF, como o Ministro Ricardo Lewandowski, Celso de Mello, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Teori Zavascki e Luís Roberto Barroso, da Academia Brasileira de Direito Constitucional, vários apoiadores.

Portanto, Sr. Presidente, estamos assistindo aqui um desrespeito não só com o nosso sabatinado, é um desrespeito com esta Comissão, mas é um desrespeito, sobretudo, ...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – É um respeito ao Senado, Senadora. É um respeito ao Senado e ao povo brasileiro.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Eu ouvi o senhor falar, Senador Cássio. É um desrespeito, sobretudo, ao Estado do Paraná, ao povo paranaense que traz um nome a ser indicado, da maior qualidade e tem que ouvir esta Comissão. Ao invés de deixar o sabatinado entrar, ouvirmos o relator e falarmos pelo tempo que já foi definido pelo Presidente, estão tentando adiar a sabatina e a discussão por interesses políticos partidários.

Eu lamento muito esta situação.

Quero encaminhar aqui, Sr. Presidente, com a Mesa, um encaminhamento que já tivemos, a votação que já tivemos aqui no plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o Senador Eunício de Oliveira, pelo Bloco da Maioria.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, para encaminhar.

Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Estou seguindo a ordem dos blocos.

Há que se resolver dentro do Bloco da Oposição, porque o Senador Cássio Cunha Lima já pediu.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Não, não.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Não?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Não, pediu primeiro o Senador Caiado; eu apenas questionei a Mesa sobre os dois encaminhamentos do autor, e o Senador Caiado pediu primeiro.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Está resolvido. O.k.

Senador Eunício de Oliveira.

O Senador Eunício de Oliveira está com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente, estou inscrito?

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu acho que o Senado nesta manhã cumpre um papel importante que é a sabatina de um Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Mas, Sr. Presidente, tenho que encaminhar pela prejudicialidade tendo em vista que precisamos fazer aqui a sabatina, fazer o debate, e eu acho que a questão de serem cinco minutos ou serem dez minutos...

Eu já sentei nessa cadeira que V. Exª está sentado, como Presidente aqui de várias sabatinas, várias sabatinas.

Eu acho que a questão de se falar cinco minutos ou dez minutos, do ponto de vista deste Senador e deste Líder, é irrelevante.

O que diz o Regimento e o que definimos em uma questão de ordem – está aí o mesmo Secretário da Comissão, em uma sabatina muito dura e muito difícil – é que os Senadores, ao inquirirem o sabatinado, tinham o direito de fazer a inquirição por dez minutos e com uma única intervenção, Sr. Presidente, uma única intervenção.

Lembro-me de que decidi isso em uma questão de ordem em uma sabatina aqui, e nós tivemos aqui, no final, o equilíbrio desta Comissão, tão necessária para se fazer uma sabatina dura, como deve ser uma sabatina de um Supremo Tribunal Federal, da nossa Suprema Corte. Deve ser realmente dura, tudo deve ser questionado para que todos saibamos o que pensa e como se coloca o candidato sabatinado aqui por esta Comissão.

Portanto, encaminho a matéria pelo prejudicialidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o Senador Ronaldo Caiado, pelo Bloco da Oposição.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, primeira pergunta, pois paira uma dúvida, porque é o meu primeiro mandato como Senador da República.

Pergunto a V. Exª se existe a figura do censor aqui na Comissão de Constituição e Justiça.

Existe a independência...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – V. Exª não precisa responder isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Existe o cumpridor do Regimento.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sim. Tudo bem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Não aceitamos provocações, Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Isso é uma provocação, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Mas não existe a figura do censor?

Muito bem. Vou continuar aqui...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – V. Exª não precisa responder isso, Sr. Presidente. Isso é uma provocação.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Não, Sr. Presidente. Não estou provocando ninguém, eu estou em uma dúvida e estou querendo esclarecer uma dúvida.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Que dúvida? Se existe a figura do censor, Senador Ronaldo Caiado?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Senador, essa dúvida não existe. Isso é uma provocação.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Estou querendo saber.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Sou eu aqui, Senador Lindbergh.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O tempo de V. Exª está correndo, viu? Não vamos cair em provocações.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, eu estou sendo...

Sr. Presidente, garanta-me na palavra. O Senador Lindbergh atrapalhou totalmente o meu raciocínio, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, é importante... Eu gostaria de encaminhar...

Quando nós, aqui, aprovamos leis ou promulgamos emendas constitucionais, impomos à sociedade e a todos os cidadãos o cumprimento da lei. Esta é a condicionante, ou seja, cumpra-se a lei.

Há um edital para que amanhã tenhamos um concurso, há várias condicionantes para que o cidadão possa se candidatar. Ele só será candidato se ele atender as condicionantes.

O que foi levantado aqui pelo Senador Ricardo Ferraço e aquilo que foi trazido pela assessoria, consultoria jurídica da Casa, foi exatamente o ponto acerca do qual quero aqui discordar do Senador Eunício, porque o que foi colocado aqui é uma realidade da qual não tinha conhecimento.

No momento em que a audiência pública foi derrotada, no dia em que o Senador Alvaro Dias apresentou o relatório, não tínhamos conhecimento desse fato. A audiência pública se faz necessária, porque, senão, nós, aqui, como Senadores da República, estaremos quebrando uma condicionante para qualquer candidato ocupar o cargo de Ministro de Supremo Tribunal Federal. Estaremos quebrando a condicionante.

Então, amanhã qualquer um poderá ser candidato a Ministro do Supremo, sem ter saber jurídico e sem ter reputação ilibada. Poderemos trazer de novo aqui o médico Barata Ribeiro, como também amanhã qualquer um de nós poderá se candidatar sem ter nenhum saber jurídico, porque, se não preciso ter reputação ilibada, não preciso também ter saber jurídico. Qualquer um poderá ser candidato à vaga no Supremo Tribunal Federal.

Então, hoje não estamos pedindo a votação em relação especificamente à discussão do mérito, é preliminar. Estamos discutindo aquilo que a Constituição diz: se não há reputação ilibada, ele não pode ser sequer arguido pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. E, para isso, seria necessário que fizéssemos aqui arguição, ou seja, audiência pública, o que aí, sim, nos é garantido aqui pelo art. 383, inciso IV.

Assim, além da arguição do candidato e do disposto na audiência pública, a Comissão poderá realizar investigações. Isso é garantido a nós. A tese de que dez minutos foram uma concessão dada aos Senadores, para formularmos as perguntas...

Como vamos formular perguntas em dez minutos, sobre temas dos mais complexos, quando sobre cada um poderíamos ter aqui quase um congresso? Como é que vamos elaborar em dez minutos uma discussão com conteúdo e profundidade, já que ninguém nega isso do arguido, que é um homem que tem, sem dúvida alguma, dezenas de livros publicados, uma produção intelectual enorme?

E qual é o problema de ele ficar aqui mais tempo, para responder às nossas perguntas? Acho que V. Exª poderia distribuir a senha para os Senadores, e os que tiverem que almoçar agora poderão voltar às três horas da tarde, às quatro, às cinco. A Mesa está aqui para isso, mas não há a necessidade de todos ficarem aqui ouvindo aqui as dúvidas e a inquietação de cada Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Concluindo, Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Para concluir, Sr. Presidente.

Para concluir, peço o voto favorável a este requerimento que foi feito, para que possamos aprovar uma audiência pública em que possamos dirimir essa dúvida em relação aos consultores jurídicos da Casa, se o candidato tem essa condicionante que é reputação ilibada ou não, porque, se quebrarmos isso, não temos como exigir condicionante para cidadão brasileiro algum. Qualquer cidadão poderá inscrever-se e dizer: "Se a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal não exige condicionante para o cargo do Supremo Tribunal Federal, porque eu, um cidadão comum, vou ser obrigado a ter que cumprir condicionante de edital?"

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Obrigado, Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Então, acho que estamos dando mal exemplo se esse requerimento não for aprovado.

O voto é "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Socialismo e Democracia.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Presidente, gostaria que V. Exª cumprisse o tempo, senão não vamos chegar a lugar nenhum hoje.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Sr. Presidente, inicialmente, a questão de ordem proposta pelo nobre Senador Ricardo Ferraço se refere a uma norma da Constituição do Estado do Paraná de 1989.

Vamos à análise dela: para o exercício do cargo de Procurador, temos três fases para o exercício melhor de qualquer cargo público, nomeação, posse e, efetivamente, o exercício.

Se o aspecto a ser analisado fosse somente este, eu diria que poderíamos dar razão à questão de ordem ora formulada. Mas, Sr. Presidente, em 2000, houve uma revisão da Constituição do Estado do Paraná, quando foi aprovada a Emenda Constitucional de Revisão nº 7, Esta Emenda de Revisão, no seu art. 33, estabelece o seguinte: "o disposto no art., 125, §3º, inciso I, desta Constituição não se aplica aos atuais Procuradores do

Estado". Ora, qual foi a intenção do legislador constituinte derivado em reafirmar um texto que já estava anteriormente expresso na Constituição de 1989 se não validar aquela norma para os Procuradores que estavam no exercício naquele momento?

Além disso, Sr. Presidente, eu queria... Aqui tem se falado sobre os pareceres da Consultoria do Senado. É bom destacar – e todos aqui no Senado conhecem isso – que nenhum parecer de consultoria vincula o Senador, vincula a decisão. Parecer não tem caráter vinculativo.

Por falar em parecer – aí para orientar e não vincular –, eu quero destacar o que se diz no mais recente parecer sobre o exercício do Dr. Fachin como advogado.

Vejam: o Estatuto da OAB, vigente em 1989, trazia, nos seus arts. 82 e seguintes, os fatos que produziriam incompatibilidade ou impedimento com o exercício da advocacia, entendida a incompatibilidade com a vedação total do exercício da atividade e o impedimento como a proibição parcial decorrente de determinadas situações. Pois bem; o Estatuto da OAB vigente à época da posse do Professor Fachin como Procurador do Estado do Paraná previa que a entidade registraria, na carteira profissional do advogado, a indicação dos impedimentos em que o profissional incorreria. Ora, Sr. Presidente, o registro que há na carteira de advogado do Dr. Fachin é o exercício pleno das suas atividades como advogado.

Portanto, se a Ordem dos Advogados do Brasil, em especial a Ordem do Advogados do Brasil, Secção Paraná, já estabeleceu a possibilidade de o Dr. Fachin advogar, esta prerrogativa é da OAB e não nossa, do Senado! Como nós vamos divergir de algo que não é da nossa competência? Quem tem que dizer se alguém pode advogar ou não, ou ainda, se tem restrições para advogar, neste caso específico contra a Fazenda Pública e contra o Estado do Paraná, é a OAB. É a OAB que tem essa competência! Não vamos nós, aqui no Senado, neste plenário, tentar cassar uma prerrogativa e uma atribuição da OAB.

Por fim. Sr. Presidente, o que estão trazendo para o debate, como preliminar, é uma questão sobre um dos dois pré-requisitos da Presidente da República para a indicação, qual seja, a reputação ilibada. Ora, Presidente, este pré-requisito – reputação ilibada – é um pré-requisito para ser analisado na sabatina e não como preliminar.

Se o Dr. Fachin não o tem, como alguns arguem... E disso divirjo, porque não posso acreditar que alguém que tem referendado o seu nome por José Afonso da Silva, Ives Gandra Martins, Paulo Bonavides, René Ariel, Dalmo Dallari, Sepúlveda Pertence e, inclusive, pelo seu antecessor, Joaquim Barbosa, não tenha a reputação ilibada.

Todavia, se assim mesmo querem questionar, vamos à sabatina! Passemos aqui um, dois, três dias – não há problema –, mas não fiquemos aqui enrolando na preliminar.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Sr. Presidente, eu quero começar por onde esse jovem aqui encerrou – o Harry Potter... (*Risos.*)

Não vou citar o seu nome para que ele não vá atrás do art. 14. Aí é outra conversa. Mas me regiro a esse jovem aqui do meu lado.

Inclusive, ele citou o Senador Ricardo. O Ricardo é que não prestou atenção. Graças a Deus, alias, porque, assim, a gente pode continuar.

Sr. Presidente, o Senador Randolfe encerrou dizendo... (*Risos.*)

Ah, poxa! Mas como você é um bom menino, nada de art. 14!

Ele disse que, se precisarmos de dois ou três dias, vamos! Está corretíssimo. Ele está como que assinando debaixo da minha frase, segundo a qual isso aqui não é casa de caldo de cana, que sai na hora. E ele leu uma lista de pessoas que fazem apoiamentos. Outros aqui têm listas de pessoas tão ilustres na sociedade, mas anônimas, porque o fato de ser público, ter fama ou reconhecimento não significa ser mais importante que o anônimo. Alguns de nós temos listas de anônimos ou de pessoas públicas de grande expressão que, também, por aquilo que colocaram ao longo da sua vida e que certamente terá oportunidade de desfazer, ou não...pelo que já vi do Dr. Fachin, pelo que já li, pelo que já vi de vídeo e de publicação, a maneira incisiva com que coloca suas coisas, com plena convicção, e quem tem convicção tem que ser respeitado. Há uma lista de pessoas, Sr. Presidente, que desaprovam; e desaprovam não a pessoa em si e não o conteúdo jurídico.

Por exemplo, quando o Toffoli foi sabatinado nesta Casa, antes, o Senador Alvaro questionava o saber jurídico dele. E não há nada demais nisso. Ele o achava muito novo. Achava-o muito novo, e eu o defendi. Ora, o conteúdo não está em jogo; a dignidade da pessoa não está em jogo. O que está em jogo aqui é que estamos discutindo o nome de alguém que vai para a Suprema Corte deste País.

Para V. Exª ter uma ideia do tamanho do absurdo que essa celeuma se tornou, algumas pessoas chegaram ao absurdo de chegar para mim e dizer: "rapaz, ele quer conversar sobre essas posições com você e te mostrar que não é bem assim". Mas, ao final da conversa, a pessoa diz assim: "tu sabes que não é bom votarmos contra alguém que vai para o Supremo; depois, chega ao Supremo, fica com a foice da maldade nas mãos, e por qual-

quer coisa que cair lá contra você o cara te decepa o pescoço". Que conversa é essa?! Que conversa é essa?! Vou abrir mão das minhas convicções porque o cara pode pegar uma foice no Supremo?

Não podemos tratar uma questão absolutamente delicada como essa a toque de caixa, sem que tenhamos a possibilidade. V. Exª, Senador Pimentel, foi relator de matéria, quando era Deputado Federal, a reforma da Previdência, em relação à qual eu pessoalmente falava: Pimentel virou poeira; Pimentel não existe mais. Cheguei um dia ao Ceará e disse: Pimentel não ganha mais nem para síndico de prédio. De repente, V. Exª vai para um debate de Senadores nas ruas, enfrenta Tasso Jereissati, e debate, nego levanta questão porque V. Exª fez um relatório que o prejudicou, V. Exª debate, foi acusado de muita coisa que não cometeu. E V. Exª está aqui. V. Exª está aqui, mas foi para o debate aberto, nas ruas. Por que temos que ouvir um Ministro do Supremo, desfazer suas posições em quatro paredes? Para eu amenizar aqui porque tenho medo de um dia chegar ao Supremo um processo meu? Se cair, um dia, um processo meu e eu dever, ele tem que tratar com justiça; se eu não dever, tem que tratar com justiça; e se o processo for meu, mas eu sentir injustiça, posso muito bem evocar que esse Ministro, por conta de um advento, não pode julgar o meu processo. É a vida que segue.

Agora, não posso é abrir mão. Eu disse, na minha primeira fala – e todos nós: Blairo, do Mato Grosso; ali, de Sergipe; outro, de São Paulo; outro, do Rio – que estamos aqui credenciados pelos nosso Estados.

A Senadora Gleisi falou aqui, agora – em parte discordo, apesar de ter muito apreço e carinho por ela – que estão fazendo um debate político disso. Como desassociar política disso. Estão tentando protelar. "Ora, quem protelou nove meses pode aguentar mais três dias". Discordo plenamente. O debate é esse mesmo, e esta é uma Casa política.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Conclua, nobre Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Vou concluir.

E o Dr. Fachin, quando teve a informação de que o nome dele estava sendo indicado – um homem inteligente como ele e que certamente não sofre de amnésia – sabe exatamente o que falou, o que deixou de falar e sabe exatamente que esses questionamentos todos viriam à tona, que seriam levantados e que precisava preparar-se para enfrentar este debate.

Muito pelo contrário. Eu não quero vitimizar aqui a ausência dele. Muito pelo contrário. Deve ser um homem muito forte, que está preparado para este debate esperando o momento de entrar, ser questionado, responder um a um. E esse é o dever do Senado. Nós não podemos nos apequenar e tão somente darmos um carimbo.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Muito obrigado. (*Falha na gravação.*)

..."sim", Quem vota contra a decisão da Presidência, vota "não".

Como vota o Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com a Presidência, Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Como vota a Senadora Gleisi Hoffmann?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – "Sim", com a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Como vota a Senadora Fátima Bezerra?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – "Sim", com a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Como vota o Senador Acir Gurgacz?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Voto "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, um questão de ordem. (*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Está em processo de votação. Só no final.

Senador Benedito de Lira.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, a votação tem que ser pelo placar.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Não necessariamente. Pode ser.

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP – PI) – "Sim."

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O Bloco está fechado.

Passamos ao Bloco da Maioria.

Como vota o Senador Eunício Oliveira?

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Voto "sim" e encaminho o voto "sim" aos membros do Bloco.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Como vota o Senador Edison Lobão? (*Pausa.*)

Está ausente.

Como vota o Senador Ricardo Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Voto contra o Presidente e a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senadora Simone Tebet. (*Pausa.*)

Ausente.

Senador Valdir Raupp.

(*Pausa.*)

Ausente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador Jader Barbalho.

O SR. JADER BARBALHO (Bloco Maioria/PMDB – PA) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador José Maranhão. (*Pausa.*)

Ausente.

Vou chamar os suplentes do Bloco da Maioria.

Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – "Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador Omar Aziz. (*Pausa.*)

Ausente.

Senador Garibaldi Alves Filho. (*Pausa.*)

Ausente.

Senador Waldemir Moka. (*Pausa.*)

Ausente.

Senador Dário Berger. (*Pausa.*)

Senador Lobão, já havíamos chamado. (*Pausa.*)

Com a Mesa, vota "sim". (*Risos.*)

Faltam dois ainda.

Senadora Rose de Freitas.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Obrigado.

Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC. *Fora do microfone.*) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O Bloco da Maioria também fechou, Agora vamos ao Bloco da Oposição.

Como vota o Senador José Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – "Não".

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Presidente, no Bloco da Maioria faltou um suplente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Como vota... Já chamei três suplentes. Era o Raimundo Lira.Com a chegada do Lobão, completou.

Como vota o Senador Ronaldo Caiado?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Meu voto é "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Voto "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Como vota o Senador Cássio Cunha Lima?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Como vota o Senador Antonio Anastasia?

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Fechou o Bloco da Oposição.

Agora, vamos ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.

Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Como vota o Senador Roberto Rocha?

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA. *Fora do microfone*.) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Como vota o Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Agora, o Bloco União e Força.

Como vota o Senador Eduardo Amorim?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – "Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Como vota o Senador Marcelo Crivella?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Voto "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Como vota o Senador Magno Malta?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Fechado o Bloco União e Força.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Foram 19 SIM e 7, NÃO.

Está mantida a decisão da Presidência.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 13, DE 2015
– Não terminativo –

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, combinado com o art. 84, inciso XIV, da Constituição Federal, o nome do Senhor LUIZ EDSON FACHIN para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Joaquim Benedito Barbosa Gomes.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Alvaro Dias

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

– Na 7ª Reunião Ordinária, realizada em 29/04/2015, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Na presente reunião, procederemos à arguição do indicado, em cumprimento ao art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades, no âmbito da CCJ.

Convido os Srs. Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral a conduzirem o Professor e Advogado, Sr. Edson Fachin, ao recinto da reunião. Por gentileza, Senador Blairo e Senador Delcídio. (*Pausa.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Por que não Ricardo e Randolfe? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Enquanto o Dr. Fachin se desloca até a mesa, eu vou ler o nome dos 27 Senadores já inscritos: Senador Aloysio Nunes Ferreira, Senador Humberto Costa, Senador Ronaldo Caiado, Senador Roberto Rocha, Senador Antonio Carlos Valadares, Senador Ricardo Ferraço, Senador José Medeiros, Senador Crivella, Senador Blairo Maggi, Senador José Agripino, Senadora Vanessa, Senador Cássio Cunha Lima, Senador Eduardo Amorim, Senador Jorge Viana, Senador Ataídes Oliveira, Senador Randolfe Rodrigues, Senador Valdir Raupp, Senadora Ana Amélia, Senador Antonio Anastasia, Senador Lindbergh Farias, Senador Benedito de Lira, Senador Raimundo Lira, Senador Magno Malta, Senadora Fátima Bezerra, Senadora Marta Suplicy, Senador Paulo Bauer e Senador Flexa Ribeiro. (*Palmas.*)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Presidente... Eu requeiro que me inclua nessa lista, Senador Pimentel.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Sr. Presidente, eu estou inscrito, hein!

É o Senador Magno Malta. Eu estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Eu peço ao nobre Dr. Fachin que se utilize da palavra, para sua exposição, por até 30 minutos.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Exmo Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no exercício da Presidência, Sr. Vice-Presidente, Senador José Pimentel; Exmo Sr. Relator, Senador Alvaro Dias; Ex-

mas Sras Senadoras; Exmos Srs. Senadores; demais autoridades presentes; meus queridos amigos; meus amados familiares; senhoras e senhores.

Saúdo também, em nome de todos os juristas brasileiros, o Prof. René Dotti, que se encontra aqui à mesa; e à direita, o Senador Delcídio do Amaral.

Permito-me, no minuto inicial, pedindo licença a V. Exas, registrar que nós nos irmanamos aos votos de pesar pelo passamento do Senador Luiz Henrique.

Tive a oportunidade de conversar com ele poucos faz.

Tínhamos, entre outras circunstâncias em comum, ser ele conterrâneo de minha esposa, que também é catarinense. E, no dia de hoje, peço licença, com o devido respeito, para falar de uma dupla lição que este momento registra: de um lado, uma lição de vida de quem se dedicou à vida pública do País, com todas as circunstâncias inerentes à vida pública, e os senhores bem as conhecem mais do que eu; de outro lado, o seu passamento fica, especialmente para mim neste momento, como uma revelação de que a vida não se esgota na simples materialidade do cotidiano, mas se explica naquilo que fica na memória de nossos amigos e descendentes.

Dito isso, permito-me dizer a V. Exas o seguinte: aqui vos fala um sobrevivente. Emergi desse longo processo de indicação. Fui convidado e, ao honroso chamamento, não me recusei.

Assim tem sido a minha vida. Sou um sobrevivente. Não me recuso aos desafios. Sobrevivi à infância, contrabalançando o zelo materno e as privações. Sobrevivi a uma adolescência difícil e enriquecedora. Não me envergonho; ao contrário, orgulho-me de ter vendido laranjas na carroça de meu avô pelas ruas onde morávamos; orgulho-me de ter começado como pacoteiro de uma loja de tecidos; orgulho-me de ter vendido passagens em uma estação rodoviária.

E tive desafios muito cedo; e muito cedo, perdi meu pai. Sobrevivi com a mão firme de minha família; sobrevivi até mesmo aos arroubos de transformações imediatas do mundo e da vida, ao voluntarismo; sobrevivi, fazendo crítica e autocrítica.

Eis-me aqui, pois a vida familiar e acadêmica acudiu; e aqui me encontro, resultado de 57 anos de vida, firme nas minhas convicções democráticas e na defesa das instituições.

Após a indicação da Presidência da República, cumpro a missão de submeter-me, e o faço humildemente, à sabatina do Senado Federal, e, se aprovado for, assumir a honrosa condição de integrante colegiado, guardião da Constituição da República.

Expresso de saída, Sras e Srs. Senadores, meu compromisso garantista, nos termos da Constituição, com os valores da família, com os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Com emoção, trago comigo mais de 30 anos de exercício profissional. Mais do que isso: trago em minha biografia, teses e visões de mundo controvertidas, posições às vezes contundentes como acadêmico. Integro uma geração que viveu a juventude sem liberdade nem democracia, e que almejou, com a redemocratização, naquele contexto, traduzir na teoria e na prática os sonhos.

Fui intenso. Somos sempre nós e a nossa circunstância. Não me escondi atrás das palavras. Sou quem sou. Não faltei ao debate que a minha sensibilidade de legatário de duras condições de vida na infância e na adolescência me fizeram questionar o que me parecia injusto.

Na minha alma, sempre falou alto a lembrança de meus pais e meus tios... (*Palmas.*)

...amanhecerem na lavoura, sofrerem a estiagem ou excesso de chuvas, as dificuldades de financiamento e de apoio daqueles que carregavam e carregam este País nos ombros.

Falei pela minha origem familiar simples e modesta e pelos meus semelhantes; falei pela lembrança de meus antepassados que vieram, com pouca luz também, da Itália, para fazer a América, para vencer a terra desconhecida, para dar sustento à família e para permitir que o filho, com as economias da lavoura, pudesse estudar.

Minha palavra, às vezes, seca, mas nunca sectária, não me afastou do diálogo, do respeito ao que é diverso, coerente com a minha formação cristã e democrática.

Quando verti a palavra em comportamentos, sempre me pautei pela ética, pela correção, pela ordem jurídica e pela justiça. Venho com a alma franca que sabe a distinção entre o exercício da cidadania e a ímpar função de magistrado.

Nestas três décadas, todas as vezes que tive de tomar decisões, almejei ter estatura acima de minhas eventuais convicções. Assim o fiz no magistério superior, em diversas instituições de ensino, especialmente, na Universidade Federal do Paraná. Ali, fui aluno, tornei-me Professor Titular e Diretor da Faculdade de Direito.

Funções públicas exerci, especialmente na Procuradoria do Estado do Paraná e na Procuradoria-Geral do Incra, na advocacia em empresas e entidades e como árbitro nomeadamente em afazeres em Curitiba e na Cidade de São Paulo, em suas diversas e importantes câmaras arbitrais. Entusiasta da mediação e da arbitragem, atuei em controvérsias empresariais e societárias nesses últimos anos.

Procurei praticar o bom-senso, a previsibilidade e a conduta lhana. Intentei preparar-me para este momento sem igual em toda a minha vida. Peço com simplicidade licença para registrar que, nesta Casa, já estive como modesto colaborador dos trabalhos coordenados pelo saudoso Senador Josaphat Marinho, nos debates sobre o Código Civil Brasileiro. Também frente ao Ministério de Educação, aqui estive em Brasília, como coordenador nacional do Comitê da Área de Direito na Capes. Venho, agora, com a mente e o coração voltados à missão constitucional para a qual fui indicado e serei com humildade sabatinado.

Brasileiro com orgulho, fiz-me paranaense, nascido riograndense. Sou professor de Direito Civil. Meu percurso existencial principia em 1958, em Rondinha, e se enraíza em Toledo, oeste paranaense, a partir de 1960, levado por meus pais, em comunhão com a nossa grande e laboriosa família.

Tenho orgulho de meus falecidos pais, de minha origem e de minha família. Dali, cerca de 15 anos depois, motivado pelos estudos, Curitiba se fez a morada, como cidade que me acolheu e deu berço para que eu e minha esposa, Rosana, casados há 37 anos, tivéssemos duas filhas e, hoje, dois netos.

Fui alfabetizado por minha mãe, professora da Escola Rural Primária, que acolhia filhos de agricultores. Nasci no seio de uma família de produtores rurais e pecuaristas, de onde brotou em mim a sensibilidade pela força do campo, pela conquista da terra, produzindo riquezas, seja grande, pequena ou média propriedade, e as vicissitudes da lavoura, emoções estas que, reconheço, se superlativaram durante determinado período da minha vida, quando expressei irresignação contra a falta de oportunidade para quem quer e pode, dentro da lei, produzir e, repito, dentro da lei, pois sempre fui e sou contra qualquer forma de violência.

Apoiado pela minha família, prossegui com meus estudos em Toledo, no Colégio Imaculada Conceição de Maria. Recebi a formação dos irmãos lassalistas, onde cursei o ensino técnico de contabilidade e o científico. Concluí, com as dificuldades da vida modesta, o segundo grau em Curitiba e ingressei no curso de Direito da Universidade Federal do Paraná e, a fim de precisar datas, colei grau em 18 de dezembro de 1980, oportunidade em que já havido sido aprovado no que então havia como exame para ingresso nos quadros da valorosa Ordem dos Advogados do Brasil, onde prestei compromisso no ano seguinte, em 10 de abril.

Na faculdade, conciliando estudos com afazeres de repórter de jornal e na assessoria de imprensa da Secretaria de Justiça, durante o Governo Ney Aminthas de Barros Braga, tive a graça de conhecer os professores Francisco José Ferreira Muniz e Lamartine Correa, dos quais hauri amizade fraterna e o estímulo para o estudo do Direito Civil.

Em 1982, seguindo os passos de lideranças como Euclides Scalco, servi como Procurador no Instituto de Terras e Cartografia no governo José Richa.

Sob ideais acadêmicos e humanistas, encaminhei-me para a pós-graduação em Direito em São Paulo, na Pontifícia Universidade Católica, sob orientação do Prof. Dr. José Manoel de Arruda Alvim Netto, onde fiz mestrado e doutorado. No mestrado, a vida docente me propiciou falar sobre negócios jurídicos e, no doutorado, sobre o estabelecimento da paternidade. A vida acadêmica também me propiciou conhecer centros de estudos no Brasil e no exterior, no Canadá, na Universidade de Laval; na Espanha, na Universidade de Pablo de Olavide; em Portugal, na Universidade de Coimbra; no Instituto Max Planck, da Alemanha; e no King's College, na Inglaterra.

Inscrito no concurso público para Procuradoria do Estado, conforme edital de 28 de março de 1989, fui aprovado em primeiro lugar. Eu me exonerei voluntariamente da função em 19 de maio de 2006, quando passei, exclusivamente, a dedicar-me ao magistério, à arbitragem, à consultoria e à advocacia.

Ao cabo desse percurso, do qual aqui presto contas, escrevi aproximadamente duas centenas de artigos e diversos livros individuais e em coautoria.

Tudo isso, nada obstante, se resume a dizer que mais tenho aprendido do que ensinado. Não nasci pronto, fui construindo aquilo que pude ofertar como resposta aos desafios em diversos momentos da minha vida. Desse aprendizado, o legado que me traz ao presente me faz defensor das instituições republicanas e da democracia, do devido processo legal e das garantias no processo penal, da supremacia do ordenamento jurídico constitucional, da força vinculante, da Constituição Federal e da segurança jurídica. Compreendo o Direito como sistema e unidade, partindo do núcleo do Direito Civil o mesmo *locus* de onde partiu o ilustre Ministro Moreira Alves.

Sou, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, genuinamente grato pela benção que é o desafio de hoje estar aqui na presença de V. Exªs, uma vez que, mais que realizar um dever, aqui me encontro diante da minha vida e da minha trajetória. Parafraseando Max Weber, encontro-me sob a ética da responsabilidade e não sob a ética da convicção. Renovo meu compromisso, se aprovado for, com o múnus de julgar com independência, imparcialidade, retidão, com valores que herdei e que tenho tentando transmitir aos meus alunos por décadas. Tenho como inafastável a obediência à ordem democrática, à legalidade constitucional, à garantia dos direitos indi-

viduais, à interdependência dos poderes do Estado. Ciente dos desafios que emergem do fato para o Direito, cumpre à ordem jurídica regular e controlar todos os poderes, inclusive a autocontenção do Judiciário.

Todos nós aprendemos com o século XX. Foi a democracia visão de mundo vitoriosa. Paixões e ideologias cederam ao constitucionalismo democrático e ao respeito às regras do jogo. Todos os brasileiros que, como eu, se engajaram, com maior ou menor intensidade, na travessia para a vida democrática saudaram esse encontro com o espaço da política em que convivem diferentes percepções de mundo e o Direito, que é o espaço em que tenho convivido predominantemente, no qual, mesmo diante de embates hermenêuticos, prevalece o compromisso com a voz segura do ordenamento e da prestação jurisdicional nos limites impostos pela Constituição.

Bem compreendo a diferença entre debate acadêmico e o exercício da judicatura. O acadêmico é plural no debate, o advogado é parcial por definição, mas o julgador é, por imperativo legal e ético, um ser imparcial no qual repousam as garantias da segurança e da juridicidade.

O Judiciário, embora das aspirações da sociedade não deva descurar, deve trabalhar com a lógica do Direito. E a democracia, nesse sentido, significa a primazia do Parlamento. Democracia significa também liberdade de crença, de pensamento e de expressão. E quem, verdadeiramente, vive e celebra a democracia expõe os seus pensamentos. O verdadeiro diálogo, indispensável ao progresso, só encontra terreno fértil na democracia.

E por isso, senhoras e senhores, sempre acreditei que os valores da família, de Pátria e de Nação são fundamentais para progredir e que o bom professor é aquele que ajuda a transformar seu aluno em alguém melhor e mais capaz que a si mesmo.

A sociedade evoluiu porque Einstein foi capaz de descobertas mais extraordinárias que Newton; e porque Newton foi capaz de ir além do que foram Arquimedes e Pitágoras. É isso que o contemporâneo tempo nos exige: compreender o dinamismo da realidade, as inovações tecnológicas, as mudanças normativas no plano internacional e, especialmente, dentro do Brasil, a missão de previsibilidade e coerência, que reclama o exercício de competências que consolidem a unidade do sistema jurídico.

O julgador não pode nem deve substituir o legislador, e opções pessoais de sentido sobre fatos da vida não retiram a ética da confiança no Direito positivado, na estabilidade do entendimento jurisdicional e na fundamentação racional das decisões.

Aprendi com a vida e com o tempo. Aprendi que há valores perenes: a família, a democracia, a ética e a justiça; e aprendi a importância da dogmática jurídica, a confiança na jurisdição com julgamentos sólidos, sem surpresas.

A segurança jurídica é imprescindível para o desenvolvimento pessoal, social e econômico nos contratos, nas propriedades e nas relações de família. E a completa relevância da Constituição se expressa, por exemplo, na reiterada ênfase aos direitos fundamentais. É a Constituição a letra imperativa da conduta do juiz.

No que acredito, não há espaço para a arbitrariedade. No que acredito, há delimitação do papel do juiz. No que acredito, há previsibilidade para os cidadãos e tranquilidade do ambiente de circulação de bens e dos negócios.

Sei que aqui compareço num momento singular da vida brasileira. Sei que fui chamado e sei, por aqui estar, que não me recusei a esta travessia. Apresento o fio condutor da minha trajetória, que é testemunha de um comportamento dialogante por soluções pacíficas. Carrego comigo, por dever cívico e de fé, as palavras do Papa Francisco: "Além do humanismo integral, que respeite a cultura original, e da responsabilidade solidária', disse o Santo Padre, 'considero fundamental para enfrentar o presente: o diálogo construtivo". E acrescentou: "Entre a indiferença egoísta e o protesto violento, há uma opção sempre possível: o diálogo", concluiu.

E reitero, então, que bem compreendo a diferença entre debate acadêmico e o exercício da judicatura. Reitero que a magistratura tem raízes essenciais nas garantias da segurança, da estabilidade e da juridicidade.

Se aprovado for, terei o sadio orgulho de conviver em colegiado do diálogo, do debate e da convivência enriquecedora. E daí, se aprovado for, com humildade, poderei integrar o Tribunal que presta serviço à consciência jurídica da Nação.

Concluo, reiterando: aqui vos fala um sobrevivente, um homem simples e um professor que advoga soluções pacíficas e que, sem embargo dos debates acadêmicos, crê no diálogo, na pacificidade e crê no progresso moral e material da sociedade.

Antecipo os meus agradecimentos pela vossa atenção e eu espero estar à altura deste momento.

Senhoras e senhores, faço especial menção a minha família. Ela faz parte de mim, de minha trajetória, sobre a qual cabe a V. Exªs deliberar. As questões que envolvem o Direito de família estiveram, sim, em meus estudos. Não fugi, como acadêmico e professor, de controvérsias nem de debates polêmicos. Guardo em mim, nada obstante, profundo respeito ao ambiente familiar. É assim que vivo em família; é assim que tenho uma família.

Sinto-me, pessoalmente, muito feliz ao acompanhar, na condição de marido e pai, as realizações profissionais de meus familiares. Rosana, minha esposa, integra a magistratura paranaense. Minha filha Camila é

médica. Minha filha Melina já é mestre e doutora professora universitária e advogada. Por isso, quando digo que creio que nos valores da família, é porque os pratico.

Creio nos valores republicanos e garantistas, porque assim tem sido o comportamento de quem defende a imprescindibilidade da independência e imparcialidade na judicatura.

Creio no firme respeito às leis e às instituições.

Creio ser dever do juiz operar por julgamentos objetivos e impessoais.

E, mais importante, creio no futuro deste País. Por isso, também, aqui estou.

Creio num País mais justo, com mais segurança jurídica, especialmente para as crianças, para as gerações futuras, incluídos, por certo, os nossos netos.

Por fim, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, lembro a lição do sempre citado Norberto Bobbio, jurista, pensador político, Senador na Itália, para quem a democracia, antes de tudo, é o respeito as regras do jogo. Repeitar e fazer respeitar as regras do jogo, a Constituição e as leis do País é missão de todo magistrado desta Nação.

Este é o compromisso que aqui estou para assumir, caso esta Casa me conceda a honraria de confirmar a indicação. E, agora, mais que sobreviver às vicissitudes do destino que me trouxe aqui, quero viver dignamente para assumir e honrar esse compromisso, antes de tudo porque nele acredito.

Muito obrigado a todos pela vossa atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Registro a presença das seguintes autoridades: Sr. Ministro Bruno Dantas, do Tribunal de Contas da União; Srª Ministra Luciana Lóssio, do Tribunal Superior Eleitoral; Sr. Governador Beto Richa, do Estado do Paraná; Srª Maria Aparecida, Vice-Governadora do Estado do Paraná; Sr. Deputado Ademar Traiano, Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná; Sr. Ivan Bonilha, Presidente do Tribunal de Contas do Paraná; Sr. José Richa Filho, Secretário de Estado de Infraestrutura do Paraná; Srª Maria Tereza Uille Gomes, Secretária de Estado de Justiça; Srª Morgana Richa, Conselheira do Conselho Nacional de Justiça; Srª Rosana Fachin, esposa do sabatinado e Desembargadora do Tribunal de Justiça do Paraná; Srª Camila Fachin, filha do sabatinado; Srª Melina Fachin, filha do sabatinado; Sr. André Dias, genro do sabatinado; Sr. Marcos Gonçalves, genro do sabatinado; Sr. Antônio César, Presidente da Ajufe; Sr. Cláudio Pereira de Souza Neto, Secretário-Geral do Conselho Federal da OAB; Prof. René Ariel Dotti, da Universidade Federal do Paraná; Sr. Desembargador Antônio Lopes de Noronha, do Tribunal de Justiça do Paraná; Prof. Manoel Caetano, da Procuradoria-Geral do Estado do Paraná; Sr. Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Sr. Flávio Caetano, Secretário Nacional da Secretaria Nacional de Reforma do Judiciário.

Passamos à fase de arguição.

Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, pelo prazo de cinco minutos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Prof. Fachin, Srs. Senadores, eu quero dizer a V. Exª, inicialmente, Prof. Fachin, que eu me sinto profundamente frustrado e, mais do que a minha frustração, é frustração de milhares de internautas, que, valendo-se do meu Facebook, preparam perguntas para dirigir a V. Exª – Verônica Cezar Ferreira, Paulo Aneas Lichti, Ricardo Izodoria, Tarlei Lemos Pereira, que mandou perguntas de Toronto. Esse prazo de cinco minutos, imagine o senhor numa arguição de um candidato a Ministro do Supremo Tribunal dos Estados Unidos. Se a comissão competente do Senado americano fixasse em cinco minutos o tempo para arguição, imagine o que pensaria o povo norte-americano disso?

Esses cinco minutos revelam a pressa, revelam, a aflição do Governo em ver aprovado o seu honrado nome para o cargo a que a Presidente Dilma o recomendou.

Não é de bom senso. O Ministro das Comunicações teve a ousadia de recomendar ao Senado bom senso de aprovar o nome de V. Exª. Ele que deveria estar hoje mais preocupado em se preparar para responder os questionamentos que seguramente virão sobre financiamento ilegal da campanha da Presidente Dilma, da qual ele era o tesoureiro. Mas eu creio que não é de bom senso limitarmos esse tempo, meu prezado Prof. Fachin.

Eu li no *site* FachinSim, contratado pelo senhor, pelos seus familiares da empresa Pepper, que é a empresa exatamente encarregada de fazer a propagando do PT pelas redes sociais, *site*, aliás, que foi retirado do ar depois que esse fato foi revelado. Li nesse *site*, abaixo da sua fotografia, a seguinte frase: "aqueles que querem um Brasil mais justo aprovam o nome de Fachin". Eu quero um Brasil mais justo, como o senhor quer, mas o conceito de justiça, o valor da justiça não é um valor unívoco. O que pode ser justo para o senhor talvez não seja justo para mim. Isso me leva a uma indagação sobre os limites da atuação do magistrado, à luz de uma afirmação que V. Exª fez lá atrás, em 1986: "o cumprimento de um ordenamento jurídico em vigor pode corresponder à verificação do Estado democrático de direito que não se dá somente pela conformidade legal aos procedimentos, mas principalmente pela legitimidade dos instrumentos disponíveis. Tal legitimidade é aferida pelo respeito às reivindicações do próprio povo, pelo exercício do poder que não invada as esferas de autodeterminação individual e pelo respeito ao interesse público e comum fundamentalmente".

V. Exª, pelo visto, não sei se tem essa opinião ainda, justifica a prevalência do legítimo sobre o legal. Quem confere essa legitimidade? Existem valores unívocos ou devemos nos ater, como disse V. Exª, à positividade do Direito?

E, por falar em positividade do Direito, Prof. Fachin, eu penso que o exercício da advocacia concomitantemente às funções de Procurador do Estado contraria frontalmente o direito positivo, no caso, a Constituição do Paraná e a Lei Complementar nº 51.

Eu fui Procurador do Estado, quando na ativa; hoje estou apresentado. Quando ingressei na Procuradoria do Estado de São Paulo, depois de prestar concurso e ser aprovado, fui nomeado. Eu sabia, Prof. Fachin, que a legislação paulista, a Lei Orgânica da Procuradoria, vedava o exercício profissional da advocacia privada. Eu não fui atrás de parecer da OAB. A lei é clara, não comporta duas interpretações.

A defesa da legitimidade que o senhor fez é tão frágil, na minha opinião, que não constitui sequer um erro, de tal maneira ela afronta o conhecimento jurídico elementar. Como é que pode o edital de concurso prevalecer sobre a letra expressa da Constituição? Não pode! O senhor sabe disso. Há decisões do Supremo Tribunal Federal a respeito do regime jurídico de funcionários públicos, de que não há direito adquirido a regime jurídico. Se não há direito adquirido em face da lei, não há direito adquirido em face do edital de concurso, Prof. Fachin. O senhor, na minha opinião, deveria reconhecer. Houve um erro, mas o senhor insiste em justificar algo que, no meu entender, é absolutamente injustificável.

Eu vejo aqui pessoas ilustres, representantes políticos do Paraná, adversários entre eles e, às vezes, até desavindos momentaneamente, mas o fato é que, ao sustentar que a lei federal, no caso o Estatuto dos Advogados, se sobrepõe à competência estadual, do Estado do Paraná e de qualquer Estado da Federação, de estabelecer o regime jurídico dos seus servidores, enfim, essa tese contraria o princípio da autonomia dos Estados. Autonomia quer dizer possibilidade de autorregulação, estabelecimento das próprias regras, como diria o jurista Michel Temer – é *autós* (por si mesmo) e nomos (lei).

Mas o Estado do Paraná, por seus constituintes e legisladores...

(Soa a campainha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – ... definiu uma proibição que V. Exª afrontou, no exercício da profissão de advogado privado, com grande competência e com grande honradez – não coloco isso em causa. V. Exª quis ter um regime jurídico para chamar de seu e errou, na minha opinião. E, ao sustentar a legalidade disso, V. Exª, no meu entender, afronta o próprio bom senso que foi recomendado pelo Presidente desta reunião, quando iniciou os nossos trabalhos.

Sinto que a campainha já soa, mas apenas uma pergunta faço a V. Exª, além das indagações que fiz: a contratação deste *site* quem foi que fez? E quanto custou o *site* que saiu do ar?

Pergunto também a V. Exª a respeito da concessão de liminar nas ações possessórias: V. Exª já sustentou no passado que cabe ao proprietário...

(Soa a campainha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – ... ou ao legítimo possuidor provar que a gleba invadida cumpria sua função social, numa ação possessória. Entendo que essa discussão deve-se fazer na ação de desapropriação. Pergunto a V. Exª se ainda pensa da forma como se expressou sobre a questão, nessa reunião da SBPC, em julho de 1986.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O nosso convidado e sabatinado Dr. Fachin.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Sr. Senador Aloysio Nunes Ferreira, quero inicialmente dizer a V. Exª sobre a honra de ser sabatinado por quem tem a trajetória e a história de vida que tem V. Exª no Brasil. A minha geração sabe admirar genuinamente – isso não é retórica – pessoas que se empenharam para que nós tivéssemos momentos como este que estamos tendo hoje. Portanto, o momento de hoje é uma homenagem à história de pessoas como V. Exª, e lhe digo isso com alma franca e sinceridade no coração.

E me permito ir diretamente às questões que V. Exª mencionou. E, se V. Exª me permitir, gostaria de começar por aquela que, quiçá, toca mais fundo a minha alma, porque envolve a questão do meu exercício profissional.

Não vou aqui recorrer aos dispositivos "a", "b" ou "c" da lei, embora possa fazê-lo, mas quero expor a V. Exª que me inscrevi nesse concurso público, que teve o seu edital publicado no mês de março de 1989, de acordo com a lei complementar vigente à época, que previa o impedimento da advocacia contra a Fazenda Pública. E, como esse concurso público teve o seu percurso alongado, eu acabei sendo nomeado e tomei posse no ano

subsequente. Disto não pode ficar a menor dúvida: iniciei o concurso antes da Constituição, e minha nomeação saiu após a vigência da nova Constituição.

Pois bem; a questão que se colocou me fez ir ao Procurador-Geral do Estado, e indaguei ao Procurador-Geral do Estado se, efetivamente, essa circunstância já significava, pela superveniência da Constituição, a vedação da advocacia. Não tenho o registro escrito disso, mas, à época, o Procurador-Geral do Estado disse: "A sua resposta está no seu decreto de nomeação". E o decreto da minha nomeação dizia: "Ficam nomeadas as seguintes pessoas" [principiando pelo meu nome, pois o destino me propiciou tirar o primeiro lugar], de acordo com a lei complementar que vigia anteriormente à Constituição". Essa resposta, por si só, não me satisfez, porque eu também compreendo as lições elementares a que V. Exª faz referência. E fui consultar, então, a Constituição Federal sobre o exercício profissional, porque a Constituição do Estado do Paraná trata – ela e as respectivas leis orgânicas – do estatuto dos funcionários – e "estatuto", aqui, no sentido amplo, lato da palavra, que é o *status*, a condição de ser. Contudo, as restrições e condições do exercício das profissões, de acordo com o art. 22 da Constituição Federal, é competência de matéria de lei federal.

O que fiz eu? Bati às portas da Seção do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil que julga prerrogativas, e, depois de debates – e me permita V. Exª mostrar –, tenho aqui, em minhas mãos, a minha sempre boa companheira, a carteira – a primeira que recebi da Ordem –, onde pedi que se fizesse a anotação, inclusive manuscrita, e o Secretário da época, escreveu:

Por decisão da 2ª Câmara Especial desta Seção, em reunião realizada em 27 de maio de 1991, determinou a anotação dos impedimentos do art. 85, inciso V, do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, nos assentamentos do Advogado Luiz Edson Fachin por ter sido nomeado para exercer o cargo de Procurador do Estado"

Curitiba, 31 de outubro de 1991.

Assinas o Secretário.

Esse art. 85, inciso V, que remete ao IV, refere-se aos impedimentos de advogar contra a Fazenda Pública.

Portanto, obtive uma resposta do meu órgão de classe e tive o decreto da minha nomeação.

E é possível dizer: "Mas isso resolvia todas as dúvidas?"

Posteriormente, em 1990, a Emenda Constitucional, ainda que não tenha alterado aquele dispositivo, usou: "aos Procuradores atualmente no exercício da função..." Aliás, perdão! Em 1999, ou seja, nove anos depois de eu ter assumido! É possível dizer que a revisão não alterou dispositivo de 89, mas, de qualquer sorte, se dúvida houvesse, a revisão constitucional da Emenda nº 7 teria espancado toda e qualquer dúvida.

Então, nobre Senador, permita-me dizer a V. Exª que lhe digo isso com a alma franca do cumprimento daquilo que a minha consciência entendeu que me competia fazer. E mais: nessa esteira, essa matéria – isso foi em 1990, 1991, 2000, e nós estamos em 2015 –, esse tema... Claro, está sendo suscitado agora e com justa razão. Permita-me dizer que reputo legítimo que eu preste conta de todas as circunstâncias, Aliás, esse escrutínio, eu, como professor, sempre o defendia aos indicados ao Supremo Tribunal Federal a serem sabatinados.

É meu dever prestar esclarecimentos! E os presto dizendo-lhe que me fiz acompanhar desta anotação na carteira, que me fiz acompanhar do meu decreto de nomeação e que me fiz acompanhar de uma Emenda Constitucional. Penso que, para a minha consciência, é uma companhia que me acalma a alma nesses anos todos de exercício profissional.

Essa é a resposta que oferto a V. Exª.

Há outros detalhes e circunstâncias que posso, depois, eventualmente, explicitar adicionalmente, se necessário for.

Sobre os demais tema, se V. Exª me permitir ferir...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pois não.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Quanto ao *site* Pepper, nessa caminhada que eu fiz, tentando, de maneira legítima, cumprir a liturgia e entregar o meu currículo aos Senadores, fui acompanhado, em diversos momentos, por muitos profissionais que, legitimamente, executam os seus afazeres na imprensa. Por sugestão de amigos, foi me dito que eu precisaria ter alguém da imprensa para poder me assessorar, ainda porque, embora eu tenha um pouco do sereno da vida, não tenho experiência nesse tipo de matéria. Nunca me submeti a um procedimento desta natureza. E contei com profissionais da área de comunicação, que me auxiliaram e, em alguns momentos, tomaram algumas providências para tentar prestar alguns esclarecimentos.

Eu não tive conhecimento da contratação desse *site*; tomei conhecimento no dia de ontem, quando saiu na imprensa. Confesso-lhe que não tenho a informação de quanto se pagou por isso, mas não tenho nenhum problema em, assim que a obter, obviamente divulgá-la a V. Exª.

No que diz respeito à discussão de legalidade e de legitimidade, gostaria de solicitar a V. Exª uma pequena retorno no tempo, quando esse debate era relevantíssimo, a rigor ao inverso.

Os atos institucionais eram legais do ponto de vista do Estado formal de direito, mas obviamente que legítimos não eram.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Em 86, já não estava em vigor.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Em 86, já não estava em vigor. Por isso, eu disse que retorno ao tempo pelo inverso.

Quando se aproxima a Constituinte de 88, o que se imagina é que, na espacialidade da política, a legitimidade das expressões poderia conduzir também à inserção na Constituição de algumas garantias, de alguns debates que vinham sendo travados. Mas isso não quer dizer que a legitimidade possa estar acima da legalidade. Aliás, tenho dito e escrito que o limite da atuação é o que tenho subscrito como legalidade constitucional.

E, por último, a questão atinente à liminar possessória. Permito-me aqui dizer duas coisas: em primeiro lugar, ao proprietário é conferida tanto a tutela possessória quanto a tutela petitória. E, em sendo postulada a tutela possessória, em havendo posse nova, por evidente que, comprovado o esbulho, deverá o juiz, nos termos da lei, deferir a liminar. Disso não tenho a menor dúvida. E, se em algum momento, no embate acadêmico, suscitei a hipótese diversa, foi obviamente problematizando essa questão. Mas não tenho dúvida de que o papel do juiz é exatamente esse.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra, o Senador Aloysio para réplica.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Prof. Fachin, em primeiro lugar, quero agradecer a amabilidade com que o senhor saudou as minhas perguntas e a minha participação nesta audiência.

Não estou questionando aqui exatamente o fato de o senhor ter exercido a profissão de advogado ao mesmo tempo em que era Procurador do Estado. O senhor disse que isso foi em 1990. O que estou questionando é a sua visão atual do problema, a maneira como o senhor defende a legitimidade desse exercício. Ou seja: a maneira com que o senhor defende a legitimidade do exercício da profissão contra a lei expressa da Constituição paranaense que estava em vigor no momento da posse, que, aliás, é quando começa a obrigatoriedade da observância dos impedimentos.

Dizia a Constituição: "é vedado aos Procuradores do Estado: 1 – exercer a advocacia fora das funções institucionais." Não há dúvida. Não há interpretação divergente possível, não é? É vedado. Ah, não pode advogar contra o Estado? Não. Só pode advogar a favor do Estado o Procurador do Estado.

Agora, quando o senhor sustenta hoje que o Estatuto da OAB prevalece sobre o Estatuto do Funcionário Público de um Estado, creio que esta Casa da Federação deve ouvir essa afirmação com cautela e com perplexidade da minha parte. Porque o senhor está negando, com isso, a possibilidade de auto-organização dos Estados. Se a lei federal, no caso, o Estatuto da OAB, prevalece sobre o Estatuto profissional, o regime jurídico dos procuradores do Estado de São Paulo, por exemplo, isso quer dizer que a lei orgânica da Procuradoria do Estado de São Paulo é inconstitucional, porque contraria a lei federal.

Então, isso quer dizer também que se, amanhã, o Estatuto da OAB, sendo aprovado pelo Congresso, permitir o exercício da advocacia privada dos Procuradores, mesmo contra o Estado, os Estados têm que observar essa disposição eventual que espero nunca seja tomada pelo Congresso? Aí, há uma questão atual, Prof. Fachin, e o senhor entende muito mais de Direito do que eu; não sou o jurista que o senhor é. Sou um militante político que estudou Direito no passado. Mas isso diz respeito à minha própria condição profissional. Quando prestei concurso, eu sabia; não procurei ninguém para saber se poderia ou não advogar. E olha que bem que eu gostaria de advogar; tenho fascínio pela profissão de advogado liberal. Mas, premido pelas necessidades da vida material prestei concurso e me submeti àquelas regras.

Então, volto a dizer, não estou apenas rememorando um fato anterior, um fato de 1990. Estou questionando a sua visão atual, do conflito de leis – na minha opinião, não existe – entre o Estatuto da Ordem dos Advogados e a legislação paranaense. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra, o Professor Fachin.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Sr. Senador, permito-me apenas acrescentar: V. Exª, ao referir-se à letra expressa da Constituição, me permito lembrar que a Emenda Constitucional nº 7 também tem letra expressa da Constituição, nomeadamente no art. 33, quando se refere aos Procuradores atualmente em exercício.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – De quando é essa emenda constitucional?

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – A Emenda Constitucional é de 1999...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – E o senhor tomou posse em 1990, Dr. Fachin.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Perfeitamente. Portanto, nove anos depois a Constituição emendada e revisada, se dúvida houvesse... E eu tomei a liberdade de expor a V. Exª que a minha consciência e a minha percepção, quando menos de absoluta boa-fé do ponto de vista da compreensão...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu não contesto sua boa fé, de jeito algum.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – ... e a compreensão que fiz e aos órgãos que procurei, a Emenda Constitucional, alguns anos depois, reitera esse dispositivo. Portanto, eu só leio os dispositivos constitucionais na sua harmonia. Não leio, com o devido respeito, um isoladamente de outro.

E, quanto à lei federal, quiçá – e não fui extremamente feliz e peço escusas –, o que disse e repito é que não há dúvida alguma de que é matéria da Constituição Estadual definir o *status*, ou seja, a condição dos funcionários civis públicos do Estado, mas entendo que as condições do exercício da profissão, de todas as profissões, inclusive de advogado, é matéria de lei federal.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Mesmo contrariando a Constituição Estadual?

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Nessa matéria, entendo que a lei federal disciplina o exercício da profissão, e eu, como advogado, fui em busca desse abrigo para saber se assim era o entendimento do órgão de classe respectivo.

Foi como eu procedi e agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o Sr. Relator, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Professor Fachin afirmou que nós estamos vivendo um momento ímpar na vida nacional. Absolutamente verdadeiro!

Vivemos um momento nervoso na atividade pública, com as instituições públicas brasileiras, os partidos políticos e os políticos de forma geral sob os escombros da descrença popular. E, certamente, não fosse este momento dramático da vida nacional, o indicado pela Presidência da República seria aclamado nesta reunião. Mas, na arena deste debate, há espaço para a irracionalidade, para a ignorância, para a vaidade, para o ódio, para a esquizofrenia política, distante do bom senso, do discernimento e da ponderação. Mas não aqui! Em outras searas distantes desta instituição. Aqui há vida inteligente para um debate que valoriza o Parlamento brasileiro, de ideias, de teses, de conceitos jurídicos diante de um mestre aclamado por todo mundo jurídico nacional e com presença internacional de destaque, que certamente honra o nosso País.

Mas, este momento, com este debate lá e cá, nos proporciona uma oportunidade também preciosa de exercitarmos a nossa capacidade de sermos humildes e de respeitarmos as opiniões divergentes das nossas. E, aliás, nos proporciona também a oportunidade de conhecermos e identificarmos aqueles que não sabem respeitar o direito à liberdade de pensar e de opinar. Estes existem.

Contudo, o que importa agora não é um confronto de oposição e Governo. Certamente nessas circunstâncias teremos governistas distantes do Governo e oposicionistas distantes dos seus colegas de oposição.

Porque não está em jogo o interesse partidário, seria um oportunismo de natureza política incompreensível. Quando nós temos a oportunidade de encaminhar ao Supremo Tribunal Federal alguém que certamente dignificará aquela Corte, onde estão fincados os alicerces essenciais do Estado de direito democrático, não podemos colocar à frente do interesse público nacional um eventual interesse motivado pela paixão político-partidária.

É por essa razão que agradeço ao meu Partido, de oposição, em que milito nesses 13 anos no enfrentamento ao Governo e aos seus desmandos e equívocos, contrariando aqui em algumas oportunidades indicados da Presidência da República, com justificadas razões. Agradeço ao meu Partido, que me permite, nesta hora, a liberdade de pensar, de opinar e defender uma candidatura ao Supremo que reputo da maior qualificação técnica, profissional e ética, com notório saber jurídico e reputação ilibada, reconhecidos pelo mundo acadêmico, pelo mundo jurídico. Aliás, no Paraná – e aqui está o Prof. René Dotti –, e faço referência à alusão de que a minha atitude, neste momento, e dos Senadores do Paraná, se constituem em atitude provinciana. O Paraná é um Estado importante e estamos honrados de representá-lo aqui. Foi província, sim, há muito tempo. província de São Paulo. Mas, hoje, é um Estado de importância política, econômica, social inquestionável.

Mas, se o Paraná é província, é uma província unida em torno do nome do Prof. Fachin pelas suas qualidades. A propalada antropofagia paranaense foi derrotada porque se uniram todas as forças vivas da sociedade paranaense, no mundo da política, especialmente no mundo jurídico. Aqui estão três Senadores. Ali estava há pouco o Governador do Paraná. Somos três Senadores que se opõem eleitoralmente e politicamente em muitas circunstâncias e que se somam aos 30 Deputados Federais de todos os Partidos; aos 54 Deputados Estaduais de todos os Partidos; aos 38 Vereadores da capital de todos os Partidos; às entidades, instituições, associações, de forma praticamente unânime no Estado; acadêmicos, mestres, como René Dotti e tantos outros.

Mas não é uma província localizada no Paraná. Se essa atitude é provinciana, nós descobrimos agora a província nacional, porque o mundo jurídico do País se une em apoio ao nome de Fachin. Juristas os mais laure-

ados, de todas as correntes ideológicas, como Ives Gandra, Dalmo Dallari, Miguel Reale Junior, René Dotti, Técio Lins e Silva, juristas renomados, Ministros reconhecidamente respeitáveis, ex-Ministros que se consagraram. A província é o Brasil. Mas existe também a província universal, porque o apoio a Fachin vem de outras ações. O Presidente do Conselho de Políticas Públicas da Universidade de Chicago, Prof. Fábio Losso, por exemplo, encaminha apoiamento significativo ao Prof. Fachin. O Prof. José Joaquim Canotilho, da Universidade de Coimbra, dos mais admirados pelos estudantes de todo o mundo, oferece apoio à indicação de Fachin. E o Presidente da OAB do Paraná, Juliano Breda, que se encontra presente também nesta Casa e fez seu doutorado na Universidade de Coimbra, pode atestar pessoalmente o prestígio do Prof. Fachin não só naquela universidade, mas no mundo jurídico ao redor dela.

Portanto, esse imenso apoio certamente tranquiliza o Senado Federal, porque, coincidentemente, aqueles que condenam, aqueles que criticam, não conhecem. Nós, que somos do Paraná, temos o dever de conhecer, conhecemos e defendemos. Seríamos indignos do apreço popular se de forma oportunista nos colocássemos contra apenas para alvejar a Presidência da República no momento de grave impopularidade que ostenta, levando às ruas milhões de brasileiros indignados. Seria a utilização dessa ferramenta, nociva aos interesses nacionais, do oportunismo político-eleitoral. Mas, evidentemente, eu respeito aqueles que, não conhecendo o Prof. Fachin, procuram ostentar; no campo da oposição, procuram questioná-lo, inquiri-lo, para que ele possa esclarecer todas as dúvidas.

Não fosse esse ambiente no País, certamente nós não teríamos essa contestação virulenta e desarrazoada que há fora daqui, longe do mundo jurídico, por pessoas que não possuem qualificação técnica para a abordagem que procuram fazer, desvirtuando o currículo e fazendo contorcionismo jurídico para fraudar teses e conceitos que submetem a Fachin como se dele fossem.

Eu estou aqui para sabatinar sim, mas como Relator, eu tenho o dever de expor o que penso nesse momento a respeito do Prof. Fachin, como os outros estão expondo o que pensam, também.

Segundo o Prof. Mário Luiz Delgado, da USP, a prosperarem as estultices reverberadas por alguns desinformados ou mal-intencionados, todos os autores do Direito Civil contemporâneo seriam considerados esquerdistas e aliados do MST, logo agora que um civilista está prestes a retornar ao Supremo Tribunal Federal, demanda desde Moreira Alves – e conclui –; estaríamos todos loucos?

Eu, como Relator, devo fazer indagações que chegaram ao Senado Federal através das redes sociais. É evidente que não farei todas elas em respeito aos meus colegas Senadores que precisam de tempo para os seus questionamentos. Mas devo formular alguns. E talvez, do ponto de vista da tese, do conceito; não sejam estes os questionamentos mais importantes nesta hora. Mas, em respeito àqueles que os formularam, e, sobretudo, àqueles que os exploraram na mídia do País, especialmente nas redes sociais, devo apresentar aqui questões que evidentemente não são as mais importantes neste momento.

E começo com uma afirmação para questionar o Prof. Fachin sobre o seu relacionamento político, já que ele tem sido carimbado como petista. Eu inicio citando Francisco Rezek: "O Senado há de avaliar quão discreta foi sua presença na arena eleitoral, se comparada à de outros juristas brasileiros que no passado transitaram diretamente do cenário político para o Supremo Tribunal Federal, e dignificaram, pela competência e discernimento de Epitácio a Victor Nunes, de Baleeiro a Paulo Brossard, para ficar só com os que foram. E nós poderemos citar muitos dos que se encontram ainda entre nós, ex-Ministros e atuais Ministros, que emergiram do campo da política para o Supremo Tribunal Federal. E este não é o caso do Professor Fachin.

Aliás, quando afirmam ser ele um militante do Partido dos Trabalhadores porque leu, em 2010, um manifesto de juristas em defesa da candidatura da Presidente Dilma, não dizem que, em muitos momentos históricos, esteve na contramão do PT.

Em 1982, foi advogado da campanha ao Governo do Paraná de José Richa, pai do atual Governador; em 1989, esteve no palanque, na Rua das Flores, em Curitiba, ao lado de Mário Covas, candidato à Presidência da República, que enfrentava naquela oportunidade o ex-presidente Lula; na Constituinte de 88, foi ardoroso defensor da Constituição, na contramão do PT; por ocasião do Colégio Eleitoral com Tancredo Neves, não só defendeu o Colégio Eleitoral como integrou a equipe de Tancredo que formalizou o seu programa de governo; na Universidade Federal do Paraná – e o Senador Requião é testemunha disso –, candidato a reitor, foi derrotado pelo PT, que indicou como vice-reitor o Professor Aldair Rizzi, do Reitor Moreira, companheiro de Requião.

Portanto a trajetória política de Fachin é de independência; aliás, há aqui um depoimento dele que me foi repassado pelo Professor René Dotti, de agosto de 2014, quando não se cogitava ainda a sua indicação, em que, na abertura da conferência da OAB, sem questionamento algum, mas espontaneamente, afirmou não vir do campo da política e não ter militância partidária. Foi uma afirmação despretensiosa em agosto de 2014, na abertura da conferência da OAB, no Paraná.

Estou colocando essas questões para que o Professor Fachin possa, ele próprio, oferecer os esclarecimentos a respeito.

Em relação a eventuais relações com o MST, CUT. Falam das ligações com o MST, e não dizem, por exemplo, que Fachin foi integrante da Câmara Arbitral da Sociedade Rural Brasileira; não dizem que ele foi integrante da Câmara Arbitral da Federação das Indústrias de São Paulo ou da Federação das Indústrias do Paraná, ou, internacionalmente, em outros países, em organizações do gênero.

Portanto, nós vamos dar oportunidade ao Professor Fachin de fazer esclarecimentos sobre essas questões.

Mas indago, exatamente na linha do recebi aqui pelas redes sociais do Senado Federal, a respeito do seguinte episódio: o Professor Fachin prefaciou o livro de Marcos Alves da Silva e, a partir desse prefácio – Marcos Alves da Silva é um pastor presbiteriano e professor de Direito, autor de um livro que trata do Direito da Família –, surgiu um estapafúrdio rótulo de teórico dos direitos da amante e inimigo declarado da família. Esse contorcionismo jurídico que queremos ver esclarecido aqui pelo Professor Fachin.

Portanto, embora na sua exposição inicial já tenha dissertado sobre seu conceito de família, eu lhe ofereço essa oportunidade, Professor, para esclarecimentos adicionais.

Sobre a função social da propriedade, já o ouvimos, mas se o Professor entender que deve novos esclarecimentos, é uma das questões recorrentes nessas indagações.

E, ainda outra questão. O curso de Direito da Universidade Federal do Paraná, desde o início de 2015, mantém uma turma exclusiva para beneficiados da reforma agrária. A iniciativa faz parte do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). Assim, pequenos proprietários rurais, acampados, quilombolas, beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário, assentados que tenham o cadastro homologado pelo Instituto Nacional da Reforma Agrária, poderão se tornar bacharéis em Direito.

Nesse contexto, gostaria que V. Exª se manifestasse sobre a constitucionalidade dessa iniciativa da Universidade Federal do Paraná e a sua eventual participação na criação do curso. Qual o grau de responsabilidade do Professor Fachin na criação desse curso?

E, por último, professor, há uma indagação que devo formular a V. Exª, que vem também de manifestações através das redes sociais. V. Exª, como diria o Professor René Dotti, não é candidato a imperador para mudar a Constituição do País e mudar o nosso sistema ideológico, como se o Supremo Tribunal Federal fosse refém de ações totalitárias jamais praticadas ou defendidas pelo Professor Fachin, mas é preciso que se indague.

Como encara o papel... Embora também já tenha, na sua exposição inicial, abordado essa questão, gostaria que V. Exª discorresse sobre as influências de convicções pessoais no momento do julgamento, convicções ideológicas, quem sabe. Ainda, sobre a questão de ser garantista ou não ser garantista, positivista ou não, legalista ou não; enfim, creio que essa é uma questão que pode ser aprofundada.

Como encara o papel do Supremo Tribunal Federal na aplicação da Constituição? O Tribunal deve limitar-se a interpretar a Constituição ou pode ir além e criar o direito no julgamento, que muitos consideram invasão de competência?

São essas as indagações, Sr. Presidente.

Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Concedo a palavra ao Professor Fachin.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Senador Alvaro Dias, agradeço sobremaneira as palavras de V. Exª e subscrevo, com o mesmo tom e intensidade que tem caracterizado a sua trajetória, a defesa da democracia de maneira intimorata, e tem sido um exemplo para todos nós e para as nossas gerações.

Quero também aproveitar o momento, se V. Exª me permitir, tomado pela emoção do momento não pude agradecer as ilustres presenças que aqui nos honram, como já referido: o Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros, Dr. Técio Lins e Silva; quero também agradecer a presença do Ministro Sérgio Luiz Kukina, a presença do Ministro aposentado Cláudio Santos; e, de modo especial, aos paranaenses, na pessoa do Reitor da Universidade Federal do Paraná, meu reitor, Professor Zaki Akel, da instituição que, com muito orgulho, faço parte.

Indo diretamente, Senador, às cinco questões vertidas por V. Exª, principio com a questão atinente ao relacionamento político. Para explicitar que não fui inscrito em partido político, lembro que, embora, em 1982, tenha integrado a equipe que elaborou o plano de governo do então candidato e depois Governador José Richa, cheguei mesmo, convidado pelo então Chefe da Casa Civil, Euclides Scalco, a assinar um ficha de filiação ao então PMDB; porém, por alguma razão, mais tarde, verifiquei que, no registro eleitoral, não constava registro algum. Assim, de qualquer sorte, não tenho inscrição político-partidária, nunca fiz proselitismo político-partidário em sala de aula. Acho que, em 30 e poucos anos de magistério, tenho os meus alunos, de todas as correntes ideológicas, como testemunha e meus colegas da faculdade também.

Agora, em alguns momentos, como professor e como jurista, sou chamado ora a tomar uma posição, ora, no exercício da minha cidadania, a prestar um determinado apoio. Por exemplo, nas eleições do ano passado,

um ex-aluno me procurou – foi meu aluno no mestrado, candidato a Deputado Estadual pelo PPS – no meu escritório e disse: "Professor, o senhor pode dar um depoimento de como o senhor me conheceu, de como foi o meu desempenho na pós-graduação? Eu, que sou uma pessoa que tive uma vida difícil e o estudo me resgatou para a vida?" E eu tenho feito isso com o mínimo de bondade no coração, porque tenho, obviamente, nos meus alunos a extensão dos meus olhos e dos meus sentimentos.

Eu nasci com o DNA vocacionado para o magistério. Sou um professor que advoga. Não sou um outro profissional que dá aulas. O magistério é a minha vida, é o meu sentimento, é onde me realizo pessoal e profissionalmente. E, quando vejo um aluno ou ex-aluno meu se lançando para o descortinar da vida profissional, tenho dado dezenas de cartas de apoio para que obtenham doutorado no Brasil, no exterior. E, agora, depois da minha experiência recente, especialmente na Alemanha, que tem boas bolsas de estudos para serem concedidas, e assim por diante. Como aliás já fiz com o Vereador Paulo Salamuni, do PV, que também foi meu aluno num curso de especialização; como fiz com o então Deputado Federal Gustavo Fruet, hoje Prefeito de Curitiba, pelo PDT.

Portanto, essas manifestações derivam desses relacionamentos e não derivam de opções político-partidárias. É evidente que eu tenho uma percepção da vida. Considero-me alinhado com as pessoas que querem o progresso do País. Sou, portanto, progressista nesse sentido, mas preservando o Estado, preservando a autodeterminação dos interesses privados, um espaço importante da liberdade, da espacialidade, da liberdade individual, porque nós não podemos, em hipótese alguma, aniquilar essa liberdade. E, claro, nessa medida, tenho manifestado opiniões, mas jamais inscrito ou partícipe de alguma atividade político-partidária. E o que tenho é isso que estou a dizer. E, mesmo que tivesse eventualmente uma inscrição político-partidária, eu acho que a tradição do Supremo Tribunal Federal é uma tradição de fazer valer o artigo da Constituição que prevê que os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário são harmônicos. Por isso esse tripé do sistema atual da escolha dos Ministros das Cortes Superiores. Vem uma indicação; esse indicado é sabatinado e, obviamente, aprovado ou não pelo Senado Federal. E, depois, a essa indicação é dada a posse perante o Poder Judiciário.

Essa espécie de marco de três fronteiras, que revela a harmonia dos Poderes, cada qual na sua espacialidade, é também demonstração da tradição do Supremo de independência.

Eu poderia citar os mortos, como Victor Nunes Leal, em relação ao Presidente Juscelino, mas também os vivos que, até por manifestarem apoio ao nosso nome, permito-me citar. O ilustre Ministro que teve a bondade de fazer uma referência de apoio ao nosso nome, Carlos Ayres Britto. Não preciso dizer a V. Exª as vezes que ele foi sabatinado aqui nesta Casa. Inscrito que estava em um partido político, revelou-se profundamente independente, como, aliás, o juiz deve ser. Essa travessia não é um selo que marca uma carta; é um selo que marca a carta da biografia até o momento de vestir a toga. A toga tem a sua origem na imparcialidade e na independência. E, se o destino eventualmente me honrar com essa circunstância, eu tenho certeza de que V. Exªs vão se honrar dessa confiança no que eu estou a dizer neste momento.

Quanto à questão específica do movimento social referido por V. Exª, tenho presente que as ações que são realizadas dentro da lei são ações legítimas. Algumas dessas ações, em determinados momentos, não obstante ainda carreguem reivindicações legítimas, desbordam da lei. Mas, aí, acaba a espacialidade da política e entra, evidentemente, a espacialidade do limite. A lei, portanto, é o limite desse tipo de manifestação. E é nisso que o Estado democrático de direito convive.

Eu posso, se assim desejar, como cidadão, ir à rua protestar – aliás, quiçá, até devo – para manifestar a minha vontade. Mas, se desbordar desse limite, depredando o patrimônio público privado, posso continuar achando que a minha reivindicação é legítima, como aliás escrevi há algum tempo atrás, mas não terá mais o respaldo da legalidade. Portanto, esse limite é o limite da ordem jurídica e é o limite da Constituição.

A Universidade Federal do Paraná – e, aqui, está o nosso Reitor, a quem tive a oportunidade de saudar –, nos termos da legislação federal, decidiu, pelo Conselho Universitário e pelos seus conselhos superiores, dos quais não faço parte, acolher uma proposta do Conselho Setorial e da Direção da Faculdade, da qual também não faço parte, de criação de uma única turma especial para filhos de assentados.

Essa matéria foi discutida no Departamento do qual eu faço parte, mas as instâncias deliberativas foram as instâncias do Conselho da Faculdade e da Universidade, instâncias das quais não faço parte. E, embora não seja necessário, chamaria à colação e desafiaria se fiz algumas manifestação para que alguém votasse neste ou naquele favor em relação à abertura dessa turma.

E, do ponto de vista da constitucionalidade, sabemos todos nós que, se há razões que, eventualmente, pelo princípio da justiça material, justifiquem essa turma, nós também sabemos que poderá haver um enfrentamento do ponto de vista da constitucionalidade, eis que também há o princípio do ingresso na universidade pelo mérito. Esse é um debate que a universidade talvez vá enfrentar e, evidentemente ,terá que expor os seus argumentos nessa dimensão.

Quanto a questão da poligamia ou do direito da amante, enfim, isso que se disse a partir do trabalho acadêmico do Marcos Alves da Silva, que é professor, advogado e, como disse o ilustre Senador, um pastor presbiteriano e, portanto, também portador da crença que une quiçá muitos de nós aqui presentes, da crença na transcendência. Pois bem; a tese, como tive oportunidade de explicitar, coloca em questão – e foi defendida na universidade do Estado do Rio de Janeiro – a distorção a que se podem levar alguns princípios da família, mas defende, como não poderia deixar de ser, a estrutura da família com os seus princípios fundamentais, família esta que tem seus limites e possibilidades inscritos na Constituição.

O que diz o art. 226 da Constituição? A família, base da sociedade, portanto também base do Estado brasileiro, tem o seu assento nos termos da Constituição, nem mais e nem menos. Quer estejamos de acordo ou não. A Constituição é o nosso limite e, dentro desse limite, ela prevê as possibilidades.

Portanto, o relacionamento fiel, a fidelidade é um projeto de vida e é da estrutura da família. E essa é a dimensão monogâmica, que é um princípio estruturante da família. E acredito que o meu comportamento, como aprendi com um ilustre Senador desta Casa – família é a família que se tem –, talvez seja a prova do que estou dizendo e não seja apenas teoria. E digo isso do alto dos bons 37 anos, dos quais só me arrependo por terem sido só 37 até agora.

Pois bem; os seres humanos também são atravessados por essas...

Desculpem.

A questão específica da função social da propriedade.

Senador, para não deixar dúvida alguma, no *caput* do art. 5º e em um dos seus incisos, está previsto que a propriedade é um direito fundamental.

É evidente, sabem os senhores, que há julgados, há controvérsia doutrinária no plano da academia, onde se debate os limites e as possibilidades do exercício dos poderes de usar, fruir, dispor e de reivindicar. Mas, no plano da aplicação da lei, essa controvérsia problematizante só tem um limite: o limite que a Constituição prevê ao lado e sem hierarquia, porque eu não posso ler o que não está na Constituição. Posso, como acadêmico, problematizar e, como dizem alguns, fazer uma eventual ponderação principiológica. O juiz não tem esse poder! No *caput* do art. 5º está dito: igualdade, liberdade e a propriedade.

Esse é o modelo que o nosso contrato social adotou em 1988. Entre todos os que participaram desse embate, alguns apresentaram opiniões diversas, mas esse foi um embate vitorioso; este é o País que nós escolhemos e é o País no qual devemos viver.

E aí, se me permitem, pego já carona com a quinta questão, para dizer que o Supremo Tribunal Federal tem, neste texto, o seu limite. O Supremo é o guardião da Constituição, mas, com o devido respeito que a Suprema Corte e todo o Poder Judiciário do Brasil merece – e eu estou aqui na humilde condição de professor sabatinado por V. Exªs –, ninguém é dono da Constituição, a não ser a própria Constituição e os poderes constituídos que podem, na sua legitimidade e legalidade, alterar a Constituição.

Nós não podemos ter, em cada juiz, sobre cada comarca deste País, uma Constituição diferente. Em Catolé do Rocha, cidade do ilustre Ministro Herman Benjamin, ou na minha Rondinha, ou na gloriosa Toledo, a Constituição é a mesma! E é nesse sentido, Senador, que vejo o Supremo tendo essa percepção dos seus limites, e aí, sim, como garantia dos direitos individuais.

É preciso haver uma porta onde o cidadão possa bater e saber que será atendido, porque isso que está no nosso contrato social foi violado. Essa é a porta do juiz, essa é a porta que, aliás, vejo acontecer quando o juiz, efetivamente, aplica a Constituição sem medo, porque eu, como professor e advogado, tenho medo de quem tem medo de decidir de acordo com a lei. É preciso ter esse ousio na decisão, como tive, em alguns momentos, no debate acadêmico, para expor ideias controvertidas e divergentes.

Mas não tenho dúvidas de que o limite da toga é um limite imperativo e, nessa dimensão, tenho dito e aqui reitero que a consciência do juiz, uma expressão muito utilizada – e peço vênia a todos os magistrados deste País –, a consciência do juiz é a ordem jurídica, porque o destinatário da decisão precisa ter um mínimo de previsibilidade e confiança na ordem jurídica. É preciso estabilizar a jurisprudência. É preciso que, neste País, as pessoas, quando olharem para o Poder Judiciário, sintam orgulho dos juízes que têm.

E nós temos razões para sentir orgulho, como nós temos razões para sentir orgulho do Poder Legislativo, até porque precisamos preservar as instituições. Se professores erram, a universidade – a instituição – é maior do que seus professores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o Relator.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Eu quero abrir mão da réplica, em respeito aos colegas que merecem a oportunidade de fazer as suas indagações. Se necessário, ao final, eu retornarei.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pois não.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Com todo o respeito, todos nós sabemos da importância de se fazerem as perguntas necessárias ao ilustre indicado para o Supremo Tribunal...

(Soa a campainha.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – ... mas os dois ou três primeiros questionamentos estão se repetindo. Acho que o Ministro Fachin não vai ter muito mais o que falar sobre algumas questões que já foram perguntadas. São 30 Senadores inscritos, então, se formos analisar e passarmos 20 minutos entre pergunta, resposta e réplica, vamos sair daqui à meia-noite, e...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Porque, no particular, tratava-se do Relator, que tem um tempo maior.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Oi, amigo?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Havia um acordo. A arguição terminará na sexta-feira.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Eu só sugiro o seguinte...

(Soa a campainha.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – ... acho que há três questões que as mídias sociais questionam, que todos questionam e que já foi muito bem indagado pelos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – V. Exª quer se inscrever? (*Pausa.*) Porque ele não está inscrito ainda.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Sou o trigésimo primeiro. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Ah, tem razão. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra, o Senador...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Não sei. Acho que, amanhã de manhã, vou falar. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra, o Senador Humberto Costa, pelo prazo aqui acordado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, ilustre Sr. Relator, Senador Alvaro Dias, Sr. Indicado ao Supremo Tribunal Federal, Professor Luiz Edson Fachin, eu gostaria de dizer que, tudo o que tive oportunidade de ler, ouvir, absorver dos contatos que tive com V. Sª, já era para mim suficiente para dar o meu voto, com a mais absoluta tranquilidade, pela sua indicação ao Supremo Tribunal Federal.

Todavia, vendo a forma altiva, a forma firme, a forma corajosa como V. Exª, V. Sª colocou-se até agora e, ao mesmo tempo e principalmente, o conteúdo do que disse V.Sª aqui, posso dizer que reforcei ainda mais essa minha convicção e concordo com o Senador Alvaro Dias, não fosse esse momento de uma irracionalidade no que tange à disputa política que acontece na sociedade hoje, V. Exª, V. Sª seria aqui, sem dúvida, aclamado.

E por razões várias, primeiro, porque V. Exª cumpre, no meu ponto de vista, todas as pré-condições e as condições para ser um integrante do Supremo Tribunal Federal e acho que vai ser o País que vai ganhar e o Supremo que vai ganhar com a chegada de V.Sª até lá.

E entre outras coisas positivas, hoje eu vejo que uma delas é o fato que está sendo questionado aqui, que é o fato de V. Exª, não esse fato, mas outro fato, mas o fato de que V. Exª atua na advocacia privada e eu acho que é muito bom que isso aconteça neste momento, nós temos alguém com experiência nesse segmento, na advocacia privada, estar agora no Supremo Tribunal Federal me parece algo muito positivo para o próprio Supremo. Nós temos uma amplitude de visões que devem ali se conformar e estar ali presentes e tem também V. Exª, sem dúvida, absolutamente ilibada.

O que se está tentando aqui é fazer um contorcionismo retórico e jurídico para justificar posições que são, na verdade, políticas. O debate que se está tentando travar aqui é um debate político, porque V. Sª já demonstrou cabalmente que não cometeu nenhuma ilegalidade no exercício profissional que teve.

Segundo, os pareceres que foram encomendados aqui no Senado, um defende uma posição, outro defende outra. Então, também não existe nenhuma visão de interpretação que seja a única a se levar em consideração.

E, terceiro, e o mais importante, que é onde se manifesta a conduta ilibada de V.Sª é que V.ª, se quisesse andar ao arrepio da lei, jamais teria consultado a OAB para saber se poderia exercer a sua função de advogado

e a própria Procuradoria-Geral do Estado do Paraná. Então, quem tem má-fé não vai, de forma alguma, usar de um tipo de atitude como essa.

E acho também que nós aqui estamos perdendo tempo com questionamentos de ordem pessoal, – que aqui não foram feitos a outros indicados ao Supremo, pelo menos não no período em que eu estou aqui – e numa maneira de parafrasear o artigo do Dr. René Dotti: "Um exercício de obscurantismo e intolerância". Lamentavelmente esse é o cenário que nós vivemos no Brasil hoje.

Como eu não quero ficar nesse campo, eu gostaria de fazer algumas perguntas a V.Sª.

A primeira delas, de certa forma, o Senador Alvaro Dias respondeu, mas quero ouvir de V. Exª, sabe-se que em 2010 o senhor pediu votos, durante a campanha eleitoral, para a Presidenta Dilma, como também participou como cidadão no apoio à candidatura do ex-Senador Mário Covas, em 89, e, segundo consta – mas V. Exª aqui negou –, teria sido já afiliado ao PMDB, do meu ponto de vista, não creio que nada disso seja impedimento de quem quer que seja para ocupar a função que V.Sª vai ocupar, preocupa-me não é o exercício da cidadania política, direito de cada cidadão, antes de ocupar uma função como essa, preocupar-me-ia se V. Sª ao lá chegar fosse pautar os seus posicionamentos por qualquer tipo de convicção político-ideológica.

Mas eu quero perguntar se V. Sª entende que há alguma implicação que prejudique a sua isenção para julgar assuntos de interesse do Governo ou do PT no Supremo Tribunal Federal.

A outra pergunta é...

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Serei rápido.

Nós tivemos aqui... Desculpe. Nós temos realizado, tanto no Senado como na Câmara dos Deputados, um debate bastante acirrado sobre o tema da redução da maioridade penal, e certamente esse assunto poderá até ser objeto de um posicionamento por parte de V. Sª. Certamente V. Sª dirá que não vai querer antecipar a sua posição, se por acaso essa questão chegar ao seu âmbito de decisão, mas poderia responder à seguinte questão: V. Sª considera que a lei penal pode produzir efeitos sobre os números da violência? No caso concreto, acredita que uma redução da idade penal...

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – ... surtiria qualquer efeito sobre os números da violência juvenil ou somente aumentaria o número de encarceramentos?

Por último, gostaria de perguntar qual é a sua concepção e se tem algum compromisso em incorporar à sua cultura jurisdicional, quando estiver investido na jurisdição do STF, a utilização dos mecanismos de participação social, de audiência pública e *amicus curiae*, quando solicitados pela sociedade civil organizada em temas emblemáticos para os direitos humanos.

Eram essas as perguntas que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Prof. Fachin.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Sr. Senador Humberto Costa, eu principio agradecendo as palavras de V. Exª e começo, se V. Exª me permitir, pela terceira questão, eis que ela, de algum modo, é coerente com um conjunto de ideias e percepções que tenho e que, de alguma maneira, acabei de expor, indiretamente. Agora, a questão de V. Exª permita-me explicitar a partir da sua intervenção.

Tenho entendido e aplaudido os procedimentos do Supremo Tribunal Federal e também de outras Cortes quando realizam audiências públicas para auscultar a opinião abalizada, chamando, não raro, técnicos e *experts* em determinadas matérias. O Supremo tem tido uma experiência notável nesse sentido, assim como algumas outras cortes e alguns tribunais estaduais que também têm adotado essa experiência.

Aqui mesmo, no Supremo Tribunal Federal, não faz tempo, tivemos célebres audiências públicas antes do julgamento sobre a chamada Lei de Biossegurança, sobre a questão das pesquisas em células-tronco embrionárias, audiências essas que foram riquíssimas. Depois do julgamento, percebeu-se, nos diversos votos dos Exmos Srs. Ministros, a presença daqueles debates, ou seja, o debate levado a efeito na audiência pública não era apenas uma prestação de contas de verniz, como hipoteticamente poderia ser. Foi, na realidade, um procedimento substancialmente merecedor da atenção, como pude analisar nos votos desses julgamentos. E a figura do *amicus curiae*, ou seja, dessa intervenção também me parece relevante, porque, de algum modo, elastece o debate e dá mais vida às folhas ou às páginas, do ponto de vista virtual, que compõem um determinado processo.

Portanto, eu principio dizendo que o Poder Judiciário pode e deve abrir-se para esses tipos de mecanismos. Evidentemente, se V. Exª me permite dizer, não creio nem subscreveria qualquer tipo de mecanismo que possa representar alguma pressão ilegítima sobre o Poder Judiciário, coisa que nem mesmo o juiz toleraria.

Acho que onde há uma possibilidade, é preciso que também haja um determinado limite. E é dentro desses limites e das possibilidades que enxergo esta participação.

Até porque não podemos jamais perder de vista que a primazia política é do Parlamento, a participação social por meio dos representantes eleitos democraticamente pelo povo se dá no Parlamento. A legitimidade do Poder Judiciário é conferida por outros instrumentos e essa legitimidade conferida ao Poder Judiciário por outros instrumentos precisa ficar circunscrita aos limites da Constituição.

E, portanto, a participação social há de ser contida nesta quadra que eu estou a dizer, na minha humilde percepção, a V. Exª.

Quanto à questão dos votos de 2010, agradeço o fato de V. Exª ter voltado ao tema e permito-me dizer que naquela oportunidade subscrevi um manifesto elaborado por alguns juristas de São Paulo que indagaram a minha posição. Naquele momento tomei uma dada posição, no dia deste manifesto fui indicado para lê-lo, no teatro da Universidade Católica de São Paulo. Por coincidência eu me encontrava em São Paulo, fui a este evento e não vou narrar aqui todas as circunstâncias porque são desnecessárias, mas apenas dizer que fui convidado a fazer a leitura e não me furtei, Senador. Era um manifesto que eu havia assinado, como em outros momentos da vida, e quando fui chamado também não me furtei. Submetendo-me, claro, as consequências de todas as opções que os cidadãos, na sua vida, fazem.

E, portanto, é assim que de fato se passou, mas gostaria de salientar, se V. Exª me permite, que não tenho nenhuma dificuldade, nenhum comprometimento, caso, eventualmente, venha a vestir a toga do Supremo Tribunal Federal, em apreciar e julgar qualquer um dos partidos políticos que existam em nossa Federação.

E digo isso com franqueza d'alma. Sejam eles de que espectro ideológico ou programático tenham. E esta percepção, aliás, abona esta percepção mesmo o que já se passou com alguns Ministros no Supremo Tribunal Federal. Para a vaga na qual neste momento eu estou indicado, tivemos o ilustre Ministro Joaquim Barbosa, que, ao que me consta, vi da imprensa à época, chegou mesmo a dizer que havia votado neste ou naquele candidato. E eu não preciso, obviamente, lembrar a ninguém da independência, da firmeza intimorata que teve ao expressar a sua convicção e ao expressar aquilo que entendeu ser fruto da sua percepção.

Eu estou citando, portanto, como circunstância que abona a tradição do Supremo de ter independência nesta exata e ampliada dimensão.

Quanto à maioridade penal, este é um tema efetivamente relevantíssimo para a sociedade brasileira. E ele é relevante em diversos aspectos. Todos nós compomos a sociedade brasileira e evidentemente, Senador, todos nós temos uma percepção muito grande, não só de ausência de persecução criminal, mas, muitas vezes, de ausência de punição. Claro que quando começamos a manejar algumas estatísticas nós percebemos que de muitos que já estão em milhares encarcerados, há uma população quase idêntica com mandados de prisão para serem cumpridos e isto revela que sobre o Estado e a sociedade brasileira existe uma interrogação que as pessoas de bem precisam de fato resolver e a primazia desse debate é aqui mesmo no Parlamento.

E, portanto, a redução da maioridade penal pode ser um instrumento, eu acho que essa é uma interrogação que tem toda legitimidade de ser posta em cima da mesa. E como nós sabemos sobre esse tema e V. Exª, se me permite a expressão, já interpôs um *habeas corpus* preventivo em meu favor. Claro que esse tempo poderá vir a ser discutido, mas isso, se eventualmente eu for aprovado por V. Exªs, mas eu não vou me furtar, se V. Exª me permitir, de dizer que este tema precisa mesmo ser debatido. E debatido inclusive para que se discuta a consequência, caso venha a se reduzir a maioridade, e que sequelas nós teríamos. Para onde irão esses adolescentes, hipoteticamente, dos 14 aos 16 anos? Porque, como sabemos, há experiência em outros países cuja faixa etária é bem menor do que a que nós temos aqui.

Portanto, é preciso analisar essas experiências, guardadas as diferenças culturais, sociais e econômicas. É preciso internalizar esse debate no País e verificar, por exemplo, se no sistema prisional – tal como está, para aqueles que já têm 18 anos completos, como é atualmente a regra da nossa Constituição – há mesmo ressocialização. Ou seja, se nós estamos cumprindo o nosso dever de casa de ressocializar ou se nós vamos, ao tentar proteger esses adolescentes vulneráveis – que são mesmo vulneráveis ao tráfico de drogas... Muitos desses jovens, ao invés de estarem já se encaminhando para a vida produtiva, especialmente nos grandes centros urbanos, são destinatários das piores circunstâncias e são iniciados no crime como interpostas pessoas.

Portanto, o debate que eu acho que precisa se ter é qual é o mecanismo para enfrentarmos esse tema.

Talvez uma saída seja discutir as regras que estão no Estatuto da Criança e do Adolescente. E, eventualmente, ampliar essas regras, de tal modo que, por exemplo, ampliando a internação – que deve ser adequada –, poderíamos alcançar alguns resultados eventualmente mais efetivos.

Mas é preciso colocar isso para o debate da sociedade brasileira, que, como os Senhores sabem melhor do que eu...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – ... está interessadíssima nesse tema, no sentido de haver uma manifestação majoritária – pelo que se tem notícia – pela redução da maioridade penal.

Esse é um tema relevante que, certamente, este Parlamento irá decidir. E, eventualmente, a decisão por alguma medida já tomada, que esteja no Supremo, ou por alguma outra que vá lá redundar, caberá ao Supremo examinar a conformidade constitucional, mas não a deliberação político-constitucional, cuja Casa é esta aqui.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Para a réplica, o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Não, Sr. Presidente. Eu estou plenamente satisfeito. Vou dar oportunidade aos demais colegas.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O.k.

Eu registro a presença ilustre do Dr. Paulo Vasconcelos, Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, bem como do Sr. Gabriel de Carvalho Sampaio, Secretário do Ministério da Justiça.

Com a palavra, o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, ilustre arguido, Dr. Luiz Fachin, tenho que fazer aqui uma referência a essa vasta produção intelectual do indicado.

Solicitei uma revisão bibliográfica pela minha assessoria e pude constatar que V. Sª tem centenas de publicações, trabalhos e livros.

Quero também lembrar a V. Sª que a minha posição aqui não é de censura, muito menos de preconceito, porque posso adiantar que ninguém já foi mais penalizado pelo preconceito que eu. Então, estou aqui para uma arguição aberta, e, lógico, considerando que aqui se trata de um médico, um ortopedista, que não teria as condições do debate no detalhamento jurídico e do conhecimento de V. Sª.

Mas, no entanto, eu quero trazer aqui algumas das minhas preocupações. Primeiro, Dr. Fachin, em relação à tese levantada aqui, inicialmente pelo Senador Ferraço e muito bem explicitada pelo Senador Aloysio, que realmente me preocupou sobremaneira. A sustentação de V. Sª, mesmo eu não sendo profissional na área do Direito, preocupou-me. Eu achei frágil a tese, já que V. Sª é um especialista.

Ao se ter uma Constituição no Estado que impedia... Ora, recorrer à OAB é algo que mostra que... Com o saber jurídico de V. Sª, V. Sª poderia ter proposto uma ação judicial ou contestado a constitucionalidade daquele texto do Paraná, enfim, algo que realmente mostrasse e que pudesse trazer a V. Sª aquela tranquilidade d'alma fundamental para exercer aquilo que é uma atividade exclusiva de Estado, vinculando também à atividade privada. Então esse ponto é um ponto que não ficou bem esclarecido. O que eu posso dizer a V. Sª é que ficou um ponto fragilizado na argumentação de V. Sª.

E ao mesmo tempo, quebra, principalmente de nós, Senadores, legisladores, a condição de elaborarmos critérios que sejam condicionantes, porque se nós, no Supremo, estamos abrindo mão de uma condicionante que é norma constitucional, no Art. 101, que prevê exatamente o condicionamento para chegar ao Supremo – o saber jurídico e a reputação ilibada –, isso faz um péssimo exemplo, ou quase um desserviço às pessoas, que ficam interrogando: "Ora, mas quer dizer que quando é para um entendimento de uma arguição, de um ministro do Supremo, isso aí pode passar?", como colocou aqui muito bem o Senador Aloysio Nunes. Eu acho que isso é uma falha nossa e que espero podermos corrigir.

Os Senadores ficam sempre numa posição um pouco constrangida, porque infelizmente, no Brasil, os Deputados e Senadores são julgados pelo ministro do Supremo, o que não se dá nos Estados Unidos. Então ali a discussão é exatamente da interpretação da Constituição em torno de princípios. Então essa tese começa a ficar um pouco comprometida diante dos olhos das pessoas que estão nos assistindo e achando que às vezes pode ser um entendimento feito para que todo mundo fique bem e que amanhã aquilo que a Constituição, aquilo que a Constituição brasileira, que a Constituição do Paraná determinam, o princípio da exclusividade, dos critérios, pode ser, não precisa ser de todo atendido diante de uma situação que foi acertada. E isso não deixa de descredenciar – e muito – a nossa arguição.

Mas eu quero...

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – ... Prof. Dr. Fachin, primeiramente, colocar aqui alguns pontos que são fundamentais. Primeiro, cumprimentar a iniciativa do Congresso Nacional, do Senado Federal, que abriu a oportunidade para que todas as pessoas pudessem ter acesso ao portal e-Cidadania. Até as 11h da manhã, para V. Sª ter uma ideia, 254 perguntas foram formuladas no portal. Os temas abordados: sobre família, 38, solicitando qual era a explicação e a posição do candidato; em relação ao MST e ao direito de

propriedade, 37, qual era a explicação de V. Sª em relação à proximidade com o movimento social e posição quanto ao direito de propriedade; quanto...

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – ... à função do procurador de Estado, da exclusividade da função de procurador de Estado, a compatibilidade frente à vedação da Constituição, 24 perguntas foram formuladas; a aproximação de V. Sª ou a proximidade de V. Sª e a isenção para o julgamento de processos do PT, 66 perguntas foram formuladas nesse sentido; 6 favoráveis à indicação de V. Sª ao Supremo e 45 contrárias à indicação de V. Sª. Isso é um mapeamento feito pelo Portal e-Cidadania, do Senado Federal, que, lógico, essa rapidez com que querem, dificilmente esses internautas terão como receber essa resposta, o que é constrangedor.

Outro fato que não é diretamente ligado a V. Sª, mas sim à Presidência da Casa, é que para facilitar a minha arguição, eu havia...

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – ... solicitado à Mesa que pudesse fazer um quadro comparativo, o que ficaria muito mais fácil para que V. Sª pudesse me responder, até porque o meu conhecimento jurídico é limitado.

Eu gostaria até que a minha assessoria passasse a V. Sª as...

(Interrupção do som.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – ... em relação aos temas levantados por V. Sª, ou já registrados em trabalhos e também publicações feitas.

O art. 184 da Constituição brasileira estabelece que:

> *Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano (...)*

Sr. Presidente, a desapropriação na versão de V. Sª. Fixado como princípio de que a propriedade, antes de direito, é uma função social – essa é uma interpretação que busquei, num trabalho feito por toda minha assessoria, e não vi nenhum registro de que V. Sª tenha mudado de posição –, o que faz nela voltarem as obrigações e não as faculdades. Os imóveis rurais enquadrados nessa situação, não utilização, poderiam ser sumariamente arrecadados pelo Estado, e não haveria o que se falar, então, em desapropriação, posto que não haveria o que desapropriar. Ou seja, nós teríamos uma expropriação de todas as terras brasileiras.

Terra produtiva. O conceito do art. 185 da Constituição Federal não vou repetir, porque as pessoas têm acesso.

A versão de V. Sª: aqueles imóveis que estiverem produzindo ao inverso, ou seja, como V. Sª colocou aqui anteriormente que eu li, estariam sujeitos a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, fixando-lhes a indenização, cujo teto máximo, em qualquer hipótese, fosse o valor declarado pelo proprietário para fins de Imposto Territorial Rural. Quer dizer, vou poder desapropriar os apartamentos de todo mundo aqui por aquele valor que está também ali no Imposto Predial e Territorial Urbano.

Dessa forma, todos os imóveis rurais do País, agricultados ou não, estariam sujeitos à reforma agrária.

Em relação ao direito de propriedade levantado por V. Sª.

Se, ao invés de a propriedade rural ter uma função social, ela se tornar função social, concluir-se-á que não há direito de propriedade sem o cumprimento dos requisitos da função social. Essa configuração poderia permitir a um Estado democrático arrecadar todos os imóveis rurais que sejam enquadráveis nessa categoria sem indenização. Se não há direito, logo não há o que indenizar.

Eu havia feito uma exposição mais detalhada. Resumindo, nós assistimos há poucos dias a um pronunciamento do Stédile, em Caracas, na Venezuela, na presença do Maduro, em que ele conclama toda a América Latina para ser uma só pátria e, portanto, eles teriam a obrigação de se unirem contra a população brasileira que se opõe a Dilma. Isso em pronunciamento ele conclama que todos aqueles que pedem *impeachment* da Dilma teriam que tê-los pela frente.

Eu faço essa referência porque logo a seguir o presidente Lula vem e diz: eu quero paz e democracia, mas também sabemos brigar, sobretudo quando o Stédile colocar o exército dele nas ruas. E ao mesmo tempo assisto a esse processo em relação ao manifesto contra a criminalização do MST.

E, nesse manifesto, todos me garantiram que havia também o apoio de V. Sª a e aqui está o relato – entre aspas –: "O MST tem se notabilizado como um dos movimentos sociais mais importantes da nossa história, justamente pela sua opção de luta, utilizando a não violência. Portanto, receba nossos mais veementes repúdios pela decisão tomada no Conselho Superior do Ministério Público, pelo seu Estado Maior da Brigada Militar e pela decisão do Ministério Público Federal, declaramos nosso apoio à luta do MST."

Isso é um manifesto assinado por V. Sª...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Nobre Senador, já são 15 minutos que estamos concedendo a V. Exª...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – ...quando realmente o MST propunha uma marcha no interior do Rio Grande do Sul e que, aí, sim, houve, por parte do Ministério Público...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente, até em respeito aos demais Senadores que querem perguntar, eu gostaria que V. Exª cumprisse o horário que foi dado a todos os Senadores.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – ...todas essas denúncias. Neste momento, Sr. Presidente, eu trago, exatamente, na continuidade de minha exposição, a situação em que, por exemplo, nós tivemos, no meu Estado de Goiás, uma propriedade 100% produtiva, que cumpre sua função social, do Senador Eunício Oliveira, invadida pelo MST.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Ele é autista!

Sr. Presidente, o tempo!

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente, por favor...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Ela foi invadida como? Por um processo eleitoral...

A SRª MARTA SUPLICY (S/PARTIDO – SP) – Sr. Presidente, eu sou a 27ª inscrita. Eu gostaria de ter a oportunidade de trazer minhas questões.

Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – O MST, utilizando exatamente o momento de uma campanha eleitoral...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – V. Exª já tem 15 minutos, nobre Relator...

A SRª MARTA SUPLICY (S/PARTIDO – SP) – Pela ordem... Sr. Presidente, pela ordem!

Eu sou a 27ª e gostaria...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Presidente, eu gostaria que V. Exª me garantisse a palavra para que eu possa...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Já garanti por 15 minutos. Estou pedindo a V. Exª que conclua.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Gostaria que V. Exª, por favor, me garantisse, porque eu preciso concluir meu raciocínio.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, então...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Foi distribuído, previamente...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Sr. Presidente, eu quero me associar à Senadora Marta, à Senadora Gleisi para que a Presidência normatize o tempo... Ainda temos...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Eu estou formulando as perguntas. Se V. Exª tivesse me autorizado a fazer exatamente na tela, isso seria muito mais rápido para que eu...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – ... muitos Senadores e Senadoras inscritos...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – V. Exª devia reclamar à Presidente Dilma. À Presidente Dilma.

(Tumulto no recinto.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Para quem está com pressa, tem de reclamar à Presidente Dilma! Ela gastou nove meses para indicar. Então, eu quero gastar apenas nove horas nesta Casa.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Senador...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Nove horas?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Senador, o senhor...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – E o respeito?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – O senhor tem de respeitar, Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Agora, Presidente...

Eu estou desrespeitando...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – O senhor tem de respeitar a metodologia daqui.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O tempo de V. Exª está concluído.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Quem é que eu estou desrespeitando?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – O senhor tem de respeitar a metodologia daqui, tem de respeitar a metodologia que foi pactuada.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Eu estou desrespeitando quem?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Está sim! Foi pactuada uma metodologia aqui.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Todo o Plenário foi desrespeitado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Foi pactuada, foi votada aqui uma metodologia.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – V. Exª tem de entender que, como simpatizante do MST, vai fazer a defesa. Certo?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Só isso! Nós queremos que o senhor tenha todo o tempo que o senhor...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Agora, eu não posso ser cerceado do meu direito de falar, certo?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Nós queremos que o senhor tenha o tempo que foi pactuado aqui, foi aprovado por todos...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Ora, eu tenho o direito de falar o tempo que meus eleitores de Goiás me credenciaram...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Só isso o que nós queremos...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O senhor tem o tempo de falar que o Regimento prevê.

Com a palavra, o Prof. Fachin.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Seja respeitada a metodologia que foi votada aqui e pactuada por todos.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente! Sr. Presidente, eu quero dizer a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O tempo de V. Exª... Já são 16 minutos. Os demais tiveram cinco minutos. É uma tolerância muito forte por parte de todos nós...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, isso é uma intolerância completa, sabe por quê? Porque o Dr. Fachin é um homem preparado para o debate.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Eu não...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Ele está constrangido porque ele é uma pessoa que está preparado exatamente...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Quem está constrangido são os outros Parlamentares...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – ...para explicar aqui...

Sr. Presidente, V. Exª não pode alegar esse fato. Se alguém quer ir almoçar, que pegue a senha e volte depois! Agora, não é justo nós estarmos aqui arguindo o Ministro para o Supremo Tribunal Federal, e V. Exª querer dar uma de bedel de colégio...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – V. Exª já está com 18 minutos!

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – ...e nós somos obrigados aqui a cumprir à risca cinco minutos, dez minutos...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – V. Exª já está com 18 minutos.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Eu não falei porque fui interrompido pela Senadora Fátima Bezerra, que não deixou eu concluir o pensamento.

(Tumulto no recinto.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Quando V. Exª foi interrompido já eram 14 minutos...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Então, V. Exª me garanta mais cinco minutos para eu poder concluir...

(Tumulto no recinto.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Como Liderança? Como Liderança? O senhor...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Exatamente. Como tempo de liderança.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Como Líder, o senhor pode utilizar...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Por cinco minutos mais.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – São 13h45, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, então, o que nós assistimos aqui foi exatamente isto: em uma ação política, o MST vem e invade uma propriedade, com pessoas que vieram também do Ceará; quando acabou a eleição, eles saíram. Então, ele foi derrotado por isso. Com essa ação que o MST praticou, derrotaram um candidato.

Depois, a área da pesquisa – todinha –, que foi feita no Rio Grande do Sul e também no Estado de São Paulo, toda área de pesquisa foi destruída, porque eles se acham no direito de achar o que deve ou não ser pesquisado no Brasil. E eles estão acima da lei! Eles não têm pessoa jurídica! Produzem os maiores prejuízos e, simplesmente, saem de lá e não são julgados.

Nós estamos aqui assistindo, também, exatamente, a esse vandalismo aqui feito na Fazenda Santa Henrique, da Cutrale.

Eles passaram os tratores por cima de toda aquela parte plantada de laranjal.

Eu pergunto a V. Sª, se alguém tivesse provocado isso... Eles interromperam uma rodovia em Sergipe e lá provocaram um acidente em que três pessoas morreram, um casal e uma criança. Foram três pessoas.

Os responsáveis foram eles, que não pediram o apoio da Polícia Rodoviária Federal. Simplesmente interromperam a rodovia e mataram três pessoas. Isso é uma realidade! E aí? Não há nenhuma penalização para isso?

A tentativa deles de invadir o Supremo Tribunal Federal há poucos dias, porque estavam sendo julgadas matérias que eles não queriam que fossem julgadas? Esse fato, Dr. Fachin, é que nos preocupa para saber até onde, exatamente, nós teremos, por parte de julgamentos, quando matérias como essas chegarem lá àquela casa, como elas terão, de V. Sª, o posicionamento.

Agora há pouco V. Sª disse que deve seguir a lei e que todos nós devemos ser guardiões da lei, ou seja, o Ministro do Supremo, em relação ao Poder Judiciário. V. Sª faz a seguinte frase:

Se é essa a justiça necessária, é preciso desde logo relativizar seus efeitos, e a sua força, para corrigir injustiças, face a uma limitação que lhe é ínsita. Ao Poder Judiciário, o mundo dos fatos é o mundo dos autos. Ou seja, a realidade é o universo processual. Esse "fechar de olhos" – entre aspas – para o mundo a que se submete, com raras exceções, o magistrado faz com que ao Poder Judiciário reste aplicar ao trabalhador a lei, via de regra, confeccionada direta ou indiretamente pelo patrão.

Essas são colocações de V. Sª. E aqui continua:

Sobre a Constituinte – e eu pergunto a V. Sª como vai se sentir para poder amanhã ser guardião de uma Constituinte à qual V. Exª se refere como: "Uma Constituinte capenga, mutilada, que dificilmente responde aos anseios de cidadania do trabalhador e da mulher trabalhadora, às reivindicações das nações indígenas e ao clamor à terra".

Essa é realmente uma posição que foi expressada por V. Sª no decorrer de todos esses temas. E como me faltam exatamente alguns minutos, quero acrescer a essas perguntas que acabo de formular em relação ao voto impresso: se V. Sª tem alguma posição contrária ao voto impresso.

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Em quarto lugar, se foi o mensalão um ponto fora da curva. Eu gostaria de saber de V. S ª o que o Tribunal condenou os envolvidos com falta de provas. Se é esse o pensamento.

Em relação ao financiamento das campanhas eleitorais, já que o Ministro Joaquim Barbosa já votou a matéria, não haveria nenhum conflito em V. Sª se posicionar. Se acha que essa matéria tem de ser decidida pelo Supremo ou se tem de ser decida pelo Congresso Nacional? Se cabe ao Supremo decidir matéria que é explícita do Congresso Nacional? Se cabe ao Supremo decidir sobre financiamento de campanhas eleitorais, atravessando uma prerrogativa do Congresso Nacional sobre essa ADIN apresentada para a OAB?

E, por último – último mesmo –, em relação a todos aqueles processo em que vemos réus que não têm prerrogativa de foro, se V. Sª defende a tese, ou qual a posição em relação a esses que não tem foro privilegiado. Se eles devem continuar nos autos, no Supremo Tribunal Federal, ou se devem ir exatamente para primeira instância.

Essas são as perguntas que tenho a formular a V. Sª e, ao mesmo tempo, dizer que...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Muito obrigado, Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – ...me foi cerceado o tempo para fazer uma exposição maior. Mas aguardo o meu momento da réplica, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – V. Exª já falou 26 minutos, em desrespeito aos demais pares.

Com a palavra o Prof. Fachin.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Senador Ronaldo Caiado, eu agradeço as questões que V. Exª formula e que me permitem explicitar muitos desses temas.

Se V. Exª me permitir, já que V. Exª declarou a sua condição de médico, quero dizer que na minha casa também há uma médica e a convivência tem sido sempre em homenagem à saúde da família, e é uma honra e uma alegria ter alguém, um profissional da saúde, na nossa família.

Quanto aos temas que V. Exª menciona, vou me permitir principiar em relação a esse material que V. Exª entregou, para não fugir a nenhuma das questões que aqui estão postas.

Não há dúvida alguma de que, durante muito tempo, debateu-se, na teoria do Direito Constitucional e na ambiência do surgimento – especialmente nas décadas de 1930 e 1940 e logo após a Segunda Grande Guerra – dos efeitos da então Constituição de Weimar – que, em um de seus parágrafos, havia suscitado a ideia de que, inerente ao direito subjetivo de propriedade, havia uma obrigação. Como corolário dessa ideia, surgiram duas vertentes: uma sugerindo que essa obrigação convertesse a obrigação na essência do direito de propriedade; e outra, que fosse uma função que apresentasse um contributo à propriedade, mas não estivesse na sua essência.

Essas reflexões que estão aqui são reflexões que explicitam aquela posição que deriva da Constituição de Weimar; não foi essa que a Constituição brasileira de 1988 adotou. O sistema vencedor, o sistema vigente, o sistema a que nós devemos obediência no Brasil é aquele que prevê a propriedade como um direito fundamental e ressalva a propriedade produtiva – isso está dito com todas as letras na Constituição.

Ainda que se tenha, à época da Constituinte ou do ponto de vista acadêmico, problematizado essa ordem de ideias, do ponto de vista da aplicação da lei, não podemos fugir dessa dicção legal. A propriedade produtiva – essa é a expressão que está no texto da Constituição –, alguns até não concordam, mas o problema de aplicar a Constituição não é um problema de concordância, é um problema de incidência legal, na minha singela percepção.

Ademais, colho também dessa frase a expressão "não utilização". Eu, coerente com minha percepção que, modéstia à parte, tenho tentado professar, de um cristão ecumênico e humanista, acho que o sistema produtivo deve funcionar muito bem para produzir emprego, renda e riqueza. À medida que nós possamos ter maiores oportunidades no sistema produtivo, parece-me, no meu singelo modo de ver, que esse sistema será ainda mais econômico e socialmente útil ao Brasil, produzindo mais riquezas e mais alimentos para o Brasil e também para a nossa exportação.

Portanto, a eventual crítica que também aí havia era a não produção. E é claro que não considero – tanto que é fruto de um trabalho recente – a cobertura florestal, por exemplo, como não produção, porque isso seria apenar o proprietário titular de imóvel agrícola. Coloca-se, obviamente, um limite que as questões ambientais – e aqui o Código Florestal tem a sua primazia sobre a propriedade – e muitas vezes... Nós tivemos um caso extraordinário no Estado do Paraná de uma pessoa que não conseguia pagar seus tributos tendo em vista ter o Estado constituído uma reserva florestal sobre o imóvel e ele ser, ainda assim, apenado pelo ITR. Isso é um paradoxo que não faz nenhum sentido. É como se a propriedade não fosse produtiva, mas é evidente que a cobertura florestal, no sentido amplo do meio ambiente, há de integrar essa ordem de ideias.

Os outros dois trechos citados por V. Exª são consequências dessa mesma ordem de ideias, tanto que V. Exª pode perceber que eles estão redigidos numa forma do tempo verbal como "estariam sujeitos", "estariam"... Ou seja, estou fazendo referência a essa percepção, que não restou vitoriosa na Constituição. A percepção que restou positivada na nossa Constituição é direta e pura e simplesmente a seguinte: os imóveis suscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária, excluída a propriedade produtiva, excluídas todas as exclusões que estão na Constituição, precisam ser objeto de desapropriação prévia e justa. É o texto da Constituição – quer alguns gostem ou não, isso é um direito.

Aliás, eu disse recentemente, quando fui consultado como jurista por um produtor de um Estado do Norte do Brasil, precisamente isto: o senhor tem direito a ser indenizado no valor da terra nua, no valor das suas benfeitorias e no valor da sua cobertura florestal, porque isso é um ativo que se agrega ao imóvel.

E ainda, naquele caso, havia um problema de lucros cessantes, até porque a desapropriação se deu no meio da colheita, coisa que até a legislação beneficia. Mesmo em hipótese em que há um desalojamento no arrendamento rural, o arrendatário tem o direito de esperar a colheita do que plantou para poder concluir. Ou seja, tenho explicitado isso, e o senhor pode ver que a frase também começa com o condicional "se". Portanto, havia um conjunto de reflexões que levavam em conta essa ordem de ideias.

As afirmações seguintes que o senhor faz, citando líderes de movimento social, o ex-presidente e esse manifesto que algumas pessoas subscreveram, inclusive um procurador da República, eu vou me permitir di-

zer a V. Exª por que subscrevi esse manifesto e em que medida. Na medida em que sempre entendi que a mobilização que vem da sociedade, quando se utiliza da não violência – inclusive, no trecho que V. Exª leu, tem a expressão "não violência" –, em hipótese alguma, ainda que as pessoas entendam que as suas reivindicações são legítimas, mas, ao ultrapassar o limite da violência, aí precisa comparecer o Estado. Não há como não se passar dessa maneira.

Senador, já que falamos aqui em prefácio, do livro que prefaciei, agora vou tomar a liberdade de citar um que, talvez, possa advogar em favor de minha causa. Recentemente, prefaciei o livro do Dr. Wendel de Brito em que ele sustenta que as associações civis que começarem a desenvolver atividades ilícitas, inclusive para fins paramilitares, podem ser desconstituídas *ex officio* pelo Poder Judiciário. É isso que eu entendo. Portanto, não subscrevo nenhum tipo de violência que o senhor evidenciou aqui, muito menos crime contra as pessoas. E esses movimentos sociais que se deturparam, obviamente, são movimentos sociais que merecem o rechaço da ordem jurídica.

Claro que, no debate da espacialidade pública, o que é preciso ficar assentado é que as soluções hão de ser buscadas dentro da lei e de forma pacífica. E, aqui, o Poder Legislativo, especialmente a Casa Alta, que é o Senado, parece-me que é o lugar onde se encontra essa espacialidade para o debate. E ao juiz, o julgador, não cabe criar a lei.

O Supremo – com perdão da expressão, mas tem sido usada desde a percepção que o velho e bom Hans Kelsen dizia – é um legislador negativo. O Supremo não deve ter esse protagonismo, exceto quando autorizado pela Constituição Federal. E, nesse sentido, sobre a afirmação que eu fiz do Poder Judiciário, eu vou me permitir dar um exemplo para V. Exª. Eu sei que o tempo está fluindo, mas eu gostaria de dar um exemplo.

A Constituição, quando prevê uma hipótese de imunidade tributária, prevê que o livro em papel está imune tributariamente. Começa um debate no Brasil para saber se os *e-books,* os livros eletrônicos, se inserem ou não nessa dicção da Constituição que diz "papel". Portanto, aí me parece legítima a atuação que seja reclamada do Poder Judiciário para dizer: "Bom, uma interpretação atualizadora que seja legítima e razoável parece-me racionalmente sustentável dentro do sistema jurídico."

E é essa ordem de ideias que eu sugiro, obviamente, acolher, na ambiência do Poder Judiciário. O novo Código de Processo Civil, por exemplo, em matéria de família, sugere a mediação e a conciliação, que me parecem, obviamente, instrumentos importantes.

Sobre a crítica que fiz à Constituinte, eu tenho vários outros textos. Eu tenho um texto sobre a convocação da Constituinte, segundo três grandes pensadores, em que eu elogio, faço um elogio à convocação da Constituinte. É um texto anterior à Constituição de 1988.

Essa crítica que é feita aqui, obviamente, pode ter um determinado sentido no debate acadêmico, mas, *legem habemus*, como diria o velho e bom Ministro do Supremo Carlos Maximiliano, nós temos a lei. Portanto a lei, que é Constituição, é, no meu modo de ver, a baliza.

E, mesmo no que diz respeito à função social, se V. Exª me permite dizer, quando a Constituição prevê a função social, a função social é, ao mesmo tempo, uma expressão que contribui para a propriedade, mas ela é o próprio limite. Nós não podemos cada um inventar o que seja função social. Aquilo que vem na Constituição e que os itens da Constituição explicitam são os itens que compõem o conteúdo da função social, e o julgador, obviamente, está permeado disso.

As minhas percepções, Senador, como eu disse na minha singela apresentação que fiz no começo, de fato produzi muitos textos, porque isso é um pouco da minha vida.

Eu tenho participado dos debates, fazendo críticas e algumas autocríticas também. E nessa perspectiva, recentemente, participei – está aqui o Deputado Sergio Souza, que era Senador à época –, de uma iniciativa para discutir um estatuto de proteção da segurança alimentar e do produtor rural.

Portanto, estou me referindo porque, circunstancialmente, V. Exª está sentado aqui nesse momento, o que aliás foi objeto de um recente artigo do Desembargador Luiz Fernando Keppen, explicitando o trabalho que, junto com colegas advogados, e advogados de ruralistas do Estado do Paraná, nós tivemos a oportunidade de fazer. E, no tocante a esses exemplos de invasão de propriedade, vou lhe dizer de uma maneira bem clara e objetiva: a orientação que o Supremo Tribunal tem e, no meu sentimento, nessa perspectiva, deve ser mantida, é da constitucionalidade da lei que impede desapropriação de área invadida. É preciso pacificar essas relações do campo. Essa é a orientação do Supremo, embora haja um ou outro caso, que compreendo, há uma certa, com a devida vênia, às vezes uma vacilação, quando a invasão é parte do imóvel. Eu não quero antecipar percepções, mas eu acho que aí o ato não se mede pelo número de hectares ou metros quadrados, e sim pela sua qualidade, e, portanto, é essa a orientação que deve ser, no meu modo de ver, observada.

Rapidamente, quanto ao voto impresso, tenho para mim que é um debate existente do ponto de vista da Justiça Eleitoral no Brasil. De um lado, nós temos, do ponto de vista da cibernética, uma Justiça Eleitoral

extraordinária. Acaba a eleição às 17h e, duas horas depois, nós já sabemos o resultado. Agora, isso está diretamente proporcional à confiabilidade? Acho que o Parlamento dará essa resposta. E, se houver condições de superar os limites técnicos para ter a demonstração de que a confiança não é só teórica, mas é também prática, tenho impressão de que aí será um ganho, caso o Legislativo assim conclua.

Quanto ao processo da Ação Penal nº 470, que, nos meios de comunicação e também foi denominado por V. Exª como mensalão e assim é conhecido, digo-lhe, brevemente, duas coisas: primeiro, eu não conheço os autos e não conheço as provas, mas, obviamente, tenho comigo a percepção de que, para a população brasileira, nesse momento, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar como julgou, deu uma resposta à sociedade brasileira, e, portanto, eu não uso nem ponto nem curva, o que uso nessa equação é o que está na lei, e os Ministros do Supremo, cada um, à luz das suas convicções, procuraram fazer o raciocínio lógico dedutivo e aplicar a lei ao caso concreto nas decisões que foram por maioria e assim por diante, vencidos os vencidos – com perdão do pleonasmo.

Financiamento de campanhas eleitorais – estou tentando abordar todos os pontos, e desculpe-me a brevidade. Esse é um tema que obviamente está na pauta do Supremo. O ilustre Ministro Joaquim Barbosa, que tenho notícia, já se pronunciou sobre essa matéria. Caso eu chegue lá, se eu for aprovado por V. Exªs, provavelmente não participarei desse debate, mas eu não vou me furtar de dizer com clareza a V. Exª, e estou dizendo em tese, não quero que isto, em hipótese alguma, seja apreendido como um comprometimento à luz de um determinado caso concreto: problemas atinentes a essa definição política parece-me que aí o Judiciário desborda de suas funções, com o devido respeito a certas circunstâncias. Vou dizer isto com todo o respeito à Corte Suprema do Brasil: há certas circunstâncias em que o Supremo não deve atravessar a rua, e, portanto, manter-se no lugar e dar primazia ao Parlamento. Não estou dizendo que... Não examinei, não conheço o caso, mas estou me referindo genericamente.

E, por último, quanto aos réus que têm prerrogativa de função. O que o Supremo tem feito, de um modo geral, em algumas hipóteses, é obviamente fazer a desconexão processual para remeter à primeira instância de alguns e manter o foro por prerrogativa de função de outros.

Eu não sei se comungaríamos nesse ponto, mas isso gera para a comunidade de um modo geral e para a sociedade muitas vezes uma percepção de difícil compreensão. Então, é preciso responder com clareza que o foro por prerrogativa de função é uma prerrogativa que está na Constituição e, quando se aplica o que está previsto na Constituição, cumpre-se a Constituição. Claro que o Parlamento poderá, hipoteticamente, deliberar em sentido diverso.

Muito obrigado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Para a réplica, por três minutos, o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente. V. Exª tem sido extremamente rígido com o meu tempo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Vinte e seis minutos realmente é muita rigidez.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Tudo bem, Sr. Presidente, mas eu não quero... Quero só colocar alguns pontos aqui que foram respondidos pelo Dr. Fachin.

Dr. Fachin, esse manifesto que V. Sª assinou é de junho de 2008. Nós já estamos vivenciando esse processo de invasão, com o MST extrapolando todas as normas do País, desde 1988. Então, isso é algo que já vem se arrastando há quase 20 anos. V. Sª colocou que uma propriedade invadida não poderá ser desapropriada. Isso é lei no Brasil. Nada disso é respeitado. O próprio Incra e o Governo estimulam que essas propriedades sejam invadidas. O que tem nos preocupado é o viés bolivariano, esse viés Hugo Chávez, esse viés Maduro, na criação desse processo que hoje é muito mais ideológico do que, realmente, a preocupação de alguém em poder lutar por uma reforma agrária que tenha resultado para as pessoas.

Foi feito um trabalho pela própria CNA, pela Senadora Kátia Abreu, em que ficou demonstrado que, até hoje, poucos dos assentados e poucos assentamentos foram, usando os termos do interior, desmamados, ou seja, eles nunca atingiram um patamar para poder chegar à sua capacidade de autossustentar, por falta de orientação técnica, por falta de assessoria, por falta de capacidade de produção, com isso, inviabilizando a sua sobrevivência econômica. Os índices são cobrados do produtor, seja ele pequeno, seja ele médio, seja ele grande, mas, no entanto, os assentamentos são invulneráveis a qualquer coisa, ou seja, não há nenhuma ação para exigir daquelas pessoas, que custam hoje ao bolso do brasileiro mais de R$800 mil *per capita* para serem assentadas, o cumprimento também das normas que prevalecem para as outras.

No mais, Sr. Presidente, infelizmente, com o tempo em que estou sendo aqui cobrado toda hora, é dizer dessa insegurança jurídica. Embora haja também uma norma constitucional que define que todas as áreas indígenas deveriam ter sido, todas elas, já definidas pela Constituição cinco anos após a sua promulgação, há hoje uma Funai apresentando laudos de mais 383 novas áreas a serem desapropriadas, trazendo um verdadeiro conflito no campo.

Enfim, com essa situação toda, eu gostaria, com essa sua capacidade de produzir textos, livros e artigos, que pudéssemos também ouvir de V. Sª, nos próximos meses, algo que realmente venha a registrar essa mudança do ponto de vista de apoio à atual legislação e à Constituição brasileira, conforme foi promulgada.

Sr. Presidente, são essas as reflexões que faço.

Em relação ao fato específico do primeiro item, eu quero dizer que realmente...

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – ... foi algo que nos criou uma situação de dúvida em relação ao fato do não cumprimento do princípio da exclusividade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra, o Senador Roberto Rocha, pelo tempo regimental.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Prof. Fachin, eu cumprimento V. Exª e, ao fazê-lo, quero, na pessoa dos colegas Senadores do Estado do Paraná, o Relator, Senador Alvaro Dias, o Senador Roberto Requião e a Senadora Gleisi Hoffmann, cumprimentar todos os meus colegas Senadores, membros desta Comissão ou não.

Inicio dizendo que V. Exª deve estar muito orgulhoso de estar hoje participando desta sessão, não apenas por ter sido indicado entre tantos brasileiros ilustres, com conhecimento jurídico, com conduta ilibada. V. Exª está aqui indicado para ser um daqueles que irão compor o Supremo Tribunal Federal. Mas não apenas por isso, mas também pelo fato de V. Exª estar inaugurando um novo momento aqui na Comissão de Constituição do Senado, que é fazer com que esta Comissão deixe de ter na sabatina apenas uma sessão homologatória de indicação da Presidência da República, para ter, efetivamente, uma discussão democrática, aberta e franca sobre o indicado. V. Exª que é, digamos assim, provavelmente o último indicado desta década, uma vez que aprovada a PEC da Bengala, o próximo deverá ser o Ministro Celso de Mello, somente no ano de 2020. V. Exª, portanto, traz, com a sua própria indicação um momento importante, que inauguramos aqui na CCJ.

Sobre o eixo central da discussão, que é a questão da advocacia privada, quero dizer que estou perfeitamente satisfeito com o que ouvi, com o que li a respeito da controvérsia. Li com interesse e muita atenção o parecer exarado pelo Prof. Dr. Marçal Justen Filho e também do Prof. Juarez Freitas, administrativistas extremamente respeitados no Brasil. Bem como me dei por satisfeito em função da controvérsia de nota técnica feita pela Consultoria do Senado -–que é a excelência do serviço público brasileiro, excelentes profissionais trabalham em nossa Consultoria, onde existem opiniões diferentes entre eles mesmos. Eles não expressam a opinião dos Senadores, muito menos a do Senado, tanto que existe um parecer, uma nota informativa do consultor, de nº 1.501, do Consultor Fernando Trindade, exatamente, fazendo o contraditório com a polêmica criada por outra nota informativa.

Essa minha convicção vai se formando quando vejo o *site* famoso do consultor jurídico, que expressa sua opinião sobre a questão aqui debatida, a respeito da advocacia privada. Ela conclui, com o que li a respeito do que escreveu o Dr. René Ariel Dotti, que estava há pouco na mesa, acompanhando esta reunião. Ele tem somente de advocacia mais do que eu tenho de idade. Então, eu tenho que respeitar essas opiniões.

Com relação à discussão política, aqui colocada, sobre o *site* etc., tive a oportunidade de ver ainda há pouco, na coluna do famoso escritor Lauro Jardim, na *Veja*: "Campanha profissional: não foi só na campanha de Dilma Rousseff que Luiz Fachin buscou ajuda para a sua ação em redes sociais. A Medialogue, que trabalhou na campanha de Aécio Neves, foi contratada para fazer monitoramento de redes".

Eu tenho aqui algumas questões a fazer depois desses comentários, questões sobre vários pontos. Óbvio, obedecendo ao art. 101, da Constituição Federal, que determina a indicação, sendo cidadão brasileiro, com mais de 35 anos e menos de 65, reputação ilibada e notório saber jurídico, tive o cuidado de examinar o currículo de V. Exª, que mais parece um Vade Mecum. Percebi que esses requisitos estão perfeitamente preenchidos e quanto a isso não há controvérsia aqui nesta Comissão.

Tive também o cuidado de examinar as referências sobre V. Exª de inúmeras personalidades do Brasil, inúmeros juristas, como Ives Gandra, Paulo Bonavides, Sepúlveda Pertence, Carlos Velloso, Francisco Rezek e tantos outros; autoridades do Judiciário, como Ministros do Supremo Tribunal Federal pela sua maioria; a Associação dos Juízes Federais do Estado do Paraná; a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe); o Colégio

Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil; o Presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul; a Associação dos Magistrados do Paraná, o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo; a Assembleia Legislativa do Paraná; expressam seu apoiamento. E disse aqui, V. Exª consegue, apesar das divergências, que são positivas por este momento novo, construir uma convergência muito grande no Estado do Paraná, reunindo todo o pensamento político e jurídico daquele importante Estado da nossa República. E aí vai adiante: instituições, como a OAB; a sociedade rural; o Instituto Brasileiro de Direito Civil; a Associação dos Advogados de São Paulo; o Instituto dos Advogados de São Paulo; a Conamp, que é a associação que reúne os procuradores e promotores de Justiça.

E uma das referências destaco, de forma especial, que é exatamente a do Dr. Euclides Scalco, grande brasileiro do Paraná, que já serviu muito a esta República, que diz:

> *Conheço o Fachin desde a sua juventude, dos seus tempos de faculdade, e fico feliz com a sua indicação para o Supremo Tribunal Federal. Será um Ministro com a mente voltada para os interesses do País. Sua indicação honra o Paraná e a universidade em que sempre lecionou. Sem nenhuma dúvida, é um dos juristas mais bem preparados que o Paraná já produziu, e tem todos os méritos para ser o primeiro Ministro do Paraná no STF.*

Isso aqui ajudou-me a formar uma convicção a respeito de controvérsias aqui colocadas.

Dito isso, quero seguir para algumas perguntas sobre três pontos. Um deles é exatamente sobre aquilo a que se referiu, há pouco, o Senador Ronaldo Caiado. Teria várias outras questões, mas o tempo não me permite: perguntas sobre a resolução de conflitos, por meio de arbitragem, por exemplo; perguntas sobre a Virada de Copérnico, mas vou deixar para que outros colegas certamente o façam, pois não pretendo esgotar aqui essas possibilidades. E quero me ater à questão da indenização à desapropriação.

No Maranhão, meu Estado, como em outros Estados do Brasil – o Maranhão é um Estado muito grande, maior que o Estado de São Paulo, por exemplo –, é pungente a questão da desapropriação. Por isso, gostaria de saber do senhor quais os elementos que, na definição da justa indenização, para fins de desapropriação por interesse social, devem compor o valor a ser pago ao proprietário.

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – A segunda questão que faço sobre esse tema, ainda é a respeito do meu Maranhão, cujos 78% do seu território estão na chamada Amazônia Legal.

Outra questão a ser enfrentada nas desapropriações são as indenizações em áreas ambientalmente protegidas. Dito, há pouco, por V. Exª – e faço questão de que aqui não reste nenhuma dúvida e por isso, pergunto novamente –: gostaria de saber se V. Exª considera que a cobertura florestal seria indenizável neste caso.

Terceiro, refere-se aos parâmetros a serem adotados pelo Incra. O órgão deveria seguir com valor de mercado ou com outro critério?

Tenho também outra questão sobre o sistema de escolha de Ministros do Supremo: cresceu muito no Brasil, nos últimos tempos, a crítica em relação ao atual sistema. O senhor mesmo escreveu artigo para o jornal *Folha de S.Paulo*, em maio do ano passado, no qual defende a forma de indicação para o Supremo Tribunal e critica propostas de – aspas – "alterações, rituais sem alterações de conteúdo".

Nesse sentido, como o senhor avalia a PEC da Bengala, promulgada recentemente como Emenda à Constituição nº 88?

Quanto às demais propostas emendas à Constituição que tramitam no Congresso Nacional visando a alterar esse sistema, das quais destaco especialmente as que estipulam mandato fixo para os membros do Tribunal Superior, como é o caso da PEC nº 342, de 2009 – ainda em tramitação na Câmara, de autoria do ex-Deputado e atual Governador do meu Estado, Flávio Dino –-, que propõem mandatos de 11 anos, aos Ministros do Supremo Tribunal, sem direito à renovação.

Por fim, quero fazer um questionamento mais de natureza administrativa, em relação ao Supremo, Sr. Presidente. O Supremo Tribunal Federal, Prof. Fachin, se quiser será seu passivo processual em um ano, exigiria de cada Ministro que estudasse, relatasse e votasse em torno de oito mil processos ou uma média de 22 por dia, incluindo sábados, domingos e feriados. Comparada à Suprema Corte americana, que julga em torno de 100 casos por ano, é óbvio que o nosso sistema é completamente desfuncional. V. Exª, se chegar ao Supremo, lá permanecerá por longos 18 anos – aí já incluída a PEC da Bengala. Fique certo de que, ao final do seu tempo no Supremo, ainda terá para julgar processos que lá estão tramitando, sendo julgados, hoje. A pergunta é: na opinião de V. Exª, o que pode ser feito para dar maior racionalidade a esse sistema?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pergunto ao Prof. Fachin se quer ir ao banheiro ou se quer responder logo.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Estou bem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o Prof. Fachin.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Professor Fachin, peço licença para anunciar a presença do Procurador de Justiça do Estado do Paraná, Gilberto Giacoia, que nos honra com a sua presença.

E comunicar, a pedido do Presidente Senador Renan Calheiros, que adiou o início da sessão no plenário para que esta reunião possa ser transmitida ao vivo pela TV Senado. Portanto, a TV Senado continua a transmitir esta sabatina.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o Prof. Fachin.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Senador Roberto Rocha, que vem do grande Maranhão, é de fato uma comunhão de alma saber que todos nós estamos aqui pensando no presente, mas especialmente no futuro, e é isso que me anima aos 57 anos de vida, já com certa perda da cobertura que vai sobre minha testa, revelando um pouquinho de cabelos brancos, mas estou muito animado, em primeiro lugar, por me submeter a este desafio. Agradeço muito as palavras de V. Exª e os apoios que recebi espontaneamente. Na verdade, por assim dizer, se destinam muito mais a nos irmanarmos num compromisso, num desafio de respondermos que este País, que tem a dimensão metafórica do grande Estado que é de V. Exª, tem também grandes desafios ainda para serem vencidos, especialmente na prestação jurisdicional.

Nós já falamos muito de nunciação de direitos, falamos muito de efetivação de direitos, chegou ao momento de, agora, inclusive na ambiência do Poder Judiciário, assumirmos o debate sobre os instrumentos necessários a termos uma prestação jurisdicional célere, eficiente, porque o Poder Judiciário precisa ser também eficiente, e que, evidentemente, vá ao encontro dos anseios da população.

Acredito que daquela frase "do acesso à Justiça", estamos convivendo agora "a Justiça que precisa ir a quem dela de fato precisa". E não só justiça no sentido estrito de sentenças, acórdãos, mas também a justiça que é feita nos processos políticos de políticas públicas que obviamente não dizem diretamente respeito ao Poder Judiciário.

Portanto, eu agradeço as palavras de V. Exª, agradeço todos os apoios que recebi. Alguns dos juristas que subscreveram presentes aqui estão. Também reverencio o nome do Dr. Euclides Girolamo Scalco, que tive a oportunidade de conhecer na minha juventude, quando ainda era estudante secundarista e ele foi candidato a Deputado Estadual no Estado do Paraná. Eu o conheci e, de lá até hoje, guardo uma admiração, e todas as vezes em que eventualmente sou perguntado sobre políticos exemplares no Brasil, ele certamente está nessa lista e num lugar de muito destaque.

Os cinco pontos tocados por V. Exª me permitem principiar – se assim me for concedido – pela questão dos sistema de escolha de Ministro do Supremo Tribunal Federal. V. Exª há de convir que eu não estou, hoje pelo menos, numa situação muito confortável para refletir sobre esse tema porque sou eu o destinatário desse procedimento de sabatina, mas me sinto confortável porque, nesse texto a que V. Exª se referiu, eu defendi precisamente o que se passa neste momento aqui no Senado Federal. E disse que o sistema que nós temos hoje é o sistema menos ruim, na avaliação que tenho daqueles dos quais nós nos aproximamos, quer das famílias do Direito anglo-saxão, quer mesmo na Europa continental.

Mas, das propostas de emenda à Constituição, estou verificando, por um olhar que fiz rapidamente, que, só de 2012 para cá, há 12 propostas de emendas à Constituição sobre essa matéria, o que mostra a relevância de esta Casa, o Congresso Nacional, debater esse assunto. Sem, obviamente, fazer nenhuma inflexão em relação aos conteúdos mais diversos dessa proposta, a crítica que fiz naquele meu artigo levava à necessidade, no meu modesto entender, de debater questões de fundo, como, por exemplo,o mandato. Juízes das cortes superiores de índole constitucional, a experiência pode levar para uma inflexão positiva à adoção de um mandato, com um conjunto de limitações para entrar e um conjunto de limitações também para sair depois do exercício desse mandato.

Há países que têm um conjunto de regras diversificadas sobre o número de anos da permanência. Portugal tem um determinado número, inferior a 10; a Alemanha, um pouco superior; há um conjunto de propostas aqui sugerindo um prazo de 15 anos. Mas o número quantitativo parece-me importar menos. Importa mais e este é um debate de fundo: a eventual presença do mandato.

Quanto à emenda constitucional recentemente promulgada, há poucos dias, que concedeu a faculdade da aposentadoria aos 75 anos, eu faria a V. Exª, neste momento, duas observações: a primeira é que, ao se tem notícia pela imprensa, já há uma medida procurando declarar a inconstitucionalidade de parte da emenda constitucional naquilo que se refere à eventual necessidade de uma nova sabatina aos 70 anos. Ou seja, susci-

tando aí um embate que vai se fazer para verificar se a emenda tem ou não congruência com o próprio artigo da Constituição ao qual ela se destinou.

Portanto, essa é uma primeira observação que, de algum modo, com o perdão do neologismo, já se judicializou esse debate. E isso, de algum modo, o Supremo Tribunal Federal, terá que enfrentar.

A segunda observação que lhe faria é que, não obstante as diversas posições em sentido contrário sobre essa proposta de emenda que se tornou agora emenda constitucional, ela, ainda que tenha algumas críticas no plano das carreiras públicas – e no caso da magistratura –, é preciso dizer que tem um mínimo de coerência com a expectativa de vida média que, no Brasil, obviamente, se alterou nos últimos anos.

Portanto, há um certo senso de realidade, mas o senso de constitucionalidade far-se-á em dois momentos: em algum debate do processo política na Câmara ou no Senado, ou no Congresso Nacional como um todo, ou mesmo na ambiência do Supremo Tribunal Federal, que acabará apreciando a necessidade ou não de Ministros do Supremo, inclusive os atuais, pelo que se tem noticiado, virem a se submeter a uma sabatina quando completarem 70 anos para, eventualmente, permaneceram por mais cinco anos no exercício da função. Eu já li percepções das mais diversas dizendo que o texto não tem uma imposição clara e objetiva, o que vai suscitar a necessidade de uma adequada interpretação.

Quanto ao tema da justa indenização, me permito dizer direta e objetivamente a V. Exª, consoante trabalhos mais recentes que escrevi, meditando sobre essa matéria à luz do Texto Constitucional, que entendo que, além do valor da terra nua e das benfeitorias – aliás, benfeitorias estas que precisam ser adequadamente apuradas, para que a indenização seja justa no verdadeiro sentido da palavra –, a questão atinente à cobertura florestal, não tenho dúvida de que esse ativo ambiental precisa ser levado em conta, o que está conectado com o que o senhor se refere às áreas ambientalmente protegidas.

Aqui nós temos um problema e ao mesmo tempo uma solução. Aliás, vivenciamos isso em alguns momentos na chamada Serra do Mar, no Estado do Paraná. Quando há um esvaziamento do conteúdo econômico da propriedade por um conjunto de limitações, ainda mesmo que não se faça a desapropriação, indiretamente eu estou desapropriando o titular daquele bem. Ou seja, o esvaziamento do conteúdo econômico é, sim, indenizável. E é claro que aqui a tutela ambiental obviamente leva, por exemplo, a manter uma reserva regularmente constituída, mas eu não posso deixar de reconhecer que, quando há uma esvaziamento da essência mínima que compõe o conteúdo de um direito fundamental, isso gera uma lesão ao direito fundamental. E me parece, em tese, suscetível de indenização.

Quanto aos critérios de pagamento do valor, V. Exª se referiu ao posicionamento do Incra, eu não tenho acompanhado esse tema à luz do que o instituto tem decidido, mas acompanho de acordo com a convicção que tenho sobre esse tema, porque obviamente não é possível desconsiderar-se o valor de mercado. Esse é um critério minimamente razoável.

E, por derradeiro, a questão do passivo do Supremo Tribunal Federal. V. Exª tem toda razão. Eu não tenho os dados atualizados no dia de hoje, mas de 1º de janeiro até hoje foram protocolados e distribuídos no Supremo aproximadamente 30 mil processos judiciais em sentido amplo – em medidas, petições, recursos etc.

Nós temos que convir que, para que essa roda jurisdicional gire, é fundamental que nós reflitamos sobre o que fazer. Alguns mecanismos importantes já foram adotados. Eu sou um defensor da súmula vinculante nesta medida. Claro que ela tem prós e contra. Mas, de modo geral, tenho para mim, é um benefício a prestação jurisdicional estável e segura. Entendo que a repercussão geral é um instituto importantíssimo que pode contribuir precisamente para dar estabilização da jurisprudência e orientar as Cortes inferiores e os tribunais. Sabemos, todavia, que há, claro, um debate sobre o próprio critério de como reconhecer a repercussão geral na ambiência do Supremo Tribunal Federal. Há, já julgados, cerca de 150 procedimentos dessa matéria, mas há outros tantos 600 temas indicados de repercussão geral que estão aguardando ou estão pautados para serem apreciados no Supremo. Ou seja, é um volume de trabalho hercúleo. Além disso, com alguma incompatibilidade com a disponibilidade que se tem para apreciar essa matéria.

Qual é o caminho que pode se apresentar? Primeiro colocar esses números sobre a mesa, verificar a tendência de abstratização dos julgamentos dos recursos extraordinários, se esse é ou não o mecanismo, e outros mecanismos que podem ser pensados, não só para tornar a Corte Suprema uma Corte constitucional, mas para valorizar os juízes de primeiro grau, os juízes estaduais e os colegiados dos Estados.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Para réplica, o Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Sr. Presidente, eu não quero mais tomar muito tempo, procurei seguir meu tempo de forma objetiva e me dou satisfeito com as respostas. Eu só quero fazer um breve comentário.

Com relação à aprovação do novo Código de Processo Civil, V. Exª sabe que vai, então, demandar muito mais processos no Supremo Tribunal Federal. Essa é uma consequência da aprovação do novo Código de Processo

Civil. Então, o que é ruim, vai ficar pior. É óbvio que a gente fala de uma questão administrativa lá no Supremo, mas aqui também nós temos que buscar melhorar o nosso processo, inclusive nesta Comissão, Sr. Presidente.

Apenas para dar alguns números a V. Exª, Prof. Fachin, Maranhão tem, em áreas protegidas – o Maranhão é um Estado produtor, um Estado, como eu disse, maior que o Estado de São Paulo –, somente em áreas protegidas, no que se refere a APPs, reserva legal, reserva indígena e unidades de conservação, um Ceará, do Senador Pimentel, um Rio Grande do Norte e um Sergipe, do meu companheiro Valadares, que está aqui ao meu lado, juntos. Ou seja, tem uma área maior do que o Estado do Paraná de V. Exª e todos os que estão aqui hoje.

É óbvio que, um dia, o Brasil vai ter que parar para pagar por serviços ambientais, porque não é justo que se trave o desenvolvimento de um Estado... E eu quero deixar claro que, naquilo que se refere à reserva indígena, à APP, às unidades de conservação, elas são cláusulas pétreas para mim, absolutamente intocáveis.

O Maranhão faz parte, como eu disse, 78% do seu território, da Amazônia Legal. Mesmo a capital, São Luís do Maranhão, que é uma ilha oceânica, faz parte da Amazônia Legal, por um critério feito lá nos anos 40 a 50, quando o objetivo era muito mais econômico do que ambiental. O fato é que existe isso hoje e a gente precisa, em algum momento, discutir isso.

Deixo aqui, mais uma vez, consignados os meus cumprimentos. Meus parabéns a V. Exª pela apresentação.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Sr. Presidente, Dr. Luiz Edson Fachin, nós, que estamos acompanhando este debate, podemos verificar, sem nenhum intuito de lisonja, que os requisitos essenciais para a escolha de um ministro foram sobejamente demonstrados, de forma inteligente, competente e, acima de tudo, humilde. São características de um cidadão comum, mas quem vai para uma Corte Suprema tem que se acercar não só de conhecimentos jurídicos, mas também de uma conduta ilibada e de humildade para saber ouvir. Em várias oportunidades, eu senti isto: este compromisso de que, o Senado aprovando o seu nome, V. Sª será sempre um homem atento a ouvir as partes quaisquer que sejam, sem nenhum preconceito, sem nenhuma discriminação.

Por isso que, em relação a esses requisitos, ou a essas exigências constitucionais para a escolha de um ministro, de logo as suas palavras me deixaram bastante convencido da oportunidade da sua escolha, vez que o Supremo Tribunal Federal não é só o guardião da nossa Constituição. Lá existem pessoas que podem lidar diariamente com a vida, causando efeitos bons ou ruins, dependendo da decisão, a milhares de cidadãos brasileiros.

Quando se fala da sua militância política ocasional, lembro que tantos homens públicos que chegaram àquela corte do Supremo Tribunal Federal não tiveram apenas militância ocasional, como V. Exª, como vimos no relatório do Senador Alvaro Dias. Várias foram as frentes em que V. Exª participou, inclusive algumas delas contrariando posições públicas do Partido dos Trabalhadores. Lembro-me, então, que, muito embora V. Exª tenha essa postura autônoma, independente na sua vida como advogado, como procurador, como homem público, outros tantos chegaram àquela Corte ingressando em partidos políticos, participando ativamente da vida partidária.

Para não irmos mais longe, podemos lembrar aquela figura monumental, aquele jurista extraordinário, Aliomar Baleeiro, que começou a sua vida política como Deputado estadual e federal, no Estado da Bahia. Depois, transferiu seu título e foi ser Deputado estadual e federal pelo Rio de Janeiro, e consagrou-se como grande Parlamentar, desta feita, ele, que era do PSD, na UDN, participando da famosa banda de música para atacar o governo do Presidente Getúlio Vargas. Ele foi Ministro do Supremo Tribunal. Chegou a ser Presidente do Supremo Tribunal Federal. Sua história é o exemplo marcante de sapiência no exercício daquela função pública, de independência, de autonomia, de segurança nas suas decisões.

Posso também lembrar de Sepúlveda Pertence. Todos sabem a sua inclinação socialista. Posso também lembrar de Paulo Brossard, do Rio Grande do Sul. Inclusive foi ele, a conduta dele era tão admirada aqui no Senado Federal que Pedro Simon propôs a PEC da Bengala, em 2003, inspirada justamente na vida do Senador Brossard, que teve que sair aos 70 anos.

Finalmente, se o Presidente me permitir, não me alongarei muito, não procurarei ter um tempo privilegiado aqui, em respeito aos Senadores., poderia me lembrar de Ayres Britto do meu Estado, de Sergipe. Ele foi militante de carteirinha do Partido dos Trabalhadores, candidato a Deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores, do meu Estado de Sergipe. Recordo-me que o saudoso Marcelo Deda, morto tão prematuramente como Governador do Estado, foi um dos que mais lutaram

Não me recordo de nenhuma reação que tenha sido iniciada nesta Casa contra a indicação de figuras tão nobres da vida política do Brasil que não eram apenas militantes ocasionais; eram filiados a partidos políticos e se consagraram como homens públicos, Deputados, Senadores etc.

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Por isso, Dr. Luiz Edson Fachin, as condições essenciais estão sendo cumpridas nesta Comissão de Constituição e Justiça. V. Sª está se submetendo a um debate aberto, respondendo com tranquilidade a todas as perguntas, e é um debate profundo de um homem que conhece o Direito.

Em respeito aos que divergem da sua posição, V. Sª se manifestou como homem preparado e, acima de tudo, humilde, em determinados momentos até pedindo desculpas porque não foi assim que este ou aquele Senador havia entendido a sua resposta.

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – A primeira pergunta: muitos têm atacado o Supremo por sua postura ativista. Qual a posição de V. Sª acerca do chamado ativismo judicial?

A PEC da Bengala já está sendo objeto de mandado de segurança, de desembargadores que se consideram prejudicados, uma vez que estão próximos de se aposentarem e poderiam estar exercendo o direito da prática na judicatura. O que acha V. Sª dessa preocupação das instâncias inferiores ao Supremo Tribunal Federal, ao Superior Tribunal de Justiça e ao Tribunal de Contas da União?

Como V. Sª compreende a importância da incorporação da perspectiva de gênero na cultura jurisdicional da Magistratura e as gentes da Justiça brasileira?

Como V. Sª entende que o Judiciário deva participar no controle de políticas públicas em casos de omissão do Estado e que envolvam repercussões orçamentárias? A sociedade compreende o CNJ em sua função de propulsor e executor da política de justiça, deve incorporar mecanismos de participação social à sua estrutura funcional e cultura institucional. O candidato Dr. Fachin concorda com a incorporação de mecanismos e cultura institucional de participação social nas diferentes esferas da administração da Justiça e inclusive no CNJ?

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Diversas análises apontam que a lei de drogas brasileira, a Lei nº 11.343, de 2006, contribui para a seletividade do Direito Penal, e a alta taxa de encarceramento no Brasil, levando à prisão principalmente homens jovens, negros e pobres. Fui Relator desse projeto de lei na Comissão de Justiça.

Então, a lei de drogas de 2006 eliminou a pena de prisão para usuário de drogas. Mesmo assim, muitos usuários acabam presos por serem confundidos com traficantes, porque a lei dá uma ampla margem de subjetividade à interpretação.

Nesse cenário, V. Sª concorda que a legislação deveria estabelecer critérios mais objetivos para diferenciar usuário do traficante? Que critérios o senhor poderia sugerir ao Legislativo?

Última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Concluindo, nobre Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Financiamento de campanhas eleitorais...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Não vou fazer, porque já foi feita uma.

A opinião do candidato a respeito da transmissão aberta das sessões do Supremo pela Justiça? Como o candidato avalia a pressão popular exercida sobre o Tribunal? Aliás, há tribunais por aí afora, como nos Estados Unidos, que não admitem, de forma alguma, a transmissão dos seus trabalhos. Eu queria saber sua opinião a respeito.

Agradeço a V. Sª e a todos.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Concedo a palavra ao Prof. Fachin.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Quero principiar agradecendo ao Senador Antonio Carlos Valadares pelas gentis palavras que a mim destinou e subscrever as referências que V. Exª fez, elogiosa e merecidamente, aos Ministros Aliomar Baleeiro, Sepúlveda Pertence e Ayres Britto e ao saudoso, recentemente falecido, Ministro Paulo Brossard, que aprendi a admirar como integrante de um país que retomava o seu caminho da redemocratização.

Aliás, permito-me lembrar que, em telefonema que, há poucos dias, tive a honra de trocar com o Senador Pedro Simon, falamos exatamente da contribuição do Ministro Paulo Brossard para a política e para o Judiciário brasileiro como um grande jurista e um grande Senador e Ministro da Justiça que foi.

Se V. Exª permitir, vou tentar, dentro do tempo, tocar o quanto me é possível nos sete pontos que anotei e que foram circunscritos nas suas questões, principiando pela ordem tal como V. Exª teve a gentileza e a clareza de formular.

No que diz respeito a ativismo judicial, eu tenho uma posição clara de que, do ponto de vista do debate acadêmico, se podem imaginar algumas funções promocionais que, eventualmente, se desempenham na espacialidade pública. Porém, do ponto de vista da prestação jurisdicional, especialmente se olharmos a prestação jurisdicional que é balizada pela função que tem o Supremo de ser guardião da Constituição, tenho para mim, Senador, que, ao lado de interpretar a Constituição e fazer uma interpretação que, racional e sistematicamente, se mantenha nos cânones da Constituição, o Supremo também tem a função de preservá-la.

Portanto, nessa dimensão, em algumas hipóteses constitucionalmente autorizadas, o Poder Judiciário poderá ter certo protagonismo. Eu me refiro, por exemplo, a quando o próprio Supremo, em matéria de mandado de injunção, apreciou o tema, em relação ao qual havia um certo vazio legislativo, atinente a greve em serviço público. Aí pode-se encontrar um determinado espaço de legitimidade com, obviamente, os devidos cuidados que é preciso ter.

A percepção que tenho do juiz constitucional é uma percepção extremamente discreta, contida na expressão que deve ter nos seus limites constitucionais. E, nessa medida, sou, por assim dizer, um daqueles que subscrevem para um juiz de corte constitucional um papel muito grande de estabilização. E, portanto, apenas em caráter excepcional, em circunstância como essa que mencionei, é possível traduzir alguma expressão jurisdicional onde, ordinariamente, deve ser o espaço da política. Portanto, o juiz não é, e não pode ser, legislador. Nessa medida, o ativismo a que V. Exª acaba de se referir, de algum modo, se conecta – se me permitir, faço uma relação desta com a quarta questão – com o tema atinente às políticas públicas.

Nós, hoje, temos, por exemplo, na área de... E V. Exªs sabem desse tema, certamente, mais verticalizadamente do que eu, que é o tema do fornecimento de medicamentos e de milhares de cidadãos que batem às portas do Poder Judiciário para pedir o fornecimento de determinados medicamentos. Claro que já há uma certa orientação, vamos dizer assim, pacificada nos tribunais em relação à lista dos medicamentos, há um debate aberto sobre os medicamentos de cunho experimental, por exemplo, e aqui nós temos um entrechoque: de um lado a Administração Pública, o prefeito municipal e todos os seus problemas atinentes ao seu orçamento... E isso não é possível desconsiderar. E não falo apenas dos problemas dos grandes Municípios, das grandes capitais, como Curitiba, São Paulo, Aracaju, que também se inserem nesse contexto, mas dos mais diversos rincões do Brasil, onde, obviamente, as receitas públicas são mais diminutas e mitigadas. O juiz não pode, na minha modesta percepção, se transformar num gestor de política pública, porque aí teremos uma inversão de papéis.

Ao mesmo tempo, como deixar de atender a essas pessoas que têm um reclamo direto de saúde? O problema está, quiçá, em darmos um passo atrás e examinarmos donde advém essa dificuldade: de um lado, de uma política pública de saúde deficitária, e de outro lado, sob esta égide, tornou-se um lugar quase comum falar no Brasil da chamada reserva do possível. A reserva do possível, que foi traduzida entre nós da família romano-germânica para o Brasil como um quantitativo orçamentário disponível, precisa também ser apreciada porque o gestor público também precisa conceder prioridades, o que significa também uma maior participação da população na discussão da lei orçamentária, para saber se naquela cidade ter-se-á asfalto ou posto de saúde.

Mas isso não me parece ser um problema do Judiciário. O Judiciário, claro, não pode ficar insensível a isso, mas, na verdade, nessa dimensão das políticas públicas, o que se percebe é que quem vai ao Judiciário é porque não tem mais porta para bater. E evidentemente que o Judiciário, no meu modo de ver, pode ser, em alguns casos, a primeira porta a bater. Mas, como regra, uma sociedade politicamente sadia, organizada adequadamente, é uma sociedade que resolve seus conflitos por um conjunto de outros mecanismos, e não necessariamente judicializando, ainda que seja um exercício da cidadania, mas é preciso também criar mecanismos administrativos para que esse tipo de questão seja obviamente debatido.

No que diz respeito à pergunta que o senhor faz da emenda constitucional que adveio da assim dita PEC dos 75 anos para as outras cortes, tanto para o Superior Tribunal de Justiça, para o Tribunal de Contas da União e mesmo para os Tribunais de Justiça dos Estados, eu, obviamente, nos últimos dias, tenho tido um tempo reduzido para ler os periódicos do dia a dia, mas evidentemente pude perceber que já num Estado da Federação parece que houve já um aforamento de uma medida com a liminar concedendo mandado de segurança. Portanto, já temos aí, com o perdão da expressão um pouco mais profana, uma ponta de *iceberg*. Ou seja, essa é uma questão que vai aflorar, e teremos, por assim dizer, uma ida ao Judiciário, de certo modo, pelo próprio Judiciário.

Onde está o caminho disso? Ou seja, a solução dessa questão? Acho que a própria emenda constitucional já apontou: é preciso que venha a lei para regulamentar essa matéria e estender a todas carreiras públicas, se o legislador achar que for a hipótese. Claro que argumentar-se-á que, por um princípio de simetria, não se pode deferir a quem, embora diferente, mas materialmente e substancialmente igual, seja indeferido. Essa simetria ou proporcionalidade talvez leve a uma previsão dessa hipótese, o que impactará sobremaneira algumas contas públicas. Como nós sabemos, é um outro debate.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Rapidamente, as questões de gênero que V. Exª suscita, eu acredito que a Constituição dá uma resposta para essa matéria. O princípio da igualdade é um princípio fundante da República, não apenas a igualdade em sentido formal, dentro dos limites, claro, da Constituição.

Mecanismos de participação social, acredito que o que temos diz respeito a hipóteses como de audiência pública *amicus curiae*, ou seja, essa hipótese de participação na ambiência das controvérsias processuais me parece saudável.

A questão atinente às drogas, era preciso, quiçá, ter um tempo de um debate exclusivo sobre isso, porque todos nós somos pais de família. Infelizmente, conheço amigos que lidam com a tragédia que é ter uma pessoa que acaba sendo levada para o caminho de drogas. Muitas vezes, não apenas do consumo, mas, com o agravamento do consumo, muitas vezes passando de consumidor a alguém que comete o delito gravíssimo que é o tráfico de entorpecentes. Essa é uma matéria que, como sabemos, em relação ao uso para consumo próprio, está aguardando, num determinado viés, uma definição do Supremo Tribunal Federal. Há lá, até onde sei, um debate para saber se o consumo próprio...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – ... quando demonstrado que não se trata efetivamente de tráfico, poderia estar no espaço de autodeterminação.

E há outra tese no Supremo de que esse é um problema de saúde pública e de que não se devem abrir as portas para as drogas. Não quero antecipar nenhum ponto de vista sobre isso, mas quero lhe dar meu sentimento pessoal de que entendo que quem abre uma fresta para as drogas, muitas vezes, não consegue segurar as outras portas da casa. E aí é preciso ter muito cuidado, porque estamos falando dos nossos jovens, da juventude brasileira.

Para concluir, digo da transmissão das sessões públicas na ambiência do Supremo Tribunal Federal. Não imagino nem de longe que um Ministro da Suprema Corte pode decidir sentindo-se pressionado pelo fato de as decisões serem televisadas, inclusive, ao vivo. Esse é um mecanismo que foi implantado e que tem gerado efeitos interessantes do ponto de vista da compreensão da sociedade brasileira. Portanto, subscrevo esse ideal de transparência e de acesso aos pronunciamentos jurisdicionais.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Para a réplica, tem a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Quero apenas, sobre esse último ponto, além dos demais, concordar inteiramente com o Dr. Luiz Fachin no que diz respeito à publicação das sessões plenárias do Supremo Tribunal Federal, que, efetivamente, fazem parte de um contexto em que o cidadão tem uma participação mais expressiva nas decisões das instituições nacionais.

Por isso, parabenizo V. Exª.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Obrigado.

Com a palavra, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente; Srªs e Srs. Senadores; Dr. Luiz Edson Fachin; Drª Rosana, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, senhora do Dr. Fachin, que cumprimentamos; Prof. Dotti, em nome de quem queremos cumprimentar as mais ilustres pessoas e personalidades do Estado do Paraná que nos honram aqui com suas presenças, este é um momento, creio, muito rico não apenas para o Dr. Fachin, mas também para todos nós, que temos a obrigação de exercer aqui nosso juízo de valor. Numa Casa plural, heterogênea, é absolutamente natural que haja toda uma diversidade de convicções, de juízos, até porque essa é a tarefa clássica de uma sabatina.

Nem sempre foi assim. Houve um tempo em que o Presidente da República escolhia o Ministro que teria assento no Supremo Tribunal Federal. O Congresso e a República definiram que o compartilhamento dessa responsabilidade com o Senado Federal seria absolutamente importante no equilíbrio dessas indicações, até por conta das elevadas responsabilidades do Supremo Tribunal Federal.

Eu tomo emprestado do Senador Valadares algumas reflexões que ele aqui fez, dando conta, Dr. Fachin, de que o senhor, em algum momento da sua vida, fez suas opções políticas, quaisquer que tenham sido elas, e de que não cabe a nenhum de nós aqui exercer qualquer tipo de patrulhamento, porque essa foi uma opção do senhor como cidadão. V. Sª, como cidadão, é inviolável na sua decisão, na sua opção. Mas o fato é que quero crer que V. Sª, no bom sentido da palavra, é vítima das suas convicções. V. Sª é um homem de muitas convicções, tem uma extensa vida intelectual. V. Sª as manifestou até aqui como professor, como advogado, como procurador.

Mas V. Sª tem, diante de si, uma sabatina para a perspectiva, a possibilidade, dependendo da deliberação desta Comissão e do Plenário, de vestir a toga. *Grosso modo*, acho que V. Sª faz uma separação do homem de toga e do homem que, até aqui, não vestiu a toga, porque, salvo melhor juízo, há fatos muito novos na afirmação de V. Sª ao longo desta sabatina.

Como o senhor bem sabe, eu levantei uma questão de ordem aqui, nesta Comissão, e o fiz de maneira absolutamente respeitosa, civilizada, mas de maneira franca e aberta, porque considerei, como continuo considerando, esse é meu juízo de valor, que V. Sª deveria ter consultado a Constituição do Estado do Paraná para exercer a advocacia privada, e não a Ordem dos Advogados do Brasil. Não posso imaginar que um parecer, qualquer que seja ele, de uma seccional, ainda que importante, da Ordem dos Advogados do Brasil possa ser mais importante que uma decisão do Constituinte derivado. A Ordem dos Advogados do Brasil é um órgão de classe, e quando o Constituinte do Paraná definiu que procurador não podia fazer advocacia privativa, ele não estava impondo restrição à atividade profissional do advogado, que deve ser regulada por legislação federal. V. Sª está absolutamente correto. Mas quis ali o Constituinte definir um regime jurídico único para o servidor público Procurador do Estado, e até mesmo o Estatuto dos Advogados, em seu §3º, reconhece isso, na Lei 8.906: "Art. 3º O exercício da atividade de advocacia no território brasileiro e a denominação de advogado são privativos dos inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)".

E no seu §1º está consignado:

> *§ 1º Exercem atividade de advocacia, sujeitando-se ao regime desta lei, além do regime próprio a que se subordinem, os integrantes da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria da Fazenda Nacional, da Defensoria Pública e das Procuradorias e Consultorias Jurídicas dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas entidades de administração indireta e fundacional.*

Mas esta é uma Casa plural, e cada um dos Srs. Senadores faz seu juízo de valor.

Sinceramente, Dr. Fachin, eu estou muito convencido disso que estou aqui a reiterar a V. Sª, porque a manutenção ou a tentativa da manutenção de querer justificar o que me parece injustificável – é isso que me salta aos olhos – diante de uma questão tão clara como essa, até porque todos sabemos... Eu não sou um homem do Direito. Quem sou eu? V. Sª é. Há remansosas decisões no Brasil de que direito é uma coisa, expectativa de direito é outra coisa, completamente diferente uma da outra.

Mas esse é um juízo de valor que cada Senador da República fará aqui, no exercício do seu voto. E se há uma coisa que aprendi no Senado é que cada um dos Senadores que estão aqui sabem o que querem fazer e dificilmente são influenciados por qualquer dos seus colegas, e é preciso que nós tenhamos respeito pela convicção de valor que cada um vai expressar.

Indo adiante, eu gostaria de questionar V. Sª.

Nos últimos dias, a imprensa traz informações de que, durante o ano de 2004, V. Sª recebeu honorários da Companhia Paranaense de Energia (Copel), cujo sócio majoritário é o Governo do Paraná, para atuar como advogado privado.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Segundo os mesmos jornais, trata-se de uma arbitragem internacional ocorrida na Câmara de Comércio Internacional em Paris, envolvendo também a UEG Araucária Ltda..

Na época, o senhor era procurador do Estado do Paraná e recebia salário justamente para defender interessados do Estado do Paraná. A legislação complementar do Estado do Paraná é clara ao proibir procuradores de Estado de receber honorários para defender ou prestar consultoria ao governo, inclusive autarquias e empresas de economia mista, como o caso da Copel, em que o Governo do Estado do Paraná, salvo melhor juízo, é sócio majoritário.

Eu gostaria de deixar essa indagação para merecer de V. Sª um arrazoado em relação a essa questão.

São atribuídas a V. Sª algumas afirmações contidas em textos e em teses, doutrinas que V. Sª defendeu ao longo da sua extensa vida, reconhecida, acadêmica e intelectual. Podemos concordar, podemos discordar das doutrinas, das teses, mas jamais deixar de reconhecer a extensa atividade intelectual de V. Sª.

Algumas frases são atribuídas a V. Sª – aspas –: "Lei é aquilo que o juiz diz ser lei, desde que esteja afinada com os bons propósitos.""Se o conselho que se dava aos juízes antigos na Itália era 'não use a testa, use o texto', hoje a máxima pode ser reinventada para 'use a testa, não esquecendo do texto e seu contexto'."

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Se essas reflexões são corretamente atribuídas a V. Sª, eu vejo nessas frases manifestações evidentes de um absoluto ativismo judicial. E V. Sª, até aqui, sem usar a toga, tem o direito de exercer essas convicções. A pergunta é se V. Sª levará, eventualmente, se for aprovado por esta Comissão e pelo Plenário, esse sentimento para o Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Nobre Senador, doze minutos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu vou encerrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Ótimo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – É porque é um momento tão rico, e nós estamos com muita humildade, mas, de maneira muito destemida e civilizada, fazendo enfrentamentos que são absolutamente pertinentes a um momento tão nobre como este, em que temos a oportunidade de receber um indicado para a mais elevada Corte da Justiça brasileira.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Também é atribuído a V. Sª – aspas –:

De um conceito privatista, a Constituição em vigor chegou à função social aplicada ao direito de propriedade rural. É um hibridismo insuficiente, porque fica a meio termo entre a propriedade como direito e a propriedade como função social. Para avançar, parece necessário entender que a propriedade é uma função social. Isso poderá corresponder à efetiva supremacia dos interesses públicos e sociais sobre os interesses privados, gerando inúmeras consequências, inclusive além da questão agrária. Se, ao invés da propriedade rural ter uma função social, ela se tornar função social, concluir-se-á que não há direito de propriedade sem o cumprimento dos requisitos da função social. Essa configuração poderia permitir a um Estado democrático arrecadar todos os imóveis rurais que sejam enquadráveis nessa carreira sem indenização. Se não há direito, logo não há o que indenizar.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Essas reflexões são atribuídas a V. Sª, e gostaríamos de merecer de V. Sª diálogo em torno desse tema.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Dr. Fachin, muito obrigado.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Eu que agradeço.

Com a palavra o Prof. Fachin.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Sr. Presidente, Sr. Senador Ricardo Ferraço, inicialmente, eu quero agradecer as questões suscitadas por V. Exª e quero dizer, de maneira muito genuína, em público, que tive, nesses dias em que estive no Senado Federal, oportunidade de trocar ideias sobre esse tema e guardei de V. Exª a melhor das impressões, porque, sem embargo de termos uma percepção diferenciada sobre um determinado ponto, o diálogo que tivemos me foi muito enriquecedor, e a demonstração, sem nenhuma retórica adjetivadora, é de que estamos diante de uma pessoa que, obviamente, está preocupada com as questões importantes deste momento e desta sabatina, nada obstante a diferença de percepções que temos sobre esse ponto. Portanto, na verdade, eu quero lhe agradecer a oportunidade que já tive e agora, aqui nesta sabatina, de dialogar com V. Exª.

E gostaria de principiar, se me permite, com uma concordância plena: que é papel do Senado Federal não apenas a escolha dos Ministros das Cortes Superiores; há outras funções relevantíssimas, como a do inciso X do art. 52, se não me falha a memória, quando nós estamos a tratar da declaração de inconstitucionalidade no controle difuso. Ou seja, no meu singelo sentimento, não impressiona o argumento de que determinados tipos legais não tenham sido utilizados com uma ou outra frequência. Eu acho que essa atribuição que tem o Senado Federal compõe os pesos e contrapesos do exercício desses Poderes. Portanto, adiciono apenas este singelo argumento para subscrever a afirmação que faz V. Exª do importante papel desta alta Câmara, que representa o povo brasileiro, mas, mais importante ainda, as Federações, num juízo igualitário de todos os Estados que compõem a Federação brasileira.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – E me permito pontuar em relação ao tema que diz V. Exª que há uma afirmação, digamos assim, mais acadêmica e, de algum modo, uma afirmação diversa na perspectiva eventualmente, se aprovado for, de uma judicatura constitucional.

Eu gostaria de pontuar a V. Exª que eu estou muito mais olhando para o futuro do que para o passado. E não deixo de reconhecer que, na nossa vida, tomamos caminhos, fazemos reflexões, mas nem sempre acertamos – como, aliás, já foi dito aqui, e V. Exª fez uma frase que de algum modo me conforta muito: "Quem expõe-se demais acaba sendo destinatário de arguições precisamente por, na sua caminhada, deixar todos esses sinais". Desculpe-me a expressão mais pedestre, Senador, mas esse é o jeito da madeira, no sentido de explicitar a V. Exª que, nessa trajetória, eu procurei participar de debates – acho que, como acadêmico e professor, era minha obrigação – e, às vezes, enfrentar teses e questões controvertidas.

Veja V. Exª: esse texto que V. Exª menciona que faz referência entre a testa e o texto está publicado há menos de 30 ou 40 dias – nem me recordo. Enfim, se houvesse algum procedimento de ocultamento, da minha parte, de alguma coisa, eu teria apanhado esse texto e deixado na gaveta. Eu o publiquei exatamente para o debate, para fomentar, até porque, nesse processo, obviamente, como eu disse nas minhas palavras iniciais, embora meu nome aparecesse aqui e acolá na imprensa, eu fui chamado e não recusei o chamamento. Então, não fiz nenhum quadro mental apriorístico de escrever isso, preparar uma caminhada para aquilo. Esse sou eu, e assim me apresento com essa questão que volta ao tema que também escrevi à luz da percepção da Constituição de Weimar.

Eu tomo a liberdade de repetir que a opção que o legislador constitucional de 1988 fez foi uma opção por representar a função social como um contributo à propriedade; a propriedade, na Constituição de 1988, não é, de forma alguma, um elemento da essência do direito de propriedade; ao contrário, a propriedade é um direito fundamental e, no *caput* do art. 5º, não está adjetivada! E, mesmo quem discorde disso – eu sei que estou falando a V. Exªs e, quiçá, a muitas pessoas aqui, eventualmente, ao mesmo tempo...

Mesmo quem discorde disso, nós não podemos cada um – e me valho aqui de uma expressão já referida – ter uma Constituição para chamar de sua. Isso está dito na Constituição, quer se concorde ou não. E especialmente na aplicação da Constituição não se pode tergiversar.

Portanto, nessa medida é que essa frase de que "o juiz, ao aplicar a lei, ele faz a norma para o caso concreto", eu estou me referindo ao juiz jungir-se à ordem jurídica, porque a ordem jurídica tem um comando em abstrato à luz do fato concreto e essa densificação, que é um processo lógico-dedutivo de subsunção, de natureza hermenêutica. O juiz densifica, no caso concreto, e diz: se está previsto, em abstrato, que o vizinho, nas relações de vizinhança, tem tais e tais direitos, eu estou dizendo que, nesse caso, João e Pedro, vizinhos que são, têm os seguintes direitos e deveres. Portanto, é nessa medida.

E gostaria de, dentro desse tempo que me é reservado, tocar nesse tema sobre o qual V. Exª levantou essa questão preliminar. Compreendo perfeitamente ter sido suscitada. É claro que, do ponto de vista humano, eu tive de Procuradoria 16 anos; tenho de advocacia aproximadamente 34; tenho de magistério, 32. E tirante aquele momento em que entrei na Procuradoria, em que esse tema foi cogitado, e eu, como disse e repito, procurei meu órgão de classe por entender que a lei federal tratava dessa limitação, essa matéria não tem uma suscitação.

E me permito dizer com franqueza d'alma: esse tema não está na ficha funcional de onde passei nem na ficha funcional da minha consciência. E se não bastasse esse argumento, eu me permito dizer, com o devido respeito a V. Exª, que proclama com toda razão o valor que deve ter a Constituição, que me soa um pouco, digamos assim, quiçá reflexo, não considerar a revisão constitucional que o Paraná teve em 2000. Porque, se nós valoramos a Constituição, por que não poderíamos, em tese... só estou aqui, obviamente, fazendo um exercício hermenêutico de cogitar de eficácias da revisão constitucional. De modo que, nessa perspectiva, autorizado que fui, advoguei, prestei serviço a diversas empresas.

Nós sabemos que as sociedades de economia mista são mistas precisamente porque têm ações em bolsa de valores, têm interesses de mercado. E na área do mercado, obviamente, contratam pessoas que são especialistas para prestar os seus serviços. Eu fui procurado nessa condição. Essa arbitragem internacional se deu na Câmara de Comércio da Organização Mundial de Comércio, cuja sede, como sabemos, é na França. E do ponto de vista do resultado, acredito que tivemos um resultado muito proveitoso para os acionistas dessa companhia.

Portanto, a atividade que eu desenvolvi, com o devido respeito à opinião diversa de V. Exª, que respeito – e como disse e repito, não é retórica, respeito porque temos uma percepção diferente –, mas, na minha compreensão, não infringi regra e também não infringi postulado ético.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Para réplica, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Dr. Fachin, perdoe-me mas, como cidadão, não vale a percepção de V. Sª nem a minha, vale o que está escrito no Texto Constitucional. E V. Exª é candidato a ir para o Supremo Tribunal Federal, cuja maior função é ser o guardião da Constituição Federal.

Em que pese o Direito não ser uma matéria exata, portanto, cabem interpretações as mais diversas, mas há limites. Além do que a reforma que foi feita na Constituição Estadual do Paraná, em 2000, não alterou a vedação ao exercício da advocacia concomitante com a Procuradoria. Continuou proibido, como, aliás, continua nos tempos atuais.

Então, esta é a questão que eu levanto. Mas eu já me dou por satisfeito, Sr. Presidente. Eu tenho o meu juízo de valor firmado em relação a essas todas e tantas questões e vou exercê-lo, naturalmente.

Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra, o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores. Dr. Fachin, V. Exª está vindo ser sabatinado aqui, nesta Casa, talvez em condição bem ímpar se compararmos com outros candidatos que estiveram por aqui e que em outras oportunidades foram sabatinados, primeiro pelo caldo político, pelo momento político, pelo acirramento dos ânimos.

Eu mesmo, a minha caixa de correio e meus perfis nas redes sociais estão abarrotados de manifestações a respeito do tema, e eu acho que daí dá para a gente tirar uma ideia do que está também rolando com os outros Senadores, parte a parte, sendo abordados sobre esta sabatina.

Por isso eu digo que esta sabatina se torna mais importante ainda porque ela lhe dá a oportunidade de, primeiro, demonstrar um dos quesitos que todo mundo já falou aqui que V. Exª tem, que é demonstrar o notório saber jurídico – um dos quesitos necessários para que um candidato vá ali para aquela Corte. Segundo, para dirimir e esclarecer à população brasileira qualquer dúvida que porventura paire sobre qualquer questão. E também para desmistificar a questão de que V. Exª seria ali um Ministro do PT, daquela ideia de que o PT ou a Presidência da República estariam ali com um tribunal para chamar de seu. E também outras questões que pairam, como a questão que mais tem sido abordada, de que V. Exª seria ali um Ministro que iria julgar com uma certa ideologia, com um certo viés ideológico, o que preocupa a muitos.

Por isso a importância desta sabatina e por isso eu quero deixar aqui, Sr. Presidente, o meu descontentamento com esta sabatina. Penso que é pouco tempo para se sabatinar. O candidato, pela sua envergadura, eu creio que não vai ser explorado o suficiente, e a população brasileira que está assistindo vai sair com o gosto de caixão velho na boca. Olha, eu só tenho mais dois minutos e nem fiz as perguntas. Então isso não é sabatina. É uma pena que o Senado Federal brasileiro, que é a Casa maior, torne-se neste caso uma chancelaria. Melhor fosse que se enviasse logo o Ministro direto.

É uma pena que a população brasileira fique alijada de um momento tão importante da sua história, porque é um momento histórico. Nós estamos falando aqui de um Ministro da Suprema Corte, de um poder tão importante quanto o Executivo e o Legislativo, mas ficamos limitados por essa questão de tempo.

Eu espero que a gente possa pensar melhor para que, nas próximas sabatinas, isso possa ser diferente. O candidato, Dr. Fachin, nada tem também a ver com isso, são constatações que estamos colocando aqui até para que o povo brasileiro saiba o que está acontecendo.

Eu eu não tenho dificuldade em relação ao quesito saber jurídico, nenhuma. Vejo pelo currículo – não consegui nem lê-lo todo, porque é muito grosso –, isso confirmado por n juristas brasileiros das mais variadas correntes, e não tenho dificuldade. E não tenho dificuldade também em relação à questão da Procuradoria lá no Paraná. Não tenho essa dificuldade, porque ali, no meio de uma transição de uma Constituição para outra, interpretação não é fácil. Basta ver que, quando nós chegamos hoje cedo, havia a interpretação de que seria por ordem de chegada que iríamos falar. São 15h, eu cheguei aqui em torno das 7h, e o Presidente interpretou que a chegada não era a chegada aqui na Casa, era a chegada lá.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – E olha que V. Exª é o sétimo inscrito, já pensou os 34 que estão inscritos aqui?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Então, Sr. Presidente, para ver como é que é interpretação, eu interpretei de uma forma e o Presidente interpretou de outra.

Mas a questão que mais eu creio que preocupava e que V. Exª tem a possibilidade de deixar claro aqui é justamente, Dr. Fachin, a questão mesmo ideológica nos julgamentos, porque nós temos várias questões – o Senador Caiado colocou aqui – no Brasil hoje em que é importante que o julgador, primeiro, não brilhe os olhos para aquela questão, não chegue de questão fechada.

A questão indígena é uma questão problemática no nosso País. E digo problemática sem nenhum preconceito aos nossos indígenas. Temos, no Estado do Mato Grosso, uma situação agora que a gente vê uma

verdadeira insegurança jurídica no campo com essas questões, porque cada laudo de antropólogo suscita um tremor em todo mundo.

Essas questões, evidentemente, em um momento ou em outro, vão desaguar aonde? Vão desaguar na Suprema Corte. É muito importante para população brasileira ter segurança, aquela segurança de que o candidato que vai chegar ali vai julgar aberto, desprovido de qualquer preconceito, porventura, de qualquer coisa que lhe possa atar.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Dito isso, Dr. Fachin, quero fazer apenas duas perguntas, porque as outras não darão tempo – e já não deu. Refiro-me justamente sobre o fato, que foi muito discutido quando do julgamento da Ação nº 476, da ação do mensalão. Quero saber de V. Sª qual a sua opinião sobre a teoria do domínio do fato.

Também, com a promulgação do novo CPC, parece que continuará pendente de solução pelo STF a questão do controle da correta aplicação das teses fixadas em recurso repetitivo. Gostaria de ver do senhor qual seria a fórmula adequada para impedir que novos recursos e reclamações abarrotem o STF e o STJ e, ao mesmo tempo, garantir adequada aplicação dos precedentes. Faço um *link* com o que disse aqui o Senador Roberto Rocha da quantidade enorme de processos que estão pendentes para julgamento.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Dito isso, ainda gostaria de saber de V. Sª sobre a composição dos tribunais. Aliás, não vou fazer essa pergunta. Vou me fixar nessas duas apenas. Gostaria que V. Sª pudesse expressar o que acha disso.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o Prof. Fachin.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Senador José Medeiros, agradeço a intervenção de V. Exª e também no que concerne às referências feitas.

Permito-me principiar tratando desse tema que diz respeito às visões de mundo, que, usualmente, designamos de ideologia de alguém, que pode carregar consigo uma dada visão de mundo. No meu modo de entender, o julgador carrega a visão da ordem jurídica. Nesse sentido, significa que ele precisa ter objetividade e impessoalidade nos seus julgamentos. Portanto, nessa medida, a jurisdição responde com um requisito que reputo fundamental, e aí digo como alguém que pela manhã vai à sala de aula e precisa despertar nos seus alunos a confiança na correta aplicação do Direito, porque os nossos estudantes não podem entender que o Direito possa ser espremido para retirar-se qualquer conclusão. É preciso que haja confiança, de um lado, no Direito positivado, ainda que você o problematize academicamente, mas, no momento da aplicação, essa confiança precisa se converter em previsibilidade.

Infelizmente, nos dias de hoje, um grande processualista do Estado de São Paulo – eu não subscrevo essa expressão e me permito dizer desde logo dizer que não subscrevo –, mas chegou cunhar a expressão de que, no Brasil, existiria uma "jurisprudência lotérica", que é uma expressão que, obviamente, não faz, com perdão do pleonasmo, justiça à Justiça. Todavia, há sintomas que dão causa a essa instabilidade.

Portanto, quando se tem um novo Código de Processo Civil – e aqui eu começo pela sua segunda questão – o que se almeja de uma nova legislação processual civil, que foi discutida aqui no Legislativo, debatida, aprovada, finalmente sancionada, está no seu período de *vacatio legis*, o que se almeja é que, com sua efetividade, tenhamos uma Justiça mais célere, mais eficaz e geradora de confiança e previsibilidade.

Teremos isso? Esse é um debate que está em aberto, porque alguns mecanismos que estão no novo Código de Processo Civil devem ser saldados nessa perspectiva seguramente. Mas outros, dentre eles o que V. Exª acaba de fazer referência, é preciso que se tenha uma preocupação. E alguns de nós já começam a ler na imprensa algo que possa soar um pouco quiçá estapafúrdio de que haveria ter um debate sobre uma eventual reforma na *vacatio legis* do próprio Código de Processo Civil, o que obviamente, se o objetivo é trazer previsibilidade e confiança, esse debate por si só já instabiliza ainda mais o ambiente que se aguarda para a vigência desse novo Código de Processo Civil. Mas vou me permitir dar um outro exemplo, os recursos especiais, os recursos extraordinários que nesse momento tinham o filtro de admissibilidade pelo tribunal estadual, sob o argumento – e aqui peço todas as vênias à Comissão formuladora e revisora do Código de Processo Civil – de que tínhamos, com perdão da palavra quiçá médica, uma hemorragia de agravos de instrumentos para as Cortes superiores, então, cortou-se essa possibilidade para resolver o problema do agravo. O único problema agora é que o juiz da admissibilidade far-se-á aqui.

Em outras palavras, com perdão da expressão que vou usar, nos processos que não são eventualmente virtuais, nós vamos precisar de alguns caminhões para que haja o transporte.

Portanto, há alguns mecanismos que nós precisamos tomar a cautela, porque a vida não se resolve apenas com a edição de uma nova lei. É preciso que ela seja editada, cumprida e que ela contribua para o progresso dos valores que nós reputamos caros. E evidentemente que eu, como professor, sempre sou também questionado pelos alunos: "Professor, nós vamos nos formar em Direito, mas será que o processo que eu vou aforar terá sido julgado antes da minha aposentadoria"? Eu escuto isso como alguma pilhéria da parte dos alunos.

E o problema – o Senador Antonio Carlos Valadares referiu-se a isso anteriormente – é que é possível alguém entrar numa Corte superior, receber uma distribuição de processo, aposentar-se sem ter manuseado os autos. Ou seja, alguma coisa, Senador, nessa modulação de estrutura jurisdicional dos juízes de Primeiro Grau, dos juízes de Segundo Grau e das Cortes superiores, precisa ser estruturalmente pensada. Agora, esse é um debate para o qual precisam ser convocadas todas as pessoas de bem, todas as pessoas que estão comprometidas com a realização da justiça e que entendem que a realização da justiça significa, na verdade, o cumprimento dos pactos que a sociedade faz, e colocar isso em marcha.

Mecanismos, como há no novo Código de Processo Civil, que inspiram a confiança, por exemplo, o valor jurídico que se dá à arbitragem, acho que nós estamos desenvolvendo no campo das soluções de controvérsias empresariais, e eu tenho tido, nos últimos dez anos pelo menos, uma experiência muito grande, quer como árbitro da Corte de Comércio da CCI, quer como árbitro de outras Cortes e de tribunais arbitrais, uma experiência muito positiva. E digo-lhe que o caso mais grave – e pelo sigilo da arbitragem não posso obviamente detalhar –, mas que envolvia perícia geomorfológica e outras perícias contábeis, nós, os três árbitros, demoramos dois anos e seis meses para julgar definitivamente. Foi o caso mais grave e mais longo que eu tive nesses últimos anos.

Portanto, esse é um mecanismo que, felizmente, venceu aquela ideia de que arbitragem, uma mediação, uma conciliação seriam formas de perturbar a prestação da jurisdição estatal. Não. O juiz estatal tem uma função importantíssima e imprescindível. Mas eu acho que ao lado disso esses tipos de instrumentos são instrumentos extremamente irrelevantes para que eles sejam de fato postos em práticas, que haja formação profissional que estimule isso, porque não basta apenas falar de mediação e supor que isso resulte num diálogo entre duas pessoas que eventualmente estejam numa composição. É preciso que haja também uma formação técnica nessa dimensão.

Portanto, em relação a isso eu lhe diria, com alguma preocupação, independentemente da posição que eu vier ocupar, se eu for aprovado por V. Exªs e pelo Plenário do Senado, eu tenho a preocupação de que nós poderemos ter ainda um aumento maior de feitos nas Cortes superiores pela vigência do novo CPC.

Quanto à questão do domínio de fato, eu vou me manifestar sobre isso porque tenho o dever de responder a V. Exª, mas me permito dizer, plenamente, que vou falar em tese da compreensão teórica que tenho dessa matéria, para evitar que, matérias que tenham sido julgadas, eu cometa uma infração ética com quem julgou pra dizer coisa A ou coisa B. Portanto, feita essa ressalva de que eu não estou apreciando um caso que eu não conheci, eu estou apreciando, sim, essa contribuição que nasceu da inteligência de Claus Roxin e de outras contribuições que acabaram atravessando o oceano e se espargiam um pouco entre nós, e corresponde, na verdade, do ponto de vista da sua formulação originária, a discutir – essa é uma das suas origens do debate – qual é a relação que há entre aquele que é, do ponto de vista da formulação de um ato delituoso, o responsável mediato por aquele que é tido como responsável imediato. Essa diferença entre participação e autoria que faz sentido em alguns sistemas de processo penal, menos entre nós, porque, a rigor, entre nós há o mecanismo que, na verdade, assimila a autoria ou a coautoria não passa necessariamente por um campo de instrução probatória, e, sim, pela construção do objeto que compõe o tipo penal. Portanto, o partícipe é, a rigor, nesta formulação original dessa teorização, um coautor. Portanto, nós não temos essa dicotomia necessariamente clivada como há em alguns países da Europa continental e nos sistemas do processo penal.

Agora, qual é a consequência que temos entre nós? Aí é preciso buscar onde a teoria germânica foi beber numa das fontes dessa matéria. Todos nós sabemos que a Alemanha do pós-guerra teve que se reconstruir como nação. A experiência recente que tive no Instituto Max Planck, em Hamburgo, me fez ver, na prática, aquilo que a gente sabia da teoria: das consequências nefastas para o próprio povo alemão de todas as sequelas da Segunda Guerra Mundial e as consequências nefastas que a guerra gerou para a humanidade.

Essa reconstrução também passou sobre um debate muito grande sobre a história e os crimes que haviam sido cometidos. E o debate, portanto, que se colocava no estado nazifascista era precisamente este: aquele que, do ponto de vista de uma dada operação, realiza um quadro mental apriorístico que fomenta um certo tipo de conduta, insere-se na formulação do tipo com aquele que o executa para mostrar que na barbárie nazista não era apenas o que estava lá no campo de concentração o responsável.

Portanto, a teoria do domínio do fato, a rigor, tem esse contexto histórico-social, essa dissociação na formulação tipológica, e que, no Brasil, as diversas teorias criminológicas procuram, uma ou outra, dar a sua devida percepção.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Mesmo mais recentemente percebeu-se um debate dizendo que a teorização estava sendo malcompreendida no Brasil. Não. Mas é evidente, e cá entre nós, os significantes como nos dizem os *experts* da teoria da linguagem, têm o seu significado aculturado, no sentido de que nós não importamos necessariamente um determinado conceito sem adaptá-lo à nossa realidade histórico-social.

E eu, portanto, não quero avaliar o que se passou, mas eu quero dizer que, do ponto de vista da minha percepção, é uma teorização extremamente importante, porque, se a liberdade é um estamento do Estado, responder e a responsabilidade também é um fundamento, esteja em que grau de responsabilidade estiver.

É assim que, com a devida licença e a redução que eu fiz da explicação e com perdão de avançar no tempo, eu tinha a ofertar a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Para réplica, o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Dr. Fachin, eu queria parabenizar V. Sª, porque não fugiu de nenhuma das perguntas, não foi evasivo e enfrentou todas de frente.

Eu creio que é uma oportunidade importante para a população brasileira saber o tipo de ministro que vai ter e o que ele pensa. Isso pode ser preocupação para uns ou tranquilidade para outros, mas creio que, objetivamente, esse é o fim a que se propõe uma sabatina, com a ressalva de que poderíamos fazer isso de forma mais profunda. É uma pena não podermos explorar mais.

Essas são as minhas considerações. Não tenho mais nada a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra, o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, eu gostaria de ressaltar – diria – a indulgência e a conduta pacífica do nosso sabatinado. Nos momentos em que foi, vamos dizer, arguido com mais dureza no paroxismo, no vértice das perguntas, S. Sª mostrou, realmente, um domínio próprio, um espírito muito necessário à Corte, que é absorver as críticas e a humildade que cabe a um Magistrado que vai para o Supremo, a Corte máxima, que, na consciência democrática do nosso povo, é a arca dos justos nos dilúvios de ódios e paixões, quando o cidadão comum ali vai buscar seu direito, sua liberdade, suas garantias.

Não se está sabatinando aqui um santo. Isso aqui não é – nem esta Casa e nem o Supremo – uma constelação de castos. Nós somos homens como o povo que nos elegeu, com virtudes e defeitos, sujeitos às circunstâncias, às pressões do momento, mas precisamos ter alma, precisamos ter sentimento. precisamos ter sensibilidade. Nem sempre acertamos, mas é preciso que o povo veja, no nosso olhar, na nossa intenção, na nossa índole, na nossa vocação, a alma brasileira. Isso é fundamental para nós e para os Ministros do Supremo.

Feito esse pequeno preâmbulo, eu gostaria de perguntar a V. Sª sobre o seu pensamento. O senhor é um especialista em Direito de Família do Brasil, e têm-se divulgado alguns entendimentos atribuídos a V. Sª que, em princípio, destoam do pensamento jurídico consolidado na área e também da nossa civilização ocidental cristã. Eu gostaria muito de ouvir as suas posições quanto ao tratamento jurídico que deve ser dado à poligamia, à divisão da pensão por morte entre o consorte e o amásio, entre o marido e o amante, entre a esposa e a amante.

O caso do ex-ativista de esquerda Cesare Battisti teve o seu julgamento concluído pelo Supremo Tribunal Federal em dezembro de 2009 – é a segunda, Sr. Fachin –, quando os Ministros decidiram atender ao pedido da Itália para extraditar Battisti, condenado à prisão perpétua em seu país por quatro assassinatos e preso no Brasil desde 2007. A Corte definiu, no entanto, que a decisão final sobre o destino do italiano caberia ao Presidente da República. Mais de um ano depois, em seu último dia de governo, o então Presidente Lula decidiu não extraditar Battisti, alegando que seu retorno poderia colocar sua vida em risco. Após o anúncio da decisão, a defesa do italiano pediu a sua soltura ao STF, mas o governo italiano recorreu para que ele permanecesse preso. Dias depois, a Itália foi à Suprema Corte, alegando que o Poder Executivo não cumpriu os tratados bilaterais entre as duas Nações e, por isso, a decisão teria que ser anulada. O Plenário do Supremo voltou a analisar o caso para julgar os recursos, no dia 8 de junho de 2011, e decidiu que o governo italiano não tinha legitimidade para contestar decisão do Presidente da República. Na sessão, os Ministros também concederam liberdade a Battisti por entenderem que a Constituição veda a intervenção do Poder Judiciário na política externa brasileira. O italiano deixou a prisão horas depois da decisão. Em todas as decisões, assistimos a uma divisão da Corte.

Qual é a opinião de V. Sª sobre o papel que deve ter o Supremo Tribunal Federal nos processos de extradição? Quais as eventuais restrições à decisão do Chefe do Poder Executivo na matéria?

A terceira, Sr. Fachin. Em 5 de maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal decidiu pelo reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo. Todos os dez Ministros que votaram foram favoráveis a esten-

der a parceiros homossexuais direitos hoje previstos a casais heterossexuais. O Ministro Dias Toffoli se declarou impedido porque já tinha, como Advogado-Geral da União, dado parecer no processo. Com o julgamento, os Magistrados abriram espaço para a união estável, para terem acesso a herança e pensões alimentícias ou por morte, além da possibilidade de tornarem-se dependentes em planos de saúde e de Previdência.

Em decorrência da decisão, o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013, que estabeleceu que é vedada às autoridades competentes a recusa de habitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas do mesmo sexo. Esse tipo de decisão, tanto a judicial do STF como, com mais intensidade administrativa, do CNJ, não estaria invadindo a competência do Poder Legislativo? V. Sª reconhece a autoridade da Casa Legislativa para deliberar e também o tempo que demora para deliberar questões que envolvem dificuldades, pelas pressões que sofremos do nosso povo, correntes favoráveis, contrárias, levamos, muitas vezes, a Plenário mas não conseguimos votar! Pedido de vistas, há votos contrários, apensamentos. Então, muitas vezes, demoramos a decidir, não porque queremos, mas porque aqui, diferente do Supremo, o povo é ouvido nos corredores, nos gabinetes, nos plenários das comissões.

Em abril de 2010, o Supremo julgou improcedente uma ação apresentada pela Ordem dos Advogados do Brasil, que contestava a Lei da Anistia, que concedeu perdão a todos os crimes relacionados ao período da ditadura militar no nosso País. A OAB defendia uma interpretação mais clara do art. 1º da lei no que se refere ao perdão a crimes conexos, de qualquer natureza, quando relacionados aos crimes políticos. E pretendia abrir caminho para a punição dos agentes do Estado acusados de cometer crime de tortura durante o regime de exceção.

Em seu voto, o Relator do caso, Ministro Eros Grau, afirmou que não caberia ao Supremo fazer alteração na Lei da Anistia, apenas interpretá-la. Seu voto foi seguido por outros seis Ministros da Corte. Vencido pelos colegas, o Ministro Lewandowski e Aires Brito alegaram que a anistia não teve caráter amplo, geral e irrestrito. Na opinião de V. Sª, há espaço e conveniência para rediscutir a Lei da Anistia?

Em outubro de 2007, os Ministros do Supremo decidiram que o mandato pertence ao partido e não aos Parlamentares. A medida vale para cargos proporcionais, Deputado Federal, Estadual e Vereador, e tem efeitos a partir de 27 de março do mesmo ano, quando o Tribunal Superior Eleitoral se pronunciou sobre a questão. Dias após a decisão do Supremo, o TSE editou a Resolução nº 22.610, que disciplina os processos de perda de cargo eletivo e de justificação de desfiliação partidária.

Em novembro de 2008, o assunto retornou ao Plenário da Corte após o Partido Social Cristão e o Procurador-Geral da República colocarem debate a constitucionalidade da Resolução. Na ocasião, os Ministros, por 9 votos a 2, declararam a plena constitucionalidade da medida. Os votos discordantes foram Eros Grau e Marco Aurélio, que entenderam que o TSE legislou ao editar a Resolução, uma competência privativa do Poder Legislativo.

Na opinião de V. Sª, a Justiça Eleitoral extrapolou sua competência no tema?

Por último, Sr. Presidente. Está pendente o julgamento, no plenário da Suprema Corte, em razão de pedido de vistas apresentado pelo Ministro Dias Toffoli, Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.239, ajuizada pelo antigo PFL, atual Democratas, em 2004, contra o decreto que regula a titulação das terras de comunidades quilombolas, assinado no ano anterior.

Para o Partido, o decreto invade esfera reservada à lei e disciplina procedimentos que implicarão aumento de despesa, cuja competência seria do Poder Legislativo. Um dos itens polêmicos da medida é o que determina desapropriação, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, de áreas em domínio particular para transferir às comunidades. O Relator da matéria, Ministro Cezar Peluso, que já proferiu o seu voto pela procedência da ação.

Em 2010, a Relatora especial da ONU para Direito à Moradia, Raquel Rolnik, advertiu que declarar o decreto inconstitucional afetaria o direito das comunidades quilombolas a ter acesso à terra e aos recursos naturais e que os indivíduos desse grupo são extremamente vulneráveis a desalojamentos forçados e ameaças por parte de donos de terras e companhias mineradoras. O texto do decreto também é considerado por diversas entidades como correto, caracterizando-se como uma tentativa de compensação pela dominação e violação dos direitos dos remanescentes dos quilombos.

Na opinião de V. Sª, como essas manifestações devem ser consideradas pelo Supremo?

E por último, Sr. Presidente, apenas gostaria de conhecer o pensamento de V. Sª se o princípio da cláusula pétrea alcança o art. 228 da Constituição Federal, que trata da imputabilidade dos menores de 16 anos. Podemos alterar esse artigo ou é preciso ter uma Constituinte?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o Prof. Fachin.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Muito obrigado, Senador Marcelo Crivella, a quem expresso os meus cumprimentos respeitosos. A maneira de responder a V. Exª é como aprendi a responder durante a vida no debate, no respeito às posições concordantes e eventualmente divergentes, é o que aprendi em casa, e tentei ensinar para as minhas filhas, que, como sabemos, os filhos são nossos filhos e cada um na comunidade, na comunhão familiar tem o seu lugar, e eu o respeito e ocupo um lugar importante nesse tipo de relação.

Também gostaria de dizer que saúdo V. Exª com a alma que vem da minha percepção de vida como pessoa que tive uma formação cristã em casa bastante acentuada, especialmente pelas mãos de minha mãe. E não vou fazer aqui uma reminiscência de minha infância, porque me parece desnecessária, mas tenho uma alegria muito grande de registrar na minha memória que recebi uma formação não apenas de valores familiares, mas também uma formação religiosa, que me fez compreender a vida numa dimensão maior do que a vida tem na sua mera materialidade.

Dito isso, e, portanto, dizendo que são bem-aventuradas suas palavras, vou procurar enfrentar os sete pontos que anotei aqui e, se possível, tocando o quanto me é possível, no plano do limite do meu conhecimento e no limite do tempo que temos para tratar dessa matéria.

Em relação ao primeiro tema, que diz respeito aos princípios constitutivos da família. Do ponto de vista dos princípios constitutivos da família, temos, com acento no art. 226 e seguintes da Constituição, a família como base do Estado, a família como base da sociedade. E a Constituição abre as possibilidades para que haja uma compreensão do que ali se entende por família, mas também estabelece seus limites. Se nós não estivermos de acordo com a Constituição, o caminho é o debate legislativo. Para o julgador o caminho é a aplicação dos limites e as possibilidades que estão na Constituição.

Por exemplo, em um dos seus parágrafos, a Constituição diz no §6º do art. 227: "Todos os filhos, independentemente da sua origem, terão os mesmos direitos e qualificações". O legislador constitucional fez essa opção, e isso está na Constituição. Portanto, estejamos ou não de acordo, o que o legislador constitucional está nos dizendo é que ele apanhou aquilo que havia na jurisprudência, especialmente das Cortes superiores, que se chamava "princípio da inocência da criança", porque se alguém precisa ser sancionado por uma, com perdão da expressão, atividade do qual resulte uma criança fora da união matrimonial mantida, certamente são os adultos e não a criança, disse o legislador. Pelo princípio da inocência, vamos dar direitos e qualificações a essas crianças. Essa foi uma opção da Constituição. E, portanto, essa é a possibilidade e esse é o limite que a Constituição abre para para não deixar ao desabrigo crianças que obviamente são geradas por circunstâncias que, infelizmente, às vezes, a vida acaba trazendo de modo nefasto e funesto para as famílias, porque, obviamente, eu acredito nos projetos familiares que se perenizam e tenho a impressão de que a minha vida – não preciso dizer novamente – acredito nisso possa ser um exemplo do que o que eu estou dizendo não é retórica.

Agora, nessa medida, há, portanto, um Texto Constitucional. E, portanto, nesse Texto Constitucional, não me parece que haja a defesa da poligamia. A união matrimonializada é uma. Agora, não se pode sancionar, deixar de sancionar ou prever certos efeitos até mesmo para, se for o caso de apurar a culpa e a responsabilidade, imputar a culpa e a responsabilidade a quem tenha praticado o ato. Mas o legislador disse "não à criança", e isso está na Constituição. Portanto, é essa a orientação.

Tenho para mim que o Supremo, quando já apreciou um desses casos, uma dessas matérias em que ficou vencido o Relator, que foi o Ministro Ayres Brito, que a orientação majoritária do Supremo foi no sentido de dar como estrutura de base a família linear, a família fundada em princípios estruturantes, e, dentre eles, evidentemente, o da monogamia.

Esta matéria poderá voltar ao Supremo Tribunal Federal? Poderá. Até porque o Superior Tribunal de Justiça tem julgamentos em outro sentido. Poderá voltar esse debate? Poderá. Até porque, do ponto de vista das regras de benefícios previdenciários, há regras que apontam em outra direção. Mas se esse debate voltar, para mim, o filtro de admissibilidade é muito claro. Independentemente da percepção que se possa ter para a aplicação de um julgador constitucional, o limite e a possibilidade é aquela de deriva da Constituição: nem menos e nem mais, na minha percepção.

No tocante à situação que o senhor se refere de Cesare Battisti, eu vou expressar até onde conheço a matéria e o que me permito compreender evidentemente desse tema.

Em relação a esta pessoa, tenho presente que o Supremo Tribunal Federal apreciou essa matéria e deferiu a extradição. O tema que hoje está posto ao debate é um tema de um outro instituto que diz respeito ao estrangeiro, pelo que, pelo menos, eu tenho lido dos últimos movimentos que têm sido feitos na Justiça de Primeiro Grau, na Justiça Federal, e no exame de Segundo Grau. O que está em discussão é um outro instituto atinente ao estrangeiro, que é a questão da eventual deportação por uma irregularidade da situação do estrangeiro no Brasil.

Como nós sabemos, do ponto de vista do Estatuto do Estrangeiro, nós podemos ter aplicação no plano da tipologia classificatória dos atos e consequências que o estrangeiro pode praticar, a extradição, a expulsão ou a deportação.

A matéria da extradição, de algum modo, o Supremo decidiu e decidiu pela extradição. Claro que também, posteriormente, a decisão foi de entender que esta matéria era um ato final de um agente político representativo do Estado e do Governo brasileiro.

O Supremo, portanto, tomou uma determinada deliberação e, nesta deliberação, tenho para mim que a deliberação mais importante foi acolher a existência dos elementos que compõem a figura jurídica da extradição.

Quanto a atribuir ao agente político, isso deriva de uma compreensão do Direito Internacional Público, de acordos e tratados internacionais e também da concessão de refúgio e de exílio.

Eu não conheço e não li o despacho e a fundamentação jurídica que levou à manutenção desta pessoa no Brasil. Mas tenho para mim que o agente político que decidiu deve ter considerado presentes eventualmente as condições para conceder o ato, não obstante o Supremo tenha decidido formalmente pela concessão de extradição.

O problema que agora quicá vai se colocar é se na figura jurídica da deportação haverá o preenchimento dos elementos que compõem essa figura. Ou, como diríamos nós, com o perdão um pouco da expressão, da chamada *facti specie*, que é a figura jurídica do fato, porque a deportação pressupõe uma situação irregular do estrangeiro no Brasil. Essa pessoa está irregularmente no Brasil? Se a resposta for afirmativa – e e eu não conheço o caso –, preencherá o tipo da deportação. Se a resposta for negativa...E aqui eu não estou obviamente dando uma resposta direta e imediata porque eu não conheço os fatos especificamente. Mas o caminho, neste momento, parece-me que o debate está no preenchimento ou não das condições eventuais da deportação.

Quanto à anistia, não vou interpor aqui nenhum *habeas corpus* preventivo desse tema, porque até onde me é dado conhecer há embargos a serem apreciados no âmbito do Supremo Tribunal Federal. Se eu eventualmente for aprovado nesta sabatina e se for aprovado no Plenário do Senado, poderei eventualmente, quiçá, examinar esse tema, mas não vou me furtar de, no plano dos princípios e genericamente, até porque isso não confortaria minha consciência se não dissesse isso a V. Exª, que reputo muito importante que um país não perca sua memória, reputo muito importante, mas reputo também importante que um país se pacifique. E é até onde me permito tratar desse tema neste momento.

Quanto à resolução do Tribunal Superior Eleitoral, aqui há uma discussão do ponto de vista da natureza normativa das resoluções eleitorais do Tribunal. O problema está em saber se a faculdade, digamos, regulamentar do TSE é uma faculdade de caráter quase legislativo e, portanto, de feitio primário. Eu não quero entrar especificamente nesta matéria, acho, sim, que tratar do pertencimento do mandato ao partido do ponto de vista da organização da lógica partidária parece-me fazer algum sentido, mas é um debate que precisaria ser aprofundado. Eu não gostaria de verticalizar este tema neste momento. Mas me permitiria dizer a V. Exª com clareza que o *locus* de debate da questão eleitoral é o Poder Legislativo. Nem mesmo o Tribunal Superior Eleitoral, que de matéria eleitoral cuida, no meu modesto sentir, tem esse poder legislativo primário, de avançar para além do Poder regulamentar e de execução do processo eleitoral.

Portanto, é a percepção que me alcança neste tema.

Por penúltimo, o tema atinente aos quilombolas e toda à questão, que, como V. Exª sabe, envolve a temática do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Aqui nós temos duas ordens de ideias em conflito, e o Ministro Cezar Peluso, como V. Exª bem o disse, já proferiu voto, já num dado sentido, acolhendo a ação declaratória de inconstitucionalidade do decreto. Porque o Ministro Peluso além – até onde me é dado conhecer – de compreender que, ao referir-se a remanescente de quilombolas, o artigo estaria se referindo a pessoa e não a grupo, porque a percepção estaria se referindo, portanto, ao remanescente e não a grupos étnicos, é já uma primeira discussão, mas a discussão de fundo que vejo aí, do ponto de vista de direitos, é saber se há ou não reserva de lei, porque se houver reserva de lei, não é possível regulamentar a matéria por decreto. Acho que esse é o debate que o Senado defrontar-se-á.

Por derradeiro – sei que o tempo se esvai – mas havia a questão do art. 228, sobre o tema da maioridade penal, para saber se há cláusula pétrea da não imputabilidade dos menores de 18 anos.

Permito-me apenas dizer duas frases sobre isso, Senador. A primeira dessas frases: os nossos adolescentes estão sendo instrumentalizados nas mãos de pessoas que obviamente se valem da tenra idade para propósitos ilícitos e indevidos. Essa é uma constatação.

A segunda, o que é nós todos – desculpem-me me incluir nisso, mas acredito que, como cidadão, também tenho responsabilidade – temos a pensar e a propor como solução disso? Quais são os nossos instrumentos? O encarceramento? A ressocialização prisional tem gerados os efeitos? Onde estão os maiores índices de reincidência? Nos maiores encarcerados, que vão para o regime semiaberto? Ou adolescentes que praticam delitos?

Portanto, esse é um debate que nós precisamos ter com a cabeça voltada para o bem da nossa sociedade.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Mas é cláusula pétrea ou não, Dr. Fachin?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Para a réplica, o Senador Marcelo Crivella.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Senador Aloysio Nunes Ferreira, as cláusulas pétreas da Constituição são aquelas que, à luz de vários dispositivos, mas nomeadamente dos direitos fundamentais do art. 5º e com os limites do art. 60 e seus incisos, não podem ser objetos de emenda ou de transformação legislativa. Esse art. 228, formalmente, não está lá. A pergunta é: está lá substancialmente? Esta é uma interrogação que há de ser feita.

Quanto à primeira parte dessa resposta, obviamente, acredito que nisso estamos de acordo, lá não está. Se não for cláusula pétrea, eu conheço parte da reflexão que V. Exª tem sobre essa matéria, em casos graves, como percebo, de estupro, por exemplo, um adolescente de dezesseis anos e alguns meses poderia, portanto, receber as sequelas, tal como o maior de 18 anos obviamente recebe.

Como sei que esse tema certamente será objeto de um debate, não quero antecipar uma discussão que precisa ser verticalizada. Mas o meu sentimento em relação a esse tema vai até esse ponto. Agradeço e peço desculpas por não ter ferido todos os pontos adequadamente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Para a réplica, o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – V. Sª, neste momento, não precisa ser preciso nas técnicas nem avançar seus votos, porque sabemos que isso não é possível. O que queremos ver é a sinceridade, a expressão dos seus sentimentos e da sua alma, a maneira como V. Sª enfrenta os problemas. Isso será fundamental para a gente encontrar a solução pacífica das grandes controvérsias que estarão no Supremo Tribunal Federal.

Na questão da família, fiquei impressionado quando conheci a sua. Acho que o valor que se dá à família é a família que se tem, e V. Sª tem uma família impecável. Se seguirmos o conselho de Cristo, que nos ensinou a conhecer a árvore pelo fruto, os frutos são bons. Ele disse que a árvore boa não pode dar mau fruto, nem a árvore má dar bom fruto.

Eu fico satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra, o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento o nosso sabatinado, Dr. Luiz Edson Fachin, também a sua esposa, Desembargadora Rosana, que está aqui, e acompanhou toda a caminhada do Dr. Fachin pelo Senado. Também quero cumprimentar o Adilton Sachetti, que é Deputado Federal, paranaense de São Miguel do Iguaçu. Esse é o cidadão de que lhe falei noutro dia, que teve o mesmo professor no seu colégio, em Toledo, o Padre Santo. Portanto, vocês têm muito o que conversar ainda, para relembrar a infância, já que todos somos da mesma região do oeste do Paraná.

Eu não tive oportunidade de conhecer V. Sª antes da sua vinda para o Senado, mas vários amigos, vários companheiros do Paraná, famílias da região oeste – Cavaco, Muffato, Furlan, Samec –, enfim, toda aquela turma do oeste do Paraná me ligando, recomendando-me que lhe desse ouvido, guarida, que lhe acompanhasse aqui no Senado.

Durante esse período, estive por várias vezes conversando com V. Sª e, em função dos nossos contatos comuns, como o Alexandre Furlan, que foi meu Secretário de Indústria e Comércio no Estado do Mato Grosso e foi seu colega de infância, companheiro de futebol, o Célio Wilson de Oliveira, que foi seu aluno e meu Secretário de Segurança Pública no Estado de Mato Grosso, portanto, o conhecimento indireto é bastante grande. Eu gostaria, então, Dr. Fachin, de lhe fazer algumas perguntas que são mais específicas do meu Estado, Mato Grosso, que é o maior produtor agrícola do País, passou o nosso querido Paraná há alguns anos e jamais será alcançado, porque temos muito ainda a andar...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Cabe aparte por questão de fato, Presidente?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Cabe, mas não vai ganhar, Requião. (*Risos.*)

Então, eu gostaria de fazer essas perguntas, porque elas são muito específicas para um Estado que tem a ver com as perguntas que lhe farei agora. Especialmente, a primeira, quanto às questões indígenas: V. Sª votaria para manter ou rever as condicionantes fixadas no julgamento da Petição nº 3.388, no caso da Raposa Serra do Sol, como a participação de Estados e Municípios nas demarcações e necessidade de contraditório e ampla defesa, e a vedação de ampliação de reservas já demarcadas? V. Sª entende que o marco referencial da ocupação de terras indígenas deve ser a data da promulgação da Constituição Federal de 1988? Caso negativo, que outro marco V. Sª entenderia pertinente?

Segunda pergunta. A produção agrícola e pecuária no Brasil é a maior responsável pelos últimos resultados positivos na economia do País, consignando manter crescimento estável e duradouro em contraposi-

ção aos serviços e à produção industrial. Mesmo assim, essas atividades rurais são ligadas equivocadamente e diuturnamente com a degradação do meio ambiente. Em um grande esforço, o Congresso Nacional aprovou o Código Florestal, que também foi criticado por movimentos sociais. V. Sª entende que o Código Florestal é inconstitucional na parte em que protege a fronteira agrícola? Com relação às reservas e licenças ambientais, V. Sª entende que o atual procedimento é compatível com a Carta Magna? V. Sª entenda que deva ser arbitrada a competência de Municípios, Estados e União na concessão de licenças ambientais?

Terceiro questionamento. A MP nº 2.183/2001 proíbe a desapropriação para fins de reforma agrária, de propriedades invadidas. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal vacila nos casos em que a invasão limita-se à parte mínima da propriedade, ora admitindo a desapropriação, como do Mandado de Segurança nº 23.054, ora invalidando-a, como no nº 24.764, do Mandado de Segurança. V. Sª entende possível a desapropriação nesses casos? E é possível o Incra avaliar a produtividade de propriedade rural de imóveis invadidos, ainda que em pequena extensão?

Outra pergunta. V. Sª entende que o esbulho possessório de imóveis urbanos ou rurais, como manifestação política constitui um crime?

A quinta pergunta. Reiteradamente, o Tribunal Superior do Trabalho tem invalidado convenções e acordos coletivos trabalhistas na parte que beneficia os empregadores. Considerando o aumento do desemprego e a oneração das atividades produtivas, V. Sª entende que essa orientação desestimula a composição de litígios, ou o Tribunal Superior do Trabalho está correto em invalidar essas iniciativas?

Sexta e última. Além disso, repetidamente, o Supremo Tribunal Federal é provocado para considerar como crime de trabalho escravo o mero descumprimento de regulamentos, como desrespeitos às dimensões dos armários, da espessura dos colchões, das portas – se abrem para fora ou para dentro –, das lâmpadas queimadas, da falta de água no banheiro. V. Sª entende que a tipificação criminal, nesses casos, deve ser abrangente, ou o trabalho escravo necessariamente deve estar adstrito ao cerceamento da liberdade física do empregado rural?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o Prof. Fachin.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Senador Blairo Maggi, muito agradecido pelas questões que V. Exª acaba de formular.

Eu vou tomar a liberdade de, aproveitando a introdução que V. Exª fez, com as reminiscências que me levam aos meados dos anos 60, no oeste do Paraná, quando nós levávamos, às vezes, dois dias para ir de Toledo a Cascavel, porque a estrada era muito complicada e tínhamos muitas dificuldades naquela região.

Lá se instalou um dos empreendimentos mais importantes, que levou muito progresso à região, que foi uma empresa dirigida pelo Dr. Pedrinho Furlan – e vim a conhecer o Alexandre Furlan, que cursou comigo em alguns dos colégios de Toledo, parte da formação ginasial. Guardo isso muito vivo na minha memória.

Ao ilustre Deputado aqui presente vou fazer agora uma confidência também tocado pela lembrança: eu fui coroinha do Padre Santo, de modo que distribuía, ao final da missa, os santinhos para os que frequentavam a missa. Tenho muito orgulho desse tempo. Guardo isso na minha memória. É uma pena que a minha santa mãe não esteja viva para a gente rememorar esse período da boa vida da infância.

Obviamente, agora me coloco para enfrentar diretamente as questões suscitadas por V. Exª, porque não é só de reminiscências que este momento vive; ao contrário, vive muito mais para que eu possa, no limite das minhas possibilidades, enfrentar as questões, e vou fazê-lo na ordem que V. Exª formulou.

No que diz respeito à questão indígena e ao julgamento que o Supremo Tribunal Federal levou a efeito no caso Raposa Serra do Sol, até onde acompanhei esse debate, o julgamento do Supremo, ao voto do relator originário agregaram-se isto que acabou se chamando de condicionantes. E, segundo me recordo, isso derivaria de um conjunto de propostas do saudoso Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, a quem sempre muito admirei, com quem tive um relacionamento muito fraterno, de reconhecimento que sempre tive pela atividade do Ministro, inclusive, antes, no Superior Tribunal de Justiça.

A questão, portanto, que se coloca é se o julgamento tem efeito apenas para aquele caso concreto ou se essas condicionantes, na verdade, constituem diretrizes do Supremo Tribunal Federal para que essa matéria seja pacificada. Até onde me é dado conhecer, essa ordem de ideias, nesse momento, recebeu do Supremo uma inflexão, digamos, uma tendência, do que eu percebo, do que li, no sentido de considerar diretrizes, mas não necessariamente vinculantes.

No meu sentimento e na minha percepção, sem que obviamente eu avance qualquer sinal no sentido de cometer algum deslize ético de apreciar matérias que ou já foram apreciadas ou que serão apreciadas pelo Supremo, eu acho que o dever do julgador é dar estabilidade, em seus julgamentos, não apenas para o passado, mas também para o futuro.

Portanto, permito-me dizer isso para que, a partir daí, se depreenda um pouco a percepção que tenho do valor da jurisprudência e de que especialmente um juízo colegiado não é evidentemente um juízo insular, onde cada um tem a sua verdade. Um juízo colegiado precisa buscar o resultado, a resposta correta e adequada na percepção majoritária. E essa percepção majoritária, quando não for unânime, obviamente tem que dar estabilidade e previsibilidade. Portanto, no plano dos princípios, é assim que vejo.

A questão a que V. Exª se refere, à presença do contraditório e da ampla defesa, eu sei que, na teoria do Direito Administrativo e mesmo na teoria do processo constitucional, há um debate sobre a presença ou não desses princípios na ambiência, na seara administrativa, porque, como se sabe, não há entre nós o chamado contencioso administrativo *stricto sensu*. Portanto, dizem alguns doutrinadores da área do Direito Público que esses princípios não deveriam se fazer presentes.

Eu lhe digo com toda a clareza que não subscrevo essa ordem de ideias. O contraditório e a ampla defesa são princípios constitucionais e, quando a Constituição prevê o devido processo legal no art. 5º e em um de seus incisos, a Constituição não estabelece quais são as searas das esferas em que esse princípio incide. E, portanto, no meu modo de ver, verticalmente, o princípio também incide aí.

Quanto ao marco temporal, sei que são muitas questões desdobradas, mas eu não gostaria de deixar sem uma percepção. Quanto ao marco temporal, de novo, sou um defensor da Constituição de 1988, sou um defensor de que a Constituição de 1988, com a devida licença aos contratualistas e rousseaunianos é uma espécie do nosso contrato social e esse contrato social precisa valer.

Portanto, ao contrário do que dizem que teria afirmado Lassalle na Teoria Constitucionalista, a Constituição não é um pedaço de papel, que nós podemos esgrimir e tirar esta ou aquela conclusão. A Constituição Federal tem esse efeito vinculante e, aí, embutido nisso, tem a minha percepção sobre a questão do marco temporal.

No que diz respeito à questão ambiental e à eventual inconstitucionalidade do Código Florestal, no que se liga o problema da competência para licenças ambientais, eu gostaria de dizer a V. Exª, muito claramente, o seguinte: essa matéria poderá, obviamente, vir a ser objeto de algum debate. Então, eu vou tomar a liberdade de me referir no plano dos princípios e da questão, digamos assim, em tese, e começaria dizendo a V. Exª que, na minha percepção, meio ambiente é o ambiente inteiro, com o perdão da expressão. Em outras palavras, a condição humana também faz parte do meio ambiente.

Logo, nesta dimensão ampliada de meio ambiente que tenho, há uma dimensão que passa pela socioambientalidade, mas também reconhece as peculiaridades e as circunstâncias da vivência humana que há num determinado espaço ou, obviamente, numa determinada região.

Portanto, nessa perspectiva aí é preciso conjugar, no plano da Teoria do Direito Constitucional, digamos assim, dois princípios ou dois vetores: a discussão se há um eventual retrocesso e se haveria uma vedação de retrocesso em relação ao Código da década de 1960 em algumas matérias, mas, ao mesmo tempo, se há, de outro lado, uma proteção deficitária de algum Direito Ambiental. Esses dois elementos precisam, obviamente, ser levados em conta para que nós também não estabeleçamos uma rigidez de tal modo que é possível engessar o legislador naquilo que não constitua óbice ao legislador ordinário.

Então, esse é um debate que advém da Teoria do Direito Constitucional, o problema de conjugar a eventual proibição de vedação de retrocesso com os déficits de proteção para saber se isso constitui limite ou não ao legislador ordinário. Na minha percepção, em termos gerais, a minha resposta é que não constitui necessariamente um limite.

No que diz respeito à desapropriação, incidentalmente, eu tomei a liberdade de referir-me a essa matéria de áreas invadidas. Eu conheço a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e subscrevo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de afirmar que há necessidade de pacificação de muitas questões no Brasil, e essa é uma delas. E o Supremo tem dado esta orientação na direção de não permitir desapropriação de área invadida.

Há, como disse V. Exª, um ou outro julgamento que oscila em saber se a invasão refere-se à área como um todo ou a apenas uma parcela da área. No meu modo de ver, salvo um exame que se possa aprofundar adiante, mas a impressão, que já disse e repito aqui, de que não é uma dosimetria quantitativa que avalia esta orientação jurisprudencial necessariamente.

Na quarta questão suscitada por V. Exª, se o esbulho possessório constitui crime, é saliente que V. Exª certamente está preocupado com o esbulho possessório de conflitos não interindividuais. Ou seja, não está necessariamente apenas preocupado com o conflito entre A e B, e, sim, com estas questões que, do ponto de vista das emanações das situações sociais e econômicas, preocupam V. Exª e preocupam a todos nós.

É bem verdade que há alguns julgamentos isolados e, também, há opiniões de alguns autores em alguns manuais de Direito Penal ou em artigos esparsos, como Magalhães Noronha, falando da composição do tipo penal do esbulho possessório quando há o que se denominaria de ocupação coletiva e o preenchimento do tipo.

No meu modo de ver, essa é uma construção teórica, quer, a doutrina queira ou não, quer os valores de quem defende uma legitimidade que possa ser reivindicatória, o tipo penal está muito claro. Ou seja, tomar a terra de outrem para si, nos termos do Código Penal, é crime. E o Código não explicita a realidade de outra natureza.

Isto, evidentemente, não significa que todos os temas dessa seara sejam resolvidos no campo policial da persecução criminal. Mas isso é um problema de gestão pública, não é um problema do Poder Judiciário porque, como eu já disse e repito, não acho que o juiz deva ser um gestor público.

Os acordos que têm sido inquinados de alguma invalidade em relação à contratação coletiva, eu diria a V. Exª que o limite é a contratação abusiva ou teratológica. Esses espaços de negociação... E é por isso que eu tenho sido, por exemplo, um entusiasta da arbitragem, o que é arbitragem senão uma justiça que se convenciona para que ela tenha um valor e efetivo.

Guardadas as proporções, estou falando de um mesmo valor jurídico, que é valorizar os espaços, obviamente, de negociação. Exceto se houver abusividade, teratologia, fraude, mas aí, obviamente, nenhum de nós subscreveria a uma realidade dessa natureza.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Quanto ao trabalho escravo – meu tempo já se esgotou –, haveria muito a falar sobre isso. Haveria muito a falar sobre essa redução à situação de escravo que, tenho certeza, repugna todos nós, mas, em uma expressão, eu diria que onde há crime a ser tipificado, nós temos que estar adstritos à legalidade. E, no Direito Penal, o Princípio da Legalidade Estrita é um princípio cardeal do Direito Penal. Eu não posso interpretar fazendo elastério, fazendo elasticidade do tipo penal. Esse é um limite, porque essa, aliás, é uma garantia do eventual acusado. Eu não posso, obviamente, responder por crimes analógicos. E aí há uma garantia.

É o que eu tomaria a liberdade de dizer a V. Exª até esse limite, sem embargo, claro, de subscrever à importância de refutar o trabalho escravo, e tenho certeza de que todos nós subscrevemos à dignidade dos trabalhadores e a condições dignas para o trabalho.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Ministro, só sobre o princípio da proibição do retrocesso...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Para réplica, o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Dr. Fachin. Eu só quero voltar a insistir nessa questão do trabalho escravo, porque o que tem acontecido ultimamente é que os fiscais do Ministério do Trabalho têm sido, para mim, eles têm passado do razoável. Eles têm criado verdadeiras situações em que querem criminalizar o empregador.

A primeira leva de investigações feitas no sentido de cumprimento da legislação eram mais amplas. Por exemplo, queriam saber se o funcionário estava registrado, se tinha boas acomodações, etc. Bom, essa é uma etapa que venceu agora. As fazendas, as empresas estão cumprindo, na grande parte, a legislação. Só que, agora, eles começam a ir no detalhe, ou seja, depois da vírgula, na terceira casa decimal. Há poucos dias, em uma fiscalização em Mato Grosso, uma equipe volante esteve em um dos empreendimentos, e era um empreendimento de construção civil, e acabou fazendo uma notificação aos proprietários e propôs uma ação de pagamento por danos morais aos trabalhadores porque a lâmpada do alojamento estava queimada.

Quer dizer, como se o dono daquela obra morasse dentro do alojamento e ele que tivesse que cuidar da lâmpada queimada. Então, eles começam a passar nesse sentido. Então, a minha observação é de que nós devemos ter cuidado com isso.

Temos uma proposta aqui no Senado. O Senador Romero Jucá é o Relator, e nós devemos votar aqui, em pouco tempo, essa questão de definir o que é trabalho escravo bem claro: "Olha, tal e tal situação". As demais podem ser consideradas como um ilícito trabalhista ou administrativo ou coisa parecida.

Além disso, a PEC que nós aprovamos há pouco tempo trouxe as mesmas obrigações que eram cobradas do homem do campo e não eram cobradas para os empreendimentos urbanos. Daqui para frente, a situação do campo é a mesma situação da cidade. Quer dizer, "o pau que bate em Chico bate em Francisco também".

Então, essa é a observação. No mais, quero agradecer as suas respostas que, para mim, foram bastante esclarecedoras.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O Senador Aloysio Nunes diz que é uma questão de direitos humanos. Vamos suspender por cinco minutos para que o nosso arguido possa também ir ao banheiro.

(Suspensa às 16 horas e 35 minutos, a reunião é reaberta às 16 horas e 48 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Estão reabertos os trabalhos.

Com a palavra o Senador José Agripino, por gentileza.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Presidente, eu pediria a V. Exª que aguardasse uns minutinhos até que as pessoas pudessem tomar assento.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Tem toda a razão, Senador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Um minuto mais.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Claro. (*Pausa.*)

Já podemos retomar?

Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Prof. Fachin, eu acho que V. Sª e nós vivemos um momento muito importante. V. Sª presta uma sabatina esperada há algum tempo. Os Senadores têm a oportunidade de conhecer o pensamento de V. Sª e de emitir suas opiniões. Eu acho que nós estamos aqui numa aula de aprendizado mútuo. É um momento muito importante para V. Sª, para o futuro, o que vai ser dito, guardado nas gavetas da sua consciência como as opiniões de Senadores que falam pelo sentimento dos diversos Estados do Brasil.

A demora na indicação do nome de V. Sª produziu uma série de indagações que chegaram por *e-mail*, chegaram pela imprensa, chegaram a nós diretamente, e elas já foram aqui debatidas, abordadas. Eu sou o décimo inscrito, mas, seguramente, não vou abordar nenhuma das questões que não seja uma que me preocupa e que vou abordá-la em função em função de experiência que eu vivi no meu Estado.

Eu fiquei observando, quando o Senador Blairo Maggi fez as suas indagações, o Senador Requião, paranaense, do Estado das terras roxas, como a terra de V. Sª, ficaram meio na brincadeira, brigando sobre quem era o mais opulento, quem tinha perspectiva mais alvissareira no campo da economia agrícola, rural. Eu fiquei com inveja, Prof. Fachin, porque a minha preocupação remete-me da opulência à escassez.

O meu Estado, o Rio Grande do Norte, ainda é um grande produtor de frutas tropicais. Nós não temos rios perenes, nós não temos fontes d'água em grande disponibilidade, mas somos produtores pelo fato de dispormos de terras planas, de um fotoperiodismo, exposição de sol, em condições muito favoráveis e pelo fato de termos encontrado água de subsolo, que não é uma água barata, é água fóssil, mas é água disponível, e que propiciou a irrigação.

Isso aconteceu há alguns anos. Existia uma empresa no meu Estado chamada Maísa Mossoró Agroindustrial S.A. Era uma empresa que dispunha de terras de muito boa qualidade e foi pioneira na perfuração de poços profundos, poços com 800, 900, 1.000 metros de profundidade, produzindo água e plantando uma enorme variedade de frutas e de produtos até exóticos que o Brasil nunca produziu. Essa empresa criou, no meu Estado, ou inoculou no meu Estado a semente da fruticultura. Pagou um preço alto de quem é pioneiro. Um preço alto de quem se embrenha pelo pioneirismo. Ela chegou a ser a maior produtora de melão do Brasil, foi uma grande produtora de manga, de muitas outras variedades de frutas. Ela não existe mais. E ela não existe mais porque ela foi desapropriada. Ela foi desapropriada. Ela era uma terra produtiva. Ela chegou a construir uma vila operária. Ela chegou a construir um hospital ambulatório. O IDH dos trabalhadores da Maísa, que eram todos contratados com carteira assinada, segundo a revista *IstoÉ,* que fez uma matéria à época, o IDH dos trabalhadores da Maísa era semelhante – eu não sei se procedia realmente ou não, mas era um IDH bom –, então, a revista *IstoÉ* colocava em nível similar o IDH dos trabalhadores Maísa ao IDH dos da Suécia. Para se ter uma ideia do que significava a Maísa.

A Maísa foi desapropriada em um evento ao qual compareceu o então Presidente da República, Lula, no dia 20 de dezembro de 1998, que prometeu, quando assinava o decreto de desapropriação, que cobrasse a ele, dentro de dois anos, a exibição do melhor exemplo de êxito do mundo. A Maísa, desapropriada, e que seria ocupada por trabalhadores sem-terra, daí a dois anos – e aí, evidentemente, supunha-se que o Governo fosse entrar com carga total, com todo o tipo de incentivo, de estímulo, de tecnologia agrícola, de apoio aos trabalhadores que viessem a ser assentados para que aquilo fosse, como o Presidente dissera – seria o maior exemplo de êxito no mundo. Nós estamos em 2015, já se vão 17 anos, e o que há hoje é uma enorme quantidade de trabalhadores inscritos no Programa Bolsa Família. Lamentavelmente.

A terra produtiva, de um pioneiro, foi desapropriada. O Presidente da República esteve lá, prometeu todo o apoio, todo o apoio para que dentro de dois anos ali fosse exibido o maior exemplo de sucesso do mundo. E, diferentemente disso, o que existe lá são pessoas inscritas no Programa Bolsa Família.

Eu digo isso porque eu tenho, Dr. Fachin, e aí é onde está a minha preocupação, o direito de propriedade, a função social. E eu tenho uma preocupação que quero colocar com toda franqueza, porque eu tenho textos, atribuídos à autoria de V. Sª, que me deixam numa enorme dúvida com relação ao direito de propriedade, na sua visão.

Está escrito, com relação à função da propriedade – só a função da propriedade é pouco –:

De um conceito privatista, a Constituição em vigor chegou à função social aplicada ao direito de propriedade rural. E um hibridismo insuficiente, porque fica a meio-termo entre a propriedade como direito e a propriedade como função social. Para avançar, parece necessário entender que a propriedade é uma função social. (...)

A minha preocupação é que, no texto que está colocado, de autoria de V. Sª, a desapropriação poderia ser feita tanto na área rural como na área urbana, na medida em que a função social fosse atendida. A função social na desapropriação na Maísa era uma hipótese, e, apesar dos esforços do Governo, ela não foi atendida. Desmantelou-se uma estrutura produtiva que gerava centenas de empregos com carteira assinada, em que o IDH, segundo a revista *IstoÉ*, era comparável ao IDH da Suécia. Isso tudo se perdeu.

Tenho receio, portanto, que a questão da desapropriação de terras possa ser entendida dentro de um conceito da função social. A função social é possuir a terra ou tirar da terra a função social, que, na minha opinião, é a geração de emprego e renda para as pessoas. Nesse ponto, está o x da questão. A função social da terra é você ter o direito à propriedade da terra. É essa a função social? Pelo que posso depreender do texto, posso entender isso. Ou a função social decorre do uso da terra apropriado, como era anteriormente?

O segundo texto, que me preocupa tanto quanto o primeiro e que não foi abordado até agora, é a questão da desapropriação de terras produtivas. No caso da Maísa, a terra produtiva foi desapropriada. Os empregos que lá eram gerados, em uma terra produtiva de grande proporção, foram transformados em alistados no Programa Bolsa Família. O texto fala, texto atribuído a V. Sª:

Aqueles imóveis que estiverem produzindo, ao inverso, estariam sujeitos à desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, fixando-se-lhes indenização cujo teto máximo, em qualquer hipótese, fosse o valor declarado pelo proprietário para fins de ITR (Imposto Territorial Rural).

Admitir a desapropriação de terra produtiva, mais do que de terra invadida, mas de terra produtiva, pode gerar o exemplo que estou colocando para V. Sª.

Estou trazendo aqui, nesta oportunidade, a manifestação clara que pode ser constatada de um fato que já ocorreu, em uma região pobre, no Brasil mais necessitado, que é o Nordeste. E que a aplicação de alguns corolários ou princípios, que vejo perigosamente colocados à sua autoria, como passíveis de voltar a acontecer. Como V. Sª está se submetendo a uma sabatina para ser um ministro do Supremo Tribunal Federal e, com certeza, vincularam o seu nome, não sei se por procedência ou não, ao MST, não sei e nem cabe aqui fazer juízo de valor, mas o que é fato é que, se V. Sª for aprovado nesta Comissão e for aprovado no Plenário, será uma referência, pelo menos pelo que se pode colher neste momento, nas questões de direito de propriedade rural principalmente, e acho que é importante esta Comissão conhecer o pensamento de V. Sª, à luz dos textos que são atribuídos a V. Sª, para que possamos votar com convicção e sem nenhuma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o Prof. Fachin.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Senador José Agripino, agradeço a V. Exª a oportunidade que me permite explicitar as questões que traduzem a sua preocupação, nas respostas que tenho a ofertar.

Principiaria, todavia, se me permitir, dizendo que as desigualdades regionais constituem ainda uma das chagas que temos no Brasil. Se olharmos o Índice de Desenvolvimento Humano, veremos que, mesmo intrarregionalmente, temos muitas disparidades. O Paraná, que pode se orgulhar de ser um dos celeiros do Brasil, também tem muitas circunstâncias ainda a reparar nesta matéria em algumas das nossas regiões. Portanto, é algo que certamente preocupa a todos nós.

Preocupa também a circunstância, como referida por V. Exª, de não propiciar mecanismos adequados para que haja não só o incentivo, mas o funcionamento regular de atividades dentro do sistema produtivo, especialmente valendo-se – e, no Paraná, há uma outra experiência que eu conheço – de recursos que advêm de fenomenais lençóis freáticos que se tem, nós temos, por exemplo, o Aquífero Botucatu, que é um mar subterrâneo, que, além da riqueza que o Paraná já tem naturalmente, pode ser utilizado para fomentar a economia, para atender necessidade primária. E, claro que em relação a essas reservas minerais, às vezes há uma discussão sobre o índice do PH para consumo humano, mas ele pode ser útil para a lavoura. Enfim, portanto, nessa medida, quero dizer que a preocupação de V. Exª com segmentos do setor produtivo, que devem não apenas receber atenção e estímulo, de minha parte, tem obviamente acolhida. Comungo dessa ordem de ideias, porque entendo que o Estado tem uma função de incentivar e propiciar as necessárias condições econômicas para gerar riqueza e renda dentro dos marcos que a Constituição, obviamente, estabeleceu.

No tocante aos trechos de textos a que V. Exª se refere, aí, há duas circunstâncias que me permito explicitar: a primeira delas, a crítica que está embutida nesse texto – embora ele não seja de anteontem, é um texto que está presente, e V. Exª fez leitura de um de seus trechos –, a crítica que está embutida, na verdade, é a ausência, precisamente, de uma integração ao sistema produtivo. Isso, às vezes, não pode nem necessariamente ser imputado ao proprietário, porque é preciso que haja condições para quem tenha uma propriedade rural – e também, de algum modo, quem tenha imóveis urbanos, mas especialmente bens, como se diria na classifica-

ção econômica, bens de produção –, tenha condições de produzir; ou seja, que haja apoio técnico, incentivo, política de financiamento, comercialização, armazenamento, distribuição, e assim por diante.

Pois bem, colocadas essas questões, como eu havia mencionado, mas agora me permito explicitar, durante muito tempo se debateu o sentido e o alcance da função social nessa medida, e o padrão, o *standard* prevalente na Constituição Federal conjuga dois dispositivos. O primeiro, o inciso XXIX do art. 5º, que garante justa e prévia indenização. E aqui está um dos gargalos, provavelmente, desse tipo de problema. Ou seja, quando se faz um procedimento de desapropriação supondo, partindo-se do pressuposto de que a desapropriação realmente caiba – é por isso que o ato expropriatório ou desapropriatório é submetido ao controle do Poder Judiciário, porque é fundamental que ele preencha os requisitos de cabimento –, nós não podemos admitir toda e qualquer desapropriação que não preencha os devidos requisitos. E, muitas vezes, o Poder Judiciário acaba revendo e às vezes até mesmo entrando no juízo da motivação ou do mérito desse ato administrativo, que é um ato vinculado, não é discricionário, a motivação desse ato, ou seja, a razão da desapropriação precisa ser real, efetiva e adequada nos termos da lei.

Ainda assim, o modelo que a Constituição tem não era assim em algumas outras Constituições anteriores. Na Constituição de 1946, não era exatamente esse modelo, mas o modelo normativo que a Constituição adotou no inciso XXIV, melhor dizendo, do art. 5º é justa e prévia indenização. O problema é a operacionalização prática disso. Muitas vezes, já se discutiu, do ponto de vista do procedimento da desapropriação, se, de algum modo, é possível aprimorar esse procedimento em dupla via, em sendo cabível a desapropriação, para que o projeto de interesse social se realize. Mas também que o desapropriado não fique anos e anos para receber o valor daquilo que deveria ser justo e prévio; depois receberá em títulos da dívida agrária, o que se converterá em muitas dificuldades para a realização desse crédito.

Portanto, o modelo normativo, me parece, que está na Constituição adequado, acho que há problemas, sem dúvida nenhuma de operacionalização desse modelo normativo, porque a indenização precisa ser justa e precisa ser prévia. É isso que a Constituição prevê.

No tocante a outra parte dessa afirmação, nós, na Teoria do Direito Civil Constitucional no Brasil, discutimos durante alguns anos toda a abrangência que poderia ter entre nós as ideias que se incorporaram, a partir de 1919, na chamada Constituição Alemã de Weimar, que, de algum modo, acabou se espraiando em parte na Constituição de 1934, quando falou em interesse social e que gerou esse debate, para saber se a função social está na essência ou ela é uma contribuição da propriedade.

O que decorre da Constituição Federal é que a função social é um contributo, ou seja, ela decorre da propriedade. A propriedade não é uma função social. Esse é o modelo que está na Constituição. E esse é o modelo vinculante para quem aprecia determinada matéria e assim julga e delibera a partir dos limites e das possibilidades que a Constituição estabeleceu. Outras ideias evidentemente que havia. O debate acadêmico é pródigo nesta matéria, mas o modelo constitucional é esse, tanto é esse que o art. 185 da Constituição – não preciso ler a V. Exªs obviamente – diz aqui é insuscetível de desapropriação para fins de reforma agrária a propriedade produtiva. E, portanto, essa foi a opção do legislador constitucional, independentemente da opinião ou problematização eventualmente acadêmica que se pode ter dessa matéria.

Então, o que eu quero lhe dizer com toda clareza é que, na percepção que tenho dentro dos marcos constitucionais, a obrigação que o Poder Judiciário tem é de aplicar a Constituição e fazer as suas incidências nos termos que estão na Constituição.

Como acadêmico, participei de muitos debates que problematizam, por exemplo, a desapropriação em outros aspectos, a questão por exemplo atinente à perícia, se a perícia é real ou efetiva. Mas, do ponto de vista do limite constitucional, o que escrevi tem sentido nessa perspectiva de debater as consequências derivadas da Constituição de Weimar que foram para a Constituição de 1934, se espraiaram na Constituição de 36, isso apareceu em alguns dos debates da década de 60, esteve presente na Constituinte, mas a Constituição fez essa opção. E essa é uma opção vinculante. Por isso entendo que a Constituição não tem palavras vãs. A Constituição tem palavras que precisam ser compreendidas e evidentemente aplicadas. O legislador ordinário pode debater aqui o sentido e o alcance naquilo que a Constituição lhe autoriza. Quantos parlamentares apresentaram inúmeros projetos de lei e mesmo de emendas constitucionais que são apresentados e debatidos, e alguns, nem todos, são convertidos em lei. Alguns até mesmo não passam no que se chama de filtro do processo político-constitucional. Ou seja, a Comissão de Constituição e Justiça diz: isso não passa pelo filtro da constitucionalidade, que, a rigor, é o primeiro controle de constitucionalidade que o próprio Parlamento faz.

Portanto, aquilo que se debate do ponto de vista da produção do conhecimento, muito conhecimento se produz, muitas ideias obviamente são debatidas, mas o fundo dessas ideias é a rigor – e é isso que eu penso e é nisso em que acredito – ter um sistema produtivo que seja verdadeiramente gerador de riqueza, que essa riqueza seja protegida pelo Estado e não apenas pelo Estado juiz, mas especialmente pelo Estado admi-

nistração. E naquilo que o Estado administração falhar nesses deveres de proteção, cabe o Estado juiz colocar os seus limites.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – E é por isso que eu tenho entendido que o julgamento deve ser imparcial, deve ser impessoal, diferente da produção de conhecimento ou de debate, ou seja, diferente da produção de anteprojeto ou projeto de lei que não se converte em lei. O conhecimento das academias também tem essa espacialidade.

Eu participei de muitas bancas de mestrado, doutorado, e até peço escusas por ter reproduzido o que já está exaustivamente, mas essa é um pouco a minha vida, a minha trajetória. E ecumenicamente participo de todos esses debates, achando que a produção de conhecimento é importante para que, dela, nós retiremos aquilo que faz avançar a sociedade. E evidentemente avançar dentro de soluções pacíficas, adequadas e dos marcos constitucionais.

Esse é o esclarecimento que tenho a dizer a V. Exª. E essa é a percepção que tenho. E esses textos estão, portanto, imbuídos e embutidos nesse debate, corolário da Constituição de Weimar, que, obviamente, teve sequelas, inclusive, complicadíssimas, para não dizer nefastas, na Alemanha. Nós sabemos o que a crise social e econômica gerou no começo da década de 30: a ascensão do Führer e todas as consequências que sofreram a humanidade e a própria Alemanha. Esse, aliás, é um outro debate, se V. Exª me permite adiantar, que acredito que a sociedade brasileira, inclusive o Poder Judiciário, precisa fazer, que é o do consequencialismo, porque as promessas, às vezes, cabem num texto acadêmico ou num debate parlamentar, mas na vida concreta da legislação, na vida concreta de uma sentença nós precisamos prometer, na decisão, aquilo que se pode entregar. Ou seja, a consequência integra o ato de responsabilidade daquele que decide. E acredito que nós viveremos isto neste século XXI. Ou seja, todos nós tínhamos muitos sonhos. Alguns se realizaram, outros se transformaram, e agora aquilo que advém do texto constitucional precisa estar contido nos limites do texto constitucional para que a Constituição não se torne promessa vã ou ofensa a direitos ou garantias fundamentais.

Esta é a percepção e a explicação... (*Falha na gravação.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Para a réplica, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Professor Fachin, fico satisfeito com a abordagem que V. Sª faz do assunto, porque V. Sª abre o seu raciocínio para a questão conceitual.

Eu li um texto e V. Sª responde ao texto que lhe é atribuído com o conceito que guarda com fundamentos constitucionais, que é o que, na verdade, vai, espero eu, balizar o seu comportamento caso seja aprovado nesta Comissão e caso seja aprovado no Plenário. Agora, do texto que eu li, repito, posso depreender preocupações que eu tinha a obrigação de colocar aqui para ouvir as manifestações de V. Sª para que eu saísse daqui mais tranquilo ou menos tranquilo. De um conceito privatista, a Constituição em vigor chegou à função social aplicada ao direito de propriedade rural. É um hibridismo insuficiente, porque fica a meio-termo entre a propriedade como direito e a propriedade como função social. Para avançar, parece necessário entender que a propriedade é uma função social. E aí sobrevém a dúvida: a função social é o Estado dar o lote de terra ou dar o imóvel desapropriado de alguém ou é fazer do lote de terra um instrumento de função social pela geração de emprego e renda?

A resposta de V. Sª esclarece a essência do seu pensamento, assim como, creio ter entendido bem, a manifestação de V. Sª ser terminantemente contra aquilo que está. No texto que li, aqueles imóveis que estiverem produzindo ao inverso estariam sujeitos à desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, fixando-se-lhes indenização cujo teto máximo, em qualquer hipótese, fosse o valor declarado pelo proprietário para fins de ITR. Ou seja, a propriedade produtiva estaria isenta de desapropriação.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Senadores e Srªs Senadoras, eu quero, antes de mais nada, cumprimentar o Dr. Fachin e cumprimentar também, de forma muito carinhosa, sua esposa, Drª Rosana, que está aqui, desde cedo, acompanhando toda esta audiência.

Cumprimento a senhora e cumprimento sua família, que sei que está aqui também.

Antes de iniciar minhas perguntas, Presidente Pimentel, quero tecer alguns rápidos comentários, que já tive a oportunidade de fazer pessoalmente ao Dr. Fachin.

Eu sou recém-chegada à Casa. É meu primeiro mandato como Senadora. Eu estive, por três mandatos, na Câmara dos Deputados. Nesses quatro anos que estamos aqui, foram quatro os Ministros do Supremo Tri-

bunal Federal, uma Ministra e três Ministros, que passaram por uma sabatina aqui, nesta Casa, e nenhum deles foi tão apertado quanto o senhor está sendo. Mas eu acho que nenhum deles teve a grande chance, a grande oportunidade que o senhor está tendo, Dr. Fachin, de demonstrar a sua capacidade, o seu preparo para o cargo para o qual foi indicado.

Não quero repetir o que foi muito dito aqui, mas me marcou muito a fala do Relator do seu processo. O Relator disse do momento difícil por que passa o País, deste momento muito nervoso para a Nação brasileira, deste momento dramático para a vida nacional. Toda essa grande polêmica em torno do seu nome não se dá pelo seu nome. Isso diz respeito à política, ao momento político do Brasil.

Fiquei sabendo que o senhor escreveu, Dr. Fachin, um artigo muito importante a respeito das mulheres, da questão de gênero, da violência contra a mulher. Estou, desde cedo, tentando buscá-lo na internet, mas não consigo encontrá-lo. Naqueles buscadores, só encontramos notícias negativas, só há notícias negativas. As notícias positivas são muito poucas nos buscadores internacionalmente utilizados, e isso se dá com uma pessoa que tem o apoio quase unânime do mundo jurídico brasileiro, que, como foi dito aqui, tem o apoio de Ives Gandra, de Dalmo Dallari, de Sepúlveda Pertence.

Há uma matéria no jornal da OAB também em seu favor, defendendo seu nome, que é fenomenal. Diz o seguinte:

> *[...] seria artificial e tendencioso pretender desqualificar Luiz Edson Fachin porque, ao longo de sua longa e destacada carreira, externou opiniões quanto a temas relevantes do Direito e da política. O STF não deve ser composto por juristas notáveis, condição que pressupõe a tomada de posições significativas ao longo da vida. O que a Constituição exige não é uma pretensa neutralidade pretérita diante de questões de interesse público, e sim atributos pessoais que indiquem peculiar distinção. Uma biografia que mereça ser preservada [...].*

E diz que o senhor tem tudo isso, Dr. Fachin. São seus colegas do Direito que dizem isso. Repito: não é quem tem uma opinião ideológica para um lado ou uma opinião ideológica para outro lado, mas alguém que vive o mundo do Direito que aprova seu nome, Dr. Fachin.

Agora, repito: o senhor está tendo a oportunidade que outros não tiveram. Não tenho dúvida alguma de que o senhor vai chegar ao Supremo Tribunal Federal, talvez, com uma bagagem bem maior, porque o senhor foi muito questionado. Nunca vi tanto debate, tanta polêmica. E diz a matéria: que bom que há a polêmica se ele exerceu ou não corretamente, em determinado momento, a advocacia privada sendo Procurador do Estado do Paraná!

Pelo pouco que vi – não sou da área jurídica, mas sou Parlamentar há muitos anos, e um pouquinho, um bocadinho a gente aprendi –, pelo que li dos dois pareceres que existem no Senado Federal, eu fico com o segundo parecer, fico com a opinião externada por V. Exª, com a opinião que é do próprio Governo do Paraná. O senhor ficou lá. Não só o senhor o fez, mas também outros exerceram isso, como diz o Senador Requião, baseados no que previa a própria legislação federal. Aliás, a OAB, naquela época, tinha um estatuto aprovado por lei federal.

Mas, enfim, Sr. Presidente, vou abaixar a média do número de perguntas. A média foi de sete ou oito perguntas, e vou fazer somente três perguntas. Vou passar a elas agora. São perguntas simples.

Dr. Fachin, um pedido de vistas no Supremo Tribunal Federal pode demorar meses ou até anos, embora o Regimento Interno tenha a previsão de duas sessões ordinárias. Houve um caso recente em que um Ministro pediu vistas de um processo já decidido por maioria que trata de financiamento privado de empresas em campanhas eleitorais. Esse pedido de vistas, que, pelo Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, deveria ter sido devolvido em duas semanas, tem 13 meses. Então, eu lhe pergunto: o senhor considera o procedimento legítimo, tendo em vista que o prazo para a devolução do processo não foi cumprido e que o julgamento já está decidido pela maioria dos votos? Isso não é dar poder de veto a um só juiz para evitar que um julgamento já decidido por maioria se conclua?

Em sua opinião, Dr. Fachin, o que pode ser feito para melhorar o processamento no Supremo Tribunal Federal?

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Não seria razoável que o processo fosse devolvido obrigatoriamente, com ou sem manifestação do ministro, após o prazo razoável, quando já tivesse a maioria dos votos? A prática em não devolver um processo para o julgamento não leva a concluir pela irrelevância do Regimento Interno do Senado Federal? Essa é uma pergunta.

Outro questionamento que eu lhe faço, Dr. Fachin, diz respeito à questão de gênero. Eu gostaria que o senhor nos falasse um pouco como o senhor enxerga, como o senhor vê a importância da incorporação da perspectiva de gênero na cultura jurisdicional da magistratura e agentes do sistema de Justiça brasileiro. O que o senhor pensa a respeito do papel do Poder Judiciário na correção das desigualdades de gênero no Brasil?

Um exemplo está aqui neste Parlamento.

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Nós, as mulheres, somos 52% do eleitorado, mas só ocupamos 10% das cadeiras do Parlamento no Brasil. Isso não é natural, isso não é normal, isso não expressa uma vontade ou um desejo ou uma decisão das mulheres; isso, pelo contrário, mostra o quão ainda o sistema político eleitoral, a legislação discrimina a mulher.

Eu apenas cito isso, não estou lhe questionando. Eu pergunto na área do papel do Judiciário, não entrando nesse mérito, apenas citando como exemplo de que a nossa situação, inclusive, é extremamente negativa, comparada aos demais países do mundo: aos países vizinhos, aos países europeus e aos países do Oriente Médio, em que as mulheres são muito mais discriminadas do que no Brasil, mas que ocupam um percentual de assentos em seus parlamentos em número muito superior ao nosso.

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Por fim, a última pergunta que lhe faço é acerca da organização da Justiça Federal no Brasil. Nós temos cinco Tribunais Regionais Federais. Eu sou do Estado do Amazonas, Dr. Fachin. O nosso Tribunal Regional Federal é o da 1ª Região, composto por todos os sete Estados da Região Norte, por três Estados da Região Nordeste – Bahia, Maranhão e Piauí –, por três Estados da Região Centro-Oeste – Distrito Federal, Goiás e Mato Grosso – e ainda por Minas Gerais, da Região Sudeste. Qual a sua opinião sobre isso?

Nós aprovamos emenda constitucional cuja inconstitucionalidade já foi requerida perante o Supremo Tribunal Federal. Como o senhor vê a forma de organização da Justiça Federal no Brasil e se não há sobrecarga.

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – E não só sobrecarga, mas também distanciamentos muito grandes dentro de um único tribunal que prejudicam a execução e o desenvolvimento do trabalho da própria Justiça.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

Com a palavra, o Prof. Fachin.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Senadora Vanessa Grazziotin, ao agradecer as palavras de V. Exª, quero dizer, sensibilizado, que há dois ou três meses, cheguei a fazer veicular uma frase de Esopo, segundo a qual ninguém é tão grande que não tem nada a aprender nem tão pequeno que não tem nada a ensinar. Era, aliás, o momento em que eu estava pensando mais em brincar com o meu neto do que em me imaginar aqui nesta sabatina de hoje. Lembrei-me, diante da sua intervenção, dessa formulação, para dizer que tem sido este momento, não apenas hoje, mas os últimos momentos que tenho vivenciado essa liturgia de um genuíno aprendizado. Eu conheci com mais profundidade esta alta Casa do Poder Legislativo e guardo comigo uma demonstração muito clara do quanto é importante o diálogo, o debate, a troca de ideias e, obviamente, o dissenso em muitos temas, a partir dos quais se pode chegar a alguns resultados que sejam de interesse comum e que, com isso, todos numa sociedade democrática possam sorver democraticamente esses resultados. Agradeço, portanto, a sua referência.

Principiando pela segunda questão, até em relação ao texto que V. Exª mencionou que estava a buscar, isso me permite falar um pouco dessa matéria.

Assim que entrou em vigor a lei que é conhecida como Lei Maria da Penha, como V. Exª sabe, houve um debate no Brasil sobre a constitucionalidade ou não da lei. Nós nos debruçamos nessa análise – fizemos isso há quatro mãos – para verificar os argumentos contra a constitucionalidade e os argumentos favoráveis. Fizemos num pequeno texto uma problematização, levando em conta um conjunto de circunstâncias segundo as quais nos parece que, em determinados momentos, quando o Estado legislador emite uma expressão legislativa de cunho promocional, ou seja, ela está na ambiência das políticas públicas e tem esse feitio promocional no sentido não apenas de chancelar condutas, mas também de promover o que se chama de igualdade material, nós

acabamos concluindo por esses e outros argumentos pela constitucionalidade da legislação, que procurava, a rigor, coibir essa chaga, que é a violência dentro da ambiência familiar.

É evidente que não se procura resolver temas que são importantes do ponto de vista da cultura, da economia apenas com criminalizações, mas às vezes a lei precisa colocar um limite, porque, como os senhores sabem, e bem melhor do que eu, a legislação tem sua função coercitiva, impositiva e não deixa de ter, em alguma medida, o que denominamos de função pedagógica. E às vezes é até um pouco traumática, porque, em determinados casos, gera a responsabilidade, inclusive criminal, e, nessa hipótese, com ausência do perdão do ofendido e com o conjunto de outros mecanismos dessa natureza.

Então, eu diria, já tentando enfrentar a segunda questão, que o Estado brasileiro é um Estado que precisa, seguramente, no plano das suas políticas públicas, estar atento a isso, estar atento ao princípio constitucional da igualdade, ao mesmo tempo, evidentemente, reconhecer as diferenças, porque eu entendo que a igualdade não elimina a diferença. Obviamente, podemos almejar a igualdade, mas as pessoas são diferentes entre si, e é nessa medida que enxergo que o Poder Judiciário pode, sem uma intromissão indevida no campo da política pública – porque não é o campo do Judiciário –, examinar, como nesse caso da Lei Maria da Penha, em que se examinou a constitucionalidade. Houve opiniões no sentido contrário, inclusive de membros do Poder Judiciário, mas acredito que prevaleceu o sentido da conformidade legal, ou seja, o Poder Judiciário acabou chancelando essa proclamação legislativa, que é, na verdade, também proclamar a primazia do Parlamento.

Aí, tomo a liberdade de pegar o gancho com o terceiro assunto e já voltarei ao primeiro, que é a questão da vista, mas pego o gancho com o terceiro tema, que diz respeito aos Tribunais Regionais Federais.

V. Exª foi bastante, digamos assim, sensível ao tratar do tema, mas sei que, no fundo, o que está em discussão é uma aspiração legítima de acesso à Justiça, de uma Justiça descentralizada e de um tema que está no Supremo Tribunal Federal. Portanto, esse tema está no Supremo. Até onde me é dado a conhecer houve uma decisão liminar que acabou indicando a suspensão dos efeitos, e o mérito, se não me falha a memória agora, está com o Ministro Luiz Fux – não estou bem seguro disso –, e isso será objeto, obviamente, de uma deliberação no plenário. Sobre isso, obviamente, vou tomar a cautela ética de não adiantar, embora somente na hipótese de eventualmente ser aprovado aqui, por V. Exªs e pelo Plenário do Senado, mas não deixo de anotar que, até onde percebo, o debate que se tem ali, do ponto de vista da técnica formal, é a questão da iniciativa da emenda constitucional.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Parece-me, pelo que li, que o tema que fundou a liminar concedida então pelo ilustre Ministro Joaquim Barbosa levava em conta o que de ordinário, como V. Exª sabe, seria um vício da origem. Eu não examinei o assunto; não tenho, obviamente, percepção sobre esse tema, mas é com esse tema que o Plenário do Supremo Tribunal Federal vai se defrontar.

E, fora dessa discussão *stricto sensu*, acho que há uma discussão também de fundo que envolve o Parlamento e o Executivo, que é, de um lado, uma aspiração legítima de descentralização, uma emenda constitucional aprovada no Parlamento, indicando nessa direção; e, por outro lado, um debate que precisa se abrir com o Executivo, que é um debate de dotação orçamentária. Esse é outro debate importante, porque, digamos assim, o ideal dos mundos é que nós tivéssemos muito mais juízes em números do que nós temos. Se nós contarmos os milhões de processos pelos menos de 20 mil juízes que temos no Brasil, obviamente, no *ranking*, nós não vamos estar bem posicionados. Mas, entre aquilo que está no plano do ideal e aquilo que está no plano das possibilidades, requer um tempero pelo qual o debate entre o Parlamento e o Executivo certamente vai achar as equações. E o Judiciário irá decidir, tenho para mim, sobre essa questão técnico-formal.

No que fiz respeito ao voto vista, obviamente, V. Exª há de compreender que vou me referir em tese ao tema porque não quero cometer nenhuma infração ética, que não seria do meu feitio. Agora, o que posso dizer sobre esse tema é tão simples, como diria Edith Piaf, como rima de oração: o voto vista há de seguir o que dispõe o regimento interno do tribunal. Se, ao pedir vista, devo apresentar...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – ... na segunda sessão subsequente, esse é o prazo que está no regimento interno do tribunal.

Eu posso excepcionar esse prazo? É um prazo impróprio.

Como nós conhecemos da teoria jurídica, há prazos próprios, aos quais se destinam uma dada sanção, e, portanto, a sanção tem uma sequela que a violação do prazo implica uma consequência automática – não parece ser o caso; por outro lado, os prazos que são fixados e aos quais não se destina uma sequela direta e automática nós, ordinariamente, denominamos de prazos impróprios.

Por exemplo, o juiz, em tese, teria cinco dias para despachar o processo; se ele despachar no sexto dia, qual é a sanção que ele tem? É um prazo impróprio e, em rigor, o que se pode arguir é que o princípio da razoabilidade na duração do processo, previsto constitucionalmente, estaria sendo desatendido. Mas, quanto a esse princípio, também é preciso verificar qual é a sanção que daí decorre, se há uma sanção própria ou uma sanção obviamente que está ainda no plano de uma outra dimensão que não de um dever jurídico *stricto sensu* inadimplido.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Agora, por outro lado, no tocante a excepcionar um prazo dessa natureza, permita-me dizer a V. Exª que, dentro de um espaço temporal de razoabilidade, os juízes também precisam formar a sua convicção! E, às vezes, têm a convicção formada, mas estão, de algum modo, buscando e elaborando seus respectivos fundamentos.

Portanto, eu não estou examinando nenhum caso concreto, estou examinando em tese, para dizer que a Justiça precisa ser seguramente célere, mas é preciso compreender determinados casos que, pela sua complexidade, não obstante o magistrado já possa ter uma inflexão nessa ou naquela direção, um tempo razoável para o arcabouço de fundamentação é vital, até porque, no Estado democrático de direito, segundo me é dado perceber, a conclusão a que o magistrado chega é uma conclusão impessoal e independente, mas eu, como cidadão, preciso e tenho direito a saber de toda a fundamentação racional e sistemática, porque ali é que o magistrado presta contas, é ali que eu posso recorrer, evidenciando que não há simetria entre a fundamentação e eventualmente o resultado, evidenciando que há uma lacuna de fundamentação ou uma incoerência.

Então, digamos assim, o que eu só gostaria de sopesar é essa ordem de ideias.

E a figura do veto eu desconheço. Eu acho que não há isso no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Réplica à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Não, Sr. Presidente.

Eu quero primeiro agradecer também a... Sei que não é tranquilo esse questionamento que eu lhe fiz a respeito dos vetos, mas eu acho... E não é um problema do Supremo também; eu acho que o próprio Parlamento, o Poder Executivo muitas vezes carece de um prazo determinado de forma mais clara, mais justa, até para que ele seja cumprido.

Aqui no início, nós ouvimos falar muito de um ponto, e nesse sentido há propostas de emenda à Constituição tramitando que tratam de prazo para indicação de nome... Eu até concordo, eu acho que isso é importante, que o Executivo deva ter prazo; que o Parlamento deva ter prazo para apreciação; que o juiz, quando vai julgar, também deva ter; que as entidades ambientais, quando derem parecer, que tenham que ter prazo também, dentro desse princípio que o senhor levanta e que considero justíssimo, da razoabilidade, do tempo necessário para formação de juiz.

Sou daquelas que têm esta opinião: quanto mais regulamentado, Dr. Fachin, forem as coisas, menores serão as margens para manobra, para qualquer outro tipo de manifestação.

No mais, agradeço as suas respostas e atenção. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra, o Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Prof. Fachin, permitam-me, neste introito, saudar também a Desembargadora Rosana, que tenho acompanhado não só nessa trajetória de vida, explicitada aqui em alguns dos seus mais importantes momentos, mas também nesta quadra específica em que não apenas V. Sª, mas o Senado da República experimenta um momento inaugural. Estamos, talvez pela primeira vez, saindo da sabatina protocolar, um rito de passagem, pura e simplesmente, para uma sabatina onde se tem o intuito, como está previsto na nossa Constituição, de conhecer o pensamento do sabatinado.

A República repudia segredos e também desaprova surpresas. Eu, que particularmente só tive o privilégio de conhecê-lo muito recentemente, em conversas breves, não tenho o privilégio dos paranaenses de conhecer na plenitude seu pensamento jurídico, sua própria trajetória de vida. E tenho certeza de que todos os apoios que aqui foram, de forma legítima, manifestados, das mais diversas vertentes do pensamento jurídico e acadêmico do Brasil – e recebi muitos deles, quero deixar registrado – depõem a favor de V. Sª, como depõe também a unidade do Paraná no seu sentimento telúrico. Vejo, imbuídos do mesmo objetivo, juntos, Beto Richa, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Alvaro Dias, irmanados no mesmo objetivo. Mas, ao restante, ou talvez à maioria deste Plenário, não foi permitido conhecer todo o seu pensamento. E não causa espécie, tenho cer-

teza, qualquer tipo de pergunta, porque estamos fazendo aqui algo previsto na nossa Constituição, de forma firme e respeitosa, até porque vivemos em uma democracia.

E permito-me discordar da Senadora Vanessa quando disse que V. Sª foi apertado. Não vi nenhum aperto. Desde o momento em que a Presidente Dilma, depois de longos nove meses, apresentou o nome do Prof. Fachin para ocupar a vaga do Ministro Joaquim Barbosa no Supremo Tribunal Federal, a nossa imprensa livre começou a trazer, o que é salutar, momentos de sua trajetória, seja como advogado, como procurador, como acadêmico.

A primeira grande revelação, que não era do conhecimento, talvez, da maioria brasileira, foi o manifesto que foi lido na campanha em 2010 e que já foi alvo de abordagem aqui, nesta sabatina. Artigos publicados, muitos trechos pinçados nas perguntas aqui formuladas, tudo com o intuito de conhecer o pensamento de V. Sª. Nada além disso.

Repito: a República repudia segredos, mas abomina surpresas. E acredito que a legitimidade do Poder Judiciário nasce deste instante, e este momento não pode ser visto como ato de oportunistas, mas, sim, uma oportunidade da República. Não caio e não entro no embate de botar a carapuça de um oportunista. Não sou um oportunista. Procuro cumprir, aqui, meu papel de uma delegação expressa que recebi do povo da Paraíba, meu Estado, para poder, repito e insisto, porque esse é o objetivo deste encontro, conhecer e fazer revelar à Nação, não é apenas à Comissão de Constituição e Justiça do Senado nem tampouco ao Plenário do Senado Federal, mas fazer revelar à Nação brasileira a linha de pensamento do jurista, do advogado, do homem de notório saber jurídico, reconhecido por todos: Luiz Edson Fachin. E percebo, *data venia*, um cuidado e um zelo muito especial por parte de V. Sª, ao longo da sabatina, de se apresentar como um garantista, como um legalista, alguém que saberá distinguir bem momentos distintos de sua vida. O momento do livre pensar acadêmico, da provocação acadêmica, que exige visão de vanguarda, de transformação da sociedade, com o peso da responsabilidade de toga, de quem está adstrito às regras da Constituição.

(Soa a campainha.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Portanto, passo às perguntas, que pretendo não repetir em relação às anteriores já formuladas, para que o Brasil e o povo brasileiro conheçam claramente o seu pensamento. E essa sensação de aperto que foi sentida pela Senadora Vanessa é fruto de uma série de matérias que foram publicadas nessa democracia de imprensa livre que vivemos. V. Sª foi visto por alguns setores como alguém que defendia a poligamia, por alguém que não defendia a propriedade privada, que defendia... Isso precisa ser esclarecido. E esta é a oportunidade que se tem de esclarecer todos esses pontos em nome da República.

Portanto, indago a V. Sª se a legitimidade do Poder Judiciário – e na indagação feita pelo Senador Humberto Costa, eu abro aspas para uma frase dita pelo Prof. Fachin ainda nesta sabatina: "Legitimidade do Poder Judiciário é assegurada por outros instrumentos". Eu lhe indago: quais? Quais são os instrumentos, na visão que V. Sª tem, que asseguram a legitimidade do Poder Judiciário?

No meu modesto entender, a legitimidade do Poder Judiciário, porque está lá na nossa Constituição, art. 1º, §1º, que "todo emana do povo"; e o art. 2º diz quais são esses Poderes. Legislativo e Executivo têm o sufrágio universal, tem o voto direito, e a legitimidade do Judiciário vem exatamente da indicação da Presidente da República, que tem a legitimidade do sufrágio para fazer a indicação, e do Senado Federal que, também igualmente sufragado pelo povo, aprova ou desaprova o nome indicado.

(Soa a campainha.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – O senhor aceita que suas respostas, nesse estágio desse ato complexo denominado sabatina, que estamos realizando, devam vincular ideologicamente os seus atos jurisdicionais no Supremo ou não?

Esta é uma pergunta que julgo importante, porque percebo, permita-me a franqueza, e tivemos dois encontros em que a franqueza presidiu o nosso diálogo, essa preocupação. Porque não faz muito tempo que, em texto publicado pelo *O Indicar,* V. Sª afirma – abro aspas – sobre o direito de propriedade, o juiz devo – agora, sim, abro aspas – "usar a testa e não o texto da lei", dando a entender que, na sua convicção, há um espaço largo de interpretação dos diplomas legais para que se promova a justiça. E essa é uma pergunta que também faço.

(Soa a campainha.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Uma terceira pergunto que lhe dirijo – e acredito que não foi um tema abordado até agora. Nós temos, na nossa Constituição, no art. 5º, inciso IX, cláu-

sulas pétreas, portanto, que "é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença".

O art. 220 da nossa Carta Magna também trata do tema de forma subsidiária.

A pergunta: qual a opinião que o senhor tem sobre o controle social da mídia, a imprensa, a internet ou qualquer outra forma de mecanismos de controle da imprensa livre, qualquer que seja o seu pretexto?

Para concluir, Sr. Presidente, agradecendo a tolerância no tempo, também um ponto que não foi ainda abordado nesta sabatina diz respeito à chamada guerra fiscal. O Supremo se depara com uma decisão que passou a ter uma regulamentação no Senado Federal, mas gostaria de colher também a sua opinião, a sua visão sobre os incentivos fiscais que vários entes federados promoveram ao longo do tempo e que se resolveu se denominar de guerra fiscal, o que eu, particularmente, trato como pai social: não fossem esses incentivos fiscais, teríamos verificado, no Brasil, uma concentração absurda de desenvolvimento industrial em determinadas áreas do País.

Então, diante de todas as polêmicas e dos temas que foram levantados, também lhe indago, para finalizar, qual a posição que V. Srª tem sobre o aborto, para que a sociedade brasileira possa conhecer o seu pensamento sobre esse tema.

Agradeço a atenção dispensada.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Obrigado.

Com a palavra o Prof. Fachin.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Exmo Sr. Senador Cássio Cunha Lima, de início, não apenas por dever, mas por manifestação sincera, quero agradecer a lhaneza com a qual V. Exª nos tratou durante dois encontros muito francos e diretos. Isso apenas me honrou, porque é assim que se constrói não apenas um diálogo verdadeiro, mas um diálogo de pessoas de bem, que querem o bem desse País. Percebo que, obviamente, nessa direção, V. Exª se situa. Além de me propiciar o reencontro metafórico com a poética de seu pai, eu, que também aprecio um pouco da literatura brasileira e da poesia brasileira. Portanto, foi uma oportunidade relevante.

Principiaria dizendo que, no curso dos meus afazeres, embora tenha centrado no Estado da minha morada, que, por orgulho, me fiz paranaense, desenvolvi muitas atividades, ao cabo dessas três décadas fora do Estado do Paraná. Fui professor convidado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Lá estive por mais de dois anos. Fui professor convidado dos programas de pós-graduação da Universidade Federal de Pernambuco, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Fui membro do Instituto de Altos Estudos da Universidade Federal de Minas Gerais. Conheci vários rincões desse Brasil. Atividades em Macapá, Vilhena, no interior de Rondônia. Enfim, tenho, na minha mala de bagagem, muitos trechos de almas que conheci por esse Brasil afora. Fiz muitos amigos, inclusive na Paraíba, onde a Profª Maria Luiza Alencar Feitosa, da Universidade Federal da Paraíba, teve a benevolência de fazer um evento em minha homenagem. Veja só: um paranaense com essa bondade lá reconhecida, por conta de atividade comum que acabamos tendo na Universidade de Coimbra, em Portugal, em determinado período. Então, digo-lhe que é também com prazer que, além do Paraná, tive a oportunidade, na vida, de conhecer um pouco do nosso Brasil e carregá-lo sempre comigo, com todas as suas vicissitudes.

Gostaria de adentrar diretamente nos temas que V. Exª menciona, não sem antes expressar uma concordância fundamental com esse momento de legitimação do procedimento. De certo modo, esse momento em que o Senado sabatina, discute, delibera é um momento máximo dessa travessia. Isso compõe uma fase indeclinável e relevantíssima. Já defendi isso. Portanto, não estou fazendo aqui nenhuma inovação. Até diria que a sabatina é de algum modo uma espécie de marco das três fronteiras entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, para valer-me de uma expressão muito cara à cidade Foz do Iguaçu, que lá tem o marco das três fronteiras.

Enfim, é nessa perspectiva que trago, além da defesa das teses que aqui coloco, o meu comportamento. Em todas as atividades que exerci nos últimos anos, em dezenas de procedimentos arbitrais – e vejo aqui alguns juristas que operaram comigo em alguns tribunais arbitrais –, esse comportamento de garantia de observância estrita das regras do jogo tem sido o comportamento que marca a minha atividade. Quando fui, aqui, coordenador nacional dos programas de pós-graduação, mensalmente, nós julgávamos muitos processos, do Brasil inteiro. Tive nesse comitê Paulo de Barros Carvalho, Antônio Junqueira de Azevedo, Paulo Luiz Netto Lôbo, de Alagoas, o Sr. Gustavo Tepedino, que está presente, e tantos outros amigos que acompanharam também o meu modo de conduzir uma deliberação colegiada. Portanto, traduzo que essa defesa de garantia de observância das regras do jogo é, na verdade, em todos os momentos que tive esse papel decisório, individual ou colegiado, uma marca que tenho procurado sempre trazer comigo.

No que diz respeito à sua primeira questão específica, de quais são os outros instrumentos, eu agradeço a V. Exª porque aquela frase ficou mesmo um pouco pendurada no ar e me escapou, porque eu tinha que ter voltado a ela. Eu estava, a rigor, me referindo à legitimidade do sufrágio periódico que o Poder Legislativo

recebe. O Poder Judiciário não tem a legitimidade derivada desse sufrágio periódico. A legitimidade derivada do Poder Judiciário é, precisamente, a previsão constitucional da sua inserção nos Poderes da República em momentos como este em que há interdependência e harmonia dos Poderes. Então, agradeço muito, pois sua questão me fez aditar algo que eu não havia dito com a completude devida.

A segunda questão, as respostas que eu estou dando neste momento. Como entendo que a Constituição não tem palavras em vão, e digo a V. Exªs que estou num momento tão especial da minha vida, por estar tendo o privilégio de ser sabatinado por V. Exªs, em nenhum outro momento e muito menos neste as minhas palavras serão em vão. O que estou a dizer aqui tem um sentido vinculante do que penso e do que será a minha conduta. Sei que isso constitui objeto não só do registro da minha e da vossa consciência, mas isso constitui também objeto dos registros que esta Comissão terá caso eu venha, eventualmente, a ser aprovado para colocar em prática os compromissos que estou assumindo, que não são compromissos meramente retóricos.

Em segundo lugar, há uma frase do texto que falar em usar a testa e não o texto. Porém, em seguida é mencionado que não se pode desconsiderar o texto nem o contexto. Ou seja, o juiz não pode criar uma solução fora do sistema jurídico. A solução não advém das nuvens. Portanto, a criação da solução para o caso concreto há de derivar, obviamente, da operação mental da inteligência do julgador, que está condicionada pelos limites e possibilidades da ordem jurídica. É evidente que há fatos excepcionais que desafiam o legislador.

Vou fazer só uma citação de nota de rodapé mental, com a permissão de V. Exª. Um grande filósofo mexicano criou o exemplo do guardião de uma fábrica que precisa decidir quem passa ou não por um portão fechado, sendo que na tabuleta está escrito que é proibida a entrada de cães, e se apresenta a ele um cidadão com um urso na coleira querendo entrar. Ou seja, ele dava esse exemplo para dizer que o Direito não pode se afastar da lógica, mas também não pode se afastar da razoabilidade. Portanto, esse é um exemplo que, de algum modo, vivifica o que eu quis dizer. Esse guardião é, na verdade, a metáfora do acesso à jurisdição, ele é, a rigor, o guardião da regra, e não apenas do portão físico da fábrica, e nessa metáfora está a ideia de que ele deverá usar uma operação mental fazendo uma interpretação dentro do sistema onde ele trabalha, sistemática, lógica, teleológica, para saber, afinal de contas, qual a razão daquela proibição, e aplicar a regra devida e adequadamente naquele contexto. Ou seja, foi a isso que eu procurei me referir.

Quanto à incidência da liberdade de expressão e aos dispositivos que estão no direito fundamental do art. 5º e também do art. 220. Sobre isso, tenho uma opinião que pode ser resumida numa frase: o preço da liberdade há de ser pago em todas as hipóteses. Ou seja... Aliás, o bom e sempre lembrado Winston Churchill dizia isto. Ou seja, o preço da liberdade da imprensa, o preço da liberdade de expressão, esse é um preço que a sociedade precisa, de fato, adimplir, custe o que custar, porque nós não podemos ter censura em nenhuma hipótese. Isso é uma ofensa ao preceito constitucional dessa liberdade, que é elevada ao estatuto de garantia fundamental e que está aqui.

Portanto, não vejo, não conheço... Sei que V. Exª pode estar se referindo a alguma proposta ou circunstância concreta de que eu, pessoalmente, não conheça detalhes, mas lhe digo que, do ponto de vista dos princípios e com a percepção de quem, nos últimos dias, foi destinatário de muitas observações, algumas das quais eu acho que, honestamente, não mereci, nada obstante, prefiro conviver com elas, com essa liberdade de divergência, com essa liberdade de exposição do que, eventualmente, conviver num mundo que esconde, num mundo que veda, num mundo que censura. Nossa geração viveu um mundo de censura e, portanto, não podemos repetir isto. Dessa liberdade não se pode abrir mão nem um milímetro. Essa é uma garantia do Estado democrático de direito, custe o que custar e a quem custar.

Quinta questão. V. Exª se refere aos problemas das questões fiscais. É um debate que V. Exª muito sabe. Os Executivos estaduais, os Governadores não raro e os Senadores que representam o Estado conhecem bem essa matéria. Há toda uma discussão, inclusive, que bate no problema do Confaz e da unanimidade dos processos decisórios e um conjunto de temas que já foi objeto de emenda constitucional e de decisões do Supremo, mas eu entendo que, de algum modo, a política tributária precisa fazer valer um federalismo que não seja de ornato. Ou seja, um federalismo republicano e fiscal que seja verdadeiro e permita reconhecer que Estados e regiões são diferentes e têm diferentes necessidades. E o exemplo maior é a representação senatorial. Cada Estado brasileiro tem três Senadores, tenha ele o tamanho e a população eleitoral que tiver. Isso é, no meu modo de ver, um exemplo correto de federalismo.

Quanto ao aborto, digo numa palavra que sou contra. Sei que há discussões atinentes à saúde pública, sei que há discussões importantes sobre circunstâncias que o próprio Código excepciona, mas eu sou um defensor da vida, da dignidade da vida humana e estou dando a minha posição pessoal de cidadão, como cristão e humanista, de colocar a vida como um valor que se põe num patamar de supremacia. Não desconheço que há questões socioeconômicas envolvidas, que há mulheres de baixa renda que são vitimadas por procedimentos clandestinos, mas isso, no meu modo de ver, está num determinado patamar que, em relação ao aborto

ou interrupção voluntária da gravidez, os meus valores pessoais, obviamente, não secundariam. Agora, esse é um tema do Poder Legislativo, certamente. Se o Poder Legislativo, por alguma razão, entender de revogar ou ampliar as hipóteses previstas na legislação, essa é uma deliberação que não compete ao Judiciário.

Estou dando a minha percepção pessoal como cidadão.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Para a réplica, Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Na réplica, quero apenas trazer de volta um assunto que foi tratado pelo Senador Aloysio que diz respeito ao esclarecimento sobre o *site*. Houve a publicação de um *site*, que foi, pela informação que recebi, retirado do ar e ficou sem resposta a pergunta se houve uma sinalização de que o senhor poderia tomar informações sobre o tema. Seria importante, talvez, um esclarecimento, já que houve uma especulação sobre esse tema.

E uma pergunta que lhe fiz no nosso primeiro contato, que também foi alvo de um registro hoje na coluna do jornalista Josias de Souza, foi se, durante o mandato do Presidente Lula, V. Sª chegou a ser convidado ou sondado para o cargo para o qual agora está sendo sabatinado. Então, pergunto se havia uma notícia dessa sondagem ou mesmo de um contato feito pelo Presidente ao tempo do mandato presidencial pretérito para que houvesse, portanto, uma manifestação sua nesse sentido.

Afora isto, Sr. Presidente, eu lhe peço mais 30 segundos para apresentar uma proposta de procedimento. Nós já estamos nos aproximando das 18h. São exatamente 18h, faltando apenas um minuto para a hora da Ave Maria, e acredito ser humanamente impossível que o Professor Fachin, por mais vigoroso e talentoso que seja, não se encontre cansado. Estamos aqui desde cedo e a possibilidade de votarmos o nome no plenário não existe mais, porque o quórum, a esta altura, estaria comprometido, arriscaria, inclusive, a votação do Prof. Fachin. A proposta que faço, é que eu, salvo erro de memória, devo ter sido o 11º, ou o 12º a fazer a inquirição. Chegando à metade dos inscritos, a sugestão que faço é que possamos suspender esta reunião, retomando, amanhã pela manhã, reunião ordinária da CCJ. Retornaria.

Todas as preliminares já foram debatidas, ou seja, na reunião de amanhã, entraríamos direto na fase das perguntas para poupar, obviamente, o sabatinado, que está em um esforço intelectual inegável. Qualquer palavra aqui frui de um cansaço, pode, inclusive, trazê-lo a algum tipo de dificuldade.

Então, fica a sugestão à Presidência, ao Plenário, para que, quando atingirmos a metade dos inscritos, a reunião seja suspensa, retomada amanhã, às 9h ou às 10h da manhã, para conclusão desta sabatina.

O que seria, inclusive, muito bom, e uma sinalização muito positiva para o sabatinado, para o Senado da República, no que diz respeito ao esgotamento de todas as questões que estão sendo suscitadas neste instante.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Eu fico muito grato pela preocupação de V. Exª com a saúde do jovem professor e próximo Ministro do Supremo Tribunal Federal, que ali ficará, no mínimo, se for aprovado, até os 75 anos de idade.

Com a palavra o nosso professor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Nós vamos até zero hora, que é quando encerra o dia de hoje.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Não se preocupem, nós somos poucos. Só somos 27 mais 27 dá 54. Vamos ouvir 54.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Ultrapassando a meia-noite, só para o esclarecimento, Sr. Presidente, me perdoe, atingindo a meia-noite...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Vira Cinderela.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Vira Cinderela? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – A gente avalia.

Com a palavra o Prof. Fachin.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Não, mas...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Presidente, pela ordem.

É uma decisão absolutamente irracional. É uma coisa sem nenhum cabimento.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Pelo cálculo que fizemos aqui, Presidente, vai ultrapassar a meia-noite.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Se os nobres Pares que já falaram colaborarem com o Plenário, os outros que ficaram até agora ouvindo vão ter a oportunidade, também, de falar.

Com a palavra o Prof. Fachin.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, então, eu vou me inscrever novamente. Vou me inscrever. Se é dessa maneira, vou me inscrever novamente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o Prof. Fachin.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Prezado Senador Cássio Cunha Lima, em relação à essa questão do *site*, como disse, eu não tinha conhecimento desse patrocínio, de quem se fazia. Vou sim, assim que eu tiver possibilidade, apurar essa informação, e, obviamente, ela estará à disposição.

Quanto à questão específica, eu não recebi convite do Presidente Lula para ser Ministro, para ser indicado. Tive um encontro com o Presidente Lula, mas não recebi convite. Eu não recebi convite do Presidente Lula para ser indicado ao Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Até que enfim chegou a nossa vez, Sr. Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Eu sei disso.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador Alvaro Dias, Prof. Fachin, este é um momento diferente aqui no Senado. Estou aqui há quase cinco anos e nunca vi uma sabatina como esta. Eu acho que isso é extremamente salutar para o Senado, para o Parlamento e para o povo brasileiro, que gostaria, realmente, que a sabatina ocorresse desta maneira.

Eu sei que o cansaço, como médico, fisiológico, realmente, chega e bate o corpo de cada um de vocês. Isso é normal. Mas, professor, entenda que não se trata de apertar ou de querer diminuir absolutamente nada. Eu acho que este é o momento de tirarmos dúvidas, de buscarmos, realmente, conhecê-lo mais. Não somos paranaenses, como é o Senador Alvaro, como é a Senadora Gleisi, e tantos outros aqui. Sua história é uma história vitoriosa, mas o senhor bem sabe que, ultimamente, e o senhor mesmo já expressou aqui, há muitas manifestações pelas redes, pela imprensa, enfim, por todos os cantos, sobre algumas decisões ou sobre algumas manifestações que o senhor tenha proferido em algum momento.

Vou procurar ser rápido. Eu sei que o meu número representa a metade ou menos da metade dos inscritos. Portanto, procurarei ser rápido.

O Supremo tem sido, nos últimos anos, em nosso País, realmente, aquele defensor e o garantidor daquilo que expressa a nossa Constituição. O povo brasileiro ainda convive com muitas mazelas, embora o Direito esteja garantido lá na nossa Constituição como direito à saúde, direito à segurança, direito à educação. Mas ainda falta efetividade em muitos cantos deste País. Ainda há muita desobediência constitucional. E o senhor está sendo escolhido para ser um daqueles 11 discípulos que vão defender os mais de 200 milhões de brasileiros, defendendo e mantendo esses direitos que a nossa Constituição realmente tem pregado e que lá estão garantidos.

Professor, o senhor tem defendido publicamente o ativismo judicial, com ideias como a do papel dialético do direito de promover a emancipação e de que a constitucionalidade das regras deve se alterar de acordo com as mudanças da sociedade. Isso a gente aprende no curso de Direito, nas primeiras aulas de Direito. Sou médico por formação, mas também me bacharelei em Direito.

E pela força criadora dos fatos, certamente que a nossa Constituição não pode ser imutável, e de fato ela não tem sido, e deve acompanhar as mudanças sociais. Por outro lado, ela é o fundamento da nossa ordem jurídica, emanada do povo, como aqui já foi dito, por meio dos nossos legisladores eleitos. E dela se espera toda e qualquer estabilidade.

Eu pergunto, Professor: Como Ministro do Supremo, caso o senhor venha a ser escolhido... E vou guardar essa palavra aqui do senhor "vinculante". Sua fala nos garantiu aqui que ela é vinculante. Eu acho que, durante todo este dia, pode ter certeza, muitas dúvidas estão sendo tiradas. Não veja isso como ruim. Eu vejo isso como extremamente salutar – volto a repetir. Então, como Ministro do Supremo, caso o senhor venha a ser escolhido, de que maneira pretende promover o ativismo judicial sem comprometer a segurança jurídica? De que maneira o senhor pretende promover tal ativismo judicial sem desrespeitar o Poder Legislativo nem invadir a sua legítima e precípua função de legislar?

Eu também tenho consciência de que o Congresso tem sido ausente em muitas questões. Não pela vontade de uns, mas com certeza pela vontade de muitos que não concordam com determinadas mudanças ou reformas.

Então, parabenizo-o aí pela insistência, pela persistência. E antes de finalizar a minha pergunta, quero aqui, Sr. Presidente, Senador José Pimentel, dar o meu testemunho e dizer que esta reunião está sendo diferente até na forma de presidir. Fui um crítico ao iniciar a reunião, dizendo que deveria ter sido obedecida a ordem de chegada. Permaneço com esta crítica, porque ela é construtiva, e volto a sugerir aquilo que foi dito aqui pelo Senador José Agripino: já que a gente está tão moderno, especialmente com a tecnologia da informação, que seja obedecida a ordem de chegada. Isto é direito em todo canto do mundo, e aqui tem que assim ser firmado.

Agora, faço um elogio da maneira de conduzir, deixando que cada um se manifeste – lógico, com a limitação temporal –, mas que o sabatinado responda individualmente e tenha direito a essa tréplica. Então, aqui a minha crítica foi feita de forma construtiva. Mas faço um elogio a essa outra maneira realmente de condução. E não vejo nenhum malefício e nenhuma dúvida de que, caso necessário, a reunião fosse mudada para amanhã, de que seria realmente diferente de qualquer outro resultado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra, o Prof. Fachin.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Senador Eduardo Amorim, muito obrigado pela intervenção de V. Exª. São três os pontos centrais, e em homenagem, se V. Exª me permitir, à brevidade do tempo e à objetividade com a qual V. Exª tocou nos temas, irei tentar ferir diretamente os três pontos.

Começando pelo primeiro – todos os três obviamente relevantes –, que trata da questão da efetividade das regras, da necessidade de obediência e cumprimento, nós temos claro isto como imperativo, acredito que nenhum de nós disto divergirá, e o seu diagnóstico também me parece correto, ou seja, tem-se uma percepção segundo a qual as decisões judiciais às vezes demoram para serem efetivadas. Imaginemos hipóteses de credores legítimos que muitas vezes levam anos para realizar o seu crédito, ou de um cidadão que precisa começar uma demanda na pequena comarca do vosso Estado, ir ao Tribunal de Justiça do vosso Estado, ir ao STJ e finalmente ao Supremo Tribunal Federal, mais de uma década posterior. A sensação de inefetividade que se tem é evidentemente não apenas latente, mas real.

Como nós podemos enfrentar isso? Eu acredito que há alguns mecanismos importantes para enfrentar isso, e em todos os Poderes.

No Poder Executivo, por exemplo, nós precisamos colocar em questão o volume das demandas e dos processos que são judicializados e criar, quem sabe, filtros, em face dos quais o Poder Executivo contribua para acelerar e, obviamente, não aumentar a morosidade do Poder Judiciário.

No Poder Legislativo, comandos que não têm eficácia contida me parecem também bastante relevantes, porque, quando uma norma constitucional ou uma lei complementar nos diz que tal matéria será explicitada nos termos de legislação futura, essa forma de eficácia contida também abre um debate: é de execução imediata ou não é?

Mas o mais importante é no Judiciário, ou seja, como dar o sentido de efetividade do regramento para que, de fato, as leis e as regras sejam efetivamente cumpridas. Nisso a decisão judicial, além de ela resolver nos conflitos interindividuais o caso concreto, ela precisa conter também uma eficácia didático-pedagógica para todos, ou seja, na medida em que o Poder Judiciário emite uma mensagem de obediência legislativa, de obediência ao comando legislativo, isso se espraia na sociedade.

E é assim que nós também vamos ter, advindo dos três Poderes, um contributo, uma contribuição para que todos nós na sociedade também possamos debater, debatamos algumas alterações culturais que nós temos no sentido de que nós também, no nosso cotidiano, nos nossos afazeres, todos os cidadãos precisam cada um fazer a sua parte para reclamar que o Estado faça a parte dele.

Portanto, eu diria que, em matéria de efetividade, há deveres legislativos, executivos e judiciários e também de todos nós, como cidadãos. O cumprimento da regra não pode ser destinatário de um prêmio, deve ser a normalidade das coisas da vida, desde a obediência a um sinal de trânsito até a obediência a uma regra constitucional. Eu acho que esse é o nosso grande desafio.

No tocante ao ativismo a que V. Exª faz referência, os limites do que eu tenho defendido, numa dimensão prospectiva, é uma interpretação atualizadora do texto constitucional, mas não legislativa no sentido de inovadora. Eu tive a oportunidade de dar um exemplo, ao qual eu vou tomar a liberdade de me reportar, que é a questão, por exemplo, da incidência da imunidade tributária sobre livro e papel; isso está na Constituição. É preciso que o Judiciário faça uma interpretação atualizadora para saber se esse meio físico ainda se mantém e se o objeto jurídico da tutela era aquela figura e não necessariamente o meio físico, mas isso está contido dentro de uma racionalidade sistemática e não constitui uma atividade que desborde do sistema jurídico. Porque o que eu tenho dito e defendido é que o juiz deve, obviamente, usar a sua capacidade mental para formular o raciocínio de lógica dedutiva para chegar a uma conclusão, mas ele deve encontrar essa solução dentro do sistema jurídico; as soluções precisam ser intrassistemáticas. E nisso, no meu modo de ver, pode haver um papel importante do juiz, mas é evidente que nesta dimensão o juiz não pode nem deve legislar.

Por último, no tocante a um desdobramento desta pergunta que diz respeito a V. Exª, esses espaços que eventualmente deixam uma certa lacuna na formulação legislativa, ou seja, em determinado momento, o Poder Legislativo poderia ter emanado uma dada lei sobre uma questão de família, uma questão tributária ou, eventualmente, uma questão previdenciária.

Do Poder Judiciário não emana lei. Está o Judiciário autorizado a suprir esse vazio legislativo? A regra, a resposta é negativa. A hipótese excepcional é do mandado de injunção nas hipóteses que a Constituição autoriza, e pronto, ou seja, é preciso, portanto, ter um limite, até porque, no debate dessa questão, é preciso eventualmente debater se de fato há mesmo essa que é denominada por alguns de mora legislativa. Às vezes, a inércia do legislador é também uma opção legislativa. Não estou dizendo como regra. Portanto, estou apenas contextualizando para evidenciar que esse vazio, como regra geral, não deve ser ocupado pelo Poder Judiciário.

Eram as percepções que tinha a dar a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Para tréplica, Senador Eduardo Amorim, aliás, para réplica.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Obrigado, Sr. Presidente.

Prof. Fachin, como disse, essa sabatina é diferente e começou também diferente. Quero aqui dar meu testemunho. Começou diferente com a humildade de V. Sª ao andar de gabinete em gabinete para se apresentar, para trazer seu currículo, não bastasse a relatoria do Senador Alvaro Dias. Mas, nós, que não somos paranaenses, que somos do Nordeste, eu mesmo, não o conhecíamos. Que o senhor mantenha, caso seja escolhido, o mesmo diálogo com este Parlamento, com esta Casa, com a mesma humildade com que o senhor realmente se apresentou.

Acho que esse é um momento diferente. Que aprendamos todos com esse momento, porque o País passa por um momento extremamente difícil. Não é só uma crise fiscal e uma crise econômica que está nos atingindo. Para mim, é muito mais grave do que isso. É uma crise ética, é uma crise moral, sobretudo no zelo e no cuidado com a coisa pública. É isso que o povo disse e foi às ruas manifestar. Já não suportam a carga tributária perversa e o pouco retorno por parte do Estado.

Caso o senhor seja escolhido, realmente não se esqueça disto: de manter o diálogo permanente com as instituições, com os outros Poderes, mantendo a mesma humildade com que o senhor se apresentou aqui para todos nós.

Volto a dizer, esse é um momento diferente. Oxalá, daqui para frente, sejam diferentes também outras sabatinas e a maneira como as conduzimos. Acho que ganhamos todos nós e o povo passa a ter mais transparência em todos os nossos atos.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pois não, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Sr. Presidente, só uma questão de informação. Quantos oradores ainda estão inscritos?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – A leitura, Senador... como estão se inscrevendo... Vão falar 54. Estamos com 34 inscritos. Portanto, a Mesa está preparada para...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Sei que V. Exª está preparado, e nós também.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – É nosso dever.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Agora, queremos dar uma sugestão. Quem quisesse falar, tudo bem, já que V. Exª está preparado para ficar até 2 ou 3 da manhã, e, amanhã, chegaremos às 10h para a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Nós não tivemos a Ordem do Dia de hoje exatamente para ouvir os nossos Pares e ouvir o arguido. Portanto, vamos dar continuidade...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – E a votação, como se dará?

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Vamos dar continuidade.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Sr. Presidente, a votação está prevista para...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Nós só teremos votação após o término da arguição. Enquanto houver Senadores para se inscreverem...

Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Desculpe-me, Presidente, mas o senhor não foi atencioso comigo.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Mas eu fui quando V. Exª estava falando.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Não. V. Exª me deu uma resposta evasiva. Isto não pode acontecer com o Presidente e com um colega que sempre o tratou com a maior delicadeza.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Vamos continuar ouvindo os inscritos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Gostaria de saber se há possibilidade de fazer a votação hoje, de madrugada, ou amanhã, às 10h. Isso eu gostaria de saber. Muitos Senadores estão me perguntando também.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Vamos continuar ouvindo nossos Pares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Está bem. Obrigado.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Sr. Presidente, só para um esclarecimento. A intenção não é outra senão fazer algo racional. O bom senso, quando grita, fala sempre muito alto.

O Presidente da Casa, o Senador Renan Calheiros, já anunciou, através da imprensa, que a votação, em plenário, do nome do Prof. Fachin – sendo ou não aprovado, o julgamento final é do Plenário – só ocorrerá na próxima terça-feira. Portanto, nós temos tempo hábil. A única justificativa que teríamos para ficar aqui até meia-noite, até uma hora, até duas horas da manhã... Na Assembleia Nacional Constituinte, Sr. Presidente, eu participei de sessões que foram encerradas às 4h30, às 5h. Isso, para mim também e para ninguém daqui, é problema.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Mas ainda são 18h20.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Eu sei, eu sei.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Vamos ouvir o Senador Jorge Viana.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Vamos, vamos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Muito obrigado.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Eu vou concluir, Senador Jorge. Pode ter a certeza de que concluo em 30 segundos.

Apenas para dar ciência a V. Exª e ao Plenário desta Comissão que o Presidente Renan Calheiros já anunciou que a votação em plenário ocorrerá só na próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Muito obrigado.

Com a palavra...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – E preocupa-me o quórum para deliberação na CCJ.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria cumprimentar os colegas Senadores, mas especialmente o professor, titular de Direito Civil da Universidade Federal do Paraná e advogado, Prof. Luiz Fachin.

Eu estive aqui pela manhã. Como Vice-Presidente, tive uma série de atribuições. Acompanhei do meu gabinete. E queria cumprimentar V. Sª pela maneira sincera, objetiva, direta, transparente nesta Comissão, que, neste momento, é a mais importante Comissão do Senado, que tem a responsabilidade constitucional de fazer as sabatinas de autoridades.

Eu fiquei impressionado, Professor. Eu já o conhecia, já tinha tido a oportunidade de ter uma conversa privada, quando o senhor, inclusive, também abriu seu coração e suas convicções, de ver a sua história de vida, ver o seu conhecimento sobre a matéria que estamos apreciando, que é a indicação de uma autoridade para compor a mais alta Corte de Justiça do País. Mas acho que também foi muito corajosa a sua atitude de dar absoluta transparência, respondendo objetivamente a todos os questionamentos feitos por Senadores. Começou com o meu colega, Senador Aloysio Nunes, que foi Ministro da Justiça, que é, para mim, um dos grandes Senadores desta Casa e que faz a argumentação com muita propriedade. Mas confesso que V. Sª, na minha percepção de ouvinte, de observador, se mostrou à altura dessa indicação.

Eu estou convencido, primeiro, de que o que nós estamos apreciando aqui é parte do nosso ofício. Sacrifica V. Sª, aos nossos colegas que estão aqui fazendo um almoço improvisado, e mesmo o meu. Eu não almocei hoje, fiz um lanche com barra de cereais e algumas frutas no meu gabinete. Suspendemos a Ordem do Dia, combinado com o Presidente Renan, a pedido do Presidente desta Comissão, para que a prioridade do Senado, hoje, seja este Plenário.

Mas eu queria dizer que as respostas, o posicionamento de V. Sª sobre os temas nos fazem chegar a uma conclusão, com todo o respeito a alguns que não estão discordando, talvez – eu vou pegar por esse caminho –, da indicação de V. Sª e que fazem, como é prerrogativa nossa, os questionamentos mais duros, mais diretos. Mas eu estou certo de que, pelo que eu ouvi de argumentos, inclusive pela imprensa, V. Sª não pode ser colocado em outra dimensão que não essa que eu, modestamente, tento apresentar. V. Sª não pode ser penalizado pelas qualidades, pela firmeza, pela transparência e pelas posições que têm.

Faz muito tempo, eu não estou aqui há tanto tempo, mas fui governador, acompanho a vida do Senado, que, com todo o respeito aos demais, não via uma pessoa tão qualificada, tão preparada, tão gente, para ocupar uma função tão nobre de Ministro de Supremo como eu estou vendo hoje aqui. Isso vem do fundo do meu coração e das minhas convicções.

Queria fazer duas pequenas observações que são importantes. Eu sou autor, porque o senhor esclareceu inclusive esse ponto a que vou me referir com muita transparência e firmeza, de uma PEC, Proposta de Emenda Constitucional nº 26, de 2014, que tenta modificar a Constituição e deixar bem claro, na minha percepção, que não pode ter, cumulativamente, o exercício da carreira de Procurador de Estado com a advocacia privada. Eu, inclusive, conversei com V. Sª e ouvi a sua opinião no privado, falando: "Essa foi uma motivação. Eu saí para poder ser só advogado". Só que eu já tinha apresentado, antes dessa polêmica, ou desses questionamentos, uma proposta, e essa proposta tem agora, e eu pedi nesta Comissão, o Relator, o Senador Aloysio Nunes, que é Procurador do Estado de São Paulo, porque eu quero deixar na Constituição bem claro. Mas hoje não está colocado assim. Está para quem compõe, para os que são membros, no caso da Advocacia-Geral da União, advogados da União, Procuradores federais e Procuradores da Fazenda, e estou estendendo para todos os Procuradores. Eu acho que isso é importante para o País. Jamais teríamos uma polêmica como essa.

Esse é só mais um informe para a Casa.

Mas queria ouvir a opinião de V. Sª sobre essa minha iniciativa de PEC para aclarar isso na própria Constituição e um outro tema.

Me choca, como brasileiro, como cidadão, a maneira como ex-Ministros do Supremo, mesmo cumprindo a quarentena ou não, porque a quarentena não atende às minhas convicções, saem do Supremo, hoje, e, amanhã, estão dando pareceres que custam R$800 mil, R$700 mil. Depois de terem exercido uma das funções mais importantes do País, ocupando a Presidência do Supremo – e eu não vou aqui nominar –, vão compor escritórios de advocacias famosos do País, mas eu sei, eu sou ex-governador, que a gente não deixa de ser ex-governador. Aonde eu chego, eu sou tratado como ex-governador. Quem ocupa um cargo na mais importante Corte do País e preside essa Corte, quando chega a um Estado, a um Município ou a qualquer ambiente, é tratado como uma pessoa que ocupou aquela função pública tão nobre. Na minha opinião, um Ministro, um ex-Ministro do Supremo desenvolver advocacia depois, independente de quarentena ou não, é algo que cria uma desvantagem para outros advogados, cria uma situação que, no meu ponto de vista, influencia,quando nada, nas relações.

Eu gostaria de ouvir um comentário.

Eu estou preparando uma PEC que proíbe que quem ocupe os tribunais superiores faça advocacia privada, porque, na minha percepção, isso é um pouco privatizar uma função pública. É a minha opinião.

Eu gostaria de ouvir um comentário de V. Sª sobre essas duas matérias que têm acolhida, que devem ser acolhidas na Constituição e que eu estou, modestamente, sem conhecimento jurídico, mas apenas do conhecimento da vida, tentando apresentar.

Mas mais uma vez, eu agradeço a V. Sª a aula que deu de Direito, de Constituição, de respeito aos Poderes, especialmente uma aula sobre vida. V. Sª é um cidadão brasileiro que saiu da roça e, hoje, está aqui nos passando ensinamentos, e, o melhor, para a juventude, para os jovens, para todos neste País, dando o melhor exemplo de que esse Brasil precisa tanto: um exemplo de vida.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o Prof. Fachin.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Senador Jorge Viana, agradeço, penhoradamente, as manifestações de V. Exª. Espero que eu seja merecedor, mesmo, dessas bondosas referências que V. Exª acaba de fazer. Se o destino e o Senado me aprovarem neste procedimento, eu tenho certeza que vou honrar essa deferência que V. Exª acaba de destinar a mim, com essas palavras que me sensibilizo.

Nas suas duas questões, que se referem a duas iniciativas legislativas, o que emerge, segundo a minha percepção, é, antes de tudo, a valorização do espaço do Legislativo, precisamente para tomar atitudes dessa natureza.

Começando pela segunda. É aqui mesmo, aliás, a emenda constitucional que acaba de ser promulgada elevando a idade da aposentaria aos 75 anos, a expressão que se tem é que é uma expressão do Poder Legis-

lativo dizendo: "O modelo normativo da fixação desse parâmetro, que é a faixa etária, segundo a vontade do Legislativo, está indicado para essa direção." E para onde indica V. Exª especialmente nessa questão atinente à quarentena?

Eu quero dizer que subscrevo as suas preocupações. Como cidadão, como professor, subscrevo essas preocupações. É claro que não podemos, em algumas circunstâncias, deixar de considerar que alguém tem uma vida útil que possa prestar no serviço, mas é preciso colocar limites. Essa quarentena elastecida é um elemento, seguramente, de um aspecto não apenas jurídico, mas que também está no plano ético, no plano moral da atuação perante os tribunais. E todos nós, quando começamos a atuar, percebemos isso. Ou seja, os jovens advogados que começam a atuar sabem das agruras quando enfrentam circunstâncias como essa a que V. Exª se referiu.

Portanto, estou de acordo com o sentido e o alcance desse tipo de limitação, que, obviamente não pode tolher a vida produtiva que eventualmente alguém venha a ter. Mas isso significa dizer que esse modelo de entrada nos tribunais superiores e sua saída deles precisa ser objeto de um repensar nesta Casa Legislativa, porque, ao fixar, por exemplo, um mandato, é fundamental saber o que será feito depois desse mandato.

E outra coisa: a idade mínima para acessar as cortes superiores. Eu, obviamente, não tenho nenhum elemento contra todas as pessoas que preenchem todos os requisitos constitucionais. Agora, é da ambiência do Poder Legislativo discutir esses requisitos para saber, afinal de contas, nessa tripartição dos Poderes que implica a escolha dos ministros integrantes das cortes superiores, o que o Poder Legislativo deseja e almeja eleger como perfil.

O mesmo se diga em relação às proibições. O Legislativo federal é mesmo uma espacialidade, porque, como tenho sustentado, até em conta da objeção que foi levantada, a competência é mesmo do Legislativo federal. E acho que a proposta de sua parte encontra eco nesse sentido.

Permitam-me registrar, claro, que a maior parte – não tenho o dado quantitativo exato dos Estados brasileiros – não vai nessa direção atualmente, mas os senhores, como Senadores, são representantes da Federação. E esse é o lócus para que esse debate seja feito.

Portanto, eram as percepções que tinha a dizer a V. Exª. Ao final, eu reitero, mais uma vez, meus sinceros agradecimentos pela manifestação.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Para a réplica, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Bem rápido, até para ajudar no andamento dos trabalhos.

Eu também ouvi, ao longo do dia, e sei que V. Sª tem uma vida tão extensa e tão intensa e, às vezes, se pega em algo que V. Sª escreveu, falou há 20, 30 anos. Eu acho que é assim que deve ser uma boa sabatina para quem vai ocupar uma função tão nobre: a de julgar a nós todos, à percepção do que temos de mais precioso na vida do País, que é a Constituição.

Mas eu queria que os brasileiros que nos estão vendo, ouvindo e acompanhando soubessem quantos livros V. Sª escreveu. Eu queria que o senhor comentasse um pouco sobre quantos livros escreveu ao longo desse tempo, porque expor-se tanto como o senhor se expôs sobre tantos temas variados... Às vezes, alguns que almejam ou tentam ajeitar a condução de sua vida tentam esconder uma coisa aqui ou ali. Mas quem escreve – e sei quantos foram – a quantidade de livros sobre tantos temas complexos como V. Sª escreveu não é porque está querendo organizar alguma coisa que o leve a um futuro marcado, mas é alguém que está procurando dar a sua contribuição.

Eu queria que o senhor falasse um pouco da inspiração. Por que escrever tanto? Por que compartilhar tanto as suas convicções, as suas opiniões ou até as suas dúvidas com todos nós, brasileiros?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Concedo a palavra ao Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Obrigado, Presidente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC. *Fora do microfone*.) – Eu só queria, pela ordem, se pudesse, fazer como os outros. É rápido. É um assunto específico. Eu sei que o nobre Senador Ataídes, certamente, tem outros temas, mas eu gostaria de ouvir isso, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Para a tréplica, o Prof. Fachin.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em homenagem à questão que foi traduzida numa pergunta cujo resultado, a rigor, deveria ser uma quantificação, quero dizer a V. Exª que escrevi, nesses trinta e poucos anos, mais de duas dezenas de livros, boa parte individualmente, outra parte em coautoria, até porque coordeno, há mais de 15 anos, um projeto de pesquisa que reúne várias universidades brasileiras. E, por isso, também, tenho quase duas centenas de textos e artigos publicados.

E, sobre a pergunta, digamos assim, de caráter até mesmo existencialista que V. Exª faz neste momento, confesso que sempre segui as lições de grandes educadores, dentre eles um grande professor que o Brasil aqui teve, que foi Rubem Alves, segundo o qual, para conhecer a alma, é preciso expor e expor-se. E sempre levei em conta que o aprendizado nasce dessa exposição, e, quando não se escondem as ideias, ainda que eventualmente polemizadoras e controvertidas, quem se expõe aprende.

De certa maneira, tenho feito isso no quotidiano, também, com os meus alunos, dizendo que todos somos mesmo passageiros desse processo de educação, onde aprendemos todos. É claro que eu tenho missões, como dar informações técnicas e corretas, mas estudar e escrever não é apenas informar; é formar e formar-se. Por isso, talvez, a tinta da caneta tenha-me acompanhado nesses anos todos, quiçá com uma prodigalidade que, de algum modo, pudesse, eventualmente, ser mitigada para, quiçá, mitigar também algumas das questões.

Mas sinto-me bem assim, porque não acho que semeei em um solo que não seja fértil. Todo esse debate é muito importante, muito fértil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Concedo a palavra ao Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Dr. Fachin, respondendo aqui ao nosso nobre Senador Jorge Viana, isso é bíblico. Tudo que Deus nos dá com abundância, nós temos que retribuir. Imagino que esses 40 livros sejam uma retribuição que Deus lhe deu do saber.

Dr. Fachin, inscrito em 16º lugar, eu já reformulei as minhas peguntas por três vezes, e eu não quero aqui agora cometer uma figura de linguagem, um pleonasmo: repetir as perguntas, subir para cima, descer para baixo. Mas eu vou ver com muito carinho as notas taquigráficas desta sabatina, realmente, até então, de muita valia para todos nós e para o povo brasileiro.

Eu vou diretamente, porque já se passaram longas horas, e percebo que todos já estão um pouco cansados, até o nosso Presidente. Vamos direto aqui. Quando V. Sª foi procurado e indicado, alguém do Governo o convidou para uma entrevista? Essa é uma pergunta.

A segunda pergunta, Dr. Fachin. Temos hoje mais de 100 milhões de ações na Justiça brasileira. O maior cliente é o Poder Judiciário Brasileiro, nós sabemos disso, e o Estado, seja por conta de sua omissão sistemática na prestação de serviços públicos, seja por conta de sua intervenção como agente econômico. É uma situação insustentável.

Pergunto: que solução legislativa pensa V. Sª que poderia ser adotada para combater a crescente disfuncionalidade da prestação jurisdicional?

Outra pergunta: estou colhendo, Sr. Fachin, assinaturas neta Casa para que procedamos a uma ampla reforma que visa a dar mais autonomia à Justiça Eleitoral. Entre outras medidas, estão a extensão dos mandatos de dois anos para quatro anos, sem possibilidade de recondução ou estabelecimento de vedações quanto ao exercício da advocacia pelos empossados nos tribunais eleitorais, que é de dois anos para quatro anos. Gostaria de ouvir o que V. Sª acha desta nossa propositura, de dois para quatro, sem recondução?

E a última, Dr. Fachin: de quem deve ser, na opinião de V. Sª, a competência para uniformizar o entendimento sobre as matérias constitucionais acerca das quais o Supremo Tribunal Federal não reconhece a existência de repercussão geral?

São essas, Sr. Presidente, as perguntas que gostaria de fazer ao Dr. Fachin. Durante toda esta sabatina, acompanhamos pelo gabinete o largo conhecimento jurídico de V. Sª, sua equanimidade, sua humildade, sua história de vida pessoal; realmente é fascinante. O povo brasileiro e este Congresso estão tendo esta oportunidade de conhecê-lo. Isso é muito bom.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Concedo a palavra ao Prof. Fachin.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Senador Ataídes Oliveira, muito agradecido pelas quatro questões que V. Exª acaba de formular e também pelas palavras que me destina. Agradeço também por essa deferência que vem da bondade do coração de V. Exª, que também compreende a transcendência das coisas da vida e enxerga para além da materialidade imediata aquilo que o quotidiano nos reserva. Agradeço sobremaneira também nessa perspectiva.

Quero dizer, em primeiro lugar, objetivamente, que não fui entrevistado. Recebi um convite e, como desafio, o aceitei e aqui me encontro. Foi exatamente dessa maneira que as coisas se passaram. E, ademais, nem mesmo julgaria muito legítimo que houvesse esse tipo de, digamos assim, escrutínio prévio. Acho que essas funções pressupõem um currículo e uma apresentação que antecede o convite, que, por si só, devem falar. Portanto, foi nessa medida que as questões se passaram – direta e objetivamente, digo a V. Exª.

Quanto à prestação jurisdicional e à celeridade, Senador Ataídes, aqui vamos comungar desta angústia que hoje aflige a todos os homens e mulheres de bem neste País, de todos os que estão nos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, que se preocupam com uma resposta jurisdicional mais célere. E nós temos tentado diversos mecanismos: juizados especiais, mecanismos de filtro da subida de recursos para as cortes superiores. Aqui mesmo no Supremo Tribunal Federal, súmula vinculante; controle concentrado com um conjunto de efeitos para diminuir, a partir de um certo sobrestamento de processos, e, obviamente, decidir milhares de processos que, às vezes, se encontram nos tribunais. No âmbito do STJ, o mecanismo dos recursos repetitivos, que são repetitivos pela dimensão da controvérsia ou também pela quantidade de recursos. Pode ser uma coisa ou outra; aqui, há uma disjuntiva: não há necessidade de que haja um volume, mas que a questão seja representativa de controvérsia.

Nós tentamos muitos mecanismos, mas ainda quem está lá recebendo as consequências dessa dificuldade de obter uma prestação célere não sentiu esses efeitos. Nós precisamos certamente recolocar esse tema para debate e algumas propostas concretas. Entre elas, no meu modo de ver, é preciso que valorizemos, na ambiência do Poder Judiciário, sobremaneira, o juiz de primeiro grau.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – É a PEC dos recursos na versão atual.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Perfeitamente. O Senador Aloysio Nunes Ferreira acaba de colocar exatamente o ponto central dessa matéria, porque, com essa avalanche recursal – digo isto com todo respeito –, o juiz de primeiro grau acaba sendo um rito de passagem para se chegar ao tribunal do Estado. Mas, de preferência, já se tem em mente um paradigma do STJ ou do Supremo para fundamentar a petição inicial.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP. *Fora do microfone*.) – E o Tribunal do Estado também é um rito de passagem.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – E o Tribunal do Estado acaba se convertendo..., especialmente agora, quando já não se terá mais o filtro – não terá, assim que acabar a *vacatio legis* do CPC – de admissibilidade, quer do recurso especial, quer do recurso extraordinário. Portanto, há sugestões e alternativas para isso: valorizar o juiz de primeiro grau. Esse é um caminho importante que se deve ter.

A questão da Justiça Eleitoral. Esse lapso temporal, Senador, deriva evidentemente de uma opção legislativa. Como, de dois em dois anos, nós temos de modo alternado o sufrágio, tem-se pensado que esses dois anos, na verdade, implicam uma presença que, alternadamente, pode ou não se repetir. Mas essa é uma opção de política legislativa. Os quatro anos podem ser interessantes até mesmo para dar estabilidade à orientação que venha emergir da Justiça eleitoral.

Não tenho opinião formada sobre isso. É a primeira vez que reflito sobre o tema, mas entendo que a racionalidade que informa a bienalidade está um pouco vinculada à periodicidade dos sufrágios que nós temos nas diversas formas eleitorais.

Quanto à competência, sei que o tempo vai-se esvaindo, mas o senhor tocou num ponto importantíssimo. A quem cabe uniformizar as questões constitucionais que o Supremo Tribunal Federal entende que não têm repercussão constitucional? Essa é uma questão relevantíssima, não só do ponto de vista da técnica jurídica, mas do ponto de vista das consequências práticas. O mecanismo da repercussão geral, quando aplicado na sua dimensão mais filtrada, é a questão constitucional de repercussão geral. Ou seja, pode haver uma questão constitucional, como a sua pergunta argutamente percebeu, diante da qual o Supremo Tribunal Federal não reconheça nela a repercussão geral. E daí advém a sua interrogação: a quem cabe uniformizar matéria constitucional quando, desde o Superior Tribunal de Justiça para as cortes dos Estados, a temática da competência é infraconstitucional?

Portanto, a interrogação aí se coloca. E evidentemente alguém, o tribunal, há de fazer e adotar esse procedimento, se não for o próprio Supremo a repensar esse tema. E a inflexão que tenho visto e lido no Supremo Tribunal Federal é a de manter a filtragem. Ou seja, questão constitucional de repercussão geral; e não repercussão geral de questão constitucional. E isso obviamente significará uma delegação implícita ou tácita muito provavelmente ao Superior Tribunal de Justiça.

São as ponderações que tinha a oferecer a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Para a réplica, o Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Eu só quero agradecer, Sr. Presidente, ao Dr. Fachin pelas respostas e dizer que estou satisfeito pelas perguntas e pelas respostas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Sr. Presidente, Prof. Fachin, nós já estamos com sete horas de sua sabatina, e tudo indica que, no mínimo, teremos outras sete horas. Desde agora, a sua sabatina já é a mais longa sabatina de um candidato a Ministro do Supremo dos últimos 20 anos. É candidato a ser a mais longa sabatina, quem sabe, de toda a história republicana, dentre aqueles que passaram pela CCJ e passaram pelo Senado. Eu acho bom que seja assim.

Quero lembrar que, no período que estou na CCJ – eu e o Senador Aloysio, desde 2011, no início dos nossos mandatos–, já passaram por aqui quatro candidatos a Ministro do Supremo: o Ministro Fux, o Ministro Barroso, a Ministra Rosa Weber e o Ministro Teori Zavascki.

Ao Ministro Fux – e lembro que aqui eu estava com o então Senador Pedro Taques – eu questionei o procedimento de sabatina naquele momento, quando inclusive se abriu o processo de votação enquanto as perguntas estavam sendo feitas.

Eu acho que nós avançamos no processo do Senado. E é importante destacar – eu concordo com isso – que o Senado não pode ter um mero papel homologatório. Cabe ao Senado, como diz a Constituição, arguir, sabatinar e votar aquele que é indicado como candidato a Ministro do Supremo Tribunal Federal. Aliás, eu acho que este processo – a Presidente indica, o Senado sabatina e vota, depois o Supremo Tribunal dá posse – é o processo que mais bem indica o sistema de freios e contrapesos do nosso regime republicano.

Quero saudar V. Exª, porque passou por várias sabatinas até chegar aqui. Eu sei muito bem disso. Têm sido processos de sabatinas, e esta está resultando na mais longa sabatina da história. E eu tenho certeza e espero que a sabatina e a aprovação de V. Exª passarão para a história do Senado e para a história do Supremo.

Antes de fazer as perguntas – muitas delas já foram respondidas por V. Exª –, quero só apresentar alguns argumentos que também podem, no decorrer do processo de V. Exª, ter sido indicados.

Sobre sua eventual vinculação política, lembro que, só do período da redemocratização até aqui, nós tivemos pelo menos uma dezena de indicações de políticos para o Supremo Tribunal Federal. Senão vejamos: Célio Borja, em março de 1992, que tinha sido da banda de música da UDN e que tinha sido Deputado Federal e Parlamentar pela Arena e depois pelo PDS; Paulo Brossard, eminente jurista, Senador pelo MDB, eleito pelo Rio Grande em 1974, um dos melhores ministros que o STF já teve; Francisco Rezek, que havia sido Ministro de Relações Exteriores do governo do Presidente Fernando Collor, depois foi indicado Ministro do STF; Maurício Corrêa, filiado do PDT, que se elegeu em 1986 Senador pelo Distrito Federal e depois foi Ministro do STF.

Só para citar aqui alguns nomes.

Paradoxalmente, o nome de V. Exª vem aqui com um consenso da comunidade acadêmica, um consenso na comunidade jurídica e um dissenso na comunidade política. Isso me leva a acreditar que as resistências aqui são mais de ordem política do que quanto à competência de V. Exª e do currículo de V. Exª.

V. Exª é o nome ideal em um momento difícil, em um momento político de turbulência em nosso País.

Diante disso, Prof. Fachin, só para..., aliás, ainda em relação a isso, de várias notas que eu poderia destacar em apoio a V. Exª, eu queria só destacar duas: uma, aos que alegam sua relação com o Movimento dos Sem Terra...

(Soa a campainha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – V. Exª tem uma carta de recomendação aqui da Sociedade Rural do Paraná, além de quase unanimidade dentre os membros do Supremo Tribunal Federal.

Diante disso, Prof. Fachin, eu queria fazer apenas duas perguntas, visto que as demais aqui... Havia uma sobre direito de propriedade, e V. Exª já a dirimiu aqui, repetidas vezes. Eu queria fazer duas perguntas a V. Exª: a primeira, sobre a participação popular no Judiciário. Nós sabemos que a nossa Constituição funda em nosso País uma democracia semidireta, participativa. Assim é o que diz o parágrafo único do art. 1º da Constituição. Entretanto, essa participação popular tem sido pouco sentida no Parlamento.

Então, pergunto a V. Exª: qual a sua posição sobre o incremento da participação popular no Judiciário no dia a dia?

Pergunto, ainda, como o senhor avalia o grau de permeabilidade do Poder Judiciário – seus juízos, tribunais e órgãos administrativos.

E, sobre as formas de controle social também sobre o Judiciário, se é que já existe esse controle social: pode ser aprimorado?

E pergunto ainda qual é sua posição sobre eventual proposta de alteração da sistemática de composição dos tribunais para uma que contemple a eleição direta de seus membros pela população, proposta de emenda constitucional que, inclusive, tramita aqui, no Senado, e tramita na Câmara.

A primeira pergunta dessa natureza foi sobre participação popular. A outra pergunta é a seguinte: a posição, lamentavelmente, do nosso sistema processual penal é de manter direitos aos privilegiados e prender

os mais pobres. A exceção disso me parece que foi agora, recentemente, a Operação Lava Jato. A pergunta que eu lhe faço: como inverter isso, tornar o que é exceção como regra?

São as minhas perguntas, Sr. Presidente, para o Sr. Fachin.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Concedo a palavra ao Prof. Fachin.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Senador Randolfe Rodrigues, pela intervenção de V. Exª, pelas considerações, que agradeço muito pelas observações que faz acerca desse processo e deste procedimento a que estou me submetendo, obviamente, com a satisfação pessoal de estar aqui vivenciando, junto com V. Exª e com V. Exªs, essa travessia que poderá, eventualmente, no exame a ser feito, se for o caso, pela vontade majoritária dos Senadores, levar à aprovação.

Sobre os três ou quatro pontos que V. Exª toca, permita-me auferi-los, juntando o primeiro com o terceiro. Quanto ao aspecto a que V. Exª se refere, a participação, tomo a liberdade de expressar o meu sentimento, segundo o qual a espacialidade da participação direta ou através de mecanismos de representação é, antes de tudo, a espacialidade do Legislativo. Isso significa, no meu modo de ver, que modelos de participação também, como temos na nossa Constituição, a exemplo do plebiscito ou do referendo, nessa espacialidade do Legislativo, são extremamente importantes, e isso corresponde a um modo não apenas de expressar a vontade do povo por meio de seus representantes, mas também direta e imediatamente nesse tipo de procedimento.

Em relação ao Poder Judiciário, parece-me que há um estágio importante, que é o estágio desse debate *interna corporis*, ou seja, o modo pelo qual são escolhidos os dirigentes dos tribunais. Como V. Exª bem indicou, há um debate sobre o procedimento. Há associações de classe que defendem, há também posicionamentos em sentido divergente sobre o procedimento de escolha por uma eleição direta de todos os magistrados da cúpula diretiva dos tribunais. Confesso a V. Exª que não tenho uma opinião absoluta ou formada sobre esse ponto. Creio que a transparência e a democracia são fundamentais, mas também me parece que é preciso tomar um certo cuidado, e não estou dizendo que seja o caso, mas estou dizendo um certo zelo, para que determinadas disputas eleitorais que são próprias da espacialidade da política não se projetem para dentro da espacialidade do Poder Judiciário. Essa é uma preocupação que eu tenho e que tomo a liberdade de manifestar com sinceridade perante V. Exª.

Sobre o ponto atinente à questão do controle, ao qual V. Exª se refere, permito-me dizer que a Emenda Constitucional nº 45, de 2004, e todos os efeitos que ela trouxe, todos os debates que, obviamente gerou, trouxe, no seu bojo, a criação do Conselho Nacional de Justiça, que, obviamente, não tem a sua atividade imune ao debate, imune ao diálogo e também, às vezes, imune à controvérsia. No entanto, de um modo geral, eu estou entre aqueles que entendem que a criação do Conselho foi um passo adiante, que não afeta a imparcialidade do Judiciário.

Essa função administrativa e correicional foi, aliás, chancelada pelo próprio Supremo Tribunal Federal. Portanto, nessa medida, tenho para mim que estamos avançando. Acho que temos dado passos importantes, e um desses exemplos está na criação do Conselho Nacional de Justiça.

A última questão suscitada por V. Exª diz respeito a essa percepção em face da qual o destinamento da persecução penal e do aprisionamento acaba sendo direcionado para determinados segmentos da nossa sociedade, que, eventualmente, não gozam de uma proteção, e são os mais vulneráveis, do ponto de vista econômico e financeiro. As estatísticas têm indicado nessa direção.

Agora, estou também entre aqueles que, nada obstante entendam ser importante termos mais presídios e mais modos adequados de aprisionamento das pessoas que precisam ser retiradas do convívio social – evidentemente, há numerosíssimos casos em que solução outra não há que pena privativa de liberdade, não apenas pena restritiva –, mas, ao lado disso, tenho para mim que a criminalidade, que encontra suas raízes em múltiplas manifestações, também encontra necessidade de um debate sobre a formação da criminalidade, especialmente um debate que leve em conta destinar os nosso jovens para uma educação técnica, para uma formação laborativa; que os nossos jovens tenham também um estímulo de associação, o associativismo, a participação em associações desde a tenra idade. Isso significa uma integração social, ajuda a moldar o caráter, ajuda, evidentemente, a realizar um conjunto de tarefas que o Estado, sozinho, não pode – quiçá nem deva: é parte também da sociedade, é nossa parte participar dessa integração e da realização dessas tarefas.

Então, eu diria a V. Exª que comungo das suas preocupações. A ressocialização tem levado, não raro, à reincidência. Subscrevo as suas preocupações e também entendo que a Justiça não deve, em hipótese alguma, privilegiar ou sancionar quem quer que seja pela sua condição econômica. Ela precisa ser imparcial, independente e aplicável a todos, independentemente do seu estrato social.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Dispenso a réplica, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Obrigado.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, que desiste.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Caro Presidente, Senador José Pimentel, cuja energia está-se revelando agora nesta longa jornada, eu queria cumprimentar o Professor Fachin e o seu Relator, Senador Alvaro Dias, bem como os nossos colegas Senadores.

Sei que muitas questões, Professor, já foram abordadas aqui, e a nossa agenda é, às vezes, desumana dentro desta Casa: temos de transitar no plenário, nas comissões temáticas, apresentar relatorias e estar também aqui numa sabatina, como disseram vários Senadores que me antecederam, talvez a mais longa e talvez a mais importante do ponto de vista do exercício da responsabilidade que todos os Senadores e as Senadoras têm, numa sabatina com este grau de relevância.

Retomo aqui alguns temas. Desculpe-me a posição, talvez seja mais a jornalista do que a Senadora; depois de 40 anos, a gente não perde o vezo. Por isso, quero recuperar um texto de V. Exª, que foi aqui, talvez, mencionado algumas vezes, de 1987. O senhor fez algumas reflexões sobre reforma agrária, mas, lá pelas tantas, o senhor escreve o seguinte, sobre a Assembleia Nacional Constituinte, que era – abre aspas, texto seu: "O ideal de uma Constituinte livre, soberana, exclusiva e autônoma, em que os Constituintes foram convocados a legislar em causa própria (...) e que o Congresso Constituinte foi uma fórmula muito distante das reais necessidades e reivindicações da grande maioria da população" – fecha aspas.

Além disso, o senhor usou adjetivos considerados ideologicamente depreciativos, se é que se pode dizer, para se referir à Constituinte, classificando-a como "de cunho conservador, mitigada e autoimolada em sua soberania e liberdade" – fecha aspas.

Eu queria só lembrar, Professor Fachin, que, dos Constituintes que fizeram aquela Constituição de 1988, muitos estão aqui, e um deles é o seu Relator, Alvaro Dias. Entre outros... Não era, Senador Alvaro?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Ora, mas aqui estão outros Senadores, outros Senadores... Então, eu informo errado. Mas outros Parlamentares eram Constituintes: José Serra; Agripino era Constituinte em 1988? Era, Agripino; Raimundo Lira, está aqui, do meu lado; Cássio Cunha Lima, do meu lado; Rose de Freitas e vários outros Senadores. E, independentemente de o seu Relator não ter sido Constituinte, muitos dos seus eleitores nesta Comissão o foram.

Então, eu queria perguntar se o senhor vê que os Senadores que participaram da confecção daquela Constituição de 1988 legislaram mesmo em causa própria e se acredita, por essa avaliação que o senhor fez, de uma Constituinte conservadora, se ela é uma Constituição eventualmente, ilegítima, dada a avaliação feita por V. Exª naquela oportunidade.

Então, como é nós vamos e como é que o senhor pensa..., porque parte dessa Constituição, feita, lá, em 1988, não foi ainda regulamentada; ainda carece de regulamentação.

Então, eu gostaria de ver se aquilo que o senhor escreveu lá, em 1987, em relação à Constituinte e em relação aos Srs. Senadores que integram esta CCJ... Ainda sobre a Carta de 1988, Professor Fachin, o senhor mantém o entendimento que teria expressado, teria no condicional – V. Exª confirma ou não – segundo o qual, abre aspas: "A lei é aquilo que o juiz diz ser lei, desde que esteja afinado com os bons propósitos". Neste caso, qual seria, para o senhor, a fonte ou a referência dos tais bons propósitos?

O senhor entende importante, para aperfeiçoar o sistema de prestação jurisdicional – eu vi que houve referência a isso ao longo da sua sabatina –, valorizar as decisões do Primeiro Grau da jurisdição? E, aí, para não ser muito longa, em relação aos direitos fundamentais da pessoa humana, o senhor entende que o direito à vida, assegurado pela Constituição como o primeiro dos direitos fundamentais, admite algum tipo de relativização frente às práticas de aborto, eutanásia e destruição de embriões?

Também, no Capítulo do Estado Democrático de Direito, considerando a previsão constitucional, como o senhor entende o Estado democrático de direito já referido aqui, várias vezes, e reafirmado?

Da liberdade, dos direitos e garantias fundamentais. Qual é a sua concepção sobre a natureza e a extensão da liberdade pessoal tutelada?

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Qual a sua compreensão, também, sobre a natureza e o limite da liberdade de expressão? E aí, reporto-me à minha condição de jornalista, dando não um valor essencial para todos, mas para quem vive da palavra e da expressão, sobre a relevância que tem esse tema hoje, motivo, até, de um debate, de um evento que tivemos na Câmara.

Então, faço e resumo esses questionamentos a V. Exª como uma singela participação de uma jornalista aqui e que teve a oportunidade de conhecê-lo quando visitou meu gabinete, como fez com todos os Senadores, para apresentar seu currículo e as suas pretensões e o que o senhor pretende fazer.

Então, é a minha modesta participação, Senador José Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Concedo a palavra ao Professor Fachin.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Senadora Ana Amélia, muito agradecido pelas questões que, obviamente, são argutas, tanto pela sua vocação jornalística quanto pelo papel importante que desempenha aqui no Senado. E, se me permitir, a elas irei diretamente, uma a uma, para tentar ofertar as respostas que posso oferecer.

Quando fiz o Mestrado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, tive o professor Tercio Sampaio Ferraz, professor da disciplina Teoria do Direto. E nós discutimos muito a formulação do significado, e isso foi anteriormente à Constituinte, da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, segundo três grandes pensadores que constituíam referenciais à época: Alf Ross, Herbert Hart e Kelsen.

Portanto, houve um debate nessa perspectiva, e a crítica que está nesse texto leva em conta as consequências desse debate acadêmico que nós fizemos. E a percepção da palavra que aí está, "conservadora", é porque, no debate que se levou a efeito, considerava-se muito importante a chamada Constituinte originária e não a Constituinte derivada.

E, portanto, o que se dizia – e foi a crítica que, à época, no grupo de trabalho do qual eu participei, subscrevi – era que a Constituinte derivada, na verdade, vinha com um conjunto de Constituintes que, de algum modo, conservavam os seus ideais e os seus programas. A expressão tem, obviamente, esse sentido. Claro que, muitas vezes, se usa a palavra "conservador" no sentido pejorativo.

Eu, aliás, muitas vezes, fui chamado por alguns segmentos que estão desse lado do meu braço na vida de ser conservador. Por outros, enfim... Isso depende, infelizmente, da percepção que se tem de um determinado momento e de uma dada circunstância.

Mas eu acho que conservar, às vezes, é a atitude mais correta e adequada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Presidente, eu gostaria de ouvir. Eu não estou conseguindo ouvir o Professor Fachin.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – São nossos pares, que já estão cansados.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Então, Senadora, sobre a expressão, quiçá um pouco forte, que aí tem do "legislar em causa própria", a crítica é exatamente a essa ideia de uma Constituinte derivada, porque, de algum modo, assim a Constituinte operou.

Então, quem sustentava uma outra formulação de Assembleia Constituinte tinha uma outra percepção, à luz e no contexto em que esses debates, à época, se realizaram. Mas, a partir do momento em que se começaram a formular os projetos... Inclusive, houve o anteprojeto da Comissão Afonso Arinos, que provocou toda uma celeuma, afinal de contas algum grupo de notáveis iria cerebrinamente trazer uma formulação de Constituição.

E era um trabalho extraordinário, mas a opção do legislador foi dizer: "Bom, nós podemos até levar em conta, mas vamos oferecer à Nação o pacto social que deriva do conjunto das percepções que forem carreadas àquelas diversas subcomissões que foram montadas".

E, portanto, naquele momento, houve muitos embates de diferentes visões de mundo. Mas, depois da vigência da Constituição, eu, seguramente, estou entre aqueles que entendem e têm defendido a importância da Constituição. Tanto é que eu, de há muito, subscrevo na minha disciplina a expressão Direito Civil Constitucional, precisamente para dar o sentido e o assento que a Constituição passou a ter. Ao contrário das antigas Constituições, que tinham o sentido apenas de organizar o Estado – eram, por isso, chamadas de Cartas Políticas –, a nossa Constituição é mais do que isso.

Ela é, na verdade, uma forma de transformar-se naquilo que regula todas as relações interprivadas. Por isso, tem um capítulo importante sobre a ordem econômica e tem regras que, evidentemente, se me permite só adiantar o tema, abrem espaço para a autodeterminação da liberdade individual.

A nossa Constituição, em alguns momentos, abre para uma presença do Estado e, portanto, de um feitio mais de Estado social. Mas, em outros momentos, que eu reputo extremamente importantes, abre esse espaço para a autodeterminação do indivíduo, que, tenho para mim, seja para onde nós devemos marchar. Ou seja, o indivíduo autodeterminado, a pessoa autodeterminada no seu espaço de liberdade, fazendo valer o juízo de oportunidade, desenvolvendo-se pessoal, social e economicamente e, se possível ainda, independentemente das amarras paternalistas do Estado.

Pois é para isso que talvez devamos migrar. Portanto, é nessa perspectiva que enxergo a questão específica da liberdade como espaço de autodeterminação e um espaço de integração negativa do Estado, que seja um espaço onde o Estado não deve imiscuir-se.

Mas nós temos algumas leis, às vezes, que são representativas; algumas emanações legislativas são representativas dessa presença do Estado e que podem até justificar-se. Proteção da criança e do adolescente. Eu acredito que aí está um tema em que o Estado legislador justifica a sua presença.

No entanto, em outros temas, como, por exemplo, a temática relevantíssima da liberdade de expressão, o Estado deve só estar presente para garanti-la; jamais cerceá-la. Portanto, é nessa medida que enxergo essa questão referida por V. Exª.

Quando me referi ao tema de que "o juiz deve agir com bons propósitos", posso ter sido um pouco influenciado pela minha vocação cristã de achar que todos devem fazer o bem, mas, em verdade, fazer o bem aqui significa, a rigor, limitar-se pela ordem jurídica. Acho que a expressão que usei não é obviamente de todo feliz, mas, na primeira parte da expressão, quando diz que o juiz edifica, no caso concreto, a norma, eu estou a dizer que ele apanha o enunciado normativo em abstrato, densifica-o no caso o concreto, mas ele não cria o enunciado normativo em abstrato. Ele densifica, concretiza uma norma que está abstratamente prevista no ordenamento jurídico.

Gostaria de subscrever enfaticamente o sentido que está na sua questão de valorização do juiz de Primeiro Grau, se é que eu a bem captei. Acho que esse é um dos importantes nortes que há exatamente para evitar que a jurisdição de Primeiro Grau tenha apenas uma consideração de passagem nos processos judiciais. É fundamental dar eficácia direta e imediata às sentenças, às decisões, sem violar – claro – o princípio da não culpabilidade, as garantias da defesa, especialmente no processo penal. Mas, nomeadamente no processo cível, nós precisamos dar doses de executoriedade cada vez maiores ao juiz de Primeiro Grau.

Sobre aborto, eutanásia e embriões, eu tive a oportunidade de manifestar-me e responder clara e objetivamente: eu defendo a vida, defendo a vida em sua dignidade e sou contra qualquer forma de interrupção que venha ocasionar um atentado à vida, seja o início, seja o fim.

Não desconheço que o Supremo Tribunal Federal julgou e autorizou a pesquisa em células-tronco embrionárias. Não desconheço que há bancos com embriões que são chamados – eu acho que a expressão até inadequada – de "sedentários", como se o embrião fosse objeto. Ele pode eventualmente não ser um sujeito, mas está no estatuto do humano e, portanto, especialmente quando se trata da vida, é preciso ter muito cuidado e zelo, pois se nós abrirmos essa porta, não sabemos em que isso eventualmente vai dar.

Eu entendo o Estado democrático de direito como a espacialidade onde se convive na divergência, obedecendo às regras do jogo, em que nenhum impõe ao outro a sua percepção, e são almejadas zonas de consenso. E é através dessas buscas que se alcança a projeção legislativa, e assim por diante.

Creio ter muito rapidamente, mas com a brevidade que talvez o momento sugira, enfrentando as suas questões.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Para réplica, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Dado o adiantado da hora, fiquei satisfeita com as respostas do Professor Fachin. Assim, contribuo para que haja um encerramento mais rápido...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Sr. Presidente, Senador José Pimentel; Sr. Relator, Senador Alvaro Dias; eminente Professor Fachin, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, cumprimento a todos.

Eu gostaria, em primeiro lugar, Senador Fachin, de fazer um registro. Como V. Sª sabe, sou também oriundo do meio jurídico e, ao longo das últimas semanas, tenho recebido uma grande avalanche de manifestações do meio jurídico em favor de V. Sª. Queria fazer este registro, porque são pessoas do nosso meio que de fato atestam sua competência, seu empenho, seu histórico.

E é, portanto, o registro que eu faço questão de fazer aqui em dever e lealdade à verdade.

Eu gostaria de iniciar as minhas indagações sobre um tema que tem sido aqui a minha bandeira número um. Trata-se do fortalecimento da Federação. V. Sª sabe bem que o tema "federação" hoje no Brasil lamentavelmente é um tema objeto de uma norma constitucional que, em tese, garante o modelo federativo, mas, na prática, a nossa Federação está obsoleta, decrépita, ultrapassada e mesmo muito enfraquecida. E cabe não só ao Poder Legislativo, ao Poder Executivo, mas sobretudo ao Poder Judiciário, sobremodo ao Supremo Tribunal Federal, dar a garantia do exercício pleno da autonomia dos Estados e dos Municípios.

Então, eu gostaria de indagar a V. Sª a sua percepção sobre o alcance e o limite da autonomia dos Estados e Municípios no modelo atual, sendo que também me preocupou. Permita-me aqui dar sequência ao que foi mencionado pelo Senador Aloysio Nunes na sua primeira indagação. V. Sª respondia àquela questão quanto ao exercício de sua função de procurador – abro um parêntese – ,sobre a qual eu pessoalmente acredito que não haja qualquer mácula, mas que coloca a possibilidade de a lei prevista do exercício das profissões, art. 22,

inciso XVI, estar em posição de supremacia quanto às constituições estaduais. Se fosse assim, os Estados não poderiam mesmo determinar, por exemplo, o regime de dedicação exclusiva para médicos, nem entrando na seara de advogados, porque também se trata da regulamentação das condições de exercício de profissões.

Então, a questão da autonomia federativa é muito delicada. E, hoje, qualquer menção, compreensão, interpretação dada pelo Supremo acaba ferindo o princípio federativo, levando a uma centralização excessiva muito danosa aos serviços públicos, a nosso juízo, pelo Brasil afora.

Ainda dentro da vertente dos serviços públicos, indago a opinião e a posição de V. Sª sobre a prestação de serviços públicos e políticas públicas com parceria privada, especialmente naquelas áreas onde tradicionalmente o Poder Público tem exercido ao longo das últimas décadas quase um monopólio. Cito, por exemplo, o sistema penitenciário. Mas poderia acrescer aqui outras áreas não sob o regime de concessão, mas, sim, sob o regime mesmo de parceria público-privada. Qual é a visão de V. Sª sobre essa inovação que vem da Europa, vem de outros países da América e que se está consubstanciando em uma realidade brasileira também.

Aproveito para introduzir – e estou sendo bastante rápido, sabendo do poder de síntese de V. Sª, e para não atrasar ainda mais – a questão da arbitragem, em que a experiência de V. Sª é extremamente valiosa. Com a nova legislação aprovada, felizmente, passamos a ter a possibilidade, que sempre defendemos, de a arbitragem também estender sua atuação ao Poder Público, ao setor público, porque, até então, sob o manto ou o escudo da indisponibilidade do Poder Público ou da supremacia do interesse público, nós não poderíamos fazer ali os acordos necessários nessa seara.

Então, indago de V. Sª, com sua experiência, como seria na prática, a visão de um magistrado, caso aprovado, para o tema relativo à arbitragem na área do Poder Público em assuntos de interesse público.

Queria acrescer também uma indagação quanto a um tema extremamente importante hoje no Congresso: reforma política. E a posição de V. Sª sobre um tema que já foi objeto no passado de apreciação pela nossa Suprema Corte, que é a cláusula de desempenho dos partidos políticos. Qual a visão que tem V. Sª sobre esse tema?

Quero acrescer, por derradeiro, outro assunto muito momentoso atualmente. E faço menção a ele, a despeito de não parecer num primeiro momento, assunto de competência do Supremo Tribunal Federal, mas imbuído da convicção de que, hoje, a nossa Constituição Federal atribui ao Supremo Tribunal Federal uma competência extremamente ampla, muito variada, que é o tema da terceirização. V. Sª considera que a distinção entre atividades-meio e atividades-fim, tão vocacionadas nos dias de hoje, na área do trabalho, ainda encontra amparo e viabilidade no mundo moderno do chamado Direito do Trabalho?

Desse modo, gostaria de submeter essas rápidas indagações a V. Srª, sabendo, é claro, que são temas diversos, mas que, no Supremo Tribunal, a competência ampla justifica a posição, especialmente pelo preparo e pelo conhecimento universal que tem o eminente e distinto Prof. Luiz Edson Fachin.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Concedo a palavra ao Prof. Fachin.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Prezado e preclaro Senador Antonio Anastasia, ilustre ex-Governador do grandioso Estado das Minas Gerais, muito obrigado pelas referências iniciais. Agradeço as seis questões diretas, objetivas, que revelam também a sua qualidade didática de professor para aferir direta e imediatamente os pontos vertidos

Começo, se me permitir, por aquela que, como já disse, mais de perto tem me tocado, que é esse problema do meu exercício profissional. Entendo que há uma espacialidade de coexistência de diferentes fins das normas. Não há um sobrepujar de uma sobre a outra. De algum modo, já tentei explicitar um pouco essa ordem de ideias.

Dito isso, gostaria de ferir esse tema, que é central na sua preocupação, que diz respeito ao fortalecimento da Federação.Tive oportunidade, não faz muito tempo, de, num debate sobre a questão das competências tributárias, fazer uma afirmação segundo a qual, no meu modo de ver, vivíamos um federalismo de ornato; ou seja, era muito mais um verniz federalista do que uma Federação na sua substância, porque, de certo modo, a distribuição das competências acabava não privilegiando precisamente onde se exercitam as competências, as atribuições mais rentes à população, que são os Estados membros e os Municípios.

É evidente que a União tem um papel importantíssimo agregador e mantenedor da unidade da Federação, mas a excessiva centralização que se tem – acho que esse é um debate que V. Exª bem localizou –, a rigor, atende por um modelo e um desenho normativo que, de algum modo, torna os Estados e Municípios extremamente dependentes de atitudes, condutas e comportamentos daquilo que ordinariamente se chama de Poder central. Esse é um problema substancial. A suscitação que V. Exª faz é de extremo relevo. A questão que está subjacente ou mesmo até explícita é: que papel pode o Judiciário desempenhar para que esse dilema que se vive, essa circunstância, obviamente, não se agrave?

Entendo que o papel primordial não é exatamente do Judiciário, mas ele também tem um papel a cumprir; ou seja, levar em conta que a Federação é a forma central de organização da República brasileira e que isso não é apenas uma proclamação formal do Texto Constitucional. É, na verdade, uma proclamação compromissória. Portanto, na interpretação e na hermenêutica constitucional, é preciso que tenha espaço para a valorização do princípio federativo, quando e se albergado no Texto Constitucional.

Era a observação sobre esse ponto.

A parceria que se pode e se deve realizar em relação à iniciativa privada. Vivemos um momento em que é preciso reconhecer espaços importantíssimos da iniciativa privada. A extensão desses espaços não é uma decisão do juiz, não é uma percepção apenas da academia. É mesmo uma percepção daquilo que advém do debate pelos representantes do povo brasileiro que, obviamente, emanam uma compreensão dos limites dessas possibilidades.

Sobre o exemplo que V. Exª cita, da questão penitenciária, é preciso registrar que, sem embargo de existir alguma oposição, há muitas experiências vitoriosas nessa área em outros países. Nesse exato limite de examinar essas experiências vitoriosas, não podemos obviamente desconsiderar esse tipo de possibilidade, porque a realização de certas políticas públicas pode dar-se diretamente pelo Estado ou, evidentemente, valer-se de iniciativa privada, ou seja, valer-se dessa parceria, que, ao fim e ao cabo, o propósito será atendido. O problema aqui é que o instrumento seja adequado e que a finalidade seja atingida.

Portanto, vejo esse tema numa dimensão teleológica. Ou seja, a finalidade é que é importante; o meio precisa ser adequado a essa finalidade de realizar um bom serviço de interesse público. E, nessa medida, vejo isso, obviamente, na direção que V. Exª toca.

Quanto à arbitragem do setor público, essa sempre foi uma grande discussão para os arbitralistas, porque havia aquela dicotomia do interesse disponível e do interesse indisponível. Afinal de contas, em que seara nós estamos? Em boa hora, veio a lei, e eu, obviamente, estou entre aqueles que subscrevem essa possibilidade. Não acho que estejam abrindo possibilidades de defesa do interesse público; ao contrário, é um meio legítimo de solução de controvérsias. Portanto, como eu disse antes, sou um entusiasta dessa forma de composição de controvérsias.

Quanto à questão atinente à reforma política, obviamente, V. Exª há de reconhecer que isso ensejaria um diálogo bastante verticalizado e mais alongado. Mas, entre os vários horizontes da questão que V. Exª traduz, há, evidentemente, a percepção segundo a qual a atividade dos partidos políticos ou mesmo a sua criação ou seus diversos movimentos estariam condicionados a certas limitações. Na Alemanha, usa-se a chamada "cláusula de travamento". Nós, aqui, usamos a expressão "cláusula de barreira" e outras circunstâncias.

Aqui, para não deixar passar o tema *in albis* – permita-me a expressão própria também do que V. Exª tem na sua área do conhecimento, bem como todos os senhores –, eu gostaria de manifestar que a Carta constitucional brasileira estabelece a liberdade da formação partidária. Portanto, essa é a regra geral. Agora, essa regra geral pode ser excepcionada? Em que circunstâncias essa regra pode excepcionada para que haja a sanidade do funcionamento partidário, para que nós tenhamos partidos que, efetivamente, sejam merecedores desse nome, partidos que tenham programas que ofereçam ao eleitorado um modo de realizar os afazeres do Estado, para que o eleitorado possa optar? Nessa medida, é preciso encontrar algum temperamento. Há legislação recente sobre esse tema. Esse tema também não foge do debate que está no Poder Judiciário.

Quanto à terceirização, em relação à dicotomia meio e fim, reconheço que ainda é uma dicotomia presente na teoria e na jurisprudência, especialmente dos tribunais trabalhistas. O Supremo Tribunal Federal, recentemente, já fez uma inflexão em outro sentido. E acho que precisamos ter a mente aberta para compreender estes tempos, sem que isso signifique uma proteção deficitária dos direitos, porque acho que isso ninguém almejaria. Mas, por outro lado, é preciso também que tenhamos a compreensão de abrir o debate e a espacialidade de compreensão dessas categorias no mundo contemporâneo, que não é o mesmo mundo do final do século XIX ou do começo do século XX.

Eram essas as observações gerais que eu teria a apresentar a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Para a réplica, tem a palavra o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Agradeço ao Prof. Fachin pelas respostas lúcidas e preparadas.

De fato, estou especialmente feliz quanto à defesa da Federação, porque é fundamental tê-la especialmente no Supremo.

Desse modo, eminente Senador José Pimentel, agradeço a minha oportunidade.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Sr. Presidente, sou um Senador de primeiro mandato, mas não me lembro de ter havido uma sabatina com mais de dez horas de duração aqui. Daqui a pouco, não será mais sabatina. Essa já é uma... Isso não existe! Acho que, nem na tortura, o cara passava dez horas dando depoimento da sua vida e dizendo o que ia fazer.

Então, faço um apelo aos Senadores. Estou fazendo um apelo, porque as perguntas são as mesmas. O Dr. Fachin pouco mais pode falar sobre algo que alguém já não tenha explorado ao máximo. Eu queria só dizer o seguinte: se há algum Senador inscrito, quero saber se ele tem a fazer alguma pergunta diferente daquelas que já foram feitas. Só estou fazendo um apelo.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador Omar, é um apelo. Eu compreendo.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Faço um apelo pelo seguinte: não acho justo uma pessoa chegar às 9h ao Senado, não sendo réu, e ficar por dez horas e meia aqui, parecendo que é um réu. Estão me entendendo?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Obrigado, Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Não, não é réu não.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Vamos fazer um apelo aos inscritos...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Porque se o sujeito é réu, é outra coisa.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Eu acho que está na hora... Não, eu acho o seguinte: não existe isso. Eu não estou aqui para defender, eu não conheço o Dr. Fachin. Eu estou aqui como um Senador igual aos outros.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Claro.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Mas eu não acho justo. Não é humano isso. Não é humano passar dez horas e meia sentado. Meu irmão, nem na época de escola, quando ficávamos de castigo.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Fica o apelo.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, para contraditar. Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Apelo não tem contradição. Não tem previsão regimental.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, V. Exª está sendo extremamente parcial.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador José Pimentel, eu observei com atenção e entusiasmo a manifestação da ágora, a intervenção do Senador Aziz, mas eu acho que um dos motivos do retardamento desta sabatina é o ruído provocado no plenário durante as perguntas e as respostas. Eu acredito que, a partir de agora, para maior velocidade dos trabalhos, nós vamos conseguir um relativo silêncio, para que o processo da sabatina transcorra com normalidade.

Senador Pimentel, a primeira coisa que me ocorre seria a utilização das perguntas e respostas desta sabatina pela internet, uma espécie de enciclopédia jurídica a ser incorporada pelo Google, por exemplo.

Senador, para Otto Maria Carpeaux, consenso era quando uma minoria significativa não era desprezada, não era afastada. No Paraná, nós conseguimos mais do que isso. A indicação do Prof. Fachin não tem consenso no Paraná. Ela atingiu a unanimidade – a unanimidade dos partidos políticos da Assembleia Legislativa, da Câmara de Vereadores, a unanimidade dos representantes dos tribunais. E essa unanimidade sai do Paraná e atinge toda a classe jurídica brasileira. E, pelo que vejo, estamos conseguindo aqui também, na Comissão, estabelecer um consenso em torno da magnífica indicação do Prof. Fachin para ocupar a vaga de Joaquim Barbosa no Supremo Tribunal Federal.

Não quero fazer perguntas. As perguntas feitas e as respostas me satisfizeram, mas quero aportar à Comissão duas informações. A primeira delas é verdade. Amigos do Prof. Fachin contrataram um blogueiro que havia servido à campanha da Presidente Dilma, mas amigos do Prof. Fachin contrataram também uma empresa chamada Medialogue, que foi a empresa que fez o monitoramento da campanha de Aécio Neves para a Presidência da República. Então, o que nós estamos vendo é que os amigos procuraram profissionais competentes da área.

Dada essa explicação, gostaria de esclarecer alguma coisa também sobre a advocacia do Prof. Fachin para a Copel no período em que fui Governador do Paraná.

Em primeiro lugar, a Copel é uma companhia mista em que o Estado sequer tem maioria das ações; o Estado tem pouco mais de 33%. Tem o controle porque tem 50% mais 1% das ações ordinárias. Nós tínhamos uma pendência com um grupo americano que construiu uma usina e que pareceu, ao meu governo, quando assumimos, que era um negócio incrivelmente ruim para o Paraná – para não dizer que havia sido um negócio extraordinariamente suspeito.

O Prof. Fachin foi contratado, e a empresa pedia R$5,4 bilhões para indenização. Essa questão foi para o tribunal arbitral da França, em Paris. O Prof. Fachin se manifestou inicialmente, o tribunal parou e, logo depois, diante dos argumentos da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, a empresa propôs um acordo, e nós compramos a usina a gás por R$400 milhões.

Foi um negócio simplesmente extraordinário, notadamente porque agora, com o problema da entrada das termelétricas e da subida do preço, só nesse ano que encerrou, a nossa Uega (Usina Elétrica a Gás de Araucária) faturou muito mais do que por ela pagamos naquele momento.

Eram esses esclarecimentos que eu queria colocar. Não coloco nenhuma pergunta, não preciso de nenhuma resposta e acredito que vamos avançar para o encerramento desta sabatina, fazendo, logo mais, a votação.

A Senadora Gleisi ia me fazer uma proposta agora. Confesso que é uma proposta que, normalmente, não me é simpática.

Prof. Fachin, sou autor da resolução que montou esse formato de sabatina para autoridades submetidas ao Senado. Sempre me irritei muito com antecipação de votação, mas estou na linha do Senador Aziz. Nós temos mais de nove horas de sabatina. Então, poderíamos, infringindo o que eu penso de uma sabatina rápida, adotar uma prática já comum no Senado da República e nas comissões: abrir a possibilidade da antecipação da votação.

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Fica, Presidente, como sugestão.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Estou transferindo a Presidência para o nosso Presidente José Maranhão.

Concedo a palavra ao Senador Benedito de Lira.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Dando as boas-vindas ao conterrâneo, Senador José Maranhão, eu peço a palavra pela ordem apenas para deixar desde já consignada a posição do PSDB, que tem sido radicalmente contrário ao que nos parece um absurdo; abrir a votação com a sabatina em curso. Isso aqui não é um faz de conta. Isso aqui não pode ser transformado numa brincadeira. É um desrespeito até mesmo ao sabatinado. Nós estamos diante de uma sabatina que está inquirindo, dando a conhecer de forma mais profunda o pensamento de alguém que está indicado para o exercício do cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Até mesmo em sabatinas outras, o PSDB tem-se manifestado contrário àquilo que nos parece um contrassenso: abrir a votação com a sabatina em curso. Nós não podemos aceitar isso. É um desmerecimento ao Senado Federal, é um desrespeito ao sabatinado, é uma desconsideração às instituições.

Acredito que, com o anúncio feito, há poucos instantes, pelo Presidente Renan Calheiros, de que a votação em plenário só ocorrerá no próximo dia 19, terça-feira, não há por que não suspendermos esta reunião neste instante, em respeito ao sabatinado, e a retomarmos amanhã.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Por que não? Não vejo qual a razão para isso. O Governo precisa entregar o pacote na mão da Presidente Dilma? O Brasil está nos acompanhando, senhores!

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – O Brasil quer, sim, continuar indagando o Prof. Fachin em relação a todos os temas. Nós temos ainda, pelo menos, mais dez, doze Senadores que têm o desejo de sabatinar o indicado. Por que o Governo quer colocar um rolo compressor em relação à Nação?

Aqui, nós queremos apenas deixar claro que poderia ser até compreensível o Governo tentar impor sua maioria de todas as formas se pudéssemos ter alguma chance de votação amanhã. Vá lá que seja! É da regra parlamentar, mas o Presidente da Casa já anunciou que a votação em plenário só ocorrerá na próxima terça-feira. Portanto, não tem lógica, não faz sentido expor o sabatinado, o Prof. Fachin, a mais três, quatro, cinco

horas. Eu digo desde já, Sr. Presidente: eu vou me reinscrever. Eu vou me reinscrever. Nós temos mais perguntas que precisam ser formuladas.

Por que essa falta de bom senso? Senadores, Senadoras, o que se pede é bom senso! A sabatina poderá ser concluída amanhã sem nenhum prejuízo, com a votação com quórum,de que esta Comissão precisa, e o Governo não estará derrotado se não entregar o pacote hoje à noite, que é a aprovação, até porque – repito e concluo, Sr. Presidente – a decisão em plenário ocorrerá independentemente do resultado da CCJ.

Então, por que não qualificar esse instante? O Brasil tem experimentado tantas mudanças positivas, o Brasil tem avançado tanto! O Prof. Fachin sempre teve uma postura progressista. Isso está construído no currículo dele. Por que não...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Presidente.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – ... fazermos aquilo que é o nosso dever, é nossa obrigação?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – O Governo quer porque quer levar... Vamos ficar até meia-noite, até 1 hora da manhã, até 2 horas da manhã.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Só o tempo, por favor, Sr. Presidente. Estou esperando uma questão de ordem, e há vários Senadores esperando para falar.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Vamos ficar o tempo que for necessário, não há problema.

Agora, para concluir, Sr. Presidente, recomenda o bom senso – clama, implora, grita o bom senso – que esta reunião seja suspensa e seja retomada amanhã, pela manhã, para que os Senadores possam fazer suas perguntas. O sabatinado está submetido a uma sabatina longa, exaustiva, a um esforço intelectual que é inegável. Assim, não haverá prejuízo do trâmite, do rito que está estabelecido pelo Presidente da Casa, que será a votação, em plenário, no dia 19. Fora isso, é apenas a vontade do Governo de entregar o pacote hoje com a votação, sem que ela seja necessariamente concluída na madrugada desta terça-feira.

A SRª MARTA SUPLICY (S/PARTIDO – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem, para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem, Senadora...

A SRª MARTA SUPLICY (S/PARTIDO – SP) – Eu gostaria de falar, Sr. Presidente...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sou eu ou a Senadora?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ... Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Só um minutinho.

Sr. Presidente, eu queria reforçar aqui o que propôs o Senador Roberto Requião, e não acho que, de forma alguma, isso seja aviltante a esta Comissão ou fora da razão. Não é razoável nós permanecermos aqui já com mais de vinte Senadores que falaram e que arguiram o nosso sabatinado, que tiveram respostas individuais... As perguntas estão sendo repetitivas. Abrir o processo de votação depois de dez horas de sabatina não é nenhum desrespeito ou desmerecimento ao Regimento Interno desta Comissão ou desta Casa, até porque não haverá prejuízo de continuidade para que os demais Senadores que estão inscritos continuem a arguir o sabatinado.

Agora, quem já tem convicção do seu voto pode já depositar o voto na urna. Não há problema algum. Isso não vai retirar desta Comissão seu poder, não vai entregar ou adiantar pacote nenhum; apenas vai ser razoável, pelo tempo que estamos aqui e com quem já tem convicção do seu voto.

Então, eu gostaria de fazer um apelo a V. Exª, porque é praxe nesta Casa que nós possamos abrir o processo de votação, e os Senadores que já estão convictos possam votar.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Sr. Presidente, essa prática só ocorre...

A SRª MARTA SUPLICY (S/PARTIDO – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senadora Marta Suplicy com a palavra.

A SRª MARTA SUPLICY (S/PARTIDO – SP) – O argumento levantado pelo Senador Cássio é o argumento da fadiga. Nós, aqui, estamos acostumados a ficar em votações até altas horas. Acho que, se temos de perguntar a alguém se continua com disposição, é ao sabatinado: se o Prof. Fachin se sente em condições plenas de continuar a sabatina até a hora que todos tivermos perguntado o que desejamos. E aos que querem se reinscrever, como o Senador Cássio, Caiado, que assim se manifestaram, nós vamos ter a votação no plenário, semana que vem, onde tenho certeza de que tudo que foi falado aqui será repetido ali, nos discursos que antecederão a votação.

Então, não vejo nenhum prejuízo a que essa votação seja feita hoje. Depende, unicamente, do sabatinado, que, realmente, está há dez horas aqui, e aí todos entenderemos se for necessário seja interrompida a reunião. Caso contrário, todos aqui estamos exercendo nossa obrigação.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Concedo a palavra ao Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu queria fazer uma sugestão. Estou aqui desde as 10h da manhã. Inscrevi-me, e parece que agora é a minha oportunidade, mas aí eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª está em primeiro lugar na lista de inscrições.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Pois é. Então, eu queria fazer uma sugestão: que todos os demais Senadores, do 21º até o 32º ou 33º, abdiquemos da inscrição, e vamos fazer a votação, porque o Prof. Fachin, no meu entendimento...

Se houver continuidade, as minhas perguntas são aquelas que ainda não foram feitas a ele. Mas eu abro mão da inscrição, para que possamos ter economia de tempo para o nosso sabatinado, e inclusive para alguns Senadores, para que não haja o risco de não termos o quórum necessário para votarmos ainda hoje, ao final desta reunião.

Então, eu queria fazer essa proposta. A todos os que estão inscritos...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Eu não aceito proposta nenhuma não, Sr. Presidente. Proposta rejeitada da minha parte.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Concedo a palavra ao Senador Caiado, para uma questão de ordem.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Pela ordem. Pela ordem.

Sr. Presidente, essa proposta é indiscutivelmente uma provocação aos que compõem esta Comissão e a todos os Senadores. Até porque nunca se viu, no momento em que estamos discutindo a indicação de um membro para o Supremo Tribunal Federal... V. Exª já imaginou a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal abrir autorização para que Senadores e Senadoras comecem a votar e que continuemos aqui a sabatina com o arguido? Aí, sim, é a total desmoralização da Casa.

A continuar como nós estamos, eu concordo cem por cento com o Senador Cássio: é desgastante. Não tem por que, e não existe no Regimento a obrigatoriedade de se concluir a votação no mesmo dia. O sabatinado está aqui desde as 8h da manhã. Nós iniciamos esta reunião às 10h da manhã, e é lógico que ele com um cansaço ainda maior do que o nosso.

Agora, essa tese de que tem que entregar hoje está onde no Regimento?

Se nós temos, amanhã, reunião da Comissão de Constituição e Justiça, V. Exª, como Presidente, poderá abrir tranquilamente pela manhã, encerram-se as arguições, as perguntas formuladas, e, logo em seguida, votaremos. Não haverá nenhuma dificuldade, faremos com que prevaleça o bom senso, em vez dessa posição de querer aqui alegar que nós estamos desgastando o arguido. Não! Pelo contrário, quem está impondo essa situação ao arguido – é importante seja dito – é exatamente o Partido dos Trabalhadores, sob a presidência do Senador José Pimentel, que não aceitou a proposta aqui feita pelo Senador Cássio Cunha Lima.

Por que alguém estaria extrapolando esse horário? Poderia ter sido encerrada exatamente às 6h da tarde. Foi o momento em que o Senador Cássio Cunha Lima usou da palavra e pediu: "É hora de nós encerrarmos esta reunião e iniciarmos amanhã pela manhã". Seria um processo extremamente respeitoso com o arguido, com todos os Parlamentares que aqui estão. Agora, temos esta situação que se transformou em verdadeira queda de braço.

Arguir e perguntar, os 81 Senadores têm essa prerrogativa. É uma prerrogativa do Regimento da Casa. Milhares de internautas, como muito bem lembrou o Senador Aloysio Nunes Ferreira... Até às 11h, eram mais de 250, Sr. Presidente. Agora já deve haver mais de duas mil perguntas formuladas.

Quer dizer, nada melhor do que fazer algo com que...

O sabatinado está fazendo questão de responder as perguntas individualmente, uma a uma, sem problema algum. Agora, não tem por que essa rebelião na base do Governo para querer entregar o resultado na tarde de hoje! A menos que haja algum *Diário Oficial* saindo ainda neste final do dia, entre 8h e 9h da noite.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Do contrário, eu peço a V. Exª – para concluir, Sr. Presidente – que realmente encerre esta reunião, e que possamos amanhã dar continuidade...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Deixe-me responder ao Senador Ronaldo Caiado, se V. Exª me permitir não interromper o Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Está bom.

Muito obrigado, Sr. Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu quero informar ao Senador Caiado que, ao consultar o sabatinado, ele me respondeu que faz questão de permanecer aqui respondendo às questões formuladas pelos Senadores. Então, não há problema sobre essa questão.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Ótimo! Muito bem! (*Palmas.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Sr. Presidente, eu tinha pedido...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Magno Malta, pela ordem.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Sr. Presidente, com todo respeito ao Senador Cássio, ao Senador Ronaldo Caiado, àqueles que estão propondo para amanhã, falando em desgaste físico do Dr. Fachin, que está sendo inquirido, eu penso que desgaste é deixar para amanhã. Quem está na chuva tem que se molhar. O Dr. Fachin estava preparado.

Eu nunca vi uma celeuma tão grande em torno do nome de alguém. Ele vem convivendo com isso já há 30 dias e sabia que este momento viria. Esta é uma reunião histórica, que tem que ser regra daqui para frente. O debate tem que ser este mesmo, longo, com o examinando respondendo um a um. Não pode ser cartorial, como disse agora o Senador Ronaldo Caiado. Ele está respondendo um a um. Então, vamos ficar tranquilos, porque amanhã continua.

Eu acho que desgaste, Senador Ronaldo Caiado, de coração, é não encerrar hoje. Vamos até o último orador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Convença o Omar. Eu estou tranquilo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Não, eu não quero convencê-lo, até porque eu não quero considerar esta fala, porque eu sou um Senador da República, estou aqui representando um povo. Eu também estou aqui desde 10 horas, e ninguém está aqui para expor ou ridicularizar o Dr. Fachin. Muito pelo contrário, nós estamos cumprindo o nosso papel. E a maneira serena como ele está respondendo é esse entendimento de que nós estamos cumprindo o nosso papel. Ele, certamente, um dia poderá dizer não para os microfones que ele realmente foi inquirido, diferentemente de outros que passaram aqui só para receber elogios. Então, ele está sendo inquirido.

Eu não vou abrir mão da minha inscrição. Eu sou o próximo. Aqueles que querem ou que não querem e querem abrir da mão da inscrição que abram, para que ande mais rápido, mas é preciso respeitar a prerrogativa do Senador.

De maneira que eu proponho que continuemos a reunião e que se encerre hoje, de fato, com todo respeito ao argumento do Senador Cássio.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agora, eu quero, na condição de Presidente, cuja função é também a de mediador, dizer que, se nós deixarmos de patinar em cima da mesma coisa, ganhamos tempo, porque não há mais discórdia aqui da parte de ninguém: todos querem continuar ouvindo o Ministro Fachin. E o Ministro Fachin se dispõe, como acabou de me afirmar, a atender a todos. Então, vamos prosseguir com a arguição.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente, para colaborar, por favor.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu gostaria que V. Exª... Se for para colaborar, não tem problema. Penso que não vai ser sobre a mesma coisa.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Não, não, vou fazer só duas sugestões: que o Regimento seja mais obedecido ainda no que diz respeito ao tempo a que cada orador tem direito e, segundo...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu vou cronometrar o tempo.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Exatamente.

E que V. Exª possa estabelecer um tempo para o encerramento para as inscrições.

É só.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pois não.

Quando eu cheguei a esta reunião... E até peço desculpas a todos os meus pares porque ontem eu não pude estar aqui. Já ficou aí até badalado demais na imprensa que eu estava com uma virose, e ainda estou. A virose terminou afetando o labirinto, e o meu clínico me pediu – eu estava na Paraíba – que não viajasse de avião com cabine pressurizada, porque agravaria muito. O Senador Ronaldo Caiado, que é médico, sabe disso.

Então, eu vim em um aviãozinho, um teco-teco, e, quando chegou a Petrolina, o avião deu uma pane. E eu fiquei o dia todo lá, naquele calor colossal, e só agora acabei de chegar.

O meu propósito era colaborar, como todos os senhores, com o bom andamento desse processo aqui. Eu acho que esse processo é um processo muito salutar para o Senado da República, porque está se provando que uma sabatina, na realidade, é um concurso de juízo de valor de quem indicado foi pelo Executivo. E os Senadores da República, até hoje, têm feito, com muita seriedade, essa sabatina, mas eu acho que também nós temos que ter espírito prático e a convicção de que ninguém aqui é muito mais hábil, ou mais inteligente, ou mais competente para não perceber que esse processo não pode passar apenas como um jogo político, como um confronto político, porque isso é muito mais do que um confronto político; isso é uma avaliação que tem um peso institucional muito importante.

Por sua vez, em poucos momentos – eu já fui Senador em outro mandato – alguém sentou aqui com a mesma disposição e, eu diria até, com a mesma humildade e os mesmos atributos para merecer um cargo dessa natureza.

O senhor me desculpe por estar elogiando V. Sª agora, o que nem deveria fazer, mas, como cidadão e como Senador, eu também tenho direito à minha opinião subjetiva.

Então, eu acho que a gente deveria conduzir esse processo, que já vem se alongando há tanto tempo, e, se existir alguém no Governo que esteja interessado em tocar isso a toque de caixa, que não sou eu, porque eu acho que esse processo é um processo muito sério, muito importante, sobretudo no momento que o País está vivendo, um momento muito grave... E ninguém contribuiria se quisesse alinhavar esse processo. Aliás, nunca se cuidou com tanto cuidado, com tanta vigilância de uma sabatina como se cuida desta que está ocorrendo agora.

Assim, eu queria dizer estas palavras para reafirmar o meu propósito de, como Presidente desta Comissão, fazer o máximo para que esse processo se desenvolva com toda lisura, com toda clareza e, sobretudo, com o propósito de informar, de informar a nós e informar também a opinião pública dos nossos passos aqui.

Está inscrito para falar em primeiro lugar o Senador Benedito de Lira, que já falou...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Sr.Presidente, eu não falei nada.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não falou como inscrito, mas fez uma apreciação.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – ... que não admitiram, mas eu tenho direito à minha vez.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Prof. Fachin, no início da fala do senhor o senhor me tocou profundamente: um vendedor de laranja está sentado hoje aqui, no Senado Federal, sendo sabatinado pela Corte Legislativa maior do País para chegar à Suprema Corte de Justiça da Federação brasileira.

Sem maiores delongas, eu vou fazer três indagações ao senhor.Nos últimos anos temos presenciado uma atuação proativa do Poder Judiciário, em especial do Supremo Tribunal Federal, que passou a protagonizar decisões sobre temas relevantes, muitas vezes envolvendo transformações no ordenamento jurídico. Qual a opinião do senhor sobre esse fenômeno e sua repercussão na relação entre os Poderes?

2. No mesmo sentido da questão anterior, o que o senhor pensa sobre sentenças aditivas, proativas, que, na prática, implicam adoção, pelo Judiciário, de normas genéricas, abstratas sobre a matéria em exame. O ativismo judicial beneficia o fortalecimento do regime democrático? O que dizer dessa atividade no âmbito de matéria cuja competência legislativa é exclusiva do Congresso Nacional?

3. Pelo que podemos verificar no currículo de V. Exª, sua vida profissional e acadêmica foi dedicada especialmente ao direito civil. As competências do Supremo Tribunal Federal, portanto, colocam V. Exª defronte a um universo jurídico bastante diverso e, podemos dizer, mais amplo. Esse fato nos remete a pelo menos duas questões: primeiro, qual contribuição, na visão de V. Exª, a perspectiva do jurista civilista pode oferecer à atividade jurisdicional do Supremo Tribunal Federal? Segundo, que novas exigências V. Exª entende que se lhe apresentam com a expectativa de uma judicatura no STF?

Estas eram as minhas considerações a respeito do professor e da sabatina a que ora ele se submete.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Dr. Fachin, para responder as indagações que foram formuladas pelo Senador Benedito de Lira.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Sr. Presidente, muito obrigado.

Exmo Senador Benedito de Lira, ao agradecer as questões, permito-me, pragmaticamente, tocar nos três pontos que foram versados por V. Exª.

Em primeiro lugar, quanto à proatividade do Poder Judiciário, é preciso reconhecer que, em algumas hipóteses, tem ocorrido, inclusive na ambiência do Supremo Tribunal Federal. É claro que o conceito de proatividade leva, na verdade, na percepção que estou a deduzir, a uma afirmação crítica, a um excesso de ativismo.

Nessa dimensão, é preciso, quiçá, perceber que, em algumas hipóteses, figuras jurídicas como a modulação dos efeitos na declaração de inconstitucionalidade e o fenômeno da chamada transmutação constitucional, que, em alguns casos, o Supremo poderá admitir, são figuras jurídicas que, não obstante possam contribuir para a previsibilidade, por exemplo, em matéria tributária para evitar que um determinado julgamento cause ao contribuinte, ao empresário, uma surpresa sobre um dado tributo que então não recolhia, porque o entendimento não era esse, e a alteração de entendimento implicaria, diante da prescrição tributária quinquenal, num recolhimento que poderia ser projetado para os efeitos do passado, essa modulação é importante. Mas com relação à modulação para o futuro é preciso sempre ter uma cautela, porque, nessa dimensão, tenho a percepção que o caminho mais adequado é o que se denomina de autocontenção do Poder Judiciário. Ou seja, o Poder Judiciário não deve chamar para si, especialmente a Corte Constitucional, a ambiência de produzir normas, a ambiência de produzir leis, exceto, em hipóteses excepcionais, como citei antes e permito-me reafirmar, o mandato de injunção nos temas específicos do cabimento do mandado de injunção. Mas isso também é um remédio com alguma excepcionalidade e seu uso até não tem sido frequente pelo próprio Supremo Tribunal Federal.

Portanto, quanto à primeira questão, eu diria a V. Exª que me inclino muito mais para um princípio de autocontenção do que para figuras jurídicas que podem, no caso concreto, prestar um serviço importante de estabilidade da jurisprudência, mas que, dependendo da forma com que forem aplicadas, poderão, na verdade, converter a atividade do julgador em uma atividade de um legislador positivo. E o Supremo é, sem nenhuma expressão pejorativa, o que, na teoria do Direito Constitucional, se cunha com a expressão de legislador negativo, ou seja, um intérprete da Constituição, de preservação da Constituição, não de produtor de norma de natureza constitucional.

A questão da sentença aditiva, de algum modo, está ligada um pouco a essa problemática, porque a sentença aditiva é, a rigor, o nome que se deu para essa atividade hipertrofiada do Poder Judiciário. Agora, em algumas circunstâncias, nós poderíamos, obviamente, admitir que há alguns problemas com os quais o Poder Judiciário se defronta, e nem me refiro ao Supremo necessariamente.

As questões, por exemplo, de fornecimento de medicamentos pelo Poder Judiciário. Hoje, está-se contentando em encontrar um equilíbrio entre o direito do cidadão, o direito à saúde, que, obviamente, também não pode ser prestacional de caráter integral, porque não há, obviamente, condições para atendê-lo. Há um sistema próprio que precisa ser observado, e, por outro lado, há as disponibilidades orçamentárias. Mas não é ilegítimo que, em certas circunstâncias, o Poder Judiciário tenha essa atividade.

Então, o que se denomina de sentença aditiva, a rigor, é preciso também ser visto com cautela, porque, no Estado democrático de direito, tenho para mim que a autocontenção do Judiciário e o respeito à espacialidade do Legislativo são os princípios mais relevantes. Só em caráter excepcional é que o Poder Judiciário pode ou deve agir.

Por último, agradeço a pergunta. Eu, de fato, sou professor titular de Direito Civil. Leciono Direito Civil desde o início da minha atividade profissional e tenho procurado, da vigência da Constituição para cá, lecionar o que nós denominamos de Direito Civil Constitucional, não só porque nós entendemos que o sistema jurídico como um todo é uma unidade, mas também porque entendemos que o conhecimento da normatividade constitucional é fundamental, tanto para as categorias de Direito Privado quanto para as categorias de Direito Público.

E creio que a contribuição que essa minha área pode trazer ao Supremo está, por exemplo, no plano dos direitos e garantias individuais, no plano dos direitos que dizem respeito à preservação da liberdade, aos espaços de autodeterminação dos indivíduos, e, do ponto de vista do Direito Penal e do Processo Penal, eu, que tenho essa formação que está na ambiência clássica do Direito Privado, por certo, estou entre aqueles que enxergam o processo penal como extremamente importante do ponto de vista da persecução e também da imposição de penas. Mas é fundamental que o processo penal seja visto antes de tudo como garantia daqueles que se defendem no processo penal, às garantias do direito do acusado, para que nós não invertamos, neste País, o princípio da inocência. E se, para isso, alguma decisão que, eventualmente, o juiz precisa tomar não seja simpática, o juiz não é candidato a ter a simpatia; o juiz é candidato a ter a companhia da expressão dos princípios constitucionais.

Portanto, para concluir, Sr. Presidente, apenas do ponto de vista da contribuição, tenho para mim que, a médio prazo – isto não se dará a curto prazo –, o Supremo deve, necessariamente, converter-se em Corte Constitucional, fazendo uma filtragem maior das suas atribuições. Esse é o destino que vejo para a Corte constitucional, matéria, aliás, que foi debatida na Constituinte, e, obviamente, permaneceu o atual modelo. Está a

se verificar que o caminho da formação da Corte Constitucional, também com algumas cautelas, para também não solapar certos direitos e garantias processuais...

Mas essa é a contribuição que, se lá chegar, eu posso dar para que, efetivamente, se marche nessa direção.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Benedito de Lira, para a réplica, se assim achar necessário.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Sr. Presidente, de minha parte, eu estou satisfeito com as manifestações e respostas que foram dadas pelo Prof. Fachin.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Magno Malta, pela ordem de inscrição.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exª descontasse do meu tempo, porque eu estou sendo perseguido por duas mulheres aqui, uma me mandando falar rápido e a outra dizendo que eu não podia falar mais, que quero falar mais do que os outros. Minha mãe passou a vida votando na Lídice lá na Bahia; agora minha mãe está morta, ela não precisa do voto mais e acha que pode me perseguir. Mas eu vou falar. Viu? (*Risos.*)

Dr. Luiz Fachin, esta é uma sabatina de fato, uma prerrogativa desta Casa, do Congresso Nacional. V. Sª, na sua fala de início, na sua apresentação, fez referência aos três Poderes e à vivência harmoniosa que propõe a Constituição. Eu estou neste plenário, é verdade que com a liberdade de sair e voltar que V. Sª não está tendo, tendo apenas o direito, de vez em quando, de ir ao banheiro, mas penso que V. Sª se preparou para este momento e sabe que seria uma sessão longa. E, para que não fiquem dúvidas, que ela seja longa, e que seja dessa forma, até para que neste momento – é um momento ímpar na vida do Senado uma sessão dessa maneira – se instale um momento novo nas novas inquirições que virão, porque, na verdade, alguns por aqui passaram para receber aplausos, e nós não tivemos, em alguns casos, o cuidado de tratar que a sabatina tivesse esse nível e que a sabatina tivesse essa profundidade, dando ao inquirido a possibilidade de ser inquirido de fato, para que ele possa falar de fato, para que, depois, as suas ações não sejam surpresas pra nós quando ele for juiz togado lá no Supremo Tribunal Federal.

A algumas questões que eu quero pontuar, e quero pontuá-las do meu jeito, V. Sª já respondeu de uma forma genérica, algumas de forma até incisiva, para algumas colocações e perguntas dentro desses temas que foram feitos. V. Sª, ao longo de sua vida, como advogado, como professor, foi instado a escrever, instado a repercutir, a prefaciar obras, temas que versassem sobre família. Portanto, ficou caracterizado, penso, pois, como Presidente da Frente da Família do Congresso Nacional, que congrega mais de 470 Deputados Federais e um pouco mais de 70 Senadores, não sei se 72 ou 73 Senadores, que somos de confissões de fé diferentes. Somos católicos, espíritas, evangélicos, alguns nada professam, mas acreditam em família no modelo de Deus, macho e fêmea, e nos juntamos para podermos ser resistência, propositivos e para não permitir essa avalanche que se tem levantado, os chamados contravalores, contra princípios de família numa sociedade absolutamente liberada e comandada pela discussão de meia dúzia que, em algum momento, quer se sobrepor a uma maioria brasileira que chega a 90%.

A partir deste momento, eu pontuo questões que são caras, questões que são importantes pra nós. Nós não temos, e o Código Penal...

(Soa a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Inclusive, com a vênia do Senador Jorge Viana, dos Líderes desta Casa, Senador Cássio Cunha Lima, Senador Aloysio Nunes, Senador Delcídio do Amaral, retiramos da mesa um código que seria votado hoje para que nós o discutamos mais, porque, se o nosso Código Penal vigente é velho, horroroso, decrépito, o novo que estão propondo, Dr. Luiz, é um jovem, um jovem equivocado, bipolar. O novo Código Penal é um jovem doido, desparafusado, que centraliza, aliás, chama para si os valores humanos, como se eles nada valessem. O humano nada vale. Ele coisifica. No novo Código Penal, o que vale são as coisas, não o ser humano.

Esse novo Código Penal, para entrar nessas questões com o senhor, diz o seguinte: se você for pego vendendo uma pena de pavão na feira, você pega cinco anos de cadeia. Se você cometer um crime de abandono de vulnerável – abandonou uma criança, abandonou o seu pai, com cem anos –, seis meses de cadeia. Lesão corporal, seis meses de cadeia. Mas, se der um tapa no cachorro, você pega sete anos. Ninguém tem que bater em cachorro, mas, se, um dia, um cachorro morder o senhor, bata no dono, porque pega só seis meses. Se você bater no cachorro, pega sete anos. (*Risos.*)

São propostas do novo Código Penal.

Olha que jovem despirocado, bipolar, drogado!

O novo Código Penal – o novo, porque eles criticam o velho – propõe a eutanásia. Ai de um cidadão de idade que tenha uma boa aposentadoria e um filho doido! Esse novo Código Penal propõe aborto. Esse novo Código Penal propõe casamento homossexual. É por isso que nós ponderamos, para rediscutir essas coisas, que são fundamentos. O País é absolutamente violento. Estamos numa discussão... Um dia, foi insana. Já chegou o momento em que estamos discutindo o sexo dos anjos com relação à redução da maioridade penal. É cláusula pétrea ou pode? Um dia não podia; agora já pode. É preciso discutir. Não discutir redução da maioridade penal por redução em si, porque redução em si, sozinha, não vai resolver nada. Muito pelo contrário, vai aumentar. Mas discutir uma proposta, uma saída.

O Governo é contra. Mas apresente a proposta, Governo! O Governo não tem proposta. Quem é a favor é a favor. Mas ser a favor como? É uma proposta que fica no meio do caminho, não resolve. É preciso buscar um meio-termo em tudo isso, porque a violência no Brasil é um bolo, e a redução da maioridade penal é uma fatia significativa, que é preciso ser discutida sem medo.

Por isso, esse Código Penal...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sem querer interrompê-lo, Senador Magno Malta, que, inclusive, está num dia muito feliz em colocações judiciosas, mas V. Exª já excedeu o tempo de prorrogação.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Então, deixe-me fazer a pergunta. Perdão. Foi um momento de fraqueza da minha parte. (*Risos.*)

O Código Penal precisa... Nós não temos o tipo penal homofobia. Eu pergunto a V. Exª: se não temos, o que é homofobia? Homofobia é quem quer matar, destruir. E eles banalizaram essa palavra na sociedade. Qualquer pessoa, você respeita o homossexual... Aliás, não sei se o senhor concorda comigo que a regra da boa convivência é o respeito. Eu o respeito, ele me respeita; ele me respeita, eu o respeito. Essa é a regra! Ponto! Valeu! Agora, se você não aplaude, você é homofóbico. Se você não faz coro, você é homofóbico. O que é homofobia, afinal de contas? Pergunto ao senhor: o senhor acha que as repetidas declarações públicas de líderes religiosos, de qualquer confissão, condenando a prática do homossexualismo com base na sua fé, na sua crença, o senhor considera essa prática e esses atos homofóbicos? Eu quero que o senhor esclareça seu entendimento sobre homofobia. E o senhor, na qualidade de julgador, me condenaria se eu dissesse que não aceito a prática da homossexualidade em lugar público, fora da igreja, com base na minha fé? Essa é uma pergunta.

A segunda é a seguinte: o instituto do qual o senhor é diretor, o Instituto Brasileiro de Direito de Família – que está na página 16 do seu currículo –, atuou formalmente no STF a favor do reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo. O senhor é favorável ao reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo como entidade de família? Acrescento aqui: foi o senhor – eu li uma informação e gostaria que o senhor me esclarecesse – que escreveu o texto que circulou aqui, no Senado, como projeto de lei de união de pessoas do mesmo sexo? É a minha pergunta.

Outra configuração familiar. O senhor que o STF tem competência para reconhecer outros tipos de família que não os expressamente previstos no Texto Constitucional?

Quarta coisa: a marcha da maconha... A maconha, droga, está na ilegalidade, é crime no Brasil. Eu presido a Frente Parlamentar contra a Legalização das Drogas. Aliás, retiro gente drogada das ruas drogado há 37 anos. É minha vida, é o que eu respiro, é a minha militância. Retiro das ruas de criança de tenra idade a gente de 70 anos de idade. Quando eles foram ao Supremo, a marcha da maconha foi autorizada com o seguinte texto do Ministro. O Ministro disse o seguinte: "É livre o direito de expressão. Se eles fizerem tudo andando quietinho, só com os seus cartazes, acompanhados pela polícia, sem baderna, não é crime, é livre expressão." Pergunto ao senhor: se um grupo de pedófilos, abusadores de criança, sair em uma passeata pacífica, com cartazes dizendo "abusar de criança é legal", "pai tem que abusar de filho", "sou pedófilo e gosto", com qualquer tipo de cartaz, mas quietinhos, com a polícia acompanhando, é livre expressão? É direito a livre expressão ou é crime? Se sequestrador fizer marcha, é direito a livre expressão ou é crime? Porque,quando o Supremo... Aliás, o Supremo não substitui Deus. Ele é a última instância do cidadão. É esta a compreensão que nós temos.

Se você tem uma maioria absoluta em uma democracia, que tem uma crença direcionada e que faz coro, mas uma maioria absoluta... O senhor disse que é contra o aborto. É uma pergunta que eu não preciso fazer, mas que faço para o senhor reiterar: o senhor disse que é contra o aborto. Pergunto ao senhor: o senhor é contra o aborto, cidadão Luiz Fachin. Amanhã, Ministro do Supremo, nós poderemos separar o cidadão católico das suas convicções? Podermos separar as convicções do cidadão católico das do Ministro do Supremo? Vamos que esta Casa, amanhã, vote uma barbaridade, porque foi a Corte Suprema dos Estados Unidos que aprovou o aborto, em 1970, e nos Estados Unidos se pode abortar com nove meses. A mulher chega para ter o filho e não quer ter mais. Ela entra, degola a criança, suga os braços, suga as pernas, um ser humano. Aqui, nós temos

que proteger tartaruga, e tem que proteger mesmo, porque ela tem direito a vida, para não acabar a espécie, mas podemos matar ser humano.

Pergunto ao senhor: na sua concepção, onde começa a vida? Aqui tem uma proposta para poder abortar com até 12 semanas. Doze semanas tem vida ou não? Eu estou perguntando ao cidadão católico de família.

Em seguida, pergunto: podemos separar esse cidadão católico de família das suas convicções depois da toga? V. Exª disse que tudo começa, tudo muda, e achei muito bonita essa expressão, a partir da toga. Quando você se torna Ministro, você passa a ser magistrado, mediador. Pois bem. V. Exª falou da harmonia entre os Três Poderes. Quando alguém é indicado pela Presidente da República para ser Ministro do Supremo, ele vem, vai aos gabinetes dos Senadores, bebe água, bebe café, conversa, conta a sua história, abraça, pede apoio, chama amigo... Depois que veste a toga, ele recebe o outro 15 minutos, em pé, num intervalo de sessão, e tem que estar acompanhado de advogado.

Pergunto ao senhor: isso é harmonia entre Poderes ou é desconfiança? Porque a classe política não merece confiança? Senadores são bandidos? Têm que estar acompanhados de advogado... Porque antes valia! Antes da inquirição. Uma coisa é um lado do balcão, outra coisa é o outro. Por que falo isto? Porque V. Exª falou exatamente dessa harmonia, em que eu também acredito, porque eu já votei aqui, já defendi aqui, já dei meu voto aqui, e, em seguida, fui recebido por 15 minutos, em intervalo de sessão, acompanhado de advogado, porque ele não pode receber só. Pergunto que harmonia é essa.

E, a partir da toga, essas questões que lhe perguntei e coloquei para o senhor... Encerrei com a questão do aborto. Eu gostaria que o senhor colocasse com claridade. São questões pontuais muito caras para a sociedade cristã deste País.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Para a sua resposta às colocações do Senador Magno Malta.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Senador Magno Malta, agradeço todas as questões que V. Exª aqui traduziu. Além de responder os seis pontos especificamente, eu gostaria, se tempo tivéssemos – paciência eu sei que teríamos –, mas aqui, obviamente, há uma determinada limitação para que possamos discutir exatamente esses temas, que têm me preocupado, que dizem respeito à coisificação do ser humano, à reificação do ser humano. Tenho defendido valores existenciais fundamentais. No projeto de pesquisa que coordeno na Universidade há alguns anos, essa é uma vertente de pesquisa. Portanto, teríamos muitos temas, mesmo acerca do Código Penal. Poderíamos, eventualmente, verticalizar o diálogo, até mesmo do ponto de vista dessa questão preliminar que o senhor coloca e que me permite dizer que, para mim não podemos, necessariamente, demonizar o velho e divinizar o novo. A vida não se passa assim.

Quando trabalhei, bastante intensamente, na Comissão de Ensino Jurídico do Ministério da Educação, muitas vezes ouvi algumas pessoas, e vou fazer um singelo comparativo, dizendo que os cursos novos não são bons, que os velhos é que são ótimos. Não é verdade! Não se pode, radicalmente, divinizar ou demonizar. A mesma coisa se passa em relação à lei. A lei nova precisa ser boa, não basta ser nova.

Então, do ponto de vista metodológico, subscrevo essa preocupação com V. Exª, subscrevo também a preocupação de não expor os jovens, pois é preciso proteger as crianças, inclusive de exposição pública, que, muitas vezes, se dá em publicações etc. É preciso ter a cautela de não expor, para ter determinados comportamentos, e estou de pleno acordo com V. Exª que é preciso respeitar. Mas não cabe nem ao Estado nem a ninguém estimular. É evidente que o respeito é fundamental, e estamos em pleno acordo nisso, mas, nessa dimensão, tenho para mim que determinadas categorias foram mesmo pensadas para os casais heterossexuais. Nesse sentido, é uma afirmação importante, sem embargo do respeito.

Portanto, haveria várias coisas, mas agora vou mais diretamente nas seis questões que V. Exª tocou.

A primeira é precisamente esta: estamos de acordo em respeitar o que é diverso. Evidentemente, cada um deve se manter na sua especialidade da autodeterminação, especialmente na sua esfera da vida privada, porque esta é outra questão importante.

No que diz respeito à manifestação de líderes religiosos que, hipoteticamente, afirmariam, como disse V. Exª, não aceitar a homossexualidade, se isso constitui ou não uma composição de elementos que poderia tipificar, hipoteticamente, um determinado delito, o que quero dizer a V. Exª é que, de um lado, tenho para mim que a Constituição diz claramente que somos uma sociedade sem preconceitos. O preconceito também tem outra diretriz que envolve a liberdade de crença e de expressão. Portanto, na ambiência da crença religiosa, tenho para mim que essa espacialidade é própria da crença religiosa. Eu não posso impor a V. Exª a crença que tenho desde criança e na qual acredito por herdar dos meus pais e porque também me conforta a alma. Mas a minha crença só tem o direito de existir na exata medida em que a crença de V. Exª também exista. E é nessa espacialidade do respeito que entendo que devemos prosseguir.

O Instituto Brasileiro de Direito de Família é um instituto nacional. Eu não integro a diretoria nacional, sou diretor da Região Sul – cada região tem um diretor –, não participo de muitas dessas deliberações, sendo que posso não estar de acordo com algumas delas. Eu poderia citar aqui, se tivéssemos tempo, a atribuição de direitos civis às pessoas. Obviamente, há uma inflexão minha...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Só para eu não me perder: com esta que eu perguntei o senhor está de acordo?

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – A resposta que lhe dei neste momento com a reflexão que tenho agora para afirmar é que a manifestação que é feita na espacialidade da crença, ou seja, na expressão da minha crença, no lugar onde expresso a minha crença, essa é uma espacialidade que tenho para mim que está no limite e dentro do limite da liberdade. Dentro do limite da liberdade. Na espacialidade pública, a nossa sociedade republicana é uma sociedade que veda o preconceito. É essa distinção que me permito fazer a V. Exª.

A questão dos direitos civis. Eu subscrevo os direitos civis. Evidentemente, não o projeto do qual V. Exª fala, que talvez seja o Estatuto da Família, que, eventualmente, tenha sido apresentado...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Não é.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Não?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – A informação é de que, quando V. Exª aqui esteve, cooperando com o Código Civil, V. Exª foi instado a escrever o texto que originou o projeto da união entre pessoas do mesmo sexo.

A SRª MARTA SUPLICY (S/PARTIDO – SP) – Senador, por favor, pela ordem.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Não, acho que não.

A SRª MARTA SUPLICY (S/PARTIDO – SP) – Senador, esse projeto é meu e ele não teve essa participação de escrever nada. Ele participou... Ele era um homem de extrema vanguarda e, antes de o Supremo ter se posicionado do jeito que se posicionou, exatamente 15 anos depois, por um receio das Casas Legislativas terem dificuldade em enfrentar esse tema tão polêmico, já se posicionava.

Acredito que a sua posição em relação ao espaço dentro das igrejas, que é diferente do espaço de televisão, onde o preconceito tem outro nome, vira outra coisa, é corretíssima. E há todo um esforço que foi feito nesta Casa para o combate à homofobia.

Acredito que as pessoas religiosas possam ter a compreensão de que, dentro do espaço de um templo, de uma igreja, fala-se o que a crença permite, o que a crença acredita, o que é a fé das pessoas. E isso tem de ser respeitado. E acredito ainda, tenho a esperança de que um dia possamos, nesta Casa, no Código Penal, inserir a palavra "homofobia", que foi retirada da comissão, o que foi um absurdo, porque lá existe preconceito de raça, preconceito por região, preconceito por nacionalidade e homofobia tem de entrar.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Só o meu tempo, viu, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu gostaria de fazer uma ponderação...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – A Senadora Marta, com todo o respeito...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ... aos oradores que já estabeleceram aí um debate paralelo...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – ..., usou dois minutos aqui e deu uma informação de que a gente não sabia.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ... para que obedecessem à relação, até em respeito aos demais colegas que estão aqui.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Não, não, até porque ela disse que ele cooperou com o texto dela.

A SRª MARTA SUPLICY (S/PARTIDO – SP) – Não! Não!

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – A senhora disse que ele foi chamado a cooperar e tal.

A SRª MARTA SUPLICY (S/PARTIDO – SP) – Ele se posicionou, ele se posicionou publicamente. O texto é da minha autoria. Não teve...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Ele se posicionou publicamente. A minha pergunta é a seguinte...

(Soa a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Eu também quero ver a palavra "homofobia" tipificada no Código Penal, não banalizada como ela está hoje. O que é homofobia? É quem quer matar, quer destruir, quer fazer alguém sangrar. Nada disso! Hoje...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Magno Malta, V. Exª falou quase 40 minutos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Não, mas a Senadora Marta...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Os outros Senadores querem falar também.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Desculpe, meu Presidente. Eu não estou perturbando nada. Eu estava no meu seguimento certinho. Ela entrou – e mulher você tem de respeitar –, e entrou sem dar seta. Ela entrou e eu a larguei falando. Ela tomou a palavra dele.

A SRª MARTA SUPLICY (S/PARTIDO – SP) – Eu entrei porque V. Exª está falando uma coisa que não procedia. Ele não escreveu nada naquele projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu sei do respeito especial que V. Exª tem às mulheres, mas V. Exª não está tendo aos demais.

A SRª MARTA SUPLICY (S/PARTIDO – SP) – Então, V. Exª está falando uma coisa que não é certa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Deixe-o continuar. Presidente Maranhão, era ele que estava com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Prosseguindo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Não, Senador Maranhão, ele não encerrou.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A próxima é a Senadora Fátima Bezerra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Ele não encerrou. Ele não me respondeu tudo, não. Ele estava respondendo para mim quando ela falou.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Porque V. Exª não deixou.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Não fui eu, meu Presidente! Dá licença! Foi a Senadora Marta.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Eu posso...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Eu perguntei a ele se ele cooperou. Não falei que foi ele, não! Eu perguntei a ele. Perguntamos para o sujeito responder.

Ué, a senhora quis responder! Pelo amor de Deus, me poupe!

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Dr. Fachin, para concluir as suas explicações.

Eu achava que todos nós deveríamos guardar essa racionalidade na discussão.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Não estou sendo irracional. O senhor me perdoe!

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não estou dizendo que V. Exª...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Estou aqui, na condição de Senador, cumprindo meu papel.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Espere aí.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Eu perguntei a ele e ele estava respondendo.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª que está colocando a carapuça na cabeça.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Não estou colocando carapuça nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu falei "nós". Eu usei a palavra "nós".

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Não estou carapuça nenhuma. Nós? Eu saio do nós. Eu não quero, não. Fica para vocês aí. Eu quero que ele me responda.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não fica para vocês, fica para todos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Não, eu não quero, não.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Nós estamos numa sessão pública aqui.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Eu não vou pegar carapuça nenhuma, não, doutor! Eu hein!

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Senador, então, voltando ao ponto, eu sustentei, diante do projeto que foi apresentado aqui na Câmara, é que eu era favorável a que o Poder Legislativo debatesse e que, se assim entendesse, viesse lei sobre a matéria. Em outras palavras, defendi, portanto, a ideia de que os direitos civis, se fossem atribuídos à época, deveriam resultar de uma manifestação do Poder Legislativo.

O Poder Legislativo, na época, acabou não se manifestando e tivemos o desdobramento que houve na ambiência do Supremo Tribunal Federal. Mas eu sempre tive uma posição de que esta é uma matéria própria do Poder Legislativo. Ou seja, é o lugar, é a espacialidade onde esses temas devem ser deliberados para saber se os representantes do povo brasileiro entendem por atribuir ou não atribuir esses direitos. Foi quando eu vim à Comissão em que este projeto estava sendo discutido para defender essa matéria. E me lembro de que um colega Parlamentar de V. Exªs, um Deputado, fez uma objeção, inclusive do ponto de vista da crença, e eu disse: Deputado, eu aprendi que é preciso dar a Deus o que é de Deus e a César o que é de César.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Mas qual é a posição pessoal do senhor?

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – A atribuição de direitos civis nos termos da decisão do Parlamento. E a falta do Parlamento é que acabou, de algum modo, levando o Poder Judiciário a tomar essa deliberação.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Mas, na falta do Parlamento, a posição do senhor.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Eu sou favorável a que haja lei, e a lei, se dependesse, eventualmente, da minha manifestação, seria favorável à atribuição de direitos civis. Mas eu entendo – e vou usar aqui uma expressão que pode ser um pouco profana – que não se deve heterossexualizar a homossexualidade. São coisas distintas, cada uma tem a sua esfera. E o casamento foi um instituto pensado e, historicamente, levado a efeito para a heterossexualidade. Isso não quer dizer que, do ponto de vista da compreensão do Estado, se possa, por uma deliberação do Parlamento ou, na falta dela,se entender que há mora legislativa por uma deliberação do Poder Judiciário... E aí, é claro, há uma discussão sobre se o Poder Judiciário, nesse aspecto, está inovando ou apenas está atribuindo direitos constitucionalmente previstos. O Supremo decidiu que está atribuindo direitos constitucionalmente previstos. Portanto, nessa dimensão, a minha posição é nesse sentido de atribuir direitos civis, não de promover condutas, não de explicitar condutas, não de eleger modelos como se fossem modelos a serem seguidos pelos jovens ou por quem quer que seja. Esta é a minha posição, a posição de uma compreensão dos direitos civis e com a definição prioritária do Parlamento.

No que diz respeito à Marcha da Maconha, a que o senhor se referiu dando outros exemplos, como V. Exª bem citou, a matéria foi decidida pelo Supremo Tribunal Federal. É claro que não vou usar o *habeas corpus* preventivo para dizer que não conheço o caso e não vou me manifestar sobre ele. Eu vou me manifestar sobre os princípios a que V. Exª está a se referir.

Do ponto de vista dos meus princípios, a liberdade de expressão deve ser assegurada, mas fazer apologia ao crime pode ser um eventual limite à liberdade de expressão. Com relação à questão específica do uso de drogas, também está na pauta do Supremo o uso próprio. Há uma divergência que está aberta. Tem uma repercussão geral pautada para saber se o uso próprio diz respeito à liberdade ou se diz respeito à saúde pública e, portanto, também é tipificado como conduta delituosa. Vou lhe dar uma percepção pessoal que tomei a liberdade de manifestar em algum momento deste dia, talvez já à noite. Eu tomei a liberdade de dizer que tenho alguns amigos que têm a dolorosa experiência de terem filhos que foram levados para o caminho das drogas. É uma tragédia. Acaba com o adolescente e acaba, às vezes, com a família. Se a família não se agarrar a alguns valores, a alguns amigos e trabalhar decididamente para recuperar esses jovens, não é só ele que vai para a sarjeta, pois vai a família inteira junto. Portanto, sei que as drogas no Brasil constituem uma tragédia que atinge os jovens, e nós precisamos pensar no nosso futuro.

Vejo, portanto, de uma maneira bastante restritiva este tema, porque tenho cautela. Eu já disse e repito que abrir a porta... Perdoem-me a expressão mais pedestre, mas talvez o avançado da noite já me permita dizer, como se dizia na minha infância, e alguns dos senhores conhecem esta expressão, que onde passa o boi passa a boiada. Tenho muito receio de marcharmos para esse caminho. Mas isto é uma percepção que tenho neste momento como cidadão e pessoa que participa dessa ordem de ideias.

O aborto e a questão do vestimento da toga. Agradeço a V. Exª por ter feito essa questão. Reitero a minha posição pessoal contrária de cidadão cristão que sou. Não desconheço que há um conjunto de discussões de saúde pública, socioeconômica... Todos nós somos preocupados com isso, com os abortos clandestinos, com mulheres que perdem a vida e tudo isso, mas, do ponto de vista dos princípios, a vida é um valor supremo. Subscrevo essa ordem de ideias.

Qual é a conduta que terei como julgador se for aprovado pelo Senado Federal? Terei a conduta de aplicar os limites e as possibilidades que emanam ou da Constituição, sobre essa matéria em que a vida é colocada como direito fundamental, ou, eventualmente, de uma deliberação que o Parlamento venha a tomar, porque não poderei eu suplantar a vontade do Parlamento.

Mas, neste momento, tenho a percepção, à luz do que a Constituição estipula no *caput* do art. 5º, de que a vida não é adjetivada. E onde inicia a vida? Também para não fugir dessas questões, dessa questão que V. Exª cita, sei, e aqui poderíamos discorrer longamente, mesmo nas diversas crenças, que há percepções um pouco distintas sobre este tema. Por exemplo, na área do direito sobre as concepções natalistas ou conceptualistas, na verdade, a vida começa do começo da própria existência, independentemente da formação do ser humano. Essa é a percepção que tenho. Portanto, a rigor, a concepção é o marco a partir do qual é preciso proteger a vida.

E quanto ao diálogo, Senador, vou tomar a liberdade de dizer uma frase que, nesse aprendizado de caminhada aqui, no Senado, já me enriqueceu muito. Eu disse, porque faz parte da minha vida, eu tenho medo de quem tem medo de dialogar. Eu tenho medo de quem tem medo de abrir a porta, esteja onde estiver. Esteja onde estiver. Portanto, agradeço o diálogo que estamos tendo aqui publicamente com V. Exª, um diálogo franco. Agradeço o diálogo que sempre tive na minha vida com os meus alunos. Em sala de aula, eu sempre disse aos meus alunos para dialogarmos francamente. E o diálogo tem sido construtivo na espacialidade pública.

Ainda mais: as colocações que V. Exª acaba de fazer são uma demonstração de uma pessoa que está aberta ao diálogo, de uma pessoa que quer dialogar.

Se, eventualmente, o destino me der a fortuna e a benção de sentar naquela cadeira, a pessoa que o senhor está vendo aqui é a mesma pessoa – não apenas fisicamente, mas na sua inteireza de alma – que o senhor, eventualmente, verá lá também.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra a Senadora Fátima Bezerra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Não tem tréplica, Sr. Presidente? Tem não? Não tem tréplica, não? Tem para todo mundo e não tem para mim? Ué, tem Senador de primeira e de segunda, é? Eu fui nomeado, foi? Eu sou assessor de quem aqui?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não precisa V. Exª ser tão enfático.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Mas eu preciso. Eu perguntei e ele respondeu.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Foi um equívoco.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Eu vou fechar com um minuto... Não...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É porque V. Exª falou tanto, que eu pensei que já tivesse falado tudo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Mas a regra é pergunta, réplica e tréplica.

Eu agradeço as suas respostas.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu só queria lembrar ao Senador Magno Malta...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ...que até agora não houve tréplica aqui, que houve só réplica. Mas, se V. Exª quer fazer, esta Presidência, num gesto de largueza...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Não, houve para todo mundo. É porque Cássio e Ronaldo Caiado fizeram mais do que os outros, mas...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ..., facilita a V. Exª.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Eu sei que algumas respostas, até por causa das boas colocações dos termos jurídicos, ficam meio sem compreensão para mim. E eu sou analfabeto profissional. Eu fiz vestibular três vezes para Direito e não passei em nenhum. Entendeu?

Então, quer dizer, para mim, quanto mais nota de R$1,00 for trocada por moeda, mais fácil para eu entender e para o povo entender. Mas eu penso que o que eu perguntei, que o debate que está sendo feito ao vivo e colocado para a sociedade brasileira foi muito mais salutar do que se eu tivesse ouvido tudo isso do senhor e me trancado no meu gabinete para, depois, chegar aqui e carimbar o que o senhor falou lá.

Então, para mim, fica a lição. É aqui que nós temos que ouvir, porque, quando a gente ouve, bebe água junto, toma café junto, se abraça, faz uma *selfie* no gabinete, a gente já chega aqui tão encantado que só bate carimbo e diz "Vamos acabar com essa lista logo, vamos embora, está ficando tarde. Os Senadores retirem seus nomes", como se a gente estivesse tratando com escoteiros aqui. E não tem escoteiro aqui, aqui não tem nenhum menino. Aqui não tem um CC5 do Palácio. Aqui todo mundo veio com voto. De maneira que eu ainda terei a oportunidade de debater esses temas com profundidade, principalmente a redução da maioridade penal, que é uma coisa que urge, de 92% de uma sociedade que não são ouvidos pelo Parlamento.

Temos um Governo só que diz: "Nós somos contra." Qual é a saída? Ninguém fala nada: "Nós somos contra." Qual é a saída? Ninguém fala nada. E há uma sociedade lá fora dizendo: "A gente elege vocês para discutir nossos problemas, responder por eles, e vocês viram as costas e dizem: 'Não, nós só somos contra.'" De maneira que temas como esse, e imagino que todos esses que eu coloquei e essa questão... A rua é pública de fato na questão de o homossexual fazer a sua prática, de tomar as suas decisões. Se Deus deu livre arbítrio a ele, quem é que vai tirar? Não sou eu. O meu papel é só respeitá-lo e o dele é me respeitar, que é a regra a boa convivência.

Agora, num ambiente de culto, onde tem culto não é onde há quatro paredes com uma placa, porque a regra que mãe me ensinou à luz da Bíblia, em que eu creio, que, para mim, é regra de fé e prática, e é palavra de Deus... O encontro do homem com Deus é que santifica o lugar, independente de ser na televisão, no rádio ou no meio da rua. E é preciso. Então, quem quer respeito tem que dar respeito.

Por exemplo, há três anos, a marcha *gay* de São Paulo levou para a rua os símbolos da Igreja Católica em posição sensual. Os símbolos da Igreja, os santos da Igreja em posição sensual. Quando o bispo da Universal chutou a santa na televisão parecia que o mundo iria cair. Agora eles fazem tudo isso e ninguém fala nada. Só quem falou fomos eu e o Malafaia, e o Malafaia tomou três processos porque falou, defendendo.

Então, quem quer respeito tem que dar respeito. Quem quer respeito tem que dar respeito. Essa é a regra da boa convivência. De maneira que usar este espaço aqui, nesta Comissão, com o Parlamento, com alguém que está sendo sabatinado para o Supremo, foi de grande valia.

Muito obrigado.

Que Deus o abençoe!

Senador Maranhão, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra a Senadora Fátima Bezerra, representante do Rio Grande do Norte e da Paraíba, porque é filha da Paraíba.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Sr. Presidente, em face, claro, do adiantado da hora e também por já me sentir contemplada no debate realizado ao longo do dia, vou tentar ser breve aqui.

Quero saudar, inicialmente, o Prof. Fachin, saudar o Senador José Maranhão, o José Pimentel, que coordenam a presente audiência pública, saudar o Senador Alvaro Dias, pelo brilhante relatório que fez, e os demais colegas Senadores e Senadoras.

Prof. Fachin, nós já vamos com 9 horas de debate. Na verdade, essa sabatina está batendo recorde. Isso é bom, porque isso é o exercício exatamente da democracia, é o exercício do diálogo que o senhor acabou de dizer que o senhor tanto preza.

Ontem, alguém me questionava se eu iria votar no Prof. Fachin, porque é uma indicação da Presidenta Dilma. Eu digo que não vou votar no senhor porque é uma indicação da Presidenta Dilma, embora parabenize a Presidenta pela feliz escolha, por, demandada pela Constituição, pela prerrogativa que ela tem de apresentar, de indicar os nomes para o Supremo, tomar essa decisão de apresentar o seu nome. Ela foi muito feliz. Quero deixar muito claro aqui que vou votar no senhor por convicção, pela sua história, pela sua biografia, pela sua trajetória. Vou votar no senhor exatamente pela formação jurídica e pelo conhecimento que o senhor tem, pela sua sólida formação democrática e humanista. O senhor tem nos dado uma aula hoje aqui, nesta Comissão de Constituição e Justiça.

Não é à toa, professor, que o seu nome é tão respeitado na comunidade jurídica, não só do seu Estado do Paraná, como disse o Senador Alvaro Dias, pois o seu nome galvanizou o respeito da quase unanimidade da comunidade jurídica brasileira.

Fico muito feliz, de repente, de ver uma pessoa com o seu perfil, volto a dizer, com essa convicção democrática que o senhor tem, com essa formação humanista que o senhor tem. Eu fico muito feliz, na condição de Senadora, de representante do povo do meu Estado, o Rio Grande do Norte, e também da Paraíba, como disse o Senador José do Maranhão, porque sou uma imigrante, como representante do povo brasileiro, de ver uma pessoa exatamente com o seu perfil, com o seu preparo, com a sua reputação, com a sua história, se Deus quiser, chegar à mais alta Corte do nosso País, na condição exatamente de Ministro.

Enfim, não vou fazer perguntas, dado o adiantado da hora e até porque muitas perguntas que eu iria fazer já foram feitas.

Quero só dizer, meu conterrâneo, Presidente Maranhão, que eu espero que o Plenário, tanto desta Comissão quanto do Senado, tenha uma atitude de grandeza, que o Plenário desta Comissão e do Senado, embora esta Casa seja política, se inspirem, por exemplo, na atitude que tomou a Bancada do Paraná, que, para além das divergências de natureza política ou ideológica, para além das paixões político-partidárias, de repente aqui se uniram. Vejam quem é o Relator. O Relator é o Senador Alvaro Dias, um dos Líderes da Oposição ao Governo, que não titubeou, pois sabe que o que está em discussão, em debate, neste momento é um critério de natureza técnica, que quem está sendo sabatinado é um homem de seu Estado que preenche todos os requisitos de natureza constitucional para ser alçado exatamente, repito, a esse honroso cargo.

Então, Prof. Fachin, que Deus o abençoe!

Repito: que o Plenário da nossa CCJ e o do Senado possam não se apequenar e tenham uma atitude de grandeza, pois, de fato, o senhor é merecedor de ser Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Cumpri o tempo, Presidente José Maranhão, de cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Rigorosamente, provou que a Paraíba é quase espartana.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Senadora Fátima Bezerra, permita-me apenas agradecer a expressão de V. Exª e dizer que, com a aprovação do Senado, caso eu a obtenha, e a bênção de Deus, se lá eu estiver, podem contar com todo o meu empenho. Espero mesmo honrar as palavras e os elogios que foram manifestados por V. Exª, de que espero ser merecedor na prática também lá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (S/PARTIDO – SP) – Prezado Presidente Maranhão, Relator Alvaro Dias, Senador Pimentel, parabenizo o Prof. Fachin pela transparência das respostas, pela candura, pela competência com que responde a todos os questionamentos. Não se furtou a detalhar nenhuma resposta, numa demonstração de coerência de vida e de respeito a nós, Senadores e Senadoras. Foi uma aula de Direito e de respeito à Consti-

tuição e uma clara demonstração do conceito que diferencia o comportamento na academia da posição de juiz de Direito.

Eu havia preparado uma coisa bem mais longa, mas, pelo adiantado da hora, eu vou reduzir bastante, porque também entendo que estão superados os questionamentos sobre o exercício simultâneo das funções de Procurador do Estado do Paraná e da advocacia. Os esclarecimentos que V. Exª prestou demonstraram o cuidado, a transparência, a boa-fé e a fidelidade aos termos da lei.

A meu ver, Sr. Presidente, a ferocidade do debate e a engenhosidade das manobras apenas reforçam a percepção de que são questionadas sobremaneira as posições jurídicas do Sr. Luiz Edson Fachin, e não, necessariamente, o caráter ilibado de sua reputação, tendo em vista as posições progressistas do indicado, que sempre assim se manifestou em temas referentes às minorias e a outras questões de relevo para a sociedade brasileira.

Fica-me a impressão de que, não havendo restrições ao saber jurídico do Professor Fachin, reconhecido por juristas e festejado publicamente pelos próprios ministros do Supremo, busca-se manchar sua reputação com alegações indevidas, que mal disfarçam uma oposição ideológica ao seu nome. Não me recordo de uma contestação tão virulenta a um indicado ao Supremo, na contramão de um apoio praticamente unânime da comunidade jurídica, da Ordem dos Advogados do Brasil às associações da área do direito, das mais conceituadas faculdades aos ministros dos tribunais superiores. São incontáveis as manifestações enaltecendo sua biografia, a produção acadêmica e a reputação do Prof. Fachin.

Notável jurista, de invejável currículo e de formação humanista republicana, o Prof. Fachin tem qualidade muito particular, que o torna importante para o Brasil: ele é um homem do século XXI. Há muito tempo pratica, como advogado, visão contemporânea da sociedade, que o leva a posições de vanguarda. Um homem que luta por um mundo mais justo, que, nas suas manifestações como jurista e também como cidadão, tem se pronunciado com clareza pelos direitos de cidadania para os que hoje não os têm, sejam eles *gays*, pobres, negros, os mais excluídos. As pessoas que convivem com o Prof. Fachin nos dizem que ele é um homem prudente, de bom senso, de caráter elevado e reto.

Após essas horas de sabatina, nós todos aqui teríamos a acrescentar muitos mais elogios. Um perfil como o do indicado honrará as últimas decisões do Supremo Tribunal Federal na garantia e efetivação dos direitos fundamentais e na defesa dos interesses das minorias e poderá, pelo seu caráter destemido e íntegro e sua forma afável de ser, contribuir para as melhores decisões da nossa Suprema Corte.

Eu queria propor uma reflexão, porque todo o mundo civilizado tem uma ideologia, uma visão da sociedade. Foi citado aqui várias vezes. Por exemplo, o ex-Ministro Ayres Britto chegou a ser candidato pelo Partido dos Trabalhadores e deixou uma história de dignidade e justiça na sua passagem pelo Supremo. Não votou ele contra o PT na ação penal do próprio mensalão, demonstrando que a verdade independe da ideologia?

No mundo do Direito, as ideologias servem à justiça. Os juízes não aplicam o Direito que querem, aplicam o Direito que a sociedade cria e os legisladores sacramentam.

O Prof. Fachin foi claríssimo nessa questão referente à soberania da Constituição à crença particular. Durante essa sabatina, anotei duas frases que V. Exª colocou.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sem interromper, eu gostaria de avisar que estamos prorrogando por mais um minuto o tempo de V. Exª.

A SRª MARTA SUPLICY (S/PARTIDO – SP) – Já vou terminar.

V. Sª disse: "As pessoas não podem ter uma Constituição para chamar de sua." E também disse: "O juiz não pode criar solução fora do texto dos limites da ordem jurídica".

Bem, esperamos, para ministro do Supremo, juízes de notório saber jurídico e de bom senso, que decidam com prudência, examinando todos os ângulos envolvidos, e que tenham consciência de sua função constitucional e independência acima de qualquer ideologia ou preferência partidária, o que hoje o professor amplamente demonstrou.

Eu me considero contemplada pelas respostas do Prof. Fachin. Eu teria mais uma ou duas, mas, pelo adiantado da hora, não vou colocá-las neste momento.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, Senador José Maranhão, Relator, Senador Alvaro Dias, Prof. Luiz Edson Fachin, V.Sª, ao longo de 12 horas, respondeu todos os questionamentos que as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores fizeram e deu a todos nós a certeza da sua capacidade intelectual e de seu conhecimento jurídico para a função que foi indicado.

Eu gostaria de fazer duas perguntas a V. Sª.

Durante as investigações da Operação Lava Jato, suscitou-se a possibilidade de se indiciar ou denunciar a Presidente da República, Dilma Rousseff, por crimes comuns. Mas isso não ocorreu. Ao contrário. Para o Pro-

curador-Geral da República, a Presidente tem o anteparo do art. 86, § 4º, da Constituição Federal, que diz que "o Presidente da República, na vigência do seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções". Com isso, atos anteriores à assunção de Dilma Rousseff à Presidência da República, quaisquer que sejam sua natureza, pública ou privada, sua consequência, repercussão, peso e tamanho, não são levados em conta. Pelo menos durante o exercício do mandato, o Presidente da República passaria a ser um servidor público intocável quanto ao seu passado.

Pergunto ao Prof. Fachin: qual o entendimento de V. Sª quanto aos limites da responsabilização penal do Presidente da República por fatos anteriores ao exercício do mandato eletivo? V. Sª entende que não há direitos absolutos em um Estado de direito e que, portanto, nesse contexto, não se poderia falar em imunidade absoluta para responsabilização penal do Presidente da República?

No âmbito dessa discussão, V. Sª entende que é possível a investigação de Presidente da República ainda que não seja possível processá-lo criminalmente por força da imunidade constitucional?

Ainda sobre a temática de ativismo judicial. Enfrentamos aqui, no Congresso Nacional, um número bastante elevado de medidas judiciais com o propósito de interferir no processo legislativo ou em decisões que afrontavam o direito individual de parlamentares de não tomar parte de processo legislativo manifestamente inconstitucionais ou decisões que afrontavam o direito das minorias, casos específicos de instalação ou de condução de trabalho de CPIs.

Diante desse quadro, o Supremo Tribunal Federal tem mudado sua jurisprudência para limitar cada vez mais o controle de constitucionalidade difuso, desestimulando a impetração de mandados de segurança ao amparo de argumentações de sustentabilidade da harmonia e separação entre os Poderes republicanos. Mas não limitou por completo, abrindo margem para casos específicos.

Pergunto ao Prof. Fachin: em uma situação hipotética de indeferimento político de uma medida ou recurso parlamentar pelo Presidente de qualquer das Casas Legislativas federais e diante da ausência de previsão regimental ou legal de recurso ou revisão do decisório, V. Sª entende cabível o manejo de mandados de segurança para preservar direito líquido e certo de Parlamentar?

Eram as duas questões, Prof. Fachin.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Prof. Fachin, para suas respostas.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Senador Flexa Ribeiro, muito obrigado pelas questões, que são traduzidas em duas vertentes. Vou procurar tratar de ambas. Permita-me, inicialmente, agradecer também a contribuição valiosa que dá V. Exª colocando questões que, obviamente, estão na pauta das preocupações de V. Exªs, do Judiciário e, por que não dizer, do povo brasileiro. Eu tomaria a liberdade, se me permitir, de começar pela segunda, por essa questão atinente a eventual cabimento de mandado de segurança.

Como todos nós sabemos, os pressupostos mais diretos e imediados de cabimento de mandado de segurança é ofensa a direito líquido e certo. Portanto, direito líquido e certo passa por dois juízos prévios de configuração: ele há de existir – portanto, essa liquidez significa que, no plano da existência, o direito está presente – e a certeza permite, de imediato, o seu exercício. Portanto, a existência e a certeza do direito precisam ser configuradas de tal modo que o ato do agente político tenha violado esse direito.

Como V. Exª fez uma pergunta hipotética, eu estou respondendo também na hipótese, porque sei de alguns casos concretos que, eventualmente, podem estar corporificados nessa questão. Mas, respondendo também em hipótese, havendo uma demonstração de que houve uma infringência de regra cuja observância não seja apenas uma questão *interna corporis* do Poder Legislativo, e essa infringência gerou uma ofensa ou a Parlamentar ou, eventualmente, a uma minoria Parlamentar, esse tema pode ser levado em tese ao Poder Judiciário. Mas o limite que vejo aí é a temática da questão *interna corporis*, porque, como tomei a liberdade de dizer, com todas as vênias e licenças, essa rua que une e separa os Poderes precisa ser atravessada com bastante cautela, especialmente do Supremo para cá.

Então, nessa medida, esse é o limite que, hipoteticamente, me permito colocar.

À outra questão, que é uma questão sensível, V. Exª há de compreender que vou responder no plano dos princípios em termos do Texto Constitucional. É claro que esse é um tema que está na pauta das discussões, que essa operação, especificamente, afeta uma das turmas do Supremo Tribunal Federal, a qual aquele que for, eventualmente, aprovado não irá integrar, mas ele, de qualquer sorte, integrará o Plenário e, de algum modo, poderá vir a examinar concretamente assuntos atinentes. Então, não me refiro direta e imediatamente à questão para não ferir nenhum pressuposto ético e, obviamente, não invadir nem a possibilidade de, estando ainda a ser sabatinado, querer produzir juízo de valor sobre casos concretos cuja produção probatória sequer conheço.

Tenho um conhecimento, certamente, menor do que o de V. Exªs, que é o conhecimento que tenho pelos órgãos de imprensa e pelo meu interesse de cidadão de ler revistas e jornais e me informar na medida do possível. Agora, começaria dizendo: se não há direitos absolutos do ponto de vista constitucional, é importante que se tenha presente que pelo menos alguns desses direitos que estão sempre evidenciados aqui nos nossos debates tenham uma garantia que, de algum modo, antecede, ainda que estejam previstos na Constituição por um imperativo ético, à ordem constitucional.

Eu fico a imaginar, Senadora, e peço que me desculpe a expressão que vou usar agora, que, se o direito à vida não tivesse proteção constitucional, o quão estapafúrdio alguém seria de supor que, portanto, o direito à vida não teria proteção. É melhor que esteja na Constituição, é importante que esteja, mas há certos direitos cuja dimensão tem uma tal magnitude e grandeza que estão numa ordem ética e moral que, inscritos na Constituição, são consequências dessa ordem.

Os limites e as possibilidades da questão mais específica da imunidade a que V. Exª se refere e da eventual responsabilização que pode, de fato, ocorrer estão exatamente no texto que V. Exª leu. Os limites e as possibilidades estão na Constituição. Seja o Presidente da República A, seja a Presidente B, os limites e as possibilidades estão na Constituição. E vou lhe dizer com franqueza de alma: se o destino e o Senado me conferirem a elevada prerrogativa de me sentar naquela cadeira, não terei nenhuma preocupação em aplicar a Constituição em toda a sua extensão e nenhuma preocupação de ter a isenção necessária de julgar quem quer que seja, esteja na cadeira em que estiver, para apreciar e cumprir a função que me cabe.

É o que eu gostaria de dizer a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Réplica.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Prof. Fachin, no caso de negativa de seguimento a pedido de *impeachment* presidencial pelo Presidente da Câmara dos Deputados ou mesmo pelo Plenário da Casa, V. Sª entende cabível o controle de constitucionalidade no âmbito desse processo de apuração de crime de responsabilidade? Quais seriam os limites da jurisdição constitucional do STF em uma ação dessa natureza?

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Senador, com a mesma tentativa de clareza que tenho tido, vou também enfrentar essa questão e dizer-lhe da minha percepção com a nitidez com que meu conhecimento e minha sensibilidade permitem que eu diga neste momento.

Esta é a primeira observação que eu faria: a definição de fato jurídico que pode gerar procedimento de impedimento de presidente da República, na minha percepção, com a leitura constitucional que faço, é um fato jurídico definido no processo legislativo.

Esta é a segunda observação: qual é a missão que incumbe à Corte Constitucional? Zelar pela observância procedimental do processo legislativo. Mas a configuração do fato jurídico é do processo político. A missão da Corte Constitucional é zelar pela observância procedimental exata do procedimento. Se houver desvio, a Corte poderá se pronunciar. Se não houver desvio no procedimento legislativo, isso é matéria do Poder Legislativo e está distante da presença da Corte Constitucional.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente José Maranhão, Sr. Vice-Presidente José Pimentel, Sr. Relator, Senador Alvaro Dias, Prof. Luiz Edson Fachin, os meus questionamentos eram bastantes, professor, mas foram todos já respondidos nas resposta aos nossos colegas que me antecederam.

Entendo que esta sabatina está sendo de uma valia muito grande, tanto é que o senhor está vendo que todos nós estamos aqui com V. Sª há mais de 12 horas. Havia uma expectativa muito grande quanto a esta sabatina. Muitos Senadores e Senadoras aguardavam a sabatina para tirarem suas dúvidas e definirem quais são e serão seus posicionamentos.

Eu parabenizo V. Sª pelas respostas diretas. Todas as perguntas, todos os questionamentos foram respondidos.

Também saúdo e cumprimento os colegas Senadores e as colegas Senadoras que fizeram desta sabatina realmente um trabalho muito importante para a história do Senado e para o Supremo. Com certeza, quem ganha com isto é o nosso País.

Então, eu o ouvi atentamente aqui, junto com os colegas. Saí e voltei, acompanhei a reunião pela televisão e pelo rádio e estou satisfeito com o que ouvi. Fica aqui só um pedido, professor: se for aprovado pela CCJ, pelo Plenário, que V. Sª se utilize desse seu conhecimento, dessa sua imparcialidade, dessa sua segurança para julgar aquilo que lhe couber. É este o nosso desejo.

Recebi inúmeras ligações de amigos nossos do Estado de Rondônia, meu Estado, e de vários amigos do Estado do Paraná pedindo que o acompanhássemos e que o ouvíssemos. E nós, com muito orgulho, chegamos a 12 horas e quase 30 minutos de debate. Entendo que este é um dia especial para o Senado e para o STF também.

Então, eu desejo sucesso a V. Sª e que a maioria aqui faça aquilo que entenda ser o melhor para o nosso País. Não é uma questão política, não é uma questão ideológica. Nós estamos preocupados com o futuro do nosso País. E não tenho dúvida de que V. Sª, se for aprovado, vai engrandecer o STF, junto com os demais Ministros que lá estão.

Muito obrigado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Prof. Fachin, para dar sua resposta ao orador interpelante.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Senador Acir Gurgacz, quero agradecer a intervenção de V. Exª e dizer também de maneira bastante clara e objetiva que seu pedido não é exatamente apenas um pedido. É, na verdade, um dever que eu assumo e um compromisso, caso aprovado, de fazer deste momento um momento que possa repercutir na nossa vida e na vida das gerações pelas quais V. Exªs têm estado aqui, trabalhando, dedicando-se, privando a família de V. Exªs do convívio. Percebi, nesses dias, toda a dedicação, o afastamento das famílias em razão do exercício desse múnus importante, e isso levarei comigo, essa experiência e, evidentemente, a observação e a ponderação que seguirão comigo, certamente, se me for dada essa aprovação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Lindbergh Farias, que está aqui representando, com muito brilhantismo, o Estado do Rio, mas, com certeza, com a mesma firmeza, a nossa Paraíba.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A nossa Paraíba também.

Sr. Presidente, eu ia retirar minha inscrição, porque já há uma preocupação com o quórum. Esta reunião da CCJ começou às 10h da manhã, e a preocupação com o quórum é real. Então, vou falar aqui um minuto. Não vou fazer perguntas dirigidas ao Prof. Fachin, que não precisa responder.

Eu queria apenas fazer um registro, que acho que é muito importante, da postura de V. Sª aqui, desde o começo. A forma educada, civilizada, competente, mas, principalmente, a forma como respondeu aos Parlamentares da oposição que tinham questionamentos. Eu tenho certeza de que, se não vivêssemos esse clima de acirramento da disputa político-partidária, V. Sª seria aprovado aqui, talvez, por unanimidade, pelo currículo, pela formação acadêmica, pelo saber jurídico, pela reputação ilibada. São mais de 250 artigos acadêmicos.

E quero registrar uma coisa, Senador Aloysio: o apoio do mundo jurídico. Estou aqui há cinco anos. Já participei de algumas sabatinas. Eu nunca vi um apoio tão grande do mundo jurídico, de juristas de todos os aspectos: conservadores, progressistas, de Ministros do Supremo também. Falo aqui de Celso de Mello, indicado pelo Presidente Sarney; Marco Aurélio, indicado pelo Presidente Collor; Ministro Gilmar Mendes, indicado por Fernando Henrique Cardoso; Ministro Teori, Ministro Roberto Barroso, indicado pela Dilma; Ministro Ricardo Lewandowski, indicado pelo Presidente Lula.

Aqui, eu queria muito registrar o papel importantíssimo do Relator, Senador Alvaro Dias. Quem acompanhou o debate pela internet esta semana, em alguns órgãos da imprensa, observou que a imagem que se vendia era a seguinte: está aqui o Prof. Fachin, ligado ao PT, ao MST, atacando família, radical, de pouco diálogo. Quando falo da postura, é muito por isso. Conversei aqui com alguns Senadores que interpelaram, e interpelaram de forma dura. E vários deles reconheceram a forma respeitosa com que V. Sª respondeu a cada um dos temas.

Falaram em atacar família, e V. Sª chega aqui com sua esposa. É casado há 37 anos, católico, com sua família, e o Relator, Senador Alvaro Dias, foi muito claro em um ponto que acho muito importante. Falavam muito da leitura de um documento de apoio à Dilma em 2010. Sabemos que V. Sª apoiou o Senador Covas quando foi candidato à Presidência, mas o Relator, o Senador Alvaro Dias, falou de diversas ocasiões, lá no Estado do Paraná, em que V. Sª caminhou contra posições. Até a disputa da Universidade Federal do Paraná, V. Sª disputou contra um candidato do PT.

Então, acho que é importante frisar isso. É importante também falar do Paraná. Não é provincianismo. Concordo com o Senador Alvaro Dias, mas, se V. Sª fosse um homem de pouco diálogo, se não fosse um homem que estivesse aberto às discussões e aos debates, V. Sª não teria unido o Estado do Paraná do jeito que uniu. Tem aqui o apoio do Senador Alvaro Dias, do Governador Beto Richa, do ex-Governador Roberto Requião, da Senadora Gleisi.

Isso mostra claramente para o País e para quem não o conhece que a postura de V. Sª como Ministro do STF vai ser esta: de diálogo e de conversar com todas as partes.

Eu encerro aqui minha fala, dizendo que tenho grande esperança, Senador Aloysio, na Bancada do PSDB ainda, porque se sabe que o PSDB tem uma das bancadas mais qualificadas deste Senado Federal. Eu falo a verdade. Reconhecemos e admiramos isso. O PSDB também não é dado a posições tão extremadas, entendeu? Eu entendo a posição do Senador Ronaldo Caiado, mas acho sinceramente que alguns Senadores do PSDB,

neste clima, até amanhã... Nós não temos a ilusão de conseguir o voto do Caiado. (*Risos.*) Nós não temos essa ilusão, mas eu sinceramente acredito que a Bancada do PSDB pode, de hoje para amanhã... O que houve hoje aqui, V. Sª talvez não tenha a dimensão do que houve hoje, mas o que V. Sª conseguiu fazer hoje aqui foi desarmar espíritos. V. Sª desarmou espíritos. V. Sª esclareceu muita coisa, mostrou que não era aquilo. Então, eu tenho muita esperança de que, de hoje até amanhã, nós conseguiremos evoluir, nós conseguiremos votos de Senadores da oposição e do Governo para aprovar o nome de V. Sª como Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o Ministro Fachin, para responder ao Senador Lindbergh Farias.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Sr. Presidente, quero apenas manifestar o meu agradecimento ao Senador Lindbergh Farias pela intervenção que acaba de fazer. Agradeço e também quero, obviamente, reiterar que essa maneira de ser e de dialogar, eu assim me fiz. Portanto, o que se vê aqui é, na verdade, o que estava em mim ontem, anteontem e alguns meses atrás, e Deus queira, estou seguro, que estará amanhã e depois de amanhã e para onde o destino me levar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Lasier Martins. (*Pausa.*)

Ausente.

Com a palavra, a Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, Senador José Maranhão, Dr. Fachin, em seus nomes cumprimento a Mesa, as Srªs e os Srs. Senadores.

Eu serei breve, pelo adiantado da hora, e em vez de falar da biografia do Dr. Fachin, se me permite, quero homenageá-lo cumprimentando a sua família, a Drª Rosana, suas filhas Camila e Melina, e dizer que qualquer que seja o resultado, Dr. Fachin, o senhor tem o maior dos bens, que é uma família unida como a que o senhor tem.

Eu vou fazer três questionamentos, todos relacionados a conflitos em terras indígenas. E para isso vou fazer aqui um breve preâmbulo.

Em diversos Estados brasileiros, e no meu Estado de Mato Grosso do Sul não é diferente, especialmente nas décadas de 20, 30, 40 e até 50, tanto a União como os Estados federados alienaram a particulares propriedades rurais com o objetivo maior de colonizar o Brasil e de interiorizá-lo, levando o desenvolvimento aos rincões mais distantes da Nação brasileira.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Peço silêncio para ouvir a oradora que está na tribuna.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Todas essas áreas foram alienadas de acordo com os ditames legais e de acordo com os preceitos da Constituição vigente.

Ocorre que a Funai vem estudando e demarcando novas áreas indígenas, áreas inclusive, muitas delas, referentes a essas áreas tituladas de acordo com preceitos constitucionais.

O art. 67 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias é muito claro: a partir da data da promulgação da Constituição de 1988, a União teria o prazo de cinco anos para homologar e demarcar novas áreas indígenas. Isso não aconteceu. O prazo findaria em 1993.

De lá para cá, criou-se a sensação, por parte dos proprietários rurais, de se ter garantido o direito de propriedade, que o ato era jurídico perfeito e que havia o direito adquirido. Diante disso, nós temos, em inúmeros Estados do Brasil, conflitos envolvendo proprietários rurais e povos indígenas.

Esses conflitos que pipocam aqui e ali trazem números assustadores. Nós últimos dez anos, de acordo com o Censo 2013, foram mais de 500 assassinatos de índios. Em paralelo, inúmeras famílias também de produtores rurais, normalmente pequenos, perderam sua propriedade. Perdem os povos indígenas, perde o pequeno, o microprodutor rural, e perde o Brasil, porque, hoje, quem sustenta o PIB deste País é o agronegócio. O produtor deixa de plantar porque não sabe se vai colher; ou até planta, mas muitas vezes não colhe, em razão dos conflitos que lá existem.

Em razão disso, o Senado, em 2003, criou, a partir daí, diversas comissões externas para analisar essas questões conflituosas. Foi a Roraima, ao Mato Grosso do Sul, a Santa Catarina, ao Rio Grande do Sul e daí por diante. Houve inclusive uma comissão específica para acompanhar e analisar a decisão do Supremo Tribunal Federal em relação à demarcação administrativa da terra indígena considerada Raposa Serra do Sol. Essa, a meu ver, uma decisão emblemática para o caso, porque, numa petição atravessada, o Supremo coloca 19 ou 20 condicionantes, entre elas, a impossibilidade de se ampliarem áreas indígenas já demarcadas.

Diante dessas questões, Dr. Fachin, inúmeros projetos de lei e PECs tramitam nesta Casa. Uma em particular – e, a partir daí, faço as três indagações – é uma PEC que altera o texto constitucional, tentando resolver o conflito.

O grande conflito hoje – e talvez essa questão nunca estivesse tão madura para ser solucionada – não está nem tanto na questão da legalidade da área considerada originalmente indígena; hoje a questão está na indenização. Muitos produtores rurais aceitam sair das áreas para entregá-las para as aldeias indígenas, mas querem a justa indenização.

A Constituição prevê apenas a indenização de benfeitorias úteis e necessárias. Essa PEC em particular – que não vou ler para que o senhor possa, em tese, como professor, dar sua opinião a respeito – sana essa omissão, permitindo que a União indenize não só as benfeitorias, como também a terra nua; e, com isso, resolveria, se não de todo, 80% dos conflitos que hoje ocorrem no interior deste País.

Diante desse breve preâmbulo, eu faço três questionamentos a V. Sª.

Primeiro: como V. Exª vê as demarcações das terras indígenas pela Funai, após os cinco anos da promulgação da Constituição Federal?

Segundo: como V. Sª avalia, em tese, a constitucionalidade de uma emenda constitucional para permitir a indenização plena da propriedade posteriormente declarada como terra indígena ao possuidor de boa-fé, desde que atenda a todos os requisitos anteriormente apresentados?

Por fim, como V. Sª avalia a condicionante, também do Supremo Tribunal Federal, nessa ação da Reserva Raposa Serra do Sol, em relação a, uma vez demarcada determinada área, em nome da segurança jurídica, não haver a possibilidade de futura ampliação da área contínua?

Era o que eu tinha a dizer, agradecendo desde já e aqui me somando aos nobres Senadores e Senadoras. E realmente estou impressionada com o seu espírito democrático e, acima de tudo, entendendo que esta Casa tem muito a esclarecer, daí a importância de uma sabatina de praticamente quase 12 horas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o Prof. Fachin, para sua explicação em torno do questionamento que acabou de ser feito pela Senadora do Estado do Mato Grosso do Sul.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Preclara Senadora Simone Tebet, agradeço as referências bondosas de V. Exª.

Eu vou tocar nos três pontos que V. Exª mencionou, mas quero pedir também a compreensão de V. Exª: como esse tema, de algum modo, poderá aflorar, vou seguir o conselho de V. Exª e falar em tese. Vou falar sobre princípios, e que são coerentes com aquilo que eu penso e com a percepção que eu tenho acerca dessas matérias.

Temos aqui, evidentemente, o *caput* do art. 231 e o art. 67 da ADCT, que fixou um prazo. Portanto, uma questão principiológica é saber quando se tem um prazo fixado constitucionalmente, e, no texto dessa ADCT, a conjugação do verbo não é um "poderá"... Portanto, há uma conduta ali fixada. Mas, ao mesmo tempo, explicitamente, ao se buscar uma eventual consequência dessa conduta, essa consequência precisa ser encontrada na ambiência do sistema jurídico constitucional.

Não quero antecipar nenhuma percepção dessa matéria, mas quero dizer-lhe que o argumento, que não é só jurídico, mas ético também, da boa-fé é um argumento que considero central, porque a boa-fé, que já obviamente serviu em eras priscas para eventualmente ser utilizada de maneira lateral, na verdade, é uma norma objetiva de conduta. E a boa-fé não se aplica apenas entre os particulares. Também o ente público desperta uma confiança no particular, quando objetivamente pratica um ato administrativo.

Como todos sabemos, a titulação de terra é um ato administrativo. É evidente que a Constituição Federal, no art. 231, trata de uma eficácia nula desses atos administrativos, mas, apenas pensando em tese, na ambiência do ordenamento jurídico, não podemos desconsiderar a boa-fé das pessoas que receberam essas titulações e que, por décadas e famílias, transmitiram, e transmitiram em áreas em que estavam produzindo. Portanto, a questão como disse bem V. Exª, não se coloca na destinação da terra demarcada adequadamente e dentro dos marcos funcionais. Coloca-se na extensão, e vou me permitir usar a palavra, desse eventual ressarcimento.

Esse é um debate aberto. É um debate que me sensibiliza como alguém que tem ensinado aos seus alunos que a boa-fé é norma de conduta, que uma norma de conduta não observada gera consequências e que, se as consequências não são no plano pessoal, nesses casos, podem ser no plano patrimonial.

Tomaria a liberdade de parar por aqui. Acredito que pude, pelo menos, nuançar a percepção do que penso sobre esse tema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Sr. Presidente, queria... Está difícil aqui... Só se eu falar em pé. (*Pausa.*)

Aí, aí. Boa. Sr. Presidente Maranhão, aqui, nem o microfone aguenta mais.

Dr. Fachin, meu caro Líder Pimentel, Senador Alvaro Dias, gostaria de registrar... Primeiro, parabenizá-lo pela sabatina de hoje. Estou aqui há 12 anos, no Senado Federal, indo para 13 anos, e não vi nenhuma sabatina nesse nível aqui, na Comissão de Constituição e Justiça – não vi! –, não só pela qualidade, e entendendo até as contradições, porque as contradições da política fazem um país avançar, as divergências de credo, as divergências políticas ideológicas, e acho que isso é que enriquece a política, mas, acima de tudo, pela consistência de V. Sª, sereno, lúcido.

Alguém falou, aqui, que estamos a 8 horas. Estamos indo para 12 horas de audiência pública. Eu me lembro até da CPI dos Correios quando tínhamos audiências de 13, 14, 15 horas. O senhor, desde as 10h, paciente, educada e cordialmente, não deixou de responder a uma pergunta sequer.

Importante: não é só responder, mas ter consistência nas respostas, saber jurídico, experiência, vivência profissional, conhecimento das leis e, especialmente, conhecimento da Constituição, até porque o senhor é candidato à vaga de Ministro do STF, o guardião da Constituição brasileira.

Eu não poderia deixar de destacar com vários Senadores e Senadoras com quem conversei de que não tenho dúvida nenhuma, estava até dizendo ao Senador Omar, que V. Sª vai sair desta audiência pública muito maior do que entrou. Muito maior do que entrou. Eu não tenho dúvida alguma a respeito disso.

E, fundamentalmente, V. Sª, além de garantista é progressista nas posições. E essa é uma atitude absolutamente necessária. Ouvi aqui muitos apartes, inclusive apartes dentro de agendas conservadoras, que, sob o meu ponto de vista, o Brasil, não só fez essa discussão dessa agenda que é absolutamente legítima, mas, sem dúvida, o Brasil que nós vivemos hoje dá guarida para grandes debates. E debates que, principalmente, preservam e priorizam aquilo que é a coisa mais importante no País: a cidadania; o direito das pessoas; o direito de expressão; as minorias; as questões indígenas como foram aqui colocadas; a agricultura familiar, por que não; os assentamentos; os quilombolas.

Portanto, meu caro Dr. Fachin, nós tivemos hoje um prazer enorme, apesar de todo esse tempo, mas foi uma aula, inegavelmente. E acredito até que Senadores e Senadoras, que legitimamente vão votar a favor ou contra, todos saíram absolutamente impressionados com o conhecimento de V. Sª. Eu não tenho dúvida nenhuma de que se esse for o entendimento do Senado Federal, não só aqui da CCJ, mas também do Plenário, o STF ganhará um ministro que vai honrar o Supremo Tribunal Federal brasileiro. Sem dúvida nenhuma.

Portanto, eu queria fazer esse registro. Tinha várias perguntas aqui para apresentar, mas vou preferir não fazê-las, até pelo tempo, mas parabenizá-lo. Humanista, garantista, progressista, pessoa ilibada, pai de família, avô, e que tem uma família extraordinária, que aqui o acompanha, e o acompanha desde o início, e, para concluir, Dr. Fachin, humilde. Poucos foram os sabatinados aqui no Senado que tiveram a dignidade de comparecer em praticamente todos os gabinetes do Senado Federal, praticamente todos. E aqueles que eventualmente o Senador não poderia atender ou estava fora em outra atividade, V. Sª cumpriu o seu papel: levou o seu currículo impecável, como advogado, como doutor, como detentor de um curso de mestrado, como alguém que viveu um tempo na Alemanha como pesquisador no Instituto Max Planck, como alguém que foi professor convidado do King College, em Londres, que não é para qualquer um.

Portanto, eu não tenho dúvida nenhuma, sob o ponto de vista de qualificação, sob o ponto de vista não só profissional, mas de pessoa, sem dúvida nenhuma o STF vai estar muito bem atendido por tudo pelo que V. Sª fez hoje aqui, pelas respostas e pela educação, pela cordialidade e pela humildade.

Parabéns, meu querido Dr. Fachin!

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Concedo a palavra ao Prof. Fachin para sua resposta ao interpelante.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Agradeço ao Senador, Líder Delcídio do Amaral. Muito obrigado pela referência elogiosa, de modo especial à minha família e ao meu neto Bernardo, que talvez não esteja compreendendo o que está acontecendo, mas espero que um dia ele entenda, e para o bem dele também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Concedo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Sr. Presidente, faltam quantos inscritos?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB. *Fora do microfone*.) – Dois.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Dois ou doze?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Dois.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente. É muito rápido, mas eu não poderia aqui deixar de me manifestar.

E queria saudar V. Sª, Prof. Fachin, pelo brilhante desempenho que teve aqui. Aliás, ouvi muitos elogios ao seu desempenho, não só de quem já gostava e gosta de V. Sª , como também de quem não o conhecia e ficou surpreendido com o seu desempenho nesta Comissão, inclusive Senadores da oposição.

Então, para nós, paranaenses, é um orgulho muito grande V. Sª vir aqui e, como disse o nosso Senador Delcídio, dar uma aula para nós, uma aula de cidadania. Eu não lhe vou fazer indagações porque já conheço sua trajetória, conheço sua postura, seus posicionamentos, mas não poderia aqui... Por isso, sempre tive a convicção de que V. Sª será um excelente magistrado para o STF e honrará muito o Supremo Tribunal Federal e honrará muito o Brasil.

Mas eu não poderia deixar de passar às suas mãos um conjunto de perguntas que recebi de estudantes da Universidade Federal do Paraná, por escrito, que gostariam que nós fizéssemos aqui a V. Sª. Então, vou lhe passar as perguntas. Foram encaminhadas pelos Professores Luiz Eduardo Peccinin e Pedro Henrique Galotti. Passo às suas mãos para que, depois, se V. Sª puder, respondê-las.

Eu queria também enaltecer as suas qualidades, principalmente a sua humildade e a sua paciência. Acho que, de tudo o que nós ouvimos aqui do seu conhecimento, da sua sabedoria, o que mais mostra sua capacidade de ser um brilhante magistrado são justamente as qualidades da sua postura, não só por esta sabatina, por esta audiência, por ter ficado aqui tanto tempo, mas por todo o processo. Aliás, desde que eu o conheci e desde que o seu nome era cogitado para o Supremo Tribunal Federal, V. Sª não mudou de postura e sempre acreditou que poderia contribuir com este País.

Por isso, esta é uma sabatina histórica, uma sabatina histórica pela qualidade das suas respostas, da sua intervenção, de como V. Sª teve o seu desempenho aqui.

Nós tivemos outra sabatina que também foi importante. Acho que a de V. Sª até superou, que foi com o Ministro Barroso. Também foi uma sabatina demorada, e o Ministro Barroso foi bastante inquirido.

Então, quero só reafirmar que estou muito orgulhosa, como paranaense, de ter acompanhado hoje, aqui, e visto a surpresa que V. Sª causou em grande número dos nossos Senadores. Como disse o Senador Delcídio, V. Sª sai muito maior do que entrou nesta Comissão, e não tenho dúvidas de que será o nosso Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Eu queria também dar aqui as minhas saudações à Drª Rosana, nossa desembargadora, pessoa por quem tenho um carinho muito grande, com quem sempre tive referências e com quem tive oportunidade já de conversar várias vezes sobre diversos assuntos de interesse do nosso Estado, de interesse das mulheres.

Queria também agradecer a todos os paranaenses que acompanharam essa sua sabatina, desde o início. Vi aqui diversas lideranças, além das que eu já citei de manhã, mas está aqui o nosso Presidente da Ordem, Dr. Breda; vi agora o Dr. Bochenek, que é paranaense, Presidente da Ajufe, nosso reitor da Universidade Federal, mostrando a união que os paranaenses têm em torno do seu nome.

Mas não poderia também deixar de agradecer ao Senador Pimentel, que presidiu esta reunião de forma paciente, tolerante, desde o início, e, agora também, ao nosso Presidente José Maranhão, que assumiu a reunião e, também, com sua paciência, sabedoria, tem conduzido para que a finalizemos.

Por último, queria também fazer uma saudação muito especial ao Senador Alvaro Dias, Senador paranaense que fez o relatório de V. Sª e que recebeu muitas críticas por isso. Foi muito criticado. Não, Professor, que eu não ache que o Senador Alvaro Dias seja criticável.

Já tive embates grandes com ele aqui nesta Casa, mas com certeza não devia ser criticado por estar defendendo o seu nome, por apresentar o parecer que apresentou. Então, eu queria enaltecer a postura correta do Senador, a sua força, a sua fibra, que, mesmo sendo questionado pelo seu Partido, por conhecer a sua trajetória, por saber de quem se tratava, manteve-se firme e fez um relatório brilhante, uma defesa brilhante de V. Sª.

Eu desejo muito sucesso. Que Deus lhe abençoe muito nessa caminhada. E tenho certeza de que nós vamos nos orgulhar muito mais da sua presença lá no Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Fachin, para suas explicações.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Senadora Gleisi, muito agradecido pela referência e me permito destacar que também me associo no agradecimento, que antes não fiz, aos paranaenses do Brasil inteiro, que estão aqui hoje nos acompanhando e também pelo sistema que permite acompanhar a esta reunião.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Jader Barbalho.

O SR. JADER BARBALHO (Bloco Maioria/PMDB – PA) – Sr. Presidente, o senhor me chamou? (*Pausa.*)

Obrigado.

Eu quero cumprimentar o Senador Alvaro Dias, Relator; quero cumprimentar a Senadora Gleisi Hoffmann e o Senador Requião, representantes do Estado do Paraná; quero cumprimentar o Prof. Fachin; as colegas e os colegas Senadores; bem como os ilustres visitantes que vieram, por certo, desde às 10h da manhã, como nós que estamos aqui desde cedo.

Eu gostaria de registrar, Prof. Fachin, como já fizeram outras companheiras e companheiros aqui do Senado, em primeiro lugar, os meus cumprimentos ao Governo e à Presidente Dilma pela demora dos nove meses para escolher o indicado. Ela poderia ter escolhido na primeira semana e não ter escolhido bem. Depois de nove meses, o sentimento que recolhemos é que efetivamente valeu a pena ela ter demorado a escolher, porque aí ela escolheu efetivamente alguém que nós recolhemos o sentimento de que será um grande ministro, um ministro do Supremo, não do Governo, não do PT nem de Partido algum. Mas um ministro em favor do Brasil, que é o compromisso que nós desejamos do senhor.

Quem acompanhou esta reunião desde o início, como foi o meu caso, eu quero dizer a V. Sª que, apesar dos longos anos de vida pública, eu temi que nós não pudéssemos chegar ao final desta reunião no ambiente em que nós estamos no momento a vivenciar. E eu quero cumprimentar também a oposição, Prof. Fachin. Quero cumprimentar a oposição pelas indagações que fez, até porque não existe democracia sem oposição. Não existe democracia sem contraditório. E eu não registrei aqui nenhuma indagação dos integrantes da Comissão que fosse desrespeitosa e que não estivesse à altura deste momento em que vamos escolher mais um integrante do Supremo Tribunal Federal.

Então, eu quero, aos meus colegas da oposição, cumprimentá-los, cumprimentá-los pelo desempenho, cumprimentá-lo pelas suas indagações. E quero estender os cumprimentos não só a V. Sª, que demonstrou efetivamente ter notório saber jurídico, ser um homem de grande formação humanística, mas também às Senadoras e aos Senadores aqui pelas indagações. Acho que foi o Senador Requião que disse que deveria ser editada esta reunião.

O que nós tivemos nessas 12 horas foi uma ampla aula de Direito, não só patrocinada pela competência e pelo notório saber de V. Sª, mas pelo empenho e pelo interesse...

(Tumulto no recinto.)

O SR. JADER BARBALHO (Bloco Maioria/PMDB – PA) – Por gentileza, colega. Por gentileza. ...pelo interesse das Senadoras e dos Senadores nas indagações altamente responsáveis.

Aqueles que assistiram a esta reunião pela TV Senado durante todo o dia de hoje seguramente estão satisfeitos com o desempenho do Senado. Estávamos a discutir aqui se deveríamos, ou não, transferir.

Na Legislatura passada, participei durante três dias aqui de uma discussão no plenário, Prof. Fachin, de que eu saí triste. Foram três dias de discussão de uma PEC: se deveríamos suprimir ou não a figura do segundo Suplente de Senador. E confesso que eu saí indignado e com saudade da minha Câmara Municipal de Belém, onde eu comecei a minha vida pública, depois de ter visto o Senado durante três dias ficar discutindo uma PEC se deveria extinguir ou não a segunda suplência de Senador da República.

Hoje, Prof. Fachin, apesar das 12 horas, apesar de me ter levantado às 3h da manhã para apanhar um voo em Belém e chegar a tempo de assistir a V. Sª e ao desempenho dos companheiros aqui, quero dizer que valeu a pena. Valeu a pena. Valeu a pena, inclusive, ficar por último. Valeu a pena ser registrado por último. Acho que eu sou o último da relação. Não é isso?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB. *Fora do microfone*.) – Não, V. Exª se registrou por último.

O SR. JADER BARBALHO (Bloco Maioria/PMDB – PA) – Isso. Quer dizer, perfeito.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JADER BARBALHO (Bloco Maioria/PMDB – PA) – Não estou discutindo com V. Exª, Sr. Presidente. Não estou discutindo. V. Exª não estava aqui. V. Exª estava lá em Petrolina, consertando o avião que veio de lá para cá. Certo?

Eu quero dizer, Prof. Fachin, que V. Sª vai contar – permitam-me os companheiros – com o meu voto e vai contar seguramente com o voto da maioria do Senado, porque não adianta a história de que o senhor vai ser ministro do PT, vai ser ministro do Governo... Aí está o episódio do mensalão, e o Governo, salvo engano da minha parte, fez cinco ministros e vejam o resultado do que aconteceu.

Tenho certeza de que V. Sª será Ministro do Supremo do povo brasileiro; não de partido, porque, depois que se veste a indumentária de Ministro do Supremo Tribunal Federal, não há nenhum cargo, a não ser o cargo, votado, de Presidente da República... É o que o senhor vai ter.

Aqui foram feitas quase todas as indagações que se podem imaginar, mas eu acho que eu não ouvi uma. E, como eu sou bacharel em Direito, eu gostaria de fazer uma indagação ao senhor, em relação à tal delação premiada. E não tem nada a ver com a questão específica da Lava Jato. Nada. Mas o Supremo acabou de, por votação apertada, numa turma, por três a dois, decidir conceder *habeas corpus* para a tal delação premiada. Eu queria ouvir V. Sª, como jurista, a respeito disso.

Eu acho que a delação premiada – é o meu entendimento como bacharel em Direito –, é um instrumento válido para que a Justiça possa obter sucesso em apuração. Agora, eu não posso imaginar V. Sª, inclusive respondendo ao Senador Benedito de Lira, uma das coisas que eu percebi quando foi feita a indagação se V. Sª era um civilista, e não um penalista. V. Sª fez questão de dizer que a questão da garantia era fundamental. V. Sª insistiu diversas vezes nisso.

Eu pergunto a V. Sª: as garantias estão sendo respeitadas, ou pode ser aberto um precedente para todo o Brasil? Porque, se um juiz no Paraná pode fazer isso, por que qualquer outro juiz, em qualquer parte do Território nacional, do Acre ao Rio Grande do Sul, não pode usar delação premiada como instrumento de pressão, já que se sabe que a delação premiada deve ser garantida pela espontaneidade do gesto? Agora, se é verdade ou não o que eu li na imprensa, que só vai sair, só sai da prisão, da cadeia se fizer a delação premiada, aí não é garantia de direito individual, de jeito nenhum.

E quero, então, ouvir... Perdoem-me, é uma curiosidade. Assim como foi perguntado aqui, por algum Senador, sobre o que aconteceu no julgamento passado do mensalão, a questão do ato jurídico, do fato jurídico...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP. *Fora do microfone*.) – Domínio do fato.

O SR. JADER BARBALHO (Bloco Maioria/PMDB – PA) – Do domínio do fato, houve uma indagação. Achei muito interessante um dos colegas aqui indagar de V. Exª, como jurista, o que pensa da questão do domínio do fato.

Eu gostaria de ouvir, e não quero sair daqui com essa curiosidade não resolvida, em relação à questão da delação premiada. Como V. Sª, como Ministro do Supremo Tribunal Federal, poderá, inclusive, vir a aceitar as tais das delações premiadas se essas delações premiadas não guardarem a questão da espontaneidade e forem apenas um instrumento de pressão? E um instrumento, no meu entendimento, absurdo, um juiz dizer "só sai se fizer a delação, se fizer a delação, vai para casa com a tornozeleira". "Se não fizer a delação, fica preso." E aí nós temos dois tipos de preso, o que faz a delação premiada e o que não faz. Perdoe-me, mas é a curiosidade do bacharel de província, que não quer ir para casa sem ouvir o que V. Sª pensa a respeito disso.

Quero cumprimentar V. Sª, quero cumprimentar sua esposa, a desembargadora, quero cumprimentar, fundamentalmente, os colegas. Eu não teria pergunta nenhuma porque vocês esgotaram tudo nessas doze horas. Concordo com o Requião, isso deveria ser editado, deveria ser distribuído para os estudantes de Direito em toda parte no Brasil, porque valeram a pena essas doze horas. E valeu a pena, Prof. Fachin, ter ficado por último.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE. *Fora do microfone*.) – Ainda há dois.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB. *Fora do microfone*.) – Com a palavra, o Prof. Fachin para suas explicações.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Eminente Senador Jader Barbalho, recebo, honrado, as palavras de V. Exª, do alto da sabedoria e da experiência que o guia nesta Casa e na vida pública, desde Belém até o Planalto Central deste País. Muito agradecido. Meus cumprimentos. V. Exª sabe, por diversas razões, já lhe disse pessoalmente, da admiração pessoal e do respeito que tenho. Muito agradecido.

Toco no tema tratado por V. Exª. Vou-me permitir falar da figura jurídica do instituto e, portanto, daquilo que podemos chamar de estado da arte dessa matéria no Direito Processual brasileiro da atualidade. Creio que V. Exª compreenderá que não me vou referir a fatos específicos, vou-me referir ao instituto em tese, seu nascimento, sua configuração jurídica e como ele é apreendido, em termos gerais, pela doutrina que o recepcionou no processo penal e nos debates da persecução criminal, tal como hoje se compreende do ponto de vista da dogmática no Brasil.

O que se observou nestes últimos tempos... Vou tentar ser breve, mas esse tema também me chama a atenção, como professor e como bacharel em Direito que somos. Vou procurar explicitar. De algum tempo para cá, as fronteiras entre as famílias jurídicas do Direito anglo-saxão e a nossa, que é dessa formação continental europeia ocidental, começaram a ser mitigadas. Isso começou a levar à confluência de institutos jurídicos nos diversos campos do Direito Público, do Direito Privado, da Criminologia, a um diálogo intercultural e a um debate sobre a recepção de institutos que não são, originariamente, dessa nossa formação germânica, romano-germânica e ocidental.

E nós temos aqui, obviamente, estou fazendo uma breve, uma síntese muito rápida, nós temos, portanto, uma incorporação progressiva desses institutos. Um deles é a chamada colaboração premiada do agente delituoso, que, desse nome pomposo, acabou, obviamente, sendo alcunhado de delação premiada, porque,

de algum modo, trata-se de um agente delituoso que está a fazer uma indicação de outrem como também imputável, ou culpado, ou culpável de uma determinada conduta delituosa.

A origem desse instituto e a sua percepção levam uma configuração de que a colaboração premiada do agente delituoso se configura, ao menos na doutrina jurídica, como indício e não como prova concludente. Isto significa, portanto, que a colaboração premiada do agente, tal como está sendo, isso são institutos novos que estão sendo incorporados e a sua conformação teórica ou prática está sendo desenvolvida entre nós.

Essa colaboração premiada do agente está, portanto, sendo internalizada, recepcionada e desenvolvida como um ato indiciário, e, como nós sabemos, há prova de ser concludente e pertinente. Indícios são relevantes, mas, por si só, não são suficientes. É necessário que uma outra prova verídica venha confirmar o indício, para que de indício ele se converta em prova.

Portanto, o estado da arte, num resumo muito apertado desta matéria e da colaboração premiada, tem conferido a esse instituto e a sua nova conformação dentro do arcabouço da estrutura do Direito Penal essa dimensão, e nela é muito importante que se tenha presente não inverter o princípio da não culpabilidade. Em outras palavras, o indício é relevante, mas, até prova em contrário, o acusado é inocente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Sr. Presidente, eu ouvi boa parte das respostas do Dr. Fachin e faço das palavras do Senador Delcídio minhas palavras.

Independentemente de quem vai votar a favor ou contra o Ministro Fachin aqui, nesta Comissão, eu não tenho dúvida nenhuma de que ele demonstrou claramente, para todos nós, sem exceção, uma capacidade de entendimento, de raciocínio que poucos homens que estão nessa função têm.

Por isso que agora eu entendo a preocupação do Senador Requião, a preocupação da Senadora Gleisi e a preocupação do Senador Alvaro Dias: você seria um concorrente para eles muito forte se você fosse candidato pelo Paraná. (*Risos.*) A luta deles aqui é para tirar você do caminho deles, e eles convenceram a gente. Vão nos levar na conversa.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Teria o meu voto já.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Com certeza absoluta, porque eu vi, aqui, o respeito que o senhor teve com todos os Senadores e também os Senadores e as Senadoras com o senhor, com respeito.

Demorado? Sim, demorado, mas, talvez, essa prática seja para outros nomes. E cai por terra esse negócio de partido político, até porque o Nelson Jobim foi Presidente do Supremo Tribunal e era filiado ao PMDB, até Deputado foi pelo PMDB, e ninguém falou sobre esse assunto antes. Ninguém. Eu não via questionamento, "Olha, o Nelson Jobim é filiado ao PMDB, Deputado pelo PMDB". E saiu do Ministério, depois, foi ser Ministro, ele era Ministro, depois, foi ser Ministro do Governo Lula, e da Dilma ainda, mas não houve essa celeuma toda em relação a ele como está tendo.

Se fosse há 9 meses, tenha certeza absoluta de que não estaria essa discussão toda, e nós já teríamos votado isso há muito tempo. É que o momento do Governo não é bom, e o Governo não estando bem, muitas vezes, qualquer indicação que seja feita gera desconfiança, gera esses problemas todos, porque eu recebi centenas desses WhatsApp, pedindo "Olha, não...", sem o conhecerem, sem o conhecerem. Há uma campanha sem conhecê-lo, sem saber se está ou não preparado para assumir a Suprema Corte deste País.

E agora o senhor acabou de dar uma resposta ao Senador Jader Barbalho que para todos nós que estamos vivendo neste País serve. E outras respostas.

Pelo sim, pelo não, eu quero aqui uma garantia sua. Como Governador do Amazonas eu enfrentei e vou enfrentar como Senador, de vez em quando, nós temos que fazer uma ação direta de inconstitucionalidade para preservar aquilo que a Constituição brasileira nos dá de direito, que é a Zona Franca de Manaus. Qual é o seu entendimento sobre a Zona Franca de Manaus, por favor?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o Prof. Fachin, para as suas respostas.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Senador Omar Aziz, sobre a Zona Franca de Manaus, francamente...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – O senhor não se preparou. (*Risos.*)

(Palmas.)

Mas deixe-me dizer aqui: confio na sua independência e confio principalmente no espírito público que o senhor tem para preservar aquilo que é hoje a maior protetora da Floresta Amazônica, que é a Zona Franca de Manaus. E acredito muito que o senhor vá, lá no Supremo Tribunal, estar ali na vanguarda para defender os interesses do povo amazonense.

Muito obrigado, Ministro.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Muito obrigado, Senador. Obrigado pela pergunta e pela resposta. Muito obrigado! (*Risos.*)

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, meu caro Prof. Fachin, eu serei breve. Quero dizer que acompanhei, atentamente, do meu gabinete, todo este debate. Um dos grandes debates e uma das grandes sabatinas que vi neste Senado ao longo dos meus 20 anos nesta Casa.

A oposição agiu com rigor, com firmeza, mas com respeito. Questionou muitas questões, fruto de colocações da imprensa, legítimas, porque todas as questões têm que ser levantadas, e o homem que é homem público tem que responder a todas elas. Questões em decorrência de um processo de escolha que foi, no mínimo, complexo e que gerou polêmica ao longo desse tempo todo. E V. Exª chegou aqui hoje com uma responsabilidade e com um processo decisório muito forte. V. Exª enfrentou esse debate com grandeza de espírito, com saber jurídico, com competência e com humildade.

Quero dizer aqui que estou satisfeito com tudo que foi dito. Eu acho que V. Exª sai maior desse processo do que entrou aqui, não só pela sabatina, mas por todo o processo de escolha. V. Exª vai para o Supremo, vai julgar pessoas, vai julgar ações nacionais, e passou por um processo de julgamento também estando do outro lado, o que é extremamente importante para o amadurecimento de qualquer um.

Quero dizer a V. Exª que, quebrando a regra, eu quero registrar aqui que vou votar favorável a V. Exª, porque V. Exª conquistou o meu voto neste debate de hoje. V. Exª respondeu com grandeza e com responsabilidade.

E o que foi dito aqui... V. Exª disse, em determinado momento, neste debate: "O que está sendo dito aqui é o meu compromisso para frente." Será cobrado e será a minha postura. É assim que o Senado deve agir nas sabatinas.

Portanto, meus parabéns ao Senado. Meus parabéns à oposição, que soube questionar. E meus parabéns à Presidenta Dilma e a V. Exª, que respondeu, encarou com grandeza e sairá, não tenho dúvida, aprovado deste Senado, com condições de exercer um papel importante no Supremo Tribunal Federal.

O meu voto é "sim", Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o Prof. Fachin.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Senador Romero Jucá, muito agradecido pela declaração de V. Exª. Eu a tomo como um compromisso com o País, como um compromisso com a Constituição, como um compromisso com as futuras gerações. Tenho certeza de que estamos irmanados nesse compromisso.

Muito agradecido.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Garibaldi Alves, último orador inscrito.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – Sr. Presidente, Prof. Fachin, eu sou suplente nesta Comissão. Todo suplente vive de uma expectativa de direito... (*Risos.*)

A minha expectativa, a esta altura, ainda é maior, porque eu queria exercer o meu direito de voto, mas os titulares são implacáveis, principalmente em uma hora como essa. Não faltou nenhum, então eu terei que apelar para o meu direito de voto no plenário.

Mas eu queria dizer a V. Exª que aqui a apreciação é mais técnica, e V. Exª nos deu, como todos disseram aqui, uma aula de Direito de uma forma exuberante. Quando V. Exª me procurou lá no meu gabinete, eu disse a V. Exª: olha, eu sou suplente. Mas V. Exª, além de ser um grande jurista, é um homem de fé, e acreditou que eu pudesse votar. (*Risos.*)

Eu quero dizer a V. Exª que se eu não votar hoje, eu votarei no plenário. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Prof. Fachin, para responder ao Senador Garibaldi Alves a sua generosa declaração.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Senador Garibaldi Alves, muito agradecido pela declaração que, mais do que me contemplar com a sua manifestação, eleva o meu compromisso e a minha responsabilidade. Fico certamente seguro de que irei honrar esse compromisso e responder ao desafio caso seja acolhido na deliberação desta Comissão e do Senado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra a Senadora Rose de Freitas. (*Pausa.*)

Desistiu? Ah, está ali.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Hoje nós estamos em uma implicância... (*Risos.*)

Antes de mais nada, eu queria dizer que, longe de mim de participar do debate sendo suplente da Comissão, mas me preparando para a votação do plenário, eu assisti bem curiosa, Dr. Fachin, à sua apresentação e à participação no debate nesta Casa. Acompanhei e li, eu estive com o senhor no nosso gabinete, o senhor visitou muito humildemente todos os gabinetes. Não encontrando, retornava, e me chamou a atenção esse comportamento do senhor. Li sobre a sua formação técnica, adequada, condizente com o cargo a que aspira, e vi a sua definição. E me chamou muito a atenção a definição de ser um sobrevivente; ser um sobrevivente que tem um saber completado pela sua história de vida.

O senhor aqui contou sobre a história de vender laranjas, maçãs. Na verdade, o senhor não se escondeu, mostrou a sua história, a sua história, o seu saber. Não se escondeu nas palavras aqui, respondeu a todos, expôs aquilo em que todos procuravam muitas vezes contradição na sua resposta, no seu debate, mas encontraram a firmeza nas suas convicções.

E eu queria, só fazendo uma saudação, dizer que vários amigos do meu Estado, quando eu vinha para este debate... Não vou aqui analisar as manifestações das redes sociais, porque elas não tinham elementos suficientes para fazê-lo adequadamente, justamente. Mas lembro-me do Desembargador Samuel Meira, do meu Estado, lembro-me de outros professores, de outros advogados, que citavam sua pessoa de maneira profundamente respeitosa.

Foi com esse sentimento que recebi, com que conversei com o senhor, parabenizando-o, inclusive, por uma coisa que me chamou atenção, porque a sociedade não se divide...

(Soa a campainha.)

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ...entre homens e mulheres, mas eu notei muito a presença da sua companheira, em todos os momentos que o senhor esteve nessa odisseia pela Casa. Então, queria dizer ao filho do agricultor, ao vendedor de laranja, ao professor que aqui está, que estou gratamente satisfeita.

Assisti parte do debate aqui e ora na televisão, presidia a comissão, ia à televisão, ouvia os debates, as perguntas, senti-me contemplada em muitas respostas. Digo para o senhor que foi a vida que lhe fez chegar aqui com esse contencioso histórico pessoal muito bom de se ver, ouvir e conviver. Então, sou apenas suplente aqui. Quero manifestar o meu respeito, minha admiração.

Quero dizer que nunca vi um debate tão acalorado como este que vi aqui. O momento também propiciou tudo isso, porque há uma certa confusão de que o Dr. Fachin possa ser, por ser indicado por quem foi, responsável talvez até pela crise política do País, pela crise da economia. Mas estamos aqui diante do senhor para dizer do nosso respeito e admiração. Se o nosso voto vai contemplar a sua história com essa ida... Acho que as pessoas até esquecem que o teto da sua atuação será sempre a Constituição Federal, que eu ajudei a elaborar, a construir, a escrever.

Portanto, não temo a sua figura, a sua pessoa, as suas declarações, a sua história. Experimento o sabor das suas palavras aqui de frente, olhando para cada um, para dizer que eu estarei no plenário, não aqui hoje, porque aqui sou suplente, estarei lá coesa com a minha expectativa do desempenho, porque tem um versículo de São Paulo que diz: muito será cobrado a quem muito houver confiado. Confio que o senhor será um bom representante do povo brasileiro, honrando os votos desta Casa e a confiança de todos.

Muito obrigada.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Prof. Fachin para suas explicações.

O SR. LUIZ EDSON FACHIN – Senadora Rose de Freitas, muito agradecido pela intervenção que me sensibiliza. Quero aproveitar ao agradecê-la para também agradecer o respeito com o qual fui tratado aqui no dia de hoje. Eu me senti profundamente honrado por todo o tratamento que recebi, tentando enfrentar as questões da maneira como sou, tentando ofertar as respostas no limite do meu conhecimento e fui destinatário de uma consideração que me honra genuinamente.

Agradeço a V. Exª e, como ser humano, quero agradecer a todos os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos ouvir o nosso Relator, que quer entregar o relatório que ele recebeu, via interatividade, de cerca de 648 pessoas, que se manifestaram a respeito do assunto que estamos tratando nesta reunião, o que mostra o prestígio desta Comissão de Justiça e a forma como a sociedade recebeu este trabalho.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Obrigado, Presidente. Rapidamente não farei todas as perguntas ao Professor Fachin. Com base no Regimento Interno, art. 383, manifestações recebidas neste processo de escolha de autoridades.

Professor, foram 648 manifestações, muitas das perguntas foram formuladas pelos colegas Senadores. Encaminho-as a V. Sª que, se entender conveniente, poderá responder as questões mais importantes aqui suscitadas pelos brasileiros através do Portal do Senado Federal.

E, ao entregá-las a V. Sª, para quebrar o gelo, no final desta reunião, este amigo e grande jurista Técio Lins e Silva, que nos acompanha desde cedo aqui, me disse que observou que o Prof. Fachin saiu só uma única vez, não comeu nada. Portanto, ele sugere uma mudança no nome: de Fachin para Faquir. (*Risos.*)

Entrego a V. Sª, então, esse caderno com as manifestações dos internautas no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não havendo mais interpelantes para esta reunião, vamos passar agora ao processo de votação.

Será feita votação nominal.

As cédulas estão aqui presentes. Os Senadores receberão as cédulas, depositarão as cédulas na urna; e logo após, será feita a apuração do resultado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente, Senador Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Aloysio.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ... o Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sobre o processo de votação, nós temos aqui toda uma parafernália, painel eletrônico; pusemos lá nossa impressão digital, e temos aqui uma urna eletrônica para votar.

Indago a V. Exª se não é possível votarmos já com as novas condições que a estrutura do Senado colocou à nossa disposição.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu acho legítima a colocação de V. Exª, mas o que está acontecendo com o processo eletrônico é que ele traz algumas falhas ainda. Está num processo experimental, de ajuste ainda. Por isso, nós decidimos fazer a reunião através de chapas nominais, como foi feito aqui em outros casos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Jorge Viana. (*Pausa.*)

Senadora Gleisi Hoffmann. (*Pausa.*)

Senador José Pimentel. (*Pausa.*)

Senadora Fátima Bezerra. (*Pausa.*)

Senador Humberto Costa. (*Pausa.*)

Senador Acir Gurgacz. (*Pausa.*)

Senador Benedito de Lira. (*Pausa.*)

Senador Ciro Nogueira. (*Pausa.*)

Senador Eunício Oliveira. Nosso grande Líder. (*Pausa.*)

Senador Edison Lobão. (*Pausa.*)

Senador Ricardo Ferraço. (*Pausa.*)

Senador Romero Jucá. (*Pausa.*)

Senadora Simone Tebet, grande mulher. (*Pausa.*)

Senador Valdir Raupp, meu Presidente. (*Pausa.*)

Senador Jader Barbalho. (*Pausa.*)

Senador José Maranhão. (*Pausa.*)

Senador José Agripino. (*Pausa.*)

Senador Ronaldo Caiado. (*Pausa.*)

Senador Aloysio Nunes. (*Pausa.*)

Senador Cássio Cunha Lima. (*Pausa.*)

Senador Antonio Carlos Valadares. (*Pausa.*)

Senador Roberto Rocha, o homem forte do Maranhão. (*Pausa.*)

Senador Randolfe Rodrigues. (*Pausa.*)

Senador Eduardo Amorim. (*Pausa.*)

Senador Marcelo Crivella. (*Pausa.*)

Senador Magno Malta. (*Pausa.*)

Senador Alvaro Dias. (*Pausa.*)

Votaram todos, todos os titulares.

Esta Presidência informa que votaram todos os componentes desta Comissão, 27 votos.

Eu já votei, porque a votação é nominal.

Agora, eu nomeio o Senador Raimundo Lira e o Senador Crivella para funcionarem como escrutinadores.

(Procede-se à apuração dos votos.)

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Atenção, Srªs e Srs. Senadores! Vamos prestar atenção agora, porque vai se iniciar o processo de apuração dos votos.

O Senador conferiu 27 votantes.

Voto "sim".

Voto "não".

Voto "sim".

Voto "sim".

Voto "não".

Voto "sim".

Voto "não".

Voto "sim".

Voto "sim".

Voto "não".

Voto "sim".

Voto "sim".

Voto "sim".

Voto "sim".

Voto "sim".

Voto "sim".

Voto "sim".

Voto "sim".

Voto "sim".

Voto "sim".

Voto "sim".

Voto "sim".

Voto "não".

Voto "sim".

Voto "não".

Voto "não".

Voto "sim".

Votaram SIM 20 Srs. Senadores; e NÃO, 7. (*Palmas.*)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Sr. Presidente.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB – PB) – De acordo com o Regimento, as cédulas serão entregues ao Presidente para serem destruídas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Peço silêncio para anunciar o resultado desse escrutínio.

Nós tivemos em favor do Prof. Fachin 20 votos e 7 votos NÃO.

Então, a escolha do Sr. Luiz Edson Fachin foi aprovada pela Comissão, por maioria expressiva, como já se viu, e a matéria vai ao plenário.

O processo vai ser remetido à Secretaria da Mesa para que se proceda a tal.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu peço urgência, o regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em votação o regime de urgência.

Os Parlamentares que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade. (*Palmas.*)

Esta Presidência vai destruir as cédulas para guardar o sigilo do voto.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 3 minutos, a reunião é encerrada às 22 horas e 42 minutos.)

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE MAIO DE 2015, TERÇA-FEIRA, ÀS 09 HORAS.

Às nove horas e trinta minutos do dia cinco de maio de dois mil e quinze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe, Paulo Rocha, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Otto Alencar, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, João Capiberibe, Eduardo Amorim, Douglas Cintra, Humberto Costa, Delcídio do Amaral, Romero Jucá, Aloysio Nunes Ferreira, Vanessa Grazziotin, Roberto Rocha e Blairo Maggi. Deixa de comparecer o Senhor Senador Jader Barbalho. Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete aos membros a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA. A Presidência informa o recebimento do Ofício nº 55, de 2015, do Ministério do Meio Ambiente, que permanecerá à disposição dos membros da Comissão, por sete dias, para manifestação de interesse sobre relatoria. Não havendo interesse, será arquivado. A seguir, a Presidência designa, nos termos do artigo 89, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, para compor a Subcomissão Temporária de Acompanhamento e Fiscalização das Obras Inacabadas, os Senhores Senadores Donizeti Nogueira, Valdir Raupp, Ataídes Oliveira, Roberto Rocha e Douglas Cintra. Passa-se à PAUTA. ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 16, de 2015. Nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o Regimento Interno do Senado Federal, solicita-se que seja convocado a prestar depoimento nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle o Senhor Ministro de Estado da Saúde, a fim de explicar os efeitos deletérios do programa "Mais Médicos" nas cidades do interior. Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Resultado: Aprovado em conjunto com o Item 2, com aditamento para que o requerimento seja transformado em convite, para que seja incluído no debate o quadro atual da epidemia de dengue e para que a reunião seja em conjunto com a CRE. ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 17, de 2015. Nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o Regimento Interno do Senado Federal, solicita-se que seja convocado a prestar depoimento nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle o Senhor Ministro de Estado da Saúde, bem como convidados os Senhores Alexandre Padilha, Rafael Bonassa, Roberto Kleiman, Jean Kenji Uema, Heider Aurélio Pinto e a Senhora Maria Alice Barbosa Fortunato, a fim de explicar denúncias apresentadas no "Jornal da Bandeirantes" referentes ao Programa "Mais Médicos". Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Resultado: Aprovado em conjunto com o Item 1, com aditamento para que o requerimento seja transformado em convite, para que seja incluído no debate o quadro atual da epidemia de dengue e para que a reunião seja em conjunto com a CRE. ITEM 3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 22, de 2015. Nos termos da Constituição Federal, combinado com o Regimento Interno do Senado Federal, solicita-se que seja convocado a prestar depoimento nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização o Senhor Ministro de Estado das Comunicações, bem como convidados o Diretor-Presidente dos Correios, o Superintendente da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e o atual gestor do Fundo Postalis, a fim de explicarem o "rombo" de 5,6 bilhões no fundo de pensão dos trabalhadores dos Correios. Autoria: Senador Ronaldo Caiado Resultado: Aprovado em conjunto com o Item 4, com aditamento para que seja excluído da lista de convidados o Ministro de Estado das Comunicações. ITEM 4) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 24, de 2015. Requer, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal, e no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para debater acerca dos graves problemas recentemente divulgados pela imprensa sobre o Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos (Postalis). Nesse sentido, sugere a participação dos convidados abaixo relacionados. 1. Sr. Antonio Carlos Conquista – Diretor-Presidente do Postalis; 2. Sr. Wagner Pinheiro de Oliveira – Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios); 3. Sr. Carlos de Paula – Diretor-Superintendente da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc); 4. Sr. José Rodrigues dos Santos Neto – Secretário Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios, Telégrafos e Similares (FENTECT); 5. Sr. Luiz Alberto Menezes Barreto – Presidente da Associação dos Profissionais dos Correios (ADCAP). Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Resultado: Aprovado em conjunto com Item 3. ITEM 5) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 29, de 2015. Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com os ar-

tigos 93, inciso II, e 90, inciso III do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado Federal – CMA, destinada a debater os impactos da redução da vazão e a situação hídrica do Lago de Sobradinho, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Antônio Varejão de Godoy, Presidente da Companhia Hidrelétrica do S. Francisco (Chesf); Sr. Anivaldo de Miranda Pinto, Presidente da Diretoria Executiva do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco; Sr. Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas(ANA); Dra. Luciana Cury, Coordenadora das Promotorias de Justiça da Bacia do São Francisco; e Sr. Elmo Vaz Bastos de Matos, Presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. Autoria: Senadora Lídice da Mata. Resultado: Aprovado. ITEM 6) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 32, de 2015. Nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, para debater – Legislação e Fiscalização para o Uso da Água em Minerodutos no Brasil. CONVIDADOS: 1. Vicente Andreu – Diretor Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA; 2. Sérgio Dâmaso de Sousa – Diretor Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM; 3. Zani Cajueiro Tobias de Souza – Procuradora da República – MPF; 4. Maria Teresa Corujo – Comitê em Defesa dos Territórios Frente a Mineração/ Serra do Gandarela; 5. Anacleta Pires da Silva – Comitê em Defesa dos Territórios Frente a Mineração/Grande Carajás; 6. José Fernando Coura – Diretor Presidente do Instituto Brasileiro da Mineração – IBRAM; e 7. Julianna Malerba – pesquisadora da FASE. 8. Lucio Flavio Pinto – jornalista, editor do "Jornal Pessoal". Autoria: Senador João Capiberibe. Resultado: Aprovado com aditamento para que se incluam no rol de convidados o Secretário de Desenvolvimento, Mineração e Energia do Estado do Pará, Adnan Demachki. ITEM 7) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 33, de 2015. Nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, para debater – O Sucesso da Moratória da Soja: Compromisso Social e Marco Legal em Defesa da Amazônia e da Agricultura Brasileira. CONVIDADOS: 1. Izabela Teixeira – Ministra do Meio Ambiente MMA. 2. Kátia Abreu – Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento MAPA. 3. Daniel Azeredo Avelino – Procurador da República MPF 4. Carlos Lovateli – Presidente da ABIOVE (Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais). 5. Sergio Mendes, diretor geral da ANEC (Associação Nacional dos Exportadores de Cereais) 6. Paulo Adário – Coordenador do Greenpeace. 7. Paulo Moutinho – Diretor-Executivo do IPAM. Autoria: Senador João Capiberibe. Resultado: Aprovado com aditamento para que sejam incluídos no rol de convidados o Presidente da Aprosoja Brasil, Almir Dalpasquale, e o Pesquisador da Imazon, Adalberto Veríssimo. ITEM 8) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 36, de 2015. Em aditamento ao Requerimento nº 33/2015 desta Comissão, requer que seja aditado o nome do Sr. Hildegardo Nunes – Secretário Estadual de Desenvolvimento Agropecuário e de Pesca. Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Resultado: Aprovado. ITEM 9) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 37, de 2015. Em aditamento ao Requerimento nº 33/2015, desta Comissão, requer que seja aditado o nome do Senhor Pedro Jacyr Bongiolo, Presidente do Conselho de Administração do Grupo Amaggi, para participar da audiência Pública que irá debater – O Sucesso da Moratória da Soja: Compromisso Social e Marco Legal em Defesa da Amazônia e da Agricultura Brasileira. Autoria: Senador Blairo Maggi e outros. Resultado: Aprovado. ITEM 10) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 34, de 2015. Nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, para debater – Geração de Energia Solar no Brasil: Política Tributária Especial e Modelo Energético. CONVIDADOS: 1. Eduardo Braga – Ministro de Minas e Energia MME; 2. Romeu Donizete Rufino – Diretor-Geral da ANEEL; 3. Manoel de Moura Junior – Presidente da COTEPE/ICMS – CONFAZ; 4. Nelson Colaferro – Presidente da ABSOLAR; 5. Roberto Zilles – Presidente da ABENS; 6. Naum Fraidenraich – Prof. Dr. UFPE – Presidente CBENS; e 7. Fernando Rosseti – Diretor-Executivo do Greenpeace Brasil. Autoria: Senador João Capiberibe. Resultado: Aprovado com aditamento para que seja incluído no rol de convidados o Presidente da S4 Clean Energy, João Eugênio. ITEM 11) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 35, de 2015. Requer nos termos do inciso III do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 93 do Regimento Interno, que seja enviado convite às autoridades abaixo nomeadas, para discutir, em audiência pública nesta Comissão, as "pedaladas fiscais" do Governo Federal, que atingem bancos públicos e municípios. • Ministro de Estado do Planejamento, o Exmo. Senhor Nelson Barbosa; • Presidente do TCU, o Exmo. Senhor Aroldo Cedraz. Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Resultado: Aprovado com aditamento para que o requerimento seja transformado em convite e para que a reunião seja em conjunto com a CAE e a CI. ITEM 12) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 7, de 2014 – Não Terminativo. Encaminha cópia do Acórdão nº 1662/2014 – TCU – Plenário, acompanhado

do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao relatório de acompanhamento realizado em cumprimento ao subitem 9.14 do Acórdão 2.596/2013 – TCU – Plenário, cujo objetivo foi auferir o nível de aderência da Matriz de Responsabilidades, publicada pela Autoridade Pública Olímpica, à Lei 12.396/2011, e identificar riscos à realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 (TC 004.185/2014-5). Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pelo arquivamento. Resultado: Lido o relatório e concedida vista ao Senador Ataídes Oliveira por cinco dias, nos termos do art. 132, §1º do RISF. ITEM 14) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, de 2014 – Não Terminativo. Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor, para definir regras sobre a oferta e a apresentação de produtos ou serviços. Autoria: Deputada Nilda Gondim. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto. ITEM 18) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2014 – Não Terminativo. Altera as Leis n°s 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e 12.787, de 11 de janeiro de 2013, para promover o uso sustentável dos equipamentos de irrigação na agricultura brasileira. Autoria: Senador Wilder Morais. Relatoria: Senador Romero Jucá. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado novo relatório apresentado pelo Senador Romero Jucá, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto com a emenda nº 1-CMA. Ficam adiadas as demais matérias. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a reunião às onze horas e vinte minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Otto Alencar,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Continuaremos com o mesmo rito que nós temos observado.

Havendo número regimental, inclusive para deliberação, declaro aberta a 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores, já que temos quórum de nove Srs. Senadores, a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Agora, farei a leitura de avisos e ofícios e demais documentos recebidos na Comissão.

Comunico que o documento a seguir indicado permanecerá à disposição dos membros da Comissão, por sete dias, para manifestação de interesse sobre relatoria. Não havendo interesse, será arquivado.

Ofício nº 55, de 2015, do Ministério do Meio Ambiente.

Informo que a descrição desse Ofício "S" será arquivada caso não haja manifestações de interesse pela relatoria. Foi encaminhada para os gabinetes de todos os membros da CMA por *e-mail*.

Antes de passarmos à pauta, gostaria de comunicar aos Srs. Senadores que estou designando para integrar a Subcomissão Temporária de Acompanhamento e Fiscalização das Obras Inacabadas os seguintes Senadores:

– Pelo Bloco do Governo (PDT, PT e PP), o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – De autoria de quem?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Foi aprovada aqui, na reunião anterior, uma subcomissão de fiscalização das obras inacabadas.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Não sei como vou participar, porque não estou dando conta de participar nas comissões ordinárias aqui, nem da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle. Não tem nem quórum.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Então, terei de indicar outro do Bloco. Talvez, o Senador Donizeti.

Se V. Exª aceitar participar dessa subcomissão...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO. *Fora do microfone*.) – Pelo Bloco?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Sim; pelo Bloco.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Então, o Senador Donizeti.

O Senador Valdir Raupp já foi consultado e aceitou.

O Senador Ataídes Oliveira, que foi inclusive quem propôs a criação da subcomissão.

O Senador Roberto Rocha também foi consultado e aceitou.

E eu queria consultar se o Senador Douglas Cintra aceita também. (*Pausa.*)

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Confirmado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Confirmado.

Consulto ainda os Senadores indicados, com anuência do Senador Valdir Raupp, que é o Senador mais idoso da subcomissão e tem a competência de convocar a reunião de instalação, se poderiam permanecer após nossa reunião deliberativa para que fizéssemos instalação e eleição do presidente, vice-presidente e relator.

Indico também o Senador Roberto Rocha, que não está aqui, para suplente da Subcomissão Permanente da Água. Já havia conversado com ele anteriormente, e ele aceitou.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não. Pela ordem, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu só queria dizer algo a V. Exª e pedir a compreensão para um esclarecimento. Não está escrito em nenhum lugar do Regimento Interno do Senado, em nenhum lugar... V. Exª recebeu uma informação equivocada.

O art. 242 do Regimento Interno diz que o requerimento será lido na presença do autor, mas votado... Não está escrito em lugar algum que ele obrigatoriamente tenha de ser votado na presença do autor.

Era só um esclarecimento a respeito do art. 242.

Era só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Art. 242.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – V. Exª pode deliberar que só vai pôr em pauta na presença do autor. Com isso, estou de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Expliquei a V. Exª, inclusive, Senador Jorge Viana que, antes até, esse rito já estava sendo executado aqui nas outras reuniões.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu concordo. Só estou dizendo que não é regimental. É uma decisão de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Inclusive informei a V. Exª que, até para mudar, eu teria de consultar os outros Senadores se concordam ou não com a mudança. Eu não tomaria uma decisão pessoal de modificar.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTROLE Nº 16, DE 2015 – Não terminativo –

> **Nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o Regimento Interno do Senado Federal, solicita-se que seja convocado a prestar depoimento nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle o Senhor Ministro de Estado da Saúde, a fim de explicar os efeitos deletérios do programa "Mais Médicos" nas cidades do interior.**
> **Autoria:** Senador Ronaldo Caiado.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, caro colega Senador Caiado, nós, por acaso, participamos da Comissão de Relações Exteriores juntos, onde V. Exª aprovou, com a concordância do Plenário, obviamente com a alteração que V. Exª fez, a convocação do Ministro e de outras autoridades para debater este tema na Comissão de Relações Exteriores.

Como o propósito de V. Exª é esclarecer questões ligadas ao Mais Médicos, eu apresento uma sugestão ao Presidente – e peço aí a concordância de V. Exª – para que se faça isto numa reunião conjunta, já que temos, com a Comissão de Relações Exteriores e que se estabeleça essa data num entendimento a partir de um convite, já que lá V. Exª concordou em transformar em convite e aqui temos uma convocação. Se nós transformarmos em convite, vai ficar apenas em um ajuste a ser feito pelo Presidente desta Comissão e da Comissão de Relações Exteriores para termos o Ministro da Saúde e outras autoridades que aprovamos na Comissão de Relações Exteriores.

Seria o apelo que eu faria para que, de fato, possamos ter atendida a solicitação do Líder Ronaldo Caiado e que não se tenha o mesmo convite em duas comissões diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, da minha parte não vejo a menor dificuldade em acolher a sugestão do Senador Jorge Viana de que haja uma reunião conjunta. Em primeiro lugar, nós não estamos aqui para embaraçar ou para dificultar a ação de um

Ministro de Estado; nós estamos aqui buscando esclarecimentos de fatos que são trazidos a nós pelo cidadão que mora no interior do Brasil.

Como ofereceram aos prefeitos, a um custo menor, médicos do Mais Médicos, o que ocorreu? Os prefeitos, até por uma questão orçamentária, dispensaram os médicos diplomados, que fizeram faculdade e residência médica no Brasil. Então, em vez de termos uma ampliação do quadro de médicos no interior...

O levantamento feito, de forma muito cuidadosa, pelo jornal *O Globo* buscou exatamente os Municípios mais distantes, ou seja, os mais carentes e neles detectou aquilo que nós já havíamos colocado como um risco do programa. Ou seja, os prefeitos, ao receberem esse médico cubano, que não tem o conhecimento daquele colega que já está habituado com a realidade do seu Estado, que conhece a epidemiologia do nosso País, que tem uma formação no nosso País, que tem, na maioria das vezes, residência já feita no Brasil e que poderia e pode contribuir muito mais do que um médico estrangeiro, que vem sem o conhecimento e até sem o Revalida... É aquilo que nós dizíamos que poderia acontecer, Sr. Presidente, que é médico de um Estado, a Bahia, que sabe, assim como Goiás, a dificuldade de se manter um médico no interior. O que ocorreu foi a troca, não o acréscimo. Nós não tivemos um *plus* de médicos no interior; nós tivemos exatamente a demissão do médico diplomado e a vinda do médico do Mais Médicos. Este é o primeiro ponto, Presidente.

Segundo ponto. Esta Casa tem compromisso e nós médicos temos compromisso com a saúde da população brasileira. Nós não temos compromisso com o programa de campanha eleitoral. É importante que isto seja colocado aqui, independentemente da nossa posição partidária, independentemente de eu ser Oposição e de V. Exª ser Governo, esta posição, do ponto de vista saúde, tem que ser suprapartidária. Do ponto de vista suprapartidário, todos nós comungamos com a tese de que é preciso enfrentar o debate exatamente da carreira de Estado para médico na área da saúde. Isso é fundamental. Não adianta tergiversarmos. Nós sabemos muito bem que o Brasil hoje já formou 20 mil médicos por ano. A pretensão é chegar a 30 mil médicos por ano. Infelizmente, a qualificação que é dada, as condições que são dadas a esses estudantes estão longe daquilo que precisamos para que eles sejam qualificados para o exercício da medicina, mas essa é a meta do Governo. Agora, é inadmissível, inaceitável que não tenhamos uma política de Governo do ponto de vista de admitir a carreira de Estado para médico, para que os especialistas possam ir para o interior do Brasil e lá ter uma condição que não fique na disposição do humor das lideranças políticas do interior nem da condição orçamentária do Município.

Então, eu concordo plenamente em fazer a reunião conjunta. Eu gostaria de pedir aos pares, se todos tivessem a concordância, que pudesse acrescer, Senador Jorge Viana, um fato que tem nos preocupado sobremaneira, que é esta realidade que o Brasil, ontem, foi considerado, pela Organização Mundial de Saúde, como um país que está diante de um quadro de epidemia da dengue. A tese...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC. *Fora do microfone*.) – Isso é fato.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – O Estado de V. Exª é o primeiro Estado e o meu é o segundo. O Estado do Acre está com mais de mil casos por cem mil habitantes. O Estado de Goiás está com 968 casos por cem mil habitantes.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – E o pior: no meu Estado, está concentrado no Município do Cruzeiro do Sul, que é o segundo maior do Estado. É uma situação muito difícil a que a população de Cruzeiro do Sul está passando. Há um conflito do prefeito, que não segue uma cooperação com o Governo. É o caso de São Paulo também; há Municípios onde a epidemia está comprovada, no maior Estado do País. E, pior, de cada dez, nove são idosos; dos que estão morrendo, nove são idosos. É gravíssimo esse quadro e ele precisa ser debatido aqui no Senado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Então, eu gostaria de poder acrescentar, para finalizar, Sr. Presidente, que existe uma certa... Eu não consigo entender! A norma constitucional diz "convocação". Mas existe sempre, por parte do Governo, resistência à palavra "convocação". Quer dizer, então, acho que tínhamos que fazer uma mudança na Constituição brasileira. Todo mundo quer que seja convite e, sendo convite, vem na hora. Eu não entendo por que essa obrigatoriedade... O meu requerimento cumpre o que as normas regimentais e constitucionais determinam. Mas, se pode ser mais rápido pelo convite, também não faço objeção da minha parte; essa queda de braço por ser convite ou convocação.

Terceiro ponto, e para finalizar, Sr. Presidente, quero deixar claro também, para que ele possa saber, já que tem assessoria dele presente, é que no Orçamento, na rubrica específica Coordenação Nacional da Vigilância de Prevenção e Controle da Dengue, nós temos um projeto de lei aprovado no valor de R$14,3 milhões, em que foi feita uma dotação inicial de R$13,770 milhões do Orçamento. Empenhados R$7,948 milhões. Liquidados e pagos: zero. Nenhum real. Ou seja, nós estamos diante de um quadro de epidemia de dengue no nosso País e com centenas de óbitos já confirmados nesse processo que cada vez causa mais temor principalmente

às pessoas idosas e àqueles que são reincidentes da dengue, com condição do aparecimento da dengue hemorrágica, com sérias complicações e caminhando para óbito num percentual muito grande.

Então, Sr. Presidente, se os colegas concordarem, eu gostaria de acrescer ao nosso requerimento não só a discussão deste assunto do deslocamento e da demissão dos médicos brasileiros nos Municípios do interior como também do fato específico e atual desse quadro de epidemia de dengue no País.

Essas são as considerações que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, quero parabenizar o Senador Ronaldo Caiado pelo requerimento e dizer que é muito fácil compreender porque os prefeitos estão substituindo... É porque os profissionais do Mais Médicos não são eles que pagam diretamente, quem paga é o Ministério. Então, o Município não tem que dar contrapartida nenhuma. E quando contrata diretamente, sabe-se lá quanto o Município tem que dar de contrapartida, em um Pacto Federativo extremamente injusto, em que missões são passadas frequentemente para os Municípios, mas não vão na mesma direção, no mesmo sentido, na mesma sequência, na mesma ordem dos recursos necessários. Então, é mais fácil o prefeito passar a responsabilidade para o Governo Federal, para que pague, ao invés de contratar diretamente. Aí, fica aquele questionamento.

Mesmo com todas as mazelas com que convivemos no País, na educação e formação dos profissionais da saúde, entre eles os médicos, será que os cubanos têm formação melhor do que a nossa? Então, há todo esse questionamento, porque eles não foram submetidos a nenhum questionamento, a nenhuma prova, absolutamente a nada. Essa porteira foi aberta.

Acho que o País precisa, sim, de profissionais, de mais médicos. Agora, isso se deve ao atraso que se teve, ao longo das décadas, na formação, na preparação, na qualificação dos profissionais. Era altamente previsível. Mas, com certeza, esse não é o melhor caminho, porque o melhor caminho é investir no nosso povo, na nossa gente, na nossa juventude, nos nossos profissionais.

Então, parabenizo pelo requerimento.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – O segundo requerimento é similar ao primeiro requerimento. Então, pergunto ao Senador Ronaldo Caiado se podemos incluir na reunião conjunta, que foi proposta pelo Senador Jorge Viana? (*Pausa.*)

É o seguinte o requerimento:

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTROLE Nº 17, DE 2015 – Não terminativo –

> **Nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o Regimento Interno do Senado Federal, solicita-se que seja convocado a prestar depoimento nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle o Senhor Ministro de Estado da Saúde, bem como convidados os Senhores Alexandre Padilha, Rafael Bonassa, Roberto Kleiman, Jean Kenji Uema, Heider Aurélio Pinto e a Senhora Maria Alice Barbosa Fortunato, a fim de explicar denúncias apresentadas no "Jornal da Bandeirantes" referentes ao Programa "Mais Médicos".**
> **Autoria:** Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Eu concordo, Sr. Presidente. Concordo plenamente e acho que tem tudo a ver. E nós poderíamos discutir numa única reunião, exatamente, tanto com o Ministro quanto com os convidados que fazem parte da segundo requerimento.

Há concordância da minha parte.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Só para lembrar a V. Exª que aquele requerimento do convite ao Dr. Jorge Bastos, do Dnit, eu fiz rapidamente. Ele compareceu. Eu creio que não existirá nenhuma dificuldade para se fazer a reunião conjunta e o convite. Tenho absoluta certeza de que eles vão comparecer para esclarecer as dúvidas de V. Exª.

Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, eu queria agradecer e cumprimentar o Senador Caiado e o Senador Eduardo Amorim pela compreensão. O Senador Eduardo Amorim é médico, assim como o Senador Caiado, que também é médico.

Eu aproveito para esclarecer que o art. 50 da Constituição estabelece claramente que é uma prerrogativa da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e de suas Comissões convocar Ministros. Mas nós temos um

procedimento – só para elucidar – no caso de uma convocação aprovada e não comparecimento: é crime de responsabilidade. Nós achamos que essa prerrogativa é fundamental para o Congresso Nacional.

Quando a gente solicita o convite – estou falando por sermos da Base do Governo, da Base aliada –, é no sentido de apenas facilitar, porque Ministro de Estado também tem viagem, tem agenda, e o compromisso é esse, Senador Caiado.

Cabe a nós, já que estamos lidando com temas da maior importância, que envolvem saúde... Há uma epidemia de dengue que V. Exª está... Eu acho que vai formalizar... E eu apoio que esse tema da epidemia de dengue no País seja incluído imediatamente. Isso tem urgência, sob pena de quando formos ouvir, já termos uma situação ou agravada ou até deixando de ter a gravidade de hoje.

A imprensa tem noticiado constantemente o aumento do número de mortes. São pessoas idosas em diferentes regiões do País. E cabe a nós... Eu assumo o compromisso aqui.

O Presidente Otto, que tem sido muito operoso, certamente fará um contato com a Comissão de Relações Exteriores para o quanto antes termos o Ministro da Saúde com auxiliares, bem como a OPAS, aqui, fazendo esses esclarecimentos e nos colocando a informação precisa sobre o que está ocorrendo, para elucidar essa epidemia de dengue e outras questões que estejam ganhando força no País e deixando a população mais do que preocupada e assustada, em muitas regiões.

Eu volto a falar que na região de Cruzeiro do Sul, no Acre, a situação é gravíssima. O Governador Tião Viana, que é médico, tem, no Estado, um controle na capital e em outros Municípios, mas, nessa região do Juruá, é gravíssima a situação e precisa de uma ação do Governo Federal, do Governo do Estado e especialmente do Município.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu vou colocar em votação...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pela ordem, Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Bom; eu estou de acordo com o encaminhamento do requerimento.

Quero fazer dois comentários sobre a questão do Mais Médicos e a situação dos médicos nas pequenas cidades do interior. Um dos problemas que os Prefeitos enfrentam nas pequenas cidades do interior é que eles vivem sob a ditadura dos médicos brasileiros, que só aceitam trabalhar na hora que querem, do jeito que querem e por um preço que a prefeitura muitas vezes não dá conta de pagar. E eu tenho muitos amigos médicos de longas datas, militantes, profissionais, e sempre dependo dos médicos também para cuidar da minha saúde.

Segundo, o Tocantins teve uma experiência com os médicos cubanos bem lá atrás. E depois, por uma ação do CRM, os médicos tiveram de ir embora. A maioria dos pequenos Municípios do Tocantins, depois que os médicos cubanos foram embora, ficaram às traças, porque não se achou médico para ir para lá. Agora, com a presença dos médicos cubanos lá no nosso Estado e de outros médicos que foram para o Mais Médicos, não são só cubanos, há uma ampliação do atendimento nos pequenos Municípios que nunca houve.

Então, acho que, se há problema em alguns Municípios, em alguns lugares do país, nós precisamos debater. Agora, é preciso discutir também a situação que parte dos médicos brasileiros, não são todos, impõe aos pequenos Municípios como condição para irem lá prestar serviços com uma faca no pescoço dos prefeitos. Eu digo isso porque tenho conhecimento de causa e vivo isso, acompanho prefeituras do interior do meu Estado que passaram e passam por essa situação.

Por último, a cidade de Dianópolis ficou sem médico, o hospital lá, semana passada. O secretário de saúde do Estado acertou, sexta-feira, com os médicos que estavam em Gurupi para irem para Dianópolis e, segunda-feira, na hora de comparecerem lá para atender a população, avisaram que não iam mais. É uma situação grave a que a gente vive por causa da quantidade pequena de médicos que o País ainda tem, uma situação muito difícil, principalmente para os pequenos Municípios. Estou citando um exemplo prático. Estava em Dianópolis e assisti ao drama do prefeito e do secretário de saúde, com quem os médicos combinaram na sexta-feira, mas na segunda-feira não foram.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Com todo o respeito, Senador Donizeti, eu sou médico e nunca fui nem sou ditador, mas eu acho que o que falta e o que está acontecendo não é a ditadura dos médicos, mas a omissão do Governo em não ter uma política de recursos humanos que diga quanto o profissional deve receber, quais as condições de trabalho que ele deve ter, enfim, porque tenho certeza, Senador Donizeti, de que pior do que uma má remuneração é a má condição do trabalho. Volto a dizer – sou médico, o Presidente da Comissão também é médico e não me incluo, não sou ditador –: o que é preciso é o Governo sair do seu comodismo e encarar, fazer uma política de recursos humanos de cima para baixo, como fez com o Mais Médicos. Por que o Governo Federal paga o Mais Médicos diretamente, e não paga o programa

de Saúde da Família diretamente? Por que o Governo Federal não institui a carreira para os profissionais da saúde? Por que ele não enfrenta isso?

Então, o que existe, na verdade, na minha opinião, como conhecedor realmente dessa área, é omissão por parte do Governo Federal, que não faz os enfrentamentos que deveria. Enquanto isso não acontecer, vamos conviver, infelizmente, com essas e com muitas outras mazelas na saúde e com o povo, com certeza, morrendo em muitos cantos.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Senador Eduardo Amorim, quando eu falei, fiz o destaque: não são todos. Que há médicos nessa situação, que são mercenários nesse aspecto, há! Mas eu não digo que são todos. Respeito muito os que dedicam a vida à saúde, e dedicam bem, brasileiros que eu conheço que dedicam a vida à saúde com afinco e com amor.

Agora, que nos Municípios do interior do País parte dos médicos passa por essa situação passa. Não se pode tapar o sol com a peneira.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, pela ordem. Só 30 segundos, se V. Exª me conceder pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Ela me pediu pela ordem primeiro. Depois eu passo para V. Exª.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Desculpe.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Se o senhor quiser, não há problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não, Senador Ronaldo Caiado. A Senadora abre mão.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Agradeço à Senadora Grazziotin.

Sr. Presidente, é lógico que essa matéria vai fazer parte do momento da discussão na vinda do Sr. Ministro aqui. Mas eu gostaria de pedir ao Senador Donizeti que nós, realmente, elevássemos o debate. Acho que não podemos mais partir para essa tese de querer criar um Brasil nós contra eles. Acho que não é por aí mais a política do Brasil. Vamos ter que mudar a maneira de governar o País.

Essa tese de querer sempre achar responsáveis, de jogar nos ombros dos outros, de jogar índios contra produtores rurais, de jogar negros contra brancos, de jogar pobres contra ricos, de jogar médico contra cidadão necessitado na área da saúde, acho que não é esse – aqui, principalmente, na Casa maior, na Casa alta do Legislativo brasileiro – o nível de debate.

Eu me orgulho de ser médico. Sempre exerci com dignidade, com altivez e com ética minha profissão e exerço até os dias de hoje. Tenho 40 anos de formado.

Então, não posso, de maneira nenhuma, admitir que seja tratado como um processo chamado de ditadura, de mercenário. Acho que não dá para adjetivar e muito menos colocar uma carreira nobre como essa, digna como essa nesse patamar de adjetivação.

Da minha parte, a minha repulsa a essa maneira de se dirigir à minha classe. Como tal, Presidente, eu gostaria que o debate fosse feito não na pessoa específica do médico, mas que fosse trazido um debate para cá de política de governo, para discutirmos o problema de saúde da população brasileira.

É muito fácil demonizar a figura do médico e, por trás disso, esconder as mazelas, as bandalheiras e as corrupções praticadas com o dinheiro da saúde.

Muito obrigado.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Senador Caiado, eu...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senadora Vanessa Grazziotin. (*Pausa.*)

A senhora cede?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Se for para acabar esse debate, eu cedo, sem problema nenhum, Sr. Presidente. (*Risos.*)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Vamos acabar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não, Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Eu posso até retirar a situação colocada da maneira como coloquei. Ela é verdadeira, mas fiz distinção, para não colocar todos no mesmo balaio.

Agora, quem tem usado, nas discussões no Brasil hoje, eles contra nós e quem tem sido agredido diuturnamente, que tem sido taxado de bandido, etc., não é a Oposição, não. É o Governo. A Situação que tem passado por isso. Então, às vezes, é muito fácil para mim. Quando é comigo, eu não concordo. Quando é com o outro, dane-se! Também quero partilhar que o Brasil é um só, que somos todos brasileiros e que precisamos construir inclusive um pacto em defesa da Nação.

Agora, com relação ao serviço de saúde, eu concordo com o que falou o Senador Amorim. O Governo tem mais a fazer, precisa fazer e está fazendo. O Programa Mais Médicos foi um recurso para superar um problema grave que nós estávamos enfrentando. Não dava para resolver só com os médicos brasileiros, infelizmente, porque, depois de 500 anos, não conseguimos ter médicos suficientes para atender à população. Aí o Governo teve que dar a mão ao Programa Mais Médicos, que é um programa que está tendo resultados extraordinários, certamente com suas imperfeições.

Então, não quero rebaixar o debate aqui, não. Quero fazer o debate e quero ser sincero também com todos os colegas aqui. Falo aquilo que vejo, que sinto e que vivo onde estou, no meu contexto, onde eu trabalho, para onde viajo todos os fins de semana quando visito os Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Pois não. Muito obrigada, Sr. Presidente.

Estou tentando adquirir paciência com V. Exª, Sr. Presidente. Quero dizer que tenho tido muitos bons resultados.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Realmente, tenho muita paciência. (*Risos.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Isso é importante! Por isso estou sentada ao lado de uma outra, aqui do meu lado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Mas essa não tem paciência, não. A Lídice da Mata, não! (*Risos.*)

Ela, inclusive, tem um... Não vou declinar o apelido pelo qual a chamamos na Bahia. Aliás, vou dizer: quando Prefeita, ela era muito dura, e nós a chamávamos de "Antonio Carlos de saia", de "Antonio Carlos Magalhães de saia". (*Risos.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Acho que lá há muitas mulheres que são conhecidas assim. Há duas Deputadas Federais aqui, Senador Otto, que não são diferentes, a Deputada Moema e a Deputada Alice Portugal, que são danadas. As baianas são danadas!

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA. *Fora do microfone*.) – Roda a baiana!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Não é à toa que há o termo "rodar a baiana". Vem daí o termo.

Mas, Sr. Presidente, eu me inscrevi apenas, primeiro, porque considero esse debate muito importante.

Senador Caiado, quero concordar com a proposta apresentada pelo Senador Jorge Viana. Na semana passada, já caminhamos nesse sentido, fizemos esse acordo na Comissão de Relações Exteriores. Acho que poderíamos reproduzir aqui o que aprovamos lá exatamente, para fazermos um debate. Mas eu viria isso, Senador Caiado, como um debate inicial. Acho que o que temos de fazer – quero me dispor, Senador Otto, a colaborar, a ajudar – é um grande seminário para debater o Programa Mais Médicos no Brasil. Acho que isso vale muito a pena.

O Senador Humberto Costa e eu, recentemente, estivemos em Cuba, na Convenção Internacional Cuba-Saúde, para tratar de saúde pública, com muitos países presentes. Participei de um debate, Senador, sobre o Mais Médicos não só no Brasil mas também em várias partes do mundo e fiquei fascinada com a profundidade e com a qualidade do debate, que envolveu médicos brasileiros, médicos de vários outros países, médicos cubanos também. O debate envolveu gestores brasileiros e de vários outros países. E, do Brasil, havia gestores de todos os partidos políticos. Acho fundamental que se tragam esses depoimentos ao Congresso Nacional.

Aí, sim, neste momento, podemos convidar Jean Keiji Uema, que, até onde sei, era Subchefe da Secretaria de Relações Institucionais e que poderá ajudar no debate. Podemos, num seminário, trazê-lo. Também podemos convidar o Eider, que é o coordenador do Programa Mais Médicos, bem como o ex-Ministro Alexandre Padilha para esse seminário.

Senador, o senhor propiciou de forma muito prestativa um acordo na Comissão de Relações Institucionais, de forma que, neste momento, virão o Ministro da Saúde, o Ministro dos Direitos Humanos e a Opas. Na realidade, com a Opas o Brasil assina todo o convênio do Programa Mais Médicos. Acho que poderíamos aprovar a mesma coisa aqui, Senador. Não estou apresentando nenhuma novidade. O Senador Jorge já apresentou isso.

Poderíamos marcar posteriormente esse grande seminário. Acho que o Parlamento brasileiro, depois de mais de um ano da execução e da implantação desse programa, carece, sim, de um aprofundamento no diálogo e na avaliação desse programa, que considero muito importante para a saúde e para o nosso País.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, quero não só acolher a tese do Senador Jorge Viana mas também com ela comungar, a de que o quadro da dengue é um quadro de urgência urgentíssima. Essa situação revela um quadro de epidemia.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Exatamente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Há um crescente número de óbitos.

Também quero dizer à Senadora Grazziotin que estou tentando articular minha agenda para poder estar no Estado dela. No Estado do Amazonas, eles já promulgaram a lei, e isso será informado a toda a população, a todos os amazonenses, Sr. Presidente, V. Exª que é médico e colega. Eles já criaram agora no Estado do Amazonas – este foi o primeiro Estado do País a fazê-lo – a carreira de médico. Foi criada a carreira de Estado para médico lá no Estado.

Então, vejam bem: já que o Governo Federal não deu esse passo, o Estado do Amazonas já teve a sensibilidade de dar condições de estabilidade para que os médicos especialistas pudessem ir para o interior, tendo ali, como colocou o Senador Amorim, toda uma condição, como há hoje um promotor de Estado, como há hoje um juiz de Direito com uma carreira definida, com condições que lhes dão chance de ascender na carreira, garantia de aposentadoria, salários competentes. Isso é algo que mostra que nós podemos achar a nossa solução com os brasileiros formados aqui.

Ninguém está excluindo quem quer que seja que venha de fora. Nós estamos abertos ao mercado. Nós, médicos, somos apenas refratários a uma tese: é que eles querem colocar no Brasil uma pessoa que não é obrigada a, em primeiro lugar, trazer o seu diploma reconhecido; em segundo lugar, fazer uma prova de conhecimento mínimo. Isso é inaceitável, em qualquer lugar do mundo! Não se pode dizer que se precisa de médico e, como tal, pode chegar qualquer cidadão ao Brasil e ser rotulado de médico, sem que tenha sequer um diploma reconhecido e uma condição mínima de passar por um Revalida. Eu pergunto: qual é o país do mundo onde se entra um médico sem ser ali avaliado pela sua metodologia ou suas regras locais? Não existe.

Então, da nossa parte, nós não temos nenhuma posição contra a vinda de médicos. Podem chegar todos. Se mostrarem competência, que cheguem.

O interessante é que, com tudo que eu fiz no Brasil, com toda a minha pós-graduação, toda a minha residência médica, todo o meu curso médico, quando eu cheguei à França, não pude ter o título de médico, não. Fiquei lá sendo exatamente monitorado pelos tutores e professores, que limitavam a minha ação naquele país. V. Exª também.

Essa é a posição nossa. Nós não chegamos a país nenhum do mundo, médicos com residência feita, com mestrado feito, podendo atender o paciente. Eu não podia botar a mão no doente na França. E muito menos prescrever.

O que nós estamos pedindo é que haja também uma atitude similar àquela que nos foi concedida por Juscelino Kubitschek em 1952, a réplica do Conselho Federal de Medicina francês. É isso que nós não podemos deixar que o Governo... Foi principalmente o ex-Ministro Padilha que desmanchou, destruiu com a medida provisória. E é uma luta nossa recuperar essa prerrogativa que nos foi retirada desde a época de Juscelino Kubitschek, em 1952.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, eu objetivamente vou votar favorável ao requerimento do Senador Caiado. Agora, sem querer alongar muito este debate, eu considero que neste tema tanto o Governo quanto a oposição erra.

Na minha opinião, de uma forma muito sincera, o Governo erra porque resume às vezes a questão do problema da saúde ao colocar mais médicos quando precisa, além disso, colocar equipamentos, melhorar as condições de trabalho, dar condições adequadas para o médico trabalhar e, também, quando paga a governos estrangeiros em vez de pagar ao profissional que está trabalhando ali. Na minha opinião, isso não é correto. E não se trata apenas de problema de falta de médicos, mas também um problema de equipamentos, de instalações físicas, de falta de hospitais, de centro de saúde.

Agora, na minha concepção, a oposição erra quando, simplesmente, fica contra um projeto que coloca médicos em grotões deste País, em lugares humildes deste País, onde não há nada, absolutamente nada. Então, ter um médico ali, na minha opinião, é algo positivo e que deve ser encarado com lucidez, porque é algo positivo. Haver um médico colocado pelo Estado num lugar humilde, para atender a população carente daquele lugar, é algo positivo e que precisa ser reconhecido. Então, não é porque veio do Governo que tem que ser simplesmente contra.

Na minha concepção, há um erro tanto da visão do Governo quanto da visão da oposição, sem querer me estender muito aqui nesta questão. Porque, para uma pessoa que precisa de atendimento médico e não tem esse atendimento, é melhor que ela tenha um atendimento, mesmo não sendo o mais adequado; é melhor que ela tenha algum atendimento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, eu defendo que haja um controle, Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Vou voltar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador, eu acho que...

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Caiado, eu defendo que haja um controle por parte do Estado...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu acho que podíamos deixar o debate para o dia da audiência, para tocarmos aqui a reunião. Essa é uma coisa que tem muitas nuanças para serem discutidas.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas eu defendo que o Revalida seja aplicado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Muitas nuanças!

Há vários médicos aqui. Há o Eduardo, o Caiado, o Humberto. Quem mais? Eu...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu tive um professor de medicina, professor de cirurgia, que talvez tenha sido o maior cirurgião que eu conheci na minha vida, o Fernando Figueiras – numa homenagem a ele, há lá um prédio bonito com o nome Fernando Figueiras. Ele operava cabeça a pescoço, ortopedia, traumatologia, coração... Era um cirurgião geral completo. Ele dizia sempre o seguinte: "Medicina, 90% se resolvem com duas coisas: boa vontade e aspirina".

Eu acho que salvar vidas pela mão de um médico cubano ou brasileiro não tem muita alteração. Mas essa é uma questão a ser discutida.

Há uma coisa que eu queria falar, Senador Ronaldo Caiado. Eu fui Secretário de Saúde de 1991 a 1994. Em Brasília, só havia um prédio do Ministério da Saúde, hoje, há cinco. O que eu acho é que se concentraram demais aqui as decisões e se jogaram as atribuições para os prefeitos, para os governadores, colocando os prefeitos e os governadores perto dos problemas da saúde e longe dos recursos. Essa é que é a grande realidade. A hiperconcentração de poder aqui na área de saúde dificulta muito as ações. Quem conhece Município, como eu conheço e como muitos conhecem aqui, sabe que não há como um prefeito recebendo R$18,00 por ano para atenção básica à saúde resolver dengue, resolver atenção à saúde...Não há como. Ou se resolve a questão do financiamento ou não vai se resolver absolutamente nada.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Só uma coisa, Sr. Presidente. Eu defendo também que médico seja carreira de Estado neste País.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, eu quero dizer que acho muito pertinente a aprovação desse convite ao Ministro da Saúde, como acho pertinente a realização desse seminário proposto pela Senadora Vanessa Grazziotin, até para que todos os Senadores e as Senadoras possam conhecer os resultados do Programa Mais Médicos no nosso País.

Infelizmente, essa pesquisa foi divulgada na semana passada quando estávamos na proximidade de um feriado, quando, geralmente, a atenção das pessoas está dirigida para outras coisas. A pesquisa que foi divulgada pelo Ministério da Saúde demonstra um grau de satisfação com o Programa Mais Médicos que eu creio que há poucas políticas públicas, não só no Brasil, mas em outros países também, que tenham esse grau de aprovação. A aprovação do programa, por exemplo, é superior a 85%. A aprovação dos médicos que fazem parte do programa é de 92%.

Esse esforço desesperado que a oposição faz de desqualificar o programa e até mesmo de tentar cancelar o programa – há um projeto de resolução aqui, no Senado, que pretende desfazer o convênio do Governo brasileiro com a Opas e com o governo de Cuba – deveria ser defendido lá onde está a população. Deveriam ir às comunidades indígenas do Brasil inteiro, aos assentamentos de reforma agrária de todos os Estados do Brasil e às periferias das grandes cidades e dizer às pessoas que aquilo não presta, que vão acabar com aquilo ali para fazer não sei o que no lugar.

Nós participamos daquela comissão especial que debateu a medida provisória do Mais Médicos e o que ouvíamos aqui, Senador Otto Alencar, é que os casos de erros médicos no Brasil iriam se multiplicar com a vinda desses profissionais. Eu não ouço falar; ao contrário, ouço falar em outras situações, até de coisas muito mais complexas que essas.

Eu acho que, a exemplo do Presidente Obama e do governo dos Estados Unidos, as pessoas deviam olhar de uma maneira um pouco diferente para Cuba. Cuba, por exemplo, foi o país que conseguiu – único na América Latina e na América Central – cumprir todas as metas da Unesco no que se trata de educação para todos. Recentemente, isso foi divulgado. Todas as metas do milênio na área da saúde já eram cumpridas por Cuba há

muito tempo. Seria tão interessante que algumas pessoas que falam aqui de forma tão virulenta contra a política de saúde de Cuba fossem ver o que nós vimos lá – eu, Vanessa, alguns Deputados.

O funcionamento de uma policlínica, pobre, não tem nenhum luxo, nem nada, mas altamente resolutiva, ao lado de uma unidade básica de saúde, onde o médico mora no primeiro andar e a enfermeira mora no segundo andar, dentro da comunidade que eles atendem. E a gente pergunta: não é ruim morar aqui na comunidade? "Não", eles disseram. "Assim a gente conhece melhor a problemática de saúde da comunidade". Quando a gente sabe que no Brasil, infelizmente, há muitos profissionais que dizem "Deus me livre, eu quero lá estar na minha casa para o cara chegar sábado, domingo ou qualquer dia de noite com problema para eu resolver". Então seria tão interessante que as pessoas pudessem conhecer, pudessem ver o que se faz hoje em Cuba em termos de pesquisa, inovação, novos medicamentos. Os americanos são muito mais inteligentes do que muita gente que eu conheço aqui, porque eles estão querendo ir para lá para se associarem a esses centros de pesquisa, aproveitarem descobertas que estão sendo feitas lá.

Então, eu quero aqui dar o meu reforço não somente para a aprovação desse requerimento como para que organizemos, seria interessante que sentássemos, a Senadora Vanessa, para que pudéssemos fazer esse seminário sobre o Mais Médicos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Vou colocar em votação o que foi proposto pelo Senador Jorge Viana com a concordância do Senador Ronaldo Caiado, para um convite ao Ministro da Saúde e outros representantes do Governo a uma audiência conjunta com a Comissão de Relações Exteriores, para debater esse assunto importante.

E louvo a iniciativa do Senador Ronaldo Caiado de tratar desse assunto.

Vamos realizá-la o mais rápido possível, acrescido com essa questão da epidemia de dengue no Brasil.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Vamos agora ao Item 3, um requerimento do Senador Ronaldo Caiado.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTROLE Nº 22, DE 2015 – Não terminativo –

> **Nos termos da Constituição Federal, combinado com o Regimento Interno do Senado Federal, solicita-se que seja convocado a prestar depoimento nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização o Senhor Ministro de Estado das Comunicações, bem como convidados o Diretor-Presidente dos Correios, o Superintendente da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e o atual gestor do Fundo Postalis, a fim de explicarem o "rombo" de 5,6 bilhões no fundo de pensão dos trabalhadores dos Correios.**
> **Autoria:** Senador Ronaldo Caiado.

Pela ordem, com a palavra o Senador Jorge Viana; depois, o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Desculpe, Senador, estava aqui sinalizando.

Eu quero aqui sugerir ao Senador Ronaldo Caiado e ao Senador Flexa Ribeiro, praticamente os dois requerimentos tratam do mesmo assunto, que houvesse aí um entendimento para a unificação dos dois requerimentos. Eu acho que quem deve ser convidado neste caso são os responsáveis diretos. Não vejo neste caso a necessidade da presença do Ministro.

Então, proponho isso ao Senador Ronaldo Caiado: a unificação. Refiro-me aos Itens 3 e 4.

Um dos autores do requerimento, o Senador Flexa Ribeiro, não está presente. Contudo, queria ouvir a opinião do Senador Ronaldo Caiado.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Permita-me subscrever o Item 4? Para que nós façamos, Senador Caiado, um unificação desta audiência, porque foi de bom alvitre a sua colocação, Senador.

Eu subscrevo o Item 4 na falta do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – E que convide, neste caso, os responsáveis diretos.

Portanto, se necessário for, no segundo momento convidaríamos o Ministro.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pela ordem, Senador Donizeti.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Não, nesse caso específico, não.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, da minha parte, a total concordância com a proposta feita pelo Senador Amorim, até porque o objetivo é exatamente trazer a diretoria dos fundos de pensão, como também dos próprios Correios, para que pudessem esclarecer isso que realmente foi noticiado.

Ora, Presidente, como nós não temos, como Senador, a prerrogativa de convocar diretores de autarquias, é lógico que a assessoria encaminha pela convocação do Sr. Ministro. Sendo construído esse acordo aqui na Comissão, eu estou totalmente favorável que seja feito o convite, aqui endossado e avalizado pelas lideranças do Governo, para que sejam essas as pessoas que participem da audiência pública.

Da minha parte, há concordância com a proposta feita pelo Senador Amorim, incluindo também, dado o texto ser quase idêntico, apresentando apenas alguns outros nomes que seriam ligados ao Postalis e aos Correios. Com isso, nós poderíamos fazer a inclusão do terceiro e do quarto, numa votação única, como nós fizemos em relação ao primeiro e ao segundo requerimento de minha autoria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pela ordem, Senador Jorge Viana; a seguir, o Senador Reguffe.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu penso ter ouvido o Senador Eduardo Amorim já com uma sugestão no sentido de dar uma solução para o problema do Senador Ataídes, mas tendo a concordância do autor de um dos requerimentos, porque nós já tivemos também situações parecidas com esta, de um colega subscrever para que o requerimento seja apreciado, e aí temos de novo um problema... Mas como aqui está havendo um entendimento, não há nenhuma divergência, eu daria a sugestão no sentido de que o Presidente da Comissão consultasse o autor do requerimento original, e, se ele estiver de acordo, todos nós estaríamos, de juntar os itens 3 e 4, mas ouvindo o autor do requerimento, para que a gente mantenha essa regra que V. Exª, inclusive hoje, fez questão de preservar, de só apreciarmos o requirimento com a presença do autor, senão em toda reunião... Isso nós já tentamos em outro período, e não deu certo. Ou se preserva a história de ter o autor presente ... Mas a iniciativa, a proposta do Senador Eduardo Amorim é inteiramente pertinente.

Eu queria informar a V. Exª , Sr. Presidente, e ao Senador Caiado que eu fiz um contato com o Ministro Ricardo Berzoini. Ele está à inteira disposição para vir. É uma questão só de se fazer um acerto. Ele disse: "Olhe, inclusive eu estou indo ao Senado brevemente". Mas eu já fiz questão de me adiantar, como parte da base, da qual não sou líder, mas sou um colaborador para os meus líderes, tanto para o Humberto Costa como para o Delcídio do Amaral. E há já essa compreensão.

Então, eu penso que os dois itens, 3 e 4, podem, sim, ser conduzidos conjuntamente, basta que V. Exª, no momento adequado, faça a consulta ao autor, Senador Flexa. Se ele concordar, a gente já terá um encaminhamento feito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu ia propor, já que os dois são similares, colocá-los logo em votação, o do Senador Ronaldo Caiado; e quanto ao outro, eu consultarei o Senador Flexa Ribeiro. Então, eu vou colocá-los em votação. O Flexa não está presente...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Deixando claro que nós estamos fazendo...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Chegou o Flexa.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Deixando claro que, como o Senador Caiado...

Maravilha, chegou o autor.

Presidente, deixando claro que nós temos uma modificação, com a qual o próprio Senador Caiado concorda, de convite...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – O convite, claro.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – ... e eu estou afirmando que o Ministro se colocou à disposição para vir, obviamente o quanto antes.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Mas o que a gente está propondo é que venham inicialmente os diretores e, num segundo momento, o Ministro, se necessário. Então, o convite não seria para o Ministro. Seria para os diretores; depois, para o Ministro.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Então, já com a presença do...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Aliás, eu acho mais pertinente ainda, porque, se nós estivermos já satisfeitos com as explicações, não haverá razão de o próprio Ministro Berzoini estar presente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu vou colocar em votação o item 3 e o 4, já com a presença do Senador Flexa Ribeiro, excluindo a presença do Ministro no primeiro momento. excluindo a presença do Ministro.

Então, os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pela ordem. O Senador Reguffe pediu anteriormente a V. Exª; depois será V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pois não.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Só para registrar, Sr. Presidente, que eu considero esse caso envolvendo o Postalis algo muito grave. Eu tenho sido procurado, inclusive, por alguns funcionários dos Correios e isso precisa ser apurado por esta Casa.

E também apenas registrar que a nossa norma legal possibilita a convocação de Ministro de Estado e não possibilita a convocação pelo Parlamento de diretores de autarquias e isso não me parece uma norma correta.

Então, já pedi a minha assessoria um estudo para ver o que a gente pode fazer para se alterar isso, até porque, se a gente pode convocar Ministro de Estado aqui, porque não se convocar também diretores de autarquia, que tem uma responsabilidade pública importante neste País.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, Senador Otto Alencar, eu quero primeiro justificar que estava na Comissão de Ciências e Tecnologia onde eu tinha uns projetos a relatar. Quero agradecer o Senador Ataídes por ter subscrito também o requerimento de nossa autoria, para que ele não caísse e pudesse ser votado.

E, da mesma forma, como o Senador Jorge Viana definiu com o Presidente, que a unificação dos requerimentos dos itens 3 e 4 – o item 3 do Senador Ronaldo Caiado, o item 4 de minha autoria e do Senador Ataídes –, com a vinda primeiro do Presidente do Postalis, dos Correios e de todos esses que estão aqui indicados: Sr. Antonio Carlos Conquista, Diretor-Presidente do Postalis; Sr. Wagner Pinheiro de Oliveira, Presidente dos Correios; Sr. Carlos de Paula, Diretor-Superintendente da Superintendência Nacional da Previdência Complementar (Previc); Sr. José Rodrigues dos Santos Neto, Secretário-Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios, Telégrafos e Similares (FENTECT); e do Sr. Luiz Alberto Menezes Barreto, Presidente da Associação dos Profissionais dos Correios (Adcap)

Sr. Presidente, e Srs. Senadores...

(Soa a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Capiberibe, por favor, o seu assessor está na frente do Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Esse requerimento, Presidente, Senador Otto Alencar, tem por objetivo esclarecer a questão do prejuízo ou rombo que o Fundo de Previdência dos Correios, o Postalis, apresentou de R$5,6 bilhões.

Eu fui procurado no meu Estado por dois funcionários da Empresa de Correios e Telégrafos que me demonstraram algo que eu entendo como sendo um absurdo: o Postalis impor aos funcionários dos Correios uma participação extra correspondente a 25% do seu salário, durante 15 anos e meio, fora os 13% que já recolhem regularmente.

Então, iria representar 38%, Senador Jorge Viana, de desconto no salário dos funcionários da Empresa de Correios e Telégrafos para cobrir o rombo de R$5,6 bilhões do Postalis.

Eles mostraram o contracheque e, realmente, eles não têm condições de sobrevivência, se isso for realmente executado.

E a preocupação, e eu pediria a V. Exª que nós pudéssemos definir a data da audiência pública com a maior urgência, porque isso estaria valendo – eu não tenho essa informação –, desde o dia 1º de abril, ou seja, o desconto já deveria ter ocorrido no salário de abril.

Então, eu pediria só a V. Exª que pudesse agendar, o mais breve possível, para a gente tentar esclarecer esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não, Senador, responderemos V. Exª *a posteriori*.

Vamos ao item 5, da Senadora Lídice da Mata. (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Vamos colocar em votação o requerimento de V. Exª agora.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 29, DE 2015 – Não terminativo –

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II, e 90, inciso III do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado Federal – CMA, destinada a debater os impactos da redução da vazão e a situação hídrica do Lago de Sobradinho, com a presença dos seguintes convidados:
Sr. Antônio Varejão de Godoy, Presidente da Companhia Hidrelétrica do S. Francisco (Chesf);
Sr. Anivaldo de Miranda Pinto, Presidente da Diretoria Executiva do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco;
Sr. Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas(ANA);
Dra. Luciana Cury, Coordenadora das Promotorias de Justiça da Bacia do São Francisco; e
Sr. Elmo Vaz Bastos de Matos, Presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Autoria: Senadora Lídice da Mata

Em votação o requerimento.
Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
Item 6, de autoria do Senador João Capiberibe:
A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sr. Presidente, só para me esclarecer. Já foi aprovado, portanto, o nosso Item 5?
O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Foi aprovado. Foi colocado em votação e aprovado.
A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Muito obrigada.
O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Item 6:

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 32, DE 2015 – Não terminativo –

Nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, para debater – Legislação e Fiscalização para o Uso da Água em Minerodutos no Brasil.
CONVIDADOS:
1. Vicente Andreu – Diretor Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA;
2. Sérgio Dâmaso de Sousa – Diretor Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM;
3. Zani Cajueiro Tobias de Souza – Procuradora da República – MPF;
4. Maria Teresa Corujo – Comitê em Defesa dos Territórios Frente a Mineração/ Serra do Gandarela;
5. Anacleta Pires da Silva – Comitê em Defesa dos Territórios Frente a Mineração/Grande Carajás;
6. José Fernando Coura – Diretor Presidente do Instituto Brasileiro da Mineração – IBRAM; e
7. Julianna Malerba – pesquisadora da FASE.
8. Lucio Flavio Pinto – jornalista, editor do "Jornal Pessoal".
Autoria: Senador João Capiberibe

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Para discutir, Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Para discutir, o Senador Flexa Ribeiro.
O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, Senador Otto Alencar, eu solicitaria a inclusão, com a permissão do autor, Senador João Capiberibe, do Secretário de Desenvolvimento o Estado do Pará, Sr. Adnan Demachki para esta audiência, que é de maior interesse para o Estado do Pará como o segundo maior Estado minerador do Brasil.
O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Com a palavra o Senador Capiberibe.
O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – De acordo, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Está de acordo?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – De acordo com o Senador Flexa Ribeiro.

Eu só queria tecer uma rápida consideração sobre essa questão que aflige as comunidades por onde esses minerodutos estão passando. O mineroduto consome uma quantidade fantástica de água e, por onde passam, as comunidades estão sem água. Trata-se do mineroduto Minas-Rio, entre outros, e alguns outros em construção sem nenhum controle, pelo menos, que nós saibamos. Daí a importância dessa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Em votação o requerimento do Senador João Capiberibe com o aditamento proposto pelo Senador Flexa Ribeiro.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 7:

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 33, DE 2015 – Não terminativo –

Nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, para debater – O Sucesso da Moratória da Soja: Compromisso Social e Marco Legal em Defesa da Amazônia e da Agricultura Brasileira.

CONVIDADOS:

1. Izabela Teixeira – Ministra do Meio Ambiente MMA.

2. Kátia Abreu – Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento MAPA.

3. Daniel Azeredo Avelino – Procurador da República MPF

4. Carlos Lovateli – Presidente da ABIOVE (Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais).

5. Sergio Mendes, diretor geral da ANEC (Associação Nacional dos Exportadores de Cereais)

6. Paulo Adário – Coordenador do Greenpeace.

7. Paulo Moutinho – Diretor-Executivo do IPAM.

Autoria: Senador João Capiberibe

Em votação o requerimento do nobre Senador João Capiberibe.

Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Para discutir, Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Um aditamento que eu gostaria de fazer ao nobre Senador João Capiberibe é exatamente o convite ao Sr. Almir Dalpasquale, que é Presidente da Aprosoja, porque, se nós vamos discutir aqui exatamente o sucesso dessa moratória, nada mais justo do que nós termos também como debatedor aqui o que preside essa entidade, que hoje é reconhecida nacionalmente. Eu pediria ao nobre Senador, colega João Capiberibe, que realmente aceitasse a inclusão do Dr. Almir Dalpasquale, que é o Presidente da Aprosoja. Nós temos aqui vários que virão, como V. Exª listou, como o Carlos Lovateli, mas é da parte da indústria, Associação de Exportadores de Cereais. Eu gostaria que fosse um representante do produtor, para que fizesse também justiça ao segmento que é o responsável diretamente pela audiência. Ou que teria mais a contribuir do ponto de vista de conhecimento real do fato.

É a ponderação que eu faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador João Capiberibe, com a palavra.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Senador Caiado, sem desmerecer nossos convidados, evidentemente a sua sugestão enriquece o debate. Esse é um projeto de sucesso. Nós vamos debater o sucesso de um acordo que juntou várias partes. Eu acho que os plantadores de soja são fundamentais.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Obrigado.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Muito obrigado pela sugestão.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, primeiro a inclusão da Aprosoja, pelo Senador Ronaldo Caiado, e aceito pelo autor, Senador João Capiberibe, é da maior importância, porque eles vão poder aqui dar o testemunho daqueles que efetivamente produzem. Produzem não só soja, mas grãos de uma maneira geral.

E eu pediria a V. Exª que pudéssemos agregar o item 8 ao 7, que é também um requerimento, de minha autoria, que pede a inclusão, na audiência pública, do Secretário de Agricultura do Estado do Pará, o Sr. Hildegardo Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não. Pergunto ao Senador João Capiberibe...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Sr. Presidente, eu tenho...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – ... posso fazer o aditamento.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Nós vamos fazer duas mesas? Sem nenhum problema. Senão nós vamos esticar essa audiência pública de uma forma que vamos ter que fazer duas audiências públicas. Mas não faz mal. Nós temos oito, nove com o Senador Flexa, e dez com a sugestão do Senador Ataídes, que eu já incorporei. Diga lá, Senador, vamos...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Me permite, Senador Capiberibe?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – É também o item 9.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – É o item 9, Sr. Presidente. Eu peço também ao Senador Capiberibe, porque aqui eu estou subscrevendo, porque o Senador Blairo teve que se ausentar desta Comissão, se nós também poderíamos acrescentar, nesta audiência, o nome do Sr. Pedro Jacyr Bongiolo, Presidente do conselho de administração do Grupo Amaggi, para participar dessa mesma audiência. E aí a gente fecha também esse item.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Eu queria informar que isso é uma solicitação do Senador Blairo Maggi também para acrescentar mais um nome. Então nós vamos... Eu aceito a sua indicação, sem nenhuma dificuldade. O problema vai ser se vamos fazer duas mesas, e seria importante avisar aos convidados que nós vamos chamar pela ordem de chegada, porque não há outro critério.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Pelo menos até agora eu não descobri.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Seriam duas mesas no mesmo dia. A primeira, e em sequência a segunda. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Seria uma audiência conjunta, com a presença de todos.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Eu queria acatar a sugestão do Senador Blairo Maggi.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – E também do Senador Flexa Ribeiro. V. Exª acata?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Sim, a do Senador Flexa Ribeiro já está acatada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – A do Flexa já está acatada.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Nesse item é o Secretário de Agricultura, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – E também a proposição do Senador Caiado.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Senador Caiado também.

E o Pedro Jacyr Bongiolo.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Isso.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – E é a do Senador...

É verdade!

Está ótimo então. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Então, eu vou colocar em votação os três requerimentos com o aditamento e a proposição feita pelo Senador Ronaldo Caiado.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Está aprovado o requerimento do Senador João Capiberibe com...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Mais um nome que é o Coordenador do Imazon, do Instituto da Amazônia, eu acho que é...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não.

V. Exª encaminha então aqui à mesa por favor.

Item 10 da pauta:

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Adalberto Veríssimo, Presidente do Imazon.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Item 10:

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 34, DE 2015 – Não terminativo –

Nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, para debater – Geração de Energia Solar no Brasil: Política Tributária Especial e Modelo Energético.

CONVIDADOS:

1. Eduardo Braga – Ministro de Minas e Energia MME;

2. Romeu Donizete Rufino – Diretor-Geral da ANEEL;

3. Manoel de Moura Junior – Presidente da COTEPE/ICMS – CONFAZ;

4. Nelson Colaferro – Presidente da ABSOLAR;

5. Roberto Zilles – Presidente da ABENS;

6. Naum Fraidenraich – Prof. Dr. UFPE – Presidente CBENS; e

7. Fernando Rosseti – Diretor-Executivo do Greenpeace Brasil.

Autoria: Senador João Capiberibe

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pela ordem.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Eu quero acrescentar uma sugestão do nome do Sr. João Eugênio, Presidente da S4 Clean Energy, para participar dessa audiência pública sugerida pelo Senador João Capiberibe.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pergunto ao Senador João Capiberibe...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – De acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – De acordo.

Então, em votação o item 10, que é o requerimento do...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pela ordem, Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Eu quero parabenizar o Senador Capiberibe por esse tema de extrema importância hoje para o nosso País.

Sabemos que nós temos um apagão não mais pontual, e sim continuado. E nós sabemos que a nossa matéria prima chamada sol temos com abundância. Nós também temos um clima extremamente definido no nosso País. Nós sabemos quando vai chover e quando vai fazer sol.

Além disso, nós temos com abundância também a matéria prima que fabrica essas células de energia fotovoltaica que é o silício. Nós temos muito aqui na Região Centro-Oeste. É uma pena que, até então, nós ainda não tenhamos a tecnologia para industrializar essas placas de energia fotovotaica.

Somente hoje, no meu conhecimento, uma parte da Europa, Alemanha, Estados Unidos, Coreia do Sul e China é que estão fabricando essas placas. Com isso, então, evidentemente, elas chegam com um preço muito elevado aqui no nosso País. E nós sabemos que, com essa energia limpa, através da fotovoltaica, nós podemos resolver o problema energético do nosso País. Eu não tenho dúvida disso.

Então, mais uma vez, eu quero parabenizar V. Exª, Senador Capiberibe. E nós temos que conversar com o Ministro Braga, nosso ex-companheiro aqui do Senado Federal, para que o Governo realmente invista mais e mais nessa área.

Nós temos que industrializar essas placas aqui no Brasil. Passou da hora.

Aí, sim, esse produto vai ficar acessível ao povo brasileiro.

Aqui, eu tenho até um projeto nosso, que já passou pelo Senado Federal, o Projeto nº 317, de 2013, em que eu peço a isenção do Imposto de Importação dessas placas, que foi, graças a Deus, aprovado aqui e se encontra na Câmara hoje, onde acredito que será aprovado em curto prazo.

Então, mais uma vez, quero parabenizar por esse requerimento.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Senador Ataídes, só para agregar. Se alguns Estados já, inclusive, reduziram o ICMS na comercialização das placas – Pernambuco, São Paulo, eu acho que Goiás, enfim –, o quem me parece estranho é que este País não tem dimensão das suas potencialidades, ou seja, os que pensam política pensam política para ontem e para hoje, não imaginam que esse caudal que nós temos, esse volume de água que nós temos pode acabar. Tem hidrelétricas, hoje, com turbinas paradas por falta de água e não é por três ou quatro meses por ano, não, porque isso é normal. É o ano todo.

Nós tivemos a situação de São Paulo, que chamaram de crise hídrica. Eu acho que é crise de responsabilidade, porque quando se usa um recurso da natureza da forma destruidora como nós usamos a água, nós usamos a floresta... Agora, mesmo, tem projetado em construção na Amazônia 90 hidrelétricas.

Olha, esses homens da construção civil são os que determinam política no País. Fazem transposição do São Francisco, constroem hidrelétricas onde querem, independentemente do impacto que isso vai causar. Inclusive, constroem até hidrelétrica que não gera energia. O importante é construir, é meter concreto e cimento.

Então, eu acho que está na hora de a gente parar para pensar, pelo menos para ouvir pessoas.

Então, essa audiência pública tem esse objetivo de ouvir e, daí a pouco, formular uma política de mudança da matriz energética. Aí, vai depender muito da gente.

Obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, dentro até do mesmo espírito da discussão aqui, eu queria fazer um apelo a V. Exª e ao Plenário, para que pudéssemos inverter a ordem de votação para o item 18, que fala exatamente da questão do incentivo à irrigação sustentável e à utilização de painéis fotovoltaicos na irrigação. É o item 18, um projeto do Senador Wilder.

Como eu tenho que relatar, daqui a pouquinho, duas matérias na Comissão de Assuntos Econômicos, se fosse possível, eu queria a vênia da Comissão para relatar, rapidamente, essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não, sem dúvida.

Vou colocar em votação o requerimento do item 10, do Senador João Capiberibe, com o aditamento proposto pelo Senador Flexa e pelo Senador Ataídes. Senador Roberto Rocha.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Atendendo à solicitação do Senador Romero Jucá, vamos ao item 18, que é o Projeto de Lei do Senado nº 382...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Presidente, eu também peço inversão de pauta, depois, em seguida, para o item 14.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – E para o item 16.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Quatorze e dezesseis.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Deixe eu colocar em votação, um instante. Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2014, não terminativo, que altera as Leis...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – É o 18, do Senador Romero Jucá.

ITEM 18

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, DE 2014
– Não terminativo –

Altera as Leis n°s 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e 12.787, de 11 de janeiro de 2013, para promover o uso sustentável dos equipamentos de irrigação na agricultura brasileira.
Autoria: Senador Wilder Morais
Relatoria: Senador Romero Jucá
Relatório: Pela aprovação
Observações:
–Posteriormente, a matéria será apreciada pela CRA.

V. Exª tem a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto é do Senador Wilder Morais e trata, exatamente, do uso sustentável de equipamentos de irrigação da agricultura brasileira.

É uma matéria extremamente importante. Nós temos aí todo o desafio da água. Acabamos de discutir aqui, também, a questão das energias alternativas – eólica, fotovoltaica –, então, na verdade, nós temos que inserir o processo de produção agrícola e de irrigação no País nessas novas modalidades de energia.

O Senador Wilder apresenta um projeto extremamente importante. É um projeto simples, mas efetivo.

Negociei com o Ministério das Minas e Energia e estou apresentando uma emenda, exatamente negociada com o Ministério, que amplia o texto. Ou seja, o parágrafo único diz:

Parágrafo único. A política a que se refere o *caput* deste artigo priorizará o uso sustentável dos equipamentos de irrigação, de modo a compatibilizar a atividade agrícola com a preservação do meio ambiente."

Nós estamos inserindo uma emenda de redação: "Uso sustentável dos recursos hídricos e dos equipamentos de irrigação de modo a vigorar..." ou seja, efetivamente, registrando a questão dos recursos hídricos.

Portanto, tanto no *caput* quanto no parágrafo único do art. 84, eu faço essa emenda de redação. O parecer é favorável, pela importância da matéria e pela necessidade, como foi dito aqui, inclusive, do debate que se dará, de termos novas fontes de energia para que a produção possa ocorrer em todos os locais do País sem demandar grandes investimentos, ou seja, usando o que o Brasil tem de grande potencial, que é a energia solar e também a energia eólica.

Então, o voto é favorável com essa emenda de redação acertada com o Ministério das Minas e Energia para que nós tenhamos a sanção do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Em discussão.

Pela ordem, Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Senador Jucá, V. Exª é muito dinâmico – e isso me admira muito – em suas falas. Eu passei meio que batido em relação a essa emenda. Poderia repeti-la, por favor.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Na verdade, o projeto do Senador Wilder diz que o projeto procura promover o uso sustentável dos equipamentos de irrigação na agricultura brasileira. Nós negociamos com o Ministério das Minas e Energia para que o projeto possa promover o uso sustentável dos recursos hídricos e dos equipamentos de irrigação da agricultura brasileira. Ou seja, nós ampliamos o escopo, até para registrar a importância do momento de ter também a sustentabilidade dos recursos hídricos em nosso País.

Então, é uma emenda de redação que define que recursos hídricos é uma prioridade. E é uma prioridade que precisa ser explicitada no projeto.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Dessa forma, então, Senador Jucá, quero parabenizá-lo pela relatoria e também o Senador Wilder. Quero dizer que, principalmente no Norte, nós temos uma deficiência muito grande de rede de energia elétrica.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Exatamente, não temos linha de transmissão.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Não temos linha de transmissão, principalmente na zona rural. E essas placas de energia fotovoltaica pode, tranquilamente, a custo muito baixo, resolver o problema hídrico, principalmente dessa região Norte. No nosso querido Estado do Tocantins – está aqui o Senador Donizeti –, na região Sudeste de nosso Estado, nós temos o problema de seca, mesmo tendo diversos rios perenes. E, por meio desse projeto, com essas placas de energia fotovoltaica, nós podemos botar uma bombazinha...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Exatamente...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – ... colocar uma placa e irrigar ali até 30km. Então, quero parabenizar V. Ex[por essa relatoria e esse projeto.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Muito obrigado, Senador Ataídes.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Em votação o projeto relatado pelo Senador Romero Jucá, com a emenda proposta pelo Senador, inserindo-se então ao corpo do projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, com a emenda proposta pelo Senador Romero Jucá.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pela ordem, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, eu queria também, com o propósito de colaborar com o andamento dos trabalhos da Comissão, como bem V. Exª nos tem pedido.... Já fiz um entendimento com o Senador Flexa... Há um item também que, de alguma maneira, é muito importante, o item 11, que trata, resumindo, das chamadas "pedaladas fiscais". Nós temos esse mesmo item apreciado na CAE. O próprio Presidente da Comissão esteve hoje aqui – e conversava com ele – e será feita uma audiência pública com o Ministro Nelson Barbosa e também com outras autoridades.

Penso que, até para poder atender ao propósito do Senador Flexa, que nós poderíamos fazer essa audiência em conjunto com a CAE, Comissão de Assuntos Econômicos, e a Comissão de Fiscalização e Controle, que é a nossa e, assim, atenderíamos ao item 11 nos termos apresentado pelo Senador Flexa, com alteração para convite, porque, aí, seria possível ficar só dependendo de marcar a data dessa audiência conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – O requerimento do Senador Flexa Ribeiro já fala em convite, não convoca; já fala em convite.

Senador Flexa, com a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – O Senador Jorge Viana fica preocupado com convocação.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Não. É porque eu queria esclarecer. Ele usou o art. 58. Quando se usa o art. 58 da Constituição, é convocação. Então, o artigo usado está equivocado para usar a palavra convite, mas eu acho que já está atendido ao convite.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Estamos em acordo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Flexa, ele já sinalizou que aceita a proposição de V. Exª de fazer audiência conjunta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Só para justificar por que o art. 58. Porque, no Regimento, não há nenhum artigo que se relacione a convite. Então, tive que usar o artigo, mas fazendo referência que é convite e não convocação, já atendendo a V. Exª, porque eu sabia que V. Exª é um competente defensor do Governo.

Não há problema algum, Presidente, fazermos uma audiência conjunta com a CMA e a CAE.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Mais ainda, Senador Flexa: também há outro de igual teor na Comissão de Infraestrutura. Então, seriam três Comissões.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Eu não sei quem são os convidados na CAE nem na CI. O meu requerimento se restringe ao Ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, e ao Presidente do TCU, Ministro Aroldo Cedraz, para incluí-los lá.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não.

Então, já que V. Exª concorda, são três Comissões: CMA, CAE e CI.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que aprovam a proposta do Senador Jorge Viana para audiência conjunta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 12, da Senadora Vanessa Grazziotin.

ITEM 12

AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 7, DE 2014
– Não terminativo –

Encaminha cópia do Acórdão nº 1662/2014 – TCU – Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao relatório de acompanhamento realizado em cumprimento ao subitem 9.14 do Acórdão 2.596/2013 – TCU – Plenário, cujo objetivo foi auferir o nível de aderência da Matriz de Responsabilidades, publicada pela Autoridade Pública Olímpica, à Lei 12.396/2011, e identificar riscos à realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 (TC 004.185/2014-5).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Com a palavra, a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, o relatório é bem extenso. Como tenho a convicção plena, Sr. Presidente, de que ele já foi lido por todos os pares que pertencem a esta Comissão, vou apenas fazer uma leitura bem resumida do relatório, Sr. Presidente.

Como V. Exª acaba de registrar, trata-se do Aviso nº 7, do TCU, de junho de 2014, que encaminha cópia do Acórdão nº 1662/2014, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, referente ao relatório de acompanhamento realizado em cumprimento do Acórdão nº 2.596/2013, cujo objetivo foi auferir o nível de aderência da Matriz de Responsabilidades, publicada pela Autoridade Pública Olímpica, à Lei 12.396.

Relatório, Sr. Presidente.

O TCU, na qualidade de órgão que presta auxílio ao Congresso Nacional no exercício do controle externo da Administração Pública, regulamentou procedimentos internos destinados a atender às demandas que lhe são encaminhadas pelo Parlamento, no cumprimento de suas competências constitucionais.

Análise.

O instrumento destina-se, exclusivamente, a dar conhecimento da aprovação do normativo interno daquela Corte de Contas. Nessa condição, até porque ao TCU é garantida autonomia administrativa, nada há o que ser feito por este Colegiado.

Entretanto, consideramos oportuno transcrever as principais determinações do TCU no acórdão:

> 9.1. firmar o entendimento para os fins previstos no art. 70, parágrafo único, e 71, da Constituição Federal, de que:
> 9.1.1. o Plano de Antecipação e Ampliação de Investimentos é obrigação pactuada, a exemplo da Matriz de Responsabilidades, uma vez que consubstancia o compromisso firmado no Dossiê de Candidatura e nas cartas de garantia oferecidas pelos governos ao Comitê Olímpico Internacional, competindo à Autoridade Pública Olímpica (APO) publicá-lo e ao Conselho Público Olímpico aprová-lo, nos termos dos moldes previstos na Cláusula Quarta e Décima Primeira, § 5°, inc. VI, do Contrato de Consórcio firmado por meio da Lei nº 12.396/2011, da Lei estadual nº 5.949/2011 e da Lei municipal nº 5.260/2011.
> 9.1.2. os gastos com segurança dentro dos locais de competição durante o evento esportivo são considerados gastos de responsabilidade privada, ante o que constou no Dossiê de Candidatura, impondo-se, assim, a devida compensação aos cofres públicos, caso tal responsabilidade venha a ser repassada para o setor público.
> 9.2 trata de determinar ao Ministério do Esporte que, no prazo de 30 dias, reavalie, em conjunto com a Autoridade Pública Olímpica e com a Empresa Olímpica Municipal, além da Empresa Municipal de Urbanização, a capacidade de o Município do Rio de Janeiro fazer frente à execução do Complexo Desportivo de Deodoro.
> 9.3. determina ao Ministério de Minas e Energia, também, que, no prazo de 30 dias, encaminhe ao TCU as seguintes informações relativas à obrigação de energia elétrica, e tem um conjunto de informações solicitadas.
> 9.4. determina à Autoridade Pública Olímpica que, em 30 dias, disponibilize em seu portal na internet a publicidade, bem como todos os atos, para garantir o cumprimento da lei do acesso à informação, e outros itens que tratam da mesma questão, Sr. Presidente.
> 9.5. recomenda à Autoridade Pública Olímpica várias questões, como que, no termo de cooperação com a Empresa Olímpica Municipal e o Comitê Rio 2016, o Escritório de Gerenciamento de Projetos do Governo do Rio de Janeiro e o Ministério do Esporte, repassem tempestivamente informações necessárias ao desempenho da sua missão legal, por meio de um canal eficiente, e outros itens, também, aqui, nesse mesmo sentido.
> 9.6. recomenda à Controladoria Geral da União que, no âmbito dos Jogos Olímpicos, busque realizar fiscalizações complementares à fiscalização do Controle Externo.
> 9.7. também recomenda ao Ministério do Esporte que formule iniciativa normativa, no sentido de dotar a Autoridade Pública Olímpica de prerrogativas e instrumentos impositivos com o condão de viabilizar o exercício de suas finalidades.
> 9.8: dar ciência ao Ministério do Esporte e ao Conselho Público Olímpico sobre a obrigação da realização das instalações temporárias; sobre que sejam procedidos, também, os limites de atuação do referido Presidente junto ao Comitê.
> 9.9 autoriza a Secretaria de Controle Externo do Estado do Rio de Janeiro realizar a continuidade do acompanhamento.
> 9.10. determina a realização do estudo específico sobre o papel e eficácia das práticas da Autoridade Pública Olímpica (APO).
> 9.11., também, baseado no protocolo, encaminha cópia do presente Acórdão e do Voto aos Tribunais de Contas do Estado e do Município do Rio de Janeiro.
> 9.12. encaminha, também, cópia do referido Relatório ao Presidente da APO.

E, Sr. Presidente, diante disso é que, à luz do exposto, opinamos pelo arquivamento do Aviso nº 7, do Tribunal de Contas da União.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Para discutir, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, Senador Otto Alencar, o relatório da Senadora Vanessa Graziottin conclui para o arquivamento do Acórdão do TCU.

Preocupa-me sobremaneira, Senador Otto Alencar, que esses acórdãos do TCU... e o TCU é um órgão de assessoria do Congresso Nacional e que desenvolve um trabalho da maior importância. Se o Executivo levasse sempre em consideração as informações ou as chamadas de atenção que o TCU fez ou faz por algum tempo, talvez tivéssemos evitado ou diminuído os desvios lamentáveis que ocorreram ou ainda ocorrem na esfera do Executivo.

Pediria a V. Exª e à Senadora Vanessa Grazziotin se poderíamos remeter esse relatório para a subcomissão de acompanhamento das obras para as Olimpíadas, até porque noticiários em mídias, jornais, televisão, têm colocado que está havendo um conflito entre a APO e a cidade do Rio de Janeiro, que tem uma incumbência de fazer a execução das obras para as Olimpíadas. Pelo que eu li recentemente, a APO estaria sendo esvaziada da sua competência de ser ela realmente a autoridade para ter controle e acompanhamento de todas essas obras, para que a nossa Olimpíada de 2016 seja um sucesso.

Então, se fosse possível encaminhar o acórdão do TCU à subcomissão de acompanhamento das obras das Olimpíadas, aqui da Casa, para que pudesse se debruçar com relação a essas informações do TCU.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Flexa Ribeiro, a subcomissão ainda não foi instalada, portanto remeter esse projeto seria postergar essa decisão. Então, vou colocar em votação.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pela ordem.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Eu gostaria, com a vênia da nossa Senadora Grazziotin, de pedir vista, porque eu gostaria de ter um pouco mais de conhecimento sobre esse arquivamento nesse acórdão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Será concedida vista a V. Exª.

O item 13 da pauta o Senador Benedito de Lira pediu que fosse retirado. Eu passo agora ao item 16, atendendo ao Senador Eduardo Amorim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Gostaria antes, Sr. Presidente... O 14 depois o 16. O 16 é de nossa autoria e do 14 sou relator. Então, poderia ir ao item 14, lendo o nosso relatório e submetendo à apreciação e depois ao 16.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Sr. Presidente Otto, se V. Exª me permitir ainda em relação ao item que acabei de relatar, do qual foi pedido vista, regimentalmente não há outro caminho. A única possibilidade desta Comissão é encaminhar ao arquivo, porque, pelas regras regimentais e legais, o Tribunal de Contas faz o levantamento e manda à Casa para conhecimento. E tão somente cabe a esta Comissão não termos que dar voto absolutamente nenhum em relação á matéria. Não cabe isso. Eu acabei de ler o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Mas já foi dado vista. Agora...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Tudo bem, apenas para informar que não há outro caminho que não seja este. Agora acho importante que seja remetido para que seja dado conhecimento e a obviamente a subcomissão deverá trabalhar com esses dados tão importantes.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Verifico que não há mais quórum para votação. Temos aqui apenas cinco Senadores presentes.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Mas posso ler o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pode ler o relatório do item 14, não terminativo.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2014
– Não terminativo –

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor, para definir regras sobre a oferta e a apresentação de produtos ou serviços.
Autoria: Deputada Nilda Gondim
Relatoria: Senador Eduardo Amorim

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Este projeto, Sr. Presidente, dispõe sobre a proteção...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – V. Exª lerá então os dois?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Não, neste caso do 16 sou o autor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – O 16 é de sua autoria. Só o 14.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Só o 14.

Este projeto dispõe sobre a proteção do consumidor definindo regras sobre a oferta e a apresentação de produtos ou serviços por meio de endereço virtual na Rede Mundial de Computadores, de correspondência eletrônica ou de número telefônico apto a receber ligações gratuitas do consumidor.

É de autoria da Deputada Nilda Gondim.

A proposta, Sr. Presidente, visa a garantir mais direito ao consumidor, aperfeiçoando a legislação consumerista e concorrencial, permitindo que o consumidor disponha de mais informações e esclarecimentos a respeito das ofertas veiculadas pelos fornecedores, pois o consumidor poderá obter informações de acesso ao endereço eletrônico do fornecedor na rede mundial de computadores, pelo recebimento de mensagem eletrônica, destinada à caixa de correio do consumidor, ou por meio de ligação telefônica gratuita ao Serviço de Atendimento ao Consumidor mantido pelo fornecedor.

Basicamente é isso, Sr. Presidente.

Como já foi distribuído antecipadamente, o nosso voto é pela aprovação sem emendas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Aprovada.

Eu pediria a compreensão do Senador Ataídes Oliveira e do Senador Eduardo Amorim, porque temos agora uma reunião convocada pelo Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, com os Presidentes.

Então, contando com a compreensão dos Senadores, gostaria de encerrar a reunião, deixando para discutir os outros itens na próxima reunião.

Está encerrada a reunião.

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2015, TERÇA-FEIRA, ÀS 09 HORAS.

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia doze de maio de dois mil e quinze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Otto Alencar, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim, Humberto Costa, Delcídio do Amaral, Benedito de Lira, João Alberto Souza, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi**.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Rocha, Jader Barbalho, Lídice da Mata, João Capiberibe e Douglas Cintra**.** Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete aos membros a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. **COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA**. A Presidência designa o Senador Delcídio do Amaral para integrar, como suplente, a Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das Obras da Usina de Belo Monte (CMABMONTE) e o Senador Roberto Rocha para integrar, como suplente, a Subcomissão Permanente da Água (CMAGUA). **PAUTA**. **ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 38, de 2015.** Nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, destinada debater aspectos teóricos e práticos de arranjos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Para tanto, sugiro a participação dos seguintes convidados: Jorge Madeira Nogueira, Professor do Departamento de Economia da universidade de Brasília (UnB) para expor definições básicas e aspectos teóricos dos arranjos de Pagamentos por Serviços Ambientais; Devanir Garcia dos Santos, Coordenador de Implementação de Projetos Indutores, da Agência Nacional de Águas (ANA), para apresentar o Programa Produtor de Águas com ênfase nos gargalos para ampliação dos arranjos de PSA; Fernando Veiga, Gerente de Segurança Hídrica para a América Latina da Organização não Governamental The Nature Conservancy, para apresentar experiências da ONG com arranjos de PSA no Brasil e no mundo; Representante do Ministério do Meio Ambiente (MMA); Representante do Ministério da Agricultura (MAPA). Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Resultado: Aprovado. **ITEM 2) AVISO Nº 10, de 2014 – Não Terminativo**. Encaminha cópia do Acórdão nº 274/2014 – TCU – Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, bem como cópia da

Decisão Normativa, referente à representação formulada pela Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag) acerca da fixação, para o exercício de 2014, dos percentuais individuais de participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na distribuição da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Cide – (TC 001.198/2014-9). Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Benedito de Lira. Relatório: Pelo arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo arquivamento do aviso. **Ficam adiadas as demais matérias**. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a reunião às nove horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Otto Alencar,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Declaro aberta a 13ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle.

Submeto aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras a dispensa da leitura e aprovação da ata anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras que designo o Senador Delcídio do Amaral para integrar, como suplente, a Subcomissão Temporária, para acompanhar a execução das obras da usina de Belo Monte, assim como o Senador Roberto Rocha para integrar, como suplente, a Subcomissão Permanente da Água.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Presidente, esta sala está muito gelada!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Diminua o ar-condicionado, por favor.

Vamos passar à leitura de requerimento.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 38, DE 2015 – Não terminativo –

Nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, destinada debater aspectos teóricos e práticos de arranjos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Para tanto, sugiro a participação dos seguintes convidados: Jorge Madeira Nogueira, Professor do Departamento de Economia da universidade de Brasília (UnB) para expor definições básicas e aspectos teóricos dos arranjos de Pagamentos por Serviços Ambientais; Devanir Garcia dos Santos, Coordenador de Implementação de Projetos Indutores, da Agência Nacional de Águas (ANA), para apresentar o Programa Produtor de Águas com ênfase nos gargalos para ampliação dos arranjos de PSA; Fernando Veiga, Gerente de Segurança Hídrica para a América Latina da Organização não Governamental The Nature Conservancy, para apresentar experiências da ONG com arranjos de PSA no Brasil e no mundo; Representante do Ministério do Meio Ambiente (MMA); Representante do Ministério da Agricultura (MAPA).

Autoria: Senador Donizeti Nogueira

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Vou colocá-lo em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Presidente, eu gostaria de fazer um aditamento a esse requerimento.

Em virtude de entidades como a CNI e a CNA terem pedido para participar dessa audiência pública, eu proporia que a gente fizesse essa pré-instrução de um projeto de lei que eu quero apresentar, e que se fizesse uma outra audiência com as entidades.

Agora, na primeira, para darmos instrução ao projeto de lei, a gente faria apenas com a área técnica, e uma segunda, para a ouvirmos as entidades. Então, para que não seja uma audiência improdutiva, eu queria

aditar uma segunda audiência, que pode ser no decorrer da tramitação do projeto ou quando conseguirmos acertar com as entidades.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Nesse caso, V. Exª tem que apresentar um outro requerimento. V. Exª o apresenta, e nós o pautaremos para a próxima reunião.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Não dá para ser aditado nesse?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Não, porque se trata de outros convidados, portanto, terá que fazer um novo requerimento.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Não pode ser feitas duas audiências públicas juntas, como o senhor solicita.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Eu não gostaria de fazer as duas juntas, concomitantemente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Nesse caso, já que V. Exª não gostaria, então encaminhe o requerimento, porque não haverá nenhum prejuízo. Na próxima semana, eu o colocarei em votação.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Combinado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento do nobre Senador Donizeti Nogueira permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos ao item 2.

ITEM 2

AVISO Nº 10, DE 2014
– Não terminativo –

Encaminha cópia do Acórdão nº 274/2014 – TCU – Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, bem como cópia da Decisão Normativa, referente à representação formulada pela Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag) acerca da fixação, para o exercício de 2014, dos percentuais individuais de participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na distribuição da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Cide – (TC 001.198/2014-9).
Autoria: Tribunal de Contas da União
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Pelo arquivamento
Observações:
– A matéria constou na pauta do dia 05/05/2015.

A relatoria é do Senador Benedito de Lira, a quem passo a palavra.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem a esta Comissão o Aviso em epígrafe, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 274/2014/TCU/Plenário, proferido nos autos do Processo nº TC 001.198/2014-9, assim como da Decisão Normativa nº 136, de 12 de fevereiro de 2014, então aprovada, acompanhados dos respectivos relatórios.

O inciso III do art. 159, da CF, determina que 29% do produto da arrecadação da Cide seja entregue aos Estados e ao Distrito Federal para ser empregado no financiamento de programas de infraestrutura de transportes. Por sua vez, o §4º do mesmo artigo constitucional ordena que 25% desses recursos devem ser repassados pelos Estados aos seus respectivos Municípios.

O cálculo do repasse aos Municípios foi, nos termos do §2º do art. 1º-B da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, atribuído ao TCU, que deve seguir os critérios definidos no §1º do mesmo dispositivo, a saber:

1. 50% proporcionalmente aos mesmos critérios de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios; e

2. 50% proporcionalmente à população, conforme apuração realizada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Constam, como anexos da Decisão Normativa nº 136, de 2014, os seguintes documentos: Tabela com os Percentuais Individuais de Participação dos Estados e DF (Anexo I), Tabela com os Percentuais Individuais de Participação dos Municípios (Anexo II), Memória de Cálculo da Participação das Capitais (Anexo III), Memória de Cálculo da Participação dos Municípios da Reserva (Anexo IV) e Nota Explicativa sobre a metodologia de

cálculo da distribuição dos recursos da Cide (Anexo V). Essas informações garantem transparência ao processo e permitem aos próprios interessados conferir a fórmula do montante dos repasses a que fazem jus.

O acórdão reflete o posicionamento dos ministros do TCU, reunidos em sessão do Plenário, e se coaduna com os princípios e as regras legais vigentes no ordenamento jurídico. Ao Senado Federal compete manter-se a par do assunto e estar alerta às possibilidades de aprimoramento da legislação que porventura se apresentem.

Voto.

Pelo exposto, visto que esta Comissão tomou conhecimento da matéria, voto pelo arquivamento do Aviso nº 10, de 2014.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Em discussão o parecer e o relatório do Senador Benedito de Lira. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA pelo arquivamento da matéria.

Item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, DE 2013
– Não terminativo –

Altera a delimitação da Reserva Particular do Patrimônio Natural Emílio Einsfeld Filho em Santa Catarina e dá outras providências.
Autoria: Deputado Onofre Santo Agostini
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Pela aprovação
Observações:
– Matéria apreciada pela CCJ, com parecer pela aprovação do projeto.
– O relatório foi lido na reunião de 28/04/2015, sendo concedida vista coletiva do projeto. Nos termos do art. 132, §1º, do RISF, não cabe novo pedido de vista.
– Posteriormente, a matéria segue ao Plenário.

Em discussão. (*Pausa.*)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Para discutir, tem a palavra o Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Sr. Presidente, nos termos do art. 279, inciso V, do Regimento Interno, requeiro o adiamento da discussão do PL nº 97, de 2013, a fim de que seja realizada uma audiência pública, para dirimir algumas dúvidas levantadas pelo Instituto Chico Mendes. Essa audiência se faz necessária em função do que apresenta o Instituto Chico Mendes sobre divergência com o parecer anterior.

Então, queria pedir o adiamento dessa discussão, a sua suspensão, para a realização dessa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Donizeti Nogueira, o Projeto já está em votação. Já houve um pedido de vista, e, agora, está em votação. Então, o requerimento me parece, neste momento, intempestivo, porque o projeto já está em votação.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Mas a matéria estava em discussão na reunião anterior; não estava em votação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Houve o pedido de vista, que foi concedido.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Aí continua a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – V. Exª pode encaminhar um requerimento de adiamento da discussão, mas, para marcar uma audiência pública, absolutamente não.

V. Exª teria que apresentar outro requerimento.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Não estou fazendo um requerimento. Estou justificando, neste momento, o pedido de adiamento, para que se possa realizar uma audiência pública; em que apresentarei o pedido *a posteriori*.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Temos, aqui, a presença de quatro Senadores, então, vou colocar em votação o pedido de adiamento feito por V. Exª.

Os Srs. Senadores que aprovam o pedido de adiamento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Adiada, então, a discussão e votação do Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2013, não terminativo.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 662, DE 2011
– Não terminativo –

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para tornar obrigatória a organização e apresentação adequadas das informações técnicas e dos preços dos serviços de telecomunicações oferecidos aos usuários.
Autoria: Senadora Angela Portela
Relatoria: Senador João Alberto Souza
Relatório: Pela aprovação com duas emendas
Observações:
– A matéria constou na pauta do dia 05/05/2015.
– Posteriormente, a matéria será apreciada pela CCT.

Tem a palavra o nobre Relator João Alberto de Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente, para este projeto, de autoria da Senadora Ângela Portela, apresentei relatório com emenda. Ocorre que fui procurado pela Senadora Ângela Portela, solicitando-me que eu conversasse novamente com S. Exª a esse respeito. Assim sendo, eu pediria que a matéria fosse retirada de pauta, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não, Senador João Alberto Souza.

Será retirado de pauta, conforme solicitação de V. Exª, o item 4.

Vamos ao item 5.

ITEM 5

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 360, DE 2012
– Não terminativo –

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para disciplinar a publicidade dirigida a crianças e adolescentes.
Autoria: Senador Vital do Rêgo

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 493, DE 2013
- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para regulamentar a emissão de conteúdos voltados ao público infantojuvenil e proibir a publicidade direcionada a crianças no horário diurno.
Autoria: Senador Eduardo Amorim
Relatoria: Senador Alvaro Dias
Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado n° 360, de 2012, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 493, de 2013, que tramita em conjunto, nos termos do substitutivo apresentado.
Observações:
– As matérias constaram nas pautas dos dias 28/04/2015 e 05/05/2015.
– Posteriormente, as matérias serão apreciadas pela CE.

Nomeio, como Relator *ad hoc,* o Senador Reguffe, na ausência do Senador Alvaro Dias.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, não vou relatar *ad hoc*, porque quem faz o relatório *ad hoc*, regimentalmente, quando a pessoa relata, fica como autor do relatório. Como não fui eu que fiz, eu não vou relatar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não.

Então, vamos retirar de pauta e aguardar, em uma outra oportunidade, já que o Relator, o Senador Alvaro Dias, está hoje como o Relator da indicação do Ministro Fachin na Comissão de Constituição e Justiça.

Vamos ao item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, DE 2014
– Não terminativo –

Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para garantir aos usuários de serviços de telecomunicações o direito de cancelamento dos serviços por telefone e por internet.
Autoria: Senador Eduardo Amorim
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Também o Senador Aloysio Nunes Ferreira não está presente.

Como houve a recusa do Senador Reguffe, também vou retirá-lo de pauta, não vou nomear relatoria *ad hoc,* deixando-o para uma outra oportunidade.

Retirado de pauta o item 6.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Só para explicar a V. Exª, quando...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Entendo perfeitamente.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ...o Senador relata *ad hoc,* ele fica como autor do Relatório.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu sei.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Aquele relatório passa a ser dele.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – V. Exª não conhecia a matéria.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não é nem por não conhecer, eu penso que o relatório é feito pelo Senador e ele que tem que apresentá-lo, porque ele é o autor...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Mas é praxe aqui, se indicar *ad hoc*, alguns aceitam relatar. Mas não tem problema.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Inclusive, entra nos meios eletrônicos de divulgação da Casa, como relatório feito pelo...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu só o fiz, Senador Reguffe, porque já é praxe nomear relator *ad hoc*. Alguns Senadores, conhecendo a matéria, a relata; não há nenhum problema, não há nenhum prejuízo no caso da relatoria *ad hoc*.

Item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, DE 2011
– Terminativo –

Cria o Sistema Nacional de Controle de Acidentes de Consumo – SINAC.
Autoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria: Senador Jorge Viana
Relatório: Pela rejeição
Observações:
– Matéria apreciada pela CAS, com parecer pela aprovação do projeto com a emenda nº 1 – CAS (substitutivo).
– O relatório foi lido na reunião de 28/05/2015, sendo concedida vista coletiva do projeto. Nos termos do art. 132, §1º, do RISF, não cabe novo pedido de vista.

Trata-se de Projeto de Lei do Senado nº 311, de 2011, terminativo, portanto, não há quórum para a votação, já que não temos nove Senadores em Plenário.

Vou retirá-lo de pauta da mesma forma.

Os outros itens são terminativos: o item 8, o item 9 e o item 10.

O item 11 foi pedido para ser retirado de pauta pelo Relator, o Senador Valdir Raupp, mas também é terminativo.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2015
– Terminativo –

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências, para determinar a exigência de sistemas de captação de águas pluviais.
Autoria: Senador Ivo Cassol
Relatoria: Senador Romero Jucá
Relatório: Pela aprovação
Observações:
Então, está concluída a pauta.

Está encerrada a reunião.

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2015.

Às nove horas do dia dezenove de maio de dois mil e quinze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe, Paulo Rocha, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Otto Alencar, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, João Capiberibe, Eduardo Amorim, Humberto Costa, Regina Sousa, Aloysio Nunes Ferreira, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi**.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jader Barbalho e Douglas Cintra**.** Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete aos membros a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA. A Presidência comunica o recebimento da Indicação nº 2, de 2015, de autoria do Senador Romário, que trata de sugestão para que seja objeto de providência pela CMA a implantação de sítio eletrônico para acompanhamento das obras dos Jogos Olímpicos de 2016, conforme o Ato nº 1, de 2009 – CMA, que cria o portal do acompanhamento de gastos para a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e para os Jogos Olímpicos de 2016, tendo determinado à Secretaria da Comissão que entre em contato com a CGU e o Prodasen para adoção das providências cabíveis. A Presidência informa que o Aviso nº 290/2015 do TCU será autuado e distribuído para relatoria, e que os seguintes avisos ficarão à disposição dos Senhores Senadores por sete dias e, não havendo manifestação, serão arquivados: Ofício nº 126/2015, do Sindicato Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle; e Aviso nº 37/2015, do TCU. A Presidência designa para a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras de Belo Monte, para ocupar o cargo de titular no Bloco de Apoio ao Governo, o Senador Delcídio do Amaral e, de suplente, o Senador Paulo Rocha; o Senador Aloysio Nunes Ferreira, para ocupar a vaga de suplente no Bloco Parlamentar da Oposição; e o Senador Ivo Cassol, para a vaga de suplente no Bloco da Maioria, em vaga cedida por esse. Passa-se à PAUTA. ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 39, de 2015. Em aditamento ao Requerimento nº 24/2015, aprovado em 05/05 do corrente, destinado à audiência pública sobre o POSTALIS, solicito que sejam incluídos os seguintes nomes: Sr. Algelo Donga – Conselheiro Fiscal do POSTALIS; Sr. José Aparecido Gimenes Gandara – Presidente da Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras dos Correios – FINDECT. Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Resultado: Aprovado. ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 40, de 2015. Nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, destinada debater aspectos teóricos e práticos de arranjos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Para tanto, sugiro a participação das seguintes entidades: Confederação Nacional da Indústria (CNI); Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); Organização das Cooperativas do Brasil (OCB); União Nacional das Organizações ooperativistas Solidárias (UNICOPAS). Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Resultado: Aprovado. ITEM 3) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTRO-

LE Nº 13, de 2013 – Não Terminativo. Encaminha cópia do Acórdão nº 664/2013 – TCU – Plenário proferido nos autos do processo nº TC 024.749/2012-5, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao acompanhamento da operação de crédito relativa às obras de reforma e ampliação do estádio Arena da Baixada, formalizada entre o BNDES e o Estado do Paraná. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Valdir Raupp (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento da matéria. ITEM 4) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 7, de 2014 – Não Terminativo. Encaminha cópia do Acórdão nº 1662/2014 – TCU – Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao relatório de acompanhamento realizado em cumprimento ao subitem 9.14 do Acórdão 2.596/2013 – TCU – Plenário, cujo objetivo foi auferir o nível de aderência da Matriz de Responsabilidades, publicada pela Autoridade Pública Olímpica, à Lei 12.396/2011, e identificar riscos à realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 (TC 004.185/2014-5). Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pelo arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo arquivamento da matéria. ITEM 5) TRAMITAÇÃO CONJUNTA DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 360, de 2012 – Não Terminativo. Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para disciplinar a publicidade dirigida a crianças e adolescentes. Autoria: Senador Vital do Rêgo. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 493, de 2013 – Não Terminativo. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para regulamentar a emissão de conteúdos voltados ao público infantojuvenil e proibir a publicidade direcionada a crianças no horário diurno. Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Senador Alvaro Dias (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Blairo Maggi. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado n° 360, de 2012, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 493, de 2013, que tramita em conjunto, nos termos do substitutivo apresentado. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do PLS nº 493, de 2013, nos termos da emenda nº 1-CMA (substitutivo) e pela rejeição do PLS nº 360, de 2012, que tramita em conjunto. ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 525, de 2013 – Não Terminativo. Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para vedar que o prestador de serviço e o profissional de saúde contratado, credenciado ou cooperado de uma operadora de plano ou seguro privado de assistência à saúde utilize agenda diferenciada para a marcação de consultas, exames e procedimentos ou pratique qualquer discriminação ou diferenciação de prazo de marcação entre o paciente coberto por plano ou seguro e aquele custeado por recursos próprios. Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto. ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 208, de 2014 – Não Terminativo. Dispõe sobre a fabricação de veículos leves movido a óleo diesel destinados à utilização como táxi e dá outras providências. Autoria: Senador Clésio Andrade. Relatoria: Senador Benedito de Lira (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela rejeição do projeto. ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, de 2014 – Não Terminativo. Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para garantir aos usuários de serviços de telecomunicações o direito de cancelamento dos serviços por telefone e por internet. Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Pela aprovação com duas emendas. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto com as emendas nºs 1 e 2-CMA. ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, de 2011 – Terminativo. Cria o Sistema Nacional de Controle de Acidentes de Consumo – SINAC. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Jorge Viana. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Rejeitado o projeto, por 8 votos favoráveis a rejeição, contra 4 votos que aprovavam o projeto na forma da emenda nº 1-CAS e nenhuma abstenção. ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 541, de 2013 – Terminativo. Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre o cancelamento do serviço pelo consumidor. Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senador Blairo Maggi. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o projeto, por unanimidade. É aprovada a inclusão EXTRAPAUTA da seguinte matéria: ITEM 14) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 41, de 2015. Requeiro, nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição da República e o inciso II do art. 90 e inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização Controle – CMA, para discutir a criação de unidades de conservação em terras públicas da União, no sul do Estado do Amazonas. Para fornecer as informações, expor opiniões e responder aos questionamentos, sugerimos os seguintes convidados: • Senhora Izabella Teixeira, Ministra do Meio Ambiente – MMA; • Senhor Roberto Vizentin, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio; • Senhor

Antonio Stroski, Secretário de Meio Ambiente do Estado do Amazonas; • Senhor Sidney Leite, Secretário de Produção Rural do Estado do Amazonas – SEPRO; • 1 Representante da Prefeitura Municipal de Apuí – AM; e • 1 Representante da Prefeitura Municipal de Manicoré – AM. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Resultado: Aprovado. Ficam adiadas as demais matérias. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a reunião às dez horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Otto Alencar,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Declaro aberta a 14ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores e Senadoras a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pela ordem, o nobre Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Otto Alencar, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, em sessão passada, nós aprovamos um requerimento, de minha autoria, para fazermos uma audiência pública, a fim de debater sobre os graves problemas, recentemente divulgados pela imprensa, sobre o Postalis, que é o fundo de pensão dos Correios e Telégrafos.

Naquela altura em que apresentei o requerimento, fiz referência a uma visita que recebi em nosso gabinete de apoio, no meu Estado, de dois funcionários da empresa de Correios e Telégrafos em Belém. E eles me mostraram documentos, inclusive o próprio holerite, que me deixou bastante preocupado. Eles tinham um desconto, já feito, de 13% do seu salário para o fundo de pensão e receberam uma comunicação do fundo de pensão de que, pelo rombo de R$5,6 bilhões nas contas do Postalis, os funcionários dos Correios e Telégrafos teriam que descontar, por quinze anos e meio, mais 25% do seu salário. Ou seja, isso deixaria para eles, praticamente, um resíduo salarial que não daria para sustentar a família.

Senador Ataídes, 13% já é o desconto automático, a colaboração deles para o fundo, mais 25%, chega a 38% do salário. Eles, então, pediram que averiguássemos isso aqui, em Brasília, e a Comissão que eu acho pertinente para este assunto é a de controle e fiscalização, a CMA.

Apresentei requerimento, que foi aprovado. Peço a V. Exª que, tal a importância do assunto, marquemos a nossa audiência o mais breve possível. Eu poderia sugerir a V. Exª que marcássemos no dia 9 de junho próximo, daqui a três semanas, num dia de sessão ordinária. Mas, como o fato é relevante, nós precisamos que os membros da Comissão venham aqui ouvir o relato das pessoas, das autoridades convidadas e possamos discutir profundamente esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Flexa Ribeiro, concordo com V. Exª, pela gravidade do fato. Esta Comissão de Fiscalização e Controle é o foro ideal para verificar essas irregularidades, essas denúncias que ocorrem no fundo de pensão, como V. Exª colocou, de suma importância.

Então, acolho a solicitação de V. Exª. Marcaremos para o dia 9 de junho, ou seja, daqui a três semanas, esta audiência pública, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente. Quero convidar, inclusive, os Srs. Senadores e Senadoras, para que possamos discutir, e convidar as pessoas nominadas no requerimento encaminhado, se não me engano, até aos representantes dos funcionários, de associações dos funcionários, que são os mais interessados.

Não vamos fazer antes porque teremos, na próxima terça-feira e na outra, uma verificação e uma relatoria da indicação do Dr. Ney Maranhão, para compor a Agência Nacional de Águas (ANA). Dessa forma, vamos marcar para o dia 9 de junho.

Determino ao Secretário da Mesa que adote as providências necessárias, para que possamos realizar esta audiência pública com as pessoas nominadas no requerimento de V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Agradeço a V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pela ordem, a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Muito obrigada,.

Sr. Presidente, eu acabo de encaminhar à Mesa um requerimento solicitando a realização de uma audiência pública. Eu sei da praxe que nós temos aqui de apresentar o requerimento e o mesmo voltar na sessão

seguinte. Entretanto, não é um requerimento polêmico. É algo muito forte que diz respeito ao meu Estado do Amazonas, porque há uma determinação, um encaminhamento muito forte, por parte do Ministério do Meio Ambiente, de criar uma área nacional de preservação ambiental no sul do Estado do Amazonas, numa região extremamente problemática, porque envolve dois Municípios produtores, Manicoré e Apuí, Sr. Presidente.

Para nós, não estão exatamente claras as divisas que eles querem fazer para essas áreas de preservação ambiental. Então, estou solicitando a realização da audiência pública. Já deixei o requerimento com o Secretário.

Se for possível, peço que V. Exª consulte nossos pares sobre a votação no dia de hoje, porque não há nada polêmico. Apenas o debate que é urgente. Se pudéssemos marcar, eu ficaria muito agradecida a V. Exª, assim como aos meus colegas Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senadora Vanessa Grazziotin, farei como V. Exª pede. Vou ler agora e colocar em votação imediatamente.

Requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin:

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 41, DE 2015
– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição da República e o inciso II do art. 90 e inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização Controle – CMA, para discutir a criação de unidades de conservação em terras públicas da União, no sul do Estado do Amazonas.

Para fornecer as informações, expor opiniões e responder aos questionamentos, sugerimos os seguintes convidados:

• Senhora Izabella Teixeira, Ministra do Meio Ambiente – MMA;

• Senhor Roberto Vizentin, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio;

• Senhor Antonio Stroski, Secretário de Meio Ambiente do Estado do Amazonas;

• Senhor Sidney Leite, Secretário de Produção Rural do Estado do Amazonas – SEPRO;

• 1 Representante da Prefeitura Municipal de Apuí – AM; e

• 1 Representante da Prefeitura Municipal de Manicoré – AM.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Como já existe quórum para votação...

Ainda não? Ainda falta um?

Então, acolho o requerimento e aguardo para colocar em votação, quando estiver completado aqui o nosso quórum de votação.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem. Há algum colega inscrito? Porque estamos esperando quórum ainda, não é?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – V. Exª tem a palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu queria só informar aos colegas da Comissão de meio Ambiente que, por dois dias, eu participei do Fórum das Nações Unidas sobre Florestas. Temos como Secretário desse fórum brasileiro Manoel Sobral Filho. Graças ao protagonismo e ao empenho da diplomacia brasileira, nós tivemos não uma declaração, mas um documento em que o Fórum das Nações Unidas sobre Florestas estabelece uma regra nova de facilitação da elaboração de projetos para manejo e plantio de florestas, especialmente as tropicais.

Queria informar também aos colegas da Comissão que, neste ano, em novembro, nós vamos ter o Congresso Mundial de Floresta em Durban, na África, e são muito importantes essas duas informações porque as Nações Unidas estão trabalhando com os conhecidos ODS, o mais importante legado da Rio+20, que são exatamente os objetivos de desenvolvimento sustentável, que todos os países do mundo possam adotar para fazer uma aferição se, de fato, estão incorporando mecanismos de desenvolvimento sustentável.

E a grande expectativa que se tem neste ano – por isso a importância das florestas do Brasil, de a gente seguir reduzindo o desmatamento, da implantação do Cadastro Ambiental Rural e da Lei de Acesso à Biodiversidade, que provavelmente deve ser, Presidente, sancionada na quarta-feira, amanhã, uma lei em que esta Comissão cumpriu papel determinante no sentido de aperfeiçoá-la, com a COP, que deve ter um novo documento assinado que vem a suceder Kyoto em novembro, em Paris, na França. Nós, então, temos um ano, em que talvez devêssemos – essa é a minha sugestão – trazer para cá, num calendário adequado – vou procurar dar essa sugestão –, para que debatêssemos essas decisões que o mundo deve tomar no ano de 2015. E, aqui,

na Comissão, compartilhar as informações que temos. Podíamos fazer uma audiência trazendo negociadores do Itamaraty que estão presentes nesses fóruns e que representam o Governo brasileiro, trazer também a opinião da sociedade civil, e a minha proposta – agradecendo, porque acho que agora já chegaram alguns colegas – era a de que nós fizéssemos uma audiência pública aqui – vou apresentar um requerimento – em que pudéssemos compartilhar das grandes decisões que nós estamos tendo ligadas à mudança do clima, que diz diretamente respeito ao nosso País.

O Brasil é o único país do mundo que tem perto de 70% de suas florestas nativas. Para o senhor ter uma ideia, as nativas da Europa têm menos de 0,3% de florestas. Nos outros continentes, na África mesmo, só 7% das florestas originais. O Brasil, há oito mil anos, era responsável por 9% das florestas nativas do mundo. Agora, nós somos responsáveis por quase 30% das florestas nativas no mundo, porque os outros continentes destruíram suas florestas. Só que o Brasil sempre está na parte policial das páginas da grande imprensa como o vilão, e, no fundo, nós tínhamos um problema grave de desmatamento, que era perto de 30.000km^2 por ano; agora, é em torno de cinco, e reduzindo. Com a implantação do Cadastro Ambiental Rural e da Lei de Acesso à Biodiversidade, com certeza, nós temos como substituir essa agenda muito ruim, negativa, por uma agenda que possa ser positiva e que até sirva de referência para o mundo.

Era isso que eu queria, agradecendo a oportunidade, dizer: vou apresentar um requerimento para que se possa fazer uma audiência pública debatendo esses temas. O Senador Aloysio Nunes chegou, nós participamos do Congresso Mundial de Águas, mas nós temos o Congresso de Florestas e uma série de eventos neste ano que dizem diretamente respeito a um país como o nosso, que tem as florestas que tem, que adota as políticas que nós começamos a adotar.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – V. Exª encaminhará e nós tomaremos as providências.

Como já li aqui o requerimento da nobre Senadora Vanessa Grazziotin, nós vamos colocá-lo em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Voltando aqui aos comunicados da Presidência.

Comunico que recebemos a Indicação nº 2, de 2015, de autoria do Senador Romário, que trata de sugestão para que seja objeto de providência pela CMA a implantação de sítio eletrônico para acompanhamento das obras dos Jogos Olímpicos de 2016, conforme o Ato nº 1, de 2009 – CMA, que cria o portal do acompanhamento de gastos para a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e para os Jogos Olímpicos de 2016.

Quanto a isso, informo que determinei à Secretaria da Comissão que entre em contato com a CGU e o Prodasen para adoção das providências cabíveis.

Recebemos o termo de compromisso público assinado pelas seguintes empresas de telecomunicações: Algar Celular S/A, Sercomtel S/A, Telefônica Brasil S/A, TIM Celular S/A, OI Móvel S/A. O documento será encaminhado para os gabinetes de todos os membros da CMA, por *e-mail*, para conhecimento do seu teor.

Leitura de avisos, ofícios e demais documentos recebidos na Comissão.

Comunico que o seguinte aviso do TCU será autuado e distribuído para relatoria. Aviso nº 290/2015, TCU. Será relatado. Comunico que os seguintes avisos e ofícios recebidos na Secretaria da CMS serão lidos para conhecimento e permanecerão à disposição dos membros da Comissão, por sete dias, para manifestação de interesse sobre relatoria. Não havendo interesse, serão arquivados.

Ofício nº 126/2015, do Sindicato Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle; Ofício nº 515, 2015, do Senado Federal. Envia à CMA cópia de ofício do Ministro de Estado do Meio Ambiente, por meio do qual encaminho informações em resposta ao Requerimento nº 1.056/2014. Informo que enviarei cópia da resposta ao Requerimento à Senadora Vanessa Grazziotin, Relatora da Subcomissão de Resíduos Sólidos e autora do mencionado requerimento.

Aviso nº 37/2015, do TCU. Informo que a relação dos avisos e ofícios lidos e que serão arquivados caso não haja manifestações de interesse pelo relatoria. Foi encaminhado para os gabinetes de todos os membros da CMA, por *e-mail*.

Antes de passarmos à pauta, informo que foi instalada, na última quarta-feira, a Subcomissão Temporária para acompanhar a execução das obras da Usina de Belo Monte. E foram eleitos, para Presidente, o Senador Flexa Ribeiro e, para Vice-Presidente, o Senador Delcídio do Amaral; foi designado como Relator o Senador Paulo Rocha.

Dessa forma, passa a ocupar de titular no Bloco de Apoio ao Governo o Senador Delcídio do Amaral e, de suplente, o Senador Paulo Rocha. Estou designando, ainda, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, para ocupar a

vaga de suplente no Bloco Parlamentar da Oposição; e o Senador Ivo Cassol, para a vaga de suplente no Bloco da Maioria, em vaga cedida por esse.

Comunico, ainda, que o item 13 foi retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2015
– Terminativo –

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências, para determinar a exigência de sistemas de captação de águas pluviais.

Autoria: Senador Ivo Cassol

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: Pela aprovação

Observações:

– A matéria constou na pauta do dia 12/05/2015.)

Iniciamos, agora, a leitura dos requerimentos.

Item 1:

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 39, DE 2015
– Não terminativo –

Em aditamento ao Requerimento nº 24/2015, aprovado em 05/05 do corrente, destinado à audiência pública sobre o POSTALIS, solicito que sejam incluídos os seguintes nomes: Sr. Algelo Donga – Conselheiro Fiscal do POSTALIS; Sr. José Aparecido Gimenes Gandara – Presidente da Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras dos Correios – FINDECT.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, o nosso querido Senador Flexa teve que se ausentar e retorna dentro de minutos, mas, neste momento, não se encontra.

Gostaria de subscrever esse requerimento em que ele pede aditamento ao Requerimento nº 24, de 2015, já aprovado nesta Comissão, no dia 5 de maio e que hoje, então, já foi inclusive determinado o dia da audiência pública que deve acontecer no dia 9 de junho de 2015, pedindo que se incluam os nomes dos Sr. Algelo Donga, Conselheiro Fiscal do Postalis; o Sr. José Aparecido Gimenes Gandara, Presidente da Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras dos Correios, que é o FINDECT.

Portanto, peço a V. Exª e aos nobres colegas, que subscrevo esse Requerimento do Senador Flexa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não, Senador Ataídes, vamos colocar em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Apenas relembrando aqui que está marcada para o dia 9 de junho essa audiência pública para oitiva daqueles convidados na questão do Postalis, do Requerimento do Senador Ataídes e do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pela ordem.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Quero só fazer um comentário. Como, originalmente, estava-se trabalhando com convocação, deixo bem claro que, por isso a nossa posição, há uma disposição desses nossos convidados de virem aqui; eles fazem questão inclusive de vir, já agradeço de antemão, para que esclarecimentos possam ser feitos e versões falseadas, tornadas públicas, não fiquem prevalecendo.

Acho muito importante essa decisão que a Comissão de Fiscalização, Controle e Meio Ambiente acaba de tomar, dando a oportunidade de esclarecermos algo que é fundamental com os fatos e não com as versões que atendem a interesses particulares.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não, Senador Jorge Viana.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 2:

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 40, DE 2015 – Não terminativo –

Nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, destinada debater aspectos teóricos e práticos de arranjos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Para tanto, sugiro a participação das seguintes entidades: Confederação Nacional da Indústria (CNI); Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); Organização das Cooperativas do Brasil (OCB); União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (UNICOPAS).

Autoria: Senador Donizeti Nogueira

O Requerimento está em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 3:

ITEM 3

AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 13, DE 2013 – Não terminativo –

Encaminha cópia do Acórdão nº 664/2013 – TCU – Plenário proferido nos autos do processo nº TC 024.749/2012-5, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao acompanhamento da operação de crédito relativa às obras de reforma e ampliação do estádio Arena da Baixada, formalizada entre o BNDES e o Estado do Paraná.

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento

O Senador Valdir Raupp não está presente?

Vou colocar em votação.

Consultaria à Senadora Vanessa Grazziotin se poderia relatar *ad hoc* este aviso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, posso sim.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Com a concordância de V. Exª, passo a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Pois não. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O relatório apresentado e elaborado pelo Senador Valdir Raupp trata de Nota Técnica sobre o Aviso AMA nº 13/2013, com o objetivo de elaborar relatório acerca do Acórdão n. 664/2013-TCU-Plenário, proferido nos autos do processo nº TC 024.749/2012-5, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, referente ao acompanhamento da operação de crédito relativa às obras de reforma e ampliação do estádio Arena da Baixada, formalizada entre o BNDES e o Estado do Paraná.

De acordo com o relatório – Sr. Presidente –, voto e acórdão encaminhados tratam desse relatório referido ao empréstimos do BNDES para ampliação e reforma do Complexo Arena da Baixada, no Paraná, que foi um esforço exercido para a realização da Copa do Mundo de 2014.

O valor total do projeto é de R$184,6 milhões. Em extrato, os empréstimos do Governo do Paraná com o BNDES somam R$134,6 milhões.

O contrato entre o Fundo de Desenvolvimento do Estado e a Sociedade de Propósito Específico (SPE) foi feito em idêntico valor, nas mesmas condições e prazos fixados no contrato com o banco federal. Há, ainda, um empréstimo adicional entre o FDE e a Sociedade de Propósito Específico, no montante de R$30 milhões, realizado sob outras condições. O restante provirá de recursos próprios angariados pela Sociedade de Propósito Específico.

Então, Sr. Presidente, conforme todos já leram, o relatório trata de uma série de pontos, uma série de questões. Inclusive analisa a questão do risco de crédito, de o Estado do Paraná cumprir os limites estabelecidos para contratação de operações com o BNDES – que, na época, encontrava-se adimplente, com margem disponível para aprovação das operações. E aí vem uma análise bem detalhada, que já foi lida por todos os nossos pares.

Por fim, diz que, a partir do acórdão apresentado, observa-se que as determinações feitas são no sentido de encaminhar documentos ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná para as providências que entender cabíveis.

E, dessa forma, recomenda-se que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização Financeira e Controle tome conhecimento do conteúdo do Aviso nº 13, de 2013, que encaminha cópia do Acórdão nº 664, de 2013, do Plenário do Tribunal de Contas da União, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.

Considerando que não há providências a serem adotadas, recomenda-se que se encaminhe o processado ao arquivo.

Portanto, o voto:

Ante o exposto, somos da opinião de que esta Comissão:

a) tome conhecimento do feito; e
b) remeta o processado ao arquivo.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador que queira discutir.

Em votação. Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu vou colocar o item 9, que inclusive já foi lido e, por ser de caráter terminativo, vou aproveitar que nós temos quórum de votação.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, DE 2011
– Terminativo –

Cria o Sistema Nacional de Controle de Acidentes de Consumo – SINAC.
Autoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria: Senador Jorge Viana, a quem eu passo a palavra, se desejar.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu gostaria, Sr. Presidente. Cumprimento os colegas, especialmente o Senador Reguffe, que me fez questionamentos neste tema.

Nós resolvemos, então – mesmo eu tendo apresentado meu parecer pela rejeição –, buscar um entendimento. Mas houve um entendimento de que eu devo manter meu parecer – e é isso que faço –, obviamente respeitando a posição divergente do Senador Reguffe, porque, na busca de tentar fazer uma modificação do parecer, nós não encontramos um caminho. Mas isso também em comum acordo, não houve divergência nesse aspecto. Então, meu parecer é pela rejeição.

Eu queria esclarecer aos colegas que nós estamos tratando de um projeto que cria o Sistema Nacional de Controle de Acidentes de Consumo. Meu parecer pela rejeição tem base no fato de que já está em funcionamento um sistema similar, inclusive com estrutura aprovada no âmbito do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (CONMETRO).

Também deve ser ressaltado que a matéria, em razão do nível de detalhamento, será regulada de forma mais apropriada em norma infralegal.

Eu queria também dizer que a Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, estabelece que cabe ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), autarquia federal vinculada ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o exercício do poder de polícia administrativa para expedir

regulamentos técnicos nas áreas de avaliação; na conformidade de produtos, insumos e serviços, desde que não constituam objeto da competência de outro órgão ou entidade da Administração Pública Federal.

Compreende os seguintes aspectos: segurança; proteção da vida e da saúde humana, animal e vegetal; proteção do meio ambiente; e prevenção de práticas enganosas de comércio.

Vale ressaltar também que compete ao INMETRO a criação de um Sistema Nacional de Controle de Acidentes de Consumo.

Então, por, exatamente, ser uma atribuição do INMETRO e por já estar em curso é que eu entendo que o projeto, independente do mérito, fica prejudicado. E o CONMETRO é competente para expedir atos normativos, regulamentos técnicos no campo da metrologia e da avaliação da conformidade de produtos, de processos e de serviços.

Vale também dizer que cabe ao CONMETRO, como órgão normativo do Sistema Nacional de Metrologia, normalização e qualidade da indústria, que é um sistema, o disciplinamento da criação de atribuição ao INMETRO.

Ademais, esse disciplinamento do assunto em norma infralegal se adapta melhor à sua natureza, dado que devem ser consideradas as especificidades da implementação de um sistema de monitoramento de acidentes de consumo.

Por essa razão, eu entendo que o projeto fica prejudicado.

Eu devo dizer que, desde 2006, o INMETRO vem monitorando os casos de acidentes de consumo observados no Brasil.

Com base nessa posição, o meu parecer é pela rejeição do projeto.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Em discussão, Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, primeiro eu quero aqui dizer do meu respeito pelo Senador Jorge Viana, por quem tenho profundo respeito. E dizer apenas que a minha posição é pelo Substitutivo deste PLS nº 311, de 2001, que foi aprovado na CAS.

E por que isso? Porque nós não podemos abrir mão das nossas prerrogativas de legislar. O Senador Jorge Viana concorda comigo, nós dois concordamos no mérito, na necessidade de ter uma regulamentação sobre esse assunto.

A única divergência é que na concepção dele o INMETRO já faz isso, isso seria uma função do INMETRO. E na minha concepção, nós podemos fazer uma legislação que coloque uma previsão nisso.

O Substitutivo aprovado na CAS é muito claro. O que vai entrar na legislação caso ele seja aprovado?

Art. 44-A. Os órgãos públicos de defesa do consumidor manterão o Sistema Nacional de Controle de Acidentes de Consumo (Sinac) para armazenar levantamentos, registros e análises de informações sobre acidentes de consumo.

[...]

§ 2º Os órgãos públicos de defesa do consumidor expedirão, sempre que necessária e cabível, notificação aos fornecedores de produtos ou serviços para que, sob pena de desobediência e sem prejuízo da responsabilidade civil e penal, prestem informação sobre questões relativas à periculosidade e nocividade dos produtos e serviços oferecidos.

Na minha concepção, eu tenho que votar aqui – até porque esta é uma Comissão de Defesa do Consumidor – pelo que melhor o lado do consumidor, pelo que melhor vai proteger o lado do consumidor. E, na minha concepção, o que melhor protege é o Substitutivo que foi aprovado na CAS.

Por isso, respeitosamente, vou votar contra o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Vou colocar em votação. Votação nominal. Aqueles que votam com o Relator, votam "não".

Chamada pela ordem:

Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Voto conhecido, para que a gente não tenha duplicidade de legislação, já que temos esse assunto tratado no INMETRO: pela rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Vota "não".

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF. *Fora do microfone*.) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA. *Fora do microfone*.) – "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Ivo Cassol. (*Pausa.*)

Senador Valdir Raupp não está presente.

Senador Jader Barbalho não está presente.

Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO. *Fora do microfone*.) – Meu voto é pelo relatório da CAS.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Vota "sim".

Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Com toda vênia, Sr. Presidente, eu vou na mesma linha do Senador Reguffe, voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Flexa Ribeiro não está.

Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sr. Presidente, voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Eduardo Amorim. (*Pausa.*)

Na ausência do Senador Ivo Cassol, o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP. *Fora do microfone*.) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Com o Relator também.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – No Bloco União e Força, quem são os titulares.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Eu acompanho o Senador Reguffe.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Vota "sim".

Foram 8 NÃO; e 4 SIM.

Rejeitado.

Voltamos, então, ao item 4 da pauta.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pela ordem, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu tenho ao meu encargo várias relatorias na Comissão de Ciência e Tecnologia.

Eu pediria a V. Exª, se o plenário concordasse, para relatar o item 8, que não é terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não, Senador. V. Exª será atendido.

Vou colocar em votação a inversão de pauta.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Senador Eduardo Amorim, eu vou colocar em votação, depois passo a palavra a V. Exª, sem nenhum prejuízo.

Item 8:

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, DE 2014
– Não terminativo –

Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para garantir aos usuários de serviços de telecomunicações o direito de cancelamento dos serviços por telefone e por internet.
Autoria: Senador Eduardo Amorim
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Concedo a palavra ao Senador Aloysio.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, pela ordem por favor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pela ordem, Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Eu havia pedido para retirar de pauta o item 11, que é terminativo, mas acabei de fazer uma análise com mais tranquilidade e gostaria de pedir a reinclusão dele, já que nós temos quórum para votar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não. V. Exª será atendido.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o projeto de lei de que sou Relator é de autoria do ilustre Senador Eduardo Amorim, que está aqui, ao meu lado. Eu acho que ele traz um lenitivo para todos aqueles que sofreram ou passaram pelo suplício de tentar rescindir um contrato de prestação de serviços dessas empresas telefônicas, que demoram uma infinidade. É muito difícil conseguir, há uma formalidade. É mais difícil rescindir o contrato do que abrir empresa ou fechar empresa no Brasil. Quem já passou por isso sabe o quanto é importante a aprovação desse projeto para criar mecanismos mais rápidos que atendam ao desejo do usuário de rescindir o contrato que não lhe interessa mais. Parece uma coisa muito óbvia.

Esse é o Projeto nº 224, de autoria, como disse, do Senador Eduardo Amorim e tem por finalidade garantir ao usuário de serviços de telecomunicações diversos canais de atendimento de suas demandas e facilidade do cancelamento de um serviço.

O art. 1º acrescenta incisos XIII e XIV ao art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997. O inciso XIII assegura ao usuário de serviços de telecomunicações o atendimento presencial, telefônico e por internet pelos prestadores de serviço. O inciso XIV prevê a implantação de mecanismos simplificados de rescisão do contrato de prestação de serviços, por todos os canais de atendimento, inclusive por telefone e por internet, porque algumas empresas exigem que você vá pessoalmente lá, o que é realmente um transtorno muitas vezes sem sentido.

O art. 2º estabelece que a lei que resultar da aprovação do projeto entrará em vigor quarenta e cinco dias após a data da sua publicação.

O autor, na sua justificação, afirma o que é de conhecimento de todos: as dificuldades por que passam os usuários de serviços de telecomunicações quando tentam cancelar os seus contratos.

O projeto foi distribuído para esta Comissão e também para a Comissão de Ciência e Tecnologia e Comunicação e Informática, que terá a incumbência de proferir decisão terminativa.

Não há nenhum óbice do ponto de vista da constitucionalidade, da regimentalidade e da legalidade.

São apenas necessários, na minha opinião, Sr. Presidente, dois ajustes tópicos ao projeto. O primeiro é quanto à previsão de atendimento presencial.

Recentemente, o Senado Federal aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 502, de 2007, que acrescenta inciso XIII ao art. 3° da citada Lei n° 9.472, para garantir ao usuário o direito "a atendimento presencial que permita o encaminhamento de qualquer espécie de solicitação a respeito dos serviços ofertados pela prestadora".

O projeto de lei está no momento em apreciação pela Câmara dos Deputados. Desse modo, entendemos que o projeto nessa parte está prejudicado, devendo ser feito um ajuste na sua redação para retirar a obrigatoriedade de atendimento presencial, que já está previsto, como disse, no projeto já aprovado por esta Casa.

O segundo é o aprimoramento da redação do projeto de lei. Propomos a substituição da palavra "internet" pela expressão mais abrangente "meio eletrônico", assim como a alteração da expressão "a mecanismos simplificados de rescisão do contrato de prestação de serviços" pela expressão mais sintética "a rescisão simplificada do contrato de prestação de serviços".

Assim, o nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do presente Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2014, com as emendas que apresentei.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Em discussão.

Para discutir, Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, quero, antes de mais nada, agradecer a relatoria do nobre Senador Aloysio Nunes, agradecer as emendas, as correções necessárias e dizer, Sr. Presidente, que no ano passado nós fizemos aqui uma audiência pública com os presidentes das teles. Exigimos que fossem exatamente os presidentes, sob a nossa presidência. O Senador Blairo Maggi estava afastado da Casa no momento, nós presidimos esta Comissão e exigimos que fossem os presidentes, que não fosse nenhum outro funcionário de cada empresa.

De lá para cá pouco mudou. Pagamos caro como pagamos, o povo brasileiro paga. Tanto é que essas empresas batem recordes de reclamações na Justiça, enfim, em todos os cantos. E nada mudou. Temos, com certeza, um dos serviços mais caros do mundo, e um dos piores do mundo. E até para se desfazer de um contrato como esse é extremamente penoso. Qual de nós teria tempo de ir a uma empresa dessa para se desfazer do serviço contratado?

Então, aqui o objetivo, Sr. Presidente, é realmente facilitar aquele já sofrido usuário do dia a dia, especialmente num País como o nosso, onde se tem mais telefones celulares do que habitantes.

Então, peço aqui, mais uma vez, a compreensão e o apoio de todos os colegas e nobres Senadores para a aprovação deste projeto.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pela ordem, solicitou primeiro o Senador Jorge Viana, em seguida, o Senador Blairo Maggi, depois o Senador Ataídes.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, eu estou fazendo uso desta intervenção para parabenizar o Senador Eduardo Amorim e o Senador Aloysio Nunes pelo relatório.

Eu fui um dos que assinaram a proposição para trazermos aqui os presidentes das teles. Esse tipo de iniciativa atende diretamente ao consumidor, que agora não é qualquer coisa. A grande maioria dos brasileiros carrega celular no bolso como parte do seu trabalho. É um instrumento de primeira necessidade. A maioria deles, inclusive, faz um pré-pago. E o serviço, de fato, é caro e também de baixa qualidade.

Penso que essa iniciativa mostra claramente. Há uma maior facilidade para se ter acesso a um contrato, mas há maior dificuldade para se desfazer dele quando não concorda com o serviço prestado, especialmente para a população mais carente, que não tem como, mora muito longe, perde um dia de serviço, é descontado o dia de serviço.

Então, eu queria parabenizar a iniciativa do Senador, da Comissão. É uma consequência, inclusive, de audiência pública, como foi bem lembrado pelo autor, Senador Eduardo Amorim, que nós fizemos aqui, no ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Jorge Viana, Srs. Senadores e Senadoras, o primeiro requerimento que eu apresentei aqui na Comissão, da minha autoria, foi para que o Tribunal de Contas da União pudesse auditar essas telefônicas todas.

Foi aprovado, foi encaminhado ao TCU, que já designou o Ministro Bruno Dantas, que vai começar essa auditoria nessas telefônicas todas, inclusive observando esse aspecto abordado pelo Senador Eduardo Amorim.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o que vou relatar, no item 11, é uma matéria semelhante a esta que está sendo discutida agora.

Já há um projeto terminativo, que vamos apreciar na sequência, espero, e que traz exatamente essas reivindicações que o Senador Amorim coloca no projeto. Então, não sei como será o encaminhamento, porque o projeto é na mesma direção, é alteração da Lei nº 8.078.

Porém, gostaria de dar o meu testemunho na discussão do encaminhamento dessa votação.

Outro dia, eu disse que entrei na internet para comprar um protetor de fone de ouvido. Comprei, recebi em casa, tudo certo. Esta semana, eu quis cancelar o serviço da Sky. Esta semana não, aliás, são seis meses que estou querendo cancelar um serviço da Sky na minha casa, em Cuiabá. E eu não consigo.

Domingo, cheguei mais cedo em casa e me dispus a fazer esse negócio. Sentei à frente do computador, porque, pelo *tablet*, a gente não consegue. Presidente, fiquei no mínimo duas horas na frente do computador e não consegui fazer o cancelamento desse serviço na minha casa. Não era nem cancelar o serviço, era mudar o pacote, reduzir as coisas que têm lá. porque meus filhos já não moram mais comigo. E eu não consegui. Fui por meio eletrônico, fiquei discutindo com o operador do outro lado. E, ao final, falei que iria cancelar todo esse negócio, pois não consigo resolver. Sabe o que aconteceu? Caiu a ligação e a internet também. Simplesmente sumiu, não deu mais para falar.

Então, é impossível você fazer o cancelamento de qualquer serviço desse. Quando é por telefone, cai a ligação; quando é pela internet, cai a internet.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC. *Fora do microfone*.) – Quando você ligar de novo, vai começar tudo de novo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Vai começar tudo de novo. Então, é um negócio horrível. Nós temos toda a obrigação de votar e fazer com que essas coisas entrem no lugar.

Então, na sequência, quando for ler o meu relatório, acho que já estão contempladas as preocupações do Senador Amorim. Enfim, vamos votar todos porque precisamos dar uma resposta quanto a questão dos serviços.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sr. Presidente, apenas para uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não, pela ordem, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – O projeto relatado pelo Senador Blairo Maggi visa alterar o Código de Defesa do Consumidor. E o projeto que acabei de relatar, do Senador Eduardo Amorim, visa modificar a lei que trata das telecomunicações.

O projeto que V. Exª relata, Senador Blairo Maggi, aplica-se a uma determinada gama de serviços, não a todo serviço. De modo que, se aprovarmos as duas proposições, elas se complementam e não se contradizem. É a minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – O projeto do Senador Eduardo Amorim é não terminativo. O projeto do Senador Blairo Maggi é terminativo.

Com a palavra o Senador Ataídes Oliveira e, depois, Senador Reguffe.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – O que aconteceu com o nosso querido Senador Blairo imagino que tenha acontecido com nossos 74 milhões de usuários neste País. E, hoje, temos 280 milhões de linhas telefônicas. Mas um fato interessante é que, numa dessas companhias telefônicas com sede em Portugal, se consegue cancelar uma linha telefônica ou qualquer pacote em menos de três minutos. O que acontece no Brasil é uma falta de respeito com o consumidor brasileiro.

Eu já tive aqui, Sr. Presidente, que acionar o Poder Judiciário por três vezes, usando o nosso Departamento Jurídico para cancelar três linhas telefônicas.

Então, quero parabenizar o Senador Aloysio pela relatoria e também Eduardo Amorim, e V. Exª, Presidente, por ter requerido esta auditoria, que está sob a responsabilidade do competente Ministro Bruno Dantas.

Quero parabenizar todos.

Nós temos que pedir respeito dessas companhias a nós e a todo o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, quero aqui primeiro parabenizar o Senador Eduardo Amorim pela autoria do projeto e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, pela relatoria.

Quero dizer apenas que é triste que se precise de uma legislação para regular isso, porque isso deveria ser algo óbvio, que as próprias empresas deveriam fazer para uma relação correta com seus consumidores.

Agora, isso não ocorre também, e eu preciso tocar igualmente neste tema, porque as agências reguladoras, no caso, a agência reguladora que deveria regular e punir, porque ela serve para equilibrar o sistema, não pune. Então, cabe também a nós cobrarmos da agência reguladora que regule o sistema, que não aja ali para defender interesses comerciais, e, sim, para que o sistema tenha o equilíbrio necessário e o consumidor tenha também a sua parte ouvida, porque hoje, infelizmente, a agência mais atende aos interesses comerciais do que a defender o consumidor deste País.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Reguffe, V. Exª toca num ponto com o qual concordo plenamente. A composição dessas agências reguladoras, no caso a Anatel, hoje, é de profissionais egressos das próprias empresas que prestam serviços ao usuário. Tanto que apresentei um projeto para fazer uma quarentena de cinco anos. Aqueles que trabalham nessas empresas de telefonia móvel não podem participar do Conselho da Anatel num período de cinco anos. E, hoje, a composição do conselho é de egressos dessas companhias. Então, é uma paridade que protege as empresas e não protege o usuário. Isso é uma coisa que precisa ser levada a sério.

Eu critico muito isso, até porque a agência reguladora deveria ter uma em cada Estado. Não representação. Os Estados deveriam ter autonomia para ter agências reguladoras. É impossível que um governador do Estado não possa reclamar de uma deficiência de empresa de energia elétrica quando falta luz, da telefonia móvel. Tudo é centralizado em Brasília. Uma empresa para 26 Estados e Distrito Federal. Não existe princípio federativo nesse teor. O Estado deveria ter autonomia para ter a sua própria empresa de regulação e punir com rigor. Aí não haveria essa cumplicidade que existe aqui em Brasília dentro das agências reguladoras.

Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Apenas para colocar um dado aqui, Sr. Presidente. O minuto médio de celular pago no Brasil equivale a R$0,46; na China, R$0,6; na Índia, R$0,2. Ou seja, um indiano fala 23 minutos pagando o mesmo que o brasileiro paga em um único minuto. Num único minuto do brasileiro no celular, minuto médio, um indiano fala 23 minutos. Então, se conseguirmos aumentar o número de telefones no Brasil, infelizmente, nós não conseguiremos abaixar o preço e tornar a ligação do telefone mais acessível para o brasileiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, só para fazer um comentário a respeito do projeto do Senador Eduardo Amorim e da relatoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Esse é um projeto importante, mas, como disse o Senador Reguffe, não precisaria ter uma lei para que os direitos dos consumidores fossem respeitados. Ele acabou de dar um exemplo comparando o custo na Índia e o custo no Brasil; fora a qualidade da ligação, a qualidade das empresas. Aqui todas elas têm péssima qualidade.

Quero parabenizá-lo pelo seu projeto, Senador Otto. V. Exª fez um projeto não permitindo que diretores da Aneel possam vir a ser diretores das empresas de comunicação.

Eu sugeriria a V. Exª que fizesse também no sentido contrário: quem for de uma empresa de telecomunicações também tem que ter uma quarentena para ser indicado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Já está previsto no projeto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – É de mão dupla.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – É de mão dupla, acolhe tudo isso.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Então, parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Em votação.

Os Srs. Senadores e Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vou passar ao item 11 da pauta.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 541, DE 2013
– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre o cancelamento do serviço pelo consumidor.
Autoria: Senador Cássio Cunha Lima
Relatoria: Senador Blairo Maggi

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Questão de ordem.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Eu ia pedir também questão de ordem naquela hora, mas aí V. Exª me interrompeu e não foi possível. Eu também queria pedir inversão de pauta para relatar logo em seguida o item 6, se fosse possível, porque nós estamos com muitas outras comissões, e eu sei que muitos outros estão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – V. Exª será atendido.

Senador Blairo Maggi.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Então, vamos ao relatório do Projeto de Lei do Senado nº 541, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima.

Submete-se à análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 541, de 2013, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre o cancelamento de serviços pelo consumidor.

Dois artigos compõem o projeto que busca alterar o Código de Defesa do Consumidor.

O art. 1º cria o art. 50-A para estabelecer que o fornecedor deverá receber imediatamente o pedido de cancelamento do serviço procedido pelo consumidor.

Foram previstos quatro parágrafos. O primeiro estatui que o pedido de cancelamento deverá ser assegurado por todos os meios disponíveis para a contratação do bem ou serviço. O segundo estabelece que os efeitos do cancelamento devem ser imediatos, ainda que o processamento do pedido dependa de algum prazo. O terceiro determina que pedidos de cancelamento independem de adimplemento contratual. Por fim, o quarto parágrafo prescreve que o comprovante do pedido de cancelamento deverá ser enviado por correspondência ou eletronicamente, a critério do consumidor.

O art. 2º encerra cláusula de vigência, a contar da data de publicação da lei que resultar do projeto.

A justificação traz argumentos no sentido de que o pedido de cancelamento não pode ser obstruído por vontade dos fornecedores. Ademais, a proposta, além de se encontrar em consonância com o Decreto Presidencial nº 6.523, de 2008, que fixa normas sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC), prevê o alargamento da proteção para um universo maior de consumidores na medida em que o regulamento restringe o seu âmbito de aplicação aos fornecedores de serviços regulados pelo próprio Poder Público Federal.

O projeto foi distribuído em caráter terminativo a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Durante sua tramitação, a proposição recebeu parecer pela aprovação, quando da relatoria do Senador Rodrigo Rollemberg; contudo, com o fim da legislatura, a proposição foi redistribuída.

Não foram apresentadas emendas.

Da análise.

No que se refere à constitucionalidade da proposição, observa-se que a União é competente para legislar a respeito de direito do consumidor, a teor do art. 24, V, da Constituição Federal e do art. 48 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A matéria veiculada não é de iniciativa privativa da Presidente da República, art. 61, § 1º, da Constituição Federal, nem está no rol das competências exclusivas do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, expresso nos arts. 49, 51 e 52 da Constituição Federal.

Quanto à espécie normativa utilizada, verifica-se que a escolha por um projeto de lei ordinária revela-se correta, pois a matéria não está reservada pela Constituição Federal.

No que concerne à juridicidade, a proposição afigura-se irretocável, porquanto o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; a matéria nela vertida inova o ordenamento jurídico, uma vez que cria condutas a serem observadas por todos os fornecedores, e não apenas aqueles alcançados pela regulamentação do Poder Público Federal. Também possui o atributo da generalidade, na medida em que as normas do projeto aplicam-se, indistintamente, a todos os fornecedores; afigura-se dotada de potencial coercitividade, pois vincula todos os fornecedores e também revela-se compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

Consoante o disposto no art. 102-A, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão pronunciar-se sobre o mérito de matérias atinentes à defesa do consumidor.

Acerca da técnica legislativa, o projeto observa as regras previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

No que se refere ao mérito, entendemos oportuna a exigência pelo cancelamento imediato quando da realização do pedido pelo consumidor.

De fato, o cancelamento de serviços pelo consumidor já é previsto no Decreto nº 6.523, de 31 de julho de 2008, que estabelece normas gerais sobre o SAC por telefone, no âmbito dos fornecedores de serviços regulados pelo Poder Público federal.

Sabemos que o foco do indigitado Decreto é a observância dos direitos básicos do consumidor de obter informação adequada e clara sobre os serviços que contratar e de manter-se protegido contra práticas abusivas ou ilegais impostas no fornecimento de serviços. Contudo, a norma restringe-se aos serviços regulados pelo poder público federal, como os bancos, as companhias aéreas, as empresas de telefonia e de TV por assinatura, as empresas de planos de saúde e também de transportes e as companhias de água e energia, por exemplo.

As medidas propostas no PLS buscam de maneira sensata correlacionar os meios disponíveis de cancelamento e as formas de notificação em benefício do consumidor, assim como determinam que os efeitos do cancelamento sejam imediatos e não dependam de adimplemento contratual. Desse modo, as medidas sugeridas não prejudicariam os usuários nem tolheriam os meios de execução dos fornecedores.

Por essa razão, entendemos que juridicamente a proposta está em consonância com o CDC, bem como não impõe medida desproporcional ou de difícil cumprimento aos fornecedores de serviços.

O voto: ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei do Senado nº 541, de 2013, e, no mérito, pela aprovação da proposição, cumprimentando o autor Cássio Cunha Lima.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação nominal.

Vou chamar aqui pela ordem.

Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com certeza, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Ronaldo Caiado. Não está presente.

Senador Alvaro Dias também não está.

Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senadora Regina Sousa e Senador Blairo Maggi, desculpe-me.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Aprovado, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Agora, vamos ao item 6 por solicitação do Senador Eduardo Amorim.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 525, DE 2013
– Não terminativo –

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para vedar que o prestador de serviço e o profissional de saúde contratado, credenciado ou cooperado de uma operadora de plano ou seguro privado de assistência à saúde utilize agenda diferenciada para a marcação de consultas, exames e procedimentos ou pratique qualquer discriminação ou diferenciação de prazo de marcação entre o paciente coberto por plano ou seguro e aquele custeado por recursos próprios.
Autoria: Senador Pedro Taques
Relatoria: Senador Eduardo Amorim

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim, para relatar.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Obrigado, Presidente; obrigado colegas Senadores pela inversão de pauta.

Como o relatório foi distribuído previamente, eu irei apenas comentá-lo.

O projeto veda a utilização de agendas com prazos diferenciados e qualquer diferenciação de prazo e marcação entre pacientes consumidor de plano ou seguro privado de assistência à saúde e paciente com recurso próprio, além de diminuir a idade de 65 anos para 60 anos para priorização do atendimento às pessoas idosas.

Portanto, Sr. Presidente, o projeto reduz a idade para priorizar o atendimento do idoso, bem como torna isonômico o atendimento do consumidor particular e do plano de saúde.

Portanto, Sr. Presidente, nosso voto, ante o exposto, é pela constitucionalidade, pela boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PLS 525, de 2013, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Votamos agora o item 5 da pauta.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Então, já tendo sido lido o item 4, vamos à discussão.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. e Srªs Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O item 5:

ITEM 5

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 360, DE 2012
– Não terminativo –

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para disciplinar a publicidade dirigida a crianças e adolescentes.
Autoria: Senador Vital do Rêgo

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 493, DE 2013

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para regulamentar a emissão de conteúdos voltados ao público infanto-juvenil e proibir a publicidade direcionada a crianças no horário diurno.
Autoria: Senador Eduardo Amorim
Relatoria: Senador Alvaro Dias

Como o Senador Alvaro Dias não está presente, consulto o Senador Blairo Maggi pode relator *ad hoc*. (*Pausa.*)

Então, concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, vamos ao relatório, então.

Submete-se à análise desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização, o Projeto de Lei nº 360, de 2012, do Senador Vital do Rêgo, que altera a Lei nº 8.078 – também a mesma lei de antes –, de 11 de setembro de 1990, do Código do Consumidor, para disciplinar a publicidade dirigida a crianças e adolescentes; e o PLS nº 493, de 2013, do Senador Eduardo Amorim, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, para regulamentar a emissão de conteúdos voltados à publicação infantojuvenil e proibir a publicidade direcionada a crianças em horário diurno.

As proposições que tramitem em conjunto, em virtude da aprovação do Requerimento 1.492, de 2013, do Senador Gim Argello, serão, em seguida, submetidas à Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Como o relatório é de conhecimento de todos, vou direto ao voto.

Tendo em vista o exposto, manifestamo-nos, então, pela constitucionalidade e juridicidade das proposições. O mérito é pela rejeição do Projeto de Lei nº 360, de 2012, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 493, de 2013, na forma da seguinte emenda da CMA: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990, para regulamentar a emissão de conteúdos voltados a infantojuvenil."

O Congresso Nacional decreta:

art. 1º Os artigos 77, 79 e 256, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança, passam a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 77 Os responsáveis pela divulgação gratuita, venda ou aluguel de conteúdos, na forma de imagens, cuidarão para que o público alcançado seja informado sobre a classificação indicativa, atribuída pelo órgão competente.

Parágrafo único. Os conteúdos que aludem a este artigo deverão exigir informações sobre a natureza da obra e a faixa etária a que se destinam.

Art. 79 As revistas e publicações destinadas ao púbico infantojuvenil não poderão conter ilustrações fotográficas, legendas, crônicas ou anúncios de bebidas alcoólicas, tabacos, armas e munições e deverão respeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família, dando preferência à finalidade educativa, artístico-cultural e informativo.

Parágrafo único. Os conteúdos audiovisuais, propagados por quaisquer veículos destinados ao público infantojuvenil, deverão dar preferência à finalidade educativa, artístico-cultural e informativos.

Art. 256 Divulgar, vender ou alugar conteúdos na forma de imagem em desacordo com a classificação atribuída pelo órgão competente.

Então, esse é o Projeto de Lei, Presidente, que acabamos de ler e que me foi dado relatar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – O relatório é pela rejeição do Projeto de Lei nº 360, de 2012, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 493, de 2013, que tramita em conjunto, nos termos do substitutivo apresentado.

Então, para discutir, Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente; colegas Senadores, eu quero agradecer aqui as relatorias, tanto do Senador Alvaro Dias quanto do Senador, *ad hoc*, Blairo Maggi, e dizer que o objetivo, realmente, é proteger nossas crianças, proteger o Estatuto da Criança e do Adolescente em questões como esta, Sr. Presidente.

Então, agradeço os nobres colegas Senadores e peço apoio para que a gente possa aprovar, com certeza, e melhorar essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nós vamos agora ao item 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 208, DE 2014
– Não terminativo –

Dispõe sobre a fabricação de veículos leves movido a óleo diesel destinados à utilização como táxi e dá outras providências.
Autoria: Senador Clésio Andrade
Relatoria: Senador Benedito de Lira

Como o Relator não está presente, eu solicitaria ao Senador Flexa Ribeiro que pudesse relatar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Otto Alencar, Srs. Senadores, vou fazer a leitura do parecer do Senador Benedito de Lira como Relator *ad hoc*.

O Projeto de Lei do Senado nº 208, de 2014, de autoria do Senador Clésio Andrade, "dispõe sobre a fabricação de veículos leves movido a óleo diesel destinados à utilização como táxi e dá outras providências".

O projeto contém cinco artigos. O primeiro libera a fabricação e a comercialização de veículos leves movidos a óleo diesel, quando destinados a taxistas, o segundo autoriza o registro dos automóveis adquiridos na forma do art. 1º, bem como a aquisição do combustível necessário para seu funcionamento, e o terceiro permite a venda dos veículos assim adquiridos, após 36 meses, a terceiros. O art. 4º revoga as disposições em contrário, e o último artigo é a cláusula de vigência, que seria imediata.

Na justificação o autor aponta que os motores a diesel modernos são pouco poluentes e bastante econômicos, e que, por conseguinte, os táxis movidos por esse combustível seriam capazes de gerar "ganho financeiro para o trabalhador, menor poluição, [e] maior durabilidade dos veículos".

A matéria foi distribuída a esta Comissão e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde deverá colher decisão terminativa. Não foram oferecidas emendas.

Vamos ao voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela rejeição do PLS nº 208, de 2014.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Como não há Senador algum que queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Os outros itens da pauta são de caráter terminativo, mas não temos mais quórum para votação.

(São os seguintes os itens adiados:

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 445, DE 2013
– Terminativo –

Altera o art. 32 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre a oferta de componentes e peças de reposição após cessadas a produção ou importação de produtos.
Autoria: Senador Pedro Taques
Relatoria: Senador João Alberto Souza

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, DE 2014
– Terminativo –

Altera o art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para reconhecer o direito do consumidor ao imediato cancelamento do pagamento junto à administradora de cartão de crédito, sem necessidade de prévia anuência do prestador de serviço.
Autoria: Senador Lobão Filho
Relatoria: Senador Davi Alcolumbre)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE ABRIL DE 2015, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 7 DA ALA SENDOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e oito minutos do dia nove de abril de dois mil e quinze, sob a Presidência do Senador Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Tasso Jereissati, Antonio Anastasia, Vanessa Grazziotin, Eduardo Amorim, José Pimentel, Delcídio do Amaral, Humberto Costa, Benedito de Lira, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Ronaldo Caiado e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justificam ausência os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Luiz Henrique e Hélio José. O Presidente declara aberta a Reunião e propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente informa que o Comando da Aeronáutica convida os integrantes desta Comissão a participarem de uma visita institucional ao Comando de Defesa Aeroespacional Brasileiro (COMDABRA) e ao primeiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA I) em Brasília – DF, no dia 28 de abril do corrente ano, de 8h15 às 14h20. Passa-se à **PAUTA: ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 91, de 2014,** de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MANOEL ANTONIO DA FONSECA COUTO GOMES PEREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Bósnia e Herzegovina." Sabatina realizada com indicação apreciada. **ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 92, de 2014,** de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MANUEL INNOCENCIO DE LACERDA SANTOS JÚNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, nas Ilhas Salomão, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, na República de Vanuatu, na República de Fiji e na República de Nauru." Sabatina realizada com indicação apreciada. **ITEM 3) MENSAGEM (SF) Nº 6, de 2015,** de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOÃO ALBERTO DOURADO QUINTAES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Mali." Sabatina realizada com indicação apreciada. Usam a palavra os Senadores Lindbergh Farias, Tasso Jereissati e Gleisi Hoffmann. O Presidente convida a comporem a mesa os Embaixadores indicados. Usam a palavra as Senadoras Ana Amélia e Gleisi Hoffmann, que solicitam abertura do processo de votação, que é aprovado. O Presidente concede a palavra a cada um dos Embaixadores indicados para fazerem suas exposições. Usam a palavra os Senadores Ana Amélia, Tasso Jereissati, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Raimundo Lira e Lindbergh Farias. Os Embaixadores respondem aos questionamentos apresentados. O Senador Tasso Jereissati solicita inclusão de item extrapauta, que é aprovada. Faz-se a deliberação do **EXTRAPAUTA: ITEM 4) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 27, de 2015,** de autoria do Senador Tasso Jereissati, que "Requeiro, nos termos do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Senhor Mauro Luiz Icker Vieira, Ministro de Estado do Ministério de Relações Exteriores, para que compareça em audiência pública à Comissão de Relações Exteriores desta Casa, a fim de prestar esclarecimentos sobre a decisão do Itamaraty de se abster na votação sobre as violações de direitos humanos na Síria e no Irã." Aprovado. A reunião é tornada secreta às doze horas e cinquenta e oito minutos e reaberta às treze horas e três minutos. Atua como secretária a Senadora Ana Amélia e como escrutinadores os Senadores Antonio Anastasia e Tasso Jereissati. O Presidente comunica a deliberação, pela Comissão, das indicações dos Embaixadores e apresenta-lhes seus cumprimentos. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às treze horas, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Flexa Ribeiro,** Presidente Eventual da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Declaro aberta a 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A Secretaria da Comissão recebeu, e transmito aos Srs. Membros da Comissão, o seguinte convite: "O Comando da Aeronáutica convida os integrantes desta Comissão para participarem de uma visita institucional ao Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro (Comdabra) e ao Primeiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Cindacta I), em Brasília (DF), no dia 28 de abril do corrente ano, de 8h15 às 14h20."

A programação completa do evento será encaminhada aos gabinetes das Srªs e dos Srs. Senadores.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 91, de 2014
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Sr. Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Bósnia e Herzegovina.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Raimundo Lira

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 92, de 2014
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Sr. Manuel Innocencio de Lacerda Santos Júnior, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, nas Ilhas Salomão, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, na República de Vanuatu, na República de Fiji e na República de Nauru.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Luiz Henrique

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 6, de 2015
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Sr. João Alberto Dourado Quintaes, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Mali.

Autoria: Presidente da República

Relatoria *ad hoc*: Senador Fernando Bezerra Coelho

Observações:

1 – Em 31/03/2015 e 26/03/2015, respectivamente, foram lidos os relatórios e concedida vista coletiva para as matérias.

O Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Aloysio Nunes Ferreira, encontra-se em viagem ao exterior, representando o Senado Federal e me pediu que presidisse a reunião da Comissão de hoje, porque o Senador Luiz Henrique, que é o Vice-Presidente, também está em viagem em conjunto com o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Da última reunião, os itens que retornam à pauta de hoje foram retirados por solicitação do Senador Tasso Jereissati...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Exatamente, Sr. Presidente. Eu ia questionar sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Não tinha recebido, até então, as informações que solicitou ao Itamaraty sobre diversas embaixadas abertas pelo Brasil.

As informações foram recebidas pelo...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – ... Senador Aloysio Nunes Ferreira e encaminhadas, não só ao Senador Tasso Jereissati, mas a todos Senadores componentes da Comissão de Relações Exteriores.

Dos três itens da pauta da reunião anterior, que foi suspensa, só a indicação do Embaixador da República do Mali que voltou para a pauta de hoje. Os outros dois embaixadores não retornaram à pauta ainda.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Vão ficar para quando, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Eu pediria à Secretaria que informasse por que não houve o retorno.

O Presidente, Senador Aloysio Nunes Ferreira, orientou o retorno só do item que trata da aprovação do Embaixador do Brasil na República do Mali. Vai marcar os outros dois proximamente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Mas a minha pergunta só era essa. Inclusive, conversei com o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que, com certeza, não está aqui hoje porque ontem houve o velório do filho do Governador – velório não, missa de sétimo dia...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Ele está em viagem ao exterior em representação do Senado Federal.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Entendi, Senador Flexa. Pensei que tivesse sido pelo velório ontem, em São Paulo, do filho do Governador Geraldo Alckmin.

Havia conversado com o Senador Aloysio Nunes Ferreira sobre os três casos: o caso de Mali, o caso da Guiné Equatorial, o caso de Togo, e eu acho que seria muito importante marcarmos para a próxima semana. Com certeza, hoje vamos discutir a sabatina com o Embaixador de Mali. Acho que poderíamos marcar para a próxima semana, em alguma reunião, esses dois outros casos, de Guiné Equatorial e de Togo.

Só quero falar da importância comercial, no caso, de Guiné Equatorial, só para se dizer, Sr. Presidente, o fluxo comercial com o Brasil, em 2013, ultrapassou a casa de US$1 bilhão. Há o interesse também da Guiné Equatorial de comprar aeronaves da Embraer. Há uma discussão sobre 190 aeronaves da Embraer.

Quanto à questão de Togo, também é uma Embaixada que foi inaugurada em 1978. Então, acho que o Senador Tasso Jereissati teve todas as razões para pedir na semana passada – eu acho que está corretíssimo – as informações por parte do Itamaraty. Mas as informações sendo concedidas ao Senador Tasso Jereissati, acho que poderíamos na próxima semana tentar marcar já essas audiências para resolvermos essas pendências.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Senador Lindbergh Farias, estou sendo informado pela Secretaria de que a pauta da próxima semana já está estabelecida pelo Presidente, Senador Aloysio Nunes Ferreira. Os dois itens da pauta suspensa não entrarão na próxima semana. Eu gostaria de ouvir o Senador Tasso Jereissati.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Também quero falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Já lhe concedo a palavra, Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Eu gostaria de ouvir do Senador Tasso Jereissati, que foi o autor da proposição para a suspensão da última reunião, se as informações que foram encaminhadas ao Senador atenderam às dúvidas que ele tinha em relação aos embaixadores dos diversos países.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Senador Flexa, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, recebemos as informações solicitadas que atendem plenamente aos nossos objetivos. Portanto, não tenho a menor objeção.

Eu queria deixar bem claro e bem esclarecido aqui que, no momento em que nós pedimos o adiamento da sabatina, não havia nenhum caráter pessoal, nem sequer dúvidas sobre o mérito ou o demérito dos indicados; pelo contrário, mas apenas queríamos obter informações necessárias para o bom desempenho desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Eu agradeço ao Senador Tasso.

Concedo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu tive oportunidade de, na terça-feira, quando houve a reunião à tarde aqui, conversar um pouquinho com o Senador Aloysio e também com o Senador Tasso sobre o adiamento. Eu, de fato, fiquei muito cons-

trangida por haver três embaixadores aqui prontos para terem feitas as arguições e isso ser suspenso, com os embaixadores tendo de ir embora. Então, eu queria começar aqui pedindo desculpas ao Itamaraty, pedindo desculpas aos embaixadores indicados para Guiné Equatorial, para Togo e também para Mali.

Sei que Mali vai entrar hoje na discussão. Depois, eu gostaria de saber de V. Exª por que não entrarão também Guiné Equatorial e Togo.

Eu tinha alertado, inclusive, o Presidente em relação a isto: o requerimento do Senador Tasso que pediu as informações relativas aos gastos com embaixadas ainda se encontra na Mesa do Senado da República, ou seja, ele não foi sequer despachado para o Ministério de Relações Exteriores. Ele está na Mesa desde o dia 13 de março. Mesmo assim, o Ministério de Relações Exteriores mandou a esta Casa, a esta Comissão as informações e já tinha prestado essas informações na terça-feira, inclusive verbalmente, já que verbalmente se cobravam as informações. Então, hoje, há aqui as informações colocadas.

E eu penso, Presidente, que nós teríamos de remarcar o mais rápido possível. Isso, inclusive, é uma descortesia para com o continente africano. Por que nós demoramos para fazer aqui a oitiva dos embaixadores indicados e por que não remarcamos de novo Guiné Equatorial e Togo? É uma necessidade do Brasil. Há embaixada há muito tempo já no Togo, há embaixada agora na Guiné, que tem um saldo positivo de balança conosco.

Eu realmente acho lamentável o que aconteceu aqui. Eu ia até fazer um pronunciamento em plenário sobre isso e resolvi falar na Comissão, mas lamento muito, porque havia as informações.

E eu gostaria que esta Comissão também perguntasse à Mesa como está a situação do requerimento expedido pelo Senador Tasso Jereissati.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Com a palavra, o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Presidente, eu não gostaria de causar nenhuma celeuma sobre esse assunto. Foi um gesto puramente de rotina das obrigações que regem os nossos trabalhos aqui, nesta Comissão.

Lamento muito que a Senadora leve para o lado de constrangimento pessoal e descortesia a países africanos. De maneira nenhuma, Senadora. Não foi essa a minha intenção. Eu acho que é descortesia aos brasileiros mais pobres estarmos cortando despesas que atingem diretamente benefícios de milhões de brasileiros menos favorecidos e não estarmos prestando atenção ao corte de despesas desnecessárias, meramente políticas, com intuito eleitoral em fóruns internacionais, sem o menor sentido neste momento, para um País pobre como o nosso. Lamento o constrangimento de V. Exª, sinto muito pelo constrangimento de V. Exª, mas acho que V. Exª devia se constranger também quando seu Governo está cortando todos esses benefícios para essa população tão necessitada.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Se me permite, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Senadora Gleisi, vou responder à consulta que...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Deixe-me, por favor, já que o Senador Tasso se dirigiu a mim...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pois não.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Com todo o respeito que por ele tenho...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Tem a palavra pelo art. 14 do Regimento.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Com todo o respeito que tenho por V. Exª, não quero fazer aqui um enfrentamento.

Gostaria muito de ter tempo para discutir com o Senador Tasso as medidas que estão sendo elencadas nas Medidas Provisórias nºs 664 e 665, que, em nenhum momento, retiram direitos dos trabalhadores ou cortam benefícios, mas que, muito pelo contrário, adequam a legislação. E, se há um Governo que deu benefícios à população pobre, foi o Governo do Presidente Lula e o da Presidenta Dilma. Isso é comprovado, inclusive, Senador.

Então, não tenho constrangimento nenhum de falar aqui sobre essa situação. Agora, causa-me estranheza, por exemplo, não discutirmos os gastos das grandes embaixadas que nós temos. Por exemplo, se é para discutir gastos, não vamos discutir, então, os gastos que temos com as embaixadas nos Estados Unidos e na Europa? Quer dizer, nós pegamos as embaixadas de países em que temos, inclusive do ponto de vista comercial, saldo positivo para nós. E também há a questão de solidariedade ao continente africano.

Então, não me quero estender aqui. Depois, quero ter a oportunidade de dialogar com o Senador Tasso em plenário ou em outra Comissão. Eu gostaria muito disso.

Mas eu gostaria de ouvir, sim, do senhor as explicações sobre as perguntas.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Antes, Senador Flexa, quero, primeiro, falar...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Com a palavra, o Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Primeiro, Senador Tasso, quero falar do respeito que temos por V. Exª.

Sinceramente, se há uma coisa interessante que está acontecendo nesta Legislatura, é o nível e a qualidade dos Senadores da Oposição. Acho que a chegada aqui do Senador Tasso Jereissati, do Senador Anastasia e do Senador Serra dá um peso, melhorando a qualidade, aos debates neste Senado, o que é muito interessante, o que é estimulante para nós que somos Governo. É um debate mais aprofundado. Saímos da picuinha.

Então, Senador Tasso Jereissati, primeiro, quero fazer esse registro e dizer que o Senador agiu no seu direito, pedindo informações. É extremamente importante dizer isso.

Eu só queria registrar, do ponto de vista comercial, a relação do Brasil com a África: nós saltamos de uma corrente de comércio de US$4,2 bilhões para US$28 bilhões. O caso da Guiné Equatorial é um caso muito importante também de se ver. O fluxo comercial do Brasil ultrapassou a casa de US$1 bilhão, em 2013. A Guiné Equatorial está em uma negociação com a Embraer, está querendo comprar aviões, está discutindo a compra de até 190 aeronaves. É uma relação comercial importante. A relação com Togo não vem do Governo Lula, vem desde 1978, da época do Governo Geisel.

Então, primeiro, sinceramente, acho que o Senador Tasso Jereissati fez esse questionamento no seu direito. E, agora, acho que a questão é marcarmos para a próxima semana, para avançarmos. Está aqui hoje a discussão sobre o Embaixador de Mali. Acho que, na próxima semana, poderíamos resolver esses dois últimos casos.

Volto a dizer: a Senadora Gleisi foi muito correta nas suas posições aqui, mas acho que, na próxima semana, poderemos superar isso e fazer isso andar. Acho que é um questionamento legítimo a discussão sobre o custo de cada embaixada. Agora, sinceramente, acho que a política externa brasileira acerta, desde o começo do Governo do Presidente Lula, ao inverter essa relação com outros países, com a África, com a Ásia, ao reforçar as relações com os BRICS. Acho que esse foi um grande acerto, desde o início do Governo do Presidente Lula.

Dessa forma, acho que a gente supera esse impasse, tentando marcar na próxima semana essas sabatinas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pois não, Senador Lindbergh.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Senador, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Com a palavra, o Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – O Senador Lindbergh sabe muito bem do respeito que tenho por suas posições e até do meu afeto pessoal por ele, mas eu queria colocar que isso não tem absolutamente nada a ver com a África. Não existe nada a ver com a África. O que estamos discutindo é se o volume de transações comerciais entre determinados países e o Brasil justifica a instalação de uma embaixada nesses países, como os da África, ou de consulados, Senadora, nos Estados Unidos ou na Europa. Estamos discutindo se isso se justifica num momento como este. Pode ser no Caribe, pode ser na Europa, pode ser na África.

Por favor, não tentem me imputar nenhum preconceito contra a África, de maneira nenhuma!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – De forma alguma!

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Isso não é justo nesta discussão que estamos tentando fazer aqui no melhor nível possível.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – De forma alguma, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Respondendo à Senadora Gleisi sobre o requerimento do Senador Tasso, ele se encontra na mesa do Senado. Já foi devolvido pelo Relator, Senador Gladson Cameli, pelo deferimento. Mas já foram encaminhadas pelo Itamaraty as informações que ele solicitou.

É um direito, Senadora Gleisi, de qualquer membro da Comissão de Relações Exteriores pedir as informações que ache necessário para ter seu voto consciente. Como já foi dito, V. Exª quis politizar o debate, entrando com a discussão de medidas provisórias que são indefensáveis, em que o momento e o local para se discutir...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – V. Exª como apaziguador é maravilhoso! (*Risos.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Jogou um balde de gasolina!

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – V. Exª está perdendo uma grande oportunidade, porque as comissões que debatem as Medidas Provisórias nºs 664 e 665 estão em reunião conjunta na sala 6. Lá que é o debate do tema que V. Exª levantou.

O Senador Tasso já está atendido nas suas pretensões. Ele vai presidir. O Senador Aloyso não estará na próxima reunião de quinta-feira. O Senador Tasso vai presidir a Comissão de Relações Exteriores e poderá pautar – e, com certeza, pautará – as outras duas. Até porque, Senadora Gleisi, o Senador Aloysio pautou dois outros itens que trataram dos embaixadores da Bósnia-Herzegóvina e da Austrália, mais a Embaixada do Mali. Então, temos três embaixadores. Não podemos fazer cinco embaixadores, porque isso trará dificuldade para a sabatina que V. Exªs terão com os indicados.

Então, tenho certeza absoluta de que o Senador Tasso, com a permissão de V. Exª, sem nenhum tipo de constrangimento, pautará os dois outros embaixadores que ficaram de fora da reunião de hoje.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente. Agradeço a V. Exª e agradeço também a generosidade do Senador Tasso.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Agradecemos o entendimento político de V. Exª, que já está se dirigindo à 664 e à 665.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Isso mesmo. Vou esperar V. Exª lá.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Estarei lá, assim que me desincumbir da missão que o Senador Aloysio Nunes Ferreira me solicitou.

Vamos ter um grande debate lá, Senadora Gleisi.

Convido para que tome assento à Mesa o Embaixador Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira, indicado para a Bósnia-Herzegóvina; o Embaixador Manuel Innocencio de Lacerda Santos Júnior, indicado à comunidade da Austrália e, cumulativamente, Senadora Gleisi, às Ilhas Salomão, no Estado independente da Papua Nova Guiné, na República de Vanuatu, na República de Fiji e na República de Nauru.Então, o embaixador, na Austrália, acumulando mais cinco outras embaixadas em outros países.

Finalmente, o Embaixador João Alberto Dourado Quintaes, indicado para a República do Mali.

Sejam bem-vindos, Srs. Embaixadores.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Antes de iniciarmos a sabatina com os embaixadores, eu queria apenas fazer um registro, porque tive a honra de integrar uma delegação de.Parlamentares brasileiros na Assembleia Geral da UIP, a União Interparlamentar Internacional, que se realizou em Hanói, capital do Vietnã. Eu queria, então, fazer este registro sobre a atuação absolutamente exemplar do Embaixador Marco Antonio Diniz Brandão, que é o titular da nossa representação no Vietnã – assumiu há pouco tempo –, e do Embaixador do Brasil na Tailândia, Gilberto Fonseca Guimarães Moura, que se revelaram profissionais da política externa brasileira extremamente comprometidos com os nossos interesses nesses países.

O sudeste asiático tem uma grande relevância em toda a região da Ásia numa inserção cada vez maior do Brasil. Acho que o nosso País está perdendo a oportunidade de fazer uma incursão maior e mais agressiva, no bom sentido, comercial, pragmática, com esses países que estão muito, muito desejosos de participar e de comprar produtos brasileiros na área da defesa, como nossos aviões da Embraer para a aviação regional. São países que têm muitas distâncias e para os quais essa aviação é importante. Isso vale tanto para a Tailândia quanto para o Vietnã.

Então, eu queria sublinhar isso, como brasileira e como Senadora, porque esta Comissão apreciou seus nomes, eles foram submetidos recentemente a sabatinas aqui. E eu agora pude testemunhar pessoalmente esse comprometimento e a qualidade desses profissionais, que são a marca do Ministério das Relações Exteriores e de seus Embaixadores ou Diplomatas em todas as carreiras, em todos os níveis de sua missão.

Então, faço questão de, aqui na Comissão de Relações Exteriores, fazer este registro. E peço ao Embaixador Pedro Borio que, por favor, transmita ao Chanceler Mauro Vieira essa avaliação que fazemos, que não é só minha, mas de todos os Deputados e Senadores que estiveram participando dessa missão.

Então, está feito o registro, e eu agradeço ao Presidente cumprimentando os Embaixadores que serão sabatinados a partir de agora.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Agradeço, Senadora Ana Amélia. O registro de V. Exª será encaminhado ao Chanceler.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Queria cumprimentar também os Embaixadores que vão se submeter à sabatina e solicitar a V. Exª que, se pudesse, abrisse o processo de votação mesmo durante a exposição dos Embaixadores para que os Senadores que precisam estar em outras comissões ou têm outros compromissos pudessem participar da votação.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Sem dúvida, Senadora Gleisi.

Consulto o Plenário para saber se todos concordam com a proposta da Senadora Gleisi de que seja aberta a votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Só pediria, antes da Senadora Gleisi votar e se retirar, que pudesse, junto ao Executivo, solicitar que o Brasil cumprisse os seus compromissos com as embaixadas, com as diversas embaixadas que tiveram corte

nas transferências de recursos, o que faz que os Srs. Embaixadores enfrentem grande dificuldade para a manutenção, como disse a Senadora Ana Amélia, do grande trabalho que os Embaixadores do Brasil, em todos os países com os quais temos relação comercial e de amizade, desenvolvem.

V. Exª já pode usar seu direito de voto.

Informo aos Srs. Embaixadores indicados que o tempo destinado à exposição será de 15 minutos.

Concedo a palavra ao Embaixador Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira.

O SR. MANOEL ANTONIO DA FONSECA COUTO GOMES PEREIRA – Sr. Presidente, muito obrigado.

Srªs e Srs. Senadores, meu bom-dia.

Eu me sinto muito honrado por haver sido indicado pela Presidente Dilma Rousseff para ser Embaixador na Bósnia Herzegovina. Agradeço também ao Ministro Luiz Alberto Figueiredo e ao Ministro Mauro Vieira por terem mantido a indicação feita pelo primeiro deles. E agradeço muito a esta Comissão a oportunidade de expor em arguição o que é a Bósnia e o que podemos fazer lá como trabalho.

A Bósnia é um pequeno país do sudeste da Europa, nos chamados Bálcãs. Tem fronteiras com a Sérvia, com Montenegro e com a Croácia. E é talvez o país de menor litoral do mundo, tem 24km de litoral sobre o Mar Adriático.

Tem uma população basicamente constituída de sérvios, croatas e bosníacos. Os bosníacos são muçulmanos considerados não do ponto de vista religioso, mas do ponto de vista de cidadania. A população muçulmana é muito maior do que a população bosníaca. As religiões principais são: muçulmano (islamismo sunita), cristianismo ortodoxo, catolicismo e outras religiões.

O atual território da Bósnia e Herzegovina foi, desde o início da Era Cristã, parte do Império Romano. Quando o Império Romano se dividiu, passou ao Império Romano do Oriente, e no século XV foi conquistado pelo Império Otomano. Isso é que causa essa variedade de religiões ao país.

No final do século XIX, o Império Austro-Húngaro ocupou, sob a forma de protetorado, a região da Bósnia e Herzegovina, e depois a incorporou definitivamente ao Império Austríaco.

Os senhores se lembrarão que foi em Sarajevo que ocorreu o assassinato do herdeiro do trono Austro-Húngaro, que deu origem à Primeira Guerra Mundial.

Após a Segunda Guerra Mundial, a Iugoslávia, que se formou a partir da Primeira Guerra e que incorporava a Bósnia, caiu na órbita soviética e foi governada durante 40 anos pelo Marechal Tito. No final dos anos 90, após a morte do Marechal Tito, a Iugoslávia implodiu, por diversas razões internas, e deu origem a seis países, dos quais o que teve parto mais doloroso foi a Bósnia.

A Bósnia se tornou independente em 1992, por plebiscito. Ela se separou da Sérvia. Imediatamente, os sérvios invadiram a Bósnia, e os croatas também tiveram participação numa guerra civil que durou três anos. Essa guerra civil terminou no final de 1995, depois de um acordo entre os croatas católicos e os bosníacos muçulmanos contra os sérvios, e por pressão dos Estados Unidos e da Europa. Foram negociados nos Estados Unidos e assinados em Paris os acordos de Dayton/Paris, em dezembro de 1995, que trazem como anexo a constituição da Bósnia. Essa é a verdadeira certidão de batismo da Bósnia. E essa constituição está praticamente intacta até hoje.

Só para lembrar, o Brasil participou da guerra civil da Bósnia com tropas, ao lado de tropas da ONU. Tivemos algumas baixas e ficamos durante todo o tempo lá.

Os acordos chamados Dayton/Paris criaram um estado *sui generis* porque atendem aos três povos constituintes: os sérvios, os croatas e os bosníacos. O país foi dividido em duas entidades: a Federação da Bósnia e Herzegovina – não confundir, por favor, com o nome do país, que é Bósnia Herzegovina só – e a República Srpska, a república dos sérvios. A república dos sérvios hoje é praticamente de uma etnia só, os sérvios, porque, em julho de 1995, houve um grande massacre de muçulmanos na Sérvia, em Srebrenica. A Bósnia agora se prepara para celebrar os 20 anos desse massacre. E eles expulsaram para a federação os muçulmanos restantes.

Essa foi apenas uma parte dos dramas criados pela guerra civil. Houve mais de 100 mil mortos e 2 milhões de deslocados.

A Bósnia tem 4 milhões de habitantes. Se os resultados de deslocados fosse no Brasil, numa guerra civil, nós teríamos 100 milhões de deslocados no território brasileiro, para lhes dar uma ideia do problema.

A Bósnia, então, é dividida em duas entidades, e a constituição estabeleceu uma série de divisões.

O país é todo dividido: o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e o Poder Executivo são atribuídos, em número fixo de lugares, às diversas etnias; 2/3 da Assembleia Nacional são dados à Federação, 1/3 aos sérvios. A presidência é trina, é eleita a cada quatro anos: um bosníaco, um croata e um sérvio. Eles rodam a cada oito meses, um presidente assume o cargo chamado de presidente da Presidência, mas as decisões têm que ser por unanimidade. Então, o *agrément* para embaixadores estrangeiros ou votos na ONU têm que ser aprovados pelos três presidentes.

A Assembleia Nacional, como eu disse, funciona da mesma forma. A Corte Constitucional, que é o tribunal mais alto do País, também funciona assim.

Uma coisa que os acordos não previram ou ignoraram foi a concessão de direitos civis às minorias. Por exemplo, há 17 minorias no País, as mais importantes são os judeus e os ciganos, ou roma. Essas minorias não têm direito de assento nem na Câmara Alta, na Assembleia dos povos, nem de serem eleitos para a Presidência do país. Isso foi objeto, há dez anos, de uma queixa na Corte Europeia de Direitos Humanos, que acabou dando aos queixosos o direito, exigindo que a Bósnia mudasse a Constituição. Isso não foi feito até hoje, e esse é um dos impasses para que a Bósnia tenha a ascensão à União Europeia.

Aliás, a ascensão à União Europeia e a ascensão à Otan são as pedras angulares da política externa bósnia. Os novos Primeiro-Ministro e Ministro das Relações Exteriores, que tomaram posse no dia 1º de abril, já deram declaração – Zvizdic e Crnadak – de que o grande objetivo é a entrada na União Europeia e a ascensão à Otan. Por quê? A União Europeia é que dá garantia de desenvolvimento para um país que, na época da Iugoslávia, estava no baixo nível da escala, era dos menos desenvolvidos. E a Otan dá proteção militar. O Tratado da Otan indica que o ataque a um dos membros é um ataque ao grupo e eles têm muito medo das pressões tanto croatas quanto sérvias. O Presidente da República Srpska vem de vez em quando, Milorad Dodik, dizer que a República Srpska está pronta para se unir à Sérvia, fazer-se exceção da Bósnia e se unir à Sérvia.

A Croácia também quer direitos importantes para os seus cidadãos na Bósnia. É de se dizer, Presidente, que os sérvios e os croatas na Bósnia podem votar nas eleições da Croácia e da Sérvia. Isso dá uma desestabilização muito grande. Os países estão muito perto, isso desestabiliza muito e há propaganda política dos dois países vizinhos dentro da Bósnia.

Então, é esse o problema.

Uma coisa que me falta dizer: A União Europeia criou uma espécie de alto representante para dentro da Bósnia. Ele funciona como um assessor exclusivamente para fazer o mapa do caminho da entrada da Bósnia na União Europeia. Tem sido duro, tem sido difícil porque nem sempre a Bósnia atende aos pedidos à uniformização legislativa e à criação de condições que favoreçam a sua aproximação com a União Europeia.

Vou falar um pouco da economia da Bósnia. A economia da Bósnia é uma das chamadas economias de transição, expressão que surgiu no final do século XX, para indicar aqueles países que estavam passando da esfera socialista para a esfera capitalista.

Então, o que tem havido é um grande esforço de privatização, de modernização e equiparação da infraestrutura com a infraestrutura europeia, eliminação de empresas, redução de empregos. Hoje, a Bósnia tem 44% de desemprego, é um país com 44% de desemprego.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – São 44%?

O SR. MANOEL ANTONIO DA FONSECA COUTO GOMES PEREIRA – São 44% de desemprego.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Ah, nós estamos com 6%, 44%...

O SR. MANOEL ANTONIO DA FONSECA COUTO GOMES PEREIRA – Os dados econômicos mais recentes que eu tenho são: o PNB, US$18,8 bilhões; o PNB *per capita*, US$4,9; composição do PNB por setores: agricultura, 8%, indústria, 26%, serviços, 65%; produção agropecuária: trigo, milho, legumes e hortaliças; produção industrial: aço, carvão, minério de ferro, chumbo; Senador Lindbergh, desemprego, 44,1%; exportações, US$5,7 bilhões; as grandes exportações são todas feitas para Croácia, Sérvia, Montenegro, União Europeia e Turquia; importações, máquinas, equipamentos, produtos químicos, que foram US$10 bilhões; os principais vendedores são União Europeia, Alemanha, Rússia, China e Turquia, com o Brasil com 1,7%; a Bósnia tem déficit crônico na balança comercial.

Só para terminar isso, pelo que estamos vendo, a Bósnia é um país em construção. Depois de 23 anos da independência, é um país que está evoluindo não só do ponto de vista econômico, mas do ponto de vista de instituições políticas, porque as instituições criadas pelo Acordo de Dayton vão ter de ser formadas para que possam, por exemplo, incorporar os direitos das minorias e tudo isso.

O Brasil reconheceu a Bósnia em junho de 1992, já no início da guerra civil. Em dezembro de 1995, nós estabelecemos relações diplomáticas, mas a embaixada só foi aberta em 2011. Ela foi criada em 2010, no último ano do governo Lula, e foi instalada em 2011. Já houve visitas do Ministro do Exterior, Sven Alkalaj, que veio duas vezes ao Brasil, inclusive para reunião da Aliança de Civilizações. O Ministro Celso Amorim esteve lá também, retribuindo as visitas. E houve uma reunião de consultas políticas em março de 2010.

Nós temos nos feito muito presentes. A embaixada tem trabalhado muito na área cultural e de divulgação. Eles conhecem pouco o Brasil. A semana de filmes brasileiros já se tornou uma tradição em Sarajevo, e temos enviado artistas aos festivais musicais: o pianista Marcelo Bracher, Duo Siqueira Lima e Hamilton de Holanda.

A Bósnia se tornou um pouco mais conhecida para nós com o envio da seleção à Copa do Mundo de 2014, que acabou jogando na nossa cidade, Senador Anastasia, em Belo Horizonte. A seleção da Bósnia é uma das

poucas coisas que é realmente nacional no país. Ela abrange sérvios, croatas e bosníacos. A força do esporte é, realmente, brutal. E a Bósnia vai estar também presente nos Jogos Olímpicos de 2016.

A comunidade brasileira tem cerca de 30 pessoas, todas em situação migratória regular. No momento, não há presos brasileiros na Bósnia.

Acordos bilaterais só há dois: isenção de vistos em passaportes diplomáticos, isenção de vistos em passaportes comuns.

(Soa a campainha.)

O SR. MANOEL ANTONIO DA FONSECA COUTO GOMES PEREIRA – O comércio bilateral vem se desenvolvendo. Ele cresceu muito até 2008. Depois, com a crise internacional que atingiu tanto o Brasil quanto a Bósnia, ele caiu. E o saldo para o Brasil hoje é deficitário. Os nossos principais produtos de exportação são calçados, borracha, couros, peles e carnes de bovinos. Há 22 empresas exportadoras para a Bósnia. As principais são a Grendene e a JBS. Nós importamos basicamente produtos manufaturados: calçados de borracha ou plástico, partes de ferramentas hidráulicas e partes de transmissão. Exportam para o Brasil 85 empresas bósnias. A mais importante é a filial bósnia da Nike.

Possíveis áreas de atuação na Bósnia. O alargamento da cooperação cultural. Há acordos para assinar nessa área. Acordos na área jurídica. Principalmente, nós podemos emprestar à Bósnia nossa legislação, que hoje é muito moderna, de crime organizado e lavagem de dinheiro.

Ampliação do conhecimento bilateral: isso, nós temos que fazer, com possibilidades de reuniões, visitas e tal.

Posto de observação do mundo islâmico: a Bósnia, hoje, tem muito apoio do mundo sunita. Ela tem grandes investimentos da Turquia, da Arábia Saudita, dos Emirados, de Dubai. Então, portanto, também serve como posto de observação para o Oriente Médio.

Finalmente, o Papa Francisco vai viajar a Sarajevo em junho. O Santuário Mariano de Medjugorje atrai turistas brasileiros, e essa visita do Papa, provavelmente, vai obrigar a Embaixada se preparar para o incremento desse turismo religioso na Sérvia.

Sr. Presidente, eu fico por aqui. Agradeço aos Senadores, e me coloco à sua disposição para perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Agradeço ao Sr. Embaixador Manoel Antonio da Fonseca Gomes Pereira, e passo a palavra ao Embaixador Manuel Innocencio de Lacerda Santos Júnior.

O SR. MANUEL INNOCENCIO DE LACERDA SANTOS JÚNIOR – Muito bom dia. Eu também...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – V. Exª terá 15 minutos, Sr. Embaixador.

O SR. MANUEL INNOCENCIO DE LACERDA SANTOS JÚNIOR – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu também me sinto muito honrado pela indicação da Presidente para essa nova missão. E eu queria também manifestar meu agradecimento sincero aos senhores Ministros de Estado, ao Ministro Alberto Figueiredo, que me fez a designação, e ao Ministro Mauro Vieira, que manteve a designação.

Agradeço também ao senhor, Presidente, e, por seu intermédio, a todos os Senadores pela oportunidade que me dão de estar aqui me apresentando e falando sobre essa designação. Agradeço ao Embaixador Pedro Borio e a toda a sua equipe da assessoria das relações federativas e paramentárias pelo apoio que tem dado a todos nós embaixadores que estamos aqui chamados para ser sabatinados.

Como a missão é Austrália e cinco cumulatividades, então, justamente para não estourar o tempo, vou ser bastante breve, uma vez que as informações principais já constam do resumo que acompanhou a mensagem. Mas eu vou apenas, sobre as cumulatividades, falar brevemente e enumerá-las. São a República de Vanuatu, República de Nauru e a República das Ilhas Fiji – inclusive, Fiji já tem embaixada em Brasília –, e as monarquias parlamentaristas de Papua Nova Guiné e das Ilhas Salomão, que são países relativamente pequenos, mas são todos membros votantes das Nações Unidas, e os votos desses países foram instrumentais para a eleição, por exemplo, do Dr. Francisco Graziano para a FAO.

Sobre a Austrália, vou me estender um pouco mais, justamente para ser coerente com o tamanho em extensão do país – é o sexto maior país do mundo, são 7.692 mil km^2. A população é muito pequena, 22,7 milhões de habitantes, mas 99% de alfabetização. A renda *per capita* é superior a US$40 mil, portanto, é mais do que o dobro da média da União Europeia. O desemprego é extremamente baixo, 6,3%. E a Austrália também ocupa o segundo lugar no *ranking* mundial do PNUD. É uma economia robusta, que atravessa um longo período de crescimento, o PIB australiano se situa em US$1,5 trilhão, mais ou menos, cresceu 2,4% em 2013 e 3,1% em 2014.

Em termos de política exterior, a Austrália enfrenta um dilema geoestratégico, que é e consiste em como conciliar a sua origem e natureza ocidentais com a inserção geográfica na Ásia – a Austrália é como se fosse uma pequena ilha de origem europeia e ocidental num mar de cultura asiática. É praticamente isolada, só não

é totalmente isolada porque tem vizinha a Nova Zelândia. Enfim, tem como prioridades a sua defesa e sua segurança nacionais, que tenta perseguir através da consolidação da aliança com os Estados Unidos e com uma política gradual de aproximação e fortalecimento econômico e militar com a região da Ásia e do Pacífico.

As três principais preocupações da Austrália região são: o fortalecimento de uma política econômica com o Japão, a abertura e o crescimento da economia chinesa, e o relacionamento bilateral com a Indonésia, que é, enfim, o vizinho grande – enfim, não tão grande em território, mas são 17 mil ilhas e 240 milhões de habitantes.

A Nova Zelândia é um aliado natural que tem a mesma tradição anglo-saxônica, que é comum aos dois países, e tem contribuído muito, realmente, em termos de recursos e de cooperação na área militar e de assistência técnica no Timor-Leste e nas Ilhas Salomão, por exemplo. Há um elevado nível de concentração política entre os dois países, encontros muito regulares de autoridades, e uma ação coordenada dos principais fóruns multilaterais.

A Austrália, tradicionalmente, tem se concentrado na sua região, sobretudo em virtude de acontecimentos recentes – o *case* no Oriente Médio, Ucrânia, a crise econômica europeia. Ela tem, então, se virado também para temas da agenda global.

As relações com o Brasil são tradicionalmente boas. Há um interesse pelo incremento comercial, que ainda é relativamente pequeno – quer dizer, pequeno, não; mas, enfim, ele pode ser muito mais desenvolvido. Os investimentos têm crescido, sobretudo por parte da Austrália aqui no Brasil. O intercâmbio educacional tem ganhado uma importância relevante. Numa cooperação na área de ciência e tecnologia, nós temos inúmeras possibilidades, embora não tenhamos, ainda, um acordo de cooperação técnica e científica.

Temos dado, nos anos recentes, sinais de expansão com a troca de visitas de alto nível. Em 2010, à margem da 65ª Assembleia Geral das Nações Unidas, o então Chanceler Celso Amorim e o chanceler australiano, Kevin Rudd, assinaram um memorando de entendimento para um plano de ação para o estabelecimento da parceria reforçada. Esse memorando abre caminho para um aprofundamento do diálogo e da cooperação, e para uma harmonização das posições políticas com relação a temas da agenda internacional.

A primeira visita de uma autoridade, de um dignitário australiano ao Brasil ocorreu em 2012 com a visita da então Primeira-ministra Julia Gillard, e, naquela ocasião, se estabeleceu uma parceria estratégica entre os dois países. E a Presidente Dilma Rousseff foi a primeira Chefe de Estado brasileiro a visitar a Austrália, em 2014, por ocasião da reunião do G20. Dessa visita da Presidente Dilma foi assinado um acordo de cooperação em matéria penal.

Comércio Brasil/Austrália se situa em torno de US$2,7 bilhões e é historicamente deficitário para o Brasil – a Austrália exporta para nós cerca de US$1,9 bilhão, e nós exportamos para a Austrália cerca de US$800 milhões.

Eu gostaria, agora, Srs. Senadores, com a sua autorização, de me dedicar a prioridades que eu teria caso eu venha ser aprovado por V. Exªs, e são os pontos que exigiriam, realmente, a minha maior atenção quando iniciar as minhas funções em Camberra, uma vez autorizado por V. Exªs.

Nós temos que implementar avanços da parceria estratégica. O importante é fomentar a realização da comissão mista Brasil/Austrália; uma concertação política quanto aos grandes temas da agenda internacional – os resultados do último G20, no Conselho de Segurança, questões de meio ambiente, e Protocolo de Kyoto –; a segurança regional interessa aos dois países; negociações agrícolas – retomar as negociações da Rodada de Doha e a OMC –; e incentivar a assinatura de um acordo de cooperação técnica. Nós chegamos a submeter uma minuta em 2007, mas ainda não foi assinado. E é importante esse acordo sobretudo porque nós temos identificado um enorme potencial de cooperação nessas áreas.

Há várias áreas que interessam à Austrália, nas quais somos fortes: energias alternativas, por exemplo. E há também, por parte do Brasil, interesse em tecnologias alcançadas pela Austrália. Então, esse acordo é essencial.

Um acordo de cooperação educacional e expansão do intercâmbio acadêmico têm-se tornado uma fonte de renda grande para a Austrália. Eles têm recebido muitos brasileiros. Há cerca de 2,5 mil estudantes brasileiros dentro do programa Ciência sem Fronteiras. Agora, é praticamente impossível calcular o número de brasileiros que vão à Austrália estudar inglês. Assim, um acordo de cooperação educacional é também importante.

A realização de uma missão comercial que possa aprofundar os vínculos comerciais e análise das alternativas para melhoria das exportações brasileiras. Estamos com esse histórico deficitário que pode ser corrigido.

Finalmente, gostaria de externar um sonho: seria a realização de uma missão parlamentar para a Austrália. É longe. Ainda há pouco falávamos sobre a distância, mas, para isso, contaria com, uma vez recomposto

e reinstalado, o grupo parlamentar Brasil-Austrália. Poderíamos talvez mesmo pensar na realização dessa missão, sobretudo porque, neste ano, agora, comemoramos 70 anos das relações diplomáticas com a Austrália. No próximo ano, em 2016, completamos 60 anos das instalações das embaixadas respectivas no Rio de Janeiro e em Camberra.

Seria isso.

Muitíssimo obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Agradeço ao Sr. Embaixador Manuel Innocencio de Lacerda Santos Júnior e concedo a palavra ao Embaixador João Alberto Dourado Quintaes.

O SR. JOÃO ALBERTO DOURADO QUINTAES – Muito obrigado, Sr. Presidente, Exmº Sr. Senador Flexa Ribeiro, gostaria de, antes de mais nada, agradecer a indicação da Excelentíssima Senhora Presidente da República para exercer funções na República do Mali, assim como os altos integrantes do escalão do Ministério das Relações Exteriores, ex-Ministro de Estado, o Embaixador Figueiredo, e o atual Embaixador.

Falar sobre o Mali é falar sobre um país desconhecido do grande publico, inclusive de analistas especializados do cenário internacional. O Mali é um dos grandes países do mundo. Está entre 20 maiores. É um dos maiores países da África, com mais 1,2 milhões de quilômetros quadrados. Possui uma população de aproximadamente 15 milhões de habitantes e baixa densidade demográfica, bastante concentrada na parte sul do país, reunida mais ao sul do rio Niger, terceiro maior rio da África, reunindo as condições mais propícias ao desenvolvimento econômico e à sobrevivência das populações, com acesso à água principalmente.

O Mali é um país que possui três regiões geográficas distintas: uma grande parte no Deserto do Saara, ao norte; a região chamada do Sahel, uma região de transição entre o Saara e a floresta equatorial, no caso da África Ocidental, diferente da floresta equatorial da África Central; também uma região chamada de Rain Forest, florestas de alta pluviosidade, onde se concentra a população do país.

O Mali, podemos dizer, possui uma realidade fascinante, porque é um país com um patrimônio cultural pouco conhecido, fez parte dos três grandes impérios africanos. O sul do Mali fazia parte do Império Ashanti, bastante conhecido pelos movimentos da negritude brasileira, cujo centro de gravidade concentra-se em Gana, atual país de Gana – isso do século XII ao século XVI da nossa Era.

E, depois, no momento diretamente posterior, do século XII ao século XVI, tivemos dois grandes... O Mali, principalmente agora, já na parte do norte, conheceu um grande desenvolvimento cultural e econômico, com várias cidades que são patrimônio cultural da humanidade, como, por exemplo, o Tombuctu, que foi a sede do império do Mali, o império multicultural sobre o qual se baseou, posteriormente, a formação, vamos dizer assim, populacional do país.

É um país de confluência de civilizações, com o elemento árabe, o elemento tuaregue principalmente no norte, que são povos de etnias, vamos dizer assim, brancas, passando por todas as transições com as etnias negras dos povos peuls, songhais, malinques – essas são as principais etnias negras habitantes do Mali. E o francês é a língua oficial. Vários malineses do norte, por exemplo, não compreendem essas línguas do sul, e o francês é instituído pela Constituição como língua obrigatória e é falado no rádio, na grande imprensa.

E isso possibilita, principalmente no rádio, na África, para os que trabalham na África, fonte mais segura para se conseguir notícias, porque a imprensa escrita sofre uma censura severa, não o Mali particularmente. O Mali é um país de paradoxos: vive um momento democrático, com um Presidente democraticamente eleito, após uma guerra civil bastante difícil, recente, que durou o ano todo de 2012 e metade do ano de 2013, ocasião em que a questão tuaregue se fez presente.

E a questão tuaregue é a seguinte, podemos descrever, grosso modo, como a seguinte: os tuaregues são povos nômades que se organizam em clãs e que habitam o sul da Argélia, ou o leste da Mauritânia, o norte do Mali todo, a região do sul da Líbia, o oeste do Niger. Então, a solidariedade deles não é tanto a um Estado, mas, sim, a seus clãs e aos membros de suas etnias. E os tuaregues pleiteiam, de forma cíclica, a sua independência, desde antes do colonialismo.

Os primeiros embates relativos à questão tuaregue, em que os povos árabes e berberes entraram, pegaram carona, vamos dizer assim, nesses pleitos, datam de tempos imemoriais. Logo após, vamos dizer, ao desaparecimento do império malinês, no século XVI, o rei do Marrocos, em 1591, invadiu e conquistou toda a região, durante dois séculos, até a chegada do elemento colonial francês, que foi decisivo. O Mali é um país desconhecido, mas que desempenha um papel chave no contexto geopolítico atual.

Apesar de ser uma realidade geográfica distante, desconhecida dos brasileiros, o Mali é um país em que as principais potências ocidentais, a Europa, a França, a Alemanha, a União Europeia como um todo, os Estados Unidos e a própria Rússia têm embaixadores de primeira linha. Seus serviços secretos estão presentes, principalmente o francês e o argelino, que são dois serviços secretos temíveis, que têm, inclusive, agendas próprias e influenciam decisivamente ações no terreno.

É uma guerra civil surda que acontece toda semana. O norte quer se separar do sul, mas, quanto ao momento agora, vamos dizer que estamos vivendo um momento cíclico de reaproximação, de uma tentativa de salvar o Estado do Mali. A salvação foi a terceira mediação que Argélia conduziu em Argel, na capital Argel, com atores da União Europeia, com atores da União Africana, a própria ONU.

E essas negociações conduziram à assinatura, ou melhor, à confecção de um acordo de paz, que foi rubricado unicamente, até agora... O prazo final se esgota este mês, dado pela comunidade internacional, que está exercendo grande pressão sobre os grupos separatistas. Dentro dos grupos separatistas principais considerados legítimos, que incorporam os anseios das etnias tuaregues e árabes, há o elemento da *jihad*, da guerra santa islâmica; existem quatro ou cinco grupos – a Al-Qaeda no Magreb Islâmico, o Movimento para Unificação da Jihad na África Ocidental – que, apesar de congregar cada um entre mil e duas mil pessoas, têm capacidade de mobilização, conforme o acirramento da crise, e então o elemento da *jihad* está sempre presente.

Os grupos separatistas principais estão sendo instados a assinar o acordo e a se dissociar desses elementos no terreno. E o *momentum* parece favorecer isso. Tudo indica que vai haver essa assinatura, e isso vai possibilitar ao Estado malinês salvar a sua face unitária, porque a religião, vamos dizer, praticada em toda a África Ocidental é a linha sunita. A linha sunita, como sabemos, é uma linha que pode tanto ser laica e secular quanto pode chegar ao arabismo, por exemplo. São quatro escolas principais sunitas, uma das quais o arabismo, praticado na Arábia Saudita, que é a linha mais radical. E os sunitas pressupõem, reconhecem a sucessão de Maomé através de grandes califas. Não há uma sucessão hereditária, como os xiitas... A palavra xiita vem do xiismo, palavra grega adotada no ocidente. E foi o xiismo, em 661, ocorrido com a morte do genro de Maomé. E os xiitas, então, estabeleceram um clero.

A grande diferença entre o sunismo e o xiismo, vamos dizer assim, é que no xiismo há um clero que se ocupa da parte espiritual, enquanto no califado o califa reúne poderes de fazer a guerra, poderes econômicos e poderes espirituais. Então, é um líder completo. E vários elementos das etnias tuaregues e bérberes desejam estabelecer um califado no norte do país. E isso é fonte de permanente preocupação, principalmente para os países que têm... A França, por exemplo, tem 6,5 milhões de muçulmanos – a população é de 60 milhões de pessoas –, um décimo da França é constituído de muçulmanos. Esse elemento muçulmano está bastante presente também na Espanha, na Itália, na Suíça, e reúne potencial, através de indivíduos radicais, de desestabilizar mesmo essa sociedade.

O Mali, como já descrevi, é um país que enfrenta movimentos cíclicos e se encontra na sua terceira república.

Vou passar direto agora à parte da relação bilateral, porque, se deixarem, falo sobre o Mali aqui e não terminaremos nunca.

Então, a relação bilateral com o Mali é uma relação com um potencial surpreendente. As exportações são de baixa monta. No seu auge, em 2005, atingiram um nível de US$3,5 milhões. Os principais produtos exportados brasileiros são os frangos congelados, os produtos de confeitaria e as ligas de alumínio, que são utilizadas para processamentos de outros produtos. É claramente uma triangulação de mercados. Eles importam as nossas ligas de alumínio e repassam a outros países, porque o Mali não tem a capacidade industrial ainda. Poderia ter, porque há uma elite que poderia dominar todos esses processos, mas a situação de instabilidade faz com que o Mali mantenha o seu perfil de um país essencialmente agricultor.

Nesse ponto, o Mali é uma potência. É o segundo maior produtor de algodão da África. O algodão do Mali é de alta qualidade e é importado por outros países africanos.

Todos esses tecidos coloridos que vemos na África Ocidental vem do Mali.

Na parte de recursos minerais, também é uma potência. O Mali é o terceiro maior produtor de ouro da África, um ouro de alta qualidade. E essa parte de recursos minerais é outra fonte de preocupação geopolítica das potências ocidentais com relação ao país, porque, na parte norte justamente do Mali, os geólogos já fizeram estudos e já detectaram a existência de jazidas de urânio, de tungstênio, de bauxita, ferro. É um país que tem um grande potencial mineral, e petróleo e gás, claro, principalmente o gás natural, que é de alta qualidade. Logo na fronteira, a vizinha Argélia, como tem maior estabilidade, logra a explorar esses recursos a pleno. E o Mali tem esse potencial, então é uma guerra absurda ali por aquele território e se evita a todo o risco que ele caia em mãos, como caiu durante o ano todo de 2012 – aqueles que viram o filme que passou, *Timbuktu*, viram a realidade, que o...

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO ALBERTO DOURADO QUINTAES – ... MNLA e os outros dois grupos principais separatistas tomaram o poder e, um mês depois, foram tocados para fora, as três grandes cidades do país, pelos grupos jihadistas, porque os grupos de jihadistas são organizados, têm armamentos pesados, têm capacidade de per-

suasão, conquistam a juventude, têm uma alta capacidade de aliciamento e de mobilização no terreno, com táticas de guerrilha, de guerra mesmo. Então, eles lograram, estabeleceram controle sobre as principais cidades do norte, coisa que ocorre até o momento, o exército malinês sofreu uma derrota após a eleição do novo presidente. Com o cessar-fogo da guerra civil patrocinado pela ONU, foram convocadas eleições para presidente da república e o atual Presidente, por intermédio de seu Primeiro Ministro, achou que teria condições de conquistar o norte com uma força expedicionária de dois mil soldados bem equipada, mas ele invadiu o norte e foi uma derrota total, foi considerado um desastre. Isso serviu de pretexto para mais um acirramento da guerra, e o resultado final é que Bamako, a capital, não controla o norte do país. Esperamos que essa situação ocorra agora, com a assinatura do acordo.

O que ainda está mantendo o país em funcionamento é a presença de tropas da ONU. É a segunda maior missão da ONU no mundo, depois da RDC, são 12 mil soldados treinados de várias nacionalidades, e a própria França mantém uma operação ultraespecializada, chamada Barkhane. Antes era Serval, com sede no próprio Mali, mas, agora, o elemento jihadista se espalhou por outros países, e a França resolveu concentrar no Chad as suas bases, e possui capacidade de atuar em todos esses países, através dessa Operação Barkhane com dois mil soldados altamente especializados e treinados.

Voltando ao quadro das relações bilaterais, houve pouquíssimas visitas de alto nível, mas o cenário agora se afigura promissor, tendo em vista a normalidade constitucional no país. O Chanceler malinense Abdoulaye Diop é um grande admirador do Brasil, já esteve aqui recentemente, e esse mecanismo muito importante criado pelo Itamaraty chamado ASA, agrupamento América do Sul-África, que inclusive teve uma grande reunião, há duas ou três semanas, presidida pelo nosso próprio Secretário Geral, aqui em Brasília. Vieram integrantes do alto escalão do governo desses países africanos, e o Mali mandou também sua contribuição e tem interesse em aprofundar a relação com o Brasil.

Temos, mais especificamente, o projeto *Cotton-4*, *Cotton Quatre*, como se diz em francês. Por que chamado assim? Porque congrega outros quatro países, além do Mali, o Togo, Burkina Faso, Chad. É um projeto que, via Cooperação Sul-Sul, é considerado modelo. O Chanceler Celso Amorim, na única visita de um chanceler brasileiro ao país, em 2009, ficou encantado com o projeto desenvolvido pela nossa Agência Brasileira de Cooperação em conjunto com a Embrapa, que já se encontra na sua segunda fase.

É um projeto que, para a realidade brasileira, vamos falar, são 10ha para uma região próxima a Bamako. É muito fértil, porque o rio inunda. É aquele mesmo princípio do Rio Nilo: com a cheia do rio, quando o rio abaixa, os sedimentos, como esses rios não têm o nível de poluição de outros grandes rios do mundo, por força da ausência de industrialização, esses sedimentos são muito ricos e, quando há um refluxo do rio, plantam imediatamente as culturas, tanto no Niger, quanto no próprio Rio Nilo.

E, quanto ao Projeto (*Ininteligível*.), são 5ha situados numa área dessas características. E é um projeto considerado modelo, plantamos algodão. A Embrapa participa também, participava, inclusive, com técnico *in loco*, mas conseguimos treinar técnicos locais que falam português perfeito e estão sempre em contato com a Embaixada.

E são desenvolvidas sementes resistentes ao clima específico do Mali, que pode chegar a 50 graus durante o dia; e, como é temperatura de deserto, a 20 graus à noite, a 15 graus no inverno. Então, essa alta amplitude térmica determina um determinado tipo de semente para o algodão e também para o milho, o sorgo e outras culturas que plantamos.

Então, resumindo, há potencial de comércio também. Já existem contatos da Embraer, a pedido do próprio Ministro da Defesa do Mali, que esteve aqui recentemente há duas semanas. E está-se iniciando este processo de uma possível exportação de aeronaves brasileiras para Embraer – só esse contrato já valeria o funcionamento da Embaixada, porque é uma Embaixada barata.

Sou o único funcionário da missão diplomática, no momento. Trato das comunicações, contabilidade, política, economia. Nós todos, não apenas eu, temos essa característica versátil, transitamos por todos os setores do Ministério, e isso nos dá muito cancha fora, graças a Deus!

Era mais ou menos isso que tinha a falar sobre o comércio, sobre a parte política. E me coloco, então, à disposição dos senhores, caso, eventualmente, tenham alguma dúvida ou desejem formular alguma pergunta.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Agradeço ao Sr. Embaixador.

Quero parabenizar os Srs. Embaixadores pelas brilhantes palestras que fizeram sobre as Embaixadas que deverão assumir respectivamente.

Lembro às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que já podem exercer o direito de voto.

Concedo a palavra, pedindo licença ao Senador Tasso Jereissati, que foi o primeiro inscrito, à Senadora Ana Amélia, que tem um compromisso.

Com a palavra Senadora Ana Amélia.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – É uma honra ceder a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu agradeço, Sr. Presidente. Não tenho compromisso, o que tinha comentado é que há o critério de chegada, e cheguei aqui cedo. Então, é apenas isso. E, quando o Senador Tasso Jereissati pediu para a sua inscrição, eu fui atender a um telefonema. E, quando voltei, fui pedir a minha inscrição, e disseram: "Não, foi solicitado". Então, eu disse: "Puxa, fiquei por último!" Mas não há problema, sigo a ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – V. Exª está com a palavra. O Senador Tasso Jereissati já lhe concedeu.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Senadora Ana Amélia, é uma alegria para mim poder ouvi-la em primeiro lugar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Tasso Jereissati, pela elegância do gesto, e também ao Presidente.

Queria cumprimentar, e começo com o Embaixador João Alberto Dourado Quintaes, que vai para uma missão de alto risco. Na capital do país onde ele exercerá a sua missão, houve casos de ataques terroristas, e houve manifestação até da diplomacia brasileira. E penso que há, especialmente nessa área, um trabalho muito intenso, para se tentar, com a diplomacia, resolver problemas que se agravam em várias regiões do mundo, como essa questão do Estado Islâmico, assim como a questão das etnias, mesmo em outras partes do mundo.

A despeito desse comentário, queria chamar atenção, porque sempre tenho o cuidado, como Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, para a questão agrícola.

V. Exª fez referência ao programa ABC do Ministério das Relações Exteriores, a Agência Brasileira de Cooperação, juntamente com a Embrapa, que faz esse projeto. Em que pé está? Já há algum resultado sobre esse trabalho que se vem realizando? Se existe uma meta de fornecimento, qual é o investimento que há para essa área? E como o senhor imagina que vai se dar a sequência dessa questão política com o terrorismo na região, tão disputada que está?

E para o nosso Embaixador Manoel Antonio da Fonseca – é muito comprido o seu nome; vou chamá-lo Embaixador Manoel Antonio. A relação, de fato, em relação à Bósnia, do Brasil, está concentrada em coisas que interessam ao meu Estado, o Rio Grande do Sul – nosso Estado, Lasier Martins –, que é a exportação de carnes, calçados e máquinas. Só que essa relação comercial com a Bósnia e o Brasil está decrescendo. A partir de 2009, em função da crise, ela caiu 33, depois veio, na sequência, com uma queda muito violenta. Não era um comércio, digamos, expressivo – de US$427 milhões, não chega a ser expressivo –, mas que espaço se pode ter em relação a isso? Porque, digamos, metade da balança comercial está concentrada nesses produtos, em que nós temos, no Rio Grande do Sul, grande interesse. E quais os outros produtos que podem ser?

Embaixador Manuel Innocencio – que também tem vários sobrenomes juntos –, o senhor é de um país com que, de fato, o Rio Grande do Sul tem uma relação. Um grande líder político gaúcho, Leonel de Moura Brizola, usou a Austrália como referência, como padrão e modelo de desenvolvimento socioeconômico para o Brasil, talvez pela identidade dele, a afinidade dele na questão da pecuária, da produção rural, e porque a Austrália, nessa matéria, é exemplo para o mundo; em matéria sanitária, em matéria de qualidade genética, em matéria de estar presente nos mercados asiáticos, que são os mais exigentes, especialmente o do Japão. Então, a Austrália é exportadora, grande exportadora de carne bovina e ovina para esses mercados.

Como o senhor sublinhou... E o Rio Grande do Sul também tem muitos jovens que vão estudar inglês ou vão para os intercâmbios, nesse programa Ciência sem Fronteiras, para a Austrália. Talvez, digamos, no Hemisfério Sul, possamos sair por Buenos Aires, então é uma entrada, ou pelo Chile para chegar até lá. Também é longe. Agora, o tamanho dos dois países explica muito pouco que uma relação entre os dois países seja tão pequena.

No ano passado, o presidente do Senado australiano esteve no Brasil, esteve com o Presidente Renan Calheiros – eu estava presente com ele – e manifestou, nessa visita oficial, um grande interesse na relação comercial.

Eu saúdo, também, essa sugestão de V. Exª. O Senador Flexa Ribeiro já se antecipa em criar as condições, porque, às vezes, a diplomacia parlamentar também tem um papel relevante; que possamos, na Comissão de Relações Exteriores, criar uma aproximação maior e aí, digamos, pressionar, no bom sentido, a uma melhor relação entre governos ou a própria relação econômica entre Brasil e Austrália para para dar, digamos, o *up grade* necessário. Porque são dois países com muitas afinidades, em todos os sentidos, e até pelo motivo de estarmos comemorando os 70 anos de relação diplomática com a Austrália e de relação econômica.

Parabéns a todos pelas exposições.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Parabenizo a Senadora Ana Amélia pelos questionamentos e informo aos Srs. Embaixadores que vamos fazer um único bloco de perguntas. V. Exªs poderão anotá-las para responderem ao final.

Passo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Senador Flexa, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eu gostaria de fazer algumas perguntas. Primeiramente, voltando, quero deixar bem claro que todas as questões que são colocadas aqui não têm nada de pessoal nem absolutamente significa qualquer dúvida sobre a capacidade, o talento e a competência dos Srs. Embaixadores, mas apenas um desejo, que acho que toda esta Comissão tem, de informações.

Nós temos, por exemplo, informações pelos jornais de que uma série de embaixadas importantes do Brasil está com atraso em pagamento de luz, em pagamento de aluguel, que estamos, se não me engano – e é outra coisa que eu queria até perguntar –, atrasados na nossa quota de participação da ONU, e nós, como todos sabemos, vivemos um momento muito sério de restrições financeiras. Então, essas informações são importantes para que a gente possa entender – e acho que é nossa função tentar entender – a política externa brasileira em toda a sua amplitude.

Como os dados mais visíveis são os comerciais, eu pergunto sobre os dados comerciais, entendendo que existe outras razões – culturais, estratégicas, enfim – que devem ser levadas em consideração, mas não significa que não devem ser discutidas, porque, senão, nós vamos nos limitar, Senadora Ana Amélia, Senador Lindbergh e Senador Lasier, a ficar aqui ouvindo as sabatinas dos candidatos às embaixadas e elogiando os embaixadores, e vamos embora. Aí, a gente deixa um gravador aqui, elogia o desempenho, a competência, o Quadro do Itamaraty, a sua tradição, e pronto, está acabado. Então, é essa a questão que nós estamos colocando com toda clareza.

Então, eu começaria com o Embaixador Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira – isso é nome de mineiro, só podia ser... (*Risos.*)

... perguntando o seguinte... E, de novo, Senador Lindbergh, só esclarecendo – pena que a Senadora não esteja aqui –, que a Bósnia – e não tenho nada contra a Bósnia – não fica na África.

A pergunta é a seguinte: é evidente que todos nós conhecemos o sofrimento desse povo envolvido em guerras civis etc., mas qual é a perspectiva? Existem outros objetivos não econômicos em relação da presença de uma embaixada brasileira nessa área? Aliás, sobre isso o Embaixador Manuel Lacerda deu um exemplo que acho muito claro, muito óbvio: que é importante a presença do Brasil nas Ilhas Salomão, são cinco, Fiji, Guiné, Vanuatu, e Nauru –, mas que uma embaixada da Austrália acumula toda essa presença brasileira. Aí esse critério... Qual é o critério, quando se faz isso, quando não se faz isso, porque e porque não, que eu estou querendo entender.

Então, em relação a Bósnia, aqui, nas nossas exportações, por exemplo, para a Bósnia, nós chegamos a um pico de exportação para a Bósnia de US$16 milhões, no ano de 2009, e caímos, em 2014, para US$1,6 milhões. Quer dizer, um número absolutamente insignificante, Senador Lasier, para quem quer colocar uma embaixada. E coincidentemente, parece-me que coincide também essa queda com a abertura da embaixada, mais ou menos na mesma época da abertura da Embaixada do Brasil na Bósnia.

O que existe atrás dessa estratégia da abertura? Que potencial V. Sª entende que vê nessa abertura dessa embaixada?

Essa é a questão que eu queria colocar para o Embaixador Manuel Antonio.

Para o candidato à Embaixada no Mali, uma pergunta também muito parecida. Nossas exportações brasileiras já chegaram a US$10 milhões, em 2011, e, agora, em 2014, foi para US$5,7 milhões, para um país onde V. Sª... E, aliás, aqui demonstrou uma competência muito impressionante de conhecimento sobre a história e a realidade cultural, étnica, religiosa, da região. Mas existe alguma possibilidade de o Brasil exercer um papel de protagonismo no sentido de unificar e pacificar essas várias diferenças e áreas de atrito, de todos os tipos, que existem nessa região? Qual é a perspectiva que temos com a Embaixada do Brasil na República do Mali?

Na Austrália, evidentemente, é uma embaixada óbvia; não tenho a menor dúvida sobre o trabalho e a competência do Sr. Embaixador Manoel Lacerda, mas gostaria só de entender qual é a natureza das importações: o que o Brasil compra e o que o Brasil vende para a Austrália? Parece-me que as nossas exportações, em relação ao potencial do País, são muito baixas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Agradeço ao Senador Tasso Jereissati.

Passo a palavra ao próximo inscrito, Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Bom dia, Sr. Presidente, eminente Senador Flexa Ribeiro. Cumprimento às Srªs Senadoras, os Srs. Senadores, eminentes ilustres embaixadores ora indicados.

Queria observar, Sr. Presidente, que estamos diante de três realidades muito distintas, apresentadas com proficiência, como disse o Senador Jereissati, e muito preparo pelos nossos eminentes diplomatas.

Começaria pela Austrália, por ser, naturalmente, um parceiro potencial já real, mas ainda com uma grande possibilidade de acréscimo.

Sr. Embaixador Manoel Inocêncio, a Austrália me parece – e, é claro, uma opinião pessoal minha – um parceiro fundamental para o Brasil, pela nossa identidade cultural, pela nossa posição – pelo menos na esmagadora maioria da população dos dois países –, pela democracia, pela defesa dos direitos humanos; o papel que a Austrália tem desempenhado, inclusive, no combate à extremistas do califado, tem sido notável e digno de aplauso internacionalmente. Eu sempre lamento que o Brasil está aquém do que acho que deveria nesse papel. A Austrália tem um *status* cultural muito elevado. Então, é evidente que é uma parceria com a qual temos de andar bem. Não é um ditado popular brasileiro aquele que assevera "diga-me com quem andas que vos direis quem és"? Então, andar com a Austrália é andar bem; é andar com país civilizado, um país democrático, um país que respeita as tradições e com que temos uma identidade muito grande.

Acho que V. Exª tem lá um terreno muito fértil para adensar essa nossa cooperação, que já existe, mas que V. Sª, na sua excelente apresentação, demonstra a possibilidade e a capacidade de florescermos ainda mais essa nossa interação.

Tive oportunidade, quando Vice-Governador de Minas Gerais, de fazer uma visita oficial à Austrália, com a Câmara de Comércio Brasil-Austrália, e fiquei, de fato, encantado com as potencialidades daquele país. E fizemos ali diversos acordos, convênios, que deram êxito, inclusive, no caso de Minas – e, aí é um aspecto que nos aproxima, mas também nos separa, dada a nossa rivalidade –, com a produção mineral. A Austrália é grande produtora de minério de ferro e a sua proximidade com a China acaba levando a sua produção num custo bem menor do que o nosso; então, há sempre uma questão estratégica que V. Sª acompanhará lá em razão dos nossos interesses minerários internacionais.

Queria fazer essa referência sobre a importância que me parece ter a Austrália para a posição e o protagonismo brasileiro no cenário internacional, pelo que desejo boa sorte a V. Sª no posto que exercerá em Camberra.

Cumprimento o Embaixador Manoel Antônio, antigo colega de trabalho no Ministério da Justiça, que louvo e folgo em revê-lo; e o cumprimento também pelo posto que vai exercer na Bósnia e Herzegovina, que é uma situação bem diferente da Austrália. E, como V. Sª bem disse, é um país em formação, apesar de ser muito antigo, situado ali na encruzilhada do mundo, da Europa. Como dizia, os Bálcãs sempre foram um barril de pólvora. Inclusive, quando comemoramos os cem anos da Primeira Guerra Mundial, lembro-me o episódio de Sarajevo, onde tanto o arquiduque quanto a arquiduquesa Sofia foram assassinados em praça pública. Contudo, a partir de então, a Bósnia tem um papel político relevante e, a despeito dessas agruras passadas recentemente pela sua composição multiétnica e multirreligiosa extremamente complexa, é evidente que ela tem um papel relevante, até porque a participação eventual na União Europeia, que certamente é um anseio daquela população, levará a Bósnia, à semelhança da Eslovênia, que já aderiu, por exemplo, a uma posição diferente no concerto europeu.

Assim, eu acredito que a nossa embaixada na Bósnia, titularizada por V. Sª deverá tentar, no que é possível, a despeito das considerações econômicas também procedentes que o Senador Tasso coloca, ver como podemos ajudar na construção desse país, talvez utilizando, claro com toda cautela e sem querermos ensinar qualquer coisa, a prova de que o Brasil é um país multiétnico e como nós conseguimos consolidar a nossa identidade felizmente sem conflitos. E, ainda, para mostrar que é possível, porque é inadmissível, num país europeu, no século XXI, ainda haver discriminação contra ciganos, judeus e outras etnias, como V. Exª coloca aqui. É algo que nos repugna, e tenho certeza ao nosso Itamaraty também.

Então, tenho certeza de que V. Exª caminhará nessa linha em todas as ações, e as questões culturais são muito próximas. Há uma tendência maior – e V. Exª disse-o bem –, há um interesse turístico para o Brasil, pois a Croácia hoje se tornou um destino e, por consequência, a ida à Bósnia, como também à Eslovênia, certamente aumentará o fluxo de brasileiros a Sarajevo e ao santuário mencionado por V. Exª.

Embaixador João Alberto, eu até aprendi. Eu sempre falei Mali (como paroxítono), mas vejo que, por ser francofone, lá eles falam Mali (como oxítono). Aqui nos acostumamos assim.

Mas eu fico muito feliz de observar – e endosso o que disse o Senador Tasso – o conhecimento extraordinário que V. Sª demonstrou sobre um país que, apesar de muito antigo, é pouquíssimo conhecido, é verdade, dos brasileiros, com uma cultura muito antiga, muito consolidada. A figura da cidade lendária de Timbuktu está presente, eu acho, nas mentes de todos aqueles que gostam de história e geografia. Lamentavelmente,

acompanhamos a destruição, realizada também recentemente, do seu patrimônio histórico por extremistas. E volto a insistir no que eu falava por ocasião da sabatina do nosso Embaixador na Jordânia: na necessidade de uma posição mais veemente do Brasil, do nosso Ministério, em condenar esses extremismos, que quebram o que significa de mais caro para a nossa civilização.

V. Sª ainda descreve uma situação que é muito delicada. O senhor ainda vai ficar lá sozinho. Quer dizer, numa situação adversa, porque o país vive, praticamente, uma guerra civil, com separações graves, com dificuldades climáticas, dificuldades econômicas. Então, é um quadro de muita adversidade. O senhor certamente vai ter de se revelar quase um super-homem para conseguir desempenhar bem o seu papel – e tenho certeza de que o fará –, tentando identificar onde o Brasil poderá ter um relacionamento positivo nessa cooperação mencionada por V. Exª, que a Senadora Ana Amélia endossa, muito positiva.

Eu me lembrava da produção aurífera do Mali, inclusive pela riqueza do antigo império malinês, de cuja grande sustentação o ouro era a base, como ainda hoje, bem assim da produção de algodão a que V. Sª se refere. Tudo isso para identificar o que poderíamos mais conseguir, para ser também benevolente e benéfico ao Brasil, em termos de trocas, intercâmbio comercial, e, evidentemente, uma posição geopolítica na África, que é sempre interessante.

Com as cautelas necessárias, é um país que acaba sendo, como V. Sª demonstrou, um certo berço para extremismo que devemos sempre veementemente condenar.

Então, desejo também a V. Sª boa sorte, talvez até mais que a seus colegas, no caso da Embaixada no Mali.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Agradeço ao Senador Antonio Anastasia.

Passo a palavra ao Senador Cristovam Colom...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, mais uma vez, fico satisfeito de estar aqui em uma sabatina para aprovar as recomendações feitas pela Presidente Dilma. Mais uma vez, a satisfação de ver que se repete, desde há muito anos, a indicação de embaixadores de carreira. Eu creio que isso é uma posição correta, salvo, aqui e ali, uma exceção que possa justificar quebrar essa realidade.

E também o fato de que nós não ficamos prisioneiros de indicar embaixadores apenas para os países mais conhecidos, tradicionais e grandes. Qualquer país é um país, e ter a bandeira do Brasil em um país é fundamental se queremos ter um projeto de potência. E o custo disso não é elevado do ponto de vista financeiro, como alguns temem. O retorno do investimento que a gente faz no Ministério de Relações Exteriores é dos maiores que a gente pode ter.

Todos sabem do meu compromisso com a educação, mas os investimentos em educação se a gente não aumentar em bilhões de reais, não adianta nada. Já nas relações exteriores, se a gente aumentar algumas centenas de milhões, faz uma imensa diferença na presença do Brasil no exterior.

É exatamente por achar que cada país tem a sua importância que, em geral, quando chego aqui não faço perguntas sobre o país específico, mas sobre os problemas globais, sobre a relação do Brasil com esses problemas e no que, em cada um dos três países, pode-se ajudar para enfrentar esses problemas.

Então, minha pergunta, Srs. Embaixadores – aos três – é: no que é que, no papel em que cada um de vocês vai estar, pode-se colaborar, a partir da realidade do país, dos problemas do país, para o mundo inteiro aliviar alguns problemas? Não em ordem de importância.

Por exemplo, terrorismo. O que é que cada um desses países têm a ver com o risco do aumento do terrorismo no mundo?

Segundo, droga. Em que é cada um desses países pode afetar nessa tragédia mundial?

Terceiro, meio ambiente. Qual desses países é um defensor do equilíbrio ecológico e qual desses é um poluidor da natureza? Qual tem tido posições corretas nas Nações Unidas diante dos últimos encontros feitos em relação ao meio ambiente?

Quarto, migração, que é um grande problema que o mundo vive pelo fato de países forçarem a migração de grandes contingentes de população para outros países. Esses países são países que estão freando a migração como a gente vê países europeus? Ou são países que estão sendo forçado à migração?

Outro é o comércio. Embora eu resista à ideia de que embaixador é caixeiro-viajante, como alguns tentam fazer, embora tenha, sim, um papel na abertura do comércio internacional, qual o papel desses países na ampliação do comércio dos produtos brasileiros ou quais desses ameaçam os nossos superávits?

Outro problema: quais desses países hoje tem um papel importante na geração de ciência e tecnologia que possa trazer benefícios para o Brasil?

Finalmente, em quais desses países em que nós temos o cargo de embaixador, como cada um dos senhores está sendo indicado, a gente tem condições de ampliar a formação de blocos, uma vez que, não há dúvida, o mundo caminha para isso?

As minhas perguntas então são no sentido de, cada um, olhando a especificidade do seu cargo, no seu país, ter essa perspectiva do Brasil no mundo inteiro, especialmente nesses problemas.

E, só para concluir, Senador Flexa, se vocês têm outros problemas que eu esqueci de colocar em caso afirmativo, em quais desses problemas do mundo, na posição que vocês vão estar, poderão perceber o que o país vai fazer?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Senador Cristovam Buarque, V. Exª, ao cumprimentar o Embaixador Manoel Inocêncio, comentou que foi professor de S. Sª e, então, faz as perguntas aos três Embaixadores com profundidade.

Eu quero pedir desculpas a V. Exª porque, quando lhe passei a palavra, eu cometi um equívoco com relação ao nome de V. Exª, mas já corrigi ao agradecer...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Qual foi o erro?

Eu não percebi.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Eu passei a palavra ao Cristovam Colombo. (*Risos.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Olha, todas as vezes que me chamam de Cristovam Colombo ou de Buarque de Holanda eu me sinto envaidecido. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, Srs. Embaixadores, as minhas ponderações são mais de ordem genérica. Eu nunca entendi por que o Itamaraty, que possui um dos Quadros mais qualificados do País – e o nosso País não tem conflito de ordem militar ou política com o resto do mundo –, não é direcionado para fazer um trabalho na área comercial, a exemplo dos Estados Unidos.

A Secretaria de Estado americana é, sobretudo, um instrumento de vender os Estados Unidos. Tanto é que a Secretaria de Comércio... Você chega à Esplanada dos Ministérios dos Estados Unidos e vê seis edifícios só para a Secretaria de Comércio. Essa atividade é levada ao mundo basicamente pela Secretaria de Estado, ou seja, o seu Ministério de Relações Exteriores. Normalmente, nós verificamos que, nos países mais importantes, principalmente aqueles que possuem um mercado consumidor forte, o embaixador é uma pessoa que vem da área empresarial. Isso tem acontecido historicamente nos Estados Unidos.

Então, nós podemos aproveitar, de forma efetiva, os Quadros excepcionais que o Itamaraty possui para desenvolver essa atividade nas suas embaixadas, e, assim, o Itamaraty passaria a ser não só de baixo custo, como disse o eminente Cristovam Buarque, mas seria até um ministério superavitário. Quer dizer, a sua atividade de venda do País – quer dizer, de vender os produtos, a cultura, a tecnologia, o *know-how* – seria de tal maneira profissionalizada que nós teríamos um instrumento efetivo,evitando que essa curva de exportação do Brasil tivesse uma oscilação tão grande como tem acontecido ao longo da história.

Refiro-me, agora, específica e principalmente, à Austrália, um país que tem um mercado interno muito bom. É um país desenvolvido. Tem uma renda *per capita* muito alta, a exemplo da Nova Zelândia. Hoje, são países consumidores e que têm no consumo a maior participação da formação do PIB interno.

O Embaixador Manoel Inocêncio de Lacerda, que nós, com muita honra, estamos aprovando hoje, poderia, na Austrália, que tem esse potencial fantástico, desenvolver esse trabalho. Nós agora sentimos que grande parte do impacto dessa crise econômica é fruto da queda das exportações, porque nós tivemos um auge na venda das *commodities*, exatamente quando a China estava construindo o país e precisou de muito ferro, de muita soja, enfim, de *commodities* de um modo geral, e nós tivemos esse acréscimo excepcional nos preços. Todavia, o que dá estabilidade ao País, às exportações, são os produtos industriais, sobretudo porque são objeto de um consumo permanente e contínuo. Os países, quando se habituam a usar determinados produtos industriais, eles os usam a vida toda, e, para o País, é muito bom porque os empregos industriais têm maior valor agregado, são os empregos que pagam os maiores salários.

Então vejam que coincidência: todas as vezes em que nós temos uma crise econômica, esta é basicamente puxada pelo setor industrial, e por quê? Porque nós não temos o hábito ou a cultura de vender os nossos produtos industrializados no mundo todo. O mercado interno dos Estados Unidos transformou o Japão no segundo maior PIB do mundo, e é o mercado interno americano que, atualmente, segura esse crescimento extraordinário da China. da China. Quem segura a China são os Estados Unidos, com o seu mercado interno.

Então, nós precisamos fazer esse trabalho, e o Itamaraty é o melhor, o mais preparado instrumento que nós temos para desenvolver essa atividade comercial e vender os nossos produtos.

Concluindo, Sr. Presidente, como eu fui o Relator da mensagem de indicação do Sr. Embaixador Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira, para ser embaixador na Bósnia e Herzegovina, eu quero, pessoalmente, desejar sucesso, que V. Sª faça um bom trabalho, engrandecendo, sobretudo, o nome do nosso País.

Muito obrigado e parabéns a todos os Srs. Embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Senador Raimundo Lira, os seus questionamentos são de grande importância, principalmente no momento que vivemos, quando a balança comercial brasileira está negativa. Então, os Srs. Embaixadores, como V. Exª colocou, têm toda a competência e a capacidade de buscar novos mercados para os produtos brasileiros. E que possamos exportar produtos industrializados, até porque, lamentavelmente, o Brasil vem, a cada ano, se tornando um exportador de produtos primários, ou seja, está exportando emprego para os países que importam as matérias-primas do nosso País.

V. Exª abordou um ponto da maior importância, num momento de crise por que passa o nosso País.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Posso fazer um adendo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pois não, Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Já existe uma tese econômica mundial – está provado e comprovado, não existe mais conflito nesta área – de que o único país que pode continuar crescendo, sem depender das exportações como o seu componente predominante, são os Estados Unidos, porque eles possuem a moeda mundial, eles possuem o caixa mundial. O único! Todos os demais países, se quiserem se desenvolver, se quiserem continuar desenvolvidos, dependem da exportação.

Olha o exemplo da Coreia do Sul, mais recente; a Alemanha, depois de tudo que passou, hoje continua sendo o maior exportador de máquinas e equipamentos do mundo. Enfim, eu daria aqui dezenas de exemplos que mostram claramente que, hoje, já está consolidada essa tese econômica de que só cresce, só mantém o crescimento, só se mantém como país desenvolvido se continuar exportando. Argentina foi um grande exportador de carnes e de trigo durante a Segunda Guerra Mundial, chegando a ser a quinta economia do mundo. Quando as suas exportações, ao longo dos anos, começaram a cair, voltou ao patamar de país subdesenvolvido.

É uma tese mais do que provada.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu quero entrar nesse debate, que considero muito oportuno, mas com um ponto adicional, Senador: é que não tem futuro país que não exporta bens de alta tecnologia. Apenas exportar *commodities* é melhor do que não exportar – e o Brasil cresceu ultimamente com isso –, mas esbarra num certo nível.

A Coreia do Sul é um exemplo. O seu grande salto não é por causa das *commodities;* é porque esses "produtozinhos" que a gente está usando aqui vêm de lá. E de onde vem a importância disso? É que isso cria a própria demanda cada vez que um novo produto é inventado. Com soja, você pode até inovar na maneira de produzir, mas a soja é a soja, e a gente come a quantidade necessária da soja. A exportação só aumenta enquanto houver gente que não come soja ainda. Quando todo mundo comer soja, a produção vai ficar aquela, além de que é fácil produzir fora.

A gente precisa lembrar que o Brasil tinha um região riquíssima no Norte, graças à borracha – o seu Estado. Levaram a borracha para a Malásia, e a gente viu o resultado: Belém continua linda, mas perdeu aquela força que tinha. Isso vai acontecer no Centro-Oeste. O Centro-Oeste vai esmorecer, como aconteceu com o Norte, quando – e não demorará – a China começar a produzir soja na África, onde já estão plantando, ou até mesmo no sul da Sibéria, onde já estão fazendo isso. Isso é metade do caminho!

Agora, computador a gente vai continuar comprando de quem inventa, assim como equipamentos médicos e remédios.

Por isso, o Senador tem toda a razão: sem exportar, não tem futuro. Acabou o tempo de o país se fechar. Agora, só exportando *commodities,* não tem longo futuro; nós esbarramos. Daí a importância da ciência e tecnologia; daí a importância da educação na economia.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – V. Exª tem toda razão, Senador Cristovam Buarque. Esse é um debate que levaria bastante tempo para que pudéssemos dar continuidade a ele. Mas o Brasil precisa dar atenção à ciência, à tecnologia e à inovação para que possa exportar valor agregado. Nós estamos exportando as nossas inteligências para o exterior e importando os produtos que de lá vêm para consumo no Brasil.

Passo a palavra ao último Senador inscrito, por solicitação do próprio Senador, Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – É só para entrar um pouco lateralmente nesse debate, Senador Raimundo Lira e Senador Cristovam.

O Senador Raimundo Lira tem toda a razão. Infelizmente, acho que, no Brasil, estamos vivendo um momento novo de desvalorização do nosso Real. Existe uma guerra cambial no mundo inteiro e a valorização excessiva do nosso Real prejudicou muito as nossas exportações e prejudicou muito a nossa indústria.

Nisso, sinceramente, temos de reconhecer a parte do nosso Governo do PT, mas vem desde a época da paridade cambial, no Governo Fernando Henrique Cardoso. Eu acho que isso teve um impacto muito grande na nossa indústria.

Eu espero que este novo momento, com o câmbio diferenciado, melhore as nossas possibilidades em relação às exportações e as nossas relações comerciais.

Mas eu queria começar aqui falando sobre a Bósnia, Embaixador Manoel Antonio, falando dessa crise econômica. Desemprego de 44% é algo que espanta. Nós estamos com 6% no País e 44% é algo que espanta. E aquela região, como um todo, vive isso, a bem das políticas e desses planos de austeridade.

Recentemente, um país vizinho, a Grécia, tornou-se um símbolo da resistência à implantação desses planos de austeridade, inclusive com a vitória do Syriza, do Alexis Tsipras, que é o novo Primeiro-Ministro grego.

Então, eu queria saber como está esse clima também na Bósnia, um país marcado pela história de uma guerra civil recente; um país que vivia sob a órbita da União Soviética. Inclusive, é curioso, Senador Tasso, Senador Anastasia, que se veja que ali havia a antiga Iugoslávia e a Albânia junto, dois países que viviam sob a órbita da União Soviética, mas não eram dois países completamente aliados.

O Marechal Tito não era completamente aliado. Ele tinha uma capacidade de diálogo extraordinária no mundo inteiro. Ao contrário da Albânia, onde tínhamos Enver Hoxha, que era o contrário do Marechal Tito, no sentido de que rompeu com a União Soviética, depois de 1956, quando Kruschev entrou, porque Kruschev estava fazendo medidas que ele considerava liberais, liberalizantes.

Existe um livro, Senador Cristovam, de um albanês, o Ismail Kadaré, que foi Prêmio Nobel de Literatura. Ele escreveu um livro fantástico – *Concerto no fim do Inverno* – que fala da pequena Albânia rompendo com a União Soviética, por questões ideológicas, e entrando num processo de isolamento profundo ali.

Então me interessa muito saber destas questões econômicas: como sobreviver a 44% de desemprego; as imposições do FMI; a influência da Grécia e da vitória do Syriza, na Bósnia, onde, com certeza, deve estar havendo algum impacto.

O Embaixador Manoel Inocência falando sobre a Austrália é engraçado, porque a Senadora Ana Amélia chegou aqui e falou do Brizola. Antes, eu tinha ido falar com o Senador Cristovam Buarque também sobre o Brizola.

Eu tive a oportunidade de, muito jovem, como líder estudantil, estabelecer uma relação muito próxima com o Governador Brizola. Eu me considero um brizolista tardio, *a posteriori*. É verdade! Sinto tanta falta do Brizola nesses debates nacionais, na discussão sobre educação. E o Brizola falava muito para nós sobre a Austrália. Ele sempre falava da Austrália, da qualidade de vida da Austrália, da possibilidade de construção de um modelo social-democrata que fosse verdadeiramente inclusivo.

Eu acho que a Austrália tem isso, mas a pergunta que eu queria fazer sobre a Austrália tem um paralelo com o Brasil também. A Austrália virou... Eu queria fazer uma pergunta sobre a doença holandesa e também sobre o processo de desindustrialização na Austrália. A Austrália virou um grande exportador de *commodities*, o que impactou a sua economia. Então, eu queria muito saber também sobre a questão econômica na Austrália, porque eu acho que há alguns paralelos com o Brasil.

Em relação a Mali, eu queria perguntar, Embaixador, sobre as perspectivas de investimentos brasileiros lá. Nós sabemos que os recursos naturais – ouro, urânio – são consideráveis, mas o que poderia haver na área de exploração mineral, na área agrícola? O que poderia acontecer para haver uma aproximação que possibilitasse mais investimentos do Brasil no país?

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Agradeço ao Senador Lindbergh Farias.

Assim, completamos a lista dos Senadores inscritos.

Vou passar a palavra aos Srs. Embaixadores para que possam responder aos questionamentos.

Começo, na ordem, pelo Sr. Embaixador Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira.

O SR. MANOEL ANTONIO DA FONSECA COUTO GOMES PEREIRA – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro.

Vou responder às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores na ordem em que me foram feitas as perguntas. Começo, portanto, pela Senadora Ana Amélia.

Senadora, uma das coisas que mais me preocupou ao começar a estudar a Bósnia, para conhecimento e para esta sabatina, foi essa queda do comércio bilateral.

Há uma explicação, a meu ver, para a dificuldade logística. A Bósnia é, na verdade, um país mediterrâneo do ponto de vista do comércio internacional. É mediterrâneo por quê? Os 24km de costa da Bósnia foram entregues aos grandes (ininteligível) do regime titoísta – não há porto na Bósnia. Então, as importações têm que vir pelo norte da Europa, seguindo a rota Reno-Danúbio, e, chegando a Belgrado, sobem pelo Rio Sava, que faz a fronteira entre a Croácia e a Bósnia.

Os produtos que nós exportamos para lá, principalmente *commodities*, são produtos de pouco valor agregado. Então, o frete, muitas vezes, se torna proibitivo.

As grandes exportações do seu Estado, que são de carne, são feitas por empresas que, hoje, estão implantadas em nível mundial. Então, é fácil.

Eu servi como Cônsul-Geral em Roterdã. A JBS tinha um escritório em Amsterdã para a distribuição de carne pela Europa. Então, isso facilita muito. A JBS também importa tripas para fazer embutidos, mas há outras empresas no Rio Grande do Sul que exportam ferramentas, como a Stihl, de São Leopoldo – eu acho que é a Stihl, de São Leopoldo – e a Forjas Taurus, também de tornos e essa coisa toda. Esses produtos são mais fáceis de serem entregues em um país que tem essas dificuldades logísticas.

Eu creio que a queda das nossas exportações para a Bósnia tem também uma explicação naquilo que o Senador Lindbergh falava: a crise do dólar, o fortalecimento do real e uma coisa que seria uma doença para nós também, ou seja, o tamanho do mercado interno. Quando ocorre qualquer problema no mercado externo, o exportador se volta para o mercado interno. E, para reconquistar o mercado externo, haja tempo.

Então, eu tenho a impressão de que o meu trabalho lá, como eu disse na minha apresentação, ao final, desse pequeno programa de trabalho, é tentar tornar o Brasil mais conhecido e fazer uma coisa que eu fiz desde que entrei no Ministério, em 1974: promoção comercial. Esse foi o meu primeiro emprego, Senador Raimundo Lira. Desde 1974, fui um dos *boys* do Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima e sempre mexi com promoção comercial, de maneira que lá eu vou me sentir no meu elemento.

Uma coisa que me preocupa, Senador, é que apenas 22 empresas brasileiras são exportadores para a Bósnia. Há 85 empresas brasileiras exportando para o Brasil. Quer dizer, o comércio da Bósnia, seguramente, se apoia em países ali da própria União Europeia, apoio da União Europeia, e tal, e que nós trabalhamos sozinhos. Esse é o nosso fim. Eu vou fazer como o meu colega João Alberto e me meter nessa área também. É uma coisa que eu vou tomar peito, fazer, que vai ser promoção comercial.

Eu acho que, com isso, eu respondo ao seu questionamento.

Senador Tasso Jereissati, além de comentar sobre a queda do comércio bilateral, fez uma questão muito interessante sobre a cumulatividade. O problema da Bósnia, a cumulatividade com a Bósnia, é um problema muito sério, porque ela é cercada de ex-inimigos, inimigos recentíssimos, a Croácia, Sérvia e o Montenegro. Então, nós temos embaixada em Belgrado, embaixada em Zagreb. Nós não podemos ter, nenhuma dessas duas, seria difícil ter cumulatividade de Sarajevo com essas duas embaixadas, porque são dois países que estão de olho num possível implosão da Bósnia. Isso é uma coisa muito clara. Então, nós temos que ter é a embaixada na Bósnia. Nós não temos embaixada no Montenegro, que está muito próximo da Sérvia, mas temos e temos que ter uma embaixada na Bósnia, até por razões políticas.

Outra coisa; a Bósnia tem sido uma companheira nossa no apoiamento às nossas candidaturas a organismos internacionais. Há pouco, nós recebemos a confirmação de que ela nos dará o voto para o Prof. José Graziano na FAO, de maneira que há uma questão política que tem que ser acompanhada.

A Bósnia é um país 50% muçulmano, nós temos, viu, Senador Cristovam Buarque, nós temos problema de terrorismo na Bósnia. Há um senhor chamado Husein Bosnic, que é o líder wahabita que aquela facção mais radical do Islã, da Arábia Saudita, que está preso porque está recrutando bósnios para ir lutar no Estado Islâmico. Hoje, há cerca de 350 bósnios no Estado Islâmico, e já mais de 50 morreram naquela guerra. De maneira que essa é uma coisa que nos preocupa.

Os Estados Unidos e União Europeia patrocinaram uma legislação que hoje vigora em diversos países ali da região de criminalizar o aliciamento de pessoas, de jovens, de pessoas, vamos dizer assim, para lutar em outros países. Os Estados Unidos descobriram também uma rede de cidadãos bosníacos-norte-americanos levantando recursos para o Estado Islâmico dentro dos Estados Unidos. Então, o terrorismo também é uma coisa muito séria, e eu acho que isso é uma coisa que nós temos que estar sempre acompanhando. E lá é um bom ponto de observação para nós.

Eu não sei se respondo ao Senador Tasso Jereissati.

Muito obrigado.

O Senador Antonio Anastasia, realmente acho que levou a coisa, ele tem a preocupação da existência da nossa embaixada e a construção do país na Bósnia. A Bósnia é um país em construção. Vamos ser muito claros. Está com 23 anos de independência e 20 anos, 20 anos de, mais ou menos, tranquilidade. Meu antecessor, que foi o primeiro Embaixador em Belgrado, o Embaixador Lindgren, ele escutou em casa, à noite, a embaixada americana sendo metralhada, não sabe se sérvios, croatas ou bosníacos.

A própria formatação do país dada pela Constituição, que saiu dos acordos de Dayton, é um instrumento quase que de implosão do país, porque ela cria uma presidência da República tríplice, em que os representantes de cada um dos três, eles chamam de povos constituintes, se revesam. As câmaras, as casas do Congresso são uma eleita também 1/3, 1/3 e 1/3, e o Senado é escolhido indiretamente pela Câmara dos Deputados; 1/3, 1/3 e 1/3.

O governo se formou, depois de seis meses de intensa discussão na assembleia, graças à união entre croatas e bosníacos. Se formou seis meses depois da eleição, há uma semana, quarta-feira passada. O Primeiro Ministro é muçulmano sunita, um arquiteto; o Ministro do Exterior é uma economista croata, nascido na Croácia. Ele não é nem nascido na Bósnia; ele é nascido na Croácia, e, como croata, ele tem direitos políticos na Bósnia, como eu mencionei aqui na questão das eleições.

Então, eu acho que é importante e nós temos uma contribuição a dar. Como dizia o Senador Cristovam Buarque, com a nossa vida de Estado multiétnico, multicultural, nós somos um exemplo para eles. Agora, nós temos que nos fazer mais conhecidos. Isso é um trabalho que só uma embaixada residente pode fazer, porque ela acompanha o dia a dia.

Não sei se respondi ao senhor.

O Senador Cristovam Buarque nos apresentou uma série muito instigante de questões. Eu já respondi sobre terrorismo. quer dizer, eu acho que ela não é aqui. O governo não estimula o terrorismo, mas há um terrorismo em potencial por causa da presença da seita wahabita. Aliás, a Arábia Saudita é um dos grandes investidores na Bósnia. O primeiro investimento foi a maior mesquita dos Bálcãs; é uma mesquita do rei Fahd para quatro mil pessoas. Quase um estádio, não é?. E Fahd tem também grandes centros comerciais em Sarajevo, e nas cidades menores. Então, eu acho que é uma coisa para a qual temos que ficar atentos.

Drogas. Há, sim, uma máfia bósnia que faz tráfico de drogas para a Europa e toda aquela parte dos Bálcãs é um pouco – a gente vê em filmes, inclusive, é um pouco obscura – obscura porque há transporte de drogas. As redes são feitas. Quando eu falo em 2 milhões de deslocados, muitos foram deslocados para fora da Bósnia, de maneira que essas pessoas viram, realmente, muitas delas, auxiliares potenciais das máfias existentes dentro da Bósnia.

Meio ambiente é um problema sério, Senador Cristovam. A Bósnia foi "superminada" durante a guerra civil, mas milhões de minas, antipessoal, antitanque, granadas, essa coisa. A desminagem ainda não acabou. Eles acreditam que quase 2 mil km^2 do país ainda contenham minas e outros artefatos não explosivos, assim como cerca de 100 mil unidades dessas bombas. A desminagem foi muito prejudicada, no ano passado, por causa das enchentes: as minas mudaram de lugar, então eles tiveram que remapear as áreas de minas. Quem está ajudando, pelo o que eu entendo da imprensa Bósnia – eu não leio bósnio, isso é jornal inglês – é a Alemanha. Ela tem fornecido recursos para a desminagem.

Migração. É um país que perdeu muito com a guerra civil. Sarajevo, no início dos anos 1990, tinha 800 mil habitantes. Hoje ela tem menos de 300 mil habitantes. Não esqueça, Senador, o senhor sabe, ela sofreu um sérvio de quase 1.500 dias – matou-se muita gente, muita gente foi refugiada. O Estado tenta trazer alguns, readmitir e, também, dar condições às pessoas que foram deslocadas mas que permaneceram no país de reiniciarem sua vida. Mas é uma coisa que há 20 anos está correndo mas não terminou.

O comércio tem todos os problemas que eu já disse de logística e de diferença do câmbio. Nós vivemos isso muito. Agora, eu estava dizendo, Senador Tasso, que, desde 1974, quando entrei no Itamaraty, trabalhei na promoção comercial, de maneira que fazer propaganda do comércio para mim não é nada impossível. E é uma pena, dados da SECEX e do MDIC, apenas 22 empresas brasileira exportam para a Bósnia, e 85 empresas bósnias exportam para o Brasil. Eu vou ter que sair de malinha na mão, de caixeiro viajante, vendo como resolver essa coisa.

O senhor falou, também, de ciência e tecnologia. Mas aqui não entra, Senador Cristovam.

Senador Raimundo Lira, acho que a nossa preocupação é muito semelhante, é desenvolver o comércio. Eu vou fazer isso mesmo. Acho que o meu principal trabalho, além de tornar mais conhecido o nome do Brasil, é tornar mais conhecido o que o Brasil pode oferecer como exportação.

Acho que isso é muito importante. Acho que temos que buscar acordos. A Bósnia ainda não é União Europeia, e não acredito, de acordo com o que leio da Bósnia, não vai ser fácil a sua entrada na União Europeia.

O senhor falou também em exportação de *commodities*. Uma parte da nossa exportação é de *commodities,* aliás, uma parte grande. Contrariamente, a Bósnia só nos exporta produtos manufaturados. O planejamento da Iugoslávia titoísta atribuiu à Bósnia uma série de indústrias de máquinas e ferramentas e, curiosamente, de armas e munições. O Tito pôs a grande parte de produção de armas e munições na Bósnia por quê? Com medo de ataque da União Soviética, ele pôs numa das partes de mais difícil acesso para tanques e tal, porque o país é muito montanhoso. Então as fábricas de armamentos foram postas na Bósnia.

Hoje, a Bósnia exporta armas e munições para a coalizão que combate o Estado islâmico.

O Senador Lindbergh finalmente pergunta a respeito do desemprego. O desemprego em parte vai ser estrutural por quê? O fechamento de empresas que hoje são consideradas pouco lucrativas numa economia de transição para o capitalismo, o fechamento de órgãos governamentais que se tornaram redundantes, e uma coisa impressionante, até 2005, os três povos constituintes da Bósnia tinham Exército e Aeronáutica separados. Só com a ameaça de entrada para a Otan, eles tiveram que fundir o Exército e a Aeronáutica – a Bósnia não tem Marinha. E com isso redundância de pessoal, soldados, oficias, quarteis e instalações militares. Então uma parte desse desemprego é estrutural.

Outra parte é também decorrente de crise. O país é pobre. Na época da Iugoslávia era a segunda república menos desenvolvida do país – a primeira era Kosovo. Então são todos problemas decorrentes disso.

Eu não tenho informações, infelizmente, mas vou conseguir para o senhor, qual é a influência que o programa do governo de Tsipras possa estar tendo na Bósnia. Enfim, a Bósnia não é União Europeia. Mas posso conseguir essa informação para o senhor.

Acho que com isso eu respondi.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Agradeço ao Sr. Embaixador Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira.

Passo a palavra ao Sr. Embaixador Manuel Innocencio de Lacerda Santos Júnior para responder aos questionamentos dos Srs. Senadores.

O SR. MANUEL INNOCENCIO DE LACERDA SANTOS JÚNIOR – Obrigado, Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Presidente, se me permite, é só uma pequena questão.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Com a palavra, o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Esqueci de colocar e queria só complementar a quantidade enorme de brasileiros que estão migrando para a Austrália neste momento, especialmente, não sei se especialmente, mas na minha terra, no Nordeste tenho sentido uma enorme migração.

Eu queria saber um pouco sobre esses brasileiros que estão indo para a Austrália.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Com a palavra, o Sr. Embaixador.

O SR. MANUEL INNOCENCIO DE LACERDA SANTOS JÚNIOR – Também vou responder na ordem.

Primeiro à Senadora Ana Amélia eu queria dizer que também tive a ocasião de ouvir do Governador Brizola esses comentários sobre a admiração que ele tinha pela Austrália.

Eu trabalhei no cerimonial da Presidência da República e organizei várias viagens presidenciais ao Rio de Janeiro quando ele era governador. E tive ocasião de várias vezes falar sobre isso com ele e se eu soubesse, naquela época, que um dia seria Embaixador na Austrália, eu realmente...

Mas a Srª Senadora tem razão em dizer que o tamanho não explica, a distância talvez, um pouco.

Exatamente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MANUEL INNOCENCIO DE LACERDA SANTOS JÚNIOR – Exatamente. Mas eu queria dizer da minha enorme satisfação de ouvir o apoio da Senadora à missão parlamentar Austrália, sobretudo neste ano em que nós comemoramos os 70 anos, que é uma data importante. E dessa missão parlamentar virão vários frutos a serem colhidos.

O Senador Tasso Jereissati perguntou a composição da... A Austrália exporta para nós combustíveis minerais, ferro fundido, aço, máquinas mecânicas, instrumentos óticos e fotográficos, máquinas e aparelhos elétricos. Nós exportamos para a Austrália minérios de ferro, máquinas mecânicas, aeronaves e suas partes, café e borracha.

Sobre o comentário da importância de tecnologia na relação de comércio entre o Mercosul e o Bloco Austrália – Nova Zelândia, CER (Closer Economic Relations), a participação brasileira é de cerca de 80%, porque a pauta brasileira é composta, em sua maior parte, por produtos de alto valor agregado: aeronaves, máquinas, automóveis, etc. A Argentina é apenas 20%, porque praticamente limita-se a *commodities*.

Sobre a comunidade brasileira na Austrália, ela tem realmente crescido bastante, situa-se em torno de 110 mil brasileiros. A grande concentração é em Sydney, evidentemente, cerca de 80 mil em Sydney, cerca de 10 a 12 mil na região de Camberra, cerca de 5 mil em Perth e 5 mil em Melbourne.

Houve uma primeira experiência feita pelo Brasil na Austrália, no ano passado, nas eleições. Foi a primeira vez no mundo em que se realizaram eleições fora da sede consular, quer dizer, nós realizamos eleições em Perth também, para atender, por causa da distância, enfim, aos brasileiros que estão lá

Essas quatro cidades têm conselhos cidadãos brasileiros, conselhos de cidadania e, dessa forma, enfim, procura-se atender às necessidades e aos anseios.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Apenas para, pela ordem, Presidente Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Embaixador Manuel Innocencio, é também interesse do Senador Tasso Jereissati.

Neste momento, uma missão do Sistema Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) está na Austrália, encerrando uma missão no dia 13, integrada por vários representantes, inclusive do Rio Grande do Sul, e também pelo Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Ceará, do Senador Tasso Jereissati, Flávio Viriato de Saboya Neto.

Essa missão tem o objetivo exatamente de verificar como faz a Austrália em relação às questões de defesa sanitária e também os programas de aprendizagem na área rural, porque um dos problemas no Brasil é a mão de obra qualificada para trabalhar em um setor que se desenvolve muito no nosso País.

Então, neste momento, se V. Exª estivesse lá certamente teria um apoio muito grande para essa comitiva.

Apenas uma informação.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Retorno a palavra ao Embaixador Manuel Innocencio.

O SR. MANUEL INNOCENCIO DE LACERDA SANTOS JÚNIOR – Muito obrigado.

Efetivamente a Austrália sempre investiu muito em treinamento e, realmente, há uma importância. Nós temos, também, muito que absorver disso.

Ao Senador Antonio Anastasia, concordo com tudo que o Senador disse e queria acrescentar que eu tive a oportunidade de, ontem, almoçar com o Vice-Presidente da Câmara de Comércio Brasil – Austrália que é sediada em Belo Horizonte, e que mencionou-me, inclusive, a assinatura de um memorando de entendimento entre o Governo de Minas Gerais e o Governo de Queensland.

Então, essa é uma perspectiva muito boa. E outra notícia muito boa que ele me deu é que a Câmara de Comércio está preparando uma missão comercial para este ano ou talvez o próximo.

E temos certeza de que isso pode realmente trazer muito... é uma exploração, mais que em boa hora, do potencial enorme que existe nos dois países.

Ao Senador Cristovam Buarque, queria dizer que me sinto muito honrado pela lembrança pelo fato de o senhor ter sido meu professor, mas apenas uma pequena imprecisão ao dizer que o senhor foi meu professor. Isso seria verdade se o senhor tivesse, em algum momento, deixado de ser meu professor, coisa que não aconteceu em toda a minha carreira. Há uma maneira muito breve de responder todos os assuntos que o senhor levantou, que seria dizer em tudo, com relação à Austrália.

Volto apenas rapidamente, procurando ser breve, para dizer que, em termos de combate ao terrorismo, a Austrália sofre muito com terrorismo e procura manter uma postura ativa nesse aspecto. Drogas também é um problema sério. A Austrália, inclusive, tem combatido com energia essa questão. No meio ambiente, a Austrália é um dos maiores emissores de dióxido de carbono e, por isso, há um certo interesse em avanços brasileiros em energias alternativas. Então, aí também há um potencial muito grande.

Em termos de migração, a Austrália transformou-se num grande receptor. Ontem, conversava com o Embaixador da Austrália em Brasília que me dizia que estão atingindo cerca de 600 imigrantes por dia. Ele me disse que, após conversarmos hoje, amanhã, quando acordarmos de manhã, já terão chegado 600 novos imigrantes. Então, realmente, a Austrália tem isso presente e tem sabido aproveitado, porque a Austrália tem uma população muito pequena, 22 milhões, para todo o território. Então, ela só tem a se beneficiar.

Sobre comércio, o Brasil e Austrália são concorrentes em vários aspectos, mas temos tido posições semelhantes na OMC. A Austrália participou da criação do grupo de Cairns, mas há um aspecto interessante aqui. A Austrália é muito limitada por sua ligação estreita com os Estados Unidos. Então, a Austrália até nos acompanha em posições na OMC, até o momento em que isso pode ir contra a posição norte-americana. Então, eles não nos acompanham nisso, mas até torcem, enfim, para que possamos avançar nesses assuntos.

Em Ciência e Tecnologia, há realmente um potencial muito grande, temos muito a explorar e só poderemos nos beneficiar de um acordo sobre cooperação científica e tecnológica.

Ao Senador Raimundo Lira eu diria rapidamente que também tenho experiência em promoção comercial, não tanto quanto do embaixador Manoel Antônio, mas, enfim, é uma prioridade, sim, efetivamente e espero poder contribuir muito para isso.

Senador Lindbergh, mencionei também o fato de que ouvi do ex-Governador Brizola essas referências à Austrália e, naquela época, não imaginava que um dia iria ser embaixador, mas realmente me honra muito.

Com relação a uma característica da Austrália, diria que ela se tornou basicamente numa grande exportadora de serviços. Então, ela pode nos ensinar muito em termos de produção, de preparação de pessoal, é concorrente nossa direta em vários aspectos.

Com relação à carne, especificamente, a Austrália contribui muito para que a carne brasileira tenha dificuldade para entrar na Ásia em geral, não só na Austrália. Há muito que fazer nessa área, mas já há uma pequena presença brasileira na Austrália de empresas brasileiras. A JBS já está trabalhando na Austrália.

Espero ter atendido às questões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Agradeço ao Sr. Embaixador Manuel Innocencio de Lacerda Santos Júnior.

Concedo a palavra ao Sr. Embaixador João Alberto Dourado Quintaes.

O SR. JOÃO ALBERTO DOURADO QUINTAES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Respondendo de imediato às perguntas e indagações que foram suscitadas aqui... Antes de mais nada, um parênteses para o alto nível das dúvidas expressadas e das indagações formuladas, o que demonstra o preparo dos nossos Senadores no trato de múltiplas questões, não apenas das questões internas brasileiras, como das questões externas, um motivo de muito orgulho para todos nós.

Eu passo de imediato, então, a responder as perguntas formuladas. Primeiramente por S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A questão da cooperação agrícola com o Mali é realmente uma questão que está em curso. É um processo de cooperação sul-sul exemplar, considerado exemplar. A Srª perguntou sobre o estágio atual do projeto. A primeira fase foi iniciada em fevereiro de 2009 e encerrou-se em dezembro de 2013. Essa primeira fase contemplou a instalação do maquinário básico de processamento dos insumos e a instalação de laboratórios de processamento de sementes e a capacitação básica dos principais pontos focais no território malinês para desenvolvimento do projeto nas três culturas principais escolhidas, que foram algodão, milho e sorgo.

A partir de 2014, inaugurou-se uma segunda fase, financiada com recursos da vitória do Brasil no contencioso do algodão contra os Estados Unidos, uma vitória brilhante da nossa política comercial exterior. E, com esses recursos, estamos financiando as pesquisas nesses quatro países e o momento agora é de capacitar técnicos agrícolas de todo o Mali. Então, é uma fazenda experimental, em que esses técnicos provenientes de várias regiões do Mali recebem a capacitação e retornam a suas localidades de origem reunindo o *know-how* necessário e os insumos, também, necessários para poder produzir um algodão de melhor qualidade e em maior quantidade.

O objetivo ulterior, máximo realmente dessa fase, que é bastante interessante em termos de projeto de cooperação sul-sul, é habilitar as populações dos quatro países participantes do projeto a elevar os seus padrões de segurança alimentar. Caso esse último objetivo seja alcançado, aí o Projeto Cotton-4 vai ser uma vitrine, realmente, um modelo. Vários outros países da África estão interessados em receber essa capacitação. Isso não tem preço em termos comerciais, porque cria, além de toda uma imagem positiva do Brasil nesses países, uma sinergia imediata de cooperação e, principalmente, habilita a prevalência de uma consciência nesses países de que é possível alcançar a segurança alimentar, que é o objetivo máximo dos países africanos. Já é uma grande conquista.

Com relação às indagações levantas pelo Exmo Senador Tasso Jereissati, a respeito do potencial de pacificação com a presença da conturbada situação no Mali diante da possibilidade de a embaixada atuar como agente indutor dessa participação, o senhor tem toda a razão. Realmente, trata-se de um problema do qual o Brasil, como sociedade multicultural, multiétnica, nós temos essa ilusão de que, apenas com a Língua Portuguesa, falada de Norte a Sul, que as diferenças regionais não vão jogar um papel dinâmico no sentido de poder afetar, de sabotar essa unidade nacional, que é tão evidente.

O brasileiro em geral, o cidadão brasileiro médio não imagina como um país pode ser contaminado por esse tipo de rivalidades internas que acabam se desenvolvendo.

Eu pude perceber isso na Iugoslávia onde servi. Belgrado foi meu primeiro posto. Participei de toda a guerra civil, depois fui mandado de volta porque falava a língua local, para acompanhar os bombardeiros da

OTAN. Resumindo, eu vi Guiné Bissau e outros países serem afetados em sua unidade, por rivalidades que transcendem o nacionalismo.

O senhor tem toda razão. O Brasil, como um país multiétnico e unitário, tem todo um papel. Tanto é assim que o governo malinês acordou, despertou para o interesse graças a esse mecanismo da Ásia, que foi criado. Todas as vezes que eu cruzo com o chanceler desse país, ele fala que vem ao Brasil, que quer copiar o modelo brasileiro de integração racial, de integração cultural, porque o Mali, de certa forma, vive isso. São etnias diferenciadas, extremamente diferenciadas, culturas diferenciadas que convivem em harmonia. É uma herança, os países africanos herdaram essa estrutura do colonialismo europeu, desencadeado a partir de 1885, com a Conferência de Berlim.

Muitas dessas fronteiras são injustas. Por exemplo, dois países aglutinam a mesma cultura separados por uma fronteira, mas é o critério, desde a Segunda Guerra, que está prevalecendo. Por exemplo, o caso da Iugoslávia foi muito claro. O Tratado de Helsinki, de 1975, é o único parâmetro. Não se pode mexer nas fronteiras atuais, porque, se se mexer nessas fronteiras, cria-se um efeito dominó.

Na África, parte-se desse mesmo pressuposto de que as fronteiras são injustas. Vamos procurar corrigir com diálogo, com uma contribuição pacífica. Esse é o encaminhamento dessas questões, mas as fronteiras são intangíveis do ponto de vista do potencial...

(Interrupção do som.)

... muitas delas foram contrabandeadas para o sul. Há esse componente que sinaliza um otimismo com relação à situação para o futuro.

Como ponto positivo da relação bilateral, Exmo Senador Antonio Anastasia, o Brasil e o Mali são realidades do terceiro mundo, realidades até próximas, porque induzem essa aproximação natural. O brasileiro, toda vez que falo que sou brasileiro... Nem vou nem citar meu caso particular, mas o Brasil gera uma simpatia natural lá, e o malinês é um povo que emigra para a França, mas eles se acreditam como uma grande nação. Não é como outros países da África ocidental, como o Senegal ou... Não vou citar nomes de países, mas países que atravessam situações até mais desesperadoras que o Mali, mas esses países tendem a gerar refugiados econômicos em massa para a Europa. O Mali participa mais modestamente, porque justamente há esse sentido de pertencer àquela sociedade, há essa tentativa de melhorar aquela sociedade, e esse é um ponto positivo bastante comum que o Brasil pode desempenhar com atuação diplomática naquele país.

Passando a pergunta do Exmo Senador Cristovam Buarque sobre o papel que o Brasil pode desempenhar no combate ao terrorismo, sim. O Brasil, não é, a meu ver – eu posso estar enganado no futuro – um País visado pelos terroristas, justamente por esse componente de ser um País de terceiro mundo, um gigante que abriga diversas etnias, abriga diversos grupos populacionais, e é visto como um modelo nesse sentido. É um País que é um modelo pacífico. Sabemos, um modelo pacífico, não nas suas relações. Sabemos que elas são difíceis no dia a dia: há o problema da segurança pública etc, mas um País que, como um todo, é visto de uma forma bastante favorável, e o elemento... Temos um Governo egresso de partido das camadas populares no poder, e isso também é um elemento que afugenta, ou pelo fato de, mesmo que haja uma transição política em direção a um modelo mais social democrático, só por o Brasil possuir essa experiência, já reunimos um cabedal de... Porque esses países são muito... O Mali teve uma experiência socialista radical nos anos 60 e 70, vários outros países africanos importantes, como a Etiópia etc tiveram e valorizam muito um país que, de um determinado momento a outro, passa a adotar uma política voltada para suas camadas populares. Eu acredito que esse é um outro elemento que afasta pelo momento.

Seria visto de uma forma muito negativa internacionalmente um atentado no Brasil, mas as Olimpíadas estão aí no ano que vem, há que se acompanhar isso. Eu já elaborei um relatório para a área responsável que acompanha temas terrorista no Itamaraty, já indicando nomes de pessoas, senhores da guerra locais que aliciam potenciais lobos solitários, terroristas que poderiam causar problemas. E estamos monitorando essa situação, vamos monitorar intensamente durante esse período todo, até 2016.

Passando à questão formulada pelo Exmo Senador Raimundo Lira sobre a importância do comércio, eu tenho muita experiência na área comercial, fui Chefe da Divisão de Feiras Comerciais, fui subchefe da Divisão de Operações Comerciais, trabalhei com importantes embaixadores. Eu fui um grande operador de Secom em Los Angeles e em Lima – eles possuem setores de promoção comercial importantes – e eu participo como agente diplomático clássico: eu coloco as partes em contato e, se o negócio tem potencial de se desenvolver, ele pega asas por si próprio.

Não serei eu, como um agente diplomático, que vou induzir um negócio em larga escala, nem posso me envolver com isso, porque o interesse principal é o de defender o Estado. O diplomata é, antes de mais nada,

um advogado defensor dos interesses do Estado brasileiro fora. Então, a minha participação, a minha de como atuar na área comercial é essa.

Sem dúvida alguma, há muito potencial no Mali, por exemplo, com a venda de caminhões, de veículos CKD, para montagens posteriores, e de ônibus. Os ônibus brasileiros são excelentes. Acredito que haja um grande mercado. Posso colocar a Marco Polo, do nosso Rio Grande do Sul, no mercado malinês, uma vez garantido um pouquinho mais de estabilidade. Eu acredito que o Mali está num momento que vai conseguir cruzar aquela esquina de poder atrair empreendimentos em larga escala.

Acho que foi o Senador Tasso Jereissati, se não me engano, que mencionou a possibilidade dos recursos de mineração. Esses recursos de mineração, exploração de petróleo e gás, pressupõem a instalação de infraestruturas complexas, sujeitas a atentados terroristas. A maior usina de gás da Argélia, na fronteira sul, foi atacada por elementos vindos do Mali, jihadistas, num ataque suicida horroroso, 20 pessoas praticamente paralisaram a produção de gás dessa usina em particular por um ano. Esse tipo de investimento requer muito cuidado, porque pressupõe a instalação de infraestrutura e pressupõe a instalação de condições de segurança que não estão prevalecendo pelo momento.

Ainda tenho as perguntas do Senador Lindbergh, que não está presente, mas vamos responder, sobre a possibilidade de investimentos de brasileiros no Mali. Volto exatamente ao que falei: há que se ter cuidado. O potencial mineral seria expressivo, mas... A África do Sul é corajosa, mas é um pais do continente. A Randgold explora ouro acintosamente na fronteira sul com o norte, porque no norte ninguém prospecta nada. É uma situação muito frágil, são grupos que brigam entre si com armas pesadas e com capacidade de sabotar qualquer instalação. Mas a África do Sul é corajosa. Eles vão e conseguem investir no maquinário, trazendo capacitação, trazendo técnicos que exploram o ouro no país.

Então, resta aberta essa possibilidade. Esperemos que a estabilidade retorne a esse país tão interessante do qual tive a honra de falar algumas palavras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores se se encontram atendidos nos seus questionamentos pelas respostas dos Srs. Embaixadores. (*Pausa.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Presidente Flexa, eu gostaria de solicitar que colocasse extrapauta um requerimento convidando o Ministro das Relações Exteriores para explicar um voto ou não voto brasileiro, porque se absteve de votar numa resolução do Conselho da ONU que critica a violação dos direitos humanos no Irã e na Síria, causando uma enxurrada de críticas de prêmios Nobel da paz, de editoriais de jornais etc, para que viesse discutir conosco aqui essa posição brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Coloco à apreciação do Plenário a inclusão extrapauta do requerimento do Senador Tasso Jereissati.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 27, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Senhor Mauro Luiz Icker Vieira, Ministro de Estado do Ministério das Relações Exteriores, para que compareça em audiência pública à Comissão de Relações Exteriores desta Casa, a fim de prestar esclarecimentos sobre a decisão do Itamaraty de se abster na votação sobre as violações de direitos humanos na Síria e no Irã.
Autoria: Senador Tasso Jereissati

O Senador Tasso Jereissati já justificou o requerimento.

Coloco o requerimento em discussão.

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

De acordo com o disposto no IV do art. 52 da Constituição Federal, combinado com § 1º do art. 383 do Regimento Interno, do Senado Federal, a reunião da Comissão será transformada em secreta.

Designo a Senadora Ana Amélia para atuar como secretária, art. 116, § 2º, do Regimento. (*Falha na gravação.*)

(Suspensa às 12 horas e 58 minutos, a reunião é reaberta às 13 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – ... que foram designados.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 09 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 03 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS OITO HORAS E TRINTA MINUTOS.

Às oito horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e nove de abril de dois mil e quinze, no Plenário da Comissão, sob a Presidência do Senador **Garibaldi Alves Filho**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes as Senhoras e os Senhores Senadores **Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz, Sandra Braga, Rose de Freitas, Hélio José, Ronaldo Caiado, Wilder Morais, Flexa Ribeiro, Paulo Bauer, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Wellington Fagundes, José Pimentel, Paulo Rocha, Ivo Cassol, Edison Lobão, Waldemir Moka, Romero Jucá, Davi Alcolumbre, Roberto Rocha, Douglas Cintra, Vicentinho Alves** e **Eduardo Amorim.** Registram presença como não-membros os Senadores **José Medeiros, Omar Aziz** e **Fátima Bezerra.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa de leitura e aprovação das atas das 5ª, 6ª e 7ª reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao **Requerimento nº 03, de 2015 – CI**, de autoria do Senador **Wellington Fagundes**, que, "*nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, [requer] seja realizada no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, audiência pública convidando ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, Sr. Antônio Carlos Rodrigues, para apresentar as ações de sua pasta para os próximos anos,* bem como do *Dr. Jorge Bastos (ANTT), Diretoria do DNIT e um representante do Tribunal de Contas da União".* O Presidente convida a compor a Mesa os senhores **Antônio Carlos Rodrigues**, Ministro de Estado dos Transportes; **Jorge Luiz Macedo Bastos**, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); **Valter Casimiro Silveira**, Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT); **André Luiz F. da Silva Vital**, Secretário de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária do Tribunal de Contas da União (TCU); **Davi Ferreira Gomes Barreto**, Secretário de Fiscalização de Infraestrutura Portuária, Hídrica e Ferroviária do TCU. Feita a exposição do Ministro de Estado dos Transportes, fazem uso da palavra os Senhores Senadores **Wellington Fagundes, Waldemir Moka, Blairo Maggi, Ronaldo Caiado, Acir Gurgacz, José Medeiros, Paulo Bauer, Wilder Morais, Vicentinho Alves, Vanessa Grazziotin, Roberto Rocha, Lasier Martins, Sandra Braga, Ivo Cassol, Flexa Ribeiro, Fátima Bezerra, Eduardo Amorim** e **Davi Alcolumbre.** Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e cinquenta e três minutos, lavrando, eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Garibaldi Alves Filho,** Presidente

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Declaro aberta a 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 5ª, 6ª e 7ª Reuniões.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A Comissão já tem definida a data da realização da audiência pública com a presença do Ministro da Aviação Civil da Presidência da República, Eliseu Padilha, em atendimento aos Requerimentos nºs 7, 10 e 17, de autoria dos Senadores Rose de Freitas, Ricardo Ferraço e Vanessa Grazziotin, respectivamente.

Agradecemos a presença do Ministro e Senador Antonio Carlos Rodrigues, que já está presente e compõe com muita honra a nossa Mesa. Então, só me cabe nesse instante conceder a palavra ao Ministro Antonio Carlos Rodrigues.

Com a palavra o Ministro e Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Bom dia a todos.

Quero cumprimentar o Senador Garibaldi, Presidente desta Comissão; Jorge Bastos, Diretor Geral da ANTT; Valter, Diretor, substituto, do DNIT; André Luiz, Secretário de Fiscalização; Davi Barreto, Secretário de Fiscalização de Infraestrutura; os Senadores Acir, Blairo, Moka e Wilder.

Presidente, estou à disposição para começar e estou estranhando, porque sempre sentei do lado de lá e agora sentar do lado de cá é mais difícil.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – O senhor vai ver que é mais difícil mesmo.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – É mais difícil.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – É.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – A sua experiência já diz tudo, não é? Você esteve dos dois lados.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – É. Estive dos dois lados e gostei mais daquele ali.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Mais daqui, não é?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – É.

Bem, V. Exª vai fazer uma exposição inicial...

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Exatamente. Depois, nós abrimos.

Eu quero apresentar aqui, porque estou com toda a estrutura do Ministério: DNIT EPL e Valec. Então, na medida do possível, quando for técnico, eu peço para que eles colaborem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Os universitários estão todos presentes.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Todos presentes.

O primeiro item nosso aqui é dos investimentos em transportes, diagnóstico e desafio. Depois, o desempenho orçamentário, as ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), as ações do Programa de Investimentos em Logística (PIL) e as medidas institucionais.

Os investimentos em transportes movem o País. Então, esse quadro é ilustrativo.

Importância dos transportes no Brasil. Os custos logísticos são entrave ao desenvolvimento do País e respondem por 11% do PIB, na estimativa. Empregos no setor são 5,2 milhões. E mais os dados ilustrados.

Diagnóstico dos modais de transportes: Rodovias, ferrovias, hidrovias e cabotagem.

São os nossos desafios: ampliar investimentos, estabelecer rede de logística integrada, reduzir custos de transportes e racionalizar a matriz de transportes.

Diretrizes para superar os desafios de transporte em rodovias: investimento contínuo para manutenção da malha existente – sabem que hoje nós estamos com grandes dificuldades financeiras e provavelmente nós só vamos ter condições de fazer a manutenção –; pavimentação de corredores; duplicação e adequação de capacidade de eixos estratégicos; construção de contornos, travessias e vias marginais em áreas urbanas. Na ferrovia: expansão da malha ferroviária, aumento de capacidade das ferrovias existentes, construção de contornos e travessias em áreas urbanas.

Aí estão as diretrizes para superar os desafios de transportes em hidrovias e fomento à marinha mercante.

Patamar de investimentos em transportes. Podemos ver nesse gráfico o que investimos em 2003 e o que investimos em 2014. Foi um grande salto. Foi distribuído quase 60% em rodovias; 14% em ferrovias; hidrovias, 0,8%; a marinha mercante com um grande percentual de 26,4%; e os outros 3,1%. Estamos aguardando os recursos previstos para 2015. Nós esperamos ter, para dar continuidade, R$13,6 bilhões, sendo R$5,8 bilhões para manutenção, R$3,9 bilhões para construção, R$2,2 bilhões para o ferroviário, R$0,1 bilhão para o aquaviário; e os outros, que são concessões, estudos, projetos em rodovias, R$1,6 bilhão somando 13,6 bilhões.

Planejamento com visão integrada: construção do Plano Nacional de Logística Integrada (PNLI).

Diferenciais do PNLI.

Programa de aceleração do crescimento (PAC).

Transporte rodoviário. Rodovias em manutenção. Em 2004, tínhamos 17% no índice: bom, chegamos, em 2014, com 60%. Agora, as testemunhas são vocês, os Senadores que acompanham o dia a dia nos seus Estados.

Manutenção de rodovia. Em 2015, estávamos com 66% de bom. Espero chegar, em 2018, a 84%.

Obras em andamento. Na Região Norte, tenho dez obras em andamento. Espero continuar com essas obras ainda este ano. Posso citar como exemplo: em Rondônia, a 364, a duplicação na travessia de Porto Velho; em Roraima, em Novo Paraíso, a 432; no Amapá, a 156; no Pará, a 155, Adequação; e no Tocantins, em homenagem ao Vicentinho, a construção do Taguatinga e Peixe e a 153 na ponte sobre o Rio Araguaia.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Não. Eu tenho aqui hoje as obras em andamento.

Na Região Nordeste eu tenho 20 obras em andamento e 4 a iniciar.

No Centro-Oeste eu tenho 6 obras em andamento. No Mato Grosso eu tenho a BR-158 em construção; a BR-163 e a 364, que é a duplicação de Rondonópolis e Cuiabá – aí em homenagem ao Wellington e ao Blairo, dois Senadores do mesmo Partido e da mesma Região, isso é inédito...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Tem três.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Mais um? Os três são de Rondonópolis?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT. *Fora do microfone*.) – É inédito porque eles se elegem em épocas diferentes, não é?

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Em épocas diferentes.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – E tem o maestro, que é o Blairo, não é?

Temos, em Goiás, Uruaçu e Luiz Alves, também em obras.

Na Região Sudeste, temos 12 obras em andamento e 4 a iniciar.

No Sul, 16 obras em andamento e 3 a iniciar.

No ano de 2015, esperamos fazer manutenção em 52,2 mil km, uma adequação de capacidade de 38, construção e pavimentação de 254...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Não, não, isso são resultado das minhas anotações.

E uma duplicação de 25. O investimento total de R$13 bilhões.

Próximo, por favor.

Essa é uma visão integrada para estruturação de corredores rodoviários. Fazemos todo o litoral, vindo de Natal até o Rio Grande do Sul. O vermelho são obras em andamento; o verde são concessões existentes, pista dupla com duas faixas; e o amarelo são as pistas simples que temos, vindo de Natal ao Rio Grande do Sul. Esta é uma visão integrada Presidente para a estrutura de corredores rodoviários do eixo agronegócio. Aí, se tiver que discutir, deixo para o Blairo, para o Wellington, para o Moka.

Transporte ferroviário:

A malha ferroviária brasileira tem 28,2 mil km concedidos.

Aqui, no mapa, estão as empresas: Valec, ALL, Estrada de Ferro Paraná Oeste e assim por diante, como podemos ver no mapa.

Ferrovias de projetos estruturais. O azul é o concluído e o verde são obras em andamento.

Transporte hidroviário.

Principais Ações Hidroviárias em Andamento:

Manutenção hidroviária em 6mil km: dragagem, sinalização e balizamento nas hidrovias do Amazonas, Madeira, São Francisco, Paraguai,Paraná e Mercosul

Aqui são os terminais hidroviários na Região Norte.

Agora, vamos para o Programa de Investimentos em Logística (PIL).

Vou pular as concessões rodoviárias e as concessões ferroviárias porque vou passar ao Daniel, que fará a exposição.

Medidas institucionais. De que precisamos?

– Consolidação da gestão por resultados;
– ampliação do nível; consolidação de carteira; aperfeiçoamento dos marcos regulatórios;
– aprimoramento das ações de licenciamento ambiental – é o que dá o grande trabalho;
– maior participação da iniciativa privada;
– e otimização da matriz de transportes.

Quero agradecer. Estou à disposição. Antes de o Daniel fazer a exposição, temos três problemas nas atuais concessões: a Via Bahia

O Jorge, depois, se precisar, pode dar alguma alternativa.

Na Via Bahia, estamos com um problema com a concessionária, que não está cumprindo. Eu já tomei todas as providências necessárias. Nós devemos preparar um TAC já para o início do mês de junho para ver o que podemos fazer.

A concessionária Rio-Teresópolis, há dois ou três anos, não abriu pedágio. Eu vou ter que ou aportar o recurso, ou prorrogar o contrato. Mas isso é uma coisa do passado; é coisa de dois anos atrás, que não abriu pedágio.

O problema mais sério que eu tenho é a 153 (Tocantins-Goiás). O que aconteceu? A Galvão, a concessionária, já aportou R$200 milhões e aguarda um financiamento de R$400 milhões do BNDES, que estava programado. Não preciso dizer a todos aqui que ela está envolvida na Operação Lava Jato, tendo sido cortado o referido financiamento. Então, nós estamos conversando no BNDES – temos uma reunião no BNDES no dia 30, não é, Jorge? – para vermos em que situação ficamos.

Eu gostaria, agora, que o Daniel passasse às concessões.

O Daniel é o nosso Secretário de Fomento

O SR. DANIEL SIGELMANN – Bom dia a todos os Senadores; bom dia, Ministro, demais presentes, colegas.

Pode passar ao próximo eslaide, por favor.

Aqui é só para termos uma visão da malha concedida.

Nos últimos dois anos, dobrou a malha federal que está sob gestão do setor privado, passando de cinco para 10 mil quilômetros. Nós temos, atualmente, 21 trechos sob gestão privada e fizemos, nos últimos quatro anos, oito concessões, uma das quais foi uma renovação. Pela primeira vez, no Brasil, nós fizemos a renovação de uma concessão, que foi a da Ponte Rio-Niterói, com um leilão recente, em março, de muito sucesso.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Daniel, seria bom você dar os dados sobre qual será o investimento na Rio-Niterói e quanto era o pedágio e quanto passou a ser. Acho que foi o maior sucesso do Ministério dos Transportes nessa primeira renovação de concessão.

O SR. DANIEL SIGELMANN – Para a Ponte Rio-Niterói, está previsto R$1,3 bilhão a ser investido durante o período do contrato, do qual R$800 milhões nos primeiros cinco anos, quando se terá obras de ampliação de capacidade. O pedágio estava em R$5,20 e, com o reajuste que haveria em maio, pelo IPCA, passaria a R$5,70. Com o leilão, ele caiu para R$3,70. Então, houve uma economia expressiva na tarifa, no custo de pedágio para o usuário, além de investimentos importantes.

Os outros trechos concedidos pelo PIL também preveem investimentos muito relevantes. A duplicação de toda a malha que foi concedida, de quase cinco mil quilômetros. O concessionário tem 3,4 mil quilômetros para fazer a duplicação, As cinco concessões que foram feitas em 2013 já estão em obras. As concessionárias entraram num tempo recorde, entre dois e cinco meses depois de assinarem o contrato e entrarem na rodovia, e as obras estão se desenvolvendo numa velocidade muito boa.

O processo de licenciamento que o Ministro citou também tem ocorrido muito bem no caso das concessões. Algumas delas já tem LI – Licença de Instalação e as outras estão no processo de obtenção dessa licença.

Então, a partir desse desempenho, nós, já em 2014, lançamos a PMI para cinco novos trechos. Um já maturou, que foi a Ponte Rio-Niterói; os outros quatro estão em andamento, os estudos estão sendo produzidos. Assim, a gente poderá ter novas licitações ao longo deste ano.

No caso da ferrovia, o primeiro gráfico mostra como se tem uma evolução do investimento feito pelas concessionárias.

Passa, por favor para o segundo eslaide.

Mostra algumas obras importantes que estão sendo feitas no Brasil neste momento, como a duplicação de Carajás. O Ministro já citou a Transnordestina, que está em franca obra no Piauí, no trecho do Ceará.

Nós temos a duplicação de Campinas/Santos, que também vai agregar muita capacidade do sistema em conclusão agora no próximo mês.

Há um conjunto de investimentos importantes já em andamento, além da Norte/Sul da Valec também citada. Serão complementados por outros investimentos que estão na fase de estudos, a maior parte através da PMIs, o processo de manifestação de interesse. O próprio setor privado está estudando e, na medida em que o estudo vai ficando pronto, a gente tem condições de avançar no processo de licitação.

Acho que era isso. Obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Eu e a minha equipe estamos às ordens.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Bem, nós vamos conceder a palavra ao Senador Wellington Fagundes, que foi o autor do requerimento. Depois, de acordo com o andamento dos trabalhos, vamos ter que, talvez, dependendo desse andamento, marcar um tempo. Por ora, estou achando...

Porque só tem dois Senadores inscritos aqui.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Nós costumamos, em algumas Comissões, marcar pelo horário de chegada. É o mais democrático, eu acho.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – É? É uma maratona.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Havia uma Comissão aqui em que era por ordem alfabética. Aí, um dia, eu falei: meu nome é Waldemir, mas vocês podem me chamar de Abigail. (*Risos.*)

Então, eu queria me inscrever, Presidente. Vou à Comissão de Assuntos Sociais, V. Exª sabe que aqui eu sou membro suplente, mas não poderia deixar de vir para prestigiar o Senador Antonio Carlos, um amigo, e o Jorge Luiz. Era muito importante. Se V. Exª puder me inscrever, eu faria um pequeno comentário.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Antes de passar ao Senador Wellington Fagundes, gostaria de esclarecer que estou à disposição. Gostaria de marcar já uma nova reunião assim que eu souber o que tenho de investimentos. Então, vão ser muito difíceis as minhas respostas porque eu não sei quanto eu tenho no bolso, eu não sei quanto eu posso gastar.

A grande preocupação nossa hoje é ter recursos para manutenção. Eu estava falando com o Blairo lá na antessala e ele falou que vai jantar com o Levy hoje à noite. E eu disse que ele peça ao Ministro socorro para os transportes.

As minhas respostas vão ser muito complicadas por eu não saber o que vou ter. Eu nunca esperava chegar ao início de maio sem saber o que tenho de recursos.

É notório para todos que, ontem, recebi o recurso... Estou acabando de pagar ainda dezembro e iniciando janeiro. Então, vai haver várias reclamações dos senhores sobre paralisação de obras. Parou, sim! Eu não vim aqui, não há cortina de fumaça, eu não posso esconder o que está acontecendo no Ministério. Tudo que aconteceu e que está acontecendo no Brasil afetou muito o meu setor de transporte. Por quê? As grandes empresas estão na Lava Jato, as que tinham suporte para aguentar a fase de atraso de pagamentos. E as pequenas não têm.

Tenho recebido, junto com o DNIT e a Valec – se vocês pegarem a minha agenda –, vários empreiteiros, que perguntam quando vamos pagá-los e o que vai ser pago. Estou aguardando, vou me reunir com Valec, DNIT e a ANTT; na hora em que souber o que eu tenho, vou fazer um cronograma com as empresas e saber como vou tocar as obras.

Assusta receber um telefonema falando: "Ou você me paga hoje – e eu não tenho – ou vai parar a obra tal."

Os telefonemas que recebo e as visitas que estou recebendo nesse período de quatro meses são apenas de reclamação por falta de dinheiro e falta de estabilidade, e não sabendo o que vou ter pela frente.

Era isso que eu queria esclarecer, respondendo antecipadamente...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Acabou a audiência então, Ministro?

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Não acabou. Ô Blairo, não adianta. Eu estou à disposição. Nós podemos fazer até por módulo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Mas isso não nos impede de pedir, não?

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Não, não. Nós podemos fazer por módulos, Presidente. Estou à disposição, na hora que eu souber, para vir apresentar aqui. O que eu vou ter: olha, eu vou ter X de recursos, as prioridades que demos são Y, Z e X. Por exemplo – não há ninguém de Santa Catarina aqui –, faltam 5% para eu terminar a ponte de Laguna. É um negócio incrível! Faltam 5%. Mas a ordem é cronológica, temos que obedecer à lei. Tenho que esperar para dar um recurso mínimo, para eles darem continuidade. Quatro meses brigando. Ontem...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Chegou Santa Catarina.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Chegou Santa Catarina. Foi só falar de Santa Catarina, e você chegou.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Estou falando exatamente isso, da Ponte de Laguna. Ontem, eu aportei um pequeno saldo, porque eu tinha 50% do que estávamos devendo, para dar continuidade. Devemos inaugurar a ponte de Laguna no início de julho.

Mário, presta atenção aqui, senão vocês fazem duas reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Wellington. Não vá apertar o Ministro.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Inicialmente, gostaria de saudar aqui o nosso Ministro, que tem sido não só competente como também incrível. Agora há pouco, conversava com uma jornalista, e ela me dizia não só da simpatia, do carisma do Ministro e companheiro Senador Garibaldi, Presidente, mas eu dizia para ela da energia. Ele consegue estar até tarde da noite nas reuniões e, de madrugada, já está aqui a convocar todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Só quando tem reunião desta Comissão.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Eu quero cumprimentar o nosso Ministro dos Transportes, e até com muita honra, mas também com a responsabilidade de ser do nosso Partido, o PR. Nós o convidamos aqui, Ministro, para buscarmos apoiar, claro, o Ministério. O senhor já coloca uma si-

tuação, e eu acho que já podíamos sair agora, Ministro, em caravana para o Ministério da Fazenda. Acho que poderíamos programar aqui...

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Mas tem um jantar hoje, na casa do Blairo. É mais fácil.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Podemos, então, transferir a caravana daqui, para ir para lá hoje à noite.

Quero cumprimentar o Dr. Jorge Luiz Bastos, que agora assumiu a Diretoria-Geral da ANTT, ele que estava lá na interinidade. Estivemos na posse, muito prestigiada. Claro que, com a sua nomeação definitiva, temos expectativas maiores com o melhor funcionamento, o aprimoramento da Agência Nacional de Transportes. Isso permite mais planejamento, com certeza.

Queremos cumprimentar os outros companheiros da Mesa, o André Luiz, o Davi, e também o Tribunal de Contas, que está meio virado aí; o Valter presente.

Bom, Ministro, o senhor já colocou que, realmente, não há como hoje falar do que pode ser feito de planejamento e pagamento. Lembro-me de que, no primeiro ano do Presidente Lula, a situação era mais ou menos parecida. O Ministério devia R$1,7 bilhão, as nossas estradas brasileiras, todas, eram esburacadas. Coube também ao nosso Partido, o PR, àquela época, assumir o Ministério dos Transportes. Eu me lembro muito das matérias que saíam, em rede nacional, na imprensa, sobre a Operação Tapa-buraco. E operação desmoralização também, claro, do Ministério, porque você tapa buraco, vem a chuva, e aquilo é dinheiro desperdiçado.

Para a população, claro, isso causa perplexidade muito grande. Nós estamos vivendo um momento – como o senhor fala – da crise, então, os recursos são poucos. O Brasil vem com uma falta de planejamento, há muito tempo, em todas as áreas, mas, no caso da área de transportes, isso é mais preocupante ainda, porque, se não se planeja a médio e longo prazo, dificilmente se consegue fazer com que essa malha tenha uma condição ideal de trafegabilidade.

Hoje, estamos em um momento – o senhor ainda está assumindo o Ministério –, em que a malha, como o senhor colocou, está relativamente, vamos dizer, razoável. O nosso País é rodoviário, então, o maior volume de transportes hoje se dá nas nossas rodovias. Nós temos uma condição de rodovias extremamente estranguladas, onde o volume de carretas concorrendo com veículos pequenos de passeio é muito grande. Aí temos um problema mais sério ainda que é o número de acidentes no Brasil. Eu sempre digo que, com vidas, não podemos brincar, e hoje temos no País um volume de acidentes com mortes muito grande, com danos materiais e impacto social. Na área da saúde, muito se gasta, diretamente, com os acidentes que ocorrem.

Então, penso que temos um trabalho a ser feito não só pelo Ministério dos Transportes. É preciso um convencimento da equipe econômica: como, em época de crise, vamos priorizar os recursos? Penso que, na área social, temos que mostrar o valor e a importância disso. Temos que mostrar também a questão social do desenvolvimento do País, porque, se não investirmos na infraestrutura e não tivermos um planejamento de curto prazo, vamos voltar à época do tapa-buraco, e teremos muito mais acidentes e dificuldades.

Gostaria de falar de todo o Brasil, mas acho que compete mais ao Ministro fazê-lo. Como Presidente da Frente Parlamentar de Logística, temos conversado muito sobre todas as dificuldades, a exemplo dos portos. Estivemos com a Presidente na inauguração do Porto do Futuro, no Rio de Janeiro, uma coisa maravilhosa. É o caminho que temos que buscar: a questão das concessões. Lá vemos uma concessão que deu muito certo, onde foi investido R$1,8 bilhão. A iniciativa privada investiu R$1 bilhão, e hoje nós temos o porto mais moderno na área de logística de contêiner.

Então, primeiro, precisamos buscar essas parcerias. O Brasil vinha em uma linha de concessão que tinha recurso próprio do País participando nessas concessões. A pergunta, de forma bem clara, é: como hoje há a decisão da equipe econômica com o Ministério em função das novas concessões, vamos ter novas concessões, realmente, no curto prazo? Porque, a nosso ver, este é um grande caminho que precisa ser trabalhado: concessões na área de estradas, ferrovias, portos.

E a celeridade disso? Quero falar do caso do Mato Grosso – do Centro-Oeste, de um modo geral –, pois, para cada quilômetro de estrada que se constrói, a resposta, para o Brasil, é muito rápida. A produção incrementa de forma muito rápida. O retorno para o investidor e o retorno para o País também vêm muito rápido.

O senhor falou sobre a questão da 158, no Araguaia. O Mato Grosso tem condição de produzir tudo o que se produz no Brasil, hoje, na área agropecuária, no agronegócio. Só a região do Araguaia tem condição de produzir tudo o que o Mato Grosso produz, sem nenhum impacto na questão ambiental! É só construir a estrada. É só viabilizar a ferrovia, no caso, a FICO, que foi tão falada. Para nós, da Região Centro-Oeste, é extremamente importante. Então, por que tanta demora nessas concessões? É a modelagem? Acho que essa é uma explicação que poderia ser melhor colocada aqui.

Falando do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, temos a concessão da BR-163, uma estrada troncal extremamente importante para o Centro-Oeste e para o Brasil inteiro. A concessão, no Mato Grosso do Sul, vai

da divisa do Mato Grosso até o Paraná, e, no Mato Grosso, vai da divisa do Mato Grosso até a cidade de Sino. Só que, enquanto no Mato Grosso do Sul toda a concessão é de responsabilidade da concessionária, no Mato Grosso, metade do trecho é de responsabilidade da concessionária.

Ou seja, da divisa de Mato Grosso do Sul a Rondonópolis; de Rondonópolis a Posto Gil, a responsabilidade é do DNIT. De Posto Gil a Sinop, a responsabilidade é da concessionária.

O que está acontecendo hoje? A concessionária está fazendo a sua parte, e as obras do Ministério dos Transportes estão parando. Está no mapa que o trecho de Rondonópolis a Jaciara está parado; de Cuiabá a Serra de São Vicente está parado. Quanto ao trecho de Jaciara a Serra de São Vicente, a empresa está já nas últimas. O trecho de Cuiabá a Rosário está em licitação. Há um trecho concluído, de Rosário a Posto Gil, que tem um problema sério, que é a Serra da Caixa Furada. É um problema de geologia que teve um impacto muito grande, e que pode, inclusive, interromper todo o trânsito na Região Amazônica, porque passa, necessariamente, por esse trecho.

Então, como é que vai ficar essa questão da concessão? A concessionária está fazendo a sua parte, construindo as praças de pedágio. Daqui a pouco, virá a necessidade da cobrança, com um trecho, que é de responsabilidade do Ministério, em condições precárias. Como vamos fazer? A população, claro, não vai aceitar pagar o pedágio. Não pagando o pedágio, vem mais uma complicação em relação à concessionária, porque ela não vai cumprir os seus compromissos.

Quanto tempo nós temos ainda, Sr. Presidente?

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Deixe-me dar um aparte, pela oportunidade, para falar da 163.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Ministro, antes de o senhor fazer a sua colocação, quero dizer que este é o momento de trabalhar na Região Centro-Oeste e Amazônica. Se perdermos um mês, dois meses nesse período, perdemos o ano. Se uma empresa para agora, como parou, até ela voltar a trabalhar, para mobilizar de novo, ela vai perder mais um mês, dois meses, e acabou o ano. Então, é um ano perdido.

E temos outro problema, Sr. Ministro. Nesse aspecto, lá naquela região, também os prefeitos estão apavorados. Havia naquele trecho entre Rondonópolis e Jaciara mais de mil pessoas trabalhando. Nesse trecho, a cidade de São Pedro Da Cipa é a menor cidade, e o canteiro de obras está lá. As pessoas foram para lá trabalhar. Com a demissão, agrava-se o problema social. Os prefeitos estão tendo de dar cesta básica porque os trabalhadores foram para lá e estão na expectativa de voltar. Eles não querem sair. E aí, Senador Moka, começa o problema social. Com o trabalhador desempregado, a prefeitura tem que arcar com toda a responsabilidade.

Ministro, o senhor queria fazer um aparte; da minha parte não tem problema. O Presidente é quem define.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Ele é Senador.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Sim.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Eu gostaria de fazer uma proposta antes de o Ministro falar. Na sequência do que o Senador está falando, vou fazer as minhas perguntas. Como é a mesma região, é o mesmo interesse, se eu pudesse, logo depois do Senador Wellington, fazer as minhas colocações e o Ministro responder...

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Lógico, lógico.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Porque estamos falando das mesmas coisas. Então, para não ser repetitivo para V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Então, nós vamos fazer por bancada, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Por bancada e por partido.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Acho que por região fica até interessante.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Acho que até por região, porque aqui eu poderia estar falando no Brasil inteiro,

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – O Moka é Parlamentar e ele tem mais propriedade para defender a sua região.

Para complementar, ainda, temos esse problema. Temos que saber como ficará a questão da relação da concessionária com a sociedade e, também, do Ministério no compromisso que tem a ANTT no contrato que foi feito.

Tenho visitado diuturnamente a ANTT. O Presidente sabe dos problemas: a travessia urbana de Rondonópolis, as travessias de Sinop, Nova Mutum, Sorriso, mas aqui não vamos falar no detalhe. São também obras

importantes porque cada travessia urbana é um ponto crítico. O ponto crítico é o local de maior volume de acidentes. E aí, claro, há um impacto também social nesse aspecto.

Não sei se o Ministro poderia também abordar a questão dos pontos críticos das travessias urbanas, não só no caso da concessionária. Houve momento, no Ministério, em que você ia falar de uma travessia urbana e diziam: "ah! Isso é obra paroquial", como um conceito de que o Parlamentar estava defendendo um interesse muito localizado, mas, na verdade, toda a travessia urbana é um ponto crítico, é um problema maior.

Além disso, Ministro, gostaríamos também de questionar aqui os critérios de pagamento num momento de crise, porque, até agora, o Ministério paga na fila. Como vocês vão fazer agora com pouco recurso, vocês vão ter condições de priorizar as obras mais necessárias?

E sobre isso o senhor poderia, inclusive, talvez fazer alguma consideração sobre a questão da legislação. É permitido ao Ministro, ele terá essa faculdade de poder priorizar as obras, digamos, mais críticas, mais necessária?

E, ainda complementando, no Mato Grosso, como nós falamos aqui, sobre a BR-242, o senhor colocou ali, é fundamental, estão paradas também as obras, principalmente obras que estavam em andamento. A BR-158, como já disse, a BR-174, lá no Norte, ainda é um convênio com o Governo do Estado, a obra não começou efetivamente. Mas um ponto crítico temos no Mato Grosso, e o maior ponto crítico é o contorno rodoviário de Barra do Garças. Barra do Garças está na divisa de Mato Grosso com Goiás, e são três cidades: Barra do Garças, Pontal do Araguaia e Aragarças. E, por esse trecho, passa no centro das três cidades a principal avenida, que é a BR-158, a BR-070 e a MT-100.

Então, é um local em que começou a obra e também parou a obra do contorno. São duas pontes, uma sobre o Rio Garça e outra sobre o Rio Araguaia. E essa é uma expectativa, uma obra que começou, Ministro, há 16 anos – 16 anos!

E, nas pontes que existem hoje, já tivemos problemas, quase caindo. E o Ministério teve que emergencialmente, no passado, gastar o recurso que seria necessário e suficiente para fazer o contorno. Então, essa é a história do planejamento: sobrecarrega-se a existente, que é a antiga, não é feita a obra nova e, daqui a pouco, vão cair novamente aquelas pontes existentes.

Em função do tempo aqui, em que também todos têm que falar, Presidente, não vou abusar do meu tempo de requerimento. O Senador Blairo Maggi vai complementar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Como o ilustre Senador vai complementar, não vai deixar nada para os outros.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – E o Senador Blairo vai complementar, porque aqui há aspectos importantes que não falei. Talvez o Senador Blairo queira abordar a questão da greve dos caminhoneiros, não sei se tem a ver com o impacto diretamente. Então, vou aqui agradecer inicialmente e, claro, depois outras perguntas poderão vir.

Mas, Ministro, foi bom o senhor começar a reunião falando sobre as dificuldades financeiras e dizendo que não é responsabilidade do Ministério dos Transportes, porque quem vai priorizar e vai definir os recursos é a Fazenda. Acredito que esta Comissão, Presidente, terá o papel de ajudar também o Ministro a pressionar, porque não há Ministro competente sem recursos; não há, não há principalmente nessa questão da infraestrutura. Ela não é feita com conversa, você tem que fazê-la efetivamente é com o trabalho.

Por isso, Ministro, o objeto dessa nossa reunião, principalmente o meu e o do Senador Blairo, enfim, o de todos os componentes, é que o senhor mostre verdadeiramente, da mesma forma como o senhor começou a reunião, as suas angústias, para que possamos, inclusive, ajudar a área de infraestrutura, que é fundamental para o Brasil. Penso que, em momento de crise, principalmente a questão da infraestrutura não só gera emprego, mas gera também, direta e indiretamente, a oportunidade de desenvolvimento e de geração de riqueza, para que a gente possa cumprir os nossos compromissos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – O Ministro quer responder logo ou fazer...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Não, o Blairo, porque aí fechamos o Mato Grosso. Não é melhor, Blairo?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Sim, a bancada do Mato Grosso.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Presidente, combinei com o Senador Blairo Maggi e até disse ao Ministro que vim mais em função de que acho importante e vou ser muito objetivo. Diante do que o Ministro falou, poderia aqui colocar as prioridades do Mato Grosso do Sul – ele as conhece a 419, a Sul Fronteira – mas o Governo está falando, como o Ministro colocou, em ajuste fiscal. Acho que, paralelamente ao ajuste fiscal, há que se começar a falar – e a Presidente já reuniu – em investimento, porque é isso que vai fazer

com que possamos estabelecer. Precisamos fazer ajuste fiscal, mas, ao mesmo tempo, fazer os investimentos. E aí acho que eu reforçaria o que já foi dito pelo Senador Wellington Fagundes:

Qual a grande ajuda desta Comissão, e de V. Exª, principalmente? Como fazer com que, na discussão desse ajuste fiscal, mostremos a necessidade de se priorizar, orçamentariamente e financeiramente, o Ministério de Infraestrutura, que é o Ministério dos Transporte? Porque, sem esses recursos, não há como fazer com que essas obras paralisadas ou as em andamento possam ser concluídas.

Então, objetivamente desejo sucesso.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Muito obrigado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – V. Exª sabe que, nesta Casa, tem um monte de amigos, de companheiros, mas, hoje, na função de Ministro, é claro que a responsabilidade de V. Exª é grande, e queremos ajudá-lo. Queremos cobrar, mas, diante da fala de V. Exª, digo que seria importante, na discussão, Senador Garibaldi, esta Comissão colocar como prioridade o investimento, sobretudo nessa área de infraestrutura, especialmente na continuidade dessas obras.

Só diria uma coisa, para concluir e agradecer. A BR-163, graças a Deus, está em continuidade; na parte do Mato Grosso do Sul, conforme já falou o Senador Wellington, o setor privado está tocando. Mas, quanto a esta discussão sobre quando passa uma duplicação na parte urbana, e lá são mais de 20 Municípios, é preciso que haja a discussão do acesso com esses prefeitos, porque, senão, fica muito difícil para uma prefeitura, às vezes, pequena e modesta ter que arcar com uma obra que vai facilitar o acesso da entrada nessas cidades. Quer dizer, essa é uma questão que, talvez, especificamente numa audiência pública, ou mesmo numa reunião com o Ministério, Dr. Jorge, e talvez na ANTT, precise ser discutida com a empresa que está fazendo essa duplicação.

Então, desejo sucesso e peço desculpas, porque vou para outra Comissão; V. Exª, Sr. Presidente, sabe, em que tenho que relatar uma matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Waldemir Moka.

E peço a compreensão do Senador Acir Gurgacz, para conceder a palavra ao Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Presidente Garibaldi Alves.

Gostaria também de cumprimentar o nosso colega e Ministro Antonio Carlos Rodrigues – seja bem-vindo a sua Casa! Também queria cumprimentar o Sr. Valter Casimiro Silveira, que é Diretor-Geral do DNIT; o Sr. Jorge Luiz Macedo Bastos, Diretor da ANTT; o Sr. André Luiz da Silva Vital, Secretário de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária do TCU; e também o Sr. Davi Ferreira Gomes Barreto, Secretário de Fiscalização de Infraestrutura Portuária, Hídrica e Ferroviária do TCU.

Ministro e demais colegas Senadores e Senadoras, fiz questão de falar logo depois do Senador Wellington, porque, realmente, estamos discutindo as mesmas coisas. E tudo o que o Senador Wellington colocou aqui, a gente assina em baixo sem ter o que colocar e o que tirar. Mas queria fazer algumas ponderações, também, sobre as mesmas obras. E uma das coisas que o Senador Wellington não colocou aqui, que é importante e sobre a qual eu conversei com o Ministro, é a questão da BR-163, no Norte, lá dentro do Pará, quer dizer, já estou falando de região fora de Mato Grosso, porque refere-se àquela rodovia que liga à Miritituba, em que há um novo corredor portuário, e ali faltam 120km, se não me engano.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – São 164! Piorou, então. (*Risos.*)

E parece que nem construtora existe lá. Deu desertos uma vez. Enfim, sei que há uma confusão bastante grande, é preciso licitar isso.

Então, estamos falando em licitar uma obra este ano e falando em começar a obra praticamente ano que vem. Estamos falando em terminar uma obra em quase dois, três anos para a frente, e alguma coisa já deveria estar pronta, e não está. Assim, este é um ponto de atenção, porque os investimentos naquela região, na outra parte da infraestrutura portuária e também de barcaças, é bastante grande, o que vai gerar um prejuízo muito grande para todos os investidores naquela região, uma vez que não há carga suficiente, porque a rodovia não permite que se chegue lá com velocidade e com carga – a estrada de chão de 160km vira uma tristeza, é atoleiro a todo momento.

Então, esse é um ponto para o qual eu gostaria de chamar atenção. Volto para Mato Grosso, na questão da duplicação entre Cuiabá-Rondonópolis-Posto Gil, enfim, toda BR 163 no tramo de Rondonópolis. V. Exª sabe que metade daquele trecho de 800km, o Governo Federal, por meio do DNIT, deve entregá-lo pronto para a concessionária para que ela o explore. Então, ele faz 400km, aproximadamente, e o Governo entrega os outros 400km. O que acontece é que a parte privada – eu fui visitá-la na semana passada – é uma coisa assim de encher de orgulho os olhos das pessoas que vão lá, que vão a uma obra daquela. São em torno de mil máquinas

trabalhando. A Odebrecht está lá... A concessionária se chama Rota do Oeste. Dizem que são, aproximadamente, dois mil homens trabalhando em um trecho de 100km. Eu visitei todos os 100km.

Senador Acir, é emocionante! Máquinas para todo o lado, você vê a obra saindo, e dizem que vão entregar a obra até final do ano. Quer dizer, 100km de duplicação em pouco mais de 12 meses. Estão trabalhando em 30km no ano passado. Então, é esse o modelo que queremos. É isto o que a população espera: que uma obra comece e termine.

Mas, quando a gente vem ao setor público, que é de Cuiabá-Rondonópolis-Posto Gil, é uma paradeira que é um desânimo. Quer dizer, não há condições de continuar da forma como está, conforme o Senador Wellington já colocou. As empresas que ali estão têm hoje enorme dificuldade para tocar a obra. Não só daqui para frente, não! Não podem dizer: olha, vocês vão trabalhar e receber daqui a dois ou três meses. Não! Elas trabalharam e não receberam dois, três ou quatro meses para trás! Então, o problema social e o problema empresarial é muito grande.

Sobre esse aspecto que tenho feito alguns pronunciamentos no Senado, colocando que o Ministro Levy erra na mão quando quer fazer um ajuste fiscal. E eu não discuto a necessidade de fazê-lo, acho que assim deve ser feito, senão o preço a ser pago no futuro será maior. Mas fazer sobre os projetos que temos pela frente... Vocês têm de escolher o que podem lançar, o que não podem lançar, o que tem dinheiro o que não tem dinheiro... Mas não pagar os fornecedores que fizeram os serviços para trás, Ministro, para mim só tem um nome: calote! Não há condições... O Governo autorizou, o Governo deixou fazer, mediu, processou e, na hora de pagar, falar que não tem dinheiro, porque o Ministro da Fazenda está fazendo um superávit primário com o dinheiro do passado, com o dinheiro das pessoas que são fornecedoras do restaurante, o borracheiro, quem vendeu o diesel, quem vendeu a pedra, quem construiu? Acho esse tipo de coisa muito ruim. Sei do empenho que V. Exª está fazendo para cumprir, está esperando, agora, mais R$700 milhões ou R$800 milhões do Tesouro para pagar... Aí tem de entrar na lista, conforme a lei manda. Então, projetos prioritários têm a mesma dinâmica do que não é prioridade para a sociedade, e as coisas ficam muito complicadas.

Então, gostaria de dizer que nossa situação em Mato Grosso, como os demais, mas falo pelo meu Estado, é lamentável. Ministro, politicamente, diferente de muitos colegas que não apoiaram a Presidente Dilma... Eu apoiei a Presidente Dilma: fui a palanques, pedi votos. E fiz meu apoio à Presidente em nome dos meus projetos, dos projetos do Estado de Mato Grosso que estavam lá para sair, que estavam saindo... Quer dizer, assim como muita gente diz que se sente enganado por isso ou aquilo, eu também me sinto enganado. Eu fui contra... Aliás, nós perdemos a eleição em Mato Grosso. Eu fui contra a maioria do povo de Mato Grosso que não queria mais a continuidade deste Governo. Mas, em função dos projetos de Mato Grosso, eu fui lá defender e dizer que era o melhor que tinha para o Estado. Hoje, vejo que eu estava errado. Vejo que aqueles que foram contra mim estavam certos. Então, eu tenho todo o direito... Aliás, nem é só direito; aliás, eu tenho a obrigação de reclamar e dizer: "Cadê o dinheiro que estava aqui?", como diz aquele programa. Onde estava o dinheiro programado para essas obras?

Nessa rodovia de Cuiabá-Rondonópolis, todo dia a gente perde um amigo, dois amigos. É uma carnificina. É um negócio impressionante! São 200km e gastam-se seis horas, sete horas para fazer uma viagem desse tamanho. Nós chegamos à exaustão. Não há mais o que fazer.. Não há mais o que fazer!

Mas eu teria uma solução – uma solução, não; uma sugestão a fazer, já que temos dois técnicos do TCU: o trecho da duplicação de Mato Grosso do Sul pega lá na divisa, em Guaíra, e vem até à divisa de Mato Grosso, que também está em torno de 800km, todo ele foi concessionado. Todo ele é privado, vamos chamá-lo assim. E a velocidade de implantação dizem ser muito grande. Inclusive, empresas de Mato Grosso, empreiteiras que ficaram sem trabalho, porque o Estado também parou e a União parou, estão trabalhando lá em Mato Grosso do Sul. Acho que é CCR, se não me engano, a concessionária lá. E as coisas estão andando.

E, na parte de Mato Grosso, como falei, é metade e metade: metade é público e metade é privado. Nós tínhamos de fechar uma forma e entregar tudo isso à iniciativa privada de uma vez só. E cabe, Ministro, cabe porque o pedágio de Mato Grosso do Sul foi feito sobre 800km. Então, o pedágio nos 800km de Mato Grosso do Sul é diferente do pedágio de Mato Grosso. O nosso é mais barato, e o de Mato Grosso do Sul é mais caro. Então, cabe um estudo para ver se, nessa diferença, de pedágio que existe, a concessionária de Mato Grosso possa pegar todos os 800km para resolver isso em um tempo mais curto.

Eu sei que aí entra TCU e entra toda nossa burocracia, e a gente vai se perder nessa discussão. Mas eu gostaria de deixar o seguinte: na crise, temos de buscar algumas soluções. E as soluções na crise passam por criatividade, passam por abrir mão, muitas vezes, de algumas coisas. Não dá para cumprir tudo, tudo, tudo o que se faria em um período normal.

Então, Ministro, fica aqui meu pleito, até um desabafo. Sei que o senhor não pode priorizar, porque existe uma lista; mas, mesmo assim, se tiver alguma oportunidade de pagar essas empresas que estão nesse trecho,

até em detrimento das outras – sei que vou aqui falar uma coisa que não é correta, mas em detrimento das outras –, e isso seria uma forma de fazer justiça, justiça mesmo, social e econômica, com esse trecho do Estado de Mato Grosso. Como disse, todos os dias a gente perde pessoas amigas, conhecidas e gastamos seis horas, sete horas para fazer 200km de rodovia.

Ministro, no mais, seja bem-vindo aqui. Seja bem-vindo, está em sua Casa. O senhor já nos desarmou, de saída, porque não tem dinheiro, não é? A gente sabe disso! Infelizmente, o Brasil está de joelhos. O Brasil está de joelhos! O Brasil está como alguém que quebrou e ainda tem a esperança de que o banqueiro dê crédito se ele cumprir algumas coisas até final do ano. E assim está o Brasil: se cumprirmos tudo o que está aí, a gente passa para o ano que vem; se não cumprir, aí será outra história. Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Obrigado, Blairo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra o Ministro Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Bom. O primeiro item que quero falar é que não posso desrespeitar a Constituição e tenho de pagar na fila. Eu estava citando a Ponte de Laguna. Eu precisava de R$25 milhões, pois faltam 5% para terminar. Só que, na ordem cronológica, eu precisava de R$400 milhões. Então, chegaram-me R$300 milhões, e eu não podia pagar a ponte para dar continuidade.

Eu pedi para nosso Jurídico estudar, mas não sei se vai ter essa alternativa Eu cheguei como Secretário e fiz, em São Paulo, uma redistribuição em uma regra de três percentual. Então, chegaram-me R$300 milhões – exemplo aleatório: o primeiro da filha são R$300 milhões, e eu tenho mais R$5 milhões que venceram no mesmo dia. Eu não posso pagar! Tenho de pagar os R$300 milhões e, às vezes, deixo de pagar dez de R$30 milhões. Então, fiz uma consulta ao Jurídico se posso fazer esta regra de três: pagar a todos 50%. Isso daria fôlego àquele pequeno para que pudesse andar.

Da 163, estamos com os quatro lotes em licitação; três estão em obra, e temos aquele lote, que vocês sabem melhor do que ninguém, que é o da Serra Furada. Eu tenho aqui as concessões que estão previstas. Eu tenho, na 163, Sinop e Porto de Miriticuba; tenho Rondonópolis e Goiânia; tenho Jataí, de Goiás, e tenho Lapa e Chapecó que são as quatro a que darei prioridade. O que eu estou fazendo? Vou até contar uma coisa engraçada. Eu estava na Fazenda e me falaram: "Faça um corte linear de 25%." Eu disse: "Ah, tudo bem: na hora em que eu chegar a uma ponte, eu construo 75% e ponho uma balsa para eles atravessarem?"

Falei: "É diferente: em infraestrutura e estrada, não dá para se agir dessa maneira."

Então, volto a repetir: eu teria o maior prazer de voltar para esta Casa com dados. Dados do quê? Eu vou ter X de dinheiro, eu vou fazer tal prioridade ou tal prioridade, vou terminar tal obra e tal. Estou à disposição até de fazer por módulos: primeiro fazer o Sul, o Norte, etc. Não adianta eu vir aqui, e amanhã vocês falarem: "Você veio aqui e mentiu para nós?"

O que eu estou fazendo? Com o corpo técnico maravilhoso do Ministério – tanto o DNIT quanto o Valec são técnicos que estão tocando –, tenho toda a estrutura técnica, mas preciso saber dessa minha estrutura técnica o que posso tocar, o que eu posso fazer. Então, volto a repetir: enquanto eu não souber quanto tenho no meu caixa, não posso nem programar as empresas. Várias empresas da 163 vou parar, pois vou lá, olho na cronologia, vejo que devo R$2 bilhões, e me vieram R$300 mil para pagar. Às vezes, 20 ou 30 milhões,,eu não tenho como. Então, o que tem?

O que eu fiz neste Ministério em todo este período? Apaguei incêndio, fui mais bombeiro do que Ministro. E estamos tocando as concessões a todo o vapor. Dediquei-me muito à Rio-Niterói – muito à Rio-Niterói – que chegou a um momento de eu ficar até sem dormir, eu e Jorge, porque era a catimba deles: "Não, não vou entrar." E eu pensava: "Só falta dar deserta." Foi uma pressão terrível para manter. A mesma empresa trabalhou, com todo o respeito a eles e com todo o direito, eles são empresários, para continuar, mas lutamos muito. Chamei todos os empresários, todos os seis que disputaram, conversei com os seis que disputaram para que tivesse sucesso.

Então, o que eu vou centralizar? Já discutimos com o Jorge, com o Giroto e com o Daniel: vou ter que tocar as concessões, e o que eu tiver, tentar fazer as manutenções.

Pois não, Senador?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Ah! Eu pensei que você estava... Desculpe. (*Risos.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – É Mato Grosso e Rondonópolis. Então...

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Mato Grosso e Rondonópolis...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Ele estava na Comissão aqui vizinha, onde, inclusive, há um assunto também importante do Centro-Oeste, e eu falei: "Vai lá, logo, pegar a sua vez." (*Risos.*)

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Então, eu gostaria de passar para o Jorge. O Jorge pode dar alguns detalhes dessas concessões que estão em andamento.

Faça o favor, Jorge.

O SR. JORGE LUIZ MACEDO BASTOS – Obrigado, Ministro.

Eu queria cumprimentar, aqui, o Senador Garibaldi Alves, na pessoa de quem cumprimento todos os Senadores, e o Senador Wellington, que foi o meu mandante. Acho que é muito importante cumprimentar os meus companheiros de Mesa: o Davi, o André e o Valter, que acabou de ser... – saiu hoje publicada a sua indicação para Diretor Geral do DNIT. Parabéns! Ouviu, Valter? Você vai passar por esta Comissão aqui, já, já, para ser sabatinado. Então, parabéns pela sua indicação.

Eu acho muito importante estar neste debate com os senhores. Acho importante a presença do TCU para que ele acompanhe as demandas que têm vindo dos senhores. Eu atendo diariamente, no gabinete, os Senadores do Mato Grosso do Sul com essa agonia da 163, com essa perspectiva da cobrança de pedágio que, já, já, vai acontecer, porque, pelo contrato, assim que a empresa completar 10% da duplicação do previsto para que a empresa duplique, ela tem o direito de começar a cobrança de pedágio. Então, ela vai começar a cobrança de pedágio num trecho total da rodovia, em que há um trecho que está muito, muito, muito prejudicado. Essa é uma preocupação nossa, que precisamos solucionar o mais rapidamente possível.

Com todo o esforço que o DNIT tem feito, a licitação tem dado vazia e tem acontecido esse problema, e a rodovia está no estado em que está.

Então, antes de marcarmos a arguição, é preciso que possamos ter todos os dados preliminares para lá chegar, e o Senado Federal, por seu Regimento Interno, define o mínimo.

É importante ressaltar a redução de acidentes com as privatizações. Onde as rodovias foram privatizadas, nós tivemos uma redução de acidentes em torno de 20%. Então, como o Senador estava falando que o acidente é muito grande, hoje nós temos estatísticas feitas por nós e pelas concessionárias...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, acho que é só mudar o termo concessionadas, porque isso também causa muito... O pessoal fala: "Ah, mas vocês estão privatizando". Nenhuma estrada é... Ela é concessionada.

Esse exemplo que o Ministro deu da Ponte Rio-Niterói é um bom exemplo do que aconteceu no Brasil. Eu quero inclusive parabenizá-lo, Ministro.

O SR. JORGE LUIZ MACEDO BASTOS – É. Nós estamos falando de concessões. Então, a redução de acidentes é muito grande.

Falando de investimentos, para este ano, o investimento previsto para as concessionárias é de R$5,1 bilhões de investimento nas concessões. Nos próximos anos, é em torno de R$20 bilhões de investimento.

Então, respondendo ao que o Senador tinha colocado a respeito da 163, nós temos essa dificuldade mesmo. A cobrança dos prefeitos, dos Senadores, dos Deputados do Estado do Mato Grosso é constante no nosso gabinete, com essa agonia.

A presença do TCU é importante para que ele... Eu já até combinei com o Dr. André para fazer uma reunião e ver como podemos encontrar a melhor maneira possível de resolver esse problema.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu queria, na resposta...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Pela resposta dada pelo Dr. Jorge, eu só gostaria de saber qual o modelo da concessão, porque nós estamos sendo informados de que depois de todos esses anos, hoje o PT reconhece que errou. E hoje não vai ser mais a concessão pelo menor preço, mas vai ser a concessão onerosa. Então, é um reconhecimento de que este modelo implantado pelo Governo, seja no transporte, seja na área de energia, levou o Brasil a esse processo de colapso. Ou seja, 80 bi de prejuízo na Petrobras, juntamente com 42 bilhões a mais acrescidos da Eletrobras; e agora a área de transporte também falida, sem orçamento.

Então, a crítica que o Governo fazia a nós era a seguinte: "Não, nós estamos privatizando". E agora, o Governo Dilma, Lula, PT, voltou a privatizar. Ou seja, a concessão agora é onerosa. Ferrovias, também portos, e amanhã chegando a hidrovias. Esse é o modelo que eu gostaria... Já que não tem dinheiro, o Ministro já colocou que não tem orçamento, vamos perguntar o seguinte: Como é possível fazer as obras?

O modelo que o Governo vai implantar a partir de agora foi o que nós fizemos à época em que o Governo rotulou como privatização. Então, eu gostaria de saber. Já que não temos orçamento, não adianta mais discutir obra para cada um dos Estados. Eu respeito o Mato Grosso. Eu sou de Goiás e a demanda é a mesma.

Não daria para atender aqui à demanda de cada um dos 27 Estados. Mas eu gostaria de saber, especificamente: qual será a concessão?

Essa é a pergunta que formulo a V. Exª que respondeu sobre o problema das concessões.

O SR. JORGE LUIZ MACEDO BASTOS – Senador, eu vou passar para o Ministro, porque essa é uma resposta de Governo. Nós somos uma agência de Estado. Eu só vou passar para o Ministro, para que ele possa falar a respeito disso, por favor.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Muito obrigado, Senador.

Eu não tenho espelho retrovisor. O que foi bom no passado pode ser feito agora. A resposta que eu posso dar é que não temos definições. Estamos estudando as definições, mas o que eu falar hoje, estarei faltando com a verdade. Se eu tivesse que opinar, não teria dúvida nenhuma de que hoje a situação é diferente de ontem.

O Ministro da Fazenda, na última reunião, também extraoficial, nada definindo, sugeriu várias prorrogações de ferrovias, para que entrassem recursos e se terminassem as outras. Então, a situação hoje é completamente diferente de ontem. Nós não temos como fazer com essa falta de dinheiro que sofremos.

Ontem, despachando com a assessora financeira, ela falou: "Eu nunca desci tanto, porque chegava a x... nós chegamos a pagar antecipado, pagar antes do vencimento".

Eu quero aproveitar para acabar de responder para a Bancada do...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Eu só peço desculpas, porque a mídia já publicou que o Governo já retomou exatamente a concessão pela forma do governo anterior. Já está aqui a *Folha de S. Paulo*: "Dilma retoma modelo de concessões adotado no Governo FHC". Não será mais menor preço, mas será exatamente a concessão feita por outorga onerosa.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Senador, a reunião...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – A mídia já publicou aqui, Sr. Ministro.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Na reunião de sábado, nós posicionamos o que tinha no Ministério e ficou da área econômica dar a decisão. Às vezes, a notícia da mídia chega antes do que para o Ministro. Então, eu até concordo com você. Pode ser que sim.

Outra grande dificuldade que está acontecendo no Ministério, pela qual eu passei batido. Nós tivemos um aumento dos insumos asfálticos de 30%. Foi isso? Cadê o... De 30%. Nós estamos aguardando – está suspenso no TCU – para fazermos esse reequilíbrio.

Imaginem, aumentando insumos asfálticos em 30%, como ficam as empresas para tocar isso?

Dá uma média de quanto?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Dá uma média de 36%. Então, é outra pendência com que nós estamos, no TCU. E as empresas estão apavoradas para saber o que se vai fazer. Desde janeiro, eles pagam os insumos asfálticos 30% mais caro.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Vou dar a palavra, agora, ao paciente Senador – não é paciente de hospital, é paciente mesmo – Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – E o que chegou primeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Minha saudação aos convidados, ao Dr. Valter, ao Dr. Jorge, ao Dr. André, ao Dr. Davi.

Sejam todos bem-vindos.

Saúdo o nosso sempre Senador Antonio Carlos Rodrigues. Seja bem-vindo à sua Casa, novamente!

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Obrigado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – É um prazer tê-lo aqui conosco.

E agradeço sempre a maneira muito gentil com que V. Exª tem recebido todos nós do Parlamento. V. Exª nos tem recebido com muita atenção lá no Ministério. V. Exª sabe que, quando assume o Ministério, o senhor herda todos os problemas. Não tem como ser diferente.

Como o senhor já colocou que não tem recurso para obras novas – não é que não terá, mas no momento não há uma definição –, eu quero colocar o assunto de outra forma.

Se a gente puder ouvir, Presidente... Tem uma campainha aí? Aperte essa campainha, por favor.

(Soa a campainha.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Talvez a assessoria nos deixe falar, não é? Porque o problema é a assessoria, não é...

Então, está bom. Vamos lá.

A questão da BR-364, Ministro. Nós sabemos – e o senhor colocou muito bem aqui – da falta de recursos e da dificuldade para se fazer uma estrada ou para se restaurar uma estrada. Há dificuldade financeira, de projeto etc e etc. E quando nós conseguimos, depois de vários anos, projetos e estudos para fazer a restauração de uma BR – que é o caso da BR-364 –, iniciou-se a obra, a licitação foi feita e dada a ordem de serviço em 2012.

Em 2013, fizemos uma diligência através desta Comissão, Presidente, para constatar que a obra não tinha iniciado. Fomos lá eu, o Senador Raupp, o Senador Cassol, vários Deputados. E, enfim, iniciou-se a obra de restauração da BR-364.

Só que se iniciou o serviço, eu acompanhei a obra, fiz a minha fiscalização pessoal, tirei fotografias, trouxe-as a esta Comissão, enviamos ao então Ministro e também ao Diretor-Geral do Dnit, e nós pudemos constatar que o serviço que estava sendo executado era de péssima qualidade – não de má qualidade, mas de péssima qualidade. Ou seja, diante da dificuldade de construir, constrói-se ou faz-se uma restauração completamente malfeita.

Nós fizemos outra diligência, à época com o então Diretor-Geral do Dnit, General Fraxe, por duas vezes. Constatou-se no trecho 2, entre Pimenta Bueno e Ouro Preto do Oeste, mais especificamente entre Cacoal e Presidente Médici, que o serviço feito é de péssima qualidade. Isso foi constatado pelo General Fraxe e pelos técnicos do Dnit, que pediram que o serviço fosse refeito. Foram refeitos alguns trechos, e nada mudou. Mesmo feita a restauração, vieram os buracos na BR-364. Foram refeitos os pedaços e os buracos continuaram a aparecer. É assim: faz-se a restauração, ameaça chover, começa a esburacar a BR-364 novamente.

Eu, como de costume, Ministro, vou ao local e trago as fotografias. Depois vou passar a V. Exª a situação de hoje da BR-364. Desde 2003, nós estamos nessa luta. Não justifica nós termos uma restauração, e, na primeira chuva, no primeiro sereno forte, os buracos começarem a aparecer novamente. É uma questão que quero ponderar aqui novamente. Faço isso desde 2012. Nós estamos em 2015. E o problema é o mesmo e não se resolve.

Eu sei que V. Exª assumiu agora e, como eu disse, herdou o problema, assim como o Fabiano, que é responsável pela Dnit (Rondônia e Acre) e está tentando resolver esse problema. Mas é uma questão de que nós não podemos deixar de falar dada a dificuldade de conseguir a verba, executar a obra e fazer um serviço – desculpe – não de má qualidade, mas um serviço muito ruim na restauração da BR-364. Isso aconteceu na BR-429 também; está acontecendo na BR-425.

Essa e uma dificuldade que nós temos que resolver. Falta de dinheiro é uma coisa. Mas não se trata de falta de dinheiro, de projeto. O projeto foi feito, está sendo executado, mas uma execução que não dá para aceitar. E a cobrança em cima da gente, de todos nós, evidentemente é muito grande e justa. Nós não podemos concordar como está sendo feita a restauração da BR-364.

Uma pergunta: dá para também inserir na concessão a BR-364, entre Vilhena e Porto Velho, entre Cuiabá/Porto Velho – parte 163, parte 354?

Fica a pergunta, porque nós estamos com um aumento de fluxo muito grande, e – claro – o nível de acidentes na BR-364 entre Vilhena a Porto Velho, infelizmente, é grande. Já perdemos vários amigos, Deputados Federais, como o Deputado Valverde, que perdeu a vida nessa BR.

Mas o que mais nos deixa indignados, Ministro, é a qualidade do serviço. Nós sabemos muito bem que sua vontade não é essa que está acontecendo lá, nem do Dnit, mas o fato é que tem que haver uma solução para o que está ocorrendo. Então, eu queria me ater só a essa questão. Depois lhe entrego as fotografias para que o senhor debater com os técnicos do Dnit.

Era essa a minha ponderação, Presidente, para ser bem cirúrgico, rápido, porque todos aqui precisam falar. Eu quero expressar só essa posição.

Muito obrigado ao Presidente e ao Ministro Antonio Carlos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Acir Gurgacz.

Com a palavra o Senador José Medeiros.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Não era bom eu responder ao Senador Acir, Sr. Presidente?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Eu gostaria, Sr. Presidente (*Fora do microfone*.), até para a gente fazer um pingue-pongue aqui, porque esta matéria é da maior importância e está rolando desde 2012, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Então, eu vou abrir uma exceção.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Abra uma exceção aí, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Vamos conceder a palavra ao Ministro Antonio Carlos.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Senador Acir, nós estamos com dois lotes problemáticos lá, sim. Então, eu vou determinar ao Luiz Guilherme, Diretor de Obras, o mais rápido possível – e, se quiser, já podemos marcar agora... E gostaria da tua presença. Se marcássemos numa sexta-feira em que você pudesse estar junto...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Ministro, qualquer dia. Semana retrasada eu estive com ele, e ele disse: "Vamos amanhã?". Eu disse: "Eu vou junto".

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Não, não. Vamos marcar...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pode ser amanhã, a qualquer hora.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – ... e, se possível, você ir junto.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – A qualquer hora.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Porque você sabe que nós temos uma lei que tem que exigir. Estamos notificando, estamos notificando. No entanto, vamos tomar providências drásticas: essa novela eu estou ouvindo desde a época em que eu estava aqui no Senado. Então, Luiz, que data que você pode ir? Combina com o Senador, já marca e vai para lá ver *in loco* ver isso daí junto com o Girotto para tomar todas as providências legais.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Obrigado, Sr. Ministro.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – E, sobre a concessão, vamos estudar. Eu vou passar para o Daniel também para estudar a concessão. Está bom?

O SR. DANIEL SIGELMANN – Está bom.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Ministro, Sr. Presidente, demais membros da Mesa, demais Senadores, vou direto ao ponto, porque está concorrido aqui.

Ministro, primeiro, parabéns pela forma com que V. Exª se apresentou aqui: não está sendo polido, não está sendo mentiroso, está olhando para a gente e sendo verdadeiro, dizendo: "Olha, não tem dinheiro. Acabou".

Eu penso: se o Governo tivesse pego essa cartilha aí, não estaria nessa dificuldade política, porque nós já vimos muitos representantes do Governo que vêm aqui se autoenganar, na verdade. Porque, aqui, a gente sabe o que está acontecendo com o País, a população sabe o que está acontecendo com o País. Aqui, nós estamos apresentando as dificuldades do nosso Estado, e V. Exª, de cara, disse: "Olha, não tem dinheiro." Isso é muito bacana, porque, diagnosticado o problema, a gente tenta correr atrás das soluções. E é isso o que nós estamos fazendo aqui. E não tenho dúvida de que é isso que o Senador Wellington Fagundes pretendia quando requereu esta audiência.

Os problemas são parecidos: na verdade, V. Exª vai ver que os Estados se repetem nos problemas. Ali, em Mato Grosso, como já foi dito aqui, nós temos um Estado produtor, que vive disso, que vive do escoamento. E dependemos só daquele corredor, praticamente. A grande verdade é que nós temos, praticamente, aquele corredor, aquele "batidão" ali da BRs-364 e 163, que nós estamos... Eu falo, de vez em quando, que parece que a gente tem uma "cabeça de jegue" enterrada ali, porque, quando você vem de Goiás, parece um tapete; quando a gente passa pela divisa e entra para Alto Araguaia, para Mato Grosso, a gente já começa a ter problemas. Mato Grosso do Sul, da mesma forma.

E, aí, quando saiu a concessão agora, todo mundo falou: "Bom, agora, beleza, não é? Porque vai ser privado e tal." E Mato Grosso do Sul está abençoado por Deus: as obras estão andando. O que acontece? Nós tivemos a infelicidade de ter aquele trecho, ali, que ficou sob a responsabilidade do Governo, e, aí, nós estamos na seguinte situação...

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Rondonópolis-Cuiabá, não é?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Rondonópolis-Cuiabá. E, aí, criou aquele gargalo imenso.

As praças de pedágio já estão quase prontas, e eu vejo que, daqui a pouco, nós vamos estar numa situação de o pedágio estar ali, já para ser pago, e nós não termos a rodovia duplicada.

Paralelo a isso, como já foi dito aqui, nós perdemos ali, naquele corredor de rodovias, o equivalente a uma Boate Kiss todos os anos. Os números não mentem: são 280 pessoas que morrem todos os anos ali. Por causa da safra, a demanda é muito grande, formando uma verdadeira fila de caminhões. Há poucos dias, eu viajei à noite, e, do avião, você vê os faróis: parecem aquelas serpentes chinesas acesas. A rodovia fica toda acesa de farol, porque ela já está esgarçada.

Então, nós temos essas dificuldades todas, que não são novidade para V. Exª. Mas, o que a gente é cobrado é uma coisa de louco! Todo dia, nós falamos aqui. Nós viramos, já, um samba de uma nota só – eu, o Sena-

dor Blairo e o Senador Wellington. Mas todos os dias a gente recebe críticas: o que a bancada de Mato Grosso está fazendo? Porque o sofrimento das pessoas é muito grande; as pessoas ficam quatro ou cinco horas na fila.

Então, nós temos esses gargalos todos, e é, aí, que a gente... Embora V. Exª tenha dito aqui que não tem dinheiro no momento, a gente precisa de uma perspectiva ou que se diga que "nós temos essas perspectivas", ou, pelo menos, um prazo para sabermos quando é que essa obra, por exemplo, entre Rondonópolis e Cuiabá vai voltar a andar.

Outra coisa que nos aflige muito é a ferrovia, que criou uma expectativa muito grande. Nós recebemos aqui o Ministro Joaquim Levy, e ele disse que um dos eixos para que o País volte a crescer vai ser voltar às concessões – e aqui, inclusive, colocou as concessões ferroviárias.

Mas, ao mesmo tempo a gente nota que nesse modelo de concessão da Valec – um novo modelo que está sendo proposto, que, aliás, acho infinitamente melhor do que o outro – precisa haver recursos em *stand by* para garantir a demanda dos possíveis contratantes da ferrovia. Mas o certo é que a imprensa... O *Valor Econômico* já publicou que também está parado, que não vai.

Então, precisamos que V. Exª diga qual a perspectiva, se a Valec está descartada, se a ferrovia FICO está descartada, se esse é um projeto que está nos planos de ir ou não, enfim, que tirasse essas dúvidas.

Outra coisa também: nós temos – e o Senador Wellington, com certeza, em visitas a V. Exª junto com o Senador Blairo, também já colocou – aquele pequeno trecho, que não tem 200km, que ligaria o sistema rodoviário de Mato Grosso à Ferrovia Norte e Sul. E isso iria provocar um impacto positivo muito importante no transporte e no escoamento da produção de Mato Grosso.

Assim, indago de V. Exª se isso está como prioridade, enfim, como está aquela situação ali da BR-080. Porque, na verdade, como nós somos como um paciente na UTI, para nós, lá, tudo é urgente.

Então, precisamos dessa fala de V. Exª.

As nossas travessias também nos preocupam Ministro. A sabedoria popular já apelidou aquilo lá de "asfalto casca de ovo", às vezes, de "asfalto Sonrisal: quando chove, derrete", porque nós tivemos, entre Rondonópolis e Jaciara, que foram travessias que, na verdade, elas foram passadas... Na verdade, há um convênio entre o Dnit e as prefeituras, que eu acho, de certa forma, pernicioso, porque se faz aquele convênio, Presidente, com as prefeituras e aquele dinheiro vira um... Some! Ai, fica difícil para o Dnit. A fiscalização não fica com o Dnit; as prefeitura não têm estrutura de fiscalização – a grande verdade é essa –, e, ai, há caso em que, com quatro, cinco dias que a obra é entregue, ela já afundou, já ficou tudo... Porque a grande verdade é que os prefeitos não têm... Às vezes, não é nem má-fé quando se faz a medição da obra; é porque não tem mesmo como fiscalizar.

Então, são esses os temas que nos afligem.

E eu queria até sugerir aqui o seguinte... O Estado de Goiás criou um sistema, o chamado "caminhão laboratório" que eu achei muito interessante. Eles medem a estrutura do asfalta. Então, por exemplo, se o asfalto foi contratado para ter 10cm, aquele caminhão laboratório vai passando e medindo, tanto a questão do ligamento, da espessura etc. Isso é bom porque dá segurança para o contribuinte, dá segurança para o Governo que está contratando a obra, enfim, dá segurança para todos. Então, queria sugerir que esse fosse um modelo, de repente, a ser estudado pelo Ministério dos Transportes, porque eu sei que é ruim para todo mundo quando você entrega uma obra e, de repente, aquilo tudo afunda e vira aquela batalha jurídica que todos nós estamos acostumados – e é só decepção para todo mundo.

No mais, agradeço a V. Exª e elogio novamente a sua postura, porque somente sendo transparentes e sendo claros é que a classe política e o Governo vai resgatar a confiança profundamente abalada da população.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Eu gostaria de pedir desculpas, porque a Comissão não está podendo acomodar a todos. Os problemas de infraestrutura do País começam nesta sala.

Eu quero também consultar os senadores se já podemos... Porque nós temos aqui, descartados os que já falaram, nove oradores inscritos. Assim, consulto se nós podemos fazer blocos de dois ou três para darmos andamento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Blocos de quatro?!

Mas V. Exª fala por quatro. Ai não... (*Risos.*)

Então, se concordarem, vamos fazer blocos de dois.

Então, concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Bauer; depois, ao Senador Wilder Morais.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, caro Ministro e demais membros da mesa, primeiramente, quero agradecer ao Ministro pela providência da liberação

do recurso (1/3 do total, porque o débito é de R$67 milhões) que o Dnit deve à empreiteira para concluir os 3% que faltam da obra.

Aproveito para dizer a V. Exª que é a primeira vez, em dez anos, que eu ouço um Ministro falar de uma providência antes da gente pedir a providência. Portanto, o senhor já entra com crédito na conversa. Todavia, é preciso lhe informar – e o senhor assumiu o Ministério agora, recentemente – que essa obra começou no primeiro ano do Governo do Presidente Lula – não a ponte, a duplicação da 101 no trecho Sul de Santa Catarina, de Florianópolis até o Rio Grande do Sul. Portanto, é uma obra, Ministro, de dez anos ou mais, doze, quase doze.

Ainda mais – e o Presidente da ANTT, o Diretor-Geral do Dnit sabem disso: há um improviso, num trecho da obra, na transposição de uma montanha, onde existe uma comunidade indígena. Chegou-se à grande conclusão de que, para evitar os problemas com os indígenas, dever-se-ia construir um túnel por baixo da montanha, o que custaria alguma coisa como milhões, talvez bilhões de reais, ao invés de se buscar um entendimento com os indígenas, que eu conheço muito bem.

Quando eu fui Secretário da Educação de Santa Catarina, eu instalei uma escola naquela reserva indígena e eu sei que, quando a gente entra em entendimento com a Funai, com os indígenas e demonstra que uma providência não lhes prejudicará, não alterará a sua cultura e não lhes tratá problemas futuros, eles são sempre positivos na busca de solução.

O problema sempre é político. O Ministério pensa de um jeito, a ANTT de outro, a Funai de mais um. E, ai, você coloca um pouco de imprensa, um pouco de oposição, um pouco de situação e não sobra nem arco, nem flecha para ninguém. Essa que é a verdade! Está lá um improviso de uma faixa adicional, na área que seria acostamento, para permitir o fluxo em uma das rodovias mais importantes do País, que tem um fluxo intenso de veículos. E, nessa ponte, Ministro – e o senhor provavelmente não deve ter ido lá ainda nesse período em que está como Ministro –, nós temos a infelicidade de aguardar – e eu mesmo já fiz isso – quatro, cinco horas na fila esperando para transpor um trecho de uma obra que já poderia estar pronta.

Aliás, o seu antecessor, o Ministro Passos, esteve lá em outubro do ano passado.

Aliás em Santa Catarina, é muito curioso. Eu até vou lhe dar um conselho, Ministro: se o senhor permanecer no Ministério até o final do Governo da Presidente Dilma, não vá a Santa Catarina em ano eleitoral, porque todos os Ministros dos Transportes que pisaram lá em ano eleitoral mentiram. principalmente na véspera da eleição e, principalmente, entre o primeiro e o segundo turno. Eles fazem promessas inacreditáveis! Nem assim, a Presidente ganhou eleição no último pleito lá. Mas a promessa do Ministro foi de que a obra estaria pronta em maio, quando não até antes, porque havia uma velocidade muito grande na obra.

V. Exª liberou recursos, não todos, e o felicito pela providência. Espero estar pronta a obra no menor prazo. E já lhe conto essa história dos indígenas, porque precisa, obviamente, da preocupação de todos os órgãos envolvidos, para que se encontre uma solução. No meu modesto ponto de vista, ela não precisa ser a do túnel, que é uma solução caríssima. Não sou da oposição para dar prejuízo ao País e ao Erário público; sou da oposição para ajudar na busca de soluções.

De outro lado, Ministro, já me contaram aqui, quando cheguei, da sua manifestação inicial de que não encontra as condições para resolver todos os problemas. É óbvio que não vai encontrar. O Brasil é muito grande, as carências são muito grandes, as dificuldades de solução são maiores ainda, mas digo a V. Exª que o grande problema é que há muita promessa de prazo. Ora, vai ficar pronto dia tal, vai começar dia tal, vamos tomar tal providência, entrega a ordem de serviço, faz discurso e depois não acontece. Todo mundo fica absolutamente incrédulo e crítico.

Em Santa Catarina – e já falei da BR-101 –, temos outra rodovia, a BR-280, que precisa ser duplicada, porque tem uma grande demanda da região portuária, levando grande parte da produção catarinense. É uma obra de 80km, em três lotes. Um lote já se encontra em andamento, com abertura de um túnel; no outro, fizeram uma roçada no período eleitoral e pararam; e o terceiro, objeto de três licitações e de duas tentativas de entrega de ordem de serviço, não aconteceu – isso, na região histórica de São Francisco do Sul, onde exatamente se encontra o porto.

Semana passada, a imprensa de Santa Catarina mencionou, na edição de domingo do *Diário Catarinense*, uma informação, o seguinte – e me permitam aqui reproduzi-la: "Bacia das Almas. Questionado sobre a duplicação da BR-280, o Ministro Antonio Carlos Rodrigues adiantou que a obra não está na lista de prioridades. Portanto, ficará na dependência de que o corte no Orçamento não seja tão radical".

O senhor está falando a verdade, penso eu, até porque já foi Senador como nós somos e não haveria de não falar a verdade aqui e em toda a sua administração, mas a verdade é que, antes do senhor, a própria Presidente Dilma, num discurso, na cidade de São Francisco, o Ministro Passos e todas as autoridades dos Ministério dos Transportes e do setor que lá estiveram anunciaram andamento da obra, anunciaram datas, anunciaram

providências, e o senhor hoje está falando a verdade. Quando alguém fala a verdade, a crítica, obviamente, não cabe aos que lá passaram vendendo sonhos; a crítica vai sobrar, naturalmente, para a atual administração.

Então, é preciso, Ministro, que a gente dê um voto de confiança e de crédito a V. Exª e à sua equipe, a todos os setores envolvidos, mas é preciso também que a gente tenha um cronograma mais seguro, mais palatável dentro da realidade orçamentária.

Assim como a 280 é uma obra complicada e necessária em Santa Catarina, a 470 também o é. É a rodovia que demanda do Porto de Itajaí, em Navegantes, até a cidade de Blumenau. É uma situação extremamente grave, Ministro. O senhor precisaria, antes de tomar decisões sobre prioridades, dar uma volta pelo País, mas não deixe de passar em Santa Catarina, para ver *in loco*, ao vivo, o que acontece lá, principalmente, nessas três rodovias às quais me referi.

É claro que a gente tem mais para falar, tem ferrovia, contorno de Florianópolis, tantas outras coisas, privadas ou públicas, mas quero lhe dizer – e aproveito a oportunidade aqui – que o Estado tem muita carência de providências, principalmente, de verdades. Felicito V. Exª por estabelecer a verdade como uma das linhas de conduta da sua gestão.

Se nós soubermos, com clareza, o que vai ser feito primeiro, o que vai ser feito depois, quando vai ser feito, quanto dinheiro tem, qual o cronograma, qual o ritmo, a gente se acomoda e aceita essa regra, desde que ela seja cumprida. O que não se pode e não se admite é uma notícia, um começo, uma parada. Aí, o povo se sente, efetivamente, enganado, e nós não queremos sê-lo e acho que nós não merecemos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Obrigado, Presidente Garibaldi.

Cumprimento o Ministro e colega Antonio Carlos Rodrigues e toda a equipe do Ministério dos Transportes.

Ministro, eu também cheguei no Estado, tive a oportunidade de ser Secretário de Estado e pegar, também, uma herança muito difícil. Talvez fique, aqui, essa mensagem do que fiz lá, e, logicamente, tive o apoio do Governo, e, se o senhor tiver o apoio da Presidente, talvez isso possa ter sucesso.

Nós fizemos o levantamento de tudo que aconteceu no Estado e, primeiro, fizemos a visita *in loco* num período muito pequeno e traçamos a prioridade, coisa que a gente não vê nesse Governo.

Então, como diz o colega Paulo Bauer, que não precisa, podia fazer um planejamento de quatro anos, que não precisa mentir para nenhum Estado mais, não tem mais eleição.

Então, as decisões, agora, poderiam ser de Brasil.

Então, eu coloco, eu vejo as concessões, hoje, o Governo faz com raiva e ele sabe que as concessões são a solução. Como disse a V. Exª, agora, Jorge Bastos, o resultado que teve com as concessões, que poderia ser chamado, lá atrás, de privatizações.

Isso aconteceu em todos os lugares em que aconteceu. Se for nos aeroportos, você vê a diferença. Se vai nas rodovias, há diferença. Agora, isso poderia ter sido feito há muitos anos.

Eu acho que o Governo tem que dar uma enxugada na estrutura dele e transferir a responsabilidade para a iniciativa privada, que tem vontade e tem capacidade para fazer.

Então, eu acho que a saída – e eu acompanhei pela imprensa a reunião de sábado – de Ministro levar agenda positiva... Agenda positiva é não inventar mais nada! Há que se criar a prioridade do que já foi feito e do que está parado – e, de repente, eu vou até contra o meu Estado, contra a defesa, aqui, das prioridades do meu Estado – e, se a prioridade do Brasil não for lá, que se estabeleçam as prioridades. Como disse o Paulo Bauer agora, que se defina, ainda que o Estado de Goiás seja a terceira, a quarta colocada nos quatro anos.

E foi assim que eu fiz, na época de Secretário, junto com o Governador do Estado de Goiás. Hoje, pode ter certeza de que a gente tem a melhor malha estadual por conta disso.

Fizemos o levantamento. Nós tínhamos 10 mil quilômetros asfaltados e 10 mil quilômetros não asfaltados. Seis mil precisavam ser refeitos. Fizemos um planejamento de quatro anos, tivemos um desgaste momentâneo com os Deputados de cada região, mas, com o passar dos anos, foi checado que a prioridade não era política, mas econômica.

Então, num país com uma dificuldade dessa, um país desse tamanho, se o Governo adotasse isso como prioridade, e não mentisse... E tantas obras que faltam apenas 5% para serem terminadas, outras que começam e param no meio do caminho...

Então, até hoje, quantas ferrovias foram lançadas? Nenhuma terminada. Agora, eu precisava agradar, lá, o pessoal da Bahia; eu precisava agradar Mato Grosso e criei mais uma linha, mas isso nada funcionou.

Então, o Governo deveria fazer um projeto até 2018 e estabelecer as prioridades. Eu acho que, aí sim, com certeza, ele teria o respaldo da nossa Comissão, que é uma Comissão importante, e, com certeza, nenhum

Senador, ainda que, inicialmente, em detrimento do seu Estado, deixaria de apoiar, desde que o cronograma fosse algo que, com certeza, fosse executado.

Eu estou vendo, hoje, em relação ao Orçamento do ano passado, que havia R$4,7 bilhões para fazer manutenção de rodovia. Neste ano, vocês têm R$1,2 bilhão. Como que vão ficar as rodovias?

Então, tem que elencar algumas prioridades, Ministro, para que V. Exª tenha sucesso. E V. Exª chegou muito bem aqui, dizendo que não tem condições – e você tem razão. Eu também cheguei no Estado e disse: "olha, precisamos de tantos milhões. Como que vamos fazer?"

Essa parte de infraestrutura é muito importante...

(Soa a campainha.)

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – ... é muito importante para que o Brasil volte a crescer. Se não tem investimento em infraestrutura, o custo Brasil fica cada vez mais caro.

E eu digo, hoje, como a Bancada do Mato Grosso disse aqui – e é verdade: se um Presidente da República e um Ministro visitarem o Estado, com certeza, eles voltam de lá dizendo o seguinte: "Isso aqui é prioridade!" Já que o agronegócio, hoje, tem o maior peso na balança comercial e é de onde se diz que a gente vai conseguir recuperar a economia; então, é uma decisão de foco.

O Governo tem que pegar agora e decidir qual o rumo que ele quer para o País e se dedicar a isso.

Então, não é tentar acudir a todos os ministérios, em todos os lugares, e mais uma vez ludibriando o povo e dizendo mais um discurso.

Então, eu deixo aqui uma pergunta Ministro: no caso da nossa rodovia, que é a concessão de Goiânia a Brasília. As praças de pedágios estão prontas e há o compromisso de fazer uma alça que sai de Hidrolândia a Anápolis. Qual o tempo de conclusão dessa alça, tendo em vista que não depende do Governo?

Eu acho que essa pergunta vai para o Jorge Bastos.

Era isso que eu queria dizer, Ministro, e parabéns pela sua condução.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Ministro Antonio Carlos.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Senador, eu vou te mandar – está aqui e eu vou te passar já – um cronograma de todas as obras de Santa Catarina, para a gente não ficar detalhando. Eu tenho a adequação da 101, eu tenho a duplicação da 101, eu tenho a construção da 101, a adequação da 163, a duplicação da 280. Ou seja: estão aqui todos os dados, e eu estou aqui com todos os dados e eu estou as ordens. a hora que você quiser. Eu até venho aqui para discutir.

Na BR-280, o Lote 1 não foi iniciado. É isso, não é?

Não foi iniciado, confirma o Luiz Guilherme.

No Lote 2, o ritmo está lento, porque nós estamos com problemas de pagamento e desapropriação.

E, com relação ao túnel, estamos com trabalhos iniciais.

Então, agora, voltando ao Senador, eu quero dizer o seguinte: parece que nós combinamos. O que é que eu fiz no Ministério? Eu estou aguardando saber o que eu vou ter. Na hora em que eu tiver definido que vou ter "x", eu estou à disposição e venho aqui discutir e dizer: "Olha, as prioridades que eu consegui fazer foram essas".

Com relação ao problema de pagamentos, vocês sabem da ordem cronológica. Volto à ponte de Laguna: se eu pudesse, pagava tudo, terminava e entregava em 1º de julho, mas não posso; eu tenho os impedimentos legais.

Eu estou à disposição, quero vir discutir e vim aqui pedir ajuda. Vocês têm que me ajudar e discutir o que vai vir para nós, porque não adianta... "Em casa que falta água é pão, ninguém tem razão". É o que está acontecendo comigo lá.

Então, as concessões eu estou tocando; estou à disposição.

Ninguém melhor do que os senadores, do que os deputados, os parlamentares para falar: "Olhem, para em pé tal concessão, para em pé tal concessão, para em pé aquela concessão".

Estou ai à disposição. Não quero saber se o módulo foi de Governo anterior ou vai ser. A nossa posição de Ministério é tentar fazer ele andar na medida do possível.

Eu vou passar para o Jorge para ele dar detalhes dessa concessão que atinge a ANTT.

Muito obrigado.

O SR. JORGE LUIZ MACEDO BASTOS – Senador, o senhor está falando do contorno de Goiânia?

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sim.

O SR. JORGE LUIZ MACEDO BASTOS – Essa obra que a gente deve começar no final de maio. Vou convidar o senhor para a inauguração do início da obras lá. Só esta faltando obter a licença ambiental, que quem está tirando... Inclusive, o Ibama transferiu a licença para o Governo de Goiás. Eu tenho estado várias vezes

com o Governador Marconi, que está se empenhando em obter essa licença; e o concessionário esteve comigo ontem falando que essa licença deve sair até o final do mês. Assim, nós vamos lá inciar a obra imediatamente.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Jorge, a responsabilidade pela execução desse trecho é da concessionária? Faz parte da...

O SR. JORGE LUIZ MACEDO BASTOS – Está dentro do PA da concessionária; então, é a obrigação da concessionária o contorno.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Ministro, só para completar, Jorge – eu que faço essa rodovia –, é um exemplo para ser seguido. Como é um trecho muito próximo, era interessante que V. Exª visitasse até para ter mias força para dizer: " Presidente, não vamos inventar moda não; a moda já está inventada".

Realmente, a empresa tem uma eficiência, um trabalho efetivo: máquina e gente no trecho inteiro. E, com certeza, a praça de pedágio deve estar pronta para cobrar... Deve ter muito investimento já que os autorizam a cobrar, e a gente nota a diferença já na rodovia a partir do momento em que entrou a Empresa Triunfo.

O SR. JORGE LUIZ MACEDO BASTOS – Senador, todas as concessionárias desta terceira etapa têm sido fiscalizadas pela ANTT, e todas estão cumprindo, rigorosamente, o cronograma, tirando, infelizmente, a 153, que está com problema com a construtora que foi a vencedora da licitação. Todas as outras estão rigorosamente dentro do prazo. A nossa Superintendência de Infraestrutura tem acompanhado diariamente o andamento das obras, todas estão andando de acordo com o contrato.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Ministro, só para terminar, acho que talvez fosse pertinente fazer esse estudo. Se buscamos tantos recursos externos para fazer outras coisas, investir em Petrobras, em outras empresas, por que o Governo não faz um plano de privatização, já que o BNDES não tem condição de participar de tudo, e o Governo seja garantidor, e a gente busca esse dinheiro lá fora, tendo em vista que a maioria das rodovias nossas têm viabilidade econômica?

Então, acho que essa é uma saída, e o Governo tem que largar de querer fazer as concessões – e falo do Governo do PT –, que faz com raiva. As concessões, o mundo inteiro fez. Então, estamos atrasados nisso. Talvez fosse uma saída fazer um estudo para o Brasil inteiro, e o Governo, sendo o ente regulador, evita isso porque é muito difícil, até o processo de licitação, a 8666... Eu vejo a dificuldade do Dnit fazer a manutenção; é difícil medir, é difícil acompanhar, tendo em vista que as empresas responsáveis, quando são na iniciativa privada, tem que fazer bem feito porque, se tiver manutenção, o custo é dela.

É isso, Ministro.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Senador, parece até que combinamos para você me perguntar. Eu estive, nesse período, em contato com os empresários chineses, japoneses e espanhóis, e também estamos nesse caminho. V. Exª sabe que não é de um dia para o outro que as coisas acontecem, mas, desde fevereiro, venho conversando com os empresários japoneses, coreanos, até os russos estiveram com a gente para ver se adequava em alguma coisa.

O SR. JORGE LUIZ MACEDO BASTOS – Ministro, só completando. O trecho original da Norte-Sul foi concluído, está aqui o Dr. Bento que pode testemunhar. O trecho original da Norte-Sul já está concluído; o que falta da Norte-Sul é um trecho que foi complementado depois do projeto original. O trecho original da Norte-Sul foi completado com a entrega até Anápolis. Então esse trecho da Norte-Sul já está completo, faltando somente o trecho... Estou falando até pela Valec ali, mas...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Mas já tem operador?

O SR. JORGE LUIZ MACEDO BASTOS – Não; é porque, agora, como falta o trecho da ligação até São Paulo, está-se estudando a melhor maneira de botar esse trecho em concessão também.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Vicentinho e, em seguida, ao Senador Hélio José.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR – TO) – Presidente Garibaldi...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Esqueci logo uma mulher aqui.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR – TO) – Estimado Presidente, estimado Ministro, Senador Antonio Carlos, meus cumprimentos, é uma alegria estar aqui ao lado de um grande amigo e de um grande Ministro.

Cumprimento o Dr. Valter, Diretor do Dnit; cumprimento o Dr. Jorge Bastos, Diretor-Geral da ANTT; cumprimento os servidores do Tribunal de Contas da União, Dr. André, Secretário de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária do TCU; cumprimento o Dr. Davi Gomes Barreto, Secretário de Fiscalização de Infraestrutura Portuária; cumprimento os colegas Senadores, demais presentes.

Serei bastante breve para contribuir com o tempo.

Ministro, fiquei em dúvida se era a BR-242 que está mantendo no Tocantins – a construção –, que é uma rodovia importantíssima, idealizada por Juscelino Kubitschek, nosso brilhante Presidente, que liga o Atlântico ao Pacífico. Enquanto os modais rodoviários, ferroviários e hidroviários sempre são Norte/Sul, essa 242 é Leste/Oeste e cruza o Tocantins. É uma rodovia importantíssima não somente para o Tocantins como para o Brasil. Ela liga o Atlântico ao Pacífico, e faltam apenas 90km da Ilha do Bananal, que estamos trabalhando no sentido de viabilizar já com entendimento com a Funai, Procuradoria, enfim, com todas as instituições envolvidas na travessia da Ilha do Bananal.

Agora, gostaria de fazer uma pergunta ao nosso Diretor-Geral da ANTT, Dr. Jorge.

A duplicação da BR-153, de Anápolis a Aliança do Tocantins, está paralisada. Parece-me que há problemas com a empresa. São duas perguntas: como vai ser resolvido isso? A empresa vai continuar tocando, vai ser outra empresa, vai ser outra licitação de concessão? O que está acontecendo? De Aliança até Talismã, na divisa com Goiás, o Dnit não pode mexer, e é justamente onde as estradas estão ficando esburacadas. De Aliança até a divisa com o Maranhão, no Estreito, a BR-153 está uma maravilha; não tem problema nenhum. Os caminhoneiros, os usuários, estão nos cobrando por que de Aliança para o Sul a estrada está sem manutenção?

Precisamos resolver esse problema. Se for para demorar a implantação da concessão, precisaremos de manutenção, porque a BR está com problemas seriíssimos.

No mais, quero falar também da BR-010, que não está aqui – e já despachei com o Ministro neste sentido –, mas que é uma rodovia importante, Ministro, porque atinge o Tocantins, o Maranhão, o Piauí e o Pará. A última fronteira agrícola está na BR-010. Portanto, é uma rodovia importantíssima, não somente para o Tocantins como para a região do Mapitoba – Bahia também. Então, que retomemos a BR-010 para atender toda aquela região de fronteira, Bahia, Maranhão e Tocantins, que hoje é uma das maiores fronteiras agrícolas do País.

No mais, agradeço sempre, Ministro, pela sua atenção para com esse parlamentar no Ministério, porque sempre quando tenho algum questionamento, algum pleito, V. Exª tem me recebido da melhor forma possível. Estou aqui ao lado do Senador Roberto, do Maranhão. Ele me disse: "Rapaz, que Ministro verdadeiro!" É bom vir aqui dessa forma, falar o que tem e o que pretende de apoiamento.

Portanto, a presença sempre de V. Exª aqui no seu meio, que é o Senado Federal, será sempre muito bem-vinda.

Portanto, fico aguardando a resposta do Dr. Jorge.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, fiz uma permuta com o Senador Hélio José. Como ele chegou, não há problema que ele fale.

Senador...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Exatamente, Vanessa. Desculpe-me. Como sou da Casa e sei da dificuldade de esperar mais um pouquinho e o Senador Roberto Rocha, que vai ter uma reunião da executiva do partido dele, pediu essa vênia e, ainda, como você é logo em seguida, podemos conceder para ele?

Então, vamos deixar o Senador Roberto Rocha falar primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – O Senador Hélio José, em matéria de concessão, é mais eficiente que o Ministério dos Transportes e que a ANTT. (*Risos.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Fico com os créditos, Sr. Presidente. Fico com o crédito acumulado.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR – TO) – Sr. Presidente, pela ordem. Depois do Senador Roberto Rocha, nosso amigo, é possível ouvir o diretor sobre o questionamento? Pergunto porque ainda tenho uma audiência no Tribunal de Contas da União.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Certo.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR – TO) – Obrigado.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, inicialmente, quero agradecer a gentil concessão dos nossos colegas, que de forma muito amigável e gentil nos proporcionaram falar logo, para podermos participar de uma reunião da executiva do Partido.

Quero cumprimentar o Ministro, não o conhecia; cumprimentar toda a Diretoria do DNIT; toda a equipe do Ministério. E gostaria de fazer um questionamento simples: sei, até comentava sobre isso, como disse o Senador Vicentinho, da sinceridade de V. Exª e sei que o Brasil está passando por um momento de muito dificuldade e muitas restrições são feitas. Mas também entendo que uma das principais razões dessas dificuldades é exatamente o Brasil não ter compreendido a necessidade de investir na infraestrutura nacional.

Após o econômico, veio o momento do social, e era necessário compreender o momento da infraestrutura nacional. Isso era para ter sido feito ainda na década passada. Esse momento não existiu, o Brasil se contentou com o crescimento não através do investimento, mas através do consumo, de tal modo que hoje não há nem investimento, nem o consumo responde; estamos com a economia estagnada, à beira de uma recessão, com ameaça séria aos empregos, que já está acontecendo.

Tivemos um crescimento econômico revelado agora pelo IBGE em 2014 de 0,1%; para 2015, dez entre dez economistas, inclusive o Ministro da Fazenda, admitem que a diferença em relação ao ano passado é de 1% a 2% para menos, ou seja, teremos um crescimento negativo. Com esses cenário todo de dificuldade, imagino o que V. Exª e seus companheiros de trabalho estão passando no órgão que cuida da infraestrutura nacional.

O Brasil não investiu em portos, aeroportos, rodovias, ferrovias e hidrovias, como deveria. Fez algumas concessões em relação a aeroportos, claro, pressionado pela questão da Copa do Mundo. E, se não fosse, também, não o faria, porque havia uma dificuldade, não sei se ainda há, em relação às políticas de concessão, por conta do preconceito existente às vezes em relação ao capital privado.

O Governo não tem resposta para dar a tantas pessoas que chegam ao mundo: de dez em dez anos, vem 1 bilhão de pessoas. Então, nem o Brasil, nem qualquer lugar do mundo, tem condições de fazer investimento com o dinheiro público em infraestrutura. É necessário fazer isso – o aeroporto de Brasília, até um dia desses, todos conheciam como era, e hoje o aeroporto de Brasília melhorou bastante.

A função do Governo no Poder Público é servir as pessoas. Espero que o Brasil possa compreender que, se não fizer isso, vamos continuar com uma linha imaginária, e é proibido crescer a partir dela. Essa linha imaginária impede que o Brasil avance com o seu desenvolvimento econômico.

E venho de um Estado muito pobre. Aliás, devo dizer que não é um Estado pobre. O Maranhão é um Estado muito rico; porém, injusto e desigual e com muitos pobres. A maior pobreza do Maranhão, inclusive, é de espírito público.

O Maranhão é muito rico, não sei se V. Exª conhece.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (*Fora do microfone*.) – Conheço.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Conhece, muito bem!

A Presidenta Dilma teve, nas eleições de 2014, a maior votação do Brasil no Maranhão. Conheço o Maranhão de norte a sul, de leste a oeste. E, para chegar à capital, São Luís do Maranhão, há uma única possibilidade, porque lá é uma ilha oceânica, é a BR-135.

Existe o contrato de duplicação dessa rodovia, porque a ilha está sendo muito pressionada – muito pressionada! E aí, para poder haver alguns investimentos, como, por exemplo, a tão cantada e recantada refinaria da Petrobras, deveriam ocorrer logo após a ilha, no Município de Rosário.

E, para que aquilo ali tudo fosse região metropolitana, seria preciso duplicar, para se estabelecer uma região metropolitana mais ampliada, além dos limites da ilha, perpassando as fronteiras da ilha de São Luís.

Nessa rodovia, a obra tinha, em dezembro do ano passado, 542 funcionários. Hoje, em abril, ela tem 42 funcionários. Essa obra, que é a única obra de infraestrutura do Governo Federal no Maranhão, recebeu, com muito pesar, a notícia de cancelamento dos investimentos da refinaria. Houve o cancelamento. Simplesmente publicaram no *site* da Petrobras que não existe mais a refinaria, depois de investirem R$2,7 bilhões, US$1 bilhão. E, agora, para completar, veio o anúncio também do fim do acordo entre Brasil e Ucrânia relativo à base espacial de Alcântara.

Toda essa conversa comprida é para perguntar a V. Exª e ao DNIT se, efetivamente, a duplicação da BR-135, em São Luís, que é a única entrada e saída da ilha, vai parar. Se isso acontecer, já está programada uma série de confusões, como aconteceu recentemente, quando a ponte caiu. Numa ocasião há alguns anos, a ponte, que é a única que liga São Luís ao continente, caiu. Então, houve um transtorno muito grande para a cidade.

Estou muito preocupado, Ministro. Não sei se V. Exª tem agora informações a respeito disso da parte do DNIT, mas trago aqui essa preocupação do Maranhão e da capital do Estado com a eventual possibilidade de paralisação das obras de duplicação da BR-135 num trecho de apenas 26 quilômetros.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Dr. Jorge Luiz Macedo Bastos, que vai responder a uma indagação do Senador Vicentinho.

O SR. JORGE LUIZ MACEDO BASTOS – Senador, realmente, preocupa-nos muito a condição da BR-153, que está concedida para a empresa Galvão, que, recentemente, fez uma proposta de adiamento do contrato, com a previsão de manutenção da rodovia nas condições estabelecidas no contrato. Então, ela faria a manutenção da rodovia até que ela conseguisse o financiamento. Fez uma proposta – estou sendo bem claro – de prorrogação do contrato em um ano. Nós a estamos mandando para o nosso corpo jurídico, para vermos a possibilidade de isso ser atendido ou não, porque há dificuldade de ela conseguir o financiamento. Ela nos

mandou uma correspondência, tentando conseguir sócios, para que possa conseguir o financiamento e aí desenvolver o contrato. Nós mandamos isso para a nossa procuradoria, para que ela possa nos dar uma resposta o mais rápido possível, porque sei que o problema da BR é muito grande.

Agora, no dia 1º de maio, ela começa a ficar inadimplente com o contrato, porque ela teria de começar, no dia 1º de maio, a operação da rodovia, colocando lá ambulância, tudo o que é regido pelo contrato. Contratualmente, isso começa a ficar em inadimplência no dia 1º de maio, e nós poderemos tomar todas as providências para começar o processo de caducidade do contrato. Isso levaria algum tempo, e a rodovia poderia ficar em condições não adequadas.

Então, por isso, nós estamos estudando o pedido dela, para que ela mantenha a rodovia pelo prazo por ela pedido de um ano. Vamos ver se isso é possível juridicamente. Se isso for possível, nós vamos atender, e ela vai manter a rodovia em condições, com toda a infraestrutura, até que ela obtenha ou o contrato ou um novo sócio para poder dar seguimento.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR – TO) – Muito bem! Só para concluir, quero dizer, primeiro, que, com relação à empresa, não tenho nada contra e sou a favor da Belém-Brasília.

E ocorre que, por exemplo, na cidade de Figueirópolis, a Belém-Brasília, que é a BR-153, Presidente, corta a cidade ao meio. E o DNIT já havia, na época, licitado e praticamente já estava iniciando uma travessia urbana. Com isso, está paralisada a travessia urbana de Figueirópolis. E ali há muitos acidentes, além da rodovia com problemas.

Então, se caso a empresa tiver dificuldade ou demorar, que encontremos a solução via DNIT, porque o DNIT tem eficiência, ter um pessoal preparadíssimo para fazer isso aí. Agora, não pode é a Belém-Brasília ficar como está. Talvez seja uma das rodovias mais movimentadas do País.

Era essa a preocupação.

O SR. JORGE LUIZ MACEDO BASTOS – Com certeza, Senador. A nossa preocupação também é muito grande a respeito disso. Nós temos levado toda essa demanda, que agora virou jurídica. Nós temos que respeitar o contrato e seguir o andamento do contrato em termos jurídicos. Então, todas as providências estão sendo tomadas. A ANTT notificou a concessionária e está fazendo todo o trabalho que tem que ser feito, mas precisamos, além disso, dar condições de tráfego na rodovia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra o Ministro Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Senador Vicentinho, vou passar todo o cronograma que existe para o Maranhão, mas a sua pergunta sobre a BR-110, Tocantins, está no PAC 3. Estamos no início da pavimentação de 111km.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR – TO) – O problema lá, Ministro, é só na área da concessão. Na área do Ministério e do DNIT, 100% tranquilo. De Aliança até o Maranhão, tranquilo. O estado da rodovia está ótimo.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Senador, eu também passo ao senhor que a BR-010, que é a adequação da travessia urbana de Imperatriz, está em obra, numa extensão de 14,4km a executar. A conclusão é para dezembro de 2017.

Na BR-135, a duplicação do Anjo da Guarda-Porto de Itaqui, a licitar.

A duplicação da BR-135, Estiva-Bacabeira, em obra.

A duplicação da 135, a licitar.

Eu vou passar todos os dados. Estamos fazendo a manutenção da malha. Há uma malha enorme lá, 3.261km de malha de pavimentação. Sendo 64% cobertos por contrato de manutenção; 32% do Crema; 31% de conserva; e 1% de restauração.

Eu vou passar e estou à disposição para, depois, dar maiores dados, o.k.?

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – O.k., Ministro. Bom, eu sei, o Maranhão tem quase 4.000km, mas o Maranhão é maior do que São Paulo, o Estado de V. Exª. É maior que São Paulo. O Maranhão é um Estado muito grande. Dentro do Maranhão, há um Rio Grande do Norte, um Sergipe e um Ceará, só de áreas protegidas, áreas que não podem ser exploradas. Para V. Exª ter uma ideia, é do tamanho de um Paraná. Então, estamos falando de um Estado do tamanho da Alemanha, quase do tamanho do Japão. Esse Estado tem uma capital, bem no litoral, e tem um dos melhores portos do Planeta, pelo menos a localização. E essa capital está ameaçada de ter o tráfego interrompido. Só há uma entrada e uma saída.

É exatamente sobre isto a que eu me referia, a questão da entrada de São Luís, da BR-135, que é uma obra que está em andamento. Em dezembro, tinha 542 funcionários e, em abril, tem 42. Ela está andando a passos largos para paralisar. Se V. Exª me perguntar agora qual é a empresa, por exemplo, não sei lhe dizer. Estou me referindo ao aspecto da obra, da ação do Governo numa obra importante. Se, por exemplo, for paralisada, vai

criar um transtorno monumental. Uma greve de caminhoneiros já cria. Imagina a paralisação de uma obra dessas, numa ilha, numa cidade com produtos perecíveis, tudo.

Então, é exatamente sobre essas licitações que estão aí. Realmente, V. Exª tem razão. Eu conheço alguns. São dez BRs que o Estado tem.

Mas eu pontuei aqui a minha participação, mesmo considerando as dificuldades do Ministério de V. Exª, o esforço que V. Exª deve fazer no dia a dia com a sua equipe para enfrentar essas dificuldades, o contorcionismo, as restrições econômicas, financeiras, orçamentárias. Mas a gente está tratando de uma questão extremamente crucial para o Estado, que é a duplicação da BR-135, entrada de São Luís, a única que existe.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Senador, eu iniciei a minha fala citando a falta de recurso. Esses atrasos criaram uma série de dificuldades. Eu vou passar para o Luiz Guilherme, que tem maiores dados sobre o que está acontecendo.

Mas quero dizer que eu também não fiquei sentado lá no Governo pensando na falta de dinheiro. Eu estou fazendo um grande corte no custeio, estamos acelerando as concessões.

Nós temos outro fantasma que deve surgir agora, que é a MP 082. Essas rodovias teriam que vir... as que estão nos Estados, nós passamos para os Estados e estamos fazendo o custeio de manutenção delas. É outra coisa que nós vamos ter que resolver, e eu vou precisar da ajuda do Senado, porque há um imbróglio jurídico: há Estado que fala que não vai devolver, outros que querem devolver mas não têm recursos para ficar com essas estradas – lá atrás foi aportado recurso, e eles não prestaram conta ao TCU. Então, é outra dificuldade que eu vou ter.

Por favor, Luiz Guilherme, você poderia dar detalhes? Vem para cá, é melhor.

O SR. LUIZ GUILHERME RODRIGUES DE MELLO – Senador, a BR-135 termina este ano, caso a gente tenha realmente a continuidade, o fluxo financeiro de pagamento à empresa. É um consórcio, o Serveng-Aterpa. A obra está bem encaminhada para terminar. A gente só não consegue terminar se a gente não tiver um fluxo financeiro garantido à empresa.

Realmente, ela diminuiu muito o ritmo de trabalho, mas por questões óbvias de atraso de pagamento.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Volta-se àquele assunto inicial: parou porque eles não tinham condições financeiras de suportar o atraso.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Mas parou mesmo? Vai parar mesmo?

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Não, não, não...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Desacelerou?

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Desacelerou. Eu não tenho dúvida de que, se acontecerem os aportes financeiros até o final de maio, quando eu devo receber, nós vamos colocar tudo em dia.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – O.k. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra, a Senadora Vanessa Grazziotin. Em seguida, o Senador Lasier.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Muito bem, Presidente. Até que enfim chegou a minha vez.

Eu quero cumprimentar V. Exª, Senador Garibaldi; o Ministro dos Transportes, nosso querido companheiro e colega aqui do Senado, Antonio Carlos Rodrigues; o Dr. Jorge e todos os que participam desta mesa. E quero dizer que estamos aqui prestando muita atenção na audiência, Presidente Garibaldi, e parece que é sempre assim em todas as audiências com ministros dos transportes nesta Casa; sempre se têm conduzido assim. Parece que estamos diante de um profissional médico e cada um apresenta os seus problemas, e o profissional aponta caminho para resolver os problemas.

Eu não farei nada diferente, Ministro Antonio Carlos. Eu trilharei esse mesmo caminho, mas, antes, eu quero lembrar que, creio, na última audiência que tivemos aqui ou numa das últimas, o senhor estava sentado ao nosso lado.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Que é muito mais fácil.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Eu não sei se é mais fácil. Quem dera que... Eu acho que o ideal seria que a gente pudesse debater e ter como resolver os problemas. Esse seria o ideal, mas não temos como fazer. Então, nós temos que recorrer aos senhores, que compõem o Ministério da Presidenta Dilma, para resolver os problemas.

Para variar, eu trago aqui – e V. Exª já deve imaginar o que seja – a questão da BR-319.

Nós ficamos ouvindo – eu e a Senadora Sandra – a intervenção dos outros Senadores dos outros Estados: "Aquela BR, a outra BR..." Nós só temos uma BR, que nos liga ao Brasil nós só temos uma e não temos nenhuma. Aliás, a gente podia gravar todas as nossas intervenções, não importa quem seja o Senador e quem seja a Senadora e, neste momento, só ligar o gravador que ia se repetir. A gente repete, porque nós só temos uma BR que nos liga ao Brasil, o Estado do Amazonas é a maior unidade da Federação e até hoje a gente não

conseguiu resolver o problema, porque entenderam que uma BR que foi inaugurada no ano de 1973 e que, num determinado momento, precisava de uma recuperação profunda, não era mais uma BR existente. Então, teria que passar por todos os procedimentos de uma nova BR – foi isso que entenderam. Na época, o Ministro era Alfredo Nascimento, hoje Deputado Federal pela Bancada do Amazonas, mas nosso colega aqui na Casa e do nosso Estado do Amazonas.

Então, a BR-319, repito, é a única que liga a parte da Amazônia ocidental ao Brasil. Nós da Amazônia ocidental – aí pegaríamos principalmente Amazonas e Roraima – somos ligados à parte norte da América do Sul, à América Central, à América do Norte, mas não somos ligados por estrada ao Brasil. Não somos. Então, vivemos um isolamento grave, um isolamento que nos tem trazido prejuízos.

Tenho aqui, vou passar às mãos do Ministro, às mãos do Diretor Presidente da ANTT, um material produzido pela Federação das Indústrias, que mostra o grande esforço que o segmento produtivo no Brasil vem fazendo para modernizar os produtos, para baratear custos de produção. Isso tudo não apenas se prejudica, mas muitas vezes é fadado ao fracasso por conta de gargalos como a falta da logística e da infraestrutura. Aí dizem: "Ah, mas vocês têm lá o transporte aéreo e o transporte fluvial." Óbvio, temos o transporte fluvial que não funciona, o Rio Madeira não é navegável os 12 meses do ano. Do transporte aéreo, nós sabemos o custo. Em qualquer lugar que vemos o aparelho de televisão, vamos ver a etiqueta atrás: Produzido na Zona Franca da Manaus. Procurem ver as etiquetas da motocicletas: Produzido na Zona Franca de Manaus. Aí a gente vive a maior confusão aqui, toda hora há um projeto dando incentivo para produção de motocicleta no Ceará, na Bahia, no Piauí, não sei o quê. Mas, gente, já há incentivo para produção de motocicleta. "Ah, mas é caro, ainda está caro", porque nosso produto é encarecido por conta disso.

Mas essa novela todos conhecem; V. Exª, Ministro, conhece tanto quanto nós. Muito bem, não só pelo que ouviu aqui, mas pelo que o ex-Ministro Alfredo Nascimento lhe passa acerca do assunto.

Eu não quero perguntar como vão as coisas. Está tudo aqui, no relatório do DNIT. Quando o Presidente Collor presidia esta Comissão, chegamos a um tal momento em que foi feito um relatório, que só é pelo DNIT, um relatório que só é complementado com informações, que mostram quando da retomada do processo de uma BR de 42 anos, inaugurada em 1973, de 2007 até agora o que aconteceu. Aconteceu tanta coisa que não vale a pena recordar: instruções normativas, metodologias vinculadas ao meio ambiente, licença ambiental.

Ministro, ontem estivemos no Ministério de Minas e Energia, toda a Bancada do Norte, com o Ministro Eduardo Braga. Uma das coisas que ele colocou imediatamente foi a reunião de sábado que teve com a Presidente da República. Porque o problema da infraestrutura não está desvinculado do problema ambiental no Brasil nem pode estar. Nós estamos falando de uma região que detém a maior biodiversidade do Planeta, que é nossa maior riqueza – nossa e do mundo –, mas principalmente nossa.

Então, é óbvio que temos que ter todos os cuidados, mas não podemos esperar 50 anos, 100 anos. Quanto tempo vamos esperar ainda? Então, temos que resolver – o Ministro Eduardo Braga, que também tem os mesmos problemas com relação ao seu Ministério – disse: "Vamos precisar de uma PEC, uma emenda constitucional, por exemplo, para estabelecer algumas questões relativas a áreas indígenas. E olha que já estamos no ICMBio, o Ibama já apareceu aqui. Uma das novidades da última audiência para cá... O Ibama não, a Funai. A novidade da última audiência para cá é que a Funai agora já está aqui também. A Funai já está aqui. É correto, é correto. Agora, temos que ter prazo.

Não estão dizendo que vai haver uma PEC aí para ter prazo para a Presidente da República indicar diretores de agência, que não se pode esperar *ad aeternum*? Tem de ter prazo. E tem de ter prazo para esse também. O Ibama tem de ter prazo, o Meio Ambiente tem de ter prazo, a Funai tem de ter prazo.

Ministro, o que eu quero pedir dos senhores que aqui estão é isto que eu sei que os senhores já estão fazendo, mas vamos ver se agora saímos do papel para a prática. A teoria é bacana, é fácil falar. Candidato, então, é uma maravilha. Eu nunca vi nenhum candidato pedindo voto para o povo dizendo que vai votar contra o salário mínimo. Nunca vi. Então, é fácil. E mais importante do que o discurso que o vento leva, que as palavras que o vento leva é a prática.

Acho que o Brasil, neste momento de crise... A crise é relativa, nós não estamos diante de um país falido, não. Estamos diante de um país que tem a maior potencialidade do mundo. Dentro dos BRICS, a China pode ter mais gente que nós, a Índia pode ter mais gente, mas eles não têm o somatório que nós temos de população, de território produtivo, de riqueza natural. Ninguém tem. Quem tem isso é o Brasil. Então, acho que é dessa forma positiva que temos de olhar o nosso País.

E olhar o nosso País é ver o que é o principal. Não há dúvida, Ministro, de que o principal hoje é resolver esses gargalos ambientais na região, de forma conjunta, com os ministérios que trabalham com infraestrutura, como o Ministério de Minas e Energia, o Ministério de Transportes e outros ministérios, para que possamos

resolver. Muitas vezes, basta uma priorização – na gradação, colocar como alto grau de prioridade – que conseguimos resolver isso.

Não estou falando só de um parque industrial que é o maior da América Latina, que é a Zona Franca de Manaus, mas estou falando de toda uma gente. São mais de 20 milhões de habitantes que vivem isolados, não têm ideia do que significa isso. Isso faz com que o nosso sentimento de patriotismo, que já não é muito grande, se perca um pouco. Nossa gente gostaria muito de, no final do ano, ir lá para as praias do Rio Grande do Norte, Presidente – Natal, aquela bela cidade, com aquelas praias maravilhosas –, mas sabe para onde eles vão? Para Margarita, na Venezuela, porque lá chegam de carro ou de ônibus, mas ao Morro do Careca, às suas praias não chegam. E de avião é caro, principalmente na época de férias, porque aí o custo fica maior.

Esse não é um pleito meu – aqui está a Senadora Sandra, o Senador Omar acabou de sair daqui, lá estão os Deputados –, é de toda uma região. Então, é muito importante.

Chegamos a sugerir, numa época, Ministro, uma comissão interministerial, porque não adianta fazer uma reunião em que digam: "O problema não é nosso, o problema é deles". Não, o problema é nosso, porque nós somos o Brasil, e o Governo é formado por Meio Ambiente, pelo Ministério da Justiça, em que está a Funai, pelo Ministério dos Transportes e tudo mais.

Quando falamos de estrada, só estamos falando de estrada, mas há o problema também da comunicação. Falta de estrada traz problemas na comunicação. A pior internet é a nossa, é por satélite, cai, é cara.

Fica aqui o apelo em nosso nome. Sabemos dos esforços que o DNIT vem fazendo para resolver o problema, mas eu creio que, dentro do DNIT, dentro do Ministério, seja preciso um grupo de ação. Não há, quando acontece problema de epidemia? Agora mesmo, São Paulo está com problema de dengue. Não há um grupo de ação para enfrentar a dengue? Vamos criar um grupo de ação para enfrentar isso, tudo dentro da lei, tudo dentro do rigor ambiental, a que eu sou plenamente a favor, pois a riqueza é nossa, não é de ninguém.

Vamos fazer com que esse projeto ande. Eu acho que é disso que nós precisamos, Ministro, e tenho certeza de que os senhores têm capacidade de resolver não para a Amazônia, mas resolver para o Brasil como um todo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Fica o meu apelo também, Ministro, para eles chegarem às nossas praias!

Com a palavra, o Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Muito obrigado, Senador Garibaldi.

Ministro Antonio Carlos e seus diretores, não é por acaso que nós estamos tendo hoje uma das reuniões públicas mais concorridas. Como disse a Senadora Grazziotin, quando se fala em transporte, isso interessa meio mundo, pela elementar razão de que isso é uma das maiores precariedades do Brasil, infraestrutura viária, logística. Acompanhei partes do seu pronunciamento, porque estou dividindo o tempo com uma outra Comissão, mas ouvi de V. Exª no início, desde logo, dizendo das dificuldades financeiras.

E aí, como disse o Senador Blairo, o senhor nos desarmou logo de saída. Porque os Senadores de todo o Brasil estão aqui desfiando seus apelos, suas aflições com relação à carência de rodovias de qualidade no País. Mas sei que o senhor ainda não falou do meu Estado; venho do Rio Grande do Sul. E o Rio Grande do Sul, Ministro Antonio Carlos, sabe V. Exª, é um dos Estados mais carentes pela quantidade de rodovias estreitas, precárias, perigosas. Temos altos índices de acidentes no Rio Grande do Sul.

Então, meu questionamento consiste de dois pontos. Um deles sobre prioridades para o Rio Grande do Sul. O segundo ponto, duas rodovias em particular. Está aqui a meu lado o Sr. Sérgio Neto, que é um dos grandes transportadores do Rio Grande do Sul, e que está aqui hoje no Congresso participando de um grande evento dos transportes. E ele me lembrava ainda de duas rodovias sobre as quais lhe faço questionamentos. Uma delas é a 116, no trecho Porto Alegre-Pelotas, porque no trecho Pelotas-Rio Grande, isto é, até a chegada ao porto de Rio Grande, escoadouro de grande parte da produção do Estado, embora uma outra parte venha se dirigindo à Imbituba, Santa Catarina, porque os pedágios são incomparavelmente mais baratos do que os pedágios que ligam Porto Alegre ao Porto de Rio Grande. Inclusive, presentemente, estamos vendo a duplicação, no momento paralisada, já completada a parte Pelotas-Rio Grande, em que a concessionária vai se beneficiar da duplicação e cobra um dos pedágios mais caros do Rio Grande do Sul. Porque quanto do Ministro Eliseu Padilha, ele fez um aditivo de prorrogação do contrato por mais 10 anos. Então, vai-se beneficiar a concessionária à custa da duplicação com dinheiro público.

Mas a minha pergunta primeira, Ministro Antonio Carlos, é sobre a retomada das obras da 116, Porto Alegre-Pelotas, que é muito importante, para valorizarmos cada vez mais o Porto de Rio Grande.

A segunda questão é como relação à 290, que é o trecho mais longo do Estado. É a rodovia que divide exatamente pelo meio o Estado do Rio Grande do Sul: Eldorado do Sul-Uruguaiana, exatamente a metade do Estado. E é o corredor internacional em direção à Argentina e ao Uruguai. Essa rodovia é muito importante, é

muito perigosa, é muito carente. Então, o que o senhor traz de bom para nós, particularmente para os transportadores, enfim, a produção no Rio Grande do Sul, que está lhe assistindo pela TV Senado, que é uma TV muito assistida no Rio Grande do Sul, e onde precisamos tanto, especialmente sobre essas duas rodovias.

Quero lembrar que há bem pouco tempo foi construída a 448, para aliviar o trânsito de Porto Alegre, que era muito sobrecarregado. No pequeno trecho de Canoas-Porto Alegre, com um percurso de apenas 30km, até pouco tempo, se levava de uma hora a uma hora e meia na hora do pico, de manhã ou no fim da tarde. E foi construída a 448, que, em menos de um ano, já começou a precisar de reparos porque houve aplicação de material de segunda categoria. E aquela rodovia nova parecia um tobogã em vários pontos, que é uma outra questão que nos preocupa, ou seja, a fiscalização das empreiteiras das rodovias.

Em resumo, Ministro: 290 e 116; e que notícias o senhor nós traz com relação a prioridades quanto à questão viária do Rio Grande do Sul.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra o Ministro Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – A resposta para o Amazonas eu combinei com a Vanessa, mas com a presença da Sandra. Vamos discutir essa licença ambiental. Estou a par de tudo o que está acontecendo no Amazonas. Tenho aqui o cronograma, mas vai ser chover no molhado. Acho que nós podemos nos sentar, na hora em que vocês determinarem. Eles vão marcar junto com a Ministra do Meio Ambiente, e vamos tentar ver uma alternativa.

A Sandra também está a par do caso do Ministro Eduardo... as dificuldades que nós temos no meio ambiente. O Miguel poderia dar mais detalhes, mas não há necessidade.

Senador, você está me cobrando prioridades. Eu não tenho a mínima condição hoje de dar as prioridades que eu vou ter de execução e de continuidade de obras que eu tenho. Então, já combinei aqui com o Presidente que, assim que eu souber o que vou ter de recursos, eu estou à disposição para voltar à Comissão já com uma notícia positiva. Jamais posso falar que vou dar prioridade à A, B ou C, porque não sei exatamente o que eu tenho de recursos para essas obras.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Vai ser a reunião mais concorrida.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Vai ser a mais concorrida. Eu ainda gostaria de fazer por módulo: fazer Sul, fazer Centro-Oeste, Norte e Nordeste, porque aí trago os resultados. Eu acho que você vai entender a minha situação, porque não tenho como dar essas prioridades.

Sei que o ritmo da 116 está baixo. A duplicação de Guaíba a Pelotas está em andamento, num ritmo baixo, com conclusão para dezembro de 2016. O contorno da Estância Velha de Sapucaí do Sul, com conclusão para março de 2018. A adequação da 158, que é a travessia de Santa Maria, em andamento, conclusão para maio de 2017.

Mas eu só vou poder confirmar essas datas de conclusão quando eu souber quanto eu tenho no meu caixa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Mas está perto. Eu acho que, até o início de maio, eu já sei o que devo ter e já marco logo em seguida para a gente discutir as prioridades.

Desculpem por não poder dar a resposta, mas eu seria muito leviano de dar um chute aqui, sem saber o que eu tenho de recursos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra à Senadora Sandra Braga e, em seguida, ao Senador Hélio José.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Eu gostaria de agradecer ao Senador Hélio, nosso rei da concessão. Muito obrigada.

Meu querido Presidente, Senador Garibaldi, gostaria de cumprimentar o Ministro Antonio Carlos, toda a Mesa e toda a equipe que se faz presente – eu sei que há um equipe aqui, e gostaria de cumprimentar a todos.

Ministro, com relação ainda à questão da BR, que a Senadora Vanessa colocou, isso é essencial para o nosso Estado, é um assunto que todos nós... Pelo que o senhor vê, é muito antigo, e eu gostaria de propor ao senhor, como este é um assunto que não é fácil de responder rapidamente, que a nossa Bancada do Amazonas fizesse uma visita ao senhor e que lá pudéssemos discutir esse assunto.

Temos aqui o relatório do DNIT dando o passo a passo de toda essa movimentação, que vem acontecendo há muito tempo. Então, acho que seria adequado nós marcarmos essa visita e conversarmos até um pouco mais tecnicamente, para que possamos acompanhar de perto o que hoje nós podemos esperar ou não dessa BR.

Pode ser assim? Vamos marcar, e essa resposta será dada.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Sandra, estou à disposição. Vou só aguardar este início do mês de maio. Na hora em que vocês marcarem com toda a bancada, vocês podem me avisar um dia antes para eu colocar na agenda e trazer toda a estrutura técnica para a gente discutir. Eu acho que é ideal a sua solicitação.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Agradeço.

Bem, outra questão importante para nós, no Amazonas, é a do transporte pelas hidrovias. Para aprimorar ainda mais esse transporte de cargas e passageiros por hidrovias com um plano estrutural eficiente e sólido, eu sei que seu Ministério iniciou, recentemente, um projeto denominado Plano Hidroviário Estratégico. Com esse plano, o Ministério tem por objetivo preparar uma estratégia para a implementação do plano até 2031. Não é isso?

Bem, o plano deve se concentrar nas atividades relacionadas ao transporte hidroviário do Ministério e de outros de forma a integrar a política do Ministério para o setor hidroviário com as demais relativas ao uso de recursos hídricos.

Quais as perspectivas desse Plano para a Região Amazônica?

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Senadora Sandra, eu vou passar para o Valter, que hoje é o substituto do Diretor Geral, mas é o Diretor de Infraestrutura Aquaviária, que pode te dar detalhes técnicos.

Por favor, Valter.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Bom dia, Senador Garibaldi, Presidente; Ministro Antonio Carlos; Jorge Luiz Bastos, Presidente da ANTT; Secretários do TCU, Srs. Senadores, senhoras e senhores.

O DNIT, como órgão que implementa as políticas de infraestrutura de transporte, tem acompanhado o Plano Hidroviário Estratégico e o seu desdobramento com ações de dragagem e sinalização, que a gente está chamando de dragagens estruturadas, e vai contratar, em formatação de cinco anos, essas dragagens para que possa dar uma confiabilidade maior à navegação dos rios.

Foram feitos estudos de viabilidade em todas as bacias hidrográficas. Na Região Amazônica, foi feito no Madeira, está sendo executado no Amazonas, já está em fase de finalização no Tapajós, Teles Pires/Juruena e Tocantins, também em fase de execução. O Madeira já concluiu e a gente está elaborando o edital para contratação dessa dragagem estruturante que vai ficar fazendo essa manutenção por cinco anos.

Então, com relação a esse problema que a Senadora Vanessa Grazziotin comentou de que, hoje, a gente não conseguir navegar 12 meses por ano no Madeira, a ideia é que a gente tenha o Madeira sendo realmente navegado 12 meses por ano com um calado ideal para embarcação do seu tamanho sem a necessidade de desmembramento.

Então, o DNIT já está preparando o edital para o Madeira. Na sequência vem o Tapajós, do trecho de Miritituba até Santarém, que, apesar de haver várias empresas já utilizando a hidrovia, a gente sabe que também tem restrição num período do ano para navegação lá. Então, o DNIT vai fazer essa contratação também no Tapajós e, na medida em que forem liberando esses projetos, nas demais hidrovias.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço à Senadora Sandra e concedo a palavra, finalmente, ao Senador Hélio José.

Ele concedeu tanto que ficou quase para o final.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Eu queria cumprimentar o Senador Garibaldi Alves e o Ministro Antonio Carlos Rodrigues pela paciência, pela tranquilidade na condução dos trabalhos.

Como Presidente da Frente Parlamentar da Infraestrutura, realmente devo estar concedendo para os colegas perguntarem e a gente poder formar uma opinião mais tranquila aqui.

Eu queria cumprimentar V. Sªs e o nosso querido Valter, Presidente do DNIT; o Jorge Luiz, da ANTT; os técnicos do TCU, o André e o Davi, que fazem um trabalho excepcional. Acho que V.Sªs completam esse time com muita qualidade.

Primeiro, queria fazer uma observação, que, no Ministério do Transporte, a mão de obra básica, também no DNIT, e não na ANTT, porque esta tem seus técnicos, o técnico é exatamente a minha categoria, os analistas de infraestrutura, que são as pessoas que trabalham, que fazem a mão de obra do Ministério do Transporte e parte do DNIT.

Se é razoável permanecer o equívoco hoje remuneratório dessa categoria, que não fica; a maioria fica saindo o tempo inteiro, porque as pessoas estão estudando para outros concursos. Por um erro de data da homologação dessa carreira de Analista de Infraestrutura, que era para ser a mesma carreira, igual, do EPPGG, do APO, Analista de Planejamento e Orçamento, Analista de Comércio Exterior, essa carreira entrou um pouco depois da Medida Provisória nº 440, que organizou as carreiras na área pública.

Então, precisaria ouvir do nosso Ministro, do pessoal do DNIT, como pensam em nos ajudar junto à Presidenta Dilma a dar uma estabilidade para essa carreira tão importante para o PAC, que é exatamente a mão de obra de que dispõe tecnicamente o Ministério do Transporte, que é feita pela carreira de Analista de Infraestrutura.

Queria cumprimentar o Secretário Executivo, que é o nosso Deputado Giroto, que foi uma pessoa que nos ajudou muito aqui na época em que a gente quase resolveu esse problema da carreira, mas ainda não resolvemos, inclusive com apresentação de emendas quando ele era Relator aqui do Orçamento da União.

Outras questões importantes, Ministro, depois falar sobre os Analistas de Infraestrutura, é que, como Senador do Distrito Federal, uma das menores unidades da Federação, nós aqui também temos sérios problemas com relação à questão de transporte hoje em dia. Quando as pessoas saem das cidades-satélites para trabalhar em Brasília, a gente observa aquele engarrafamento sem tamanho, tanto de manhã quanto à tarde. Quer dizer, um caos muito grande.

Eu queria saber de V. Exª como é que anda a interface junto ao Ministério das Cidades com relação à mobilidade urbana, de escoamento dessas grandes cidades brasileiras, notadamente Brasília, por causa dessa questão dos grandes engarrafamentos que a gente sofre todos os dias.

Vocês estão fazendo uma obra importante para nós, que é exatamente a recuperação e o Crema da 080 e da 070. A gente precisaria marcar uma data, porque, quando se faz uma coisa importante para o local, a gente tem que realmente cacarejar e fazer o público conhecer. Queria marcar uma data. Conversei com o governo do DF para a gente poder fazer esse lançamento da 080 e da 070, que vocês estão fazendo aqui no Distrito Federal.

E falando na 080, é uma BR que liga Brasília a Goiás – inclusive quero discutir com o pessoal de Goiás – e que vitima uma série de pessoas numa cidade chamada Brazlândia, que é a única cidade do Distrito Federal que não é ligada por pista duplicada, onde ocorre um monte de acidente todos os dias, tanto na estrada de Brazlândia-Padre Bernardo, quanto de Brasília-Taguatinga-Brazlândia.

Então, se há alguma previsão com relação à duplicação dessa importante BR, que é 080, ligando esse trecho. Vocês vão fazer agora só na frente da cidade de Brazlândia um pedacinho de duplicação. A gente precisa duplicar todo o trecho dessa BR, que é uma coisa mais ou menos de 120km.

Sou membro da CMO, a Senadora Rose, que é a nossa Presidente da Comissão Mista do Orçamento, estava aqui há pouco instante. A gente quer discutir com a Bancada de Brasília e de Goiás a duplicação dessa BR 080, ver como a gente dota de recursos.

Aqui em Brasília, nós temos uma série de problemas também com relação ao entorno do Distrito Federal, que é uma área esquecida, que é uma área de ninguém. O nosso Diretor da ANTT, Jorge Luiz, esteve até fazendo um debate aqui com a gente com relação a algumas coisas importantes de transporte para essa área, por exemplo, o trem que liga Luziânia a Brasília, que precisa ver se vai se tornar uma realidade; uma outra proposta, que é a interligação do BRT no trecho Santa Maria a Luziânia.

O BRT já faz Santa Maria-Brasília. A gente conseguiria também evitar esses engarrafamentos enormes se fizesse esses BRTs, e isso está previsto. E a gente precisaria ver com o Ministro dos Transportes, com a ANTT ou com o DNIT, não sei qual dos três vê isso, se há possibilidade de se fazer um acordo, de haver uma relação entre o DER e o DNIT para que a gente possa assumir as manutenções de algumas coisas em Brasília, em área pequena, mas fundamental para a gente. O gasto é muito grande. Veríamos se há possibilidade de fazer esse convênio, com relação ao repasse, para que o DER Brasília possa assumir essas questões das obras internas, porque há muitas pistas totalmente sem condições de transitar.

Com relação, para finalizar, à região do entorno, os gastos para melhorar essa situação estão na ordem de 150 a 250 milhões, e o DF não tem condições de assumir essa questão do entorno. Então, também a gente questiona se é possível haver um subsídio da ANTT para que a gente possa assumir essas questões aqui, como o trabalho de recuperação dessas vias do entorno para Brasília e a melhoria desse transporte.

Era isso que eu teria a dizer, Sr. Ministro, Sr. Presidente da ANTT, Sr. Diretor do DNIT. E falar o seguinte, fazer um comentário sobre a questão de que aqui em Brasília nós não temos hidrovias, mas, como cidadão goiano e analista de infraestrutura que sou, como engenheiro eletricista que sou e Presidente da Frente Parlamentar da Infraestrutura, quero, inclusive, convidá-los para para o ciclo de debates que a gente vai promover sobre transportes, envolvendo Deputados e Senadores. Vamos sentar e fazer esse ciclo. Mandaremos para V. Sªs esse calendário, para que possam discutir.

Com relação às hidrovias e ferrovias, que são os transportes modais mais baratos que existem no mundo, por que, quando fazemos os projetos de barragem, de usinas hidrelétricas, já não deixamos em conjunto o projeto das eclusas para podermos tornar o Brasil mais navegável, tornar o Brasil realmente excelente? Porque o Brasil é um país privilegiado com esses grandes rios que cortam o País. A gente poderia fazer o transporte da soja e de outros produtos com muito menos despesas, não gastando o horror de dinheiro que temos que colocar nas rodovias, que se desgastam rapidamente.

Quanto às ferrovias, eu quero parabenizar o Brasil pelos investimentos altos que está fazendo nas ferrovias e dizer que, como membro da CMO, no que eu puder ajudar na questão dos transportes estarei ajudando, também nessa Frente Parlamentar da Infraestrutura.

Quero agradecer o nosso Senador Garibaldi pela paciência, todos os que estão aqui presentes e dizer que estamos às ordens para ajudar o nosso Brasil a progredir cada vez mais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Apoio Governo/PP – RO) – Obrigado, Presidente.

É uma alegria cumprimentar V. Exª e os nobres colegas aqui. É uma satisfação também cumprimentar o nosso eterno colega Senador e hoje Ministro Antonio Carlos Rodrigues. Desejamos sucesso nessa nova empreitada que o senhor tem pela frente com relação às necessidades, à demanda da infraestrutura do Brasil. Cumprimento toda a equipe que faz parte do Ministério dos Transportes, enfim, todo mundo.

Ao mesmo tempo em que vi os Senadores aqui debaterem suas regiões e as necessidades que nós temos, eu quero aqui aproveitar, antes de começar a colocar os pontos referentes ao meu Estado de Rondônia, para dizer que, há poucos dias, estivemos reunidos, os Senadores do PP, com o Ministro da Fazenda e se dizia que o trabalho que o Governo Federal está fazendo, especialmente no aumento de receita, está correto. Mas quando o Governo Federal, infelizmente – e falo isso porque sou da Base, como vários Senadores aqui são da Base – deixa de fazer o dever de casa e cria, ajuda a criar a crise que está aí, que não é culpa dos Ministros, eu falei para o Ministro da Fazenda o seguinte, vou dar um exemplo simplificado aqui: se um pai de família chega em casa, tem dez filhos e, naquele dia, diz para a esposa e para os filhos: "Olhem, a partir de hoje nós temos que fazer uma redução nos nossos investimentos em infraestrutura e nas nossas despesas de 30% a 40%".

Até aí está tudo correto; porém, quando o Governo deixa de pagar a farmácia, a padaria, deixa de pagar a borracharia, deixa de pagar o posto, deixa de pagar o boteco, não tem como a gente colocar para frente as coisas que nós queremos.

Para simplificar, o que estou querendo dizer com isso? O nós estamos assistindo é que nós estamos precisando urgentemente... E, aí, não é culpa do Ministério dos Transportes, não é culpa do Ministério das Cidades; infelizmente, é culpa do Ministério da Fazenda e do Palácio do Planalto, porque a esta crise que, hoje, nós estamos assistindo, se não se tomar providência urgentemente, Sr. Presidente Garibaldi Alves, nós vamos complicá-la mais ainda. E por quê? Nós temos, urgentemente, que saldar os compromissos que a União tem com os Municípios, com os Estados e com os prestadores de serviços.

Eu dou o exemplo, no meu Estado e em outros Estados, de quantas obras foram contratadas, foram executadas, foram medidas e não foram pagas ou para as quais ainda falta concluir os pagamentos. E isso acaba prejudicando.

Eu sei que os Ministros têm debatido isso com o Ministro da Fazenda. E eu disse, Ministro Antônio Carlos, para o nosso Ministro da Fazenda que não adianta eles colocaram como pretexto que não têm dinheiro para pagar, porque dinheiro para pagar tem. E afirmo isso porque eu já fui governador. E essa mola propulsora do desenvolvimento não pode parar!

Nós temos de ajustar, para adequar, daqui para a frente, com as receitas que existem, como eu ouvi o Ministro Antônio Carlos falar agora há pouco para os demais Senadores: "Olha, eu não tenho na mão quais são as prioridades. A partir do momento que eu tiver os recursos na mão, eu vou dizer a vocês quais são as prioridades em cada Estado". Está correto, até para que a gente possa criar uma expectativa futura.

Ao mesmo tempo, o que nós não podemos fazer é, por conta do que o governo está fazendo, deixar para o passado.

Vou dar outro exemplo simplificado aqui. Nós temos duas pastas importantes no Governo Federal. Eu acho que, tirando a educação e a saúde, que é normal e está na Constituição os investimentos que se tem de fazer nessas áreas, há duas pastas que necessitam de vários órgãos federais: o Ministério dos Transportes e o Ministério de Minas e Energia.

É inaceitável ver que o Estado do Amazonas ou outros Estados brasileiros, às vezes, fiquem no sistema isolado porque, infelizmente, um órgão ambiental não concedeu a licença própria para se fazer uma linha de transmissão! É inaceitável quando eu percebo, a exemplo da 319, como eu ouvi, agora há pouco, as minhas colegas Sandra e Vanessa falarem aqui, do Amazonas – e o Omar também tem trabalhado em cima disso...

Ministro Antônio Carlos, meu Presidente, eu, no passado, era caminhoneiro. Eu puxava banana de Porto Velho a Manaus. Eu saia de manhã cedo e, de noite, estava em Manaus. Quarenta anos depois, hoje, está aí a situação: por barca, uma dificuldade; por via aérea, ficamos na exploração das passagens aéreas, dependendo de promoções. E, aí, vêm os órgãos ambientais dizendo que não se pode fazer.

É uma rodovia que sempre vai interligar o Amazonas com o resto do Brasil. E não é só lá não! Se nós pegarmos a BR-301, em todos os trechos aqui, veremos que, volta e meia, há um pedaço paralisado por conta das questões ambientais. Aí, qual é a falha que há? A falha, mais uma vez vou dizer, está no Palácio do Planalto. E por que está no Palácio do Planalto? Eu já sugeri isso para a Presidente, já sugeri isso para os Ministros: façam um projeto de lei, façam uma PEC, façam o que tiverem de fazer, mandem de lá para cá, que todos os projetos estruturantes, em nível nacional, de interesse da Nação, de interesse dos brasileiros, serão cumpridos. Acabou!

Qualquer um emperra qualquer obra. Vou dar um exemplo aqui do meu Estado, Rondônia: a BR-429. É uma rodovia que interliga Presidente Médici, Alvorada, São Miguel do Guaporé... E quero parabenizar aqui o Ministro e toda a sua equipe – está aqui o Miguel de Souza, que foi Deputado Federal do meu Estado –, porque foi licitado, há poucos dias, a travessia de São Miguel de Guaporé. E parabenizo porque uma firma de "malas" pegou lá e fez pela metade um serviço porcaria no trecho de Alvorada a São Miguel, deixando o povo de São Miguel praticamente isolado, porque não tinha condições de sequer trafegar direito. Mas há trechos, nessa rodovia, de São Miguel a São Francisco e dali a Costa Marques, Presidente, Ministro, que estão paralisado porque ainda há pendência de ordem ambiental no meio. E isso faz cinco ou seis anos!

Será que essa estrada vai passar pelas nuvens? Será que essa rodovia vai passar pelo céu? Será que essa rodovia vai dar a volta pela Bolívia para voltar ao Brasil? Poxa vida! Essa é uma questão de entendimento de administração pública! Eu fui governador; e eu não aceitava... Eu sentava à mesa com os meus Secretário e dizia: "Ou vocês se entendem e fazem a coisa dentro da lei, ou eu boto todos vocês para fora!"

O que não pode é dez puxarem para frente e ter um, que se acha dono da pasta, puxando para trás! E é o que, infelizmente, tem acontecido no governo.

E, ai, Ministro, acaba atrapalhando a sua garra, a sua determinação, da sua equipe, como do Ministro Eduardo Braga, que reuniu os Senadores ontem que estiveram presentes lá. Eu não tenho uma questão... não precisa passar por cima da questão ambiental, mas eles que tirem a bunda da cadeira e decidam essa situação. Que coloquem no papel o que precisam e autorizem essas obras estruturantes de nível nacional.

Vou dar um exemplo aqui em Brasília, quantas vezes nós, Senadores, saíamos daqui para o aeroporto, aí quando chegamos naquela pista embaixo lá, aqui pertinho do aeroporto, porque existe calango de um lado e sapo do outro – não sei o que é que tem aqui, acho que é um parque –, não pode e não podia ampliar. Resultado: travava todo o movimento e ficava essa situação que nós vivemos aqui dentro de Brasília.

Quer dizer, tão fácil de resolver. São obras que o Brasil precisa, não é o Senador Ivo Cassol que precisa, não são os Senadores aqui de Goiás e da região que precisam, somos todos nós que precisamos. Então, o que nós precisamos, urgentemente, essa aqui é uma solicitação que eu faço ao nosso Presidente desta Comissão, eterno Ministro e Senador Garibaldi Alves, para nós cobrarmos da Presidência que faça, urgentemente, um entendimento, uma legislação, para que todas as obras estruturantes se concluam. Está aqui um exemplo que eu vou dar ainda, mais um relacionado às de Minas e Energia: quantas vezes pararam as obras de Santo Antônio e Girau? Quantas vezes pararam as obras de Belo Monte pela falta de energia, Flexa Ribeiro? O que nós temos no Brasil? Qualquer um se acha no direito de chegar lá e sentar em cima de um toco e paralisar tudo. E isso é ruim para o Brasil.

Então, eu quero aqui agradecer o empenho que o Ministro Antônio Carlos tem dedicado, como toda a sua equipe, no Ministério, para retirar essas pendências. Mas para vocês poderem conseguir produzir a contento da sociedade brasileira, nós precisamos que o Ministro da Fazenda libere, urgentemente, os saldos de débitos que o Ministério tem, não só o seu Ministério como os demais Ministérios, para que eles possam projetar e programar para frente o que tem que fazer e, ao mesmo tempo, atender.

Da mesma maneira, nós precisamos aqui, e eu quero também parabenizar mais uma vez o DNIT... Esses dias eu estive em seu gabinete, Ministro e, quando alguém da bancada nossa de Rondônia tentou imputar ao DNIT e ao Ministério dos Transportes a culpa dos viadutos de Porto Velho, eu defendi na hora que a culpa dos viadutos de Porto Velho não é culpa do DNIT, a situação dos viadutos de Porto Velho é culpa da incompetência do Prefeito passado de Porto Velho, do Sr. Roberto Sobrinho, do Prefeito atual de Porto Velho, que simplesmente sentaram em cima e não tiveram competência de tirar as pendências que tinha na época e ver o que tinha sido executado e pago a mais, e querendo culpar o DNIT. Agora não, o DNIT assumiu, o DNIT apurou os fatos, e já está contratando e já deu a ordem de serviço para que possam começar essas obras nos próximos dias, porque o prejuízo que tiveram aqueles comerciantes, infelizmente, é muito grande.

Ao mesmo tempo, nosso Ministro, eu queria solicitar de toda a sua equipe aqui, que mesmo com as dificuldades que tem, que fosse colocado como prioridade o contorno norte de Porto Velho. Está aqui o Miguel de Souza, que sabe disso. Porque o contorno norte de Porto Velho? Porque nós temos um novo porto hoje, que despacha todos os grãos do norte de Mato Grosso. E, hoje, essas carretas passam e vão passar tudo por dentro de Porto Velho, tudo pelo centro de Porto Velho. As ruas não vão aguentar – não é mais aquela Av. Jorge Teixeira indo para o porto antigo – e esse transtorno que está ocorrendo, nós precisamos, urgentemente, construir esse contorno norte. São 17km. Na época, como governador, eu fiz a reabertura do traçado por onde vai passar essa rodovia. Se não for lá pavimentar urgentemente, porque não tem condições, que se faça pelo menos um serviço, paulatinamente, para que bote esse movimento todo para esse contorno norte, uma vez que esse novo porto, nos próximos dias, vai começar a funcionar ou já está funcionando. O próprio Senador

Blairo Maggi, tem uma estrutura que funciona descendo o Rio Madeira. Então é fundamental para que a gente possa dar uma condição para o povo de Porto Velho, já que a situação do trânsito urbano é muito pesada.

E uma outra solicitação que a gente queria fazer para o Ministro aqui, e aí entra o que eu falei agora a pouquinho, que precisa saldar a dívida atrasada e o Ministério da Fazenda tem que liberar, o Palácio tem que liberar esses débitos, esse dinheiro, para que a gente possa retomar, urgentemente, as obras da 425, da BR-364, de Nova Mamoré a Guajará-Mirim. Um por causa das águas, não é Ministro? Então, parou, mas ainda a situação financeira também, porque as empresas vieram com dificuldades, estão vindo com dificuldades. Porque, a partir do momento que o Governo Federal não paga, o empresário também não paga os funcionários, os funcionários também não pagam o mercado, também não pagam o boteco, também não pagam a borracharia, e fica esse caos social dentro da sociedade.

Então, eu queria solicitar do Ministro essa gentileza e priorizar essa questão final da 429, para que a gente possa concluir, de vez, não só as pontes da 429, como também o aterro e essa questões ambientais que têm pendentes no meio do caminho.

Agradeço, de resto, a atenção que o senhor e toda sua equipe sempre têm dado para nós, da Bancada de Rondônia, e especialmente para mim.

E me coloco à disposição para contribuir e ajudar. Estou falando isso, Sr. Ministro Antonio Carlos, aqui, porque sou da Base do Governo. E não é porque sou da Base do Governo que eu seja obrigado a ficar calado se alguma situação do Governo Federal não der sustentação para que os Ministros possam trabalhar, os Ministérios possam trabalhar.

E tenho certeza de que o Ministério dos Transportes é um dos mais importantes para levar riqueza e desenvolvimento, trazendo progresso para nossas regiões.

Desejo sucesso. Um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Ministro Antonio Carlos para responder ao Senador Hélio e ao Senador Ivo Cassol.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Primeiro, ao Senador Hélio. Senador Hélio, a carreira de analista está na esfera do Ministério do Planejamento. Eu, com muito prazer, vou tentar ajustar. Quando eu estava aqui no Senado, passou um projeto do DNIT, mas, infelizmente, não me lembro o que aconteceu para o analista ficar de fora desse projeto. Já vou conversar com o Giroto, que está a par e na época era o Relator aqui na Câmara Federal. No que puder, vou colaborar.

O trem Brasília-Luziânia é com a ANTT. Depois, passo a palavra para o Jorge.

O BRT Santa Maria-Luziânia é com o Ministério das Cidades.

Manutenção das rodovias do Distrito Federal: 100% da malha do Distrito Federal estão cobertas pelos contratos de manutenção. O último posicionamento que eu tive é de que estávamos com 51% de bom, 33%, irregular e 17%, sofrível.

A BR-020, adequação de capacidade de Sobradinho a Planaltina, está concluída.

A BR-060, Distrito Federal-Goiás, o trecho DF, duplicado, de Brasília, obras estão sendo complementares. Também concluído.

A BR-450, adequação da Granja do Torto, estrada do DF, também concluída.

Sobre o Entorno, o Jorge teve oportunidade de falar nesta semana. Estou desde fevereiro trabalhando neste sentido. Tivemos reunião com os dois Governadores, houve licitações desertas. Eu o convido para participar conosco e tentar organizar. O Jorge não está medindo esforços para resolvermos as questões sobre o Entorno.

Gostaria, Jorge, que você colocasse o Senador junto, porque ninguém melhor do que o Parlamentar para ter as soluções.

Sobre Rondônia, quero deixar bem claro aqui que já estou vendo os jornais dizendo que eu estou jogando em cima da Fazenda. Temos dois episódios para falar antes: por que nós estamos atrasados? Atraso do orçamento, ver quando o Legislativo aprovou o orçamento, e temos o projeto do ajuste fiscal. Então, não é só no colo do Joaquim, não. Duas etapas atrasaram. O orçamento foi aprovado...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Na semana passada, então. Calma, jornalistas, eu sei que vocês pegam o gancho e batem em uma coisinha só. Esse atraso nós temos por causa do orçamento e do projeto de ajuste fiscal que está na Casa. Então, não é bem assim.

O Ivo é meu amigo, estivemos juntos aqui; sentávamos um ao lado do outro, não é, Ivo?

A BR-364, essa travessia de Porto Velho, está em andamento. Vamos ver o que podemos fazer para tirar todo esse atraso que houve.

A BR-429 concluiu 79km. Falta executar um pedacinho muito pequeno: 3,5km mais ou menos.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Apoio Governo/PP – RO. *Fora do microfone*.) – Questão ambiental.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Questão ambiental.

E a manutenção da sua malha, que é uma malha grande; tem 1.876km de malha pavimentada, 92% cobertos pela manutenção.

Continuo à disposição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra o Dr. Jorge Luiz Bastos.

O SR. JORGE LUIZ MACEDO BASTOS – Senador, dentro do Distrito Federal nós temos algumas ações para o Entorno. Como o Ministro falou, nós vamos tratar da licitação do transporte rodoviário, nós estamos tentando melhorar o transporte com as novas licitações. Eu vou chamar o senhor para o debate.

Com relação à BR-040, ela foi concedida e nós estamos trabalhando na duplicação e na melhoria das condições do eixo sul do Entorno, com novas marginais, com novas passarelas, para que a fluidez do trânsito se dê da melhor maneira. Então, a concessionária já está fechando alguns acessos, porque, como o senhor sabe, há vários contornos irregulares na rodovia e todos eles estão sendo fechados. Nós já fizemos uma reunião com os prefeitos do Entorno. Então, a melhoria vai se dar rapidamente nessa rodovia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Eduardo Amorim. Em seguida, Senador Flexa Ribeiro e, depois, Senadora Fátima Bezerra. E aí estaremos encerrando.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Excelência, só um instante, porque a resposta sobre as eclusas e o projeto conjunto com relação às hidrovias é muito importante para o Brasil e para a gente, e eu, como engenheiro eletricista, não posso deixar de ouvir essa resposta. O que acontece? Não há uma interface com o Ministério de Minas e Energia? Há problema nisso? Como a gente pode ajudar para que isso ocorra?

Obrigado, Presidente.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Com relação à questão dos projetos de eclusa, no ano passado, foi aprovada uma lei obrigando à construção de eclusa junto com a barragem. É claro que há uma série de condicionantes que estão estabelecidas, mas já houve um avanço nesse processo. O Ministério dos Transportes e o DNIT sempre colocaram como uma coisa boa a construção da eclusa, porque se reduz muito o custo de construção da eclusa quando se faz junto com a barragem. A gente tem conseguido avanços com o Ministério de Minas e Energia, porque a gente está sentando com o Ministério toda vez que se fala num barramento para poder definir o local correto para a eclusa, a melhor posição para o setor de transporte também. Inclusive, o Ministério de Minas e Energia até abriu uma possibilidade de incluir no edital, quando da contratação da empresa que vai construir a barragem, a possibilidade de essa empresa também fazer a eclusa, claro que com recurso do Ministério dos Transportes, mas utilizando o mesmo processo licitatório na construção da barragem.

Então, vejo que, nesse ponto da questão da construção da eclusa, a gente tem conseguido um bom entendimento com o Ministério de Minas e Energia e a gente vai conseguir acompanhar essas construções já com a indicação de melhor posicionamento para as eclusas nessas barragens e, quando for possível, quando houver espaço fiscal, a gente também construir em conjunto com a barragem essas eclusas.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Ministro, seja bem-vindo a esta Comissão.

Sr. Presidente, Diretores, Secretários, sejam todos bem-vindos a esta Comissão.

Meu Partido não faz parte da base do Governo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Já fez. Não faz mais.

Mas quero dar o meu testemunho de que a Presidente soube escolher. Escolheu uma pessoa idônea, sincera, correta para o Ministério dos Transportes. Eu acredito muito nisso. Pena que o senhor chega numa hora em que o orçamento está extremamente travado, cortado e atrasado. Com certeza, o senhor não tem nenhuma culpa nisso.

Mas desejo e espero que o Governo saiba reconhecer a capacidade de V. Exª, o crédito que tem nesta Casa junto a todos os Parlamentares e colegas, porque se trata de um Ministério extremamente estratégico.

Sou filho de uma cidade conhecida nacionalmente, até por lei, como capital nacional do caminhão. É raro a família que não tenha algum envolvimento com caminhão. Até a arquitetura da nossa cidade, Senador Flexa Ribeiro, é desenvolvida, é feita em função do caminhão. O caminhão se hospeda na parte térrea da casa e, na parte superior, no segundo pavimento...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Como é o nome da cidade de V. Exª?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Itabaiana, em Sergipe, capital nacional do caminhão por lei.

Então, todas as famílias têm envolvimento direto e indireto com o setor do caminhão. O convite até foi feito ao Ministro, recentemente, para que ele estivesse lá, na tradicional 50ª Festa dos Caminhoneiros. As famílias param e se comemora ali a data. Foi feito o convite para que o Ministro pudesse até discutir com aqueles que conhecem todas as rodovias deste País. Reitero aqui esse convite.

No meu Estado, o maior investimento do Governo Federal é numa rodovia, a 101, que atravessa o nosso Estado no sentido norte-sul. V. Exª sabe, porque já estive algumas vezes com V. Exª, como essa obra está demorada, mas vi que V. Exª tomou algumas atitudes.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Então, vi que V. Exª já tomou algumas atitudes. Já estamos vendo, assistindo a alguns resultados.

Nesta semana, estive em uma superintendência do DNIT, com alguns prefeitos, com algumas lideranças, falando sobre exatamente o atraso dessa obra. O que eu ouvi deles – não sei nem qual a empresa que está fazendo – é que a ponte sobre o rio São Francisco, que está sendo feita, já está em obra há seis meses. Parece que a empresa vem reclamando não receber absolutamente nada.

Preocupa-me muito essa situação, porque acredito que são poucos os empresários que suportam isso. Não há nenhuma autorização de quem quer que seja para falar sobre isso, mas espero que a obra não pare, que seja dada continuidade à duplicação e que comece outra duplicação tão sonhada no nosso Estado, que é a da 235, no trecho de Aracaju a Itabaiana, que é insuportável. São mais de 20 mil veículos pesados nessa cidade nacional do caminhão. Então, os caminhoneiros, os motoristas, vão descansar em casa quando podem. O trânsito é enorme, mas fui informado de que existe uma previsão orçamentária, pelo menos para o Orçamento do ano que vem, para essa duplicação.

Desejo, Ministro, que V. Exª consiga realizar seu intuito. Eu sei que V. Exª é capaz, mas o desafio é grande, sobretudo neste momento de crise e de arrocho fiscal. Sei da sua idoneidade e da sua transparência. Convivi com V. Exª, todos nós, por quase dois anos.

E pergunto: Ministro, qual a perspectiva de essas obras voltarem à velocidade que tinham? Porque o sentimento que temos é o de que, em pleno século XXI, o cimento brasileiro é diferente do cimento japonês, do cimento coreano, do cimento sueco, porque lá as coisas andam em outra velocidade.

Os Estados Unidos, em 1870, tinham 70 mil quilômetros de ferrovia, quando não se tinha nenhum motor de combustão interna. O motor de combustão interna era a vapor.

Hoje, com toda essa modernidade, não dá para entender como é que essa coisa demora. Essa duplicação do meu Estado já ocorre há mais de duas décadas.

Então, espero que, agora, na sua gestão, o sonho de muitos sergipanos se concretize. Com toda certeza, com a duplicação, muitas vidas serão salvas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Quero registrar a presença do ex-Deputado Miguel de Souza, hoje componente da equipe do Ministério dos Transportes.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Senador e Presidente Garibaldi Alves Filho, além de tudo isso, nosso amigo irmão, fico muito feliz quando V. Exª me concede a palavra e não limita o tempo da minha fala.

Eu quero saudar, pela presença: o nosso Senador e Ministro Antonio Carlos Rodrigues; o Presidente da ANTT, Jorge Bastos; o Secretário de Fiscalização de Infraestrutura do TCU, André Vital; o Secretário de Fiscalização do TCU, Davi Barreto; Valter Silveira, Diretor-Geral do DNIT; o nosso amigo Miguel de Souza; e a sua equipe, Ministro, que o acompanha nesta audiência.

Primeiro, quero fazer alguns registros, Senador Garibaldi Alves, que todos os que me antecederam fizeram. Eu quero parabenizar o Ministro Antonio Carlos pela forma que age neste pouco tempo que está à frente do Ministério dos Transportes, com transparência, com clareza, sem criar expectativa e sem assumir compromisso que não possa vir a cumprir.

Quero agradecer ao Ministro, que concedeu uma audiência à Bancada do Pará ontem. A Bancada, de forma suprapartidária, esteve presente, com cinco ou seis prefeitos do sul do Pará e mais de 40 vereadores, nessa audiência sobre um grave momento por que passam os paraenses dessa querida região do meu Estado.

A soja, a cultura dos grãos avança no Estado do Pará. O Estado do Pará tem um potencial de produção de grãos maior que Mato Grosso, que hoje é o maior produtor. E nós vamos alcançá-lo não a médio prazo, mas

a médio e longo prazo nós vamos chegar lá. Nós temos 24 milhões de hectares abertos, a maioria usada para pecuária. Com tecnologia, pode-se reduzir essa área. Reduzindo-se um terço, nós vamos ter oito milhões de hectares já abertos sem precisar derrubar uma árvore para a agricultura e produção de grãos.

Eu pediria, Senador Garibaldi – e vou fazer isso, Ministro Antonio Carlos, para que todos os nossos amigos do sul do Pará que não puderam estar aqui na audiência com V. Exª, tomem, pela TV Senado, conhecimento das imagens mostradas a V. Exª e à sua equipe na reunião de ontem –, que nós pudéssemos passar o vídeo. São três minutos, Presidente. Desconte do meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Pode descontar mesmo?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Não inclua. Descontar no sentido de não incluir o tempo do vídeo na minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Eu pensei que era no outro sentido. (*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Satisfeito, Senador?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Faltou mostrar as imagens das pontes, mas o Ministro assistiu ao vídeo ontem.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Assisti ao vídeo ontem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Já viu?

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Já.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – A fala de ontem...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Eu pedi permissão a V. Exª, Presidente, para que o Pará inteiro tomasse conhecimento das imagens que o Ministro viu. Lamentavelmente, não mostraram as pontes, as ditas pontes assassinas, porque lá morrem pessoas, vidas são perdidas em função de pontes que foram usadas na guerra do Golfo, que foram doadas àquela altura para o Brasil e foram parar no Pará. Elas estão se desmanchando porque são de aço.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Flexa, o senhor já ouviu falar – acho que é um ditado chinês – que uma imagem vale por mil palavras?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Então, como o senhor trouxe hoje essas imagens, não vai ser preciso mais V. Ex ª falar tanto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Eu tenho vários itens aqui a respeito do trabalho que o Ministro desenvolve no Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Pode falar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Estou falando da ponte só porque não apareceram aqui.

Quero novamente agradecer ao Ministro o atendimento da audiência de ontem e os compromissos que ele assumiu, exatamente como disse aqui: "Não tenho orçamento, não sei quanto caberá ao meu Ministério, quando eu tiver o número, eu chamarei a Bancada e assumirei os compromissos que forem possíveis de serem atendidos."

Então, essa é a situação no Brasil.

O Senador Amorim aqui disse que o Partido dele não era da base do Governo. V. Exª respondeu: "Ainda."

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Não fui eu, não. Foi o Ministro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Foi o Ministro. Disse: "Ainda." Eu não sou da Base do Governo e nunca serei. Então, não existe o ainda no prazo.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Então, vocês não serão governo nunca.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Nunca será governo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Atual, atual, estou me referindo ao atual. De 2018 para frente, fique tranquilo, porque nós vamos mudar de lado e V. Exª vai estar conosco, deste lado de cá, com certeza absoluta. Não tenho dúvida disso.

Mas vamos voltar ao Ministro.

Então, Ministro, eu só pediria a V. Exª que, se pudesse, repetisse o compromisso que assumiu ontem, no Estado do Pará, com relação à BR-158, que é a BR de escoamento da safra de grãos de parte do Pará, a menor parte ainda do Pará, e o resto de Mato Grosso, dados os prejuízos que os produtores têm em não poderem escoar a sua safra.

Eu queria que V. Exª pudesse também – e será motivo de outra audiência da Bancada do Pará – dar uma resposta aos paraenses sobre o derrocamento do Pedral do Lourenço. O Senador Hélio aqui, há pouco, falou das eclusas. Realmente, é um avanço termos aprovado a obrigação de fazer eclusa quando se construir a bar-

ragem. Para isso, havia vários projetos aqui, inclusive um de minha autoria. Nós conseguimos, depois de 35 anos, concluir as eclusas de Tucuruí. Elas estão lá, sem uso. Foram gastos R$1,5 bilhão dos brasileiros, e ela está parada, é um bibelô, porque não foi feito o derrocamento do Pedral do Lourenço. Eu vinha avisando que não adiantava terminar a eclusa três anos antes de ela ficar pronta para que houvesse o derrocamento concomitante.

Eu gostaria que V. Exª pudesse também fazer uma referência à BR-163. Eu acredito que ela está avançada. Faltam em torno de trezentos quilômetros para ser asfaltada. Qual é a expectativa de término dela? Porque por esta BR vão passar 120 mil caminhões por ano. Vou repetir o número, porque é importante que o Brasil saiba disto: são 120 mil caminhões por ano transportando seis milhões de toneladas de soja de Mato Grosso e do Pará para Miritituba. Aí, a partir de Miritituba, em balsa, para Barcarena.

A Transamazônica, a BR-230, essa está completamente fora de prazo. Nós não temos notícia da sua conclusão. Ela é importante porque liga leste a oeste, atravessa a Amazônia transversalmente.

Sobre a duplicação da BR-316, essa é uma saída da capital, Belém, no trecho de Castanhal a Santa Maria, vidas são perdidas. Pelos levantamentos do próprio DNIT, é uma das rodovias em que mais vidas são perdidas no Brasil, porque não foi, até hoje, duplicada. Então, gostaria de ouvir V. Exª.

Sobre a duplicação da Santarém/Cuiabá no núcleo urbano de Santarém, quando chegarem esses caminhões para levar soja para Santarém, se não houver uma lateral, uma via de escoamento desses caminhões, vão interditar a cidade de Santarém.

Por último, Presidente, a BR-222, que liga Marabá a Rondon – eu estive, há duas semanas, trafegando ali –, está, eu diria, em estado de bom para razoável. Queria só pedir a V. Exª que o DNIT pudesse fazer um tapa-buraco emergencial para não perder a rodovia. É só fazer a manutenção para que ela não se perca. Ela está com trafegabilidade boa.

Por último, falo da ferrovia, nosso amigo Jorge Bastos e Ministro, que liga Açailândia a Barcarena. Com a hidrovia do Tocantins e com a ferrovia Açailândia/Barcarena, nós vamos tirar grande parte desses 120 mil caminhões que trafegam na BR-163, transportando por modal mais barato do que o rodoviário, que é o ferroviário, e, melhor ainda, o hidroviário.

Então, parabenizo V. Exª.

Quero dizer a V. Exª que o Orçamento não foi aprovado antes porque o Executivo não quis. Não queria. E a certeza de que ele não queria aprovar o Orçamento é que até hoje não foi editado o decreto para utilização do Orçamento – e o Orçamento foi aprovado há mais de trinta dias. Não éramos nós, da Oposição, que não queríamos aprovar. Era a Base do Governo que não dava quórum no Congresso para ser aprovado.

Nós sabemos das dificuldades, que não nasceram hoje. São o resultado de doze anos de desgoverno. V. Exª, lamentavelmente, assume o Ministério dos Transportes num momento de crise. Poderia, e deveria – tenho certeza –, ter assumido quando estava no canto da cigarra, para que a gente pudesse ter, como V. Exª quer, atendido todos os brasileiros.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro.

Antes de conceder a palavra à Senadora Fátima Bezerra, queria dizer que ela vai – acredito, Ministro – reiterar as demandas, as solicitações, os apelos da Bancada do Rio Grande do Norte.

Passo a palavra a ela, para que seja nossa representante, já que eu estou aqui como Presidente. Pretendia até passar a Presidência, mas a Senadora Fátima chegou. Ela agora fala pela Bancada do Rio Grande do Norte, sobre a BR-101, o trecho da Reta Tabajara e tantas outras reivindicações.

Com a palavra a Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Senador Garibaldi, eu quero agradecer e, antes de mais nada, cumprimentar V. Exª, que, na condição de Presidente da Comissão de Infraestrutura, tomou a iniciativa de realizar esses debates de caráter programático, debates esses muito importantes, porque têm a ver exatamente com a logística, com a infraestrutura essencial para promover o desenvolvimento econômico e social dos nossos Estados.

Em segundo lugar, saúdo o Ministro, nosso companheiro Senador, junto com toda a sua equipe, o Diretor do DNIT, o Diretor-Geral da ANTT, os representantes do TCU, os colegas Senadores, os demais convidados, a turma do DNIT.

Mas, Ministro e Senador Garibaldi Filho, antes de me associar ao que o Senador Garibaldi Filho aqui já mencionou, que é o reforço à nossa agenda no que diz respeito às demandas da infraestrutura rodoviária do Rio Grande do Norte, eu quero aqui também fazer um registro das conquistas e dos avanços que tivemos ao longo desses 12 anos no Rio Grande do Norte – creio que não só no Rio Grande do Norte, mas em vários Estados da Federação.

Eu digo aqui, com muita alegria, que foi exatamente nos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma que o Rio Grande do Norte conseguiu resolver gargalos que se arrastavam há décadas. Eu falo, por exemplo, da BR-110, construída sob a supervisão do Ministério dos Transportes. Era uma obra, Sr. Ministro, que se arrastava há mais de 40 anos, uma obra muito importante lá para o médio oeste – não é, Senador Garibaldi Filho? – do nosso Estado.

Eu falo aqui de uma outra obra igualmente importante, que foi a BR-226. Essa BR-226 liga duas importantes regiões do nosso Estado, que é a região do Seridó, uma região a oeste, que, por sua vez, se liga com um Estado fronteiriço, que é o Estado do Ceará. Lá, encrustada à ponte de Jucurutu, Triunfo, que era uma outra obra, Ministro, que se arrastava, simplesmente, há mais de 17 anos. E ela foi concluída durante esse período.

Menciono aqui, ainda, também, por exemplo, a duplicação da BR-101, outro investimento muito importante.

Destaco aqui, ainda, o contorno do Seridó, de Caicó. Aliás, até hoje não foi inaugurado, mas o contorno já está de vento em popa, ou seja, cumprindo o seu papel.

Então, importantes conquistas nessa área o meu Estado do Rio Grande do Norte teve ao longo desses anos. Agora, é claro que temos, literalmente, uma grande caminhada pela frente.

Aqui, associando-se ao Senador Garibaldi Filho, em nome de toda a Bancada federal do nosso Estado, como porta-voz do povo do Rio Grande do Norte, quero, mais uma vez, Ministro, a exemplo do que fizemos recentemente em uma audiência com o senhor, quando compareceu, inclusive, o Governador do nosso Estado, Robinson Faria, renovar o nosso apelo no que diz respeito às demandas em curso.

Primeiro: Reta Tabajara, fundamental por tudo que ela significa do ponto de vista da infraestrutura rodoviária do nosso Estado. Eu queria saber, inclusive, se o senhor pode confirmar uma boa notícia que eu tive na semana passada, de que o senhor e o DNIT estão ultimando as últimas providências e, provavelmente, nesses 30 dias, a obra já seria retomada. Essa foi uma notícia eu tive, na semana passada, do DNIT no plano nacional.

A outra demanda, também, Sr. Ministro, que quero colocar aqui são as obras complementares da BR-101 e fazer um apelo a V. Exª. À luz das dificuldades orçamentárias que temos e que teremos ao longo deste ano, sei que V. Exª terá que estabelecer algumas prioridades, ao lado da Reta Tabajara, fazemos um apelo para que as obras, Sr. Diretor-Geral do DNIT, complementares da BR-101 não sejam paralisadas. Elas estão em curso através dos chamados projetos executivos. Essa obra complementar da BR-101 significa as intervenções, através de viadutos e túneis, que teremos ao longo da BR-101, que é o cartão de visita do Rio Grande do Norte, a saída sul de Natal e toda a região metropolitana. Hoje se constitui, sem dúvida nenhuma, um dos grandes gargalos do ponto de vista do congestionamento de tráfego que a população do nosso Estado enfrenta. É uma obra orçada em R$150 milhões, mas de fundamental importância para melhorar a mobilidade urbana que responde a mais de 50% da população de Natal.

Também acrescento, Senador Garibaldi Filho, até porque somos muito cobrados, a duplicação da BR-304, que é uma outra importante conquista para o nosso Estado. A duplicação da BR-304, associada à duplicação da BR-101, sem dúvida nenhuma, representa um importante instrumento, significa grandes investimentos para alavancar e para promover o desenvolvimento econômico e social do nosso Estado.

Quero ressaltar aqui também, Ministro, os acessos para o aeroporto de São Gonçalo, fundamentais, essenciais naquilo que couber ao Ministério dos Transportes, e só reforçar também o Contorno de Igapó, que já está em andamento, a estrada da produção, que é a estrada do cajueiro, e a duplicação da BR-406, que são projetos futuros.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, só pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Estamos aqui do começo ao final da reunião, para a qual nós convidamos também o Tribunal de Contas. Como eles não tiveram oportunidade de falar nada até agora, um questionamento que fazemos, de Mato Grosso, e que o Senador Blairo também colocou é sobre a questão do trecho de obrigação do DNIT. Claro que o Senador colocou a possibilidade de ser assumido pela concessionária todo o trecho de Mato Grosso, que é de responsabilidade do DNIT. Penso que é complicado os trechos que já foram licitados, que já estão sendo tocados. Acho que dificilmente isso é possível, até porque as empresas teriam que abrir mão, enfim, mas temos um trecho de Cuiabá a Rosário, de 108km, que é o trecho para o qual já tivemos duas licitações, porque uma deu deserta, cujo processo de licitação está em curso, ou seja, sendo publicado, ainda não tivemos a licitação concluída. Já tivemos uma reunião no Ministério dos Transportes, na Valec. Porque a nossa preocupação, em função da situação econômica que estamos hoje vivenciando, é que, por já ter sido feita a licitação duas vezes e dado deserta, o nosso questionamento – já estivemos com o Ministro, já estivemos na Casa Civil – é que sempre se esbarra na hipótese de que não é possível, dada a resistência do Tribunal de Contas. Então, nesse trecho, seria possível – é a pergunta que estamos

fazendo –, afirmativamente também, como não foi concluída a licitação, ainda está em processo, o Tribunal de Contas se manifestar sobre essa possibilidade de a concessionária assumir esse trecho dos 108 quilômetros?

Claro que isso vai incidir na tarifa, mas, como já foi falado aqui, a nossa tarifa está muito menor do que a do Mato Grosso do Sul, porque no Mato Grosso do Sul todo o trecho será executado pela concessionária e o nosso, apenas a metade seria executado pela concessionária. Então, seria possível, mesmo esses 108 quilômetros sendo assumidos, ainda termos uma tarifa bem menor do que a do Mato Grosso do Sul.

Além disso, chegando em Rondonópolis, temos o terminal da ferrovia. Grande parte dessa carga acaba também sendo transportada pela ferrovia Ferronorte.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Pergunto ao Dr. André se quer se manifestar a respeito da indagação do Senador Wellington Fagundes.

O SR. ANDRÉ LUIZ F. DA SILVA VITAL – Agradeço pela oportunidade.

Queríamos mesmo ser mensageiros de boas notícias hoje. Foi muito interessante notar que as preocupações comuns, ressaltadas pelo senhor, Senador Wellington Fagundes, quanto ao problema dos acidentes, uma questão que estamos trabalhando muito, com relação aos gargalos logísticos que estamos identificando, diversas ações que estamos fazendo, tenho certeza de que percebemos alguma evolução, sim, na área de concessões, na área de atuação do DNIT também.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para ressaltar que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura sempre foi muito proativa e não tenho dúvida nenhuma de que ela contribuiu muito, e continua contribuindo, com essa evolução que a gente tem percebido.

Especificamente em relação à possibilidade de, digamos assim, um aditivo a um contrato de concessão de tamanha natureza, eu entendo que é uma matéria que transcende a nossa capacidade técnica e específica, a nossa atuação técnica. Ela teria que ser examinada do ponto de vista técnico e, após esse exame, essa instrução, ser submetida ao Plenário do TCU para uma deliberação nesse âmbito político.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Quero falar aqui, Sr. Presidente, em nome da sociedade mato-grossense, porque esse trecho é o trecho em que mais acontecem acidentes, é o mais complexo, da capital até o outro trecho que já está duplicado, que está em piores condições, porque se esperava a execução da obra.

Então, afirmo aqui, porque nós já conversamos muito com as lideranças, que, da parte da sociedade mato-grossense, é preferível ter um aditivo na tarifa do que essa obra não sair e as pessoas continuarem morrendo. Como foi colocado pelo Ministro, hoje não há previsão de recurso. As obras que estão acontecendo no trecho de Rondonópolis-Cuiabá estão paradas, parte delas, pela condição das empresas. Como eu disse, com vida a gente não pode brincar. E lá as pessoas estão morrendo. Segundo a Polícia Rodoviária Federal, é o trecho em que mais acidentes frontais existem no Brasil, proporcionalmente. Acidente frontal representa perda de vidas – são acidentes graves, com as pessoas tetraplégicas, paraplégicas – , além de um custo social para o Brasil. Então, a sociedade mato-grossense aceita ter uma majoração na tarifa, mas ter a obra executada num prazo mais rápido.

Estou falando aqui como representante do meu Estado, inclusive, assumindo as consequências do que estou dizendo, porque, é claro, é melhor você ter uma obra com a certeza de ser executada do que a dúvida sobre quando será concluída e as pessoas continuarem morrendo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra, o Dr. Jorge Bastos.

O SR. JORGE LUIZ MACEDO BASTOS – Senador, segundo informações, o DNIT pode confirmar, acho que deu vazio de novo. Não deu vazio?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE LUIZ MACEDO BASTOS – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Eu queria pedir desculpas pela omissão, mas está presente aqui o ex-Deputado Federal Edson Giroto.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – E é o Secretário Executivo, portanto, um homem extremamente importante.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Hoje Secretário Executivo.

Concedo a palavra ao Ministro Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Conforme solicitação da Presidência aqui, a Senadora Fátima tem um compromisso, e como é bem rápido...

Senadora, nós já conversamos, já está tudo ajustado. Apenas vou passar a limpo algumas posições que a senhora solicitou, mas estão quase todas em andamento.

A BR-101, Natal-Parnamirim, foi contratada, e o projeto, iniciado. Nós estamos aguardando definição de orçamento para iniciar a obra.

A 304, que é a Reta do Tabajara, é um processo de rescisão. Estamos convocando a segunda ou a terceira logo nos meados de maio.

Sobre a malha do Rio Grande do Norte, nós temos uma malha de 1,545 milhão de quilômetros, e 55% dessa malha está sendo coberta por manutenção, com um índice excepcional, 79%, de bom.

Estou à disposição para, depois, dar os outros detalhes para a senhora.

Muito obrigado.

Senador Amorim, meu amigo, meu companheiro Senador Amorim, a duplicação da 101, na divida de Alagoas e Ceará, está em andamento. É uma extensão de 190 quilômetros. Nós concluímos 93 quilômetros. Falta executar: 97 quilômetros. Previsão de conclusão: setembro de 2018.

Sobre a BR-235, que é a maior reivindicação lá do Estado, Aracaju-Itabaiana, proposta para duplicar é a boa notícia. Está no PAC 3, 55 quilômetros. Sobre a malha rodoviária, nós temos uma malha pequena lá, de 318 quilômetros. Ela está 100% coberta de manutenção.

As solicitações do Estado. Nós tínhamos alguns problemas técnicos, resolvemos, agora temos que dar oportunidade para o novo superintendente. Nesse pequeno prazo, ele ainda não conseguiu pôr as coisas em ordem. Ele está lá há menos de uma semana, mas é um moço jovem e eu tenho esperança, é um técnico de carreira, de que ele vai satisfazer os objetivos do Estado de Sergipe.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – O senhor poderia pelo menos ter um Estado 100% contemplado, porque Sergipe não dá para comparar com as dimensões do Estado de Flexa ou de outros colegas. Sergipe é tão pequeno! Nesse contexto, pede tão pouco! Só temos duas rodovias federais, Presidente, somente duas: uma norte-sul, uma leste-oeste, que corta todo o Estado. Se tivermos esse sonho duplicado, com certeza o transporte em Sergipe vai melhorar, e muito.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – São 55 quilômetros, não é?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Eu confio em V. Exª e sei que está sensível a essa questão.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Senador Flexa, sobre o Pedral, gostaria que o Valter falasse.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – O Pedral foi licitado duas vezes pelo DNIT, já com o projeto revisado pela Marinha. Na primeira vez, houve uma ação judicial. As empresas questionaram se a responsabilidade ambiental estaria a cargo da empresa contratada ou a cargo do DNIT. Foi feita uma revisão nesse edital. Nós fizemos algumas alterações, relançamos o edital. Infelizmente, não houve nenhuma empresa interessada na obra. O que o DNIT está fazendo? Está revendo o projeto e fazendo uma correção no orçamento, para poder verificar onde é que está o erro. Então, estamos corrigindo esse edital, esse projeto. Algumas variações foram identificadas em função da leitura de régua na região, para poder deixar o mais justo possível, para não ter mais fracasso a próxima licitação. A previsão de nova licitação é para junho, meados de junho, junho agora.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – O Jorge vai responder sobre a ferrovia.

O SR. JORGE LUIZ MACEDO BASTOS – Senador Flexa, a ferrovia que liga Açailândia a Barcarena está com o PMI sendo feito. Alguns interessados estão fazendo o PMI, o estudo de viabilidade. A modelagem está sendo alterada. O Ministério do Planejamento pediu contribuições para que esse PMI saia da melhor maneira possível. Nós acreditamos que esse PMI fique concluído ainda este ano para que, no ano que vem, nós possamos fazer a licitação desse trecho, que é muito importante. É o trecho que liga a ferrovia Norte-Sul ao Porto do Pará. Então, é onde pode o escoamento da soja se dar; como o senhor falou, pode se dar tanto pelo Pará como pelo Maranhão. É uma rodovia que o Governo tem se empenhado bastante para que tenha a sua conclusão o mais rápido possível. Acredito que o PMI fique pronto este ano e, no ano quem vem, nós possamos fazer a licitação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, Dr. Jorge, eu lamento que V. Sª diga que o Governo está se empenhando bastante para que a ferrovia se torne realidade. Nós esperamos essa ferrovia há muito tempo e nos preocupa essa modelagem que está sendo alterada.

No noticiário se lê que vão alterar aquilo que tinha sido decidido pelo Governo: faria a concessão e garantiria ao vencedor a carga da ferrovia e repassaria essa carga para as empresas interessadas. Esse era o modelo que estava definido para Açailândia-Barcarena.

Agora, V. Sª dá uma notícia com a qual os paraenses que nos ouvem vão perder mais esperança do que já perderam. Quer dizer, só para o ano que vem a estação será colocada na rua. Ou seja, nós não temos esperança de que isso aconteça.

Tenho quase certeza de que vão surgir ferrovias para o transporte da soja, porque o Pará – é importante, Dr. Jorge –, sem sombra de dúvida, Ministro, é o Estado que tem a melhor posição para o escoamento da soja,

porque é o mais próximo dos mercados consumidores – tanto da Europa, como da América do Norte e do asiático – e ficará mais próximo ainda com o Canal do Panamá duplicado, porque ele vai passar por esse canal.

Então, nós paraenses estamos preocupados. Vão passar 120 mil caminhões. Como ela não é linear, a safra não é durante o ano todo, vai comprimir esses 120 mil. Se fosse linear, passariam 340 caminhões por dia. E vão passar 5 mil caminhões por dia na BR-163, porque não tem a hidrovia nem a ferrovia.

Como eu estava dizendo, vão surgir ferrovias bancadas por grupos privados, só que essa ferrovia, de cujo grupo, inclusive, o Senador Blairo faz parte, vai paralela à 163. Ela vai de Sinop até Miritituba. Não é concorrente, evidente, da Açailândia-Barcarena. E o Porto de Barcarena fica esperando. Enquanto isso, os caminhões continuam trafegando nas rodovias, perdendo-se vidas e competitividade – isso é importante. O produtor brasileiro perde competitividade por falta de infraestrutura, de logística para escoar a produção.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Abusando da paciência, Presidente, só quero encaminhar à Comissão, conforme já tive orientação, um requerimento. Estou fazendo isso de forma verbal, mas vou fazê-lo por escrito para que, em a Comissão aprovando, seja remetida ao Presidente da Casa essa consulta ao Tribunal de Contas em relação aos 108 quilômetros.

A nossa preocupação é exatamente o tempo, porque a estação está em curso. Eu gostaria de pedir aqui aos técnicos, mais uma vez, que o fizessem de forma informal lá com o Presidente, com quem de direito, para, pelo menos, o Ministério e a ANTT terem um norte. De repente, o Ministro poderia, se tomar uma decisão como essa, até suspender o edital, enfim. A nossa preocupação é técnica, não é, Ministro? Mesmo que o Ministro queira, sabemos que ele não tem como tomar uma posição abrupta até porque, se interromper novamente a licitação por uma coisa indefinida, pior ficará a situação. Então, temos que ter certa cautela e responsabilidade nisso.

Mas gostaria aqui, Presidente, de encaminhar esse requerimento, o que vou fazer oficialmente.

Só para concluir, Ministro, quero parabenizar V. Exª e todos que aqui vieram pela paciência e pela forma cortês como agiram na audiência – sempre com a condução do nosso Presidente Garibaldi, que, mesmo com fome, no seu sorriso, no seu carisma, acaba envolvendo todos nós. Então, quero parabenizar V. Exª, Presidente, o Ministro, toda a equipe, o Presidente da ANTT e o Tribunal de Contas.

Só para concluir, Ministro, pedir também que o senhor refaça, mande fazer o estudo também da concessão do trecho da BR-070, em Primavera do Leste até a BR-163, visto que o trecho da BR-163 está em duplicação e, como também já temos uma concessão de Primavera a Rondonópolis, esse trecho eu penso que tem uma viabilidade muito grande, porque, também, passa por duas cidades importantes, Primavera e Campo Verde, que é a maior produtora de algodão do Brasil, uma região bastante rica, produtora de soja, de algodão, enfim, e os produtores da região, a sociedade também entende que essa concessão é extremamente viável e o custo-benefício também, da mesma forma. Então, eu gostaria de pedir o Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica, que fosse determinado, para que a gente pudesse, de repente, buscar, até, uma PPP caipira, porque eu acho que seria uma possibilidade nesse trecho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Wellington Fagundes e, antes de dar a palavra ao Ministro, eu vou dar uma de Flexa Ribeiro: ainda vou fazer aqui uma indagação que me chegou da Bancada Federal do Rio Grande do Norte. A Senadora Fátima falou a respeito das nossas demandas, mas existe uma obra que está a cargo do Governo Federal na BR-101, entre a RN-160 e a BR-406. Pelo que nós estamos informados, não tem licença ambiental. Eu faria um apelo ao Ministro para que nós tivéssemos uma solução, o mais rápido, para isso.

Bem, concedo a palavra ao Ministro Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Senador Flexa, BR-163, Santarém com acesso a Miritituba, BR-230, lotes concluídos, lotes em andamento e ponte a licitar. É uma extensão de 1.045 quilômetros, foram concluídos 785 e faltam executar 260 quilômetros. A situação dela, hoje, o que está concluído é a pavimentação na divisa do Pará com o Mato Grosso até Santarém, incluindo o acesso de Miritituba. Previsão de relicitação das sete pontes, porque o certame anterior foi declarado fracassado.

A BR-230 com acesso ao Porto de Miritituba...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Ministro, a 163, no trecho que liga Rurópolis a Santarém, esse trecho está sendo tocado pelo Batalhão de Engenharia...

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – É um convênio que nós fizemos com o Exército.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – ... com o Exército. Ministro, isso tem mais de 20 anos, são 90 quilômetros. Nós já tivemos reuniões anteriores com outros Ministros, porque está provado que, lamentavelmente, o Exército não tem condições de fazer esse trecho. É um trecho de 90 quilômetros que está, há 20 anos, sendo feito, e não anda nem 500 metros por ano. Então, eu pediria a V. Exª – o General Fraxe, quando

estava no DNIT, se comprometeu em fazer, ele era da Engenharia do Exército – para rescindir com o Exército e colocar uma empresa que pudesse fazer esse trecho tão pequeno e tão importante da Rodovia Santarém.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Faltam 20...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Ministro, eu quero corroborar com o Senador Flexa, porque, no Mato Grosso, foi a mesma experiência. Para o trecho de Guarantã à divisa do Pará, resolveu-se contratar o Exército, aliás, com dispensa de licitação, e o Exército não fez a obra. Ele terceirizou. Do custo que tinha sido licitado por um convênio com o Governo de Mato Grosso o Exército gastou mais que o dobro e a obra está muito precária.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Essa obra faltam 20 quilômetros.

Giroto, eu gostaria que você tomasse providência. Sente com o DNIT e veja como está, o estágio, o que dá para fazer. Se houver necessidade, rescinda, vamos licitar, e passe as informações para o Senador Flexa Ribeiro.

Construção da BR-230, acesso ao porto. Nós já publicamos edital, com abertura de proposta adiada. Nós devemos abrir, agora, no início de maio, novamente, a duplicação no trecho urbano.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – No trecho urbano.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Maio, em maio.

Dos dois itens principais que nós discutimos, e discutimos ontem, depois passo um *release* para o senhor sobre como estão, os estágios com data atualizada, dependendo do que vamos ter de recurso... Me dá dez dias que te passo tudo bem atualizado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Eu só pediria, Ministro, que V. Exª pudesse responder exatamente aquilo que foi colocado ontem aos prefeitos, vereadores e à Bancada.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Nós vamos falar da 155 e da 158.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Isso.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Quanto à 155, que é o trecho Marabá-Redenção, uma extensão de 343 quilômetros, todo trecho está coberto por contrato de manutenção.

Agora, a boa notícia, que é a BR-158. Ontem não sabíamos o que tinha acontecido no processo licitatório que estava sendo aberto...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Mas é uma notícia que todos estão esperando, que foi contra o leilão.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Foi bem-sucedido o leilão...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Ótimo.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Foi bem-sucedido o pregão para manutenção e recuperação das pontes existentes. Já está acertado. O Miguel, assim que ajustar, vou repetir o que combinamos ontem, o Miguel vai para...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Redenção.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – ... Redenção, vai sentar junto com os Parlamentares da Bancada do Pará, com o senhor e com a empresa e ajudar a fiscalizar para, de uma vez por todas, resolvermos isso. Assustei-me quando vi as pontes. Também vou chamar o superintendente do DNIT, porque não me conformo: uma manutenção simples, alguma coisa simples...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Soldagem.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – soldagem, estar naquele Estado.

Então, era isso, Senador. Passo, depois, para o senhor maiores dados.

Quero agradecer...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Ministro, já há uma empresa vencedora?

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Já. Eu não tenho os nomes, mas já há empresa vencedora. Devemos homologar. Há os prazos legais para recurso, mas correu tudo bem, entre a primeira e a segunda era um valor muito pequeno, vamos ser bem-sucedidos nesta licitação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Agradeço, Ministro, a notícia que V. Exª dá não para o Senador Flexa Ribeiro, mas para todos os paraenses do sul do Pará que foram representados ontem no seu gabinete pela Bancada, pelos prefeitos e por vereadores.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Quero agradecer ao Senador Garibaldi, ao Senador Wellington, ao Senador Amorim, ao Senador Flexa, e quero dizer, Presidente, que estou sempre à disposição. É só me avisar, estarei à disposição. Só me dê algum tempo para eu ver como poderei conduzir esta etapa do Ministé-

rio. Quero agradecer a todos. Muito obrigado. Estou à disposição. Já avisei que Senador não marca audiência no meu Ministério. Estou a caminho. Todos são testemunhas de que nunca deixei de atender ninguém. É uma pena que o Senador Davi...

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM – AP) – É verdade, Ministro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Ele não tem o que pedir.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM – AP) – Não. Tenho muito. É que eu estava presidindo a outra comissão, da qual sou Presidente...

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Eu estava sentindo falta de você aqui.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM – AP) – ... a Comissão de Desenvolvimento regional. Mas vim aqui me congratular com o Ministério dos Transportes, com todos os órgãos, com os Senadores e dizer da forma cordial com que V. Exª sempre nos recebe à frente do Ministério, a forma peculiar, a conduta pessoal de V. Exª como homem público, como cidadão brasileiro.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Muito obrigado.

Tenham todos uma boa tarde!

Muito obrigado a todos. Desculpem-me, quero agradecer ao Tribunal de Contas e a toda equipe do DNIT, da Valec e da ANTT, que colaboram para esta audiência. Muito obrigado a todos e uma boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Antes de encerrar os trabalhos, sei que o Ministro está com pressa e tem razão, primeiro, pedi a dispensa da leitura e a aprovação das atas da quinta, da sexta e da sétima reuniões.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Aprovadas.

Quero agradecer a presença do Dr. Jorge Luiz Macedo Bastos, Diretor-geral da ANTT;, Sr. Valter Casimiro Silveira, Diretor-Geral do DNIT; do Sr. Davi Ferreira Gomes Barreto, Secretário de Fiscalização de Infraestrutura Portuária, Hídrica e Ferroviária do TCU (Tribunal de Contas da União); do Dr. André Luiz da Silva Vital, Secretário de Fiscalização de Infraestrutura.

Agradeço o Ministro pela cordialidade, pela sinceridade, pela franqueza com que ele encarou aqui as indagações de todos. Eu pensei, Ministro, quando o senhor disse que iriam faltar recursos, que não tinha recursos agora o Ministério para atender às demandas, que os Senadores não iriam perguntar mais nada, porque não havia dinheiro. Acontece que foram exatamente 14 Senadores que trouxeram as suas indagações. Mas não trouxeram só as indagações, trouxeram uma palavra de confiança na conduta do senhor à frente do Ministério, uma palavra de credibilidade, um atestado de credibilidade para o senhor.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Nós vamos puxar até palmas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – As palmas são para o Ministro.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – E para V. Exª também.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Fico com ciúmes.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Obrigado.

Ficou com ciúmes? Eu só não quero que V. Exª retome tudo agora. (*Risos.*)

Eu queria lembrar que nós teremos, ainda, no dia 6 de maio, a presença do Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Eliseu Padilha, na próxima quarta-feira.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 53 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

ATA DA 5ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA – CI (9ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR (9ª REUNIÃO), DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, EM 6 DE MAIO DE 2015, ÀS 8 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às oito horas e trinta e seis minutos do dia seis de maio de dois mil e quinze, no Plenário da Comissão, sob a Presidência do Senador **Garibaldi Alves Filho**, reúnem-se as Comissões de Serviços de Infraestrutura e de Desenvolvimento Regional e Turismo. Presentes as Senhoras e os Senhores Senadores **Acir Gurgacz, Blairo Maggi, Dário Berger, Davi Alcolumbre, Delcídio do Amaral, Donizeti Nogueira, Douglas Cintra, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Hélio José, Ivo**

Cassol, João Alberto Souza, José Medeiros, José Pimentel, Lasier Martins, Lídice da Mata, Paulo Bauer, Paulo Rocha, Randolfe Rodrigues, Ricardo Ferraço, Roberto Rocha, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Rose de Freitas, Sérgio Petecão, Simone Tebet, Telmário Mota, Valdir Raupp, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, Waldemir Moka, Walter Pinheiro, Wellington Fagundes e **Wilder Morais.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa de leitura e aprovação da ata da 8ª reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que é dada como lida e aprovada. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento aos seguintes requerimentos: 1) **Requerimento nº 09, de 2015 – CDR**, de autoria do Senador **José Pimentel**, que requer, "*nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão para debater o marco regulatório da aviação brasileira, em especial para a aviação regional, e sua importância para o desenvolvimento do turismo em todo o Brasil. Para o debate, sugerimos os seguintes convidados: Representante da Secretaria de Aviação Civil; Representante do Ministério do Turismo"; 2)* **Requerimento nº 07, de 2015 – CI**, de autoria da Senadora **Rose de Freitas**, que requer, "*nos termos do art. 93, inciso II, combinado com e o art. 104, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Eliseu Padilha, para apresentar, em Audiência Pública, as metas e prioridades do setor assim como orçamento para fomento dos projetos da área";* 3) **Requerimento nº 10, de 2015 – CI**, de autoria do Senador **Ricardo Ferraço**, que requer, *"nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Infraestrutura, com a presença do Senhor Ministro Chefe da Secretaria de Aviação Civil, Eliseu Padilha, para discutir a política de aviação regional bem como os investimentos em infraestrutura aeroportuária e perspectivas para o futuro do setor de aviação civil"; e* 4) **Requerimento nº 17, de 2015- CI**, de autoria da Senadora **Vanessa Grazziotin**, que *"nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal e do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, [requer] a realização de Audiência Pública desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença do Ministro Chefe da Secretaria da Aviação Civil da Presidência da República, Sr. Eliseu Padilha, para debater sobre a administração aeroportuária do País".* O Presidente convida a compor a Mesa os senhores **Eliseu Padilha**, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República; **Marcelo Guaranys**, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; **Adilson Teixeira**, Diretor de Engenharia e Meio Ambiente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO; e **Eduardo Henn Bernardi**, Diretor do Departamento de Gestão do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República. Feita a exposição do Ministro **Eliseu Padilha**, fazem uso da palavra as Senhoras e os Senhores Senadores **Davi Alcolumbre, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Rose de Freitas, Fernando Bezerra Coelho, Ricardo Ferraço, Flexa Ribeiro, Paulo Bauer, José Medeiros, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Lasier Martins, Wellington Fagundes, Randolfe Rodrigues, Fátima Bezerra, Hélio José** e, após passar a Presidência ao Senador **Davi Alcolumbre**, faz uso da palavra o Senador **Garibaldi Alves Filho**. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às treze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando, eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Srªs e Srs. Senadores, declaro aberta a 5ª Reunião Conjunta das Comissões Permanentes, 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviço de Infraestrutura e 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Tenho a honra de convidar, mas ele já está sentado, o Ministro Eliseu Padilha, da Aviação.

Quero, desde de logo, agradecer à S. Exª.

O nosso Presidente Davi Alcolumbre, Presidente da Comissão de Desenvolvimento e Regional, estará chegando dentro de poucos instantes.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Eliseu Padilha, em atendimento aos seguintes Requerimentos:

Requerimento nº 7, de autoria da Senadora Rose de Freitas, aprovado em 25 de março.

Requerimento nº 10, de 2015, da Comissão de Serviço de Infraestrutura, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, aprovado também em 25 de março.

Requerimento nº 17, de 2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, aprovado em 15 de abril.

Requerimento nº 9, de 2015, da Comissão de Desenvolvimento Regional, de autoria do Senador José Pimentel, aprovado em 8 de abril.

Agradeço ao Senador Hélio, que acaba de chegar.

Eliseu Padilha é da cidade de Canela, no Rio Grande do Sul. Desde cedo, teve que trabalhar para ajudar no sustento da família. Na infância e na adolescência, destacou-se na escola como um dos melhores alunos da turma concluinte de 2º Grau, da Escola Técnica de Comércio, em Canela.

Acho que foi um gaúcho que escreveu isso. Não é só gaúcho, é seu amigo também.

Ingressou na advocacia em 1974, no Município de Osório. Em 1982, fez pós-graduação em Direitos Reais. Em 1986, iniciou mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre.

Em 1960, foi Presidente da União de Estudantes, em Canela. Em 1966, fundou o MDB e foi eleito Secretário-Geral do Partido. No MDB, elegeu-se prefeito de Tramandaí, no Rio Grande do Sul, em 1989. Em 1992, o nosso convidado, Ministro Eliseu Padilha, foi eleito Presidente da Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul. Como presidente daquela Federação, defendeu a tese de que o Município deve ser o ente da Federação a ser fortalecido com maior capacidade de recursos.

Vem de longe a sua fidelidade à tese de uma melhor distribuição de recursos entre os Poderes.

Foi eleito três vezes Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul, nas Legislaturas de 1995 até 2011. Ocupou por várias vezes a cadeira de vice-líder do PMDB e foi presidente da comissões importantes na Câmara dos Deputados.

Foi escolhido pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso para ser o Ministro dos Transportes e comandar esse setor estratégico do nosso País. Durante a sua gestão na Pasta dos Transportes, construiu, duplicou e restaurou importantes rodovias, como a BR-101.

Aliás, nós dois tivemos a oportunidade de ir a Touros, no Rio Grande do Norte, inaugurar, no Marco Zero, um trecho dessa rodovia.

Em 2007, foi escolhido Presidente da Fundação Ulysses Guimarães, pelo Conselho Curador da entidade.

E agora temos o Ministro Eliseu Padilha à frente da Aviação Civil.

Gostaria de dizer do meu apreço pelo nosso convidado e dizer a ele que gostaria até que pudéssemos falar também sobre reforma política. Mas isso não está na pauta.

Resta, então, após a leitura da biografia e os registros feitos, conceder a palavra ao Ministro Eliseu Padilha.

Com a palavra, o Ministro Eliseu.

O SR. ELISEU PADILHA – Exmos Srs. Senadores da República, que nos honram com a presença neste horário tão matutino, se me permitirem, quero saudar toda a Comissão na pessoa de seu Presidente, S. Exª o Senador Garibaldi Alves Filho, que muito bem representa o meu Partido, o PMDB, no Rio Grande do Norte e no Brasil, e o Vice-Presidente, Senador Ricardo Ferraço, também do PMDB do Espírito Santo, e, de igual forma, brilhante quadro do nosso Partido no cenário estadual e nacional. Quero cumprimentar também toda a assessoria do Ministério que aqui me honra com a sua presença, para ser o pronto-socorro, caso seja necessário. Cumprimento o nosso Presidente da Anac, que está presente, também com o sentido de contribuir; cumprimento os assessores dos Exmos Srs. Senadores; cumprimento os representantes da mídia; e vamos, se me permitir o Presidente, tentar ser objetivos na exposição para que ganhemos tempo para o diálogo.

Penso que aqui teremos maior sucesso se conseguirmos dialogar mais, respondendo de forma tão concisa quanto possível às muitas inquietações que certamente serão trazidas.

Para iniciar, saúdo os Senadores e digo do respeito e carinho que tenho por V. Exªs. Quero lembrar uma frase do eminente Senador Darcy Ribeiro. Eu fui Deputado durante quatro legislaturas. Ministro de Estado, corri o risco de não disputar a eleição e ficar no Ministério, sabendo que o Ministro era demissível *ad nutum,* mas fiquei até o final do período. No entanto, não tive o privilégio de passar aqui no tapete azul. Não concorri a eleição majoritária do Senado, e uma daquelas falhas na minha biografia política é a de não ter sido Senador da República, cargo que, com maestria, V. Exªs estão tão bem desempenhando.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Mas não perca a esperança.

O SR. ELISEU PADILHA – Mas o que dizia Darcy Ribeiro? Perguntado, certa vez ,se era muito bom ser Senador da República, Darcy veio com uma frase clássica que V. Exªs, por certo, sabem, mas os assessores aqui talvez não lembrem, e a mídia, por ser composta por jovens, não tenha registrado. Disse Darcy Ribeiro o seguinte: "Ser Senador é muito melhor do que estar no paraíso, porque a gente chega ao céu sem precisar morrer". Darcy Ribeiro era um sábio, e vejo que seguramente os seus ditames ainda são muito bem aplicados.

Bem, o que estamos nos propondo a trazer, a *prima facie*, quer dizer, em primeiro lugar, é o programa que, segundo a Presidenta da República, é a menina dos olhos desta Pasta para esta gestão. Saúdo a presença do meu conterrâneo S. Exª o Senador Lasier Martins. Vamos falar sobre o programa que é a menina dos olhos da Presidenta para esta gestão, que é o Programa de Aeroportos Regionais. Vamos ver adiante que é um programa que pretende levar o Brasil para o interior.

Nós temos o desenvolvimento brasileiro marcadamente nos primeiros 200 km em relação à faixa litorânea. E o tempo e alguns gaúchos que foram para o Centro-Oeste, como o Senador Blairo Maggi, o denodo e a

pertinácia de tantos outros interiorizaram o Brasil, fizeram com que o Brasil chegasse aos seus limites, quase na costa dos Andes, com atividades altamente produtivas. Hoje, as *commodities* produzidas no Brasil – e sintetizo nessa expressão várias atividades – fizeram com que o Brasil fosse economicamente viável.

Há quem veja a parte mais viável do Brasil exatamente nesse "interlan", que hoje não está servido pela aviação civil, de forma conveniente. Eis o desafio da Presidente: ela pretende interiorizar o Brasil, integrar os brasileiros, levar o desenvolvimento ao interior do Brasil e, mais do que tudo, especialmente na Amazônia Legal, fazer com que esse serviço seja fator determinante de suprimento de algumas carências que as circunstâncias geográficas, fáticas e demográficas fazem com que aconteça. Exemplo: lá na Amazônia Legal, especialmente nos Estados do Amazonas, do Pará, do Amapá, parte de Roraima, temos duas alternativas no caso de emergência médica, por exemplo. Exigindo um tratamento imediato, uma cirurgia ou um tratamento do sistema cardíaco com rapidez, nós temos ou 30 minutos de avião ou oito dias de barco. Por óbvio, os 30 minutos devem ser providenciados para que, na Amazônia Legal, os brasileiros possam sentir-se cidadãos perfeitamente integrados ao território nacional.

Com essa preliminar, vamos a alguns dados. Depois entramos na questão propriamente dita dos aeroportos regionais.

Nós tivemos, nesse período de 2004 a 2014, uma efetiva democratização do transporte aéreo. Nós tivemos uma redução na tarifa doméstica de 48% – 48% foi a redução na tarifa das passagens aeroportuárias nesse período! –, e isso fez com que déssemos um salto na participação da população brasileira no transporte aéreo. Nós atingimos 117 milhões de passageiros no ano passado. Houve um aumento de 170% entre 2004 e 2014! Isso é mais do que 10% a média anual durante dez anos. Nem a China, nesses dez anos, manteve isso. A China teve pontos em que chegou a 13, 12, 11 e caiu depois. O desenvolvimento do PIB da China é que fala.

Nós temos, então, uma demanda por transporte aéreo crescente. Por quê? Porque o Brasil está se interiorizando. O transporte aéreo brasileiro ainda está em expansão, e todas as projeções apontam para esta direção. E nós devemos triplicar a nossa capacidade em 20 anos, o que significa dizer que deveremos ter em torno de 350 milhões de passageiros daqui a 20 anos. E 20 anos parece tão distante quando não olhamos para trás, onde estávamos há 20 anos e o que estávamos fazendo. Para mim, pessoalmente, parece que foi ontem. Há 20 anos, eu era Ministro dos Transportes, trabalhando em uma situação... Não, Deputado Federal, quase Ministro dos Transportes.

Aí nós temos a evolução da satisfação dos passageiros nos últimos dois anos. Isso é fundamental, porque não adianta só colocarmos muita gente no sistema. Vamos ver como é que a população está vendo a evolução deste meio de transporte, como é que ela está sentindo a nossa capacidade de termos aeroportos que sejam competitivos economicamente mas que sejam mobilizadores, criadores da satisfação da cidadania, do cidadão.

Nós temos, então, um gráfico que começa – ali está um pouquinho apagado – em 2013, quando iniciamos em 3,86. O que é o 3,86? De uma escala de 1 a 5, é 3,86. Se estivéssemos falando de 10, seria 7,72. Se estivéssemos falando de uma escala de 1 a 100, seria 72. O importante é que, em 2013, tivemos as concessões, tivemos as obras. Observem aquele amarelo, que é o período das grandes obras nos aeroportos concedidos. E, depois, entregues as primeiras grandes obras, nós começamos uma reta ascendente, que sai de 3,5 vai 3,9, 3,94 e, agora, nesse trimestre, chegamos aos 15 principais aeroportos do Brasil; e 4,07 significa dizer que é um nível de satisfação de 80, vou repetir, 80,14% no que diz respeito à aferição do usuário.

Quem toma o transporte aéreo nesses 15 aeroportos brasileiros,que concentram mais de 80% das passagens aéreas do Brasil diz para nós todos que está satisfeito, em 80%, com o que lhe é apresentado. De 80 para 100, faltam 20. Apenas para rememorar, vamos lembrar alguns serviços públicos, outros serviços públicos e a aferição da população. Aqui, 80,14% de aprovação. Não vou citar nenhum. Pensemos alguns serviços públicos e vamos ver que tipo de aferição nós temos da população.

Foram ouvidos, foram entrevistados 150 mil brasileiros. Essa não é uma amostragem de 3 mil, 4 mil, que estamos aferindo. Todos os dias, nos aeroportos brasileiros, temos uma equipe que está entrevistando quem embarca ou desembarca para saber como ele foi atendido no *check-in*, como ele foi atendido na entrega da bagagem, quanto tempo demorou a entrega da bagagem: aumentou, diminuiu?

Enfim, a satisfação é crescente e chega a patamares que nos deixam profundamente honrados, distinguidos, como Governo, quando se alcança uma aferição acima de 80%. Repito, não conheço nenhum outro indicador de serviço público com esse número. Possivelmente haja, mas eu não conheço.

Adiante.

O índice de atraso dos aeroportos brasileiros nesse período, dezembro de 2007 até agora, dezembro de 2014: Nós tínhamos um índice de 29,84%. Olhem lá: histórico do índice de atraso para trinta minutos, até trinta minutos. Nós tínhamos praticamente 30% dos voos, 29,84%. E vamos lembrar que tivemos um aumento de 88% na movimentação de passageiros nesse período, 2007 a 2014, e caiu de 29,84% para 11,3%. Vou repetir:

praticamente a um terço do que era sete anos atrás, e tivemos 88% a mais de passageiros. Então, tivemos um aumento quase que dobrando o número de passageiros e tivemos uma redução no atraso de voos em praticamente dois terços, sobrou praticamente um terço. Isso mostra que o serviço aeroportuário, a coordenação de toda a atividade, seja da navegação aérea, seja do sistema nosso dos serviços para dentro do pátio e para fora do pátio, os serviços nossos melhoraram muito e estão melhorando, continuam melhorando, e a tendência e a nossa pretensão é de que continuem melhorando e muito.

Adiante.

Aí apenas dois exemplos de aeroportos que nos deixam, pelo menos a mim, profundamente honrado com o que está acontecendo no sistema aeroportuário brasileiro: um aeroporto, o nosso aqui de Brasília, que todos nós conhecemos e sabemos.

Senador Raupp, grande honra vê-lo aqui no plenário, Presidente do meu partido, companheiro de partido por tantos anos, há tanto tempo.

Mas dois aeroportos que são simbólicos: o aeroporto de Brasília. Um empresário gaúcho veio me visitar semana passada, duas semanas atrás, abriu os braços e diz: "Padilha, hoje senti orgulho em ser brasileiro." Eu digo: "Só hoje? Por que, o que houve?" Ele diz: "Não, desci no aeroporto de Brasília, e confesso que não sabia se estava descendo no Brasil ou estava descendo na Inglaterra, na França ou na Alemanha." Eu digo: "Não, o aeroporto nosso não deve nada a nenhum aeroporto do mundo." E realmente, nós, que estamos há tanto tempo aqui em Brasília, sabemos de toda a transformação que aconteceu no aeroporto de Brasília e a positividade dos serviços que lá estão sendo prestados.

E para mostrar que não é só aqui na nossa Brasília que temos esse cuidado, o aeroporto de Manaus é um dos aeroportos mais bonitos plasticamente. do Brasil. Falo do aeroporto de Manaus. É um dos aeroportos estratégicos para o Brasil, hoje um dos grandes aeroportos de cargas, mas é, em relação ao Brasil e à efetiva ocupação da Região Amazônica, fundamental como base de apoio para tudo aquilo que se pensar na Amazônia Legal.

Adiante.

Vamos agora então ao nosso Programa de Investimentos na Aviação Regional. Ele está incluído no PIL, o Programa de Investimento e Logística, e hoje temos cerca de 80 aeroportos regionais com voos regulares. Quando tivermos a implantação do programa, e a previsão é de que esteja implantado totalmente no curso destes quatro anos, estaremos então prontos a receber voos regulares em 270 aeroportos do Brasil, no interior do Brasil. Isso aí exclui os aeroportos das capitais, são aeroportos regionais. Mais de 40 milhões de brasileiros, ou seja, 21% da população não tem acesso a um aeroporto próximo da sua residência. Quarenta e três por cento da população do interior gostaria de viajar de avião e não tem como fazer. Quem diz isso é o Data Popular, um instituto que todos nós conhecemos, de alta credibilidade.

Devido à escassez de rotas, os voos regionais são muito caros. São 31% mais caros que os voos entre as capitais – a fonte é da nossa própria agência. É que o querosene do avião, normalmente, na medida em que se vai afastando do litoral ou das refinarias, vai ficando mais caro. Isso é um exemplo apenas.

Os aeroportos regionais funcionam como indutores do crescimento econômico de uma região, e aqui vem o que eu dizia com relação ao agronegócio, à exploração das nossas *commodities* de um modo geral: 50% das nossas viagens realizadas com origem ou destino em aeroportos regionais são feitas por executivos a negócios. Vou repetir: 50% das viagens dos aeroportos regionais são feitas a negócios. É alguém que vai para trabalhar.

E eu, quando tenho que, internamente no Governo, justificar a razão pela qual temos que manter investimentos nesta área, sempre chamo atenção para esses 117 milhões de passagens que foram vendidos no ano passado. Não são sete milhões de pessoas, porque nós mesmos viajamos várias vezes, mas seguramente é um contingente de alguns milhões, mais de 80 milhões de brasileiros que passam nos aeroportos. E estes são formadores de opinião.

Mesmo o capataz de uma fazenda ou o operador de uma máquina que trabalha numa jazida mineral é um líder do setor em que atua – Senador Paulo Bauer, é uma grande alegria vê-lo aqui –; ele é um líder, logo é um formador de opinião. E este serviço aeroportuário não pode sofrer quedas, porque ele tem reflexo imediato em todos os formadores de opinião do País, porque eles passam pelos aeroportos.

Pesquisas com origem e destino revelam que temos mais de 3,5 mil Municípios brasileiros no transporte aéreo regular como origem ou destino real dos passageiros. O que é isso? Na nossa pesquisa, perguntamos: onde você mora? E ele dá o Município e o Estado. E a gente vai colocando. Então, temos viajando hoje no nosso sistema brasileiros de 3,5 mil Municípios – ainda estão faltando dois mil Municípios que querem se inserir nesse processo também. E esse é o desafio da aviação regional.

Adiante.

O potencial que temos ainda, se considerarmos apenas os Estados Unidos da América do Norte, nosso parceiro de tantos negócios e grande País também americano, com tempo de civilização também semelhante

ao nosso. Nós temos população de 200 milhões, eles de 315 milhões; área nossa de 8,5 milhões; deles, 9,3 milhões. Só que a deles, mais ou menos 50% dela, durante o ano, é inaproveitável pelas circunstâncias climáticas em que vivem. Na nossa, temos sol a pino nos nossos 8,5 milhões de km.

Aeronaves e serviços no Brasil: 460 – falo eu de aviação regular. Lá: 5,19 mil. Nós não temos 10% do que eles têm. Cidades servidas: nós temos 105, eles têm 390. Mercados servidos, que são atividades que têm aviação específica direcionada: temos 450 e eles têm 3 mil.

Aquela marca em azul no território americano e a marca em azul no nosso território mostram o quanto, em tese, poderemos avançar nos próximos anos.

Adiante.

Aqui temos uma curva do crescimento da aviação civil ocorrida no Brasil e projetada para os próximos 20 anos, tanto na aviação geral quanto... Não entenda aviação geral aqui como aviação geral no linguajar clássico dos nossos profissionais da aviação, mas, sim, somando a aviação regional e a aviação das capitais. Nós saímos de 72 milhões de passageiros em 2003, chegamos em 218 milhões em 2014, e a nossa projeção é chegar 614 milhões em 2035.

Então, vocês observem, V. Exªs, Srs. Senadores, observem que nós vamos ter um crescimento praticamente triplicando o número de passageiros que nós tivemos nos nossos aeroportos neste ano.

Na aviação regional, que é aquele vermelho, e aí é que, realmente, nos interessa neste momento, observem que nós tivemos um crescimento de 11% ao ano entre 2003 e 2014 e temos um crescimento projetado para os próximos 20 anos de 9%.

Pergunto, mais uma vez, qual outro setor em que nós temos, com base científica, fundamentada, um crescimento projetado de 9% ao ano nos próximos 20 anos?

Portanto, é um setor que tem ampla, absolutamente ampla capacidade de expansão.

Na aviação como um todo, nós temos, na linha azul, que nós deveremos crescer 5,2 nos próximos 20 anos, o que nos faz, sempre que falamos no nosso processo de concessões aeroportuárias, que teremos *players*, seguramente, *players* internacionais interessados em participar, porque nós temos um grande mercado em expansão.

Esse é um setor que, independentemente das circunstâncias... Claro, poderemos ter alguma modificação na curva, mas a curva é ascendente e, na soma, será com essa velocidade certamente, até porque as crises conosco têm sido crises breves, passageiras e que são superadas rapidamente.

Adiante.

Aí, a nossa situação de hoje: no mapa da esquerda, os aeroportos que nós temos, hoje, cadastrados na Anac e, à direita, como será depois da implantação do programa de aviação regional. Esses em laranja, ouro, são os novos do programa de aviação regional que está sendo implantado já há vários anos – há três anos em estudo e implantação – e estamos chegando nas primeiras licitações agora.

Vamos adiante.

O que nós queremos? Eu já, brevemente, falei sobre isso: queremos integrar o território nacional, desenvolver polos regionais.

Por que se escolhe um determinado município? Por que foram esses 270? Ele, pelo IBGE, por estudos dos Estados, foi apontado como sendo um polo de desenvolvimento regional. Por vezes, no Estado, dizem: "Mas esse município é menor do que o outro que está do lado." Ocorre que é esse é que, em tese, tem o maior potencial para desenvolvimento regional, segundo o IBGE e as autoridades estaduais, que foram os dois principais pontos de referência.

Fortalecimento dos centros de turismo, esta é uma outra preocupação da Presidenta. Diz ela que nós temos que dar, também na aviação, a conotação que o turismo precisa ter no Brasil.

Nós somos, ainda, um continente turístico inexplorado. Se nós virmos os níveis de visitação da Torre Eiffel, em Paris, e virmos o volume de turistas que acorrem ao Brasil durante todo o ano, nós vamos ver que nós temos, realmente, que somos um continente inexplorado.

Quando se fala em turismo de natureza, a Amazônia Legal, a Amazônia como um todo é mencionada por mais de 85% daqueles que são entrevistados como seu destino predileto. E por que não vão? Porque não tem aeroportos, porque não tem infraestrutura para poder chegar.

Garantia, também, ao acesso – aquilo que falei – nas comunidades da Amazônia Legal.

Saúde e inclusão social.

Vinte minutos de avião ou 10 dias de barco – nós temos que tentar viabilizar os 20 minutos com avião.

Aí, está o desenho maior do programa, da primeira fase do programa: são 270 aeroportos, com uma previsão de investimentos de 7,3 bilhões.

Na Região Norte, estão previstos 67 aeroportos, com 1,7 bilhão; no Nordeste, 64 aeroportos e 2,1 bilhões; no Centro-Oeste, 31 aeroportos e 900 milhões; no Sudeste, 65 aeroportos e 1,6 bilhão; e no Sul, 43, com 1 bilhão.

Nós vamos, depois, abrir Região e Estado, para a gente ver melhor.

Adiante.

Aí, o programa no Norte. Se nós pegarmos os 67 da Região Norte, quatro são no Acre; no Amazonas, 25; no Amapá, dois; no Pará, 24; em Rondônia, seis; Roraima, três; Tocantins, três.

Com isso, temos os 67.

Adiante.

Aí, temos Estado por Estado, quais são. Depois, nós vamos dar uma olhada.

Adiante.

Programa de Aviação Regional, agora, no Nordeste: 64 aeroportos. Alagoas, 2; Bahia, 20; Ceará, 09; Maranhão, 11; Paraíba, 03; Pernambuco, 09; Piauí, 07; Rio Grande do Norte, 02; Sergipe, 01. Sessenta e quatro aeroportos no Nordeste.

Adiante.

Aí estão eles. Depois, nós poderemos vê-los.

Agora, Centro-Oeste: Goiás, 10; Mato Grosso do Sul, 05; Mato Grosso, 13. São 31 aeroportos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELISEU PADILHA – Essa é de 2012... A definição não é minha. Mas vamos adiante.

Depois, nós entramos no detalhe.

No Sudeste: Espírito Santo, 04; Minas Gerais, 33; Rio de Janeiro, 09; São Paulo, 19, completam os 65 aeroportos.

Adiante.

Aí está a especificação.

Agora, por último, o Sul, 43: Paraná, 15; Rio Grande do Sul, 15; Santa Catarina, 13.

Muito bem, este quadro é importante.

Nós temos, então, 270. Os estudos começaram ao final do ano de 2012.

Apenas para rememorar, a Presidência da República entendeu que deveria ser uma atribuição do Banco do Brasil promover estudos, promover o licenciamento, promover a licitação de todas as obras dos aeroportos regionais, o mesmo valendo para os silos e armazéns do Ministério da Agricultura e das Casas da Mulher, que são feitas também nos vários Estados. Pois bem, o Banco do Brasil iniciou esses estudos no início de 2013. Nós temos já: dos 270, 263 aeroportos com estudos concluídos, inclusive o estudo de viabilidade técnica. Dos estudos preliminares, 192 já foram entregues. E anteprojetos autorizados... O que é anteprojeto autorizado? Nós estamos com licenciamento ambiental, por isso se fala anteprojeto, para 55 desses aeroportos. Por que anteprojeto? Porque, no licenciamento, pode vir ainda uma sugestão de alteração do aeroporto, e aí teremos de fazer o projeto de novo naquilo que for recomendado pelas autoridades ambientais.

Adiante.

Como é que funciona este programa?

E aí vem uma informação que, por certo, V. Exªs já a detém, mas vamos voltar a ela. Este programa é financiado pelo FNAC (Fundo Nacional da Aviação Civil). Não é fonte 100 do Orçamento, o que significa dizer que não está incluído, este programa, nos recursos ordinários do Orçamento da União. É recurso do próprio fundo, definido por lei, com a aplicação exclusiva em investimentos na aviação civil. Não pode ser aplicado em nenhum outro programa, apenas investimento – e não custeio – da aviação civil. Pois bem, tínhamos, na virada do ano, cerca de R$1,852 bilhão de saldo nesse Fundo, naturalmente, no caixa geral da União, no Tesouro Nacional.

Nós vamos arrecadar, neste ano, em torno de R$4,4 bilhões para esse Fundo. De onde sai esse dinheiro? Em cada passagem aérea, há lá um pedacinho: Ataer (Adicional de Tarifa Aérea), e parte para vai para esse Fundo. E há também o valor das outorgas nas concessões dos aeroportos. Apenas, *en passant*, o aeroporto do Galeão foi concedido por cerca de R$19 bilhões, e esse dinheiro integra esse FNAC (Fundo Nacional da Aviação Civil).

No Brasil, como em todos os países do mundo em que fomos estudar a aviação regional, os grandes aeroportos financiam, subsidiam os pequenos aeroportos, a aviação regional. A aviação regional é indutora do sistema, tendo regularidade. Se lá em Sinop, Blairo, tiver voo garantido todos os dias, em pouco tempo haverá passageiro todos os dias lá.

O que vamos fazer para isso – e essa é a proposta do Governo da Presidente Dilma –? Nós vamos subvencionar 50% dos assentos da aeronave com origem ou destino nesses aeroportos. Significa dizer que, em princípio, a companhia não pode dizer que não vai operar porque não tem passageiro. Subvencionando 50%, teremos a garantia, por contrato, de que a companhia vai operar.

Na Amazônia Legal não há esse limite de 50%. Esses 50% ficam limitados a 60 assentos se a aeronave passar de 120 lugares. Na Amazônia Legal não há limite. Lá se subvencionam até os 100% se for o caso. Por

quê? Porque na Amazônia Legal há todo outro caráter sociointegrativo da cidadania brasileira. Quer dizer, a grande extensão territorial exige que tenhamos com ela outro tipo de tratamento.

Com isso, vamos reduzir a diferença entre as passagens aérea e rodoviária. Não vou dar aqui o nome da companhia aérea, mas, há poucos dias, esteve comigo o Presidente de uma companhia aérea, dizendo o seguinte: "Tendo passagem aérea e por via rodoviária – ônibus – entre duas cidades, comprar na minha companhia com até 21 dias de antecedência é mais barato que o ônibus. Se não for, eu devolvo o dinheiro." Isso é apenas para mostrar o nível de competitividade que a nossa aviação civil está conseguindo atingir. Então, com isso, nós vamos reduzir a diferença da passagem e estimular novas rotas regionais.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELISEU PADILHA – Sim, senhora. Já passou?

Também é importante ter presente que nós contamos com a parceria com Estados e Municípios para esse programa ficar de pé, porque lá no interior nós precisamos ter – como esse programa funciona? – um equipamento mínimo internacionalmente admitido como mínimo para um aeroporto receber voos regulares, uma casa de combate a incêndio correspondente à pop que será atendida, um terminal de passageiros correspondente, a pista que vai caracterizar o tipo de aeronave que pode lá operar, o pátio de estacionamento e a casa de navegação aérea. São os cinco equipamentos internacionalmente exigidos. Deveremos ter todos eles. Mas não adianta ter a casa de combate a incêndio se não tiver o homem de combate ao fogo, não tiver o bombeiro.

Propus, Senador Lasier Martins, que no Rio Grande – é uma experiência – nós fizéssemos um convênio com o Governo do Estado, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, porque, em todas as cidades em que há aeroporto regional, há uma corporação grande da brigada militar, que é a Polícia Militar, e por vezes dos bombeiros. Que se fizesse um convênio e os bombeiros, que são os profissionais do setor, pudessem dar essa garantia. Por quê? Porque é difícil treinar – não é impossível; nós treinamos muitos – tanta gente em Municípios que são relativamente pequenos, em que o custeio não é tão fácil para os Municípios. Eu presidi entidade municipalista, fui Prefeito, presidi entidade regional, entidade estadual e entidade nacional e, agora, por uma das funções que estou desempenhando, tenho que tratar também da relação com os Municípios. Os Municípios sofrem, neste momento, uma crise profunda, especialmente os pequenos Municípios. Eu fui Prefeito há vinte e poucos anos e tivemos um processo de transferência de atribuições – saúde, educação, inclusão social, para não dizer que a segurança tem que ajudar, que o Judiciário tem que ser ajudado.

E o Prefeito é a porta mais próxima. Logo, os Municípios têm dificuldade.

Como é que estamos pensando em suprir isso? Nós estamos fazendo uma readequação, estamos fazendo uma redefinição, estamos fazendo uma revisão estrutural da Infraero.

Vamos dividir a Infraero em uma Infraero Serviços, para o que estamos buscando uma parceria internacional, um grande operador aeroportuário internacional. Por que isso? Porque vamos, em que pese a qualificação da nossa Infraero – 43 anos de bom serviço prestado ao Brasil –, mas queremos profissionalizar para que esta empresa possa ser um *player* de mercado interno e externo.

Nós queremos convertê-la numa operadora aeroportuária para suprir essas deficiências do programa, se for o caso. A garantia do programa temos que ter, no limite: fizemos as obras, contratamos a empresa para voar e operar o aeroporto. A Prefeitura diz "eu não jeito, eu não tenho dinheiro, eu quebrei". A companhia aérea vai ter que ir lá. O passageiro, depois de fidelizado, conta com aquilo, "eu vou trabalhar lá, porque tem este voo". Então, temos que ter a garantia de que vai funcionar. A Infraero Serviço será o pronto-socorro.

Daí, por que falei na posição estratégica do Aeroporto de Manaus. Este é um aeroporto que será integrado ao patrimônio da Infraero – ele, Congonhas e Santos Dumont. São três aeroportos simbólicos para a aviação brasileira, mas simbólicos, também, para a reestruturação da Infraero. Esses três irão para o patrimônio da Infraero propriamente dito, porque, hoje, os aeroportos ainda não estão integrados ao patrimônio da Infraero. Estes irão, por várias razões e para vários fatores.

Pois bem, teremos, então, a Infraero Serviço e a Infraero Participações, porque todos nós sabemos que a Infraero detém 49% do Aeroporto de Brasília, 49% do Aeroporto de Guarulhos, 49% do Aeroporto do Galeão, 49% do Aeroporto de Confins, 49% do Aeroporto de Viracopos.Portanto, há um potencial em termos de projeção futura, de ter um grande capital para atuar no mercado, como um *player* de mercado também, no plano dos investimentos.

Então, a Infraero está desenhada para ter uma nova atuação a partir deste ano, e não é coisa para muita distância. Algumas das nossas propostas já estão em execução, foram aceitas pela Presidenta. negociamos com o Ministério do Planejamento, por óbvio, antes, com o Ministério da Fazenda, levamos à Presidenta e estamos implementando algumas das medidas já.

O que é que falta? Onde é que estamos? Nós temos que concluir os estudos ambientais e os projetos. Aí, alguém fala: "Padilha, mas, vem cá, conta para mim uma história: por que que esse negócio demora tanto? Isso começou em 2012, foi lançado em 2012".

Primeiro, o Banco do Brasil não tinha equipe para pensar em aeroporto. Teve que montar uma equipe. Como não tinha para pensar nos silos e armazéns, também, e não tinha para a Casa das Mulheres, mas foi montada uma equipe grande e competente, no Banco do Brasil, que demorou um tempo de aprendizado. Esse é o número um.

Número dois: no próprio Ministério, lá, na Secretaria de Aviação Civil, temos que ter a humildade de dizer que também tivemos que aprender, porque não foi para a Infraero essa atribuição. A Infraero tem 43 anos de experiência. Não. Veio para SAC. Nós temos, internamente, todo o controle do processo e, por óbvio, tivemos que aprender, e esse aprendizado não se dá de uma hora para outra também. Isso demorou um tempo.

E, terceiro, tivemos sérias questões ambientais que entravaram todo o nosso processo de licenciamento.

Vou dar um exemplo: há um Município de um Estado brasileiro em que o Banco do Brasil protocolou o pedido de licença ambiental. Deram-lhe o termo de referência em que buscavam indenizações de possíveis passivos ambientais daquele aeroporto, desde o ano de 1932 até agora. É um programa nacional, está no PIL, o programa de investimentos, é o Governo Federal, é o primo rico. Então, vamos tirar, aqui, tudo que pudermos, agora, para resolver os problemas do Município, e, vamos lembrar: temos competência concorrente legislativa da União, dos Estados e dos Municípios na questão ambiental, cada um no seu campo.

A União no campo maior, o Estado no campo menor e o Município no menor, mas cada um é competente.

Quando o Senador Osmar Dias, então diretor do Banco do Brasil, confidenciou-me isso, ocorreu-me aquilo que, por vezes, temos vantagens em ser advogado – pouquíssimas vezes, mas, por vezes, temos vantagem. Aí o advogado diz: "espera aí, quem é constitucionalmente o ente federado responsável pela formulação da política ambiental?" A União. "Quem é o ente federado responsável pela concepção da política da aviação civil?" A União. Então, calma aí. Licenciamento para aviação civil quem define é a União. Conseguimos internamente trabalhar, é um tema que está praticamente elucidado. E ganhamos velocidade para, em 90 dias, é o prazo estipulado, termos a consumação do processo e podermos andar.

Então, agora o que falta? Falta concluir os estudos ambientais, fazer o edital de licitação, RDC, quer dizer, vamos ter rapidez nisso, e executar as obras.

Que obras são? Vamos adiante. Aí temos um sítio aeroportuário modelo. Lá estão a pista, o pátio, o SCI (Serviço de Combate ao Incêndio), TPC (Terminal de passageiros), pátio para aeronave, um pequeno pátio para estacionamento para reparo, se for o caso, e para parte de fora, estacionamento de veículo.

Essa é a ideia de um sítio aeroportuário. Ele tem que ter a pista, uma área de escape nas duas extremidades, nas duas cabeceiras. Neste caso, é uma pista de 1.490 metros na totalidade, considerando as duas áreas de escape ou área de segurança.

Adiante. Aqui um exemplo de um cenário, é a mesma coisa que falei antes, apenas colocando número. Neste operaria uma aeronave tipo 2C, o peso com 100% de decolagem, o orçamento, o custo, R$18,4 milhões. Um novo terminal de passageiros com 680 metros quadrados, vamos ver os terminais logo adiante. O pátio tranquilo, a pista sem ampliação. Tempo de obra, 12 meses. Isso é que é importante. Tempo de obra previso de 12 meses para o todo: pista, estação de passageiros.

Por que tão rápido? Vamos ver as estações de passageiros. Olhem só, as estações de passageiros serão moduladas, terremos quatro tipos, 682m^2, 1.210m^2, 1.935m^2, 2.884m^2, dependendo da demanda. Mas ela é modulada, observem que a primeira, A, é o primeiro módulo. Olhem pela cor, e vocês verão que só vamos acrescentando módulos. Logo, quem vai construir isso possivelmente serão duas ou três empresas que farão no curso de todo esse tempo, porque vai empreender com equipamentos de alta tecnologia, com placas moduladas. Poderemos fazer isso rapidamente. Daí por que se fala em 12 meses o tempo da construção.

Adiante. Ao final, uma projeção de um desses aeroportos regionais, que é o módulo C, com 1.935 m^2 o terminal de passageiros.

Adiante. A exposição era esta. Naturalmente, fui breve na exposição, tão rápido quanto possível, para ganharmos tempo no nosso questionamento e nossas possíveis respostas.

Desde já, agradeço muito a presença de V. Exªs, de todos que aqui acorreram. Quero reiterar minha satisfação, minha alegria em comparecer ao Senado Federal para, mais uma vez, trazer informações do Governo ao qual pertenço e o qual defendo na minha área com todas as forças e com muita convicção.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço ao Ministro Eliseu Padilha pela sua exposição objetiva, clara.

Nós temos aqui a presença de Senadores e Senadoras membros de duas comissões: Comissão de Serviço de Infraestrutura e Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sendo assim, convido o Senador Davi Alcolumbre para dar início à sessão de indagações dos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Bom dia, Presidente Garibaldi; bom dia, nosso Ministro da Aviação, Eliseu Padilha.

Cumprimento as Senadoras e os Senadores aqui presentes.

Agradeço à equipe técnica da nossa Comissão de Desenvolvimento Regional e à equipe técnica da Comissão de Serviço de Infraestrutura, que trabalharam muito para que pudéssemos construir este momento de debate e discussão sobre esse modelo que o Governo Federal constrói com a implantação e a proposta de desenvolver a aviação regional em todo o País.

Agradeço a V. Exª, Sr. Ministro, poder ter vindo a esta Casa acompanhado de sua equipe.

Cumprimento o Presidente da Anac, que, em todos os momentos em que solicitamos encontros para discutir, debater alguma coisa de interesse nacional, a Anac e a Assessoria do Ministério que S. Exª conduz têm sido solícitas quanto aos nossos questionamentos e indagações.

Agradeço as proposições. Recebemos agora há pouco a explanação impressa que V. Exª faz a esta Comissão.

Diante do contexto em que V. Exª assumiu a Pasta este ano, com certeza, iremos acompanhar o desenrolar da atuação de V. Exª frente a esse planejamento, assessorado por técnicos e acompanhado por esta Casa. De nossa parte, terá a compreensão inclusive no que se refere às dificuldades que o nosso País enfrenta hoje, relacionadas às questões financeiras.

Fiquei feliz com as ponderações de V. Exª quando diz que a espinha dorsal dos recursos para a implantação desse projeto não está vinculada diretamente ao Orçamento Geral da União.

Escutamos falar muito, Ministro, da crise, do contingenciamento, dos problemas econômicos, e, quando V. Exª vem a esta Casa e diz que este planejamento do Ministério que V. Exª conduz tem especificamente recursos através deste Fundo, que somavam, no final do ano passado, quase R$2 bilhões, e que terão este ano quase R$4,5 bilhões, ficamos muito felizes e temos a convicção de que realmente essa meta do Governo será alcançada. Assim, com certeza, teremos a integração das Regiões, especialmente, posso falar, do Norte e do Amapá, Estado que represento nesta Casa.

Realmente, esta Região, como todo o País, precisa dessa integração e dessa oportunidade de ter espaços, esses aeródromos construídos para fazer essa interligação, para diminuir a distância entre essas cidades e para promover que essas pessoas do interior, dos lugares mais distantes deste País possam ter acesso a um meio de transporte, com certeza, muito seguro, muito rápido.

O planejamento do Governo com relação à tarifa, no que diz respeito aos incentivos, vai proporcionar o deslocamento dessas pessoas a um preço razoável, aceitável, incluindo, nesse sistema, milhões de pessoas que querem utilizar dessa rede.

Eu queria falar de um caso específico, um caso do meu Estado, do Estado do Amapá, e que parece que é uma questão provinciana, mas não é, no nosso caso do Amapá. Ministro, temos, no Estado do Amapá, na capital do Amapá, onde circula 70% da população do Estado, uma obra iniciada em 2004, paralisada em 2007 e retomada em 2013.

Já tivemos lá a presença de algumas lideranças. Inclusive, a Presidente Dilma esteve no Amapá, no ano passado, e se colocou solidária ao término das obras desse aeroporto de Macapá, que se arrastam por quase 12 anos. Esperávamos, inclusive, com a participação de V. Exª, como Ministro, ter essa ordem de serviço ainda este ano. E, diante da perspectiva de realmente concretizarmos esse desejo, a Infraero já fez a licitação, já fez o projeto, já resolveu os entraves burocráticos de problemas com o Tribunal de Contas e com a Justiça. Estamos esperando só a ordem de serviço da empresa que venceu a licitação, para ter esse sonho, que começou 12 anos atrás, do Aeroporto Internacional de Macapá, realizado.

Então, faço esse apelo em meu nome, em nome da Bancada do Amapá, já que esse é um desejo do povo amapaense, porque precisamos ter essa obra concluída. Está lá a obra. A União, o Governo Federal já gastou recursos para construir parte dessa obra, e estamos muito perto de ter a retomada dessas obras, em virtude de que todos os problemas, como falei, judiciais, contábeis, financeiros, problemas que motivaram a paralisação, relacionados ao TCU, resolvidos. Infraero e o Ministério já fizeram a sua parte.

Então, assim, falta muito pouco. Eu venho aqui, humildemente, pedir ao Governo Federal, em nome de V. Exª, que faça justiça a essas pessoas que vivem no Amapá e dê a ordem de serviço para essa empresa, que já venceu o certame, que já está preparada para iniciar. Nós já visitamos o superintendente, do Amapá, da Infraero. Todos os amapaenses estão ansiosos para que essa obra seja retomada.

E assim, eu vejo que está muito perto. O meu pleito hoje aqui, como Presidente da Comissão, é a defesa do País, mas sobretudo a defesa do Amapá, que é o Estado que me colocou nesta Casa.

Quero fazer esse pedido ao Governo Federal, na pessoa de de V. Exª, para que possamos ter realmente a ordem de serviço para essa empresa e para que possamos, definitivamente, depois de 12 anos, ter a obra retomada, a obra do Aeroporto Internacional de Macapá concluída.

Então, para não me alongar muito e para participar do debate, relacionado a outras regiões do País, encerro a minha ponderação.

Antes de passarmos à lista de inscrição, a palavra ainda está com o primeiro Senador inscrito, Senador Blairo Maggi, mas como o Senador Acir é Vice-Presidente da Comissão...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – O Senador Acir é o Vice-Presidente, tem prioridade.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – Não, mas é o seguinte, democraticamente, já que eu passei a Presidência para V. Exª, vamos dar, então, a vez ao Vice da Comissão de Infraestrutura, o Senador Ricardo Ferraço.

E vou dar uma sugestão a V. Exª de adotarmos um bloco de três Senadores, aí o Ministro responde. Porque já há 14 inscritos, por enquanto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Pronto. Então, seguindo as orientações do Líder Garibaldi...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Presidente, inscreva mais um aí.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Quinze. Pronto. Senador Petecão.

Seguindo as orientações do Senador Garibaldi e aceitando a sugestão, também, de fazermos o bloco, Ministro, de três Senadores, eu passo a palavra ao Vice-Presidente, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – Antes, vamos registrar a presença, na Mesa, da Senadora Simone Tebet, que embeleza a mesa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, São Garibaldi Alves, meu protetor, por permitir que eu o cumprimente, bem como o Senador Davi...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Estou cuidando bem, porque V. Exª é o Vice, é o meu Vice.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Exª não está cuidando bem, está cuidando muito bem. E todo dia rezo uma ave-maria e um pai-nosso para que V. Exª continue cuidando bem do seu Vice-Presidente.

Mas quero cumprimentar V. Exª, Presidente Alves, e o Davi Alcolumbre, nosso querido Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, com quem temos a oportunidade de compartilhar esta audiência pública em que recebemos o Dr. Eliseu Padilha, Ministro da Aviação Civil, e também o Dr. Marcelo, Diretor-Geral da Anac.

Sr. Ministro, V. Exª é de fato um arquiteto das palavras. Ouvir V. Exª – falo isto sinceramente – me dá a impressão de que o céu está para o brigadeiro, assim como o mar está para o almirante, porque a forma com que V. Exª veio discorrendo sobre a construção desse programa – e é preciso que façamos justiça, V. Exª está, há poucos meses, há poucas semanas, no Ministério da Aviação Civil; é preciso que façamos justiça, que sejamos cautelosos, evidentemente, nas conclusões, porque V. Exª está assumindo o Ministério recentemente.

Mas nós que estamos do lado de cá não estamos aqui recentemente, estamos aqui, há alguns anos. E, há alguns anos, acompanhamos o desenvolvimento de alguns programas do Governo Federal – me perdoe a sinceridade – que se transformaram em PowerPoint. Eles são colocados, mas, na prática, estão se transformando em projetos de ficção, porque projeto bom é aquele que se realiza concretamente, materialmente, aquele de que os contribuintes e a sociedade podem se apropriar.

O PIL foi lançado em 2012, não apenas para o segmento aeroportuário, também para o segmento ferroviário e também para o segmento rodoviário, e as metas que foram anunciadas, que foram discutidas estão, em todos os segmentos da infraestrutura brasileira, muito aquém daquilo que o nosso País necessita. E, sinceramente, Ministro, não posso ficar discutindo programas e projetos para daqui a 20 anos.

Não, nós não podemos discutir esse futuro que não chega, precisamos discutir o presente e os problemas que estão impedindo que a infraestrutura brasileira possa efetivamente responder às nossas diversas regiões.

A fala de V. Exª, por exemplo, entra em contradição com a fala do Presidente da Azul, o Sr. David Neeleman, que, em 16 de abril, anunciou que, se o programa de desenvolvimento da aviação regional não entrar em operação, 20 linhas que são deficitárias vão fechar, e mais de 700 trabalhadores vão ser demitidos.

Desde janeiro de 2015, o Congresso brasileiro já autorizou o Governo Federal a subsidiar voos regionais. Isso é parte do programa para subvencionar regiões do nosso País que necessitam efetivamente desses subsídios. Nós já estamos em maio e não temos qualquer perspectiva da utilização e da operação desses subsídios.

E V. Exª fala como se não estivéssemos atravessando um ajuste fiscal em que o contingenciamento desses recursos está atravancando o desenvolvimento desse importante projeto, estruturante para o nosso País. O fato objetivo é que esse projeto já deveria estar em curso – não o de construção de aeroporto, em que eu vou tocar mais adiante, mas o programa de subvenção. Por que o programa de subvenção ainda não está funcionando? Será que teremos que assistir a diversas dessas linhas do chamado Brasil profundo, que necessita há muitos anos... Aliás, sejamos aqui sinceros, o Brasil não está inventando a roda ao fazer isso, porque outros países, inclusive os Estados Unidos da América, que foram aqui relacionados por V. Exª, fazem esse tipo de subvenção em regiões onde não há equilíbrio, para permitir que as pessoas possam se valer da aviação, por ser uma ferramenta absolutamente necessária. A aviação não é mais uma ferramenta de luxo, é uma coisa utilizada largamente pelo conjunto da sociedade brasileira.

O FNAC, ao fim de 2013, tinha um saldo de R$2,7 bilhões. O FNAC, que é o Fundo Nacional da Aviação Civil, foi constituído com recursos arrecadados com a cobrança do adicional da tarifa aeroportuária. Esse fundo não é de recursos do Governo, são recursos da sociedade brasileira. O Congresso Nacional, quando aprovou esse fundo, aprovou-o para que esses recursos fossem utilizados – e V. Exª falou aqui que eles só podem ser utilizados nessa direção –, mas a maior parte deles foi utilizada em aporte de capital da Infraero: dos R$2,7 bilhões, R$1,4 bilhão foi utilizado para aporte financeiro da Infraero.

A estimativa é de que, ao final deste ano, tenhamos R$4,4 bilhões desses recursos para suportar esse importante programa. Mas quem nos garante que esses recursos não vão para a Conta Única do Tesouro? Não vão para a chamada Fonte 100 nem para contingenciamento, e se transforme esse fundo naquilo que se tornou historicamente o Fust, uma ficção? Um outro fundo que foi criado pelo Congresso brasileiro mas que o Governo Federal há anos insiste em não fazer a aplicação adequada – no caso do Fust, nas telecomunicações, uma outra coluna muito importante da infraestrutura brasileira.

A pergunta que eu quero dirigir a V. Exª é a perspectiva de utilização desses recursos do Fundo, do FNAC, para suportar esse programa. Senão, esse programa, Ministro, me perdoe, vai entrar no rol de mais um programa PowerPoint que o Governo Federal lança e na prática não produz os resultados que a sociedade espera.

Também queria perguntar à nossa diretoria da Anac e a V. Exª também, como Ministro... A Anac, desde o dia 19 de março deste ano, está funcionando com apenas dois diretores – se eu estiver equivocado, corrijam-me, por favor. De um total de cinco diretores, apenas dois diretores estão nomeados. A agência está aguardando indicação para que esta Comissão, inclusive, possa fazer a sabatina para que a Anac... É uma contradição: à medida em que a gente amplia o processo de concessão, não trabalhamos a agência que faz o monitoramento, a fiscalização e a gestão das concessões do sistema aeroportuário brasileiro. Por uma mão nós ampliamos as concessões e, pela outra, não damos à agência reguladora condições efetivas de ela funcionar e cumprir com suas obrigações legais.

Vale lembrar que a Anac não tem possibilidade de nomear diretor interino, e, na prática, chama a atenção, ainda, a prolongada omissão – não há outro termo que não omissão – na indicação dos diretores da Anac. Apesar da falta de quorum somente ter sido configurada em março de 2015, existem cargos vagos na diretoria da Anac desde dezembro de 2013! Como se essa agência não tivesse obrigações legais. Portanto, essa é uma contradição que eu gostaria de submeter a V. Sªs para que V. Sªs pudessem nos dizer por que o Poder Executivo não encaminha ao Senado da República, a esta Comissão de Infraestrutura, para que nós possamos sabatinar esses indicados?

Naturalmente, Sr. Ministro, sem qualquer tipo de preocupação, como teve aqui o Senador Davi, eu quero, evidentemente, olhar para o meu Espírito Santo, e faço isso com muita tranquilidade, porque o caso de V. Exª não é único. O caso de V. Exª é refresco perto da situação do nosso Estado.

Eu trago aqui, Ministro, aquela frase sempre extraordinária do poeta Tolstói, segundo a qual, quem quer encantar o mundo tem que encantar a sua aldeia primeiro. Não há como eu achar bonito o aeroporto de Brasília ou o aeroporto de onde quer que seja se o aeroporto do meu Estado se transformou em uma rodoviária de quinta categoria.

Sr. Ministro, o processo de licitação do aeroporto de Vitória foi feito em 2004. Em 2007, 40% das obras estavam executadas, e tudo foi paralisado, por uma razão: o Governo contratou essas obras sem ter projeto executivo. O Tribunal de Contas da União fez uma fiscalização, embargou essa obra e identificou sobrepreço, porque – pasmem – a obra foi contratada pelo Governo com projeto básico, e, durante a execução, é óbvio que se encontrou um conjunto de diferenças entre o orçado e o realizado. A obra está, portanto, paralisada desde 2007, apesar das promessas do Governo de entregar esse aeroporto em 2008!

Nós já conversamos sobre o aeroporto de Vitória algumas vezes. A Infraero já fez nova concorrência pública, já está com o contrato assinado há quase seis meses, e não temos ainda a ordem de serviço! Estamos aqui dando um duro danado, a Bancada capixaba, juntamente com a nossa coordenadora, a Senadora Rose de

Freitas. Já me envolvi em polêmica involuntária com V. Exª sobre a concessão ou não do aeroporto de Vitória, mas fui convencido pela Senadora Rose de Freitas de que, neste momento, a concessão não é o melhor caminho, e eu acho que ela tem razão.

O melhor caminho é que o Governo Federal possa dar ordem de serviço, para que nós possamos iniciar esse aeroporto, Sr. Ministro. Portanto, não há como eu acreditar – sinceramente, perdoe-me a franqueza, e falo isso com muita humildade – nesses projetos, todos faraônicos, que o Governo apresenta, se o Governo demora seis meses para dar ordem de serviço de uma concorrência feita em dezembro!

Então, essas são as indagações cujas respostas eu gostaria de merecer de V. Exª, com a franqueza de V. Exª em relação a essa questão, porque os capixabas não suportam mais o menosprezo e a forma desonrada com que o Governo Federal olha para o Espírito Santo!

O nosso Estado, Sr. Ministro, não é estorvo! O nosso Estado não se oferece como um problema à União e ao Governo Federal! O nosso Estado se oferece como solução, pelas contribuições que o Espírito Santo dá ao desenvolvimento econômico e social! Não há mais como suportar, Sr. Ministro, a prorrogação da ordem de serviço e das obras do aeroporto de Vitória!

Disse-me V. Exª que não começaria essas obras sem garantia de recursos. O que falta, Sr. Ministro? O que está faltando, para que, efetivamente, essas obras possam se iniciar?

Eu gostaria de merecer essa resposta de V. Exª, até porque V. Exª não é apenas o Ministro da Aviação Civil, mas é hoje um destacado membro da articulação e da coordenação política do Governo Federal. Portanto, V. Exª está no centro do poder e precisa dar uma resposta aos capixabas.

É o que eu queria indagar a V. Exª, desculpando-me pelo desabafo, mas não é um desabafo pessoal, é um desabafo de quem não suporta mais a forma desonrada com que o Governo Federal olha para o meu Estado.

Muito obrigado, Srs. Presidentes.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Dando continuidade, passamos ao próximo Senador na ordem de inscrição.

Foi combinado com o Presidente da Comissão de Infraestrutura, Senador Garibaldi, que vamos estipular o tempo de indagação dos Senadores, em virtude de já termos 18 Senadores inscritos. Todos querem participar efetivamente.

(Intervenção fora do microfone.)

Eu queria sugerir ao Presidente Garibaldi, por sugestão do Senador Walter Pinheiro, se assim acatado pelos membros das duas Comissões que estão aqui nessa audiência hoje, que a gente pudesse ampliar: em vez de blocos de três Senadores, fizéssemos blocos de cinco Senadores para que o Ministro pudesse, a cada cinco Senadores, responder.

Sr. Ministro...

Indago aos Senadores se concordam com blocos de cinco. (*Pausa.*)

Aprovado sem manifestação contrária.

Então, fui o primeiro Senador, na ordem, como Presidente da Comissão; em seguida falou o Vice-presidente, Senador Ferraço; e, agora, como primeiro Senador inscrito na lista de inscrição, que chegou a esta Comissão às 7h59min, portanto muito antes de iniciarmos a sessão, o Senador Blairo Maggi.

Tem a palavra V. Exª por cinco minutos.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado. Quem chega cedo tem direito a falar mais, não é não?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Bebe água fresca.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Quero cumprimentar o Ministro Eliseu Padilha e dizer que, quando eu cheguei aqui, Presidente, o Ministro Eliseu Padilha já estava; ele foi o primeiro a chegar a esta Comissão hoje. Então, eu cumprimento o Ministro e também o Marcelo Guaranys, que é diretor da Anac.

Sejam bem-vindos aqui!

Cumprimento também o Adilson Teixeira, que é Diretor de Engenharia da Infraero. Cumprimento o nosso Presidente Garibaldi, o nosso Davi, que também é Presidente da CDR, e todas as senhoras e senhores.

Bem; esse programa de aviação regional é bem mais antigo do que está aqui no papel – 2012. Lembro-me de que, ainda como governador do Estado de Mato Grosso, o então Presidente Lula, estimulado pelos governadores do norte do País, criamos um fórum de governadores que atuou muito bem naquele período. E uma das grandes reivindicações, além da regularização fundiária que naquele período se reclamava, também era essa questão das linhas aéreas para a região. Uma região que, como todos sabem, abrange cerca de 61%,

62% do território brasileiro; que tem uma baixa densidade demográfica; e, portanto, grandes dificuldades para se ter empresas que sejam rentáveis, que paguem seus custos, mas que façam o transporte aéreo na região.

Então, sempre foi discutido que deveria, sim, haver uma subvenção por parte da União para que, se quiser, isso funcione. E, para funcionar, terá que ser feito assim. Nós avançamos; faz muito tempo que esse assunto está na pauta, mas, como o Ricardo Ferraço já citou, se ele acha que o aeroporto dele, no Espírito Santo, é de quinta categoria, eu acho que o meu, em Cuiabá, é de sexta; está antes da rodoviária, está no ponto de parada. É uma obra que se iniciou há doze anos – doze anos. Nós passamos por um momento interessante de ser uma das sedes da Copa do Mundo, quando achávamos que aquilo seria resolvido. Não foi resolvido, terminou a Copa do Mundo já faz um ano, e o aeroporto continua lá na mesma situação que estava antes.

Quer dizer, é lamentável, e eu gostaria que o Ministro pudesse se manifestar sobre o aeroporto de Cuiabá para que nós possamos, de vez, terminar com aquilo e colocar aquela obra a serviço da população. Um aeroporto que tem uma movimentação bastante grande, é um *hub* regional hoje, por lá passam muitos voos. É normal e comum você chegar no aeroporto de Cuiabá e ver de 10 a 15 aeronaves estacionadas no pátio, porque é um aeroporto importante.

Mas eu gostaria, Ministro, de me deslocar um pouquinho mais desse assunto, já que teremos 18 Senadores que vão perguntar – o Senador Wellington vai trazer depois um assunto particular regional da nossa cidade lá, Rondonópolis, para discutir aqui também –, mas eu gostaria de falar um pouco em nome daqueles que não estão dentro desses programas, dos outros Municípios que estão fora.

O que acontece hoje? E essa indagação é mais direcionado ao Marcelo Guaranys, Presidente da Anac. Os prefeitos, os agricultores, os empresários, os comerciantes, os profissionais liberais de cada um desses Municípios do interior do Mato Grosso – e falo do meu Estado – têm feito um esforço tremendo para poder dar um pouco de conforto nesses aeroportos municipais. Não é raro se cotizarem, fazerem programas, fazerem asfaltamento dessas pistas, fazerem o balizamento dessas pistas, para que possa, como já disse o Ministro aqui, uma vida ser salva num lugar desses num voo noturno, mas que também seja um ambiente favorável de negócios para aquela região.

Cito vários exemplos, como Primavera do Leste, que já vez; Sapezal. Estive em Porto Alegre do Norte, semana passada, onde fizeram uma pista também. Há vários Municípios, como Matupá, Juína, em que as pessoas se reúnem e põem dinheiro próprio no negócio, para ver se aquilo vai. Mas, quando chega na hora da Anac, são dois, três anos para frente para poder fazer essas coisas andarem. É muito difícil conseguir com que aquilo que foi produzido, com grande sacrifício, se transforme em uma coisa para a sociedade, em termos legais, porque a documentação exigida, os trâmites, a demora... Claro, não é só a demora da Anac. Exigem isso e aquilo, volta para o Município, o Município não tem condições...

Enfim, eu gostaria de deixar uma sugestão – e já fiz isso em outras oportunidades – de que a nossa legislação não fosse a mesma que serve para Brasília, que serve para São Paulo, que sirva para Cuiabá, que sirva para Sinop, que sirva para Porto Alegre do Norte ou para Água Boa. Não pode ser assim! As coisas são diferentes, as realidades são diferentes, os momentos são diferentes e até os riscos são diferentes.

Já vou terminar, Presidente.

Você não tem como... Eu fui a Porto Alegre do Norte durante a semana. A pista não está ainda homologada, mas está operando, porque as pessoas precisam descer lá, é preciso operar. Então, esse tipo de situação deveria ter, através da Anac, exigências diferentes. Vão dizer: "Ah, mas tem o risco". Claro, tem o risco, mas as pessoas assumem o risco também. O Estado não pode querer tutelar todos os riscos da sociedade. São coisas diferentes, de um lugar para o outro.

Então, Ministro, eu gostaria que V. Exª prestasse um pouco de atenção nisso, criasse um ambiente interno, dentro da sua Secretaria e, junto com a Anac e os outros órgãos referentes, para poder baixar um pouco a régua para esses lugares. Construiu, tem uma licença, está atendendo a população? O.k, vamos lá. "Ah, mas eu quero botar um avião maior". Não, um maior não; é outra regra. Mas para os aviões pequenos, para o trânsito regional, é muito importante que haja os voos noturnos, com segurança, com pista asfaltada, e que as pessoas ser salvas, que os negócios possam acontecer nesses lugares.

O programa regional é bom? É bom, é ótimo, vai resolver muita coisa, mas, depois dele, há outras coisas abaixo que vêm sendo sufocadas e que, no dia a dia, a gente não consegue fazer. Como eu disse, não é raro demorar três anos, depois de uma obra pronta, para conseguir uma licença para que todo mundo possa operar dentro da legalidade, dentro de uma situação normal, sem sofrer multa, sem sofrer impedimento.

No mais, quero cumprimentar V. Exª e desejar que, na sua queda de braço, consiga convencer o Ministro Levy de que seus recursos não são contingenciáveis, que eles são livres para que a gente possa trabalhar e fazer essas coisas andarem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Agradeço a palavra do Senador Blairo e passo a palavra para o Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Minha saudação, Presidente Garibaldi, Presidente Davi.

Saudações ao nosso Ministro Eliseu Padilha. Seja bem-vindo a esta Casa! Tenho certeza de que o senhor ainda vai fazer parte do lado de cá também. Não faz porque não quis no momento adequado, mas terá o seu momento para estar junto conosco.

Saudações ao Marcelo também, ao Adilson. O Marcelo tem nos recebido sempre muito bem, há muito tempo, na Anac, para discutir os temas dos aeroportos.

Ministro, vou ser bem direto e específico com relação à nossa indagação. Tenho acompanhado, desde antes do lançamento desses 270 aeroportos, o Profaa e o PIL, e a luta que tem sido para tentar viabilizar a construção desses aeroportos: 270, depois tentou se reduzir para 50, depois 20, inicialmente, e está nessa discussão.

No Estado de Rondônia, temos os aeroportos de Vilhena, Cacoal, Ji-Paraná e Porto Velho funcionando. Faltam-nos Pimenta Bueno, Ariquemes, Guajará-Mirim e a reestruturação do aeroporto de Ji-Paraná, do aeroporto de Ariquemes e, também, de Vilhena e Pimenta Bueno.

Hoje, no Estado de Rondônia, o próprio Estado é responsável pela administração dos aeroportos, porque os Municípios, como V. Exª muito bem colocou, não têm condições de bancar essas despesas. É um voo por dia e toda a estrutura tem que ficar à disposição desse um voo por dia. É a segurança do aeroporto, são os bombeiros etc, etc, etc.

Nessa linha, o aeroporto de Ji-Paraná é o que está mais avançado, inclusive com a licença ambiental já concedida, e o anteprojeto também já está feito, aguardando apenas, agora, o projeto executivo, em função de uma discussão do TCU que aconteceu, se não me falha a memória, durante um ano, para saber se era por RDC ou não. Enfim, não é. Está o.k! Então, não é mais, e retomamos os trabalhos.

Fica, então, esse nosso pedido, reforçando também essa questão que o Blairo colocou, sobre os aeroportos que não terão linhas aéreas, mas que têm uma importância muito grande na aviação regional, na aviação que não é de linha aérea, mas que é utilizada pela população, pelos governos dos Estados também.

Rondônia é um Estado enorme, grande. Nós temos, lá, cinco aeroportos que têm o licenciamento – talvez seis aeroportos –, e a nossa indagação é: quando é que nós vamos ver, de fato, esses aeroportos regionais, como o caso de Ji-Paraná... Pela informação que eu tenho, do Banco do Brasil e também da Anac e da SAC, dentro desses 20 aeroportos, um da Região Norte é o caso de Ji-Paraná. E os demais? Os aeroportos de Ariquemes, de Cacoal, Pimenta Bueno, Vilhena e Guajará-Mirim também? Mas, em especial, esse de Ji-Paraná.

Eu já conversei por várias vezes com o Marcelo. Tenho uma dificuldade extra para lidar com essa questão, Ministro, por eu ser empresário de transporte de passageiros de ônibus.

Aí, há uma questão, porque, quando atrasa a obra do aeroporto de Ji-Paraná ou de Cacoal, dizem que a culpa é do Acir, que está segurando o aeroporto, porque não quer que venham aviões de grande porte para as nossas cidades. E é exatamente o contrário!

(Soa a campainha.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Eu quero e entendo que a vinda de aviões grandes para os Municípios de Ji-Paraná, de Cacoal, Pimenta Bueno vai fortalecer a economia do nosso Município. Como V. Exª bem colocou: é um indutor do crescimento e do desenvolvimento. Nós precisamos desses aeroportos.

Então, fica aqui o nosso pedido. É um pedido para que tenha uma atenção especial.

O senhor, evidentemente, tem uma atenção especial por todos os aeroportos, não tenho dúvida nenhuma, mas que atente para aqueles que estão mais adiantados, que já têm a licença ambiental, que já têm o anteprojeto pronto, só faltando a questão da licitação.

Então, fica aqui este pedido para que nos dê uma atenção, assim como o Marcelo sempre nos deu uma atenção, para... Cancela voo, retorna voo, não é, Marcelo?

Agora, nós precisamos retornar o jato para Ji-Paraná. Nós estamos nessa disputa com outros Estados, até, porque Ji-Paraná tinha avião grande e, agora, tem o ATR, que é um excelente avião também, mas sempre lotado, com passageiros em lista de espera, e isso faz com que, também, o custo das passagens se eleve. Se nós temos uma demanda maior do que a oferta, o custo da passagem sempre vai ser maior.

Então, ficam aqui esses dois pedidos para o nosso Ministro Eliseu Padilha e para o Marcelo também.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – O próximo Senador inscrito... Como, regimentalmente, autor e autora de requerimento têm prioridade, a Senadora inscrita, agora, como quinta deste primeiro bloco é a Senadora Rose de Freitas.

V. Exª tem a palavra, Senadora. Como autora de requerimento, tem prioridade.

Quero pedir a V. Exª que a gente pudesse, também, utilizar os cinco minutos que foram estabelecidos, como já é a quinta Senadora inscrita neste primeiro bloco.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Srs. Presidentes e Sr. Ministro, eu vou ser muito breve, muito breve.

Acho que o Senador Ricardo Ferraço já expressou a ira santa dos capixabas em relação a tudo o que acontece em nossa terra, colocou suas expectativas e a sua aflição natural pela ausência de respostas para a demanda do nosso Estado, e, também, eu só tenho uma perplexidade nacional, Ministro.

Eu saúdo V. Exª com o carinho que tenho pela sua pessoa e quero separar as duas coisas agora: falar do carinho pela pessoa, o respeito e a admiração e falar do administrador que, hoje, faz parte deste Governo que aí está.

Eu chego aqui com um espírito que V. Exª não pode nem adivinhar. É o espírito de quem não acredita em mais nada, em mais nada! Eu não vejo, Sr. Ministro... Todas as explanações a que assisto, todas as exposições a que assisto, todo o material que nos é oferecido com dados do Governo acerca de todas as áreas – saúde, educação, infraestrutura –, todos eles, quando se aplicam os dados que ali estão, a expectativa que ali está, as demandas que foram postas, as respostas que foram dadas, eles não batem, eles não coincidem.

Eu só tenho uma pergunta para o senhor, só uma: qual é a autonomia que o senhor tem, como Ministro da Aviação Civil, comandando uma área, vamos dizer, aparentemente bem-sucedida nacionalmente, porque foi um belíssimo cartão de apresentação na Copa, ainda que houvesse goteiras no aeroporto, escada rolante com defeito, mas, ainda assim, funcionou para atender à demanda num evento tão importante como foi a Copa do Mundo... Mas, a partir daí, eu quero dizer a V. Exª que todo o planejamento que foi feito, objeto de compromissos assumidos com as regiões, com os governos estaduais, nada, nada foi cumprido.

E V. Exª entenda que quando eu procuro a resposta, eu a procuro junto com V. Exª. Eu procuro a resposta que o povo nos pede como representante do nosso Estado, seja como Senador, como Deputado ou como governador, qualquer que seja a resposta. Eu quero saber da sua autonomia, porque eu estive com V. Exª várias vezes e V. Exª entendeu nossa aflição, procurou respostas, reuniu-se com a Presidente. Nós também nos reunimos com a Presidente; depois nos reunimos com o setor econômico do Governo; planejamos isso, planejamos aquilo.

E hoje, quando eu faço as indagações – e aí não vou me referir a V. Exª – vem um vazio de respostas de outro lá, o que é absolutamente incômodo, como é incômodo saber que, hoje nós, os brasileiros – e eu sou uma brasileira, uma cidadã, mãe, avó –, tínhamos a expectativa, aliás, eu acho que eu dormi com ela ontem pela última vez, de que alguma coisa neste País estivesse planejada para nos levar a algum destino. E hoje eu quero dizer a V. Exª que não estou vendo isso. Não é pelo panelaço, pelo buzinaço, pela panfletagem ou pelas manifestações, mas é muito por certa inércia que o Governo tem de diante dessa coisa imóvel, dessa omissão de palavras, de atitudes, de planejamento, de oferta de ideias, de apontar saídas para que este País possa ir para alguma direção.

Falar sobre o aeroporto eu não preciso. A indignação do Senador Ricardo corresponde à nossa e à de todos os capixabas. Eu quero só acrescentar um dado muito pequeno, que pode ser ínfimo, mas que corresponde ao fracasso absoluto que o Governo tem tido nas suas negociações políticas na Casa e – muito mais – no cumprimento das metas objetivas que ele traçou como planejamento...

(Soa a campainha.)

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... de Governo para atender ao desenvolvimento das regiões do País.

Lá no Espírito Santo, além de não haver nada de tudo aquilo que já foi falado, dito, reiterado, ainda há uma coisa: os taxistas que ficam ao lado do aeroporto não têm onde sentar para comer a boia que eles levam todos os dias; não têm um banheiro para usar, porque eles têm que disputar com os passageiros os banheiros que são usados pelos usuários do aeroporto, já que são tratados como indigentes, naquela fila do dia a dia para fazer face à necessidade de continuarem trabalhando de sol a sol. Eles não têm sequer uma cobertura onde o táxi possa ficar estacionado. Eles ficam expostos ao céu dia e noite para disputarem os passageiros a cada pouso de avião.

Esse assunto que eu estou tratando agora com V. Exª eu já tratei lá atrás. Eu tive que entrar na Justiça, via Ministério Público, para conseguir estacionamento para os usuários do nosso aeroporto. E agora tenho que entrar outras vez, porque a Localiza invadiu a rua. Eram três mãos: uma ia para a Serra; outra ia para Vitória; e

outra para Vila Velha. A Localiza colocou um painel no meio da rua – até parece que ninguém via escrito "Localiza" – e pegou uma via.

E eu falo insistentemente desses assuntos, não com o senhor, porque não tive ainda outra oportunidade depois da reunião da Bancada, mas eles não se resolvem. Eu estou falando de infraestrutura de aeroporto, do entorno dele, que é ocupado ao bel-prazer de quem o deseja. Enfim, nós não estamos falando do Governo, mas de governo, de ações de governo.

Eu queria perguntar se V. Exª tem autonomia, finalmente, para, diante de uma licitação homologada, publicada e com a empresa pronta para começar a obra, tomar a decisão tão ansiosamente aguardada pelo meu Estado.

Eu peço desculpas se as palavras hoje não foram tão no âmbito do respeito e da amizade. Espero não ter faltado com respeito para com V. Exª, mas eu me sinto ultrajada todos os dias na minha vida de cidadã capixaba.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Conforme acordo estabelecido pelas comissões, encerramos o bloco de cinco Senadores.

Passo a palavra ao Ministro Eliseu Padilha.

O SR. ELISEU PADILHA – Bem; inicialmente, eu quero registrar que foi lido aqui que eu sou um dos fundadores do MDB. Eu faço militância política, portanto, desde 1966, neste único partido e antes fiz política estudantil por cinco, seis anos. Presidi o Grêmio Estudantil, a União do Estudante de Município e fui Vice-Presidente Estadual do Movimento Estudantil. Portanto, eu tenho na mão 54 anos de convivência com o contraditório e a manifestação democrática, independente e respeitosa de opiniões.

Devo dizer que compareço a esta comissão com grande alegria e muito orgulho. Alegria em poder dialogar com a Nação brasileira. Aqui estão representantes autênticos da Nação brasileira.

V. Exªs, Srs. Senadores, têm a lhe dar amparo, segurando sobre seus ombros, milhões de brasileiros, cada um dos senhores. Aqui não chega ninguém por acaso. Aqui chegam pessoas que têm condições de ler, de traduzir o sentimento do povo do seu Estado. Caso contrário, não estariam aqui.

Faço este primeiro registro para dizer do máximo respeito que tenho por todas as manifestações, aquelas que são agradáveis e, principalmente, aquelas que, num primeiro momento, possam não parecer agradáveis. Quem faz vida pública – e nós todos fazemos – sabe que convive com o diuturno combate entre a indisponibilidade de meios e a grande demanda por soluções. Esse é o desafio de quem faz vida pública.

Eu faço vida pública há muitos anos. Não me arrependo. Não estou no exercício de mandato por opção. Não quis concorrer. Achei que já havia dado a minha contribuição. Fiz a minha dobradinha de Deputado Estadual, Deputado Federal em 2010. Agora, não, já ando por perna própria, com alta qualificação pessoal. Ajudei muito quando foi necessário. Pensei que havia cumprido a minha missão. Já havia sido Ministro de Estado em dois governos. Cuidei da infraestrutura da Nação. Tive o privilégio de começar o asfaltamento de Diamantino em direção a Comodoro, passando pela cidade então administrada pelo pai do Senador Blairo Maggi, que plantou, em Sapezal, árvores para dar sombra à população em todas as ruas. Lembro-me disso como se fosse ontem. Então, venho com uma larga estrada. Lembro-me do Martin Fierro. Dizia ele que "*el diablo sabe mas por viejo que por diablo*".

Portanto, quado venho aqui fazer algumas afirmações, estas são fruto da minha confiança, da minha esperança no povo brasileiro. Venho aqui como representante de um governo ao qual procuro servir da melhor forma possível e na integridade. Não sou homem de meia medida. Todos que me conhecem sabem que eu sempre terei lado e que a verdade do "sim" ou a verdade do "não", no meu conceito, como eu me imputo, têm exatamente o mesmo significado. Sei o momento que seja necessário dizer "sim" ou "não".

Lembro aqui, depois de tantas observações – e trouxe alguns dados para colocar de volta –, James Madison, um dos relatores da Constituição americana, quando discutia o teor do que seriam os artigos da sintética Constituição, praticamente inalterada até hoje. Dizia ele que a grandeza da democracia e da política residia no fato de homens com igual vocação buscando, em princípio, os mesmos objetivos, pudessem ter posições até diametralmente opostas em relação a como chegar a esses objetivos.

Com essas considerações, começo a responder aos questionamentos.

Primeiro, quero pedir, em meu nome pessoal, da SAC e da Infraero, escusas ao povo do Amapá. O Aeroporto de Macapá está, praticamente, há sete anos, com o mato crescendo dentro da obra e comprometendo as obras que lá foram realizadas. Portanto, temos que, com urgência e imediatamente, reiniciar as obras que são baratas. Não não caras! Podem ser desenvolvidas, na minha opinião, agora. Consultei nosso diretor da Infraero, e ele não vê problemas, com o orçamento que está projetado – ainda não está definida a nossa dotação para a Infraero, mas com o orçamento que está projetado – de a gente reiniciar essa obra.

Quero, portanto, dizer que V. Exª, Senador Davi, pode desvestir-se da humildade que o senhor aqui demonstrou e dizer que, representando o povo do seu Estado tem o direito, sim, tem mais que o direito, tem o

dever de postular que o Governo dê essa resposta que, na visão da administração da Infraero, que aqui está a minha direita, é possível ser reiniciada. Talvez nós não tenhamos o ritmo que seria aconselhável imediatamente, mas o reinício, me disse aqui o diretor da Infraero, que nós vamos fazer, sim.

O Espírito Santo, Senador Ricardo Ferraço. Quero, ao iniciar a resposta a V. Exª, pedir aqui, de público, escusas a V. Exª se, porventura, na minha verbalização do que eu havia dito em relação à concessão, ou não, ao Aeroporto de Vitória, pudesse ter causado, não para V. Exª, mas para quem tem a missão de fazer notícia, a sensação de contradição. Não há contradição entre as suas manifestações, seu pensamento, ou as suas aspirações em relação a esse aeroporto e as minhas. Venho aqui como alguém que quer servir ao Brasil, que quer servir ao Estado do Espírito Santo e aos capixabas. Não tenho outro interesse; cumpro a missão a mim delegada pela Presidente Dilma, que tem, exatamente, o mesmo sentimento.

Claro que, ao administrar nas circunstâncias em que já referi – a demanda sendo muito superior à nossa disponibilidade de meios –, há setores aos quais nós não temos condições de dar a resposta desejada. A Infraero, durante muito tempo, foi autossuficiente, fez grandes investimentos com recursos próprios, sem depender de aporte do Tesouro Nacional. Gerava receita maior do que aquilo que era previsto. Esse tempo não é o tempo com o qual nós estamos convivendo. Nós temos, sim, condições de reiniciar a obra no Espírito Santo. Estamos discutindo com o Ministério do Planejamento.

A Senadora Rose de Freitas tem acompanhado de forma veemente essas tratativas. Tratou com a Presidenta da Republica, o que ajudou e ajuda, porque a minha disputa interna no Governo está entre os recursos que são próprios do Fundo Nacional da Aviação Civil e a necessidade dos saldos primários da Fazenda. Essa é a disputa que ocorre internamente no Governo. E é a decisão política que pode mudar a correlação de forças nessa disputa. Por óbvio, eu tenho tido da Presidente total apoio quando enfoco os programas que são essenciais, mas tenho que entender, também, que todas as medias adotadas pela Fazenda, que tem que cuidar dos seus números, também são corretas e absolutamente indispensáveis.

Então, é a queda de braço literalmente política, e por quê? Nós não dependemos de Fonte 100, nós temos fonte própria; nós temos é que, progressivamente, fazer com que os programas que são essenciais à Presidência da República e ao Governo, ao povo brasileiro, não sejam estancados totalmente naquilo em que sejam indispensáveis, em decorrência do ajuste. Nós teremos que contribuir para o ajuste, já estamos contribuindo; mas também não podemos deixar aeroporto há sete anos sem obras, com o mato crescendo, comprometendo o investimento que já foi feito.

Eu fui Ministro dos Transportes durante dois governos e sei que obra parada, no dia em que ela parou, começa a perder o valor que ela tinha e a exigir mais em relação ao que estava previsto no seu orçamento. Não há nenhuma explicação que justifique nós pararmos obras que estão em desenvolvimento. Portanto, nós temos que, politicamente, construir as condições para que possamos, sim, ir retomando, não na velocidade sonhada – nós temos que entender que estamos convivendo com um momento de crise –, mas, de outra parte, não podemos também deixar que sejam comprometidos investimentos e que sejam comprometidos – aqui o mais importante – interesses justos de Estados, como é o Estado do Espírito Santo, no caso do aeroporto do Espírito Santo.

Com relação à pergunta objetiva que foi feita pela Senadora Rose de Freitas e que foi, de forma subjetiva, mas com mais profundidade, feita pelo Senador Ricardo Ferraço, devo responder: eu não tenho a caneta para autorizar os R$530 milhões que nós precisamos para o início das obras; mas tenho o compromisso da Presidenta – e já conversamos com o Ministro do Planejamento, a Senadora Rose e eu – para que nós possamos dar essa ordem de serviço. É uma obra que está com a previsão de R$530 milhões, para ser desenvolvida em 24 meses, e, talvez, nós tenhamos que mexer no cronograma. Mas vamos, sim, pressionar juntos para que possamos ter essa ordem de serviço imediatamente. É a única coisa que falta.

Nosso Ministério é o ministério do fazer; mas eu sou membro, como foi dito aqui, eu sou membro do Conselho Político do Governo, convivo com todas as dificuldades políticas e financeiras que o Governo está enfrentando neste momento, e nós não podemos parar programas essenciais. Este é um deles.

Passam pelos aeroportos brasileiros mais de 80 milhões de brasileiros, e, como disse com propriedade o Senador Ricardo Ferraço, quem desce em Brasília fica com os olhos arregalados e contente; quem desce no aeroporto que ele referiu como sendo absolutamente menosprezado pelo Poder Público, por certo, tem uma impressão negativa. E nós não podemos ter pontos de excelência convivendo com pontos de alta deficiência aeroportuária. Eu tenho essa concepção, traduzo isso à Presidenta Dilma.

Tenho quatro meses à frente – indo para o quinto mês – desse Ministério, dessa Secretaria, mas tenho convicção de que é possível, sim, Senador Ferraço, a gente converter o que são as palavras em realidade. Busquei alguns dados, porque as palavras, por vezes, como disse V. Exª, a gente consegue arquitetar palavras; mas com os fatos é muito difícil as palavras brigarem.

Nós temos um crescimento na aferição da população aumentando consideravelmente aquilo que dizem os brasileiros quanto ao que seja a sua satisfação em relação aos aeroportos. Se nós considerarmos o crescimento...

A outra, anterior.

Vamos ao atraso, ao nível de atraso. Nós vamos ver que reduzimos a um terço os nossos atrasos e dobramos a população.

O nosso setor não é um setor que convive apenas com palavras. Nós temos dados objetivos mostrando que é um setor que cresce e é promissor no Brasil. E esse talvez seja o maior argumento para esse nosso confronto interno entre a necessidade do contingenciamento pela Fazenda e a nossa necessidade de manter os investimentos absolutamente indispensáveis. Esses são de alta rentabilidade política e econômica. Econômica porque fazem a Nação crescer; e política porque dão ao Governo uma aferição de mais de 80% de aprovação num nível de serviço público, num item de serviço público.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – V. Exª me permite, Ministro?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – V. Exª me permite, Ministro?

O SR. ELISEU PADILHA – Pois não, fique à vontade, Senador.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – V. Exª acha que esse nível de aprovação tem alguma coisa a ver com as concessões que foram feitas?

O SR. ELISEU PADILHA – Tem!

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Só para... Eu acho que é um ponto importante na aviação civil brasileira.

O SR. ELISEU PADILHA – V. Exª talvez tenha tocado no ponto principal em que nós temos de estear nosso amanhã. A parceria com o setor privado aprimorou sim a aviação civil brasileira; aprimorou sim a operação aeroportuária; daí por que nós vamos buscar parceria, agora, do setor privado, para a Infraero Serviços. Nós queremos que esse aprimoramento seja crescente. Assim, V. Exª tem razão: as concessões têm muito a ver com essa melhora, porque esse nível de investimentos... Se nós formos considerar que R$13,4 bilhões foram investidos nos aeroportos brasileiros, se dependesse apenas do Tesouro, por óbvio, nós não teríamos esses investimentos; por óbvio, nós não teríamos essas obras; por óbvio, nós não teríamos esse nível de satisfação da população.

V. Exª pinçou, com propriedade. Quero aqui registrar e agradecer sua sensibilidade e a pergunta. Muito obrigado.

Ainda concordando com o Senador Ricardo Ferraço, quero dizer que sim: não fica de pé o Programa de Aviação Regional sem o subsídio. O programa de subsídio existe, Senador, é verdade. Nós tínhamos de colocá-lo em... Temos de colocá-lo em vigor neste ano, e o colocaremos. Nós já tivemos reuniões nas áreas correspondentes, internas do Governo. Nossa proposta está na Casa Civil. Ia ser discutida na terça-feira da semana passada. Iria ser discutida ontem, mas esse momento de ajuste e de votação de ajuste fez com que essa discussão não fosse possível. E, na quinta-feira desta semana, em tese, nós teremos o decreto regulamentando a subvenção e poderemos. Então, Senador Blairo, começar a ter operações garantidas pelo subsídio, porque o grande argumento que se referiu aqui, o de uma empresa, pelo Senador Ferraço, é verdade. A empresa disse para nós: "Pararemos algumas rotas se não tivermos os subsídios imediatamente." E deram sinais de paralisação. Nós ponderamos que queremos ser parceiros sim no momento da alegria, da satisfação, da consumação; e, agora, temos de ser parceiros também para não privar populações que hoje dependem muito desses voos regionais. Então, nesse interregno entre o ontem, da manifestação do Presidente da Azul (vamos dar o nome) e o amanhã da regulamentação, nós precisamos da parceria da Azul. Falamos com ela que se comprometeu de nos ajudar a manter... Até chegar o subsídio que nós estamos trabalhando para isso.

Assim, Senador Davi e Senador Ricardo Ferraço, se me permitirem, eu – das anotações que fiz – penso que procurei responder àquilo que estava sendo o ponto central das manifestações de V. Exªs. Por óbvio, eu permaneço à disposição.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Pois não.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – O Ministro não respondeu ao Senador Acir...

O SR. ELISEU PADILHA – Não... Estou respondendo todas.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Eu queria pedir vênia a V. Exªs. Eu tenho de relatar dois projetos na CCJ agora. A mesma pergunta que eu ia fazer (seria sobre Rondônia), ele vai responder já na do Senador Acir. Então, se me permitir, eu queria só reforçar o apelo do Senador Acir quanto aos aeroportos de Rondônia. São seis aeroportos e nem um teve início ainda nesse novo programa. Já foi dito que Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena, Ariquemes e Guajará-Mirim. Ji-Paraná é prioridade máxima... Ji-Paraná é prioridade máxima! E Ariquemes também está praticamente sem condições de pouso. É a terceira cidade de Rondônia e em situação precária. E Guajará-Mirim também não é diferente.

Eu queria... Só para acrescentar: os voos regionais teriam de ter subsídios. Nossos voos regionais de Cacoal, Ji-Paraná, Vilhena para Cuiabá e Porto Velho não estão ainda com esses subsídios. A Lei 14.097 não foi regulamentada ainda. Eu pergunto a V. Exª se essa lei vai ser regulamentada para poder subsidiar os voos regionais.

Muito obrigado.

O SR. ELISEU PADILHA – Se me permitirem, em respeito e consideração aos dois Senadores por Rondônia, a meu Presidente Raupp, eu respondo ao Senador Acir e já, também, ao Senador Raupp.

Primeiro: o subsídio. Foi dito aqui: nós temos a lei e ela tem de ser regulamentada, e nós estamos trabalhando na regulamentação há muito tempo – nós, SAC. E começamos a discussão já na Casa Civil para a edição do decreto. Nós tivemos duas reuniões marcadas que foram canceladas e há outra programada para amanhã, que já é o texto final. Não tem aviação regional no mundo sem subsídio. Nós temos que subsidiar e será subsidiado por definição da Presidenta Dilma. Foi ela quem criou o programa do subsídio. A sugestão é dela. É claro que foi uma lei, mas a sugestão de que se tenha subsídio para esse tipo de programa é dela. E haverá.

Quanto aos aeroportos de Rondônia, eu tomei o cuidado de chamar o meu homem aeroporto aqui. Eu sou bom aprendiz, mas com quatro meses ainda não tenho na ponta da língua todos os aeroportos. Ele tem, tem que ter.

Com relação a Ji-Paraná, que é prioridade absoluta, no dia 16 de maio, daqui a dez dias, nós deveremos ter a licença e o início do processo de licitação se – se – Ji-Paraná resolver um problema de invasão do sítio aeroportuário que há lá. Não adiantará fazermos a obra. A ANAC não vai liberar se houver a invasão...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Não há invasão lá, Ministro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO HENN BERNARDI – Lá está tendo uma ação do Ministério Público. Há uma chácara lá que está dentro do sítio aeroportuário e há uma ação no Ministério Público para fazer uma desapropriação dessa área agora. Inclusive, recentemente, enviamos a poligonal do sítio aeroportuário para eles. Eles estão trabalhando nisso. Recebemos um comunicado do juiz recentemente. Ele já está convocando profissionais para fazer realmente a marcação da área e desapropriar essa região. Já está em andamento também.

O SR. ELISEU PADILHA – Então, V. Exªs já sabem que têm uma missão lá com as prefeituras. E o prefeito é o maior interessado. O prefeito desapropria e, depois, o valor...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Nós vamos fazer o nosso dever de casa, Ministro.

O SR. ELISEU PADILHA – É o valor do Incra. Deposita o valor que é declarado no Incra e, depois, vai discutir o valor, mas se tem a posse imediatamente e, com isso, resolvemos a questão para poder trabalhar. Perfeito?

Por favor.

O Dr. Eduardo é o homem aeroporto. Ele vai falar os demais de Rondônia, apenas para saber o estágio de todos eles.

O SR. EDUARDO HENN BERNARDI – Bom, temos em Cacoal e Vilhena, onde tivemos, recentemente, a visita do órgão ambiental, junto com Ji-Paraná. Todas as três visitas foram na semana passada. Eles se comprometeram, após a visita, em 15 dias, a emitir a licença ambiental, a licença prévia. Na sequência, vamos colocar o (?) anteprojeto, e o banco prevê mais 15 dias para estar com os anteprojetos concluídos e a licitação permitida. Em Vilhena, temos um caso de zoneamento civil e militar. Isso já está bem adiantado – o Estado-Maior da Aeronáutica teve uma reunião na semana passada – e deve estar sendo resolvido até meados deste mês. Então, esses três aeroportos realmente são os mais avançados.

Ariquemes está em processo de outorga, está sendo delegado. Isso está na fase final na Secretaria de Aviação Civil. Acredito que, em mais dez dias, deve estar resolvido. Os outros dois estão em fase de estudo preliminar ainda e devem passar para anteprojeto, provavelmente, daqui a 60 dias aproximadamente.

O SR. ELISEU PADILHA – Todos esses aeroportos de Rondônia – aqui está um ex-Governador; e, por certo, V. Exªs sabem muito melhor do que nós – são administrados pelo Governo do Estado. Nós conhecemos as dificuldades do Governo do Estado. E isso não é nenhum subterfúgio ou escudo ou panaceia para que não implementemos imediatamente o nosso programa. Nós temos que trabalhar conjuntamente: Governo do Estado, Município e o nosso programa. Mas ele está em alta velocidade no que diz respeito a Rondônia.

Se me permitem, agora quero responder...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Ministro, só uma pergunta em cima de Rondônia. Nesses 20 aeroportos priorizados para este ano, só tem um em Rondônia: Ji-Paraná. E os demais?

O SR. ELISEU PADILHA – Primeiro, eu não conheço esses 20 aeroportos priorizados a que V. Exª se refere.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Ainda bem!

O SR. ELISEU PADILHA – Eu tenho ouvido referências de 20, de 30, de 50. Nós temos 55 aeroportos neste momento em fase de licenciamento. E o que dita prioridade é a velocidade no licenciamento e a possibilidade de licitação. Não tem outro.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Obrigado, Ministro.

O SR. ELISEU PADILHA – Não tem o Pedro, o João, o José. A Presidenta nos deu uma determinação. Nós vamos começar na Amazônia Legal. Vale dizer que Rondônia está dentro. Nós vamos começar na Amazônia Legal. Vamos regulamentar a Amazônia Legal em primeiro lugar, por todas as razões das quais, aqui, já falamos. Logo, está dentro.

Não existe essa limitação de 20, eu nunca ouvi falar. Ouviu falar? Alguém? Dr. Guilherme, o senhor ouviu falar, nosso Secretário Executivo? Não? Nunca. Nós não conhecemos.

Respondo ao Senador Blairo Maggi, e, se ele me permite, eu vou, aqui, fazer uma confidência pública. Era o início...

(Soa a campainha.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Ministro, eu permito, mas depende de qual.

O SR. ELISEU PADILHA – Era no início, o início da epopeia de tirar a soja do Centro-Oeste por via aquaviária. O Senador Blairo Maggi, com esta visão que fez com que ele se convertesse no político e no empresário que ele hoje é, previu, projetou, criou e propôs ao Governo que se fizesse o início da embarcação da soja do Centro-Oeste, partindo de Porto Velho e descendo em Itacoatiara.

Na época, pagou, gerenciava o projeto, e eu, Ministro dos Transportes, resolvi encarar a descida do Rio Madeira, de Porto Velho a Itacoatiara, para conhecer, efetivamente, os bancos de areia que fazem com que o calado fique, por vezes, 60 centímetros. Todas as curvas para evitar que não se perca a condição de andar, e, quando se pensa em comboio de barcaças, por evidente, isso exige alta perícia, mas tive o privilégio de, junto com o Senador Blairo Maggi, ver florescer uma esperança dos brasileiros no Centro-Oeste, que foi no Mato Grosso. Lá, onde o pai do Prefeito Blairo era Prefeito, nós tivemos, ali, também, a explosão desta ampla gama de negócios que hoje o Senador Blairo tem a responsabilidade social de conduzir. Já passou da responsabilidade empresarial. Hoje, já é a responsabilidade social.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente. Usando a mesma estratégia de Rondônia...

O SR. ELISEU PADILHA – Pergunte e eu respondo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – ...se fosse possível, eu poderia perguntar, praticamente, em cima da fala do Senador Blairo.

O SR. ELISEU PADILHA – Concordo. Concordo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Facilitaria mais, para não repetir.

O SR. ELISEU PADILHA – Da minha parte, sim, Presidente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Só para complementar, Sr. Ministro, ontem, em Rondonópolis, a nossa cidade e, até, as pessoas estão cobrando muito, porque Rondonópolis eu acho que é uma das únicas cidades do Brasil, do interior, que tem três Senadores, eu, o Senador Blairo e o Senador José Medeiros, todos de Rondonópolis, e as pessoas, ontem, foram para lá, para a Câmara de Vereadores, muitas mulheres, inclusive a mãe do Senador Blairo Maggi, o que é pior ainda, para dizer que nós somos incompetentes, porque não conseguimos resolver, pelo menos, o problema do Aeroporto de Rondonópolis.

Então, olha que coisa complicada. Já virou briga em família – já virou briga em família.

Então, é uma situação... Hoje, o Governo do Estado começou um par de obras, lá, com recursos de empréstimo do próprio Governo, mas, de qualquer forma, é essa a situação, que não teve nem a licitação ainda.

Por isso, a gente fica, aqui, a perguntar: esse entusiasmo de V. Exª de vir aqui, de falar desse novo programa, tem possibilidade de acontecer alguma coisa esse ano? Há poucos dias nós tivemos, aqui, o Ministro dos Transportes, que falou de forma muito franca e aberta para todos nós, "olha, eu não vou, aqui, falar, porque eu não tenho condições de falar em recursos" e tal.

Para nós, eu acho que ele foi muito sincero e correto, e foi até criticado lá fora, me parece que recebeu, até, um certo puxão de orelha, porque falou muita verdade.

Mas V. Exª tem toda experiência, e eu quero só complementar, também, a questão de Cuiabá, porque Cuiabá, ao contrário, essa obra começou há 15, 20 anos. Então, a situação é muito mais vexatória. E, lá, tem um convênio com o Governo do Estado, e, se o senhor não puder responder agora...

O SR. ELISEU PADILHA – Não, eu respondo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Em relação ao convênio, o convênio com o Governo do Estado, porque, lá, esse convênio está nessa, o Governo devolve, não devolve, e penso eu

que o melhor seria o Governo devolver e a Infraero assumir, novamente, essa situação, porque, lá, hoje, para nossa vergonha, é o último aeroporto em qualidade de serviço do Brasil.

Então, os cuiabanos cobram: "Senador Blairo, Senador José Medeiros, Senador Wellington, vocês não têm competência de pelo menos resolver este imbróglio que está aí?

Mas, Ministro, quero aqui colocar que aquele aeroporto tem 720 hectares cravados no centro da cidade e há empresas interessadas na concessão. Então, como o Mato Grosso está desenvolvendo muito, aumentando muito o número de passageiros, eu gostaria de, publicamente, pedir a inclusão do aeroporto de Cuiabá em uma possível concessão que estejam planejando, porque tenho certeza de que há interessados e viabilidade econômica.

O SR. ELISEU PADILHA – Bem, vamos lá, vamos responder às duas questões. Quero agradecer a V. Exª pela oportuna manifestação e pontuar oportuna. Vamos agora responder ao Mato Grosso.

Vamos começar com Rondonópolis. Qual é o problema que temos em Rondonópolis? Em Rondonópolis, temos obras financiadas pelo BNDES, que estão em desenvolvimento e que antecedem o nosso programa. Portanto, estamos já com um anteprojeto em relação a Rondonópolis. Quando forem concluídas as obras que estão sendo executadas diretamente, sem a nossa participação, com recursos do BNDES, teremos condições de licitar a nossa parte para converter no aeroporto regional. A nossa parte será muito menor, estão sendo feitos pista, pátio, tudo com recursos do BNDES. Apenas acontece que este entrava o resto, tem que ser concluído também. Em paralelo, na parte documental, estamos andando. Vamos chegar até à licitação. Mas quando chegar a hora da licitação, e está em cima disso acontecer, estamos com o anteprojeto praticamente pronto, só falta licença ambiental, vamos depender do que acontece lá.

Em Cuiabá é exatamente a mesma coisa. Cuiabá é o Estado que tem a delegação, é o Estado que está fazendo a obra. Nossa sugestão para Infraero, e não de agora, há mais de 60 dias, eu era Ministro há menos de 60 dias, vamos retomar Cuiabá, vamos retomar para a Infraero, para nós fazermos. Já falamos com o governo do Estado, que tem de, aspas, "fazer conosco um destrato" ou nos entregar, num linguajar simplificado, nos devolver a delegação, para que possamos iniciar as obras, que são só 30 milhões. Trinta! E o aeroporto fica com TPS novo, com quatro pontes de embarque, com novas salas de desembarque, uma nova sala de embarque, quer dizer, deixar de ser a estação rodoviária e passa a ser o aeroporto que sonhamos que seja. Quer dizer, fica três vezes maior do que hoje, com essas instalações, e o valor não é grande, é pequeno, são 30 milhões. Ele é geograficamente, para este programa de aviação regional, fundamental, pois ele será alimentado por toda essa aviação regional do Centro-Oeste e ele, por só, já tem.

Com relação à aviação geral, que o Marcelo está aqui, vou deixar o Marcelo falar, porque foi uma observação procedente do Senador Blairo Maggi.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Ministro...

O SR. ELISEU PADILHA – Temos, entre os aeroportos chamados aeroportos reconhecidos pela Anac e o número de aeroportos existentes no Brasil, uma desproporção de 3 por 1. Temos três vezes mais aeroportos do que aqueles que conseguiram o registro.

O Senador Blairo disse uma coisa que é fundamental, isso não significa dizer que não estão sendo operados. Operam sim, estão sendo operados em todos eles. Daí porque penso que, com a minha sensibilidade política, a Anac trabalha com padrões de segurança internacionais, a Anac tem uma responsabilidade institucional internacional. Portanto, os padrões que a Anac exige não são por deleite ou por capricho dos seus diretores. Eles obedecem a uma entidade internacional da ONU, que disciplina como se licenciam aeroportos. A postulação do Senador Blairo Maggi, se eu não fosse Ministro neste momento, responsável, assinaria junto 100%. Sei que a realidade do Brasil é muito diferente do que o ideal, sob o ponto de vista da segurança dos aeroportos. Temos é que ver até que ponto vamos operar com a regulamentação internacional, e aí a Anac não tem muita flexibilidade.

O que nós temos que trazer à análise é o que foi dito pelo Senador: será que não dá para a gente baixar um pouco o patamar? Isso a Anac não pode fazer *de per si*. Nós teremos que, se for o caso, construir politicamente isso. A Anac trabalha com padrões internacionais.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Ministro, antes de passar para a Anac e para a Infraero, o Senador José Medeiros queria fazer uma ponderação.

O SR. ELISEU PADILHA – Desculpe, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – E aproveitar a oportunidade e assim que o Senador José Medeiros fizer a ponderação, passamos a palavra para a Anac e para a Infraero, enquanto V. Exª vai utilizar o toalete, e nesse ínterim...

O SR. ELISEU PADILHA – Muito obrigado. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Ministro, é só uma ponderação sobre Rondonópolis, porque me chegou a informação, agora há pouco, que, em um primeiro momento, não teria dado início ao processo, porque faltariam as licenças ambientais.

Passaram-me a informação agora de que estão todas prontas, essas licenças. E a nossa preocupação... e eu louvo o que V. Exª tinha dito aqui, que é um homem de sim, sim e não, não, porque, nós três quase fomos apedrejados lá na cidade, por causa desse aeroporto.

Então, o que que acontece? Se não tiver dinheiro, a gente pede encarecidamente que V. Exª diga que não tem. Porque, se a gente chegar lá em Rondonópolis, e disser que agora não é mais licença ambiental, agora é porque tem uma outra obra, corremos o risco de não poder entrar mais na cidade.

E na verdade, a gente precisa muito dessa clareza e dessa parceria, porque a gente quer que se resolva o problema. Agora, essa obra lá, se ficar nesse requisito, provavelmente não vai sair, porque existe um imbróglio lá entre a empresa que estava e o Tribunal de Contas do Estado.

E a gente faz essa postulação aqui, no sentido de que fique uma coisa dissociada da outra, porque eu não vejo como a gente justificar que a obra do Estado lá se confunda com esse projeto do Governo, de forma que vai travar tudo.

E como a gente já tinha... antes o argumento era a licença ambiental, se for esse outro argumento, agora, fica difícil.

Muito obrigado.

O SR. ELISEU PADILHA – Veja, eu quero agradecer V. Exª, porque com isso nós já pegamos os três Senadores do Mato Grosso.

Vamos lá, licença ambiental: realmente, tem licença ambiental para a obra que está sendo executada. Nós precisamos da licença ambiental de todo o sítio e das obras que nós também vamos executar.

Então, nós temos, sim, é verdade – está correto o que foi informado a V. Exª –, porém está pendente a licença ambiental de todo o sítio aeroportuário, porque as nossas obras, as obras que nós vamos ter que fazer, também têm que ser consideradas nessa licença. Ela é rápida, não será fator de atraso.

Com relação às obras do Estado. Elas são indispensáveis, sim. Não há, no caso, incompatibilidade entre as obras que estão sendo executadas pelo Estado, paradas, discutidas, ou não, e as obras que nós teremos que fazer.

Ocorre que, quando chegar o momento, vamos admitir por hipótese, que nós tenhamos a licença ambiental, licitemos este ano, comecemos a obra, vamos ter, no ano que vem, a conclusão das nossas, em 12 meses, e a do Estado não estando concluída, não estando pronta, por óbvio, nós não teremos o licenciamento para operação. Não vamos poder operar. Por quê? Porque se a obra do Estado, que é extensão de pista, para adotar o aeroporto da qualificação que tem, nós não vamos poder operar. Não vamos ter a qualificação que é dada a esse aeroporto.

Isso tem que ficar claro, para depois a gente não ter, lá adiante, desavença. Mas não são incompatíveis as duas situações, V. Exª tem razão.

Enquanto o Estado estiver brigando com o tribunal, não tem nenhum problema. Essa obra não depende da nossa. Nós vamos ter o licenciamento e iniciar as nossas.

Agora, para o licenciamento e a operação, aí essas têm que estar prontas também. Entendeu? E o licenciamento ambiental, que nós vamos conseguir com rapidez, é de todo o sítio, tem o licenciamento para essas obras que estão sendo executadas. Perfeito?

Deixa eu voltar aqui no Senador Blairo Maggi.

Ah, sim, o Marcelo que vai responder como é que a gente desce os degrauzinhos aí.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Isso. Marcelo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Marcelo, só um minutinho. Eu acho que essa pergunta que você vai responder agora é importante para todas as regiões, Centro-Oeste, Norte, principalmente, onde estão os grandes problemas que nós colocamos aqui.

O SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANYS – Perfeito.

O Ministro já começou uma introdução, Senador, que é muito importante.

O Ministro, como ele mesmo disse, está há quatro meses no cargo, mas entendeu muito bem toda a lógica de aviação e sabe explicar isso de uma forma muito mais objetiva – acredito – do que eu, que já estou com oito anos de Anac.

Na verdade, a nossa principal função – esta é uma coisa que nós sempre reforçamos – é garantir a segurança da aviação civil brasileira para todo mundo que vai utilizar. É a principal função da Anac, é a principal função da autoridade de aeronáutica em qualquer país garantir a segurança das operações.

Como fazemos isso? Obviamente, não podemos assegurar risco zero, porque ninguém pode, mas podemos garantir níveis cada vez maiores de segurança, dependendo do tipo de operação.

Então, a gradação de que o senhor falou já existe hoje em dia. O Ministro disse que seguimos padrões internacionais colocados pela Organização de Aviação Civil Internacional, porque somos signatários da Convenção de Chicago, por isso a nossa aviação é tão respeitada no mundo. Nós temos uma aviação reconhecida e respeitada no mundo como segura, eficiente, confiável, tanto que fomos, na última assembleia desse órgão, eleitos, com a maior quantidade de votos, entre os países mais importantes, para permanecer no Conselho dessa organização.

Esses padrões seguem a seguinte lógica: temos de manter... Se for deixar apenas com o operador, pode ser que ele não busque ter os níveis de segurança necessários para prover a segurança para a população. Então, quanto mais esse operador for prestar serviços para nós, mais temos de exigir. Essa é a lógica principal.

Por isso, temos hoje,no País – o Ministro comentou das pistas de pouso –, cerca de 3,2 mil, 3,3 mil aeródromos privados, aeródromos em geral, incluindo-se qualquer pista de pouso em terra, heliponto, helideck, helipontos em plataformas, em navios. Temos isso tudo contabilizado.

Quanto a aeroportos públicos, temos cerca de 720, 730. Qual é a diferença do público para o privado? O privado é uma pista de pouso numa fazenda, que o senhor pode chegar a utilizar ou um colega seu, mas é somente para uso privado, não vai pôr em risco a população, não vai pôr em risco ninguém que não conhece aquele serviço.

Se V. Exª tiver por acaso uma aeronave e for utilizá-la na sua pista, as pessoas têm noção, o piloto vai ter conhecimento daquela pista, das condições, então, vai operar com segurança.

Quanto mais estou prestando esse serviço para terceiros, mais tenho de exigir segurança, e aí a Anac vai lá e garante, sim, que aquilo é seguro, que tem condições mínimas de prestação de serviço de segurança.

Então, quando chamo alguma coisa de aeródromo público, já estou dizendo que ele tem requisitos de segurança maiores e que mesmo uma pessoa que não conheça aquela pista e vai utilizá-la, porque é pública, está aberta para todo mundo, pode utilizá-la com segurança, porque está seguindo padrões internacionais, ainda que sejam mínimos, para poder fazer aquela operação.

Um degrau a mais, privado, público, aviação comercial. Quando incluo a aviação comercial, estou dizendo que vou começar a operar com aeronaves de maior porte, servindo à população que não conhece aviação, que geralmente tem medo de utilizar um avião. Mas aquelas condições vão ser realmente seguras para utilizar aeronave daquele tipo. Nenhum de nós tem conhecimento, quando chega a uma pista, se aquela pista está segura ou não. O aeroporto de Brasília está com um buraco ali ou não está? Isso é seguro ou não é, então, entramos lá para fazer as exigências mínimas dos requisitos para a aviação comercial.

Aí, como o senhor mesmo falou, quanto maior a minha aeronave, maior é meu nível de exigência. Então, há aeródromos hoje que podem operar, por exemplo, com ATRs tranquilamente, mas não podem operar com um Boeing 737, precisam complementar algumas exigências, para poder operar com segurança o 737.

Com a A380, por exemplo, aquela aeronave grande da Airbus, só há um aeroporto no País todo que pode fazer uma operação completamente segura. Ou seja, podemos garantir para qualquer empresa que vier a operar no País com um A380 que aquele aeroporto está seguro e cumpre os requisitos.

Então, a nossa lógica é sempre tentar trabalhar com esses quesitos de forma gradual, para não exigir mais do que seria necessário para o requisito mínimo.

Obviamente, os regulamentos são extensos, mas são publicados, são conhecidos. Os operadores têm de conhecer esses regulamentos, porque o que há, hoje, muitas vezes, é que não existe um cuidado e uma responsabilização do operador do aeroporto. Há muitos aeroportos, hoje, no País, em que não conseguimos ter a informação de quem é responsável pela operação, e tem de haver um responsável por aquela operação, alguém tem de ser responsabilizado, se houver algum problema naquele aeroporto ou precisa saber como aquele aeroporto funciona.

Aí é que, muitas vezes, estão os nossos problemas de interação com aeroportos, principalmente os menores, os que têm menor estrutura.

O que temos trabalhado é sempre para revisar os nossos regulamentos, para que esses requisitos sejam de fato os mínimos que garantam a atividade com segurança. Ou seja, não vou garantir risco zero, porque isso é impossível garantir, mas minimizar o risco no limite do possível, permitindo que a atividade seja desenvolvida.

O senhor comentou a questão dos aeroportos de abaixar um pouco mais até o batente.

Nós tivemos essa discussão aqui, uma vez – não me lembro se foi nesta Comissão ou em outra sobre a Amazônia – sobre o que fazer com a aviação para a Amazônia. Por quê? Qual o problema da Amazônia? Temos um problema social. Temos determinados aeroportos que podem não ter condição nenhuma de segurança, podem ter baixíssimas condições de segurança, mas são a única possibilidade de transporte que aquela população tem. Se não tiver aquilo, serão 12 horas, três dias de barco.

Poderíamos fazer algo diferente? Nós até, na linha do que o Ministro acabou de comentar, fizemos a sugestão: se houver alguma orientação legislativa, podemos trabalhar com isso. Os senhores fizeram uma orientação, só não vou me lembrar qual foi a lei, que diz justamente que para aeroportos da Amazônia podemos trabalhar com requisitos diferenciados. E é nisso que estamos trabalhando agora, não para não ter segurança, tem que haver níveis de segurança mínimos, mas podemos trabalhar com níveis diferenciados para que a população possa ter acesso àquele transporte. Precisamos disso, porque, senão, tecnicamente, não podemos dizer que em determinado aeroporto o nível de segurança será pior que no outro, ainda que no mesmo nível, operando o mesmo tipo de aeronave, com menos complexidade. Mas essa é a nossa linha mínima de trabalho.

O que temos feito é continuar mesmo o que está ao nosso alcance, revisando para ver se está, de fato, proporcional e racional para aquele nível de risco. Esse é o nosso trabalho e aceitamos sempre sugestão.

Sobre a questão do prazo de análise, não tenho registro de prazo de anos, Senador. Às vezes, demora alguns meses, mas o que temos, muitas vezes, são pendências por parte do operador, que tem que complementar alguma informação. A orientação que temos dado para a área é: chama ele aqui, explica. Às vezes, não adianta só passar o regulamento. Operadores de cidades mais simples às vezes não têm o conhecimento técnico necessário, tem que deixar bem claro o que eles necessitam. Temos feito isso, informado, sinalizado, a nossa assessoria parlamentar pede ajuda até para os senhores, muitas vezes. É a forma como tentamos agilizar isso.

Algumas vezes, nossa dificuldade é a equipe para fazer a vistoria, mas, mesmo nisso, temos tentado agilizar, às vezes leva um mês para poder fazer essa vistoria e o aeroporto estar liberado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Dr. Marcelo, só para finalizar, se me permite.

Lá em Rondonópolis, por exemplo, havia um voo que saía de Cuiabá e seguia para Rondonópolis, Maringá, Curitiba e acho que Porto Alegre. Esses voos que passavam por Rondonópolis foram suspensos. Hoje, os únicos dois ou três voos que existem são conexões entre Cuiabá e Rondonópolis. Os voos que passavam por lá deixaram de existir; eram feitos por jatos, pelos nossos Embraer 190, e hoje é um ATR-72 que circula por lá.

Tem alguma coisa a ver com o aeroporto essa decisão, ou foi uma decisão da companhia retirar o voo? Mas faço uma observação: os voos estavam sempre lotados para o Sul. Então, não conseguimos entender direito e a população fica sem informação: "Esse negócio parou porque a Prefeitura não atendeu aos requisitos, foi a Anac que apertou ou foi a companhia que tomou a decisão?"

Acho que todos brigam para conquistar algumas coisas, mas as perdas são mais doloridas. Você tinha uma coisa estabelecida e perdeu, não tem mais hoje. Mas perdeu por quê? De quem é a culpa? A quem devemos recorrer para restabelecer aquilo que já era uma conquista daquela cidade, daquela região como um todo?

O SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANYS – Senador, eu estou sem... O Ministro trouxe o homem aeroporto dele e eu estou sem o meu. Então, não vou saber exatamente os requisitos, se Rondonópolis não está cumprindo alguma coisa para ter baixado de jato para ATR. Se foi uma decisão comercial, as empresas podem tomar essa decisão comercial, diminuir o tipo de aeronave, mudar.

Vou pesquisar para ver se há alguma pendência, e depois passo para o senhor.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Depois me informa?

O SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANYS – O que pode ter ocorrido é ter baixado algum tipo de requisito – por exemplo, contraincêndio ocorre muitas vezes. Qual a importância do contraincêndio? Na aviação comercial, a aeronave vai pousar no aeroporto. O piloto tem que saber quais são as condições daquele aeroporto e aquele aeroporto tem que ter todas as condições de segurança para aquele pouso. Então, se por acaso eu não tenho contraincêndio naquele aeroporto, a aeronave que pousa e tem algum problema tem um incêndio muito rápido, a aeronave pega fogo muito rápido. Essa é a necessidade de haver um contraincêndio sempre que há aviação comercial. Esse contraincêndio, um caminhão, tem níveis diferenciados, categorias diferenciadas que são adequadas a cada tipo de aeronave.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Um AP-2, ou uma coisa assim.

O SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANYS – Vai depender do tipo de aeronave. Um jato exige um contraincêndio de um porte maior, para um ATR exige um de porte menor. Muitas vezes, é esse o problema.

O que nós fazemos é alertar, nós não chegamos e fechamos o aeroporto, nós chegamos e informamos. Temos a obrigação legal de fazer isso: este aeroporto está com um contraincêndio com problema ou a categoria do contraincêndio caiu, porque um dos caminhões está com a mangueira entupida, por exemplo. Temos que alertar isso para toda a população, para toda a sociedade de aviação, porque, se alguma aeronave for pousar lá com uma emergência, ela tem que saber que ali não é uma opção de emergência para pousar, não pode pousar aqui com problema. Esse é o nosso dever.

Mas vou checar se há algum problema específico em Rondonópolis, e informo o senhor.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Está bom. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Vamos retomar o segundo bloco de perguntas. Pela ordem de inscrição, após o Presidente Garibaldi, que vai fazer um questionamento, o Senador Hélio José será o primeiro, seguido do Senador Lasier Martins, do Senador Paulo Bauer, do Senador Fernando Bezerra e do Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra, o Presidente, Senador Garibaldi.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – Eu vou aproveitar, porque não estou na Presidência. Então, vou fazer uma pergunta que diz respeito ao meu Estado, rapidamente, acerca de dois aeroportos que estão no plano de aviação regional: Mossoró e Caicó. Eu perguntaria: qual o andamento desses dois projetos, o de Mossoró e o de Caicó? Porque Mossoró, por exemplo, que já recebeu aviões comerciais, não recebe nenhum avião hoje; e Caicó, a população está cobrando, cada vez mais, o investimento nesse aeroporto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – O próximo inscrito é o Senador Hélio José.

Queria pedir a V. Exªs que tentássemos seguir o que foi estabelecido: um prazo limite de até cinco minutos.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Correto.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN. *Fora do microfone*.) – Eu cumpri, não?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Não. V. Exª usou trinta segundos. Ajudou a Comissão. (*Risos.*)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN. *Fora do microfone*.) – Mas aí é demais.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Nobre Senador Garibaldi Alves, Senador Davi Alcolumbre, parabenizo V. Exªs pela direção dos trabalhos.

Sr. Ministro Eliseu Padilha; Sr. Presidente da Anac, Marcelo Guaranys; e Sr. Diretor da Infraero, vou ler um trechinho aqui interessante: "Apesar do entusiasmo do Governo, ainda vai demorar para sabermos se as concessões de aeroportos são um bom negócio para empresas privadas, Infraero, trabalhadores e passageiros". Eu tenho, realmente, dúvidas com relação a essa questão. Sou um servidor público concursado, não sou empresário, e acredito que é preciso avaliar, com cuidado, o processo.

Eu gostaria de saber de V. Exªs se há algum plano... Por exemplo, sou de Brasília, Senador pelo Distrito Federal, e hoje é uma tragédia ir ao aeroporto e não haver estacionamento. As pessoas têm que pagar uma fortuna para ficar um tempinho naquele aeroporto, para resolver alguma questão. Existe alguma previsão de se fazer um certo tabelamento, uma certa situação, para não haver essa exploração maluca, como a que ocorre no Distrito Federal, nos estacionamentos nos aeroportos, praticamente inacessíveis às pessoas mais humildes que querem viajar.

É necessário – e eu gostaria de saber do Sr. Presidente da Infraero – que haja uma atenção maior aos funcionários concursados dessa empresa. As estatísticas demonstram que a grande maioria dos servidores não aceitou a proposta para migrarem para outras empresas, para as concessionárias que ganharam alguns aeroportos, e isso gera um acúmulo de servidores na Infraero. Então, eu gostaria de saber – já que V. Exª colocou que vai, inclusive, fazer parcerias e concessões na área da Infraero Serviços – como é que estamos preparando e treinando esses servidores concursados da Infraero, para podermos enfrentar essas questões.

Eu queria saber qual é a sua avaliação do porquê de esses servidores não estarem aceitando – mesmo com benesses, como 1,2 de salário para cada ano trabalhado, até o limite de R$180 mil – a questão de migrar para essas empresas concessionárias, já que eles poderiam ter a possibilidade de, a partir do ano de 2020, retornar à Infraero, então é importante a gente entender essa questão.

Parabenizo V. Exª pelo entusiasmo, acho que é importante o servidor – e no caso o Ministro é um servidor público – ter entusiasmo e querer realmente o melhor para o nosso País. Eu fico muito feliz aqui de ouvir o quanto o nosso Ministro está entusiasmado com a questão.

Eu estive vistoriando, durante a Copa do Mundo, o aeroporto do nobre Senador Garibaldi Alves, aquele novo de cargas... São Gonçalo do Amarante. E fico pensando, Sr. Ministro, Srs. representantes da Anac: se nós temos um aeroporto da qualidade do de José Severo, feito inclusive pelos militares americanos, com três pistas, e dificuldade em outros locais, fazer um aeroporto que é muito bonito, realmente é bonito o aeroporto de São Gonçalo do Amarante, mas com um acesso superprecário, uma dificuldade terrível para as pessoas acessarem aquele aeroporto. E o aeroporto José Severo fica ao lado da BR. Por que fizeram essa opção e se há algum projeto de melhoria do acesso ao aeroporto de São Gonçalo do Amarante e de aproveitamento maior desse aeroporto na questão de carga? E se o aeroporto José Severo, que é um aeroporto que várias cidades brasileiras teriam grande interesse em ter, vai ser utilizado de uma forma mais adequada para a aviação nacional ou se vai ficar mais só para pouso de mosquitos.

V. Exª, como nosso querido Senador por Pernambuco, sabe da importância do nosso Nordeste brasileiro, por isso é que eu gostaria...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Essa é uma vitória do Rio Grande do Norte em cima de Pernambuco; levou o terminal de cargas para São Gonçalo do Amarante em detrimento de Petrolina; o grande aeroporto de cargas do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Eu queria solicitar ao Senador Hélio José que possa concluir para que possamos prosseguir com a lista de inscritos.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Com certeza. Depois das interrupções tranquilas do meu querido Senador Fernando Bezerra, eu vou tentar concluir.

Eu não tenho dúvidas, Sr. Ministro, de que 43% de consumidores que gostariam de andar de avião, porque o trabalho legal que a Dilma fez, que o Lula fez, de permitir que pobre ande de avião – e hoje os aeroportos estão mais movimentados por causa disso e estão com 82% de redução nos atrasos de voos, e isso é importante, como V. Exª colocou, e que 80,14% estão aprovando os serviços –, pegando aqui o aeroporto de Brasília, com aquele inchaço todo, com a dificuldade que é o atendimento, posso afirmar ao senhor que não é essa belezura toda. Todos os Senadores aqui passam por Brasília o tempo inteiro e sabem das dificuldades que nós temos.

Eu gostaria de saber – tinha muito mais coisas para falar –, para terminar, como a minha mão de obra é a mão de obra da sua secretaria, porque eu sou analista de infraestrutura, que é um pessoal que trabalha e que tem realmente condições de ajudá-lo a resolver essas questões, como é que V. Exª poderia nos ajudar a discutir com o Ministério do Planejamento e com a Presidenta Dilma, porque essa carreira foi vítima de não ficar na MP 440, para a gente estabilizar essa carreira e resolver esse problema, porque essa carreira hoje está em uma situação muito ruim e precária no Governo Federal.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – Bem, eu queria esclarecer ao Senador Hélio, porque ele tomou como exemplo logo o nosso aeroporto, que é um aeroporto que inclusive está disputando agora o privilégio de ter da parte da TAM a centralização de voos de conexões, por conta das condições do aeroporto. Mas os acessos são outra história, porque, na verdade, o Governo do Estado é que não cumpriu o compromisso de possibilitar os acessos do aeroporto, mas o aeroporto realmente oferece condições de, até mesmo ter esse centro de conexões, por conta da área privilegiada que tem para receber cargas.

Então, Senador Hélio, o Senador Fernando Bezerra veio em meu socorro, e nós somos, inclusive, concorrentes desse *hub* da TAM, estamos concorrendo, e o aeroporto realmente oferece essas condições.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Senador Garibaldi, peço vênia para colocar que não tenho dúvida de que o aeroporto é de primeira qualidade, tanto é que citei na minha fala, e é importante a questão do transporte de carga para o Nordeste, e coisa e tal. Só falei que não era justo um aeroporto tão bom como o Augusto Severo ser desativado para os passageiros. Foi isso que eu quis falar.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – O Augusto Severo era o antigo aeroporto, que foi desativado, em função do novo aeroporto, mas está se viabilizando a utilização daquele aeroporto Augusto Severo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – O próximo orador inscrito é o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Muito obrigado, Senadores Davi e Garibaldi.

Saúdo o Ministro Eliseu Padilha e seus diretores.

Ministro Padilha, nós acompanhamos sua trajetória há muito tempo, por sermos lá do Sul, conhecemos o seu gosto pelo setor executivo. Não é por outra razão que V. Exª começou lá na pequena Tramandaí, como Prefeito, e integrou vários governos, sempre naquele anseio de participar de obras. Por isso, nos deixa uma esperança, embora um pouco vã, em razão da situação que o País vive, por uma questão de gestão federal, com tantas dificuldades econômicas e financeiras, e nos deixa mais incertezas do que certezas com relação à possibilidade daquilo que V. Exª explanou aqui demoradamente, sobre os nossos aeroportos regionais.

V. Exª informou aqui que a Secretaria de Aviação Civil não depende do dinheiro do Tesouro, porque vai arrecadar R$4,4 bilhões em taxas aeroportuárias, e tem quase R$2 bilhões em caixa. Aí, a minha primeira pergunta vai no mesmo sentido da que formulou aqui o Senador Ferraço: que segurança nós podemos ter, ainda mais quando sabemos que está na Fazenda o Ministro Levy, obstinado por cortes, e que poderá retardar a liberação de recursos que pertenceriam a essa Secretaria? Então, a minha primeira pergunta é: V. Exª pode afirmar aqui peremptoriamente que o Ministro da Fazenda não vai mexer nessa verba destinada à aviação civil? É a primeira certeza que precisávamos ter para poder formular qualquer pergunta com relação à concretização desses incontáveis aeroportos regionais que estão no programa da sua Secretaria. V. Exª falou aqui em 55 aeroportos já autorizados, dependentes de licenciamento.

Feita essa primeira questão, com relação ao nosso Rio Grande do Sul, que o senhor conhece como ninguém – lembro muito o seu esforço para concretizar a BR-101, à época como Ministro dos Transportes, trecho Osório-Florianópolis, quase 400km, uma obra que levou mais de 15 anos, mas acabou sendo concluída, à ex-

ceção da ponte de Laguna, que está dependendo agora de pouca coisa –, ainda há poucos dias esteve aqui o Ministro dos Transportes e, atendendo a uma pergunta que formulei, ele não nos deu esperança nenhuma com relação à Rodovia 116, trecho Guaíba-Pelotas, uma obra que está paralisada, nem com relação ao começo de uma obra importantíssima, por ser corredor internacional, Guaíba-Uruguaiana.

Então, fico me perguntando: será que aquilo que o Governo Federal não consegue concretizar em terra, vai concretizar pelo ar, com os aeroportos?

E aí chegamos ao nosso aeroporto Salgado Filho, que é um aeroporto acanhado, insuficiente. Prestou-se, inclusive, a uma grande polêmica logo que o senhor assumiu o Ministério, porque o Senhor disse em entrevistas que daria preferência à construção do novo aeroporto no Município de Portão, próximo de Porto Alegre. Aquilo gerou um levante de protestos considerável, entendendo que não pode ser desprezado o Salgado Filho...

(Soa a campainha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – ... porque a obra lá adiante demoraria perto de dez anos.

V. Exª acabou concordando que tem que fazer melhorias com relação ao terminal do Salgado Filho, que carece, principalmente, de uma pista mais alongada, porque lá não descem nem decolam aviões de grande porte nem para passageiros nem para cargas. É um aeroporto – eu não diria que é uma rodoviária, como outros colegas aqui disseram pelo Senado – extremamente superado para um Estado que está entre os cinco maiores exportadores do Brasil.

Então, a primeira pergunta é sobre o Salgado Filho: quando teremos o início dessas obras de melhoria de pista e terminal de passageiros? Porque V. Exª quase não falou em prazos até agora. E quanto à hipótese de concessão à iniciativa privada do aeroporto Salgado Filho de Porto Alegre ou do aeroporto que está por ser construído?

Por outro lado, pelo interior do Estado, há um clamor de todos os lados. Há poucos dias, o senhor deu entrevista dizendo que vai dar prioridade ao aeroporto de Passo Fundo – e faz muito bem, porque o Município de Passo Fundo é um dos mais prósperos do Rio Grande do Sul, que vem recebendo grandes investimentos industriais e, realmente, tem um aeroporto carente de equipamentos de controle de voo, terminal muito pequeno, etc..

Mas outra cidade, que V. Exª conhece muito bem e é uma das maiores expressões econômicas do Rio Grande do Sul, é Caxias do Sul. Eu estive em Caxias na semana passada e um grupo de empresários, sabendo de sua presença aqui hoje, pediram-me: "Pelo amor de Deus, pergunte ao Ministro Eliseu Padilha quando é que vai fazer, vai mandar começar o novo aeroporto de Vila Oliva, já que o aeroporto atual não se adapta a qualquer melhoria".

Teríamos aqui 15 aeroportos, mas não vamos nos deter em 15, porque seria impossível atender. Mas, pelo menos além de Caxias do Sul, que V. Exª nos dê uma palavra sobre Uruguaiana, sobre Rio Grande e sobre Santa Rosa, que estão em regiões estratégicas para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

Se sobrar um tempinho, responda-nos aquilo que V. Exª não respondeu na pergunta do Senador Ferraço: por que o Governo não preenche as vagas da Anac e onde mantém interinos que não são submetidos à sabatina do Senado?

Agradeço à gentileza das suas respostas, que tenho esperança de que serão convincentes.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – A próximo é a Senadora Fátima Bezerra.

Eu queria pedir a V. Exªs novamente que a gente pudesse ficar dentro do prazo de cinco minutos, que foi estipulado no começo da audiência.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs. Senadoras, demais convidados. quero cumprimentar o Ministro da Aviação Civil, Deputado Eliseu Padilha; Marcelo, Presidente da Anac; Senador Davi, Senador Garibaldi, que preside os trabalhos desta audiência conjunta da Comissão de Infraestrutura com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da qual faço parte.

Ministro, ouvi a explanação de V. Exª, assim como os demais Parlamentares, muito atenta, porque esse Programa de Aviação Regional que o Governo vem tentando realizar no nosso País tem um caráter estratégico muito importante para todas as regiões, do ponto de vista de fomentar e de alavancar o desenvolvimento econômico e social dos nossos Estados, das nossas regiões.

Eu quero aqui me associar, certamente, ao que o Senador Garibaldi Filho já colocou, no que diz respeito ao programa de aviação regional para o Nordeste, em particular para o nosso Estado, o Rio Grande do Norte.

E em duas dimensões, Ministro: primeiro, com relação ao importante investimento que o Governo Federal fez lá no nosso Estado, que foi o aeroporto internacional de São Gonçalo do Amarante, o aeroporto que

recebeu o nome de Aluízio Alves. Sem dúvida nenhuma, investimento muito importante para o nosso Estado, entretanto, carece até hoje da sua conclusão no que diz respeito à questão dos acessos.

Agora mesmo, o Rio Grande do Norte, juntamente com o Pernambuco e com o Ceará, está disputando o chamado Centro de Conexões de Voos, que é uma iniciativa da TAM, uma iniciativa muito importante, porque significará a geração de milhares e milhares de empregos. O nosso Estado, o Rio Grande do Norte, se coloca, sim, como um forte concorrente, não menosprezando os demais Estados, que são fortes concorrentes. Mas por que o nosso Estado se coloca como um forte concorrente? Por duas razões: primeiro, pela posição geográfica nossa, próxima da Europa, da África, associada ao fato de o Rio Grande do Norte sediar uma fábrica de querosene de aviação, associada inclusive a uma iniciativa que o governo do Estado tomou recentemente, que foi de reduzir a alíquota do ICMS na cobrança do querosene de aviação. E outra vantagem que o Rio Grande do Norte apresenta é a própria estrutura do nosso aeroporto. Para se ter uma ideia, é o único aeroporto no Brasil – não é, Senador Garibaldi Filho? – capaz de receber um determinado tipo de avião que, se não me engano, é o Airbus 380.

Agora, para que, de fato, nos coloquemos concretamente na perspectiva de, enfim, ter esse importante investimento da TAM, com o Centro de Conexões de Voos Internacionais, é fundamental também concluirmos a questão dos acessos. E aqui, quero deixar o nosso apelo, embora V. Exª esteja tratando aqui da questão da aviação regional, desse programa específico...

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – ...mas quero deixar aqui o apelo para que, enfim, possa somar conosco nessa luta de que os acessos lá para o aeroporto internacional de São Gonçalo do Amarante sejam efetivamente concretizado, até porque, independentemente de estarmos nessa luta em busca de sediar um centro de conexões, independentemente disso, a questão dos acessos é fundamental por uma questão de garantir uma mobilidade urbana com eficiência e com qualidade ao povo do Rio Grande do Norte, em primeiro lugar, e aos turistas e aos que nos visitam. Fica aqui esse primeiro apelo.

E o segundo, Ministro, é dizer, realmente, da nossa expectativa de que os investimentos lá para Mossoró e Caicó, possam, de fato, acontecer – vou terminar, Senador Davi –, por se tratar, claro, de duas cidades superimportantes. Mossoró é a segunda cidade do Rio Grande do Norte e, desde 2011, não recebe voos regulares de maneira nenhuma. Mossoró, que está ali na fronteira com outro Estado superimportante, que é o Estado do Ceará. Mossoró, que, inclusive, tem uma presença muito forte do ponto de vista de fomentar o desenvolvimento econômico e social do nosso Estado, com a presença do petróleo, com a presença do sal, com a presença da fruticultura, com a presença do turismo. Então, é inaceitável que Mossoró, por tudo que ela representa – repito, uma cidade com a densidade populacional que tem, a segunda cidade do Estado –, infelizmente, até o presente momento, não tinha tido condições de resolver o problema do seu aeroporto, que precisa urgentemente, claro, da parceria com o Governo Federal, porque o Governo municipal, por mais boa vontade que tenha, é impossível dar conta dos investimentos que precisam ser feitos em Mossoró, para que tenhamos um aeroporto regional à altura de atender às necessidades daquela região.

Como também Caicó, Ministro Padilha, outra cidade importante da região – não é, Senador Garibaldi Filho? – do Seridó, lá no nosso Estado; outra região também muito importante, uma cidade-polo também. Então, é isto: aqui trazer o nosso apelo e, no mais, dizer da nossa crença, da nossa esperança, da nossa confiança. Sabemos que esse é um compromisso da Presidenta Dilma, sabemos do empenho de V. Exª, do empenho da Anac. Então, da nossa crença, da nossa confiança, estaremos aqui, como representante do povo do Rio Grande do Norte, vigilantes para que, enfim, esses investimentos aconteçam, possam beneficiar todo o Brasil, o Nordeste e lá o nosso Rio Grande do Norte.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – O próximo é o Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Sr. Ministro Eliseu Padilha; Sr. Diretor Presidente da Anac, Marcelo Guaranys; Sr. Diretor da Infraero, Guilherme Ramalho, queria cumprimentar o meu Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho; o nosso amigo Senador, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, Davi Alcolumbre.

E, de forma muito rápida, Sr. Ministro, primeiro lhe cumprimentar pela objetiva exposição, apenas trazendo aqui algumas reflexões, algumas indagações. Anotei, como foi colocado na transparência que, dos 270 aeroportos regionais, estamos apenas com 55 anteprojetos autorizados. Há algum aeroporto em Pernambuco nesses 55? E, se não há, qual é o cronograma previsto para que os aeroportos regionais de Pernambuco,

Afogados da Ingazeira, Araripina, Arcoverde, Caruaru, Fernando de Noronha, Garanhuns, Petrolina, Salgueiro e Serra Talhada possam entrar em licitação?

E tenho aqui uma sugestão. Falou-se aqui da decisão corajosa da Presidenta Dilma de construir um programa de subsídio que pudesse viabilizar o desenvolvimento da aviação regional no nosso País, com o que concordamos; agora, não seria interessante também exigir uma contrapartida dos Estados para esse subsídio, no sentido de que apenas a operação é muito pouca a contrapartida. Falo, sobretudo, do principal insumo que é o combustível de aviação. Há Estados que chegam a cobrar 35% de ICMS, 30%, 25%; então acho que o Governo Federal deveria colocar, como contrapartida, para que os Estados pudessem aderir ao programa de aviação, reduzir a alíquota sobre o combustível de aviação, para algo que possa, de fato, viabilizar, porque senão vamos ficar dependendo só desse fundo de aviação civil, o que me parece muito pouco para os investimentos que precisam ser realizados nos aeroportos regionais do Brasil.

Uma conta rápida: se cada aeroporto regional desse for receber R$20 milhões, estamos falando de mais de R$5 bilhões, fora as necessidades do subsídio que tem que ser transferido para as companhias; Então, acho que é o momento de fazer uma reflexão, de se exigir uma contrapartida também expressiva por parte dos governos estaduais que podem dar, através de uma taxação diferenciada no ICMS sobre o combustível de aviação.

E, finalmente, Sr. Ministro, queria saber: os jornais relatam que, no próximo programa de concessão de aeroportos do Brasil, estará incluído o aeroporto de Salvador. A minha pergunta é: por que não incluir Recife e Fortaleza, já que outros aeroportos aqui no Sudeste foram incluídos na primeira etapa, como Brasília, Rio, São Paulo? Por que se escolhe um único aeroporto no Nordeste para fazer parte do programa de concessão?

O aeroporto de Recife, já que houve aqui tanta reclamação, recebeu fortes investimentos, no governo Lula e no Governo da Presidenta Dilma, e é hoje avaliado como o melhor aeroporto brasileiro...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Portanto, acho que está pronto, é o aeroporto que está pronto, inclusive para ocupar o aeroporto Augusto Severo, lá do Rio Grande do Norte, podíamos transferir a base aérea do Recife que poderia ir para o Rio Grande do Norte, e a gente ampliava a pista do Aeroporto de Guararapes, a segunda pista, para que a gente pudesse ter um grande aeroporto, que já é o aeroporto de Guararapes, é o aeroporto de maior movimento de passageiros do Nordeste brasileiro.

Portanto, a minha indagação é como é que se dá a escolha para a inclusão dum aeroporto, porque um aeroporto, num programa de concessão privada, termina desequilibrando a atração de voos e de cargas para aquele aeroporto. Então, eu acho que deveria haver uma visão mais equilibrada, para que, no programa de concessão, se incluísse Salvador, sim, mas se incluísse Guararapes e se incluísse também o aeroporto de Fortaleza, para que a gente pudesse atrair investimentos privados, que são necessários, para que esses aeroportos possam continuar sendo vetores de promoção de desenvolvimento regional.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Como último orador deste bloco, eu concedo a palavra ao Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – Ministro, é um prazer poder encontrá-lo mais uma vez. O senhor, em Santa Catarina, goza de grande prestígio e tem sempre merecida gratidão do povo catarinense, porque V. Exª, quando Ministro dos Transportes, conseguiu executar uma obra importante em Santa Catarina, que foi a duplicação da BR-101 e fez isso no seu mandato de Ministro, coisa que, infelizmente, não podemos comemorar hoje. Já estamos há 12 anos com uma obra igual, num trajeto semelhante, só que para o sul de Florianópolis, que ainda não está pronto e vai ficar muito tempo ainda para se concluir, conforme ouvimos, inclusive semana passada aqui, do Ministro dos Transportes. De qualquer forma, eu desejo encontrá-lo no futuro e poder registrar novamente agradecimentos e cumprimentos pelo seu trabalho à frente do Ministério da Aviação Civil, depois de executado esse plano.

Com relação à questão da estrutura regional, dos aeroportos regionais, eu ouvi a sua exposição e só tenho um questionamento a fazer – não com relação às obras nem com relação ao programa, que eu penso estar bem concebido –, o problema está na viabilização das empresas aéreas operadoras. De que forma o Ministério pensa fazer para estimular empresas a investir na compra de aeronaves, preparação de mão de obra e tudo mais, tendo em vista problemas que hoje nós conhecemos de Estados precisarem, inclusive, isentar tributos sobre combustíveis para aeronaves, para que elas estejam naquele Estado e não estejam no outro.

Da mesma forma, nós sabemos que, inclusive é curioso e inédito, que pessoas que fazem curso de formação de comissário de bordo, por exemplo, nessas escolinhas espalhadas pelo Brasil, acabem mandando cartinha para Senador e para Deputado pedindo interferência para ser contratado em empresa aérea. Não existe um planejamento, não existe uma perspectiva: quantos precisam ser formados, em quanto tempo, para que tipo de mercado e atividade.

Além disso, nós sabemos que um investimento do volume aqui relatado agora pelo Senador Bezerra é realmente muito grande e não pode ser feito sem que tenha um aproveitamento integral. E aí Infraero, Anac, tudo mais obviamente tem muito a falar, mas V. Exª, se me permite, não falou do assunto, e eu não sei como é que a gente tem que trabalhar essa questão e que perspectiva pode ter.

Além desse aspecto dos aeroportos regionais, eu queria colocar aqui duas coisas, Ministro. A primeira: aeroporto de Florianópolis é um caso de calamidade pública. Eu li nos jornais, há poucos dias, que V. Exª recebeu o Prefeito da capital e o Governador do meu Estado e deles recebeu o pleito de que se faça a privatização, ou melhor, a concessão do aeroporto de Florianópolis para a iniciativa privada. Eu quero endossar o pedido deles, quero dizer que é a melhor solução, sem dúvida nenhuma, e talvez a que permita uma solução mais rápida. Nós não podemos mais aguardar, Ministro.

Os casos relatados aqui de outros aeroportos podem até parecer ou ser parecidos com o problema de Florianópolis, mas eu posso lhe dizer: na ilha da magia, na cidade do turismo, sem dúvida nenhuma, é emblemática a situação que nós vivemos hoje com uma absoluta descrença da população em relação às atitudes e às decisões do Governo, que, há muito tempo, estão...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – ... demorando para ser tomadas.

Segundo assunto, ainda relacionado a grandes aeroportos, na gestão do Presidente Lula, a Senadora Ideli Salvatti trabalhou muito para que se fizesse a internacionalização do aeroporto de Navegantes. Tanto a ex-Senadora, quanto o ex-Presidente deveriam responder até judicialmente pela má decisão que tomaram.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – Transformaram um aeroporto regional num aeroporto internacional. Agora, empresários e cidadãos estrangeiros que vêm ao Brasil recebem, lá nas operadoras em outros países, a informação de que podem aterrissar ou chegar ao Brasil num aeroporto internacional chamado Aeroporto Internacional de Navegantes, e de internacional ele não tem nada, Ministro. Não tem banheiro de aeroporto internacional nem de nacional, não tem lanchonete, não tem restaurante, não tem infraestrutura, não tem nada. É criminosa essa decisão do governo tomada lá atrás.

V. Exª não tem nenhuma responsabilidade quanto a isso, mas eu queria lhe dizer que é indispensável que se faça também a inclusão daquele aeroporto, que, aliás, tem movimento suficiente, porque se encontra ao lado de Balneário Camboriú, ao lado do parque do Beto Carrero World, ao lado de dois portos importantes como é o de Navegantes e o de Itajaí, e, na chegada do Vale do Itajaí, há uma das regiões mais desenvolvidas, do ponto de vista econômico, do Brasil. É mais do que óbvio que aquele aeroporto também deve sofrer um processo de concessão, para que a iniciativa privada lá faça os investimentos, e, aí sim, ele pode continuar internacional, porque, do jeito que está, não pode não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Quantos inscritos nós temos?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Terminamos um bloco agora de cinco oradores, e o Ministro irá responder ao bloco de cinco, que foi o que foi combinado no início.

O SR. ELISEU PADILHA (*Fora do microfone*.) – De seis?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – É, Ministro, só para me justificar, o Presidente é do Rio Grande do Norte e a Senadora Fátima é do Rio Grande do Norte, então, usando a metodologia de Mato Grosso, a gente também utilizou aqui os dois Senadores do Rio Grande do Norte.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – E nós temos quantos inscritos ainda, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – O primeiro orador do próximo bloco é o Senador Flexa, Senador Wilder, Senadora Lídice, V. Exª e Senadora Vanessa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Perfeito, eu imaginava que o bloco fosse menor, e, aí, poderíamos somar, mas perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Com a palavra, V. Exª, Ministro.

O SR. ELISEU PADILHA – Inicialmente, mais uma vez, quero agradecer a participação, a demonstração de conhecimento com relação ao tema. Os Srs. Senadores procuraram aprofundar-se naquilo que viria a ser objeto desta nossa participação, o que me honra muito e honra muito ao Governo, porque nós – eu, como intérprete aqui do Governo – temos a intenção de deixar tudo a panos limpos, da forma mais absolutamente transparente, e não criar ilusões. Não se trabalha, na minha participação no Governo e em nenhum governo

– municipal, estadual, nacional –, nunca trabalhei com ilusões. Nunca. A verdade sempre é a melhor saída. Então, não esperem de mim... poderei eu ter entusiasmo fundado em dados objetivos, com sustentação legal e fática, que, depois, circunstâncias possam tornar inviáveis, mas eu sei, conheço e sei do que estou falando, e as minhas afirmações, tanto positivas, quanto negativas, são com convicção, sei do que se trata. Sou um entusiasta da vida pública, senão eu não estava fazendo vida pública neste momento.

Penso que nós temos muito ainda que contribuir com a Nação, aqueles que podem, porque nós temos muito que avançar.

Vamos às respostas.

Primeiro, com muita honra, respondo ao meu governador Garibaldi Alves, e, aí, a memória lembra. Ele se lembrou de nossa lagosta em Touros, no Rio Grande do Norte, que é o marco zero da BR-101, quando nós começamos a pavimentação Touros-Natal, Natal-Touros.

Esta obra deu àquela região do Estado um desenvolvimento econômico e turístico de poucos paralelos no Brasil em tão curto espaço de tempo. E vivenciei, com muita alegria, junto com o Governador Garibaldi Alves. Eu sempre lembro e repito, há muitos lugares com lagosta muito gostosa, mas, lá em Touros, aquelas preparadas para o Governador, eram para o Governador, seguramente eram singulares, não tem similar.

Lembro-me dele ainda quando nós fomos a Porto de Natal, um grande óbice à operação portuária era a Pedra da Bicuda. Eu fui especialmente a Natal, para juntos detonarmos a Pedra da Bicuda. E conseguimos viabilizar a operação portuária de Natal na plenitude.

São coisas que trazem e mostram a participação desse grande homem público quando pergunta por dois aeroportos regionais do seu Estado. É uma extensão.

E aqui quero também registrar a mesma preocupação da Senadora Fátima Bezerra, que se manifestava preocupada como estão, afinal, Mossoró e Caicó. Já foi aqui informado e quero de público registar o empenho do Senador, não é a primeira vez que ele fala sobre este tema conosco, o sítio de Mossoró, o local onde nós iríamos construir o aeroporto regional não se presta a tanto. É um sítio comprometido, como é o de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, por exemplo, em que as circunstâncias urbanísticas fizeram com que não fosse possível a expansão para o aeroporto regional. Foi escolhido um novo sítio, que está sob aferição da Secretaria e do Banco do Brasil, porque quem analisa todos os projetos é o Banco do Brasil. E ele começa a andar, e agora terá mais velocidade porque, tanto o Banco do Brasil já aprendeu, como o nosso pessoal da Secretaria também aprendeu, e como, na questão ambiental, nós estamos também reduzindo a 90 dias, então, vamos ter celeridade sim com relação tanto a Mossoró quanto a Caicó.

Os dois estão no nosso cronograma. Não faço previsão de prazo aqui porque, como nós estamos no começo do processo, poderemos ter ainda alguns óbices no caminho. Então, não dá para fazer previsão de prazo.

De qualquer sorte, eles estão no radar, e a sua múltipla preocupação registrada tantas vezes está sendo correspondida assim: novo sítio em Mossoró, e Caicó está andando.

O mesmo digo à Senadora Fátima Bezerra, que aqui, com propriedade, levantou o tema.

A Senadora levantou outro tema que quero responder, ou apenas quero grifar, registrar, reverberar a informação que já foi dada pelo Governador Senador Garibaldi Alves de que lá é o governo do Estado que faz os acessos. Ela cobrou os acessos. Os acessos são extra, são fora do sítio aeroportuário, é uma obra comprometida com o governo do Estado, e o governo, com as suas dificuldades que são naturais hoje nos governos estaduais, está procurando tocar a obra e viabilizar aqueles acessos, que são importantíssimos, todos sabemos, mas é o governo do Estado que está fazendo.

Senador Hélio José, as suas questões fundamentalmente se resumem em duas perguntas. A primeira delas: afinal, para que sejam feitas essas concessões, está se analisando como ficam os 13 mil funcionários da Infraero? O que vai acontecer com eles? Para onde eles vão? Por que não quiseram ir para as empresas concessionárias, em que pese a sinalização de um salário maior? Claro que a estabilidade do serviço público, por vezes, faz com que o ganho maior na iniciativa privada não seja determinante para mudança de posição.

Então, muitos preferiram efetivamente não ir, em que pese o convite, para a participação nos novos trabalhos com as novas concessionárias do aeroportos. Isso vale em Brasília, no Rio, São Paulo, em Minas, em todos os lugares onde houve a concessão.

O que nós Infraero, nós SAC estamos fazendo? Nós temos um PDV, um Programa de Demissão Voluntário, consolidado, de 2.615 funcionários, com um custo relativamente pequeno para o programa, se considerarmos o custo incindindo mês a mês para o trabalhador, que está disponível, mas que não tem trabalho.

Então ele está sendo pago por um valor que, com um ano e meio daquilo que está sendo pago, se paga o PDV. Significa dizer que é de altíssima rentabilidade. E nós já demonstramos isso já para a área econômica do Governo, para a Presidenta, e estamos com esse PDV encaminhado.

Nós deveremos ter a negociação dele este ano ainda, possivelmente com um parcelamento, mas a negociação este ano.

Quanto a esta sua preocupação, que altamente procedente, e foi um dos fatores determinantes do nosso estudo de reestruturação de todo o sistema aeroportuário brasileiro, porque nós estamos propondo a reestruturação da Infraero, mas, na verdade, é o sistema aeroportuário como um todo. E aí nós temos pontos de equilíbrio.

Algumas interrogações feitas, que serão respondidas agora, são: por que não se inclui mais aeroportos neste segundo ou terceiro *tranche* de concessões? Porque, com as três concessões, Porto Alegre, Florianópolis e Salvador, o nosso plano de reestruturação da Infraero fica de pé. Nós teremos a empresa podendo voltar a ser competitiva no mercado e rentável, tendo recursos próprios, como teve historicamente. Se nós aumentarmos as concessões, perdemos receita. E vamos continuar mantendo a despesa porque a tradição é que o servidor não migra, ele fica. Nós vamos ter que ter PDV ou pagar o servidor. Então, o nosso ponto de corte, em princípio, é a concessão dos três aeroportos. Há, de parte da Presidente, que é quem, ao fim e ao cabo, decide esta matéria, solicitação para nós analisemos a inclusão de um novo aeroporto. Isso é coisa para o futuro, não é coisa para termos imediatos.

E sinalizo logo, nós não vamos pensar em nova concessão antes do hub do Nordeste ficar definido. Por quê? Se pensarmos por A e o *hub* for no B? Se nós pensarmos por B e o hub no C? Então, esta definição do *hub* é que vai determinar aquilo que é a preocupação da Presidenta de nós podermos ter no Nordeste mais um aeroporto concedido, mas já vinculado, lincado a essa finalidade.

Perderemos com isso a sustentabilidade da Infraero? Nós vamos ter, sim, a necessidade de um aporte para cobrir a perda de receita que este vai representar, porque o nosso projeto, quando se fala em Infraero, não se fala apenas nos 15 aeroportos passíveis de um processo de concessão em tese. Nós temos nove perfeitamente viáveis e seis de imaginar. Não, nós estamos pensando nos 60 aeroportos que hoje a Infraero opera e nos 270 mais que vamos operar com o programa. Então, temos que ter a Infraero em condições, tendo saúde financeira, de poder enfrentar esse processo dos aeroportos regionais.

Por isso penso que respondo esta parte.

Com relação aos estacionamentos, eles são regidos por regras de mercado. A Infraero faz concessão das áreas, do sítio aeroportuário e o concessionário acaba trabalhando diretamente ou buscando a participação de um terceiro ainda nos estacionamentos dos aeroportos.

No caso de Brasília, a informação que temos é de que a concessionária vai expandir o parque e vai, inclusive, dar cobertura, cobrir o estacionamento para que possamos ter mais conforto e comodidade para os passageiros que deixam o seu carro estacionado aqui em Brasília.

Com relação à carreira do analista de infraestrutura, somos parceiros, nós da SAC, toda a nossa equipe para a valorização dessa carreira e desses profissionais que, para o nosso caso, são da mais absoluta imprescindibilidade. Não há hipótese de nós termos sucesso nos nossos projetos se não tivermos analistas de infraestrutura competente e convenientemente vinculados. Portanto, nós somos parceiros com relação ao tema, sim, senhor.

O Senador Lasier Martins é uma das pessoas com quem tive o privilégio de conviver, jornalista de jornal, primeiro, depois, fazendo jornal, rádio e televisão e sendo, em todos esses anos, e lá se vão muitos anos – não vou falar do tempo porque eu sou muito antigo –, e Lasier sempre foi um ponto de referência na comunicação do meu Estado, o Rio Grande do Sul, respeitado por suas opiniões, conduziu programas que tinham liderança de audiência, em todos os horários, homem consagrado no meio das comunicações e vem trazer a sua contribuição aos brasileiros, aos gaúchos e aos brasileiros aqui no Congresso Nacional.

Portanto a voz do Lasier, no meu Estado, é uma voz muito respeitada, vale dizer, aqui, além da representatividade do Senador, vejo o Lasier Martins comunicador competente que conheço de tanto tempo e homem reto, sério, não é homem de explorações inconvenientes de momentos e circunstâncias oportunísticas. Portanto se trata de um Parlamentar que, seguramente, vai mostrar ao Brasil a certeza da sua chegada aqui ao Congresso Nacional.

Vamos lá. Quero ver se consigo fazer com que as esperanças mencionadas por ele consigam se converter em algumas certezas, já que temos tantas incertezas, segundo as suas afirmações.

Eu sou crente no que faço. Acredito na proposta do Governo no setor que hoje está sob a minha responsabilidade. Não posso fazer o mesmo julgamento dos demais Ministérios, onde, seguramente, Ministros com igual ou maior competência que a minha estão devotados a sair bem-sucedidos. Apenas acho que, em favor do nosso Ministério, concorre o fator de que não dependemos de Fonte 100. Esse é o fator que nos difere neste momento. Se nós estivéssemos em momento de vacas gordas, como quando o nosso Ministro Bezerra foi Ministro, seguramente, o Ministro dos Transportes teria tido aqui uma manifestação diferente.

Nós estamos num momento de ajuste. Na minha casa, na casa de V. Exªs, na casa dos nossos servidores. Quando durante algum tempo temos uma previsão de receita e gastamos com base nessa previsão e mate-

rialmente essa receita cai, e começou a cair no início do ano passado, por óbvio, que nós vamos ter uma defasagem entre aquilo que nós podíamos gastar e o que efetivamente gastamos. Por quê? Porque a despesa é fixada no Orçamento Geral da União e a receita é uma previsão.

Nós temos a despesa garantida e a receita é uma previsão. Por óbvio, chegou o momento de ter que se fazer ajuste. E compreendo, na plenitude, a missão, dura missão do Ministro Joaquim Levy e do Ministro Nelson Barbosa, que têm a responsabilidade de fazer com que as contas sejam equacionadas no curso deste ano e, quem sabe ainda, com um pouquinho de projeção, no ano que vem. Mas respeito, penso que eles têm uma missão dificílima, mas a minha também é difícil.

Ter que manter um patamar de aprovação popular de 80% no serviço público. Repito isso porque isso é singular, serviço público, uma aprovação superior a 80%, eu não conheço. Pois nós temos que manter e, se não for mantido assim, o usuário do sistema, que é crítico por excelência, será um crítico de todo o processo e não apenas desse sistema. Esse sistema terá que ser preservado.

Eu tenho reverberado com muita veemência isso em todos os pontos para os quais tenho sido chamado a falar dentro do Governo e tenho tido compreensão, ninguém rechaçou as teses que defendemos. Nem a área fazendária, justiça se lhe faça com muito repeito ao Ministro Levy, e também, na área do Planejamento, ao Ministro Nelson Barbosa.

Portanto nós estamos sintonizados. As afirmações que faço aqui eu não as faço sem antes haver consultado.

Mas houve uma pergunta do Senador Lasier Martins que tenho que responder. Ele perguntou objetivamente se o Tesouro, a Fazenda vai mexer no recurso do Fundo Nacional de Aviação Civil.

A resposta é não. Ela não vai mexer. Porém, a arrecadação toda vai para o caixa único da União e serve de saldo do superávit primário. Não pode mexer, não pode usar e não pode ser colocado na Integração Nacional, não pode mandar para a Saúde, não pode mandar para a Educação, não pode mandar para lugar nenhum. Mas ele é, sim, base para o resultado primário. É, sim, senhor.

Portanto, está sendo, será durante todo esse tempo em que nós convivermos com o ajuste, uma disputa, uma legítima disputa política da Fazenda, em querer manter os seus números, e nós, da SAC, em querer manter o fundo, que é da SAC, com destinação vinculada na SAC, com a disponibilidade mínima para que as obras, que são indispensáveis, possam continuar acontecendo ou possam iniciar.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Então, ele vai mexer, porque precisa do superávit primário.

O SR. ELISEU PADILHA – Não, mexer, tomar é impossível. O que pode é ele ficar retido lá no caixa.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Dá na mesma, não pode mexer.

O SR. ELISEU PADILHA – Não pode manipular.

A luta é nós liberarmos aquilo que é indispensável, e a Presidenta tem dado a sua aquiescência a isso, quero registrar aqui, alto e bom som. A aviação regional, segundo ela, é a menina dos olhos desta Administração. Ela quer esses 270 aeroportos nestes quatro anos. É um plano arrojadíssimo, portanto não pode ter solução de continuidade. Eu, pessoalmente, fui chamado com a missão de fazer esse plano decolar, essa foi a expressão da Presidenta. Portanto, penso que não haverá incompatibilidade entre o que quer a Presidenta e aquilo que nós deveremos fazer.

Vamos falar especificamente com relação ao Salgado Filho. O Lasier é um homem sério, reto, correto nas suas afirmações, mas aqui tenho que, com todo o respeito, discordar de uma afirmação que ele fez: de que eu manifestei preferência ou prioridade para a construção do Aeroporto 20 de Setembro. Essa manifestação não existe. Eu fui ao Governador Ivo Sartori, fui levar a ele que o governo que o antecedeu tinha, com o Ministro Moreira Franco, sobrevoado o portão, a área do novo sítio. Eu tenho matéria do *Zero Hora*, do *Jornal do Comércio* e do *Correio do Povo* mostrando que a decisão, até então, era iniciar imediatamente o Aeroporto 20 de Setembro. Essa era a ideia. Não havia recursos, a ideia era buscar uma concessão, lá atrás também. O governador anterior não tinha a pretensão de que recursos públicos financiassem essa obra. Chegando aqui, tomei conhecimento disso, por processos na Infraero, na SAC, e fui ao Governador Sartori, para ver se ele tinha a mesma pretensão em relação ao assunto. Sartori me disse que não tinha condições de opinar naquele momento, estava chegando ele, estava chegando eu, nós dois não tínhamos condições.

Eu, porém, sabia – e quero relatar agora ao Senador Lasier Martins – que o Salgado Filho tem um plano de desenvolvimento em execução desde o ano de 2012, para prepará-lo para a Copa do Mundo, para ele estar preparado até o ano de 2030. O que está sendo executado – não vai ser executado –, o que já está executado e o que está em obras no Salgado Filho neste momento: novo pátio de estacionamento para aeronaves de passageiros concluído, novo pátio que foi feito; novo terminal de passageiros de área igual à que existe lá, está-se fazendo a primeira laje neste momento, está-se fazendo já a primeira laje; terminal de cargas – o terminal de cargas que há em Porto Alegre é para 9 mil toneladas/ano, e nós estamos construindo um para 91 mil tone-

ladas/ano, a obra está iniciada –; pátio para estacionamento das aeronaves de carga praticamente concluído, foi construído sob pilotis, sob estacas, mais de 8 mil estacas, 8 mil estacas de até 26 metros de profundidade, porque aquele solo mole que há ali, aquele lodo inviabiliza se colocar qualquer estrutura que não seja sustentada, está em construção o pátio de estacionamento; a garagem, agora, em junho, julho, conclui-se o prazo da primeira concessão da primeira torre, licita-se a nova concessão e, junto, a obrigação da segunda torre; já foi licitado um hotel, com, no mínimo, 210 apartamentos, do grupo Laghetto, de Gramado, começa agora, em 2015, e tem que ser concluído até 31 de dezembro de 2016. Então, Salgado Filho, fechamos os olhos: um hotel, duas torres de garagem, novo terminal de passageiros, novo terminal de cargas, pista de estacionamento para aeronaves de carga, pista de estacionamento de passageiros.

A última pergunta, que foi a da grande celeuma: pista, extensão da pista. Por que o governo anterior do Rio Grande do Sul e a própria SAC estavam pensando na alternativa de uma nova pista fora dali? Porque a extensão da pista do Salgado Filho terá que ser sobre pilotis, sobre estacas e são mil metros – 920 metros para ser mais preciso –, teremos mil metros, porque há área de escape também que tem que ser construída, que vamos ter que colocar sobre pilotis. Mandamos orçar. O Exército, o Departamento de Engenharia do Exército fez o projeto, e esse projeto não custa menos de R$800 milhões. Essa extensão de 920 metros: R$800 milhões. Mesmo assim, aí o Lasier disse: "Mas o Padilha muda!" Realmente não mudei, firmei uma posição junto à Infraero. Quando a Azul teve um avião que não pôde descer no Salgado Filho, que teve que descer na base aérea, mandei um ofício meu à Infraero: "Desconsidere a questão carga". É que o argumento que vinha do Rio Grande do Sul é que era porque precisava para carga, eles tinham espaço sobrando para carga. Então, o problema, na visão da Infraero, não era de carga. E, sim, falei, a questão da segurança. Peço que a Infraero avalie: "Iniciar logo a pista em razão da segurança". A Infraero reuniu seu conselho e decidiu licitar a obra da pista, da extensão da pista.

Portanto, terminal em construção, terminal de passageiros, duplicando a área do terminal de passageiros; terminal de cargas dez vez maior, pista de estacionamento pronta, pista de estacionamento em construção, pistas para *taxiway* em construção e algumas prontas. Estamos com o Salgado Filho sendo colocado para 2030.

Com relação à pista, temos: a Infraero, com a responsabilidade de construir esses 920 metros; o governo do Estado do Rio Grande do Sul, de entregar limpa a Vila Floresta, porque ainda há moradores lá; e a Prefeitura de Porto Alegre, de entregar limpa a Vila Dique e a Vila Nazaré, onde há mais de 1.700 famílias. Aí estão os problemas.

Nós, da nossa parte, tomamos todas as atitudes que eram necessárias: a Infraero vai licitar e, na decisão em que ela, Infraero, determinou a licitação, ela disse: "Licite-se e na ordem de serviço será analisada a concessão, considerando a disponibilidade ou não da totalidade do sítio aeroportuário".

Portanto, o governo do Estado e o governo municipal têm que trabalhar também, se não a obra estará licitada, estará pronta para começar e, se não houver a disponibilidade do sítio, ela não vai começar.

Quanto à concessão e às obras. No nosso modelo, a proposta nossa, aqui está o Dr. Guilherme, Secretário-Executivo, é de que, nos três aeroportos, Florianópolis – Paulo Bauer – Porto Alegre e Salvador, todas as obras em execução automaticamente serão assumidas pelo concessionário. Temos uma experiência altamente negativa no Galeão e em Confins, em que a Infraero ficou tocando obras juntamente com o concessionário. Aí o concessionário não toca a parte dele, porque depende da Infraero, a Infraero não toca a dela, porque depende... Fica de um para o outro, do outro para o um, e a população reclamando. Decisão: no dia em que se assinar o contrato de concessão, todas as obras de Porto Alegre serão assumidas pelo concessionário; todas as obras de Florianópolis, assumidas pelo concessionário; e todas as obras de Salvador, pelo concessionário.

Senador, já aproveito e respondo ao ilustre Ministro Senador Bezerra: por que não Pernambuco, e por que Salvador? Salvador, na nossa visão, da SAC, era e é o aeroporto que depende de maior investimento neste momento. Se queremos buscar a parceria do setor privado, então vamos entregar para ele onde ele terá que botar mais dinheiro. "*Ah*, mas isso vai reduzir o valor da outorga", é correto, vai reduzir o valor da outorga, mas, em compensação, não constrange o Tesouro, não constrange a Infraero a: 1 – atrasar obras, o que é absolutamente indesejável; 2 – desencaixe de recursos que não temos.

Com relação, ainda, ao Senador Lasier Martins, muito obrigado por ter trazido de volta a Anac. Eu realmente passei batido por uma pergunta que faço questão de responder. A Anac, nesta semana – este Ministro que aqui está entregará na Casa Civil para a pesquisa que é feita normalmente para essas nomeações – terá os três nomes que faltam. E, como alguém que está ajudando na articulação política, isso vale para todas as agências. Até o final desta semana, todos os nomes de todas as agências deverão estar na Casa Civil. Deveremos ter a Antaq pronta, a ANS já saiu, a Anvisa já saiu. Enfim, há, de parte da articulação e da determinação da Presidenta, que nós tenhamos a definição dos nomes para todas as agências, a Anac, inclusive.

Vila Oliva. Sobre Vila Oliva, os empresários que falaram com o Senador Lasier, por certo, reverberaram o que eu tenho ouvido. Vila Oliva pode ser o grande aeroporto de cargas – essa é a tradução deles – do Rio Gran-

de do Sul. Nós temos interessados. Eu fui ao limite e aqui externo: isso vale não só para a Vila Oliva; para qualquer um dos aeroportos regionais. Disseram eles: "Lá é viável um aeroporto maior de cargas e concessão." Digo que há, de parte do Governo – aqui falo em nome do Governo –, a certeza de que delegaremos ao Município e ao Estado para que ele implemente imediatamente esse projeto. Nós não seremos óbice ao desenvolvimento regional. Se há – e efetivamente há – essa possibilidade, que venha a proposta que nós delegaremos essa condição para que aconteça, sim, esse processo de desenvolvimento. Isso eu disse ontem para o Presidente da Associação Comercial e Industrial, que me visitava com o Vice-Prefeito, que é do meu Partido, renovando o que já tinha dito, e, possivelmente, eles tenham feito a mesma postulação a V. Exª. Portanto, Senador Lasier...

Uruguaiana. Em Uruguaiana, nós estamos naquilo que o Senador Bezerra, com propriedade, pinçou: como é que o Estado contribui com isso? Conversei com a Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul. Uma das empresas aéreas me disse que, se o querosene de lá tiver o ICMS reduzido a 7%, nós teremos condições de operar. Chamei o Secretário, que é um político sensível e hábil, e mostrei a ele que tem de reduzir o ICMS para 7% para que eles passem a operar Uruguaiana. O que ele me disse? "Mas aí nós vamos perder 15%?" Eu disse: "Não, você vai ganhar 7%, porque você não está ganhando nada, eles não estão voando." E esse é o raciocínio do Senador Bezerra, que é o meu, e que nós temos de tentar socializar em toda a Nação. Em alguns lugares, nós temos que, sim, fazer com que haja essa parceria com o governo do Estado também.

Então, Uruguaiana, Senador Lasier, está nesse programa. O deputado local, muito hábil, por sinal, tem trabalhado profundamente junto à companhia, junto ao Governo do Estado, e a gente está por um triz para recomeçar em Uruguaiana também os voos regionais, agora, antes ainda do subsídio. E, quando houver o subsídio, seguramente a gente terá a garantia da operação das companhias.

Vamos lá.

Rio Grande. Rio Grande é outro aeroporto que está na reta de chegada, é um aeroporto que está operando. Vamos à verdade: lá o que falta é a estação de bombeiros correspondente e o terminal de passageiros. O aeroporto está operando. É infraestrutura do nosso departamento aeroviário do Estado e da prefeitura. Eles não têm condições de manter os bombeiros, não têm condições de colocar o caminhão de combate a incêndio. Nós estamos tentando fazer uma parceria com o Governo. Aquele projeto piloto de usar os bombeiros é uma forma de a gente passar algum dinheiro para o Governo do Estado poder enfrentar essas dificuldades, porque lá é departamento aeroviário de Estado. Eles controlam.

Passo Fundo, Santa Rosa e Santo Ângelo. Nós colocamos Santo Ângelo junto. Eles estão exatamente na mesma condição. Santo Ângelo, inclusive, está com a obra de extensão da pista sendo concluída, mas está na reta de chegada. Os cinco estão na reta de chegada, e eu, pessoalmente, tenho todo o interesse em fazer com que eles comecem a operar imediatamente. Nós vamos fazer o possível e o impossível para que se tenha a operação, independentemente do decreto de subsídio. Ainda não há subsídio. Vamos negociar com o Estado, ver a questão do querosene, negociar com o Município e ver a questão dos bombeiros para viabilizar a operação.

Penso, Senador, que respondi.

Senador Garibaldi, Senador Hélio, Senador Lasier, Senadora Fátima Bezerra, respondi.

Senador Fernando Bezerra, o senhor me fez uma pergunta. V. Exª, com a acuidade de quem já foi ministro e já foi administrador estadual e regional de alta competência e grande sucesso, pergunta: "Mas vem cá, e esse dinheiro todo, de onde é que vai sair?" Veja, o programa todo custa R$7,3 bilhões. Nós temos uma receita, este ano, de R$4,4 bilhões. No ano que vem será mais que R$4,4 bilhões. Portanto, em tese, nos quatro anos, nós deveremos arrecadar em números redondos R$18 bilhões. Nós, em tese, temos os recursos necessários para o programa ser implantado nesses quatro anos, sem nenhum problema. Apenas nós temos a disputa interna para que possamos fazer com que a chave do Levy seja mais fraca do que os nossos argumentos, para que tenhamos a liberação necessária. Mas a Presidenta tem sido, em cada momento, muito firme ao dizer que esse programa não pode sofrer contingenciamento, o programa em si. Nós vamos começá-lo não com a velocidade que queríamos, mas vamos ter, nos quatro anos, a implementação. Isso é uma orientação dela. E eu tenho que ser o artífice, o intérprete disso. V. Exª sabe muito bem como esses temas são colocados, como eles vêm e como a gente tem que dar resposta.

Outra pergunta que quero responder – o faço com grande alegria e o senhor, como pernambucano, deve festejar –: Caruaru foi o primeiro dos 270 aeroportos habilitados para a licitação. Ele tem já a licença ambiental. Foi o primeiro do Brasil. Foi o primeiro no seu Estado e o primeiro no Brasil. Fernando de Noronha está em condição similares também. São os dois, no seu Estado, que estão em condições similares. Fernando de Noronha um pouquinho atrás e Caruaru primeiro em todo o Brasil.

O porquê dos três aeroportos. Parece-me que é o problema da reestruturação de todo o sistema aeroportuário, porque a Fazenda, a área que quer não ter custos e arrecadar, por óbvio gostaria que a gente fizesse a concessão de pelo menos uns dez. Por quê? Porque representaria mais outorga e menos investimento. Eu

acho absolutamente compreensível. Nós é que temos que ter a responsabilidade de pensar no sistema aeroportuário de todo o País. E não para agora, no momento da crise, mas para daqui a dez anos, cinquenta anos, cem anos. Nós temos que pensar o sistema como um todo. Daí por que a gente pensou em três. A Presidenta já nos orientou no sentido de pensar num quarto diante dessa circunstância, que é própria do Rio Grande do Norte, Pernambuco.

E outra notícia. A sua ideia. Nós dois aqui, quando o senhor falou na questão da área militar do aeroporto de Guararapes, nós dois aqui também concordamos com a sua visão. Saiba que estamos trabalhando e também saiba que não é uma missão fácil. O senhor sabe em que área nós vamos trabalhar e que normalmente as decisões não são tão rápidas quanto queremos, mas estamos trabalhando nessa direção.

Senador Paulo Bauer. Falava o Senador, e com propriedade, sobre os aeroportos internacionais, a exemplo do de Navegantes, que ou é internacional ou não é internacional, e, para ser internacional, está lhe faltando muito. Esse aeroporto está no nosso programa. Tem havido uma mobilização muito grande do prefeito, de várias personalidades e autoridades locais. Eu conheço a região, conheço bem o Vale do Itajaí e sei da importância desse aeroporto. E ele poderá se converter, sim, nisso em que foi colocado o título e ele tem condições socioeconômicas regionais para justificar. Nós temos é que materialmente adequar. Está havendo uma desapropriação lá. Nós teremos agora, no dia 10 de maio, está marcado o dia, a licença ambiental para nós pensarmos no projeto e licitação. Portanto, em 10 de maio nós deveremos ter a licença ambiental. Está marcado o dia. Apenas o Poder Público municipal e estadual têm que agilizar a questão da desapropriação, que lá nós temos uma extensão de pista em que nós temos que cuidar dessa desapropriação. No mais, nós temos condições de iniciar o processo. Tão pronto se tenha a licença ambiental, se manda para o Banco do Brasil para licitar, a licitação é em regime diferenciado, RDC, portanto nós teremos rapidez.

Com relação a Florianópolis, me parece que já, em parte, respondi. Apenas para que V. Exª tenha presente, qual é a ideia? Far-se-á um novo terminal de passageiros do outro lado da pista, do lado oposto. Para quem está no atual terminal de passageiros, o novo será do outro lado e o acesso far-se-á por aquela radial sul que, em princípio, tem mais capacidade de trânsito que a atual. E Florianópolis, o Senador não disse aqui por modéstia, mas quero dizer a meus conterrâneos do Nordeste, sobrou o nosso Garibaldi Alves para ouvir, Florianópolis é o aeroporto do Brasil que recebe o maior número de voos *charters* de todo o Brasil. Nenhum aeroporto do Brasil recebe o número de voos *charters* que recebe Florianópolis. Portanto, mais uma razão para que a gente tenha um aeroporto correspondente à Ilha da Magia. Então vamos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELISEU PADILHA – Navegantes é o programa da aviação regional, mas lá começa a surgir, já chegaram várias vozes no sentido de que talvez haja grupos locais interessados num processo de concessão. A gente pode avaliar. Aí, então, o "céu é o limite". Perfeito?

Terminou.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – O bloco de cinco que virou seis.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – Desculpe Ministro, faltou falar sobre as condições de empresas aéreas, formação de mão de obra para...

O SR. ELISEU PADILHA – Perfeito. Veja, é oportuníssimo. Perdão, perdão, Senador. Isso é importante demais.

Primeiro nós temos um programa de qualificação de mão de obra. Nós temos na SAC um programa que tem verba e tem recurso. Dois: com o subsídio, nós não vamos permanecer adstritos, fechados, prisioneiros das três empresas grandes que operam. Essas três têm interesse em operar 124, desses 270 aeroportos. Elas têm interesse, repito, em operar 124. Portanto, vê-se que, por si só, elas vão vir correndo. Mas nós não vamos ficar prisioneiros só delas, porque esse programa de subsídio poderá propiciar o nascimento de novas empresas, pequenas empresas aéreas. Para elas o subsídio vai ser mais importante do que para as grandes. Na medida em que a equação econômico-financeira delas seja bem montada, têm viabilidade, como em outros países. A gente não vai inventar a roda. Vamos ver o interior da França, o interior dos Estados Unidos... A gente tem pequenas empresas que trabalham nesse tipo de alimentação das grandes rotas.

Então, quanto à mão de obra, nós temos o programa de formação, a SAC tem, o programa de subsídio vai viabilizar que as empresas façam esse tipo de investimento. Nesse *hub* que a TAM vai fazer no Nordeste, ela vai ter uma escola de pilotos e uma escola de profissionais de atendimento aeroportuário, eles vão profissionalizar. Daí porque foi dito aqui, com entusiasmo, porém com verdade, que esse programa vai gerar dezenas ou milhares de empregos, milhares de empregos na região. É isso. E a aviação regional será outro fator gerador de empregos também.

Sim, Senador.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – Tem chance de empresas estrangeiras obterem concessões de linhas regionais?

O SR. ELISEU PADILHA – Veja lá...

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – Eu digo por causa de Mercosul, dessa coisa toda.

O SR. ELISEU PADILHA – Vamos lá. A TAM hoje é brasileira? Não. Então nós temos uma limitação legal de participação de capital estrangeiro em 20% nas empresas aéreas. Mas nós temos, com as empresas que aqui operam hoje, uma empresa nacional, não uma empresa multinacional de fora aqui dentro, mas empresas nacionais, sejam empresas brasileiras, sejam constituídas aqui dentro, que, por certo, podem operar. Então nós teremos forma de, se for conveniente economicamente, viabilizar a operação. Isso é perfeitamente possível.

Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Ministro, antes de iniciarmos o último bloco de oradores inscritos, só para conhecimento da Comissão e para pedir às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores sensibilidade no prazo estipulado, informo que o Sr. Ministro iniciou os esclarecimentos dos questionamentos dos seis Senadores às 11h43 e terminou agora, às 12h25, portanto, foram mais de 40 minutos para responder o terceiro bloco. Como estamos no último bloco, gostaria de pedir que a gente pudesse se ater ao tempo estabelecido.

Passo diretamente a palavra agora ao primeiro orador do último bloco, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho; Presidente, Senador Davi Alcolumbre; Ministro Eliseu Padilha; Dr. Marcelo Guaranys, Presidente da ANAC; Dr. Guilherme Ramalho, Secretário-Executivo da Secretaria de Aviação Civil, quero saudar também os seus colaboradores que aqui o acompanham.

Ministro, quero primeiro parabenizá-lo. O Brasil inteiro conhece a competência de V. Exª, que a vida V. Exª dedicou ao longo do tempo colaborando em vários Ministérios, em várias funções para o desenvolvimento do nosso País. Quero parabenizá-lo também pela inteligência emocional ao não aceitar trocar de pasta e pelo motivo que o levou a não aceitar, que deveria ser seguido por todos nós.

O Senador Presidente Renan Calheiros tem verberado que, em hipótese nenhuma, o seu Partido poderia ser gestor de RH do Governo e V. Exª, bem antes disso, mostrou realmente que não poderia ou não deveria assumir essa função.

Ministro Eliseu Padilha, a situação lamentável por que o Brasil passa hoje não começou ano passado, como V. Exª fez referência; ela vem de doze anos para cá. O Brasil vem sendo desconstruído ao longo desse tempo. Primeiramente, por uma questão ideológica, que fez com que as agências reguladoras fossem reduzidas a zero no raciocínio míope de que elas estariam assumindo as funções dos Ministérios quando, na realidade, para que haja uma terceirização, concessão ou privatização para o setor privado, ou qualquer que seja o nome dado, é necessário e importante que as agências reguladoras sejam fortalecidas tecnicamente, não por indicações políticas, mas tecnicamente, porque elas são a defesa do consumidor, elas estão lá para fiscalizar e defender o consumidor.

Se no processo de concessões, como resolveu chamar o Governo atual, me parece que, passados dez anos, o Governo entendeu que o Estado não pode ser o Estado máximo, que queira fazer tudo, nem o mínimo, que não queira fazer nada, tem que ser o necessário e agir onde a iniciativa privada não tenha retorno para ter a sua ação, lamentavelmente, perdemos esses dez anos e estamos nessa situação.

V. Exª fez referência aos recursos da Secretaria de Aviação. Como todos os outros recursos, Ministro, todas as agências reguladoras que passam por aqui têm, quando muito, 20% da sua receita – e receita própria, não é receita, como V. Exª bem colocou, que vai para o Tesouro, mas receita própria – liberados pelo Executivo, o que faz com que elas não possam exercer, na totalidade e da forma como deveriam, as suas atividades.

O Governo, Ministro Eliseu Padilha, ao longo desses doze anos, eu não lembro, e V. Exª, com a memória que tem, poderia esclarecer, não tem uma única obra estruturante – estruturante, não falo de Minha Casa Minha Vida –, que tenha iniciado e terminado nesses doze anos e que fosse estruturante para o Brasil. Eu não lembro nenhuma. Se V. Exª lembrar, poderia me avivar.

Aí eu entro na questão da aviação, da sua responsabilidade na Secretária de Aviação Civil. Eu fui Relator da Medida Provisória nº 652, que tratava do Plano Nacional de Desenvolvimento da Aviação Regional.

Ministro, o Congresso – o senhor já foi um excelente Parlamentar – perdeu a sua função de legislar. Nós estamos retomando agora, porque o seu Partido resolveu deixar de ser coadjuvante, passou a ser protagonista, e o Congresso tem agora legislado, respondendo aos anseios da população brasileira. Mas, ao longo desse tempo todo, medidas provisórias são aqui colocadas e é exigida, pela Base do Governo, a sua aprovação, medidas essas que não surtem efeito nenhum. Eu me lembro da medida do trem-bala. Era preciso aprovar a medida

provisória em trinta dias, porque, se não se aprovássemos em trinta dias, o mundo iria cair, o Brasil iria acabar. Está aí o trem-bala. Até hoje, nem como uma foto para colocar na parede ele existe.

Então, voltando para a aviação regional, a MP 652, de que eu fui Relator, que tratava do desenvolvimento da aviação regional, é da maior importância para o Brasil inteiro e, em especial, para a minha região, a Região Amazônica. Lá a aviação regional e a aviação de pequeno porte salvam vidas, porque são o nosso meio de transporte. Nós não temos estradas. Na maioria das áreas da Região Amazônica, os rios que são as nossas estradas. Se fossem transportar os doentes por embarcações, eles perderiam as suas vidas. Então, aviação é o ponto fundamental. E essa medida provisória, Ministro, perdeu a validade, porque, no prazo, ela não foi aprovada.

Da Medida Provisória nº 656, o Senador Romero Jucá era o Relator. Eu fui a ele e pedi que incorporasse em seu parecer o relatório da 652, que estava pronto. E ele, como amazônida, como Senador de Roraima, incorporou na 656 o parecer meu, da 652, integramente. Integralmente. A medida foi aprovada, a Presidente sancionou. A questão do parecer da aviação regional, sancionou com dois vetos, que não diziam respeito à aviação regional. Ela vetou, e foi transformado em lei. E até hoje, Ministro, até hoje, não foi regulamentada.

Naquela altura da medida provisória, eu recebi, em audiência, várias empresas de aviação regional; a principal delas, a Azul. Mas recebi a TAM, a Gol, todas ela interessadas em abrir rotas regionais.

V. Exª na sua palestra colocou aqui um exemplo que, por si só, já chama a atenção: o mapa do Brasil das rotas regionais e o dos Estados Unidos, que parece um borrão. Tantas são as rotas regionais que parece que o mapa dos Estados Unidos está pintado de azul. Diz-se que há 450 mercados servidos no Brasil e 3.000 nos Estados Unidos. Então, é evidente que temos que avançar na aviação regional.

Eu pergunto a V. Exª: o que falta para que o programa decole, no jargão da aviação?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Eu concluo, é o último bloco, Senador Davi Alcolumbre. V. Exª nos honra com a sua chegada ao Senado, mas aqui nós costumamos entrar pela parte da tarde e, às vezes, no início da noite, quando a audiência é importante para que possamos questionar algo. V. Exª deveria estar me ajudando, porque V. Exª é amazônida também.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Eu quero dizer a V. Exª que, com espírito público, já prorroguei o prazo de V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Mas eu peço que o espírito público seja maior e que prorrogue mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Já está prorrogado por mais dois minutos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Nós somos vizinhos e precisamos um do outro.

Outra pergunta: o que falta para que a Presidência regulamente? Se não regulamentar o plano, ele não vai funcionar.

Vamos para os aeroportos regionais. No Governo da Presidenta Dilma, como sempre – há 12 anos –, quando se lança um programa, é como se fosse o anúncio do oscar de Hollywood. É uma pirotecnia que não tem tamanho.

Foi lançado o Programa de Investimentos em Logística: Aeroportos, o PIL. Acho que escolheram o nome errado, porque, se fosse "grito", talvez o programa tivesse sido colocado em prática. Mas, como é "PIL", até hoje não avançou.

Assim, farei uma pergunta a V. Exª. No meu Estado, no Estado do Pará, se não me falha a memória, nós temos 24 aeroportos...

(Soa a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – ... para serem implantados na primeira etapa.

O Dr. Marcelo Guaranys tem sido parceiro, porque, de vez em quando – o último ato foi em Itaituba –, a Anac vai lá e fecha o aeroporto por falta de segurança. Faltava o quê? Faltava um caminhão de combate a incêndio, além de roupas de proteção para que se pudesse combater incêndio.

Na medida provisória, no meu parecer, eu tratei de forma diferenciada a Amazônia, como deve ser tratada em todas as ações governamentais, flexibilizando a favor da Amazônia, inclusive não limitando o número de 50% de assentos – quer dizer, qualquer aeronave de até 120 passageiros pode levar, o que vai nos dar o ATR todo subsidiado e assim por diante –, e flexibilizando também a questão da definição de aeroportos regionais, o que a medida provisória não traria.

Então, eu perguntaria a V. Exª: não é possível haver uma legislação que seja menos exigente, sem perder a segurança, evidentemente, para que pudéssemos homologar pistas na Amazônia? O que ocorre, Ministro, é o seguinte – me engana que eu gosto –: o piloto faz o plano de voo saindo de Belém para um aeroporto ho-

mologado, e nós estamos no avião, faz um plano para um aeroporto homologado, mas pousa em outro, para onde vai realmente o voo que não está homologado. Então, não resolve o problema.

Esta é a pergunta com relação aos 24 aeroportos do Pará: quando, efetivamente, eles serão iniciados? Até hoje não ouvimos o "PIL" lá no Pará.

Por último, Presidente – já falei da questão de Itaituba –, V. Exª tratou de um assunto e fez uma observação que todos nós sabemos: capital estrangeiro na aviação. Eu fiz dois projetos, Presidente, um deles abrindo o capital estrangeiro na área hospitalar, de saúde. Sabe por quanto tempo andou aqui o projeto? Faz uns cinco ou seis anos, mas não andou um passo – não andou um passo. Aí a Presidenta Dilma mandou uma medida provisória e incluiu o meu projeto nessa medida provisória, fazendo o que é lógico: abriu a área da saúde para o capital estrangeiro.

Há outro ponto que foi o único item que o Senador Romero Jucá não atendeu do meu relatório, e eu fiz um projeto exatamente na linha do seu raciocínio, abrindo o capital estrangeiro para as companhias de aviação. V. Exª disse: "Mas a TAM, ela é nacional". Todos os brasileiros sabem que a TAM foi comprada pela LAN. Todo mundo sabe, mas a gente faz de conta que não sabe. O contrato é de gaveta. É como a Gol. A Delta tem participação na Gol. Por que ficar escondendo isso e não realmente permitir que venha o capital estrangeiro para que nós possamos ter uma aviação fortalecida?

Quanto à pergunta do Senador Paulo Bauer, que tratou do que chamo de céu aberto, eu tenho algumas restrições, porque, se fizéssemos céu aberto, e teremos mesmo que ter a reciprocidade nos outros países, acabaríamos com as empresas nacionais.

Eram essas as questões, Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Pois não, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Eu acho que o Ministro levar um tempo significativo para responder é fundamental, porque mostra o quanto ele está nos prezando. Mas não podemos, entre nós, usar 15 minutos, deixar que um parlamentar use 15, 20 minutos, Sr. Presidente. Eu lamento muito.

Aproveito essa questão de ordem para cumprimentar o Ministro. Queria fazer uma intervenção para lhe agradecer pelo que tem feito pelo nosso Estado. O Ministro acaba de ser o protagonista de uma grande solução para um problema de um Município, onde mais de 700 famílias seriam despejadas, e, com muita coragem, ele disse: 'Não, a secretaria pega o aeroporto da aeronáutica e vamos resolver o problema". E está caminhando, Ministro. Já houve a primeira audiência na Justiça.

Agora, eu me sinto limitada em fazer outras perguntas.

Eu estou perdendo outra reunião para estar aqui, Senador Flexa, e isso não é bom. Não é bom com os colegas.

Então, eu agradeço e espero que não aconteça nas próximas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – A Presidência entende as ponderações de V. Exª. E para a gente tentar cumprir, novamente eu faço o apelo.

Agora, o próximo orador, Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Obrigado, Presidente Davi Alcolumbre. Cumprimento o nosso Senador Presidente, Garibaldi Alves; cumprimento o Presidente da Anac, o Marcelo; da Aviação Civil, o Guilherme; e o nosso Ministro Eliseu Padilha.

Ministro, eu sou empresário e tenho uma participação na política, fui Secretário de Estado. Quando vejo todo esse desenvolvimento no País, eu fico triste, porque eu sei que isso não vai acontecer. Eu fui Secretário de Estado. E eu acho que V. Exª, pela trajetória, deveria rever esses conceitos e criar uma linha, talvez uma espinha dorsal do que pode ter acontecido. Com esse tanto de informação em todos os Estados sobre a aviação regional, a gente tem certeza de que isso não vai sair do papel. Por quê? São muitos lugares. E eu não confio.

Do meu Estado de Goiás, nós estamos falando, mas não temos aeroporto nem na capital. Nós vamos falar que nós temos dez aeroportos na classificação para ter aviação regional, mas, não estou contra o meu Estado, na condição de empresário, viabilidade econômica não há. O Governo vai comprar acentos? No Brasil afora, nós vamos comprar acentos das companhias? Esse é o programa?

Então, é o seguinte: eu acho que há outras prioridades, Ministro. Eu acho que o Governo não se comunica entre os Ministérios. Hoje falta dinheiro para o Fies, falta dinheiro para a "Minha Casa, Minha Dilma". Falta. Na verdade, não estão pagando. As empresas estão quebrando.

Quanto à aviação regional, eu vejo o subsídio. Eu acredito hoje que talvez V. Exª pudesse fazer um acordo com os Estados. E há a questão do ICMS, porque hoje o combustível é o maior gasto da aviação. A aviação civil

está proibida de voar no País, não tem condição de voar. Hoje, de repente, para um avião que possa ir para um país vizinho é mais barato do que sair de Goiás e ir para o Rio de Janeiro. O combustível lá custa um terço, nos Estados Unidos, um quarto do nosso.

Então, eu acredito o seguinte, quanto à privatização, à concessão, como foi feita, a gente nota quando passa nesses aeroportos... Por que o Governo, como falou o Senador Flexa Ribeiro, não fortalece as agências reguladoras? O Governo tem que sair desses lugares para os quais ele não tem competência. Acho que ele já fez a parte dele para chegar até aqui. Eu acho que todos os aeroportos brasileiros das capitais têm viabilidade para ter concessão. Na minha cidade mesmo, Goiânia, nós estamos, há dez anos, há dez anos tentando fazer um aeroporto, que, quando ficar pronto, já vai estar defasado.

Então, acredito que, se abrirem as oportunidades, todos os aeroportos têm condição de ser privatizados. Acho que a Infraero, como tem resultado financeiro em alguns dos aeroportos, deveria ficar com alguns lugares, mas a maioria pode ser privatizada ou haver a concessão. Para essas concessões, vamos dizer, o subsídio não vai ser sustentável. Pelas palavras que ouvi de V. Exª de que não gostaria de ter uma decepção lá na frente, que faça uma reflexão e, de repente, reduza um pouco esse otimismo, porque não vai dar para ser feito.

Então, fica aqui o meu conselho, para que possam – o Governo – conversar entre eles. Se acontecer isso na aviação civil, teremos que pegar o senhor e levar para todos os outros Ministérios, porque, dos outros Ministros que passam aqui, é triste a conversa deles. Começam muitas obras em muitos Estados e não terminam nenhuma.

O que vejo hoje? Não estamos em processo eleitoral mais. Então, não precisam mentir para os Estados que vão botar o aeroporto tal e tal para funcionar, porque a gente sabe que não funciona.

Essa é a minha colocação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Agradeço as ponderações do Senador Wilder e, reiterando novamente o apelo desta Presidência, passo imediatamente a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente Davi Alcolumbre, Presidente Garibaldi, Ministro, Secretário-Executivo da Secretaria de Aviação Civil e nosso Presidente da Anac.

Ministro, cumprimento V. Exª. E me permita, vou ser em parte redundante no que já foi colocado aqui anteriormente pelos colegas. Creio, Ministro Eliseu Padilha, que, no vasto currículo de V. Exª como homem público e na prestação de serviço que V. Exª tem como homem público, reitero, que não é pequena, é uma das mais longas no Brasil e por onde passou V. Exª tem tido sucesso na atuação, principalmente no Executivo, creio que V. Exª está com um enorme desafio à frente da Secretaria de Aviação Civil. Ao mesmo tempo do enorme desafio, tem a oferta de uma grande oportunidade, que é o plano nacional de aviação regional, que, como já foi dito aqui, anteriormente, pelos Senadores, foi aprovado ano passado. Só que o enorme desafio de V. Exª coincide com a enorme oportunidade diante da circunstância atual, que é a restrição orçamentária que estamos vendo no Brasil.

O plano nacional de aviação regional, Ministro, pelo que conheço, pelo que vi, o que o Congresso aprovou, é o passo fundamental para fazermos adaptação desse mapa que V. Exª apresentou ainda há pouco, e o Senador Flexa falou, desse mapa do Brasil, convertendo-o em um mapa parecido com o da aviação nos Estados Unidos, onde ocorre, principal e especialmente, um programa, inclusive com incentivos do Estado à aviação regional.

Por isso, ao mesmo tempo que iniciei o ano com uma enorme empolgação e animação para a implementação do Plano Nacional da Aviação Regional, fico preocupado com as restrições orçamentárias que estamos vivendo hoje, veja, em especial, na nossa Região. Com exceção do Senador Wilder, os Senadores que estão aqui têm relação direta ou indireta com a Região Amazônica. V. Exª sabe muito bem que a Região Amazônica tem duas formas de comunicação, de acesso: o barco, através da via fluvial, que é um modal totalmente incipiente, que não tem perspectivas, e os céus, que são as nossas verdadeiras ruas. A minha capital, Macapá, só se chega lá ou por barco, pela via fluvial, ou pela via aérea. Fora isso, a nossa ligação terrestre, que ainda não foi inaugurada pelo Governo brasileiro, é através da Guiana Francesa. Então, veja V. Exª, a minha capital, o meu Estado tem na pasta de V. Exª o único caminho, a única alternativa de comunicação com o restante do Brasil.

Para uma região como essa, para um Estado como o Amapá, a aviação, Ministro, Senador Garibaldi, Presidente da Comissão de Infraestrutura, não é um luxo, não é uma prerrogativa, é uma necessidade básica, é um bem de uso.

Nós tivemos uma ampliação de voos para o Amapá recentemente, é verdade, mas ainda incipiente para a necessidade. Nós precisamos fazer aquela paródia, como dizia o velho Ulysses Guimarães: assim como o vigia espera a aurora, nós do Amapá esperamos que o plano da aviação regional seja implementado.

Eu fiz contato ainda há pouco com o dirigente da Azul Linhas Aéreas. A Azul anunciou um voo de Macapá para Caiena, Redenção para nós. É a ligação lógica do Amapá, já que o nosso aeroporto, o Aeroporto Inter-

nacional Alberto Alcolumbre, é internacional principalmente por essa tradicional vinculação que temos com a Guiana Francesa. Entretanto, as informações que me chegam agora da parte das empresas são de que este voo que foi anunciado para – já há um pedido de autorização, Dr. Marcelo, na Anac – agosto está sob ameaça, em decorrência da não implementação do plano de aviação regional.

Daqui a pouco chegam os meses de julho e de janeiro, quando todo mundo vai querer sair de lá, vai querer sair de avião, e não vai ter avião para sair. Então tudo está ameaçado pela não implementação do plano nacional de aviação regional.

Então, Ministro, esse é o primeiro apelo que faço. E conte conosco, comigo, com o Senador Davi Alcolumbre, com os Senadores da Amazônia, afaste as mãos de tesoura do Ministro Levy dos cortes no plano nacional da aviação regional. Porque veja, nós ansiávamos por esse programa. Esse programa demorou para chegar. Quando é implementado o plano, querem cortar os investimentos de meio milhão de reais, que me parece que é o orçamento total do plano. Então, conte conosco. É necessário e fundamental. E mesmo que haja cortes, peço a V. Exª para ver essa necessidade e essa particularidade da nossa região e o drama que vivem 12 milhões de pessoas da Amazônia. Não só pela nossa região, pelo Brasil, as mãos do Ministro Levy têm que ser afastadas ou diminuído o impacto delas no plano da aviação regional.

A outra questão, Senador Davi, e já falo para concluir, o Senador Davi já apresentou aqui, é sobre o aeroporto internacional de Macapá. V. Exª já respondeu, mas quero reiterar. Surgiram aqui várias histórias dos dramas que vivem os aeroportos no País, de Vitória, de Florianópolis, enfim. Agora, pode ter alguma tão bisonha quanto a do nosso aeroporto de Macapá, mas não existe. São dez anos, uma década paralisada, primeiro, pelo Tribunal de Contas da União. Depois, quando o Tribunal de Contas libera, não tem a prioridade de investimentos. Agora, quando V. Exª, que eu sei, está com boa vontade de fazer, já há até a licitação, vêm mais uma vez as contingências orçamentárias, o que coloca um elefante branco, quando todos os cidadãos chegam em Macapá, na obra do aeroporto internacional de Macapá, que V. Exª sabe que é necessário e urgente que seja concluída para o nosso Estado e para a integração da Região Amazônica.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – O último Senador inscrito é o Senador João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente, Ministro Eliseu Padilha, esse programa enche os olhos de todos nós. Eu gostaria de ser mais extenso, mas o senhor pertence a esta Casa, Ministro, e sabe o quanto é difícil nós equacionarmos o nosso tempo. A Casa estava cheia e já está vazia, porque os Senadores tiveram que ir cumprir os seus outros compromissos.

Eu estive, no passado, na Agência Nacional de Aviação Civil, falando sobre o problema do Maranhão. Naquele momento, inclusive, foi destacada uma importância para o aeroporto da minha cidade natal, Bacabal. Quando prefeito, em 1990, eu construí o aeroporto, e um bom aeroporto, o Aeroporto Regional Presidente Sarney.

Eu vejo agora um programa muito grande e, no meu entender, difícil de ser cumprido, como V. Exªs também devem perceber. Nós deveríamos ter metas. Este ano, no Maranhão, nós vamos colocar em funcionamento dois aeroportos, três no Amazonas e dois no Pará para que, realmente, essas metas fossem cumpridas, porque o dinheiro apresentado, no meu entender, é muito pouco para um programa tão bonito e tão vasto.

Eu queria só fazer um apelo a V. Exª. Eu vi aqui: onze aeroportos no Maranhão. Eu nasci em Bacabal, sou bacabalense, fui prefeito e continuo a trabalhar na cidade, pois é lá que começa a minha Nação. Eu gostaria que fosse bem visto este pedaço de chão que tem 107 mil habitantes. É o sexto Município mais povoado do Estado. E que, futuramente, dialogássemos a esse respeito.

Era só, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Como nós tínhamos combinado blocos de cinco, a Senadora Lídice deixou uma pergunta para fazer para o Ministro. Antes de fazer a pergunta da Senadora Lídice, indago se a Senadora Simone...

Pois não.

Então, Ministro, fizeram perguntas: Senador Flexa, Senador Wilder, Senador Randolfe, Senador João Alberto e há uma pergunta da Senadora Lídice, que teve que se ausentar.

A Senadora pergunta: "Ministro, infelizmente tive de sair e gostaria, no entanto, de fazer uma pergunta: quais as providências que estão sendo tomadas para garantir a construção da segunda pista do Aeroporto Internacional de Salvador?" Segunda: "A concessão para esse aeroporto incluirá a construção da segunda pista?" E a terceira, que é conexa às três perguntas: "Hoje o aeroporto de Salvador, a cidade e o Estado da Bahia estão sendo duramente prejudicados pela morosidade das obras construídas pela Infraero. Esta situação ameaça o papel do *hub* do Nordeste, que o aeroporto internacional de Salvador tem há muitos anos."

Então, eu fiz a leitura da pergunta da Senadora Lídice e passo a palavra a V. Exª, Ministro.

O SR. ELISEU PADILHA – Se me permitirem, eu vou pedir para que o nosso Presidente da Anac comece respondendo à pergunta do Senador, pois eu vou passar mais uma vez no banheiro, porque, em razão da idade e do sistema nervoso, normalmente, quando eu fico nervoso, eu acabo tendo um fluxo de micção um pouco maior. Então, vou pedir permissão e vou ao banheiro.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Presidente da Anac.

O SR. MARCELO GUARANYS – Obrigado, Presidente.

Senador Flexa, já havia tocado nesse assunto na pergunta do Senador Blairo Maggi. V. Exª perguntou, falando sobre o aeroporto de Itaituba, como é a regulação de forma diferenciada, que o Senhor mesmo havia inserido na votação da MP. V. Exª conhece bem como é que a gente funciona. Nós estamos aqui para zelar pela segurança das operações, para garantir a segurança da aviação civil para todo mundo e a nossa intenção é a de que, sempre que nós dissermos que um aeroporto é público, que ele está aberto ao público, ou seja, pode ser utilizado por qualquer um que não conhece aquele aeroporto – uma aeronave que está vindo do Sul e vai pousar em qualquer aeroporto que está no Norte tem que saber que as condições são adequadas, que operam em segurança e de acordo com os nossos regulamentos, que são baseados em padrões internacionais, ainda que não diretamente implementados com padrões internacionais.

Justamente por causa da necessidade social, que nós percebemos em determinados aeroportos, a exemplo da Amazônia Legal, onde, como o Senador Randolfe colocou bem, existem determinadas localizações a que você só chega por transporte aéreo, então, temos uma dicotomia política entre garantir total segurança nos níveis que exigimos para todos os aeroportos ou garantir o transporte da população, que, às vezes, é muito mais inseguro por um outro meio. Esse tipo de avaliação nós entendemos que não competia somente a nós, à agência, que é responsável por garantir a segurança da aviação civil. Por isso mesmo que veio a iniciativa Legislativa. Como ela já foi implementada, nós já estamos trabalhando para revisar os nossos regulamentos para ver como podemos exigir o cumprimento de requisitos desses aeroportos menores, operando em segurança, mas com algo mais flexível, tendo em vista a característica social. Já está sendo desenvolvido dentro da agência.

A nossa intenção é passar para a certificação desse aeroporto, trabalhar com o conceito de ser seguro, principalmente na capacidade daquele operador de garantir e se responsabilizar por ele. O que temos hoje em muitos aeroportos é que não conseguimos identificar nem quem é o responsável por ele, quem é o operador que está sendo responsável por aquele aeroporto, isso é muito importante, saber da responsabilização pela operação, pela garantia dos requisitos, ainda que mínimos, de segurança, sempre garantindo a segurança para a população. Já estamos trabalhando nisso, já temos regulamentos que foram colocados em audiência pública, pretendemos, logo que estabelecermos o quórum da agência novamente, colocar esse assunto em votação.

Fui um pouco mais rápido do que a pausa técnica do Ministro.

Tinha alguma outra coisa para agência que eu possa antecipar?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Aproveito esse intervalo da saída estratégica, da escala...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente Davi, o senhor me permite, enquanto o Ministro não vem, aproveitar o Dr. Marcelo e perguntar sobre o pedido das linhas aéreas para o voo Macapá-Caiena?

O SR. MARCELO GUARANYS – Não tenho informação aqui, Senador, mas posso fazer o levantamento e passar para o senhor. Na verdade, para aviação regional, porque estou entendendo que um voo entre Macapá-Caiena não teria impacto no plano de aviação regional, talvez dar viabilidade a outros voos para ligar Caiena a Macapá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Segundo as informações que obtivemos com a empresa, esse pedido já está protocolizado junto à Anac.

O SR. MARCELO GUARANYS – Vou verificar. Geralmente é um pedido muito simples. Tendo frequência disponível – e provavelmente tem –, o aeroporto tendo condições de operar a aeronave que vai receber, não há problema. Levanto aqui...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Aproveito e pergunto ainda a V. Sª o que tem de pedidos de voos novos para a Amazônia, em especial para Macapá.

O SR. MARCELO GUARANYS – Pedidos de voos novos para...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Solicitações de...

O SR. MARCELO GUARANYS – Isso nós temos todos os dias. Como acontecem os voos? Muito diferente de linhas rodoviárias, onde você tem uma regulação mais pesada, tem que haver licitação para novas linhas, a aviação civil é totalmente livre, Senador. Então, qualquer empresa que quiser pedir o voo pode pedir. Não há restrição nem limitação de voo, a não ser limitação de infraestrutura. Por exemplo, o aeroporto de Congonhas é um aeroporto muito utilizado, tem 30 lotes por hora, 33 hoje em dia, e não podemos permitir mais voos do

que essa capacidade. Então, o que verificamos é se está dentro da capacidade daquele aeroporto. Estando dentro da capacidade, o voo é livre. Farei um levantamento do que temos de pedidos lá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Agradeço a V. Sª.

O SR. MARCELO GUARANYS – De nada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Antes de passarmos a palavra para o Ministro, gostaria de fazer o registro da presença nesta Comissão do Prefeito da capital do nosso Estado, capital do Amapá, Prefeito de Macapá, Clésio Luís. Muito nos honra com a visita S. Exª, prestigiando esse momento. Também é um grande entusiasta. A prefeitura municipal de Macapá, através de V. Exª, fez a sua parte no diz respeito à cessão da área para a Infraero, para o departamento de Aviação Civil, para o Comando de Defesa da Amazônia do Norte, quando da participação desse entendimento construído com a AGU para que pudesse ceder o Município uma determinada área, para que o projeto do aeroporto também fosse viável. Quero registrar a presença de V. Exª e agradecer.

Ministro, por gentileza.

O SR. ELISEU PADILHA – Vamos iniciar com as perguntas de S. Exª o Senador Wilder Morais.

O Senador Flexa Ribeiro pediu para ser o último, porque ele foi para uma audiência e volta aqui. Eu disse a ele que o queria presente, porque a manifestação dele foi tão veemente que merece uma resposta com presença. Não vou respondê-lo se ele não estiver presente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Inclusive, ele foi responsável, Ministro, por esta Comissão ter sido chamada atenção pela Senadora Vanessa, que saiu antes de fazer o seu questionamento.

O SR. ELISEU PADILHA – Senador Wilder, tenho uma trajetória pessoal parecida com a sua: empresário, depois de empresário consolidado, fui fazer política, primeiro, para não me preocupar com a questão de financiamento de campanha. Só fui ser político quando eu não tinha esse problema. Quer dizer, o problema é meu, não dependo de ninguém, logo, não preciso vender. Posso falar "sim" e "não" como eu quiser. Portanto, quero aqui elogiar a sua posição em razão disso.

Apenas eu quero pedir permissão a V. Exª para que, com relação a mim, não use a expressão que usou: "não venha mentir para os brasileiros". V. Exª a usou. Penso que não tenha se referido a mim. Falou do Governo, mas, como eu pertenço ao Governo, eu peço, porque eu jamais eu virei aqui dizer alguma coisa em que eu não tenha fundamento. Se eu não tiver fundamento, não falo.

Eu sou um otimista, entende? Faço vida pública por otimismo. Eu acredito no Brasil, eu acredito nas nossas condições e nas nossas possibilidades. Temos grandes deficiências. E mais. Eu sou daqueles que – eu estudei ciência política –, eu sou daqueles que entendem que a oposição tem um papel importantíssimo a cumprir, que é exatamente contestar, mostrar alternativas.

V. Exª teve o cuidado de apontar caminhos também. Criticou com veemência, mostrou, mas apontou caminhos.

Quero dizer isso ao Senador Flexa Ribeiro, porque ele foi mais profundo, e eu quero, com ele, tecer considerações um pouco maiores.

Eu sou daqueles que entendem que a oposição ajuda a governar. A oposição não destrói governo. A oposição tem que ir ao limite que beire a institucionalidade. Ali ela para, porque, até ali, ela contribui, mostra defeito, critica. A democracia só sobrevive por isso. Se nós não tivermos quem avalize, quem avalie, quem contradite as posições de governo, o Governo será estanque e será senhor da verdade.

O Governo precisa ter, permanentemente, posições como a sua, chamando à reflexão. Afinal, é otimismo ou é realismo? Foi essa a sua pergunta. Com relação a mim, sinceramente, é otimismo, porém, baseado em dados, nos números que estão aí. Minhas afirmações estão suportadas nos números do FNAC, que não pode ser utilizado para outra finalidade a não ser aviação civil.

Então, a minha convicção é de que a sensibilidade política do Governo como um todo, e em especial da Presidente da República, vai fazer com que o nosso programa não sofra solução de continuidade. Ele é fundamental para o Brasil.

Aquele mapa que eu mostrei do Brasil e dos Estados Unidos mostra o quanto nós estamos defasados, qual é o potencial que nós temos, quanto nós estamos deixando de atender as regiões bem faladas aqui pelo Senador Randolfe, para que são 20 minutos de avião ou 20 dias de barco. Evidentemente que isso é injusto com os brasileiros.

Eu estou vocacionado a isso. Eu fui prefeito, secretário de Estado, ministro de Estado, deputado. Eu já tenho biografia, poderia estar cuidando já de outras coisas. Mas, com convicção, eu faço isso porque penso que o Brasil tem, sim, todas as possibilidades ainda de fazer o que está fazendo. E precisa da oposição também,

sim, senhor. Precisa de quem chame a atenção, precisa de quem sinalize: "Olha, isso aqui foi dito que é assim, e não foi, não está acontecendo. Como é que é?".

Então, primeiro, quero dizer que recebi... Especialmente com relação a mim, me perdoe, mas, se eu tenho uma coisa que caracterizou a minha vida pública, deixa eu lhe contar só essa, porque essa é definitiva. Eu, candidato a prefeito, era advogado e o maior empresário da cidade. Já tinha me convertido a empresário, trabalhei muito, era empresário e advogado. Candidato a prefeito. Aos 42 anos de idade, eu fui prefeito. Cheguei caminhando na cidade, uma cidade pequena, de 35 mil habitantes. Fui numa cancha de bocha, no Rio Grande do Sul tem muito isso, cancha de bocha, onde se joga bocha, e, em uma cancha de bocha, um sujeito disse:

– Posso lhe dizer uma coisa?
– Diga – eu estou ali tentando conquistar votos.
– Diga lá, venha lá.
– Quero lhe dizer que o senhor não vai ser eleito.
– Eu não vou ser eleito, por quê?
– Não, o senhor não vai ser eleito porque o senhor tem um defeito muito grande.
– Defeito muito grande? – pronto, o cara vai dizer que eu sou advogado, vai dizer que eu sou empresário, vai dizer que eu sou...
– Não, o senhor fala a verdade. Quem quer se eleger tem que trabalhar com o imaginário, com o sonho.

O cara, pinguço, cheio de trago, veio me dizer que eu não ia me eleger.
E eu disse para ele:

– Eu vou me eleger porque eu vou falar a verdade.

Desde aquele dia até hoje, eu não mudei. Eu falo aquilo que é. Se eu não puder sustentar, pego o boné e vou embora. Eu não fico, sinceramente, eu não fico onde eu não puder cumprir aquilo que me está sendo exigido.

Então, peço a V. Exª que me perdoe a sinceridade, e até a intimidade, de lhe fazer essas confissões. Mas é uma questão de foro íntimo que, quando estamos chegando em cima dos 70 anos, é algo que nos dói um pouco...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Ministro, primeiro, eu não falei me dirigindo a V. Exª, até porque eu nunca uso o CPF ou a Identidade. Eu falei do Governo, porque isso foi feito em meu Estado. Imaginem o nosso Senador Randolfe. Nós estamos aqui, do lado da Capital e estamos há dez anos... Primeiro, foi o TCU. Quantas vezes nós inauguramos esse aeroporto nesses últimos tempos?

Então, eu fui Secretário de Estado e, logo que foi montada a Secretaria, vim discutir aqui a questão da aviação regional. Eu chegava e dizia que não era contra o meu Estado, mas não precisava colocar dez aeroportos, porque não temos condição, não há viabilidade. Portanto, quando eu digo isso e quando dei a sugestão de até reduzir um pouco e ter metas, é porque isso fica mais próximo da realidade. É muito triste para nós, políticos, chegarmos ao nosso Estado, quando se dá a notícia de que haverá dez aeroportos funcionando em nosso Estado, e isso depois não acontecer.

Como empresário – e quero parabenizá-lo por sua trajetória –, só acho que o Governo deveria ter uma meta, fazer um programa de quatro ou 20 anos, e dizer: "Nos próximos anos, vai acontecer nesse e nesse Estado..."

Vejamos o Estado de Goiás, que está ao lado de Brasília, a 100 quilômetros, e temos a opção de voos, o que diferente do que acontece no Amazonas. Então, eu acho que o Governo tem que fazer um plano regional de acordo com as prioridades do Brasil e, principalmente, com o que vai fazer alavancar o Brasil.

O SR. ELISEU PADILHA – Uma boa notícia agora para o senhor: dia 6 de abril estive em Goiânia e dei ordem de serviço para a construção do pátio e das pistas de *taxiway*. Um excepcional terminal pronto, só que não tinha ligação com a pista. Nós precisamos do pátio de estacionamento das aeronaves, colocação ainda de alguns *fingers* e as *taxiway*, as pistas para taxiar.

Começamos no dia 6 de abril, com data marcada para terminar: 15 de novembro. O terminal de passageiros está praticamente pronto. V. Exª o conhece, é bonito, majestoso até, condiz com Goiânia. Mas não tínhamos pista nem pátio de estacionamento. Com um terminal pronto, novo, operávamos no antigo, profundamente acanhado.

Então, essa solução deve acontecer até o dia 15 de novembro. A obra começou no dia 6 de abril com cronograma fixado pela Presidente lá em Goiânia. "Estamos dando a ordem de serviço hoje – era dia 6 – e vamos inaugurar no dia 15". E estamos trabalhando com esse cronograma de forma dura.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Ministro, eu, na época de Secretário encaminhei, na época da Infraero, um projeto para prolongar a pista, passando pela BR; é uma área de Embrapa.

Eu acho que o aeroporto de Goiânia é o segundo aeroporto de Brasília. Então, é muito importante – na época, a Emater fazia a concessão da área, que hoje está desocupada – nós estudarmos isso, porque é muito importante para Brasília e muito importante para o Estado de Goiás.

E hoje ainda não há residências, a área ainda está livre e desembaraçada. Eu acho que, no mínimo, poderíamos ir lá e negociar essa área, mesmo que a obra não seja feita agora, mas já garantiríamos isso para o futuro.

E uma segunda indagação, que eu não coloquei: o aeroporto de Goiânia vai ser internacional? Terá operações de voos internacionais?

O SR. ELISEU PADILHA – Veja, nós vimos aqui o que é necessário para operação de voos internacionais. Em princípio, sim, mas, veja lá, isso não depende apenas da SAC. AÍ vem o Ministério da Saúde com a ANS; o Ministério da Fazenda com o processo da Receita Federal; o Ministério da Justiça com a Polícia Federal; o Mapa com as... Entende?

Nós temos que sim, pela expressão e o tamanho de Goiânia. Sim, mas não será coisa instantânea, imediata. A demanda é que vai determinar que isso aconteça. No dia em que formos inaugurar, em 15 de novembro, não será aeroporto internacional. E por quê? Porque não teremos toda essa outra infraestrutura já instalada.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Pelo menos a aviação civil poderia operar?

O SR. ELISEU PADILHA – Sim...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Mas hoje não opera. Então, quando você precisa sair do País tem de vir a Brasília...

O SR. ELISEU PADILHA – Você tem de vir a Brasília para sair com *slot* daqui.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Exatamente.

O SR. ELISEU PADILHA – É uma questão que, depois, talvez a Agência pudesse responder melhor do que eu. Por quê? Porque nós temos o desembaraço, propriamente dito, não só, teoricamente, aspas, "da aeronave e do que vai na aeronave". E só onde há a Receita Federal instalada é que acontece isso.

O SR. MARCELO GUARANYS – Só para complementar.

E precisa também da estrutura da Receita e da Polícia Federal, então há uma articulação com outros órgãos. Mesmo sendo aviação executiva, pode não ter o mesmo tipo de estrutura que tem a aviação comercial, mas também precisa de uma estrutura dos órgãos, para a nacionalização da aeronave.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Ministro, não quer dizer que isso tenha um volume tão grande, mas a gente chega a outros países... Vamos dizer, eu tenho negócios, tenho empresa na Colômbia, no Panamá. Quando você chega, você é recebido pelos hangares, então seus voos são programados. Isso é tão simples. A Receita Federal está em Goiás, a Polícia Federal está em Goiás, então isso é uma questão de um acordo.

Eu acho que isso facilita muito a vida das pessoas que usam. O Estado de Goiás tem um volume muito grande de aeronaves, inclusive aeronaves para voos internacionais. Eu acho que isso fica e é uma solução simples, que poderia ser feita com antecedência.

Nos voos internacionais, ninguém decide sair a qualquer hora. Normalmente, há um dia ou dois dias em que se possa preparar. Eu acho que é uma solução que possa ser dada, vamos dizer, não definitiva, mas que pode ajudar muito.

O SR. ELISEU PADILHA – Entendi.

Eu acho que nós temos que fazer uma mobilização local, Senador, lá em Goiás, o Governo do Estado, para que haja uma articulação política para nós deslocarmos um contingente do Ministério da Saúde, essa infraestrutura necessária para a internalização.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Nós tivemos um problema agora. Não sei se o senhor ficou sabendo. Teve que descer um voo internacional e deu uma confusão enorme.

O SR. ELISEU PADILHA – Porque não tinha...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Imagine prender todo mundo dentro do avião, porque não tinha como descer as pessoas lá.

Então, eu acho que, pela distância e até por uma questão de segurança, a gente ter um aeroporto que possa fazer uma mudança de última hora seria interessante, porque Goiânia está tão próxima de Brasília.

O SR. ELISEU PADILHA – O caminho é esse que nós acabamos falando aqui. É possível, sim. Penso que apenas temos que fazer uma articulação, porque vai deslocar funcionários, tem que dotar gente, é toda uma mecânica.

Quanto à meta, permitam-me, eu não sou de entrar em canoa furada. Eu vi os números do FNAC lá atrás, quando fui assumir a condição de Ministro. Vi a arrecadação, vi qual era o projeto, quanto é, e é possível, sim, os 270 nos sete anos. Desses 270 – e aqui venha talvez o fato que eu não tinha revelado antes, e isso possa dar mais elementos para que possa ser admitido o que se fala –, 194 são ou foram operados nos últimos dez anos. Não é tudo novo, não. Nós temos 194 que operavam e que estão operando hoje, que têm aviação nor-

malmente acontecendo com eles. Nós vamos ter que adaptar a casa de bombeiros, vamos ter que colocar uma estação para navegação aérea, vamos ter que, quem sabe, fazer um terminal de passageiros. Mas, enfim, com esses recursos que estão previstos, R$7,3 bilhões, perfeitamente se faz isso. E R$7,3 bilhões é a arrecadação de um ano e meio do FNAC.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Ministro, eu fiz isso em Goiás. Só que nós fizemos um planejamento de quatro anos. A sugestão é que se crie uma meta, até para os Estados não ficarem esperando. Eu queria que o meu fosse o primeiro. Mas se a prioridade não for ele, eu entendo, e que a gente possa divulgar isso para a população.

Só para ilustrar, como o senhor nos deu liberdade, eu fui secretário de Estado, e nós tínhamos 6 mil quilômetros de rodovia para serem refeitos. "Governador, qual é o critério?" "O critério nosso é econômico". Nós fizemos o planejamento, e hoje eu posso dizer que o nosso Estado tem a melhor malha viária, rodoviária, dentro do Estado.

Sofremos muito politicamente no primeiro ano e no segundo ano. Por quê? Para os Deputados, todos eram prioridade. Mas nós fizemos isso com o quê? Com as entidades de classe, seguro com todas elas, e criamos uma prioridade. Então, nessa meta, que é otimista, também pode acontecer. Você falou muito bem: como há um fundo, você tem uma arrecadação, então você tem receita. Se isso acontece, o que precisa ser feito? Não comece tudo de uma vez. Hoje a gente faz isso em tudo quanto é lugar, então não termina nada.

Eu acho que seria importante que tivesse uma meta: no ano de 2015, são esses e esses Estados. O de Goiás é o último ano. Está bom, mas eu sei o que vai ser feito, porque existe uma meta. Agora, se tudo começar ao mesmo tempo, não vai acontecer. Então, essa foi a minha preocupação de ver isso tudo, que é muito bonito.

O SR. ELISEU PADILHA – V. Exª tem razão; nós temos que começar em algum lugar, porque, se ele é subsidiado, esse subsídio, eu não posso ter um aeroporto isolado num Estado, apenas ele, porque ele tem que pertencer a uma determinada rede de aeroportos, para viabilizar a companhia também.

Então, quais são os fatores determinantes da prioridade? Um: é o licenciamento ambiental pronto, porque com isso, em tese, pode ir para licitação. Dois: estar em regiões estrategicamente prioritárias. Neste caso, o que a Presidenta já decidiu é que nós vamos começar na Amazônia Legal. Todos os Estados da Amazônia Legal estarão incluídos na primeira leva. Isso não significa dizer que não teremos mais do que uma neste ano; nós vamos depender da licença ambiental, porque a licença ambiental é fator determinante.

Eu falei para o Senador Bezerra, Caruaru foi o primeiro do Brasil, já está determinada a licitação. Na hora em que tiver a licitação, vai começar a obra em Caruaru. Para nós termos concluída a obra, mas isoladamente, em Pernambuco, poderá determinar uma malha? Talvez não, talvez tenha que colocar mais um. É exatamente a sua percepção. Mas, então, nós vamos ter duas variáveis: a primeira delas, uma definição regional, que, no caso, a Amazônia legal foi a definição; a segunda é nós termos o licenciamento ambiental. São os dois fatores determinantes.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – As pequenas empresas de táxi aéreo, qual é o tratamento nesse programa? Porque elas poderiam alimentar muito bem essas linhas regionais. Existe algum incentivo também programado para essas empresas de pequenos táxis aéreos?

O SR. ELISEU PADILHA – Veja, a lei não abre a distinção entre as empresas tradicionais e as empresas de táxi aéreo. Devo dizer que as empresas de táxi aéreo já postularam formalmente que querem também integrar o programa. Então, há uma postulação ao Governo. Em princípio, são as companhias de voos regulares apenas, são aquelas que farão voos regulares que terão subsídio, mas há uma postulação das companhias de táxi aéreo, e com argumentos que são muito consideráveis, porque, em algumas regiões, não vai haver a companhia, e a de táxi aéreo se dispõe a fazer. Então, nós temos que fazer um estudo específico para isso, porque o programa, em princípio, foi concebido para as companhias que farão voos regulares. A companhia de táxi aéreo não faz voo regular; ela vai acabar obedecendo a determinadas demandas.

Veja o que diz o Dr. Marcelo: "Olha, na previsão que nós temos é que, se a empresa de táxi aéreo fizer com regularidade a linha, poderá também entrar no programa." O que vai determinar é a regularidade, porque nós temos que fidelizar o passageiro, ele vai se acostumar a viajar, ele sabe que tem voo naquele dia, naquele horário, e, com isso, aumenta o contingente de pessoas que vão viajar. Isso facilita para a companhia de aviação, alimenta o sistema como um todo. Se a gente tem voo, como o táxi aéreo, que seja circunstancial, aí não tem a segurança por parte do passageiro.

Bem, se o senhor me permitir, eu vou passar adiante. Senador Randolfe Rodrigues, V. Exª aqui repetiu – e quero exatamente registrar o seu empenho, o seu trabalho –, o que já fez no meu gabinete por mais de uma vez, foi levar a preocupação com relação, primeiro, ao aeroporto de Macapá, que realmente é algo com que nós não podemos conviver, e será dada a ordem de serviço dele. Falei com o diretor da Infraero; nós vamos dar a ordem de serviço dele assim que tivermos um decreto nosso, vamos dar. A importância é pequena, e o mal

que causa à população é muito grande. Quer dizer, é um custo muito alto para tanto mal. Por quê? Porque o gasto é pequeno. Então, vai ser dada a ordem de serviço lá, sim. Assim que a gente tenha a licitação pronta é só dar a ordem de serviço, vai ser dada a ordem de serviço, sim.

E com relação a...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Agradeço a V. Exª, e, por coincidência, o Prefeito de Macapá está aqui conosco, no plenário.

O SR. ELISEU PADILHA – Que bom! Que bom!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – E leva essa ótima notícia ao povo macapaense.

O SR. ELISEU PADILHA – Que bom! Que bom!

Vai ser a Infraero – eu tive a oportunidade de perguntar aqui antes –; esse vai ser. O valor é relativamente pequeno para o grande, o grande benefício que vai levar à região. Como V. Exª muito bem frisou, lá é daquelas regiões em que ou se leva vinte minutos no avião ou... Portanto, nós temos que ter.

Com relação ao desafio e oportunidade, sim, senhor, eu sou daqueles que pensa que, sempre que há uma crise, há oportunidade também. Eu acho que esse caso é uma oportunidade muito grande para termos um serviço público do Governo com excepcional avaliação. Temos mais de 80% de aprovação da população. Quem diz isso é o usuário, não somos nós. Mais de 150 mil pessoas foram ouvidas e disseram isso. Então, eu acho que sim, temos uma oportunidade, e não podemos perdê-la. Como se perde oportunidade? Não fazendo investimento na hora certa. Aí a gente começa a perder a oportunidade. Esse conceito começa a cair, como foi dito aqui anteriormente, se saio de um aeroporto nota 10 e chego a um aeroporto nota 2. A sensação que eu fico é que onde eu desembarquei é o de nota 2. Quer dizer, vai piorar.

Temos isso presente, sim, e temos reverberado isso muito dentro do Governo. Aqui é a Casa das reverberações. Portanto, é bom que isto seja dito bastante, que esses aeroportos, com pouco investimento, nós os deixaríamos muito bem. Então, quando se fala com a Nação, quando se leva a notícia do que está acontecendo, do que está programado, penso que a gente levanta um pouco o astral, o otimismo, e não com dados que não sejam verdadeiros; são absolutamente verdadeiros.

Senador João Alberto. O Senador João Alberto deixou o sétimo aqui, não é que teve o primeiro, o segundo, o terceiro, o quarto, o quinto, o sexto, o sétimo meu colega...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELISEU PADILHA – Meu colega, Deputado Federal, Ex-Deputado Federal como eu, que está ali sentado no lugar em que estava o Senador João Alberto, mas ficou para ouvir o que eu iria dizer.

Bacabal, que para ele é muito importante, todos lá são importantes, mas esse é mais, porque é a terra natal dele. Nós estamos com o estudo já protocolado na SAC, o estudo prévio já está protocolado na SAC, está andando. Nós temos ele bem... Existem cinco que estão em bom andamento: Bacabal, Barreirinhas, Carolina – Carolina, segundo o nosso companheiro da Infraero, é praticamente só inaugurar –, Pinheiro e Santa Inês. Esses estão muito bem encaminhados. Mas há um porém; e aí tem que ajudar: o Governo do Estado ainda não formalizou a outorga que temos que fazer para o Estado, porque o Estado é parceiro nisso. Outorga é sob o ponto de vista da administração local, regional, como os aeroportos de Goiás são do Governo do Estado, no Rio Grande do Sul são do Estado, no Ceará são do Ceará, o do Maranhão estamos tratando com o Governo do Estado. É Município ou Estado. Nós preferimos o Estado que é um pouco mais consistente. Está faltando isso e tem que dar uma apuradinha nisso.

O Senador João Alberto também falou na questão da meta, que também é a preocupação de V. Exª, mas o Senador João Alberto também falou em fixar a meta. A meta são os 270. Cento e noventa e quatro, vou repetir, são aeroportos que estão sendo operados. Quer dizer, a gente vai ter que fazer a casa dos bombeiros ou vai fazer terminal, vai ter que fazer a extensão na pista, mas são coisas que se faz com pouco dinheiro e com rapidez e ganhamos outro padrão, padrão internacional, com relação a aeroporto.

Então, temos a meta e, na medida em que tenhamos a disponibilidade do FNAC é perfeitamente realizável sim, e a pretensão da Presidenta é realizar. O dia em que ela me disser que vamos mudar, eu mudo de posição também. Mas não. A pretensão dela é realizar isso. É a marca do Governo dela. Começou em 2012, no Governo dela, já investiu R$13,4 bilhões só nos aeroportos, mudou a concepção do passageiro em relação ao transporte aéreo, está democratizado, 48% mais barata a passagem. Hoje vemos, eu sou filho de operário, eu nasci... Então, na minha infância, só andava de avião quem era rico, cara muito rico, andava de avião da Varig. Ele é muito rico. Hoje temos pessoas que vão a trabalho.

Eu acho que a meta pode ser ambiciosa, sim, mas não há porque não a perseguirmos, porque tem fundamento.

Tem dinheiro. Cento e noventa e quatro já estão operados. Teremos que abrir, em verdade, coisa de setenta e seis, que ainda não estão em operação, mas possivelmente já têm sítio aeroportuário definido pelos Municípios também.

A Senadora Lídice fez duas perguntas. Como ficava, com a concessão, a questão da segunda pista de Salvador? Está incluído, sim. É um dos itens da concessão. Vai estar no edital. Tem que ser feita uma segunda pista lá, e o concessionário vai... Por isso, estamos concedendo. Tem que ser feito um grande investimento. Vamos chamar um parceiro privado para que ele faça esse grande investimento, que é construir a segunda pista. Com a segunda pista, a preocupação dela era com o *hub*. O aeroporto de Salvador já é e vai continuar sendo cada vez mais.

Eu queria aqui a presença do Senador Flexa para responder de corpo presente, mas, como fica gravado, depois, ele vai ler. Eu vou responder.

Primeiro, acho fundamental para a democracia que tenhamos Parlamentares, homens públicos com o desenvolvimento, a postura do Senador Flexa Ribeiro, como oposição, clara, definida. Não é coluna do meio. É oposição mesmo! Sabemos que, da parte dele, teremos críticas que temos que levar em consideração. A democracia convive exatamente com o contraditório. Temos que ver, no contraditório, o que tem fundamento e mudar. Ele trouxe, e eu queria dizer isso na presença dele, uma grande contribuição, na medida em que o relatório dele da 652 foi incorporado na 656. Ele teve um papel de governante. Vou repetir: a medida provisória, que é um ato originariamente de governo, depois se constitui, a partir do processo legislativo, em um ato da nação, através do congresso e, na medida em que ele incorpora um relatório de uma medida provisória, também ajuda a fazer com que o governo possa avançar. Nesse particular, estamos avançando. A aviação regional é uma criação muito importante, e ele ajudou a criar.

Eu queria dizer isso na presença dele para mostrar que a oposição ajuda, sim. É claro que, se não tiver oposição, não tem democracia. Onde tivermos voz única está longe, muito longe, dos tempos nos quais queremos conviver. Temos que ter, sim, contraditório e, na apuração do contraditório, vamos ditar os rumos, a cada momento. É assim que deve se fazer a vida pública. O eventual detentor de um mandato, quem circunstancialmente seja detentor de um mandato no Executivo não é senhor da verdade. Ele não nasceu sob as inspirações de todas as verdades. Não! Ele tem um propósito, externou durante a campanha, quer realizar, mas, na medida em que vai trabalhando e sendo aportadas novas contribuições, elas têm que ser analisadas, uma a uma, e incorporadas todas aquelas que ajudam, como é o caso desta contribuição do Senador Flexa Ribeiro, que se caracteriza como um homem cáustico de oposição. Elogio pessoas que têm posição. Seja para que lado for, posição temos que respeitar. Só não respeita quem, politicamente, não tem posição. Nessa caso, é ruim, porque não sabemos nunca onde estão. Se a pessoa tem posição, é por aí que vou ter trabalhar, é por aí que vou ter que levar. No caso dele, faço questão de fazer esse registro.

Dizia ele: o que falta para decolar o programa? Falta a regulamentação, e estamos trabalhando com a regulamentação. Já disse, aqui, na introdução, que estamos, nesta semana mesmo, tendo reunião.

Falou ele que o PIL foi lançado e que ficou só na palavra, no discurso. Eu queria dizer, com ele presente, mas vai ficar gravado, que não ficou no discurso. Já há 13.4 bilhões de investimentos em aeroportos. Praticamente dobramos o número de passageiros no nossos aeroportos e reduzimos à metade o valor da passagem. Estamos com projeção de crescimento em níveis que não há em nenhum outro setor no Brasil, que é, na aviação regional, coisa de 9% e, na aviação geral, no total da aviação geral, somando regional e a dos grandes aeroportos, coisa de 7%, por 20 anos. Portanto, temos uma grande perspectiva.

O programa da Presidenta Dilma está sendo muito bem sucedido. Não posso aqui dar números com relação a todos. Com relação a este, eu posso. Este está sendo muito bem sucedido. O nível de satisfação do passageiro, que é o usuário, é o atestado. Oitenta ponto catorze por cento da população está dizendo isso. Não sou eu. Não é a Presidenta, são os 80% do povo brasileiro que usa o aeroporto. E foram 117 milhões no ano passado. Neste ano, temos a projeção para bater em cima de 130 milhões de brasileiros.

Nós estamos num setor que tem muito de futuro. Volto ao mapa Estados Unidos-Brasil. Aquela diferença entre Estados Unidos e Brasil vai diminuir, mas vai diminuir se nós tivermos fé, coragem, arrojo, acreditarmos nas nossas condições. E nós temos condições sim, senhor. Temos sim. Eu não sou daqueles que entrego qualquer possibilidade de conquista antes de vê-la realizada ou então inviabilizada de forma definitiva.

Portanto, concluo aqui. Penso que respondi... Ah, ainda tem uma que quero responder: capital internacional nas empresas de aviação. Eu levei à Presidenta, sim, a proposta de abrir... Olha, eu só quero pessoa trabalhando comigo, como meu assessor, quem tiver condições e coragem de me dar sugestão. Quem vem só para dizer sim, não trabalhe comigo, não quero. Portanto, eu penso que ela também gosta de ter pessoas que possam dar sugestões. E eu levei a sugestão de abrir o capital. Abrimos na telefonia 100%, abrimos, abrimos, abrimos – eu não vou perder tempo aqui – em n setores que são estratégicos. Telefonia eu usei porque esse é

o mais estratégico. É ali que está a internet, é ali que está a veiculação de todos os dados. Esse é estratégico e nós abrimos 100%. E, na aviação, nós temos 20%.

Eu ponderei, ela, num primeiro momento, disse que não estava em análise isso no Governo, mas, ao final da nossa conversa, ela disse: "Olha, acho que vale a pena a gente analisar isso." Então, é um assunto que não é fechado peremptoriamente pelo Governo e, para nós, no momento em que estamos fazendo ajuste, no momento em que precisamos de investimentos internacionais, quer me parecer que é um setor que a gente tem que avaliar, sim, a possibilidade da conveniência. Mas é uma decisão de Governo. A minha posição inicial é abrir. Claro, eu sou Ministro de Estado de um governo que tem Presidente da República, a qual, neste caso, eu tenho que me submeter.

Se deixei de responder algumas das questões que foram levantadas, por favor, me tragam de volta. Se tem alguma nova, embora já seja 13h37, alguns minutos não são problema para mim, estou aqui à disposição, sei do tempo escasso de V. Exªs... Mas a Presidência da República, órgão que tem a Secretaria da Aviação Civil, da qual sou titular, quer vir aqui sempre prestar todos os esclarecimentos com otimismo, sim, mas também com realismo. Otimismo que não tenha realismo é inconsequente. No nosso caso, no meu caso, é um otimismo fundado na realidade. Se a realidade, porventura, mudar, meu otimismo certamente mudará. Hoje não vejo nenhuma razão para não ser otimista como sou.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, pela ordem.

Em função da conversa que aqui tivemos, eu e o Blairo, com o Ministro, foi a primeira pergunta, nós tivemos com o governador de Mato Grosso. Como o nosso aeroporto de Cuiabá é o último avaliado, eu gostaria de perguntar ao Ministro, caso seja feita a devolução, se é possível...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Não, é porque tem um problema da licitação. É possível aproveitar a mesma licitação ainda neste momento? É possível ainda?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Mas, de qualquer forma, fica aqui a sugestão.

O SR. ELISEU PADILHA – Eu quero voltar. Eu gostei da sua volta e quero voltar ao tema. Vamos lá. A solução me parece que está bem mais à mão do que até eu imaginava. Eu tinha a impressão de que tínhamos que ver a questão da licitação, era mesmo o seu raciocínio, e depois pensarmos em ordem de serviço. Não. Se nós tivermos agora a sub-rogação do contrato que está em vigor, nós podemos, pura e simplesmente, chamar o empreiteiro, determinar que ele continue a obra sob nossa responsabilidade e concluí-la, porque também é um valor pequeno, muito pequeno o valor, para o prejuízo que está causando ao Centro-Oeste todo, especialmente ao Mato Grosso.

O SR. ADILSON TEIXEIRA (*Fora do microfone*.) – A parte de equipamento, tudo isso já foi colocado, está em obra já. É só dar *start* à obra para a conclusão. Seis meses é o prazo que a gente tem para a conclusão.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Está ótimo! Isso me deixa satisfeito, porque eu vou voltar a estar com o Governador, agora, na Casa Civil. É exatamente a informação...

O SR. ELISEU PADILHA – Diga a ele: assine e devolva aos homens, ligeiro, até o dia 22.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Perfeito. Obrigado.

O SR. ELISEU PADILHA – Presidente Garibaldi, peço aqui permissão para lhe dar o meu grande abraço, o meu agradecimento e renovar essa parceria de tantos anos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Nós é que queremos agradecer.

O SR. ELISEU PADILHA – Presidente Davi, para V. Exª também...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Nós queremos lhe agradecer. V. Exª chegou aqui antes de mim, mas agora tem o direito de sair depois. Manifestou uma disposição muito grande, enfrentou aqui o contraditório e deu informações absolutamente verdadeiras. Sei que V. Exª prima por isso, daí por que quero lhe agradecer.

Passo a palavra ao Senador Davi Alcolumbre, que vai encerrar esta reunião e começar outra, da Comissão de Desenvolvimento Regional.

Contem comigo só para encerrar esta. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Agradeço, Presidente.

Regimentalmente, nós teremos que, antes de iniciar, propor aos Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 8ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, bem como da ata da presente reunião conjunta.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovadas.

Agradeço a presença de todos. Agradeço, especialmente, aos nossos convidados: o Ministro de Estado de Aviação Civil da Presidência da República, Ministro Eliseu Padilha; o diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil, Marcelo Pacheco dos Guaranys; e o diretor de Engenharia e Meio Ambiente da Infraero, Adilson Teixeira.

Registro também e cumprimento a presença do meu amigo, o Deputado Professor Sétimo – fui Deputado com V. Exª; Deputado do Maranhão –, que representou à altura o Senador João Alberto, do Maranhão também, cobrando, é lógico, melhorias na questão dos aeroportos do Estado do Maranhão.

Por fim, convoco a próxima reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a realizar-se no dia 13 de maio, quarta-feira próxima, às 8h30, neste plenário, fazendo este convite em nome...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Só para pedir desculpas ao Ministro Eliseu Padilha. Eu tinha agendada uma visita ao gabinete às 13h e tive que, rapidamente, ir até lá. Justifiquei a minha saída ao Ministro e pedi que ele me deixasse por último, mas, mesmo por último, ainda cheguei fora de tempo. Só para justificar e parabenizar pela audiência os nossos dois presidentes.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Registro, Senador Flexa Ribeiro, a disposição do Ministro Eliseu Padilha, que aguardou até o último instante para responder as indagações de V. Exª, o que fez em todas as questões.

Esta Presidência, esta Comissão vai encaminhar a V. Exª o áudio e a gravação desta reunião.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Vou assistir ao vídeo e vou ter as notas taquigráficas para guardar o registro.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Estão à sua disposição.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Sei que o Ministro vai ajudar o Brasil, a Amazônia e o Pará.

Pode ser em ordem inversa também, Ministro, sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Peço a presença da Senadora Simone, do Senador Randolfe e do Senador Wellington para que possamos iniciar a nossa reunião.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 44 minutos.)

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

ATA DA OITAVA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E NOVE DE ABRIL DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e oito minutos do dia vinte e nove de abril de dois mil e quinze, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Walter Pinheiro, Simone Tebet, José Medeiros, Wellington Fagundes, Elmano Férrer, Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Garibaldi Alves Filho, Dário Berger e Lúcia Vânia. Senadores não Membros: Wilder Morais, Waldemir Moka, Deputada Federal Tereza Cristina e Deputado Federal Dagoberto Nogueira. Deixam de comparecer os Senadores Gladson Cameli, Jader Barbalho, Ricardo Ferraço, João Alberto Souza, Antonio Anastasia e Randolfe Rodrigues e Humberto Costa. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da 7ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à realização de audiência pública em atendimento ao RDR nº 01/2015 de autoria da Senadora Simone Tebet, que requer, nos termos do inciso II art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, com a presença do Superintendente SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, para explanação sobre os investimentos a

serem realizados na Região Centro-Oeste nos próximos quatro anos, bem como para prestação de informações sobre os resultados alcançados no período de 2011 a 2014. A Audiência Pública é realizada com a presença dos seguintes convidados: Sr. Cléber Ávila Ferreira, Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco, Sr. Mário Dirani, Diretor de Infraestrutura Ferroviária – Dnit (representante de: Adailton Cardoso Dias, Diretor-Geral Interino – Dnit) Sr. André Nunes, Coordenador Geral de Planejamento – Dnit (representante de: Adailton Cardoso Dias, Diretor-Geral Interino – Dnit). Encerrada a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores: Simone Tibet, José Medeiros, Wellington Fagundes, e Lúcia Vânia. Por deferência a Deputada Tereza Cristina e Waldemir Moka. Às doze horas e vinte e sete minutos o Presidente passa a presidência ao Senador José Medeiros, nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Davi Alcolumbre,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Bom dia.

Cumprimento os servidores da Comissão, do Senado, e os Senadores presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Alguns comunicados e convites recebidos por esta Comissão:

Comunico a este Colegiado que, conforme Ofício nº 126, de 2015, do Líder do PMDB no Senado, Senador Eunício Oliveira, à Presidência do Senado Federal, tivemos a seguinte alteração na composição da nossa Comissão: o Senador Jader Barbalho (PMDB – PA) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria.

Ao Senador Jader Barbalho, dou as boas-vindas, externando o meu desejo de que tenha um exitoso desempenho de seu mandato em nossa Comissão.

Expediente da Comissão:

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à realização de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2015, da Comissão de Desenvolvimento Regional, de autoria da Senadora Simone Tebet, com a finalidade de ouvir o Superintendente da Sudeco, que explanará sobre os investimentos a serem realizados na Região Centro-Oeste nos próximos quatro anos, bem como para a prestação de informação sobre os resultados alcançados. no período de 2011 a 2014, pela Sudeco.

O presente requerimento foi aditado pelo Senador José Medeiros, para incluir entre os convidados o Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e da Engenharia, Construções e Ferrovias (Valec), sendo ainda subscrito pelo Senador Wellington Fagundes.

Encontra-se presente para a audiência pública o Sr. Cléber Ávila Ferreira, Superintendente da Sudeco, a quem já convido para compor a mesa dos trabalhos.

Convido também o Sr. Mário Dirani, Diretor de Infraestrutura Ferroviária (DNIT), para compor a mesa também.

O Sr. André Nunes, Coordenador Geral de Planejamento da Diretoria de Planejamento e Pesquisas (DNIT), em representação ao Sr. Adailton Cardoso Dias, Diretor-Geral do DNIT.

Nós temos também no requerimento aprovado a presença do Presidente da Valec, o Sr. Bento José de Lima, que está aqui acompanhando o Ministro dos Transportes na outra comissão, a Comissão de Infraestrutura, aqui ao lado do nosso plenário. Nós estamos mantendo contato com a assessoria dele, para que ele possa... Já que foi aprovado o requerimento com a participação dele nesta audiência pública, nós vamos iniciar os trabalhos com os outros representantes, começando pelo Superintendente da Sudeco, e, nesse ínterim, vamos acionar o Sr. Bento José de Lima, para que ele possa também fazer aqui as suas considerações.

Em conformidade com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: cada convidado terá 15 minutos para fazer sua exposição, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos.

A palavra às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores será concedida pela ordem de inscrição. Os interpelados dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado.

Antes de conceder a palavra aos convidados, informo que a participação dos cidadãos em nossa audiência será recebida pelos seguintes canais: Portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* do Senado Federal www.senado.leg.br e pelo Alô Senado 0800-612211.

Concedo a palavra, pelo tempo regimental de 15 minutos, ao Sr. Cléber Ávila Ferreira, para fazer sua exposição.

O SR. CLÉBER ÁVILA FERREIRA – Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, Senadora Simone Tebet, Deputada Federal Tereza. Quero cumprimentar os demais Senadores que aqui passaram e também o Senador Wellington

Fagundes, que é o nosso coordenador da nossa Bancada do Centro-Oeste, e, do mesmo modo, cumprimentar o Senador Medeiros, que são os Senadores da nossa região presentes neste evento.

Quero saudar os servidores desta Casa e, do mesmo modo, saudar aqui os nossos servidores, registrar a presença do nosso Diretor de Fundos, Dr. Everaldo Benevides, e do nossos Coordenadores de FCO, Fundo Constitucional, e FDCO, Fundo de Desenvolvimento.

Quero registrar que, para a Sudeco, este é um momento importante, haja vista que é uma oportunidade para que a Sudeco possa prestar conta do seu trabalho nos últimos quatro anos e também fazer uma projeção do que queremos fazer para os próximos quatro anos.

A Sudeco é uma autarquia recém-criada; ela é jovem, vai completar apenas quatro anos no próximo mês, no dia 4 de maio, mas tem desenvolvido um papel fundamental na sustentação do desenvolvimento econômico e social da nossa região.

Vou passar para nossa apresentação e, ao final, ficarei à disposição para eventuais perguntas, conforme estabelecido aqui pelo Sr. Presidente, Senador Davi.

Aqui é um marco legal. A primeira Sudeco foi criada e implantada em 1967, extinta em 1990 e, em função de todo movimento da classe política e empresarial da nossa região, em 2009 nós conseguimos a sua recriação e, em 2011, nós conseguimos a sua instalação.

Então, isso é um registro histórico. Registro aqui que o Senador Ramez Tebet foi o último superintendente da nossa Superintendência. Foi um político muito trabalhador e valioso. Foi Ministro da Integração, ajudou-nos bastante e era do Estado de Mato Grosso do Sul. Faço esse registro, pois é importante resgatar nossa história.

Os instrumentos de ação que a Sudeco hoje possui para seu trabalho são: o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, programas de transferências voluntárias e outros instrumentos definidos por lei, a exemplo do fundo de participação em programa de ciência, tecnologia e inovação.

Em junho de 2014, foi publicado um decreto que reestruturou a Sudeco. Então, recebemos ali uma estrutura adequada para fazer frente às ações e aos desafios que a Sudeco enfrenta na Região Centro-Oeste, atendimento aos Estados, Municípios e às nossas Bancadas.

Internamente, nós realizamos um concurso público em 2013. Foram 100 cargos disponibilizados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Conseguimos convocar 98 servidores. Conquistamos também, com o apoio da Bancada e dos governos, esse decreto que eu citei anteriormente. Aí, faço um registro aqui: em 2011, quando a Sudeco foi recriada, foi com apenas 17 servidores e esse decreto de 2014 traz uma estrutura diferenciada, ampliando esse quadro, principalmente de cargos comissionados, para em torno de 65 cargos comissionados mais os 98 servidores que tomaram posse por meio do concurso.

Também, alinhado com o novo momento que o País vive e com orientação da Comissão de Ética da Presidência da República, nós instituímos internamente a nossa Comissão de Ética.

As ações que nós desenvolvemos, principalmente para garantir a transferência de recursos voluntários para Estados e Municípios, foram o novo relacionamento com Estados e Municípios. Nós fizemos incursões nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e reuniões aqui no Distrito Federal com aqueles Municípios e Estados que foram contemplados com emendas parlamentares. Então, nós conseguimos orientar sobre prazos dos nossos programas, enfim, fizemos uma operação para que todos os convênios, todas as emendas ali alocadas fossem contratadas efetivamente. Então, nós conseguimos executar 100% das nossas emendas.

Nós também, com o objetivo de atrair investimento para a Região Centro-Oeste, participamos com o Ministério da Integração Nacional e as outras superintendências de uma rodada de *road show*, uma rodada de negociação com empresários de outras regiões. Também há a previsão de se fazer uma rodada internacional. Nós produzimos aí, está na pasta dos senhores, uma cartilha que demonstra os principais atributos – vamos dizer assim –, os principais pontos que justificam investir na nossa região.

Também, para auxiliar os Deputados e Senadores, nós desenvolvemos – esse material estará no CD dos senhores – uma cartilha para alocação de emendas. Geralmente, a assessoria parlamentar chega no final do ano, quer fazer um investimento, e, em função até da mudança do Orçamento, às vezes não tem todas as informações necessárias. Então, nós criamos – está aí no CD – uma cartilha da Sudeco, onde se demonstram programas, ações e exemplos de tipos de projetos que podem ser contemplados com emendas parlamentares. Isso também faz parte de uma estratégia nossa de aproximação com o Congresso e auxílio aos Estados e Municípios.

Estamos finalizando agora um termo de referência para fazer uma contratação de uma empresa especializada para apoio técnico de engenharia. Qual nosso objetivo, nossa intenção com isso? Acelerar os processos de vistoria para liberação de recursos das obras que estão em execução na Sudeco.

Compras de equipamentos de engenharia. Isso também era muito importante, uma vez que todas essas obras são aferidas pelos nossos engenheiros, que precisam estar dotados dos instrumentos adequados para isso.

Estamos finalizando o EVTEA, o estudo de viabilidade do Trem Brasília-Luziânia, por meio de um termo de cooperação com a Valec e ANTT. Estamos também finalizando o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômico-financeira do Trem Brasília-Anápolis-Goiânia. Ambos são para transporte de passageiros.

Recebemos, por meio de uma sub-rogação, projetos da Secretaria Nacional de Irrigação, com investimento total de R$430 milhões. Então, a Sudeco está executando, hoje, projetos de irrigação na Região Centro-Oeste da monta de R$430 milhões.

Também buscamos uma parceria com o BNDES para, digamos assim, ampliar nossa capacidade de investimento em transferência voluntária. Fizemos uma primeira consulta ao BNDES, a Sudeco está entrando com R$15 milhões, e o BNDES com mais R$15 milhões, para investirmos na cadeia do leite, frutos do Cerrado, resíduos sólidos na nossa região.

E resgatamos o projeto da erva-mate, que é um projeto que tem um apelo tanto econômico como sociocultural na região do Mato Grosso do Sul.

Aí são alguns cursos de capacitação que nós fizemos. Principalmente na área urbana, foram muito voltados à questão de resíduos sólidos.

Estamos participando, como membro do conselho e também como um dos financiadores, do Parque Tecnológico Internacional de Ponta Porã. É a primeira iniciativa na nossa região, é um parque tecnológico binacional.

Também estamos investindo na Rota da Sociobiodiversidade do Cerrado, que chamamos de Cerrado em Pé. Estamos ensinando os produtores a aproveitar as potencialidades econômicas do Cerrado sem precisar suprimir, fazer supressão vegetal, enfim.

Fizemos capacitação de aproximadamente mil mulheres aqui, no Distrito Federal, para atuar na construção civil e agora, para este ano, já fizemos uma primeira reunião com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, vinculada ao Gabinete da Presidência da República, e vamos lançar, a partir do segundo semestre, o programa Mulheres que Fazem, que visa capacitar mulheres para atividades não habituais, por exemplo, operação de máquinas e equipamentos agrícolas.

Nós coordenamos, ou presidimos, quatro comitês: o Criff (Comitê Regional das Instituições Financeiras Federais); o Coaride (Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno); o Case (Comitê de Articulação das Secretarias de Estado), com o objetivo de atrair um corpo técnico para discutir os problemas da Região Centro-Oeste e a aplicação de recursos, e o conselho deliberativo, que é nosso conselho macro, que define todas as nossas diretrizes e orientação de trabalho em relação tanto ao nosso plano de ação quanto à aplicação dos recursos dos nossos fundos.

Aí vou entrar em alguns números. Vou falar, primeiramente, do FCO (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste).

Esse é um histórico dos nossos grandes números de 1989 a fevereiro de 2015. Nesse período, o Tesouro Nacional aportou R$22,3 bilhões no fundo. Tivemos aproximadamente 880 mil contratações, operações contratadas com esses recursos. Essas contratações geraram, para nós, com o pagamento, digamos, das parcelas de financiamento, cerca de R$49 bilhões em contratos, gerados ou mantidos 5,5 milhões de emprego, e atendemos, nesse período, 100% dos Municípios da Região Centro-Oeste.

Quero frisar aqui, em relação ao atendimento a Municípios, que isso aqui é uma meta anual. Todo ano, atendemos 100% dos Municípios com pelo menos uma operação. Então, é uma meta bastante ousada, porque isso faz com que os nossos recursos cheguem realmente em todos os cantos da nossa região. E o nosso saldo de financiamento, o que temos de operação contratada é algo em torno de R$21 bilhões.

Aqui, esse gráfico traz uma comparação entre 2013 e 2014. Temos aqui, nessa primeira coluna, o FCO empresarial. Contratamos, em 2013, 2,867 bilhões e, em 2014, 2,663 bilhões.

E, quanto ao rural, 3,225 bilhões em 2013 e, em 2014, 3,043 bilhões, gerando um total de contratação, entre 2013 e 2014: em 2013, 6,092 bilhões e ,em 2014, 5,706 bilhões.

E aqui temos um comparativo de contratação por unidade federativa. Vou centrar no ano de 2014: o Distrito Federal contratou 822 milhões; Goiás 1,766 bilhão, Mato Grosso do Sul, 1,332 bilhão e Mato Grosso 1,786 bilhão – isso com recursos do FCO.

Sobre a contratação por porte, temos por norma a obrigatoriedade de contratar pelo menos 51% dos nossos recursos com tomadores de menor porte. Então, isso tem sido seguido à risca, de modo que, em 2013, contratamos 4,152 bilhões com tomadores de menor porte, valor comparado aqui com tomadores de maior porte do mesmo ano, 1,940 bilhão. E, em 2014, 4,342 bilhões, valor comparado aqui com 1,364 bilhão em relação ao ano de 2014. Em números gerais, comparando-se 2013 e 2014, temos aí 6,092 bilhões contra 5,706 bilhões.

Por tipologia, também os nossos recursos estão sendo aplicados, a sua maioria, em cidades estabelecidas pela PNDR como de economia dinâmica ou estagnada. Temos concentrado, então, vou fazer referência ape-

nas à 2014. Contratamos, em 2014, em Municípios de alta renda, 2,678 bilhões e, em Municípios de economia dinâmica ou estagnada, R$3,28 bilhões.

Aqui, fazemos um resumo dos últimos quatro anos. E vou falar aqui dos números totais apenas: contratações em 2011, nessa última linha, contratamos 5,546 bilhões; em 2012, 5,861 bilhões; em 2013, 6,092 bilhões; e, em 2014, 5,706 bilhões. Houve um total dos últimos quatro anos investidos na região de R$23,206 bilhões, por meio do FCO.

Aqui, traz-se um gráfico de financiamento. E daqueles 20 bilhões temos, no setor empresarial, cerca de 38% e, no setor rural, 62%. Então, isso já demonstra qual é o maior apetite na nossa região para recursos do FCO.

E aqui trazemos exemplos de projetos apoiados. Temos aqui a empresa CAOA, uma montadora de veículos em Goiás. Foram investidos no projeto cerca de R$271 milhões e gerou 5,779 mil postos de trabalho.

Temos outro projeto, o da Noble Brasil, em Rondonópolis, Mato Grosso. O valor do projeto é de 230 milhões, e o valor financiado pelo FCO é de R$184 milhões, e gerou 24.538 postos de trabalho nesse empreendimento. Então, somados esses dois empreendimentos, cerca de 30 mil postos de trabalho foram gerados por meio dos recursos do FCO nesses dois exemplos que estou passando para os senhores e senhoras.

O destaque da nossa gestão em relação ao fundo é a intensificação do seminário FCO Itinerante. Aí, na pasta dos senhores, há um modelo da nossa cartilha de apresentação. Nós até mudamos o título, que agora será Caravana FCO.

Revisão das condições de financiamento e criação de novas linhas junto ao Condel. E aí a Deputada Teresa teve um papel fundamental na criação da linha ABC para financiamento de agricultura de baixo carbono por meio dos recursos do FCO.

Lançamento do cartão FCO Empresarial pelo Banco do Brasil. Esse cartão trabalha, a exemplo do cartão BNDES, com o limite já implantado, então a facilidade de operar é muito grande.

Credenciamos novos agentes operadores. Vou citar como exemplo o MT Fomento, de Mato Grosso, e o Goiás Fomento, no Estado de Goiás.

Fizemos um convênio com o MDIC, um acordo de cooperação com o MDIC, de modo a trazer o programa de atração de investimentos do MDIC para dentro da Sudeco. Inclusive, na última reunião do *case*, nós definimos a criação da Renai Regional, a instalação do Condel/Sudeco e a instalação da nossa ouvidoria do FCO.

Onde eu vejo o tempo? Ali é o que está faltando para mim, não é? O.k.

A previsão orçamentária do FCO para 2015, em números totais, é de 6,027 bi.

Vou dividir aqui por UF: o DF tem previsão orçamentária de R$1,145 bi; Goiás, R$1,747 bi; Mato Grosso do Sul, R$1,386 bi...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CLÉBER ÁVILA FERREIRA – O.k. Vou aceitar a prorrogação.

Prossigo: Mato Grosso do Sul, 1,386 bi; e Mato Grosso, 1,747 bi; totalizando 6,027 bilhões.

Estas são as nossas perspectivas para 2015: priorização de projetos que contribuam para a redução das desigualdades regionais; incremento de contratações junto ao público de menor porte; incremento de financiamento em ciência, tecnologia e inovação; novamente, aqui, cobrir cem por cento dos Municípios da Região Centro-Oeste; revisar condições de financiamentos, o que para nós é uma tarefa diária; intensificação de divulgação das ações do FCO; e revisão dos indicadores e metas para o FCO.

Vamos falar de um horizonte da nossa estimativa de investimento...

(Soa a campainha.)

O SR. CLÉBER ÁVILA FERREIRA – ... para os próximos quatro anos. Temos aqui cerca de 6 bi para 2015; temos uma previsão de 5,5 bi para 2016; 5,7 para 2017; e 5,9 para 2018. Então, totalizando, para os próximos quatro anos, há uma previsão orçamentária de R$23,1 bilhões. Então, em relação aos números do FCO, são esses que nós temos a apresentar.

E, agora, encaminhando-nos para o final, vou falar...

(Interrupção do som.)

O SR. CLÉBER ÁVILA FERREIRA – Posso.

Mais uma?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CLÉBER ÁVILA FERREIRA – Aí, o FDCO (Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste). Esse fundo foi regulamentado pelo Decreto nº 867, de agosto de 2013. Ele tem por finalidade assegurar recursos para a realização de investimentos na área de atuação da Sudeco em infraestrutura, serviços públicos, empreendimentos produtivos de grande capacidade germinativa de novos negócios e atividades produtivas.

O que esse fundo traz de diferencial? Taxas de juros reduzidas e prazos para pagamento de até 20 anos.

Nós tivemos contratos, apenas no exercício de 2014, haja vista que ele foi implantado em 2013. Então, nós temos aí dois contratos já celebrados, totalizando R$1,285 bilhão de investimentos no setor automotivo e R$150 milhões no setor industrial.

O que nós temos hoje na área de infraestrutura, já internalizado, na Sudeco, ou como consulta prévia, ou consulta prévia aprovada, são dois projetos na área de rodovia, dois projetos de infraestrutura. A participação do FDCO é de R$500 milhões em cada projeto, porém o investimento total em cada empreendimento como esse, no caso de Mato Grosso, é R$2,56 bilhões, e Goiás, R$1,776 bilhão, totalizando aí R$4,333 bilhões de investimentos na nossa região.

A nossa perspectiva em relação ao FDCO é contratar, para 2015, 100% dos recursos empenhados; empenho do orçamento total previsto para 2015; potencialização dos recursos do FDCO – é aquela questão que eu mostrei anteriormente. Hoje nós queremos, para cada R$1,00 do FDCO empenhado, tenhamos pelo menos mais R$4,00 de investimentos associados e de outras fontes.

Realização do *road show* para apresentar o FDCO para o setor produtivo de outra região e revisão dos normativos de procedimentos operacionais, de modo a aperfeiçoar esse importante instrumento de desenvolvimento da nossa região.

Por fim, temos os convênios, que são originados dos novos recursos e transferências voluntárias. Aqui um exemplo, um trator, se não me engano em Mato Grosso do Sul. Fazemos muito investimento em infraestrutura econômica, máquina, equipamento ou obras que venham promover a alavancagem de geração de emprego e renda e oportunidade de investimentos no setor produtivo. A nossa intenção com esse convênio é garantir o desenvolvimento da região. As fontes que citei são emendas parlamentares e planos de ação da Sudeco.

Nós temos outro instrumento, que é o Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste. O tripé desse plano de desenvolvimento é garantir competitividade, qualidade de vida e conservação ambiental na nossa região.

Em função do tempo, vou fazer um resumo.

As nossa perspectiva de investimento, para os próximos quatro anos, é investimento em infraestrutura econômica e logística, projeto de recuperação e aproveitamento do meio ambiente, diversificação da estrutura produtiva, adensamento das cadeias produtivas e investimentos em serviços de infraestrutura social e urbana.

As nossas prioridades institucionais: fazer a inclusão de programas no PPA, que está sendo discutido agora com o Governo Federal; apoiar estradas e Municípios para a nossa missão, que é a diminuição das desigualdades regionais de geração de emprego e renda; e consolidar a Sudeco como o principal ente federal da Região Centro-Oeste.

Então, agradeço ao Presidente por ter nos concedido um tempo extra. Quero apresentar para os senhores as nossas novas instalações. Nós ficamos três anos funcionando num prédio, no espaço cedido pelo Ministério da Integração Nacional. Este ano, nós conseguimos mudar para nossa sede nova, nossa sede própria. É aqui no Setor Bancário Norte, Palácio da Agricultura, onde funcionava a Valec anteriormente. Estamos no 18º, 19º e 20º andares, no palácio da Agricultura. Ficam os nossos contatos,

Fico à disposição, agora, para eventuais perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Nós que agradecemos a participação do Dr. Cléber Ávila, que, com certeza, assim como fizeram a Sudam e a Sudene, faz uma explanação do planejamento estratégico da superintendência e das conquistas asseguradas e do investimento, ou do orçamento do Governo, ou das emendas parlamentares num setor importante, que é o desenvolvimento da Região Centro-Oeste.

Eu queria, antes de passar a palavra ao Dr. Mário e ao André, que representam aqui o Dnit e a Valec, passar a palavra para os questionamentos, e vamos fazer em dois momentos as indagações dos Senadores. Em virtude de a Senadora autora do requerimento estar presente, acompanhar a explanação do Sr. Cléber, a gente queria abrir a palavra, agora, para a Senadora Simone Tebet.

Antes, porém, quero registrar e cumprimentar a participação da Deputada Federal Tereza Cristina, que com muita honra participa desta audiência pública da nossa Comissão e que também é de Mato Grosso do Sul, Estado da Senadora Simone Tebet, que muito bem o representa nesta Casa. Seja bem-vinda, Deputada, a esta audiência. A experiência de V. Exª como Secretária de Indústria e Comércio, Agronegócio, Produção e do Desenvolvimento por oito anos, no Estado de V. Exª, com certeza a traz a esta Casa e para a Câmara dos Depu-

tados com mais um desafio de desenvolver a região, especialmente o Estado de V. Exª. Então, muito nos honra a participação de V. Exª nesta audiência.

Antes de passar a palavra para a Senadora Simone, como já atingimos o quórum regimental e a gente precisa aprovar nossa ata, eu queria propor a dispensa da leitura e aprovação da ata da 7ª Reunião da Comissão.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Com a palavra a Senadora Simone Tebet, autora do requerimento de audiência pública.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigada, Sr. Presidente, Senador Davi Alcolumbre. Em seu nome, cumprimento os demais Senadores que por aqui passaram, dizer que é um prazer poder receber as autoridades que compõem a Mesa: o Superintendente da Sudeco Cléber Ávila, também aqui o Mário Dirani, representando o DNIT, acompanhado do André Nunes.

Eu vou ser a mais breve possível. Não vou aqui tecer nenhum elogio a esta região que represento, que é o Centro-Oeste, porque é conhecido por todos a sua importância econômica e social para o País, dizer, mais uma vez aqui, perante aquelas pessoas que nos assistem pela TV Senado o quanto é importante o desenvolvimento do interior deste País. Nós só vamos ter realmente a nossa tão sonhada igualdade social quando nós efetivamente voltarmos os olhos para o interior do Brasil, Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Infelizmente, o Brasil não conhece os diversos brasis que existem nesta dimensão continental que é o nosso País.

Mas eu quero aqui, antes de tudo, agradecer a equipe da Superintendência da Sudeco, agradecer a presença da Helen Cássia, Coordenadora Geral do FCO; do Adrício Braga, Coordenador Geral do FDCO; do Everaldo Benevides, Diretor de Implementação de Programas de Gestão de Fundos; do Adriano Cordeiro, Chefe de Gabinete; e da Valéria Maria Pinheiro, Coordenadora de Comunicação Social Substituta.

Isso só demonstra, realmente, a consideração de toda a equipe da Superintendência com esta Comissão e nós temos que, neste momento, fazer o registro e o agradecimento por essa deferência especial.

Mas quero, nas minhas breves considerações, antes da pergunta, Dr. Cléber, dizer que a impressão que eu tenho, fui Prefeita por duas vezes do Município de Três Lagoas, tive o privilégio de ser Vice-Governadora do ex-Governador André Puccinelli, naquele momento podia aprender muito com a Deputada Federal Tereza Cristina, que por oito anos foi Secretária de Produção, Indústria e Comércio, Desenvolvimento Agrário, a Seprotur, incluindo o turismo aí, e a impressão que eu tenho e tive nesses últimos anos, acompanhando o Governador André Puccinelli, é que, dos quatro Estados do Centro-Oeste que têm aí direito a recursos tanto do FCO quanto do FDCO, Mato Grosso do Sul é o patinho feio da história. A todo momento, os recursos pelos quais nós brigávamos tinham que vir quase que a fórceps, e os números não mentem.

É verdade que, de 2007 para 2014, nós quadruplicamos os recursos que vieram para Mato Grosso do Sul, fruto do FDCO e do FCO. Nós saímos de mais de R$380 milhões para os números apontados aqui pelo senhor, R$1,4 bilhão, ou seja, a cada quatro reais liberados pela Sudeco, um foi para Mato Grosso do Sul; dividindo para os quatro Estados.

A princípio, isso seria justo, mas isso só foi possível graças à eficiência, ao trabalho de toda uma equipe de Mato Grosso do Sul, capitaneada pela nossa querida Deputada Federal Tereza Cristina. E a gente percebe isso comparando inclusive com outros Estados, sem demérito da importância de Mato Grosso.

Aqui os próprios números voltam a não mentir. Mato Grosso do Sul vai ter uma perspectiva em 2015, pelo que foi apresentado aqui, dos 6 bilhões dos investimentos do FCO, de 1.700 bi e Mato Grosso do Sul, 1.300 bi.

Ah, Mato Grosso é maior! Mato Grosso tem o maior rebanho de gado bovino do País. E é verdade. É o maior exportador de soja. É verdade. Só que nós não podemos esquecer que Mato Grosso tem uma outra superintendência, que é a Sudam. É um Estado que é beneficiado por duas superintendências. E Mato Grosso do Sul, não. Então a impressão que nós temos é de que efetivamente tudo é mais difícil em Mato Grosso do Sul.

Então eu quero deixar aqui, neste momento, registrado que é óbvio que o senhor não tem responsabilidade alguma em relação a esses anos que passaram, de 2007 a 2013 pelo menos, mas nós estaremos atentos nesta Comissão para que Mato Grosso do Sul tenha o seu papel de destaque. Nós estamos no epicentro do Mercosul, nós fazemos divisa com dois países da América do Sul e cinco Estados, sejam Estados produtores, como Mato Grosso e Goiás, sejam Estados consumidores, grandes Estados consumidores, como é o caso de São Paulo, Minas e mesmo o Paraná, que além de consumidor também é um grande Estado produtor, mas nós precisamos de investimentos.

Diante disso, eu tenho três perguntas muito breves a fazer para o senhor.

Primeiro, que o FCO e o FDCO representam instrumentos de desenvolvimento para a nossa região não há dúvida. A minha pergunta é: diante das medidas de ajustes fiscais propostas pelo Governo Federal – e ain-

da não sabemos o tamanho desse corte nem o tamanho da tesoura do Ministro Levy –, qual e a perspectiva, primeiro, de liberação dos recursos a princípio apresentados para o ano de 2015 e seguintes? E, segundo, além da perspectiva de que teremos ou não essa liberação, de que tamanho a princípio seria esse corte? Se já tem algum anúncio por parte do Governo Federal. E, havendo o corte que sabemos que vai haver, quais são as alternativas buscadas pela Superintendência para que nós possamos continuar nos desenvolvendo, seja no setor da infraestrutura, seja no setor de ciência, tecnologia e de serviços de políticas públicas?

A segunda questão.

O senhor falou que a Sudeco foi criada, na realidade, recriada em 2009. E ela foi recriada dentro de um dos instrumentos que eu acho fundamental, que está faltando neste País, que se chama planejamento, o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste. E eu sempre digo que aí há um erro também de visão. Na realidade, nós não temos que ter um plano regional de desenvolvimento do Centro-Oeste. Nós temos que efetivamente ter um plano nacional de desenvolvimento do interior deste País. Mas, enfim, é o que nós temos. Devemos trabalhar com isso.

A pergunta é: já está sendo feito o estudo perante a Superintendência, articulado junto aos governos estaduais do Centro-Oeste, para a elaboração desse plano regional? Se está, quando ele chegará ao Congresso Nacional para ser aprovado, para que nós possamos, o mais rapidamente possível, ter esse plano, que, aí sim, vai dar uma certa tranquilidade para que nós não fiquemos, todos os anos, à mercê de dotações orçamentárias, tentando tirar a fórceps os recursos estabelecidos?

O FDCO foi apresentado aqui e tem pelo menos dois grandes investimentos no Estado de Mato Grosso. E não vi em relação a Mato Grosso do Sul, em que pese sabermos que tem projetos de Mato Grosso do Sul solicitando recursos do FDCO. Já passou.

A minha pergunta é: para 2015 e 2016, esses projetos serão reavaliados? Há uma perspectiva de se dar, de alguma forma, prioridade para os projetos de infraestrutura de Mato Grosso do Sul? Eu poderia elencar diversos aqui. Não vou tecer comentários nesse momento, mas faço questão de, no momento oportuno, marcar uma audiência na Superintendência para levar em mãos os projetos estratégicos da região.

E, por fim... Eu disse que eram três, mas vou me estender um pouquinho mais.

A última pergunta é a seguinte: há uma tendência, no Congresso Nacional, de se acabar com a guerra fiscal, a chamada guerra fiscal. Eu entendo erroneamente esse termo, porque não se trata de guerra fiscal, mas, sim, de incentivos fiscais dados para atrair para o interior deste País, que não tem logística, que não tem, muitas vezes, em determinadas regiões, um setor elétrico necessário para atrair indústrias e fomentar o desenvolvimento da região. Há uma tendência de que esses incentivos fiscais sejam extintos, uma vez que se está cogitando unificar as alíquotas de ICMS. Isso para atração de indústrias não só para o Centro-Oeste, mas para o Norte e Nordeste, vai ser realmente um baque que, provavelmente, dificilmente conseguiríamos com qualquer outra medida ou política tentar recuperar.

Contudo, é preciso olhar para frente e ver, diante dessa nova realidade que virá, o que nós poderíamos ou podemos estar fazendo. A pergunta que faço é a seguinte: está sendo tratado no Ministério e na Casa Civil e Presidência da República algum critério ou política específica para suprir essa deficiência que teremos de poder trocar impostos por empregos? Porque é isso que o interior deste País faz, ninguém renuncia àquilo que não tem. Essa é a realidade que não conseguimos deixar clara para muitos. Quando nós levamos indústrias e deixamos de cobrar certos tipos de impostos como ICMS, não estamos renunciando a nada, nós não tínhamos esses impostos, porque as indústrias não iriam se não tivessem esses incentivos. Ao contrário, o incentivo não é nunca na ordem de 100%, sempre há o pagamento de impostos logo no início de operação das fábricas. Então, a última pergunta é: Há possibilidade de conseguirmos, apesar dos ajustes fiscais, pelo menos a partir de 2016, complementar os recursos dos fundos? Está-se discutindo isso com equipe econômica, com o Ministério e com o Governo Federal?

São essas as considerações. Mais uma vez, muito obrigada pela presença. Deixo muito claro aqui que o desabafo não é para a Superintendência, ao contrário, nós estamos aqui para ajudar a Sudeco, porque a Sudeco é uma agência de fomento para o Centro-Oeste, reconhecida a imprescindível.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Passo a palavra ao próximo Senador inscrito, Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente, Superintendente Cléber, Diretor Mário e André, nós estamos aqui discutindo nesta audiência talvez o grande... Na verdade, está bem concorrido lá, discutindo-se problema. Aqui, estamos querendo discutir o futuro. Nós estamos tendo uma reunião, até peço desculpas, porque estamos aqui andando entre as Comissões, fica tudo simultâneo e a corre-

ria é grande. Eu faço um paralelo, na Comissão de Infraestrutura está o Ministro dos Transportes e, na verdade, estamos discutindo ali o caos que se instalou na infraestrutura do País devido à falta de recursos, obviamente.

Creio que esta Comissão tem uma oportunidade de aproveitar a vinda dos senhores aqui, o nome já diz: Comissão de Desenvolvimento Regional, tudo de que o Brasil está precisando neste momento, desenvolver-se.

Mas eu queria dirigir, Dr. Cléber, uma pergunta. Nós temos Estados que, como Mato Grosso e Mato Grosso do Sul – vou falar desses porque está aqui a Bancada representada, Senadora Simone e Deputada Tereza – nós temos um fator muito especial lá, que é a questão da fronteira. São corredores imensos. Só em Mato Grosso, por exemplo, são 900km de fronteira seca aberta para países exportadores de armas, produtores de narcotráfico e, na verdade, toda essa nossa população que fica nessa faixa contígua ali, fica um pouco à mercê da criminalidade. De que forma? Esses criminosos acabam cooptando, aproveitam às vezes a debilidade econômica da região, aproveitando-se disso.

Eu tive oportunidade de trabalhar no setor de segurança por 20 anos e recebia constantemente os relatórios do setor de inteligência, e a gente via isso. Tive oportunidade, certa vez, de me deparar com... Nós nos deparamos com um caminhão carregado com 700kg de cocaína. Quando fomos buscar o histórico daquele motorista, ele era uma pessoa da fronteira, um pequeno sitiante, que tinha um caminhãozinho. De repente, alguém propôs e aquilo foi... Ele já estava com um bitrem, carregando aquilo num bitrem, e já tinha falado que tinha feito várias viagens para o Rio de Janeiro com aquele caminhão carregado de cocaína. Isso é só um dos exemplos, sem falar que, às vezes, fazem a população ali de mula e tal.

Não sei se já existe algum projeto para podermos fazer um cinturão econômico, num desenvolvimento econômico nessa fronteira, porque o plano de repressão funciona, obviamente, mas não debela o problema, porque ele é meio que enxugar gelo. Quando a polícia vai a qualquer lugar, é porque todas as outras instâncias já foram esgotadas. Então, a pergunta que eu faço é se existe algum plano para que possamos ter um fortalecimento de um desenvolvimento econômico dessa fronteira brasileira, lógico, no caso da Sudeco e do Centro-Oeste ali, porque nós estaremos não só fazendo desenvolvimento econômico como fazendo segurança também.

É só esta a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Vamos passar a palavra ao Sr. Cléber, que irá responder os questionamentos da Senadora Simone e do Senador José Medeiros. Logo em seguida, vamos passar a palavra ao Dr. Mário e ao Sr. André.

A SRª TEREZA CRISTINA (PSB – MS. *Fora do microfone*.) – Eu gostaria de fazer uma pergunta, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Pois não.

Como ilustre visitante, a nossa Deputada, com certeza, tem o respaldo desta Comissão, desta Presidência, para fazer o seu questionamento.

A SRª TEREZA CRISTINA (PSB – MS) – Obrigada, Senador.

Eu queria cumprimentar a mesa, em nome do meu amigo Cléber Ávila, do Senador Davi, do Mário e do Dr. André.

Vou ser muito breve. Como eu conheço bem essa matéria, porque, durante muito tempo, trabalhei juntamente com a Sudeco para que atraíssemos investimentos e melhorássemos a operação da Sudeco com os Estados, principalmente com o meu Estado, eu queria fazer, Cléber, na verdade, uma sugestão. Primeiro, que se voltasse o conselho técnico, porque, desde que a Sudeco foi recriada e que se institui o modelo novo, houve duas reuniões só com os governadores. Eu acho que essas reuniões são muito importantes, mas elas são reuniões para determinação de grandes políticas para a Região, enfim, de rumos para o Centro-Oeste, mas o dia a dia tem pecado com vários problemas que atrapalham a Sudeco e os Estados por falta de agilidade na tomada de decisão. O Condel antigo tinha este papel importantíssimo: ele se reunia a cada dois, três meses, ele deliberava sobre várias coisas, e a coisa funcionava. Eu gostaria de fazer essa sugestão, porque eu penso que nós poderíamos avançar muito mais com a volta de um conselho menor, não tão grande quanto era, mas que ele pudesse trabalhar para que as coisas se acelerassem.

A segunda coisa é que, como o Centro-Oeste não tem um banco de desenvolvimento, o nosso repassador é o Banco do Brasil. Eu também quero fazer uma queixa aqui: têm piorado muito os prazos. Depois, ouvimos que se resolve tudo em 60 dias e sabemos que isso não é verdade. Há projetos no banco há mais de um ano e meio. Essa prática tem de ser estancada. O banco tem de dizer: "não vou dar o dinheiro". Há gente que começa a construir, que começa o investimento com seu recurso próprio, Senadora Simone, Senador José Medeiros, e aí o que acontece? Essa pessoa quebra, porque ela começa contando que vai sair em seis meses, ela põe recursos próprios, e, depois, não acontece esse financiamento. Essa é uma das coisas que têm prejudicado muito. Eu estou falando do meu Estado, mas imagino que isso aconteça em todos os outros Estados.

Há o caso da madeira, por exemplo. Mato Grosso do Sul tem hoje um maciço florestal enorme; há duas fábricas de celulose na terra da Senadora Simone, Três Lagoas; e nós precisamos de outra fábrica, temos de

buscar, pois há madeira sobrando. O mundo, diferentemente do que se pensava, está usando mais celulose, porque as fábricas que não eram competitivas, que estavam muito velhas e obsoletas, tanto na Europa como na Ásia, e no próprio Canadá, que é um grande produtor, vêm fechando. E o Brasil tem a condição ideal de continuar sendo um grande exportador de celulose e precisa dessa madeira.

O Banco do Brasil hoje, Cléber, parou esses financiamentos. Ele acha que não deve mais dar dinheiro para isso. E nós temos lá uma pilha de gente que já plantou e que está nessa situação, que pôs o seu capital de giro e agora não tem a continuidade desse dinheiro que iria sair. Acho que o Banco do Brasil precisa ser cobrado por isso.

Tem um outro caso aqui, também, que me espanta. O Banco do Brasil é parceiro, a gente entende. A inadimplência do Centro-Oeste é muito pequena, graças a Deus. Não sei como ela foi ano passado, mas é uma inadimplência que, em relação aos outros fundos, é a menor de todas – isso graças à boa gestão que o Banco do Brasil faz desses recursos. Mas, por exemplo, eles tinham 6% de taxa *del credere*; de tanto a bancada do Centro-Oeste brigar, essa *del credere* baixou para 3%. O que acontece? Eles instituíram uma taxa, agora, que não sei se é legal: custo de análise de projeto. Então, até R$15 mil tem que pagar 0,5% do financiamento, para essa taxa de projeto. Zero setenta e cinco acima de R$15 mil até R$200 mil. Isso aqui nem vai para os conselhos regionais, para o conselho estadual. Um por cento de R$200 mil a R$1 milhão e 1,25% de R$1 milhão e acima. Então, você imagina: R$100 milhões é o nosso teto, R$1 milhão de taxa; e isso é antecipado. Acho que isso aqui a Sudeco tinha que verificar, porque é uma queixa que temos nos nossos Estados, dos tomadores desses recursos.

E a outra coisa é a demora. Acho que o Banco tem que dizer: "Não vou te dar o dinheiro", mas não ficar enrolando a pessoa, porque acaba criando uma dificuldade enorme para os empreendedores dessa nossa região.

Por último, porque já falei demais, estou entrando com um requerimento para o Ministério da Integração e o de Minas e Energia. Vou pedir o apoio de toda a nossa bancada para que o FCO volte a financiar, a fazer investimentos na área de agroenergia, no setor de energia. Acho que estamos na contramão. O Brasil precisando de investimentos nessa área... Acho que não podemos limitar quantos... Até dez mega, ou enfim... Não podemos deixar as pequenas centrais elétricas ou de biomassa sem ter esse recurso, que é importantíssimo, do FCO, porque nem sempre o BNDES financia pequenos e médios investimentos nessa área. Então eu gostaria de comunicar que você vai receber um requerimento nosso, pedindo – estou já encaminhando ao Ministro de Minas e Energia e ao Ministro da Integração – a volta dessa linha de crédito tão importante para o desenvolvimento do nosso Estado.

Muito obrigada.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Presidente...

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Quero só fazer um adendo à fala da Deputada Tereza.

Superintendente, lá nós temos uma dificuldade também: o Condel tem, de certa forma, autorizado que o Banco do Brasil faça um repasse. Temos o sistema Sicredi, Bancoob e por aí vai, e a margem autorizada pelo Condel o Banco do Brasil não tem acatado. O Senador Wellington também vai fazer uso da palavra daqui a pouco, e a Senadora Simone também – com certeza sabem desse tema. Essas cooperativas são um sistema saneado, um sistema que poderia estar colocando mais dinheiro no mercado, mas tem essa limitação. Eu gostaria que V. Exª fizesse essa consideração também.

Muito obrigado.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Deixa eu aproveitar... Eu não queria divulgar em causa própria, mas uma vez que a Deputada Tereza falou aqui em uma questão que é fundamental... Bom, em relação à questão do Banco do Brasil, vamos preparar um requerimento de informação ao Presidente do Banco justamente para entender isso.

Uma outra questão que acho fundamental, mais jurídica: não tem cabimento, em função... Deixei até aqui para a Tereza falar sobre a questão da documentação e certidões, em função da demora da análise dos projetos pelo agente financiador, que é o banco. Não tem sentido ele cobrar certidão negativa da empresa no primeiro momento e a cada 30 dias solicitar novamente. A impressão que dá é que realmente essa é uma forma de enrolar. Por que não cobrar no início e na hora que sair o recurso do financiamento, antes de liberar o recurso para o empreendedor, perguntando: "Cadê a certidão negativa? Deixe-me confirmar se você ainda está quite com toda a parte previdenciária, fiscal, tributária etc."

Então essa é uma questão com a qual acionaremos o banco. Mas, como disse, eu não queria advogar em causa própria, mas acho importante deixar isso registrado para a Comissão e para o Brasil que está nos assistindo, em relação a essa riqueza que hoje nós temos em Mato Grosso do Sul.

Nós temos um maciço florestal que nos últimos 8 anos saiu de 100 e ... – a Tereza pode me ajudar –, 150, 160 mil hectares de plantio de eucaliptos, Senador, 160 mil hectares, para mais de 700 mil. Isso se deve a duas plantas instaladas no meu município. Eu era prefeita, tenho orgulho de ter ajudado a atrair as duas maiores fábricas do mundo de celulose estão instaladas em Mato Grosso do Sul, no Brasil. Isso é um orgulho para todos nós.

Essas fábricas, só para se ter uma ideia, geram, geraram – estudos feitos e inclusive publicados em revista americana – um incremento para a economia local de 300%, Senador Presidente, para o Estado de Mato Grosso do Sul, a médio prazo, porque tem o incentivo fiscal então ele começa pagando pouco, recolhendo pouco ICMS, mas a médio prazo, quando ele começar a pagar na sua integralidade o ICMS, nós teremos incremento na receita do Estado de 13% da arrecadação, nós aumentaremos, cada fábrica. E mais, isso representa, por conta da exportação, um incremento de 0,15% do PIB nacional. No momento, nós temos uma perspectiva, a mais otimista, de haver um saldo negativo de 0,8%. Duas fábricas estão ajudando em 0,30% o PIB do País.

Por que estou dizendo tudo isso? Porque da mesma forma como nós vimos que saiu recurso para Mato Grosso do FDCO, em 2014, e não temos perspectiva, existem projetos, um deles é para a região de Ribas do Rio Pardo, que é muito próxima à capital, de uma terceira planta de celulosa tão grande quanto as outras duas. Nós estamos falando de um planta que está pedindo recursos do FDCO para obras de infraestrutura que vai atender toda a região, em Mato Grosso do Sul, e não tivemos nenhuma reposta em relação a essa questão de uma fábrica, volto a repetir, que vai ajudar a incrementar o PIB nacional

Então, são essas questão que precisam ser muito bem trabalhadas, daí a minha pergunta, que talvez seja a mais importante que eu fiz: cadê o nosso Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste ou Plano Nacional de Desenvolvimento do Interior deste País? Para ver, com o pouco recurso que temos, quais são efetivamente as prioridades, não só de uma cidade ou de um Estado ou de uma região, mas quais são as prioridades do Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Próximo Senador inscrito, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Eu quero saudá-lo, Presidente Davi, bem como a proponente, a Senadora Simone, e cumprimentar também o José Medeiros que, comigo, assinamos o apoiamento, subscrevendo esse requerimento e também a Deputada Tereza, a Senadora Tereza que... (*Risos.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Não vamos fazer confusão. É que viajei com ela essa semana, fomos até Ribeirão Preto, tivemos oportunidade de conversar, e quero aqui registrar a minha simpatia pela sua competência, ela que foi secretária no Mato Grosso do Sul.

E, aí, Senadora Simone, a senhora estava falando que aquilo se deu pela sua competência, na verdade, como prefeita daquela cidade e que fez uma grande gestão – eu tive oportunidade de ir lá, inclusive, tenho amigos que lá residem – e, claro, o seu paí também, com a liderança que aqui exerceu nesta Casa, três Lagoas hoje, sem dúvida nenhuma, é um exemplo de tudo o que ela falou aqui e um pouco muito mais.

Ainda por que uma região que, a princípio, parecia que era de terras fracas, que não tinha uma solução desenvolvimentista, e V. Exª encontrou, como prefeita, nessa competência, fazer com que aquela cidade pudesse encontrar um caminho, exatamente dentro daquela característica que é a maior nossa, do Centro-Oeste brasileiro, que é o potencial da nossa extensão territorial. Com isso, então, implementando tecnologias – e hoje, o Centro-Oeste, sem dúvida nenhuma, tem a maior tecnologia do mundo em produção agropecuária.

Então, nós temos o problema que, sem dúvida nenhuma, é a questão da nossa infraestrutura, e, aí, entra a logística, a energia, enfim, tudo isso aqui que já foi colocado.

Eu quero cumprimentar o Cléber Ávila, o André e também o Mário, mas quero aqui falar também que, Deputada Tereza, eu fui relator da criação do Banco do Desenvolvimento do Centro-Oeste, e a equipe econômica sempre teve muita dificuldade, botou muita resistência. Nós chegamos até a sugerir a possibilidade de transformar o BRB também em Banco do Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Eu acho que é um trabalho que todos nós aqui, no Congresso Nacional, temos que fazer em relação ao Centro-Oeste, porque a Sudeco, sem dúvida nenhuma, foi a grande mola propulsora do desenvolvimento da Região Centro-Oeste. Eu quero aqui dizer que tenho ido muito lá na superintendência, com o Cléber, e nós temos um problema sério, que é a questão orçamentária. O Cléber mostrou, mas ele mostrou, pelo que me colocaram, principalmente os recursos dos fundos, o recurso de empréstimo, agora o orçamento da Sudeco para fazer as obras também de apoio às prefeituras, enfim, é muito pequeno, e é seria um instrumento que nós temos que poderia, inclusive, ter muita agilidade, já que, como ele colocou, é um organismo novo, sem vícios, que pode muito bem nos atender na Região Centro-Oeste.

Ontem nós colocávamos lá com o Vice-Presidente Michel Temer, inclusive, a possibilidade de a gente criar um departamento, uma delegacia, alguma coisa da Sudeco em cada Estado do Centro-Oeste. Aí, Cléber,

eu gostaria de sugerir isso, para que você colocasse como meta, e, quem sabe aí, nós vamos trabalhar apoiando isso, porque nós tivemos que brigar muito aqui no Congresso Nacional para que a Sudeco pudesse ter essa estrutura que tem hoje.

Nós estamos agora ali na outra Comissão com o Ministro dos Transportes, também falando da questão da infraestrutura logística, e, aí, Presidente Davi, o Ministro foi muito claro ali agora, ao dizer que ele não tem o que falar em termos de previsão orçamentária, de liberação recursos, nem nas obras que estão em andamento. Foi uma coisa muito clara.

Hoje à noite, nós teremos uma reunião com o Ministro Levy, com o Senador Blairo, à noite. Nós vamos conversar, porque, no caso nosso, a concessão da BR-163, em Mato Grosso, diferentemente de Mato Grosso do Sul, toda ela foi feita sob responsabilidade da concessionária, ou seja, da divisa de Mato Grosso até o Paraná. No caso de Mato Grosso, não. A metade do trecho da divisa de Mato Grosso do Sul até Sinop e metade de Rondonópolis até Posto Gil é de responsabilidade do DNIT. A concessionária está trabalhando com agilidade, está construindo as praças de pedágio, e a parte do DNIT está parada. E, aí, o que vai acontecer? Daqui a pouco, tem que cobrar o pedágio, e nós não vamos aceitar. É claro que a população não vai concordar em pagar um pedágio de um trecho que está lá. Esse trecho de Rondonópolis a Cuiabá, até Posto Gil, segundo a Polícia Rodoviária Federal, é o trecho que tem maior número de acidentes frontais do Brasil, e acidente frontal representa normalmente perda de vida, e, com vida, a gente não pode brincar. Além disso, eu disse lá, o custo social é muito grande.

Então, eu não vou me estender aqui muito, mas eu acho que, para nós, é fundamental valorizar, potencializar a Sudeco. E, aí, Cléber, na reunião que tivemos com a Sudam, foi feita uma sugestão aqui também, para que, nas reuniões do Condel, fosse convidado o Parlamento como observador. Eu penso que também, da mesma forma, foi acatado isso pela Sudene, e eu acho que a Sudeco poderia ter essa iniciativa. É um convite formal, e eu acho que, aqui, no caso do Senado, esta Comissão é a Comissão ideal para estar, na Câmara, é outra comissão, eu acho que é a Comissão de Desenvolvimento Econômico ou a Comissão de Desenvolvimento Urbano.

Nós gostaríamos de sugerir ao Presidente Davi que fosse aqui tomada esta posição e acatada pela Sudeco, para que às reuniões do Condel fosse convidada a Comissão, porque aí poderíamos estar lá de forma oficial, não para votar, mas, pelo menos, para fazer as observações, e, com isso, trazer mais entrosamento entre a Comissão e aquilo que for necessário de aprimorar dentro da questão do Condel e dessa relação com a sociedade, que nós, os Parlamentares, representamos.

Penso que é isso. Quero aqui pedir desculpa, porque tenho que voltar lá, porque fui proponente daquela reunião que está acontecendo de audiência pública e justificar que aqui é assim mesmo, somos menos Senadores, menos do que a Câmara, somos 81 e temos que nos dividir nas mesmas Comissões.

Mas tenho certeza, nossa proponente Senadora Simone, e também o Presidente Davi, de que tudo isso aqui que está sendo gravado e teremos a oportunidade depois de discutir mais intensamente.

Quero, de qualquer forma, parabenizar o Cléber, que, com todas essas dificuldades, tem dado dinamismo. E é importante dizer que nós, tradicionalmente, temos um representante de cada Estado, um de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal. Hoje, Goiás tem dois diretores. Não estou aqui defendendo Brasília, não, mas acho que seria sempre ideal que cada Estado também mantivesse essa tradição de ter um representante dentro da diretoria.

Hoje a superintendência está aqui com o Cléber, já foi do Distrito Federal, mas acho que o importante é que tenhamos um de cada Estado na diretoria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Diante das indagações feitas pelos Senadores e pela Deputada Tereza, quero fazer um parêntese na observação da Deputada Tereza, quando fala da questão do Banco do Brasil. V. Exª está com toda a razão, Deputada, porque imagina o investidor que está com um projeto, buscando, como colocou a Senadora Simone, gerar riqueza para o País, emprego para a região e é, por isso, o motivo da recriação da Sudeco, da Sudam e da Sudene, que é justamente diminuir as diferenças sociais, as diferenças regionais e potencializar regiões do Brasil aonde o Estado brasileiro não chega, a não ser através dessas agências. E, quando vemos o Banco do Brasil – e cansei de ver propaganda do Banco do Brasil dizendo que é o banco dos brasileiros – e vemos V. Exª dar um testemunho desses, dizendo que o Banco do Brasil fica ali um ano, um ano e meio, como falamos lá no Amapá, cozinhando, porque é, de certa forma, uma maneira de empurrar com a barriga, e não diz nem sim nem não; e, no final, como V. Exª colocou, ainda inventa uma taxa que vai cobrar em cima dos projetos.

Então, não tinha conhecimento dessa taxa, quando aprovamos o requerimento da Senadora Simone, mas acho que seria muito bem-vindo se tivéssemos convidado também um representante do Banco do Brasil, para falar sobre essa taxa, mas não faltará oportunidade.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM – AP) – Pois não, Senadora.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não vou mais, é a última intervenção. Acabei de falar com o Senador Wellington, e estava falando com o Senador José Medeiros, inclusive de apresentarmos em conjunto, de repente em nome de toda a Comissão, um requerimento convidando o Presidente do Banco do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – É isso.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Porque essa é uma questão que atende não só a interesses do Centro-Oeste, mas do Norte e do Nordeste, para que ele fale, inclusive, não só em relação a essa taxa de administração, mas em relação a essa questão das certidões negativas, enfim, que possa mostrar, do lado do agente financiador, a razão desses recursos; e nós podemos colocar as dificuldades que o tomador tem em relação a essa taxas, que são insignificantes para o Banco do Brasil, mas que somam e muito no sentido negativo para quem precisa de financiamento para fomentar o desenvolvimento do País.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Com certeza, Senadora Simone. Solicito a V. Exª que faça o requerimento conjunto da Comissão oficialmente, assinado por todos os Senadores. Faço questão de também apoiar o requerimento de V. Exª para que possamos, já na semana que vem, deliberar o convite ao Presidente do Banco do Brasil para que ele possa esclarecer não só essas questões relacionadas ao tempo, à espera, para saber se é legal ou não cobrar essa taxa, haja vista que nunca foi cobrada e agora, pelo que a Deputada Tereza colocou, está sendo imposta pelo Banco do Brasil.

Com certeza, o nosso Superintendente Cléber vai falar também sobre isso porque foi questionado. Enfim, após todos os questionamentos feitos dos Senadores e da Deputada Tereza, queria passar ao Presidente Cléber para que ele possa fazer as suas considerações sobre o que foi feito, na verdade, de ponderação, mas especialmente sobre os questionamentos de temas específicos da explanação de V. Sª nesta Comissão.

O SR. CLÉBER ÁVILA FERREIRA – Quero agradecer aos Senadores, às Senadoras e à Deputada pelas contribuições, porque é uma oportunidade extra para a Sudeco elucidar, de forma mais objetiva, a forma como nós conduzimos a operação dos fundos e também as questões de caráter institucional de obrigação da Sudeco.

Eu vou responder pela ordem de quem me perguntou. Vou começar respondendo aos questionamentos da Senadora Simone. Em relação a orçamento, o FCO é um fundo constitucional, então, os seus recursos estão assegurados e são vinculados ao IPI e ao imposto de renda. São 3% divididos entre as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Esse valor de repasse de Tesouro está garantido, e também a maior parte dos recursos que compõem o fundo para este ano advém de retorno de financiamentos. Então, para que esse valor não se concretize eventualmente, só se tivermos uma queda brusca de arrecadação, mas o que ocorreu nos primeiros quatro meses ainda não deu uma tendência de queda que justificasse uma alteração na nossa programação orçamentária. Nós estamos no primeiro quadrimestre com as expectativas alcançadas.

Em relação ao FDCO, aí, sim, ele não tem nenhuma fonte vinculada; é discricionário, do Tesouro, da Fazenda, da Presidência da República. Quando nós estávamos discutindo o decreto de regulamentação do FDCO, houve todo um trabalho dos Estados, do então Secretário Jenner para que nós pudéssemos fazer uma vinculação – nem que fosse temporal – para os próximos dez anos, o que, naquele momento, não foi entendido como uma boa alternativa para o FDCO na área econômica. Nós não conseguimos fazer essa vinculação, e, então, esse orçamento vai ser apresentado ano a ano e aprovado ou não ano a ano. Nós não temos nenhuma fonte de vinculação.

Nós aprovamos cerca de R$1,1 bilhão para 2015 e, até o presente momento, ele foi sancionado sem veto pela Presidência. E aí a gente tem uma certa tranquilidade em relação ao FDCO quando o número é aprovado por conta de que ele é uma operação de financiamento. Então, ele não impacta no resultado primário do Governo, da economia. Naquelas obrigações de gastos, ele não impacta. Isso quer dizer que o FDCO não teria, a não ser baixa arrecadação, um motivo mais técnico para que ele não ocorresse na sua integralidade.

Aproveitando esta oportunidade em que estou falando sobre fundo constitucional e fundo de desenvolvimento, eu tenho de fazer um resgate nos anos de 2012 e 2013. A Secretaria de Fundos do Ministério fez uma proposta e apresentou para os membros do Condel/FCO, naquele momento, acabar com esse formato de distribuição de recursos, porque hoje nós temos 29% para o Mato Grosso, 29% para Goiás, 23% para Mato Grosso do Sul e 19% para o Distrito Federal. E a ideia foi lançar um piso de 15% para cada unidade federativa da Região Centro-Oeste, e o que viesse a mais seria na disputa natural de projetos. Porém, nós ouvimos, por incrível que pareça, que os Estados não quiseram essa alteração naquele momento.

Então, nós fizemos um movimento para, digamos assim, tratar de forma isonômica essa distribuição de orçamento, mas existe o Condel, que está pronto para receber novas propostas e voltar a essa discussão.

Nós fizemos esse desenvolvimento em 2012 e 2013; naquele momento, os Estados entenderam que não seria vantagem fazer essa alteração e, hoje, nós temos a oportunidade de rediscutir esse assunto.

Em relação ao Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, nós fizemos, no período de 2011 a 2014, uma articulação com Estados e Municípios. Inclusive, aproveitamos as reuniões dos Conselhos de Desenvolvimentos Regionais, aproveitamos os eventos do Ministério da Integração Nacional para construir essa peça. Ela está hoje em processo de finalização. Inclusive, está aqui o Agnaldo Silva, nosso Coordenador de Projetos Especiais, que é a pessoa responsável diretamente por este assunto. A nossa expectativa é que agora, no início do segundo semestre, seja encaminhado ao gabinete do Ministro da Integração, que é quem tem a prerrogativa de encaminhar ao Congresso.

Faço um compromisso aqui a esta Comissão de que, a partir do momento em que esse documento for encaminhado ao gabinete do Ministro – peço à equipe que registre –, informemos aqui à Comissão de Desenvolvimento Regional.

Em relação à aplicação de recursos do FDCO em Mato Grosso do Sul. O ano de 2013 foi o ano em que nós inauguramos o FDCO. A Deputada Tereza, naquele momento, era Secretária de Desenvolvimento Econômico – vamos falar assim –, da Seprotur, e ali nós aprendemos a fazer fazendo. Nós tínhamos um espaço temporal de dois a três meses para aplicar cerca de R$1,45 bilhão, e os Estados nos apresentaram as demandas que julgavam ser prioritárias. Então, nós fizemos, de R$1,45 bilhão, Senadora, empenhos no valor de R$900 milhões ao Estado do Mato Grosso do Sul e de R$500 milhões ao Estado de Goiás, que foram os projetos apresentados para nós naquele momento. E, desses R$900 milhões que foram destinados a Mato Grosso do Sul no primeiro ano, R$800 milhões estavam relacionados à cadeia produtiva da celulose. Então, o aporte inicial foi feito de forma consistente e majoritária no Estado de Mato Grosso do Sul.

Infelizmente, por questões operacionais e de análise de processo, os dois projetos foram frustrados nas instituições financeiras que estavam com as análises. E, recentemente, nós recebemos uma consulta de um novo projeto, uma consulta informal ainda, para a região, que nós queremos trabalhar com uma nova sistemática.

Nós tivemos uma reunião do conselho das instituições financeiras, no início do mês de abril, e estamos fazendo uma proposta de revisão do decreto do FDCO e também estabelecendo um novo fluxo processual junto às instituições financeiras. De modo que, a partir do momento em que o projeto ingresse na Sudeco, ele já tenha uma sinalização prévia das instituições financeiras, para que, no final do ano, a gente empenhe recursos e não se percam mais recursos empenhados.

Isso é uma medida cautelar, digamos assim, que a Sudeco está fazendo em parceria com as instituições financeiras. E é fundamental, nesse processo, que, em relação a todas as demandas que já existam no Mato Grosso do Sul e que sejam do conhecimento da senhora ou do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, enfim, do setor produtivo, que se procure a Sudeco para que a gente possa fazer esse primeiro bate-papo, fazer esse alinhamento para que nós possamos chegar a dezembro de 2015 tendo alcançado o nosso principal objetivo, que é empenhar e contratar os nossos recursos.

A senhora me perguntou também sobre a questão da guerra fiscal. Nós estamos aqui com a Drª Carmem, que é assessora do Ministro. Eu passei a demanda aqui para ela, para saber de que forma o ministério está tratando esta questão da guerra fiscal. E tenho que ser bastante franco com vocês no sentido de que eu não tenho nenhuma informação neste momento para oferecer aos Srs Senadores, mas eu faço um compromisso aqui junto com a assessora do Ministro de encaminhar essa resposta formalmente à comissão por meio de um ofício da Sudeco.

Voltando aqui agora, continuando a questão das perguntas, acho que eu respondi todas as que a senhora fez, não é?

O questionamento da Deputada Tereza. A Deputada Tereza praticamente a nossa parceira nessa fase inicial da recriação da Sudeco do ponto de vista inclusive de, como ela está na ponta, naquele momento ela estava como Secretária e estava tendo um diálogo direto com o setor produtivo, ela trouxe, foi um dos nossos principais porta-vozes com o setor produtivo, sobretudo o setor rural.

Então, diante daquela experiência que nós tivemos do ano de 2011 até o final de 2014, Deputada, nós tivemos algumas iniciativas. E aí eu quero parabenizar a Hélen Cássia e toda a equipe ali liderada pelo Everaldo, que trouxe para nós a sugestão da criação do Comitê de Articulação das Secretarias de Estado. E esse comitê vai fazer exatamente aquele papel técnico que nós fazíamos no Condel/FCO. Inclusive não é obrigatório que o representante seja o Secretário. Pode ser o Secretário ou pode ser também alguém designado por ele.

E aí, só a título de informação, nós já fizemos a primeira reunião em 16/04 lá no Palácio do Governo de Mato Grosso. Nós tivemos a representação do Mato Grosso Sul, foi o adjunto do Jayme; nós tivemos a equipe de Goiás; de Mato Grosso, que foi nosso anfitrião, e do Distrito Federal, que foi o Apolinário e o Secretário Arthur. E a pauta lá, só para registrar, nós discutimos promoção de investimentos, acordo de trabalho MDIC/Sudeco, a criação da Renai Regional, a demonstração da Renai Nacional e a atração de investimentos do FDCO.

Ali nós já deixamos uma tarefa para cada Secretário prospectar possíveis investimentos de FDCO. E discutimos também os 2% para o investimento em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia vinculados à aplicação dos recursos do FDCO. E apresentamos, por último, esse novo formato da caravana FCO.

Em relação à questão da taxa de análise de projetos, eu tive essa informação recentemente também, e aí nós estamos num momento muito propício para fazer essa discussão. Está-se avizinhando aí a realização da nossa primeira reunião do Condel de 2015, inclusive com posse dos novos conselheiros para o dia 25 de maio. Então eu acredito que, até por conta de que o Presidente do Banco do Brasil é conselheiro no Condel, é o momento. E aí poderia ser provocado por qualquer representante dos Estados, Municípios e Governadores, colocar esse assunto como sugestão de discussão extrapauta. Já fechamos a pauta, mas a gente poderia apresentar ao Sr. Ministro como uma sugestão de extrapauta. E aproveitar e colocar também esses problemas aqui colocados pela senhora que a gente, no contato com o setor produtivo, a gente sabe que perdura: a questão de prazos e análise de processos e essa questão da discussão da energia.

Nós sempre manifestamos favoravelmente à manutenção de pequenos projetos de geração de energia, CGH e PCH até 10 mega. Nós estamos nos manifestando favoravelmente à manutenção desses projetos para financiamento por meio dos recursos do FCO e também do FDCO.

Então, acredito que nós ficamos aqui aguardando um expediente, e aí poderia ser provocado pelo Governo do Estado ou até mesmo pelo mandato parlamentar da Deputada Tereza, para a gente fazer uma inclusão e discussão disso na pauta do próximo Condel.

Em relação aos questionamentos do Senador Medeiros, nosso conterrâneo lá no Mato Grosso, quero parabenizar pelos trabalhos que tem desenvolvido, Senador, no seu início de mandato e eu quero dizer algumas ações que nós já estamos desenvolvendo na faixa de fronteira. Nós estamos com um projeto de duplicação, de pavimentação da Sul Fronteira em Mato Grosso do Sul, inclusive isso originou uma demanda para a inclusão no PAC. E aí o Senador Moka acaba de chegar, foi um dos grandes interlocutores da sociedade sul-mato-grossense com o Ministério para que esse projeto fosse discutido e incluído no PAC.

O Projeto de resgate da erva-mate é um programa de recuperação econômica e cultural no Mato Grosso do Sul; fortalecimento da bacia leiteira, tanto do Mato Grosso como Mato Grosso do Sul por meio de aplicação de transferência voluntária de recursos da Sudeco; e implantação da ZPE de Cáceres. A gente já tinha uma demanda colocada pelo Senador Wellington Fagundes para a inclusão da ZPE de Cáceres ou no PAC ou no PPA.

Nós participamos do Comitê de Fronteira que é presidido pela Vice-Presidência da República; o Ministério da Integração Nacional tem um assento e a Sudeco participa junto à Secretaria de Desenvolvimento Regional nesse Comitê de Fronteira.

Em relação às cooperativas de crédito, é bom fazer sempre um resgate histórico: quando a Sudeco foi recriada, quando nós chegamos em nossa superintendência – vou pegar o exemplo do Sicredi –, o Sicredi recebia de R$10 milhões de repasse e toda essa articulação e negociação junto ao Banco do Brasil, apesar que nós sabermos que a decisão pela ampliação do limite de crédito, é uma decisão interna do banco, mas nós fizemos todas as articulações necessárias, porque saímos de dez e hoje estamos com cerca de R$130 milhões em repasse, em um período de quatro anos.

Nós sabemos que o interesse, o pleito do Sicredi é muito maior, mas não fugimos dessa discussão e temos sempre apoiado. Nós recebemos, Senadora Lúcia Vânia, recentemente, um pedido da GoiásFomento também para ampliação. Então, de pronto, já manifestamos favoravelmente, fizemos uma articulação com a Secretaria de Fundos e chamamos o Banco do Brasil para uma reunião. É lógico que, quanto mais personagens e atores estiverem envolvidos nesse processo de cobrança junto à instituição financeira, acredito que nossa chance de êxito é muito maior.

Já fizemos um movimento, mas o que quero dizer com minha fala é que preciso do apoio e dos respaldos dos Srs. e Srªs Senadores e Senadores e Deputados e Deputadas.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Com permissão do Dr. Cléber e o cumprimentando – eu não faço parte, eu não tenho assento nesta Comissão, o Senador Davi não permitiu que eu pudesse fazer parte da Comissão aqui...

É claro que isso é brincadeira.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – V. Exª tem voz a qualquer momento nesta Comissão.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu queria, inicialmente, cumprimentar o Dr. Cléber, o Dr. Mário, o Dr. André Nunes e dizer que acabamos, na Comissão de Assuntos Sociais e nesta especificamente, a Sudeco, que é um grande parceiro do Mato Grosso do Sul.

Esta audiência pública, salvo melhor juízo, foi requerida pela Senadora Simone Tebet, cujo pai, o saudoso Senador Ramez Tebet, foi um dos presidentes da nossa Sudeco. Então, eu quero dizer o seguinte, espe-

cificamente nesse tema: a importância que tem, Senador, do Sicredi e das chamadas cooperativas de crédito, porque, na ponta do sistema, a cooperativa tem uma capilaridade muito maior do que qualquer banco. Em termos, por exemplo, de atendimento aos produtores rurais eu não tenho a menor dúvida. É claro que o Banco do Brasil também não quer perder esse filão, vamos dizer assim.

Eu fui o autor, quando da criação novamente da Sudeco, da emenda que possibilitou que os recursos do chamado Fundo do Centro-Oeste fosse também geridos pelas cooperativas de crédito. Ocorre que o Banco do Brasil deixa uma fatia muito pequena, só para os pequenos, praticamente para a agricultura familiar e, hoje, o Sicredi, o sistema das cooperativas de crédito, tem um fundo garantidor que inclusive é aprovado pelo Banco Central, o sistema OCB. Então, não tem mais por que essas cooperativas de crédito não serem repassadoras também de recursos não só para os pequenos, mas para qualquer segmento e seja investimentos de qualquer porte.

Apenas e tão somente para contribuir e talvez, aqui, a gente pudesse estar atrás disso em outra audiência no sentido de forçar porque o Banco do Brasil, espontaneamente, nunca vai deixar que isso aconteça.

É evidente isso. Senadora Lúcia Vânia conhece bem esse assunto também, mas ela é mais defensora do Banco do Brasil, devo dizer.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Ah é. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Agradeço as considerações do Senador Moka e nós estamos, Senador, fazendo já, para a próxima reunião, na semana que vem – inclusive V. Exª também pode subscrever – o requerimento coletivo da Comissão, convidando o Presidente do Banco do Brasil para tratar, dentre outros assuntos, com certeza, a questão "o Banco do Brasil é dos brasileiros". Então, o Banco do Brasil tem que atender as cooperativas muito mais do que hoje, restringir o recurso para ele gerenciar e acaba não gerenciando.

Antes de V. Exª falar, houve o depoimento da Deputada Tereza, da Senadora Lúcia, de que o Banco do Brasil demora cerca de um ano para liberar um projeto; e a cooperativa na ponta, com a capilaridade que V. Exª diz que tem e que é concreta, porque ela chega onde Banco do Brasil não chega, com certeza, vai facilitar a liberação desses recursos, por meio desse entendimento.

Nós vamos fazer esse questionamento ao presidente do Banco do Brasil, na próxima audiência.

A SRª TEREZA CRISTINA (PSB – MS) – Senador Davi, desculpe, mas eu queria só ponderar.

Quanto ao Banco do Brasil, não são todos, eu estou falando que há projetos que ficam lá um ano e meio, também não posso ser irresponsável em dizer que são todos. Mas, realmente, tem demorado muito mais e, nesses casos de projetos maiores, é que eu acho que existe uma falta de comunicação do Banco com o tomador em dizer que não vai dar, que não foi aprovado o limite, para a pessoa ter uma outra alternativa. Mas isso não é regra geral, o Banco do Brasil não é tão ruim assim.

Então, é só para a gente ter uma comunicação maior com eles. Outra coisa, eu acho que ele recebe o suficiente para ter uma estrutura, Senadores, para ele cuidar do FCO separadamente. Não colocar o FCO na vala comum das agências. Se ele pudesse ter uma análise mais específica – não sei se isso modificou, Cléber, porque há um ano que eu não trabalho mais. Mas eu acho que é no sentido de ajudar até o Banco a ajudar os empreendedores que trabalham por meio dos fundos constitucionais.

Muito obrigada.

E eu queria pedir permissão, porque tenho a Comissão de Tributação e Finanças e o Ministro Levy está lá agora. E, então, eu vou ter que ir lá participar, mas eu teria várias perguntas sobre ferrovia para o Dr. Mário Dirani e para o Dr. André, mas, infelizmente, já me chamaram e eu vou ter que ir lá.

Não se esqueçam do Mato Grosso do Sul com as ferrovias, nós estamos numa situação ruim lá.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Muito obrigado, Deputada, e com certeza V. Exª engrandeceu, em muito, o debate desta Comissão.

Gostaria de passar para a próxima Senadora inscrita, Senadora Lúcia Vânia, com a palavra.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr. Presidente da Superintendência da Sudeco, Cléber; Dr. Mário Dirani; Dr. André Nunes, os nossos cumprimentos.

Dr. Cléber, essa queixa com o Banco do Brasil é antiga e é antiga exatamente porque nós não conseguimos ainda força política para questionar o Banco do Brasil que opera e administra o Fundo do Centro-Oeste.

É inadmissível um fundo que tem hoje um estoque do FCO na ordem de quase R$25 bilhões e não ter condições de aportar novos fundos, para que a gente possa atender a essa demanda da Região Centro-Oeste.

Essa tem sido uma luta nossa, dos Senadores daqui da Região Centro-Oeste, porque, infelizmente, nós não tivemos força política ainda para questionar isso. Eu acho que o Banco do Brasil operar, tudo bem. Mas administrar, ele não administra o fundo. Ele simplesmente é depositário do fundo e usa esse fundo para vender outros pacotes de interesse do próprio banco. E isso é um prejuízo enorme para a Região Centro-Oeste.

Mas eu gostaria aqui de fazer uma pergunta em relação ao FDCO. O FDCO foi criado com a recriação da Sudeco e contou com a participação de todos os Senadores da Região Centro-Oeste. Ele começou com cerca de R$1,4 bilhão e, nos anos seguintes, passou para R$1,1 bilhão. No primeiro ano, como não tínhamos projeto, ele foi instituído através de uma portaria do Ministério da Fazenda, depois de uma demanda de todos os Senadores com o ministro naquela ocasião. Nós fizemos com que o FDCO pudesse cobrir o FCO, uma vez que não tínhamos projetos para o FDCO. A partir daí, nós entramos num período eleitoral e não pudemos fazer o acompanhamento da aplicação do FDCO.

Então, eu gostaria de saber se, hoje, o FDCO dispõe de projetos; quais são os projetos que estão sendo beneficiados; e quais são os critérios que são utilizados para selecionar os projetos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Com a palavra, o Sr. Cléber.

O SR. CLÉBER ÁVILA FERREIRA – Finalizando, então, a resposta ao Senador Medeiros, nós encaminhamos um ofício ao Banco do Brasil na semana passada e incluímos a discussão, além da Sicredi, do GoiásFomento para aumentar o seu limite de operação.

Nós teremos, no dia 25, uma reunião...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Em relação a esse recurso do GoiásFomento, eu gostaria de informar a V. Exª que tive um contato com o Banco do Brasil e fui informada que o banco não autorizou o repasse para o GoiásFomento em função de que existem R$10 milhões que não foram ainda aplicados.

O SR. CLÉBER ÁVILA FERREIRA – Obrigado, Senadora.

Finalizando a primeira rodada de perguntas, dentre as ponderações do Senador Wellington Fagundes, que inclusive é o Líder da Bancada da Região Centro-Oeste e está nesta Comissão e na Comissão de Infraestrutura, eu quero destacar que, em relação ao orçamento de transferência voluntária da Sudeco, nós tivemos uma média anual, desde a recriação da Sudeco, de previsão orçamentária de R$10 milhões/ano para atender a todas as demandas de infraestrutura e outras. Porém, quanto aos limites para empenho efetivo, a média anual é de 50%. Então, a execução mesmo é algo em torno de R$5 milhões/ano de orçamento próprio da superintendência.

Agora, eu quero cumprimentar a Senadora Lúcia Vânia. Eu, a Sudeco e a nossa equipe temos um carinho especial pela sua defesa da recriação da Sudeco, pela implantação desses importantes instrumentos. Nós sabemos que todas as referências, nessa discussão, sobre a recriação da Sudeco tem o nome da senhora, a sua assinatura e o seu trabalho. Então, queremos fazer esse registro aqui.

Nós temos acompanhado de perto essa questão das queixas em relação ao atendimento ao Banco do Brasil. Nós sabemos que essas operações do FCO são as mais democráticas. Pode-se solicitar tanto um recurso de mil reais como um de R$20 milhões ou, numa condição – digamos assim – aprovada pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico de Estado, pode-se chegar a um pleito de até R$100 milhões. Então, ele é o mais democrático de todos os fundos. Mas nós sabemos da dificuldade desses prazos. Então, o que nós fizemos para ajudar no acompanhamento disso? Nós instalamos a Ouvidoria do FCO. Desde março do ano passado, nós temos uma ouvidoria específica para o FCO.

Automaticamente, recebendo todas as manifestações, nós temos, num primeiro momento, pedido uma resposta por expediente, formal, e, quando o caso não se resolve, nós chamamos para reuniões. Enfim, nós temos, de certo modo, acompanhado caso a caso. É lógico que nós não chegamos a um formato ideal de atendimento, mas a Sudeco não está fazendo vistas grossas nem está de costas para esse problema. Então, essa foi a grande medida que nós tomamos, além de notificar e, enfim, de cobrar que o banco cumpra o que está determinado nos nossos regulamentos.

Em relação ao FDCO, aquela foi uma estratégia bastante inteligente de se aproveitar os recursos do FDCO e aportar naqueles projetos de grande volume do FCO, e isso se repetiu na Sudam e na Sudene também, Presidente. Tivemos, naquele ano, o empenho integral de todos os recursos, 2013, e, a partir do empenho, passou-se à parte de análise de viabilidade econômico-financeira, enfim, para contratação nas instituições financeiras.

Quem inaugurou as contratações foi o Estado de Goiás com dois projetos: um, no Município de Catalão, uma ampliação tecnológica da fábrica de veículos da Mitsubishi, e a outra foi Stemac Geradores, no Município de Itumbiara. Somadas as duas, aproximadamente, R$600 milhões dos recursos investidos em 2013.

Para este ano, vamos trazer os números de 2015 para a senhora, temos uma previsão orçamentária de aproximadamente R$1,1 bilhão. E, aí, quais são os critérios para apoiamento dos recursos do FDCO? Vou trazer aqui uma leitura do que foi estabelecido como regra geral e que é analisado por nossa equipe. Realização de investimentos na área de atuação da Sudeco em infraestrutura, serviços públicos e empreendimentos produtivos de grande capacidade germinativa de novos negócios.

Mas quero fazer um destaque para a questão da infraestrutura. Esse fundo tem os projetos de infraestrutura como seus clientes preferenciais. Então, todos os projetos de infraestrutura, rodovia, ferrovia, saneamento, tudo que for dotar a nossa região de infraestrutura para que a gente possa melhorar a qualidade de vida das

pessoas e atrair novos investimentos, ele tem prioridade em relação aos demais. Digamos que o projeto não venceu essa questão da infraestrutura, aí, nós avaliamos o projeto pela sua capacidade germinativa de outros empreendimentos. Aí, trago como exemplo o que foi dito aqui pela Senadora Simone, a cadeia produtiva da celulose. Há uma certa região em Mato Grosso do Sul, que, desde o custeio agrícola, desde o plantio até a industrialização já se é possível em função de unidades industriais ali instaladas. E qual é o desejo daquele Estado? Repetir a instalação de novas indústrias, em outros Municípios, com economia estagnada e dinâmica.

Então, estes são os principais critérios: primeiro, projetos essencialmente de infraestrutura, segundo, projeto com grandes capacidades germinativas de geração de emprego e renda.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Quais são os projetos de infraestrutura que já foram aprovados?

O SR. CLÉBER ÁVILA FERREIRA – Isso. Temos, hoje, o projeto da duplicação da rodovia 163, no trecho de Mato Grosso, cerca de R$500 milhões, solicitados à Sudeco, de um projeto total de R$4,3 bilhões. E recepcionamos, recentemente, a duplicação, um pedido da MGO Rodovias, que é a duplicação, se não me engano, da 040, no trecho de Goiás, na ordem de R$500 milhões. Então, são os dois projetos de infraestrutura que estão internalizados na Sudeco hoje, totalizando em torno de R$1 bilhão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CLÉBER ÁVILA FERREIRA – Estou dizendo o que foi internalizado. Fizemos uma reunião no dia 16 de abril com o Secretário de Desenvolvimento Econômico e apresentamos o orçamento, apresentamos essas prioridades e solicitamos aos Secretários que já apresentassem à Sudeco as demandas internalizadas em cada Estado. Então, a Sudeco está, neste momento, recepcionando proposta dos Estados.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – O que acredito, Dr. Cléber, que o que acontece com o FDCO é que ele é pouco conhecido. Os empresários ainda não acreditam que o fundo existe, acham que temos apenas o FCO, e o FDCO está à margem.

Agora, nessa escassez de recurso, acho que precisávamos divulgar mais o FDCO e fazer com que esse recurso possa servir para as parcerias público-privadas, que acho que terão que ser feitas agora, as concessões que são feitas agora.

Então, essa divulgação, diante desse novo quadro econômico do País, é fundamental para que a gente tenha projetos realmente estruturantes.

O que eu ainda me queixo muito em relação ao Centro-Oeste é que não temos um plano de integração da região. Nós precisamos desse plano, nós precisamos ter cronograma de infraestrutura para essa integração e para que a gente possa realmente ocupar o FDCO de forma efetiva e não com projetos isolados que muitas vezes não significam integração.

Então, na falta de um programa nacional de integração da nossa região, nós corremos o risco de pulverizar os recursos do FDCO.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – A Senadora Simone deve ter tratado... Eu tenho uma preocupação específica, Dr. Cléber, em relação aos recursos da Sudeco, V. Exª acompanhou aqui.

O Centro-Oeste todo, há uns dois, três anos, por uma dificuldade de analistas, de engenheiros, perdeu recursos. Depois a Bancada do Centro-Oeste, como um todo, recuperou os recursos. Esses recursos acabaram sendo empenhados e está nessa fase. Eu sei que V. Exª tem cuidado até com muito carinho e eu lhe agradeço.

Mas tenho uma preocupação porque há aquele decreto que diz que se a obra não estiver licitada e não tiver a primeira medição até o início de junho, o projeto vai acabar sendo arquivado. Eu tenho essa preocupação. É claro que há um ministro, mas queria ouvir de de V. Sª qual a expectativa que a Sudeco tem realmente de que esses recursos possam vir. Porque nós estamos entrando em maio, quer dizer, em um mês vamos ter que licitar a obra – veja a dificuldade –, fazer uma primeira medição, para que em junho essa obra não tenha sido descartada pelo Governo Federal.

Eu não sei, mas o erro não é da prefeitura ou do Município, é uma dificuldade da burocracia, do próprio Governo Federal. E como explicar, Senador Presidente, para um prefeito, que muitas vezes já até anunciou que ele tem esse recurso empenhado e está aguardando a liberação, chega num momento como esse e a gente não tem o que dizer para o prefeito e o prefeito não tem o que dizer para a população. Ou nós mesmos, porque muitas vezes o prefeito ao anunciar acaba colocando o nome do Deputado Federal ou do Senador que está ajudando na liberação do recurso, Senadora Lúcia Vânia.

Então, chamo a atenção aqui, eu e a Senadora Lúcia Vânia já temos mais tempo na Casa, mas, Senador Medeiros, isso é um problema. Se nós não conseguirmos... Aí, talvez, a própria Comissão pressionar a área eco-

nômica, porque eles só falam em ajuste fiscal. Junto com o ajuste fiscal, tem que vir um recurso também para se falar em investimento. Porque fazer o ajuste fiscal, tudo bem, mas logo em seguida tem que ter investimento.

Ainda há pouco ali na Comissão de Infraestrutura, o Senador Antonio Carlos, Ministro dos Transportes, dizia que até hoje ele não sabe qual recurso ele vai ter. É um negócio de maluco. Como será isso? Como vamos fazer do ponto de vista da liberação desses recursos?

Eu sei que a pergunta não é fácil, Dr. Cléber, mas acho que é importante a gente colocar, até porque as pessoas estão ouvindo, é uma audiência pública importante, e lá no Mato Grosso do Sul ficaria até estranho se eu participasse de uma audiência pública e não trouxesse essa questão da liberação dos recursos da Sudeco para esses Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Senador Moka, antes de passar para o Sr. Cléber os questionamentos da Senadora Lúcia Vânia e os de V. Exª, tenho certeza de que este é o intuito desta audiência.

Além de ajudar a Superintendência, todas elas, as que passaram por aqui hoje, como a Sudeco, mas já tivemos a presença e a participação da Sudam e da Sudene também nesta Comissão. Com certeza, o interesse de todos nós é fortalecer estas agências de desenvolvimento regional, porque elas, efetivamente, resolvem o problema das regiões, diminuindo as diferenças sociais, as diferenças econômicas.

Quero congratular-me com V. Exª quando faz um questionamento dessa natureza para dar oportunidade ao Superintendente, como ele disse ainda há pouco, pois existem R$10 milhões para serem utilizados no custeio todo da Superintendência por ano e, efetivamente, só são liberados R$5 milhões.

Olha só a dificuldade dessa instituição que possui tanta importância para o desenvolvimento da Região Centro-Oeste na questão financeira.

E quando V. Exª traz esse questionamento se há da parte da Sudene, é para que esta Comissão mesmo faça o seu papel, cobrando, porque quando a equipe econômica do Governo diz que o ajuste fiscal, como V. Exª diz, tem que sair, na contramão disso, do outro lado da via, não tem que sair a obra de infraestrutura para desenvolver o País, para escoar a produção, para gerar emprego, para gerar renda para as pessoas? Se ficarmos só no ajuste fiscal, ficaremos falando de inflação, de desemprego, de falta de infraestrutura no País, enquanto sabemos que essas condições permitirão que o País volte a crescer, volte a se desenvolver e volte a gerar emprego.

A preocupação de V. Exª é pertinente e dá oportunidade à Superintendência manifestar-se e ter, consequentemente, a opinião de todos os Senadores que fazem parte desta Comissão.

Superintendente Dr. Cléber, tem a palavra.

O SR. CLÉBER ÁVILA FERREIRA – Obrigado.

Senadora Lúcia Vânia, quando da chegada do Ministro Gilberto Occhi ao Ministério, fizemos uma sugestão de trabalho para a Superintendência, que é realizar um *roadshow* com o setor produtivo. E o Ministério não só acatou a ideia como ampliou esse trabalho. Está programado para agora, a partir do mês de maio, se não me engano a partir do dia 18 de maio, rodadas de negócios nas Regiões Sul, Sudeste, Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Nós vamos visitar todas as capitais da Região Sul, todas da Região Sudeste, algumas capitais do Norte, Nordeste, e todas do Centro-Oeste.

Quem são os nossos parceiros estratégicos nesse processo? Serão a CNA, a CNI e a CNC, acompanhadas, também, dos bancos que operam com o Fundo de Desenvolvimento.

Então, essa sugestão de V. Exª veio reforçar que estamos no caminho certo, uma vez que o Ministro fez o compromisso de estar pessoalmente em cada atividade dessa.

E, assim, deixo aqui estendido o convite para que a Bancada da Região Centro-Oeste possa participar dos eventos que interessar e, principalmente, dos eventos da nossa região. E no momento oportuno nós passaremos o calendário dessas reuniões nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Então, de antemão, sinta-se convidada a participar.

E a grande demonstração do nosso interesse em fazer essa divulgação é que o Ministro bloqueou a sua agenda para participar efetivamente e pessoalmente destes eventos.

Senador Moka, no ano de 2013, nós acompanhamos toda essa angústia em relação aos recursos e quero parabenizar a Bancada do Centro-Oeste e aqueles Deputados e Senadores que, naquele momento, demonstraram o que é possível conquistar quando estamos em articulação, estamos em harmonia e estamos no mesmo direcionamento.

Muitas pessoas diziam para nós que esse decreto de suplementação dos recursos da Sudeco, que eram a devolução de emendas perdidas, não aconteceria e a força da articulação da Bancada do Centro-Oeste e da negociação, enfim, demonstrou o contrário e vocês conquistaram esse direito de ter essa reposição de valores junto à Superintendência.

E, nós, como guardiões e responsáveis pela execução da parte técnica desses recursos, montamos uma força tarefa – e ali eu quero agradecer ao Dr. Everaldo que foi quem acompanhou esse processo desde o início – para que todos os recursos oriundos das emendas de 2013, daquele crédito suplementar de 2013, tivessem um desfecho técnico condizente e eficiente.

Nós estamos, neste mês, findando praticamente todas as análises e aquilo que não conseguimos aprovar vai ser por questões técnicas de inviabilidade, ou documental ou de peça técnica, enfim, mas acreditamos que terá um aproveitamento superior a 90% daqueles recursos em relação à aprovação de projeto. Essa foi a estratégia e atividade que a Sudeco desenvolveu nesses dois últimos anos.

Aproveito a minha fala inicial para dizer qual é o momento que estamos vivendo. Sou representante do Governo Federal na Região Centro-Oeste. Na cadeia de comando, como diz o Agnaldo, estou falando em nome do Governo, neste momento. Existe o decreto que estabelece prazo para execução dessas emendas, mas também como morador dessa região e como Superintendente de um ente federal que tem uma ação direta na região, viemos aqui também no entendimento de que esse decreto pode ou não – daí temos que entender a forma de execução – fazer com que parte desses recursos não cheguem na ponta. Acredito que aquele movimento que vocês fizeram... os senhores, desculpem – vai passando as horas e vamos ficando à vontade – em 2013, seria um momento de reeditar aquela frente, sentar com os Ministros da área econômica, Ministro Nelson Barbosa e Ministro Levy, para fazermos um resumo daquilo que já está apto para pagamento ou com condição de pagamento e reeditar essa articulação política.

Hoje, a nossa posição é seguir a orientação do Governo Federal da forma estabelecida. Essa é a minha posição como Superintendente, mas como morador, como agente político da nossa região, acredito que aquele movimento que foi feito em 2013 seria um caminho para resolver a questão neste momento.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Veja bem, claro que vamos continuar pressionando. A minha preocupação é o tempo, Dr. Cléber, porque o decreto é muito claro: se não tiver licitado e com uma primeira medição – estamos falando de tempo – qualquer movimentação... A minha pergunta é a seguinte: V. Sª tem alguma informação de que, no Ministério da Integração, chegarão recursos daqui para semana que vem para atender isso ou ninguém fala nada em termos de recurso à Sudeco?

Claro que vocês terão que receber recursos do Ministro da Integração, caso contrário não tem como. Sei do esforço técnico, aliás, na maioria das emendas vejo o esforço do pessoal, o empenho da equipe a quem agradeço, particularmente tenho estado muito em contado, senão diretamente, mas através do Nelson ou da própria Cornélia, que me assessoram, mas também tenho uma proximidade, graças a Deus com o Agnaldo, com o pessoal todo. Sinto que este é um momento importante até para nos dizer, porque, por exemplo, o Governo Federal quer o ajuste fiscal, mas, evidentemente, queremos que esses recursos legitimamente empenhados em projeto de lei sejam liberados. Não tem por quê. Não consigo entender qual é a lógica de não se liberarem recursos que estão com projetos analisados e aprovados. Isso é que, às vezes, deixa a gente até com má vontade em relação a posições muitas vezes políticas mesmo.

O SR. CLÉBER ÁVILA FERREIRA – Entendemos que estamos numa audiência pública e estou sendo perguntado sobre um tema específico, mas não tenho uma resposta nesse momento para dar ao senhor. Mas, da mesma forma que fiz com a Senadora, temos uma representante aqui do Gabinete do Ministro, que está acompanhando nossa sessão, posso formalizar esse questionamento da Comissão ao Gabinete do Ministro e oferecer a resposta do Gabinete aos senhores, com a brevidade que o Ministério nos repassar.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu vou estar hoje, às 16h, com o Ministro da Integração.

O SR. CLÉBER ÁVILA FERREIRA – Ótimo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Fiz questão de vir até aqui, até para ouvi-lo, no sentido de dizer ao Ministro. Claro que o Ministro deve estar na mesma situação, que é "não me repassaram recurso". O Levy só fala em arrecadar. Liberar, ele esqueceu essa palavra. Então, é um negócio complicado. E eu, por exemplo, vou ter uma posição muito clara. Tudo bem, eu acho... O ajuste fiscal traz um enorme prejuízo. Trouxemos aqui as federações da indústria, do comércio, ninguém quer ouvir falar em... Até porque, quatro meses atrás, foi lançado um projeto de desoneração, que era a grande panaceia que ia ajudar a estimular, a crescer. E quatro meses depois, tem que voltar tudo atrás.

Então, o desgaste é muito grande. Tem que ter, no mínimo, uma justificativa para tudo isso: nós vamos fazer o ajuste fiscal, mas vamos ter também investimentos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Registro e agradeço a presença, na audiência pública, do Deputado Dagoberto, do PDT, do Estado de Mato Grosso do Sul. Quero agradecer a presença de V. Exª nesta audiência.

Agradecendo as considerações do Superintendente Cléber, vamos iniciar agora a segunda... Ah, pois não. Para fazer suas considerações.

O SR. CLÉBER ÁVILA FERREIRA – Eu quero agradecer ao Sr. Presidente, Senador Davi, pela oportunidade de estar nesta Casa novamente. Eu estive nesta Comissão em 2013, prestando alguns esclarecimentos sobre o investimento em infraestrutura. E nós reconhecemos que este é o momento que a Sudeco tem para nos aproximarmos do Parlamento e, também, prestar contas das nossas atividades.

Eu quero agradecer a toda a minha equipe. Nós fizemos questão de trazer todos aqui, Diretor Substituto de Planejamento e Avaliação; o Diretor de Fundos; nossos coordenadores; toda a estrutura de gabinete, para que pudéssemos responder aos questionamentos dos Srs. e Srªs senadores.

Duas questões ficaram para serem respondidas *a posteriori*, que é a questão do ajuste fiscal e também o questionamento do Senador Moka. E nós registramos aqui, por meio da assessoria, e faremos na maior brevidade possível.

Quero agradecer a toda a equipe da Sudeco, por ter preparado essa apresentação. E dizer que nós contamos com o Parlamento como parceiro permanente e constante para fazer da Sudeco o grande instrumento de transformação da região Centro-Oeste.

No mais, o meu bom dia a todos e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Nós agradecemos também e já vamos iniciar a segunda parte da audiência pública e passar a palavra ao Sr. Mário Dirani, Diretor de Infraestrutura Ferroviária do DNIT.

O SR. MÁRIO DIRANI – Bom dia a todos. Eu gostaria de agradecer ao Senador Davi Alcolumbre pelo convite feito pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para que o DNIT pudesse estar participando desta audiência pública.

Cumprimento todos os presentes, em especial a Senadora Lúcia Vânia, que foi Presidente da Comissão de Serviços e de Infraestrutura quando da minha sabatina aqui nesta Casa, e aos demais Parlamentares presentes.

Eu gostaria de falar rapidamente sobre a atuação da diretoria que eu represento, que é a Diretoria de Infraestrutura Ferroviária do DNIT. É uma diretoria com uma estrutura simples, composta de apenas duas coordenações: uma coordenação-geral dedicada a obras ferroviárias e outra coordenação-geral dedicada ao patrimônio ferroviário. Uma vez que o DNIT recebeu todo o patrimônio da extinta Rede Ferroviária Federal, tanto o patrimônio operacional, que está arrendado às concessionárias, como o patrimônio não operacional, que está sob sua responsabilidade.

No tocante a obras ferroviárias, o DNIT atua principalmente na execução de obras para eliminação de conflitos entre ferrovias e vias urbanas, quando da passagem das ferrovias pelas vias urbanas. E um exemplo disso foi a inauguração, em dezembro do ano passado, do Contorno Ferroviário de Três Lagoas, quando eu tive a oportunidade de conhecer a Senadora Simone, que aqui esteve presente. Foi uma obra de 12,4km de extensão que retirou todo o tráfego ferroviário do centro da cidade de Três Lagoas, propiciando uma melhor condição de vida para seus habitantes.

Outro empreendimento que está em andamento é o terminal intermodal, no Município de Campo Grande. É uma obra executada em convênio com a Prefeitura. Nós estamos finalizando os entendimentos com a Prefeitura para que ela retome o empreendimento. Nesse caso, o DNIT aprova os projetos e repassa os recursos, e a Prefeitura executa. Mas está em fase final. É um terminal intermodal que está situado entre o contorno ferroviário de Campo Grande, que também foi executado pelo DNIT há alguns anos, e o contorno rodoviário. Então, será um fator de desenvolvimento também para a região.

O DNIT fica limitado, em relação a obras, a esse tipo de intervenção. As grandes obras ferroviárias que estão planejadas pelo Governo estarão a cargo ou da Valec, como a Ferrovia Norte-Sul e a Ferrovia de Integração Oeste-Leste, na Bahia, ou então dentro no PIL (Plano de Investimentos em Logística), que são aquelas novas ferrovias que se pretendem construir mediante concessão.

Nesse ponto, eu gostaria de chamar a atenção para um aspecto, que é exatamente com relação à implantação desses novos trechos ferroviários. Com a implantação dessas novas ferrovias, que serão ferrovias de bitola larga, com grande capacidade de transporte, muitos dos atuais trechos operados pelas concessionárias estarão passíveis de devolução. A concessionária FCA, que atua no Estado de Goiás, já devolveu alguns trechos, não no Estado de Goiás, mas em São Paulo, Minas Gerais, Bahia. Ela devolveu 770 quilômetros de ferrovias consideradas antieconômicas. Mas existe também a previsão da concessionária ALL de devolução de trechos que serão substituídos pelas novas ferrovias que poderão ser construídas dentro do PIL, por exemplo, o trecho entre Belo Horizonte e Salvador. Se for construída uma nova ferrovia, esse trecho será devolvido. E, na Região Centro-Oeste, nós também temos alguns trechos passíveis de devolução.

Então, qual seria a possível utilização desses trechos? Ou para o aproveitamento de transporte regional de passageiros ou até mesmo para a operação de cargas; não pelas atuais concessionárias, mas, sim, por pequenos operadores ferroviários. Nos Estados Unidos existe o conceito das *short lines*; existem as grandes ferrovias chamadas de Classe I, que transportam grandes volumes a grandes distâncias, mas existem também as *short lines*, que são pequenas ferrovias que transportam carga regionalmente. Então, essa seria uma possível destinação dentro do novo modelo de operação ferroviária que o Governo Federal pretende implantar, o chamado *open access* ou acesso aberto. Então, as atuais ferrovias ou aquelas que vierem a ser construídas ficariam abertas para a exploração dentro desse modelo.

Um outro aspecto que eu gostaria de abordar, que também está relacionado à minha diretoria, que é a parte do patrimônio ferroviário, como aqui estamos tratando de desenvolvimento regional e turismo, uma iniciativa que o DNIT tem apoiado, por intermédio da área de patrimônio, é o desenvolvimento de trens turísticos, projetos de trens turísticos. Esses projetos são tocados ou pelas prefeituras dos Municípios onde existem esses trechos com potencial ferroviário turístico, ou por OCIPs, organizações civis, ou até mesmo por empresas particulares, como era o caso do Trem do Pantanal, operado pela empresa Serra Verde.

Então, o DNIT tem apoiado essas iniciativas, mediante a cessão de material rodante de antigos carros de passageiros, que são recuperados, cessão de material de infraestrutura para a implantação ou recuperação de determinados trechos quando temos disponibilidade de trilhos e materiais de fixação e também na cessão de uso das antigas estações ferroviárias de passageiros, que, por serem consideradas não operacionais, uma vez que eram destinadas a passageiros e as atuais concessões são apenas para o transporte de carga, elas foram consideradas não operacionais e, por estarem em área operacional, não ficaram com a Secretaria de Patrimônio da União, e sim com o DNIT. E o DNIT, como não tem meios de conservar, de reformar essas estações, tem feito a cessão das mesmas para as prefeituras, que ou exploram, reformam as estações e as utilizam como centro cultural, como biblioteca ou mesmo para as instalações administrativas da prefeitura, ou então apoiam também esses projetos de trens turísticos.

Outro aspecto que eu queria abordar é com relação aos trens que foram citados aqui pelo Dr. Cléber Ávila, Superintendente da Sudeco, que seriam os trens regionais Brasília-Luziânia e o trem de passageiros, que também está em estudo, Brasília-Anápolis-Goiânia.

O DNIT também é signatário, juntamente com o Ministério dos Transportes, ANTT e Valec, do acordo de cooperação técnica que foi firmado com a Sudeco para o desenvolvimento dos estudos desses trens. E principalmente com relação ao trem Brasília-Luziânia, o DNIT é o proprietário da faixa de domínio, que hoje é explorada pela Ferrovia Centro-Atlântica, mas que virá a ser utilizada no projeto do trem Brasília-Luziânia. Então, o DNIT também apoia esse projeto, poderá estudar a cessão de áreas operacionais para o futuro trem, as estações etc.

Com relação também a esse projeto do trem Brasília-Luziânia e do trem Brasília-Anápolis-Goiânia, existe outro aspecto. O DNIT já vem desenvolvendo, nos últimos dez anos, estudos para a implantação do Instituto Nacional de Pesquisas Ferroviárias. Essas conversas têm ocorrido no âmbito do Governo, mas estamos também chamando a iniciativa privada para participar.

Um dos locais estudados para a implantação da sede desse instituto é a atual estação da Rodoferroviária. A área da Rodoferroviária é uma área de mais de quatro milhões de metros quadrados, onde nós temos hoje uma área operacional, que é utilizada pela concessionária FCA, de mais ou menos 1,7 milhão de metros quadrados, e o restante está em poder da SPU. Então, nós já estamos em conversação com a SPU e com o Governo do Distrito Federal, que ocupa hoje o prédio da Rodoferroviária com a Adasa e a Secretaria de Justiça. Estamos pedindo a devolução dessa área, para que possa ser implantado aí o projeto da Cidade dos Transportes.

Nesse projeto, nós teremos então os terminais do trem regional Brasília-Luziânia; teríamos o terminal do trem Brasília-Anápolis-Goiânia; poderíamos ter também um terminal para o projeto do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) aqui de Brasília. Há a possibilidade de abrigar sedes próprias da ANTT, que hoje ocupa um prédio alugado; da Valec, que também ocupa um prédio alugado; da EPL (Empresa de Planejamento e Logística S.A.), que igualmente ocupa um prédio alugado. Então, já há um esforço do Ministério para que essas entidades tenham sedes próprias. E logicamente abrigaria a sede do próprio instituto. Então, é um empreendimento que teria um impacto no desenvolvimento regional.

Além dessas instalações que eu falei, haveria um aproveitamento comercial nos terminais ferroviários, com a construção de lojas, de *shoppings*. O mesmo poderia ser feito também nas outras localidades que abrigassem as estações ferroviárias, tanto do Brasília-Luziânia quanto do Brasília-Anápolis-Goiânia. E eu acredito que isso seria um fator importante de desenvolvimento regional por propiciar um meio de transporte rápido, seguro e confortável para as pessoas que se deslocam nessa região e até mesmo para o desenvolvimento turístico. Nós teríamos um transporte rápido.

Hoje, Anápolis é uma cidade que se desenvolve, no aspecto econômico, de uma maneira muito rápida. Acredito então firmemente que esse seria um projeto de grande impacto no desenvolvimento regional. Então, no momento em que nós atravessamos restrição orçamentária, que não podemos executar os empreendimentos, é hora de investir no planejamento. Planejar hoje, para que, quando os recursos para execução de obras estiverem disponíveis, nós possamos executar essas obras ao menor custo e com a melhor qualidade possível.

Em rápidas palavras, era isso que eu gostaria de expor.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Nós é que agradecemos, Sr. Mário, a sua participação aqui.

O Senador José Medeiros, que era o autor da inclusão do nome de V. Sª nesta audiência pública, teve que sair para relatar um projeto na outra Comissão. Como foi explicitado ainda há pouco pelos Srs. Senadores e Srªs Senadoras, aqui a gente tem que participar de cinco Comissões ao mesmo tempo e tentar, da melhor maneira possível, atender a todos os compromissos assumidos quando da participação nessas Comissões. Mas ele virá logo mais e irá assumir a Presidência desta Comissão para fazer os questionamentos que achar necessários.

Antes de passarmos a palavra ao Sr. André, eu conversava com o Dr. Cléber aqui, o nosso Superintendente da Sudeco, e queria fazer o registro da participação de sua equipe nesta audiência pública, assessorando-o e também colocando, como foi dito pelo Dr. Cléber, à disposição todos os servidores, para o que esta Comissão entender necessário, lá no prédio, nas instalações da Sudeco: Sr. Adriano de Souza Cordeiro, que é o Chefe de Gabinete; Sr. Everaldo Fernandes Benevides, que é o Diretor de Implementação de Programas e Gestão de Fundos; a Srª Hélen Cassia Nunes, Coordenadora-Geral do FCO e de Promoção de Investimentos; o Sr. Agrício Filho de Castro Braga, Coordenador-Geral do FDCO e de Incentivos Fiscais; o Sr. Agnaldo Moraes da Silva, Coordenador-Geral de Articulação, Planos e Projetos Especiais; a Srª Valéria Maria do Prado, Assessora de Comunicação; e a Srª Priscilla Marotta Gardino, Analista de Estatística.

Ao tempo em que fazemos o registro, agradecemos a presença do Sr. Cléber Ávila nesta reunião e, em virtude de outros compromissos assumidos, das indagações e da explanação feita por V. Sª a esta Comissão, nós encerramos a participação de V. Sª. Em outra oportunidade em que assim for convidado, V. Sª já se colocou à disposição desta Comissão para outros esclarecimentos. Então, em nome da Comissão, agradecemos. A sua participação está encerrada nesta Comissão.

Continuando a audiência pública, passo a palavra para o Sr. André Nunes, Coordenador-Geral de Planejamento do DNIT, que, neste ato, representa o Diretor-Geral do DNIT, Sr. Adailton Cardoso Dias.

O SR. ANDRÉ NUNES – Bom dia, senhoras e senhores.

Cumprimento o Presidente da Comissão, Senador Davi, e, em nome do nosso Diretor-Geral, Adailton Dias, agradeço o convite para estar aqui representando-o, na companhia do Dr. Mário Dirani.

Gostaria de cumprimentar também a Srª Senadora Lúcia Vânia, do Estado de Goiás, e, de início, explanar para os senhores aqui presentes o que o DNIT, pelo menos em números, tem feito na Região Centro-Oeste de 2011 para cá.

De uma forma bem global, bem macro, a gente pode falar que o DNIT já tem aportado recursos do seu orçamento, em torno de 6 bilhões, de 2011 até 2014. Seguindo essa média, se não tivéssemos esse cenário – até, há pouco foi relatada a palavra do nosso Ministro em outra audiência –, poderíamos chegar, ao final de 2015, a algo em torno de 7,4 bilhões, 7,6 bilhões, era uma projeção que tínhamos, mas, infelizmente, não temos essa segurança na informação para passar para os senhores agora.

Dentro das principais obras que foram cobertas por esse recurso que agora falei, algumas a gente pode destacar, como a BR-060, em Goiás, ligando Goiânia a Jataí; a BR-163, no Mato Grosso; temos também, no Mato Grosso do Sul, o contorno de Campo Grande; a BR-359; obras delegadas, como a primeira que eu citei, à Prefeitura de Campo Grande, e a segunda, um convênio com o Governo do Estado. Então, são obras importantes que a gente enxerga como de grande relevância para a Região Centro-Oeste.

Além dessas obras de construção, de implantação de rodovias e também de adequação de capacidade, a gente também tem destinado, dentro desses recursos que há pouco citei, os recursos de manutenção. É missão do DNIT não apenas criar novas vias, implantar ou adequar a capacidade, mas manter aquilo que construímos e fornecemos à sociedade. Então, a gente também tem um programa de manutenção muito forte dentro do DNIT, que, talvez, se confirmando essa escassez de recursos este ano, vai ser o nosso foco. Aliás, um dos nossos focos é a manutenção da malha. Ao longo dos anos, por meio dos nossos índices, a condição da malha rodoviária tem melhorado consideravelmente. E até pesquisas que não são internas do DNIT, como a pesquisa da CNT, que talvez seja a mais famosa no meio da mídia, confirmam, também, essa evolução das condições das nossas rodovias.

Assim como o Dr. Mário falou, talvez com esse cenário de escassez de recursos ou de continuidade de obras, o DNIT enxerga que, este ano, é um ano de planejar os próximos anos. E, para isso, a gente precisa desenvolver estudos e projetos para que a gente tenha uma carteira, a partir de 2006, forte e consistente de projetos para que a gente possa contratar a partir de então.

Na minha área, a Coordenação-Geral de Planejamento, a gente tem, basicamente, duas missões: uma é programar, não necessariamente executar, mas programar a manutenção da malha, como falei há pouco; mas, além disso, também, estudar a viabilidade de novos empreendimentos.

Dentro desse contexto, nós temos um programa chamado Programa de Avaliação Socioeconômica, iniciado este ano, e temos como meta estudar, dentro de três anos, 21 mil quilômetros de rodovias para que se verifique a viabilidade ou não de intervenções e quais intervenções seriam viáveis nesses trechos. Esses trechos inicialmente selecionados são trechos que já constatamos que têm um volume de tráfego considerado elevado, em torno de 4.800 a 5.000 veículos. São trechos que a gente já entende que estejam "gargalados" e que precisam de uma intervenção de adequação de capacidade. E outras rodovias que estão, para nós, como rodovias planejadas a gente também estuda como novas rotas de ligação entre grandes polos de desenvolvimento e de produção. Então, essas rodovias estão dentro desse pacote de estudos.

E, aí, a gente coloca para vocês aqui algumas rodovias que a gente já tem nesse planejamento para estudos, como a BR-174, no Mato Grosso, trecho entre Juína e Vilhena, ligando também ao Estado de Rondônia; alguns trechos da BR-060, em Goiás, que não estão implantados ainda e que facilitariam a ligação com o Estado do Mato Grosso do Sul; também, talvez, um novo traçado para a BR-153 e a BR-158, também no Estado de Goiás. Então, são rodovias que estão dentro desse nosso programa e que devem vir a ter um indicativo de viabilidade ou não de intervenção nessas rodoviais.

Como complemento às palavras do nosso Diretor aqui, gostaria de frisar também que, a partir desse Programa de Avaliação Socioeconômica, o DNIT passa a avaliar os investimentos que tem feito em rodovias, o que chamamos, no planejamento, de *ex post*. Quando a gente estuda a rodovia ou o empreendimento, a gente tem uma expectativa de benefícios. Só que, até então, o DNIT nunca mensurou esses benefícios. Qual a importância para a gente de mensurar esses benefícios? Primeiro, para verificar e ajustar o nosso planejamento e também para se ter uma forma de hierarquizar os empreendimentos futuros. A gente tenta enxergar na nossa malha, como um todo, quais são os trechos mais necessitados de intervenções, para que a gente possa alocar, nos trechos mais críticos, essas intervenções num primeiro módulo, num modo mais urgente; e aquelas que a gente possa equilibrar a malha numa trafegabilidade razoável, a gente vai hierarquizando para um segundo ou terceiro momento.

Então, basicamente, essa é a nossa atuação na Coordenação-Geral do Planejamento. E friso que o DNIT é a autarquia responsável pela infraestrutura não só do modo rodoviário e do ferroviário, mas também do modo aquaviário, principalmente da navegação interior nas hidrovias. E a nossa coordenação tem essa missão de juntar o planejamento desses três modos e, de uma forma concatenada, fazer uma implementação dos empreendimentos dessa infraestrutura de forma mais eficiente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Antes de passar à Senadora Lúcia Vânia, gostaria de fazer um questionamento ao Sr. André. Qual é o orçamento hoje previsto para o DNIT em 2015? E, separado de manutenção e restauração – se não me engano, é uma única rubrica restauração e manutenção, e construção é outra –, eu quero saber qual o valor do orçamento do DNIT e quero saber quanto tem para construção e quanto tem para manutenção e restauração.

O SR. ANDRÉ NUNES – Senador, historicamente, até colocando uma informação mais além das suas perguntas, o DNIT tem uma carteira de contratos, hoje, de pouco mais de 40 bi. Historicamente, nos últimos anos, o DNIT tem conseguido executar em torno de 11 bi e quase batemos o nosso recorde no ano passado, em torno de 12,4 bi. Então, é o que o DNIT tem executado. Nos últimos quatro anos, em média, temos executado, em manutenção, em torno de 5,5 bi a 5,6 bi. O restante dessa média de execução, em torno de 11 bi, fica para as obras de construção e implantação e adequação de capacidade de rodovias.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Quando V. Sª fala de 40 bi de contrato é em manutenção, restauração e construção?

O SR. ANDRÉ NUNES – Sim, além de contratos e projetos também.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – E quando fala que tem executado de 11 bi a 12 bi, nos últimos quatro anos, para construção e 5,5 bi para manutenção e restauração, qual a demanda hoje de manutenção e restauração? E qual a demanda para construção? O que tem dentro do Ministério já, fora o que poderá ser protocolado amanhã? O que tem hoje de demanda? São esses 40 bi?

O SR. ANDRÉ NUNES – Não, 40 bi são os contratos distribuídos, contratos que não iniciaram este ano, iniciaram anteriormente. Temos contratos de 2011 e 2012 que ainda estão vigentes e contratos que iniciaram recentemente. Então, não é para o exercício.

Agora, em relação às demandas, nós estamos encerrando agora a segunda etapa da preparação tanto para o PLOA de 2016, como para o PPA. Estamos participando de reuniões com o Ministério do Planejamento para definir esses empreendimentos.

Acredito que os senhores conheçam a estrutura do DNIT. O DNIT tem uma estrutura descentralizada, podemos dizer assim, até certo ponto com uma capilaridade muito grande, tendo em vista que temos 25 superintendências regionais, 25 e não 27, porque alguns Estados dividem a superintendência, como Rondônia e Acre, Goiás e Distrito Federal. Dentro dos Estados, também temos várias unidades locais que estão à margem da rodovia, cuidando da nossa malha, da nossa infraestrutura.

Então, na preparação tanto do PLOA como do PPA, nós sentamos com nossos superintendentes, que conhecem na ponta as nossas necessidades, e trouxemos deles as necessidades. Já tivemos uma primeira rodada com eles para obras, projetos e estudos, lembrando que a sequência cronológica do empreendimento é inversa a essa que citei – estudo, projeto e obra. Então estamos fazendo essa programação e estamos fechando até meados de maio a segunda etapa, para que possamos entregar em agosto a nossa programação para o ano seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Nesse caso, podemos falar que, se o DNIT tiver, neste ano de 2015, de 11 a 13 bi para construção e se tiver de 5 a 6 bi para restauração e manutenção, vai estar apenas mantendo a média dos últimos quatro anos. Não é necessariamente o que o DNIT precisa. Talvez o DNIT precise de 30 bilhões para construção e 15 para... É isso que eu queria saber.

O SR. ANDRÉ NUNES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Qual é a necessidade?

O SR. ANDRÉ NUNES – O senhor está enxergando uma demanda reprimida.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Isso.

O SR. ANDRÉ NUNES – Concordo com o senhor.Enxergamos que, para manutenção, poderíamos até chegar a uns 8 bi.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Isso que eu queria saber. Então, o DNIT precisa, para manutenção, conservação e restauração, de 8 bi para atender a sua demanda, e, nos últimos quatro anos, tem tido uma média de 5 bilhões, 5,5 bilhões?

O SR. ANDRÉ NUNES – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Então, tem uma carência de 3 bilhões.

O SR. ANDRÉ NUNES – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – E para construção, esse mesmo percentual de 50% a mais do que os 12 que gastou?

O SR. ANDRÉ NUNES – Sim. Eu acredito que, se chegássemos a 8 bi, a um ideal de manutenção – só ressaltando que essa diferença de 2, 2,5 bilhões na nossa média não compromete a qualidade das nossas rodovias – talvez a gente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Vai diminuir a quantidade de restauração de quilômetros.

O SR. ANDRÉ NUNES – ... talvez a gente pudesse não diminuir a extensão da nossa malha coberta. O que restringe é, digamos, o tipo da intervenção. A gente poderia fazer uma intervenção um pouco mais cara, que duraria, talvez, ao invés de quatro ou cinco anos, oito a dez anos. Então, tentando otimizar recursos, a gente busca intervenções que durem um período menor e, dentro de um ciclo de quatro ou cinco anos, que geralmente são os períodos dos nossos contratos de manutenção e restauração, a gente teria que contratar novamente.

Quanto à construção, Senador, a gente talvez precisasse, para a nossa carteira, se 5,5 a gente gasta com manutenção e 6,5 com construção, talvez...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Não. De 6,5, não. O senhor disse que gastou de 11 a 12.

O SR. ANDRÉ NUNES – Não. A nossa execução – então, deixa eu explicar melhor – tem sido entre 11,5 e 12. Desses 12, 5,5 em manutenção.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Ah! Tem sido, praticamente, metade/metade.

O SR. ANDRÉ NUNES – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Que não é o ideal.

O SR. ANDRÉ NUNES – Talvez, se tivéssemos uma carteira de projetos – é isso que a gente pensa em preparar para o próximo PPA, a partir do próximo ano, do próximo exercício –, talvez, não, com certeza iremos aumentar a nossa carteira de projetos,...

(Soa a campainha.)

O SR. ANDRÉ NUNES – ... a nossa carteira de obras e, então, esse recurso será maior.

Eu acho que é importante esclarecer que, de 2011 para cá, o DNIT tem desenvolvido as suas obras, as suas contratações através do Regime Diferenciado de Contratação (RDC) Integrado.Então, isso tem nos dado certa agilidade na contratação e na execução de algumas obras. Para aquelas obras em que a gente não tem nenhum entrave ambiental ou qualquer outra restrição do tipo, as obras que foram contratadas dessa forma, pelo RDC Integrado, têm cronogramas até avançados, à frente do previsto.

Então, o DNIT nessa linha de contratação... Assim como planejamos elaborar uma carteira consistente de contratos, a partir de 2016, esse valor de 6,5 bilhões pode chegar a até 8 ou 9 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – A Senadora Lúcia Vânia estava inscrita primeiro, mas deu uma saidinha. Vou passar a palavra ao Senador José Medeiros e, daqui a pouco, à Senadora Lúcia Vânia.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Já está adiantada a hora e os dois nossos convidados já estão ali, com certeza, bem cansados, de tanto que a hora avançou.

Mas, Sr. Presidente, Dr. Mário, Dr. André, nós temos, com certeza, na pauta de V. Sªs boa parte dos problemas do País e também a solução para o desenvolvimento deste País. Hoje nós temos um gargalo de infraestrutura muito grande. E no momento em que se fala sobre a economia voltar a crescer, eu não tenho dúvida de que depende totalmente da área em que vocês atuam. Ou seja, nossa grande demanda hoje é por ferrovias, por rodovias. Esta situação em que nos encontramos nos entristece.

Agora há pouco também, na Comissão de Infraestrutura, falávamos e ouvíamos o Ministro dizer que ele não tem a mínima ideia do quanto ele vai ter no bolso – não é nem o quanto ele tem no bolso; é o quanto ele vai ter para poder tocar a nossa infraestrutura rodoviária.

Mas passo logo à pergunta. Eu vou perguntar ao Dr. André, começo pelo DNIT – na verdade os dois são do DNIT, mas essa é direcionada –: não há duvida de que a má qualidade das nossas rodovias consiste em verdadeiro caminho crítico no processo de desenvolvimento da Região Centro-Oeste. Todavia, mesmo com a obviedade do diagnóstico, continuamos sem conseguir remediar essa terrível e crônica patologia logística de que padecemos. Conclusão: essa que se evidencia pela paralisação de pelo menos três importantes obras de Mato Grosso. São elas: a construção da travessia urbana de Rondonópolis na BR-364, as obras do trevo entre a BR-364 e a BR-163, também em Rondonópolis, e a duplicação do trecho entre Rondonópolis e Cuiabá. Diante disso, indago ao senhor se há algum trabalho conjunto de planejamento entre o DNIT e a Sudeco – na verdade, a Sudeco não está mais aqui – para a infraestrutura rodoviária da Região Centro-Oeste, mas, especificamente, gostaria de saber se há alguma previsão para a finalização das obras a que me referi.

Eu tenho essa preocupação porque, na verdade, para o DNIT, esses recursos já foram, Sr. Presidente, mandados a rodo mesmo. Para uma pequena travessia de três quilômetros, foram R$54 milhões só em Rondonópolis. E, infelizmente, por força desses convênios que se fazem via Prefeitura, esse dinheiro acaba indo para o ralo. Com quatro dias que a obra estava entregue, um trecho dela já estava todo afundado, estava toda esborrachada. É lamentável a gente ver. Com isso, ficou aquela confusão sobre a Prefeitura prestar contas para o DNIT ou não. E a grande verdade é que, enquanto a gente vê no noticiário que a China construiu uma ponte de 37 quilômetros sobre o mar com oito pistas, nós estamos com uma obra lá de 13 quilômetros, pista simples, que não termina nunca. A população fica nos cobrando e a gente, na verdade, fica vendo aquele nó que não desata nunca. Da mesma forma em Jaciara. Aliás, foi até pior a situação. Fica essa indagação, para sabermos se há algum plano para aquilo lá.

Essas obras também da rodovia, da BR-364, estão paralisadas, as empresas pararam, e é preocupante, porque essa rodovia foi concedida e as praças de pedágio, enquanto a obra não avança – a obra não avança, está parada, porque é um trecho que depende de o DNIT duplicar e entregar –, enquanto isso, as praças de pedágio estão quase ficando prontas. Então nós vamos, daqui a pouco, ter já, de repente, a cobrança de pedágio, e a rodovia não está pronta.

Sendo objetivo, segunda pergunta: de acordo com o posicionamento do Ministro Joaquim Levy, o atual momento de ajuste fiscal não permite o avanço do modelo de concessão ferroviária projetado em 2003 pela Valec. Isso porque não seria possível ao Tesouro Nacional provisionar os recursos necessários à garantia da cobertura de toda a capacidade de carga das ferrovias. Passada a frustração, penso que é hora de avançarmos no debate do tema para construirmos alternativas exequíveis. Acredito que um primeiro passo seja de ordem

política. É preciso que o Governo reconheça a centralidade da expansão ferroviária para o desenvolvimento nacional e, a partir daí, trate com a prioridade devida. Nesse sentido, gostaria de saber quais os avanços havidos em relação ao tema. Já há uma nova formatação para as concessões ferroviárias que permita conciliar a atratividade para o setor privado e o ajuste de contas públicas?

Essa é uma pergunta que fica. Na verdade, eu ia direcionar para o Presidente da Valec, mas o Ministro o prendeu lá na outra comissão e eu creio que V. Sª, de repente, pode tratar desse tema, porque nós temos lá, Sr. Presidente, a Ferrovia Fico, que iria beneficiar não só o Estado do Mato Grosso, mas Goiás, e também seria uma porta para a gente começar a fazer um escoamento pelo Pacífico. Nós temos essas dificuldades.

Para finalizar, pergunto ainda ao Dr. André: nós temos uma dificuldade lá na BR-158, que era uma estrada que ficava dentro de uma reserva, sempre passou por ali e, no momento em que veio o projeto para asfaltar, houve toda aquela questão ideológica, a Funai entrou no meio e disse que teria que circundar a aldeia. Bom, como efeito colateral pernicioso, de cara, o valor da obra, pelo que eu fiquei sabendo, saiu de 200 milhões para 700 milhões, 750, uma coisa assim, para fazer o contorno. Bem, parece-me que o DNIT fez esse projeto desse contorno, mas, quando o projeto ficou pronto, veio outro laudo antropológico, dizendo que acharam uma ossada não sei onde e que teria que se fazer o contorno do contorno, encarecendo mais a obra. Bom, foi feito isso, pelo que fiquei sabendo também. E agora parece que veio outro laudo de um antropólogo de que não se pode mais fazer a obra ali. Então, de certa forma são gargalos – nós não temos nada, não é preconceito nenhum com as populações indígenas –, e o País não pode ficar à mercê disso.

Queria saber se há uma forma, se existe alguma iniciativa para se começar a integrar os órgãos do Governo para que comecem a convergir para o interesse do País, até porque essa questão nem os indígenas querem. Eu estive lá pessoalmente e eles me disseram que queriam muito que, na verdade, o DNIT fizesse a obra lá porque, com isso, eles teriam escola, teriam mais postos de saúde e aquela infraestrutura que o DNIT acaba fazendo. Não sei a quem interessa e a quem serve esse tipo de coisa. O certo é que estamos com esse problemão lá. E agora nem contorno do contorno. A obra não sai porque está parada nesse gargalo. Eu queria que V. Sª nos falasse alguma coisa sobre isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Vou passar à Senadora Lúcia Vânia e já, na réplica, os expositores respondem coletivamente.

Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Sr. Presidente, quero cumprimentar mais uma vez o Dr. Mário, o Dr. André, dizer que acho que o Dr. André tem razão. Não adianta a gente fantasiar e achar que num período de ajuste fiscal nós vamos ter grandes investimentos. O momento é de planejar, de montar os projetos, de se preparar para o próximo ano.

O questionamento que faço é que tudo isso é muito importante. Mas mais importante era o governo dizer o quanto ele dispõe de recursos e o que ele vai fazer este ano, para que a gente não tenha ilusão de que vai fazer grandes coisas. Acho que, na medida em que a população fica esclarecida de que a situação é essa, não adianta fantasiar, não adianta achar que vai ter grandes investimentos porque a gente sabe que não há possibilidade disso. Portanto, acho que, se priorizarem as obras que estão paradas se deteriorando e a recuperação de estradas, já será um grande avanço. Mas era preciso que isso ficasse esclarecido para não ficarmos nessa ilusão de novos empreendimentos, de que este ano a gente vai avançar.

Temos uma dificuldade no Estado de Goiás, que foi relatada aqui já por outros Senadores, que é em relação à Ferrovia Norte-Sul. É uma coisa absurda o que está acontecendo com a Ferrovia Norte-Sul. É uma ferrovia que teve problemas seriíssimos de superfaturamento. É uma ferrovia que é de extrema importância para a região, no entanto, ela está se degradando, ela está totalmente abandonada. Todo mês dizem que vai ser inaugurada, que as coisas vão acontecer, e não acontece absolutamente nada. Tem vinte anos que nós esperamos essa obra.

O segundo ponto que nos preocupa, que é exatamente na mesma região, é a BR-153. Ela foi concedida para a Queiroz Galvão, que tinha o compromisso de iniciar sua duplicação. Nós temos mortes constantes nessa rodovia porque o tráfego ali é uma coisa absurda. E hoje, além de não ter sido iniciada a duplicação – e parece que a empresa agora diz que não vai duplicar no período estabelecido –, ela tem verdadeiras crateras. É uma rodovia altamente utilizada.

Como essa rodovia, nós temos a BR-452, que liga Rio Verde a Itumbiara. É considerada a rodovia do circuito da soja. É uma rodovia extremamente importante. Temos batido várias vezes para ver se conseguimos colocar essa rodovia para ser concedida como as demais, e até hoje nós não conseguimos mostrar a importância da duplicação dessa rodovia. E principalmente, eu não diria nem a duplicação, como eu falei aqui agora, mas pelo menos a sua manutenção para o escoamento da safra que se aproxima.

Eu gostaria de saber se há alguma solução, principalmente para a Ferrovia Norte-Sul, se há uma solução para essa questão da Queiroz Galvão, que foi a beneficiária da concessão, e se há no planejamento alguma perspectiva de recuperação da estrada ou, pelo menos, de colocá-la num processo de concessão.

Agradeço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – O Dr. André e o Dr. Mário podem iniciar as suas considerações.

O SR. ANDRÉ NUNES – Iniciando pelos questionamentos do Senador, no trecho da BR-163, Senador, que liga Rondonópolis a Cuiabá, nós temos dois contratos de adequação de capacidade, de duplicação, que foram das primeiras contratações do DNIT pelo RDC Integrado que têm tido um bom desempenho.

E aí, quando falamos da questão de Rondonópolis, e eu acompanhei um pouco a finalização do convênio da travessia de Rondonópolis, porque durante algum tempo eu fui responsável pelas obras delegadas no DNIT e acredito que, por isso, eu tenha já o meu lugarzinho no céu, porque não são fáceis os convênios. A tratativa que até então eu acompanhei é que, com o encerramento do convênio, iria se fazer uma contratação integrada em que se iria concluir, restaurar a execução realizada lá e também duplicar o trecho de Rondonópolis até o terminal da ALL. Eu acho que são 25 quilômetros. Mas isso, posteriormente, não foi colocado em prática por causa da concessão. Então, posso estar enganado aqui. Posso verificar e passar uma informação mais precisa para o senhor. Mas o trecho da travessia teria ficado sob responsabilidade da concessão que foi feita pela ANTT. Eu acredito que o DNIT, depois da concessão que foi feita, parou essa intenção de fazer a continuidade da obra e a duplicação até o terminal da ALL.

Eu tenho a informação de que o superintendente do DNIT de Mato Grosso está aqui em Brasília, o Dr. Luiz Antonio. Vou checar com ele logo mais e passar a informação mais precisa para o senhor. Mas a última informação que tenho é de que teria ficado sob a responsabilidade da concessão.

O senhor falou também de Jaciara, que também foi um convênio, uma obra delegada não bem-sucedida com a prefeitura. Nós tínhamos uma alternativa, que eu acho que está próxima de se implementar. A obra de duplicação da BR-163 não contempla a travessia de Jaciara. A obra faz um contorno de Jaciara. Apesar de ter sido uma contratação pelo Regime Diferenciado de Contratação Integrada (RDC), a Administração tem a possibilidade de incluir, desde que veja uma viabilidade e uma eficiência, esse trecho que não está primeiramente no contrato. Então, há uma previsão do DNIT de, antes que o contrato da duplicação se encerre, inserir a restauração da travessia de Jaciara, para poder também deixar o trecho em condições. E com a conclusão da obra, com a efetivação do contorno, depois que o trecho da travessia estiver em boas condições, passar para a prefeitura, para que ela tome conta.

O senhor falou também da BR-158, em Mato Grosso. A questão lá do contorno da tribo indígena é interessante. Acho que o Dr. Mário é mais testemunha do que eu das palavras do nosso diretor-executivo anterior, Dr. Tarcísio, sobre a necessidade de que haja uma ação que permita uma solução em relação aos nossos entraves ambientais, indígenas e, em alguns momentos, questões de IPHAN, também, para que possamos ter um maior dinamismo nas nossas obras.

Acredito que todos esses órgãos que citei, de área ambiental, indígena e de patrimônio histórico, têm a sua legislação, têm a sua importância. Mas talvez precisemos nos aproximar mais e ter mecanismos de diálogo e de soluções de problemas mais eficientes.

Há quinze dias, eu participei da primeira oficina realizada pelo Ministério do Planejamento para a elaboração do próximo PPA, e lá não se encontravam esses órgãos da parte ambiental e da parte indígena. Foi colocado por todos os órgãos de infraestrutura, não só o DNIT, mas a Valec também, o pessoal da SAC, da Secretaria de Portos, todos esses órgãos, que não há como se falar em planejamento, desenvolver plano algum, cronogramas, se não trouxerem para esse cenário, para esse contexto, esses órgãos, para que eles entendam e participem também da elaboração desses cronogramas, levando em consideração seus posicionamentos, suas posições, para que não seja uma variável externa ao nosso planejamento.

Então, acredito que, através dessas oficinas do Ministério do Planejamento para o PPA, eles passem a se inserir nesse contexto e possamos ter talvez um mecanismo mais eficiente para solução desses impasses.

No caso da BR-158, as propostas de contorno da tribo, contorno do contorno eram propostas a leste. Observando no mapa a BR-158, rodovia longitudinal, a proposta de contorno seria a leste da tribo. A última informação que recebi da nossa Coordenação-Geral de Meio Ambiente é que havia uma proposta para que fosse a oeste. Então, há uma indefinição e enquanto não definirmos isso ficaremos sem a decisão sobre qual o projeto iremos tocar.

Temos uma situação recente que, graças a Deus, foi solucionada ontem, que não é na região Cento-Oeste, mas sim no Nordeste, uma obra também de desvio de tráfego de área urbana, que é o Arco Metropolitano de Recife. Só para citar o exemplo aqui, desenvolvemos seis versões de anteprojetos para a contratação da obra,

essas seis versões não foram implementadas para licitação, tendo em vista que a cada traçado que elaborávamos e colocávamos para o órgão ambiental do Estado de Pernambuco, havia uma restrição diferente. Aí tínhamos que mudar o projeto. Passamos, acredito, pouco mais de um ano elaborando vários traçados e cada traçado tinha uma restrição nova do órgão ambiental. Isso faz com que a gente perca tempo e exponha o DNIT, às vezes, a uma situação um pouco constrangedora, porque o DNIT não consegue contratar, mas não aparece de onde vem o impedimento à contratação, que não está dentro do DNIT, mas de outros órgãos que têm suas competências, e não conseguimos destravar alguns impedimentos que nos colocam.

Por fim, passando para os questionamentos da Senadora, a BR-153 e a BR-452 V. Exª citou. Nós, no DNIT, temos orgulho muito grande do que realizamos, do que fazemos e, às vezes, ficamos um pouco enciumados, não desmotivados, mas enciumados depois que realizamos obras de grande vulto, de duplicação, como vai acontecer na 163, no Mato Grosso; há uma expectativa na 262, no Espírito Santo; e o que aconteceu com a 060, entre Brasília e Goiânia, onde realizamos um esforço muito grande para duplicar uma rodovia, e não ficamos com a sua manutenção, porque foi passado para iniciativa privada por meio de concessão. Lógico que é um plano maior de governo, buscando maior eficiência, mas, se perguntassem se gostaríamos de continuar tomando conta dessas rodovias, a resposta seria sim. Temos condições? Sim. Talvez não seja o modelo mais eficiente num ambiente mais macro de governo, mas, no caso da BR-153, não passa muito por nós a definição de concessão ou não, mas o DNIT tem condições, caso a concessionária não tenha condições de tocar a concessão, está pronto para atuar na sua manutenção e, se for necessária uma obra de duplicação, o DNIT tem toda a capacidade para realizar.

Em relação à BR-462, que tem um contexto um pouco diferente de algumas rodovias que os senhores têm conhecimento – talvez não, com certeza, porque são aquelas rodovias da famosa MP 82, que foram, há algum tempo, passadas para responsabilidade dos Estados, alguns Estados têm esse tipo de situação –, quando foi repassada a responsabilidade, foram repassados alguns recursos para tomarem conta daquela rodovia. Há algum tempo, essa responsabilidade vem sendo meio dividida pelo DNIT, porque alguns Estados não aplicaram os recursos, não tiveram condições de dar continuidade à manutenção das rodovias e o DNIT trouxe para si essa responsabilidade, às vezes, até de forma compartilhada. Só que, a cada ano, essa permissão do DNIT de investir nessas rodovias vem sendo renovada através da prorrogação dessa medida provisória.

Há uma discussão, agora, este ano, no sentido de que, após o fim de 2015, o DNIT não mais irá poder aplicar recursos nessas rodovias e os Estados terão que tomar conta, definitivamente, dessas rodovias. Os Estados vieram a Brasília e tiveram algumas conversas conosco, no DNIT, e também com o Ministro dos Transportes, informando que alguns trechos eles não têm condição de tocar. Há uma discussão sobre aquilo que vai retornar para a malha do DNIT, aquilo que é de interesse nacional, alguns trechos de fronteira, grandes corredores. A gente também entende que alguns Estados não têm condições de operar esses trechos. Então, a gente está tentando trazer, são em torno de três mil quilômetros, quer voltar a cuidar, e um desses trechos é a BR-452. Hoje, ela está dentro da MP 82, e tem esta questão: ou fica com o Estado ou fica conosco. Dentro daquele programa de avaliação socioeconômica para adequação de capacidades de alguns trechos, ela está na nossa programação. Se assim for definido, que ela voltará à responsabilidade do DNIT, ela será uma das primeiras a ser estudada para a sua adequação de capacidades, sua duplicação, e, de imediato, a manutenção irá ocorrer.

E há, também, uma possibilidade, Senador, e, aí, não está na alçada do DNIT, de ela entrar em concessão. Se vai ou não, talvez o Ministério dos Transportes, não sei se está em alguns estudos da EPL, que andou estudando alguns trechos também para verificar a viabilidade de concessão, talvez esses dois entes possam informar se, realmente, vai ser uma concessão ou não. Não sendo uma concessão e, também, não ficando sob a responsabilidade do Estado de Goiás, o DNIT, com certeza, irá dela cuidar muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Antes de passar a palavra para o Dr. Mário, eu queria pedir ao Senador José Medeiros para assumir a Presidência da Comissão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Com a palavra o Dr. Mário.

O SR. MÁRIO DIRANI – Muito obrigado, Senador José Medeiros.

Respondendo aos questionamentos que foram feitos com relação à área ferroviária, inicialmente, eu gostaria de dizer que, com relação aos empreendimentos da Valec, obviamente não vou me posicionar, porque não são de competência do DNIT. Mas o que eu posso dizer é que, com relação à expansão do setor ferroviário, que o Governo vinha implementando por intermédio desses projetos de concessão, há uma expectativa de reanálise desses modelos, uma vez que eles não se configuraram muito atrativos para a iniciativa privada, uma vez que o modelo compreende a concessão para construção e manutenção de uma nova linha ferroviária, e sua operação é delegada a operadores ferroviários independentes, que comprarão a capacidade de transporte – no caso, estava atribuída à Valec essa função. A Valec compraria toda a capacidade de transporte dessa nova ferrovia e, dessa forma, remuneraria o concessionário por seu investimento, e o concessionário cobraria. A Va-

lec revenderia essa capacidade às concessionárias e a operadores ferroviários independentes que estivessem interessados em operar essa ferrovia, e também remuneraria a empresa concessionária da via por um custo, a chamada tarifa de fruição, que seria para cobrir os custos de manutenção.

Uma vez que a modelagem que foi feita não se revelou tão atraente, está sendo estudado, caso a caso, o modelo mais adequado a ser implementado, que pode envolver inclusive uma parceria público-privada. Quer dizer, a ferrovia poderia ser construída totalmente ou parcialmente pelo Poder Público, e depois concedida sua manutenção para um privado. Então, os modelos estão sendo reanalisados para que isso se torne mais atraente.

Outra preocupação que coloquei na minha exposição é com relação à malha que poderá sobrar da implantação desse PIO. A própria concessionária ALL, que recentemente teve aprovada sua fusão com a Cosan, apresentou um plano de investimentos no que ela chama de malha de bitola métrica e malha de bitola larga. Um plano de investimento da ordem de R$8 bilhões, que compreende investimento em aquisição de material rodante, de locomotivas, vagões, construção de novos terminais, duplicação de trechos. Mas, dentro do plano de negócios, ela deixaria de operar alguns trechos considerados menos rentáveis. Ela focaria os investimentos nesses trechos mais rentáveis, e deixaria de operar esses outros trechos.

Se isso for aprovado, há uma perspectiva de devolução de trechos da ordem de mais de 4 mil quilômetros de malha ferroviária. Isso nos entristece porque, se há um modelo que vai viabilizar o negócio de uma concessionária, nós não podemos admitir que se encolha a malha ferroviária do País, que já vem encolhendo na últimas décadas. Eu acho que tem que haver um plano também de exploração desses trechos remanescentes, como eu coloquei, ou com a abertura desses trechos para operadoras independentes, através do modelo de *short lines*, como existe nos Estados Unidos, ou com seu aproveitamento para trens de transporte de passageiros e até mesmo trens turísticos. Eu acho que esse é um problema que merece também atenção, merece ser muito bem estudado, antes que seja aprovada essa devolução de trechos por parte das concessionárias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Bem, não havendo mais nenhuma discussão, creio que cabe a nós agradecer a presença do Dr. André e do Dr. Mário.

Aqui ficaram claras as dificuldades, os muitos desafios que temos de enfrentar. Só para V. Exªs terem uma ideia, o Estado de Mato Grosso, hoje, praticamente depende de um corredor só. Estou falando de Mato Grosso, mas é o País inteiro. Nós optamos por um modal rodoviário, o transporte sobre rodas, e eu creio que vislumbro um horizonte agora de uma abertura para começarmos a ter outros modais do tipo hidrovias, ferrovias. Espero que em breve a gente possa estar aqui fazendo uma audiência falando mais sobre investimentos do que chorando as nossas dores.

Muito obrigado.

Agradeço a presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 33 minutos.)

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM SEIS DE MAIO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às Treze horas e quarenta e sete minutos do dia seis de maio de dois mil e quinze, na sala de reuniões número treze da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Walter Pinheiro, Simone Tebet, Ricardo Ferraço, João Alberto Souza, José Medeiros, Randolfe Rodrigues, Wellington Fagundes, Donizeti Nogueira, Fátima Bezerra, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Lídice da Mata e Eduardo Amorim. Deixam de comparecer os Senadores Gladson Cameli, Antonio Anastasia e Elmano Férrer. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da 8ª Reunião, que é dada como aprovada. É declarada aberta a Reunião. Conforme Pauta previamente distribuída, a presente Reunião destina-se à Deliberação de Matérias. – **ITEM 01 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR, Nº 17, de 2015 – CDR,** "que requer, nos termos do disposto no artigo 93, inciso I e II combinado com o artigo 90, inciso II, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de duas audiências públicas para a instrução do Projeto de Resolução do Senado 01/2013, que trata da fixação de alíquotas de ICMS nas operações e prestações interestaduais". **Autoria:** Senador Wellington Fagundes e outros. **Resultado:** Aprovado o Requerimento incluindo como convidados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, José Serra e Romero Jucá. **ITEM**

02 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 18, de 2015 – CDR, " que requer, nos termos do art. 93, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a finalidade apurar informações e discutir os resultados e desdobramentos das 11ª e 12ª Rodadas de Licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural na Bacia da Foz do Amazonas, no extremo norte do País. **Autoria:** Senador Ranfolfe Rodrigues e outros. **Resultado:** Aprovado. Às treze horas e quarenta e nove minutos o Presidente passa a presidência ao Senador Wellington Fagundes. **ITEM 03 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 19, de 2015 – CDR,** "que requer, nos termos do art. 93, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a finalidade apurar as causas da paralisação das obras e de aditamentos contratuais, bem como da previsão para a retomada das obras para a conclusão do Aeroporto Internacional de Macapá. **Autoria:** Senador Davi Alcolumbre e outros. **Resultado:** Prejudicado em função das informações trazidas pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil e do Diretor Presidente da Anac, na 9ª Reunião da CDR, Conjunta com CI. Às treze horas e cinquenta e cinco minutos o Presidente devolve a presidência. **ITEM 04 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 20, de 2015 – CDR, "**que requer Plenário da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), nos termos do Regimento Interno do Senado, a realização de Audiência Pública para debater o pagamento de indenizações pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF nas desapropriações ocorridas no ano de 1976 pela construção da Barragem de Sobradinho – Bahia, segundo Processos Administrativos NUP 00063.001093/2013-88 e 00063.002363/2013-78, com os seguintes convidados: – Advogado-Geral da União (AGU), Dr. Luís Inácio Lucena Adams; – Presidente da OAB/BA, Dr. Luiz Viana de Queiroz; – Presidente da FETAG/BA, Sr. Cláudio Sílvio Basto; – Presidente da CONTAG/DF, Sr. Alberto Ercílio Broch; e, – Presidente da AMOPOABS, Sr. José Gomes de Souza". **Autoria:** Senador Walter Pinheiro e outros. **Resultado:** Adiado. **ITEM 05 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 21, de 2015 – CDR, "**que requer nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), para discutir a gestão e a aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, do Nordeste – FNE e do Norte – FNO, além de demais assuntos correlatos, com o seguinte convidado: • Alexandre Corrêa Abreu – Presidente do Banco do Brasil". **Autoria:** Senadora Simone Tebet e outros. **Relatoria:** Dário Berger. **Relatório:** Pela Aprovação com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Requerimento com a subscrição dos Senadores Davi Alcolumbre, Wellington Fagundes e José Medeiros. **ITEM 06 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, de 2014 – Não Terminativo –"** que torna obrigatória a presença de profissionais salva-vidas em todos os estabelecimentos que explorem balneários ou outros locais aquáticos abertos ao uso do público". **Autoria:** Deputado Vander loubet. **Relatoria:** Senador Dário Berger, **Resultado:** Adiado. **ITEM 07 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, de 2014 – Não Terminativo** – "que dispõe sobre a adoção de providências visando a economizar ou a otimizar o uso da água nas instalações hidráulicas e sanitárias das edificações que estejam sob a responsabilidade de órgãos pertencentes à administração pública federal". **Autoria:** Deputado José Carlos Vieira**. Relatoria:** Senador Romero Jucá. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei. **Resultado:** Adiado. **ITEM 08** – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 388, de 2014 – Não Terminativo** – " que altera as Leis nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, (Estatuto da Terra) e nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para suprimir a participação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no parcelamento do solo urbano". **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatoria:** Senador Romero Jucá. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto Lei. **Resultado**: Adiado. **ITEM 09** – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 511, de 2011** – **Terminativo** –" que altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências – Lei Geral do Turismo, para definir entre os prestadores de serviços turísticos os albergues". **Autoria**: Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatoria**: Senadora Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação com emendas nº 1 e 2-CCJ. **Resultado**: Adiado. **ITEM 10** – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 522, de 2011** – **Terminativo** –" que altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências, para dispor sobre os convênios, contratos e parcerias firmados com o Ministério do Turismo". **Autoria**: Senador Eduardo Amorim. **Relatoria**: Senador José Medeiros. **Relatório:** Pela prejudicialidade. **Resultado**: Adiado. **ITEM 11** – **PROJETO**

DE LEI DO SENADO Nº 43, de 2013 – **Terminativo –** Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 (Lei Geral do Turismo), para limitar a multa no caso de resilição ou alteração do contrato de hospedagem. . **Autoria**: Senadora Ana Amélia. **Relatoria**: Senadora Lídice da Mata. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado**: Adiado. **ITEM 12**- **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 370, de 2014** – **Terminativo** –" que altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir o vale dos rios Paraíba, Mundaú e Jequiá na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf)". **Autoria**: Senador Benetido de Lira. **Relatoria**: Senador João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas de relator. **Resultado**: Adiado. **ITEM 13**- **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, de 2015** – **Não Terminativo** – "Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Sorriso, no Estado do Mato Grosso. **Autoria**: Senador José Medeiros. **Relatoria**: Senador Wellington Fagundes". **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado**: Adiado. Às quatorze horas e dois minutos o Presidente passa a presidência ao Senador Wellington Fagundes. **EXTRAPAUTA – ITEM 14 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR, Nº 22, de 2015. "**que requer, nos termos regimentais, aditamento ao RDR 07, de 2015, que convida o Ministro de Estado da Integração Nacional para prestar informações sobre o andamento das obras de interligação das águas do Rio São Francisco, aprovado por este colegiado em 11 de março de 2015, para que a presente Audiência seja realizada em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA; e a Comissão Temporária para acompanhamento das Obras da Transposição e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CTBHSF"**. Autoria:** Senador Davi Alcolumbre". **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR, Nº 23, de 2015. "**que requer nos termos do Regimento Interno, o aditamento ao RDR Nº 21, de 20015 – CDR, de minha autoria e de outros senhores senadores, que sejam convidados para tratar especificamente dos recursos dos Fundos FNO e FNE, os Senhores Valmir Pedro Rossi, Presidente do Banco da Amazônia (BASA) e Marcos Holanda, Presidente do Banco do Nordeste (BNB)". **Autoria:** Senadora Simone Tebet. **Resultado:** Aprovado o Requerimento com a subscrição dos Senadores Davi Alcolumbre, Wellington Fagundes e José Medeiros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quatorze minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Davi Alcolumbre,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 8ª Reunião desta Comissão.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Comunicados e convites feitos a esta Comissão.

Antes de iniciarmos a reunião, comunico que, conforme expediente encaminhado à Secretaria de Apoio à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, o Senador Elmano Férrer justifica ausência por estar fazendo exames de rotina na cidade de São Paulo.

Esta Presidência comunica que, ontem, compareceu à reunião no Ministério da Integração Nacional, onde tratou da transposição do Rio São Francisco com o Ministro Gilberto Occhi, ficando também agendado com o Ministro da Integração Nacional a sua vinda a esta Comissão para o dia 20 de maio, às 9 horas. Portanto, informo aos Senadores e às Senadoras que, na próxima reunião da Comissão, no dia 20, às 9 horas, teremos a participação em audiência pública do Ministro da Integração. Assim, fecharemos o ciclo Ministério do Turismo, Ministério das Cidades e Ministério da Integração, conforme combinado em pauta anterior com os membros da Comissão.

Feitos esses comunicados, passamos à pauta.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à deliberação das proposições.

Há sobre a mesa um requerimento. Por ele ser de minha autoria, solicito ao Senador Wellington que assuma a Presidência para que eu possa encaminhar esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR – MT) – Com a palavra, então, o Senador Davi para encaminhar o seu requerimento.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM – AP) – Sr. Presidente, requeiro, nos termos regimentais, aditamento ao RDR 7, de 2015, que convida o Ministro de Estado da Integração Nacional para prestar

informações sobre o andamento das obras de interligação das águas do Rio São Francisco, aprovado por este colegiado em 11 de março de 2015, para que a presente Audiência seja realizada em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); e a Comissão Temporária para acompanhamento das Obras da Transposição e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CTBHSF).

Conversei com o Ministro na audiência de ontem. Falamos também com o Presidente da Comissão de Meio Ambiente e, também, com o Presidente da Comissão Temporária. Chegamos a um entendimento para fazer em conjunto, a fim de que a reunião fosse mais produtiva. Portanto, submeto este requerimento e aditamento ao requerimento que já tinha sido anteriormente aprovado por esta Comissão.

Era esse o pleito.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR – MT) – Eu queria indagar aos Senadores presentes se há algum óbice à inclusão desse requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo ninguém contrário, está incluso o requerimento e vamos colocá-lo, então, à aprovação.

Há algum Parlamentar que queira discutir? (*Pausa.*)

Não havendo, então, em votação o requerimento.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 22, de 2015

> **Requeiro, nos termos regimentais, aditamento ao RDR 07, de 2015, que convida o Ministro de Estado da Integração Nacional para prestar informações sobre o andamento das obras de interligação das águas do Rio São Francisco, aprovado por este colegiado em 11 de março de 2015, para que a presente Audiência seja realizada em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA; e a Comissão Temporária para acompanhamento das Obras da Transposição e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CTBHSF.**
> **Autoria:** Senador Davi Alcolumbre.)

Volto, então, a Presidência ao nosso Presidente Davi.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Também sobre a mesa o requerimento da ilustre Senadora Simone Tebet, nos seguinte termos;

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 23, de 2015

> **Requeiro, nos termos do Regimento Interno, o aditamento ao RDR Nº 21, de 20015 – CDR, de minha autoria e de outros senhores senadores, que sejam convidados para tratar especificamente dos recursos dos Fundos FNO e FNE, os Senhores Valmir Pedro Rossi, Presidente do Banco da Amazônia (BASA) e Marcos Holanda, Presidente do Banco do Nordeste (BNB).**
> **Autoria:** Senadora Simone Tebet

Tem a palavra a Senador Simone Tebet, para encaminhar o requerimento.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Se permitir, Sr. Presidente, eu gostaria já de aproveitar para defender os dois requerimentos: o Requerimento nº 21, que está em pauta, e, consequentemente, o Requerimento nº 23, que faz um aditamento a esse requerimento que eu mencionei, se houver concordância da Mesa e dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Tem a palavra V. Exª.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Na realidade, trata-se de dois requerimentos que, nos termos constitucionais e regimentais, solicitam a realização de audiência pública da Comissão de Desenvolvimento regional e Turismo, para discutir a gestão e aplicação dos recursos dos fundos constitucionais do Centro-Oeste, do Norte e do Nordeste. Convidando, portanto, por parte do FCO, o Presidente do Banco do Brasil; por parte do Norte, o Banco da Amazônia; e do Nordeste, o BNB.

A justificativa é simples, Sr. Presidente. Nós já ouvimos ministros e fecharemos, no dia 20, com o Ministro da Integração. Temos ouvido aqui os superintendentes da Sudeco, da Sudene e da Sudam, mas nós sabemos que, na realidade, quem gerencia esses recursos, esses programas, aliás, quem analisa as propostas para implementar a execução das obras e dos investimentos no interior são os bancos. Então, para que possamos conhecer a fundo a evolução dos resultados obtidos pelas políticas de financiamento regional e para que tenhamos mais informações sobre as perspectivas futuras, nós precisamos de detalhes técnicos que somente os presidentes desses bancos poderão dar.

Eu finalizo, apenas colocando uma questão que me preocupa muito. Na realidade, apesar das superintendências terem os seus conselhos, a legislação de 1989 dá amplos poderes, para que os bancos possam reanalisar o mérito desses projetos e não analisar apenas a viabilidade econômica e financeira do empreendimento. Daí a importância do convite a essas autoridades, para que possamos saber, pelo menos para os próximos quatro anos, o que virão de investimentos através dos fundos para os Estados do interior do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Em discussão os requerimentos. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, submetemos à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam os Requerimentos nºs 23 e 21, de autoria da Senadora Simone Tebet, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Esclareço também que foi subscrito o requerimento por mim, pelo Senador Wellington e pelo Senador José Medeiros, para que pudéssemos incluir na pauta de hoje.

(Foi aprovado, conjuntamente ao item 15, o seguinte item:

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 21, de 2015
- Não terminativo -

Nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), para discutir a gestão e a aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, do Nordeste – FNE e do Norte – FNO, além de demais assuntos correlatos, com o seguinte convidado:

• *Alexandre Corrêa Abreu – Presidente do Banco do Brasil.*

Autoria: Senadora Simone Tebet.)

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 17, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do disposto no artigo 93, inciso I e II combinado com o artigo 90, inciso II, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de duas audiências públicas para a instrução do Projeto de Resolução do Senado 01/2013, que trata da fixação de alíquotas de ICMS nas operações e prestações interestaduais.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Para tanto convidamos na primeira audiência: Secretário(s) de Estado da Fazenda que, indicados pelo Confaz – Conselho Nacional de Política Fazendária, representem a Região Sul, a Região Sudeste, a Região Centro-Oeste, a Região Nordeste e a Região Norte do Brasil;

Para composição da segunda audiência convidamos: o Coordenador dos Secretários Estaduais de Fazenda do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz, Sr. José Barroso Tostes Neto e um representante do Ministério da Fazenda.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Fagundes, para que possa fazer o encaminhamento do seu requerimento.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, este Projeto de Resolução do Senado 01/2013 foi enviado a esta Casa em 04/02/2013 pelo Executivo Federal, tem o objetivo precípuo de uniformizar as alíquotas de ICMS interestadual em 4% progressivamente, ao longo de até 15 anos, possibilitando que as diferenças regionais sejam minimizadas por meio de maiores investimentos em infraestrutura, logística e qualificação profissional.

Após votação da proposição no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em maio de 2013, pactuou-se a diminuição das alíquotas de ICMS de 7% para 4% para as operações originadas nos Estados da Região Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, enquanto os Estados da Região Norte, Nordeste, Centro-Oeste e o Espírito Santo reduziriam, progressivamente, a alíquota de 12% para 7%, com algumas exceções.

E aí, Sr. Presidente, é importante ressaltar que as discussões sobre a harmonização das alíquotas do ICMS e o fim da guerra fiscal – e é importante dizer o fim da guerra fiscal, que é o que a gente tanto persegue – evoluíram significativamente – no Senado Federal, no Confaz, no Ministério da Fazenda e na sociedade brasileira – desde a votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposição, hoje, encontra-se na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), onde fui designado relator da matéria – e quero aqui agradecer o Presidente, o Senador Davi, por confiar em mim esta relatoria.

Neste contexto, creio ser fundamental que sejam ouvidos os Estados da Federação, o Confaz e o Ministério da Fazenda, para que o PRS 01/2013 possa traduzir, da melhor maneira possível, o equilíbrio das finanças estaduais, o estímulo ao desenvolvimento regional do nosso País e o fim da guerra fiscal.

Quero dizer que já tive oportunidade de conversar com o Ministro Levy sobre esse assunto, inclusive teve uma reunião em Goiás – eu não me fiz presente, mas era uma reunião do Confaz, e o Ministro lá esteve presente. Nessa reunião, praticamente estavam todos os Estados, só quatro Estados ainda estão em dúvida. Na semana que vem, teremos uma reunião lá no Nordeste, onde todos os Governadores juntamente com o Confaz e o Ministro estarão reunidos, e creio que esse assunto está cada dia mais amadurecido.

Por isso, nós gostaríamos de pedir, na inclusão desse requerimento, além dos convites que estão no requerimento, também o convite aos Senadores, para estarem aqui também como debatedores, o Senador Delcídio do Amaral, que foi inclusive relator na CAE, o Senador Walter Pinheiro, que também teve uma participação grande nesse assunto, e ainda o Senador José Serra e o Senador Romero Jucá.

Eu queria dar, inclusive, como sugestão que, na primeira audiência, o Senador Walter e o Senador Delcídio do Amaral, e inclusive já falei com os dois, que concordaram, e acho importante ouvi-los aqui também. E, na segunda audiência, o Senador José Serra e o Senador Romero Jucá, que também têm sido atuantes. O Senador Serra é uma boa referência nessa área.

Então, eu gostaria de aqui ter o apoiamento dos nossos Senadores, dada a importância que representa esse assunto, principalmente pela guerra fiscal, que hoje praticamente está aniquilada, porque todo mundo hoje, todos os Estados acabam dando os incentivos fiscais e aquilo que era para ser um incentivo já não é mais, virou guerra mesmo, guerra fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Em discussão o requerimento do Senador Wellington, com as alterações sugeridas por S. Exª no convite já feito verbalmente ao Senador Delcídio, ao Senador José Serra e ao Senador Walter Pinheiro e Romero Jucá para participar. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, submetemos à votação.*(Pausa)*

Está aprovado o requerimento com as alterações propostas.

Comunico também... Os dois requerimentos. É justamente isso, Senador, que eu gostaria de informar.

Comunico que, dada a importância e a relevância da discussão do tema que está na pauta do País, a guerra fiscal e a isenção de impostos dada pelo Estado A em detrimento do B, do C e assim sucessivamente, na próxima semana teremos duas audiências para debater isso. A primeira audiência vai se iniciar às 9 horas da manhã e a segunda audiência será às 14 horas. Na semana que vem, poderemos definir e ter as duas audiências realizadas para que V. Exª possa rapidamente embasar o seu voto no projeto de que é relator.

Solicito ao Senador Wellington, para que eu possa defender um requerimento, que assuma novamente a Presidência da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR – MT) – Requerimento nº 18, de 2015.

Requeremos, nos termos do art. 93, inciso XII, do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o plenário, a realização de audiência pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a finalidade de apurar informações e discutir os resultados e desdobramentos da 11ª e 12ª rodadas de licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural na bacia da foz do Amazonas, no extremo norte do País. Sugerimos que sejam convidados para integrar o rol dos oradores o Exmº Sr. Ministro do Estado de Minas e Energia, Carlos Eduardo de Souza Braga, a Srª Diretora-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Drª Magda Maria de Regina Chambriard, o Sr. Presidente da Petrobras, Sr. Aldemir Bendine, os Presidentes das seguintes empresas vencedoras na 11ª rodada de licitações de blocos arrematados na bacia da foz do Amazonas: Total IP do Brasil Ltda., OGX Petróleo e Gás S/A, BP Exploração, Operação, Cia Ltda., Queiroz

Galvão Exploração e Produção S/A, Brasoil Manati Exploração Petrolífera Ltda., Ecopetrol S/A e também BHP Billiton Petroleum Pty Ltda.

Autoria do Senador Davi Alcolumbre e do Senador Randolfe Rodrigues.

Concedo a palavra ao Senador Davi para fazer o encaminhamento do requerimento.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM – AP) – Agradeço, Senador Wellington, e justifico o encaminhamento rapidamente.

Desde a notícia veiculada e da licitação feita pela ANP do bloco da foz do Rio Amazonas, em maio de 2013, isso gerou uma expectativa muito grande nas prefeituras, nos Estados envolvidos, próximos de onde foi licitado pela ANP esse bloco de exploração de petróleo, especialmente o Estado do Amapá, que é o mais próximo de onde estão sendo feitos os estudos, a sondagem e onde foi licitada a foz do Rio Amazonas. Espero que seja mais um dos pontos de onde o nosso querido Brasil possa explorar petróleo e que a gente possa ter esse incremento na economia do Estado do Amapá, fortalecendo os Municípios do entorno, gerando emprego, gerando renda, promovendo a capacitação profissional dessas pessoas num setor que é ainda desconhecido para nós, do Estado do Amapá, e que com certeza gerou e gera muita expectativa por parte de todos nós, políticos do Estado do Amapá, como também por parte dos empresários, da população como um todo, como uma grande perspectiva de desenvolvimento para aquela região e, com certeza, vai impactar fundamentalmente no desenvolvimento do meu Estado, o Estado do Amapá.

Então, é mais uma mesa de discussão e de debate. Vamos poder tomar conhecimento de em que pé está essa fase inicial de exploração, de logística, onde serão construídas as bases. Portanto, precisamos convidar todos os envolvidos, público e privado, nessa questão da exploração do petróleo lá na foz do Amazonas.

É com esse interesse que quero fazer essa audiência pública para também tomar conhecimento de um tema tão relevante para o País e de tanta importância para o nosso Estado do Amapá, que, com certeza, tem gerado – inclusive em mim, pessoalmente – uma perspectiva de podermos nos próximos cinco ou dez anos, período de implantação do projeto efetivamente, ajudar a construir esse projeto ao lado das empresas, fazendo nosso papel como homem público, no final das contas, podendo reverter isso em prol da sociedade de todos os Estados envolvidos, mas, especialmente, do Estado do Amapá.

Então, com essa justificativa, queria pedir o apoio de V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR – MT) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 18, de 2015
- Não terminativo -

Requeremos, nos termos do art. 93, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a finalidade apurar informações e discutir os resultados e desdobramentos das 11ª e 12ª Rodadas de Licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural na Bacia da Foz do Amazonas, no extremo norte do País.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre e outros.)

Quero devolver a Presidência ao nosso Presidente Davi. Fisicamente, já estamos ao lado. (*Risos.*)

Apenas gostaria de encaminhar, Presidente, até para não mudar de posição... Na Presidência eu estava como Presidente *ad hoc*. Agora, V. Exª assume a Presidência, pois legitimamente é o Presidente.

Peço aqui que seja examinada a possibilidade de marcarmos uma audiência do Presidente da Comissão de Desenvolvimento e Turismo com o Ministro do Turismo para tratar de um assunto especificamente do Mato Grosso.

Nós temos lá uma estrada que é a ligação de Rondonópolis, na região sul, à nossa capital, Cuiabá. Essa estrada, MT-040, que tenho dito que é a primeira estrada verde de Mato Grosso, denominaram-na como a estrada da vida, visto que o trecho em que a estrada existente tem a trafegabilidade de Rondonópolis a Cuiabá é exatamente a BR-163, 364 e 070, ela se sobrepõe no trecho de Rondonópolis a Cuiabá, ser o trecho em que mais – segundo a Polícia Rodoviária Federal – acidentes frontais existem no Brasil proporcionalmente. Acidente frontal, normalmente, representa perda de vida. Com a vida a gente não pode brincar. Por isso essa estrada é

fundamental para Mato Grosso, não só para Mato Grosso, para a Região Amazônica, porque tudo que demanda a Região Amazônica tem que passar por esse trecho de Rondonópolis a Cuiabá. Quando digo, é a Amazônica toda: Rondônia, Acre, enfim, parte do Pará, o Amazonas todo.

Então, essa 040 é uma alternativa que nós criamos para também demandar Rondonópolis, Cuiabá, passando pelo Pantanal, valorizando as belezas naturais do nosso Pantanal, que é um patrimônio da humanidade. Inclusive, ontem, comemoramos 150 anos da passagem da vida daquele que foi o patrono das comunicações, Marechal Rondon. Essa estrada passa exatamente na localidade onde nasceu o Marechal Rondon. Ela vai ser fundamental também para promover o turismo, mas também a cultura do nosso Estado, a história do nosso Estado, valorizando a vida de Marechal Rondon na comunidade de Mimoso, onde passa.

Então, desse trecho de Rondonópolis, saindo para Cuiabá, já há aproximadamente 80km prontos, de Cuiabá para Mimoso também já mais uma grande quantidade pronta. Ou seja, de 210km, faltam aproximadamente 80km, sendo que um desses trechos está sendo construído exatamente com recursos do Ministério do Turismo, o restante está sendo construído com recurso do MT Integrado, um financiamento que trabalhamos no governo passado – Governador Silval Barbosa – junto ao BNDES. Tenho dito que é o maior programa social do meu Estado, porque vai interligar todas as cidades de Mato Grosso com pelo menos uma via asfaltada.

Então, parte dessa obra está sendo feita pelo BNDES, mas falta um pequeno pedaço, que foi originário de um recurso do Ministério do Turismo.

Assim, eu gostaria de pedir o apoio, já que estamos tratando de toda a Amazônia, para que fosse uma audiência oficial do Presidente da Comissão, comigo e com outros companheiros da Amazônia que possam ter interesse, principalmente de Mato Grosso, nesse aspecto. Mas, lá, poderiam ser tratados outros assuntos que fossem do entendimento do Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Senador Wellington, respondendo a solicitação de V. Exª, nós tivemos agora, recentemente, a mudança do titular da Pasta do Turismo. Esta Comissão, no começo, teve a felicidade de ter, como primeiro participante em uma audiência pública, o então Ministro do Turismos, Vinícius Lages, que veio a esta Comissão e que foi muito solícito à nossa Presidência e a todos os Senadores.

Então, como houve essa mudança na titularidade do Ministério – e, agora, o Ministro do Turismo é o ex-deputado federal Henrique Eduardo Alves –, a Comissão já está fazendo contato com o Ministério para que possamos convidar o atual Ministro para que se posicione diante de todos os fatos abordados pela Comissão com o ainda Ministro Vinícius Lages, quando veio a esta Comissão.

Portanto, eu acho que nós podemos solicitar, pela Comissão, uma audiência para a Comissão visitar o Ministro a fim de tratar do assunto do Estado de V. Exª, bem como de outros assuntos de interesse da Comissão. Este, o papel de todos nós que fazemos parte de uma comissão tão importante para o País como a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado.

Todavia, ponderaria a V. Exª também que a gente pudesse ter o retorno do Ministro. Amanhã, há uma audiência com o Ministro do Turismo, por iniciativa dele, em convite à Presidência da Comissão, para ir ao Ministério. Estarei lá participando de um encontro. Assim, como já vamos, a partir de amanhã, definir uma data para que ele possa vir aqui, talvez V. Exª pudesse aguardar esses 10 ou 15 dias para que a gente possa trazer o Ministro Henrique e, então, V. Exª fazer o questionamento aqui na Comissão, como membro da Comissão e como interessado nesse tema. Se não puder, a gente já pede à assessoria da Comissão para, em nome da Comissão, marcar a audiência para a semana que vem, no gabinete do Ministro, a fim de tratar do assunto que V. Exª levantou aqui.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Eu quero deixar muito claro que o que eu quero é exatamente pegar o peso do Presidente da Comissão, pois, dado o assunto, eu acho que, realmente, uma audiência lá no Ministério seria extremamente importante.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Então, solicito à Secretaria da Comissão que faça gestão junto ao gabinete do Ministro Henrique para que possa, na semana que vem, atender a Comissão em audiência, a fim de tratar do assunto levantado pelo Senador Wellington.

Queria comunicar à Comissão e ao Senador Wellington que o item 3 da pauta é um requerimento de minha autoria. Contudo, como Presidente, eu o declaro prejudicado, haja vista que nós já debatemos aqui com o Ministro Eliseu Padilha e já tratamos com a Infraero. Dessa forma, eu me sinto atendido, bem como o Senador Randolfe Rodrigues, nós que éramos os autores do Requerimento que consta do item 3 da pauta de hoje desta Comissão.

Assim, declaro prejudicado o requerimento, haja vista que, como autor, sinto que já fui atendido com a explanação feita pelo Ministro Eliseu Padilha.

(É o seguinte o requerimento considerado prejudicado:

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 19, de 2015
- Não terminativo -

Requeremos, nos termos do art. 93, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a finalidade apurar as causas da paralisação das obras e de aditamentos contratuais, bem como da previsão para a retomada das obras para a conclusão do Aeroporto Internacional de Macapá.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre e outros.)

Os outros itens da pauta são projetos de lei ou requerimentos de Senadores que estão ausentes. Então, como é de praxe a gente não deliberar na ausência dos autores à reunião da Comissão, encaminhamo-nos para o encerramento da reunião.

Agradecendo a participação de todos os assessores da Comissão, que até às 14h13 estiveram presentes aqui, bem como aos Srs. Senadores que nos prestigiaram com as suas presenças... Nós tivemos a inscrição de 19 Senadores; portanto, tenho certeza de que essa audiência conjunta da Comissão de Infraestrutura com a nossa Comissão de Desenvolvimento Regional deu um peso a esta audiência, com uma grande participação dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras.

Assim, agradecendo a participação de todos, convoco-os para que estejamos presentes na próxima reunião, a fim de dar cumprimento ao requerimento de audiência pública do Senador Wellington, quando debateremos projeto de lei do qual S. Exª é Relator. Com certeza, será um debate produtivo para o País. Assim, solicito a presença de todos os Senadores e Senadoras.

Peço que a Secretaria da Comissão expeça ofício circular aos gabinetes solicitando a participação de todos nas duas audiências da semana que vem, para que possamos aprofundar o debate e até termos mais conhecimento sobre essa questão tão debatida hoje, que é o conflito de interesse de Estados, o que acaba sendo prejudicial para o País e para os Estados, que entram na tese do conflito de saber o quanto a maior isenção poderá gerar mais emprego.

Nesse caso, vocês dão maior isenção, geram emprego no vizinho, e o Estado ao lado fica passando pela mesma dificuldade socioeconômica.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, convocando outra reunião para a próxima quarta-feira, às 9h.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 13 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 15 minutos.)

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM TREZE DE MAIO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e nove minutos do dia treze de maio de dois mil e quinze, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Wellington Fagundes, Presidente Eventual, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Walter Pinheiro, Gladson Cameli, Simone Tebet, João Alberto Souza, Davi Alcolumbre, José Medeiros, Elmano Férrer, Regina Sousa, Sandra Braga, Romero Jucá, Lídice da Mata e Eduardo Amorim. Senadores não Membros: Blario Maggi, Marta Suplicy e Omar Aziz. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Humberto Costa, Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da 10ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à realização de audiência pública em atendimento RDR 17/2015 de autoria do Senador Wellington Fagundes e Outros, que requer, nos termos do inciso II art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, para instruir o PRS 1/2013, que trata da fixação de alíquotas de ICMS nas operações e prestações interestaduais. A audiência é realizada com a presença dos seguintes convidados: Sr. Afonso Lobo Moraes, Secretário de Estado da Fazenda do Amazonas, Sr. George Santoro, Secretário de Estado da Fazenda de Alagoas, Sr. Leonardo Colombini, Secretario de Estado da Fazenda do Distrito Federal e Sr. Renato Vilela, Secretário de Estado da Fazenda de São Paulo. Encerrada a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores: Sandra Braga, Blairo Maggi, Marta Suplicy e Omar Aziz, nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezoito minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Wellington Fagundes

Presidente Eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Bom dia!

Havendo número regimental, declaro a aberta a 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à realização de audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 17, de 2015 - CDR, de minha autoria, Wellington Fagundes, com a finalidade de instrução do Projeto de Resolução do Senado nº 1, de 2013, que trata da fixação de alíquotas de ICMS nas operações e prestações interestaduais. O referido requerimento foi subscrito pelos colegas Senadores Donizeti Nogueira e Paulo Rocha.

Encontram-se presentes para a audiência pública o Sr. Afonso Lobo Moraes, Secretário de Estado da Fazenda do Amazonas, representando a Região Norte, a quem convidamos para tomar assento à Mesa; o Sr. George Santoro, Secretário de Estado da Fazenda de Alagoas, representando a Região Nordeste; o Sr. Leonardo Colombini, Secretário de Estado da Fazenda do Distrito Federal, representando a Região Centro-Oeste; o Sr. Renato Villela, Secretário de Estado da Fazenda de São Paulo, representando a Região Sudeste; o Sr. Antonio Marcos Gravazzoni, Secretário de Estado da Fazenda de Santa Catarina, representando a Região Sul.

Em conformidade com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas:

- Cada convidado terá inicialmente 10 minutos, mas entendemos que é pouco, dada a profundidade do assunto. Fica livre, então, para fazer a sua exposição. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e pelos Senadores inscritos.

- A palavra às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores será concedida na ordem de inscrição.

- Os interpelantes dispõem de 3 minutos, estendido a 5 minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Estava prevista a presença do Senador Serra, mas S. Exª está viajando e, infelizmente, não poderá estar aqui. Também o Senador Delcídio do Amaral, como Líder tem um compromisso agora junto à Mesa e ligou e deve chegar mais tarde.

Para esta reunião, que estava programada para ter duas fases, pela manhã e pela tarde, também está convidado o Senador Walter Pinheiro, que provavelmente está chegando daqui a pouco, já que temos cumulativamente, aqui, muitas reuniões. S. Exª está na Comissão de Infraestrutura, da qual também faço parte e onde estive na abertura. Tão logo seja possível, estará aqui conosco.

Quero, então, conceder a palavra ao Sr. Afonso Lobo Moraes para fazer a sua exposição.

O SR. AFONSO LOBO MORAES – Inicialmente, queria cumprimentar o Senador Wellington Fagundes, Relator da Comissão, os colegas Secretários George Santoro, Secretário de Fazenda de Alagoas; Leonardo Colombini, Secretário de Fazenda do Distrito Federal; Renato Villela, Secretário de Fazenda do Estado de São Paulo; e Antonio Marcos Gravazzoni, Secretário de Fazenda de Santa Catarina.

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

Na condição de representante dos Estados da Região Norte, queria aproveitar a oportunidade para declarar o nosso apoio à Proposta de Resolução nº 01, de 2013, que propõe a redução das alíquotas interestaduais do ICMS, convergindo a sua arrecadação para o destino. Claro que, como essa proposta é de 2013, entendemos que precisa de alguns ajustes, nos termos que o Confaz definiu no Convênio ICMS 70, de 2014, por uma razão: houve um debate muito, digamos assim, acentuado, nesses últimos meses, e houve uma evolução daquela proposta original. Entendemos que, se for adotada a proposta do Convênio 70, os Estados vão estar mais bem contemplados. Além, obviamente, do apoio ao projeto de resolução, há outras condicionantes que constam no Convênio 70 que lá na frente vou detalhar. Se conseguirmos apoiar ou aprovar esse conjunto de propostas que estão no Convênio 70, com certeza vamos conseguir reformar o ICMS e pôr fim à guerra fiscal, que, na nossa avaliação, é uma política totalmente prejudicial ao País. No curto prazo, gera emprego e desconcentra relativamente a atividade industrial, o investimento como um todo, mas, no médio prazo, diminui o total dos recursos arrecadados pelos Estados, deteriorando as contas públicas.

No longo prazo, há o retorno da concentração industrial nos Estados mais desenvolvidos. E explico por quê.

Embora a guerra fiscal tenha cumprido o seu papel de atrair investimentos para os Estados menos desenvolvidos, especialmente do Nordeste e Centro-Oeste e, de forma residual, para o Norte, gerando emprego, gerando renda, gerando arrecadação inclusive, isso por conta da ausência de uma política de desenvolvimento regional, por outro lado, esse modelo já se esgotou. Esgotou-se porque os Estados mais desenvolvidos, verificando essa perda comparativa de investimento, começaram a adotar salvaguardas, como, por exemplo, glosa de créditos, ações judiciais junto ao Supremo Tribunal Federal, e até aderindo à própria guerra fiscal.

Esses Estados mais desenvolvidos possuem algumas vantagens comparativas adicionais, como mão de obra qualificada, melhor investimento em infraestrutura, e possuem também proximidade com o mercado consumidor. Então, o que acontece?

O resultado, o efeito disso é uma redução na arrecadação global, porque houve aí uma adesão à guerra fiscal por parte dos Estados, e a lógica do investimento privado passou a ser a lógica do leilão: instala-se o investimento onde se dá o maior benefício fiscal. Com isso, a arrecadação global passa a ter uma queda, havendo a deterioração das contas públicos.

E, a longo prazo, como esses Estados mais desenvolvidos possuem uma condição de vantagens comparativas, como mencionei, há uma tendência natural para o retorno a uma concentração do investimento industrial.

Portanto, a guerra fiscal não resolve o problema das desigualdades regionais a longo prazo.

Por essa razão, por esse problema que é a guerra fiscal hoje para o País, diversas tentativas já foram feitas, desde meados da década de 90 até os dias de hoje, com o objetivo de reformar o ICMS e pôr fim à guerra fiscal.

Eu não vou detalhar as diversas propostas, mas menciono algumas: a PEC 175, de 95, que teve como Relator na Câmara o Deputado Mussa Demes; a PEC 175-A, cujo mentor foi o ex-Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, isso no governo Fernando Henrique; no governo Lula, a PEC 41, de 2003, cujo Relator foi Virgílio Guimarães. Tivemos também uma iniciativa do Confaz que ficou conhecida como "PC

200", que é a Proposta de Convênio nº 200, de 2006, que tinha como objetivo convalidar os incentivos, dar um prazo para os investimentos que estavam sediados nos diversos Estados, e portanto pôr fim à guerra fiscal. Houve, ainda, a PEC 233, de 2008, cujo Relator foi o Deputado Sandro Mabel, até chegarmos ao Convênio nº 70, de 2014. O Convênio nº 70 é uma manifestação, hoje, praticamente, das 27 unidades da Federação. Pelo que temos conhecimento, hoje, apenas o Estado do Paraná ainda está fora do convênio. Entendemos que esse instrumento, embora não seja perfeito, atende à maioria absoluta dos interesses dos Estados da Federação.

E quais são as premissas do Convênio nº 70, de 2014? Reduzir e unificar a alíquota interestadual, convergindo a tributação do ICMS para o destino – portanto, este assunto está na proposta de Resolução nº 01, de 2013 –, condicionado a compensar os Estados que perderem receita nessa transição, na implementação dessa medida; criação de um mecanismo de desenvolvimento regional para substituir o papel que o ICMS vem tendo para os Estados menos desenvolvidos; realização de acordos de convalidação, para eliminar as incertezas jurídicas; repartição do ICMS entre o Estado de origem e o de destino sobre operações e prestações destinadas a consumidor final não contribuinte, o que já foi atendido com a Emenda Constitucional nº 87, de 2015; e o novo indexador para o cálculo da dívida.

Já existe uma lei, mas, como ela é autorizativa, ainda não está tendo aplicação.

Os benefícios com o fim da guerra fiscal são o aumento da segurança jurídica, estimulando à realização de novos investimentos no País – o problema da guerra fiscal pode ser um entrave para isso –, a simplificação do sistema do ICMS, com a unificação da alíquota, o aumento da confiança e o relacionamento entre os entes federativos.

E, ao final, haverá uma relação de ganha-ganha. Ganharão as empresas, que ficam mais competitivas e lucrativas, ganharão os governos, com mais recursos para atender às demandas sociais, e ganharão os cidadãos, com mais emprego, renda e serviço público.

Muito obrigado.

Terminei exatamente no prazo.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Como eu disse, não precisamos ter a rigidez do horário. Porém, como V. Sª conseguiu concluir, vamos passar ao Dr. George Santoro, Secretário de Estado da Fazenda de Alagoas, representando a Região Nordeste.

O SR. GEORGE SANTORO – Bom dia a todos.

Quero cumprimentar a Comissão, na pessoa do Exmo Sr. Senador Wellington Fagundes, quero cumprimentar os Secretários Renato Vilela, de São Paulo, Afonso, do Amazonas, Colombini, do Distrito Federal, e o coordenador do Confaz, o Secretário Otoshi, que está presente.

Vou focar um pouquinho, complementando algumas informações que o Secretário Afonso colocou para vocês agora há pouco, dizendo que o início desse processo, que a gente pode chamar de reforma do ICMS, se origina numa decisão do Supremo Tribunal Federal relativa à questão dos benefícios dados fora convênio Confaz.

O Supremo já tomou a decisão, seguida em várias decisões isoladas, e está prestes a publicar uma súmula vinculante em que coloca todos esses benefícios como

benefícios concedidos de forma ilegal. Essa situação dá uma insegurança jurídica muito grande às empresas, dá uma insegurança patrimonial a essas empresas, porque muitas delas, ao longo desse período, foram autuadas, constando de seus balanços passivos esses autos de infração.

Então, essa situação ensejou a necessidade de um processo de reformulação do ICMS. Esse processo tem algumas premissas muito importantes. A primeira delas é a chamada convalidação, que nada mais é que uma remissão desses benefícios fiscais dados por decretos, por leis, por diversos atos normativos nos Estados. Esse é um ponto da reforma.

O segundo ponto é a questão do comércio não presencial. Esta Casa aprovou, recentemente, a mudança da tributação do comércio não presencial, um pleito antigo principalmente dos Estados do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste. Esse ponto já foi superado.

O outro ponto é o de que está tratando esta Comissão agora: a alteração das alíquotas inter-regionais do ICMS. É um ponto muito importante, um ponto que, nas discussões, se colocou como uma cláusula para os Estados do Sul e do Sudeste aderirem à convalidação dos benefícios fiscais até então vigentes. Ou seja, chegou-se a um consenso de que não bastava acabar com a guerra fiscal, mas que era preciso dar um horizonte de mudança dessa tributação para diminuir a possibilidade de dar essa mudança tributária.

E dois outros pontos importantes seriam o Fundo de Desenvolvimento Regional, que o colega Afonso acabou de colocar, e o Fundo de Compensação.

E aí se coloca uma dicotomia, porque, de um lado, os Estados que, ao longo dos anos, promoveram o desenvolvimento das suas economias dando benefícios fiscais, se colocam numa situação de preocupação em relação ao futuro dessas empresas que estão lá instaladas e dão atratividades a novas empresas.

A ideia do Fundo de Desenvolvimento Regional é promover a melhoria dessa infraestrutura desses Estados para esses Estados poderem manter a atratividade. Com a mudança das alíquotas, os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste diminuem a capacidade de atrair investimentos. Isso é natural e evidente.

Na última reunião, na semana passada, dos Estados do Nordeste, ficou declarado apoio, como o colega Afonso colocou agora há pouco, de toda a Região Nordeste ao Convênio 70, às condições do Convênio 70, com uma premissa, que seria a criação de um Fundo de Desenvolvimento Regional que desse o necessário suporte aos investimentos na melhoria da infraestrutura da logística, que pudesse ser uma maneira desses Estados conseguirem dar condições de empresas se instalarem naquelas regiões. Essa foi a premissa para a adesão. E essa premissa já consta no Convênio 70 e consta no PRS 01 também.

Esse é um ponto muito importante que a gente vem debatendo bastante dentro do Confaz. É um ponto que a gente vai enfrentar, dentro dos próximos meses, a discussão – espero que seja menos o tempo – com o Ministério da Fazenda, para determinar o tamanho desse fundo e como será definido esse fundo. Na proposta do convênio, os Estados têm a clareza de que talvez esse fundo precise ser reformado, mudado, porque os critérios ali propostos são originários de uma medida provisória que já caiu, que era a Medida Provisória nº 599. Essa medida provisória precisa ser renegociada com os Estados.

A situação é que os Estados têm muito medo de criar um Fundo de Desenvolvimento Regional com a possibilidade de a União contingenciar esses recursos, ou seja, um fundo que não tem a clareza de que vai haver repasse para as unidades federadas. A gente já teve, no passado, situações como a da Lei Kandir, em que os Estados aderiram ao pacote de reforma da mudança do ICMS para favorecer as exportações do País e não tiveram a contrapartida ao longo do tempo.

Então, essa situação torna esse ponto bastante crucial, Senador. Eu acho que é um ponto sobre o qual os Estados vão se debater agora, faltando a adesão apenas do Estado do Paraná, que eu acredito que não vai demorar muito para aderir ao convênio. Eu acho que o ponto seguinte será a discussão do Fundo de Desenvolvimento Regional porque a União tem que dar um direcionamento no que ela vai querer, em como ela vai conduzir esse fundo.

Portanto, a gente tem vivenciado, como o Afonso colocou muito bem, que os prejuízos dessa guerra fiscal aos Estados são evidentes. A mesma empresa procura um Estado, e procura outro, e procura outro, sempre almejando maior benefício, melhorar seu *markup.* E, no fundo, a população dos Estados que acabam dando o benefício ficam prejudicadas pelo tamanho da despesa tributária não evidente, que é oculta, que é o benefício fiscal.

É evidente que essa situação chegou a um momento de esgotamento – isso está claro para todos os Estados, ninguém nega essa situação – e esse caminho que a gente tem percorrido, de muita discussão, de muito debate, tem sido bastante saudável, bastante salutar para se chegar a uma saída com uma reforma que possa dar segurança jurídica necessária para as empresas voltarem a investir no País, para voltarem a ter uma agenda de investimentos produtivos bastante significativos.

Então, nesse ponto, Presidente, a gente tem uma situação que os Estados do Nordeste colocaram como uma premissa fundamental: um Fundo de Desenvolvimento Regional que tenha a garantia dos repasses para os Estados para poderem manter a infraestrutura ou desenvolver essa infraestrutura dos Estados para melhorar a competitividade e diminuir as diferenças entre as regiões.

Esse é um ponto fundamental para o apoio. E a gente está bastante unido nesse ponto. Os governadores editaram uma carta, a qual chamamos de Carta de Natal, semana passada, em que coloca esse ponto de maneira bastante significativa.

Complementando o que eu estou chamando de reforma do ICMS, a gente tem o fundo de compensação, que é o fundo dos Estados que vão perder nessa transição. Em toda mudança, alguém acaba perdendo e outro, ganhando. Em geral, os Estados do Nordeste e do Centro-Oeste, alguns do Sudeste, vão ter benefício tributário de arrecadação bastante significativo. Com a mudança da tributação para o destino, alguns Estados vão ser bastante beneficiados, outros, como o Estado de São Paulo, Secretário Renato, poderá vir a ter perdas tributárias.

Então, para haver uma transição em que haja uma tranquilidade para esses Estados, que não destruam os seus orçamentos e as perspectivas de desenvolvimento do próprio Estado, há a ideia da criação de um fundo de compensação para esse período de oito anos de transição. É um fundo bastante interessante. Precisa definir melhor como vai ser feita essa compensação, os critérios, eu acho que precisa desenhar um pouquinho mais esse ponto, e também esse ponto da reforma do ICMS entra em uma discussão, iniciada há três anos com a União, do reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos da dívida

pública, que agora a gente já teve a publicação da lei, estamos agora em um segundo momento para a implementação dessas regras até fevereiro do ano que vem. Também é um ponto bastante importante que vai ajudar os Estados a se reequilibrarem economicamente e terem uma perspectiva de espaço fiscal e desenvolvimento para contribuir como esse Fundo de Desenvolvimento Regional na atração das empresas para os Estados.

Queria agradecer a oportunidade e estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Eu gostaria de avisar que o Ministro Levy não pôde estar aqui hoje – aliás, conversamos com ele semana passada e ontem também –, mas nos informa, através de sua assessoria, que está no exterior, mas que gostaria de fazer uma reunião no dia 19, para tratarmos desse assunto, visto que ele está pessoalmente muito empenhado, tanto que esteve na reunião, em Goiânia, e agora nesta reunião no Nordeste.

Hoje também vai estar aqui representado S. Exª, em um outro período, o Sr. Manoel Nazareno Procópio de Moura Júnior, que é Presidente da Comissão Técnica Permanente do ICMS (Cotepe/Confaz) e também Diretor do Programa da Secretária Executiva do Ministério da Fazenda.

Vamos passar a palavra ao Sr. Leonardo Colombini, Secretário de Estado da Fazenda do Distrito Federal, representando a Região Centro-Oeste.

O SR. LEONARDO COLOMBINI – Bom dia a todos.

Exmº Sr. Senador Wellington Fagundes, na pessoa de quem eu cumprimento todos os Senadores aqui presentes nesta Comissão, cumprimento também os meus colegas Secretários de Fazenda da Amazônia, de São Paulo, de Alagoas. É um prazer estar aqui.

Este é um assunto que, hoje, incomoda não só aos Estados, mas também à União.

Eu vou fazer uma breve colocação sobre o problema de guerra fiscal e o porquê está na hora de mexer com o ICMS. Daqui a pouco eu entro especificamente lá.

Eu defendo o seguinte: a reforma do ICMS, hoje, é imperiosa, urgente para o País, ainda mais nesse momento de desaceleração da atividade econômica, que reduz de forma intensa os investimentos produtivos e a geração de novas empresas e renda.

O objetivo maior da reforma é recriar um ambiente de segurança jurídica para os investidores nacionais ou estrangeiros que, hoje, podem, de uma hora para outra, serem afetados com a repentina perda de seus incentivos fiscais por uma decisão do Judiciário, que gera a perda imediata de sua competitividade frente aos concorrentes e, num segundo momento, serem cobrados do ICMS que não foi recolhido, o que, de pronto, mesmo que não seja pago, repercute em seus balanços, com a elevação drástica e repentina de seus passivos.

Além disso, tira os créditos dos adquirentes de suas mercadorias glosadas pelo Estado que os recebe.

Aqui estou reforçando o que foi colocado pelo Afonso, que são os instrumentos criados pelos outros Estados no combate e na reversão dos créditos concedidos pelas alíquotas interestaduais dos incentivos concedidos.

Por outro lado, nenhuma, nenhum investidor consegue, hoje, iniciar um novo empreendimento sem esses incentivos, na medida em que seus concorrentes já o

utilizam. Assim, o resultado é que os riscos do negócio aumentaram muito e a consequência e o adiamento do investimento ou sua execução em algum país vizinho.

É o que sentimos aqui hoje. Temos perdido empresas fortes, grandes para os nossos países vizinhos.

Observem como as taxas do PIB dos países sul-americanos, em regra, têm crescido mais que a do Brasil.

A generalização da concessão do incentivo, no contexto da guerra fiscal dos Estados, e das ações diretas de inconstitucionalidades (ADINs) contra eles agrava, agora, com a possibilidade de a edição de uma súmula vinculante pelo STF e a glosa de créditos esgotarem o poder de atração dos incentivos da guerra fiscal.

Caso o esforço político para encerrar a guerra fiscal não tenha êxito, todos seremos perdedores, regiões e Estados pobres e riscos, em razão da fuga dos investimentos. Por outro lado, reduzida ou terminada a guerra fiscal e, assim, retirado ou diminuído o instrumento estadual de atração desses investimentos, que bem ou mal teve o condão de suprir em parte a omissão da União em harmonizar o desenvolvimento nacional, é preciso criar novos mecanismos para atração de investimentos para as regiões menos desenvolvidas. Esse novo modelo começa pelo Fundo Estadual de Desenvolvimento Regional, proposto pelos Secretários Estaduais de Fazenda, mais fortemente pelos Secretários, como dito aqui pelo George, da Região Nordeste, Centro-Oeste e Norte.

Sr. Senador, o Projeto de Resolução do Senado nº 1, de 2013, é a pedra de toque da reforma do ICMS, porque as alíquotas interestaduais elevadas são o combustível da guerra fiscal. Regra geral, os incentivos são concedidos com a redução do valor que o empresário incentivado deveria pagar de ICMS, especialmente nas operações interestaduais, mas transferindo aos adquirentes de seus produtos o mesmo crédito estabelecido nas alíquotas fixadas pela Resolução nº 22, de 1989, que é a resolução que vale hoje para as alíquotas interestaduais. Assim, quanto menores forem essas alíquotas, menor será a possibilidade de se fazer guerra fiscal e também maior será a parcela do ICMS que ficará com o Estado consumidor.

O Projeto de Resolução nº 1, de 2013, definirá os limites de redução das alíquotas interestaduais, a velocidade da necessária transição e o ponto de parada.

Nesse sentido, o Confaz realizou um enorme esforço para estabelecer um acordo razoável para a grande maioria dos Estados e do Distrito Federal, abrangendo 23 unidades da Federação, com o objetivo de estabelecer o ponto de parada para a queda das alíquotas em 4%, bem como o tempo da necessária transição de 8 anos, além disso, as exceções à regra geral, alíquota de gás natural da Zona Franca de Manaus e das áreas de livre comércio. Acordou também sobre pontos condicionantes, convalidação dos incentivos já concedidos, compensações pelas perdas de receitas e o novo modelo de desenvolvimento estadual. Esse acordo foi tornado público em julho do ano passado, por meio da publicação do Convênio nº 70/14.

Cabe aqui um registro importante. Todos Estados da Região Centro-Oeste – Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul – e o Distrito Federal subscrevem o acordo do Convênio 70. Hoje, todos os Estados dessa Região já aderiram.

Aqui, vou fazer uma correção. No último Confaz, trabalhamos com a possibilidade de 23 Estados; hoje, temos a informação de que são 26. Parece-me que só um Estado ainda não aderiu ao Convênio 70.

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

Na medida em que conseguirmos aprovar isso no Confaz, inclusive não vai ser necessário aquele projeto de lei complementar que muda inclusive o quórum do Confaz para aprovação desse convênio. Como falta só um Estado, a gente tem esperança de conseguir a aprovação desse convênio em algum momento.

Sobre isso, vale aqui o registro da participação muito forte, hoje, do Ministro Joaquim Levy, que realmente tem buscado, tem conversado, esteve presencialmente... Depois de muitos anos, um ministro da Fazenda compareceu a uma reunião do Confaz, que foi em Goiânia. Ou seja, há um interesse muito forte hoje da União, de ver esse assunto resolvido.

Outro ponto que gostaríamos de destacar é que, apesar de o Distrito Federal apoiar e subscrever o Convênio nº 70, entende que é hoje o acordo possível, mas, no futuro, concluída a transição para as novas alíquotas interestaduais, deveríamos caminhar para a eliminação completa da alíquota interestadual do ICMS.

Isso eu gostaria de deixar registrado, pois acho que é um caminho que devemos trilhar.

A princípio, teríamos aí o destino puro.

Mas vou reforçar: o que hoje nós temos, que é o Convênio nº 70, já é um grande avanço. No entanto, creio que essa discussão deveria continuar; seja daqui a oito anos, quando esse convênio perder a sua validade, e as alíquotas estiverem niveladas.

Bom, uma primeira observação que faço, agora entrando especificamente no Convênio PRS nº 1 é que ele estabelece, em regra, alíquotas maiores do que está sendo acordado pelos Estados. Assim, nosso pedido inicial, Senador, é de que esta Comissão adote no PRS nº 1 as alíquotas previstas no Convênio nº 70, que é hoje praticamente uma unanimidade no Confaz.

Acreditamos que ter nele as alíquotas previstas facilitaria a aprovação no plenário do Senado do PRS nº 1, de 2013, e das demais medidas complementares.

Agora, vou passar três ou quatro eslaides, só para historiar...

Volte um pouquinho para o primeiro.

Ali, a gente tentou só demonstrar qual é o contexto hoje de toda essa reforma. O PRS nº 1, de 2013, é o ponto inicial. Ele é que vai definir efetivamente o fim da guerra fiscal. Junto a ele, há o PLP 54/15, que foi o PLS 130, do Senado, que aprova a redução do quórum do Confaz especificamente para aprovação do Convênio nº 70. Aí, vou reforçar: aprovado o Convênio nº 70, esse projeto praticamente perderia a finalidade.

Muito importante junto com isso – já foi dito aqui e vou reforçar – tem que ser o Fundo de Compensação de Perdas e o Fundo de Desenvolvimento Regional. Sem esses dois instrumentos, fica difícil a redução da alíquota interestadual, porque Estados poderão ter perdas, e, principalmente com o fim da guerra fiscal, é preciso se tenha um Fundo de Desenvolvimento Regional voltado para as regiões que hoje necessitam mais desses recursos.

E, finalmente, a questão do Convênio nº 70. A gente não deve usar o termo "convalidação", porque, na verdade, o Convênio nº 70 institui os benefícios concedidos e que não foram aprovados pelo Confaz; define prazo para manutenção desses benefícios e, ao mesmo tempo, faz a remissão dos créditos ou débitos provenientes dos incentivos, seja por glosa de alguns Estados e também porque, caindo aquela lei que concedeu o incentivo, a empresa estaria devendo uma quantidade enorme de ICMS, e o Convênio faz essa remissão, ou seja, faz o perdão desse imposto.

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

Bom, aqui fiz só uma comparação do que é hoje o PRS nº 1, de 2013, e o que está no Convênio nº 70, que é o nosso pedido para que seja usado o Convênio nº 70 para se definir a Resolução do Senado sobre alíquotas interestaduais.

Ali, faço apenas uma comparação: quando o produto que sai do Sul e Sudeste, menos Espírito Santo, para Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Espírito Santo, na PRS, a alíquota, que está aprovada na CAE e que está aqui em discussão, ela chega em 4%no período de oito anos.

No Convênio nº 70 essa situação se repete. Ou seja, isso está no convênio como está no PRS.

No entanto, quando os produtos saem do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste e do Espírito Santo para o Sul e o Sudeste, no PRS ele mantém a alíquota em 7%. Isso vale para todos os produtos. Na verdade, mais adiante eu vou mostrar que fica em 7%, mas ele, no Convênio nº 70, define para que produtos a alíquota fica em 7%. No geral, ele vai também para 4% em período maior também nos oito anos.

Nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e no Espírito Santo para Sul e Sudeste, – aí é que vem a diferença – com produtos agropecuários e produtos de processo produtivo básico nesses Estados, aí, sim, a gente fica igual. O PRS fala em 7%, assim como o Convênio.Ou seja, quando se tratar de comércio, a alíquota chega também a 4%, do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste para Sul e Sudeste. Está certo, Dr. Otoshi?

Mas, quando você fala em produtos produzidos nessa região e produtos agropecuários, aí, sim, a alíquota para Sul e Sudeste é de 7%. Então, só mantém em 7% esse diferencial para esses tipos de produtos. Em todas as demais hipóteses é de 4%, tanto no PRS quanto no Convênio.

Pode passar o próximo.

Bom, qual a outra diferença que nós temos hoje entre o PRS 1, de 2013, e o Convênio? Operações interestaduais. Aqui é específico para o gás natural, que já foi excepcionalizado no PRS, mas que hoje tem um acordo fechado. O gás natural que sai do Sul e do Sudeste, menos do Espírito Santo, que sempre fica com a alíquota do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, pelo PRS, essa alíquota se mantém em 7%. Pelo Convênio, já, no acordo, fechamos que ela vai para 4% também. Nas demais hipóteses, ou seja, quando sai do Norte, do Nordeste, do Centro-Oeste e do Espírito Santo, no PRS está mantido 12%. Ou seja, na verdade o PRS está mantendo o que é hoje. Mas no acordo do Convênio nº 70, a gente reduz para 4% e para 10%, no caso, principalmente, para atender à demanda do Centro-Oeste, que é o Mato Grosso do Sul, mas ele já aceitou reduzir para 10%. De qualquer forma, tem uma redução. Então, no Convênio nº 70 existe uma diferença também nesse caso específico do gás.

A próxima.

E aí, especificamente para o nosso amigo do Amazonas...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Secretário.

Presidente, posso...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Senador Blairo Maggi.

O SR. LEONARDO COLOMBINI – Pois não, Senador.

Eu ia concluir, mas...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado.

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Quero aproveitar, Senador Blairo, para dizer que também está aqui o nosso Presidente, o Senador Davi Alcolumbre.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Antes de mudar a página, só para minha informação, quando nós estamos falando do gás de Mato Grosso do Sul, nós estamos falando do ICMS de passagem, de transporte, e não do produto em si, não é?

O SR. LEONARDO COLOMBINI – Do produto.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Mas ele não é produzido ali?

O SR. LEONARDO COLOMBINI – Não, está certo. Mas hoje já se cobra 12% quando ele é distribuído para os outros Estados. Ele vai continuar sendo distribuído e cobrado ICMS. Ali é passagem... Mas Mato Grosso do Sul cobra ICMS quando distribui.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Como se lá fosse a origem do produto. Deveria ser o ICMS do frete, vamos chamar assim, da passagem.

O SR. LEONARDO COLOMBINI – Mas hoje se cobra sobre o gás, e a gente está mantendo, até porque é circulação. De qualquer maneira, existe o entendimento é que existe a circulação e, constitucionalmente, ele é devido.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Mato Grosso, por exemplo, também recebe gás da Bolívia e não cobra.

O SR. LEONARDO COLOMBINI – Para distribuir para outros Estados?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Não, ele passa internamente. Ele chega para consumo de uma termoelétrica. Poderia cobrar, então.

O SR. LEONARDO COLOMBINI – Na situação que está sendo definida ali, como região daqui, do Centro-Oeste, poderia cobrar também.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – O Governador Pedro Taques está querendo buscar recursos. Isso é uma fonte, então. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Esse assunto é importante, porque o Senador Blairo foi governador. Então, é um assunto que a gente pode discutir aqui. Acho que é fundamental.

O SR. LEONARDO COLOMBINI – Pode discutir aqui.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Inclusive, Mato Grosso não está distribuindo ainda, mas pode fazer para outro Estado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Mas ele é distribuidor, Senador Wellington, porque o monopólio do gás é do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Mas não está indo para outro Estado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Não interessa. Ele está consumindo por alguém.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Só no local.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Ele pode cobrar o ICMS da passagem desde a entrada da Bolívia até chegar a Cuiabá. Sem problema. Eu até acho que isso é um objeto...

O SR. LEONARDO COLOMBINI – Mas aí é só interno, Senador.

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Pois é, mas tinha, se não me engano, no passado, um acordo, quando da implantação daquela termelétrica, dessa isenção do ICMS, que já deve ter vencido ou estar vencendo. Afinal...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Mas aí é interno, Senador, é interno no próprio Estado.

O SR. LEONARDO COLOMBINI – É interno e incentivo que subiu.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Mas o Governo pode cobrar.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Mas o que está se falando aqui é do gás que vai para outros Estados, que é uma...

O SR. LEONARDO COLOMBINI – É alíquota estadual.

O SR. AFONSO LOBO MORAES – Eu gostaria de fazer uma pequena observação.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Pois não.

O SR. AFONSO LOBO MORAES – Uma pequena observação.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Vamos... Acho que ele já está concluindo...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – É o mesmo caso do Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Mas o debate é importante, inclusive, daqui a pouco será aberto o debate.

O SR. AFONSO LOBO MORAES – O que acontece em relação ao gás? Acontece um desembaraço aduaneiro no Mato Grosso do Sul quando ele é importado da Bolívia. Quando entra no Brasil, ele entra por Mato Grosso do Sul, aí acontece o desembaraço aduaneiro e acontece o fato gerador do ICMS nesse instante. Aí Mato Grosso do Sul cobra na entrada e depois quando ele distribui também. Ele cobra na entrada e cobra na saída. Por isso que tem que haver tributação na saída, porque, senão, gera...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Uma sugestão então: vamos abaixar a alíquota lá em Mato Grosso para uns dois, três e ligar o gasoduto de Cuiabá até Goiás, algum lugar aí, que dá a mesma coisa. (*Risos.*) É a guerra fiscal do gás... (*Fora do microfone.*)

O SR. LEONARDO COLOMBINI – O.k., Senador.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Mas isso é importante para o nosso Estado. Vamos depois conversar sobre isso.

O SR. LEONARDO COLOMBINI – Bom, o último demonstrativo são as outras exceções.

Na verdade, nos primeiros eslaides, eu demonstrei aquilo que é geral e aqui as excepcionalidades, que é o caso do gás e dos produtos produzidos na Zona Franca de Manaus. São as diferenças básicas do nosso Convênio 70.

Aqui houve, e é o que está no Convênio 70, uma divisão. Os produtos da Zona Franca de Manaus todos hoje não têm essa separação. Hoje não existe essa separação. Nós estamos fazendo uma separação com produtos de informática produzidos no Amazonas e os demais produtos produzidos no Amazonas.

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

Quais são as diferenças hoje do que está no PRS e do que está no Convênio 70?

No caso específico de produtos de informática, Zona Franca de Manaus, para os Estados e Distrito Federal, a alíquota que está hoje no PRS seria manter em 12%. No Convênio, ela cai para 7%. Por isso que está em amarelo e em branco, que é a diferença.

A revenda para outros Estados e Distrito Federal, a alíquota modal, seria de 4% e 7%, e nós estamos mantendo em 7% para outros Estados.

E, no caso da Zona Franca de Manaus para áreas de livre comércio, você mantém 4%. Está igual no PRS e está igual no Convênio.

Os outros produtos produzidos no Estado de Amazonas, quando saem da Zona Franca de Manaus para todos os Estados, inclusive Distrito Federal, no PRS está em 12%. No Convênio, nós já conseguimos um acordo, baixando para 10%.

A revenda para outros Estados e Distrito Federal... O que estou colocando ali é o seguinte: porque nós estamos mantendo no Convênio que também os produtos que entrarem em um Estado, que transitem pelo Estado, isso vale aqui e vale lá em cima para a parte de informática, esse Estado também, quando transferir esse produto que veio do Amazonas para outro Estado que seja, ele cobre a mesma alíquota que veio do Amazonas. Essa é só a diferença, por isso que a gente está falando da revenda, do que veio do Amazonas, porque há muito Estado que recebe o produto do Amazonas e repassa para outros Estados. Aí, para não gerar crédito para essa empresa que trouxer o produto do Amazonas, na revenda também a alíquota fica no mesmo nível da alíquota que vem do Amazonas.

E da Zona Franca de Manaus para áreas de livre comércio também nivela nos 4%.

Eu quis aqui fazer exatamente um comparativo, Senador, do que está hoje no PRS e o que está no Convênio, que é o nosso pedido, na verdade. É que dentro dos estudos a serem feitos por esta Comissão e pelo Senado que se use o que está como sugestão, até porque, vou reforçar aqui, na verdade, isso é prerrogativa do Senado.

A alíquota interestadual é decisão do Senado. Na verdade, o convênio nós colocamos como sugestão, nestas condições que estamos colocando aqui. Hoje, de 26 Estados, só um Estado ainda não aderiu a esse convênio, mas isso vale aqui como sugestão. Por isso, fiz questão de fazer um comparativo entre o que está hoje no PRS e o que nós discutimos e acordamos como sugestão no convênio.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – E é claro que a intenção nossa é exatamente buscar esse consenso. O Ministro Levy, como eu já disse, tem feito essas reuniões tanto em Goiânia como agora no Nordeste. Como eu já disse, ele ligou ontem e quer estar presente aqui, exatamente para discutir com este objetivo, o de buscarmos o consenso. Como já foi falado, só falta um Estado, o Estado do Paraná. Acredito que isso será bem possível.

Vamos, então, passar a palavra ao Secretário de Estado de Santa Catarina, Sr. Antonio Marcos Gavazzoni. (*Pausa.*)

Ele não veio aqui.

O Renato Vilela é o Secretário do Estado de São Paulo e representa a Região Sudeste.

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

O Gavazzoni ligou há pouco, justificando que não poderia estar aqui presente.

Então, vamos agora à exposição do Secretário Renato Villela, de São Paulo.

Senadora Marta Suplicy, está aqui o Estado de São Paulo para discutir o Brasil.

O SR. RENATO VILLELA – Bom dia a todos!

Senador Wellington Fagundes, Relator do PRS nº 1, de 2013; Senadora Marta, em nome de quem cumprimento todos os Senadores e Senadoras aqui presentes; meus colegas Secretários de Fazenda Afonso Lobo, do Amazonas; Leonardo Colombini, do Distrito Federal; George Santoro, de Alagoas; e nosso coordenador José Barroso Tostes, Secretário de Fazenda do Pará, coordenador dos Secretários no Confaz, vou fazer uma apresentação muito semelhante a tudo aquilo que foi feito. Essa repetição poderá, eventualmente, entediá-los um pouco, mas eu gostaria que ela servisse pelo menos para reforçar um ponto que é muito importante no momento atual: é que ela representa de fato um consenso entre os vários Estados do País acerca de um tema tão antigo na nossa agenda econômica e de desenvolvimento, que é a questão da guerra fiscal.

Nós participamos ativamente de todo o processo, assistindo a ele e, às vezes, até nele atuando. É um processo de décadas, que já está num momento maduro, com uma solução bastante auspiciosa, diria eu.

Fui surpreendido ontem quando eu soube da Carta de Natal. Os Secretários de Fazenda dos Estados estão tendo, na realidade, um Natal em maio. Vamos comemorar o Natal em maio, agora, a partir deste ano. E só esperamos que, na nossa festa, o Estado das araucárias permita que tenhamos também uma árvore de Natal nos nossos festejos. É o que está faltando para a gente fechar isso.

Quero colocar um ponto que é muito importante, que o Colombini mencionou: é que, na realidade, se o nosso convênio, o Convênio 70, for aprovado unanimemente, ele poupará o Congresso Nacional de um processo. Perde o objeto o projeto de lei complementar que quebraria a unanimidade do Confaz para a aprovação do convênio de convalidação, o que significa que se reduz a carga de trabalho, reduz-se todo um processo, que passaria a não mais ser necessário, de tramitação aqui, nesta Casa. Essa é a solução que se espera, que pelo menos os Secretários de Fazenda e os Governadores dos Estados esperam. Estamos nos aproximando daquele é o melhor acordo possível, dentro das restrições e das possibilidades de cada Estado.

Vou falar rapidamente, então, um pouco sobre a reforma do ICMS propriamente dita e sobre a questão do projeto de resolução naquilo que entendemos que seriam alterações necessárias no sentido de fazer com que haja convergência entre o que se decide no Confaz, o que se decidiu no Confaz, o que já está quase consensuado e aquilo que o Senado propõe.

Na realidade, o grande papel do fim da guerra fiscal, o que o fim da guerra fiscal, hoje, pode trazer, ou pode ter, é preservar o equilíbrio federativo. A importância da decisão dos Estados, por unanimidade, através do próprio Confaz, que é o órgão competente para definir as questões de interesse dos Estados relativas ao ICMS; a celebração de convênios que concedam ou revoguem benefícios. Essa é a atribuição legal desse conselho.

Entendemos que essa decisão, no que tange à concessão de benefícios, tem que ser unânime. Essa unanimidade não é exclusiva do Brasil, e a necessidade dela é um

conceito muito simples de se colocar e é tradicional nas federações, principalmente nas democracias modernas, que é evitar a ditadura da maioria, ou seja, quando se trata de unidade da Federação, quando se trata de entes que congregam milhões e milhões de pessoas, milhões e milhões de brasileiros, não é razoável que se espere que uma minoria possa vir a ser prejudicada apenas pelo voto da maioria. Daí a tese que um significativo número de Estados professa e que academicamente é bastante poderosa: que essas decisões se deem através da unanimidade. Elas garantem o equilíbrio federativo.

O Confaz, atuando da forma como foi desenhado, ele é um fator importante de equilíbrio da Federação brasileira. E a não observância desse processo foi aquilo que deflagrou o que nós, hoje, estamos tentando terminar no Brasil, que é a guerra fiscal. A guerra fiscal não tem um culpado. A guerra fiscal é culpa de todos. A guerra fiscal é um processo que a teoria dos jogos explica muito bem. É um processo em que cada ator, não podendo afetar o desempenho de outros, tenta arbitrar ou tenta se posicionar estrategicamente para aumentar ou para maximizar o seu ganho. Isso leva a que todos ajam de maneira que não otimiza o bem-estar geral da Federação, por assim dizer.

Quais são as características principais da guerra fiscal? Aí os senhores vão me perdoar. Vou repetir um pouco o que já foi dito até o momento. É uma ampliação da complexidade da legislação tributária. Isso é autoexplicativo. Todos nós sabemos, todos nós padecemos disso. Desequilíbrios concorrenciais. Os desequilíbrios concorrenciais decorrem do fato de as decisões serem tomadas unilateralmente. Uma das vantagens da unanimidade é que ela reduz esse tipo de desequilíbrio.

Isso, de fato, pressiona a taxa de retorno dos projetos. Afeta a alocação de investimentos de maneira ortogonal, eu diria, às determinantes econômicas de localização de investimento. Ela leva ao limite – já está trazendo para vários Estados, para quase todos – a deterioração fiscal, na medida em que se abre mão de volumes cada vez maiores de recursos, porque, hoje, a atração de investimento, o que claramente foi agravado pela situação fiscal atual, custa muito mais caro. O argumento que se usa sempre na concessão de benefícios é a geração de empregos. Hoje, o custo do emprego gerado no Brasil, através de benefícios fiscais, é muito maior do que era no passado, e, se essa situação continuar, só tende a piorar.

Um ponto que o Secretário da Fazenda de Alagoas, o George Santoro, colocou de forma bastante clara – e não vou repetir aqui – é que traz, hoje, para todos aqueles beneficiários dessas renúncias fiscais, uma insegurança jurídica muito grande.

Muitas das questões, muitos dos debates saíram do âmbito do Confaz e foram parar na Justiça. Hoje estão no Supremo Tribunal Federal e geram passivos tributários. Aqueles que tiverem a curiosidade de examinar o balanço das principais empresas que se beneficiaram dessa política, elas têm provisionado valores significativos de autos de infração que foram lavrados por outros Estados.

O que estamos buscando, afinal? O que o Brasil está buscando com a reforma do ICMS? É um pouco o reverso daquilo que estava na lâmina anterior: condições favoráveis para o investimento retornar para o País, o que não é suficiente. Eu gostaria de deixar claro aqui que a situação atual do Brasil é de dificuldade de investimentos. A guerra fiscal não é o único fator negativo, mas é um dos principais, e está nas nossas mãos resolver, porque é um assunto eminentemente institucional, não depende de taxa de câmbio, não depende do que está acontecendo lá fora, não depende do ânimo de

ninguém. Depende, pura e simplesmente, de um acordo entre os Estados e da ação coordenada dos agentes envolvidos: Estados, Parlamento e Governo Federal.

Equidade nas relações empresariais, inibindo tratamento especial, o que acaba, por fim, gerando ineficiência. Você pode usar instrumentos até mais eficientes e eficazes de estímulo de desenvolvimento regional. É o caso claro do fundo que se discute no âmbito do Confaz há algum tempo. E o fato de que o ICMS, na realidade, é um imposto que foi desenhado em 1964 e implantado em 1967 com a finalidade puramente de financiamento de políticas públicas. O uso da renúncia de ICMS para a captação de investimento chega a ser um pouco uma violação dos princípios originais da criação do imposto. Isso simplesmente faz com que ele seja ineficiente do ponto de vista de incentivos.

Então, hoje, a nossa política de atração de investimentos só tem um instrumento, e esse instrumento é ineficaz, é inadequado para que essa política funcione. Não é à toa que as nossas desigualdades regionais, mesmo depois de tantos anos, ainda persistam. Menos, mas persistem ainda.

Tentando resumir num eslaide só essa questão que eu chamo de proposta do ICMS, a proposta dos Estados – é engraçado, pois é cada um com a sua cabeça –, é o terceiro Estado que tenta sumarizar isso, cada um com um desenho diferente. A proposta dos Estados, consubstanciada no Convênio 70, basicamente se resume na questão da redução das alíquotas do ICMS – aquelas trajetórias que o Colombini mostrou na tabelinha – e na regra de transição para os investimentos já realizados, ou seja, dá um prazo de sobrevida àqueles investimentos que sofrem do benefício. Os benefícios não acabam no momento em que for aprovado, leva um tempo mais que suficiente para que todos os investimentos se amortizem e se paguem, e, provavelmente, a maior parte deles já está nessa situação. Disponibiliza recursos para que Estados possam suportar perdas na arrecadação, ou seja, gera uma possibilidade de transição sem impacto financeiro significativo. É evidente que algum impacto financeiro deverá haver, porque as regras nunca são perfeitas, mas prevê a necessidade de algum suporte a Estados que têm perda, no sentido de fazer com que a transição se dê de forma mais suave. E há necessidade de implementação de políticas regionais, de fundos de desenvolvimento regional. Quer dizer, a política mais efetiva, através dos fundos.

Para isso, contamos basicamente com três, chamam de instrumentos aqui, mas eu chamaria também de famílias de normas ou tipos de normas. A resolução do Senado Federal, que é o que nós estamos discutindo aqui hoje, vai definir basicamente a questão da redução das alíquotas. O convênio do Confaz, que é de responsabilidade dos Estados, e nós estamos hoje mais perto do que nunca de solucionar.

E essa questão da lei complementar que, se conseguirmos fazer o convênio por unanimidade, ela perderia o objeto, tornando mais simples o processo geral de redução de guerra fiscal.

Então, agora vou focar numa questão especificamente do projeto de resolução e verificar como ele, de alguma forma, se coaduna com as deliberações dos Estados dentro do colegiado Confaz. Na realidade, esse eslaide já ficou caduco, pelo menos o último *bullet point*, porque hoje estamos com todos menos um. Já em 2014 tinha-se uma maioria significativa favorável ao convênio, agora, em Goiânia, essa maioria aumentou e, após a reunião dos governadores do Nordeste e com o Ministro da Fazenda, com uma postura de estadistas que, de um modo geral, caracterizam nossos

governadores, particularmente governadores do Nordeste, nós estamos agora a um Estado de fechar o Convênio 70 e dar um passo significativo para tirar esse problema do nosso horizonte.

Bom, o Convênio 70 regulariza o passado naquilo que já foi explicado, não vou precisar entrar em detalhes, quer dizer, perdoando todos os débitos que eventualmente viriam a ocorrer no caso da derrubada dos convênios. Cria uma transição suave, respeitando não só os próprios Estados, mas principalmente os investimentos que já foram feitos. Isso é fundamental para todos os Estados, não se quer quebrar rapidamente ou imediatamente uma situação estabelecida, e criar condições mínimas para superação da guerra fiscal.

Mais um diagramazinho. Basicamente, são os passos, isso não é bem um fluxograma, mais um organograma da lógica da questão do ICMS, remissão e anistia dentro do convênio. Aí são previsões do próprio convênio: o registro dos benefícios, ou seja, todos os Estados, imediatamente após a assinatura do convênio, declinarão todos os benefícios que foram dados para ele por quaisquer normativos legais, isso passará a ser posse do Confaz, sediado aqui, no Ministério da Fazenda, e se permitirá a glosa dos créditos daqueles benefícios que por acaso não tiverem sido declarados por algum Estado.

Admite-se a extensão e a prorrogação de alguns benefícios por um prazo de 15 anos para...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Secretário, o que é esse "declarado".

O SR. RENATO VILLELA – Declarado é o seguinte: todos os Estados, já acordado entre eles, pelo convênio terão que trazer para o Confaz...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Ele irá declarar, então, todos aqueles que...

O SR. RENATO VILLELA – Todos aqueles que ele já...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – ... concedeu lá atrás.

O SR. RENATO VILLELA – É, exatamente. É a transparência total necessária para que essa solução ocorra.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Hoje é interno do Estado.

O SR. RENATO VILLELA – É interno.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Vai trazer para a luz da Nação.

O SR. RENATO VILLELA – Exatamente.

Revogam-se ou se reduzem alguns benefícios em termos de prazos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Isso pelo escalonamento, não é?

O SR. RENATO VILLELA – Exato.

A não concessão de novos benefícios sem aprovação do Confaz – é evidente, nós estamos fazendo tudo isso para que mudemos de situação daqui para frente...

O SR. GEORGE SANTORO – A transparência do depósito dos convênios (*Fora do microfone.*)

A intenção dessa transparência é que dentro do convênio há a chamada cláusula adesiva que, dentro da mesma região, você pode aderir ao benefício de um outro

Estado, isso é para diminuir a desigualdade dos benefícios fiscais, para acabar realmente com a guerra.

Então, por exemplo, no Nordeste, se Pernambuco tem um benefício fiscal, mas, hoje, eu não sei que ele tem esse benefício fiscal, quando todo mundo ficar sabendo, Alagoas, se quiser aderir a esse benefício fiscal, vai poder editar um norma com o mesmo benefício. Isso é exatamente com o objetivo de terminar, realmente, com a guerra fiscal, principalmente dentro das regiões.

O SR. RENATO VILLELA – Exatamente.

Essa caixinha aqui eu acabei pulando, ainda bem que o George me corrigiu.

Na realidade, Senadora, dentro de cada região...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENATO VILLELA – Não, mas seriam os 15 anos...

A SRª MARTA SUPLICY (S/PARTIDO - SP. *Fora do microfone.*) – Dá um exemplo concreto.

O SR. RENATO VILLELA – O exemplo concreto. Benefícios industriais vão valer ainda por 15 anos, eventualmente podendo ser concedidos pelo prazo remanescente para alguma nova indústria.

A SRª MARTA SUPLICY (S/PARTIDO - SP. *Fora do microfone.*) – Ah, pode?

O SR. RENATO VILLELA – Sim. Senão, vai criar um desnível de competição dentro do Estado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Isso significa que uma fábrica de automóvel que foi para uma região... A última que foi inaugurada foi em Fortaleza, no Ceará, agora?

O SR. GEORGE SANTORO – Pernambuco.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Em Pernambuco. Então, qualquer um dos Estados da região ali pode conceder o mesmo incentivo que Pernambuco deu para levar uma outra para a região? Em 15 anos?

O SR. GEORGE SANTORO – Dentro do prazo de vigência...

O SR. RENATO VILLELA – Deixe-me explicar. Primeiro, dentro do prazo de vigência, e, segundo, com a aprovação do Confaz.

A SRª MARTA SUPLICY (S/PARTIDO - SP) – Mas qual o prazo de vigência?

O SR. RENATO VILLELA – São 15 anos para benefícios industriais.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Mas, se é adesão, é só aderir.

A SRª MARTA SUPLICY (S/PARTIDO - SP) – Fica complicado.

O SR. GEORGE SANTORO – É adesão, Renato. É só aderir.

O SR. RENATO VILLELA – É, mas...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Mas aí vocês vão fazer uma outra guerra. Vai ser uma guerra entre regiões...

O SR. RENATO VILLELA – Não, não, não. Isso é uma forma de reduzir a disputa intrarregional, porque hoje... É uma coisa interessante: a guerra fiscal hoje tem uma característica intrarregional muito maior que inter-regional. Não foi à toa que o Secretário de Alagoas deu exemplo de um Estado do lado. O que acontece hoje? Um bem é produzido no Sul ou Sudeste e vai ser vendido para um Estado no Norte. Se ele fizer uma passagem no Centro-Oeste em algum centro de distribuição, é o Estado do Centro-Oeste que vai ser beneficiado com a alíquota de 7% e a intrarregional é de 12%. Então, há

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

Estados no Nordeste hoje que não compram nada com alíquota de 7%, porque os produtos fazem um *pit stop*, uma escala num CD dentro da sua região ou no Centro-Oeste ou em outro Estado do Nordeste ou no Norte. Então, na realidade, hoje, a guerra fiscal é intrarregional. Daí a necessidade de se tentar fazer com que... Por exemplo, a guerra fiscal é muito mais acirrada dentro do Sudeste que fora do Sudeste.

A SRª MARTA SUPLICY (S/PARTIDO - SP) – Mas isso não vai prejudicar os Estados que vão ter perdas? Já sabemos que vão ter, mas eu estava pensando que seriam perdas de uma certa maneira; agora são perdas que, durante 15 anos, vão perdurar e potencializar. Como é que São Paulo vai fazer?

O SR. RENATO VILLELA – São Paulo vai...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Secretário, desculpe a nossa ignorância no assunto, mas acho que temos de esclarecer isso. Eu fiquei preocupado. Parece a cláusula de adesão ampliada... Então, foi o exemplo que eu dei da fábrica de automóvel. A Senadora Marta está agora também preocupada. Daqui a um pouco, nós vamos tirar todas as fábricas de São Paulo e levar para o Nordeste...?

O SR. RENATO VILLELA – Não, não, não...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Porque tem 15 anos pela frente...

O SR. RENATO VILLELA – Não, é dentro da região. Um benefício dado por Pernambuco só pode ser aderido por Estados na Região Nordeste. O benefício...

A SRª MARTA SUPLICY (S/PARTIDO - SP) – Sim, mas, por exemplo, se eu tenho uma fábrica em São Paulo que tem uma filial no Nordeste, aí eu poderia ter outra fábrica, a partir do término da guerra fiscal, em São Paulo. No entanto, como eu vou ter esses benefícios continuados no Nordeste, eu pego o vizinho lá e faço outra no vizinho. São Paulo continua perdendo 15 anos. Ou não?

O SR. RENATO VILLELA – Isso pode acontecer em algumas circunstâncias, mas isso é o seguinte: São Paulo tem a clareza de que as suas características de logística e de centro consumidor permitem... Aliás, particularmente, eu fui testemunha disto, eu nem era Secretário de São Paulo ainda: de fato, boa parte do acordo a que se chegou hoje foi devido à flexibilização e ao entendimento que o Governador Alckmin e o Estado de São Paulo tiveram em relação às dificuldades que alguns Estados do Norte e Nordeste tinham. Então, uma série...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Nós reconhecemos isso aí...

A SRª MARTA SUPLICY (S/PARTIDO - SP) – Eu quero até parabenizar por isso, porque eu ia perguntar exatamente se São Paulo estava preparado para isso. Só que eu estou antecipando a pergunta.

O SR. RENATO VILLELA – Está, sim, Senadora.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Há que se reconhecer sim.

A SRª MARTA SUPLICY (S/PARTIDO - SP) – Eu ia perguntar exatamente se São Paulo estava preparado para isso. Só estou antecipando a pergunta.

O SR. RENATO VILLELA – Está sim, Senadora.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Há de se reconhecer isso, sim. A gente sabe que essa possibilidade de um acordo se deve muito à posição de São Paulo, que mudou muito nos últimos anos; mudou muito. Eu também já fui

governador. A gente sempre tem uma preocupação quanto à receita e à despesa, e quem faz isso são os secretários. Então, poucos governadores têm a noção exata do que é tudo isso, de onde isso chega ou não chega. Ele não quer entrar para a história como quem arrebentou com a economia do Estado.

O SR. RENATO VILLELA – Exato.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – As nossas esperanças, quando estamos no Executivo, estão nas mãos dos secretários. Então, se os secretários conseguem minimamente se entender dentro do Confaz, não tenho dúvida nenhuma de que nenhum governador vai se opor ao pensamento e à defesa que cada um dos secretários faz. Então, será mais fácil resolver as coisas se vocês se entenderem. Isso não é feito politicamente, entre os governadores da região.

O SR. RENATO VILLELA – Isso. E acho que o ponto principal é este mesmo, Senador: nós já chegamos a esse entendimento.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Que bom!

O SR. RENATO VILLELA – E, nesse entendimento, o que vale a pena agora, o que temos de entender também é que essa questão só se resolve se todos os passos forem tomados de maneira coordenada. Tudo o que for necessário tem de acontecer. É aquele tipo de problema em que não adiantar resolver, primeiro, um pedaço e deixar o outro para depois, porque isso só agrava o problema. Tem de ser feito tudo ao mesmo tempo. Todo mundo desembarca junto na mesma questão.

Por isso, estamos aqui enfatizando a necessidade de que a trajetória de alíquotas que se coloca no Convênio 70 seja recepcionada no PRS, não só porque os Estados assim entenderam, mas porque elas são fruto de muitos anos de discussão, de muita análise, a partir da base de dados, das notas fiscais eletrônicas, com a participação do Ministério da Fazenda.

Então, hoje, todo mundo entende que essa trajetória de alíquotas... Vou colocar aqui só a regra geral. Eu teria outras a apresentar, mas eu teria de fazê-lo com mais detalhe. O Colombini já colocou isso de outra maneira. Como estamos falando, a que está representada em azul é a regra geral, com a redução das alíquotas interestaduais. A que está em verde representa as que saem das Regiões Sul e Sudeste – aí vamos tirar o Espírito Santo, do Sudeste, neste caso – e vão para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e para o Espírito Santo. Hoje, as alíquotas são de 12% e de 7%: a de 12% é a que fica no Estado de origem, e a de 7% é a que fica no destino. E vai caindo para os Estados do Sul, na regra geral. Quando a transação é inter-regional, há essa trajetória, convergindo para 4% no final do período, no oitavo ano, ano anterior àquele em que o Colombini apresenta a proposta dele de zerar a alíquota. Essa seria outra disfunção.

Eu temo que eu tenha me estendido um pouco mais, mas acho que não haverá nenhuma questão adicional. Eu ficaria por aqui. Estou muito interessado em ouvir as questões que os senhores têm a colocar. Estamos à disposição aqui para responder sobre todos esses pontos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Só quero esclarecer como estamos programados. Estamos na primeira etapa. E aqui está o Confaz também. Foram convidados os Senadores Romero Jucá, Walter Pinheiro, Delcídio do Amaral e José Serra – este último não está aqui, está viajando –, porque o Senador

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

Serra, hoje, é uma pessoa que entende muito da área e porque os outros Senadores também já trabalharam nisso, inclusive relatando o projeto.

Como disse aqui o Secretário Renato, o que se procura agora... Essa tramitação já vem há muito tempo nesta Casa, mas não se conseguiu aprovar isso exatamente porque não havia essa mesma linha de trabalho junto com o Confaz. O Ministro Levy, agora, está trabalhando, e praticamente já se chegou à unanimidade. O Estado do Paraná ainda está resistente, mas também, como disse aqui o Senador Blairo, essa é uma posição do secretário, que segue uma linha de teoria. Mas as coisas estão evoluindo, principalmente a partir da reunião que foi feita em Goiânia com os governadores do Nordeste.

Daqui a pouco, então, vamos dar continuidade aos trabalhos. Vou abrir para as perguntas. A Senadora Sandra está inscrita, mas, na sequência, os outros falarão, inclusive o representante do Ministro da Fazenda e também do Confaz, o Secretário Tostes, que já está aqui.

O Ministro nos ligou ontem, pedindo para fazer uma reunião no dia 19, porque ele quer fazer isso pessoalmente. Por isso, ele gostaria, inclusive, de estar aqui hoje, porque, em todas as reuniões, ele está fazendo questão de estar presente.

Então, vamos abrir a palavra e dar sequência à reunião.

Antes disso, Senador, tenho que, regimentalmente, aprovar a ata.

Proponho a dispensa da leitura e também a aprovação da ata da 10ª Reunião da Comissão.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata, então, está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal,* juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Com a palavra a Senadora Sandra Braga.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB - AM) – Obrigada.

Sr. Relator, nós estávamos na outra Comissão, quando recebemos o convite para vir aqui, muito importante. Portanto, perdi a apresentação do nosso representante do Amazonas, o Secretário Afonso Lobo, que está presente.

Eu gostaria de fazer a seguinte colocação: eu recebi do representante do DF, que confirma exatamente a minha dúvida... Na Zona Franca de Manaus, nós temos uma alíquota diferenciada, e eu havia tomado conhecimento, através do Senador Jucá, de que havia uma minuta de um substitutivo que reduzia a alíquota dos produtos de informática de 12% para 7% e dos demais de produtos de 12% para 10%. Com isso, nós tivemos várias conversas com os empresários da Zona Franca, e a redução de 12% para 10% nos demais produtos eles dizem que pode ser aceitável, mas, nos produtos de informática, de 12% para 7%, seria extremamente prejudicial para nós.

Eu gostaria de saber do nosso Secretário se o Governo do Estado já aderiu a essa proposta de nova alíquota e quais são, na sua avaliação, as perdas que teremos com essa redução.

O SR. AFONSO LOBO MORAES – De fato, o Governo do Amazonas aderiu ao convênio. Houve uma solicitação do Ministro da Fazenda para o Governador e, depois de uma conversa entre a área técnica e o Governador, o Governador, então, resolveu aderir.

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

A realidade é a seguinte: hoje, nós temos alíquota de 12%, interestadual, e de 7%. Então, dentro desta realidade de 12% e de 7%, a Zona Franca tem uma alíquota de 12%. Só que, no novo modelo, as alíquotas irão reduzir para 4%. Então, num mundo de 4% e 7%, que é o que se está desenhando, entendeu o Confaz, depois de muito debate, que a Zona Franca ficar sozinha com 12% não seria factível, não seria razoável. Portanto, depois de muito debate, chegou-se à conclusão de que de 10% seria uma alíquota razoável. E, no caso da informática, por que 7%? Porque a de informática, regra geral, vai ficar em 4%. Por isso que se chegou a essa conclusão. Conversamos com algumas empresas do setor e a opinião deles é a seguinte: mais importante do que a alíquota de 7% é nós resolvermos as nossas pendências com São Paulo.

Hoje, em função desse problema que foi gerado pela guerra fiscal, como mencionei no início da apresentação, os Estados mais desenvolvidos que se sentiram perdedores, comparativamente, de investimentos, começaram a adotar medida de salvaguarda, glosando créditos, entrando no STF. E mesmo o STF já tendo manifestado que os incentivos da Zona Franca são constitucionais no âmbito do ICMS, mesmo assim, ainda enfrentamos problemas no mundo real, de Estados que glosam os créditos, especialmente da área de informática. Então, as empresas entendem que a pacificação desse assunto é mais importante do que a redução, do que a alíquota ficar em 10% ou 12%.

Por essa razão, depois de muito debate interno, nós resolvemos aderir ao convênio, por conta dessa constatação.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB - AM) – Secretário, não sei, mas acho que os empresários têm uma conversa com o Governo e têm uma conversa conosco, separadamente. Na sua percepção e na percepção deles, isso seria altamente prejudicial. Na oportunidade em que o Ministro Levy esteve conosco na CAE, em que apresentou o seu plano de desenvolvimento, ele abordou a reforma do ICMS. Eu aproveitei a oportunidade para ouvir dele a preocupação de manter a alíquota diferenciada dentro da reforma do ICMS, e ele me confirmou que o Governo estaria atento para respeitar o que havia sido aprovado no PRS nº 1, na CAE, em 2013. Portanto, eu não sei se seria pertinente o Estado insistir, propor e trabalhar mais essa questão. Creio que talvez o senhor possa, com argumentos técnicos e com a participação dos demais empresários, rever essa situação. Não sei, ainda há uma proposta, vocês ainda estão ouvindo, parece que falta a adesão de um Estado, não sei se há espaço para isso.

O SR. AFONSO LOBO MORAES – Só para esclarecer, quem define alíquota interestadual para o ICMS é, por resolução, o Senado. A matéria virá, naturalmente, para o Senado. Quem vai definir, obviamente, serão os Senadores. Essa foi uma tentativa dos Estados, e um esforço também do Amazonas, de tentar convergir para um acordo, para que o assunto avançasse. Mas, como disse, a matéria dependerá, naturalmente, da aprovação por esta Casa. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – E é exatamente isso que nós estamos discutindo.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB - AM) – Exatamente, Relator. Eu creio que os estudos técnicos que estão sendo feitos são importantíssimos para que possamos, no Senado, votar algo que seja estudado e que tenha justificativas técnicas, mas isso já foi discutido. Já foi discutido e aprovado na CAE. Eu insisto em dizer isso por quê? Porque vejo que o nosso representante, o nosso Estado tem que ir até o limite máximo

para que isso seja respeitado e, assim, contribuir com esta Casa, para que possamos tomar a decisão correta.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Senadora, como Relator, o que eu posso dizer é que, na verdade, foi aprovado pela CAE, mas não havia consenso por parte dos Estados. Há um novo momento político no País e um novo momento econômico também. E nós estamos procurando fazer esse trabalho – daí o motivo desta reunião – exatamente junto aos Senadores e ao Secretário. Como disse aqui o Senador Blairo Maggi...

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB - AM) – Exatamente. Eu fiz essa colocação com o Ministro Joaquim Levy já diante do novo momento econômico do País. Ele esteve aqui eu acho que no mês passado. Então, pensando justamente neste novo momento econômico é que fiz essa pergunta, em cima desta nova preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Perfeito. Então é essa...

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB - AM) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – ... busca que nós vamos, como eu disse, continuar tendo. Essa relatoria, estando aprovada nesta Comissão, ainda vai para a Comissão de Constituição e Justiça e depois, ainda, ao plenário. Nós teremos ainda oportunidade de conversar. A princípio, como Relator, posso adiantar que estou buscando essa linha da convergência ou da unanimidade no Confaz, porque eu acredito que teríamos muito mais facilidade de aprovar um relatório. É natural que cada Senador tenha aqui a sua posição. Pode até ser, no caso, que algum Senador tenha uma posição contrária ao que está pensando o atual Governo do seu Estado. Agora, como Relator, como a gente tem que buscar aprovar aquilo que é do Brasil, nós vamos ter que buscar exatamente esse entendimento conjunto da maioria.

Está inscrito o Senador Blairo Maggi, depois a Senadora Marta Suplicy.

Como nós estamos aqui com o representante do Ministério da Fazenda e também com o Dr. Tostes representando o Confaz... Só quero esclarecer isso porque algumas outras perguntas poderão também ser feitas com a opinião deles. Então, pode inverter?

Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (S/PARTIDO - SP) – Eu queria ressaltar o entendimento que vem sendo estabelecido entre os Estados. Isso é extremamente importante, principalmente porque não pode ser pensado de forma fatiada, como tem sido feito até por nós daqui do Senado. Esse entendimento em relação ao ICMS é um passo muito forte.

Nesse sentido, eu queria perguntar primeiramente ao Secretário Villela, de São Paulo, se o novo perfil das alíquotas de ICMS vinculadas ao princípio do destino deverá reforçar significativamente a receita de ICMS dos Estados consumidores, em especial do Norte, do Nordeste, do Centro-Oeste, e se Estados do Sul e do Sudeste – V. Exª já colocou, mas de forma muito breve – estão preparados para essa nova partilha da receita porque, em princípio, não nos vai favorecer. Isso não é uma posição nem contra nem a favor. Acho que temos que pensar em termos flexíveis para poder haver um entendimento, mas eu queria ter mais informação sobre o que uns ganham e o que outros perdem, como nós do Sul e do Sudeste vamos enfrentar essa questão.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente...

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Podemos passar, então, ao Senador Blairo, já que pode ser respondida depois em bloco.

A SRª MARTA SUPLICY (S/PARTIDO - SP) – Depois tenho uma pergunta para Alagoas.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu queria complementar aqui.

A SRª MARTA SUPLICY (S/PARTIDO - SP) – Então, complemente a minha, depois faço a Alagoas.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Na verdade, a minha pergunta... Sempre houve uma grande dúvida do que se ganha e do que se perde. Os números dependem de quem fala. Por exemplo, em Mato Grosso, chegou a época de falarem que vamos perder 400 milhões; depois de verem os números, vamos perder 20 milhões. Então, há coisas que são possíveis, mas o tempo também... Estamos falando já de 12 anos, quando entrei nesse processo. As coisas mudaram muito realmente nesses últimos 12 anos. Há coisas para as quais devem ser tomadas decisões políticas realmente. Há algum prejuízo? Há, mas a história está mostrando que com o tempo eu recupero, com o tempo eu ganho. Cada Estado deve fazer um sacrifício para poder absorver essas mudanças. Ninguém muda nada sem ganhar ou sem perder, sem sofrer ou ter um pouco mais de felicidade no processo.

Acho que agora, como já foi dito aqui, depois da implantação da questão das notas fiscais eletrônicas, as coisas mudaram muito, elas ficaram mais claras, dá para saber onde cada um está posicionado.

Então, a minha pergunta é um complemento ao que a Senadora Marta colocou. Quem ganha? Quem perde? Onde? Como? Quer dizer, o Confaz tem esses números? Eu acho que, no momento em que tivermos esses números na mão – confesso que não tenho esses números, não vi nos últimos anos –, isso ajudará muito politicamente para você tomar a decisão. Porque falar que vai mudar de quatro para sete, de doze para quatro, de sete para quatro nas regiões, mas no contexto das movimentações das mercadorias inter-regionais, dentro das próprias regiões, se as perdas forem pequenas ou se os ganhos forem pequenos, nós poderemos até não nos preocupar muito com aquele fundo de compensação, porque sempre, lá em 2003, 2004, quando nós começamos a discutir, quando eu estava no governo do Estado, eu sempre pedi para as Lideranças que estavam tanto no Senado quando na Câmara, e disseram: "Olha, coloca o pé na porta". Como Governador, eu não tenho como aceitar isso, porque é a derrocada do Estado de Mato Grosso, ele vai para o buraco. Mas hoje não me parece mais... Não é mais esse número.

Talvez, por essas informações, vocês estejam conseguindo chegar a um entendimento. Como já foi elogiado pela Senadora Marta e eu quero também dizer, a mudança de postura do Estado de São Paulo é fundamental para que possamos chegar a uma situação diferente.

A pergunta é clara: nós temos esses números? É possível eles serem repassados para os Senadores?

Obrigado.

A SRª MARTA SUPLICY (S/PARTIDO - SP) – Eu queria, antes da resposta do Secretário Vilela, fazer uma pergunta para o Secretário de Alagoas.

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

Recentemente, o Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional nº 87/2015, que institui a partilha do ICMS nas operações interestaduais para não contribuintes, inclusive, alcançando o comércio eletrônico. Eu queria saber o que representa hoje para o Nordeste: se a migração para o destino, nos termos do acordo do Convênio 70, que tanto beneficia a sua região, também vai ter um impacto positivo, no caso do comércio eletrônico.

São essas as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Secretário Renato.

O SR. RENATO VILLELA – Obrigado.

Em relação ao novo perfil, Senadora, serão beneficiados Estados que são importadores líquidos, ou seja, consomem mais que produzem – são Estados, de modo geral, do Norte e do Nordeste, alguns do Sudeste, alguns do Sul. E as perdas vão se concentrar nos Estados que produzem mais do que consomem, como, por exemplo, o caso de São Paulo. O que ocorre é que São Paulo também é um grande mercado consumidor. Então, a tendência é que haja um equilíbrio ao longo do tempo em relação a isso.

Eu gostaria que ficasse claro que uma das questões, na discussão do convênio, que foi algo, inclusive – é sempre bom estar lembrando como as coisas apareceram na discussão –, proposto pelo Governo Federal desde que se discutiu essa nova rodada de reformas, é um fundo que permite uma transição suave. É evidente que nenhum governador pode se lançar numa aventura sem saber exatamente o impacto que isso vai trazer para o seu Estado, porque ele tem responsabilidades maiores, que são as responsabilidades com os seus próprios eleitores, com a própria população do seu Estado na provisão dos serviços básicos.

Na realidade, duas coisas aconteceram – Senador Blairo, aí já vou misturar e dar uma resposta só. A nota fiscal eletrônica trouxe uma certeza que não se tinha. Os números eram quase aleatórios. A discussão começou a convergir no momento em que se passou a ter certeza em relação a quanto se perde, a quanto se ganha, com um consenso em relação a: "Ah, de fato, o número é esse mesmo". Nós estamos com números que vão melhorando gradativamente. É uma base de dados enorme, cujo tratamento não é trivial. Então, nós estamos melhorando – 2011, 2012, 2013 –, o que está nos dando muito mais segurança.

Eu gostaria de frisar que, para Estados como São Paulo e outros que têm alguma perda, é fundamental que haja – não queremos que, necessariamente, zere essa perda – alguma transição, principalmente no quadro econômico atual. Por mais, como todos dizem, forte e poderoso fiscalmente que São Paulo seja...

A SRª MARTA SUPLICY (S/PARTIDO - SP) – Mas não pode haver um teto para essa perda?

O SR. RENATO VILLELA – Não... Teto para o ressarcimento?

A SRª MARTA SUPLICY (S/PARTIDO - SP) – Não. Pelo que estou entendendo – desculpe-me interrompê-lo –, nós não temos clareza exatamente. Os números são ainda não tão confiáveis, não são seguros. Estamos aprimorando, mas ainda não são totalmente seguros. Nós podemos ter um mecanismo de salvaguarda para que não ultrapasse x?

O SR. RENATO VILLELA – É o fundo. A ideia é essa e é a ideia do fundo.

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

A SRª MARTA SUPLICY (S/PARTIDO - SP) – Mas, no fundo, você coloca o dinheiro e tira o dinheiro dali na hora...

O SR. RENATO VILLELA – Não, é um fundo de compensação pelas perdas decorrentes da convergência de alíquotas.

A SRª MARTA SUPLICY (S/PARTIDO - SP) – E para São Paulo também?

O SR. RENATO VILLELA – Para São Paulo também. Para todos que perderem.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – O fundo é universal.

O SR. RENATO VILLELA – Para os que perderem.

A SRª MARTA SUPLICY (S/PARTIDO - SP) – Sim.

O SR. RENATO VILLELA – E, Senadora, em relação aos dados, o senhor estava falando alguma coisa também?

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Eu falava, Secretário, dos argumentos dos Senadores: a gente não tem os números. Quando a Senadora Marta Suplicy falou sobre se haveria um limite de perda, eu entendi o que ela quis dizer: se haveria um teto para os Estados perderem. E eu entendi a resposta também, que o fundo vai cobrir todos os Estados que perderem.

O SR. RENATO VILLELA – Exatamente. Quem perdeu.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Então, não terão necessariamente o que vão perder?

O SR. RENATO VILLELA – Não necessariamente o total da perda.

A SRª MARTA SUPLICY (S/PARTIDO - SP) – Então, é isso que eu estou falando. Exatamente. Como é que a gente pode fazer?

O SR. RENATO VILLELA – Isso é algo que nós temos que trazer, o Governo Federal, para que a parte que lhe cabe nessa discussão seja também avançada.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – E quando falamos que estamos em dúvida quanto a números é porque não temos os números, mas no Confaz vocês têm.

O SR. RENATO VILLELA – O Confaz tem. E aí eu pediria ao coordenador do Confaz, que é o que pode falar por todos nós. No momento em que ele estiver aqui na mesa, ele poderá falar sobre essa questão. Mas os números existem e são muito melhores do que eram há dois, três anos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Vamos passar para a segunda etapa.

Nós queremos comunicar, então, que nós estamos antecipando a 12ª reunião, que seria às 14 horas, até para não desmobilizar, mas mobilizar, com a concordância do nosso Presidente Davi, já para agora, até porque já está aqui o representante do Confaz, o Secretário, e também o representante do Ministro da Fazenda e o Senador Romero Jucá, que foi convidado para estar aqui na condição de apresentação. Então, vamos desfazer esta mesa, e gostaria de convidá-los para continuar. Vocês poderão, inclusive, participar do debate também.

A SRª MARTA SUPLICY (S/PARTIDO - SP) – E a pergunta que fiz para o Secretário de Alagoas eu gostaria que fosse respondida.

O SR. GEORGE SANTORO – Senadora, como falei na minha apresentação, essa mudança no comércio não presencial, comércio eletrônico, foi fundamental para

chegarmos a esse acordo que fizemos hoje no Confaz. Essas alíquotas a que chegamos nessas discussões foram uma calibração entre os Estados da menor perda possível para cada Estado, dentro de um acordo.

Então, o que acontece? Quando se coloca comércio não presencial mudando por destino, a equação do Nordeste muda completamente a do Norte e a do Centro-Oeste, porque boa parte desse comércio eletrônico esta no Sul e Sudeste. Então, alguns Estados do Nordeste que teriam perda com a mudança passaram a ter ganhos com a mudança. E alguns outros Estados aumentaram o ganho. O que acontece com a trajetória de alíquotas decrescente aumenta demais. São Paulo e outros Estados do Sul e Sudeste voltam a ter mais competitividade para atrair as empresas. E a competitividade dos Estados do Norte e Nordeste diminui. Esse é um acordo em que todo mundo perde um pouquinho, todo mundo tem que ceder um pouquinho.

A questão do Amazonas foi crucial nesse ponto. É claro que o empresário de lá vai perder um pouquinho do seu *market up*, não há menor dúvida disso, como o empresário do Nordeste também vai perder um pouquinho do seu *market up* hoje. Isso vai acontecer no País inteiro.

Essa mudança de convergência é o que vai possibilitar a gente seguir em frente e tirar os passivos. Quando o Secretário Afonso coloca, e o mesmo acontece no Nordeste, que as empresas estão, no passivo delas, com várias autuações fiscais, então, a gente está numa situação em que as empresas não têm autorização das matrizes para fazerem novos investimentos, para poderem aumentar a produção, dar andamento. Isso é uma mudança muito grande.

O ganho vai ser ao longo do prazo. Por isso que o Secretário Renato coloca a importância do Fundo de Compensação e do Fundo de Desenvolvimento Regional. Esses fundos equalizam essa reforma ao longo do tempo. Então, essa discussão é uma discussão com o Ministério da Fazenda para definir o tamanho desses fundos, a forma desses fundos. Havia uma proposta inicial do Governo Federal que foi retirada. E a gente está numa discussão com o Governo Federal agora sobre essa questão.

Superada essa questão de alíquota de convergência, acho que o Confaz vai superar, vai ficar faltando somente essa questão de fundos para a gente fechar o acordo e seguir em frente e retomar o desenvolvimento no País.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Qual é o tamanho do fundo? Vocês têm uma ideia?

O SR. GEORGE SANTORO – Não tenho. Havia uma proposta de R$296 bilhões para os dois fundos, em 20 anos.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Quanto?

O SR. GEORGE SANTORO – Essa foi a proposta inicial do Governo Federal e que está na MP 599, mas isso já foi colocado de lado pelo Governo Federal.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Secretário, pessoalmente, sou totalmente contrário, porque fundo não repõe emprego; repõe perda de arrecadação. E o que o Norte e o Nordeste precisam é de emprego, como também o Brasil todo, que hoje está com problemas aí.

É lógico que essa nunca foi uma tarefa fácil nem para vocês, Secretários de Fazenda, nem para nós aqui, porque ninguém quer perder absolutamente nada.

Nós estamos avançando nessa questão da guerra fiscal, porque ela, aparentemente, é boa, momentaneamente, para um gestor, porque ele diz que botou

uma empresa lá e gerou cem empregos. Mas, a curto e médio prazo, vai quebrando os Estados, como está acontecendo; quebra os Municípios e os Estados com a perda de arrecadação. E podemos até não crer, mas o fiel da balança é São Paulo. Todo mundo produz para São Paulo. Isso é impressionante, mas é o maior mercado consumidor.

Os fundos com os quais nós temos experiência são fundos que não são cumpridos à risca. Veja, o Estado do Pará perde com a Lei Kandir. É um grande exportador de *commodities*. O Mato Grosso perde dinheiro também nesse fundo, com a Lei Kandir.

Então, eu peço a vocês, que são técnicos, que são pessoas preparadas para isso, que deixem o fundo por último. O primeiro é a geração de emprego.

Ontem, a Câmara aprovou uma lei que trata de uma coisa em que eu venho batendo há muito tempo aqui. Ou seja, que 30% de todo o investimento do BNDES no Brasil seja obrigatoriamente feito no Norte e Nordeste deste País. Por quê? Se você pegar um Estado como São Paulo, nos últimos anos, vai verificar que os recursos que foram aportados pelo BNDES ali para investimentos subsidiados são enormes. Se você for olhar, para o Estado do Amapá, é nada! Se você for olhar, para o Amazonas, é nada! Se você for olhar outros Estados brasileiros, verá que é quase nada.

Recursos subsidiados. Se você pegar o BNDES, vai ver que ele passou mais dinheiro nosso, subsidiado, para Cuba do que para muitos Estados brasileiros. Quer dizer, dá preferência para se fazer um porto em Cuba, mas não dá a mesma preferência para se fazer um porto, que é uma infraestrutura importante, no meu Estado, para exportação do que produzimos. Nós não temos um porto. Nós temos alguns terminais de propriedade particular, onde uma mercadoria fica lá internada durante seis, sete dias, e aí acaba-se todo o lucro do empresário. Isso inviabiliza qualquer coisa a ser feita.

Então, quando se fala em logística, em infraestrutura, a gente deixa muito a desejar em relação a esse comprometimento. Por mais que vocês se esforcem... E não adianta chegar para mim e dizer: "Olhe, o Secretário Renato ou o Secretário George ou o Secretário Leonardo ou o Secretário Afonso vão sentar em uma mesa e vão abrir mão de defender os seus Estados." Não podem fazer isso, até porque serão exonerados no dia seguinte e serão crucificados pela população.

Então, era isso que eu queria colocar para vocês. Essa é a minha intervenção. Acho que é um debate. O Senado avançou muito já no ano passado, no ano retrasado, quando aqui aprovou... Agora mesmo, nós aprovamos, no Senado, uma lei que mantém essas indústrias para as quais foram dados benefícios, mas eu fiquei preocupado porque também não há uma data. Você está me entendendo? Hoje, agora, neste momento, alguém pode estar dando benefícios e eles sendo validados. E eu queria que o Confaz analisasse isso, por favor, porque se criou uma situação, principalmente para o comércio, que ficou uma beleza. O cara vai montar aí por cinco anos...

Então, isto é importante: não aquele imediatismo de gerar cem, duzentos, trezentos empregos, mas pensar nos Estados e no Brasil a médio e longo prazo. Isso porque, quanto a esses benefícios, quando são dados para uma região como a minha, e são constitucionais – e aí está a razão da pergunta que eu fiz ontem para o Dr. Fachin sobre a Zona Franca e a pessoas até riram, mas é a minha realidade –, eu quero saber o posicionamento do Supremo, que tem respeitado algumas Ações Diretas de Inconstitucionalidade com que o Estado do Amazonas tem entrado. Eu quero saber qual é o posicionamento dele em relação à Zona Franca, que é constitucional, porque, em última

análise, o Estado do Amazonas irá ao Supremo Tribunal Federal sim, se se achar prejudicado.

Mas acho possível o entendimento, e eu espero haja esse entendimento, até porque vocês estão muito mais preparados do que nós, tecnicamente, para analisar. O Confaz sempre foi um órgão que nós respeitamos muito. E espero que ele continue fazendo isso.

Eu quero desejar a todos vocês um bom trabalho.

O Afonso Lobo é o nosso Secretário do Estado do Amazonas, é um homem tecnicamente preparado, servidor de carreira da Secretaria de Fazenda, e vocês também.

Eu soube que o Secretário Renato teve uma reunião neste último final de semana lá. Então, eu quero aqui pedir ao Renato, porque eu sei que o grande desafio é convencer São Paulo – o grande desafio é convencer São Paulo –, que a gente tenha um entendimento, até porque é o maior centro consumidor.

A senhora, Senadora Marta, já foi prefeita, mas foi prefeita em uma situação bem diferente do que é hoje, pois a arrecadação que você tinha como prefeita não chega nem perto do que São Paulo tem hoje, é ou não é verdade? E ainda mais: tinha...

A SRª MARTA SUPLICY (S/PARTIDO - SP) – De 51 bi a 30.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Quanto?

A SRª MARTA SUPLICY (S/PARTIDO - SP) – De 51 bi e, na minha época, em valores convertidos, 30.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Pois é, olha a diferença: 21 bilhões. É brincadeira? Essa é uma vez e meia a arrecadação do Estado do Amazonas por ano. Só para vocês terem uma ideia da força que é São Paulo. E a gente está falando só da capital, não é? Só da capital. Pois é. É isso.

Secretário e Presidente, Senador Wellington, obrigado.

Eu me posicionei sobre isso, porque nós temos lá algumas coisas, detalhes sobre os quais, com a Senadora Sandra, há pouco, nós conversávamos e que nós vamos debater ao longo dessas reuniões.

Obrigado por me ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Bom, então, nós vamos declarar encerrada a 11ª Reunião, já convocando também para a 12ª Reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 18 minutos.*)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 15ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 30 DE ABRIL DE 2015.

Às oito horas e seis minutos do dia trinta de abril de dois mil e quinze, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora **ANA AMÉLIA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores **ACIR GURGACZ, DONIZETI NOGUEIRA, DELCÍDIO DO AMARAL, WALDEMIR MOKA, DÁRIO BERGER, RONALDO CAIADO, LASIER MARTINS e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os Senadores Zeze Perrella, Rose de Freitas, Sérgio Petecão, Jader Barbalho, Lúcia Vânia, José Medeiros, Wellington Fagundes e Blairo Maggi. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Antes do início da Pauta, a Senhora Presidente comunica a aprovação da Medida Provisória nº 661, de 2014 (PLV nº 2/2015), que "autoriza a União a conceder crédito ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a destinar superávit financeiro das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional à cobertura de despesas primárias obrigatórias", na qual foi incluído o item que tratava da prorrogação dos empréstimos dos caminhoneiros junto ao BNDES na compra dos caminhões, especialmente os caminhoneiros independentes; como também, traz à Comissão a preocupação dos governos estaduais e dos produtores rurais em relação à possibilidade e à necessidade da prorrogação do prazo para que se faça o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Após esta comunicação, sobre a qual também se manifestaram os Senadores Acir Gurgacz, Waldemir Moka e Donizeti Nogueira, dá-se inicio à Pauta de Deliberação dos seguintes itens: **1ª PARTE: ITEM 1: TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 679, de 2011 – Terminativo – EMENTA:** Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural. **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **1-** Poderão ser oferecidas emendas ao Substitutivo do PLS nº 679/2011 até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral, conforme o disposto no art. 282, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal. **2-** Não havendo oferecimento de emendas, o Substitutivo será definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. Encerrada a discussão da matéria, a Senhora Presidente comunica que não foram oferecidas emendas ao Substitutivo do PLS nº 679/2011 no Turno Suplementar. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado, sem votação, conforme o disposto no art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 303, de 2014 – Não Terminativo – EMENTA:** Altera as Leis nºs 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e 8.213, de 24 de julho de 1991, para instituir o seguro-cheia, estabelecer a contagem do período das cheias de rios que prejudiquem as atividades agrícolas como tempo de contribuição para a Previdência Social e definir regras para a concessão de aposentadoria especial para os agricultores que se enquadrem nos requisitos do art. 3° da Lei n° 11.326, de 24 de julho de 2006. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 303, de 2014. **1-** Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. **2**- A matéria será posteriormente apreciada pela CAS em decisão terminativa. **Resultado:** Retirado de Pauta. **ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 375, de 2014 – Não Terminativo – EMENTA:** Dispõe sobre a anistia de agricultores de baixa renda que, para garantir sua segurança alimentar e nutricional, tenham cometido infrações administrativas e penais de menor potencial ofensivo previstas na Lei n° 9.605, de 1998, no período que especifica, e dá outras providências. **Autoria:** Senadora Angela Portela. **Relatoria:** Senador José Medeiros. **Relatoria *Ad hoc*:** Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 375, de 2014. **1-** Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. **2**- A matéria será posteriormente apreciada pela CCJ em decisão terminativa. Anunciada a matéria, a Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, designa Relator *ad hoc* o Senador Acir Gurgacz, em substituição ao Senador José Medeiros. Após a discussão, não tendo havido senador inscrito para discutir, procede-se à votação da matéria. **Resultado:** A Comissão aprova o relatório do Senador Acir Gurgacz, favorável ao PLS nº 375, de 2014. **ITEM 4: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 20, DE 2015 – EMENTA**: Requer nos termos do RRA nº 1, de 2015, aprovado em 4 de março de 2015, a realização de Ciclo de Palestras e Debates, no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, com a participação da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR), da Câmara dos Deputados, na cidade de Palmas, Tocantins, com os seguintes temas: "Potencial e gargalos para o desenvolvimento da aquicultura e Pesca no estado do Tocantins" e "Agricultura de Baixo Carbono: Perspectivas para o estado do Tocantins". **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento. **ITEM 5: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 22, DE 2015 – EMENTA**: Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Se-

nado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, para discutir o tema: Assistência Técnica e Extensão Rural. Para tanto sugere os seguintes participantes: Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Autoria:** Senador Wellington Fagundes. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento. **ITEM 6: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 23, DE 2015 – EMENTA**: Requerem, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, para discutir o tema: Medicamentos Genéricos para Agropecuária. Para tanto, sugere os seguintes convidados: Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal. **Autoria:** Senadores Wellington Fagundes e Benedito de Lira. No encaminhamento, a Senadora Ana Amélia sugere a inclusão da CONTAG e CNA e o Senador Donizeti Nogueira sugere a inclusão da ANVISA como convidados da Audiência Pública**. Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento com adendo da Senadora Ana Amélia e do Senador Donizeti Nogueira. **ITEM 7: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 24, DE 2015 – EMENTA**: Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a expor o contexto histórico, situação atual e metas de curto e longo prazo para a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER: Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA; Representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento. **ITEM 8: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 25, DE 2015 – EMENTA**: Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a apresentar e discutir os achados de auditoria realizada em 2012 pelo Tribunal de Contas da União quanto à execução da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, voltada para o público do Plano Brasil Sem Miséria, e acompanhamento das determinações/recomendações, com os seguintes convidados: Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; Representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; Representante do Tribunal de Contas da União – TCU; Representante da Controladoria Geral da União – CGU. **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento. **ITEM 9: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 26, DE 2015 – EMENTA**: Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a apresentar e discutir os desafios à implementação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – ANATER, seus desafios, plano de ação, e cenários futuros, quanto à execução da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, com os seguintes convidados: Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; Representante da Casa Civil; Representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; Representantes da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – ANATER. **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento. **ITEM 10: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 27, DE 2015 – EMENTA**: Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a apresentar e discutir questões relacionadas à execução nos estados e municípios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, com os seguintes convidados: Representante do Conselho Nacional dos Secretários de Estado de Agricultura – CONSEAGRI; Representante da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural – ASBRAER; Representante da Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil – FASER; Representante do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR; Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG. **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento. **EXTRAPAUTA: ITEM 11: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 28, DE 2015 – EMENTA**: Requer a realização de Ciclo de Palestras e Debates, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, no dia 4 de maio de 2015, às 16h30min, no Senado Federal, para discutir a Medida Provisória (MPV) nº 673, de 31 de março de 2015, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Có-

digo de Trânsito Brasileiro, que trata do registro único em cadastro específico de tratores e demais aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinaria agrícola ou a executar trabalhos agrícolas e da regulamentação para o uso em vias públicas de aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinaria de qualquer natureza ou a executar trabalhos de construção ou de pavimentação. Para isto convida as seguintes autoridades e ou representantes: Deputado José Carlos Aleluia DEM/BA (Relator da MPV 673, de 2015); MJ – Ministério da Justiça; MCidades – Ministério das Cidades; MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário; CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras; DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito; AND – Associação Nacional dos Órgãos Executivos de Trânsito dos Estados e do Distrito Federal. **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. No encaminhamento, o Senador Donizeti Nogueira sugere a inclusão da Associação Nacional dos Órgãos Executivos de Trânsito dos Estados e do Distrito Federal – AND e o Senador Flexa Ribeiro sugere a inclusão do Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN como convidados do 5º Seminário do Ciclo de Palestras e Debates da CRA a ser realizado no dia 04/05/2015. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento com adendo dos Senadores Donizeti Nogueira e Flexa Ribeiro. **2ª PARTE: PLANO DE TRABALHO REFERENTE AOS REQUERIMENTOS PARA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – Finalidade: 1.** Votação do Plano de Trabalho referente ao Requerimento (RRA) nº 13, de 2015, que avalia a Política Pública de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER). **2.** Votação do Plano de Trabalho referente ao RRA nº 14, de 2015, que avalia a Política Pública a Política de Defesa Agropecuária no País. **Resultado: 1.** Aprovado o Plano de Trabalho referente ao RRA n° 13, de 2015 (Relator: Donizeti Nogueira). **2.** Retirada de pauta a apreciação do Plano de Trabalho referente ao Requerimento (RRA) n° 14, de 2015, por solicitação do Relator, Senador Dário Berger. Na apreciação do Plano de Trabalho referente ao Requerimento nº 13, de 2015, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, bem como dos Requerimentos nº 24 a 27, de 2015, do Senador Donizeti Nogueira, a Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, ao destacar a importância da Embrapa para o país, informa sobre a possibilidade da convocação do Presidente daquela instituição, Sr. Maurício Antônio Lopes, caso não confirme presença na audiência pública agendada para o dia 21 de maio do corrente, bem como informa da possibilidade de convidar o Sr. Luís Inácio Adams, Advogado-Geral da União, para tratar da exigência de se eliminar a filantropia da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER do Rio Grande do Sul. O Senador Ronaldo Caiado, ainda que a Ministra Kátia Abreu tenha dito que o custeio agrícola e também os empréstimos não serão penalizados com ajuste fiscal, solicita que a Comissão oficie o Ministro da Fazenda, Sr. Joaquim Levy, para saber o real interesse em sustentar o setor da agropecuária, o corte que será promovido, qual a realidade que se poderá transmitir aos produtores rurais, para que não sejam surpreendidos neste momento em que é fundamental o repasse do custeio, e ainda que haja uma definição de prognóstico para a agropecuária nos anos 2015/2016. Encerradas as deliberações, o Senador Acir Gurgacz solicita a palavra para manifestar a preocupação com relação aos juros do Plano Safra 2015/2016, tendo a Senadora Ana Amélia e os Senadores Dário Berger, Waldemir Moka e Flexa Ribeiro participado da manifestação. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Amélia**, Presidente da CRA

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Declaro aberta a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Nós temos vários itens. Hoje será uma reunião eminentemente deliberativa. Temos em pauta matéria em turno suplementar, portanto, praticamente não depende de votação, em função de já estar definida, com o relatório aprovado, de minha autoria. Não houve, no prazo regimental, a apresentação de emendas, então a matéria é dada como aprovada em caráter definitivo. Trata-se de projeto de lei que altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural; eu diria, um defensivo orgânico. Então essa matéria já está em pauta.

Temos também outras matérias incluídas em nossa pauta. Mas eu queria fazer breves comentários. Um deles é que, ontem, foi aprovada medida provisória, na qual foi incluída... E aí os Senadores Blairo Maggi e o Senador Moka tiveram uma atuação importante, porque representaram esta Comissão nos entendimentos

e nas negociações com os caminhoneiros que fizeram uma paralisação para encaminhar demandas da categoria. Ontem, com a aprovação da Medida Provisória 661, foi incluído o item que tratava da prorrogação dos empréstimos dos caminhoneiros junto ao BNDES na compra dos caminhões, especialmente os caminhoneiros independentes. Essa matéria foi, digamos, encaminhada de maneira adequada e conseguiram a sua aprovação. Estavam lá os líderes dos movimentos dos caminhoneiros aguardando essa definição; enfim, foi cumprida a demanda da categoria.

Há uma outra demanda, que aqui o Senador Acir Gurgacz já fez, inclusive, uma audiência pública, um debate, à tarde, sobre a questão do CAR, que é o Cadastro Ambiental Rural. E as informações que nós temos – inclusive a própria imprensa vem cuidando disso – é que, faltando menos de uma semana para encerrar o prazo para que os proprietários rurais façam o Cadastro Ambiental Rural, o chamado CAR, há um aumento da preocupação dos Estados, dos governos estaduais e das entidades dos produtores rurais em relação à possibilidade e à necessidade de uma prorrogação de prazo. Isso decorrente das próprias dificuldades que o próprio agricultor está tendo no acesso às informações e a como ele tem que proceder.

Algumas lideranças ouvidas mostraram que o anúncio da provável prorrogação poderá acontecer na segunda-feira antes do término do prazo. Os governos dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Goiás já pediram ao Governo que prorrogue este prazo da feitura do CAR. A situação mais crítica foi na Região Sul, onde deveria ser o contrário, tendo em vista a atividade muito intensa no setor, seja de agricultura familiar ou agricultura empresarial. A adesão ao Cadastro Ambiental Rural foi muito baixa. No meu Estado, no Rio Grande do Sul, as informações dão conta de que menos de 1% das propriedades fez o CAR, preencheu o CAR. No Paraná, o percentual subiu um pouco, para 8%.

Então, dessa situação aqui falam, do Mato Grosso e também do Mato Grosso do Sul, Senador Moka, a Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grasso do Sul (Famasul), a Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja), que também encaminharam um ofício à Ministra Izabella Teixeira, apoiando e solicitando a prorrogação do prazo para o cadastramento no CAR, que termina no dia 5 de maio, tendo em vista que apenas 10% das 68 mil propriedades rurais lá no Mato Grosso do Sul fizeram o cadastro até este momento.

Não é diferente, também, no Mato Grosso. A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato) também solicitou ao Ministério do Meio Ambiente a prorrogação do prazo.

O Senador Acir é que vem cuidando muito dessa matéria, mas, como ontem havia também alguns Senadores preocupados em relação a isso, eu informei que o senhor estava tratando do assunto e, portanto, pode trazer mais esclarecimentos a esta Comissão de Agricultura, o senhor que é o nosso honrado Vice-Presidente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Bom dia, Srª Presidente Ana Amélia, Senador Moka, de fato a nossa preocupação é muito grande, com relação a prorrogar esse prazo, Srª Presidente.

A comparação é simples. A regulamentação do CAR, pelo Governo, que envolve, vamos dizer assim, vamos colocar, no máximo, umas 20 pessoas, demorou dois anos para que pudesse ser feita essa regulamentação. E, nessa regulamentação, está colocado que o prazo é de um ano, prorrogável por mais um ano. Dois anos para regulamentar e um ano para que 5,5 bilhões de produtores rurais brasileiros pudessem fazer o CAR, e isso através da internet. Na cidade, é muito fácil, mas lá no campo... Eu não vou dizer que é lá em Rondônia, não...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Onde não tem energia elétrica.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – No Paraná, em Mato Grosso do Sul, em Rondônia. No interior não tem internet com facilidade.

Chega a nós a informação de que vários agricultores brasileiros não sabem que existe o CAR e da necessidade de se fazer o Cadastro Ambiental Rural. Então, o que é que nós estamos pedindo? Além de pedir a prorrogação do prazo para fazer o CAR, que se faça...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – A campanha de informação, claro.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – ...uma campanha nacional, envolvendo prefeitos, governadores, toda a sociedade, associações rurais, cooperativas, para que a gente possa ter o sucesso que o CAR precisa. Porque a não prorrogação do prazo vai acarretar em um prejuízo muito grande para os agricultores: falta de acesso a crédito, falta de acesso aos programas do Governo e a própria comercialização dos produtos também poderá ser paralisada. Ou seja, quem não tem o CAR, no futuro, não vai poder vender o seu produto, seja grão, seja animal. E isso é um prejuízo muito grande.

Então, a prorrogação desse prazo é da maior importância para todos nós. Não nós que estamos aqui na Comissão...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Nós estamos apenas verbalizando o problema, não é Senador? Verbalizando o problema.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Nós estamos apenas verbalizando o problema e trazendo as dificuldades aqui que enfrentam os agricultores, no dia a dia, não só no meu Estado de Rondônia, mas no seu Estado, Rio Grande Sul, no Estado do Senador Moka, no Mato Grosso do Sul também, enfim, em todo o nosso País.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – De fato, Senador, por eu ser da área, a informação é um instrumento, uma ferramenta fundamental, em todas as circunstâncias, até para a própria cidadania.

Qual o grau de informação que terá o cidadão para saber dos seus direitos e também dos seus deveres? O CAR é um documento, como o senhor disse, crucial, fundamental, na relação dele com a instituição financeira, com as autoridades municipais, com o Estado. E isso pode – digamos – interromper e criar um problema. Ele vai para um Cadin da vida, o nome dele, por ele não ter preenchido... É como o eleitor que não vota e não justifica a ausência e aí fica lá pendente uma questão séria.

Então, a informação... E o Ministério do Meio Ambiente, a Ministra Izabella Teixeira, que é uma pessoa de muito diálogo, de muita responsabilidade, vamos reconhecer nela uma autoridade comprometida, não só com uma boa e racional política de defesa e preservação do meio ambiente, com desenvolvimento sustentável, mas também com o diálogo com esta Casa. Esse é o primeiro ponto. Portanto, o Ministério do Meio Ambiente, até com o apoio do Ministério da Agricultura, que tem interesse nessa área, precisa fazer uma campanha ampla de esclarecimentos sobre o que é este CAR? Como disse V. Exª, se o Governo demorou dois anos para regulamentar, o que é isso? Tem que explicar para o agricultor o alcance desse documento e o que ele significa para a atividade dele em todos os momentos. Então, isso é muito importante.

E o nosso papel é este: nós somos a ponte entre esse agricultor e a autoridade, no caso, o Ministério do Meio Ambiente, a autoridade federal.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia, Senador Acir Gurgacz, Senador Donizeti, Senadora, eu, além da falta de informação, estou ainda preocupado com outra possibilidade, porque, nos Estados do Sul, certamente, as nossas federações, os nossos sindicatos... O produtor do interior não tem realmente acesso à informação, mas esse pessoal tem. Eu sei, estou falando pelo meu Estado.

Eu temo que a desinformação possa gerar uma resistência ou, no mínimo, uma insegurança no produtor de querer fazer a declaração. Senador Acir Gurgacz, não faz muito tempo, eu ainda era jovem e eu me lembro de que se chamava Ibra, nem Incra era, era o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária. Eu fui lá fazer um estágio e ajudava a preencher as declarações. A desconfiança era tamanha que o produtor não queria declarar aquilo de jeito nenhum.

Eu temo que essas coisas precisam... E o CAR é um instrumento muito importante. Então, eu acho que a sugestão que o Senador Acir Gurgacz está dando aqui e esta Comissão também... Nós deveríamos também, a partir da Comissão, Senadora Ana Amélia, permita-me, fazer aqui, com a nossa assessoria, um esclarecimento partindo de nós, porque nós ajudamos a construir o CAR. Então, eu, por exemplo, não tenho dificuldade nenhuma de defender, como instrumento, o CAR. Eu não tenho nenhuma dificuldade.

Nós nos sentamos com a Ministra Izabella – eu concordo com a Senadora Ana Amélia, é uma pessoa comprometida, equilibrada, de bom senso – e nós conseguimos construir. Hoje a Senadora Kátia Abreu, no Ministério da Agricultura, também pode contribuir. Eu tenho certeza de que o bom senso da Senadora Kátia Abreu, preocupada com isso, e a Senadora Izabella, até segunda-feira, certamente, ou o Governo, farão alguma coisa em relação a essa questão do CAR ou a prorrogação, que é coincidente. Eu acho que, a partir daí, intensificar realmente uma campanha de esclarecimento através dos sindicatos, das federações, mas nós também assumindo aqui, se concordarem, porque eu tenho certeza, no meu Estado, de que vários produtores falarão: "Não, o Senador Moka, o Senador Acir, o Senador Donizeti, a Senadora Ana Amélia, eles estão recomendando que façamos esse cadastramento."

Isso tem uma importância, sim, porque, ao longo da minha vida, o produtor sabe que eu jamais faria uma recomendação se não tivesse absoluta certeza de que isso não iria prejudicá-lo.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – O último índice que eu tenho, Presidente, sobre o cadastro nacional era que o penúltimo era 9%. Ontem pedi para fazer o novo levantamento e nós chegamos a 12%. Então, aumentou 3%, aquele aumento tradicional do povo brasileiro. Está no fim.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – A média nacional, 12% dos produtores.

Houve esse avanço e, por incrível que pareça, o Estado de Rondônia é o que mais está avançado com relação ao CAR, exatamente em função do envolvimento do governo do Estado e das prefeituras municipais, através dos seus secretários, associações, cooperativas.

Por isso, eu insisto que tem que ser uma iniciativa do Governo Federal envolver os governos estaduais, as prefeituras municipais também, as associações, os sindicatos, as cooperativas, para que possamos chegar até aquele agricultor que não tem o menor conhecimento e também não tem obrigação de saber, se alguém não lhe avisar, que existe um CAR e que ele tem que fazer o Cadastro Ambiental Rural.

Então, é importante nós debatermos esse assunto, e 12% é um percentual muito pequeno para que possamos ser... O CAR é como se fosse um...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Imposto de Renda.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – ... um CPF.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Um CPF.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Um CPF das propriedades rurais brasileiras, que vai organizar. Se é bom para o agricultor, é bom para o País.

Quando, no País, o Governo, seja ele qual for, quiser fazer uma política pública nacional, ele vai pegar aquele mapeamento, que vai estar na tela do computador, à mesa, e ter, com clareza, a real situação de toda a agricultura brasileira, por meio das propriedades e dos proprietários, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – E também para efeito da cobrança do ITR, também para as prefeituras, porque esse cadastro será uma atualização do desenho das propriedades rurais. Então, também para esse efeito. Mas eu quero, Senador Acir, fazer um registro necessário.

Eu penso que a sua atuação na Comissão de Agricultura, aqui, com esse tema, eu diria insistentemente, isso provou que o resultado de Rondônia tem a ver muito com a sua ação política. E, no sentido de debater, houve uma audiência aqui à tarde sobre a questão do CAR. Então, eu quero fazer esse registro, é necessário um reconhecimento pelo seu trabalho. Quero cumprimentar o Estado de Rondônia por ter sido, comparativamente aos demais Estados, o que tenha registrado o maior número, apesar das dificuldades que tenha encontrado, especialmente nas regiões mais longínquas, de mais difícil acesso à internet, por exemplo, que é a forma, o caminho para fazer a declaração.

Então, eu quero fazer esse registro, em nome da Comissão, agradecer a V. Exª por ter, digamos, levado a Comissão a esse debate. Faço questão, como Presidente, Senador Acir Gurgacz.

Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Bom dia, Presidente, bom dia, Senador Moka, Senador Acir.

Com relação ao CAR, eu percebo que a prorrogação é quase que automática, é preciso que as Ministras tomem uma medida nesse sentido. E só para registrar, no meu Estado, está havendo uma articulação entre Estado e Municípios no sentido de fazer isso avançar.

O Estado do Tocantins fez um financiamento da ordem de R$40 milhões para poder fazer o CAR, e algumas coisas como licitações, essas coisas que demoram, deram uma atrasada. Mas eu acredito que agora, como as coisas estão bem arredondadas, faltava a aquisição do mapa, porque o financiamento previa a aquisição do mapa, eu acredito que, com mais um ano, a gente vai conseguir ter isso realizado com a qualidade e a necessidade para atender o País e os próprios proprietários.

Então, é muito importante que a gente, se possível hoje, por meio da Presidência, a Comissão faça um contato com a Ministra.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – As informações que nós temos, Senador Donizeti, são de que, na segunda-feira, o Governo deve anunciar esse processo.

A gente não queria falar muito sobre isso para não criar expectativa de "bom, vai ser prorrogado, então eu já não faço" em quem estava encaminhando a documentação. Então, nós achamos que mesmo aquelas pessoas, aqueles que já fizeram, ótimo para eles, já estão prontos, já estão definidos, e os demais proprietários rurais, sejam eles pequenos, médios ou grandes, que cuidem da data, pra não deixar para a última hora, porque uma nova prorrogação não é desejável que aconteça. Então, é necessário, é uma atitude racional do Governo, porque não há informação adequada e necessária sobre isso para alcançar o território nacional, que é um território continental.

Então, aqui foi sugerido, Senador Donizeti, que o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Agricultura, com o apoio dos governos estaduais e municipais, promovam uma campanha de esclarecimentos ao agricultor da relevância que é o Cadastro Ambiental Rural. Então, isso já ficou patente, definido aqui, ficamos

aguardando apenas a decisão da Ministra Izabella Teixeira, que tem tido, com o Congresso, uma boa interlocução nessa matéria. E ela, certamente, está bem informada a respeito dessas dificuldades.

Eu queria já encaminhar para a nossa reunião deliberativa.

Eu sou autora da primeira matéria. Para efeito de funcionalidade, vamos para o item 1.

ITEM 1

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 679, de 2011
- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural.
Autoria: Senadora Ana Rita
Relatoria: Senadora Ana Amélia

Informo que, em reunião desta Comissão realizada no dia 9 de abril deste ano, foi aprovado o Substitutivo ao PLS nº 679 de 2011.

Comunico também à Comissão que poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo oferecido ao PLS nº 679 de 2011 até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral, conforme o disposto no art. 282, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Em discussão o Substitutivo.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não havendo oferecimento de emendas, o Substitutivo será definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Eu queria aproveitar para dizer que já liguei para a Senadora Ana Rita, porque fui relatora – acho que é importante, ela não está mais nesta Casa –, para comunicar que a Comissão de Agricultura havia aprovado o Substitutivo ao projeto dela. É uma iniciativa relevante, eu prefiro chamar de defensivo orgânico, defensivo natural, porque é mais adequado. Então...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Olhando o relatório de V. Exª, vi que na Comissão de Ciência e Tecnologia colocaram-se algumas modificações importantes. Em vez de punir o produtor, estimulá-lo, através de algum benefício, para uso de um tipo desse defensivo. Sempre insisto em dizer aqui isso. E eu queria, na verdade, também parabenizar a Senadora Ana Rita. Eu divergi da Senadora Ana Rita várias vezes, mas me sinto quase na obrigação de dizer, de dar um testemunho da sua determinação, da sua seriedade, da sua combatividade na defesa das suas teses, e a seriedade, o compromisso que ela tinha realmente com as questões do seu Estado e do País.

Então, ao parabenizar V. Exª pelo relatório, também lembro a autoria, esta que foi, na minha opinião, uma grande representante do Estado do Espírito Santo, grande Senadora, Senadora Ana Rita.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – A Presidência endossa integralmente a manifestação do Senador Moka em relação à contribuição decisiva da Senadora Ana Rita nesse processo, que é uma modernização, criando essa política nacional de incentivo, de estímulo à política de apoio ao defensivo natural ou orgânico.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 303, DE 2014
- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e 8.213, de 24 de julho de 1991, para instituir o seguro-cheia, estabelecer a contagem do período das cheias de rios que prejudiquem as atividades agrícolas como tempo de contribuição para a Previdência Social e definir regras para a concessão de aposentadoria especial para os agricultores que se enquadrem nos requisitos do art. 3° da Lei n° 11.326, de 24 de julho de 2006.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 303, de 2014.

Como o Relator, Senador Sérgio Petecão, não está presente, vamos retirar de pauta essa matéria, solicitando ao Relator a apresentação do relatório na próxima reunião deliberativa.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 375, DE 2014
- Não terminativo -

Dispõe sobre a anistia de agricultores de baixa renda que, para garantir sua segurança alimentar e nutricional, tenham cometido infrações administrativas e penais de menor potencial ofensivo previstas na Lei n° 9.605, de 1998, no período que especifica, e dá outras providências.
Autoria: Senadora Angela Portela
Relatoria: Senador José Medeiros
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 375, de 2014.
Observações:
1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.
2- A matéria será posteriormente apreciada pela CCJ em decisão terminativa.

Eu queria convidar o Senador Acir Gurgacz para ser Relator *ad hoc*, já que o Relator da matéria, Senador José Medeiros, não está presente. Agradeço de antemão ao Senador Acir Gurgacz pela relatoria *ad hoc* desse relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Srª Presidente, a proposição em análise é composta de dois artigos. O caput do art. 1º propõe anistiar os agricultores de baixa renda que, para garantir sua segurança alimentar e nutricional, tenham cometido infrações administrativas e penais de menor potencial ofensivo previstas na Lei n° 9.605, de 1988.

O §1° desse artigo define que serão beneficiados pela lei os agricultores que têm perfil para serem registrados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

O §2° do art. 1° da proposição estabelece que as infrações anistiadas são as cometidas quando os agricultores de baixa renda estavam em estado de necessidade e usaram recursos naturais apenas para sua subsistência.

O §3° desse artigo, por sua vez, dispõe que serão beneficiados pela lei todos os agricultores de baixa renda que tenham cometido as referidas infrações entre 12 de fevereiro de 1998 e 1º de maio de 2014.

A cláusula de vigência encontra-se no art. 2º do PLS nº 375, de 2014, que foi distribuído às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.

Peço licença para ir diretamente ao voto, Srª Presidente, em função de já estar à disposição dos Senadores a referida análise.

A proposição em análise, portanto, estabelece tratamento justo e racional aos segmentos sociais mais vulneráveis do País, ao tempo em que se compromete com a preservação presente e futura das diversificadas flora e fauna brasileiras.

O voto, diante do exposto, é pela aprovação do PLS nº 375, de 2014, Srª Presidente.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Senador Acir Gurgacz.

O Relator *ad hoc* desse projeto de lei concluiu pela aprovação do PLS nº 375, de 2014.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Como lembrou bem o Senador Acir, ele será submetido a outras Comissões, pois, aqui, ele não está em caráter administrativo.

Não havendo quem queira discutir, eu o coloco em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório *ad hoc* do Senador Acir Gurgacz, que foi designado para proferir o parecer do Senador José Medeiros. O relatório passa a constituir parecer da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária pela aprovação do PLS nº 375, de 2014.

A matéria será, posteriormente, apreciada pela CCJ em decisão terminativa.

Convido agora para fazer uso da palavra... Já retiramos de pauta o item 2. O item 1 já foi resolvido, equacionado. Agora, passamos à seguinte deliberação.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 13, DE 2015

Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), consoante à Resolução do Senado Federal n° 44, de 2013, que altera o Regimento Interno do Senado Fe-

deral para estabelecer procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal, que a política pública a ser avaliada por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), no exercício de 2015, seja a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER).
Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Passo a palavra ao Relator, Senador Donizeti Nogueira, com a finalidade de proferir a proposta do Plano de Trabalho para posterior deliberação da Comissão.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Srª Presidente, Srs. Senadores, preparei um breve resumo do Plano de Trabalho, já que todos os Senadores já o têm à sua disposição, com o cronograma e até com alguns requerimentos.

Em 2013, a Resolução do Senado Federal nº 44 alterou o Regimento Interno da Casa, para estabelecer o procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal. A resolução deu às Comissões Permanentes do Senado o dever de selecionar, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para serem avaliadas, sendo que, ao final da Sessão Legislativa, cada Comissão apresentará relatório com as conclusões da avaliação realizada ao longo do ano.

Esta Comissão escolheu duas políticas públicas para avaliar ao longo deste ano. Uma delas foi a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER). Este Plano de Trabalho estabelece um procedimento para a avaliação da política e um cronograma de audiências públicas e de requerimentos de informação elaborado com o objetivo de dar aos integrantes desta Comissão as informações necessárias à avaliação da PNATER.

Propõe a realização de seis audiências públicas até setembro para subsidiar a elaboração do relatório preliminar em outubro.

O objetivo da primeira audiência pública é ter uma visão geral da PNATER, ouvindo os órgãos do Poder Executivo: MDA, Mapa, Ministério da Pesca e Incra. Em seguida, faríamos uma segunda audiência pública para ouvir os órgãos de controle: TCU e CGU, juntamente com os órgãos executores da PNATER, MDA e Incra, com o objetivo de verificar a execução em si da Política de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Na terceira audiência pública, ouviríamos órgãos do Poder Executivo ligados à implementação da recém-criada Agência de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), para fazermos um levantamento dos desafios para a implantação da agência e seu papel na PNATER.

Faríamos uma quarta audiência pública, na qual ouviríamos as Secretarias de Agricultura dos Estados, representantes das Empresas Estaduais de Assistência Técnica e do Sistema S, que também são, de certa forma, órgãos executores da PNATER.

Em seguida, proponho duas audiências públicas fora dos Senado para ouvirmos agricultores familiares assistidos pela PNATER.

Apresento hoje, junto a esse plano de trabalho, os requerimentos para as quatro primeiras audiências públicas, ficando as duas últimas para serem definidas mais adiante, ao longo da própria avaliação da PNATER.

Proponho ainda o envio de alguns requerimentos de informação que também serão definidos mais adiante.

Bom, diante desse resumo, peço que, nesta reunião da Comissão, com a colaboração dos demais Senadores que possam vir somar a esse plano de trabalho, possamos, hoje, aprovar o plano de trabalho aqui proposto e os requerimentos já em proposição.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Donizeti Nogueira.

S. Exª apresentou os objetivos e o norte que dará ao trabalho para a questão da política pública em relação à assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar e reforma agrária, no âmbito desta Comissão.

Quero colocar a proposição do Senador Donizeti Nogueira em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está em votação o plano de trabalho proposto pelo Relator, Senador Donizeti Nogueira.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação desta Comissão.

Antes de encerrar, quero dizer que o Senador Donizeti apresentou quatro requerimentos, que são os itens 9 a 12. Esses requerimentos se referem à matéria desse trabalho.

Vamos submeter, então, os requerimentos à votação.

No primeiro, que é o Requerimento nº 24, de 2015, desta Comissão – ele faz um requerimento dentro do cronograma de trabalho –, ele convida um representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério da Pesca e Aquicultura e representante do Incra.

A audiência requerida se destina à contextualização história da assistência técnica do Brasil, bem como a esclarecimentos sobre a situação atual e metas da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a agricultura familiar e reforma agrária, voltada para o público do Plano Brasil Sem Miséria. Para tanto, estão sendo convidados órgãos do Poder Executivo, responsáveis pela execução da PNATER.

Vou ler todos eles, porque penso que é para uma economia processual.

No Requerimento nº 25, pelo mesmo motivo, o Senador Donizeti Nogueira, que é o Relator desse programa, convida representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Incra, do Tribunal de Contas da União e da Controladoria-Geral da União.

Sobre o Requerimento nº 26, pelos mesmos motivos, também a audiência seria com um representante do MDA – sempre um representante do MDA –, do Gabinete Civil da Presidência da República, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e com um representante da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater).

E o último requerimento, o de nº 27, convida os representantes do Conselho Nacional dos Secretários de Estado de Agricultura (Conseagri); representante da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer); representante da Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil (Faser); Representante do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar).

Submeto à apreciação dos Srs. Senadores os quatro requerimentos. Antes, concedo a palavra ao Senador Donizeti Nogueira, mas os requerimentos são autoexplicativos.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – É só para dizer que, do meu ponto de vista, esses quatro requerimentos dão um bom *start* nesse processo de avaliação da política de assistência técnica e extensão rural. Por isso, considero e peço aos colegas que nós aprovemos os quatro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Em votação os requerimentos do Senador Donizeti Nogueira. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira encaminhar...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Presidente, eu gostaria só de ponderar com V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Sim.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Estou de acordo com a aprovação dos requerimentos apresentados pelo Senador Donizeti, ponderando apenas que, em caso de necessidade de mais urgência na Casa, algumas dessas audiências públicas que já estão convocadas possam ser, às vezes, intercaladas em decorrência de um fato maior que venha...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Assim será. Eles não são...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – ...a ser apresentado em plenário e, com isso, podendo não haver obrigatoriedade da sequência das quatro audiências públicas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – O objetivo, Senador Caiado, é de uma audiência ao mês.

Durante o ano, digamos, será o nosso dever de casa esta matéria específica. Então, nós podemos realizá-los, e isso não comprometerá nem o nosso ciclo de palestras, que são às sextas-feiras, tampouco as reuniões deliberativas ou audiências públicas sobre outros temas de interesse de emergência e urgência que esta Comissão julgue, com os seus membros, necessário e adequado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Para discutir.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Para discutir, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Srª Presidente, eu ainda sou de uma época que existia a Embrater. Lembro-me de que as pessoas a confundiam com a Embratel, mas era Embrater mesmo – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Isso foi extinto, e a assistência técnica e a extensão rural levaram um grande baque. E os Estados constituíram... Eu me lembro que se criou a Empaer, que hoje é Agraer. E há ligada à Presidência da República uma agência nacional de extensão rural.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – A Anater.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Isso é fundamental.

Agora, eu só queria acrescentar, Senador Donizeti, se me permitir, o seguinte: porque a Embrapa sempre gerou pesquisas. Ela gera pesquisas, só que, com o tempo, essas pesquisas geradas tinham dificuldade para chegar à ponta, porque, sem a figura do extensionista, não se consegue fazer com que pesquisas importantes

cheguem à ponta. Eu acho que uma das coisas a serem verificadas durante essas audiências e o trabalho que esta Comissão vai fazer é se as pesquisas hoje produzidas, geradas pela Embrapa, estão conseguindo chegar até a ponta, sobretudo ao pequeno agricultor. Porque o grande produtor, o médio produtor, naturalmente, terão acesso, mas o pequeno não tem. Isso faz uma diferença muito grande. Por exemplo, no cultivo da erva mate, tenho certeza de que, se não há um extensionista ali orientando a forma do plantio, dificilmente, haverá êxito. Eu já vi distribuírem semente e coisa tal, mas depois não vira nada, porque não há uma orientação técnica.

Então, eu acho fundamental – tenho certeza de que o Senador Donizeti também imagina a importância dessa política – para a gente incluir, se é que ele não incluiu já.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Não, já está. Num dos requerimentos, já está a Embrapa. Acho que esse é o objetivo por que o Senador Donizeti incluiu a Embrapa e todos relacionados à extensão rural.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Que a Embrapa está incluída, eu tenho certeza. Para a gente realmente ter um critério de avaliação, se a pesquisa gerada está chegando na ponta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Está chegando na ponta.

Obrigada, Senador Moka.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Senador Moka, a compreensão que eu tenho é de que a Embrapa consegue produzir inovação, produzir conhecimento, mas não chega ao pequeno agricultor porque não há assistência técnica. A assistência técnica nossa é um dos principais gargalos – se não o principal – que a gente enfrenta para os assentados e a agricultura familiar.

Numa palestra com a Embrapa recentemente, o chefe do escritório em Palmas explicava que mesmo que a Embrapa quisesse fazer chegar, os cientistas e pesquisadores não têm a linguagem do camponês, do trabalhador, do pequeno agricultor para fazerem-no compreender isso. Aí, entra o papel da assistência técnica.

Penso que os Estados têm empresas. No caso do Tocantins há o Instituto Ruraltins, mas está totalmente desestruturado. Não vai adiantar a Embrapa continuar produzindo inovações que poderiam ajudar a mudar a vida dos pequenos se não houver uma assistência técnica reforçada, bem estruturada. Aí, nesse período de um ano, nós teremos aqui entre nós e entre as pessoas que estamos convidando – as entidades, os órgãos do Governo e da sociedade civil – possibilidade de avaliar e, ao final, propor algo que possa ajudar a superar esse problema que ainda é um entrave para o homem e a mulher do campo da agricultura familiar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Senador Donizeti.

A propósito de Embrapa, há testemunho da empresa de que esta Comissão, ao longo do tempo – estou aqui desde 2011 – teve sempre e continuará tendo um enorme compromisso de defesa, eu diria até intransigente, da Embrapa, do papel que ela tem estratégico para o Brasil.

A Embrapa é tão importante que, na África, por exemplo, e na América Latina, a Embrapa está presente, dando auxílio a esses países e a esses produtores. É recurso nacional, são nossos pesquisadores. Eu só lamento que nós tenhamos apresentado um convite por esta Comissão ao Presidente da Embrapa, Dr. Maurício Lopes, mas, mesmo sabendo que as autoridades têm agendas complicadas, ele já alterou por duas vezes – duas vezes – a vinda a esta Comissão.

Então, eu já orientei a Secretaria de que, na próxima vez, se não for confirmada a presença dele aqui, nós vamos convocá-lo. Penso que temos dado uma enorme atenção e apoio ao Presidente da Embrapa. Sabemos da relevância dele, sempre foi muito... Surpreende que, por duas vezes, já tenha alterado a presença na Comissão.

Tivemos aqui a Ministra da Agricultura, que não mudou de data, e o Ministro da Pesca, que não mudou de data. Teremos o Ministro do Desenvolvimento Agrário aqui presente também. Então, espero que os representantes da Embrapa aqui presentes nesta Comissão levem esta posição da Comissão, é um dever que tenho como Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, até pela condição de termos, ao longo do tempo, dado um enorme apoio e respaldo à Embrapa. Então, será necessário que se cumpra na data do dia 21 de maio a vinda do Presidente da Embrapa, Dr. Maurício Lopes, a esta Comissão.

Vamos passar, então...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Srª Presidente, se V. Exª...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador Ronaldo Caiado. Desculpe-me.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Obrigado, Presidente.

Se V. Exª me concedesse um aparte, eu gostaria de completar essa discussão, já que eu acho que é um tema importante esse momento por que passa a Embrapa, Srª Presidente. É uma matéria a qual, com a vinda do Presidente, vamos ter oportunidade aqui de entender qual é a realidade da Embrapa.

A Embrapa, todos nós reconhecemos a importância dela e fazemos justiça àquilo que – principalmente nós, do Centro-Oeste brasileiro – foi a Embrapa para nós. A Embrapa só tem perdido as melhores cabeças, ela tem deixado de avançar em vários pontos na pesquisa. Ela está, hoje, perdendo espaço até para as entidades de

pesquisa nos Estados. Temos o Paraná hoje se destacando enormemente. O que estamos vendo é... Eu gostaria de, na presença dele, saber se é um viés ideológico ou se é totalmente um preconceito ou alguma restrição orçamentária que está fazendo com que a Embrapa perca tanto dinamismo e, sem dúvida alguma, importância na área de pesquisa no cenário da agropecuária brasileira.

Estive, agora, no Agrishow em Ribeirão Preto, onde estamos vendo o quanto essas entidades estaduais estão à frente da Embrapa, e as pessoas simplesmente queixosas de que já não sentem mais estímulo e nem vontade de continuar trabalhando nessa empresa, que sempre foi uma referência nacional.

E, dando continuidade a essa oportunidade que V. Exª me deu, Srª Presidente, eu gostaria de fazer uma ponderação aqui aos nobres colegas, principalmente nós, que já chegamos aqui há alguns anos. Num primeiro momento, em minha primeira legislatura, em 1990, nós iniciamos a discussão da renegociação de dívidas, uma matéria que nos cansou enormemente, até passarmos agora a um outro momento da agropecuária brasileira. Nos últimos anos, nós não convivemos mais com isso, ou convivemos muito pouco, mas preocupa-me este momento da economia brasileira. A Ministra tem dito que o custeio agrícola e também os empréstimos não serão penalizados com ajuste fiscal. Eu não acredito que essa tese vá prevalecer. Eu acho que, infelizmente, nós seremos duramente penalizados.

Já estou vendo a inquietação dos produtores em várias regiões do País, e acho que esta Comissão poderia, pelo menos, já começar a tomar algumas atitudes que fossem preventivas, ouvir, por parte do Sr. Ministro da Fazenda, qual é o real interesse dele em sustentar essa área da economia brasileira, o setor da agropecuária, qual é o corte que ele vai promover, qual é a realidade que vamos poder transmitir aos nossos produtores rurais, para que não sejam surpreendidos neste momento em que é fundamental o repasse do custeio e eles não terão alternativa. Lógico, como colocaram aqui os Senadores que me antecederam, toda grande empresa tem condições de buscar outra fonte de financiamento, infelizmente com taxas de juros mais altas, antecipando a venda da sua safra, mas os médios produtores terão uma dificuldade muito grande de achar essa alternativa.

Então, eu gostaria, e vou fazer um requerimento à Casa, que a gente pudesse ouvir também do Ministro da Fazenda qual é o pensamento dele específico nessa área, para que nos traga aí uma definição de prognóstico para a agropecuária neste ano de 2015/2016.

É o que eu queria ponderar com V. Exª, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador Ronaldo Caio, consulto V. Exª se quer que a Comissão formalize ao Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, essas indagações, e o faça pelas vias regimentais, ou se V. Exª fará um requerimento convidando o Ministro para estar presente à Comissão.

São os dois caminhos, V. Exª escolhe.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Minha Presidente, prefiro que V. Exª faça pela Comissão.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Então, será encaminhado, e a Secretaria providenciará.

Eu queria também, já que se falou tanto da questão da extensão rural, que será um tema muito relevante, dizer que, no Rio Grande do Sul, a Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) está enfrentando um problema jurídico muito sério. Ela atende, praticamente, a todos os Municípios, tem uma capilaridade extraordinária, e atende não só assistência técnica, mas também dá um grande impacto na assistência social, nos programas sociais operados pelo Governo Federal ou pelo Governo do Estado, e pelos Municípios também. Mas ela está com um problema jurídico de retirada ou não da filantropia.

A condição de filantropia, sabem os Senadores Donizeti e Dário Berger, dá um tratamento diferenciado do ponto de vista da arrecadação da contribuição previdenciária e outros tributos. A retirada da filantropia praticamente leva à falência, a que feche as portas a Emater. Isso seria uma tragédia – o termo que uso é "tragédia" – para o pequeno agricultor, para os agricultores e também para os programas sociais no Rio Grande do Sul.

Felizmente, o Ministro Luís Inácio Adams, Ministro da Advocacia-Geral da União – lembro que estive com ele, junto com os advogados da Emater do Rio Grande do Sul, para tratar dessa questão – encontrou um caminho que pode, sem dúvida, equacionar essa exigência de se eliminar a filantropia, permitindo a sobrevivência de uma instituição que é muito querida por todos os gaúchos, pela relevância do trabalho dela.

Então, durante as audiências, Senador Donizeti, eventualmente, poderemos requerer também a presença aqui do próprio Advogado-Geral da União. Mas isso está dependendo do andamento do processo, que é um processo isolado em relação à Emater do Rio Grande do Sul. Mas, como Senadora do Rio Grande, tenho, digamos, o dever de fazer referência a isso.

Agradeço.

Vamos para à apreciação do seguinte requerimento.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 14, DE 2015

Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), consoante à Resolução nº 44, de 2013, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal, que a política pública a ser avaliada por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), no exercício de 2015, seja a Política de Defesa Agropecuária no País.
Autoria: Senador Wellington Fagundes.

Passo a palavra ao Relator, Senador Dário Berger, com a finalidade de proferir a proposta do Plano de Trabalho para posterior deliberação desta Comissão.

Com a palavra, o Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Senadora Ana Amélia, eu queria pedir a V. Exª a gentileza de proceder ao sobrestamento deste Plano de Trabalho para a próxima reunião, se fosse possível.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Não há problema. V. Exª tem autoridade, como Relator, de retirá-lo da pauta de hoje e de passá-lo para a pauta seguinte. Faremos isso a seu pedido.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Na próxima quinta-feira, na reunião deliberativa, será tratado esse assunto.

Como houve o sobrestamento, voltamos ao item 4. Vamos voltar aos requerimentos que foram lidos, que foram discutidos.

Eu queria apenas colocar em votação, em bloco, os requerimentos do Senador Donizeti Nogueira e o Plano de Trabalho.

Os Senadores que com eles concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados todos os requerimentos.

(São os seguintes os requerimentos aprovados:

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 24, DE 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a expor o contexto histórico, situação atual e metas de curto e longo prazo para a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER: Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA; Representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.
Autoria: Senador Donizeti Nogueira
Observações:
A Audiência Pública, objeto deste Requerimento, refere-se à avaliação de Política Pública definida no Requerimento (RRA) nº13, de 2015.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 25, DE 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a apresentar e discutir os achados de auditoria realizada em 2012 pelo Tribunal de Contas da União quanto à execução da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, voltada para o público do Plano Brasil Sem Miséria, e acompanhamento das determinações/recomendações, com os seguintes convidados: Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; Representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

– INCRA; Representante do Tribunal de Contas da União – TCU; Representante da Controladoria Geral da União – CGU.
Autoria: Senador Donizeti Nogueira
Observações:
A Audiência Pública objeto deste Requerimento refere-se à avaliação de Políticas Públicas definida no Requerimento (RRA) nº13, de 2015.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 26, DE 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a apresentar e discutir os desafios à implementação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – ANATER, seus desafios, plano de ação, e cenários futuros, quanto à execução da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, com os seguintes convidados: Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; Representante da Casa Civil; Representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; Representantes da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – ANATER.
Autoria: Senador Donizeti Nogueira
Observações:
A Audiência Pública, objeto deste Requerimento, refere-se à avaliação de Política Pública definida no Requerimento (RRA) nº13, de 2015.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 27, DE 2015

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a apresentar e discutir questões relacionadas à execução nos estados e municípios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, com os seguintes convidados: Representante do Conselho Nacional dos Secretários de Estado de Agricultura – CONSEAGRI; Representante da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural – ASBRAER; Representante da Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil – FASER; Representante do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR; Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG.
Autoria: Senador Donizeti Nogueira
Observações:
A Audiência Pública, objeto deste Requerimento, refere-se à avaliação de Política Pública definida no Requerimento (RRA) nº13, de 2015.)

Existem mais dois requerimentos aqui do Senador Donizete Nogueira.
ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 20, DE 2015

Requer nos termos do RRA nº 1, de 2015, aprovado em 4 de março de 2015, a realização de Ciclo de Palestras e Debates, no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, com a participação da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR), da Câmara dos Deputados, na cidade de Palmas, Tocantins, com os seguintes temas: "Potencial e gargalos para o desenvolvimento da aquicultura e Pesca no estado do Tocantins" e "Agricultura de Baixo Carbono: Perspectivas para o Estado do Tocantins".
Autoria: Senador Donizeti Nogueira

(*Pausa.*)

Ele está propondo as instituições, os palestrantes e os representantes da Embrapa Pesca e Aquicultura de Palmas, Tocantins. Os debatedores seriam representantes do Ministério da Pesca e Aquicultura, representantes da Secretaria de Agricultura e Pecuária do Estado de Tocantins (Seagro), representantes da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e representantes do Instituto Federal de Tocantins (IFTO).

Para debater a "Agricultura de Baixo Carbono: Perspectivas para as Regiões Norte e Centro-Oeste", o palestrante seria um representante da Embrapa. Os debatedores seriam o representante do Ministério da Pesca e Aquicultura, o representante da Secretaria de Agricultura e Pecuária do Estado de Tocantins (Seagro) e o representante da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Indago ao Senador Donizeti: o temário fica no mesmo ciclo de palestras? (*Pausa.*)

Então, submeto-o à discussão.

Com a palavra, o autor do requerimento, para fazer a justificativa da proposição.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Srª Presidente, Srs. Senadores, a Embrapa está desenvolvendo um trabalho em relação à pesca. E a Embrapa Pesca está exatamente em Palmas, o que considero muito relevante. Seria muito importante que pudéssemos debater o tema, conhecer melhor o que está sendo feito lá e ver de que maneira podemos ajudar na potencialização desse trabalho.

Segundo, quanto à Agricultura de Baixo Carbono, que é uma política muito importante para o nosso País neste momento e, acredito, para as gerações futuras, a Embrapa tem um trabalho que vem sendo desenvolvido. Nós faríamos esse debate muito mais em âmbito nacional do que propriamente com foco específico em Tocantis.

O fato de estarmos requerendo para Palmas é porque, lá, está sendo desenvolvida essa política. De lá, podemos trazê-la e fazer com que seja mais capilarizada, irradiada para o Brasil.

Também para dar oportunidade às Senadoras e aos Senadores que não conhecem ainda conhecer uma das mais belas cidades deste País, com um potencial muito importante. E fica o convite também para essa data, da universidade federal, para conhecermos a usina de etanol da batata-doce, que está funcionando no *campus* da universidade de Palmas e que produz três mil litros de álcool por dia.

Estamos pedindo o apoio dos Senadores, desta Presidenta, para que possamos realizar isso lá o mais breve possível.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador Donizeti, muito obrigada.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o requerimento do Senador Donizeti Nogueira.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Quero lhe informar, Senador, que vamos fazer todo o emprenho para brevemente agendarmos dentro desse espírito que já definimos na Comissão. Foi uma iniciativa do Senador Acir, quando presidiu a CRA, criarmos esse espaço do ciclo de debates, às sextas-feiras. Farei tudo para estar presente com V. Exª para conhecer essa cidade, pela qual tenho grande interesse. Não conheço Palmas. Só por fotografia.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Nós já conversamos, Presidenta, com o Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara, o Deputado Irajá Abreu, que aguarda, da parte da Comissão, o *start*.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Perfeito. Maravilha, Senador. Vamos agendar isso.

Muito obrigada.

Vamos ao requerimento do Senador Wellington Fagundes, que também subscrevo, pela ausência do autor.

Ele está requerendo, nos termos do Regimento Interno, a realização de uma audiência pública, no âmbito da CRA, para discutir o tema Assistência Técnica e Extensão Rural.

Ele está sugerindo representantes do Ministério da Agricultura (Mapa), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Ele lembra que a assistência técnica e extensão rural tem importância fundamental no processo de comunicação de novas tecnologias, geradas pela pesquisa – a Embrapa, no caso – e por outras instituições e conhecimentos diversos, essenciais ao desenvolvimento rural e aos micro, pequenos e médios produtores.

Dessa forma, o debate acerca desse tema na Comissão de Agricultura é extremamente importante para a agricultura brasileira.

Penso que, como a extensão rural é o nosso dever de casa neste ano, vou submeter à aprovação, claro, da proposta do Senador Wellington Fagundes, mas penso que podemos incluir, dentro do escopo dos requerimentos feitos pelo Senador Donizeti Nogueira, acrescentando também o nome do Senador Wellington Fagundes.

Está em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento do Senador Wellington Fagundes.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 22, DE 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, para discutir o tema: Assistência Técnica e Extensão Rural. Para tanto sugere os seguintes participantes: Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

Autoria: Senador Wellington Fagundes.)

O próximo item trata de um requerimento assinado pelos Senadores Benedito de Lira e Wellington Fagundes, ao qual apoio em função da necessidade regimental, nos seguintes termos:

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 23, DE 2015
- Não terminativo -

Requerem, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, para discutir o tema: Medicamentos Genéricos para Agropecuária. Para tanto, sugere os seguintes convidados: Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal.

Autoria: Senador Wellington Fagundes e outros.

Eu poria aqui também um representante da CNA ou da Contag, que são os pequenos agricultores, para que pudesse não ser só o lado que produz e que regula, mas também o lado de quem usa esses produtos para emitir sua opinião.

Então, vamos acrescentar aqui uma adendo à CNA e à Contag.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Presidenta, parece que seria também importante acrescentar a Anvisa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – A Anvisa está aqui.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Está aí?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É a Anvisa que autoriza os medicamentos. Perfeito.

Em votação os adendos do Senador Donizeti, para serem incluídos nessa lista dos dois representantes. Seriam, então, a Anvisa, a CNA e a Contag.

Em votação o requerimento com os adendos.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento dos Senadores Benedito de Lira e Wellington Fagundes, subscrito por mim também. Será no dia 7 de maio essa audiência sobre os genéricos. Já está pautada.

Extrapauta, há o requerimento do Senador Acir Gurgacz, que é o último requerimento da reunião deliberativa de hoje.

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº 28, DE 2015

Requer a realização de Ciclo de Palestras e Debates, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, no dia 4 de maio de 2015, às 16h30min, no Senado Federal, para discutir a Medida Provisória (MPV) nº 673, de 31 de março de 2015, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, que trata do registro único em cadastro específico de tratores e demais aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar ma-

quinaria agrícola ou a executar trabalhos agrícolas e da regulamentação para o uso em vias públicas de aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinaria de qualquer natureza ou a executar trabalhos de construção ou de pavimentação. Para isto convida as seguintes autoridades ou representantes: Deputado José Carlos Aleluia DEM/BA (Relator da MPV 673, de 2015); MJ – Ministério da Justiça; MCidades – Ministério das Cidades; MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário; CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras.
Autoria: Senador Acir Gurgacz.

Está com a palavra o Senador Acir Gurgacz, autor do requerimento.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito bem, Senadora Ana Amélia, nossa Presidente.

V. Exª fez um debate sobre este tema no dia 3 de março, lá em Não-Me-Toque...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – O Senador Donizeti me deu a honra de estar presente lá.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – O Senador Donizeti esteve presente, e foi um debate muito importante. Entendo que nós devamos ampliar agora, junto com a Medida Provisória 673, para garantir que nenhuma taxa, seja ela federal, estadual ou municipal, venha ocorrer com relação ao emplacamento de equipamentos agrícolas dos nossos agricultores. Por isso, pedimos esse debate junto com todos os membros que compõem a Medida Provisória 673, da qual o Deputado Aleluia é o Relator. Nós queremos estar muito próximos, debatendo detalhe a detalhe, para que aquilo que V. Exª debateu no dia 3 de março lá em Não-Me-Toque possa ser colocado e efetivado agora nessa Medida Provisória 673.

Daí a importância de nós convidarmos o Ministério da Justiça, o Ministério das Cidades, o Ministério da Agricultura, o MDA, a Confederação Nacional da Agricultura, e também as cooperativas brasileiras, para darmos sequência àquele trabalho que V. Exª iniciou – já no ano passado, debateu várias vezes este tema aqui na Comissão. Então, queremos dar sequência àquele debate que se iniciou lá em Não-Me-Toque, para encerrarmos essa questão agora, com essa Medida Provisória 673.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Cumprimento o Senador Acir. Nós discutimos numa audiência pública aqui na Comissão antes da audiência lá, porque foi vetada a lei do Deputado Alceu Moreira na integralidade. Não foi derrubado o veto e, aí, na votação de uma outra matéria, houve um entendimento com o Governo na Câmara Federal de que o Governo compensaria, numa medida provisória, eliminando a obrigatoriedade desse emplacamento ou do ônus do agricultor.

Justifico e cumprimento o Senador Acir pela iniciativa. Só lamento profundamente não estar aqui com V. Exª, Senador. Mas V. Exª, como Vice-Presidente, assume o comando, porque, no dia 04, estarei em Porto Alegre, onde haverá uma reunião das mulheres para discutirmos a campanha Mais Mulheres na Política em nosso País, dentro do âmbito da reforma política. Então,esse é o único motivo pelo qual não estarei presente. E também terei um compromisso partidário à tarde, na mesma segunda-feira.

Com a palavra, o Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Srª Presidenta, Senador Acir Gurgacz, essa é uma questão preocupante porque quem arbitra sobre cobrar alguma coisa são os Estados. Eu não sei de que maneira, e também pela minha inexperiência no processo legislativo, a gente precisa criar as condições para que isso realmente não possa ocorrer.

Numa audiência pública dessas, não sei se os órgãos de trânsito dos Estados têm um colegiado nacional, mas se houvesse, acredito importante que a gente pudesse convidar para trazer à mesa esse debate e a gente ter o compromisso dos Estados.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – A proposta do Senador Donizeti faz sentido, em função dessa competência e dessa prerrogativa.

Nesse caso, em geral, os órgãos relacionados ao trânsito ou estão no âmbito das secretarias de segurança pública ou no Ministério das Cidades.

Mas aí, a argumentação do Senador faz sentido, a competência da cobrança é do Estado, é o Estado que cobra. Ficou muito claro naquela audiência pública em Não-Me-Toque. Por isso que eu falo do Conselho Nacional de Secretários. Aí teríamos que saber, Senador Donizeti, a maioria dos casos dos Estados em que a área de trânsito está subordinada à Secretaria de Segurança...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – O Contran é nacional.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Mas é nacional, ele está falando dos Estados.

Nos Estados, normalmente a pasta está ligada à área de transportes ou à área de segurança pública. Então, teria que ser o Presidente do Conselho de Secretários de Segurança Pública ou de Secretários de Transporte dos Estados.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Se me permite, Srª Presidente. Fui informado de que há uma associação dos DETRANs que nós poderíamos contactar e convidar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Perfeito. Ótimo.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Vamos fazer esse acatamento do Senador Donizeti?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Porque os DETRANs são os representantes dos Estados, exatamente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – E contactar com essa associação para que eles possam fazer parte, representando os DETRANs dos Estados.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Perfeito, está bem encaminhado...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Peço para incluir, então, no requerimento. Agradeço.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – ... a justificativa.

Fica, então, pendente a indicação.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidenta, Senadora Ana Amélia. Só para contribuir com o Senador Acir. Acho que a preocupação é importante para que não haja sobrecarga maior sobre a produção agrícola do nosso País.

A sugestão seria de que pudéssemos também convidar para a audiência o Denatran, que é o órgão nacional que administra todos os DETRANs do nosso País.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Consulto o Relator proponente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Podemos convidá-lo, com certeza. Podemos incluir também... Eu não sei se ele faz parte de algum Ministério...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Do Ministério das Cidades.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Eu creio que o convite do Ministério das Cidades, Srª Presidente, é justamente para chegar ao Denatran.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Porque aí ele encaminha, o Ministro encaminha à autoridade.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Quando nós convidamos o Ministério das Cidades, nós o fazemos pedindo para que ele seja representado pelo Denatran.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pela autoridade competente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Está explicado.

Eu queria informar aos senhores que esse convite tem que ser enviado hoje porque a audiência pública – convido todos os Senadores em nome do Senador Acir Gurgacz e do Deputado José Carlos Aleluia – será na segunda-feira, nesta sala, às 16h30, do dia 4 de maio, na próxima segunda-feira.

E, na próxima quinta-feira, nós teremos, então, audiência pública para tratar da questão dos genéricos.

Assim que tivermos agenda concluída, Senador Donizeti para agendar a presença desta Comissão no ciclo de debates em Palmas, Tocantins.

Queria colocar, então, em votação o requerimento do Senador Acir Gurgacz com os adendos da associação dos DETRANs e também Denatran, que já está incluído no Ministério das Cidades.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordar permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento de audiência. Portanto, confirmado o convite para segunda-feira, às 16h30.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pela ordem, Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Eu trago um outro tema que entendo pertinente nesta Comissão, Srª Presidente, a questão da nossa preocupação com relação aos juros do Plano Safra 2015/2016.

Já discutimos aqui, já debatemos em plenário também. É uma preocupação nossa que haja um aumento muito grande dos juros para com os nossos agricultores. Agora, não só para com os agricultores. Entendo que há uma preocupação nacional.

Estou vendo aqui uma matéria, que li na *Folha de S.Paulo*, Senador Moka, Senador Caiado: "A economia dos EUA esfria no 1º tri, e alta dos juros fica mais distante." O país avança apenas 0,2% do PIB no primeiro trimestre do ano 2015. Em função do desaquecimento da economia, o governo e o FED, Federal Reserve, o Banco Central americano, resolveram não aumentar os juros porque a economia não reagiu, não aqueceu. E, no mesmo dia em que isso acontece lá nos Estados Unidos, aqui, no Brasil, acontece exatamente ao contrário. Não houve um aquecimento da economia do País, aí aumentam-se os juros mais uma vez. Estamos tendo um dos juros mais altos dos últimos tempos em função do desaquecimento da economia. Não sei quem está mais certo nessa leitura da economia mundial, Srª Presidente, se são os Estados Unidos, que não aumentam os juros para estimular a economia interna, ou se é o Brasil, que aumenta o juro, que também acaba por inibir o crescimento brasileiro. É algo que não dá para entender, Srª Presidente.

Olha, eu falava há pouco com o Senador Moka: o governo da Presidenta Dilma concluiu, ao final do ano, com um pensamento, e começou, em janeiro, com outro pensamento completamente diferente. Era o pensamento de estimular o consumo interno, de aquecer a economia, trazendo um juro mais barato, dando crédito à população brasileira, e isso fez com que o Brasil crescesse nos últimos anos. Agora, este ano, mudou completamente. O Governo aumenta os juros mês a mês, tirando dinheiro do mercado, desestimulando o consumo interno, não dando condições para que a população tenha acesso a crédito. Não só a crédito barato; mesmo a juros altos, estamos tendo problemas de ter acesso a crédito. E é claro que isso provoca uma recessão. Não sei a quem interessa isso. Aliás, não há como não dizer que isso só interessa aos banqueiros, ao sistema financeiro. É lastimável que tenhamos de volta, neste momento que estamos numa reflexão de realinhamentos, de debates sobre medidas provisórias, que tenhamos, mais uma vez, alta de juros no nosso País. Entendo que esse não é o caminho para que possamos acelerar o desenvolvimento e o crescimento do Brasil.

Pelo contrário, temos que colocar o dinheiro no mercado para que haja consumo interno, para que as pessoas possam comprar equipamentos, melhorar sua agricultura. Melhorando a agricultura, melhora o preço, aumenta a qualidade, aumenta a quantidade e também aquece a economia onde são fabricados esses equipamentos agrícolas. Agora, sem crédito e com juro alto, isso é tudo o contrário do que nós precisamos, daquilo que entendo que é o estímulo ao desenvolvimento da economia brasileira.

É lastimável que isso esteja acontecendo. E nós, aqui, sem poder fazer muita coisa. Mas, pelo menos, o debate nós temos que fazer, porque estamos debitando ao trabalhador brasileiro, às empresas brasileiras, esse ajuste fiscal, e esse dinheiro todo está indo para o sistema financeiro. Não é para menos que o balanço dos bancos é 4 bi, 5 bi de saldo financeiro durante o ano, de lucro líquido, aliás. Só fala em bilhões o lucro dos bancos. Enquanto as indústrias brasileiras têm dificuldades, o servidor tem dificuldade, o trabalhador tem dificuldade, os bancos, cada vez mais, estão enriquecendo e enchendo seus cofres. A custo do quê? Do trabalho das empresas brasileiras. Como é que vamos competir com o mercado internacional, como é que vamos competir para exportarmos nosso produto brasileiro?

Realmente, Srª Presidente, nobres colegas Senadores, é lamentável que isso esteja ocorrendo no nosso País.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador, quero cumprimentá-lo. O Senador Ronaldo Caiado, em outras palavras, também mostrou esse sinalizador preocupante.

O senhor falou da economia de um modo geral, mas é preciso focar também nesse setor a que esta Comissão é ligada, que é a agricultura. A agricultura talvez seja o setor econômico mais dinâmico que tenha no Brasil, porque a resposta do setor agrícola é muito mais rápida; uma safra você faz de três a quatro meses. Então, ela tem uma resposta muito rápida em relação ao abastecimento interno e também ao superávit comercial.

Talvez seja o caso de esta Comissão convidar dois especialistas para nos darem um sinal, e uma autoridade eventualmente, porque também os produtores de arroz estão reclamando da falta de recursos para a comercialização do arroz da safra, e outros produtos também Senador. Então, é todo o sistema, e não só a falta do recurso, mas o recurso bem mais caro para comercialização.

O Senador Dário Berger, antes, tinha manifestado.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Srª Presidente, queria só me solidarizar com o Senador Acir Gurgacz. A impressão que eu tenho é que, diante dos inúmeros problemas que nós temos para resolver, que são antigos, novos e emergentes, eu acho que essa questão econômica tem causado dor de cabeça em todos nós.

Eu não sou economista, mas eu não posso acreditar que, aumentando sucessivamente as taxas de juros, dificultando o acesso ao crédito, provocando um desestímulo à economia, nós vamos sair do atoleiro em que nós estamos. E eu acho que nós só vamos sair do atoleiro em que nós estamos com crescimento econômico, com incentivo à produção, ao desenvolvimento econômico, etc., etc. E aí vem ano, e anos, e anos, e anos, e a gente continua com a maior taxa de juros do mundo de todos os tempos.

Então, queria também expressar a minha preocupação, porque o que a gente vê muito, Srª Presidente, é o tal ajuste fiscal, que, a rigor, a gente não sabe o que é. O que é esse ajuste fiscal? Onde é que ele está, afinal de contas?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Um arrocho é o ajuste.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – É o ajuste geral, vamos dizer assim.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Eu acho que a alta de juros faz parte desse ajuste fiscal.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Arrocho.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Desse ajuste fiscal, é aumentar os juros para tirar o dinheiro do mercado e colocar no sistema financeiro. Isso faz parte do ajuste fiscal.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, permita-me, Senador.

Eu tive a oportunidade de, num debate, dizer o seguinte: aqui, no Brasil, você aumenta juro para combater inflação. É um remédio.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Para desestimular o consumo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Só que nós estamos continuamente aumentando o juro, a taxa Selic e, infelizmente, a inflação está aumentando. Então, nós temos uma tríade aqui, que é o pior cenário, a pior conjuntura possível, ou seja, nós temos juros altos – hoje em 13,25 – e, parece-me, com viés de alta ainda; não vamos parar nesse 13,25. Nós temos uma inflação que o Governo fala que ia colocar... Temos que lembrar que a inflação era 4,5, que eles já consideram 6,5, que era o limite máximo. Já está em 8. Então, nós temos o juro alto, a taxa alta e um crescimento que, neste ano, será negativo, um PIB negativo. Quer dizer, é o pior cenário econômico, e a inflação que insiste em aumentar. Então, é esse o nosso problema, e aí o Governo fala em ajuste fiscal, ajuste fiscal, e esquecemos que os nossos Estados, os nossos Municípios...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Já estão no limite.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Tem que ter algum estímulo a essa economia, porque, senão, eu temo o seguinte: o remédio que está sedando pode ser forte demais, pode se errar na mão...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – O paciente...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – ...e, ao invés de você produzir um acerto, você quer fazer um beija-flor, sai um morcego.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Eu insisto, Srª Presidente, nessa questão, com relação à minha preocupação com o Pronaf. Se diminuir o dinheiro do Pronaf e aumentar o juro, tanto para o Plano Safra da agricultura familiar quanto o Plano Safra principal, isso vai ser um desastre no País. Nós precisamos continuar estimulando a produção agrícola. Aliás, se não fosse o agronegócio brasileiro, a situação do Brasil seria horrível.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Essa produção, Senador Acir, e já passo a palavra ao Senador Flexa, responde por dois fatores fundamentais: um, é o abastecimento interno de comida. País que tem comida tem segurança. O segundo, é o superávit comercial, quer dizer, hoje o superávit comercial brasileiro quem sustenta é a agricultura, com as suas cadeias, para produzir a carne, todo o complexo de soja, de tabaco, de açúcar. Tem um peso extremamente relevante em toda a economia.

E toda vez que você faz um desempenho de economia, o único setor que apresenta um cenário melhor de desempenho porque é mais competitivo é a agricultura.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Diretamente, não é, Presidente, porque indiretamente temos toda a indústria...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – A indústria, toda a cadeia produtiva. Indústria de máquinas e implementos, defensivos agrícolas, todo o setor de insumos para a agricultura mexe com todo o Brasil.

Estou, digamos, na conclusão disso, Senador Moka, como V. Exª, fizeram um beija-flor e vai sair um morcego. Então, antes que aconteça isso, esse fenômeno da natureza que nós não queremos, vamos trazer alguém aqui, vamos estudar entre nós, para trazer uma autoridade aqui que nos dê um sinalizador com foco no setor no setor econômico de modo geral, mas olhando muito a agricultura.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, eu não podia deixar de contribuir na análise da situação que diria gravíssima por que passa o nosso País.

Os dados do Senador Moka são corretos: um país que tem inflação crescente, juros subindo e produção caindo está no que os economistas chamam de estagnação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – "Estagflação".

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Que é o pior dos mundos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É inflação com baixo crescimento econômico.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Baixo crescimento. Pior dos mundos.

Mas é importante também que se possa avaliar, Senadora Ana Amélia, os jornais de hoje trazem uma notícia do grau de endividamento das famílias brasileiras, que ultrapassa 60%. Isso se deve, tempos atrás, ao incentivo irresponsável ao consumo e abertura de crédito facilitado aos brasileiros por uma politica dita anticíclica para que o País não entrasse na situação em que se encontra hoje. A "estagflação" está acontecendo. E a inadimplência das famílias brasileiras é uma das mais altas e vai trazer, sem sombra de dúvida, mais dificuldades para a retomada do crescimento.

V. Exª disse, com razão, que o agronegócio sustenta hoje a economia brasileira, em especial a balança comercial. E eu quero acrescentar também outro produto da maior importância para a balança, que são os minérios, que são exportados também e ajudam na balança comercial. Mas nos preocupa que nós estamos voltando ao tempo do Brasil colônia, em que nós exportávamos apenas bens primários e estamos desindustrializando o nosso País. A indústria hoje representa um pouco mais de 13% do PIB. Então, há alguma coisa errada, este Governo está perdido, está pior do que cachorro quando cai de caminhão de mudança, não sabe para onde vai.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador Flexa, foi bom terminar numa véspera de feriado dessa maneira. O bom do Brasil que, no momento de crise, nós fazemos uma piada. Os argentinos faziam tango, uma tragédia. E a gente faz piada, e a gente supera o problema.

Quando o senhor fala, e é verdade, nós somos exportadores de matérias-primas. E por que isso acontece? Não é estimulador produzir no Brasil por carga de juro, por burocracia, por entrave. O custo Brasil. Ponto.

Nós estamos vivendo, no caso da inflação, uma situação muito estranha. A inflação é provocada pelo Governo, pelo Governo que represou os preços dos combustíveis, os preços administrados, combustíveis e energia elétrica.

O salto que deu o valor da energia elétrica! A minha secretária, que trabalha comigo, disse: "Senadora, eu pagava 50, estou pagando 120". Ela não aumentou o consumo. Pelo contrário, é uma moça muito econômica, cuida muito. Isso, para quem paga essa conta, é muito salgado, porque não aumentou o salário nessa proporção. Então, o aumento do combustível, que se reflete sobre todos os outros, gerou essa inflação, que é uma inflação dos preços administrados pelo Governo.

Hoje estamos vivendo uma inflação de serviços. Você manda fazer qualquer coisa, os preços são exorbitantes. Você fica: "Mas como?" Um serviço feito em trinta minutos, digamos, um conserto de uma roupa, pregar um botão, fazer bainha de uma calça, custa R$30,00. Em trinta minutos se faz isso. Nós perdemos referências também nisso, nessa inflação de serviços, que é o que está acontecendo no Brasil. Sempre se fala: "Coitada da manicure!" Pelo menos até hoje, não houve muito aumento para as manicures. O Brasil tem a maior indústria de alicates para cortar cutículas, a maior do mundo; a China está fazendo uma concorrência predatória, mas ainda assim somos o maior produtor. É um país inacreditável!

Eu me surpreendi aqui, Senador Dário, porque se manifestaram Senadores de quatro diferentes partidos: o PMDB, o Democratas, o PDT, o PSDB, e eu, como Presidente, sou do PP. Diferentes partidos, oposição e governo, e a linguagem é a mesma. Ou seja, a percepção que todos têm, todos os partidos e Senadores, é a mesma: de dificuldade. Quando o senhor conversa no Rio Grande do Sul, no setor hoteleiro... O senhor que é de Florianópolis, prefeito de uma cidade lindíssima, maravilhosa, sabe, ali é área de muitos serviços, fale com a hotelaria para ver a queda que houve na ocupação dos leitos dos hotéis. Fale com o médico, com o dentista, para ver que também nessas áreas houve uma queda acentuada da busca dos serviços, da clientela, porque todo mundo está puxando o freio, todo mundo está sem saber para onde correr.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Só para contribuir, Presidente, e a indústria automobilística, que também é um vetor importante, fundamental e vital para a economia de qualquer País, não só do Brasil, cujo consumo também subtraiu 40% e a preocupação é grande, uma vez que os pátios das montadoras estão todos abarrotados de veículos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É um termômetro.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – E o que é preocupante, como a senhora bem falou, não é só o veículo, é a cadeia produtiva, é o parafuso, os insumos, o desemprego, as autopeças, que passam a formar essa cadeia, desestimula a produção, e nós não sabemos onde vamos parar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Estamos vivendo aquela época em que a vaca magra valia mais do que a vaca gorda, época de alguns planos econômicos. Hoje o carro usado tem mais procura do que o carro novo, é a lógica de buscar preço menor, porque a capacidade do poder aquisitivo do consumidor está menor.

Eu queria agradecer muito a todos os Senadores, Senador Moka, que é o que chega primeiro à Comissão, Senador Acir, Senador Donizeti, Senador Caiado, Senador Dário Berger, Senador Flexa Ribeiro, a todos os Senadores, pela possibilidade de termos concluído a pauta, votarmos todas as matérias, a que foi retirada por motivo explicado.

Quero desejar um bom feriado e convidá-los para a audiência do ciclo de debates, segunda-feira, às 16h30.

Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Senadora Ana Amélia, quero aproveitar a oportunidade para mandar um abraço e festejar o dia 1º de maio, Dia do Trabalhador. Lamentavelmente, eles não têm o que festejar; pelo contrário.

O Governo retira as conquistas alcançadas ao longo do tempo pelos trabalhadores, mas eles podem contar com os Senadores, que não defendem os trabalhadores somente pela palavra, e, sim, pela ação e pelo voto, para que as medidas provisórias que estão sendo aprovadas nas comissões mistas possam ser, no plenário, votadas a favor da manutenção dos direitos dos trabalhadores.

Aí nós podemos, sim, no dia 1º de maio, dar um grande abraço àqueles que fazem este País com o suor do seu rosto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador Flexa, a Comissão de Agricultura, através desta Presidência, endossa a manifestação e a homenagem de V. Exª a todos os trabalhadores e trabalhadoras brasileiras.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas e 6 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 37 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2015.

Às nove horas e quarenta e sete minutos do dia vinte e nove de abril de dois mil e quinze, na sala seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Cristovam Buarque, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol, Omar Aziz, Hélio José, Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Edison Lobão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Walter Pinheiro, Angela Portela, Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre, Aloysio Nunes Ferreira, José Medeiros, Randolfe Rodrigues, Marcelo Crivella e Vicentinho Alves. O Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, destinada a avaliar a política pública de "Formação de Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação, com especial enfoque para o programa Ciência sem Fronteiras", atendendo aos Requerimentos nº. 04 e 15/2015-CCT, de autoria do Senador Cristovam Buarque. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores Isaac Roitman, Professor Emérito da Universidade de Brasília – UnB e Membro da Academia Brasileira de Ciências – ABC; Helena Nader, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; Jorge Almeida Guimarães, Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes; e Hernan Chaimovich, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Faz uso da palavra o Senhor Senador Omar Aziz. Prosseguindo, o Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às doze horas e quarenta e dois minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavre a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente da Comissão de Ciência,Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Bom dia a cada um e a cada uma.

Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia e Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 29 de abril de 2015.

Senhoras e senhores, Senadoras e Senadores, iniciando os trabalhos da reunião, informo que esta audiência é realizada em atendimento ao Requerimento nº 4, de autoria desta Presidência, e aprovada pelo Plenário da CCT (Comissão de Ciência e Tecnologia), com objetivo de realizar debate em torno do seguinte tema:

formação de recursos humanos para ciência, tecnologia e inovação, com especial enfoque para o Programa Ciência sem Fronteiras.

A Mesa está composta pela Profª Helena Nader, que é Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; pelo Prof. Isaac Roitman, Professor Emérito da Universidade de Brasília e membro da Academia Brasileira de Ciências; pelo Prof. Jorge Almeida Guimarães, Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); e pelo Prof. Hernan Chaimovich, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Informamos que contaremos com os serviços de interatividade do Senado Federal para a participação popular pelos cidadãos que estão nos assistindo ao vivo pelo Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pela TV Senado. Pelo Portal e também pelo Alô Senado, no número 0800-612211, poderá o cidadão enviar comentários ou perguntas, que serão repassadas aos nossos convidados.

Os comentários e perguntas sofrerão uma triagem, conforme definido nos termos do uso do Portal, não com base na qualidade do comentário ou do mérito da pergunta, mas, sim, quanto ao cumprimento de regras de respeito e urbanidade, bem como de conexão com a finalidade do debate.

Nós teremos, então, as exposições pelos convidados, e, ao final, as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores presentes, na ordem de inscrição, com prioridade aos que foram requeridos da audiência pública, poderão participar.

Durante o curso da audiência, esta Presidência também poderá fazer intervenções, assim como apresentar os comentários e questionamentos enviados pelos cidadãos e cidadãs que nos assistem.

Eu quero, de início, dizer que nós temos diversas audiências hoje aqui e algumas devem ter uma Mesa com um PIB bem maior do que esta Mesa, mas não com o QI maior do que esta Mesa; isso eu asseguro que não há. E é para tirar proveito deste QI, dessa soma, que nós estamos aqui com um objetivo, antes, porém, dizer que é um objetivo micro dentro de um macro. O nosso objetivo macro, Prof. Hernan, é, ao longo desses dois anos, terminarmos com uma série de relatórios que possa ajudar o Brasil a abrir as portas para o mundo da inovação da ciência e da tecnologia. Ou seja, um conjunto de debates através dos quais nós queremos saber como é que o Brasil pode fazer parte desse seleto grupo de nações que, hoje, conduzem a inovação, através dela a competitividade, a ciência e a tecnologia.

É isso que nós queremos com esse ciclo de palestras. E hoje, talvez a mais importante do ponto de vista de semente, visa a analisar que devemos fazer na formação, especialmente, Senador Lasier, de nossas crianças e jovens, para termos uma geração de cientistas, de tecnólogos. Onde devemos agir? Qual o fluxo educativo para preparar a base de lançamento da ciência e tecnologia no Brasil? Onde agir? Na educação de base, no ensino superior, na educação base no fundamental e no médio, institutos independentes de universidades formadores de ciência e tecnologia? Onde agir?

E aí queremos tratar com especial, mas não com exclusividade, de um programa, que – eu creio – todos reconhecem, que é uma boa iniciativa, que é o Ciência sem Fronteiras. Como é que isso faz parte desse conjunto? Sem esquecer que a parte que não vai dar os resultados que esperamos sem uma boa educação de base provavelmente – posição da Mesa –, mas é um bom instrumento.

Finalmente, só para colocar assim alguns arroubos de preocupação, é uma pergunta que eu me tenho feito e que tem a ver com o Ciência sem Fronteiras. O que traria mais vantagem para nós: enviar um número grande de jovens para estudarem no exterior ou trazer um grupo de seniores cientistas para fazerem escola no Brasil, da maneira como foi feita a USP, por exemplo? Ou que tipo de combinação entre os dois – porque obviamente não é um ou outro – a gente precisaria fazer para enviar jovens ao exterior, e também se devemos ou não essa ideia de trazer cientistas e tecnólogos do exterior?

Ontem, o Senador Aziz, que vai estar aqui daqui a pouco – ele já esteve aqui, mas teve que ir a outra audiência que tem a ver com o Estado dele –, e é quem vai fazer o relatório de tudo isso depois, por outra razão, em outra audiência, ele se perguntava se não seria o caso de trazermos uma quantidade de cientistas, especialmente da Índia – ele citou –, tendo em vista que ele estava falando de computação, por exemplo.

Então, são essas as colocações.

Vamos passar a palavra na ordem que eu tenho aqui, que começa pela Profª Helena Nader; depois, o Prof. Isaac Roitman; o Prof. Jorge Almeida Guimarães e, finalmente, o Presidente do CNPq, Prof. Hernan Chaimovich.

Tem a palavra a Profª Helena.

A SRª HELENA NADER – Bom dia!

Bom dia, Senador Cristovam Buarque, nosso Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Secretário, eu vou pedir um tempo de 15 minutos para cada um, porque são quatro, sem que a gente corte a palavra.

V. Sªs poderão se estender. Ali está marcado o tempo só para dar uma ideia. Até porque haverá sessão do Congresso e, quando começa a sessão do Congresso, eles tendem a nos obrigar a parar.

Profª Helena com a palavra.

A SRª HELENA NADER – Mais uma vez, quero lhe agradecer e parabenizar pela Presidência desta Comissão e pelos esforços que o senhor tem feito, ao longo de toda a sua história de vida, em prol da melhoria do nosso País. E para ter essa melhoria, nas suas próprias palavras, sem a educação nunca vai acontecer.

Ontem foi o Dia Internacional da Educação. O Brasil tem muito a comemorar. Eu, pelo menos, me sinto muito feliz de estar nesta Mesa vendo alguns indicadores que o País alcançou nesses últimos 15 anos. Havia metas naquele Fórum Mundial de Educação, e nós, ainda não com a escola que queremos, já conseguimos ter mais ou menos 95% das crianças entre 7 e 15 anos na escola; mas temos um grupo de 5% em que tem que ser visto o que está acontecendo. E há muita criança que entra, mas não completa. Então, estamos de parabéns, mas ainda aquém do que o Brasil precisa.

Já colocando um pouco algumas das suas questões, eu vejo que o Brasil – e aí a SBPC tem sido muito clara – não pode fazer a escolha de Sofia, porque não vai dar certo. Já o fez.

Eu admiro muito várias coisas que aconteceram no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, inclusive a inclusão, o aumento da escola para o ensino fundamental e ensino básico, e ele fez essa escolha, então, ele dizia – ele, não, mas o Governo – que a universidade deveria ser no modelo americano, ou seja, paga; e o País, o Governo tinha que ficar preocupado em fazer educação básica. As universidades ficaram à míngua. Isso não foi bom para o País.

Infelizmente, o Brasil já tem mais de 500 anos, e aqui vou parafrasear meu amigo Jorge Guimarães, que sempre diz, quando faz uma palestra, Senador, que a gente tem que agradecer todos os dias a Napoleão Bonaparte, porque, se ele não tivesse ameaçado invadir Portugal, onde será que nós estaríamos? E é verdade. O Brasil começa, em 1808, a ter as suas primeiras escolas, universidades. Então, o avanço que nós fizemos é muito.

Em relação à universidade brasileira, quero deixar claro que fico muito chateada quando vejo pessoas altamente esclarecidas, que fazem parte de governos, dizerem para que serviu a universidade brasileira. E também vou dar mais um exemplo: o último presidente da época da ditadura teve que fazer uma cirurgia cardíaca e foi para Cleveland, em Ohio. Hoje, você faz *Bypass*, pontes em qualquer lugar do Brasil. Então, a universidade brasileira está cumprindo o seu papel. Agora, querer também que a universidade brasileira vá dar o salto da inovação é pedir demais, pelas limitações que ela tem. Aí é o setor produtivo. Ela tem que dialogar. Então, isso vamos ter que fazer.

Em relação à formação de recursos humanos, eu não vou dar números, porque nós temos os dois presidentes que sabem disso muito melhor do que a gente que vai e avalia os números, a pós-graduação, no Brasil, é para ter orgulho dela. Ela está sendo copiada, o modelo da Capes está sendo copiado, o modelo da avaliação. Então, são coisas que deram um senhor salto na qualificação da sociedade brasileira.

O Ciência sem Fronteiras foi um programa que muita gente ficou contra. Inclusive a SBPC se colocou totalmente favorável. Porque todo governo tem o direito a fazer uma política de governo, desde que não abandone uma política de Estado. E o projeto foi ousado. Realmente saiu, assim, de repente. Nós, até, em uma reunião do CCT com a Presidenta Dilma, comentamos que ela ia ter que trocar – fazendo uma metáfora – o pneu com o carro estava andando. E foi o que aconteceu, porque não é que houve um planejamento estratégico para o Ciência sem Fronteiras, mas o impacto dele é indiscutível.

É impressionante, mas infelizmente, não é só no Brasil, mas em todo lugar do mundo, parece que boa notícia não vem de jornal. Então, só saem noticiados naqueles rodapés o que aconteceu de problemas, mas os sucessos, sucesso, quem quer ouvir? Ninguém quer ouvir.

O Ciência sem Fronteiras, e eu vou dar aqui o exemplo da universidade em que trabalho – eu sou Docente da Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo. E o que eu vi, sem contar o que eu vi ao longo das reuniões da SBPC, porque a gente sempre faz uma sessão aberta, quem quiser vem, e vem gente do Brasil todo para dar o seu depoimento do que foi para ele, do Piauí ao Chuí, enfim, de qualquer lugar, ter ido ao Ciência sem Fronteiras.

E, aí, Senador, está tendo um choque, porque a nossa universidade, que é muito boa, está defasada. Nós ainda vamos ter que fazer uma revolução no ensino universitário. A gente continua ainda muito... Formamos bem, mas o estudante acha que ele tem que aprender em sala de aula, e não como é no exterior, em que você dá uma função para que ele vá e execute. Então, está tendo esse choque entre os que voltam e os que estão aqui. Isso eu acho que vai ser altamente proveitoso para a universidade brasileira.

Com o que nós ficamos preocupados, e eu tenho – eu que estou dizendo é SBPC – me manifestado sempre é que era para ser todo recurso novo. E, infelizmente, a partir do segundo ano, isso não aconteceu, pelo menos

na maioria dos casos. Então, o Ciência sem Fronteiras, que é um programa que eu apoio de A a Z, aplaudo de pé, está depauperando o Fundo FNDCT, que não foi criado para fazer isso.

Então, o que é que está acontecendo? É aquela história da escolha de Sofia: faltou dinheiro, tira do FNDCT. O FNDCT era para subvencionar, patrocinar a ciência. Está certo que a formação faz parte, mas não é esse o foco do FNDCT.

Então, nós temos que – e aqui é a Casa onde a gente tem que dialogar e que os Fundos foram criados – discutir exaustivamente no Congresso Nacional. O FNDCT até está acabando, porque os senhores têm que lembrar que foi votado, que o Fundo do petróleo...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Pela ordem.

A SRª HELENA NADER – Pois não.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Srª Presidente do SBPC, primeiro, o Senador Cristovam Buarque sempre nos dá o prazer de ter esses debates. Eu estava perguntando sobre esse Fundo. Ele é originário de onde? E qual é o valor dele, por favor?

A SRª HELENA NADER – O valor final hoje não sei dizer, mas sei dizer que ele está diminuindo exaustivamente.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Mas ele vem de onde? Qual a origem?

A SRª HELENA NADER – Ele vem de diferentes financiamentos.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Não tem nada de P&D, não é?

A SRª HELENA NADER – Não! Ele é para ser usado em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Depois alguém me informa sobre isso.

A SRª HELENA NADER – Este fundo, o FNDCT, foi criado em 1969, ainda no governo militar. Os outros fundos foram criados na democratização. E todos os fundos depositam nesse fundo. Quarenta por cento desse fundo era proveniente do fundo do petróleo, que agora não deposita mais, porque vai depositar no fundo da educação. Então é um fundo que tem a tendência de quase desaparecer, e que uma parte significativa está sendo usada para pagar as bolsas. Então, é nesse sentido, deixando claro: sou a favor.

A outra coisa – já vendo o tempo – de que precisamos é ter mais bolsas no País. O número de bolsas, embora grande, ainda é insuficiente. O número de bolsas de pós-doutorado, onde se faz a grande revolução em todas os grandes países cientificamente fortes, nosso programa de bolsas de pós-doutorado no País, embora tenha crescido muito, é ainda muito pequeno, tem muito estudante doutor que gostaria de ter podido continuar, mas não tem a bolsa. Então, hoje, o programa para formação de recursos humanos para ciência e tecnologia teria que ter um *input* de mais bolsas dentro do País.

Para encerrar, em relação à sua provocação, acho que tem de ser os dois: o modelo, como foi a USP há 80 anos, e o programa Ciência sem Fronteiras permitem isso. Só que ele aconteceu muito mais daqui para fora do que de fora para dentro. Mas o programa é muito claro e tem vários professores, inclusive vários Prêmios Nobel, que estão espalhados pelas universidades brasileiras orientando estudantes no País, com esse Programa do Ciências sem Fronteiras.

E vou parar, deixando para os outros os meus dois minutos.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Até para fazer uma pequena provocação, Professora, mas deixando aqui no ar para o final, quero dizer sobre o avanço que tivemos nos últimos 20, 30 anos, sem dúvida alguma. Mas insisto: dos 95% – que nós comemoramos – que estão matriculados, muitos deles não frequentam.

A SRª HELENA NADER – Concordo totalmente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Alguns frequentam, mas não assistem, depois da merenda vão embora. Alguns se matriculam, frequentam, assistem, mas não permanecem até o fim do ensino médio, como a senhora disse. Alguns permanecem, mas não aprendem. E daqueles poucos que aprendem, eles não criam a mentalidade favorável à ciência e tecnologia.

Então, do ponto de vista da nossa preocupação, estes 95% ainda, apesar do avanço, ficam restritos a uma percentagem muito pequena de jovens cuja formação ao longo da educação de base é de qualidade e comprometida com a ciência e a tecnologia.

A SRª HELENA NADER – Concordo e assino embaixo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Era só para fazer a provocação.

Concedo a palavra ao Prof. Issac Roitman.

O SR. ISAAC ROITMAN – Bom dia a todos!

Queria cumprimentar a Mesa na pessoa do Senador Cristovam Buarque, dizer do prazer que tenho com colegas de alto QI. O alto QI mencionado pelo Senador deve ser aos meus colegas, provavelmente.

Eu vou fazer essa apresentação com foco nos mecanismos de formação de recursos humanos para a ciência, tecnologia e inovação e, numa segunda parte, enfocar o Programa Ciência sem Fronteiras.

A formação de recursos humanos para a CTI tem um trajeto, um processo que começa no ensino fundamental e médio, tendo como base para atrair futuros pesquisadores o ensino de ciência. Mais tarde, existe a oportunidade, principalmente no ensino médio, do Programa de Iniciação Científica Júnior, que foi um programa implantado em 2004 e gerenciado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Então, é um programa para estudantes de graduação no ensino superior, portanto, que é um programa de iniciação científica, também administrado pelo CNPq, e que foi implantado em 1951, quando da implantação do CNPq. Nessa trajetória, temos a pós-graduação com os cursos de mestrado e doutorado e, depois, uma complementação que não é um curso, mas um período, um estágio de pós-doutorado.

Eu vou falar um pouquinho sobre cada uma dessas etapas de formação de recursos humanos para a CTI, mas antes eu gostaria de conceituar que a ciência é o melhor caminho para se entender o mundo, e que o conhecimento científico é o capital mais importante do mundo civilizado. E investir em ciência, tecnologia e inovação é investir na qualidade de vida da sociedade.

A educação científica, que começa no ensino básico, é extremamente importante não só para a formação de pesquisadores, mas para a atividade futura de nossos jovens. Por quê? A educação científica desenvolve habilidades, define conceitos e conhecimentos, estimulando a criança a observar, questionar, investigar e entender, de maneira lógica, os seres vivos, o meio em que vive e os eventos do dia a dia.

Além disso, estimula a curiosidade, a imaginação e o entendimento do processo de construção do conhecimento. Investir no conhecimento científico contribuirá para que todos os seus resultados estejam ao alcance de todos.

Como disse, começa essa formação de pesquisadores, de cientistas no ensino básico e, através de ensino de ciência, que infelizmente é muito incipiente no Brasil, por várias dificuldades. E é preciso, para que a gente possa ter um aumento da qualidade no ensino de ciência, primeiro, a formação de professores qualificados. Pelos estudos feitos, muitos professores que ensinam ciência não têm conhecimento suficiente para ensinar ou para mediar o ensino de ciência. Outra, é a valorização do professor e os recursos, que são laboratórios, *kits*, instrumentos da tecnologia de informação e comunicação, biblioteca, visitas a laboratórios, a museu, etc. Temos que investir na melhoria da qualidade do ensino de ciência.

A Profª Helena Nader disse que nós temos alcançado metas quantitativas de matrícula, mas são importantes – e talvez mais importantes – essas metas qualitativas no ensino básico. E o ensino de ciência é um vetor importante para a melhoria do ensino básico.

O Programa Iniciação Científica Júnior que, como eu falei, começou em 2004, é relativamente jovem; atualmente tem cerca de 10 mil bolsistas em todos os Estados brasileiros. Ele permite que um aluno do ensino médio frequente um ambiente de pesquisa através do desenvolvimento de um projeto, com a orientação de um pesquisador. Ele tem duas peculiaridades, que são a capilaridade social e a interiorização. Capilaridade social porque, no ensino médio, ainda temos todas as camadas sociais da população. Então é uma oportunidade muito importante, principalmente para os segmentos de classe social mais baixa da população. E interiorização porque ela pode sair dos grandes centros, das grandes capitais. Só para dar um exemplo, em Sergipe, além de Aracaju, temos 17 cidades com bolsistas em iniciação científica júnior.

O programa de Iniciação Científica na graduação, que começou em 1951, para estudantes universitários, atualmente tem 100 mil estudantes, dos quais 50 mil têm bolsas principalmente do CNPq, fundações estaduais de apoio à pesquisa e bolsas institucionais. Esse é o grande capital que temos no País. Não temos nada igual no mundo, uma iniciação científica tão pujante, com tanta tradição. A base da pós-graduação, que a Profª Helena mencionou, começa aqui nessa iniciação científica.

O programa Pibic, que é – faço agora uma homenagem ao Prof. Jorge Guimarães, pois na sua gestão na diretoria do CNPq instituiu o Pibic – um programa institucional de bolsas de iniciação científica, hoje conta cerca de 250 instituições.

Um outro programa importante é o Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – esse é mais recente, começou em 2006 –, que permite que estudantes de graduação possam já desenvolver projetos nas universidades, nos centros de pesquisa voltados para a tecnologia.

E temos a pós-graduação, que é pujante aqui no Brasil – atualmente temos 5.812 cursos de pós-graduação, 3.226 mestrados acadêmicos, 589 mestrados profissionais e 1.997 cursos de doutorado; esses são os dados de 2014. Atualmente são formados cerca de 12 mil doutores por ano no Brasil.

Vamos então, agora, falar sobre o Ciência sem Fronteiras, que é um programa bastante recente, que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. Duas instituições, uma do

MCTI, que é o CNPq, e outra do MEC, que é a Capes, administram esse programa; a meta é o fomento de 101 mil bolsas em quatro anos para promover intercâmbio de alunos de graduação e pós-graduação. Além disso – isso remete à questão do Senador Cristovam Buarque –, ele busca atrair pesquisadores do exterior que queiram se fixar no Brasil ou estabelecer parcerias com os pesquisadores brasileiros nas áreas prioritárias definidas no programa, bem como criar oportunidades para que pesquisadores de empresas recebam treinamento especializado no exterior.

Na realidade, os instrumentos do Ciência sem Fronteiras são esses: enviar estudantes de graduação para o exterior. É um programa que envolve treinamentos para tecnólogos no exterior e também o programa de doutorado no exterior; o Doutorado Sanduíche, em que uma parte é feita no Brasil e a outra parte é feita no exterior; o doutorado pleno, que é a obtenção do doutorado completo no exterior; e o pós-Doutorado. Outro instrumento é a atração de cientistas e pesquisadores visitantes do exterior.

Na realidade, a grande novidade que nós temos no Ciência sem Fronteiras é o envio de estudantes de graduação para o exterior, porque, pelos outros programas – tanto pela Capes, CNPq e algumas fundações estaduais de apoio à pesquisa –, já há muitos anos, temos mandado esse pessoal para o exterior.

Então, a novidade é o estudante de graduação, que passa cerca de um ano, faz disciplinas na universidade do país em que vai fazer esse treinamento, e volta, para completar o seu curso de graduação. As áreas – isso foi tirado do *site* do Ciência sem Fronteiras – envolvidas nesse programa são voltadas mais à tecnologia. Não vou ler todas, mas todas são voltadas à área de ciência e tecnologia.

Esta é talvez a lâmina mais importante que vou comentar nesses últimos três minutos que tenho e fazer algumas reflexões, para aperfeiçoarmos o Ciência sem Fronteiras. Eu concordo com a Profª Helena que o Ciência sem Fronteiras é um programa ao qual devemos ser simpáticos e que devemos apoiar, mas é importante, apesar de ser um programa novo, tentarmos fazer algumas reflexões para aperfeiçoá-lo.

O primeiro ponto é a ampliação das áreas. Nenhuma área que esteja fora daquelas voltadas à tecnologia está incluída no Ciência sem Fronteiras. Então, é importante incluir as áreas humanas e sociais, porque não podemos ter projetos sérios que vão beneficiar a sociedade brasileira, sem termos, nas equipes, esse pessoal das áreas humanas e sociais. Assim, precisamos incluí-las. O programa tem sido muito criticado por não incluir essas áreas.

Outro ponto é a construção de indicadores de qualidade, resultados e impactos. É um programa novo, e, certamente, cometemos alguns erros em tudo o que é novo. É importante que comecemos a construir esses indicadores para avaliar resultados e impactos, no sentido de aperfeiçoar o programa.

Outro ponto é a revisão das metas quantitativas e critérios de seleção.

(Soa a campainha.)

O SR. ISAAC ROITMAN – Posso completar em dois minutos, Senador? (*Pausa.*)

A meu ver, é importante rever essas metas quantitativas, principalmente no que diz respeito ao envio de estudantes de graduação. É importante, quando enviamos um estudante de graduação para o exterior, que ele esteja academicamente amadurecido, que ele domine a língua do país onde ele vai fazer esse estágio, que ele tenha esse acompanhamento acadêmico e um acompanhamento emocional.

Dentro dos critérios de seleção, é importante vermos essa dimensão do jovem sob o ponto de vista emocional, porque é bastante frequente, mesmo nos cursos de doutorado e pós-doutorado – com uma faixa etária maior – termos casos de depressão e distúrbios psicológicos. Assim, é importante ele ter um acompanhamento tanto acadêmico, durante o seu estágio, como emocional.

Um outro ponto que precisa ser trabalhado é a flexibilização no reconhecimento das disciplinas cursadas no exterior. Está havendo problemas de alunos de graduação que voltam do exterior e têm dificuldades em reconhecer aquela disciplina, o que, certamente, dá um sentido assim de desapontamento para esses estudantes.

Finalmente, eu queria sugerir aqui que pudesse ser incluído no Ciência sem Fronteiras o estímulo à mobilidade acadêmica no País. Quer dizer, é importante mandar estudantes para ver como é que se faz a ciência, quais são os fundamentos culturais no exterior, mas é importante também que nós – nós somos um País imenso – possamos estimular essa mobilidade acadêmica aqui no País. Por exemplo, um estudante de Rondônia passar um ano na Universidade de São Paulo, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Universidade de Brasília, e estudantes da Universidade de São Paulo, da Escola Paulista de Medicina da USP passarem um ano em Rondônia, no Acre, no Ceará para ver outras realidades. Eu proponho essa reflexão de se incluir isso no programa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu vou deixar no ar aqui só uma pergunta, Isaac. Primeiro, eu gostei muito da apresentação, mas eu vou colocar sobre a necessidade de se aumentar bolsas para as ciências humanas e sociais. Eu não tenho dúvida de que a gente precisa aumentar

o conhecimento nessa área, mas fica aqui a pergunta: será que nós não temos, dentro do Brasil, uma massa crítica capaz de formar nossos cientistas, profissionais da área de ciências humanas de tal maneira que concentremos recursos na área das exatas, que seria aquela que a gente mais precisa? Fica aqui a pergunta, e olha que eu sou dessa área das humanas.

Bem, eu passo a palavra agora ao Prof. Jorge Guimarães.

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – Muito bom dia a todos e a todas!

Caro Senador Cristovam Buarque, é um prazer muito grande participar desta Mesa e poder trazer aqui algumas informações sobre a nossa luta diária pela melhoria da qualidade do ensino de um modo geral em todas as áreas e muito também na área de ciência e tecnologia.

Eu temo, Senador, que o meu tempo seja estourado, porque eu tenho uma apresentação muito mais ampla, considerando o fato de que, muito além do Ciência sem Fronteiras, há muitas coisas sendo feitas na formação de recursos humanos para ciência, tecnologia e inovação no País. De modo que eu vou tomar um pouquinho do tempo em relação a isso antes de tratarmos de coisas muito pertinentes do Ciência sem Fronteiras já levantadas pela Helena e pelo Isaac.

Primeiro eu queria mostrar esse eslaide, porque ele mostra o tamanho dos países e a sua posição em relação ao PIB aplicado por esses países, o percentual do PIB aplicado em ciência e tecnologia. E, no eixo vertical, há o número de cientistas e engenheiros. Se a gente cortar aqui nos 2%, que é ali beirando o verde da China, nós vamos concluir que quem não aplica pelo menos 2% em ciência e tecnologia não se desenvolve. E mesmo países como a China estão pelejando para entrar aqui nos 2%, e aqui é um conjunto de países também já razoavelmente desenvolvidos. Mas esses são os países que produzem conhecimento, produzem tecnologia, produzem inovação, que aplicam mais de 2% do PIB e têm um número considerável de engenheiros e cientistas na sua população.

O Brasil está aqui em baixo. Ou seja, aplicando 1,1% do PIB e com um número muito pequeno de cientistas e engenheiros, nós temos uma tarefa grande para se chegar. Talvez o número de cientistas não seja tão crítico como, por exemplo, no caso de Israel, que tem uma aplicação muito alta e alto desenvolvimento.

De modo que insisto nesse ponto: se o País não aplica 2% do PIB, vai ser difícil ganharmos a condição de crescer. E, para isso, estes 2% têm que formar engenheiros e cientistas em todas as áreas, sobretudo nas áreas tecnológicas e na inovação. O mais curioso também é que esse nosso 1,1% é predominantemente de governo, enquanto que, nesses países, mais da metade, em alguns casos, mais de 70%, como é o caso da Coreia, vêm de empresas. E as nossas empresas, no Brasil, infelizmente, não aplicam em ciência e tecnologia. Essa quase metade do 1,1% é principalmente de empresa pública: Eletrobras, Petrobras, Embrapa e outras instituições. De modo que este é um senhor desafio. Nós crescemos, melhoramos, há muitos dados positivos, mas este é o desafio.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Dr. Jorge Guimarães, o senhor me desculpe, até porque como só eu estou como Senador aqui, eu queria até, na sua explanação, veja bem: sempre foquei na minha vida a vocação. O cidadão tem vocação para alguma coisa. O brasileiro tem uma vocação muito grande para ser jogador de futebol. É verdade, se fossem todos iguais, todo mundo era campeão do mundo. Quando o senhor mostra esses países, o asiático, por exemplo. Nunca fui um mau aluno, sou engenheiro civil, estudei a vida toda em escola pública, só que a escola pública em que estudei, como colocou há pouco a Helena, era uma escola pública em que não havia quantidade, era um negócio reduzido. Então, você tinha os melhores. O professor que dava aula no ensino médio era professor da universidade também. Ele era professor, não tinha outra formação. Dava aula de Direito e dava aula de Português para mim. Outro dava aula de engenharia e era professor de Matemática. Uma pessoa era Químico e estava dando aula de Ciências. Hoje não temos nem professor de ciências. Na minha região, no meu Estado, eu, como Governador, para conseguir professor de ciências, fazia sair concurso e não aparecia nenhum. Aí quem tinha formação em Matemática ia dar aula de Ciências e vamos fazer de conta que você aprende e que está tudo bem. Esse é o ensino brasileiro hoje. Então, veja: vocação. Qual é a nossa vocação? Qual é a nossa vocação para produzir ciência, tecnologia? Qual é a nossa vocação? Porque não adianta ficarmos com 200, 300 mil pessoas, todo mundo esparramado. Sei que a Coreia tem uma vocação na área de grandes equipamentos, informática; sei que Israel tem uma vocação na formação de armamentos; os Estados Unidos hoje, a maior pesquisa deles é na área de armamento, não é outra coisa. Qual é a vocação do brasileiro?

Temos um CBA no meu Estado que é brincadeira, está há doze anos lá, foi inaugurado pelo Fernando Henrique Cardoso. Conversei com o Lula, conversei com a Dilma, e eles fizeram ouvidos de mercador. Não levam nada a sério! Isso é tudo... Para mim, o maior programa educacional, de formação da história do Brasil moderno, desde quando eu me entendo por gente, é o Ciências sem Fronteiras, não há nada parecido. Agora, qual é a formação? O que esses caras vão trazer para nós aqui? "Olha, a nossa vocação é fazer bola de futebol".

Então, vamos inventar uma bola de futebol. Porque, se a gente ficar esparramado, a gente nunca vai chegar a lugar nenhum.

Eu sei, Presidente, isso serve para todos que estão aí, inclusive o Senador Cristovam, que vocês têm essa formação. Muitas vezes, vou dizer uma coisa que é a pior coisa para o homem público, é quando a gente prega para o deserto. A gente tem uma ideia boa, fala, fala, mas ninguém quer ouvir. Eu sempre disse: "Político, a partir do momento em que o povo não te ouve mais, esquece. Vai para outra coisa". Porque você vai pregar para o deserto. Quando você prega e as pessoas te ouvem, seguem tua orientação, fazem aquilo que você está orientando e dá certo, é uma coisa. Agora, cientista no Brasil, vocês são heróis. Respeito muito vocês pelo heroísmo de pregarem no deserto. É isso, Senador Cristovam.

Então, eu vejo aqui em todas essas universidades, desde quando eu era estudante, se fala em pesquisa e desenvolvimento – desde quando eu era estudante. Eu mandei, agora, levantar, só de P&D, o que a Zona Franca de Manaus arrecada – e mal utilizado, porque não tem recursos humanos.

A minha proposta, e o Presidente me colocou como Relator para a gente discutir, e eu vou precisar muito da ajuda de vocês – porque não conheço nada na frente de vocês, sou um aprendiz, sempre, na minha vida, mas tenho vontade de ajudar –, porque eu não entendo como é que eu vou desenvolver o Amazonas sem conhecimento da minha região. Não há desenvolvimento sem conhecimento. Aí todo diz: "Olha, preserva a Amazônia!" Mas, pelo amor de Deus, você não bota o CBA para funcionar, Ministra do Meio Ambiente! Discursinho, Ministra do Meio Ambiente, antidesenvolvimento: "Ah, não pode asfaltar a BR-319 porque, senão..." Não, hoje existe tecnologia, hoje existe acompanhamento, hoje existe tudo, você pode asfaltar o que quiser, e você tendo uma fiscalização, não vai haver desmatamento. No entanto, não me diga para um caboclo da Amazônia deixar o filho dele morrer de fome porque o Governo brasileiro, a Ministra do Meio Ambiente, seja lá quem for, não tem vergonha na cara de colocar o CBA para funcionar. Discurso, ninguém aguenta mais! Por isso que eu digo: vocês, muitas vezes, "pregam no deserto"; sabem por quê? O pessoal diz: "Vem o pessoal do CNPq. Olha, vem o pessoal do SBPC." Eu, estudante, ia para o SBPC, porque era um movimento de esquerda, a gente estava lá no meio, era uma vanguarda contra a ditadura, o SBPC teve sua importância muito grande pela democratização deste País. Hoje é um País democrático e o enfoque do SBPC é totalmente diferente, não é? Hoje o enfoque é para isto mesmo: é ciência, é tecnologia, é conhecimento, é inovação, e outras coisas mais.

Eu estou falando agora porque vou ter que me pronunciar lá na outra Comissão, como eu lhe disse, mas sou Relator de uma matéria muito importante, e para a gente discutir tudo isso eu vou querer ter uma reunião com os senhores e com as senhoras, se for possível vocês me atenderem, para a gente tratar desse assunto.

Eu falo do P&D porque eu trato com coreanos. Sabem que hoje só quem produz celular e televisor é coreano. O resto, quebrou tudo: a Phillips quebrou; a Semp Toshiba quebrou; a Hitachi quebrou; a Sharp quebrou, e ficaram só os coreanos, então... E nós estamos discutindo: ontem, eu pedi vista de um projeto aqui, que eles estão aprovando a toque de caixa, um negócio tão importante, dando isenção para uma indústria de semicondutores sem haver mão de obra qualificada em recursos humanos. E, aí, eu falei: "Não, espera aí! Vocês vão querer montar um negócio lá no Sul do País para montar semicondutores? Não, meu filho! Eu quero saber quando é que o Brasil vai ter recursos humanos para poder me apresentar um projeto de uma televisão de *display*, LCD, LED, seja lá o que for, melhor do que a deles, porque, no dia que houver, nós montamos. A gente faz um investimento de 10, 20, 30 bilhões. No entanto, não é colocar a carroça na frente dos bois, porque, isso aí prejudica, não ajuda".

Como eu vou ter que sair, eu peço desculpas a vocês mesmos porque eu vou ter que sair, eu disse isso ontem ao Senador Cristovam: "E a vinda de recursos humanos para ensinar o nosso povo não é mais barata? Não é. Quantos engenheiros eletro/eletrônicos existem hoje na Índia e que estariam dispostos a vir para o Brasil? Uma empresa como a Samsung, uma empresa como a LG, desconta do faturamento 5% de P&D; só a Samsung dá mais de 300 milhões/ano. E você não tem um laboratório na cidade de Manaus para dizer: "Oh, nós estamos pesquisando aqui um aplicativo do celular." Aí, o cara quando faz um aplicativo, parece que descobriu a roda. "Olha, aplicativo para o ..."

Então, essas coisas pequenas, já passamos por isso. Eu vi, agora, jovens no negócio de mecatrônica. Eu, como Governador do Estado, fiz 44 escolas de tempo integral. As melhores escolas de tempo integral não são iguais: as melhores escolas são onde há disciplina; sem disciplina, não há educação. Se a gente não mudar o conceito de educação no Brasil, nós não vamos ter, lá na ponta onde vocês estão hoje, uma qualificação, uma qualidade de mão de obra. Nunca vamos ter, porque, numa mesma sala de aula onde existem 40, 35 alunos, lá existem pessoas que têm vocação para uma coisa, existem outros que têm vocação para outra, e não se decidem: vão se decidir no último minuto o que vão ser. Houve uma proliferação de universidades brasileiras, muitas das quais não é possível você ter – em todas as universidades brasileiras, sejam públicas ou privadas – cursos com qualidade. É impossível isso!

Da mesma forma, nas escolas de ensino fundamental e de ensino médio. Não dá para você ter, num Estado como o meu, 700 escolas estaduais das quais a metade está no interior do Amazonas, em Municípios nos quais eu demoro mais para chegar, de jato, do que para chegar a Brasília. Eu estou falando de um Estado em que cabem todos os Estados brasileiros da Região Norte. Todos! Sem exceção nenhuma! Ainda dou 30 mil quilômetros; ainda coloco umas seis Brasílias no meio. Então, o Amazonas tem 1,57 milhão de quilômetros quadrados. O Nordeste todo tem 1,54 milhão. E vocês querem que a gente dê... Cobrem lá do governador, cobrem lá do prefeito... É impossível, se não houver uma mudança de mentalidade!

Falar em educação sem se falar sobre disciplina... Quem educa é pai e mãe. Quem dá conhecimento é professor. Não se pode inverter. Não é o Estado que é obrigado a educar criança. Quem educa é pai e mãe. Quem dá conhecimento são os professores.

Aí chega um aluno que joga o apagador na professora e ainda querem punir a professora. Sabe como é? Essas coisas que mudaram no País. E quando a gente fala a verdade, as pessoas vêm e parece que o mundo vai cair na sua cabeça. Não! Disciplina.

Quando eu fazia alguma coisa errada na escola e meu pai e minha mãe ficavam sabendo...

(Soa a campainha.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – ...eu apanhava quando chegava em casa. Agora o pai vai na escola para bater na professora.

Então, essa é inversão de valores que aconteceu e vocês vão continuar pregando para o deserto. Vão continuar pregando para o deserto! Estão aqui somente dois Senadores para falar de um assunto tão importante, Senador Cristovam.

Não sou melhor do que ninguém não, mas eu faço política com transparência, eu faço política por ideal e tenho certeza de uma coisa: nós não sairemos disso se a gente não levar conhecimento para a heterogeneidade das nossas regiões brasileiras, que são diferentes. O que serve para São Paulo não serve para o Pará. O que serve para o Rio não serve, às vezes, para a Bahia.

A minha região talvez seja uma das regiões menos exploradas quanto ao conhecimento científico. E é nossa! E o Brasil não tem uma política para fazer nada. Se tivesse, o CBA estaria funcionando. Prestem atenção!

Eu não estou falando aqui em fazer um foguete, estão me entendendo? Aliás, acho que a Embraer é uma estatal que deu certo. Tem uma política de conhecimento. Hoje nós usamos tecnologia de ponta em muitas coisas.

Por isso, eu só o interrompi, presidente, porque...

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – Não. Fez muito bem.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – ...eu quero depois ter uma reunião... Já falei... Eu pedi hoje sugestões ao Senador Cristovam para que me orientasse. S. Exª tem um conhecimento muito maior do que eu. Só em ter sido reitor da nossa querida UnB já é um currículo invejável. Nem todos poderão ser!

Então, eu queria aqui me colocar à disposição dos senhores. O meu espírito público é muito elevado em relação à educação. É em todas as questões públicas, mas muito maior quanto à educação.

Se eu sou Senador hoje, se fui Governador é fruto da educação que eu pude ter na minha vida. Se eu não tivesse tido a educação que tive, não teria chegado onde cheguei. Então, devo tudo à educação pública! Meu pai e minha mãe nunca pagaram uma escola para eu frequentar, até porque não tinham condições. Mas a oportunidade que eu tive as outras pessoas também têm direito de ter no Brasil, está certo? É a oportunidade e o conhecimento. É o que meu pai e minha mãe sempre diziam: "A única herança que podemos deixar para vocês – e nós éramos 12 filhos – é a educação".

Então, educação eles me deram. Eu não sou perfeito, erro muito, como qualquer ser humano, mas quero ajudar nesse sentido.

E a gente discutir dinheiro... Eu vi há pouco, a minha assessoria me enviou... Olhem, em 2012, 3 bilhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico; em 2013, 3,8 bilhões. Em 2014, foram 2,4; caiu pela metade, praticamente. Aí você tira... Vejam bem, não sei se é verdade esses números. Estão me dando. Eu estou repassando aqui... O pessoal me dá e eu estou falando. Se não forem verdadeiros... Tomara que não sejam verdadeiros!

Só que em 2013 se tirou desses recursos para o Ciência sem Fronteiras. Aqui, fala-se em desenvolvimento científico e tecnológico, não se fala em formação de recursos humanos. Há uma diferença muito grande entre formação de recursos humanos e desenvolvimento de pesquisa. Então, não dá para surrupiar 700 ou 800 milhões de onde já não tem quase nada. Se for o contrário...

Outra coisa. No Estado do Amazonas, quando eu era Governador, para cada real colocado pela Fundação de Amparo à Pesquisa no meu Estado, para cada real que eu colocava, o Conselho Nacional de Pesquisa colocava dois. Vocês continuam com essa política ainda? Com o Capes, aliás.

O Estado tem um fundo de amparo à pesquisa muito forte...

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – Nós temos uma parceria muito forte com o Estado.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – ... com o Amazonas, nós formamos, nos meus quatro anos de governo, muitas pessoas, fizemos o nosso trabalho, só que eu bati de frente muito com o Adenilton, meu amigo pessoal, uma pessoa que trabalhou comigo, como o Prof. Ademir, que vocês devem conhecer, que foi meu reitor na Universidade do Amazonas. Eu sempre dizia o seguinte: "Meu amigo, nós temos que pesquisar aquilo que vai para a prateleira. Isso é que dá dinheiro". Porque, se você faz um investimento, é para ir para a prateleira, para ser...

O Inpa fez um trabalho no Amazonas para fazer móveis de caroço do tucumã. Foi um belíssimo trabalho, mas não tem como você colocar isso numa loja para vender. Quer dizer, não adianta. É um negócio que tem que ser por encomenda. Então, não gera emprego, não gera uma série de coisas. Então, nós temos que fazer essa inversão. É por isso que eu falo na vocação. Para a gente ter uma pesquisa e, depois, essa pesquisa ter uma cadeia produtiva.

A Embrapa, Senador Cristovam, e, futuramente... No Amazonas eu deixei em andamento alguns milhares de hectares de lâmina d'água tanto para produção de peixe como para produção de açaí, porque o açaí é sazonal na minha região, só dá dois ou três meses por ano. A Embrapa fez um estudo tão perfeito, que hoje temos condição de produzir açaí o ano todo. Ele pode produzir duas ou três vezes por ano. Trabalho de pesquisa da Embrapa, que tem coisas... Agora vai lá ver as condições deles. Vê se tem dinheiro. Há muitas pessoas lá que tem boa vontade, mas com dificuldade para fazer.

Eu o interrompi por causa disso. O senhor me desculpe, Senador Cristovam Buarque, mas V. Exª sabe que estarei aqui às suas ordens e vamos procurar, juntos, fazer um trabalho para, em alguns meses, apresentar esse relatório e encaminhá-lo ao Governo Federal para ver se alguma orientação vinda de vocês, que não será minha ou do Senador Cristovam, mas de vocês, a gente pode colocar em prática. Certo?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador.

Antes de passar a palavra de volta ao Jorge, eu quero dizer que, como o senhor falou em inversão, a gente, um dia, deveria fazer uma inversão nessas audiências, para que os Senadores fizessem as perguntas primeiro, o que talvez venha a trazer uma dinâmica diferente, embora eles não fiquem adstritos a responder.

Segundo, em relação à vocação, eu creio, Senador Aziz, que nós temos vocação para o futebol porque a bola é redonda para todo mundo e porque todo mundo convive com a bola desde um ano de idade, enquanto que a escola não é redonda para todos e porque nem todos convivem sempre com ela ou porque convivem com ela por poucos anos. Tenho impressão de que a gente pode, sim, ser um país com vocação científica, mas claro que escolhendo algumas áreas de prioridades para investimentos, porque os recursos são limitados.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Essa questão que o senhor coloca... Se a gente diversifica... Vamos pegar exemplos. Qual a prioridade que o Japão dá? Onde ele gasta mais dinheiro? Na vocação do seu povo. Com a Coreia, a mesma coisa. Não dá para diversificar em tudo. Porque nós também temos um país de dimensões continentais, que não é um Japão da vida, não é uma Coreia da vida... A população do Brasil é de 200 milhões de habitantes. O único país... A China tem pouco mais de um bilhão de habitantes, mas nem todo mundo é cientista. Então, pelo número lá, a gente vai ver. O investimento deles também, em termos do PIB deles em relação ao nosso PIB, também não sei se é tão maior ou menor do que o nosso, não sei. Sinceramente eu não sei.

Mas, quando eu falo em vocação, é porque temos que iniciar alguma coisa. Nós temos algumas coisas já bastante avançadas, é lógico. Não sei quem falou que, de 1995 para cá, nós tivemos um aumento muito grande. Isso é normal. As parcerias que o Governo Federal, através do Capes, do CNPQ, fez com o Estado do Amazonas foram muito produtivas. Eu realizei uma feira de ciências só com pessoas que fizeram pesquisa. Foi um negócio gigantesco em meu Estado. Até vinho de açaí a pessoa expôs lá. Não prestava, mas expôs. (*Risos.*)

Não sou nenhum *expert* em vinho, mas expôs.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não prestava, mas dava...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Não prestava, eu digo, porque eu não gosto de vinho, não tomo vinho.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ...dava uma energia grande.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Para mim, qualquer um... Não perca tempo gastando dinheiro comigo com vinho porque, para mim, não faz diferença ser bom ou não.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Comigo também.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Mas ele me apresentou na feira. Dei até de presente para a Presidente Dilma. Ela esteve lá, eu peguei e disse: olhe, esse é um trabalho feito em parceria. Não era uma coisa só do Governo, mas da Fapeam e do Governo Federal. Dei uma cesta com vários produtos de pesquisas

feitas pelas bolsas que pagamos para tal finalidade numa exposição que foi feita num local muito grande, feita com o Odenilson, da Fapeam.

Então, você fica muito feliz quando vê isso. Você fica feliz quando vê alguma coisa florescer. Eu fiquei muito feliz. Eu fui até com a minha filha pequena, que se divertiu muito. Foi um negócio bacana mesmo. Lá havia frutas, doces, uma série de produtos pesquisados.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Então, voltando à bola e a um outro ponto, é que os nossos ídolos são os jogadores de futebol. Nós precisamos fazer dos nossos cientistas os queridos ídolos da juventude.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Eu fui procurado por uma universidade do Rio de Janeiro, aliás, não fui diretamente procurado, uma pessoa me mandou um documento, não sei se está em Manaus. Ela estava preocupada com o convênio que a Petrobras tinha terceirizado com a universidade, porque ela não estava passando dinheiro depois da crise da empresa. Olhem! E eles fazem estudo e pesquisas. No ano passado, no PID foram 500 milhões. É muito dinheiro. Quinhentos milhões! E se você for ver em que esses 500 milhões foram aplicados, o que eles trouxeram de retorno, não tem nada. Então, temos que definir isso, correto? Temos que definir isso nessa discussão que vamos ter, Senador Cristovam. Eu quero conversar. Não vai sair do meu Estado, porque eu não vou permitir, mas tem que ser feito lá.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Mas, lógico! Mas temos que direcionar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas só para voltar à questão do ídolo, aliás, queria pedir ao Isaac, que fez aquela lista de ações... Eu assisti a uma palestra do Gleiser, grande cientista brasileiro, cosmólogo, que disse – e aqui para o Jorge e para o Herman também –, ele defende que cada jovem que sair no Brasil, ou mesmo no Brasil, que fizer mestrado ou doutorado deveria fazer uma palestra em um curso de educação de base. Eu peguei ali mesmo, ali na perna, e fiz o projeto de lei. Lamentavelmente, iria ser aprovado esta semana. Mas pediram uma audiência pública para ver se isso é certo ou errado, se devemos ou não exigir esse "sacrifício" dos mestrandos e doutorandos. Eu tenho a impressão de que cada vez que a gente levar um jovem desse para falar para nossos adolescentes, para dizer a pesquisa que está fazendo, eu creio que ajudaria a fazer ídolos.

Além disso, eu pedi ao Isaac que me ajudasse a fazer uma lista de cientistas e não falo só dos mortos, do Brasil, mas dos atuais, para que a gente faça uma pequena biografia com o perfil de cada um deles para distribuir nas escolas. Eu creio que o Isaac está consultando algumas pessoas para fazer essa lista. Vai ser difícil realmente tirar alguns, mas vamos tentar fazer esse trabalho.

Eu passo a palavra ao Prof. Jorge, dizendo que, a partir de agora, o senhor não tem limite de tempo. (*Risos.*)

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – Eu só queria, Senador, agradecer muito a sua intervenção. É difícil contestar as coisas que o senhor disse.

De fato, eu tenho uma explicação para isso: o Brasil não planeja. E tenho outra explicação...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Eu, ontem, fui falar uma besteira e o Senador José Serra até interpretou errado. Eu disse o seguinte: na década de 70, na década de 80, até início da década de 90, as pessoas que mais davam palestras no Brasil eram os economistas. Eles cobravam por palestra, porque o Brasil tinha que sair do buraco. De 94 para cá, não se ouvia mais. Fala-se só nos ambientalistas, que ganham dinheiro agora com palestras.

Rapaz, eles me dão uma aula! Eu moro lá, mas eles querem me dar aulas. O ambientalista que mora na praia de Copacabana fala para mim da minha região, e eu tenho que ouvir. Tudo bem! Eu faço de conta que eles sabem para ser educado.

Mas, Jorge Guimarães, eu fui dizer que, agora, voltamos à mesma coisa, porque, ontem, o Presidente do Senado queria fazer uma sessão temática com um economista... Veja bem: para mim, essas eram páginas passadas. Eu gostaria muito de ouvir os economistas para a gente saber o seguinte: "Ah, nós estamos crescendo 4%, 5% ao ano; então, o que nós vamos fazer para crescer 12%, 15%?" Não! Nós vamos discutir por que nós vamos ter um crescimento que, hoje, beira menos de 1%, 2%, o que é um desastre para a nossa economia. Estamos sofrendo isso lá. Em dois, três meses, mais de 13 mil, quase 14 mil, operários do Distrito foram demitidos. A repercussão disso na cadeia produtiva do Estado é arrasadora, porque, se a economia do Brasil vai mal e como o Amazonas é um Estado que só produz, quem consome é o resto do País, a nossa economia estadual cai assustadoramente.

Eu fui dizer isso e o Senador me perguntou se eu tinha alguma coisa contra os economistas. E eu falei: "Não, Senador; eu não tenho nada contra economista". Eu não tenho nada contra ninguém! Cada um defende

aquilo que quer, mas a gente não é obrigado a aceitar tudo. Mas o que eu disse foi que eu esperava, em vida, não ter mais que discutir crise. Era isso que eu esperava. Eu, pelo menos, esperava isso.

O Brasil vendeu uma consolidação democrática e vendeu uma consolidação econômica, mas não tem esta. A democrática tem porque os políticos, as instituições estão fortalecidas – as instituições estão fortalecidas! Agora, economicamente, eu não esperava.

Então, isso afeta vocês, porque cai o percentual da contribuição, as empresas que contribuem estão vendendo menos, estão faturando menos, estão demitindo. Então, isso é prejudicial para todas as áreas.

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – Planejamento faz muita falta mesmo, Senador.

Por exemplo, a Capes trabalha com planos plurianuais desde a década de 70. O atual, que vai de 2011 a 2020, não tem uma palavra sobre Ciência sem Fronteiras, e por quê? Porque ele foi feito ao final do outro, em dezembro de 2010.

A outra coisa que também afeta muito – a sua observação – é o fato de que o Brasil tem 8,5% da população com nível superior. Isto constitui um grande desafio! É por isso que nós temos uma escassez enorme de recursos humanos, que é o que nós estamos discutindo aqui.

E uma coisa, só para o seu conhecimento pessoal: eu dei muitas horas da minha vida na construção do CBA, e tenho uma decepção enorme que até hoje...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – É um discurso para o deserto.

O SR. HERNAN CHAIMOVICH – Senador, só complementando o meu colega Jorge: da ideia inicial do CBA eu fiz parte e eu sou testemunha do esforço que Jorge e eu fizemos por uma coisa que não deu certo, por motivos que não têm nada a ver com o nosso trabalho inicial.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – O senhor sabe que, para fazer pesquisa no CBA, eu tinha que bancar as bolsas pela Fapeam, para colocar o CBA para funcionar. E isso era por entendimento de que tinha de funcionar de alguma forma.

A Suframa não pode repassar, nenhuma outra instituição pode repassar um real sequer, porque, juridicamente, ele não existe, não tem CNPJ! Agora, veja: é difícil isso, Ministro? E são 12 anos!

Vejam bem: eram cinco Ministérios – Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Indústria e Comércio, Casa Civil e o Presidente. Depois, a Presidenta.

Eles não têm transversalidade, é um governo que não conversa; só conversam na frente da Presidente. Um Ministro não se senta com outro, a vaidade não permite que um vá ao Ministério do outro. Eles se falam por correspondência, o que nem existe mais. Sabem aquele negócio de falar: "ah, eu protocolei o negócio?" E nunca conseguiram se reunir, nunca conseguiram colocar quatro Ministros para decidir. Agora, parece-me, foi repassado... Conversei com o Ministro da Indústria e Comércio, que infelizmente teve um problema de saúde e esteve internado em São Paulo. Esperava que amanhã ele fosse à reunião – estou indo cedo para Manaus – do Conselho de Administração da Suframa – e lá anunciasse juridicamente o CBA. Vamos ter que esperar um pouco, vou continuar cobrando. E isso é o que posso fazer, não posso fazer outra coisa.

Mas, olha, o esforço de vocês não vai ser em vão. Você sabe que o centro de biotecnologia de Cuba teve um investimento da ordem de cinco bilhões, à época, feito pela Rússia. Se vocês forem ver a biodiversidade de Cuba relacionada à Amazônia, não chega nem perto. Mas eles avançaram muito na questão de saúde, via CBA deles, o centro de biotecnologia, que não é CBA, é outro nome. Naquela época, eles tinham recursos para fazer isso, porque eram financiados pela União Soviética. Hoje, não. Não conheço, não tenho conhecimento, mas deve ter caído.

E nós, há 12 anos...Toda vez em que se fala de pesquisa, quando alguém vem falar sobre pesquisa, fico rindo e digo: "rapaz, o Brasil não toma vergonha de constituir um negócio..." ele cria ministérios com uma facilidade, para dar para grupo político, e não consegue botar o CBA para funcionar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado. Essa denúncia já valeu a nossa audiência pública.

Professor Jorge.

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – Como eu dizia...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Só uma pergunta, Jorge, daqui não consigo ler, só vi que era Israel ali: mais ou menos que países são esses? Aquele grande, azul, qual é?

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – O grande azul são os Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Estados Unidos.

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – Ali temos Coreia, Inglaterra.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Onde está a Coreia?

O SR. GUILHERME SALES MELO – Está no verde. Coreia está...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Esse é Cingapura.

O SR. GUILHERME SALES MELO – Aqui, Coreia.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – Então, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – O número desses cientistas é por cem mil?

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – É por um milhão de habitantes.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Por um milhão de habitantes.

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – Pois bem, essa coisa significa, para nós, muito. Temos que trabalhar muito nisso.

Bom, vou passar um pouco sobre formação em recursos humanos. Aqui são estudantes matriculados em 2014, mestrado, doutorado e mestrado profissional, que tem muito a ver com a temática desta reunião. Ou seja: estamos falando de 230 mil estudantes de pós-graduação.

A Capes, Srs. Senadores e demais presentes, trabalha como um sistema de matrizes. Ou seja: é como sementes, fazemos as boas sementes. A relação de graduação para pós é de sete milhões em graduação para 230 mil em pós-graduação. Na educação básica, que a Capes assumiu a partir de 2008, é também a mesma direção: formar as pessoas que vão formar outras e, por conseguinte, fazer crescer o sistema.

Titulados. Estamos falando, Isaac, de 16 mil doutores, em 2014. E está crescendo muito a formação em mestrado profissional, que vai dar um salto enorme, porque entramos, para professores de educação básica, em mostrados profissionais a distância. E com bolsas; todos têm bolsa. E, em muitos Municípios, a bolsa é maior que o salário.

Eu não vou ter muito tempo para falar da educação básica aqui hoje.

Então, aqui por área, por grandes áreas, como as engenharias, por exemplo, discentes de mestrado, matriculados e titulados, que está dentro da temática; as ciências humanas, enfim, cobre todas as áreas do conhecimento.

Aqui, no doutorado, a mesma coisa. É isto: formar 11 mil doutores por ano em engenharias não dá nem para a saída do exemplo que o Senador trouxe aqui da Amazônia.

Concessões de bolsas no pós-doutorado. Aqui discentes de doutorado profissional, também de novo algumas áreas têm uma ênfase maior, sobretudo administração e economia. E aqui todas as engenharias. Multidisciplinar inclui agrárias, áreas sociais aplicadas de novo.

As bolsas, no pós-doutorado, que a Eliana mencionou aqui. De 2005 para cá que temos pós-doutorados em números significativos, tanto no CNPq como na Capes. As concessões por área no pós-doutorado.

Esse é um estágio importante que entre ele entrar no doutorado e ter a chance de fazer um concurso e ser absorvido pelo sistema de emprego,

Isso aqui, Senador, acho que é interessante: em 1998, nós tínhamos todos esses buracos aqui em branco, sem nenhum curso de pós-graduação. Zero. E aqui os Estados com números maiores também eram muito reduzidos ainda.

Então, expandiram-se os vermelhos, e acabamos com todos os brancos. Hoje, todas as áreas, todas as regiões do País, todos os Estados têm curso de pós-graduação.

Aqui é o crescimento da evolução do programa de pós-graduação, tomando aqui esse período mais recente, uma década e pouco, e estamos hoje nesse nível de programa de pós-graduação.

Esse aqui é o número de docentes. Vejam também o crescimento dele. Docentes só na pós-graduação. Os docentes permanentes, mesmo isso é muito pouco. Nós temos mais de 350 mil docentes universitários no Brasil. E só 61 mil atuam na pós-graduação. Os permanentes, os visitantes, estão todos aí incluídos.

A matrícula por nível eu já mostrei, podemos passar.

Os titulados por nível também já mostrei, pode passar.

As notas por curso, sabem que é uma coisa importante na Capes. Nós trabalhamos aqui com 11% dos cursos que têm os dois conceitos mais altos, o 6 e o 7. E aqui os outros cursos. Mas isso não é demérito para ninguém. A maioria desses cursos começaram antes, 1 e 2. Ou seja, não são aprovados. Depois, passa para 3, sobe para 4, 5, 6 e acabam vindo para esse padrão.

Concessão de bolsas, somente Capes. Há os dados do CNPq também, o Prof. Hernan deve mostrar. Como era em 2004 o mestrado, como estamos em 2014. Aqui no doutorado. E aqui no pós-doutorado.

Acordos vigentes: esse é um dado extremamente importante porque o senhor mencionou, com muita propriedade, a Helena e o Isaac também, que é a questão de trazer pessoas de fora. Pois bem. Nós temos acordos com muitos órgãos, institutos, aqui no Brasil. E quase todos eles têm como ênfase trazer pessoas de fora.

Isso existe com o nosso grande amigo Morel, na Fiocruz, que faz chamadas pelas principais revistas do mundo e vêm centenas de candidatos, a maioria estrangeiros.

Ele fixa que eles são os melhores com bolsa da Capes, bolsas atrativas. Não dá para fazer isso com universidades, porque é muito difícil a gente convencê-las a fazerem um compromisso de, depois de três anos, absorver.

E aí entra um conjunto grande do regulatório que implica uma dificuldade tremenda de fixar recursos humanos. Fizemos um acordo como a USP. É o primeiro com uma universidade para esta finalidade, porque a USP se comprometeu, diante da sua autonomia, a depois de três anos absorver os estrangeiros que vieram e funcionaram adequadamente.

Então, nós temos esse acordo com a própria Secretaria de Assuntos Estratégicos, com a Presidente da República, aqui, para tecnologia assistiva para deficientes; um grande programa com o Inmetro; com órgãos privados como o Instituto Aço; com a Fiocruz, aqui, basicamente é o programa do Morel; com o próprio CNPq temos vários projetos conjuntos; com o ITA; com o Instituto de Matemática Pura e Aplicada; com a Eletrobras; com a Embrapa; com o CNPEM.

Vejam, são todos institutos que possibilitam esse compromisso de absorver as pessoas depois dos três anos da bolsa da Capes.

Temos acordo com todas as FAP's – foi uma pena que o Senador Aziz saiu –, mostrando que não só o Acre, mas a Amazônia estão aí presentes. Com todos os Estados que têm fundação estadual nós temos compromisso. Dependendo da força daquele Estado, nós podemos trabalhar de um para um, como é o caso de São Paulo, por exemplo, até três ou quatro para um, sendo quatro da Capes e um da fundação estadual, com a temática do Estado. Eles é que dizem como gostariam de aplicar esses recursos.

Aqui, outro instrumento extraordinário, o Portal de Periódicos, que tem uma capilaridade incrível. Lá no meio da Amazônia, a pessoa acessa o Portal de Periódicos por satélite, com o IP da sua instituição.

Houve esse crescimento extraordinário ao longo dos anos. Aqui é o número de periódicos. Hoje estamos praticamente com mais de 37 mil. Aqui o número de instituições. Vejam que aqui tem um grupo grande de instituições que não são universidades, são institutos de pesquisa. E tem muitas universidades aí que ainda não estão na pós-graduação, mas são atraídas para o Portal de Periódicos, porque queremos que eles melhorem a qualidade deles e essa é uma cenoura que a gente coloca para eles.

Aí é como foi esse crescimento nesses últimos anos e o que ele contém: mais de 37 mil periódicos, 130 bases referenciais, 11 bases de patentes... Todas as patentes do mundo estão dentro do Portal de Periódicos, gratuitamente, acessadas pelos pesquisadores, os estudantes e, enfim, todo o pessoal das organizações.

São mais de 250 mil e-Books, teses e dissertações todas e muitas bases estatísticas e normas técnicas etc, que é um apoio extraordinário para a atividade tecnológica no País.

Cobre todas as áreas do conhecimento – todas! – exaustivamente.

Aqui, eu projeto os logotipos das instituições com as quais a gente trabalha. Vou ter de passar rápido, porque são muitas. Olhem aí. Vocês não vão encontrar nenhuma instituição no País que não esteja dentro do Portal de Periódicos, inclusive os mais novos, os institutos tecnológicos, que também estão aí, e os vários institutos. Alguns deles sem atividade em pós-graduação, mas que têm atividade forte em pesquisa e, portanto, acessam o Portal de Periódicos.

Aqui a produção científica brasileira. Como ela cresceu, em azul, e como cresce o mundo nesse período, mostrando o extraordinário crescimento.

Aqui a posição atual da produção científica brasileira tomando um quinquênio, porque o quinquênio é que representa melhor. O Brasil está aqui em 13º. E dentro do Plano Nacional de Pós-Graduação e no PNE está proposto o Brasil, até 2024, entrar no Grupo dos Dez. Não é tarefa simples.

O que está prometido no PNE para formação de mestres, doutores e mestrados profissionais, inclusive de professores da educação básica, vai dar para atender, mas nisso aqui é difícil a gente passar a Coreia, a Austrália, a Índia e a Espanha, para poder entrar no Grupo dos Dez. Mas esse é o plano com metas. E a gente trabalho, como eu disse, com planejamento.

O crescimento pode ser justificado da nossa ciência, fazendo comparação com o Reino Unido. Lá, nos anos 80, era 20 vezes maior a produção deles. Hoje, nós estamos com duas vezes e meia. E, se comparamos com a Alemanha, duas vezes; se comparamos com os Estados Unidos, que era 100 vezes, hoje é 9, e assim por diante.

O Senador estava falando em vocação. Estão aqui as vocações: em agricultura, nós somos os primeiros no mundo em produção de conhecimento novo; em relação à Medicina Tropical, quase 20% do conhecimento do mundo é feito no Brasil. E não temos as vacinas. Por que não temos as vacinas?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – Não, porque a indústria nossa é muito frágil na área da indústria farmacêutica, mas o conhecimento está aqui. Portanto, nós podemos fazer avanços.

A Embrapa está aqui extremamente bem representada. Em segundo.

Odontologia: segundo no mundo. Hoje, os ingleses têm que mandar estudar Odontologia no Brasil, porque nós somos melhores que eles. E por aí vai. São várias as áreas em que o Brasil se destaca mesmo no mundo.

Mais ainda. Lá nos anos 60, 70, para conhecimento de todas essas áreas, nós tínhamos que mandar gente para o exterior. Hoje não precisa mais. E muitas outras: automação bancária – uma quantidade enorme –, papel e celulose, enfim, são muitas as áreas em que o Brasil se tornou reconhecido mundialmente.

Eu costumo dizer, Senador, que tudo que deu certo no Brasil, com exceção da corrupção, passou por este sistema: formação de recursos humanos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – Ainda não vi nenhum cientista nessas operações! Felizmente! (*Risos.*)

Educação básica. Muito rapidamente.

Esse é o conjunto de ações que temos na educação básica. O Prof. Isaac mencionou o Pibic. Essa é a cópia do Pibic para a formação de professores.

Sabem quantos bolsistas nós temos aqui? São estudantes de licenciatura. Isso começou em 2009. Há 90 mil bolsistas sendo treinados, mão na massa, na escola, para a professora e para o professor da escola pública. Recebem bolsa. O professor da universidade que coordena grupos de 15 alunos recebe bolsa. Enfim, são muitos.

Esse aqui é só o laboratório de equipamentos.

Aqui nós temos a Universidade Aberta do Brasil. Temos uma parceria com o Instituto Ayrton Senna. Ainda ontem tivemos um evento lá sobre competências socioemocionais. Enfim, é um conjunto de ações que a Capes, usando a sua experiência na pós-graduação, botou em prática na formação de professores.

Universidade Aberta do Brasil. Esta aqui é a capilaridade do sistema: o número de instituições, os polos, enfim, o número de alunos. Esse instrumento, Ministro, tem potencial de um milhão de alunos por ano, e isso aqui, na Amazônia, é fundamental.

Os Mestrados Profissionais que mencionei rapidamente. Esse aqui é o primeiro deles, o Mestrado Profissional em Ensino de Matemática, exclusivamente para professores de Matemática de escolas públicas. O senhor veja que isso começou em 2011. Esse é hoje 30 vezes maior do que o maior curso de pós-graduação presencial que tínhamos na Capes. Já se formaram aí quase 1.500 professores, e todos eles têm bolsa de mestrado, igual à do mestrado acadêmico. Abrimos para História, Artes, Letras, Física. Todos já estão funcionando. Todos para professores de educação básica das nossas escolas.

Aqui são os polos da UAB. Já mencionei rapidamente. Também uma capilaridade enorme, porque eles são semipresenciais. Os alunos no sábado e no domingo podem ter acesso ao laboratório.

Bom, bolsista no exterior. Nós falamos muito do Brasil. Chamo a atenção aqui para o seguinte: entre 2006 e 2010, a Capes tinha cerca de quatro mil, quase cinco mil, bolsistas no exterior. Este aqui é o efeito Ciência sem Fronteiras. A partir de 2011, começa a crescer, 2012 etc. Isso nos remete, portanto, ao principal componente dessa discussão, que é o Ciência sem Fronteiras. Portanto, vou tratar disso mais devagar um pouco.

Metas e resultados alcançados, primeira etapa; investimentos realizados; experiências selecionadas; perspectivas, e isso também estava na lista do Isaac Roitman.

Bom, esse era o planejamento original, com a distribuição pelas modalidades de bolsas. Vejam só a presença da graduação sanduíche. Acerca disso, já tinha sido feita uma correção. O primeiro plano nosso era por volta de 48 mil. Na medida em que o programa começou a funcionar, foi visto que aqui está a grande demanda. Aqui, as outras modalidades: doutorado sanduíche, doutorado pleno, pós-doutorado, treinamento de especialistas no exterior e a atração de fora para dentro: jovens pesquisadores, cientistas mais experientes. A soma disso daria quatro mil. O total seria de 101 mil, incluindo as 26 mil financiadas pela iniciativa privada – modo de dizer, porque isso inclui a Petrobras e a Eletrobras. Essa era a meta.

E como está executado isso?

Aqui tenho dados da Capes e CNPq, e vencemos a meta de 101 mil. Lembro-me de que o Jornalista Elio Gaspari, na primeira semana, escreveu: "isso não vai acontecer, é mais uma coisa que o Brasil não vai cumprir". Está aí o resultado desse período. Aqui estão as bolsas concedidas a cada ano.

Bom, muitas vezes, a imprensa faz uma confusão com isto aqui. Vejam só: são 101 mil. Desse total, 40 mil já voltaram. Este ano, retornam mais 33 mil e, em 2016, mais 14 mil. Essas aqui são bolsas já concedidas pela Capes e CNPq, que estão viajando a partir de julho. A imprensa nunca entendia isso. Fazemos a seleção seis meses antes. Portanto, uma vez selecionados, chamamos de concedido. Não há nenhum caso de concedido que tenha desistido depois. Nem por doença. Tivemos que resolver até casos de doença, porque a pessoa diz:

"estou doente, mas tenho que ir; já ganhei a bolsa, e, portanto, vou." Então, esses 14 mil estão previstos para começarem a ir agora em julho, que é quando começam as aulas. Isso são basicamente estudantes de graduação.

Como funcionou isso por cada modalidade?

Vejam bem: a graduação ocupou 79 mil das 101 mil bolsas. As outras foram crescendo. Em determinado momento, notamos que engenheiros, sobretudo os engenheiros, não querem ficar quatro anos fora do País. Tínhamos dificuldade em atingir essa meta com os engenheiros. Então, criamos o mestrado profissional no exterior, e isso foi o maior sucesso. As pessoas estão voltando até o final do ano e serão os profissionais "mão na massa" nas melhores universidades americanas – isso foi feito só nos Estados Unidos – para essa formação que exigiu proficiência no inglês e aprovação no teste americano que equivale ao nosso Enem, o GRE.

Aqui, as áreas, sobretudo as engenharias, em maior número, disparadamente. Há muito nas biomédicas, saúde, medicina. Medicina é uma área complicada de mandar os estudantes, mas temos feito isso. Em Harvard, temos uma grande quantidade de estudantes de medicina, do Programa Ciência sem Fronteiras, e de outras áreas também que o Isaac mencionou como sendo áreas prioritárias do programa.

O que houve de sucesso no programa em relação a outras coisas? Prioridade. É aquilo que o Senador estava dizendo: é preciso dizer quais são as prioridades, e isso foi feito nesse programa.

E devo dizer que não prejudicamos as Humanidades, porque, tanto o CNPq quanto a Capes convenceram o governo de que os programas antigos deveriam continuar. E eles ficaram abertos exclusivamente para ciências humanas e sociais. Na verdade, mandamos mais pessoas da área de ciências humanas e sociais depois do Ciência sem Fronteiras do que mandávamos antes. Claramente, não tanto estudantes de graduação, mas doutorado, doutorado sanduíche e pós-doutorado.

Então, aqui, mostramos em gráficos como são esses dados.

Aqui, os países de destino: vejam que são principalmente os Estados Unidos, seguidos de Reino Unido, Canadá, França, enfim, os parceiros desse enorme programa de formação de recursos humanos. É interessante mencionar que há países com os quais tínhamos pouquíssima interação, como é o caso de Coreia do Sul, Suécia, Suíça, Hungria e que passaram a ter uma presença de estudantes nossos, tanto pela Capes quanto pelo CNPq. Aqui, um gráfico, mostrando a distribuição deles nos principais países.

Aqui, as instituições de origem, no Brasil. Vejam só, a imprensa falou a beça, falou uma porção de coisas. Mas olhem aqui: a Universidade de São Paulo mandou quase sete mil bolsistas ao exterior. Aí vem um grupo, universidades novas, como a Universidade Federal do ABC. Vêm também a Universidade de Brasília, a UFRJ, Minas Gerais, enfim, mandaram alunos. E essa lista se estende com um grande número de instituições, de modo que, hoje, todas as instituições de ensino superior brasileiro tiveram alguma experiência com o Ciência sem Fronteiras.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – Exatamente. E vou mostrar um dado interessante aqui daqui a pouco.

O fato concreto é que isso, Senador, ajuda muito a estabelecer as novas maneiras de operar, como, aliás, o Isaac chamou bem a atenção para isso. Por quê? Porque hoje todas elas tiveram experiências: umas maiores, umas menores, mas elas sabem muito bem para que instituições seus alunos foram. E estou me referindo basicamente ao estudante de graduação, porque ele é o que volta para a nossa universidade e busca fazer o que a Helena mencionou, que é mudar a nossa maneira de operar.

Esses alunos trouxeram para nós experiências incríveis. Primeiro, as nossas universidades não sabiam que tinham alunos tão bons. Vou mostrar, ao final, exemplos de prêmios, de melhores alunos, uma quantidade enorme de casos de enorme sucesso, mesmo em universidades extremamente competitivas.

Muito bem, eles trouxeram ensinamentos de não mais de 14 horas de aula por semana. Essa é a primeira coisa. Segundo: moram no *campus,* convivem com colegas do mundo inteiro. Há um componente humanístico, cultural, impressionante, e esses jovens vivenciaram isso. E aprenderam por eles mesmos. Os professores estão disponíveis, mas não gastam o tempo do aluno na sala de aula. Eles têm acesso a inúmeras formas de aprendizagem.

Aqui, os dez itens que selecionamos, de diferenças desses alunos, do que eles viviam aqui e do que viram lá fora. Desses dez, há dois itens em que somos competitivos. Um deles – o Isaac chamou a atenção – é a iniciação científica, um instrumento formativo. Não é o informativo da sala de aula. E o segundo é o acesso ao portal de periódicos, que é aquilo de que precisam para aprenderem sozinhos, aprenderem em grupos, em pequenos grupos etc.

Hoje não existe mais aula ruim. O professor dá uma aula de dengue; o aluno não gostou, abre o portal de periódicos e pega a revisão de ontem, do melhor especialista do mundo naquele assunto.

Aprendemos muito com o Ciência sem Fronteiras. Sobre as bolsas concedidas pela instituição de origem, tomando as principais que estão aí, e isso precisa de uma explicação especial, eu tenho que ir ao quadro e vou procurar falar alto.

Isso aqui é o seguinte: essas são instituições que mandaram estudantes para o exterior. Aqui é o número de alunos matriculados, e aqui o número de bolsistas. No ITA, 35% dos alunos passaram pelo CSF. Se nós pegarmos aqui, a Universidade Estadual de Itajubá, forte em engenharia, foram 23%. No Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, 18%. NA FUF ABC, uma universidade novíssima, 17%.

E aí nós vamos vendo – selecionamos até 7% – que isso teve um impacto tremendo nessas instituições. Se não teve, vai ter. E de fato se tomarmos a média, estamos vendo ali que grande número de instituições... mais para baixo, mostrando como está sendo importante isso.

Esses alunos do ITA, quando votaram, foram dizer ao reitor do ITA, que era o Carlos Américo Pacheco: "Não queremos mais esse tipo de aula. Queremos o que vimos lá fora." E ele, reitor, disse: "Vocês têm razão, nós vamos ter que mudar o ITA." Quer dizer, passar do processo informativo para o formativo. E nós estamos falando de uma instituição de altíssimo nível, não estamos falando de qualquer uma. Foram 35% que passaram por isso; imaginem o que vai representar isso para o ITA. Estamos duplicando o ITA, com acordo com o MEC, porque, de alguma forma, lá no Ceará ele sabe como prepara os alunos. A maioria dos alunos que entram no ITA veio do Ceará – o gene é bom. Esse é um bom jogador de futebol, esse e um Darwin, esse é um Mozart.

E essa gurizada passou por isso e a grande maioria é pobre, que não tinha condição de sair do País de outra forma.

Muito bem. Isso dá um orgulho especial para o Programa, porque sabemos que vai ter resultados.

Eu fiz um *ranking* das nossas principais universidades, tomando a pós-graduação como modelo. E o interessante é isto: o *ranking* da Capes – USP, primeiro; UFRJ, etc – é praticamente o ranking da *Folha de S. Paulo*.

Portanto, nós também fizemos uma comparação dos alunos que foram para o Ciência sem Fronteiras com esse *ranking*. É exatamente a mesma coisa, as mesmas que vocês viram no eslaide anterior.

Também fizemos com a produção científica. Desse lado é o ranking da Capes, as 20 principais instituições, o número de cursos que elas têm, o 6 e 7, os mais elevados. E a *ranking* da produção científica brasileiro, que eu mostrei naquele gráfico do quinquênio. Isso bate quase que 100%.

De modo, Senador, que eu passaria agora muito rapidamente... Tem mais um dado aqui que resume tudo isso que eu falei no período, ano a ano, como foi o desenvolvimento disso, os alunos que estarão voltando e os investimentos. Isso é fundamental que todos saibam.

Nós estamos falando aqui de investimento que deve atingir, ao final, R$9,5 bilhões, dois quais R$6,4 bilhões – dados incluindo a Capes e o CNPq... Agradeço muito a sua equipe, Hernan, que nos mandou os dados para fazermos a apresentação do conjunto todo. E estamos, neste momento, esperando liberação ainda de setor privado.

Isso aqui é o resumo do setor privado, quanto desse total de recursos foi arrecadado: R$1,054 bilhões. Ainda tem gente repassando recursos. E não atingimos os 26 mil porque a CNI e ABDIB não cumpriram a promessa de 11 mil bolsas.

Eu vou passar rapidamente aqui porque são casos selecionados de exemplos excelentes dos nossos bolsistas no exterior. O número é muito grande, mas vou passar rapidamente o sucesso que esses estudantes passaram a ter.

Quero dizer o seguinte: a Boeing, por exemplo, leva 25 alunos nas férias para estágio, no primeiro semestre e 25 no segundo. O que a Boeing quer fazer? Botar o DNA dela nos nossos estudantes, porque eles estão interessados em parceria com a Embraer aqui no Brasil.

E nos Estados Unidos são 340 empresas oferecendo estágio. Esse é outro diferencial enorme a que nossos alunos estão sendo submetidos. No Brasil nós não temos essa ocasião.

Países como a Suécia, que tem 200 empresas no Brasil; ou a Coreia, que tem 230 empresas no Brasil; querem os nossos estudantes nas férias para fazerem estágio. E eles oferecem.

Hoje, nós temos acordos com inúmeros laboratórios, da indústria farmacêutica, por exemplo, Sanofi, Bayer, AstraZeneca, etc. São exemplos que a gente trouxe aqui, mas temos jovens que já voltaram e criaram revistas, por exemplo, como o caso aqui. A UnB tem um exemplo excelente, que é o Fab Lab, um laboratório aonde qualquer indivíduo pode ir para desenvolver o seu projeto, porque há o ferramental apropriado. Fizeram um investimento para isso e está aí disponível.

Nós temos outros premiados, como, por exemplo, esse guri do ITA. E vai por aí uma quantidade muito grande de exemplos de sucesso dos nossos jovens.

Portanto, Senador, acho que foi extremamente oportuno ter a ocasião de discutir aqui esse tema de formação de recursos humanos, o exemplo da Boeing, que mostra que o programa, ainda que feito de uma forma – vamos dizer assim –muito apressada, encontrou possibilidade de executar.

O Isaac estava dizendo que a grande novidade foram os alunos de graduação. Para Capes, não. A Capes já tinha uma enorme experiência com alunos de graduação na Alemanha, especialmente em engenharias; na França, também em engenharias; e nos Estados Unidos, com uma troca de estudantes de graduação. Quando o programa foi feito, não teve uma linha no nosso planejamento de dez anos da Capes, agora que uma comissão externa está adaptando isso, mas esse programa encontrou, sobretudo na Capes, uma estrutura organizada. Quando foi criada a nova Capes, pelo Congresso, no final de 2007, e que começou a operar em 2008, quando entrou a educação básica, nós transformamos a Coordenação de Cooperação Internacional em diretoria. De modo que, quando chegou o Ciência sem Fronteiras, já tínhamos uma diretoria montada.

Então, basicamente, era essa a contribuição. Agradeço muito o senhor ter permitido extrapolar o tempo. E a intervenção do Senador Aziz também foi muito importante.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Prof. Jorge, muito obrigado. Essa sua apresentação nos enche de otimismo.

Eu quero dizer que no sábado... Está funcionando o som? Está funcionando aqui, não? (*Pausa.*)

Eu quero dizer que... Não. Não está. Não está funcionando. (*Pausa.*)

Eu quero dizer que no sábado tive oportunidade de participar de um evento que comprova isso. Fui convidado por uma associação de estudantes, a maior parte deles bolsista do Ciência sem Fronteiras que estuda nos Estados Unidos. Levaram-me lá, pagaram a viagem, a passagem, deram-me dois dias de hospedagem e fiquei o sábado inteiro com eles, lá. E eu fiquei impressionado... Nem todos do Ciência sem Fronteiras, alguns pagos pelos próprios pais, mas são 200 alunos. Todos muito motivados, mobilizados e ligados no Brasil, preparando-se para voltar.

Houve um dia de debates com pessoas que eles convidaram, desde empresários, a mim, até humoristas e, sobretudo, jovens com *startups,* que foram lá mostrar como eles conseguiram montar empresa e ter sucesso. Então, eu fiquei realmente entusiasmado. E sua fala comprova o que estamos fazendo.

Entretanto, eu gostaria de provocar, depois, a pergunta: o que é que falta? Ou seja, o que a gente precisa fazer, além de tudo isso que já fez? E nesse sentido, quero colocar duas coisas. Uma não tem nada a ver diretamente com Capes, com Governo: são os empresários brasileiros. Como a gente vai mudar a mentalidade dos empresários brasileiros? E aí, os setores do Governo que não são diretamente ligados à área de educação, ciência e tecnologia, como o BNDES?

Eu faço uma cobrança constante de que o BNDES, que gastou 500 bilhões – se não me engano – nos últimos anos, de investimentos, não tenha patentes dos seus investimentos. A Coreia é um exemplo de como um banco estatal pode induzir o setor empresarial a procurar investir em ciência e tecnologia.

O Hernan estava quando veio aqui o Ministro – acho que o Jorge também – da Ciência e Tecnologia, ocasião em que eu disse que por mim o BNDES ficaria dentro do Ministério de Ciência e Tecnologia e não dentro do Ministério de Indústria e Comércio, onde eu acho que está. Então, como a gente mexe com os nossos empresários?

Segundo. Aqui é um desafio que eu quero muito explorar com vocês. Como nós mudamos o marco regulatório da criação de conhecimento no Brasil, para facilitar? Fala-se muito em desburocratização na sociedade. Eu quero saber como a gente desburocratiza a produção de conhecimento? Como a gente desburocratiza as universidades, por exemplo, para que possam absorver? Porque não é só uma questão de querer ou não querer, é também de poder ou não.

Como a gente desburocratiza e facilita a doação de empresários ao setor de universidades e institutos? Tem empresário brasileiro doando a universidades americanas. E eles me dizem que é porque não conseguem colocar o dinheiro aqui dentro, nas universidades brasileiras. Então, onde é que a gente desburocratiza?

O reitor da USP fez o desafio. Como ter uma Lei Rouanet para o ensino superior e para a ciência e tecnologia da maneira como tem para a cultura? Tudo isso a gente quer construir e vamos explorar vocês. Mas até lá, eu passo a palavra para o Prof. Hernan.

O SR. HERNAN CHAIMOVICH – Senador, muito obrigado.

É uma honra estar aqui. É uma honra compartilhar a mesa com esses QIs que estão aqui. E depois das apresentações anteriores, quiçá eu não deveria falar nada, porque praticamente tudo foi dito. Mas, por costume, vou colocar alguns pontos que não foram analisados antes.

Antes disso, eu quero dar três recados.

Lembrando aquilo que o Senador Aziz perguntou, no ano passado, o FNDCT teve um orçamento da ordem R$6,5 bilhões. Quando se tira para esse ano a contribuição do CT-Petro, sobram R$3,8 bilhões, dos quais R$1,1 bilhão são retirados do FNDCT para cobrir, sem dinheiro novo, o Programa Ciência Sem Fronteiras. Essa é uma conta simples.

O segundo recado que eu quero dar – eu lamento que o Senador tenha saído, mas eu vou dar do mesmo jeito, senão acabam os meus 15 minutos – é que o ITA, como o Prof. Jorge Guimarães colocou, é muito especial. Eu acho que todos nós temos de nos perguntar se é por acaso que o ITA seja muito especial e que 30%, 40% dos alunos tenham ido para o Ciência Sem Fronteiras. É um dos únicos institutos de ensino superior em que o reitor não é eleito.

Eu acho que tem que ser dito isso. Isso não acontece por acaso. E também não é por acaso que o reitor aceita uma demanda dos alunos quando essa demanda é razoável. Não tem nada a ver com eleição.

Dito isso – eram os dois recados –, eu vou me referir a quatro, cinco pontos rapidamente.

Agora, o meu relógio funciona, Jorge! (*Risos.*)

Senador, eu vou repetir uma coisa que eu disse, porque acho-a interessante: o ITA, como o Prof. Jorge Guimarães mostrou, é especial. E eu me pergunto: na especialidade desse instituto, tem ou não tem a ver o fato de o reitor não ser eleito?

Eu quero me referir a alguns pontos. Em geral, eu não vou falar muito de formação de recursos humanos como um tema geral, porque foi muito bem colocado pelos meus antecessores. Eu só quero dizer que existe uma correlação inversa entre investimento em educação e tempo em que esse investimento é feito.

Um economista americano ganhou Prêmio Nobel demonstrando que o investimento mais barato e mais efetivo em educação, especialmente em ciência, se faz no ensino fundamental. À medida que o tempo vai passando, fica cada vez mais difícil e caro arrebentar com os preconceitos.

E qual é o preconceito fundamental?

O preconceito fundamental, e que é barato romper quando a criança é jovem, é que os fatos e as suas interpretações não podem ser aceitos por argumentos de poder. Isto é: não é porque alguém disse que aquilo que foi dito é verdade. Pelo contrário, os fatos e as suas interpretações precisam ser construídos pelos participantes. Quem ouve e quem aprende é o participante. Romper a relação entre verdade e poder não é só importante para a formação científica; é importante para a formação do cidadão e é fundamental para a consolidação da democracia. Isso é a regra de ouro da educação em ciência na primeira infância.

Dito isso, e eu não vou mais me referir a isso, eu quero falar do Programa Ciência sem Fronteiras com alguma clareza. Eu vou falar dos objetivos. Eu vou reafirmar aquilo que foi dito: todos os objetivos do programa foram cumpridos. Mas, além disso, a presença internacional do Brasil existe hoje num patamar em que jamais havia existido. Não são 100 mil bolsistas, não é só isso.

É que as relações do Brasil hoje com governos no mundo inteiro, com universidades no mundo inteiro, com conselhos de pesquisa no mundo inteiro foram construídas num programa que durou três ou quatro anos. Essa é uma decisão de Estado. E esse resultado não é só o produto – é possível que sequer tivesse sido pensado –, mas, sob o meu ponto de vista, é um dos resultados mais importantes além de tudo aquilo que o Prof. Guimarães disse. E a prova disso é que cada um de nós que temos a responsabilidade de presidir ou gerir instituições de ensino, de pesquisa, de desenvolvimento, recebe hoje visita de primeiro-ministro, segundo-ministro, terceiro-ministro do mundo inteiro. Reitores, sub-reitores, professores do mundo inteiro que conhecem este País querem conhecer mais, querem levar os nossos estudantes, e muitos deles querem mandar estudantes e pesquisadores para o Brasil.

Esse salto de qualidade internacional é aquilo que se conhece por essa palavra complicada: "internacionalização". Estamos longe de atingi-la? Estamos. Mas hoje temos condições que há quatro anos não existiam. Não é só os estudantes que foram, não é só a mudança que, potencialmente, eles vão fazer em um sistema universitário obsoleto e conservador; é também a posição internacional do Brasil que chegou a um patamar nunca antes existente.

Outro ponto que eu acho ser necessário descrever com clareza é que, apesar dos problemas pontuais com a iniciativa privada, a iniciativa privada, de fato, contribuiu para que esse programa, que é um programa de Estado e também de governo, tivesse o sucesso que teve.

Uma das coisas que não foram mencionadas é que os bancos, a Febraban, se inseriu no programa de uma forma que muitas outras empresas não se inseriram. E não é por acaso. Inciativa privada não investe quando não é conveniente para o lucro futuro dessa iniciativa.

É totalmente correto. Por quê? Nesse momento, a segurança da rede é fundamental para o desenvolvimento futuro de todo o sistema bancário e financeiro brasileiro. Portanto, é lógico que, no momento estratégico, a Febraban colaborasse com um programa de internacionalização.

Outro ponto que eu quero trazer. Se a Capes estava absolutamente preparada para incorporar um programa de intercâmbio internacional de estudante, o CNPq não estava. O esforço que o CNPq fez para mudar a sua estrutura, para acompanhar a Capes, com os números que o Prof. Guimarães mostrou, demonstra, mais uma vez, que quando existe uma meta a ser cumprida como decisão de Estado, instituições brasileiras são capazes de, com muito esforço, acomodar a sua estrutura para cumprir essa missão. Isso não é fácil. Isso não acontece no mundo inteiro. O CNPq cumpriu bem a sua missão.

E, como último ponto, eu quero detalhar cada um deles, é que, é verdade, nós temos uma série de exemplos de sucesso, e, como já foi dito, parte da sociedade brasileira, ao invés de olhar os sucessos, olha os três fracassos.

Cem mil estudantes é a população de uma cidade média no Brasil. E, portanto, que ocorram três acidentes é mais ou menos esperado. O que não é esperado é que a atenção pública se fixe nesses três. E, desafortunadamente, isso tem acontecido com certa frequência.

Quando o Senador pergunta o que fazer no futuro, o futuro é hoje, Senador. Se nós não construímos o futuro a partir de hoje, esse futuro não vai chegar nunca. E uma das coisas absolutamente essenciais a fazer é, além daquilo que foi mostrado, construir um sistema de avaliação permanente.

Por que eu digo isso? Eu digo isso pelo seguinte: o custo por estudante, desses 100 mil, com os números que estão lá – e é fácil; é só fazer uma regrinha de três –, é da ordem de R$90 mil. Isso é caro ou é barato? Depende. Vamos comparar com o quê? Vamos comparar, por exemplo, com quanto aumenta o Produto Nacional Bruto brasileiro feito pelos estudantes que voltaram em comparação com a média dos estudantes que não tiveram essa experiência, daqui a cinco anos. Eu não tenho números, lógico, porque isso não aconteceu, mas nós vamos ter que medir isso. Porque em todos os países em que esse tipo de coisa foi medida, chega-se à seguinte conclusão: uma unidade de investimento nesse tipo de programa gera, em média, entre sete e treze unidades quaisquer de moeda de Produto Nacional Bruto de aumento depois de cinco anos.

Então, há uma discussão que eu acho interessante, na medida em que não é baseada em fatos. Quando se discute que o programa é caro, não se referencia. Caro com relação a quê? Este País investiu até agora R$6 bilhões, mas este País vai investir R$9 bilhões, mais ou menos, R$90 mil por aluno. Isso é caro? Isso é barato? Em qualquer outro lugar do mundo, esse investimento pode ser definido como extremamente barato pelos resultados que ele pode ter.

Um outro ponto que eu quero tocar rapidamente se refere a uma questão que também tem dado algum barulho na imprensa – não só na imprensa, mas na sociedade brasileira. O Jorge apresentou alguns números que mostram aonde os estudantes estão indo ou para onde foram.

Entre as coisas que a Capes têm – e nós também temos – é uma ordenação de quantos estudantes foram e a posição das universidades em um *ranking* mundial de universidades. Eu não vou ler as dez páginas, porque, senão, um minuto que eu tenho iria acabar.

(Soa a campainha.)

O SR. HERNAN CHAIMOVICH – O que eu posso dizer é que 14% dos estudantes que participaram do Programa Ciência sem Fronteiras foram para universidades colocadas entre as 100 melhores universidades do mundo. Eu posso dizer que 26% dos estudantes foram para universidades colocadas entre as 200 primeiras universidades do mundo. E eu também posso dizer que praticamente 50% dos estudantes foram para as 400 melhores universidades do mundo. Só para vocês terem uma ideia, nessa lista das 400, só existem duas universidades brasileiras.

Eu quero terminar – faltam três segundos, eu vou tomar mais três segundos – dizendo o seguinte e respondendo, de alguma forma, às questões que o Senador levantou: primeiro, esse programa, com os indicadores que nós temos neste momento, é um enorme sucesso. Esse programa precisa ter uma avaliação continuada para demonstrar para a sociedade que pagou o programa que esse investimento foi bem-sucedido.

Esse programa não pode continuar sem o aporte novo ao sistema de ciência e tecnologia do País. Esse programa deve continuar. E as duas coisas são verdade ao mesmo tempo. A inserção internacional do Brasil tem que quebrar o fato de que a produção científica brasileira tem uma colaboração internacional hoje extremamente menor que a média da colaboração internacional dos países que formam o OECD. Nós chegamos a um ponto crítico há dois anos em que somente 24% das publicações brasileiras tinham colaboração internacional. A média na OECD está chegando perto de 60%. Eu não tenho nenhuma dúvida de que, a partir dos resultados desse programa, essas percentagens vão aumentar, porque é uma coisa óbvia. É também óbvio que culturas diferentes quando olham juntas o mesmo problema jamais somam; sempre multiplicam. E é isso que está acontecendo crescentemente, não só com os estudantes de graduação, mas com milhares de doutorados plenos, doutorados sanduíches, pós-doutores, visitantes estrangeiros que neste momento este País está recebendo.

Queria terminar agradecendo a possibilidade de estar no Senado e colocando o CNPq ao inteiro dispor da sua Comissão, Senador, e do Senado em geral para continuar discutindo esses temas.

Quero adicionar que "como diminuir a dificuldade de fazer ciência no País" é um tema que está sendo discutido no ministério hoje. E certamente, daqui a pouco tempo, teremos uma listagem muito precisa do que tem de ser feito, do ponto de vista legislativo, o que poderia ser feito em nível dos órgãos de controle para evitar que a gente siga trabalhando e tendo um resultado muito menor que nosso esforço.

Com relação à pesquisa nas empresas, eu acho que existia, em algum momento, uma diferença e uma distância entre aquilo que é o sistema de ciência e tecnologia e aquilo que é pesquisa, desenvolvimento da empresa.

Agora, em todos os países que estavam no primeiro gráfico do Prof. Jorge Guimarães, a formação bruta de capital fixo aumenta ano a ano. No Brasil, a formação bruta de capital fixo tem diminuído vertiginosamente nos últimos quatro anos. E existe uma correlação direta entre investimento, pesquisa, desenvolvimento e formação bruta de capital fixo. Não se pode esperar que, em uma economia em que esse número é descendente, tenhamos um aumento de pesquisa e desenvolvimento nas empresas.

Não é que todo mundo seja bonzinho, mas não dá para esperar que um sistema que visa lucro queira diminuir seu lucro quando não pode ter sequer força para a formação bruta de capital fixo. Eu acho que a posição, claro, de aumentar a percentagem de investimento em ciência e tecnologia para 2% é um desejo global de toda comunidade científica e também de parte da comunidade empresarial brasileira. A realidade é que o Estado, o fundo público, pode aumentar um pouco; o que tem que aumentar significativamente é o investimento privado. E, enquanto a formação bruta de capital fixo não aumenta, é difícil que isso aumente.

Quero terminar, finalmente, dizendo que agradeço e me coloco ao inteiro dispor. Esta é uma oportunidade única para discutir esse e qualquer outro ponto que o Senador queira colocar.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Prof. Hernan, quem tem que agradecer somos nós, do Senado, e eu, especialmente, porque estou aqui nesta Comissão.

Sobre a sua fala, eu quero dizer o seguinte. Primeiro, o senhor disse que o futuro é hoje. Eu estou de acordo que é hoje e eu sei onde ele está. Ele está na cabeça das crianças com cinco anos de idade; ou seja, hoje e na cabecinha dessas crianças que a gente tem de preparar. Podia até ir para trás.

E aí fica a pergunta, que a gente talvez não responda aqui, mas eu vou explorar vocês – muito obrigado por dizer que o CNPq está à disposição da gente para refletir: como é que a gente vai inventar cientistas lá nessas criancinhas de cinco anos de idade? Como é que a gente vai fazer com que o processo educacional chegue até que a gente possa ter, no Ciência sem Fronteiras, não apenas esses 70 mil, 100 mil, mas 100 mil escolhidos entre todos os cérebros do Brasil, e não apenas entre os 40% que terminam o ensino médio?

Mas eu estou querendo é que todos terminem mesmo; não é criar cotas para ser sem fronteira entre aqueles que não terminaram o ensino médio. Esse é o grande desafio.

O Isaac falou, e eu quero continuar explorando isso. Esse encontro que eu disse, com os meninos do Ciência sem Fronteiras, eu acho que eu não disse onde foi. Foi em Columbia University, em Nova York. Eu reclamei muito dos empresários, mas devo dizer que quem pagou a viagem foi um grupo de empresários, porque eu tenho mais medo de quem paga as minhas viagens do que da formação do piloto que me leva. (*Risos.*)

Eu acho muito mais perigoso quem paga, até porque o piloto está ali e corre o mesmo risco que eu. E quem paga não corre o risco. E eles me mostraram a lista das cinco empresas: Banco Safra, Banco Pactual, AmBev, não lembro mais quais. Mas eles pagaram.

Lá, isso que eu queria falar, uma das palestras foi do Nicolelis. O Nicolelis mostrou uma coisa que eu confesso que, apesar de toda admiração, eu fiquei surpreso. Isso não vai entrar na nossa conversa nem vou perguntar sobre isso. O programa dele em Natal tem desde uma maternidade – ele colocou. Ou seja, ele coloca a ideia de preparar desde aquela idade, o que realmente tem, para mim, um problema: não são aquelas crianças que vão virar cientistas. Aí, a gente estaria programando, e isso eu não acredito que a gente faça nem que seja bom. Mas, de qualquer maneira, eu achei interessante pois, dentro do sistema que ele cria, até a última fase de pensamento relacionado à neurociência, está a educação de base. Então, é isso o que a gente, a meu ver, precisa trabalhar, além de tudo de bom que está acontecendo.

Sobre o reitor, eu quero dizer que fui eleito diretamente. Já naquela época, eu escrevia que a experiência de eleição direta de reitor tinha que ser provisória. É um período, porque a gente precisava dar uma balançada na universidade. Vinte anos depois, mais, trinta anos depois, eu creio que está absolutamente superada esta ideia de que eleição escolhe os melhores reitores.

É preciso ter uma boa relação com a comunidade, claro, como, na educação de base, a gente precisa ter diretores que convivam bem com os seus colegas, com as crianças, com as famílias. A minha proposta para a

escola de base é criar escolas de gestores, formar gestores. Quem tiver o diploma pode candidatar-se e será eleito pelos seus pares, mas não uma eleição solta.

Eu creio que, para reitor, a gente precisa discutir se deve fazer-se como algumas universidades americanas, através de caça de cabeças, como se diz, ou de outra maneira. Mas está na hora de termos um método diferente da pura e simples eleição direta, especialmente com aquilo que eu sempre critiquei, que é a mágica da paridade, porque, aí, sempre provoquei: "Prefiro um voto direto, porque aluno é menos corporativo do que professor e servidor". Mas temos que encontrar uma maneira.

Isso faz parte daquilo que a gente quer fazer aqui. É um dos itens dessa ideia de como criar um sistema nacional. Eu tive a ousadia de preparar essa proposta aqui, com a cooperação de algumas pessoas, embora, sob a minha responsabilidade.

Vou ler algumas perguntas e colocações que chegaram aqui.

Por Peirol Gomes:

Sou ex-aluno do Ciência sem Fronteiras. Depois de participar do programa, criei um portal onde agrupo mais de 15 mil bolsistas do programa. Nosso intuito é fazer com que os estudantes do Ciência sem Fronteiras deem um retorno para a sociedade do investimento que eles receberam.

Este sentimento percebi lá no encontro de Columbia, o desejo de voltar e de participar.

Ainda por Peirol Gomes:

Na próxima semana, iremos publicar um artigo com uma pesquisa realizada em parceria com uma universidade federal perguntando aos egressos do CsF como podemos melhorar o ensino superior brasileiro com base na experiência deles. Seria um prazer compartilhar esse estudo com vocês.

Peirol, terei o maior interesse em estar em contato com você.

Temos aqui uma colocação de Nelorraison Silveira Santos: "Gostaria que o Curso de Direito fosse incluído no rol e ser inserto no Programa Ciência sem Fronteiras".

É um procurador do Ceará.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Aqui há uma do nosso querido amigo e colega, Carlos Morel, que acho que é muito interessante. E nos orgulha saber que o Morel está atento a isso, assistindo às nossas reuniões. (*Risos.*)

A colocação dele já li antes e realmente é muito interessante. Deixo isso aí como uma pergunta na parte final, e cada um vai ter a sua.

Na minha visão o CsF deve colaborar estreitamente com os INCTs (Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia): (i) solicitando indicações de candidatos pelos INCTs; (ii) apoiando-se nos INCTs quando do retorno ao Brasil dos bolsistas do CsF. [E aí vem a pergunta dele.] Como anda esta integração CsF-INCTs?

Aqui o Rafael Alves do Nascimento:

Sou estudante de engenharia eletrônica na UTFPR, em Curitiba. Acredito na importância do CsF para os jovens estudantes brasileiros. Entretanto, é necessário melhorar o processo de seleção do programa. Enem é um critério muito vago para ser avaliado como principal item de seleção.

Aqui é o José da Rocha Carvalheiro: "Concordo com Morel. Como se dá a relação do CsF com os INCTs?"

Bem, vocês têm essas perguntas, têm as colocações que fui fazendo, e dou aqui um tempo para que cada um possa encerrar.

Vou começar com o Jorge, e venho de lá para cá.

Quero dizer que espero que este nosso encontro seja apenas um de uma cooperação ao longo do meu trabalho nesta Comissão. Queremos realmente que, ao final, possa-se dizer: "Está aqui uma contribuição da comunidade através do Senado, para que o Brasil tenha um forte sistema nacional do conhecimento e da inovação".

Prof. Jorge.

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – Vamos começar pelo Rafael Alves, sobre o processo de seleção.

Senador, de fato, nesse estágio, o Isaac avançou um pouco numa temática futura. Não quis fazer isso, porque estamos na dúvida sobre a possibilidade de lançamento do Ciência sem Fronteiras 2. A Presidente da República ainda não se decidiu a respeito disso, embora tenha feito pronunciamentos, dizendo que o programa deve continuar, inclusive agora na semana passada, quando da visita da Presidente da Coreia do Sul, incluiu como parte da sua agenda a questão do Programa Ciência sem Fronteiras.

Pois bem, o que ocorreu na primeira etapa com o Ciência sem Fronteiras foi que nós, as duas agências, chamamos estudantes. Claramente, fizemos com que todas as universidade que gostariam de participar assinassem um termo de compromisso de aceitar todas as atividades que os estudantes fizessem no exterior como parte do reconhecimento de crédito, enfim, e estágios, etc.

Mas, na prática, nós chamávamos estudantes. Todos os editais foram assim. Isso colocou as universidades um pouco distantes do programa. E tudo que foi mencionado aqui sobre avaliação, aperfeiçoamento do processo avaliativo, ficaria extremamente mais simples se as universidades selecionassem, e não nós, não as duas agências.

Então, isso está no nosso espírito, sobretudo na graduação. Na pós-graduação, não há problema; tanto o CNPq como a Capes têm uma longa experiência de lidar com isso. É fácil. Mas, na graduação, se a USP, a Unicamp, a UnB, enfim, todas elas selecionassem os seus alunos com base, sobretudo, na experiência que tiveram nesse primeiro período, isso seria um ganho muito grande, e provavelmente até mesmo alguma coisa sobre teste, etc. pudesse facilitar muito.

O próprio Enem foi um modelo usado, mas vejam só: com 600 pontos no Enem, não mais que 10% dos alunos são aprovados, de modo que já é um nível muito alto. E isso pode subir; pode subir para 700 pontos.

E mais ainda: neste instante, não há mais necessidade de mandar estudantes que dependam de língua inglesa no exterior, porque nós oferecemos um conjunto enorme de opções, inclusive um programa *on-line* de graça, para todos os estudantes universitários brasileiros fazerem um curso de inglês *on-line* com a melhor empresa do mundo. Isso está oferecido gratuitamente, tanto para alunos de graduação quanto para alunos de pós-graduação. Portanto, não há mais necessidade.

Além disso, há projetos presenciais com o Ministério da Educação e também acordos nossos com a Comissão Fulbright, que traz... Estamos trazendo este ano – já estão aqui no Brasil – 120 professores de língua inglesa recém-graduados nos Estados Unidos para oferecer, durante um ano inteiro, ajuda de curso presencial nas nossas universidades federais.

Portanto, acho que, para o inglês, por exemplo, não é mais necessário isso. Para algumas outras línguas, vai precisar ainda, mas os acordos que temos já garantem isso, que é o caso da Alemanha, por exemplo, é o caso da Coreia e, enfim, de outros países.

Mas a observação de levar o processo, do Rafael Alves, teria como uma resposta muito positiva que as universidades fizessem a seleção, ajudando a acompanhar o desempenho, inclusive emocional, como o Isaac mencionou, dos seus próprios alunos, e ajudando muito as agências.

As regras gerais seriam feitas pelo Governo Federal. Tem que haver regra geral. O pagamento continuaria com as agências, o número de pontos mínimos no Enem, a exigência de língua, enfim, compromissos das instituições de reconhecer os créditos; tudo isso ficaria centralizado nas agências, mas a seleção seria feita – na nossa opinião, deve ser feita – com pelo menos uma grande participação da universidade.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

Professora Helena.

A SRª HELENA NADER – Mais uma vez, Senador e Ministro, quero agradecer-lhe esta oportunidade. Nós, da SBPC, contem conosco para sermos seus parceiros. Chamem, e nós viremos ou mandaremos por internet. Contem mesmo! É uma honra poder participar.

E eu quero dar um depoimento de que o Senado da República brasileiro tem sido um grande parceiro da educação e da ciência. Nós conseguimos, graças aos senhores, reverter o que tinha acontecido na Câmara, que, na mudança da PEC, tinha retirado a expressão "ciência básica". Foi aqui, no Senado, que conseguimos reincorporar essa qualidade da ciência básica. Então, quero agradecer-lhe os esforços que são feitos aqui no Senado Federal em prol da ciência.

O senhor fez vários desafios, e vai ser difícil concluirmos rapidamente. Também aos estudantes que fizeram os comentários, eu quero dizer que me emocionei com vários deles.

Eu me emociono a cada vez, nas reuniões anuais da SBPC, onde a gente faz sempre uma reunião do Ciência sem Fronteiras, com os depoimentos; saber que eles estão querendo retribuir ao País dá um alento, mostrando que a juventude está reconhecendo o que o País está fazendo por ela e quer dar seu retorno.

Então, isso também é muito importante seja salientado. Espero que os jornais noticiem, porque é notícia boa – então não adianta, não vende jornal. Mas o *Jornal da Ciência* vai noticiar isso na edição de amanhã – posso lhe garantir, não é, Isaac? Vamos insistir que isso aconteça.

Em relação à seleção, concordo que tem de ser aprimorada, deve ser aprimorada. A gente compartilha com a ideia do Prof. Jorge de colocar dentro da universidade, a universidade ser um parceiro, não só ceder seu estudante, mas ser um parceiro. Porque aí a colocação que o Isaac fez... Realmente, há momentos de depressão. A universidade hoje já funciona – muitas delas – com os tutores. Então, fica muito mais fácil apoiar, dar um auxílio durante essas crises.

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES (*Fora do microfone*.) – Houve vários suicídios.

A SRª HELENA NADER – Pois é.

E, Jorge, a SBPC concorda totalmente com isso.

Agora, o que eu vejo, para completar o que o senhor colocou dos marcos regulatórios, e o Hernan até já levantou que o Ministério está discutindo, é que algumas legislações estão caminhando, tanto no âmbito do Senado como da Câmara, tentando desburocratizar a ciência e a educação, como também há outras que estão caminhando no sentido de "Como é que posso prejudicar mais?". Então, temos as duas coisas caminhando. É claro, vamos lutar pela desburocratização.

A gente ainda é refém de interpretações, Senador. O senhor lembra o que passou o Reitor Timothy. Interpretações. O que passou o reitor da minha instituição. Hoje, quem está à frente da gestão está correndo risco. Eu, por exemplo, sou coordenadora... Estou saindo agora, graças a Deus – chega, não é, Jorge? Sou coordenadora de um programa nota 7, da Capes, na minha instituição. E eu sei que, a cada cheque que assino ali ,estou pondo em risco a minha casa, que é o único patrimônio que tenho, porque, dependendo de interpretações sobre o gasto, a gente responde com o próprio bem.

Então, isso é um problema muito sério. Inclusive, grandes talentos estão se afastando. E isso me preocupa muito. Como é que você faz para que aquele jovem queira, realmente, assumir? É um problema, e ,quanto a isso, nós vamos trazer para o senhor várias sugestões também.

E estamos à disposição, para colocar o Brasil nesse novo patamar, porque eu tenho muito orgulho de onde nós chegamos. Tenho muito orgulho porque pudemos, finalmente, distribuir melhor a renda; pudemos ter um programa, que é a Bolsa Família, porque investimos em ciência.

O Brasil tem grande parte do seu PIB em...agrárias, agronegócio e mineração também. Mas onde estivemos, ninguém achava... O Brasil é o primeiro produtor de soja do mundo. Passamos os Estados Unidos. Ninguém achou que se podia plantar, mas foram feitas pesquisas, que começam com a fixação do nitrogênio, com a Johanna Döbereiner, e da adaptação para o cerrado. A ciência brasileira pôde custear esse avanço social.

Eu acho que temos de repetir mais vezes isso e reverberar na mídia, porque isso é graças à universidade, porque não é só a Embrapa. Temos a escola de agronomia mais antiga das Américas, que hoje é a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Graças a isso, nós chegamos.

Para mim, é uma honra, primeiro, estar discutindo aqui, nesta Casa, e na companhia do Prof. Isaac, que é um ícone, do Prof. Hernan, outro ícone, do Prof. Jorge Guimarães, outro, e do senhor, que, ao longo da sua história, está sempre lutando pela educação.

E eu concordo com o senhor: temos que começar é no maternal. Realmente, é ali. Há um professor que o senhor vai adorar conhecer da próxima vez, se é que o senhor já não o conheceu. Ele é Daniel Shechtman , Prêmio Nobel de Química, que fez os quasicristais. Ele lutou. Ele acreditava naquilo que estava pesquisando. Levou um monte de "não" nas publicações. Finalmente, publicou e ganhou o Prêmio Nobel. O senhor sabe o que ele está fazendo, além de continuar fazendo as pesquisas? Está envolvido pesado em ensinar ciência – a esposa dele também é uma educadora – para as crianças de três, quatro, cinco anos de idade. Ele disse: "Ali é que é o meu celeiro". Então, o senhor está totalmente subsidiado pelo Prêmio Nobel Daniel Shechtman.

Obrigada.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF. *Fora do microfone*.) – ... do laboratório dele.

O SR. HERNAN CHAIMOVICH – Eu não vou repetir os agradecimentos e a disposição do CNPq, que sempre teve uma estreita colaboração com esta Casa. Mas eu queria responder direto ao meu amigo Muriel.

Eu acho que o CNPq tem usado, com muita tranquilidade, o programa Ciência sem Fronteiras para apoiar intercâmbio internacional dos cientistas do MCT. Para a formalização desse contato, se for necessária, o CNPq está totalmente aberto. Esperamos lançar um novo programa do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia. Isso depende de uma série de componentes que têm a ver com o orçamento, mas não é nenhuma ideia a ser descartada que uma segunda rodada do programa Ciência sem Fronteiras mantenha no CNPq exclusivamente aquilo que só o CNPq pode fazer, que é apoio à ciência no País todo. Portanto, o CNPq fica responsável, basicamente, por aquele programa de intercâmbio que tem a ver diretamente com ciência.

Eu acho que o esforço que o CNPq fez na graduação foi muito benfeito. Na segunda etapa, as missões das instituições têm de ser mais clarificadas. Sem dúvida, a Capes, por estar no Ministério da Educação, tem o dever precípuo com a educação, e o CNPq, com a sua missão de pesquisa, tem um dever absolutamente claro, desde o ano de 1951, de apoiar a pesquisa.

Portanto, numa segunda etapa, é perfeitamente possível, dependendo de muitas negociações, que o CNPq incorpore o programa Ciência sem Fronteiras olhando essencialmente para trazer pesquisadores do exterior e mandar estudantes de pós-graduação e pós-doutoramento para o exterior, e isso poderia estar tranquilamente conectado, formalmente, com os INCTs.

Quando ao critério de seleção, eu tenho a experiência um pouco diferente, pessoal. Eu raramente coloco experiências pessoais, mas quem selecionou os estudantes de graduação para o Ciência sem Fronteiras,

no meu laboratório, fomos nós, e só mandamos os melhores, e só mandamos os melhores para os melhores centros. E eu não me emociono como a Helena por vários motivos, mas é impressionante...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HERNAN CHAIMOVICH – Não, não tem nada a ver com gênero; tem a ver com idade. É impressionante o que os estudantes que nós selecionamos deram de contribuição quando eles voltaram.

Só vou dar um exemplo, rapidinho: há um estudante nosso de origem coreana, primeira geração brasileira, que esteve na Coreia no melhor instituto de Química que há na Coreia. Passou um ano lá, voltou e voltou com outra cabeça. Voltou com outra cabeça quer dizer o quê? Vou ser preciso. Primeiro, ele estava desesperado com seu curso de graduação, porque ele dizia: "Não pode, eu não posso passar uma semana inteira ouvindo aulinha. Eu sei, eu me viro, eu sou criativo." A segunda coisa é que o menino que não tinha, antes de sair, uma preparação em Matemática, Física à altura é, hoje, um dos componentes do meu grupo que faz teoria e é um jovem absolutamente brilhante. E a outra coisa que ele disse e que está fazendo na prática: "Eu sei, agora, quanto esforço eu tenho que fazer, eu, para ser melhor do que qualquer um que está ao meu lado, porque só assim eu posso colaborar com o Brasil."

Esse depoimento é um depoimento que... É um depoimento que não tem nenhuma validade estatística, mas eu acho que eu reforço muito a ideia de que parceria com as universidades pode fazer com que a seleção interna adquira uma dimensão que nós nem imaginamos, porque em todas as universidades do País – porque todos os DNAs nossos são iguais, com exceção de duas ou três bases que mudam um pouquinho –, sempre, em qualquer lugar deste País, seremos capazes de selecionar aqueles estudantes que têm formação e estabilidade emocional ideal para ter uma experiência no exterior.

Finalizo, colocando-me sempre, como Presidente do CNPq, ao dispor desta Casa, para quando o senhor ou qualquer outro Senador quiser.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Professor Hernan.

Professor Isaac Roitman.

O SR. ISAAC ROITMAN – Bem, eu gostaria de fazer comentários em quatro pontos.

Primeiro, contar uma história do Ciência sem Fronteiras de 30 anos atrás. Quando eu tive o privilégio de ser decano de pesquisa e pós-graduação do então Reitor Cristovam Buarque, eu fui procurado por dois estudantes de Medicina que tinham arrumado um estágio na Harvard Medical School, por três meses, durante as férias, e a Universidade de Harvard oferecia alojamento e refeição, mas não oferecia passagem, e eles vieram pedir a passagem para mim. A universidade, desde aquele época, já vivia em déficit, e eu fui procurar o Presidente do CNPq, na ocasião, o Professor Crodowaldo Pavan, e consegui as duas passagens para esses dois estudantes. Esses dois estudantes, hoje, são professores titulares da USP. Um deles ocupa o cargo de superintendente científico do Hospital Albert Einstein, e o outro lidera um grupo da USP Butantã à procura de uma vacina contra o HIV, contra a Aids.

Então, realmente é um produto que se adiciona àqueles quadros que o Jorge Guimarães nos apresentou.

O segundo ponto é que eu acho que o produto mais importante ao mandar esse número grande de estudantes de graduação é que eles, quando voltam, não suportam mais o nosso sistema.

Foi mencionado pelo Jorge Guimarães o ITA. O Professor Chaimovich falou do depoimento do estudante de seu laboratório que não queria mais esse negócio de sala de aula. Também nas perguntas, alguém disse que fez um *site* e já tem 15 mil ex-bolsistas.

Esses estudantes são a força principal para a gente mudar o sistema educacional brasileiro, que foi modelado no século XIX, tem professores do século XX e estudantes do século XXI.

Eu tenho a impressão de que, sob o ponto de vista histórico e cultural de modificação, isso vai ser bastante importante.

Outro ponto que também foi ventilado aqui é que a pesquisa deve ser iniciada, a educação científica, quanto mais cedo melhor. Com a introdução da Iniciação Científica Júnior, em 2004, isso foi pensado para o ensino médio. Uma portaria do CNPq ampliou, quando era Presidente o Professor Erney Carmargo, para o ensino fundamental também, apesar de serem poucos hoje.

O grande desafio é como introduzir a ciência no ensino fundamental e na primeira infância, que a Professora Helena chamou de maternal. Esse é um desafio. O Carl Sagan dizia que toda criança nasce como cientista, porque ela tem a curiosidade. Então, o desafio será introduzir os instrumentos brincando, fazer ciência brincando.

O último ponto é no sentido de que o futuro são as crianças que estão nascendo hoje. E nós somos responsáveis por modelar esse futuro.

Remeto-me ao comentário do Senador Cristovam sobre o programa em Natal, de se começar a acolher a criança quando ela está ainda na barriga da mãe. E o projeto do Professor Miguel Nicolelis tem sentido ao propor a adoção dessa criança enquanto ela está na barriga da mãe e acompanhá-la até o final do ensino médio.

Pelo que eu sei, o projeto ainda não começou. Existe a possibilidade da construção física, mas basicamente é uma experiência importante. Tomara que dê certo, porque esse é o caminho para que tenhamos uma geração diferente neste País, de modo que não sejamos obrigados a ser testemunhas do que ocorre no dia a dia, que é – eu concordo – ampliado pela imprensa.

Portanto eu acho que essa discussão de formação de recursos humanos e do desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil é extremamente importante. E agradeço a oportunidade de estar aqui, nesta Comissão de Ciência e Tecnologia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Professor Isaac.

Antes de concluir, eu quero dizer que fico muito satisfeito com esta audiência, que vai passar na televisão. Vamos tirar um texto disso aqui com as falas de vocês, mas não só com a transcrição; também com um texto de reflexão que vamos tentar fazer.

Creio que a saída, além de tudo o que a gente faz, está também na escola. Eu sou defensor radical de se colocar todo mundo na escola, mas é preciso ver que a escola precisa adaptar-se também. A escola que está aí às vezes mata a curiosidade, mata cientista.

Eu estava lendo quando faleceu esse grande matemático francês, de nascimento alemão – faz uns quatro ou cinco meses –, um que certo dia desapareceu e passou a ser uma figura isolada. É também famoso porque recebeu um grande prêmio, de US$150 mil, e recusou. E há uma coisa interessante: ele, como judeu, não pôde ter uma educação normal no início, por causa do nazismo. Então, no primeiro dia em que ele foi para a escola de fato, aos 15 anos, o professor mandou-o provar o teorema de Pitágoras; ele nunca tinha visto isso. Então, ele foi para a casa e trouxe, no outro dia, a dedução de três formas diferentes, que o professor não aceitou porque não era a forma tradicional que tinha aprendido.

Engraçado é que, na mesma semana em que ele faleceu, faleceu aqui Manoel de Barros, nosso poeta. E o Manoel de Barros – eu lendo aquilo naquele momento –, por alguma razão, dizia que, quando ele era criança, ao redor da casa dele, havia uma estrada feita de vidro derretido que dava a volta na sua casa. Aí, quando ele foi à escola, disseram que não era nada disso: que era um rio. Ou seja, tiraram o lado poético dele também, tiraram-lhe a metáfora. (*Risos.*)

Quer dizer, sem escola, nem ele teria, talvez, virado um grande poeta, embora haja alguns, nem o outro teria virado um grande matemático. Mas, num primeiro momento, eles poderiam ter perdido o potencial pela falta de criatividade. A escola tem que mudar, ela tem que se adaptar para induzir mais criatividade e mais curiosidade. Mas, sem ela, não vamos ter o que nós queremos. E o que nós queremos, Profª Helena?

Eu, como a senhora, fico muito orgulhoso do que o Brasil fez, do que a nossa geração fez, mas muito preocupado com o que falta fazer, porque tem gente que não se preocupa com o que falta e fica comemorando o que foi feito. E falta muito para que a gente entre nesse mundo da inovação, não apenas ciência, mas ser capaz de inventar essas coisas que todos os dias criam suas próprias demandas, que é a preocupação sobre a soja.Conseguimos usar a ciência para produzir soja onde não era possível, mas a soja, em si, não é um produto de inovação; a maneira de fazer é que é, é que foi.

Então, nós corremos o risco de que, daqui a 10 anos, 15 anos, 20 anos, a produção de soja ter migrado para a África, que está mais perto, enquanto essas coisas novas e remédios nós sabemos que, a cada dia, produzimos mais.

Bem, era isso, e, com muita satisfação, dou por encerrada esta audiência.

(Iniciada às 9 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 42 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2015.

Às nove horas e vinte e nove minutos do dia cinco de maio de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Hélio José, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Lasier Martins, Angela Portela, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Omar Aziz, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Jorge Viana, Delcídio do Amaral, Telmário Mota e Edu-

ardo Amorim, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Walter Pinheiro, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre, José Medeiros e Randolfe Rodrigues. Justifica a ausência o Senador Cristovam Buarque. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Senador Hélio José, Vice-Presidente no exercício da Presidência, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei do Câmara n.º 21, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado William Woo, que "Altera a Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital – PATVD." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 178, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Inácio Arruda, que "Acrescenta § 5º ao Artigo 2º da Lei nº 12.232, de 19 de abril de 2010, para estabelecer critérios na aplicação dos recursos destinados aos serviços de publicidade pela administração pública considerando a distribuição regional e o tamanho dos veículos de comunicação." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, com as Emendas que apresenta. Após a leitura do relatório, é concedida Vista ao Senador Lasier Martins, nos termos regimentais. **Item 3: Projeto de Lei do Senado n.º 501, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Romero Jucá, que "Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para explicitar a incidência do Imposto sobre Serviços no rastreamento e monitoramento de veículos." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, com as Emendas que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CCT e 2-CCT. **Item 4: Projeto de Lei do Senado n.º 336, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "Autoriza a criação do Fundo de Aval para Investimentos em Inovação de Micro, Pequenas e Médias Empresas (InovaMPES), e dá outras providências." O relator designado é o Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 5: Projeto de Lei do Senado n.º 430, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Anibal Diniz, que "Altera as Leis nºs 5.070, de 7 de julho de 1966, 9.472, de 16 de julho de 1997, 9.998, de 17 de agosto de 2000, e 12.715, de 17 de setembro de 2012, para modificar o cálculo das receitas do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 6: Oficio "S" n.º 12, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria da Editora Jornal de Londrina S.A., que "Comunica, em cumprimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 10.610, de 2002, a composição de seu capital social." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pelo arquivamento da Matéria. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, pelo arquivamento da Matéria. **Item 7: Oficio "S" n.º 38, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 20/2014, de que trata o PDC nº 2.625/2010, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário de Rádio e TV DIFUSORA DO MARANHÃO LTDA., concessionária dos serviços de radiodifusão sonora em ondas médias, ondas tropicais, frequência modulada e de sons e imagens, no município de São Luís, Estado do Maranhão." O Senhor Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão, Senador Hélio José, designa relator ad hoc o Senador Omar Aziz, em substituição ao Senador João Alberto Souza. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório que passa a constituir o Parecer da CCT, pelo sobrestamento do projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Item 8: Oficio "S" n.º 35, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 17/2014, de que trata o PDC nº 151/1989, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO PLANALTO CENTRAL LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Porangatu, Estado de Goiás." O Senhor Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão, Senador Hélio José, designa relator ad hoc o Senador Lasier Martins, em substituição ao Senador José Medeiros. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão,

colocado em votação, a Comissão aprova o relatório que passa a constituir o Parecer da CCT, pelo sobrestamento do projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 454, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Orlândia, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, pelo sobrestamento do projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 157, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO ESTRELA DALVA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iguapé, Estado de São Paulo." O Vice-Presidente no exercício da presidência da Comissão, Senador Hélio José, designa o Relator ad hoc o Senador Omar Aziz, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pelo sobrestamento da matéria e pelo encaminhamento de cópia do parecer ao Ministro de Estado das Comunicações para conhecimento da decisão desta CCT. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, pelo sobrestamento da matéria e pelo encaminhamento de cópia do presente parecer ao Ministro de Estado das Comunicações para conhecimento da decisão desta CCT e o Requerimento, de autoria dos Senadores Omar Aziz e Walter Pinheiro, Extrapauta, Item 29. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 160, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO VILA JAGUARY para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 193, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE ARTUR NOGUEIRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Artur Nogueira, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 158, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL SÃO LOURENÇO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina." O Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão, Senador Hélio José, designa o Senador Aloysio Nunes Ferreira Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 429, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO MARIA ALVES LIMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Teresina, Estado do Piauí." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 138, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA HARAGON DE COMUNICAÇÃO LTDA. Para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Registro, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 156, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA DE RADIODIFUSÃO CIDADE SUL DE SANTA ROSA DO SUL – SC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rosa do Sul, Estado de Santa Catarina." O Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão, Senador Hélio José, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Gladson Cameli, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 121, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão

à OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Bento, Estado do Maranhão." O Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão, Senador Hélio José, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador João Alberto Souza, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 325, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO SÍTIO MASCATE – AMSM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sertãozinho, Estado da Paraíba." O Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão, Senador Hélio José, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador José Medeiros, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 5, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM SUDOESTE RADIODIFUSORA ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piraí, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 69, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO NOVA SIÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 133, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO RIO MAXI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná." O Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão, Senador Hélio José, designa o Senador Lasier Martins Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 129, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE TANQUE NOVO – ACOTAN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tanque Novo, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 130, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO E TV MAIRA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Candeias do Jamari, Estado de Rondônia." O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 68, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização ao Instituto de Desenvolvimento Social, Educacional, Cultural e Comunitário de Oratórios para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Oratórios, Estado de Minas Gerais". O Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão, Senador Hélio José, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 72, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO EMBOABAS DE MINAS GERAIS LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais." O Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão, Senador Hélio José, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 73, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL, INFORMATIVA, ARTÍSTICA PLENITUDE DE UBERLÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais." O Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão, Senador Hélio José, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Zeze Perrella, que oferece re-

latório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo n.º 74, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE FLORESTAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Florestal, Estado de Minas Gerais." O Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão, Senador Hélio José, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Nesse momento, o Senhor Senador Hélio José requer, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimentos, com o que todos concordam. **Extrapauta, Item 28: Requerimento n.º 22, 2015-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Hélio José, que Requer "... nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo para tratar da transição para o sistema de TV digital terrestre, a iniciar-se no dia 3 de abril de 2016, pelo Distrito Federal, e apresentar as formas de garantia de acesso da população em geral, especialmente dos segmentos de menor renda, aos equipamentos necessários ao uso das ferramentas de interatividade e de ingresso nos sistemas de atendimento público que serão oferecidos por meio da TV Digital, com a presença do senhor Ricardo Berzoini, Ministro de Estado das Comunicações, da Deputada Luiza Erundina, Presidente da Frente Parlamentar pelo Direito a Comunicação – FRENTECOM, do senhor Nelson Breve, Diretor Presidente da Empresa Brasil de Comunicação – EBC, do senhor Mario Girassole, Presidente da Tim, e do senhor Rodrigo Zerboni, Presidente do Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV – GIRED." O Requerimento é aprovado. **Extrapauta, Item 29: Requerimento n.º 23, 2015-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Walter Pinheiro e Omar Aziz, que Requerem, "... nos termos do art. 335, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja sobrestado o exame do Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº. 157, de 2013, que trata de outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO ESTRELA DALVA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iguapé, Estado de São Paulo." O Requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às dez horas e trinta e quatro minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão e publicada no diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Hélio José,** Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 5 de maio de 2015.

Submeto à apreciação do plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Pois não, Excelência.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Eu pediria, com a aquiescência dos Colegas do Plenário, a inversão de pauta para o Item 22. Há uma sessão de homenagem ao Marechal Rondon, que leva o nome do meu Estado, e eu quero fazer um pronunciamento, e a sessão está abrindo. Se houver a concordância dos demais Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Não vejo nenhum óbice. Sem problema.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Há um projeto que foi relatado pela Câmara cujo prazo se extinguiu no dia 31 de maio acerca de benefícios dados a todo Brasil. Eu pedi vista e fiquei de trazê-lo hoje para que pudéssemos aprová-lo e encaminhá-lo para outras Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Tranquilo, Senador. O que podemos fazer é o seguinte: os dois itens, 22 e 23, vão precisar de votação nominal e de mais presença aqui no plenário. Mas podemos lê-los e, em seguida, Senador Omar, passamos para o item... Porque o Senador Flexa é o Relator, mas ele não se encontra aqui.

Vou fazer o comunicado da Presidência.

Chegou à CCT convite da Comissão da Primeira Infância e Cultura da Paz, do Senado Federal, para a participação no evento Bate-Papo com as Futuras Mamães, a ser realizado no dia 06 de maio de 2015, quarta-feira, no Auditório Antonio Carlos Magalhães, da Interlegis, a partir das 14h30.

Então, vamos ao item 22. Inversão da pauta.

Eu leio aqui?

Valdir Raupp, já passo para V. Exª a palavra dos itens 22 e 23.

ITEM 22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 129, DE 2014
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE TANQUE NOVO – ACOTAN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tanque Novo, Estado da Bahia.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação

ITEM 23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 130, DE 2014
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO E TV MAIRA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Candeias do Jamari, Estado de Rondônia.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, item 22, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 129, de 2014, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Tanque Novo, a Acotan, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tanque Novo, no Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo, originário da Câmara dos Deputados.

Item 23: Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo PDS 130, de 2014, nºs 1.278, de 2013, na Câmara dos Deputados, que aprova o ato que renova a permissão outorgada a Rádio e TV Maira Ltda, para executar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Candeias do Jamari, Estado de Rondônia.

O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3°, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Do voto:

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 130, de 2014, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio e TV Maira Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Candeias do Jamari, Estado de Rondônia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esses são os votos dos itens 22 e 23, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – O.k., Excelência.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, será votado ao final por causa da votação nominal, o.k.?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Pois não, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, Senador Hélio José, vou pedir a V. Exª que retire de pauta o item 1. É o PLC 21, de 2015.

Eu recebi uma ligação do Líder do Governo, Senador Delcídio do Amaral, solicitando que fosse pedido retirada de pauta desta semana para que houvesse uma reunião com a área do Governo e voltasse à pauta da semana que vem. O Senador Omar Aziz tinha pedido vista e liberou para a apreciação do projeto. Mas eu já expliquei a ele que, em função da ligação do Senador Delcídio e do Senador Walter Pinheiro também, que quer discutir o projeto, ele é favorável, mas está havendo uma ação do Governo com relação a esse projeto.

O parecer, como já foi lido reunião anterior, é favorável, mas vamos atender à solicitação do Senador Delcídio.

Peço a V. Exª que retire o item 1 de pauta e retorne com ele já na sessão da próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Aceito, Excelência.

Então, vamos passar ao item 3 da pauta – cujo Relator é o Senador Flexa Ribeiro –, que passo a ler:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 501, DE 2013
- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para explicitar a incidência do Imposto sobre Serviços no rastreamento e monitoramento de veículos.
Autoria: Senador Romero Jucá
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação com as Emendas que apresenta.
Observações:
A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Hélio José, Srs. Senadores, o PLS nº 501, de 2013 – Complementar, de autoria do Senador Romero Jucá, tem como objetivo explicitar que os serviços de monitoramento e rastreamento de veículos estão sujeitos ao ISS.

De acordo com a justificação, a providência é necessária porque os Estados, equivocadamente, externaram o entendimento de que monitoramento e rastreamento de veículos de carga seriam uma modalidade de prestação de serviço de comunicação, o que sujeitaria a atividade à cobrança do ICMS, e o convênio no Confaz limita em 12% a alíquota de ICMS incidente.

O PLS altera a redação da lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 2003, que enumera os serviços sujeitos ao pagamento de Imposto sobre Serviços. A redação atual lista os serviços de vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas. A redação proposta acrescenta os serviços de rastreamento e explicita que sejam incluídos os realizados por empresas de Tecnologia de Informação Veicular, por telefonia móvel, transmissão por satélites, rádio e por qualquer outro meio. Também excepcionaliza os serviços de telecomunicações prestados pelas empresas regulamentadas pela Anatel, que ficam sujeitos ao recolhimento de ICMS.

O PLS foi inicialmente encaminhado à CAE, mas, por força de requerimento de minha autoria, será inicialmente analisado por esta Comissão.

Análise.

Apesar de a Lei Complementar nº 116, de 2003, já explicitar que os serviços de vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas estão sujeitos à incidência de ISS, reconhecemos que os serviços de monitoramento e rastreamento de veículos se encontram em uma espécie de limbo tributário. Os Estados consideram que seriam serviços de comunicações e, portanto, sujeitos ao ICMS. Se fossem, de fato, de telecomunicações, o tributo correto seria mesmo o ICMS.

Já os Municípios entendem que é um serviço de outra natureza e, portanto, sujeito à tributação do ISS.

Como regra geral, entendemos que o serviço de monitoramento e rastreamento de veículos não se confunde com o de telecomunicações. A Lei Geral de Telecomunicações distingue os serviços de telecomunicações dos chamados serviços de valor adicionado que, embora utilizem telecomunicações, possuem outra natureza.

As empresas de Tecnologia de Informação Veicular se enquadrariam na categoria de serviços de valor adicionado: utilizam os serviços de telecomunicações, mas sua atividade fim não é o rastreamento de veículos e, portanto, deveriam recolher o ISS.

Uma situação mais complicada ocorre quando a empresa possuir a própria infraestrutura de comunicações. Nesse caso, a empresa pode utilizar a infraestrutura exclusivamente para uso próprio ou ceder parte dessa infraestrutura para terceiros. Na primeira situação, entendemos que a empresa prestaria somente o serviço de rastreamento e monitoramento de veículos, ficando sujeita, portanto, ao pagamento exclusivo de ISS.

Já se houver cessão da infraestrutura para terceiros, há prestação de um serviço de telecomunicações, sobre o qual deve incidir o ICMS.

Diante disso, entendemos serem necessárias duas alterações: primeiro, excluir a ressalva, que excepcionaliza a cobrança de ISS para os serviços de telecomunicação prestados por empresas regulamentadas pela Anatel. Essa redação poderia dar margem a interpretações dúbias, pois empresas que possuem a infraestrutura de telecomunicações são regulamentadas pela Anatel, ainda que utilizem essa infraestrutura somente para autoconsumo.

A segunda alteração é explicitar que os serviços de rastreamento e monitoramento ficam sujeitos ao pagamento do ISS, independentemente se a infraestrutura de telecomunicações pertencer ou não à empresa.

Voto:

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado n° 501, de 2013 – Complementar, com as seguintes emendas:

Emenda n° 1:

Na ementa do Projeto de Lei do Senado n° 501, de 2013 – Complementar, substitua-se a expressão "Imposto sobre Serviços" por "Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza".

E a segunda Emenda:

A redação proposta para o subitem 11.02 da lista de serviços anexa à Lei Complementar n° 116, de 31 de julho de 2003, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei do Senado n° 501, de 2013 – Complementar, passa a ser:

> 11. .....
> .....
> 11.02 – Serviços de vigilância, segurança, monitoramento ou rastreamento de bens e pessoas, inclusive os realizados pelas empresas de Tecnologia de Informação Veicular, por telefonia móvel, transmissão de satélites, rádio e por qualquer outro meio, independentemente se o prestador de serviços for proprietário ou não da infraestrutura de telecomunicações que utiliza.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Sim, Excelência Senador Flexa Ribeiro, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Flexa Ribeiro.

As Srªs e Srs Senadores que concordam com o relatório, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, da CCT.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Com a chegada do nosso Senador Aloysio Nunes, voltaremos ao Item nº 2, de relatoria do eminente Senador.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 178, DE 2013
- Não terminativo -

Acrescenta §5º ao Artigo 2º da Lei nº 12.232, de 19 de abril de 2010, para estabelecer critérios na aplicação dos recursos destinados aos serviços de publicidade pela administração pública considerando a distribuição regional e o tamanho dos veículos de comunicação.
Autoria: Senador Inácio Arruda
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Está com a palavra o Relator.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs Senadores, o autor justifica sua proposição dizendo que sua finalidade é incentivar as pequenas empresas de comunicação, espalhadas nas várias regiões do País, de modo a evitar a concentração da publicidade oficial em grandes veículos de mídia.

De acordo com o Parlamentar, isso possibilitará o fortalecimento das empresas de comunicação de menor porte e propiciará a veiculação de informações coerentes e adequadas às necessidades e interesses da comunidade, revalorizando a cultura local.

Ele propõe a alteração da Lei nº 12.232, de abril de 2010, que dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação, pela Administração Pública, de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda e dá outras providências.

Vou passar diretamente à análise, Sr. Presidente.

Cabe à Comissão de Constituição e Justiça a decisão terminativa sobre essa matéria. No âmbito desta Comissão, eu começo por destacar o tratamento dado pela Constituição Federal para a questão da publicidade governamental, que diz, no seu art. 37:

> Art. 37. [...]
> §1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Do ponto de vista infralegal, a contratação de serviços está submetida ao disposto nos arts. 1º e 25, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993. A regulação específica é feita pela Lei nº 12.232, de 2010, já citada.

Ainda com relação aos instrumentos jurídicos relacionados à questão da publicidade governamental, mencione-se que os aspectos administrativos da publicidade do Poder Executivo são regulados atualmente pelo Decreto nº 6.555, de 2008, que, no seu art. 6º, atribui determinadas competências à Secretaria de Comunicação da Presidência da República, entre as quais se incluem o planejamento, o desenvolvimento e a execução de ações de comunicação realizadas com recursos orçamentários governamentais, com observância da eficiência e racionalidade na sua aplicação.

De acordo com os critérios estabelecidos pela Secretaria, atualmente a distribuição de verbas publicitárias se baseia no princípio da "mídia técnica", ou seja, a participação na publicidade deve ser proporcional à circulação ou à audiência do veículo. O órgão adota uma estratégia de desconcentração e de regionalização dos investimentos em publicidade desde 2003.

Em vez de concentrar anúncios em número reduzido de jornais, rádios e televisões, a publicidade do Governo Federal alcança agora o maior número possível de veículos, com base na diversificação que se constata nos meios de comunicação.

Apesar desse aumento no número de veículos beneficiados, a política de distribuição de verbas publicitárias pelo Governo Federal desde a última década tem sido objeto de questionamentos.

Por um lado, as entidades que representam órgãos de comunicação pequenos, sobretudo portais de internet, conquanto apoiem a descentralização das verbas, condenam o uso do conceito de "mídia técnica" como critério definidor de sua destinação.

Acreditam que a concessão de verbas apenas para veículos já estabelecidos no mercado, e de acordo com a audiência de cada um, impede o desenvolvimento de novos e de menores veículos. Em outras palavras, consideram que o Governo trata de forma igual os desiguais e deveria investir muito mais nos veículos pequenos.

De outra parte, é preciso levar em conta outros fatores, como a mudança do perfil da audiência do País. De fato, a sociedade brasileira modificou seus hábitos de "consumo de mídia" a partir do desenvolvimento das novas tecnologias. Por isso mesmo, é preciso rever a distribuição do bolo publicitário do Governo.

Ante o exposto, pode-se dizer que, quanto ao mérito, o projeto acerta em buscar disciplinar de algum modo a distribuição de verbas com publicidade oficial. Conforme entendemos, nada impede que a lei regulamente a matéria para indicar aquilo que melhor sirva aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, como a impessoalidade e a eficiência, no caso em tela, percentuais de destinação das verbas publicitárias governamentais nos termos em que especifica.

Reconhecido o mérito do presente projeto de lei do Senado, propomos, a seguir, emendas de redação, de modo a adequá-lo à técnica legislativa e ao vernáculo, inclusive retirando a designação do segundo artigo, que consta como "art. 3º", para "art. 2º".

Este é o meu relatório, Sr. Presidente, pela aprovação.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Presidente, pela ordem.

Presidente, recebi um pedido da Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão) me recomendando vista pelas sutilezas que tem esse PLS e pelo fato de eu ser do ramo também – venho da comunicação. Nós estamos vivendo uma época de contenção de gastos. Então, gostaria de pedir vista para também dar uma olhada mais detida nesse projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – O.k.

Senador...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu penso que o exame detido, por parte do Senador Lasier, só poderá contribuir para que possamos tomar uma decisão com amplo conhecimento

de causa e das implicações, uma vez que ele, reconhecidamente, é alguém que vem se dedicando toda a vida, com reconhecida competência, à atividade de jornalismo.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Obrigado, Senador, não precisava tanto.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – A vista foi concedida ao Senador...

(Intervenção fora do microfone.)

(*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Campeão gaúcho.

Vista concedida ao Senador Lasier, do item nº 2.

Como os itens 4 e 5, os Relatores Zezé Perrella e Walter Pinheiro, nobres Senadores, não estão presentes, vamos ao item 6, com a relatoria de nosso nobre Senador Flexa Ribeiro.

ITEM 6

OFICIO "S" Nº 12, de 2015
- Não terminativo -

Comunica, em cumprimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 10.610, de 2002, a composição de seu capital social.
Autoria: Editora Jornal de Londrina S.A.
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Com a palavra, S. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Hélio José; Srs. Senadores.

A Editora Jornal de Londrina S.A., com sede na cidade de Londrina, Estado do Paraná, encaminhou ao Congresso Nacional declaração de composição de seu capital social, em cumprimento ao que dispõe a Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002. O referido documento foi registrado, nesta Casa, como Ofício "S" nº 12, de 2015.

A matéria foi distribuída à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, entre outros.

A Lei nº 10.610, de 2002, que dispõe sobre a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, conforme o § 4º do art. 222 da Constituição, determina em seu art. 3º que as alterações de controle societário de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens deverão ser comunicadas ao Congresso Nacional.

Estabelece também que, no caso das empresas de radiodifusão, a comunicação será de responsabilidade do órgão competente do Poder Executivo e a comunicação de alterações de controle societário de empresas jornalísticas será de responsabilidade dessas empresas.

Já o art. 4º do diploma legal preceitua que as empresas jornalísticas deverão apresentar, até o último dia útil de cada ano, aos órgãos de registro comercial ou de registro civil das pessoas jurídicas, declaração com a composição de seu capital social, incluindo a nomeação dos brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos titulares, direta ou indiretamente, de pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante.

No caso em tela, a documentação encaminhada ao Congresso Nacional não menciona qualquer alteração de controle societário, atendo-se, exclusivamente, à descrição do capital social da empresa. Nesse sentido, seu encaminhamento para conhecimento do Parlamento era prescindível, não se revestindo em obrigação legal.

Voto.

Em vista do exposto, opinamos pelo arquivamento da declaração encaminhada pela Editora Jornal de Londrina S.A., empresa com sede na cidade de Londrina, Estado do Paraná, acerca da composição de seu capital social, registrada, nesta Casa, como Ofício "S" nº 12, de 2015.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Flexa Ribeiro.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão.

(*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo arquivamento da matéria.

Item nº 7.

ITEM 7

OFICIO "S" Nº 38, DE 2014
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 20/2014, de que trata o PDC nº 2.625/2010, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário de Rádio e TV DIFUSORA DO MARANHÃO LTDA., concessionária dos serviços de radiodifusão sonora em ondas médias, ondas tropicais, frequência modulada e de sons e imagens, no município de São Luís, Estado do Maranhão.
Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador João Alberto Souza

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Na ausência do nobre Senador João Alberto de Souza, estamos indicando *ad hoc* o nobre Senador Omar Aziz para relatar o item 7, para quem eu passo a palavra neste instante.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, por meio do Ofício "S" nº 38, de 2014, da Câmara dos Deputados, alteração de controle societário de empresas de jornalismo de radiodifusão de que trata o PDC nº 2.625, de 2010, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Rádio e TV Difusora do Maranhão Ltda., concessionária dos serviços de radiodifusão sonora em ondas médias, ondas tropicais, frequência modulada e de sons e imagens, no Município de São Luís, Estado do Maranhão.

Eu vou ler o voto.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento, ao Ministro de Estado das Comunicações, do requerimento de informações a seguir, e pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 38, de 2014, nos termos do art. 335.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – O.k., nobre Senador Omar Aziz.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Omar Aziz.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

Agora, passaremos ao item 8, cujo Relator é o Senador José Medeiros, que se encontra ausente. Indicamos *ad hoc* o Senador Lasier, para fazer o relato do item 8.

ITEM 8

OFICIO "S" Nº 35, DE 2014
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 17/2014, de que trata o PDC nº 151/1989, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO PLANALTO CENTRAL LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Porangatu, Estado de Goiás.
Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador José Medeiros

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

Trata-se de uma alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão, com transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Televisão Planalto Central Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Porangatu, Estado de Goiás.

Eu vou ler partes do relatório e depois as conclusões, que são por um requerimento.

Por meio do Ofício "S" nº 35, de 2014 (OFC nº 231, de 2014, na origem), a Câmara dos Deputados encaminha ao Senado Federal a Mensagem nº 219, de 2014, que comunica ter sido autorizada pelo Poder Executivo, conforme despacho de 23 de julho de 2014, a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Televisão Planalto Central Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Porangatu, Estado de Goiás.

Análise.

De acordo com o art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, entre outras atribuições, examinar questões atinentes aos serviços de radiodifusão, inclusive a outorga, renovação e transferência de suas licenças.

A apreciação, pelo Colegiado, das comunicações de transferências diretas ou indiretas em empresas executantes de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens encontra disciplina no Ato Normativo nº 2, de 2011 – CCT.

Em seu art. 2º, o ato determina que Ofícios "S" datados a partir de 1º de janeiro de 2011 devem conter informações mínimas que permitam ao Senado Federal a verificação do efetivo cumprimento das obrigações legais associadas às transferências diretas e indiretas de outorgas.

Com efeito, diante da atribuição de fiscalizar os atos do Poder Executivo, o Legislativo deve atentar à necessidade de avaliar, inclusive, uma eventual concentração de outorgas na localidade envolvida, bem como o cumprimento de mandamento constitucional que limita a participação de estrangeiros em empresas de radiodifusão.

De outra parte, o ato estabelece que as informações que não constem do processo sejam solicitadas ao Ministro das Comunicações, na forma prevista no §2º do art. 50 da Constituição Federal, e determina que a tramitação dos processados com informação incompleta seja sobrestada até que a resposta ao pedido de informação correspondente tenha sido recebida pela Comissão.

Diante disso, Sr. Presidente, há o requerimento, é óbvio, ao Ministro das Comunicações e uma série de requerimentos, quais sejam: data de publicação do ato de outorga do serviço de radiodifusão cujo controle foi transferido, data de publicação do ato, números de registro, comprovação da nacionalidade de cada pessoa física, e assim por diante.

São vários itens, de modo que é matéria para ser colocada em diligência até que venha a resposta do Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – O.k., Excelência.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Lasier Martins.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT pelo sobrestamento do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigida ao Ministro de Estado das Comunicações.

Agora, vamos ao item 9, que trata do PDS nº 454, de 2013, não terminativo.

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 454, DE 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Orlândia, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Com a palavra...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Eu pediria a V. Exª que fosse consultado o Plenário para que pudéssemos relatar os processos dos Senadores que aqui estão para acelerar a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Correto.

O item 9, do Senador Aloysio; e depois o item... São terminativos. Desses não terminativos, só faltam os itens 9 e 10, Excelência.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA. *Fora do microfone*.) – O item 9 é terminativo.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS. *Fora do microfone*.) – O item 10 também.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Não; são não terminativos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA. *Fora do microfone*.) – Aqui na pauta está "terminativo".

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Como ambos são não terminativos pelo sobrestamento, vamos ao relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira ao item 9.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos deste processo, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento pelo Ministro.

O projeto foi aprovado na Câmara, tanto pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática quanto pela Comissão de Constituição e Justiça.

Do ponto de vista da observância da legislação e da Constituição brasileira, não há reparos a fazer.

Não obstante, existe uma circunstância que demanda uma análise mais profunda acerca da Concorrência por meio da qual houve a adjudicação da outorga dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada à empresa Sinal Brasileiro de Comunicação Ltda. para as localidades de Califórnia/PR, Cambira/PR, Pontal do Paraná/PR, Barbacena/MG, e Orlândia/SP.

Refiro-me à denúncia apresentada perante esta Comissão contra a referida empresa por ocasião da apreciação do PDS nº 388/2013, que trata da apreciação da Portaria nº 356, de agosto de 2011, que outorgou à denunciada permissão para explorar o serviço de radiodifusão sonora na cidade de Barbacena/MG.

A denúncia trazia a alegação de que a empresa Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda. teve o seu contrato social e diretivo alterado sem o conhecimento do Ministério durante o processo licitatório. Além disso, informava a condição de funcionária pública federal da sócia Simone Oliveira de Albuquerque, o que contraria a legislação vigente.

A denúncia também se fez acompanhar de cópia do Parecer nº 1, da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações, segundo o qual as alterações contratuais realizadas pela empresa contrariaram o que determina a legislação e violaram o disposto no art. 177, inciso X, da Lei nº 8.112, de dezembro de 1990 (Estatuto dos Servidores Públicos Federais).

Essas as razões para que a Conjur, Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações, tenha se posicionado pela impossibilidade de prosseguimento do certame e pela desclassificação superveniente da licitante Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda., com fulcro no art. 43, §5º, da Lei nº 8.666, de junho de 1993, para todas as localidades nas quais participava e pela anulação da homologação da Concorrência nº 12/2002, para as localidades de Califórnia/PR, Cambira/PR, Pontal do Paraná/PR e Barbacena/MG. Determina, ainda, que a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica averigue outras concorrências em que a licitante tenha participado, a fim de apreciação quanto à denúncia ora formalizada.

Ressalte-se, por oportuno, que, embora o Parecer da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações seja datado de 13 de setembro de 2013, a Comissão de Ciência e Tecnologia tomou conhecimento de sua existência e de seu teor apenas por ocasião da denúncia. Posteriormente, portanto, à apresentação dos relatórios inicialmente oferecidos aos PDS nºs 388 e 454, ambos de 2013.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado das Comunicações do requerimento de informações a seguir e pelo sobrestamento da tramitação do PDS nº 454/2013, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal.

Este é o meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – O.k., Excelência, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento do projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

Agora a gente vai para o item nº 10.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu gostaria, a propósito desse relatório, de mais uma vez enfatizar o cuidado, a minúcia com que a Consultoria desta nossa Comissão examina os

processos que são submetidos à nossa apreciação, e que detecta com muita precisão os fatos que merecem um exame mais detalhado desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Correto, Senador Aloysio, muito bem observado por V. Exª.

Vamos ao item nº 10, cujo Relator é o Senador Walter Pinheiro. Na ausência do Senador Walter Pinheiro, essa presidência indica *ad hoc* o nosso Senador querido Omar Aziz.

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 157, DE 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO ESTRELA DALVA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iguapé, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Passo a palavra ao nosso Senador Omar Aziz.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Pois não.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – ... se V. Exª pudesse, depois, colocar em votação os itens 19 e 20...

Obrigado, Presidente.

Desculpe-me, Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Sem problema, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Nobre Senador Marcelo Crivella, como precisa de quórum qualificado, posso passar para a leitura, de V. Exª, se for o caso, está bom?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Vamos ouvir aqui o nosso Senador Omar e, em seguida, a gente faz.

Por favor, Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Sr. Presidente, eu li esse relatório agora e li também a análise.

Trata-se de projeto que aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Estrela Dalva Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iguapé, Estado de São Paulo.

Retorna a exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) n° 157, de 2013, que analisa o ato que outorgou permissão à Empresa de Radiodifusão Estrela Dalva Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iguape, Estado de São Paulo.

Examina-se, desta feita, resposta do Ministério das Comunicações acostada aos autos do processo, ao Requerimento n° 1.421, de 2013 (n° 38, de 2013, da CCT), que solicitou informações referentes à execução dos serviços pela proponente.

O relatório é da Senadora Angela Portela.

Lembre-se reportagem publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* que afirmava que uma das sócias dessas empresas, a Srª Neidi Maria Pedroso, exerceria a atividade de cabeleireira na cidade de Itapecerica da Serra, no Estado de São Paulo, levantando suspeitas sobre seu interesse em financiar a exploração de uma rádio FM no Rio Grande do Sul e sua capacidade de fazê-lo.

A empresa Ursa Maior teria de liquidar, segundo a reportagem, mais de R$8 milhões referentes ao pagamento pelo direito de exploração de outorgas de radiodifusão obtidas em processos licitatórios realizados pelo Ministério das Comunicações, um dos quais supostamente seria o ora analisado – quer dizer, esse processo analisado.

Depois de algumas outras ponderações, o voto do relator.

Ante o exposto, o voto é pelo sobrestamento do PDS nº 157, de 2013, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pelo encaminhamento de cópia do presente parecer ao Ministro de Estado das Comunicações para conhecimento da decisão desta Comissão de Ciência e Tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Não havendo quem queira discutir...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – ... encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Omar Aziz.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pelo encaminhamento de cópia do parecer ao Ministro de Estado das Comunicações para conhecimento da decisão desta CCT.

(É o seguinte o item aprovado:

EXTRAPAUTA

ITEM 29

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 23, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 335, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja sobrestado o exame do Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº. 157, de 2013, que trata de outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO ESTRELA DALVA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iguapé, Estado de São Paulo.

Autoria: Senador Walter Pinheiro e outros

Relatoria:

Relatório:

Observações:)

Os próximos itens são projetos de decreto legislativo de caráter terminativo e exige quórum qualificado.

A discussão e a votação serão realizadas ao final da leitura dos relatórios. Todos serão lidos e, se tivermos quórum, faremos a votação; senão, passaremos para a próxima reunião.

Eu só gostaria de ler um requerimento extrapauta de minha autoria, se todos aqui concordassem, para uma audiência pública. Tudo bem? (*Pausa.*)

Então, o requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 28

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 22, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo para tratar da transição para o sistema de TV digital terrestre, a iniciar-se no dia 3 de abril de 2016, pelo Distrito Federal, e apresentar as formas de garantia de acesso da população em geral, especialmente dos segmentos de menor renda, aos equipamentos necessários ao uso das ferramentas de interatividade e de ingresso nos sistemas de atendimento público que serão oferecidos por meio da TV Digital, com a presença do senhor Ricardo Berzoini, Ministro de Estado das Comunicações, da Deputada Luiza Erundina, Presidente da Frente Parlamentar pelo Direito a Comunicação – FRENTECOM, do senhor Nelson Breve, Diretor Presidente da Empresa Brasil de Comunicação – EBC, do senhor Mario Girassole, Presidente da Tim, e do senhor Rodrigo Zerboni, Presidente do Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV – GIRED.

Autoria: Senador Hélio José

Esse é o requerimento, Excelências.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

O requerimento está aprovado.

Passemos à leitura dos itens 11 e 12, do Senador Aloysio Nunes. Só que o Senador Crivella havia pedido inversão para o item... O Senador Aloysio Nunes está presente. Ele pode ler esse aqui, e, depois...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – É depois de ver.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Pois não, Presidente. Todas as deferências ao nosso companheiro paulista.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Por favor.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Não, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Então, Senador Aloysio, itens 11 e 12. Indico V. Exª *ad hoc* para relatar o item 13, já que o Senador Davi Alcolumbre não está aqui.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Então, meu primeiro item é o item 11. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Perfeito, Excelência. Itens 11, 12 e o 13, *ad hoc*.

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 160, de 2014
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO VILA JAGUARY para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 193, de 2014
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE ARTUR NOGUEIRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Artur Nogueira, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

ITEM 13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 158, de 2014
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL SÃO LOURENÇO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Davi Alcolumbre

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o primeiro item, que relato agora (item 11), trata da outorga de concessão à Fundação Vila Jaguary para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo.

O projeto foi já analisado e aprovado pelas Comissão de Ciência e Tecnologia e de Justiça da Câmara.

Não vejo nenhum óbice de natureza constitucional ou regimental ao seu acolhimento.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 160, de 2014, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo nenhum reparo quanto ao mérito, opinamos, portanto, pela aprovação desse ato de outorga, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O item 12, também um projeto oriundo da Câmara, que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Artur Nogueira, Estado de São Paulo, para executar serviço de radiodifusão comunitária, projeto igualmente aprovado pela Câmara e analisado pelas duas comissões competentes para isso.

Não há nenhum óbice para aprovação desta proposição pela nossa Comissão de Ciência e Tecnologia.

Nosso voto, portanto, é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF. *Fora do microfone*.) – ... O Senador Davi Alcolumbre, que não se encontra em plenário, V. Exª poderia relatá-lo *ad hoc*, por gentileza.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Assim como os dois anteriores, esse projeto de decreto legislativo, que trata da aprovação da outorga da autorização à Associação Comunitária e Cultural São Lourenço para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, está corretamente instruído, aprovado pela Câmara dos Deputados.

Não vejo também, em relação a esta proposição, nenhum óbice a sua aprovação.

Nosso voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – O.k., Excelência. Faremos as votações no final, se houver quórum.

O Senador Crivella havia pedido inversão.

Agora, quero passar aos item nºs 19 e 20, de relatoria do Senador Marcelo Crivella.

ITEM 19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 5, de 2014
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM SUDOESTE RADIODIFUSORA ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piraí, Estado do Rio de Janeiro.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela aprovação

ITEM 20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 69, de 2014
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO NOVA SIÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela aprovação

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Muito Muito obrigado, Presidente.

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo (PDS) n° 5, de 2014 (n° 193, de 2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM Sudoeste Radiodifusora Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piraí, Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 5, de 2014, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à FM Sudoeste Radiodifusora Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piraí, Estado do Rio de Janeiro, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – O.k., Excelência.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – E o item 20, se V. Exª permitir.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Pois não, Excelência.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Trata-se da Associação Comunitária de Rádio Nova Sião.

Sr. Presidente, o voto é, da mesma forma, pela aprovação. Essa rádio comunitária é da capital, da cidade do Rio de Janeiro.

Portanto, Sr. Presidente, é pela aprovação das duas outorgas.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Obrigado, Excelência, Senador Crivella.

Passando, agora, ao Senador Flexa Ribeiro, para fazer relatório de sua autoria, dos itens 14 e 15, e *ad hoc* do item 16, 17 e 18.

Então, dos itens 14 a 18.

Item 14, Senador.

ITEM 14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 429, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO MARIA ALVES LIMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Teresina, Estado do Piauí.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação

ITEM 15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 138, de 2014
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA HARAGON DE COMUNICAÇÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Registro, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação

ITEM 16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 156, de 2014
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA DE RADIODIFUSÃO CIDADE SUL DE SANTA ROSA DO SUL – SC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rosa do Sul, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Gladson Cameli
Relatório: Pela aprovação

ITEM 17

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 121, de 2014
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Bento, Estado do Maranhão.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador João Alberto Souza
Relatório: Pela aprovação

ITEM 18

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 325, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO SÍTIO MASCATE – AMSM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sertãozinho, Estado da Paraíba.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador José Medeiros
Relatório: Pela aprovação

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, Senador Hélio José, e Srs. Senadores, o item 14 trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 429, de 2013 (nº 148, de 2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Fundação Maria Alves Lima para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Teresina, Estado do Piauí.

O voto, Sr. Presidente.

Como o PDS 429, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Fundação Maria Alves Lima para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Teresina, Estado do Piauí, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O item 15, Sr. Presidente e Srs. Senadores, trata-se do Projeto de Decreto Legislativo n° 138, de 2014 (n° 1.393, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Haragon de Comunicação Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Registro, Estado de São Paulo.

Voto.

Da mesma forma que o anterior, o exame da documentação que acompanha o PDS n° 138, de 2014, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão ao Sistema Haragon de Comunicação Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Registro, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O item 16 tem como relator o Senador Gladson Cameli.

Faço a leitura do seu parecer e voto como relator *ad hoc*.

Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo n° 156, de 2014, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Educativa de Radiodifusão Cidade Sul de Santa Rosa do Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Santa Rosa do Sul, Estado de Santa Catarina.

Também, como o exame da documentação que acompanha o PDS nº 156, de 2014, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Educativa de Radiodifusão Cidade Sul de Santa Rosa do Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Rosa do Sul, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O item 17 tem parecer do Senador João Alberto Souza de que faço a leitura como Relator *ad hoc*.

Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 121, de 2014, que aprova o ato que outorga permissão à Ocan Comunicação Digital SE Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora e frequência modulada na cidade de São Bento, Estado do Maranhão.

O voto é pela aprovação.

O exame da documentação não evidenciou violação da legislação pertinente.

Não havendo reparo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Ocan Comunicação Digital SE Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Bento, Estado do Maranhão, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esses são os projetos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Item 18, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Também? Parecer do Senador José Medeiros de que faço a leitura como Relator *ad hoc*.

Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo n° 325, que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Sítio Mascate – AMSM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sertãozinho, Estado da Paraíba.

Não havendo violação da legislação pertinente nem reparos quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Sítio Mascate – AMSM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sertãozinho, Estado da Paraíba, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Presidente, eu fui indicado por V. Exª para também ser Relator do Itens 24 até o item final, 27.

Pergunto se posso fazer a leitura imediata.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Pois não, Excelência.

ITEM 24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 68, de 2014
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização ao Instituto de Desenvolvimento Social, Educacional, Cultural e Comunitário de Oratórios para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Oratórios, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Zeze Perrella

ITEM 25

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 72, de 2014
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO EMBOABAS DE MINAS GERAIS LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Zeze Perrella

ITEM 26

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 73, de 2014
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL, INFORMATIVA, ARTÍSTICA PLENITUDE DE UBERLÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Zeze Perrella

ITEM 27

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 74, de 2014
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE FLORESTAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Florestal, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Zeze Perrella

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Com a palavra, V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – O item 24 trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 68, de 2014, que aprova o ato que outorga autorização ao Instituto de Desenvolvimento Social, Educacional, Cultural e Comunitário de Oratórios para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Oratórios, Estado de Minas Gerais.

O voto é pela aprovação porque o exame da documentação não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Opinamos, como disse, pela aprovação do ato que outorga autorização ao Instituto de Desenvolvimento Social, Educacional, Cultural e Comunitário de Oratórios para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Oratórios, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O item 25 tem parecer do Senador Zeze Perrella, de que faço a leitura como Relator *ad hoc*.

Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo n° 72, de 2014, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Emboabas de Minas Gerais Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais.

O voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 72, de 2014, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

Substituam-se, na ementa e no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 72, de 2014, a denominação Sociedade Rádio Emboadas de Minas Gerais Ltda. por Rádio Emboadas de Minas Gerais Ltda.

Houve troca da expressão "sociedade" por "rádio" e do verbo "executar" por "explorar"

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Correto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – E o relatório é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Correto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – O Item 26, também de Relatoria do Senador José Perrela, trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 73, de 2014, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária, Educativa, Cultural, Informativa, Artística Plenitude de Uberlândia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

O voto é pela aprovação, já que o exame da documentação não evidenciou violação da legislação pertinente, e, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária, Educativa, Cultural, Informativa, Artística Plenitude de Uberlândia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Acerca do Item 27, também de Relatoria do Senador José Perrela, trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 2014, que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação e Cultura de Florestal para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Florestal, Estado de Minas Gerais.

O voto, como os demais, é pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Comunicação e Cultura de Florestal para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Florestal, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Lidos os itens que V. Exª me solicitou como Relator a*d Hoc.*

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – O.k., Excelência. Muito obrigado por sua leitura.

Eu queria passar ao Item 21, cujo Relator é o Senador Sérgio Petecão, passando a relatoria a*d hoc,* ao Senador Lasier Martins.

ITEM 21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 133, de 2014
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO RIO MAXI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Sérgio Petecão

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Pois não, Sr. Presidente.

Esse projeto já vem da Câmara dos Deputados com a aprovação da outorga para permissão à Rádio Rio Maxi Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.

O Senador Sérgio Petecão fez a devida análise, concluindo que a situação da entidade é regular junto à INSS, Fundo de Garantia, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física dos dirigentes.

Diante disso, o voto é pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio Rio Maxi Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – O.k., Excelência. Como os projetos são terminativos, e nós não temos quórum qualificado para votar, nós faremos isso na próxima reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Então, a discussão e votação dos Itens 11 a 27 serão realizadas na próxima reunião.

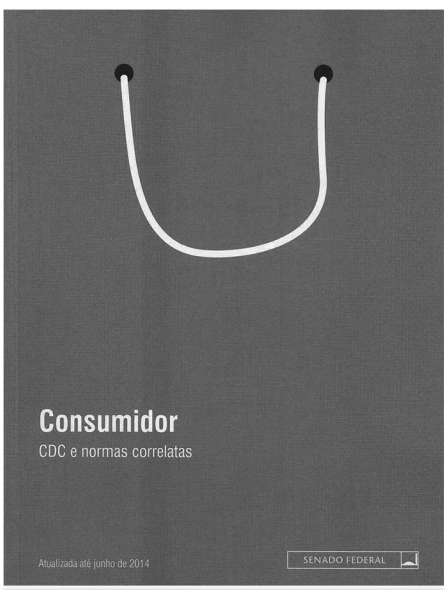
Ao finalizar, quero comunicar que, na próxima reunião, no dia 12 de maio, terça-feira, será uma audiência pública com a presença do Ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, às 9h. Todos estão convidados.

Quero dar por encerrada esta reunião de hoje, agradecendo a presença dos senhores que aqui se encontram. Muito obrigado, Senador Lasier e demais presentes. Obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 34 minutos.)

SENADO FEDERAL
Secretaria de Editoração e Publicações
Coordenação de Edições Técnicas

Consumidor: CDC e normas correlatas



Esta obra reproduz o texto integral da histórica lei que, promulgada dois anos depois da Constituição de 1988, passou a regular as relações de consumo no Brasil a partir de 1991. Além dela, o volume apresenta os dispositivos da Constituição e do Código Penal relativos ao tema, e algumas relevantes normas correlatas.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 546 páginas
(O.S. 12601/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL